



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2369

Terça-feira - 24 de Outubro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agrônoma .....	3	Forquilha .....	227	Modelo .....	444
Água Doce .....	11	Fraiburgo .....	229	Mondaí .....	445
Alfredo Wagner .....	12	Frei Rogério .....	238	Monte Carlo .....	448
Alto Bela Vista .....	13	Garopaba .....	239	Monte Castelo .....	449
Anchieta .....	15	Garuva .....	244	Morro da Fumaça .....	451
Antônio Carlos .....	16	Gaspar .....	252	Morro Grande .....	453
Apiuna .....	17	Governador Celso Ramos .....	256	Navegantes .....	454
Arabutã .....	23	Gravatal .....	260	Nova Itaberaba .....	467
Arroio Trinta .....	25	Guaraciaba .....	263	Nova Trento .....	468
Arvoredo .....	30	Guaramirim .....	266	Nova Veneza .....	475
Aurora .....	31	Guarujá do Sul .....	277	Novo Horizonte .....	476
Balneário Piçarras .....	32	Herval d'Oeste .....	278	Orleans .....	477
Balneário Rincão .....	34	Ibicare .....	282	Paial .....	479
Bandeirante .....	35	Ibirama .....	283	Palhoça .....	480
Barra Bonita .....	36	Ilhota .....	284	Papanduva .....	511
Barra Velha .....	40	Imarui .....	299	Passo de Torres .....	512
Benedito Novo .....	41	Imbituba .....	303	Passos Maia .....	515
Biguaçu .....	61	Imbuia .....	305	Paulo Lopes .....	516
Blumenau .....	73	Indaial .....	306	Penha .....	520
Bom Jardim da Serra .....	80	Ipira .....	316	Pinheiro Preto .....	527
Bom Jesus do Oeste .....	81	Ipuacú .....	317	Piratuba .....	591
Bom Retiro .....	91	Ipumirim .....	318	Ponte Serrada .....	593
Botuvera .....	94	Irani .....	319	Porto Belo .....	595
Brusque .....	95	Irineópolis .....	320	Porto União .....	600
Caçador .....	110	Itá .....	339	Pouso Redondo .....	613
Caibi .....	113	Itaiópolis .....	340	Praia Grande .....	615
Camboriú .....	117	Itapema .....	341	Presidente Nereu .....	616
Campo Alegre .....	118	Itapiranga .....	353	Princesa .....	634
Campo Erê .....	137	Itapoá .....	357	Rio do Campo .....	636
Campos Novos .....	140	Jaborá .....	366	Rio dos Cedros .....	662
Canelinha .....	141	Jacinto Machado .....	371	Rio do Sul .....	644
Canoinhas .....	142	Jaraguá do Sul .....	374	Salto Veloso .....	663
Capinzal .....	143	Joaçaba .....	388	Santa Cecília .....	668
Celso Ramos .....	153	José Boiteux .....	392	Santa Helena .....	669
Cerro Negro .....	154	Jupia .....	393	Santa Rosa do Sul .....	670
Chapadão do Lageado .....	155	Lacerdópolis .....	394	Santa Terezinha do Progresso .....	671
Chapecó .....	157	Lages .....	401	São Bento do Sul .....	672
Cocal do Sul .....	158	Laguna .....	403	São Carlos .....	704
Concórdia .....	159	Lajeado Grande .....	404	São Domingos .....	706
Cordilheira Alta .....	179	Lauro Muller .....	418	São Francisco do Sul .....	711
Coronel Martins .....	180	Lebon Regis .....	419	São João Batista .....	713
Correia Pinto .....	181	Lontras .....	420	São João do Oeste .....	715
Cunha Porã .....	209	Luis Alves .....	421	São João do Sul .....	716
Cunhataí .....	213	Luzerna .....	426	São Joaquim .....	717
Curitibanos .....	214	Mafrá .....	428	São José .....	726
Dionísio Cerqueira .....	215	Maracajá .....	431	São José do Cedro .....	738
Doutor Pedrinho .....	217	Maravilha .....	439	São Lourenço do Oeste .....	739
Flor do Sertão .....	218	Massaranduba .....	440	São Miguel do Oeste .....	749
Formosa do Sul .....	220	Meleiro .....	443	Schroeder .....	753

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2369

Terça-feira - 24 de Outubro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

Seara .....	782	Três Barras .....	826	Vidal Ramos.....	859
Serra Alta .....	797	Treze Tílias .....	827	Videira.....	860
Siderópolis.....	798	Trombudo Central.....	840	Vitor Meireles.....	868
Sombrio.....	815	Tunápolis.....	851	Xanxerê.....	885
Tangará.....	816	Turvo .....	852	Xavantina .....	886
Tigrinhos .....	817	União do Oeste .....	854	Xaxim.....	890
Tijucas .....	820	Urussanga .....	856	Zortéa .....	892
Timbé do Sul .....	821	Vargeão.....	857		
Timbó .....	822	Vargem .....	858		

## Associações

AMAUC.....	893	AMNOROESTE.....	895	FECAM .....	908
------------	-----	-----------------	-----	-------------	-----

## Consórcios

ARIS .....	909
CIGA .....	923
CIMVI.....	924
CIS/AMURC .....	926



# Agronômica

## PREFEITURA

### Lei 1108 de 24/10/2017

Publicação Nº 1408888

LEI Nº1.108 /2017 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 76, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Acompanham a presente Lei os seguintes Anexos:

- I – Anexo 1.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita.
- II – Anexo 1.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa.
- III – Anexo IV – Demonstrativo da Compatibilização das Metas das Despesas.
- IV – Anexos: 1 e 2 da Lei 4.320/64.
- VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017.

#### CAPÍTULO II

##### DAS METAS E PRIORIDADES DA

##### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e prioridades das despesas por programas para o exercício financeiro de 2018 estão discriminadas nesta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2018-2021.  
Parágrafo único. As metas e prioridades da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º. Será observado na programação da Lei Orçamentária Anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

#### CAPÍTULO III

##### A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. Para efeito desta Lei entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
- VIII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- IX - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta Nº 03 de 14 de outubro de 2008, que trata do Manual da Receita e Despesa Nacional editada pelo Secretário do tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social; ou

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - governo estadual (MA 30);

II - administração municipal (MA 40);

III - entidade privada sem fins lucrativos (MA 50);

IV - consórcios públicos (MA 71);

V - aplicação direta (MA 90); e

VI - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (MA 91 e 93).

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 – Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 – Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º Cada ação orçamentária, entendida como sendo atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a Subfunção às quais se vincula.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOP nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I – Texto da Lei

II – Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964.

III – anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a qual pertence e a sua natureza Financeira (F) ou Primária (P) observada o disposto no art. 6º da Lei 4.320; e

b) Despesas discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta Lei.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

III - demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;

V - quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, em 2014, 2015 e 2016;

VI – Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

## CAPÍTULO IV

### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO

#### DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º. Os orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos (artigos 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 10. Os Fundos Municipais constituídos como unidades gestoras, terão suas receitas especificadas em orçamento próprio e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas à seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no art. 7º desta Lei.

§1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, ser delegado a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartado da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a seu Servidor.

Art.11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12. Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão os mecanismos da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:



I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;  
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária para 2018 até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação "00" - ordinários.

Parágrafo Único. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12(doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da

arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo

43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário – financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, ou junto à Lei municipal que a der causa.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda duas vezes ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 23. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária (artigo 62 da LRF).

Art. 24. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 25. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de

aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

## Seção II

### Das alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. As fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso, as metas, os produtos, as unidades de medida e as unidades orçamentárias das ações constantes da Lei Orçamentária de 2018 e dos créditos adicionais, inclusive reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de Execução, se regulamentado através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2018.

§ 2º Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

Art. 27. A transposição, o remanejamento ou a transferência de

recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada programa, projeto/ atividade ou operações especiais, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares criados a partir do provável excesso de arrecadação do exercício de 2018 e do superávit financeiro do exercício anterior, poderão ser efetivadas através Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Considera-se excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados a partir da apuração das metas de arrecadação previstas e a receita efetivamente arrecadada, para cada fonte de recursos.

§ 2º O ato que promova o crédito suplementar usando como fonte de recursos o excesso de arrecadação deverá ser motivado através de exposição de motivos contendo informações relativas a:

I – previsão Inicial de Receitas, por fonte de recursos (Média dos últimos três anos);

II – receitas efetivamente arrecadadas até o mês considerado; e

III – valores Já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação.

§ 3º Nos casos de abertura de créditos adicionais especiais à conta do superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2017, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2017;

III – valores já utilizados em créditos adicionais, aberto ou em tramitação; e

IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2017, por fonte de recursos,

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta Lei.

Art. 29. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

Parágrafo único: Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o “caput” do presente artigo.

Art. 30. Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

### Seção III

Da destinação de recursos ao setor privado e a pessoas físicas

Art. 31. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público, de acordo com a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014.

Art. 32. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá as

entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação e preencham uma das seguintes condições:

I - tenha inscrição como entidade beneficente de assistência social, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do município de Agronômica; ou

II - sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público -

OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 33. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será

destinada a entidades sem fins lucrativos, e que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2018;

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual; ou

IV - sejam qualificadas como OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 34. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei no 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou

representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais da educação básica estabelecidas no município de Agronômica;

II - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas entidades sem fins lucrativos que sejam cadastradas como entidades beneficentes de assistência social junto ao Departamento de Assistência Social;

III - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal;

IV - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas que representem o município em competições oficiais, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

V - voltadas, na área de assistência social, ao atendimento direto e gratuito de pessoas

portadoras de deficiência;

VI - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

VII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda nos casos em que ficar demonstrada que a entidade privada tem melhores condições que o Poder Público local para o desenvolvimento das ações pretendidas, devidamente justificado pelo órgão concedente responsável; e

VIII - de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, cadastrado como entidade

beneficente de assistência social, junto ao Departamento de Assistência Social do município de Agronômica.

Art. 35. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei no 4.320, de 1964.

Art. 36. Sem prejuízo das disposições contidas nesta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

II - execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;

III - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, por meio da

internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

IV - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, inexistência de prestação de contas rejeitada e pendência de aprovação de no máximo duas prestações;

V - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da

comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ/MF, emitida no exercício de 2017 por 3 (três) autoridades locais sob as penas da lei;

VI - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a

amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá quando se verificar desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão

concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

VIII - manutenção de escrituração contábil regular; e

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de

negativa de débitos relativos aos tributos administrados pelas Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal e ainda certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 37. O regime de adiantamento será aplicável exclusivamente nos casos em que se apresente impraticável o pagamento, diretamente pela Unidade Gestora, mediante ordem bancária ou cheque nominativo.

§ 1º O Adiantamento será concedido exclusivamente a servidor do quadro da municipalidade, que deverá movimentar os recursos através de conta corrente, em banco oficial.

§ 2º. Os recursos de adiantamento ou os saldos destes, não aplicados até 31 de dezembro, ou decorrido o prazo de aplicação, deverão ser recolhidos à Tesouraria.

§ 3º. Para concessão de adiantamentos os Poderes Executivo e Legislativo deverão obedecer a IN TCE/SC nº. 14/2012 e suas alterações.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 38. A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50%(cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 39. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 40. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 38 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 41. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 42. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF.

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 44. Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipal, cujo percentual será definido em Lei específica.

Art. 45. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver

também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34" – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO

#### DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 46. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 47. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexecutíveis como judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 48. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 50. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 51. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 52. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 53. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de outubro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito do Município de Agronômica

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

## Lei 1109 de 24/10/2017

Publicação Nº 1408890

LEI Nº1.109/2017 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

"REVOGAM-SE AS LEIS MUNICIPAIS Nº 556/1997 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1997, LEI Nº 605/2001 DE 15 DE AGOSTO DE 2001 E DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDR) DE AGRONOMIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica reestruturado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Agronômica (CMDR), como órgão colegiado, de caráter deliberativo, de funcionamento permanente, para tratar de assuntos ligados ao meio rural.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Agronômica tem por objetivo:

I – Oportunizar a participação dos agricultores e suas famílias, bem como, órgãos e/ou entidades que atuam junto às mesmas, na formulação de políticas e na tomada de decisão em questões de competência da administração municipal que visem o desenvolvimento rural sustentável do município;

II – Garantir a participação do agricultor agrônomo, através da organização de seus representantes, no encaminhamento de questões de interesse coletivo.

Art. 3º - Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Agronômica compete:

I – Promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo executivo municipal, órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural do município;

II – Colaborar na definição de metas e prioridades da política municipal de desenvolvimento do meio rural;

III – Colaborar no estabelecimento das diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural;

IV – Enviar ao prefeito e câmara de vereadores as decisões do conselho, a fim de servir de subsídio para elaboração do orçamento e programa de aplicação de fundos existentes, atestando sua viabilidade e legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas pelos agricultores e recomendando sua execução;

V – Elaborar, executar e avaliar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Agronômica, inclusive, proceder a avaliação anual de desempenho do pessoal engajado na execução do plano;

VI – Emitir pareceres sobre assuntos de sua atribuição, ou que lhe venham a ser submetidos por instituições públicas ou privadas;

VII – Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no município;

VIII – Promover articulações e compatibilizações entre as políticas municipais e as políticas estaduais e federais, congregando esforços no sentido de acelerar o processo de desenvolvimento rural do



município;

IX – Elaborar, propor e aprovar emendas, ou a revisão de seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento.

X - Solicitar aos órgãos federais, estaduais e municipais competentes o suporte técnico necessário para o desenvolvimento das ações relativas ao desenvolvimento rural;

XI - Participar do processo de elaboração da proposta orçamentária para o meio rural, bem como a execução do orçamento a fim;

XII - Propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas que desenvolvam atividades relativas ao desenvolvimento rural;

XIII - Emitir parecer sobre a celebração de convênios, contratos e acordos da iniciativa do Poder Executivo Municipal, relativas ao desenvolvimento rural;

XIV –Propor, promover e orientar programas que visem a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais;

XV - Eleger sua diretoria executiva;

XVI - Instalar Subcomissões, se necessário;

XVII - Promover e assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades da agropecuária desenvolvidas no município;

XVIII - Atuar junto aos agentes financeiros, visando solucionar eventuais dificuldades relacionadas ao crédito rural;

XIX - Participar ativamente na elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) do município;

XX - Acompanhar e exercer vigilância na execução das ações previstas no PMDRS, PPA, LDO e LOA;

XXI - Compatibilizar as propostas dos agricultores com as demais prioridades municipais;

XXII - Acompanhar o funcionamento e solicitar informações e esclarecimentos, sempre que necessário, às associações municipais de Produtores Rurais e/ou Agricultores sobre o desenvolvimento de suas atividades;

XXIII – Avaliar e emitir parecer quanto aos candidatos indicados ao cargo de secretário municipal de agricultura, pesca e meio ambiente, para somente então poderem assumir a função.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Agrônômica será composto pelos representantes das entidades, órgãos e comunidades rurais que contribuam significativamente para o desenvolvimento rural sustentável do município, assim definidos:

I. Um representante de entidade Sindical dos trabalhadores rurais, atuante no município, vinculada ao meio rural;

II. Um representante de cada entidade Cooperativista, estabelecida e atuante no município, vinculada às atividades produtivas do meio rural;

III. Um representante de cada órgão/entidade público estadual e federal, atuante e estabelecido no município, vinculado ao meio rural;

IV. Um representante de cada agência de crédito que operem com crédito rural, atuantes e estabelecidas no município;

V. Dois representantes do Poder Executivo Municipal, sendo, no mínimo um funcionário efetivo oriundo da Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente;

VI. Um representante do Poder Legislativo Municipal;

VII. Um representante de cada Associação de Produtores Rurais e/ou Agricultores, legalmente instituída e atuante no município;

VIII. Uma representante das mulheres agricultoras;

IX. Um representante da juventude rural;

X. Um representante da comunidade rural de Alto Gropp;

XI. Um representante das comunidades rurais de Alto Mosquitinho;

XII. Um representante da comunidade rural de Alto Serrinha;

XIII. Um representante das comunidades rurais de Cabeceira Ribeirão Areias e Alto Areado;

XIV. Um representante das comunidades rurais de Morro do Carvão e Ribeirão Fausto;

XV. Um representante da comunidade rural de Mosquito Grande;

XVI. Um representante das comunidades rurais de Planalto Areado;

XVII. Um representante da comunidade rural de Salamargo;

XVIII. Um representante da comunidade rural de Valada Gropp;

XIX. Um representante da comunidade rural de Valada Mosquitinho;

XX. Um representante da comunidade rural de Valada Mosquito;

XXI. Um representante das comunidades rurais do Bairro Mosquito e Ribeirão Alegre;

XXII. Um representante dos agricultores da Sede.

Parágrafo 1º- A representação dos agricultores não será inferior a 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) do total de membros que compõem o Conselho.

Parágrafo 2º- Os indicados poderão representar, seja na titularidade ou suplência, somente uma única comunidade rural, órgão ou entidade participante do CMDR.

Parágrafo 3º- As comunidades, órgãos e/ou entidades elencadas indicarão 2 (dois) representantes para compor o conselho, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo 4º - Os representantes das comunidades serão escolhidos conforme dispuser o Regimento Interno.

Parágrafo 5º - Os demais órgãos e/ou entidades participantes do conselho terão autonomia na forma de indicar seus representantes.

Parágrafo 6º - Não havendo indicação dos representantes no prazo de até 15 (quinze) dias após a formalização da solicitação de indicação, o Poder Executivo poderá designar representantes filiados e representantes das comunidades, órgãos e entidades omissas para comporem o CMDR.

Parágrafo 7º - Após emissão do Decreto de nomeação, quando houver solicitação formal de participação com consequente indicação de representantes de uma nova entidade ou órgão previsto na Lei, ou substituição de um membro efetivo ou suplente por indicação das entidades, órgãos ou comunidades rurais, o representante e/ou seu substituto será nomeado por ato do presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Agrônômica.

Parágrafo 8º - O Executivo após homologação, sem direito a veto dos membros indicados, os nomeará mediante Decreto.

Art. 5º - O mandato dos membros do CMDR será de três anos, podendo haver recondução, a critério das entidades, órgãos e comunidades rurais representadas.

Parágrafo Primeiro: O exercício das funções de membro do CMDR será gratuito e considerado serviço relevante de interesse público.

Art. 6º - O CMDR organizar-se-á em:

I – Conselho Pleno: Órgão constituído por todos os membros a que se refere os incisos do Artigo 4º desta Lei.

II – Subcomissões: Nos termos do Regimento Interno.

III – Diretoria Executiva: Eleita pelo Conselho Pleno, dentre seus integrantes, sendo composta, essencialmente, pelos seguintes cargos:

a) Presidente;

b) Vice-presidente;

c) Secretário Geral;

d) Secretário Adjunto;

Parágrafo Primeiro: A Diretoria Executiva do CMDR será escolhida entre os conselheiros titulares através de votação ou aclamação na primeira reunião após a publicação do decreto de nomeação dos conselheiros, em reunião com a presença mínima de 50% + 1 dos componentes do CMDR.



Parágrafo Segundo: O mandato da Diretoria Executiva do CMDR será de três anos.

Art. 7º - Decreto Executivo homologará o Regimento Interno, elaborado e aprovado pelo CMDR.

Art. 8º - O CMDR reunir-se-á de acordo com o que dispuser seu Regimento Interno.

Art. 9º - A Diretoria Executiva do CMDR enviará, anualmente, ao Conselho Pleno, aos Poderes Executivo e Legislativo municipais, relatório de suas atividades.

Art. 10º - O Poder Executivo municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDR cumprir com suas atribuições.

Parágrafo Único - Poderá o CMDR valer-se de assessoramento técnico, desde que cumpridas as formalidades legais.

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º - Revogam-se as Leis 556/1997 e 605/2001 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de outubro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito do Município de Agronômica

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

# Água Doce

## PREFEITURA

**351/2017**

Publicação Nº 1408299

PORTARIA Nº 351/2017 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

“CONVOCA DAS FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 Lei Orgânica do Município, Lei complementar nº. 015/98 e Lei Complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Convocar das férias a funcionária ROBERTA MARIA RAMPAZZO, inscrita no CPF nº 083.240.469-17, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, para voltar ao trabalho na data de 24/10/2017 período 16/17, restando 15 dias das férias para a funcionária usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

## CÂMARA MUNICIPAL

**RESOLUÇÃO N.º 103/2017 DE 18-10-2017**

Publicação Nº 1407804

RESOLUÇÃO N.º 103/2017 – DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 091 DE 19 DE ABRIL DE 2016 A QUAL: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL, INSTITUI O PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E CRIA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DOS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, FAZ O COMPILAMENTO DE RESOLUÇÕES ANTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

James Francisco Beal, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce – SC, de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno, que o plenário aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO

Artigo 1º. Fica extinto o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível CE -01 , que consta da Resolução nº 091 de 19 de abril de 2016, a qual: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL, INSTITUI O PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E CRIA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DOS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, FAZ O COMPILAMENTO DE RESOLUÇÕES ANTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Artigo 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2017

James Francisco Beal

Presidente

# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

**292/2017**

Publicação Nº 1408077

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 292/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A FUNCIONÁRIA JORGE LUIS KUNTZE

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV Seção II, artigo 98, Licença por Motivo de Doença por 01 (um) dia, ao funcionário JORGE LUIS KUNTZE, no dia 29/08/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 29 de agosto de 2017.

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

**4222/2017**

Publicação Nº 1407819

DECRETO Nº. 4222/2017

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Senhores Claudir Rogério Kretzer, João Anésio Cechetto, Pedro Jayme dos Santos, para comporem a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis a serem adquiridos pelo município.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 09 de outubro de 2017.

Naudir Antonio Schmitz

Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2501, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1407752

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do art. 24 da Lei Municipal nº 706, de 31 de outubro de 2016, e Art 5 Letra "A" da Lei Municipal nº 708 de 09 de dezembro de 2016;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento da despesa em diversas ações Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais), para atender a seguinte ação orçamentária:

06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.01	Coordenadoria de Assistência Social
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.1.045	Estruturação do CRAS
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
06.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241	Assistência ao Idoso
08.241.0020	Vida Melhor aos de Melhor Idade
08.241.0020.2.039	Atenção e Assistência as Pessoas Idosas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldo na seguinte ação orçamentária:

06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241	Assistência ao Idoso
08.241.0020	Vida Melhor aos de Melhor Idade
08.241.0020.2.039	Atenção e Assistência as Pessoas Idosas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.00.0000	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
	R\$ 3.000,00
06.01	Coordenadoria de Assistência Social
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.1.045	Estruturação do CRAS
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Inversões Financeiras

4.5.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,  
em 19 de Agosto de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas Publicações



# Anchieta

## PREFEITURA

### **LICITAÇÃO FRACASSADA PP 026/2017**

Publicação Nº 1408118

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA  
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA DO PREGÃO PRESENCIAL  
026/2017.

Anchieta, 24 de outubro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que a licitação de Pregão Presencial 026/2017, foi declarada fracassada, por ter sido cotada acima do valor máximo estabelecido e em desacordo ao descrito nos itens do edital.

Anchieta, 20 de outubro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO  
Gestor do FMS

### **LICITAÇÃO FRACASSADA PP 027/2017**

Publicação Nº 1408120

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA  
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA DO PREGÃO PRESENCIAL  
027/2017.

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que a licitação de Pregão Presencial 027/2017, foi declarada fracassada, por ter sido cotada acima do valor máximo estabelecido e em desacordo ao descrito nos itens do edital.

Anchieta, 20 de outubro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO  
Gestor do FMS

### **PREGÃO PRESENCIAL N 038/2017 - PM**

Publicação Nº 1408907

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 038/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, para: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de veículo Ônibus, Leito Turismo Double Deck completo, com motorista, combustível, seguro e demais despesas necessárias para realização de uma viagem de estudos a cidade de Posadas, na Argentina, com alunos do 5º ano, do Centro Municipal de Educação - CMEIF e Escola de Ensino Fundamental Xavantes, com saída dia 28 de Novembro de 2017, às 21hs de Anchieta e retorno dia 29 de Novembro de 2017, às 18hs de Posadas. Pagos com recursos Salário Educação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:00 horas do dia 08/11/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2016

Publicação Nº 1407887

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 149/2016; Origem: Processo Licitatório n.º 095/2013 – Credenciamento nº 02/2013; Contratante: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: INSTITUTO OTOVIDA – CLÍNICA DE AUDIÇÃO VOZ FALA E LINGUAGEM. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo e reajustar o valor do presente contrato, que consiste na contratação de empresas/clínicas da saúde para realização de serviços de exames médicos relacionados no Anexo I e consultas médicas especializadas conforme Anexo II deste Edital, para pacientes do Município de Antônio Carlos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, mediante agendamento prévio, em seus consultórios, desde que localizados nos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Palhoça ou Florianópolis. Reajuste: Fica reajustado o valor dos serviços da Tabela de Preços do Anexo I do Edital de Credenciamento nº 02/2013, pelo INPC em 1,62%. Prazo: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, o prazo anunciado na Cláusula Nona do Contrato nº 149/2016, cujo novo vencimento dar-se-á no dia 24 de outubro de 2018.

Antônio Carlos, 23 de outubro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 503/2017

Publicação Nº 1408714

#### PORTARIA Nº 503/2017

Nomeia servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2016;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, LUCAS LUAN ORIO, para o cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir do dia 24 de outubro de 2017, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 23 de outubro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 24 de outubro de 2017.

### PORTARIA N 504/2017

Publicação Nº 1408717

#### PORTARIA Nº 504/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor AURIDE MACHADO, ocupante do cargo temporário de MOTORISTA, a partir de 02 de outubro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 23 de outubro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 24 de outubro de 2017.

### PORTARIA N 505/2017

Publicação Nº 1408913

#### PORTARIA Nº 505/2017

Concede insalubridade a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558/1992;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor LUCAS LUAN ORIO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir do dia 24 de outubro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 23 de outubro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 24 de outubro de 2017.

# Apiuna

## PREFEITURA

### ATA Nº 106/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2017

Publicação Nº 1407956

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO PARA O GINÁSIO JORGE LUIZ FISTAROL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do(a) para Registro de Preço nº 123/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO PARA O GINÁSIO JORGE LUIZ FISTAROL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO, conforme quantitativos e condições a seguir:

169285 - GOLAÇO SOCCER LTDA ME					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO NAS LINHAS DE FUNDO E LATERAIS DA QUADRA POLIESPORTIVA DO GINÁSIO MUNICIPAL JORGE LUIZ FISTAROL MATERIAIS NECESSÁRIOS: 02 UNIDADES DE REDE DE PROTEÇÃO LATERAIS MEDINDO 35,00X6,00 MTS, REDES CONFECCIONADAS EM FIO DE SEDA POLIÉSTER VIRGEM, COM ESPESSURA DE 2,5MM, EM MALHA DE 13CM, NA COR BRANCA. 02 UNIDADES DE REDE DE PROTEÇÃO FUNDO MEDINDO 21,00X7,30MTS, REDES CONFECCIONADAS EM FIO DE SEDA POLIESTER VIRGEM, COM ESPESSURA DE 4MM, EM MALHA DE 13CM, NA COR BRANCA. 120 METROS DE CABO DE AÇO GALVANIZADO, LISO DE 4MM. 04 UNIDADES DE ESTICADOR EM AÇO DE ½ POLEGADA. 30 UNIDADES DE BUCHAS E GANCHOS DE 8MM. MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO	REDESPORTE	1	R\$6.645,0000	R\$ 6.645,00
Total Fornecedor:				R\$ 6.645,00	
Total Geral:				R\$ 6.645,00	

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### 2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 123/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

#### 3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 23/10/2018.

#### 4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 As redes deverão ser instaladas em até 20 (vinte) dias após emissão e entrega da Ordem de Compra emitida pela Secretaria responsável. O local da entrega e instalação é: Ginásio Municipal de Esportes Jorge Luiz Fistarol, Rua Quintino Bocaiúva, ao lado do prédio da Prefeitura, Centro, Apiúna/SC, 89135-000.

4.1.1 Se a entrega/realização dos produtos/serviços cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da entrega/realização do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues/serviços realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos/serviços que forem recusados deverão ser substituídos/refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos/serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e

características dos produtos/serviços entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

## 5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após entrega e instalação da mercadoria, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação
441.13.1.2130.344905192000000.3000000

## 6 REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## 7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## 8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

## 9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como

as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## 10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria/prestação do serviço.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 23 de outubro de 2017.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
--	---	--



EMPRESA:

GOLAÇO SOCCER LTDA ME  
ALEXANDRE GESSNER  
Contratada

**DECRETO Nº 2825**

Publicação Nº 1407730

DECRETO Nº 2825/2017  
De 16/10/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/12/2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 78.723,80(Setenta e oito mil setecentos e vinte e três Reais e oitenta centavos) da seguinte dotação orçamentária:

03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças	
30000000000000	Despesas Corrente	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	1.723,80
	Subtotal	1.723,80
04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
0012.0361.0402.2049	Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar Ens. Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	30.000,00
	Subtotal	30.000,00
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)	35.000,00
	Subtotal	35.000,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)	12.000,00
	Subtotal	12.000,00
	TOTAL	78.723,80

Art. 2º - Por conta das anulações constantes no Art. 1º, o Poder Executivo autorizado a criar o vínculo de recurso 30.000 – Recursos Ordinários e suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, o valor de R\$ 78.723,80(Setenta e oito mil setecentos e vinte e três Reais e oitenta centavos), as seguintes dotações orçamentárias:

03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	1.723,80
	Subtotal	1.723,80
04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
0012.0361.0402.2049	Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar Ens. Fundamental	

3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	30.000,00
	Subtotal	30.000,00
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
3000000000000	Despesas Correntes	
3100000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)	35.000,00
	Subtotal	35.000,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
3000000000000	Despesas Correntes	
3100000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)	12.000,00
	Subtotal	12.000,00
	TOTAL	78.723,80

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de Outubro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2829/2017

Publicação Nº 1408694

DECRETO Nº 2829/2017

de 17/10/2017.

Delega competência de ordenação de despesas e dá outras providências.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna/SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Orgânica do Município em seu Art. 64, inciso VI e do Parágrafo Único do artigo 15 da Lei Ordinária no 282/1996, de 13 de novembro de 1996,

### DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada a competência da gestão do Fundo Municipal de Assistência Social para o titular da Secretaria de Saúde e Promoção Social, nos limites dos créditos estabelecidos no orçamento, para prática dos seguintes atos:

I - ordenação de despesas da unidade orçamentária nos limites dos correspondentes créditos orçamentários;

II – assinatura, nos impedimentos do Prefeito Municipal e/ou do Vice-Prefeito, de contratos, convênios e outros ajustes com a União Federal, os Estados, os Municípios e com órgãos públicos e organizações da sociedade civil, desde com homologação da Assessoria Jurídica do Município e ressalvado o disposto nos incisos I e II do § 2º deste artigo.

§ 1º - Exclui-se da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, deste Decreto a ordenação de despesas com pessoal, encargos sociais e estagiários, cuja competência é privativa do titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§ 2º - Exclui-se da delegação estabelecida no art. 1º, inciso II, deste Decreto, por ser de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal:

I - as operações de crédito, empréstimos e financiamentos, que deverão ser firmados pelo Prefeito Municipal;

II - Os instrumentos de alienação, cessão ou concessão de bem patrimonial mobiliário ou imobiliário, os instrumentos de aquisição de bem patrimonial imobiliário e instrumentos de cessão de pessoal.

§ 3º - As competências delegadas neste Decreto poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito.

§ 4º - Entende-se como Ordenador de Despesa a autoridade investida do poder de realizar despesa que compreenda os atos de empenhar, liquidar e ordenar o pagamento, adiantamento ou dispêndio de recurso pelos quais responda.

§ 5º - O Ordenador de despesas responderá administrativa, civil e penalmente pelos atos de sua gestão.

Art. 2º - Considera-se, para os efeitos deste Decreto, ordenada a despesa a partir do registro no Sistema Informatizado de Contabilidade, responsabilizando-se como seu ordenador, o titular do órgão cuja dotação orçamentária for onerada.

Parágrafo único - Nenhuma despesa poderá ser realizada sem o prévio empenho.

Art. 3º - É da competência do Secretário Municipal o ato de liquidar despesas, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º - As notas de empenho serão emitidas pela Contadoria do Município.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de outubro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

# Arabutã

## PREFEITURA

### 2 ADENDO AO EDITAL 88/2017

Publicação Nº 1408677

SEGUNDO ADENDO AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/2017

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, com sede administrativa na Avenida Lauro Müller, 210, Centro, Arabutã, SC, CEP 89740-000, neste ato representado por sua prefeita Leani Kapp Schmitt, torna público o Segundo Adendo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/2017.

1. O item nº 02, descrito no Anexo "E" do Edital do Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Item	Quant.	Unid.	Preço Máximo	Especificação
2	1,00	UN	178.000,00	Veículo tipo van; 0 (zero) km; Ano/modelo: 2017/2018; Teto alto; Tipo passageiro; 15 + 1 lugares; Cor branca ou prata; Ar condicionado com indicador de temperatura; Direção hidráulica; Espelho retrovisor elétrico; Tração traseira; Air bag para motorista e acompanhante; Bancos reclináveis com apoio de cabeça Movido a óleo diesel; Tanque de combustível com a capacidade mínima de 75 litros; Mínimo de 140 CV; 02 (duas) portas dianteiras e 01 (uma) porta lateral deslizante; Equipado com ta-côgrafo; Controle de travamento central das portas; Portas dianteiras com vidros elétricos; Calhas de chuva nas portas dianteiras; Película de proteção nos vidros laterais e traseiro, com 50% de luminosidade; Pneus radiais sem câmaras; Roda de ferro; (R16) Faróis de neblina; Equipado com aparelho de som MP3/pen-drive e alto falantes; Programa eletrônico de estabilidade; Limpador de para-brisa porta traseira; Desembaçador vidro traseiro; Todos os itens opcionais devem ser instalação original de fábrica (genuína). Tração traseira; Freios ABS/EDB;

2. Em virtude da alteração da descrição do item, fica alterada a data do Pregão Presencial para dia 06 de Novembro de 2017, sendo recebimento dos Envelopes até às 08h45 e abertura inicial às 09h00.

3. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Arabutã, SC, 23 de Outubro de 2017.  
Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

### PORTARIA 340/2017

Publicação Nº 1407899

PORTARIA Nº 340/2017

PRORROGA LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a licença maternidade da servidora CHARLISE GISELE DEUNER DANNENHAUER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 072.807.929-10, ocupante do cargo temporário de Professora, por mais 60(sessenta) dias consecutivos, a contar do dia 24 de outubro de 2017, conforme art.105 da Lei Complementar nº159/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 23 de outubro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 341/2017**

Publicação N° 1408639

PORTARIA N° 341/2017  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, à servidora ISOLDE DREHMER MULLER, inscrita no CPF sob nº. 032.639.969-08, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, licença maternidade conforme art.104 da Lei Complementar nº159/2014 a partir de 21 de outubro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 23 de outubro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 342/2017**

Publicação N° 1408662

PORTARIA N°. 342/2017

ESTABELECE A ESCALA DE SOBREAVISO PARA O PERÍODO DE 01 A 30 DE NOVEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita do Município de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de novembro de 2017 é a que consta nos incisos seguintes:

I – Para atendimentos de urgência e emergência, na saúde, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
PAULO FRITSCH	Motorista	01 a 07/11/2017
VANDERLEI VORTMANN	Motorista	08 a 15/11/2017
CLAUDIR KIEKOW	Motorista	16 a 23/11/2017
MARCELO KIEKOW	Motorista	24 a 30/11/2017

II – Para atendimentos às ocorrências no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
ANDRÉ WENTZ	Motorista	30/10 a 5/11/2017
LECIR RODHE	Motorista	06 a 12/11/2017
VILSON FIAMETTI	Motorista	13 a 19/11/2017
LAURY HAEFLIGER	Motorista	20 a 26/11/2017

III– Para atendimentos de urgência e emergência, na vigilância sanitária e ambiental, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
GILMAR COUSSEAU	Vigilante Sanitário	01 a 15/11/2017
CARLA SANDRA MORCHE	Vigilante Sanitário	16 a 30/11/2017

Art. 2º. O pagamento dos dias de sobre aviso compreendidos nesta portaria, serão pagos na folha de pagamento do mês subsequente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 23 de outubro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.



# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1827

Publicação Nº 1408586

DECRETO Nº 1827, de 09 de outubro de 2017.

Adota Medida Preventiva ao Mosquito Aedes Aegypti, Transmissor da Dengue e demais Virose (Zika, Chikungunya).

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que estão sendo realizadas em nosso município campanhas para o enfrentamento da Dengue e demais viroses;

CONSIDERANDO a necessidade de mobilização da população para o combate ao mosquito transmissor da Dengue e demais viroses;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve primar pela observância do interesse público em casos relativos à saúde pública, com extrema prudência, na busca da eliminação de riscos de doenças;

CONSIDERANDO as normas para execução das ações básicas de Saúde/ Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária,

CONSIDERANDO que devido à seriedade e gravidade da situação, alertas estão sendo transmitidos pelos órgãos de Saúde Pública para que sejam adotadas as medidas preventivas com vistas a se evitar a proliferação das viroses: (dengue, zika, chikungunya).

CONSIDERANDO, que o combate ao Aedes aegypti, mosquito transmissor da Dengue e demais viroses, só terá sucesso se houver parceria entre o Poder Público e todos os proprietários comerciais, residenciais, de lotes e terrenos baldios e/ou quintais, tendo em vista que a larva do inseto desenvolve-se em águas limpas e paradas, não só em poças e recipientes jogados em logradouros públicos, mas também no interior de residências, como caixas d'água, piscinas e vasos de plantas;

CONSIDERANDO que ações de limpeza em locais públicos e particulares são vitais para o combate às viroses;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica proibida a utilização de qualquer tipo de recipiente que possa favorecer o acúmulo de água junto ao Cemitério existente no Município.

Parágrafo único. Em não sendo os recipientes retirados pelos responsáveis das sepulturas, principalmente após a data de finados, a Administração Pública providenciará a remoção dos mesmos sempre que julgar que estes possam servir de criadouro para o mosquito Aedes aegypti.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 09 de outubro de 2017.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1829

Publicação Nº 1408590

DECRETO Nº 1829, de 18 de outubro de 2017.

Nomeia Membros da Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município e da Lei Federal nº 8.666/93;

#### DECRETA:

Art 1º. Ficam nomeados os Sr(s). ALDO GEMELI, CLAUDIR CREPALDI, ÂNGELO ARALDI, ALEXANDRE SERIGHELLI para comporem a comissão de avaliação de bens inservíveis que serão leiloados na forma da Lei citada.

Art. 2º. O relatório da comissão será anexado ao presente Processo Licitatório.

Art. 3º. Os membros desta comissão não receberão nenhuma remuneração por parte desta Prefeitura.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de outubro de 2017.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1830

Publicação Nº 1408593

DECRETO Nº 1830, de 20 de outubro de 2017.

Autoriza a Renovação de Termo de Comodato para Instalação de Equipamentos da Estação de Rádio Base para Telefonia Celular.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal nº 1.336 de 09 de abril de 2008 que autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer Comodato de uso de área de terras, com a empresa TIM CELULAR S/A;

CONSIDERANDO o item 2(dois) do Contrato de Comodato de Espaço para instalação de equipamentos – Estação Rádio Base para Telefonia Rural, celebrado em 30 de abril de 2008, onde prevê que a vigência do contrato é de 120(cento e vinte) meses, podendo ser renovado por igual período, mediante acordo entre as partes;

CONSIDERANDO, que o Termo de contrato tem vencimento até dia 30 de abril de 2018,

CONSIDERANDO, que é de extrema importância e grande interesse do Município em continuar mantendo a parceria com a empresa TIM CELULAR S.A.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinada a renovação do Termo de Comodato de espaço para instalação de equipamentos – Estação de Rádio Base para Telefonia Celular, pelo período de 120 (cento e vinte) meses, entre o Município de Arroio Trinta e a Empresa TIM CELULAR S.A.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 20 de outubro de 2017.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1831**

Publicação Nº 1408595

DECRETO Nº 1831, de 23 de outubro de 2017.

Decreta Luto Oficial, pelo Falecimento do Ex-Vereador FAVORINO TURMINA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o falecimento do ex-vereador e ex-presidente da Câmara de Vereadores deste município, Senhor FAVORINO TURMINA;

CONSIDERANDO os preciosos trabalhos dedicados à comunidade Arroiotrintense no decorrer de sua vida como cidadão e vereador;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade Arroiotrintense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão exemplar, respeitável líder político e de ilibado espírito público;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica Decretado Luto Oficial no Município de Arroio Trinta, por 03 (três) dias, pelo falecimento do Senhor FAVORINO TURMINA, que, em vida, prestou inestimáveis serviços ao município, tendo exercido o cargo de vereador e Presidente da Câmara.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21/10/2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 23 de outubro de 2017.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1818**

Publicação Nº 1408600

LEI Nº 1818, DE 16/10/2017.

Dispõe sobre Estímulos Econômicos e Incentivos Fiscais a Empreendimentos Industriais e de Prestação de Serviços, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, a requerimento dos interessados, estímulos econômicos e fiscais à empresas industriais e prestadoras de serviços que se instalem no Município de Arroio Trinta, bem como aquelas já existentes que ampliem de forma expressiva sua capacidade de produção, movimento econômico e número de empregos diretos e indiretos gerados.

Art. 2º Os estímulos e incentivos referidos no artigo anterior poderão constituir-se isolada ou cumulativamente de:

I – cessão de uso de áreas pertencentes ao poder público municipal pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser doado definitivamente após esse período, se cumpridas as exigências desta Lei;

II - doação de terreno com ou sem edificações necessárias a realização dos empreendimentos econômicos, os quais terão o ônus da inalienabilidade e impenhorabilidade, o que deverá necessariamente constar de escritura pública, após autorização legislativa;

III – execução total ou parcial de serviços de terraplanagem e infraestrutura do terreno para implantação ou ampliação do empreendimento requerido;

IV – doação de parte do material de construção, dentro do limite previsto no artigo 6º desta Lei;

V – permuta de áreas ou terrenos públicos com os de empresas já existentes, que pretendam instalar-se em outro local do Município;

VI - outros estímulos econômicos, quando o empreendimento for considerado de relevante interesse para o Município;

§1º. O incentivo previsto no item I e II deste artigo não poderá ser obtido pela empresa que, num período anterior à 4 (quatro) anos, tenha vendido áreas de terras no território do Município, passíveis de serem usadas no empreendimento.

§2º. Excepcionalmente, poderá o empreendimento beneficiado, hipotecar ou dar em garantia o terreno recebido em doação, no caso de operações de crédito ou financiamento junto às instituições bancárias de fomento, para os fins de que trata esta Lei, mediante autorização legislativa.

Art. 3º Os processos de concessão, alteração dos incentivos e oferta dos estímulos mencionados nesta Lei, deverão ser homologados pelo Prefeito Municipal, e suas cópias encaminhadas à Câmara Municipal para conhecimento do Poder Legislativo.

§1º. O requerimento dos empreendimentos econômicos interessados nos estímulos econômicos estabelecidos nesta Lei, deverá ser instruído com o respectivo projeto e encaminhado, mediante protocolo, para a Secretaria Municipal de Administração e deverão prever também:

I – propósito do empreendimento;

II – projeto de engenharia da edificação, com memorial descritivo;

III – cronograma físico-financeiro;

IV – previsão de início das atividades propostas;

V – Previsão de faturamento mensal e indicação de novos empregos diretos e indiretos a serem gerados;

VI – previsão do impacto ambiental e sua compensação, mediante apresentação do projeto de recuperação ambiental, se necessário;

VII – Autorização dos órgãos ambientais e dos órgãos de segurança, para construção do investimento;

VIII – apresentação de certidões negativas municipais, estaduais e federais, entre elas as do INSS e do FGTS;

IX – Outros documentos e informações técnicas que a administração municipal julgar necessários à avaliação.

§2º. Ao analisar os projetos o Executivo considerará prioritariamente:

I – a geração de novos empregos diretos e indiretos;

II – Movimento econômico efetivamente gerado no Município de Arroio Trinta;

III – utilização de matéria prima local;

IV – a necessidade ou conveniência de estimular a ampliação do estabelecimento existentes ou a instalação de empreendimentos novos;

V – o valor do investimento e sua provável influencia no desenvolvimento do Município.

VI - aplicação de tecnologia;

VII - efeito multiplicador da atividade;

VIII - obras sociais ou comunitárias;

IX - o prazo, o mais breve possível, para o início das atividades;

X - empreendimentos voltados à qualidade ambiental.

Art. 4º Às entidades beneficiadas com os incentivos econômicos e fiscais é vedado:

I – alienar os imóveis recebidos do poder público Municipal sem prévia autorização deste, antes de decorridos 10 (dez) anos do início das atividades propostas;

II – dar utilização diversa da prevista no projeto ao empreendimento enquadrado nos benefícios desta Lei, sem prévia autorização da Prefeitura, antes do decurso do prazo de 10 (dez) anos do início ou ampliação das atividades.

Art. 5º Cessarão os benefícios concedidos pela presente Lei às empresas que deixarem de cumprir os propósitos constantes dos projetos, ficando obrigados ao recolhimento aos cofres públicos Municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos, acrescidos de juros legais e correção monetária, em parcelas mensais e sucessivas, não superiores a 10 (dez) prestações.

§1º. Reverterão ao Município de Arroio Trinta os imóveis concedidos a título de estímulos econômicos, bem como suas benfeitorias, sem direito a indenização quando:

I - Não utilizados em sua finalidade;

II - Não cumprido os prazos estipulados;

III - Paralisação das atividades por período superior a 3 (três)

meses;

IV - Transferência do estabelecimento para outro município;

V - Falência da empresa beneficiária.

§2º. Comprovada a má fé na utilização dos benefícios previstos nesta Lei, o poder público Municipal exigirá a reposição dos valores correspondentes aos benefícios concedidos, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 6º Os benefícios previstos nesta Lei não poderão atingir importância superior à 30% (trinta por cento) do total das imobilizações previstas nos projetos.

Art. 7º Não serão enquadradas para receber os incentivos previstos nesta lei:

I – Profissionais autônomos;

II – Concessionárias de serviços públicos;

III – Diversões públicas e motéis;

IV – Instituições Financeiras;

V – Atividades temporárias.

Art. 8º O Poder Executivo incluirá no Plano Plurianual projetos e metas para a concessão de estímulos econômicos e incentivos fiscais, incluindo previsões na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias os recursos pertinentes.

Art. 9º Outras regras para a concessão dos incentivos previstos na presente Lei, deverão ser estabelecidas para cada caso específico e mediante nova autorização legislativa.

Art. 10 A regulamentação desta Lei será feita através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 11 A aquisição do material a que se refere o inciso IV do artigo 2º desta Lei, no corrente exercício, correrá à conta das dotações próprias da Secretaria de obras e Serviços Públicos.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 914/2002.

Arroio Trinta – SC, 16 de outubro de 2017.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 16 de outubro de 2017.

Michel Junior Serighelli

Responsável

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0064/2017 - DL

Publicação Nº 1407796

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ:82.826.462/0001-27  
Rua XV de Novembro, 26 - Centro  
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

Processo Administrativo Nº 0120/2017 - DL  
Dispensa de Licitação Nº 0064/2017 - DL  
Setor(es) Solicitante(s): SEC. DE INFRAESTRUTURA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a presente Dispensa de Licitação, com fundamento conforme Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93, e demais legislação aplicável, tendo como OBJETO: AQUISIÇÃO DE FILTROS E LUBRIFICANTES DIRETO DA CONCESSIONÁRIA, PARA SUBSTITUIÇÃO NA REVISÃO DA ESCA-VADEIRA HIDRÁULICA LINK BELT 160 X2 nestes termos.

Modalidade: Dispensa De Licitação: Nº 0064/2017 - DL

Fornecedor: TRANSPOTECH PECAS E SERVICOS LTDA (01.964.690/0003-23)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	23652 - Óleo 15w40 CI-4 para motor diesel, em galões de 20 litros	Un	1	304,00	304,00
2	28072 - ÓLEO DOS EIXOS 1L	Un	15	15,00	225,00
3	28184 - ELEMENTO PRÉ FILTRO DE COMBUSTÍVEL	Un	1	132,25	132,25
4	23280 - Filtro Diesel	Un	1	165,00	165,00
5	28185 - ELEMENTO DO FILTRO DE ÓLEO	Un	1	176,80	176,80
6	28186 - FILTRO HIDRÁULICO SERVO PILOTO	Un	1	301,40	301,40
7	28187 - ELEMENTO FILTRANTE DO SISTEMA HIDRÁULICO	Un	1	458,20	458,20
8	2859 - ELEMENTO FILTRANTE	Un	1	82,26	82,26
9	28188 - ELEMENTO DO FILTRO DE AR PARA MPC	Un	1	215,70	215,70
10	28189 - ELEMENTO DO FILTRO DE AR PARA MPC 2	Un	1	266,00	266,00
11	24845 - Filtro Cabine A/C Código: PKHR13340	Un	1	26,00	26,00
12	28190 - FILTRO CABINE AC INT	Un	1	26,00	26,00
13	28191 - CORRENTE DE TRANSMISSÃO DE BORRACHA	Un	1	307,20	307,20
14	28192 - CORRENTE DE TRANSMISSÃO DE BORRACHA 2	Un	1	456,00	456,00
15	5407 - ELEMENTO FILTRO DE COMBUSTÍVEL	Un	1	64,35	64,35
16	28193 - REPARO DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL	Un	1	38,30	38,30
17	28194 - GRAXA LUBRAX	Un	1	427,38	427,38
18	2250 - ADITIVO RADIADOR	Un	1	444,80	444,80
Total					4.116,64

Valor Total: R\$ R\$ 4.116,64 (quatro mil e cento e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Publique-se,

Arroio Trinta - SC, 17/10/2017.

Claudio Spricigo.

Prefeito Municipal

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0065/2017 - DL

Publicação Nº 1407809

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ:82.826.462/0001-27  
Rua XV de Novembro, 26 - Centro  
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

Processo Administrativo Nº 0122/2017 - DL

Dispensa de Licitação Nº 0065/2017 - DL

Setor(es) Solicitante(s): SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a presente Dispensa de Licitação, com fundamento conforme Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93, e demais legislação aplicável, tendo como OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE TESTE SELETIVO PARA OS CARGOS DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR E FARMACÊUTICO. nestes termos.

Modalidade: Dispensa De Licitação: Nº 0065/2017 - DL

Fornecedor: AMARILDO PEDRO BISCARO 40098737953 (20.287.570/0001-11)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	28195 - ELABORAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE FARMACÊUTICO.	Un	1	680,00	680,00
2	28183 - ELABORAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA DOIS CARGOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	Un	2	680,00	1.360,00
Total					2.040,00

Valor Total: R\$ R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Publique-se,

Arroio Trinta - SC, 20/10/2017.

Claudio Spricigo.

Prefeito Municipal

# Arvoredo

## PREFEITURA

### DECRETO 2.136

Publicação Nº 1408922

Decreto nº 2.136 de 13 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando o transcurso ao dia do servidor público que é comemorado no dia 28 de outubro;

Considerando a necessidade de contenção das despesas operacionais, para manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário das contas municipais;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo, dia 27 de outubro, sexta-feira, no período Vespertino, nas repartições da Prefeitura Municipal de Arvoredo nos Departamentos de Saúde – Administração – Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 13 de outubro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra  
JACIR NARDI  
Responsável pela publicação

### DECRETO 2.137

Publicação Nº 1408924

Decreto nº 2.137, de 23 de outubro de 2017.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal Art.100, inciso VIII, combinado com o Art. 2º. da Lei Municipal nº. 622 de 22 de março de 2007, e Alterações impostas pela Lei Municipal nº. 657 de 17 de outubro de 2007 e

Considerando, a necessidade de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, indicados pelas entidades,

#### DECRETA:

Art. 1o. Ficam reconduzidos para mais 02 (dois) anos, os seguintes

membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério do FUNDEB:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal, do órgão Municipal de Educação e do órgão Municipal de Administração e Gestão Financeira:

Titular – EDIVANE DA SILVA

Suplente – SILVIA MAIOLI ARALDI

Titular – JULIANO MENEGUZZI

Suplente – ANTONIO LUIZ CONTE

II – Representante dos professores da educação básica:

Titular – ELIZABETE BURIN BEVILAQUA

Suplente – GIOVANA CRISTINA SOMENSI

III – Representante dos diretores das escolas básicas públicas:

Titular – EDENI ZANLUCHI AIGNER

Suplente – SILVANE ZANCO NARDI

IV - Representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas:

Titular – CATIA MARCELA BIANCHIN

Suplente – ALMERIO FRANCISCO FINATTO

V – Representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular – CEDENIR PADOVA

Titular – ISANI TEREZINHA BERGAMASCHI

Suplente – FERNANDO PRADELLA

Suplente – JADERSON ANTUNES DE LIMA

VI – Representantes dos estudantes da educação básica pública:

Titular – GELSERY TEREZINHA BARRO CONTE

Titular – AIRTON NARDINO

Suplente – JOSEPHINA SALETE CHIOSSI MENIN

Suplente – ADRIANE INI MARAFON

VII – Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular – DENAIR VIECELLI DALLA BETHA

Suplente – GENE FATIMA SOMENSI GIARETTA

VIII – Representante do Conselho Tutelar a que se refere à Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Titular – ELIANE REOLON

Suplente – ALMIR JOSÉ NARDI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 23 DE OUTUBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado em

Data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão



# Aurora

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO CP 004/2017

Publicação Nº 1407886

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 03 de Novembro de 2017, às 09hs, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 039/2017, na modalidade de Chamada Publica.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Finalidade:

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA AMBIENTAL, ATENDENDO AOS REQUISITOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL, PARA PRESTAR SUPORTE NO ATENDIMENTO DE DEMANDAS E NECESSIDADES EXTRAORDINÁRIAS E/OU COMPLEMENTARES DE ANÁLISE DE PROJETOS, AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS LOCAIS, VISTÓRIAS E DEMAIS ATIVIDADES VOLTADAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

Aurora, 23 de Outubro de 2017.

Alfonso Maria Souza  
Prefeito Municipal

**Balneário Piçarras****PREFEITURA****CONTRATO 12/2017 - FME**

Publicação Nº 1408190

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
CONTRATO Nº 012/2017/FME de 18/10/2017  
REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017/FME  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 002/2017  
HOMOLOGADO EM 18/10/2017

Este Contrato tem como origem o Processo Administrativo nº 022/2017, Processo de Inexigibilidade nº 002/2017 e tem como objeto o fornecimento, em favor da CONTRATANTE, dos materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Ambiente Digital com conteúdos educacionais; Acompanhamento e Assessoramento Pedagógico; Avaliação Externa do Processo de Aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, exclusivamente para os alunos do 4º e 9º anos do ensino fundamental; e, Sistema de Gestão das Informações Educacionais, do qual a CONTRATADA é detentora exclusiva, em todo território nacional, dos direitos de publicação, comercialização e distribuição.

O regime de execução do presente Contrato será mediante o fornecimento de livros didáticos integrados; acompanhamento e assessoramento pedagógico às escolas indicadas pela CONTRATANTE; disponibilização de acessos, pela Internet, ao ambiente digital com conteúdos educacionais; avaliação do processo de aprendizagem e sistema de gestão das informações educacionais.

NÍVEL		ALUNOS	PREÇO ANUAL DA COLEÇÃO	VALOR ANUAL
Ensino Fundamental I	1º ao 5º ano	1.790	R\$ 414,00	R\$ 741.060,00
Ensino Fundamental II	6º ao 9º ano	1.284	R\$ 438,00	R\$ 562.392,00
TOTAL		3.074	TOTAL	R\$ 1.303.452,00

Este Contrato é firmado para o ano letivo de 2018, com vigência de 01/01/2018 à 31/12/2018, sendo passível de prorrogação, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, consoante faculta o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Balneário Piçarras, 18 de outubro de 2017.

EDITORA POSITIVO LTDA

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo municipal de Educação

**HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO 002/2017 ESPORTE**

Publicação Nº 1407811

**ATO DE HOMOLOGAÇÃO**

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal, HOMOLOGA o resultado do Processo Administrativo n. 02/2017 – FME, Chamamento n. 02/2017 – FME, o qual tem por objeto o apoio financeiro para compra de uniformes e material esportivo de divulgação para o projeto esporte verão 2018. Cotista/Doador: FRECHAL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. CNPJ 75.870.592/0001-00. Valor: R\$ 20.000,00. Balneário Piçarras, 19 de outubro de 2017. LEONEL JOSÉ MARTINS

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2017 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2017 - PMBP**

Publicação Nº 1408730

**PUBLICAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 065/2017 - PMBP

Pregão Presencial nº 045/2017 - PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço global, para aquisição de fogos de artifício com show pirotécnico (instalação e remoção dos fogos bem como a queima efetuada por técnico especializado comprovado através de licença blaster), para os eventos como o Réveillon 2017/2018 e Piçarraíá 2018. Recebimento dos Envelopes até: 08/11/2017 às 14h. Data da Sessão Pública: 08/11/2017 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanoel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 23 de outubro de 2017. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 071/2017**

Publicação Nº 1408327

PORTARIA Nº 071/2017

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe confere o Inciso II do Artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso XIX do Artigo 30 do Regimento Interno e a Lei Complementar Municipal nº. 125/2017 de 11/09/2017, REVOGA o ato instituído pela portaria nº 64/2017 e, por conseguinte EXONERA do cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO da Câmara Municipal o Sr. JOÃO PAULO DE SANTANA, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade (RG) nº 5.505.112 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 099.944.969-99, residente e domiciliado na Rua Vereador Altair de Souza, Lado 713, Nossa Senhora da Conceição, Município de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina.

REGISTRE-SE  
CIENTIFIQUE-SE  
PUBLIQUE-SE  
CUMPRE-SE

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2017  
João Bento Moraes  
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 003/2017**

Publicação Nº 1408364

RESOLUÇÃO Nº 003/2017

Constitui Comissão especial com a finalidade de obter diagnóstico e proposta para a Saúde Pública no âmbito do Município de Balneário Piçarras - SC.

A Câmara Municipal de Balneário Piçarras, Resolve:

Art. 1º. Fica constituída Comissão Especial com a finalidade de obter diagnóstico e Propostas para a Saúde Pública, no âmbito do Município de Balneário Piçarras.

Art. 2º. Compete a comissão Especial promover análise, estudo, levantamento e propor medidas de curto, médio e longo prazo junto aos órgãos federal, estadual e municipal, que possam levar a uma melhoria efetiva nas condições de saúde pública para o atendimento da população no âmbito do Município de Balneário Piçarras.

Art. 3º. A comissão será composta de 03 ( três) membros e terá prazo de funcionamento até o término da atual Legislatura.

Art. 4º. Aplica-se a Comissão Especial o disposto no capítulo II, Seção V, do regimento Interno da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2017  
João Bento Moraes  
Presidente

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°. 020/FMS/2017

Publicação N° 1408281

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N°. 020/FMS/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 10/11/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.  
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais para manutenção de aparelho de diagnóstico por imagem (Raios-X) de uso do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 23 de Outubro de 2017.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO N° 006/2017

Publicação N° 1408659

DECRETO DO LEGISLATIVO N° 006/2017

Adia a 36ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Balneário Rincão.

JORGE LUIZ AMORIM COSTA, Presidente da Câmara Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. Benevenuto José Lino, pai do Vereador Ramirez Lino, da bancada do PSD;

CONSIDERANDO o consternamento geral, a comoção e o sentimento de solidariedade que tomou conta dos vereadores e servidores desta Casa;

CONSIDERANDO a concordância da Mesa Diretora e de todos os Vereadores que compõe esta Casa.

DECRETA.

Art. 1º. Fica ADIADA a 36ª Sessão Ordinária do dia 24 de outubro de 2017, em virtude do falecimento do Sr. Benevenuto José Lino, pai do Vereador Ramirez Lino.

Art. 2º. A 36ª Sessão Ordinária será realizada no dia 25 de outubro de 2017, às 19:00h, na sede da Câmara Municipal de Balneário Rincão.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Balneário Rincão, 23 de outubro de 2017.

JORGE LUIZ AMORIM COSTA

Presidente

# Bandeirante

## PREFEITURA

### GABARITO FINAL CONCURSO 001\_2017

Publicação Nº 1408261

EDITAL Nº 10 DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017  
GABARITO FINAL – Após os recursos

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, torna público o Gabarito Final – Após os recursos, conforme segue:

Agente de Combate às Endemias					Vigilante Sanitário					Auxiliar de Enfermagem				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	4
1	C	D	A	B	1	D	A	B	C	1	A	B	C	D
2	D	A	B	C	2	A	B	C	D	2	B	C	D	A
3	C	D	A	B	3	B	C	D	A	3	D	A	B	C
4	C	D	A	B	4	C	D	A	B	4	C	D	A	B
5	A	B	C	D	5	C	D	A	B	5	A	B	C	D
6	B	C	D	A	6	D	A	B	C	6	A	B	C	D
7	D	A	B	C	7	D	A	B	C	7	B	C	D	A
8	C	D	A	B	8	A	B	C	D	8	C	D	A	B
9	C	D	A	B	9	C	D	A	B	9	C	D	A	B
10	D	A	B	C	10	D	A	B	C	10	D	A	B	C
11	C	D	A	B	11	B	C	D	A	11	B	C	D	A
12	C	D	A	B	12	A	B	C	D	12	A	B	C	D
13	D	A	B	C	13	C	D	A	B	13	C	D	A	B
14	A	B	C	D	14	B	C	D	A	14	B	C	D	A
15	D	A	B	C	15	A	B	C	D	15	A	B	C	D
16	D	A	B	C	16	B	C	D	A	16	C	D	A	B
17	B	C	D	A	17	C	D	A	B	17	A	B	C	D
18	A	B	C	D	18	A	B	C	D	18	D	A	B	C
19	A	B	C	D	19	D	A	B	C	19	B	C	D	A
20	B	C	D	A	20	A	B	C	D	20	C	D	A	B
21	D	A	B	C	21	C	D	A	B	21	C	D	A	B
22	C	D	A	B	22	D	A	B	C	22	D	A	B	C
23	D	A	B	C	23	B	C	D	A	23	B	C	D	A
24	A	B	C	D	24	D	A	B	C	24	D	A	B	C
25	B	C	D	A	25	C	D	A	B	25	C	D	A	B
26	D	A	B	C	26	B	C	D	A	26	B	C	D	A
27	C	D	A	B	27	D	A	B	C	27	D	A	B	C
28	A	B	C	D	28	A	B	C	D	28	A	B	C	D
29	B	C	D	A	29	D	A	B	C	29	D	A	B	C
30	B	C	D	A	30	A	B	C	D	30	A	B	C	D
31	C	D	A	B	31	A	B	C	D	31	A	B	C	D
32	C	D	A	B	32	D	A	B	C	32	D	A	B	C
33	D	A	B	C	33	B	C	D	A	33	B	C	D	A
34	D	A	B	C	34	D	A	B	C	34	D	A	B	C
35	C	D	A	B	35	C	D	A	B	35	C	D	A	B

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),  
em 23 de outubro de 2017.  
CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

**Barra Bonita****PREFEITURA****DECRETO Nº 977/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1408248

Decreto nº 977/2017, de 17 de outubro de 2017.

“Dispõe sobre prorrogação do prazo de validade de Concurso Público edital nº 001/2015 e dá outras providencias”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade ao inciso VI do art. 73 da Lei Orgânica Municipal, de 11 de dezembro de 1997;

Considerando que o Concurso Público nº. 001/2015 foi homologado em 28 de outubro de 2015, de acordo com Decreto Municipal nº805/2015.

Considerando que o disposto no item 10.5 do edital do Concurso Público nº. 001/2015 estabelece validade de 02 ano a partir de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

Considerando o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição federal de 1988, que vislumbra a possibilidade de prorrogação do prazo de validade por igual período.

Considerando que o prazo de validade do Concurso Público nº. 001/2015 termina em 28 de outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do Concurso Público nº. 001/2015, por mais 2(dois) anos, a partir de 28 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Barra Bonita, 17 de outubro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal de Barra Bonita

**EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017 GABARITO PRELIMINAR – ANTES DOS RECURSOS**

Publicação Nº 1408713

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

GABARITO PRELIMINAR – Antes dos recursos

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, torna público aos interessados, o Gabarito Preliminar – Antes dos recursos, conforme segue:

Serviços Gerais				Instrutor De Informática					Instrutor de Música	
	Tipo de Prova				Tipo de Prova					Tipo de Prova
	1	2			1	2	3			1
1	C	D		1	B	C	D		1	A
2	D	A		2	B	C	D		2	A
3	C	D		3	B	C	D		3	B
4	D	A		4	D	A	B		4	D
5	C	D		5	B	C	D		5	A
6	C	D		6	B	C	D		6	C
7	C	D		7	A	B	C		7	A
8	A	B		8	D	A	B		8	A
9	B	C		9	C	D	A		9	B
10	C	D		10	B	C	D		10	D
11	B	C		11	C	D	A		11	A
12	C	D		12	A	B	C		12	B



13	B	C		13	A	B	C		13	A
14	D	A		14	C	D	A		14	C
15	A	B		15	D	A	B		15	D
16	C	D		16	A	B	C		16	A
17	A	B		17	D	A	B		17	D
18	B	C		18	D	A	B		18	D
19	B	C		19	D	A	B		19	D
20	D	A		20	C	D	A		20	C

Auxiliar de Creche					Professor de Anos Iniciais – Habilitado e Não Habilitado					Professor de Artes – Habilitado e Não Habilitado		
	Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova	
	1	2	3	4		1	2	3	4		1	2
1	D	A	B	C	1	A	B	C	D	1	C	D
2	B	C	D	A	2	D	A	B	C	2	D	A
3	B	C	D	A	3	C	D	A	B	3	B	C
4	C	D	A	B	4	A	B	C	D	4	B	C
5	C	D	A	B	5	B	C	D	A	5	A	B
6	A	B	C	D	6	A	B	C	D	6	D	A
7	A	B	C	D	7	B	C	D	A	7	A	B
8	A	B	C	D	8	C	D	A	B	8	B	C
9	A	B	C	D	9	B	C	D	A	9	D	A
10	D	A	B	C	10	B	C	D	A	10	A	B
11	C	D	A	B	11	B	C	D	A	11	D	A
12	B	C	D	A	12	C	D	A	B	12	B	C
13	A	B	C	D	13	C	D	A	B	13	C	D
14	C	D	A	B	14	B	C	D	A	14	B	C
15	D	A	B	C	15	A	B	C	D	15	A	B
16	A	B	C	D	16	B	C	D	A	16	B	C
17	D	A	B	C	17	C	D	A	B	17	C	D
18	D	A	B	C	18	D	A	B	C	18	D	A
19	D	A	B	C	19	D	A	B	C	19	D	A
20	C	D	A	B	20	C	D	A	B	20	C	D

Professor de Ciências – Habilitado e Não Habilitado				Professor de Educação Física – Habilitado e Não Habilitado					Professor de Educação Infantil – Habilitado e Não Habilitado				
	Tipo de Prova				Tipo de Prova								
	1	2			1	2	3			1	2	3	4
1	B	C		1	C	D	A		1	C	D	A	B
2	A	B		2	A	B	C		2	B	C	D	A
3	A	B		3	D	A	B		3	A	B	C	D
4	B	C		4	A	B	C		4	C	D	A	B
5	B	C		5	B	C	D		5	D	A	B	C
6	B	C		6	C	D	A		6	C	D	A	B
7	A	B		7	B	C	D		7	B	C	D	A
8	A	B		8	B	C	D		8	C	D	A	B
9	A	B		9	D	A	B		9	D	A	B	C
10	C	D		10	A	B	C		10	B	C	D	A
11	C	D		11	D	A	B		11	A	B	C	D

12	C	D		12	C	D	A		12	C	D	A	B
13	C	D		13	C	D	A		13	C	D	A	B
14	B	C		14	B	C	D		14	B	C	D	A
15	A	B		15	A	B	C		15	A	B	C	D
16	B	C		16	B	C	D		16	B	C	D	A
17	C	D		17	C	D	A		17	C	D	A	B
18	D	A		18	D	A	B		18	D	A	B	C
19	D	A		19	D	A	B		19	D	A	B	C
20	C	D		20	C	D	A		20	C	D	A	B

Professor de Geografia – Habilitado e Não Habilitado			Professor de História – Habilitado e Não Habilitado				Professor de Inglês – Habilitado e Não Habilitado			Professor de Matemática – Habilitado e Não Habilitado			
	Tipo de Prova			Tipo de Prova				Tipo de Prova			Tipo de Prova		
	1			1	2	3		1			1	2	3
1	A		1	C	D	A	1	C		1	C	D	A
2	B		2	D	A	B	2	D		2	B	C	D
3	D		3	A	B	C	3	A		3	A	B	C
4	C		4	B	C	D	4	B		4	D	A	B
5	A		5	B	C	D	5	D		5	A	B	C
6	C		6	D	A	B	6	A		6	D	A	B
7	B		7	C	D	A	7	D		7	C	D	A
8	C		8	B	C	D	8	B		8	B	C	D
9	A		9	D	A	B	9	C		9	D	A	B
10	D		10	A	B	C	10	B		10	C	D	A
11	C		11	D	A	B	11	B		11	A	B	C
12	B		12	C	D	A	12	D		12	B	C	D
13	C		13	C	D	A	13	C		13	C	D	A
14	B		14	B	C	D	14	B		14	B	C	D
15	A		15	A	B	C	15	A		15	A	B	C
16	B		16	B	C	D	16	B		16	B	C	D
17	C		17	C	D	A	17	C		17	C	D	A
18	D		18	D	A	B	18	D		18	D	A	B
19	D		19	D	A	B	19	D		19	D	A	B
20	C		20	C	D	A	20	C		20	C	D	A

Para interposição de recursos contra o Gabarito Preliminar e questões da prova objetiva, os candidatos terão os dias 24 e 25 de outubro de 2017, sendo que os recursos devem ser interpostos pela internet, no site: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

Barra Bonita – SC, 23 de outubro de 2017.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

## EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº80/2017

Publicação Nº 1408117

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 80/2017

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital Tomada de Preço, objetivando a Contratação de mão de obra para colocação e pintura assoalho tabua corrida (isopor) na quadra esportiva do Centro Poli Esportivo Municipal Etelvi-no Favretto. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08h30min do dia 13 de novembro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30 horas do dia 13 de novembro de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra



Bonita, em 23 de outubro de 2017.

MOACIR PIROCA

PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 326, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1407981

PORTARIA Nº 326, de 23 de outubro de 2017.

“Concede diária, adiantamento e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.  
Resolve.

Art.1º- Conceder 2,00 (duas) diárias ao servidor Davi Zacaron, Matrícula nº 415601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 346,00 (trezentos e quarenta e seis reais ), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº064/2017 e Roteiro de Viagem nº029/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº63/2017, da Secretaria Municipal de Saúde.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de outubro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

### **PORTARIA Nº 327, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1408681

PORTARIA Nº 327, de 23 de outubro de 2017.

“Concede diária, adiantamento e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.  
Resolve.

Art.1º- Conceder 2,00 (duas) diárias ao servidor Maximino da Silva Dias, Matrícula nº 177203, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 346,00 (trezentos e quarenta e seis reais ), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº066/2017 e Roteiro de Viagem nº030/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº65/2017, da Secretaria Municipal de Saúde.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de outubro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### CONVITE 003/2017 PMBV

Publicação Nº 1408270

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 082/2017 - Convite nº 003/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade CONVITE para contratação de empresa para gravação de vídeo institucional, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 06/11/2017 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 06/11/2017 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Alexandre de oliveira. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 24 de outubro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### 2ª ERRATA DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017

Publicação Nº 1407734

ATO 006/CP/003/2017  
SEGUNDA RETIFICAÇÃO  
DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017

O Senhor Jean Michel Grundmann, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público a segunda retificação do edital de Concurso Público 003/2017 de Benedito Novo, conforme segue:

1. Fica alterado o cronograma do edital de Concurso Público a partir da data de divulgação do Gabarito Definitivo, pois a banca necessita de tempo hábil para analisar e responder os recursos contra as questões de prova, que passa a vigorar da seguinte forma:

Evento	Data Prevista
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> ).	24/10/17
Classificação Preliminar	25/10/17
Recursos contra a classificação preliminar	26 e 27/10/17
Classificação Final	30/10/17
Homologação do resultado Final	Após 30/10/17

2. As demais normas do edital 003/2017 permanecem inalteradas.

BENEDITO NOVO, 19 de outubro de 2017.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017 - RETIFICADO

Publicação Nº 1407738

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017  
(Retificado conforme ato 001 e 002/2017)

Abre inscrições e define normas para o Concurso Público destinado ao provimento de vagas existentes para o Quadro Geral dos Servidores do Município de Benedito Novo - SC e para o provimento de vagas nos Empregos Públicos dos Programas Federais ESF no Município de Benedito Novo - SC e dá outras providências.

O Senhor Jean Michel Grundmann, Prefeito de Benedito Novo, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Concurso Público para provimento de vagas existentes do Quadro Permanente dos Servidores do Poder Executivo do Município de Benedito Novo e, para o provimento de vagas nos Empregos Públicos dos Programas Federais Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Município de Benedito Novo, que serão regidos pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

#### 1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será executado sob a responsabilidade do Instituto O Barriga Verde-IOBV, localizado na Rua Coronel Feddersen, 1065, Sala 201, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: [concursos@iobv.org.br](mailto:concursos@iobv.org.br).

1.2. A fiscalização e supervisão do Concurso Público está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 248/2017.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	04/09/17 a 03/10/17
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	Até 21/09/17
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	02/10/17
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	04/10/17
Prazo final para envio dos títulos via correio Sedex/ar	03/10/17
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	03/10/17
Homologação das Inscrições e divulgação das inscrições indeferidas de todos os candidatos.	06/10/17
Recursos contra indeferimento das inscrições	09 e 10/10/17
Divulga Locais de PROVA	11/10/17

PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS E PROVA PRÁTICA	15/10/17
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	16/10/17
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar	17 e 18/10/17
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	24/10/17
Classificação Preliminar	25/10/17
Recursos contra a classificação preliminar	26 e 27/10/17
Classificação Final	30/10/17
Homologação do resultado Final	Após 30/10/17

1.4. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no site do Concurso Público na Internet: [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

1.6. O Edital do concurso público também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Benedito Novo na Internet: <http://www.beneditonovo.sc.gov.br/> e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina - DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.9. Os cargos públicos serão contratados sob o regime estatutário, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 004/1995 e os Empregos Públicos sob o regime CLT, conforme legislação federal, contratados enquanto existir o referido programa.

1.10. Durante o prazo de validade do concurso, o aprovado excedente tem prioridade sobre os novos concursados, no preenchimento dos cargos na mesma carreira.

1.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.12. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.13.

1.13. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

Endereço para remessa via posta de documentos:

IOBV – CONCURSO PÚBLICO DE BENEDITO NOVO

Rua Coronel Feddersen, número 1065, Sala 201 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.14. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

## 2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

## 3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Concurso Público destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Concurso Público.

3.2. Os cargos/especialidade, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Concurso Público, encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.

3.3. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da admissão após a convocação.

## 4. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A participação no concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

3.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.



3.3. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.

3.4. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, nº 5070, Centro, Benedito Novo /SC, no horário de atendimento das 08:00h às 12:00.

3.5. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

3.6. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

3.7. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) em "concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Benedito Novo Edital 003/2017;

b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.

c) Cadastrar-se no portal [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)

d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas Agências do Bradesco, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.8. O IOBV e a Prefeitura de Benedito Novo eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

3.9. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Concurso Público, deverá ser atualizado no cadastro on-line do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: [concursos@iobv.org.br](mailto:concursos@iobv.org.br). Após a data de publicação do resultado do Concurso Público, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Benedito Novo.

3.10. O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 110,00 (cento e dez reais);

b) Para cargos com exigência de ensino fundamental: R\$ 50,00 (cinquenta reais);

3.11. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

3.12. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Bradesco cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 237.

3.13. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.14. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.

3.15. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

3.16. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.17. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.18. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

3.19. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

3.20. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.

3.21. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.

3.22. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

3.23. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

3.24. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.25. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

3.26. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

3.27. As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Concurso Público no endereço [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

#### 4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

##### 4.1. São isentos da taxa de inscrição neste Concurso Público:

- a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567/1997.)
- b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).
- a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: deverão no momento da inscrição on-line, solicitar a isenção (CADÚnico) e preencher o nº do NIS.
- b) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):
  - Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo IV);
  - Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.
- 4.2. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.
- 4.3. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.
- 4.4. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.
- 4.5. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.
- 4.6. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição
- 4.7. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.
- 4.8. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

#### 5. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 5.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Concurso Público, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso, nos termos, da Lei Complementar Municipal 004/1995.
- 5.2. No caso deste edital, a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas para o cargo, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no Concurso Público será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga que vier a surgir para o cargo efetivo o qual concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) cargos providos.
- 5.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.
- 5.4. Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.
- 5.5. Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento de Inscrição. (inscrição on line), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar, no endereço do item 1.13 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:
  - a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo V);
  - b) Cópia do comprovante de inscrição;
  - c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo V do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.
- 5.6. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.
- 5.7. O candidato com deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.
- 5.8. Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.
- 5.9. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências disposta no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.
- 5.10. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, ledor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo V) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.12, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.
- 5.11. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.
- 5.12. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados, serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Benedito Novo, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.
- 5.13. Será excluído do Concurso Público o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:
  - a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja contatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

5.14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

## 6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), na data constante do cronograma deste edital.

6.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do concurso na internet [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

6.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

## 7. OUTROS REQUERIMENTOS

### 7.1. Candidata lactante

7.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;

b) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

7.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

### 7.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

7.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.12), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

7.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro posta de entrega da correspondência.

## 8. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

8.1. O concurso público, a que se refere o presente edital, compreenderá o exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em uma ou duas etapas dependendo do cargo, conforme segue:

8.2. Cargo de Operador de máquina, constará de 2 etapas:

a) Primeira Etapa- Prova escrita com questões objetivas, de caráter classificatório;

b) Segunda Etapa- Prova Prática, de caráter classificatório/eliminatório, para os candidatos presentes na prova escrita.

8.3. Cargos de Nível Superior, constará de 2 etapas:

a) Primeira Etapa- Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório;

b) Segunda Etapa: Prova de Títulos, de caráter classificatório, para os candidatos aprovados na prova escrita, com nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

8.4. Todos os demais cargos, constará de uma única etapa, ou seja prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na nota final da prova objetiva, já considerados os seguintes critérios de desempate.

## 10. DA PROVA ESCRITA

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Benedito Novo -SC, em locais que serão divulgados quando da homologação das inscrições, no endereço eletrônico do Concurso Público: [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Benedito Novo locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Benedito Novo .

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, dos quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

Cargos com Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Matemática	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,60	6,00
	Total	20		10,00

Cargos com Escolaridade: Ensino Superior Completo (3 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
	Gerais e atualidades	5		
	Legislação e Administração pública	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	25	0,28	7,00
	Total	40		10,00

10.6. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

10.7. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.8. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.9. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.10. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

10.11. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- a) Cujas respostas não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.12. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.13. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

## 11. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS ESCRITAS

11.1. A prova escrita será aplicada na cidade de Benedito Novo, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Evento	Horários MATUTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50min
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequência início das provas.	8h52min
Início da resolução da prova.	9h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	10h00
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta dos cargos de Ensino Fundamental incompleto	11h00
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta dos cargos de nível Superior	12h00

11.3. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), considerando que os portões dos locais que dão acesso às salas de provas, fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.4. Os portões que dão acesso às salas de provas, dependendo do local poderá ser as portas de blocos, alas, setores e etc., devendo o candidato comparecer ao local designado para a realização das provas com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, para garantir estacionamento e identificar corretamente a localização das salas.

11.5. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Concurso Público.

11.6. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do concurso na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.7. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

11.8. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.9. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.10. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do



candidato e sua assinatura.

11.11. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.12. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.13. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta; (não serão fornecidas caneta no local)

b) Documento de Identificação com foto;

c) Original do Comprovante do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;

d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

11.14. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição medica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova ), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

11.15. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizarão pela guarda de qualquer armamento.

11.16. Os telefone celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.

11.17. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do concurso, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.18. É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;

11.19. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica o vídeo.

11.20. O IOBV e Prefeitura Municipal de Benedito Novo não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos matérias, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.21. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

11.23. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

11.24. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.25. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) no dia seguinte ao da realização da prova.

11.26. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

11.27. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do concurso público.

11.28. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

11.29. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio do recinto, ou ligar o celular antes de se retirar do recinto.

11.30. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.31. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.32. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto o Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.33. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto o Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.34. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

## 12. DA PROVA DE TÍTULOS

12.1. A segunda etapa do Concurso Público consiste na Prova de Títulos para os cargos de nível superior, de caráter unicamente classificatório.

12.2. A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação na área/disciplina para a

qual se inscreveu.

12.3. Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

12.4. Os diplomas de cursos de pós-graduação em mestrado ou doutorado emitidos no exterior, deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial. Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 1º de janeiro de 2017, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas o trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

12.5. Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, por SEDEX, os seguintes documentos:

a) Original ou cópia simples do Comprovante de inscrição;

b) Cópia autenticada em cartório do título que deseja ser avaliado.

12.6. Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV no prazo das inscrições conforme data do cronograma deste Edital, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

12.7. Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

12.8. Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

12.9. Documento Exigido:

a) Pontuação:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	0,50
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	0,75
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	1,00

12.10. A nota da Prova de Títulos (no máximo 1,00 ponto) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

12.11. A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

12.12. Só serão avaliados os títulos dos candidatos cuja nota na prova escrita for igual ou superior a 5,00.

### 13. DA PROVA PRÁTICA

13.1. A prova prática consistirá na demonstração dos conhecimentos de habilidades dos candidatos através da execução de uma ou mais tarefas relacionadas às funções correspondentes a cada cargo.

13.2. A Prova Prática terá caráter classificatório/eliminatório, sendo eliminado o candidato que não comparecer na prova escrita e que não atingir nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na nota final aplicada pela forma de cálculo.

13.3. A nota da prova prática será somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula:  $NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$ .

#### 13.4. DA DATA, HORÁRIO E DETERMINAÇÕES GERAIS DA PROVA PRÁTICA

13.4.1. A prova prática será realizada na mesma data da prova escrita, conforme os candidatos forem terminado a mesma, em local a ser anunciado no momento da prova.

13.4.2. Caso o número de candidatos inscritos neste concurso seja em número elevado, que impossibilite a realização na mesma data da prova escrita, os mesmos serão convocados quando da homologação das inscrições para outra data apropriada.

13.4.3. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar no local e horário de concentração, até as 11h30 da manhã, para identificação, chamada e receber instruções, vestidos com trajes e calçados de acordo com as atividades exercidas, portando documento de identificação com foto, não se aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

13.4.4. Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

13.4.5. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

13.4.6. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na data da prova.

13.4.7. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Benedito Novo, no estado em que se encontrarem.

13.4.8. Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.

13.4.9. O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.

13.4.10. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

13.4.11. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de realização e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

13.4.12. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

13.4.13. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.

13.4.14. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

13.4.15. A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem



sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.

13.4.16. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

13.4.17. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

### 13.5. DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA OPERADOR DE MÁQUINAS

13.5.1. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas inerentes ao cargo, a serem realizadas individualmente pelo candidato, tarefas estas previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de até 20 (vinte) minutos para a execução da prova.

13.5.2. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o equipamento, seu aproveitamento, técnica e produtividade.

13.5.3. Os candidatos realizarão a prova, no seguinte equipamento:

a) Máquina retroescavadeira;

13.5.4. Não será permitido escolher outro tipo de equipamento para a realização da prova prática.

13.5.5. A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

13.5.6. Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar carteira de habilitação categoria "C" a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderão realizar a prova.

13.5.7. O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

13.5.8. Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

13.5.9. A obtenção da nota mínima para que o candidato seja classificado, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer da execução da tarefa proposta serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados
Faltas Graves	1,00
Faltas Médias	0,50
Faltas Leves	0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO utilizou corretamente a máquina, para não danificar o equipamento durante a tarefa.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina em baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

Faltas Médias: Habilidades do Operador

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular.
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

Faltas Leves: Verificação do Equipamento

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu os instrumentos de painel como, nível de combustíveis e nível de óleo."

13.5.10. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

13.5.11. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso.

### 14. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

14.1. Para os cargos com prova prática a nota final do candidato será através da seguinte fórmula:

$$NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$$

14.2. Para os cargos com prova de títulos a Nota Final do candidato será através da seguinte fórmula:

NF = NPE + NPT.

14.3. Nota final para todos os demais cargos: NF = NPE

Sendo:

NF= Nota final

NPE = Nota Prova Escrita

NPT = Nota Prova Títulos

NPE = Nota da Prova Prática

14.4. Serão considerados aprovados neste concurso os candidatos que obtiverem Nota Final igual ou superior a 5,00 (cinco).

14.5. Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

14.6. Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

14.7. Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Básicos;
- c) Beneficiados pela Lei 11.689/2008, devidamente habilitados na forma do Edital; tribunal do júri.
- d) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

14.8. As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

## 15. DOS RECURSOS

15.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

15.2. Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Concurso Público na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

15.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

15.3.1. Recursos Via Internet:

- a) Acessar a área do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 01/2017 de BENEDITO NOVO.
- c) Na coluna "meus recursos" clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- h) Clicar em "enviar"

15.3.2. Recursos presencial ou via postal:

- a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VI, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.13 deste edital.
- b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VI) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviará para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.13, via sedex/ar.

15.3.2.1. O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

15.4. Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

15.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

15.6. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

15.7. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

15.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

15.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

15.10. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

15.11. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

15.12. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

15.13. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

15.14. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação

e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

15.15. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

#### 16. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1. A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

16.2. Os atos e resultados serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

#### 17. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

17.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de BENEDITO NOVO, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

17.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido na Lei Complementar Municipal nº 004/1995 e suas alterações, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Benedito Novo e Lei Complementar Municipal nº 120/2014, que dispõe sobre os Empregos Públicos do Município de Benedito Novo.

17.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de BENEDITO NOVO.

17.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

17.5. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

17.6. O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

17.7. O candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

17.8. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de BENEDITO NOVO, até a data estabelecida conforme item 17.6, será excluído da vaga deste Concurso Público.

17.9. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de BENEDITO NOVO.

17.10. A inobservância do subitem 17.9, implicará na desclassificação da vaga do Concurso Público.

17.11. Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

17.12. O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

#### 18. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

18.1. Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- Receber os requerimentos de inscrições;
- Emitir os documentos para homologação das inscrições;
- Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- Analisar e pontuar os títulos;
- Apreciar os recursos previstos neste edital;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- Responder, em conjunto com o município de BENEDITO NOVO eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

18.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada por ato oficial.

18.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de BENEDITO NOVO.

#### 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

19.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Concurso Público e respostas de recursos.

19.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de BENEDITO NOVO, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

19.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

19.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.  
 19.6. O Município de BENEDITO NOVO e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

19.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

19.8. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

19.9. No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de entrega.

19.10. É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de BENEDITO NOVO como do IOBV.

19.11. Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

19.12. A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de BENEDITO NOVO e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

19.13. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de BENEDITO NOVO e do IOBV.

19.14. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Timbó/SC.

19.15. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

19.16. Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II – Atribuições dos Cargos; Anexo III – Conteúdo Programático; Anexo IV – Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição; VI – Requerimento de Recursos.

BENEDITO NOVO, 01 de setembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

#### QUADRO I - CARGO COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO MENSAL R\$	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	Cargo	TIPO PROVA	Taxa de Inscrição
1. Operador de Máquinas	1	40h/s	1.247,57	Anos iniciais do Ensino Fundamental, CNH - "C".	Cargo público	Escrita Objetiva e Prática	50,00

#### QUADRO II - CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE "ENSINO SUPERIOR"

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO MENSAL R\$	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	Cargo	TIPO PROVA	Taxa de Inscrição
2. Engenheiro Civil	1	20h/s	2.791,86	Curso de Nível Superior na área de atuação, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão e CNH categoria mínima "B"	Cargo Público	Escrita Objetiva e Títulos	110,00
3. Engenheiro Florestal	1	20h/s	2.795,62	Graduação em Engenharia Florestal e CNH categoria mínima "B"	Cargo Público	Escrita Objetiva e Títulos	110,00
4. Instrutor de Esportes – Patinação	1	10h/s	800,00	Graduação Completa ou quinta fase de Educação Física e Certificação de participação em Curso de Patinação Artística	Cargo Público	Escrita Objetiva e Títulos	110,00
5. Médico Clínico Geral ESF	1	40h/s	13.086,79	Curso Superior de Medicina, Registro no órgão Fiscalizar da Profissão e CNH categoria mínima "B"	Emprego Público	Escrita Objetiva e Títulos	110,00
6. Médico Veterinário	1	40h/s	4.362,26	Curso de Nível Superior na área de atuação, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão e CNH categoria mínima "B"	Cargo Público	Escrita Objetiva e Títulos	110,00
7. Psicopedagogo (EXCLUÍDO)	1	8h/s	969,40	Formação em nível superior em licenciatura plena em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia	Cargo Público	Escrita Objetiva e Títulos	110,00

#### ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS



**OPERADOR DE MAQUINA**

Cabe a responsabilidade de conduzir, operar, acionar comandos, referente ao maquinário pesado da municipalidade tais como retro-escavadeiras e carregadeiras de todas as espécies, trator-esteira, tratores de todas as espécies, moto niveladoras de todas as espécies, rolos compactadores de todas as espécies, pás carregadeiras de todas as espécies, escavadeiras hidráulicas de todas as espécies, entre outros; dirigir os equipamentos cuja habilitação mínima exigida para o cargo público lhe for possível, recolher o equipamento à garagem ou ao estacionamento designado no final da jornada de trabalho; manter os equipamentos em perfeitas condições de conservação e funcionamento e proceder à limpeza do equipamento; controlar e providenciar a lubrificação e/ou abastecimento do equipamento, bem como a reposição de materiais ou peças; comunicar ao responsável o momento das revisões necessárias e preventivas para a manutenção e reparos do equipamento; registrar, ao final da jornada de trabalho, e na entrega do equipamento, todas as ocorrências havidas, especialmente o montante da quilometragem rodada e a quantia do abastecimento do combustível entre outras atividades correlatas decorrentes das atribuições do órgão em que se encontrar lotado; executar atividades correlatas.

**ENGENHEIRO CIVIL**

Planejar, organizar, executar e controlar projetos na área da construção civil, realizar investigações e levantamentos técnicos, definir metodologia de execução, desenvolver estudos ambientais, revisar e aprovar projetos, especificar equipamentos, materiais e serviços; Orçar a obra, compor custos unitários de mão de obra, equipamentos, materiais e serviços, apropriar custos específicos e gerais da obra; Executar obra de construção civil, controlar cronograma físico e financeiro da obra, fiscalizar obras, supervisionar segurança e aspectos ambientais da obra; Prestar consultoria técnica, periciar projetos e obras (laudos e avaliações), avaliar dados técnicos e operacionais, programar inspeção preventiva e corretiva e avaliar relatórios de inspeção; Controlar a qualidade da obra, aceitar ou rejeitar materiais e serviços, identificar métodos e locais para instalação de instrumentos de controle de qualidade; Elaborar normas e documentação técnica, procedimentos e especificações técnicas, normas de avaliação de desempenho técnico e operacional, normas de ensaio de campo e de laboratório; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

**ENGENHEIRO FLORESTAL**

Efetuar a supervisão, coordenação, assessoria e orientação técnica para o melhoramento florestal; recursos naturais renováveis; produtos florestais, sua tecnologia e sua industrialização; processos de utilização de solo e de floresta; ordenamento e manejo florestal; mecanização na floresta; implementos florestais; planejamento, projetos e especificações; estudo de viabilidade técnico-econômica; laudo e parecer técnico, com documentação; participar conforme a política interna do Município, de projetos, cursos, treinamento, eventos, comissões, convênios e programas; desempenhar as atividades segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental; executar tarefas pertinentes à área de atuação; e executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

**INSTRUTOR DE ESPORTES**

Executar tarefas relacionadas às práticas desportivas em geral, desenvolver atividades de recreação e lazer junto à comunidade; desenvolver atividades de terapia ocupacional com idosos; atender os professores em quadras e eventos diversos, colaborando no desenvolvimento das atividades programadas; desempenhar outras tarefas semelhantes e afins.

**MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF**

Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias cadastradas nas equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; realizar consultas médicas, procedimentos, atividades em grupo e conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual ou municipal, observadas as disposições legais da profissão, solicitar exames complementares, prescrever medicações e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS em conjunto com os outros membros da equipe; contribuir, participar, e realizar atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e outros membros da equipe; participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde; executar suas ações dentro do código de ética profissional, respeitando os protocolos, normas e rotinas adotadas pela secretaria municipal de saúde; atender os usuários do SUS de forma humanizada e respeitosa, e, relacionar-se com a equipe de saúde dentro das regras de urbanidade e civilidade; fazer uso dos sistemas de informação do SUS disponíveis bem como do sistema próprio do município para digitação da produção mensal em sistema disponível informatizado; executar atividades correlatas.

**MÉDICO VETERINÁRIO**

Prevenção, controle e erradicação de agravos à saúde animal e zoonoses; tratamento das enfermidades e dos traumatismos que afetam os animais; controle da sanidade dos produtos e subprodutos de origem animal para o consumo humano; execução de ações pertinentes ao cumprimento das normas de implantação, registro, funcionamento, orientação, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos agroindustriais de produtos de origem animal ou vegetal; buscar também assegurar a qualidade, quantidade e a segurança dos estoques de alimentos de origem animal através do controle da saúde dos animais e dos processos que visam obter seus produtos; realizar cirurgias e outros procedimentos necessários em animais de pequeno e grande porte; entre outras atividades afins.

**PSICOPEDAGOGO**

Intervenção para a solução dos problemas de aprendizagem; com a utilização de métodos, técnicas e instrumentos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionadas com a aprendizagem; apoio psicopedagógico aos trabalhos realizados nos espaços institucionais; entre outras atividades correlatas.

**ANEXO III  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**ATENÇÃO:**

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

**CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO****PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero). Gêneros textuais: conto e fábula.

**MATEMÁTICA**

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****OPERADOR DE MAQUINAS**

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação e Operação: Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Noções de Manutenção, Conservação e Limpeza das Máquinas e Equipamentos de Trabalho. Utilização dos equipamentos apropriados para cada serviço específico. Cuidados necessários na utilização do equipamento com segurança. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual necessários para o desempenho da função. Princípios de manutenção de veículos e máquinas. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Conhecimentos básicos de primeiros socorros. Noções básicas de mecânica. Noções básicas de direção defensiva.

**CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR****PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Leitura e interpretação escrita e visual. Semântica e figuras de linguagem. Fonologia: ditongos crescentes e decrescentes, orais e nasais; tritongo oral e nasal e hiato. Dígrafos e Dífono. Classes morfológicas. Sintaxe do período simples e composto. Regras da nova ortografia. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Colocação pronominal. Texto jornalístico e publicitário. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

**GERAIS E ATUALIDADES**

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

**LEGISLAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (COMUM A TODOS OS CARGOS):** Constituição Federal, Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****ENGENHEIRO CIVIL**

Planejamento Urbano. Legislação Federal: Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Parcelamento de solo urbano; Contratos e licitações: contratos, aditivos contratuais, especificações técnicas, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000; Estatuto das Cidades; Política Nacional de Mobilidade Urbana; Novo Código Florestal Brasileiro; ABNT NBR 9050/04 e alterações. Legislação Estadual: Parcelamento de solo urbano. Geologia Aplicada à Engenharia; Resistência dos Materiais; Topografia; Urbanismo; Hidráulica; Materiais de Construção: propriedades, ensaios tecnológicos, tipos de materiais; Teoria das Estruturas; Estradas e Pavimentação; Hidrologia Aplicada; Mecânica dos Solos; Estruturas em Concreto Armado, Aço e Madeira; Estruturas em Concreto Pré-Moldado e Protendido; Fundações: investigação do solo, ensaios tecnológicos, propriedades, tipos de fundações; Planejamento de Obras: planejamento e controle de obras de engenharia, cronograma físico-financeiro; Orçamento de Obras: preparo e análise de orçamentos, custos diretos e indiretos, encargos sociais, quantificação de insumos e serviços, NBR 12721/06 (versão corrigida 2007), referências de preços, Decreto nº 7.983/2013; Saneamento Urbano; Equipamentos Urbanos; Gerenciamento na Construção Civil; Instalações Prediais; Tráfego e Transporte; Mobilidade; Cadastro Fiscal Imobiliário. Vistorias, perícias, avaliações, fiscalização, arbitramento, laudos e pareceres técnicos. Higiene e segurança do trabalho. Normas Técnicas da ABNT (NBR's) e Normas de Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (NR's). Legislação ambiental, resoluções do CONAMA, resíduos sólidos, tratamentos de resíduos, classificação dos resíduos.



**ENGENHEIRO FLORESTAL**

1. Sementes Florestais; 2. Manejo e Mensuração Florestal; 3. Dendrometria e Inventário Florestal; 4. Propriedades físicas e mecânicas da madeira; 5. Processamento primário e secundário da madeira; 6. Preservação e secagem da madeira; 7. Painéis a base de madeira; 8. Energia de biomassa florestal; 9. Bases ecológicas para conhecimento dos ecossistemas; 10. Formulação de indicadores ecológicos; 11. Legislação Florestal; 12. Manejo de paisagens e de bacias hidrográficas; 13. Dinâmica das paisagens florestais e agroflorestais; 14. Recuperação e restauração de Áreas Degradadas.

**INSTRUTOR DE ESPORTES**

Conhecimentos de técnicas e regras de jogos e desportos. Jogos recreativos. Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; nutrição e atividade física; socorros de urgência aplicados à Educação Física.

Dimensões históricas da Educação Física. Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; as questões de gênero e o sexismo aplicados à Educação Física; corpo, sociedade e a construção da cultura corporal de movimento. Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; nutrição e atividade física; socorros de urgência aplicados à Educação Física. Esporte e jogos na escola: competição, cooperação e transformação didático – pedagógica. Crescimento e desenvolvimento motor. Conhecimentos de técnicas e regras de jogos e desportos. Jogos Recreativos. Jogos Cooperativos. Conceitos e conhecimentos sobre esportes, jogos, lutas, ginástica. História, fundamentos, regras, equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquete, handebol, natação, voleibol, futebol, etc. Ética Profissional.

Psicomotricidade Geral. Fisiologia do Esporte. Capacidades Físicas: Força, flexibilidade e coordenação. Ginástica Geral. Ginástica Rítmica. Ginástica Artística. Dança Criativa/Expressiva. Exercícios básicos da patinação, tais como giros e saltos. Características do Processo de Composição Coreográfica. Qualidade e Eficiência no Serviço Público. Outros conhecimentos específicos exigidos para desempenho da função.

**MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF**

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infectologia: doenças sexualmente transmissíveis, vacinação, profilaxia anti-rábica; Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hidroeletrólíticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças Sexualmente transmissíveis; Doenças infecto-contagiosas e parasitárias; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia; Noções gerais de Epidemiologia das doenças infecto-contagiosas; Noções gerais de Epidemiologia das doenças crônico-degenerativas; Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Pré-natal; Planejamento Familiar; Sistemas de Informação do SUS; PMAQ; e-SUS.

**MÉDICO VETERINÁRIO**

Epidemiologia Geral: cadeia epidemiológica, formas de ocorrência de doenças em populações, profilaxia geral e prevenção. Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública: controle sanitário, projetos de saúde animal e saúde pública. Educação Sanitária. Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal: legislação e fiscalização sanitária, manipulação e armazenamento de produtos de origem animal. Clínica Médica e Cirurgia Veterinária: noções básicas com vistas de instituir diagnóstico, prognóstico e tratamento individual. Zootecnia: técnicas de criação, manejo, alimentação e produção animal. Reprodução.

**PSICOPEDAGOGO**

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação ,dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil. Alfabetização e Letramento.

**ANEXO IV****REQUERIMENTO**

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF

n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso Público 003/2017 da Prefeitura Municipal de BENEDITO NOVO, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

1 – ( ) Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: \_\_\_\_\_

CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

2) Condição Especial para realização da prova:

a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Intérprete de Libras

c) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

d) ( ) Leitura de Prova

e) ( ) Amamentação.

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

f) ( ) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

#### REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no cargo de \_\_\_\_\_ – Inscrição n.º \_\_\_\_\_ do Concurso Público 003/2017 da Prefeitura Municipal de Benedito Novo - SC residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[ ] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no edital, onde requeiro a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

#### REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Tipo de Recurso:

- ☐ 1 – Contra indeferimento de inscrição  
☐ 2 – Contra questão da prova ou gabarito preliminar  
☐ 3 – Contra a classificação preliminar  
☐ 4 – Outro: \_\_\_\_\_

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

Identidade:

CPF:

N.º da Questão:

Data:

OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Assinatura do Candidato

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

**EXTRATO DE CONTRATO 120/2017**

Publicação Nº 1407792

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 87/2017

EXTRATO DE CONTRATO 120/2017

Contratada: OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DIVERSOS PARA MOBILIAR A NOVA SEDE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Valor Contratado: R\$ 24.985,00

Vigência: 18/10/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 18/10/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 121/2017**

Publicação Nº 1408569

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 86/2017

EXTRATO DE CONTRATO 121/2017

Contratada: DUCA MÓVEIS LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DIVERSAS PARA MOBILIAR A NOVA SEDE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Valor Contratado: R\$ 9.463,20

Vigência: 18/10/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 18/10/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 122/2017**

Publicação Nº 1408580

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 86/2017

EXTRATO DE CONTRATO 122/2017

Contratada: JHONATAN BAGATOLI ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DIVERSAS PARA MOBILIAR A NOVA SEDE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Valor Contratado: R\$ 3.589,30  
Vigência: 18/10/2017 a 31/12/2017  
Data Assinatura: 18/10/2017  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 12º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016**

Publicação Nº 1407799

**PUBLICAÇÕES LEGAIS**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO  
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016  
PREGÃO PRESENCIAL nº 77/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC  
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de combustíveis para abastecer os veículos, máquinas e equipamentos das diversas secretarias.  
EMPRESA FORNECEDORA: ZUMMCAR EIRELI EPP  
JUSTIFICATIVA DO ADITIVO: Aumento do Diesel S10, Diesel S500 e da Gasolina Comum  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 04/10/2017 a 31/12/2017  
Benedito Novo (SC), 04/10/2017  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

**PORTARIA Nº 300/2017 - CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO**

Publicação Nº 1407984

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 300/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 108 e seguintes da Lei Complementar nº4, de 22-12-95,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença-prêmio a servidora IRIA BEIER SPIESS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, símbolo ASG I, anexo II, sub anexo I, do Quadro dos servidores Públicos Municipal de Benedito Novo, quinquênio de 17-04-2012 a 16-04-2017, com recebimento em Pecúnia.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2017.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 301/2017 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Publicação Nº 1407990

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 301/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JANETE PADILHA VOGEL, ocupante do cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério de Benedito Novo, de 15 (quinze) dias, a contar de 31-08-2017 a 14-09-2017.

Art.2º - Fica igualmente prorrogado até 08 de novembro de 2017, o prazo da licença para tratamento de saúde concedida a servidora JANETE PADILHA VOGEL, pelo Art. 1º desta Portaria, conforme a Declaração, Benefício nº 620.159.477-2, de 29-09-2017 do INSS.

Art.3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2017.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 302/2017 - EXONERA PROFESSOR I-20**

Publicação Nº 1407992

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 302/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.  
EXONERA PROFESSOR I-20

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, nesta data, em razão de Aposentadoria, a Servidora VERA NEHRING, que ocupava o cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, concedida em 16-11-2016 pelo INSS.

Art. 2º - Fica igualmente declarado vago, uma vaga no cargo de Professor I-20, P-I-20, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 303/2017 - EXONERA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I**

Publicação Nº 1407994

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	---	--

PORTARIA Nº 303/2017, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
EXONERA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, nesta data, a pedido, a Servidora FRANCIELE FATIMA ZONTA, que ocupava o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, Símbolo ASG-I, Anexo II, sub anexo I, do quadro de servidores do Município.

Art. 2º - Fica igualmente declarado vago, uma vaga no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, Símbolo ASG-I, Anexo II, sub anexo I, do quadro de servidores do Município.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 16 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 304/2017 - EXONERA PROFESSOR I-40**

Publicação Nº 1407995

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 302/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.  
EXONERA PROFESSOR I-20

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, nesta data, em razão de Aposentadoria, a Servidora VERA NEHRING, que ocupava o cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, concedida em 16-11-2016 pelo INSS.

Art. 2º - Fica igualmente declarado vago, uma vaga no cargo de Professor I-20, P-I-20, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 10 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 305/2017 - CONTRATA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I**

Publicação Nº 1407997

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 305/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONTRATA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Contratar, nesta data, JENIFER LIMA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, símbolo ASG-I, Anexo II, sub anexo I, do quadro de servidores do Município, pelo período de 17 de outubro de 2017 a 15 de dezembro de 2017, através do Processo

Seletivo 003/2016, e no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 19 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo



# Biguaçu

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101 DO PP 198/2017 – PMB.

Publicação Nº 1408197

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101 DO PP 198/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS (VIAS, PRAÇAS E PARQUES) POR TODA A ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

VENCEDOR: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 194.400,00

VIGÊNCIA: 24/10/2017 A 24/10/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 20 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 2939/2017

Publicação Nº 1408804

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 2939 de 11 de agosto de 2017.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) VALÉRIA CRISTINA DA SILVA, detentor(a) da matrícula 9825-1 e do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) VALÉRIA CRISTINA DA SILVA, detentor(a) da matrícula 9825-1 e do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 2001010.1.00057/16-8, da qual se extraiu o período de 06 (seis) anos, 06 (seis) meses e 24 (vinte e quatro) dias, com a ressalva da ausência de discriminação dos salários de contribuição dos períodos de janeiro de 1995 (01/1995), fevereiro de 1995 (02/1995), agosto de 2010 (08/2010) e outubro de 2010 (10/2010), para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 3385/2017

Publicação Nº 1407732

PORTARIA nº 3385 de 20 de outubro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FÁTIMA ROSÂNIA PEREIRA KARPINSKI, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV – MERENDEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 15/11/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/11/2017.

Biguaçu, 20 de outubro de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

### PORTARIA Nº 3392/2017

Publicação Nº 1408142

PORTARIA nº 3392 de 23 de outubro de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) KETTLYN PATRICIA DE OLIVEIRA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE EXATÓRIA – nível CC-4, na Secretaria Municipal da Receita, a partir de 23/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/10/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3393/2017**

Publicação Nº 1408172

PORTARIA nº 3393 de 23 de outubro de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/11/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3394/2017**

Publicação Nº 1408482

PORTARIA Nº. 3394 de 23 de outubro de 2017

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 2061/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Carlos Eduardo Peres, por meio da Portaria nº 2061/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando nº 11.048/20017.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 27/09/2017 a 25/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/09/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3395/2017**

Publicação Nº 1408484

PORTARIA Nº. 3395 de 23 de outubro de 2017

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 2839/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Ronaldo Cidrao Veríssimo, por meio da Portaria nº 2839/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando nº 11.569/2017.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 01/10/2017 a 30/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3396/2017**

Publicação Nº 1408523

PORTARIA Nº. 3396 de 23 de outubro de 2017

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Ramon Duarte, ocupante do cargo efetivo de Vigia; por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme Memorando Eletrônico n.º 11.718/2017, nos termos do art 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Ana Lúcia Lima da costa Pimenta Monteiro, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, Jaqueline Santos de Ávila, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Marina Petri Corrêa, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2693/2017, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 24/10/2017 a 22/12/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3397/2017**

Publicação Nº 1408524

PORTARIA Nº. 3397 de 23 de outubro de 2017

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Marcelo Chitolina, ocupante do cargo efetivo de

Professor III (Ciências); por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme Memorando Eletrônico nº 11.722/2017, nos termos do art 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município, Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2693/2017, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 24/10/2017 a 22/12/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 3398/2017**

Publicação Nº 1408525

PORTARIA nº 3398 de 23 de outubro de 2017.

Concede Adicional de Avaliação de Desempenho, nos termos dos art. 124, caput da Lei Complementar nº 51/2012 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Concede ao(a) servidor(a) SANDRA DA CUNHA SOUZA, detentor do cargo de provimento efetivo de Professor III (Língua Portuguesa), inscrito(a) na matrícula funcional nº 7208-1, Adicional de Avaliação de Desempenho, nos termos do art. 124, caput da Lei Complementar nº 51/2012.

Parágrafo único. O valor fixado para o Adicional de Avaliação de Desempenho concedido nos termos do caput deste artigo corresponde a 3% (três por cento) sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 3399/2017**

Publicação Nº 1408527

PORTARIA nº 3399 de 23 de outubro de 2017

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS com jornada de 40 horas semanais, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7279-3.

Art. 2º O período de concessão da licença para tratar de interesses particulares é de 11/10/2017 a 11/10/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/10/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 3400/2017**

Publicação Nº 1408529

PORTARIA nº 3400/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, IRACEMA DE SOUZA MAIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III (CIÊNCIAS) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 02/10/2017 a 30/03/2018.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 3401/2017**

Publicação Nº 1408531

PORTARIA nº 3401/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, PATRICIA FELICIDADE CATARINA BARON, ocupante do cargo de provimento temporário de ASSISTENTE SOCIAL, na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 02/10/2017 a 29/01/2018.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 30/01/2018 a 07/03/2018.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 3402/2017**

Publicação Nº 1408532

PORTARIA nº 3402/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, PATRICIA

TOLENTINO DE ARAUJO, ocupante do cargo de provimento temporário de ATENDNETE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 28/09/2017 a 25/01/2018.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 26/01/2018 a 24/02/2018.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3403/2017**

Publicação Nº 1408534

PORTARIA nº 3403/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, JANAINA DE JESUS MOREIRA, ocupante do cargo de provimento temporário de ATENDNETE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 06/10/2017 a 02/02/2018.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 03/02/2018 a 04/03/2018.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3404/2017**

Publicação Nº 1408536

PORTARIA nº 3404/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, BARBARA FAGANELLO COSTA, ocupante do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 08/10/2017 a 04/02/2018.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 05/02/2018 a 06/03/2018.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3405/2017**

Publicação Nº 1408540

PORTARIA Nº 3405/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JOYCE LUCIA MOREIRA SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10383/2017 em anexo no período de 19/10/2017 a 25/10/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3406/2017**

Publicação Nº 1408541

PORTARIA Nº 3406/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIZA RUTE VICENTE CARDOSO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10141/2017 em anexo nos períodos de 03/10/2017 a 03/10/2017 e de 05/10/2017 a 02/11/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3407/2017**

Publicação Nº 1408542

PORTARIA Nº 3407/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CAROLINE LOPES MARTINS, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10141/2017 em anexo no período de 17/10/2017 a 22/10/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 3408/2017**

Publicação Nº 1408545

PORTARIA Nº 3408/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ARIANA MARTINS, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10232/2017 em anexo no período de 16/10/2017 a 22/10/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3409/2017**

Publicação Nº 1408547

PORTARIA Nº 3409/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JOICE SOUZA FARIAS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10312/2017 em anexo no período de 16/10/2017 a 19/10/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3410/2017**

Publicação Nº 1408549

PORTARIA Nº 3410/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), IVONE BRAULINA MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10306/2017 em anexo no período de 17/10/2017 a 19/10/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3411/2017**

Publicação Nº 1408550

PORTARIA Nº 3411/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FABIO SALUM, ocupante do Cargo efetivo de ODONTÓLOGO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10139/2017 em anexo no período de 16/10/2017 a 22/10/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3412/2017**

Publicação Nº 1408551

PORTARIA Nº 3412/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), OSVALDO SILVA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA GERAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme memorando nº 11.361/2017 em anexo no período de 28/09/2017 a 24/12/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3413/2017**

Publicação Nº 1408553

PORTARIA Nº 3413/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIVANE BORDIGNON, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme memorando nº 6.304/2017 em anexo no período de 04/09/2017 a 01/11/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3414/2017**

Publicação Nº 1408554

PORTARIA Nº 3414/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SORAYA DERNER BECKHOUSER ALMEIDA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de 17/10/2017 a 20/10/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3415/2017**

Publicação Nº 1408557

PORTARIA Nº 3415/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSELY DUARTE DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de 16/10/2017 a 31/10/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3416/2017**

Publicação Nº 1408801

PORTARIA nº 3416 de 23 de outubro de 2017.

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;  
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;  
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;  
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos

específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ADAILTON MARTINS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico,  
ADENILSON LUIZ COELHO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
AGUINEI VILMAR CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Lazer,  
ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;  
ALINE TELLES DE MORAES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Saúde;  
ANDERSON DA SILVA FRANCISCO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico,  
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;  
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Administrativo;  
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
CHRISTIAN GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Planejamento e Gestão Participativa;  
CLAUDEMIR AIRES, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Transportes,  
CLAUDIA BREHEM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Centro de Convivência dos Idosos,  
CONRADO BERNARDI PETERSON, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Agrônomo,  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;  
DEISE REGIS DE MIRANDA KONS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral,  
DIONEI AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Operacional,  
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia,  
EDERSON LUIZ SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ELIANE BARCELOS PULCENA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional,  
ELIANE ROCHA DE CARVALHO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Apoio;



ELISIANE APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Temporário de Professor;  
EMERSON EVERALDO SOARES, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;  
EURICO RILLO DE CAMPOS JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
EVELISE MARA SCHMITT, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Vigilância Social;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FABIO ARAUJO MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Professor de Educação Física,  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GABRIEL CITATIN DE MELO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
GUSTAVO FREDERICO MARDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil,  
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
HERTO LUNARDELLI JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção de Obras em Geral,  
ISRAEL SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
IVANI NICODEMUS MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
JEAN ANDRE DE MARIA, ocupante do Cargo Efetivo de Pintor;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;  
JOÃO GUSTAVO ELIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil,  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
JOSE VALDEMAR SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte,  
KELLY DE AQUINO MULLER COUTINHO, ocupante do Cargo Temporário de Professor de Educação Física,  
LEANDRO DE SOUZA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário,  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Agente

de Endemias;  
LUAN DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Agricultura;  
LUCAS SCHMITZ, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico da Saúde;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCIO GUSMÃO DE LIMA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico,  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MAYARA VOLPINI TURRA, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheira Civil;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NILSON DE FARIAS, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Obras,  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Serviços Urbanos,  
PAOLA REIS PACHECO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO GEAN CHAGAS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Administrativo e Financeiro,  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PEDRO MORALES TOLENTINO LEITE, ocupante do Cargo Efetivo de Psicólogo;  
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
RICARDO JOSE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Cultura, Esporte Turismo e Lazer;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,  
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
RODRIGO LIMA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de gestão de Frotas,  
RONNIE MARKS MACIEL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
SADI PEIXOTO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de administração de cemitérios,  
SANDRO PERES MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Integração das Unidades de Saúde;  
SAUL DE MELLO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito,  
SEDIEL FLORES, ocupante de Cargo Comissionado de Gerente de Recursos Humanos;  
SILVIO SEVERINO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente

de Serviços Urbanos,  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO DE CARVALHO BORBA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico,  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
THOMAS SCHROEDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal,  
VALDIR JOSE FERRARI, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Operacional;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
WILLYAN LUCIANO, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 3211/2017.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

## REPUBLICAÇÃO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N29 - PMB

Publicação Nº 1408738

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2016 DO PP 130/2016.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de ônibus referente ao Transporte Escolar para substituir os ônibus da frota municipal quando estes necessitarem de manutenção e/ou reforma

EMPRESA: MMB TRANSPORTES LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 104.000,00

VIGÊNCIA: 26/09/2016 A 20/12/2016.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PP 11/2017-PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LÂMINAS, DENTES E PARAFUSOS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS.

EMPRESAS VENCEDORAS:

TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS P/ TRATOR – VALOR: R\$ 954,00;

SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA. EPP – VALOR: R\$ 29.034,00;

JULIO SILVESTRI FILHO ME – VALOR: R\$ 1.793,00

VALOR TOTAL: R\$ 31.781,00

VIGÊNCIA: 22/02/2017 A 22/02/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net).

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PP 55/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS.

ATA 17/2017

VENCEDOR: SILVIA REGINA CECHINEL

VALOR TOTAL: R\$ 17.863,29

ATA 18/2017

VENCEDOR: FRANCINI HENRIQUE

VALOR TOTAL: R\$ 17.863,29

ATA 19/2017

VENCEDOR: JAQUELINE PEREIRA

VALOR TOTAL: R\$ 23.817,78

VIGÊNCIA: 03/04/2017 A 03/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PP 56/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA.

ATA Nº 20/2017

VENCEDOR: FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME

VALOR TOTAL: R\$ 18.259,90

VIGÊNCIA: 05/04/2017 A 05/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PP 58/2017 – PMB

OBJETO: Aquisição de Óleos, filtros e aditivos para manutenção da frota de veículos, máquinas e caminhões da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

EMPRESAS:

SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PECAS LTDA - EPP

VALOR: 38.715,50

JULIO SILVESTRI FILHO ME

VALOR: 8.452,60

VIGÊNCIA: 06/04/2017 A 06/04/2018

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA 26 DE REGISTRO DE PREÇOS DO PP 62/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK PARA SERVIR OS EVENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

VENCEDOR: SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 208.862,60

VIGÊNCIA: 06/04/2017 A 06/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27 DO PP 86/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL

ESPECIALIZADO E HABILITADO EM MÚSICA, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS.

VENCEDOR: LINCOLN THIEGO ESPINDOL

VALOR TOTAL: R\$ 17.863,20

VIGÊNCIA: 12/02/2017 A 12/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28 DO PP 86/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO EM MÚSICA, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS.

VENCEDOR: HEITOR GERMAIEL ELIAS RODA ME

VALOR TOTAL: R\$ 11.907,00

VIGÊNCIA: 12/02/2017 A 12/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29 DO PP 67/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, OBRAS DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E PLANEJAMENTO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: CETEC COM. EM TREINAMENTOS ME

VALOR TOTAL: R\$ 26.295,64

VIGÊNCIA: 12/02/2017 A 12/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 DO PP 67/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, OBRAS DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E PLANEJAMENTO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: SEBOLD COM. ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 24.446,68

VIGÊNCIA: 12/02/2017 A 12/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31 DO PP 67/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, OBRAS DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E PLANEJAMENTO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: L&M COM. ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

VALOR TOTAL: R\$ 32.182,92

VIGÊNCIA: 12/02/2017 A 12/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04 DO PP 04/2017 – FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA EQUIPAR A SALA QUE SERÁ ESTRUTURADA NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA INSTALAÇÃO DA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO, E MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VACINAÇÃO.

VENCEDOR: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME

VALOR TOTAL: R\$ 3.360,00

VIGÊNCIA: 12/02/2017 A 12/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05 DO PP 04/2017 – FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA EQUIPAR A SALA QUE SERÁ ESTRUTURADA NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA INSTALAÇÃO DA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO, E MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VACINAÇÃO.

VENCEDOR: GILMAR SANI ME

VALOR TOTAL: R\$ 3.067,70

VIGÊNCIA: 12/02/2017 A 12/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06 DO PP 04/2017 – FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA EQUIPAR A SALA QUE SERÁ ESTRUTURADA NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA INSTALAÇÃO DA REDE DE FRIO DO MUNICÍPIO, E MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VACINAÇÃO.

VENCEDOR: JEFERSON DA SILVEIRA ME

VALOR TOTAL: R\$ 2.500,00

VIGÊNCIA: 12/02/2017 A 12/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32 DO PP 74/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS.

VENCEDOR: ADEMIR BOSQUETI MATEUS ME

VALOR TOTAL: R\$ 80.375,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33 DO PP 74/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS.

VENCEDOR: DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 16.880,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34 DO PP 79/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER BANHEIROS QUÍMICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BIGUAÇU - FAMABI.

VENCEDOR: RICARDO ALEXANDRE GABRIEL & CIA LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 112.740,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES.

VENCEDOR: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 244.860,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES.

VENCEDOR: PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 330.000,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº



37 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES. VENCEDOR: SANEAMENTO PRE MOLDADOS INDUSTRIA E COM. LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 75.200,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES. VENCEDOR: SOLIDA SERVIÇOS DE OBRAS EIRELI ME

VALOR TOTAL: R\$ 251.650,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES. VENCEDOR: VALDELI DOS CELIO DOS SANTOS EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 30.530,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES. VENCEDOR: VALDELI DOS CELIO DOS SANTOS EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 30.530,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES. VENCEDOR: DOGLAS SCAPIN EIRELI ME

VALOR TOTAL: R\$ 110.100,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42 DO PP 85/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA EM GERAL, PARA OS LOCAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VENCEDOR: GENOIR VAZ ME

VALOR TOTAL: R\$ 75.222,00

VIGÊNCIA: 24/04/2017 A 24/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43 DO PP 87/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS.

VENCEDOR: RODRIGO MONICO DE SOUZA

VALOR TOTAL: R\$ 11.908,89

VIGÊNCIA: 24/04/2017 A 24/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45 DO PP 87/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS.

VENCEDOR: EDSON PINTO DA LUZ

VALOR TOTAL: R\$ 23.817,78

VIGÊNCIA: 24/04/2017 A 24/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46 DO PP 53/2017 PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) PARA BOTIJÃO DE P45 E BOTIJÃO P13, DESTINADO A 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E E HABITAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VENCEDOR: COMPANHIA ULTRAGAZ S A

VALOR TOTAL: R\$ 166.165,00

VIGÊNCIA: 25/04/2017 A 25/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47 DO PP 45/2017 PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE QUILOMETRAGEM PARA TRANSPORTE DE TÉCNICOS, AGRICULTORES E GRUPOS ORGANIZADOS, DA ÁREA RURAL E PESQUEIRA DO MUNICÍPIO E TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, VAN E MICRO-ÔNIBUS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

VENCEDOR: C. C. TURISMO LTDA ME

VALOR TOTAL: R\$ 34.350,00

VIGÊNCIA: 25/04/2017 A 25/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48 DO PP 45/2017 PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE QUILOMETRAGEM PARA TRANSPORTE DE TÉCNICOS, AGRICULTORES E GRUPOS ORGANIZADOS, DA ÁREA RURAL E PESQUEIRA DO MUNICÍPIO E TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, VAN E MICRO-ÔNIBUS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

VENCEDOR: C. C. TURISMO LTDA ME

VALOR TOTAL: R\$ 34.350,00

VIGÊNCIA: 25/04/2017 A 25/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49 DO PP 45/2017 PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE QUILOMETRAGEM PARA TRANSPORTE DE TÉCNICOS, AGRICULTORES E GRUPOS ORGANIZADOS, DA ÁREA RURAL E PESQUEIRA DO MUNICÍPIO E TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, VAN E MICRO-ÔNIBUS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

VENCEDOR: COSTA SUL - AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 173.250,00

VIGÊNCIA: 25/04/2017 A 25/04/2018.

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO Nº 72 DE PREÇOS DO PP 141/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS E PRATELEIRAS PARA O USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

EMPRESA VENCEDORA: ABC & MÃO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS, CALHAS E ACESÓRIOS PARA VIDROS TEMPERADOS E COMERCIO DE AR CONDICIONADO EIRELI ME

VALOR TOTAL: R\$ 1.925,00

VIGÊNCIA: 27/06/2017 A 27/06/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34

DO PP 13/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

EMPRESA VENCEDORA:

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 54.326,94

VIGÊNCIA: 05/07/2017 A 05/07/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35 DO PP 13/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

EMPRESA VENCEDORA:

SOMA/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 240.179,60

VIGÊNCIA: 06/07/2017 A 06/07/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36 DO PP 13/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

EMPRESA VENCEDORA:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA VALOR TOTAL:

R\$ 39.208,14

VIGÊNCIA: 27/06/2017 A 27/06/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37 DO PP 13/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

EMPRESA VENCEDORA:

PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 12.627,50

VIGÊNCIA: 27/06/2017 A 27/06/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38 DO PP 13/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

EMPRESA VENCEDORA:

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 472.147,00

VIGÊNCIA: 27/06/2017 A 27/06/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39 DO PP 13/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

EMPRESA VENCEDORA:

PROSAUDE DISTR. DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR TOTAL: 239.980,00

VIGÊNCIA: 27/06/2017 A 27/06/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40 DO PP 13/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

EMPRESA VENCEDORA:

SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

VALOR TOTAL: 15.800,00

VIGÊNCIA: 27/06/2017 A 27/06/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41 DO PP 13/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

EMPRESA VENCEDORA:

SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 9.838,50

VIGÊNCIA: 27/06/2017 A 27/06/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42 DO PP 13/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

EMPRESA VENCEDORA

METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 11.771,66

VIGÊNCIA: 27/06/2017 A 27/06/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43 DO PP 13/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

EMPRESA VENCEDORA

TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 40.739,50

VIGÊNCIA: 27/06/2017 A 27/06/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32 DO PP 74/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS.

VENCEDOR: ADEMIR BOSQUETI MATEUS ME

VALOR TOTAL: R\$ 80.375,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74 DO PP 75/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 22.499,96

VIGÊNCIA: 10/07/2017 A 10/07/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76 DO PP 75/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: CETEC COMERCIO EM TREINAMENTOS EIRELI - ME

VALOR TOTAL: R\$ 34.702,64

VIGÊNCIA: 10/07/2017 A 10/07/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76 DO PP 75/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: CETEC COMERCIO EM TREINAMENTOS EIRELI - ME

VALOR TOTAL: R\$ 34.702,64

VIGÊNCIA: 10/07/2017 A 10/07/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77 DO PP 75/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: GIZELE REGINA DA SILVA ME VALOR TOTAL: R\$ 11.324,00

VIGÊNCIA: 10/07/2017 A 10/07/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79  
DO PP 75/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALI-  
MENTÍCIOS

VALOR TOTAL: R\$ 3.668,23

VIGÊNCIA: 10/07/2017 A 10/07/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80  
DO PP 75/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: MAYCON WILL EIRELLI ME

VALOR TOTAL: R\$ 86.692,92

VIGÊNCIA: 10/07/2017 A 10/07/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82  
DO PP 75/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: J.P DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA  
LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 1.369,92

VIGÊNCIA: 10/07/2017 A 10/07/2018.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83  
DO PP 75/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 42.033,20

VIGÊNCIA: 10/07/2017 A 10/07/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE  
BIGUAÇU, [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

## **REVOGAÇÃO PP 186/2017 PMB**

Publicação Nº 1408830

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Despacho de revogação

O Município de Biguaçu comunica as empresas participantes do  
Pregão Presencial nº 186/2017 - PMB, objetivando a "aquisição de  
Van Minibus, teto alto 16 lugares, para a Secretaria Municipal de  
Assistência Social e Habitação", que por conveniência administrati-  
va, resolve REVOGAR o processo licitatório em questão.

Biguaçu, 23 de outubro de 2017.

Daniel César da Luz  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 21.221/2017

Publicação Nº 1408648

PORTARIA Nº 21.221, DE 08 DE SETEMBRO DE 2017.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ CARLOS SENS, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 152/2017 E Nº 153/2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 473/2017, de 31/08/2017, da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, resolve:

DESIGNAR, a contar de 31 de agosto de 2017, o servidor público municipal LUIZ CARLOS SENS, matrícula nº 135186, CREA/SC nº 050785-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, para fiscalizar os seguintes contratos:

I - Contrato nº 152/2017 – Empresa Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda, que objetiva a implantação e pavimentação do Corredor Estrutural Norte - Trecho 2B, compreendendo a duplicação da Rua Dr. Pedro Zimmermann entre a estaca 340 até o final no cruzamento das Ruas Mario Giese e Ricardo Georg incluindo a implantação de rotatória neste cruzamento e pavimentação da Rua Mario Giese até a Ponte sobre o Ribeirão Itoupava, conforme projetos, planilhas e demais especificações constantes do Processo de Concorrência nº 1014/2017;

II - Contrato nº 153/2017 – Empresa SOTEPA – Sociedade Técnica de Estudos, Projetos e Assessoria Ltda., que objetiva a execução dos serviços de supervisão técnica e ambiental do 3º Grupo de Obras do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau compreendendo: a) Implantação e pavimentação do Corredor Estrutural Norte - Trecho 2B, compreendendo a duplicação da Rua Dr. Pedro Zimmermann entre a estaca 340 até o final no cruzamento das Ruas Mario Giese e Ricardo Georg incluindo a implantação de rotatória neste cruzamento e pavimentação da Rua Mario Giese até a Ponte sobre o Ribeirão Itoupava, conforme projetos, planilhas e demais especificações constantes do processo de Concorrência nº 1013/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de setembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal  
republicado por incorreção

### PORTARIA Nº 21.223/2017

Publicação Nº 1408650

PORTARIA Nº 21.223, DE 08 DE SETEMBRO DE 2017.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTINA KIESELBACH, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 149/2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da

Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 475/2017, de 31/08/2017, da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana – SEINFRA, resolve:

DESIGNAR, a contar de 31 de agosto de 2017, a servidora pública municipal CRISTINA KIESELBACH, matrícula nº 22875-7, CREA/SC nº 071469-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 149/2017 – Empresa Engeplan Terraplanagem Saneamento e Urbanismo Ltda, que objetiva a execução da obra de duplicação da Rua Humberto de Campos – Trecho 04: entre a Rua Marechal Deodoro e a Rua 7 de Setembro, com extensão de 1,3 Km, conforme projetos, planilhas e demais especificações constantes do Processo de Concorrência nº 1014/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de setembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal  
republicado por incorreção

### PORTARIA Nº 21.224/2017

Publicação Nº 1408652

PORTARIA Nº 21.224, DE 08 DE SETEMBRO DE 2017.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAWRENCE SILVA CAMPOS, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 151/2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 476/2017, de 31/08/2017, da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana – SEINFRA, resolve:

DESIGNAR, a contar de 31 de agosto de 2017, o servidor público municipal LAWRENCE SILVA CAMPOS, matrícula nº 22873-7, CREA/SC nº 070583-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 151/2017 – Consórcio MJRE – Construtora Ltda/SEEL Serviços Especiais de Engenharia Ltda, que objetiva a execução da obra de implantação e pavimentação do Binário da Rua Chile e da Rua República Argentina, trecho: entre a ponte Gov. Adolfo Konder e início do trecho já duplicado, após a Ponte dos Arcos, até as proximidades do entroncamento da Rua João Schneider e a Ponte do Anel Viário Norte e a Alça do Anel Viário Norte, extensão 4,2Km, conforme projetos, planilhas e demais especificações constantes do Processo de Concorrência nº 1014/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de setembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal  
republicado por incorreção

**PORTARIA Nº 21.225/2017**

Publicação Nº 1408653

PORTARIA Nº 21.225, DE 08 DE SETEMBRO DE 2017.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDREY NAZARENO JUTTEL, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AOS CONTRATOS Nº 150/2017 E Nº 143/2017.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 477/2017, de 31/08/2017, da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana – SEINFRA, resolve:

DESIGNAR, a contar de 31 de agosto de 2017, o servidor público municipal ANDREY NAZARENO JUTTEL, matrícula nº 21638-0, CREA/SC nº 049365-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, para fiscalizar os serviços referentes aos seguintes Contratos:

I - Contrato nº 150/2017 – Empresa Compasa do Brasil Distribuidora

de Derivados de Petróleo Ltda, que objetiva a execução da obra de readequação (aumento da capacidade) da Rua General Osório: entre a Rua Bahia e a Rua Tóquio, com extensão de 3,93 Km, conforme projetos, planilhas e demais especificações constantes do Processo de Concorrência nº 1014/2017;

II - Contrato nº 143/2017 – Empresa IGUATEMI – Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda, que objetiva a execução dos serviços de supervisão técnica e ambiental do 2º Grupo de Obras do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau compreendendo: a) a implantação e pavimentação do prolongamento da Rua Chile e a restauração e implantação de melhoramentos na Rua República Argentina (Binário da Rua Chile e Rua República Argentina), com extensão de 4,2Km; b) a duplicação da Rua Humberto de Campos, entre a Rua Marechal Deodoro e Rua 7 de Setembro, com extensão de 1,3Km; c) aumento da capacidade da Rua General Osório, entre a Rua Bahia e a Rua Tóquio, com extensão de 3,93Km, conforme projetos, planilhas e demais especificações constantes do Processo de Concorrência nº 1012/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de setembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal  
republicado por incorreção

**PORTARIA SEDEAD Nº 31.867/2017**

Publicação Nº 1408658

PORTARIA SEDEAD Nº 31.867/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
18508-6	DEBORA JORGE FERNANDEZ MENEGHELLI	2017/615	18/09/2017	17/10/2017
18539-6	ELIANA BATISTA DA SILVA SCHLOEGEL	2017/632	20/09/2017	30/09/2017
22851-6	FRANCIELI KIRCHNER	2017/634	02/10/2017	08/10/2017
22856-3	JANAÍNA DOS SANTOS	2017/637	06/10/2017	13/10/2017
23018-4	GENI TERESINHA ROSA	2017/639	03/10/2017	09/10/2017
23074-4	MARIA JACLEIVE MENDES DOS SANTOS DA ROCHA	2017/648	09/10/2017	16/10/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de outubro de 2017.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**EDITAL NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO PENALIDADE - PSIU - OUT/17**

Publicação Nº 1408674

SEDUR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE  
PROGRAMA DE SILÊNCIO URBANO - Psiu  
LEI COMPLEMENTAR Nº 947/2014.

Com fundamento na Lei Complementar nº 947 de 18 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Programa de Silêncio Urbano – Psiu -, e após o julgamento da consistência dos Autos de Infração, em conformidade com o que estabelece o artigo 4º do diploma legal acima mencionado e o Decreto nº 10.688 que regulamenta a Autoridade Municipal competente, ficam notificados da imputação da penalidade abaixo indicada:

Nome do Infrator	Órgão Autuador	Auto de Infração	Data e Local da Infração	Penalidade
Jonathan Leonardo Heller	10º BPM	000954 P	30/04/2017 – Rua Leopoldo dos Santos, Nº. 666 – Escola Agrícola – Blumenau/Sc.	Advertência
Guilherme Luiz Keller	10º BPM	000371 P	24/06/2017 – Rua 21 de Abril, Nº 262 – Itoupava Norte – Blumenau/ Sc.	Advertência
Yuri Do Nascimento	10º BPM	000853 P	09/07/2017 – Rua Frederico Deeke, Nº 160 – Boa Vista – Blumenau/ Sc.	Advertência
Sergio Dalpiaz	10º BPM	000459 P	31/05/2017 – Rua Joinville, Nº 308 – Vila Nova – Blumenau/ Sc	Advertência
Juliano Hang	10º BPM	000462 P	23/07/2017 – Rua Hermann Huscher, Nº 530 – Garcia – Blumenau/ Sc	Advertência
Jair José Domingues	10º BPM	001461 P	30/07/2017 – Rua Sorocaba, N º 40 – Victor Konder – Blumenau - Sc	Advertência
Carmen Silvia Liesenberg Chrispim	10º BPM	000359 P	23/07/2017 – Rua Guatemala, Nº 50 - APTO 201 – Ponta Aguda – Blumenau - Sc	Advertência

Fica V.Sa. notificado de que poderá interpor Recurso Hierárquico desta penalidade em até 20 dias após a publicação deste Edital, na forma escrita, dirigida à Diretoria de Fiscalização de Posturas do Município de Blumenau, mediante protocolo na Praça do Cidadão.

A reincidência em infrações de mesma natureza sujeitará o infrator às penalidades de multa e demais sanções previstas em lei.

Blumenau, 06 de Outubro de 2017.

ROSELI DA SILVA FABENY  
Gerente de Obras e Posturas.

## EDITAL NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO PENALIDADE - PSIU - OUT/17

Publicação Nº 1408676

SEDUR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE  
PROGRAMA DE SILÊNCIO URBANO - Psiu  
LEI COMPLEMENTAR Nº 947/2014.

Com fundamento na Lei Complementar nº 947 de 18 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Programa de Silêncio Urbano – Psiu -, e após o julgamento da consistência dos Autos de Infração, em conformidade com o que estabelece o artigo 4º do diploma legal acima mencionado e o Decreto nº 10.688 que regulamenta a Autoridade Municipal competente, ficam notificados da imputação da penalidade abaixo indicada:

Nome do Infrator	Órgão Autuador	Auto de Infração	Data e Local da Infração	Penalidade
Marcos Aurélio Mazzaro Da Silva	10º BPM	000360 P	23/07/2017 – Rua Agnes Michel, Nº. 96 – Fortaleza – Blumenau - SC.	Advertência
Jonathan Vezaro Raithz	10º BPM	001451 P	15/07/2017 – Rua Angelina, Lote 20 - Velha – Blumenau - Sc	Advertência
Thiago Rosumek De Oliveira	10º BPM	001466 P	18/08/2017 – Rua José Gonçalves Da Luz, Nº. 35 – Valparaíso – Blumenau - Sc	Advertência
Thiago Rosumek De Oliveira	10º BPM	000503 P	19/08/2017 – Rua José Gonçalves Da Luz, Nº. 35 – Valparaíso – Blumenau - Sc	Multa
Luan Alex Becker	10º BPM	000795 P	13/07/2017 – Rua Ricardo Althoff, Nº 766 – Velha – Blumenau - Sc	Advertência

Tiago Nisti Truta	10º BPM	001454 P	08/08/2017 – Rua Benjamin Constant, Nº 441 – Escola Agrícola – Blumenau – Sc	Advertência
Luiz Eduardo Mello	10º BPM	001468 P	19/08/2017 – Rua Nereu Ramos, Nº367 – Ap 105 – Centro – Blumenau - Sc	Advertência

Fica V.Sa. notificado de que poderá interpor Recurso Hierárquico desta penalidade em até 20 dias após a publicação deste Edital, na forma escrita, dirigida à Diretoria de Fiscalização de Posturas do Município de Blumenau, mediante protocolo na Praça do Cidadão.

A reincidência em infrações de mesma natureza sujeitará o infrator às penalidades de multa e demais sanções previstas em lei.

Blumenau, 06 de Outubro de 2017.

ROSELI DA SILVA FABENY  
Gerente de Obras e Posturas.

## **PORTARIA Nº 396/2017 - FUNDAÇÃO CULTURAL**

Publicação Nº 1408680

PORTARIA Nº 396/2017.

Nomeia membros, incluindo mais 2 (duas) pessoas, para comporem a Comissão de Alteração da Lei do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (FMAC) de Blumenau, qual seja, LC n. 904/13 (Dispõe sobre o FMAC e a seleção de projetos culturais e dá outras providências).

RODRIGO ROGÉRIO RAMOS, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau (FCB), no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

NOMEAR, incluindo mais 2 (dois) membros) na Comissão de Alteração (Portaria n. 395/2017, de 11/10/17)) da Lei do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (FMAC) de Blumenau, qual seja, LC n. 904/13 (Dispõe sobre o FMAC e a seleção de projetos culturais e dá outras providências), a qual será composta pelos seguintes membros:

RODRIGO ROGÉRIO RAMOS e MARIANA GIRARDI BARBOSA SILVA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação Cultural de Blumenau (FCB);  
ELTON GOMES e TATIANE HARDT, representantes titular e suplente, respectivamente, do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC);  
SOILA FREESE e RAQUEL DA SILVA, representante e suplente do GT (Grupo de Trabalho) do CMPC;  
DESIREE LESLIE SILVEIRA, representante do SESC (Serviço Social do Comércio); e  
IZADORA RAZINI, na condição de assessora jurídica da FCB.

Blumenau, 19 de outubro de 2017.  
RODRIGO ROGÉRIO RAMOS  
Presidente da FCB

## **PORTARIA Nº 7029/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1408689

PORTARIA Nº 7029/17

DECLARA A INSERVIBILIDADE DE BENS

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

DECLARAR A INSERVIBILIDADE DE BENS

## **PORTARIA Nº 752/2017 - FAEMA**

Publicação Nº 1408685

PORTARIA NO 725.

CRIA REGRAS DE TRANSIÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA OS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DEVIDO AS NOVAS RESOLUÇÕES DO CONSEMA E REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMMA.

ALEXANDRE BAUMGRATZ DA COSTA, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, resolve:

Art. 1º. Os processos iniciados antes da revogação das Resoluções do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA nºs 01/2014, 02/2014, 01/2016, 02/2016, 03/2016 e 01/2017, serão analisados conforme legislação vigente na abertura do mesmo.

Art. 2º. Em razão das alterações estabelecidas nas Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA nºs 98/2017 e 99/2017, os processos protocolados na vigência das Resoluções CONSEMA 13/2012 e 14/2012 serão analisados conforme legislação vigente na abertura do mesmo.

Art. 3º. O pedido de renovação de licença deverá ser requerido no órgão ambiental competente, no prazo exigido na legislação vigente, conforme determinam as Resoluções nºs 98 e 99 do CONSEMA. Parágrafo único: Antes de protocolar o pedido de renovação, a legislação vigente deverá ser consultada para verificação da modalidade ou necessidade de licenciamento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 6 de setembro de 2017.

Blumenau(SC), 20 de outubro de 2017.  
ALEXANDRE BAUMGRATZ DA COSTA  
Presidente da FAEMA

De acordo com o Processo Nº. 493/1709 e relatório da CAMIS, Laudo de Avaliação 27/1017, os itens relacionados:

ITEM	TOMBO	DESCRIÇÃO	ANO	VALOR
1	1604	Caminhão basculante, nº frota: 36 modelo: F11000 ano fabr.: 1991 ano mod.: 1991 placa:MAA-4344,chassi: 9BFWF11MOMDB47796 cor: branco Equipada com Caçamba Metálica p/5m³ Patrimônio nº 1627.	1991	1,00
	1627	Carroceria metálica, marca: "Becker", modelo/5M3, tipo especial reforçada. Instalada Caminhão Frota nº 36 Patrimônio nº 1604.	1991	1,00
2	3347	Caminhão caçamba 14.150, nº frota 57 modelo: VW/14.150 ano fabr.: 1998 ano mod.: 1998 placa: LZW-7705 chassi: 9RWXTAE25WRR05777 num motor: 6029791 potência: 142 CV cor: branca	1998	50.871,00
3	4657	Caminhão cabine dupla com carroceria combustível diesel, ano modelo 2001, ano fab. 2001, placa MCG-8949, N / chassi 9BFLF47G001B067134 nº do motor 30642414, marca: Ford, modelo: F 4000 gabinada capacidade tanque 170 ltr, máxima 7KM P/L, mínima 40 km nº	2001	65.439,00
4	4829	Veículo Zafira, com capacidade para 07 lugares, estilo: Perua, 26145296 no motor, nº modelo: Zafira CD ano fabr.: 2002 ano mod.: 2002 placa: MCI-6801 chassi: 9BGTT75F02C145296 potência: 136 cor: azul - lion	2002	51.792,00
5	5055	Veículo de passeio, Frota nº 83, marca Fiat, modelo Uno Mille Fire, cor branca, ano fabr. 2002 ano mod. 2003, placa, MCH-0157, chassi 9BD15802534421424, nº motor 5305366 potência 05P/055 Cv.	2002	13.773,28
6	5847	Moto, nº da frota 126 modelo: CG 150 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2005 placa: MDI-2076 chassi: 9C2KC08306R000010 cor: branca	2005	6.200,00
7	5848	Moto, nº da frota 127 modelo: CG 150 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2005 placa: MDI-2156 chassi: 9C2KC08306R000009 cor: branca	2005	6.200,00
8	5850	Moto, nº da frota 120 modelo: CG 150 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2005 placa: MDI-6256 chassi: 9C2KC08306R000013 cor: branca	2005	6.200,00
9	5851	Moto, nº da frota 125 modelo: CG 150 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2005 placa: MDI-2276 chassi: 9C2KC08306R00017 cor: branca	2005	6.200,00
10	5852	Moto, nº da frota 128 modelo: CG 150 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2005 placa: MDI-2176 chassi: 9C2KC08306R000109 cor: branca	2005	6.200,00
11	5853	Moto, nº da frota 117 modelo: CG 150 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2005 placa: MDI-2226 chassi: 9C2KC08306R000018 cor: branca	2005	6.200,00
12	5854	Moto, nº da frota 118 modelo: CG 150 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2005 placa: MDI-2216 chassi: 9C2KC08306R000074 cor: branca	2005	6.200,00
13	5859	Gol, nº da frota 94 modelo: 1.6 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2006 placa: MDG-9416 chassi: 9BWCB05W56P001123 cor: branco glacial.	2005	28.601,00
14	5860	Gol, nº da frota 95 modelo: 1.6 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2006 placa: MDG-9516 chassi: 9BWCB05W46P001453 cor: branco glacial.	2005	28.601,00
15	5861	Gol, nº da frota 97 modelo: 1.6 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2006 placa: MDG-9296 chassi: 9BWC05W26P001449 cor: branco glacial.	2005	28.601,00
16	5862	Gol, nº da frota 92 modelo: 1.6 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2006 placa: MDG-9366 chassi: 9BWCB05W36P001038 cor: branco glacial.	2005	28.601,00



17	5864	Gol, nº da frota 93 modelo: 1.6 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2006 placa: MDG-9336 chassi: 9BWCB05W76P001477 cor: branco glacial.	2005	28.601,00
18	5866	Saveiro, nº da frota 103 modelo: 1.6 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2005 placa: MDG-9056 chassi: 9WEB05X65P149765 cor: branco glacial, Equipado com Rádio PX Motorola Patrimônio nº 2595.	2005	32.643,00
19	5869	Saveiro, nº da frota 105 modelo: 1.6 ano fabr.: 2005 ano mod.: 2005 placa: MDG-9046 chassi: 9WEB05X45P150025 cor: branco glacial.	2005	32.643,00
20	6626	Veículo de passeio tipo "Hatch", ano de fabricação e modelo 2006. veículo 134 Gol total Flex placa MHA-9652.	2007	31.450,00
21	3341	Trator, marca: Case, modelo: 580(4x2) retroescavadeira, tipo: industrial para carregadeira Modelo: Retro ano fabr.: 1998 ano mod.: 1998 placa: MAB-7144 chassi: JHFOO26835 potência: 75 cor: amarela, frota 58.	1998	72.300,00

Samae, 20 de outubro de 2017.  
ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
Diretor Presidente

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2221/17 - SAMAE**

Publicação Nº 1408691

NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL  
06-2221/2017

OBJETO Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Sistema de Gás Natural Veicular (GNV) para 4 (quatro) veículos da frota da Autarquia, com instalação, testes, manutenção corretiva e preventiva, garantia e assistência técnica pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência, parte integrante deste Edital. ENTREGA ENVELOPES: dia 09 de novembro de 2017, às 08:30 horas, ABERTURA ENVELOPES: dia 09 de novembro de 2017, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município (www.blumenau.sc.gov.br) e/ou (www.samae.com.br) e/ou via e-mail compraslicitacoes@samae.com.br/ou jonathangirardi@samae.com.br, Contato (47) 3331-8423. Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 24/10/2017.  
Alexandro Eduardo Fernandes  
Diretor Presidente

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 09-2219/17 - SAMAE**

Publicação Nº 1408698

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE nº 09-2219/2017 - SAMAE

Objeto: Prestação do curso "Capacitação e Formação de Pregoeiro e Equipe de Apoio: Pregão Presencial e Sistema de Registro de Preços", para os servidores Camila S. Shiguemoto e Fernando da Cunha Gomes, nos dias 25 à 27/10/17.  
Contratada: MENDES & LOPES PESQUISA TREINAMENTO E EVENTOS LTDA (07.777.721/0001-51)

Valor total: R\$ 5.800,00

Base legal: Artigos 25, II e 13 VI da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Data da homologação: 23 de outubro de 2017

Blumenau (SC), 24/10/2017.

Alexandro Eduardo Fernandes

Diretor Presidente

### **EXTRATO Nº 527/2017 - FURB**

Publicação Nº 1408705

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 527/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 516/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de diversas Normas Técnicas ABNT/NBR para integrar o acervo da Biblioteca Universitária. Contratada: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS ABNT (CNPJ nº 33.402.892/0001-06). Forma de Pagamento: À Vista na emissão da Ordem de Compras. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais) / 01.05.12.364.0076.2005 (Biblioteca Central)/ 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.46 (Material Bibliográfico não Imobilizável).

Blumenau, 23 de outubro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB



**EXTRATO Nº 528/2017 - FURB**

Publicação Nº 1408707

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 528/2017  
Dispensa de Licitação nº. 503/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, V, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para AQUISIÇÃO DE ISOLADORES DE VIDRO (CMN 120 kN) PARA LINHAS DE TRANSMISSÃO PARA USO NO PROJETO FURB/CEEE-GT/9952082. Contratadas: ELECTROVIDRO S.A. (29.722.071/0010-70). Forma de Pagamento: Em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados após a entrega do serviço e da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 159.614,49 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta e nove centavos)/ 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.26 (Material Elétrico e Eletrônico).

Blumenau, 23 de outubro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 529/2017 - FURB**

Publicação Nº 1408708

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 529/2017  
Dispensa de Licitação nº. 511/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, V, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para PAGAMENTO DE DESPESA PARA CONSERVATO DO VEICULO RENAULT KANGOO PLACA QIR 6692 LOCADO DA EMPRESA FAST MOTO CENTER LOCADORA DE VEICULOS E COM DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA PARA USO DO LABORATÓRIO DE COMBUSTÍVEIS - LAC. Contratadas: LN PARABRISAS LTDA ME (CNPJ Nº 01.295.127/0001-48). Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte oito) dias consecutivos, contados após a entrega do serviço e da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)/ 01.27.12.364.0076.2027 (Instituto FURB)/ 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.39 (Material para Manutenção de Veículos).

Blumenau, 23 de outubro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 530/2017 - FURB**

Publicação Nº 1408712

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 530/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e

TIM CELULAR S/A

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO  
CONTRATO Nº. 142/2013 - TERMO ADITIVO Nº. 004

OBJETO: Contratação de empresa especializada em telecomunicações para prestação de serviço móvel pessoal (SMP), com fornecimento de linhas com aparelhos celulares para a FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 063/2013 e Contrato nº. 142/2013, firmado em 13 de agosto de 2013.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 142/2013 fica prorrogado por mais 02 (dois) meses, a contar de 26 de outubro de 2017 até 25 de dezembro de 2017, o que resultará em um período total de contratação de 52 (cinquenta e dois) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 142/2013 e Termos Aditivos nos. 001, 002 e 003, que não colidirem com este.

DATA: 11 de outubro de 2017.

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### PR 46/2017

Publicação Nº 1408071

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Processo/ Ano nº 70/2017

Modalidade: Pregão presencial 46/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE EM PROCESSO MULTIENTIDADE.

Forma de julgamento: menor preço por item.

O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia 06/11/2017 às 14horas. O edital segue as Leis 10.520/02, LC 123/06 , 147/14 e subsidiariamente 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 23 de outubro de 2017.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 092/2017 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1407998

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 092/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Superbid Webservices Ltda

Objeto: prestação de serviços na estruturação de leilões eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Bom Jesus do Oeste - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB

Vigência: O presente contrato vigorará por 12 Meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei 8.666/93..

Valor: Pelos Serviços a serem prestados a Contratada fará jus ao recebimento do valor correspondente a 10 % (dez por cento) do preço de arrematação dos bens, a serem pagos pelo arrematante comprador.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5095/2017 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1407908

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====

Decreto nº 5095/2017 de 23 de outubro de 2017.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02239/2017, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4983/2017 de 02 de Janeiro de 2.017, sob o Processo de Licitação nº 02239/2017, que tem por objeto Prestação de serviços na estruturação de Leilões Eletrônicos e Presenciais, para venda de bens do Município de Bom Jesus do Oeste - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Superbid Webservices Ltda	Prestação de Serviços na Estruturação de Leilões Públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Cunhataí - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB	1,00	10% do valor a ser pago pelo Arrematante

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,  
aos 23/10/2017.  
RONALDO LUIZ SENER  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5096/2017**

Publicação Nº 1408912

DECRETO MUNICIPAL Nº 5096/2017,  
DE 23 DE OUTUBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES E DE AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS PARA A INSTITUIÇÃO E COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam nomeados os Membros da Comissão de Atualização da Planta Genérica de Valores e de Avaliações Imobiliárias para a instituição e cobrança de Contribuição de Melhorias.

Marília Ceccon Maggi – Clair dos Santos Serpa – Janiara Keller Ceccon – Maria Jaira Menegon – Vandiusa Brutscher – Volmir Eleandro Ceccon – Sidinei Albani – Bruna de Oliveira Bastos.

Art. 2º. O mandato dos membros da Comissão Municipal é de (02) dois anos, a contar da vigência deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 23 de novembro de 2017.

Registre-se  
Publique-se  
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SINGER,  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5097/2017**

Publicação Nº 1408910

DECRETO MUNICIPAL Nº 5097/2017,  
DE 23 DE OUTUBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica Decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 03 de novembro de 2017, preservando os serviços essenciais na forma plantão.

Art. 2º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 23 de novembro de 2017.

Registre-se  
Publique-se  
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SINGER,  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1068/2017**

Publicação Nº 1408905

LEI COMPLEMENTAR Nº 1068/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 820/2011, DE DEZEMBRO, DE 2011, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono, promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os incisos X, XIV, XVII, do art. 167 da Lei Complementar nº 820/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIV – dos bens dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16 da Lista de Serviços;

Art. 2º. Ficam incluídos a Lista de Serviços instituída pelo Anexo XI (Tabela XI), da Lei Complementar Nº 820/2011, os subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05, a vigorar com as seguintes redações:

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Art. 3º. A Lei Complementar nº 820/2011, fica acrescida dos seguintes Artigos:

Art. 216-A. O vencimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza se dará no dia 10 do mês subsequente ao mês em que ocorreu o fato gerador.

Art. 220-A. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços desta Lei Complementar.

Art. 4º. Fica alterado o Anexo XI (Tabela XI), da Lei Complementar Nº 820/2011, passando a vigorar de acordo com o Anexo I da presente Lei Complementar.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 6º. Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 19 de outubro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGER  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

(ANEXO XI (TABELA XI\*) DA LEI COMPLEMENTAR Nº 820/2011)  
LISTA DE SERVIÇOS E ALÍQUOTAS DO ISSQN PARA EMPRESAS E ATIVIDADES NÃO ENQUADRADAS NO SIMPLES NACIONAL

Descrição dos Serviços	Alíquotas sobre o preço dos serviços (faturamento)	Alíquotas fixas importâncias em URFM (por mês)
1. Serviços de informática e congêneres.		
1.01 Análise e desenvolvimento de sistemas.	4%	
1.02 Programação.	4%	
1.03 Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	4%	
1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	4%	
1.05 Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	4%	
1.06 Assessoria e consultoria em informática.	4%	
1.07 Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	4%	
1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	4%	

1.09 Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS)	4%	
2 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5%	
3 Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01 (Vetado)		
3.02 Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	2%	
3.03 Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	2%	
3.04 Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%	
3.05 Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3%	
4 Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 Medicina e biomedicina.	5%	30
4.02 Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5%	
4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5%	
4.04 Instrumentação cirúrgica.	5%	
4.05 Acupuntura.	5%	
4.06 Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5%	
4.07 Serviços farmacêuticos.	5%	
4.08 Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5%	
4.09 Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5%	
4.10 Nutrição.	4%	30
4.11 Obstetrícia.	5%	30
4.12 Odontologia.	4%	30
4.13 Ortopédia.	5%	30
4.14 Próteses sob encomenda.	5%	30
4.15 Psicanálise.	5%	30
4.16 Psicologia.	5%	30
4.17 Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%	
4.18 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	



4.19 Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%	
4.20 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	
4.21 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	
4.22 Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3%	
4.23 Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3%	
5 Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 Medicina veterinária e zootecnia.	4%	
5.02 Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	4%	
5.03 Laboratórios de análise na área veterinária.	5%	
5.04 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5%	
5.05 Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5%	
5.06 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	
5.07 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%	
5.08 Guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5%	
5.09 Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5%	
6 Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	4%	10
6.02 Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	4%	10
6.03 Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	4%	10
6.04 Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	4%	10
6.05 Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	4%	
6.06 Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	4%	
7 Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%	30

7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%	
7.03 Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%	
7.04 Demolição.	3%	
7.05 Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%	
7.06 Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3%	
7.07 Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3%	
7.08 Calafetação.	3%	
7.09 Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%	
7.10 Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3%	
7.11 Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%	
7.12 Controle e tratamento de efluentes de Qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3%	
7.13 Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%	
7.14 (Vetado)		
7.15 (Vetado)		
7.16 Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios	3%	
7.17 Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%	
7.18 Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3%	



7.19 Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3%	
7.20 Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%	
7.21 Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretização, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%	
7.22 Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%	
8 Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3%	
8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3%	
9 Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	4%	
9.02 Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	4%	
9.03 Guias de turismo.	5%	20
10 Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%	
10.02 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	5%	
10.03 Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5%	
10.04 Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%	
10.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%	
10.06 Agenciamento marítimo.	5%	

10.07 Agenciamento de notícias.	5%	
10.08 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5%	
10.09 Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3%	
10.10 Distribuição de bens de terceiros.	5%	
11 Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	4%	
11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5%	
11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5%	
11.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3%	
12 Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 Espetáculos teatrais.	3%	
12.02 Exibições cinematográficas.	3%	
12.03 Espetáculos circenses.	3%	
12.04 Programas de auditório.	3%	
12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3%	
12.06 Boates, taxi-dancing e congêneres.	3%	
12.07 Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	3%	
12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	
12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3%	
12.10 Corridas e competições de animais	3%	
12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3%	
12.12 Execução de música	3%	
12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	3%	
12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	3%	
12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	3%	
12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	3%	
12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	3%	
13 Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia		
13.01 – Vetado		
13.02 Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres	4%	

13.03 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres	4%	
13.04 Reprografia, microfilmagem e digitalização	4%	
13.05 Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	4%	
14 Serviços relativos a bens de terceiros		
14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	4%	
14.02 Assistência técnica	4%	
14.03 Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	4%	
14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.	2%	
14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	4%	
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	4%	
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	4%	
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	4%	
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%	
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	4%	
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	4%	
14.12 – Funilaria e lanternagem.	4%	
14.13 – Carpintaria e serralheria.	4%	
14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.		
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%	
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%	
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%	

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%		16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.	2%	10
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%		17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%		17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5%	
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%		17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5%	
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%		17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5%	
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%		17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5%	
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%		17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5%	
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%		17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5%	
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%		17.07 – Vetado		
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.			17.08 – Franquia (franchising).	--:--	
16.01 Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	2%	10	17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5%	
			17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	
			17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%	
			17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5%	
			17.13 – Leilão e congêneres.	5%	
			17.14 – Advocacia.	3%	30
			17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	4%	30
			17.16 – Auditoria.	5%	
			17.17 – Análise de Organização e Métodos.	5%	
			17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5%	
			17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2%	30
			17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5%	30
			17.21 – Estatística.	5%	
			17.22 – Cobrança em geral.	5%	
			17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5%	

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%		22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%	
17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.	3%		23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.			23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5%	
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5%		24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.			24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	4%	
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%		25 - Serviços funerários.		
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.			25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	4%	
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de Qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5%		25.02 – Translado intermunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	4%	
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5%		25.03 – Planos ou convênio funerários.	5%	
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5%		25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	4%	
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.			25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	4%	
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	2%		26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.		
22 – Serviços de exploração de rodovia.			26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	5%	
			27 – Serviços de assistência social.		
			27.01 – Serviços de assistência social.	4%	30
			28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
			28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5%	20
			29 – Serviços de biblioteconomia.		
			29.01 – Serviços de biblioteconomia.	3%	
			30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
			30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5%	
			31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		



31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	4%	
32 – Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	4%	15
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5%	
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5%	20
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5%	30
36 – Serviços de meteorologia.		
36.01 – Serviços de meteorologia.	3%	
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%	10
38 – Serviços de museologia.		
38.01 – Serviços de museologia.	3%	
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	4%	
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	3%	

\* Redação dada pela Emenda Substitutiva Nº 01/2011, de 06 de dezembro de 2011.

\*\* Com redação/inclusão tributária da Lei Complementar Nº 157/2016.

## LEI MUNICIPAL Nº 1069/2017

Publicação Nº 1408909

LEI MUNICIPAL Nº 1069/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros para o Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, para atender o objeto do Contrato de Programa.

Parágrafo Único. O referido repasse destina-se a manutenção das

atividades do CIGAMERIOS e / ou elaboração e execução de programas e projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, mediante contrato de rateio a ser celebrado entre o CIGAMERIOS e o Município, conforme estabelece a cláusula 10 e 21 do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º. O Repasse mencionado no caput do artigo 1º será mensal, terá início em janeiro de 2018 e a contribuição mensal será no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) até R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por habitante, conforme população censitária - IBGE de 2010, totalizando R\$ 1.066,00 (um mil e sessenta e seis reais).

Art. 3º. O CIGAMERIOS, fará a Gestão dos recursos financeiros, bem como as respectivas prestações de contas, que inclui a elaboração mensal e apresentação em Assembleia Geral dos Prefeitos, a publicação dos Balanços Contábeis e Financeiros, conforme estabelecido no Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, sem prejuízo aos demais procedimentos de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis as instituições públicas, em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e sempre que solicitado, fornecer todas as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas as contas dos entes consorciados, as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 4º. Fica ratificado o Protocolo de Intenções e convalidado o Contrato de Consórcio Público, aprovado pela Assembleia Geral do CIGAMERIOS firmado em 14 de abril de 2016.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Municipal correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 7º. Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 19 de outubro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGER  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 151/2017 NOMEAÇÃO CONCURSO**

Publicação Nº 1408023

DECRETO LEGISLATIVO Nº151/17, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO N. 01/2017 PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DE BOM JESUS DO OESTE-SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º Pelo presente Decreto Legislativo fica nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público nº 01/2017, da Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Oeste- SC, objetivando o preenchimento de cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Legislativo composto pelos membros Adriana Stefani, Leonir Lamb, Fernando Melchior e Ismael Antonio Hann sob a presidente da primeira.

§ 1º A Comissão Especial nomeada pelo presente Decreto Legislativo terá a competência para acompanhar a organização, coordenação, fiscalização e deliberação sobre todas as fases para a realização do Concurso Público.

§ 2º Caso se faça necessário, a Comissão Especial poderá requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias à consecução do objetivo proposto, submetendo tais requerimentos à apreciação da Presidência da Câmara de Vereadores.

Art. 2º Os membros da Comissão Especial ora nomeados não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação adicional pela respectiva nomeação, sendo considerado prestação de serviço relevante ao Poder Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, 23 de outubro de 2017.

---

ANTONIO NASCIMENTO

Presidente da Câmara

Registrado e publicado em data supra.

Elmer Zimmermann

1º Secretário da Mesa Diretora

# Bom Retiro

## PREFEITURA

**1019.10.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NAIARA L. DEINANI**

Publicação Nº 1407764

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINAPORTARIA N.º 1019/17 de 19.10.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 18 de outubro de 2017, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de outubro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1020.10.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ERONETE AP. S. SOUZA**

Publicação Nº 1407766

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINAPORTARIA N.º 1020/17 de 19.10.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento odontológico, no dia 18 de outubro de 2017, a funcionária Eronete Aparecida da Silva de Souza, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Avançado de Ensino Supletivo - NAES.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de outubro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1021.10.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIZETE L. S. MAFFIOLETTI**

Publicação Nº 1407768

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINAPORTARIA N.º 1021/17 de 19.10.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento odontológico, no dia 18 de outubro de 2017, a funcionária Elizete Luzia da Silva Mafioletti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Paraíso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de outubro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1022.10.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NEIDE M. SILVEIRA**

Publicação Nº 1407769

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINAPORTARIA N.º 1022/17 de 19.10.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 19 e 20 de outubro de 2017, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de outubro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1023.10.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ROSA O. V. FERREIRA**

Publicação Nº 1407770

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1023/17 de 19.10.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 18 de outubro de 2017, a funcionária Rosa Olívia Vieira Ferreira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de outubro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1024.10.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. ANA C. B. GORGES**

Publicação Nº 1407771

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1024/17 de 20.10.17  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico

apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar Sálvio José Gorges em tratamento de saúde, no dia 19 de outubro de 2017, a funcionária Ana Carina Broering Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier e Centro Educacional Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
20 de outubro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1025.10.17 - P. DES. MÉDICO FERNANDO E. M. CHAMMA**

Publicação Nº 1407772

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1025/17 de 20.10.17

Designa Médico Contratado em Caráter Temporário e Concede Gratificação para Atendimento de Urgência e Emergência

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso VIII da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

#### **Resolve:**

Designar Fernando Edgard Merino Chamma, para exercer o cargo de Médico - Nível – 11, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, e concede uma Gratificação mensal para atendimento de urgência e emergência, correspondente a 50% (cinquenta por cento), com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Bairro São José, a contar do dia 18 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
20 de outubro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1026.10.17 - P. APOSENTADORIA CLEODETE C. TOMÉ**

Publicação Nº 1407773

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1026/17 de 20.10.17  
Concede Aposentadoria por Invalidez Previdenciária

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do

Município de Bom Retiro – SC;

RESOLVE:

Fica Concedida Aposentadoria por Invalidez Previdenciária, conforme Benefício 620.300.018-7, Espécie: 32 a servidora municipal Cleodete Costa Tomé - ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão I, Nível 22, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social Cfe. Leis Municipais n.ºs 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data 20.10.2017, bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
20 de outubro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA

Sec. Mun. Administração e Fazenda

**EXTRATO TA CONTRATOS 182, 183 E 184/2016**

Publicação N° 1408332

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
AVISO DE PUBLICAÇÃO**

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 182/2016

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: IPM – Informática Pública Municipal Ltda.

Objeto: Fica alterada a Cláusula Oitava (Do Prazo), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 25 de outubro de 2018, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº182/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 183/2016 FMS

Contratante: Município de Bom Retiro - FMS

Contratado: IPM – Informática Pública Municipal Ltda.

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quinta (Do Prazo), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 25 de outubro de 2018, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº183/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 184/2016 FMAS

Contratante: Município de Bom Retiro - FMAS

Contratado: IPM – Informática Pública Municipal Ltda.

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quinta (Do Prazo), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 25 de outubro de 2018, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº184/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 24 de Outubro de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2.083-2017 - SUPERAVIT SAUDE**

Publicação Nº 1408644

=====

D E C R E T O Nº 2.083/2017

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2017”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 46.849,00 (Quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais), conforme abaixo especificado:

6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6003	Divisão de Saneamento
17-512-110-2.23	Manutenção, Operação e Implantação de Redes Comunitárias de Água
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(513)	Superávit recursos ordinários ..... R\$ 5.084,00
7000	Secretaria de Transportes
7001	Divisão de Transportes
26-782-135-2.65	Manutenção da Secretaria de Transportes
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(589)	Superávit recursos ordinários ..... R\$ 41.765,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 23 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 23 de outubro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal



# Brusque

## PREFEITURA

### ATA DE APURAÇÃO DOS CONSELHOS IBPREV- 2017

Publicação Nº 1408630

#### ATA DE APURAÇÃO DOS VOTOS

Às 17 horas do dia 20 de Outubro de 2017, reunidos no(a) sede do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, com endereço à Rua Gentil Batisti Archer, nº447 (Arena Brusque), Centro em Brusque – SC, logo após o encerramento da votação, nós, membros da Comissão Eleitoral de 2017, responsáveis pelo processo de votação e apuração das Eleições dos Membros Titulares e Suplentes dos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV para a gestão 2018 / 2019, cumprindo o disposto no Edital de Eleição nº 001/2017, lavramos a presente Ata, com vistas a relatar o resultado final da votação para os colegiados supramencionados. Inicialmente, informamos que os trabalhos foram iniciados no dia 16 de Outubro de 2017 às 13h30min, sendo que neste dia registramos o seguinte ocorrido a senhora Valquíria de Amorim durante a votação rasurou sua cédula e como foi acordado previamente entre a comissão não se daria outra cédula a quem quer que fosse, esta irritou-se e não depositou seu voto na urna, porém já havia assinado a listagem de eleitores. Constatamos também a ausência da Sra. Maria Matilde representante do sindicato no dia 18/10/2017 por motivo de falecimento de seu marido, porém foi substituída pela senhora Marli Angelina do Nascimento apenas neste dia. No mais foram registradas reclamações que não interferiram no resultado final desta eleição, restando improcedentes. Demonstramos a seguir o resultado da apuração, tudo conforme os mapas anexos, que são parte integrante da presente Ata e estão devidamente rubricados pelos membros desta Comissão Eleitoral, conforme segue:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
GRUPO – Servidores Ativos				
Nome	Secretaria	Votos	Ordem	Situação
Artur Cesar Stefani	Secretaria da Saúde	134	7	SUPLENTE
Helena Gross	Secretaria de Educação	280	1	TITULAR
Jefferson Silveira	Câmara de Vereadores	126	8	SUPLENTE
Joelma Sidneia Zadikewicz Redel	Secretaria de Educação	151	5	SUPLENTE
Katia Maria Costa	Fundação Cultural	257	2	TITULAR
Precila Andrade Tadiotto Villar	Secretaria da Fazenda	135	6	SUPLENTE
Rogério Santos Pedroso	Secretaria de Educação	243	3	TITULAR
Silvana Pereira Beuting	Secretaria de Orçamento e Gestão	234	4	TITULAR
GRUPO – Servidores Inativos (Aposentados ou Pensionistas)				
Nome	Secretaria	Votos	Ordem	Situação
Maria Luisa Fagundes Ghislandi	Aposentada - IBPREV	242	1	TITULAR
Maria Teresinha Hoffmann	Aposentada - IBPREV	185	2	SUPLENTE
CONSELHO FISCAL				
GRUPO – Servidores Ativos e Inativos				
Nome	Secretaria	Votos	Ordem	Situação
Valzete Maria Maestri	Aposentada - IBPREV	415	1	TITULAR

Ainda que foram totalizados 548 eleitores. Estão também anexos as cédulas utilizadas, inutilizadas e não utilizadas, bem como a lista de votação e dos mapas de apuração.

#### MEMBROS DA COMISSÃO ELEITORAL:

Joana Beatriz Cardoso Vechi Dognini  
IBPREV

Lizandra Gabrielle Melim  
Secretaria de Orçamento e Gestão

Gilberto Raul Scherer  
Controladoria Geral do Município

Maria Matilde Cardoso  
Representante SINSEB

Luiz Giancesini  
Representante ASPMB

### DECRETO Nº 7961-2017

Publicação Nº 1408577

DECRETO nº 8.032, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 7.961, de 16 de maio de 2017, que estabeleceu os valores e regulamentou a concessão de diárias da Administração Direta e Indireta do Município.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, considerando o Decreto nº 7.961, de 16 de maio de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados § 4º do art. 3º, os incisos do art. 5º, §§ 1º e 3º do art. 6º, caput do art. 8º, caput do art. 10 e seus §1º, incisos I



e IV, § 4º, todos do Decreto nº 7.961, de 16 de maio de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 3º ... ..

§ 1º ... ..

... ..

§ 4º A comprovação para o recebimento das diárias, dar-se-á mediante a apresentação do roteiro de viagem, que será expedido pelo setor competente, autorizado pelo Secretário da área e vistado pelo Secretário de Orçamento e Gestão, exceto Fundo Municipal de Saúde, Samae, Ibprev, juntamente com um documento fiscal comprobatório de despesa de alimentação e/ou hospedagem de qualquer valor, para cada dia de viagem com exceção do Prefeito e Vice-Prefeito, cujo roteiro de viagem será expedido pela Chefia de Gabinete do Prefeito, em caso de diárias resultantes de participações em seminários, cursos, reuniões, apresentar além do documento fiscal, comprovantes tais como: certificado, lista de presença, fotos, folders.

Art. 5º ... ..

I – Requerimento devidamente preenchido e autorizado pela autoridade competente;

II – Na ocorrência da concessão prévia, o requerimento devidamente autorizado pela autoridade competente, deverá ser encaminhado ao órgão responsável pelo pagamento da diária com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

III – O requerente com rejeição em prestação de contas anterior ou pendente não terá outra solicitação de diária aprovada até a regularização do processo de devolução, nos termos do art. 67, §§ 1º, 2º, 3º, 4º alíneas a e b da Lei Complementar 147, 25 de setembro de 2009;

IV – O requerente poderá solicitar valores inferiores ao fixado no Anexo I deste Decreto e a critério do ordenador de despesas.

Art. 6º ... ..

§ 1º O requerente deverá indicar a faixa de valores de diária, nos termos do anexo de valores, discriminando o valor unitário da diária, quantidade de dias e valor total, ou ainda conforme o inciso III do art. 5º deste Decreto.

§ 2º ... ..

§ 3º A justificativa da viagem deverá conter o período de afastamento e o detalhamento das atividades a serem realizadas na viagem.

... ..

Art. 8º As diárias serão pagas, de uma só vez, exceto nas seguintes condições a critério da autoridade competente:

... ..

Art. 10. O prazo para o agente público prestar contas de 7 (sete) dias corridos, contados do retorno da viagem, para as viagens nacionais e de 20 (vinte) dias corridos para as viagens internacionais, contados da data do término do afastamento do município. Findando o prazo no final de semana ou feriado, a prestação de contas deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente, independente se requerido o valor antecipadamente ou posterior a viagem.

§ 1º Para prestação de contas é obrigatório apresentar:

I – Relatório de viagens:

a) Anexo II, quando solicitado a diária após a viagem devidamente assinado pelo requerente e chefia imediata, contemplando as atividades desenvolvidas;

b) Anexo III, quando solicitado antecipadamente, devidamente assinado pelo requerente e chefia imediata, contemplando as atividades desenvolvidas;

... ..

IV– As notas fiscais de alimentação, hospedagem e, combustível quando for o caso, bem como os recibos dos transportes de deslocamento urbano e demais despesas, devem vir preenchidas com CNPJ e nome do órgão concedente da diária;

... ..

§ 4º Em todas as hipóteses de restituição parcial ou integral, o servidor ficará obrigado no prazo de 7 (sete) dias corridos do retorno da viagem, a realizar depósito na conta do órgão concedente, sob pena de desconto parcial ou integral em folha de pagamento no mês corrente, nos termos do art. 67 §§ 1, 2, 3, 4 alíneas a e b da Lei Complementar 147/2009.

... ..

Art. 2º Fica alterada a ementa do Capítulo II do Decreto nº 7.961, de 16 de maio de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO II

DAS CONCESSÕES E DOS PROCEDIMENTOS PARA ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS

Art. 3º Fica acrescentado inciso IV ao art. 5º, parágrafo único ao art. 8º, §§ 1º, 2º e 3º ao art. 11, todos do Decreto nº 7.961, de 16 de maio de 2017, com as seguintes redações:

“Art. 5º ... ..

I - ... ..

... ..

IV – O requerente poderá solicitar valores inferiores ao fixado no Anexo I deste Decreto e a critério do ordenador de despesas.

Art. 8º ... ..

I - ... ..

II - ... ..

Parágrafo único. Na hipótese do requerente se afastar em prazo menor que o previsto, deverá restituir as diárias recebidas em excesso, no prazo não superior a 7 (sete) dias.

... ..

Art. 11 ... ..

§ 1º Na eventual solicitação de pagamento de diária após o retorno da viagem e não cumprido o exigido nas regras deste Decreto, terá o pedido indeferido, conforme Anexo V.

§ 2º Todos os adiantamentos serão passíveis de parecer de regularidade da Controladoria Geral do Município – CGM.

§ 3º Em caso de irregularidade, o parecer, será encaminhado ao ordenador da despesa, pela Controladoria Geral do Município, para homologação ou não da prestação de contas apresentada pelo servidor, no prazo de 7 (sete) dias corridos.”

Art. 4º Ficam acrescentados os Anexos V e VI ao Decreto nº 7.961, de 16 de maio de 2017, constante do anexo deste Decreto.

Art. 5º Fica alterado o Anexo IV do Decreto nº 7.961, de 16 de maio de 2017, que passa a vigorar de acordo com o “Anexo IV – Fluxograma” do presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de outubro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 8031-2017

Publicação Nº 1408581

DECRETO nº 8.031, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, usando da atribuição que lhe confere o art. 111, inciso I, da Lei Orgânica do Município, c/c parágrafo único do art. 19 da Lei Complementar nº 147/09 – Estatuto dos Servidores Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais de Brusque, no período compreendido entre 21 de dezembro de 2017 e 09 de Janeiro de 2018, ressalvado o disposto neste decreto.

Parágrafo único. Ficam excluídos os Servidores Públicos Municipais que estiverem relacionados nas escalas de plantão de suas respectivas Secretarias.

Art. 2º Os Secretários Municipais deverão organizar escala de plantão dos serviços públicos essenciais, para atendimento ao público, durante o período de férias coletivas.

Art. 3º Os servidores municipais pertencentes ao Quadro do Magistério Público Municipal e os atuantes na Secretaria de Educação usufruirão férias de acordo com o calendário escolar, conforme dispõe o art. 40 e seguintes da Lei Complementar nº 146/09.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de outubro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 8037-2017

Publicação Nº 1408582

DECRETO nº 8.037, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para contenção de despesas na Administração Pública Municipal.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, e considerando:

- a necessidade de adequação do Município à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente quanto ao equilíbrio econômico e financeiro do Município e de ajuste de fluxo dos gastos públicos,

- o resultado negativo gerado pela crise econômica que afeta nosso país, ocasionando a redução de repasse de recursos aos municípios,

- a queda de receita do Município, decorrente da redução dos repasses Estaduais e Federais, principalmente o ICMS e o FPM,

- o compromisso de manter em dia os desembolsos para as despesas com fornecedores, despesas com pessoal e demais obrigações,

DECRETA:

Art. 1º Para a redução das despesas ficam determinadas as seguintes ações:

I - suspensão, de forma temporária, à concessão de gratificações, dentre outros benefícios estabelecidos pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis que impliquem em aumento de despesas aos cofres do município;

II – suspensão, de forma temporária, de novas nomeações de servidores, ressalvados as situações de necessidade excepcional de interesse público;

III - suspensão, de forma temporária, de novos afastamentos ou cessão de servidores com ônus para o Município;

IV - suspensão, de forma temporária, de concessão de diárias ou de adiantamento de diárias, salvo quando expressamente autorizadas previamente pela Secretaria de Orçamento e Gestão e de acordo com inciso IV do art. 5º do Decreto nº 7.961, de 16 de maio de 2017, alterado pelo Decreto nº 8.032, de 11 de outubro de 2017;

V - suspensão, de forma temporária, de participação dos servidores públicos municipais em treinamentos, seminários e cursos, salvo casos excepcionais com autorização prévia da Secretaria de Orçamento e Gestão;

VI - contenção do consumo de energia elétrica em todos os órgãos da Administração Municipal;

VII - controle e racionalização da aquisição e consumo de materiais de expediente e limpeza;

VIII - controle e contenção do uso de linhas telefônicas fixas e móveis.

Art. 2º Fica instituído, além das medidas descritas no artigo anterior, que:

I - somente serão aceitas as requisições e solicitações para compras até o dia 06 de novembro de 2017;

II - somente serão empenhadas e liquidadas as despesas com sua devida Nota Fiscal entregue até o dia 30 de novembro de 2017;

III - as medições devidas para pagamento de obras e serviços deverão ser apresentadas com a documentação necessária até o dia 30 de novembro de 2017;

IV - no surgimento de condições de emergência, estas serão analisadas pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. Será de inteira responsabilidade da chefia do departamento, o não encaminhamento dos documentos (Notas Fiscais) nos prazos acima estipulados, uma vez que não poderá ser realizado o devido reconhecimento das despesas em sua data de ocorrência.

Art. 3º Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando a seu cargo a adoção de medidas necessárias à sua implementação.

Art. 4º A Controladoria Geral do Município, com o auxílio da Secretaria de Orçamento e Gestão ficará responsável pelo acompanhamento e verificação quanto à observância e cumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, podendo expedir instruções complementares que se fizerem necessárias.

Art. 5º Os casos não contemplados neste Decreto serão submetidos à apreciação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de outubro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055-2016

Publicação Nº 1408559

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 055-2016

ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 055/2016, entre o Município de Brusque e a empresa ECHOA ENGENHARIA S/S EPP, em 18/10/2017. OBJETO: Supressão dos serviços que compõe a planilha orçamentária do contrato, cujo objeto consiste na ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICOS DE ENGENHARIA PARA ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES, MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC - VALOR: R\$ 15.634,54 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93. ORIGEM: Tomada de Preço nº 002/2016. SIGNATÁRIOS: Ricardo José de Souza e Thauana Mendes Vieira.

## EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055-2016

Publicação Nº 1408560

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 055-2016 -

ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 055/2016, entre o Município de Brusque e a empresa ECHOA ENGENHARIA S/S EPP, em 18/10/2017. OBJETO: Elaboração De Projeto Básicos De Engenharia Para Estabilização De Taludes, Município De Brusque/Sc - DATA 22/10/2017 A 21/11/2017 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93. ORIGEM: Tomada de Preço nº 002/2016. SIGNATÁRIOS: Ricardo José de Souza e Thauana Mendes Vieira.

## EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117-2014

Publicação Nº 1408562

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117-2014-ATE E VIGOR-MARMITAS

ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 117/2014, entre o Município de Brusque e Arte E Vigor Panificadora E Mercaria Ltda-Me, em 04/10/17. OBJETO: Reajuste e Prorrogação do prazo de vigência contratual de 22/10/2017 A 21/02/2018 - valor: R\$ 215.011,60 - cujo objeto é a prestação de serviços de alimentação, com o preparo e entrega de alimentação acondicionada em embalagens específicas - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, inciso II 1º da Lei 8.666/93 - ORIGEM: Pregão nº 089/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Edena Beatris Censi e Evandro Hochsprung.

## EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126-2014

Publicação Nº 1408564

### EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 126-2014

ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 126/2014, entre o Município de Brusque e a empresa A.R.G INDUSTRIAL LTDA EPP, em 18/10/2017. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 126/2014, cujo objeto é a execução da obra de construção de quadra poliesportiva coberta com vestiários, padrão FNDE, com área total de 980,40 m², na Escola Alberto Pretti, localizada na Rua li 020, Bairro Ribeirão Tavares, Município De Brusque, Data 20/11/2017 a 19/02/2018, planilha orçamentária e demais especificações constante do edital Tomada de Preços 011/2014.- VALOR: Art. 58 II DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: José Zancanaro e Laércio Mendes.

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098-2012**

Publicação Nº 1408565

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 098-2012**

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 098/2015, entre o Município de Brusque e OI MÓVEL S.A, em 04/10/17. OBJETO: Reajuste e Prorrogação do prazo de vigência contratual de 28/09/2017 A 27/03/2018 - valor: R\$ 94.266,00 - cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços de telefonia móvel pessoal(SMP) para administração Pública - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, inciso II 1º da Lei 8.666/93 - ORIGEM: Pregão nº 106/2012. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS:Edena Beatris Censi e Oi Móvel.

**EXTRATO CONTRATO N.º 060-2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1408785

**CONTRATO n.º 060/2017**

Termo de Contrato que entre si celebram a Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, inscrito no CNPJ nº 82.985.003/0001-96, ora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa Brucatur Brusque Turismo Ltda., inscrita no CNPJ nº 73.912.180/0001-51, doravante denominada CONTRATADA, para aquisição de passagens aéreas para trechos nacionais e internacionais na forma do Pregão Presencial nº 028/2017.

Pelo presente instrumento particular, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ N.º 82.985.003/0001-96, estabelecida na Rua Doutor Penido, 297, centro, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato pelo seu Diretor Presidente, Sr. ROBERTO BOLOGNINI, CPF nº 217.942.359-49, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, nº 656, bairro Santa Terezinha, Brusque/SC, e Brucatur Brusque Turismo Ltda., com CNPJ, no 73.912.180/0001-51, localizada na Rua Rui Barbosa, nº 33, Bairro Centro, Brusque/SC, CEP: 88350-320, representada pelo Sr. RUBENS KORMANN, portador do RG nº 147121, inscrito no CPF n.º 066.247.669-72, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de fornecimento de material, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, a ser regida pela Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123 de 14/12/2006, Lei Complementar 147 de 07/08/2014, Lei municipal 3784 de 05/11/2014 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes e Pregão 028/2017.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato**

0.1. A CONTRATADA, nos termos da proposta que apresentou no Processo Licitatório nº 028/2017, na modalidade de Pregão Presencial, o qual ficam vinculados e fazendo parte integrante deste contrato, se obriga a fornecer os itens vencidos no edital em epígrafe conforme segue:

ITEM	QDE	U/M	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MAXIMO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			LOTE 01		
01	40	TAXA	TAXA ADMINISTRATIVA, TRECHO DE IDA OU VOLTA, SOBREEMISSÃO DE PASSAGEM AÉREA PARA VIAGENS NACIONAIS.	-	-00,01
02	20	TAXA	TAXA ADMINISTRATIVA, TRECHO DE IDA OU VOLTA, SOBREEMISSÃO DE PASSAGEM AÉREA PARA VIAGENS INTERNACIONAIS.	-	-00,01
			VALOR TOTAL DO LOTE 01		R\$ 1.800,00
			LOTE 02		
03	01	UN	ESTIMATIVA DE VALOR PASSAGENS AÉREAS (NACIONAIS-INTERNACIONAIS)	50.000,00	50.000,00
			VALOR TOTAL DO LOTE 02		R\$ 50.000,00
			VALOR TOTAL DO LOTE		R\$ 50.000,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - Regime de Execução**

2.1. A execução do presente Contrato será pelo regime de fornecimento de menor preço por lote.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Preço**

3.1. O valor global do presente contrato é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

**CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento**

4.1. O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa, observado o que consta no referido instrumento convocatório e neste contrato.

4.2. O pagamento será:

4.2.1. Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SAMAE de Brusque – SC.

4.2.2. Realizado através SAMAE – Brusque, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do aceite/laudo liberação do objeto pelo gestor do contrato indicado pelo SAMAE.



- 4.3. O SAMAE, exigirá, no ato do pagamento, do(s) proponente(s) vencedor(es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.
- 4.4. O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.
- 4.5. Ficamos expressamente estabelecidos que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do Material no Almoxarifado do SAMAE, na Rua Doutor Penido, 297, Bairro Centro, no município de Brusque – SC, constituindo-se na única remuneração devida.
- 4.6. O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.
- 4.7. Em caso de eventual atraso no pagamento da parcela mensal, o SAMAE procederá à atualização do valor mediante correção monetária do período medida pelo índice INPC/IBGE.
- 4.8. Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 4.9. De conformidade com as legislações tributárias e previdenciárias vigentes, a Administração fica obrigada a fazer as retenções legais sobre valor do faturado.
- 4.10. É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que venham a serem verificadas na proposta.

#### CLÁUSULA QUINTA – Prazos

- 5.1. O item objeto deste contrato será entregue em perfeita condição de uso, nos exatos termos do contrato, sem qualquer despesa adicional.
- 5.1.1. O Contrato será válido até a data de 31/12/2017, podendo ser prorrogado, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8666/93, até o limite de 60 (sessenta) meses.
- 5.2. Os objetos serão solicitados após a homologação do certame, sendo o prazo para entrega dos mesmos, depois de enviada Ordem de Compras por Fax ou e-mail, deverá ser de no máximo 48 (quarenta e oito) horas.
- 5.2.1. Após a solicitação do SAMAE, a empresa vencedora deverá apresentar no mínimo 3 cotações, com empresas diferentes, em diversos horários nas datas e destinos solicitados.
- 5.2.2. A escolha de companhia e horário em cada trecho será definido pelo SAMAE.
- 5.2.3. As passagens a serem fornecidos deverão ser entregues no Almoxarifado do SAMAE, na Rua Doutor Penido, 297, Bairro Centro, no município de Brusque – SC, no horário das 8:30 as 11:30 ou das 14:00 as 16:30 horas de segunda a sexta-feira.
- 5.2.4. A entrega do objeto é de responsabilidade da proponente.
- 5.2.5. Os objetos deverão ser acompanhados obrigatoriamente de nota fiscal eletrônica, que ao ser emitida deverá ser enviada para o seguinte e-mail: nfesamae Brusque@hotmail.com o não recebimento do arquivo eletrônico importará na recusa do objeto quando da sua entrega.
- 5.3. Os itens, objeto deste pregão, serão recebidos provisoriamente no âmbito estabelecido neste edital e anexos, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de até 15 (quinze) dias corridos da entrega.

#### CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

- 6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento do exercício de 2017 cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação: 80.001.2291.0004.0122.0300.3339.3049000.0020000

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Direito de Fiscalização

- 7.1. Os materiais acompanhados do competente documento fiscal deverão ser entregues dentro do prazo indicado na cláusula quinta, no SAMAE, localizado à Rua Doutor Penido, 297, Centro – Brusque-SC - SAMAE, em dias úteis e dentro do horário comercial de funcionamento da autarquia anteriormente mencionado, correndo o frete, a carga e a descarga por conta e risco da Proponente vencedora.
- 7.2. No ato da entrega, os objetos serão verificados e deverão estar de acordo com as especificações deste edital. Verificado defeito de fabricação em qualquer uma das unidades entregues, o SAMAE procederá à imediata devolução.
- 7.3. Os objetos entregues que não tiverem a identificação exigida pelas normas estabelecidas no edital serão imediatamente recusados para efeito de recebimento.
- 7.4. O SAMAE deverá aceitar ou rejeitar os objetos, total ou parcialmente, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data da entrega. Não o fazendo, serão considerados aceitos.
- 7.5. Caso os materiais sejam rejeitados, a Proponente vencedora deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da notificação expedida pelo SAMAE com anuência da Diretoria, retirá-los no local indicado no item 7.1 e entregar novos materiais no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da citada notificação, livres das causas da rejeição.
- 7.6. A rejeição total ou parcial dos materiais pelo SAMAE sujeitará a Proponente vencedora à penalidade “advertência por escrito” prevista no item “Penalidades” deste edital e a devolução da nota fiscal/fatura.
- 7.7. Caso a nova remessa, entregue em substituição à rejeitada, seja também objeto de rejeição, ficará demonstrada a incapacidade técnica da Proponente vencedora de entregar os materiais nas condições e especificações pactuadas e sujeitá-la-á à multa de 20% (vinte por cento) aplicada sobre o valor total do contrato, além da sua rescisão unilateral pelo SAMAE e suspensão temporária da Proponente vencedora de participação em licitações e impedimento de contratar com o SAMAE por prazo não superior a 02 (dois) anos, prevista no item “Penalidades” deste edital.
- 7.8. Se no prazo de garantia, os materiais apresentarem vício oculto ou defeito a Proponente vencedora deverá substituí-los no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da notificação do SAMAE sem qualquer ônus para esta autarquia.
- 7.9. A CONTRATANTE designa o engenheiro Sr. ANAURI SCHAFFER, como gestor do presente contrato, a qual será a responsável perante a CONTRATADA para notificá-la da aceitação ou recusa dos materiais/serviços, através de laudo, autorizando o pagamento ou encaminhando ao setor jurídico para a aplicação da s penalidades previstas na Cláusula Nona.

#### CLÁUSULA OITAVA - Responsabilidades da CONTRATADA

- 8.1. Por quaisquer danos materiais ou pessoais que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento do objeto durante a validade do presente contrato.

- 8.2. A aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- 8.3. Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.4. Proceder o entrega do objeto deste contrato em conformidade e com a apresentação dos documentos e laudos exigidos por ele e pelo edital do referido processo licitatório.
- 8.5. A contratada se obriga a:
- a) Possui matriz ou filial localizada na cidade de Brusque/SC;
  - b) Possuir sistema próprio para emissão de bilhetes;
  - c) Executar os serviços ora licitados de acordo com as tarifas em vigor na data de emissão do bilhete, obedecendo as normas estabelecidas pelas agências reguladoras e legislação pertinente.
  - d) Fornecer o objeto licitado, conforme especificado, sempre da melhor qualidade, bem como, a solucionar qualquer defeito que ocorra resultante de má qualidade;
  - e) Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com este órgão, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
  - f) Realizar o fornecimento do objeto licitado de acordo com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, repassando ao SAMAE de Brusque todos os descontos, cortesia e demais vantagens decorrentes de promoções realizadas pelas empresas aéreas, pela rede hoteleira, locadoras, operadoras de viagens, etc., incidindo sobre o preço promocional o desconto.
  - g) Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário, frequência de voo (partida/chegada), das tarifas promocionais à época da retirada dos bilhetes;
  - h) Reembolsar, de acordo com as normas das companhias aéreas, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período máximo de 45 (quarenta e cinco) a 60 (sessenta) dias a contar da solicitação por escrito da CONTRATANTE.
  - i) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas, quanto ao fornecimento e aos serviços prestados;
  - j) Arcar com eventuais prejuízos causados ao SAMAE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos, na execução do fornecimento, objeto desta licitação.
  - k) Comunicar por escrito ao SAMAE, a ocorrência de reajustes nos preços das passagens aéreas e terrestres, fornecendo a nova tabela de preços das tarifas, bem como das taxas de embarque.
  - l) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência do SAMAE.
  - m) Cumprir as condições e prazos disposto nos presente edital;

#### CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

- 9.1. A licitante que dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de retirar a nota de empenho, ou deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficara impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.
- 9.2. Pela inexecução parcial ou total do contrato, a licitante vencedora ficara sujeita a uma ou mais das sanções administrativas previstas no art. 7º da Lei n.º 10.520/02, a ser(e)m aplicada(s) pela autoridade competente do SAMAE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados a Administração, e das cabíveis cominações legais.
- 9.3. A aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 é de competência exclusiva do Diretor Presidente do SAMAE.
- 9.4. Caso a licitante vencedora não execute os serviços ou entrega de materiais nas condições e prazo avençados, estará sujeita a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação ate o máximo de 30 dias. Após o 30º dia de atraso, os materiais/serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste ato convocatório.
- 9.5. Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa de 20% (vinte por cento), por inexecução do contrato, reconhecendo a contratada, desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 9.6. No caso de não recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou da fatura, ou ainda cobrada judicialmente consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.
- 9.7. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no item 1 deste capítulo e nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93 bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no mural oficial do SAMAE.
- 9.8. Em qualquer das hipóteses de aplicação de sanções previstas neste capítulo, e assegurada defesa previa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação a licitante vencedora ou contratada, salvo no caso de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 9.9. Os recursos quando da aplicação das penalidades previstas no item 1 deste capítulo e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
- 9.10. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato. (conforme inciso III do art. 109 da Lei de Licitações).

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Rescisão

10.1 A rescisão do presente poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.
- b) a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula nona.
- c) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- d) constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.
- e) em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98,

sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido; f) a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.

10.2. Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em:

a) aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o SAMAE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do SAMAE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Foro

11.1. Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Brusque -SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

11.2. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

Brusque, SC, 20 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_  
Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE – Brusque

\_\_\_\_\_  
Rubens Kormann  
Representante Legal

\_\_\_\_\_  
Roni Hort  
OAB/SC 13485

\_\_\_\_\_  
Anauri Schafer  
Gestor

TESTEMUNHAS: 1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_  
Leandro Bolognini Deivison Araldi

#### EXTRATO CONTRATO N° 006-2017 \_ FUMREBOM

Publicação N° 1408567

EXTRATO CONTRATO N° 006-2017 – FUMREBOM

Espécie: Contrato nº 006/2017 entre o Município de Brusque e AUTO POSTO R & R LTDA -, em 20/10/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S-10, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO OFÍCIO Nº47., conforme especificações constantes no Termo de Referência – DL n. 004/2017 - Valor: R\$ 30.200,00 - Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 60 dias Signatários: Bombeiros Militar de Brusque e Rodrigo Costa Alvarez

#### EXTRATO CONTRATO N° 100-2017

Publicação N° 1408568

EXTRATO CONTRATO N° 100-2017 – NOSSO SISTEMA DE ÔNIBUS BRUSQUE

Espécie: Contrato nº 100/2017 entre o Município de Brusque e NOSSO SISTEMA DE ÔNIBUS BRUSQUE Em 05/10/17. Objeto: fornecimento de crédito para transporte de alunos do ensino médio do Município de Brusque- Valor: R\$ 1.536.000,00 - Origem: Processo Licitatório n. 160/2017 –INn. 022/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: José Zancanaro e Hermes Arthur Klan e Orlando Klan.

#### EXTRATO CONTRATO N° 102-2017

Publicação N° 1408571

EXTRATO CONTRATO N° 102-2017-CELERE SISTEMAS

Espécie: Contrato nº 102/2017, entre o Município de Brusque e a empresa CELERE SISTEMAS LTDA, em 04/10/2017. Objeto: contratação de empresa para o fornecimento de licença de software para manutenção do sistema de gerenciamento da Secretária de Obras e Serviços Públicos– Valor: R\$ 7.440,00 - Origem: Inexigibilidade nº 021/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Ricardo José de Souza e Manoela Dalke.

#### EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO N° 06-2017 -LEGISLATIVO

Publicação N° 1408622

Extrato da Dispensa nº 06/2017 – Câmara Municipal de Brusque

Espécie: dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993; Fornecedor: RW Serviços Ltda; Objeto: contratação de empresa de vigilância por período determinado; Proc. Licit. nº 09/2017; Dotação Orçamentária: 33390, subelemento – 3703; Valor: R\$ 1.800,00; Ratificação em 20/10/2017, por Jean Daniel dos Santos Pirola.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 04-2017- LEGISLATIVO**

Publicação Nº 1408575

Extrato do Contrato nº 04/2017

Contratante: Câmara Municipal de Brusque/SC. Contratada: RW Serviços Ltda – CNPJ 09.328.669/0001-81; Processo Licitatório nº 09/2017; objeto: contratação de empresa de vigilância por período determinado; valor: R\$ 1.800,00; Dotação orçamentária: 33390, subelemento – 3703; data da assinatura: 20/10/2017; vigência: 31/10/2017.

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008-2017 FUMREBOM**

Publicação Nº 1408588

PREGÃO nº 004/2017FUMREBOM

Processo Licitatório nº 008/2017FUMREBOM

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Brusque – FUMREBOM, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DERIVADO DE PETRÓLEO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/11/2017, às 16h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 25/10/2017

HUGO MANFRIN DALLOSSI

3ª Companhia de Bombeiros Militar - Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029-2017**

Publicação Nº 1408591

PREGÃO nº 011/2017

Processo Licitatório nº 029/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, por intermédio da Secretária de Saúde, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E REAGENTES PARA TESTES LABORATORIAIS, ACOMPANHADO DE EQUIPAMENTO ANALÓGICO DE BIOQUÍMICA EM COMODATO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 14/11/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 25/10/2017

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030-2017**

Publicação Nº 1408596

TOMADA DE PREÇO nº 002/2017

Processo Licitatório nº 030/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, por intermédio da Secretaria de Saúde, na modalidade TOMADA DE PREÇO, destinada ao recebimento de propostas para a contratação de empresa para prestação de serviços de reforma da Unidade Básica de Saúde Santa Terezinha, localizada na Rua Santos Dumont, 1040, bairro Santa Terezinha, no município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 10/11/2017, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 25/10/2017

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162-2017**

Publicação Nº 1408598

PREGÃO nº 102/2017

Processo Licitatório nº 162/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da 17ª Delegacia Regional da Polícia Civil, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELAS DE VIDRO, PAINEL FIXO DE VIDRO E PAINEL DE ACM.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 16/11/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site:

www.brusque.sc.gov.br. 25/10/2017

FERNANDO DE FAVERI  
Delegado Regional de Polícia de Brusque

### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163-2017**

Publicação Nº 1408599

PREGÃO nº 103/2017  
Processo Licitatório nº 163/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Trânsito e Mobilidade, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE DIVISÓRIA METÁLICA.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 17/11/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 25/10/2017

ALONSO MORO TORRES  
Secretaria de Trânsito e Mobilidade

### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164-2017**

Publicação Nº 1408601

PREGÃO nº 104/2017  
Processo Licitatório nº 164/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Trânsito e Mobilidade, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOTOR PUMA COM DURATORQ 2.2L DIESEL, PARA VEÍCULO FORD RANGER XL, COM SERVIÇO DE GUINCHO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 20/11/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 25/10/2017

ALONSO MORO TORRES  
Secretaria de Trânsito e Mobilidade

### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165-2017**

Publicação Nº 1408602

PREGÃO nº 105/2017  
Processo Licitatório nº 165/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Trânsito e Mobilidade, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CABINE DUPLA.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 20/11/2017, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 25/10/2017

ALONSO MORO TORRES  
Secretaria de Trânsito e Mobilidade



**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 166-2017**

Publicação N° 1408604

PREGÃO n° 106/2017  
Processo Licitatório n° 166/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, ATRAVÉS DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICO, FUNILARIA E PINTURA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, PARA USINA DE ASFALTO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 21/11/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 25/10/2017

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 167-2017**

Publicação N° 1408606

PREGÃO n° 107/2017  
Processo Licitatório n° 167/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DE DECORAÇÃO NATALINA.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 09/11/2017, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 25/10/2017

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 168-2017**

Publicação N° 1408608

PREGÃO n° 108/2017  
Processo Licitatório n° 168/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Comunicação Social, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/11/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 25/10/2017

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Governo e Gestão e Estratégica

Respondendo pela Secretária de Comunicação Social

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 169-2017**

Publicação N° 1408611

PREGÃO n° 109/2017  
Processo Licitatório n° 169/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a LOCAÇÃO DE PATROLA ROLO COMPACTADOR LISO VIBRATÓRIO E ROLO COMPACTADOR DE PNEUS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 16/11/2017, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 25/10/2017

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 170-2017**

Publicação N° 1408613

PREGÃO n° 110/2017  
Processo Licitatório n° 170/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Trânsito e Mobilidade, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA HIDRÁULICA, A SER INSTALADA NO CAMINHÃO FORD CARGO C-712, ANO 2011.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 23/11/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 25/10/2017

ALONSO MORO TORRES  
Secretaria de Trânsito e Mobilidade

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 171-2017**

Publicação N° 1408616

PREGÃO n° 111/2017  
Processo Licitatório n° 171/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio das Secretarias de Educação e de Trânsito e Mobilidade, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE COLCHÕES E ROUPAS DE CAMA.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/11/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 25/10/2017

JOSÉ ZANCANARO ALONSO MORO TORRES  
Secretário de Educação Secretário de Trânsito e Mobilidade

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 172-2017**

Publicação N° 1408617

PREGÃO n° 112/2017  
Processo Licitatório n° 172/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 29/11/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 25/10/2017

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 173-2017**

Publicação N° 1408618

PREGÃO n° 113/2017  
Processo Licitatório n° 173/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria da Assistência Social e Habitação, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO (LANCHES E COFFE BREAK).

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 30/11/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 25/10/2017

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA  
Secretária de Assistência Social e Habitação

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108-2017**

Publicação Nº 1408787

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 108/2017

Concorrência Pública nº 003/2017

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PASSEIO DA RUA PADRE ANTÔNIO EISING, MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Recorrente: RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, recebo o recurso apresentado pela empresa RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA, para no mérito considerá-lo IMPROCEDENTE, com fundamento no artigo 41 da Lei 8.666/93.

23/10/2017

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108-2017.**

Publicação Nº 1408788

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 108/2017

Concorrência Pública nº 003/2017

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PASSEIO DA RUA PADRE ANTÔNIO EISING, MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Recorrente: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, recebo o recurso apresentado pela empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, para no mérito considerá-lo PARCIALMENTE PROCEDENTE, com fundamento no artigo 41 da Lei 8.666/93.

23/10/2017

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

**INSTRUÇÃO NORMATIVA 002- 2017 - SEC. OBRAS**

Publicação Nº 1408786

INSTRUÇÃO NORMATIVA NÚMERO 002/2017.

Dispõe sobre a evasão em horário de trabalho dos servidores públicos desta secretaria.

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas atribuições legais e considerando a legislação trabalhista vigente, RESOLVE:

Art. 1º Conforme dispõe o art.175 da Lei Complementar 147 de 25 de setembro de 2009, ao servidor público é proibido ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato;

Art. 2º Os motoristas que por motivo de força maior tiverem sem veículos para conduzir, devem permanecer na sala dos motoristas, para contato, quando necessário;

§ É imprescindível que os servidores mantenham atualizado o número de seu contato telefônico com as chefias imediatas, bem como no setor de recursos humanos;

Art. 3º Fica proibida a saída de servidores desta secretaria em horário de expediente sem autorização da chefia imediata, e quando autorizado, o servidor deverá comunicar também os guardas na portaria de sua ausência;

Art. 4º Considerando que caso ocorra qualquer desvirtuamento nesse sentido, é passível de advertência.

Art. 5º Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua

publicação, revogando as disposições em contrário.  
Brusque, 23 de outubro de 2017.

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 3149-2017**

Publicação Nº 1408723

PORTARIA Nº 3.149/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – ACIDENTE DE TRABALHO – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor ISOLETE DIAS, matrícula nº 540617-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal Saúde, em decorrência do atestado médico do dia 06/09/2017 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 06/09/2017

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 1º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a contar do dia 06/09/2017

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de setembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 3190-201**

Publicação Nº 1408724

PORTARIA Nº 3.190/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora ADRIANA WEHRLICH, matrícula nº 722901, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 07/08/2017 e 02/02/2018.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 07/08/17, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de setembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## **PORTARIA Nº 3209-2017**

Publicação Nº 1408725

### **PORTARIA Nº 3.209/2017**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora LENICE LUFT SCHNEIDERS, matrícula nº 679615, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 11/09/2017 e 09/03/2018.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 11/09/17, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de setembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## **PORTARIA Nº 3350-2017**

Publicação Nº 1408726

### **PORTARIA Nº 3.350/2017**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora LUCIANA CRISTINA DALSSASSO, matrícula Nº 10000032553-1, exercendo as funções de Auxiliar de Consultório Odontológico, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 26/07/2017 e 22/11/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a contar de 26/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de setembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## **PORTARIA Nº 3359-2017**

Publicação Nº 1408728

### **PORTARIA Nº 3.359/2017**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora ROSELI APARECIDA TIMOTEO, matrícula nº 745308-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado médico do dia 19/09/2017, sendo seu afastamento no dia 19/09/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 19/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de setembro de 2017.

Edena Beatriz Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## **PORTARIA Nº 3360-2017**

Publicação Nº 1408729

### **PORTARIA Nº 3.360/2017**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora SILVIA LETICIA ASSIS SOUSA, matrícula nº 4310489-1, ocupante do cargo

de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 07/08/2017 e 02/02/2018.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 07/08/17, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de setembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## **PORTARIA Nº 3446-2017**

Publicação Nº 1408731

PORTARIA Nº 3.446/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora CARLA RUBIA DE SOUZA PEREIRA, matrícula Nº 4128192-2, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 25/09/2017 e 23/01/2018.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos a contar de 25/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de outubro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 3546-2017**

Publicação Nº 1408732

PORTARIA Nº 3.546/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora TEREZINHA JULIO COSTA, matrícula nº 704253-4 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 09/10/2017 à 06/04/2018.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

## **PROCESSO LICITATÓRIO 026-2017 SAMAE**

Publicação Nº 1408789

Brusque, 23 de outubro de 2017.

PROCESSO LICITATORIO 026/2017

Prezados Senhores:

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque/SC, atendendo ao disposto no § 3º do artigo 109, da Lei 8.666/93, vem comunicar vossa empresa, que foi protocolado junto a esta autarquia recurso administrativo, em relação ao processo licitatório 026/2017.(em anexo)

Informamos, que se houver interesse em se manifestar as empresas licitantes deverão juntar as impugnações em até 05 dias úteis. Caso vossa empresa não queira apresentar as contra razões favor informar o declínio no e-mail: [compras@samaebru.com.br](mailto:compras@samaebru.com.br) ou pelo fax 47 3255 0500

Certo de sua compreensão, nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente

Silviane Studnicka  
Presidente  
Comissão Permanente de Licitações  
SAMAE - Brusque



# Caçador

## PREFEITURA

### ATA ABERTURA DE HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2015 CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2015

Publicação Nº 1408802

Processo Licitatório n.º 17/2015  
Concorrência Pública n.º 03/2015

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às treze horas e trinta e nove minutos, a Comissão Especial de Licitação, em cumprimento ao item n.º 99, do Edital de Concorrência, deu início à sessão pública de abertura do envelope de habilitação da licitante melhor classificada na presente Concorrência. Justificada a ausência da Membro Maria Aparecida Boscatto, em gozo de férias regulamentares. As licitantes BRK Ambiental Participações S/A, através de seu preposto, Sr. Edi Bortoli Dalla Costa, e AEGEA Saneamento e Participações S/A, através de seu preposto, Sr. Augusto Kiyoshi Nishi, apresentaram instrumentos de mandato e se credenciaram para participação na sessão. Os representantes dos licitantes foram convidados pela Comissão a inspecionar o envelope para verificação da sua inviolabilidade, nada tendo a alegar com relação a isso. Em seguida, foi aberto o envelope n.º 03, contendo os documentos de habilitação jurídica da BRK Ambiental Participações S/A. Os documentos foram entregues aos presentes para vistoria e rubrica, iniciando-se pelo representante da AEGEA, em seguida pelo representante da BRK e, depois, pelos membros da Comissão Especial de Licitação. Os representantes das empresas solicitaram que cópia digitalizada dos documentos de habilitação fossem enviados para os seguintes e-mails: augusto.nishi@aegea.com.br; licitacoes.nn@aegea.com.br; bortoli@brkambiental.com.br e paulapassos@brkambiental.com.br; o que foi deferido pela Comissão Especial de Licitação. Indagados os presentes se tinham algo a manifestar, a BRK Ambiental Participações S/A apresentou ofício protocolado sob n.º 19.390/2017, cujo conteúdo é a declaração da empresa de, após a mudança do controle acionário, que mantém todas as condições da proposta apresentada pela Odebrecht Ambiental S/A. Cumpridas todas as exigências do edital, a Comissão suspendeu a presente sessão, informando aos presentes que a decisão a respeito da regularidade da habilitação, após análise, será publicada no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida esta ata, que vai assinada por todos os presentes.

Claudio Favero Junior Gianni Lucio Parizotto  
Presidente da Comissão Especial Membro

Antonio Carlos Castilho  
Membro

Edi Bortoli Dalla Costa  
Representante da BRK Ambiental Participações S/A

Augusto Kiyoshi Nishi  
Representante da AEGEA Saneamento e Participações S/A

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 122-2017 PREGÃO PRESENCIAL N.º 72-2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1408495

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 122/2017 – Pregão Presencial – 72-2017- PREFEITURA

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E/OU MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, DESTINADOS A EXECUÇÃO DE TRABALHOS DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/11/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 13/11/2017 às 14h10min.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195 e o Edital completo no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 20 de setembro de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO-PROCESSO LICITATÓRIO 130-2017 PREGÃO PRESENCIAL N.º 79-2017-ROLOS COMPACTADORES, CAMINHÃO E ESPARGIDOR PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Publicação Nº 1408204

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 130/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 79-2017-PREFEITURA.

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROLOS COMPACTADORES, CAMINHÃO E ESPARGIDOR PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/11/2017 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08/11/2017 às 16h10min.

Maiores Informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de Outubro de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO-PROCESSO LICITATÓRIO 131-2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 80-2017-CONFEÇÃO DE TOTEM**

Publicação Nº 1408207

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 131/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 80-2017-PREFEITURA.

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOTEM DESTINADO À INFORMAÇÕES DA NOVA LOCALIZAÇÃO DA OUVIDORIA, A SER INSTALADO JUNTO À PORTA DE ENTRADA PRINCIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/11/2017 às 14h00min.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 08/11/2017 às 14h10min.

Maiores Informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de Outubro de 2017.  
SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 7.288**

Publicação Nº 1408816

DECRETO Nº 7.288, de 23 de outubro de 2017.

Nomeia Comissão para organização do Fórum de eleição dos membros da sociedade civil para composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 2.114, de 19 de agosto de 2004 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem a Comissão para organização do Fórum de eleição dos membros da sociedade civil para composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA, biênio 201/2019:

I – Nadir Miranda Racoski;  
II - Ruth Ines Dotta Godoy Goulart;  
III - Valmir Alves da Cruz.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de outubro de 2017.  
Saulo Sperotto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

**RETIFICAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 133/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 81-2017-PREFEITURA**

Publicação Nº 1407243

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

RETIFICAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 133/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 81-2017-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2017  
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELETRECIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, FUNILARIA E PINTURA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES .

ENTREGA DOS ENVELOPES: 09/11/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 09/11/2017 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 19 de outubro de 2017.  
SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**RETIFICAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 138/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 83-2017-PREFEITURA**

Publicação Nº 1408351

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

RETIFICAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 138/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 83-2017-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2017  
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA A ELABORAÇÃO DE MANUAIS, TREINAMENTO DE PESSOAL E CONSULTORIA PARA REGULAMANTAÇÃO DAS OPERAÇÕES DO AEROPORTO DE CAÇADOR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/11/2017 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 07/11/2017 às 16h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de outubro de 2017.  
SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 117/2017  
– PREGÃO 068/2017**

Publicação N° 1407870

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 117/2017 – PREGÃO  
068/2017

Processo Licitatório nº 117/2017

Pregão Presencial nº 68/2017

Considerando os questionamentos apresentados pela JM Belotte Obras e Serviços ME, a suspensão do certame por decisão da Comissão competente e realizada análise detalhada do edital, verifico ser necessária a adequação das exigências de qualificação técnica para cumprimento adequado do objeto pelas licitantes

Assim sendo, para aperfeiçoamento do instrumento e por questões de conveniência e oportunidade, entendo que a revogação do certame é a medida adequada.

A providência é juridicamente possível, nos termos da Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal, que tem o seguinte enunciado:

“ A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

DECIDE:

ANTE AO EXPOSTO e ao que mais dos autos consta, REVOGO a licitação.

Publique-se.

Arquive-se.

Caçador, SC, 16 de outubro de 2017.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

**Caibi****PREFEITURA****DECRETO 180/2017**

Publicação Nº 1407896

DECRETO Nº. 180/2017 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal nº. 2475/2016, de 13 de dezembro de 2016, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

**QUADRO I****ÓRGÃO 09 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA****UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA****206060019.2.033 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA****3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas****(710) Fonte: 0100 Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2017 da fonte de recursos 0100 Recursos Ordinários no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 20 de outubro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

**DECRETO Nº 181/2017**

Publicação Nº 1408923

DECRETO Nº 181/2017, de 24 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 055/2017 do objeto do Processo Licitatório de Nº 105/2017 na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 053/2017 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 055/2017, sobre o Processo Licitatório Nº 105/2017, na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 053/2017 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS DA ESTRUTURA DA EXPOSIÇÃO FEIRA AGROPECUÁRIA COMERCIALEINDUSTRIAL DE CAIBI –(AGRO CAIBI 2017)

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor dos proponentes abaixo relacionados, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente Vencedor do lote nº 01	LOTE 01				Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	Item	Quant. estimada	Und	Descrição		

EW ESTRUTURAS E LOCAÇÕES LTDA - ME	1	16	Und	Tendas nas dimensões 10 x 10 de profundidade, com 3,5 metros de pé direito com montagem e desmontagem, conjugadas, em um espaço de 40 x40 m, com fechamento em lona branca	1.100,00	17.600,00
	2	1.800	M²	Tablado chapa naval de 18mm nivelado com forração em carpe grafit, com montagem e desmontagem.	12,00	21.600,00
	3	300	Mts	Divisórias de stands básicos em octanorm com fachada na frente, 2 tomadas, 2 spot de iluminação: Pavilhão Central, CCO, Rádio Feira e Praça de Alimentação, com montagem e desmontagem	30,00	9.000,00
	4	450	M²	Forração em carpe vermelho, para colocação nos corredores dos stands.	6,22	2.799,00
Total Lote nº 01						50.999,00

	LOTE 02					
Proponente Vencedor do lote nº 02	Item	Quant. estimada	Und	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI - ME	1	30	Und	Tendas nas dimensões de 10x10 de profundidade, com 3,0 metros de altura em seus pés de sustentação, com montagem e desmontagem, com lona branca, com dois lados fechados	933,83	28.014,90
	2	10	Und	Tendas nas dimensões de 5x5 de profundidade, com 2,5 metros de altura em seus pés de sustentação, com montagem e desmontagem, com lona branca, com dois lados fechados.	472,39	4.723,90
	3	10	Und	Tendas nas dimensões de 3x3 de profundidade, com 2,5 metros de altura em seus pés de sustentação, com montagem e desmontagem, com lona branca, com dois lados fechados	176,96	1.769,60
	4	400	Mts	Tapume em estrutura chapa metálica galvanizada de 3,0 metros de comprimento por 2,0 metros de altura com pés de fixação, montados ao redor da arena de shows e setor de exposição de novilhas	9,90	3.960,00
	5	300	Mts	Grade de contenção de 2,0 metros de comprimento por 1,20 de altura para proteção do público	7,05	2.115,00
	6	40	Mts	Arquibancada em estrutura de ferro com assento em madeira taboa prancha de 4 níveis, com corrimão ao redor, com montagem e desmontagem	44,24	1.769,60
	7	40	Und	Banheiros químicos com produto e sucção	44,24	1.769,60
	8	1	und	Pórtico de entrada nas dimensões de 5 metros de largura por 3 metros de altura com lona impressa no tamanho de 1,5 x 4 mts com arte fornecida pela CCO.	985,00	985,00
	9	80	Und	Mesas com 4 cadeiras em plástico para a praça de alimentação	10,00	800,00
	10	10	Und	Mesas bistrô com 4 (quatro) cadeiras cada.	29,24	292,40
Total Lote nº 02						46.200,00

LOTE 03



Proponente Vencedor do lote nº 03	Item	Quant. estimada	Und	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	1	1	Und	Cobertura com estrutura Q30 em lona na cor branca, nas dimensões de 25 x 50 metros, com montagem e desmontagem, com pé direito conforme a necessidade para a arena de shows e apresentações.	18.226,00	18.226,00
	2	1	Und	Palco medindo 14 x 10 coberto, com montagem e desmontagem	5.993,00	5.993,00
	3	1	Und	Estrutura para 12 (doze) camarotes, com dimensões de 2 x 3 Metros, com corredor ao fundo, com altura mínima de 0,8 Metros do chão, com uma mesa cada camarote, com escada e proteção tudo conforme exigências de segurança, com a montagem e desmontagem	2.576,00	2.576,00
	4	2	Und	Camarins com dimensões de 3 x 4 Metros, com mobília (poltronas, mesas com cadeiras, frigobar) em cada camarim, com montagem e desmontagem	1.288,00	2.576,00
	5	10	Und	Bilheterias em octanorm medindo 2,00 x 1,5 m	212,90	2.129,00
	Total do lote nº 03					31.500,00

LOTE 04						
Proponente Vencedor do lote nº 04	Item	Quant. estimada	Und	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
MARCO A. DIAS TEIXEIRA EVENTOS ME	1	1	Und	Sonorização conforme exigência do Rider Técnico em anexo da dupla João Neto e Frederico, com a montagem e desmontagem	9.970,00	9.970,00
Total do lote nº 04						9.970,00

LOTE 05						
Proponente Vencedor do lote nº 05	Item	Quant. estimada	Und	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
CHICO GERADORES LTDA ME	1	2	Und	Locação de Grupo Motor gerador de 260KVA, para fornecer energia para o evento da AGRO CAIBI, tensão :220/380/440V, frequência nominal 60Hz, Container silenciado leve 85 db (A) carenado fator de potência min 700A disjuntor de saída, contendo 02 caixas de passagens de elétrica com disjuntor de 700a; 02 jogos de cabo contendo 04 pernas medindo 30 metros cada espessura de 120 mm 1 Kv; 02 jogos de cabos aterramento com 3 barras de cobre cada; 01 Extintor CO2 6kl conforme solicitação dos bombeiros, incluso no valor frete, Diesel S10; técnico eletricista disponível no local durante todo evento. Incluindo ART e Laudo do CREA.	5.000,00	10.000,00
Total do lote nº 05						10.000,00

Totais dos proponentes vencedores:



Nomes dos Fornecedores	Valor total da proposta
EW ESTRUTURAS E LOCAÇÕES LTDA - ME	R\$ 50.999,00
HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI - ME	R\$ 46.200,00
BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	R\$ 31.500,00
MARCO A. DIAS TEIXEIRA EVENTOS ME	R\$ 9.970,00
CHICO GERADORES LTDA ME	R\$ 10.000,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 24 de Outubro de 2017.

Elói José Libano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº 031/2017 - FMS

Publicação Nº 1408055

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 031/2017 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 077 e 078/2017 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES - INFANTIL E ADULTO, A FIM DE DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES QUE FAZEM USO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES. CNFORME TERMO DE REFERENCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 23/10/2017  
1ª Publicação.

### LEI N. 3.011/2017

Publicação Nº 1407925

LEI N.º 3.011/2017

Institui no Município de Camboriú o Programa Municipal de Prevenção ao suicídio.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no município de Camboriú, o Programa Municipal de Prevenção ao Suicídio, com o objetivo de identificar possíveis sintomas, tratar o transtorno e promover o acompanhamento de indivíduos que apresentem perfil, minimizando a evolução dos quadros que podem chegar ao suicídio.

Parágrafo único. Fica instituído o dia 10 de setembro, como Dia Municipal de Prevenção ao Suicídio.

Art. 2º O Programa Municipal de Prevenção ao Suicídio será desenvolvido no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, com base nas seguintes diretrizes sem o prejuízo de outras a serem instituídas:

I - promoção de palestras, especialmente na semana que compreenda o dia 10 de setembro, que deverão ser direcionadas aos profissionais de saúde visando a identificar possíveis pacientes que se enquadrem no perfil;

II - exposição com cartazes citando eventuais sintomas e alertando para possível diagnóstico;

III - idealização de canais de atendimento aos diagnosticados, ou aqueles que se encontra com possíveis sintomas de tentativa de suicídio;

IV - direcionamento de atividades para o público alvo do programa, principalmente os mais vulneráveis;

V - monitoramento de possíveis casos para avaliação e cuidado promovendo a interdisciplinaridade entre os profissionais que irão atuar no segmento.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com entidades da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, além de entidades federais, estaduais e municipais com a finalidade específica do fiel cumprimento desta Lei.

Art. 4º As despesas com execução da presente Lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo terá o prazo de 90 (noventa) dias após a aprovação da presente Lei para sua regulamentação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 20 de outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob

Secretário M. de Administração

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA CIRCUNSTANCIADA 2- TP 71/2017

Publicação Nº 1407890

ATA CIRCUNSTANCIADA Nº 2  
(Processo Licitatório TP nº 71/2017)

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, na cidade de Campo Alegre, às nove horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Daniela Saldanha e Irineu Woitskovski Junior, membros da Comissão Permanente de Licitação, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 71/2017, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura das propostas apresentadas na referida licitação que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para construção de Creche Infantil na Escola Paulo Fuckner, na localidade de Bateias de Cima, RM 020, Município de Campo Alegre/SC. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Nenhum licitante credenciou representante na sessão. Passou-se a abertura das propostas das licitantes: FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME – CNPJ 20.985.955/0001-52, JDI CONSTRUTORA LTDA – CNPJ: 00.532.657/0001-08, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP – CNPJ: 05.015.251/0001-63, SL CONSTRUTORA EIRELI EPP – CNPJ: 03.354.824/0001-58, LN CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ – 10.834.999/0001-28 – SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA – ME. Passou-se à análise das propostas das licitantes que foram analisadas e rubricadas pela comissão. O critério de julgamento é pelo MENOR PREÇO GLOBAL, COM FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO UNITÁRIO. As licitantes apresentaram as propostas conforme tabela abaixo:

Empresa	Valor da proposta (R\$)	Classificação
FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME	R\$ 120.000,00	1ª
SL CONSTRUTORA EIRELI EPP	R\$ 130.146,99	2ª
LN CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 144.218,84	3ª
JDI CONSTRUTORA LTDA	R\$ 155.972,10	4ª
SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA – ME.	R\$ 155.982,63	5ª
PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP	R\$ 165.307,68	6ª

A licitante FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME foi declarada vencedora da presente licitação com o valor de R\$ 120.000,00. Fica desde já intimada a licitante FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, a apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União válida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, considerando o Art.43, § 1º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caso a licitante não apresente a referida certidão, poderá sofrer as sanções previstas no instrumento convocatório. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### DECRETO Nº 10.834 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1408020

#### GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.834 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.0766 -	Despesas Correntes	
330000.00.0766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0766 -	Aplicação Direta	
339030.00.0766 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa Dotação Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	

17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.0766 -	Despesas Correntes	
330000.00.0766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0766 -	Aplicação Direta	
339039.00.0766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício Município Campo Alegre/SC, 23 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

Publicação Nº 1408507

### EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

O Município de CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará PROCESSO SELETIVO, sob o regime administrativo especial (CONTRATO TEMPORÁRIO), destinado a designação e a formação de cadastro de reserva, ambos do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre/SC, o qual se regerá de acordo com as disposições deste Edital e Legislação Municipal específica (Lei Complementar Municipal nº 088/2012 e Lei Complementar Municipal nº 006/2002), tudo conforme os seguintes termos:

#### 1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
24/10/2017	Publicação do Edital
24/10/2017 até às 23h59min do dia 08/11/2017	Período de Inscrições
24/10/2017 a 09/11/2017	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
13/11/2017	Publicação da relação de inscritos
14/11/2017 a 16/11/2017	Prazo para recurso
20/11/2017	Homologação das Inscrições e publicação do local de provas e ensalamento
24/10/2017 a 24/11/2017	Período para envio dos documentos para a Prova de Títulos
26/11/2017	Data provável para realização das Provas Objetivas
27/11/2017	Publicação do gabarito provisório
28/11/2017 e 29/11/2017	Prazo para recurso (gabarito)
06/12/2017	Publicação do julgamento dos recursos, do gabarito definitivo, das notas da prova objetiva, da prova de títulos e da Classificação Provisória
07/12/2017 e 08/12/2017	Prazo para recurso (classificação provisória)
12/12/2017	Publicação do julgamento dos recursos
13/12/2017	Homologação do resultado final

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

#### 2. DAS FUNÇÕES, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, VAGA, VAGA PNE E VENCIMENTO



## 2.1. Quadro de função, carga horária, habilitação profissional, vaga, vaga PNE e vencimento:

Função	Carga Horária	Habilitação Profissional	Vaga	Vaga PNE*	Vencimento (mensal)
Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais)	Até 40 horas/aulas semanais.	HABILITADO: Formação de Nível Superior em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais, Licenciatura Plena em Pedagogia ou Pedagogia com *pós-graduação (lato sensu) em Educação Infantil e Anos Iniciais. NÃO HABILITADO: Cursando Pedagogia/Normal Superior - Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais	13+ CR	01	HABILITADO R\$ 2.511,87  NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.298,80)
Professor II - Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica	02+CR	-	HABILITADO R\$ 2.511,87  NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.298,80)
Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A)	CR	-	HABILITADO R\$ 2.511,87  NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.298,80)  NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A) (R\$ 2.135,09)
Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A)	01+CR	-	HABILITADO R\$ 2.511,87  NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.298,80)  NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A) (R\$ 2.135,09)
Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental	Até 40 horas/aulas semanais.	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A)	CR	-	HABILITADO R\$ 2.511,87  NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.298,80)  NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A) (R\$ 2.135,09)

Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/ aulas semanais.	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A)	CR	-	HABILITADO R\$ 2.511,87  NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.298,80)  NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A) (R\$ 2.135,09)
Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/ aulas semanais.	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A)	CR	-	HABILITADO R\$ 2.511,87  NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.298,80)  NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A) (R\$ 2.135,09)
Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/ aulas semanais.	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A)	CR	-	HABILITADO R\$ 2.511,87  NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.298,80)  NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A) (R\$ 2.135,09)
Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/ aulas semanais.	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área. NÃO HABILITADO: cursando área específica NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A)	01+CR	-	HABILITADO R\$ 2.511,87  NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.298,80)  NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1A) (R\$ 2.135,09)

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/ aulas sema- nais.	HABILITADO: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.  NÃO HABILITADO: cursando área específica  NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1 1 A)	CR	-	HABILITADO R\$ 2.511,87  NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 2.298,80)  NÃO HABILITA- DO COM OUTRA LICENCIATURA (85% P1 1 A) (R\$ 2.135,09)
--	---------------------------------------	--	----	---	---

CR = Cadastro de Reserva

\* Vaga PNE = Vagas reservadas aos candidatos com Necessidades Especiais

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e contatos atualizados no Serviço de Pessoal, deste Município durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da Administração Municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo.

2.4. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.scconcursos.com.br](http://www.scconcursos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

2.5. Para a designação, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos e apresentar os documentos a seguir:

2.5.1. Requisitos:

- I - o gozo dos direitos políticos;
- II - a quitação com as obrigações militares, para os homens;
- III - a quitação com as obrigações eleitorais;
- IV - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- V - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- VI - aptidão física e mental.

2.5.2. Documentos:

- 2.5.2.1. - Comprovação da Nacionalidade, conforme o disposto no art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 006/2002;
- 2.5.2.2 - Ter aptidão física, mental e psicológica, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- 2.5.2.3 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;
- 2.5.2.4 - Carteira de Identidade;
- 2.5.2.5 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 2.5.2.6 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- 2.5.2.7 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- 2.5.2.8 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- 2.5.2.9 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- 2.5.2.10. - Certidão de nascimento;
- 2.5.2.11. - Certidão de casamento ou união estável;
- 2.5.2.12. - PIS/PASEP (frente e verso);
- 2.5.2.13. - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- 2.5.2.14. - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;
- 2.5.2.15. - Cópia da Carteira de Trabalho;
- 2.5.2.16. - Comprovante de endereço;
- 2.5.2.17. - Cópia autenticada do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso;
- 2.5.2.16. - Demais documento que o município vier a exigir.

2.6 A designação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da contratação.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada apenas via internet sendo que o candidato deverá acessar o site ([www.scconcursos.com.br](http://www.scconcursos.com.br)) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá ler atentamente o Edital e seus Anexos para certificar-se de que possui todas as

condições e pré-requisitos para inscrição.

3.3. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

3.3.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.3.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.3.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

3.3.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

3.3.7. Não será aceita inscrição via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou ainda fora do prazo estabelecido.

3.4. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o candidato poderá impetrar pedido de recurso, conforme prazo determinado neste Edital.

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

3.5.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail contato@scconcursos.com.br, ou do telefone (47) 3380-3903 no horário compreendido das 13h às 17h.

3.6. O Município de Campo Alegre e a Empresa Executora deste Processo Seletivo, "SCHEILA APARECIDA WEISS ME (SC TREINAMENTOS), CNPJ sob nº 26.068.753/0001-22" não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.8. Os candidatos poderão inscrever-se somente em uma função.

3.8.1. Para o candidato que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, desde que devidamente paga.

3.8.2. No caso de dupla inscrição, não será admitida a utilização do pagamento de inscrição já paga, sendo que será considerado apenas a inscrição completa (inscrição + pagamento) para a função que pretende concorrer, sendo de total responsabilidade do candidato a conferência das informações antes do pagamento da inscrição.

3.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo encaminhando requerimento preenchido (Anexo II) via postal por SEDEX com AR até o último dia de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

3.9.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos  
Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC  
CEP 89120-000

Requerimento de condições especiais para realização de prova

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

3.9.2. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.9.2.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.9.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito conforme o item 3.9, durante o período da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.9.3.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

3.9.3.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

#### 4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, desde que as atribuições da função pretendida sejam compatíveis com as suas deficiências e a elas serão reservadas um percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada função, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, do Decreto Federal 3.298/99 e do art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012.

4.1.1. Para os cargos deste edital que não possuem vagas previamente reservadas às Pessoas com Necessidades Especiais, a aplicação do percentual de 10% não resulta a oferta imediata de vagas, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no cargo será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 10 (vinte) vagas providas.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher a função a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal por SEDEX com AR, até o último dia de inscrições o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos emitido nos últimos 12 meses.

4.2.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos

Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC

CEP 89120-000

Documentação para concorrer às vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

4.4. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

4.5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão) para o exercício da função.

4.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

4.7. Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999.

4.8. Caso a aplicação do percentual de 10% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

## 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

5.1. O valor da taxa de inscrições será de R\$ 40,00 (quarenta reais).

## 6. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

6.1. Este Processo Seletivo constará de duas etapas:

6.1.1. Primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório: Prova Objetiva para todas as funções;

6.1.2. Segunda etapa constando:

a) de Prova de Títulos de caráter exclusivamente classificatório para todas as funções de Professor Habilitado.

## 7. DA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA OBJETIVA

7.1. PROVA OBJETIVA (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições das funções oferecidas pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo I, a ser aplicada para todos os candidatos.

7.1.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiver nota final igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos na Prova Objetiva.

7.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.3.



7.2. A prova objetiva para todos os cargos será na data provável de 26 de novembro de 2017 considerando os seguintes horários:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	8h e 45min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	9h e 15min
Início da prova	9h e 30min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até as	10h e 00min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	12h e 00min

7.2.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 9h e 15 minutos, sob qualquer alegação.

7.3. A Prova Objetiva terá 30 questões, distribuídas da forma abaixo:

PROVA OBJETIVA	DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,29	4,35
	Matemática	5		
	Conhecimentos Gerais e Atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Técnicos	8	0,40	5,65
	Legislação Correlata e Informática Básica	7	0,35	
	TOTAL	30	10,00	

7.4. Normas para ingresso e prestação da Prova Objetiva

7.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta:

7.4.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

7.5.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.5.3. Fazer uso de telefone celular, relógios ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

7.5.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local e na forma indicados pelo fiscal;

7.5.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.5.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.5.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Processo Seletivo.

7.6. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, inclusive com detector de metais, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

7.7. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.8. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.9. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.9.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

7.9.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.9.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.9.4. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo

devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.9.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.

7.10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

7.10.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

7.11.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

7.12. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

7.13. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, a resposta será corrigida no gabarito final.

7.14. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

## 8. DA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA DE TÍTULOS

8.1 Os documentos relativos as PROVAS DE TÍTULOS deverão ser enviados no período de 24 de outubro de 2017 a 24 de novembro de 2017 sendo que o candidato deverá enviá-lo, na forma dos itens a seguir, via postal por SEDEX com AR onde no exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos  
Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC  
CEP 89120-000

### DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

8.1.1. Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para o envio dos títulos:

a) Preencher devidamente o Anexo III e apresentar cópia (reprográficas autenticadas em cartório ou cópias simples para os documentos que possuírem código para verificação de autenticidade) do comprovante de cada título (certificado de conclusão do curso ou similar), de preferência, na ordem informada no Anexo III.

b) Os títulos devem ser, preferencialmente, grampeados na ordem informada no Anexo III e ser acondicionados em envelope fechado e opaco.

c) Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido preenchimento do formulário de avaliação de títulos (Anexo III) ou ainda fora do prazo e horários determinados.

8.2. A Prova de Títulos (PT) será de caráter exclusivamente classificatório, para todos os candidatos habilitados (conforme informado no item 2.1 deste edital) aprovados na prova objetiva, devendo (os títulos) serem na área de Educação, devidamente reconhecidos pelo MEC, podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos, conforme a seguir:

Descrição do Título (concluído)	Pontuação por Título	Pontuação Máxima
Doutorado	4,00	4,00
Mestrado	3,00	3,00
Especialização (mínimo 360 h/a)	1,00	3,00

I. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

II. Não serão pontuados os títulos que constituírem requisito básico para o exercício do cargo.

III. Não haverá em hipótese alguma outro período para envio de títulos.

IV. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

V. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

VI. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

VII. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

VIII. A Comissão responsável pelas análises dos títulos poderá solicitar ao candidato outro(s) documento(s) que achar conveniente para confirmar as informações prestadas.

8.2.1 A não apresentação de títulos não desclassificará o candidato, sendo apenas de caráter classificatório.

8.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

## 9. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. A nota final para os cargos de PROFESSOR HABILITADO será:

$PO = 80\% + PT = 20\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,8 + PT \times 0,2$ .

9.2. A nota final para os cargos de PROFESSOR NÃO HABILITADO e PROFESSOR NÃO HABILITADO COM OUTRO LICENCIATURA será:

$PO = 100\%$ .

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PT = Prova de Títulos

9.3. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

9.3.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:

9.3.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

9.3.3. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais;

9.3.4. Que tiver maior idade;

9.3.5. Que tiver maior número de filhos.

9.4. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.

9.5. A classificação dos candidatos será separada por HABILITADOS, NÃO HABILITADOS e NÃO HABILITADOS COM OUTRA LICENCIATURA.

9.5.1. Para contratação, primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS, esgotadas as opções, passa-se a chamar os candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS e sendo novamente esgotadas as opções passa-se então a chamar os candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS COM OUTRA LICENCIATURA.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

10.1.1. Da impugnação do presente Edital;

10.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

10.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova objetiva;

10.1.4. Da nota da Prova Objetiva;

10.1.5. Da nota da Prova de Títulos;

10.1.6. Da classificação Provisória.

10.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua primeira publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Administração, no Município de Campo Alegre.

10.3. Os recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa executora -SC TREINAMENTOS – [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br), no campo RECURSOS, disposto na área referente a este Processo Seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

10.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

10.5. A Banca Examinadora da Empresa Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

## 11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano, a contar de sua homologação final podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

11.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

11.3. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de designação imediata e automática, sendo que a designação é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

11.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

11.5. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município.

11.6. O candidato aprovado será convocado por Edital e terá o prazo de 03 (três) dias para ingresso contados da data de publicação do ato de designação. Caso não ocorra, o candidato perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo

candidato por ordem de classificação.

11.7. O candidato que não desejar assumir de imediato poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo Seletivo Municipal, a novo chamamento.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Campo Alegre e nos sítios [www.sconconcursos.com.br](http://www.sconconcursos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

12.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

12.3 Este Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da empresa SCHEILA APARECIDA WEISS ME, nome fantasia SC TREINAMENTOS, inscrita no CNPJ sob nº 26.068.753/0001-22, com sede a Rua Benjamim Constant, nº 823 – SALA 02, Bairro Imigrantes, cidade Timbó/SC, representada por Scheila Aparecida Weiss, CPF nº 035.774.019-07, endereço eletrônico: [www.sconconcursos.com.br](http://www.sconconcursos.com.br) e e-mail: [contato@sconconcursos.com.br](mailto:contato@sconconcursos.com.br), telefone (47) 3380-3903, sob a supervisão/acompanhamento da Comissão de Fiscalização e da Comissão Examinadora, do referido Processo Seletivo.

12.4 Fazem parte integrante deste edital os seguintes Anexos:

- Anexo I - Conteúdo Programático da Prova Objetiva;
- Anexo II - Modelo de Requerimento Para Solicitação de Condições Especiais;
- Anexo III - Formulário de Avaliação de Títulos – Professores Habilitados
- Anexo IV - Atribuições das Funções Públicas.

12.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

Campo Alegre/SC., 24 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

### ANEXO I

(EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017)

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

### 1. CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS BÁSICOS (PARA TODAS AS FUNÇÕES)

#### LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

#### MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação e Interpretação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Cálculos algébricos, produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas, simplificação de expressões algébricas; Equações, Inequações, sistemas polinomiais de 1º e 2º grau; Sequências e Progressões; Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Análise Combinatória; - Probabilidade; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Estudo de funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica e trigonométrica; Geometria Plana e Espacial, trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência e cônicas; Polinômios e equações polinomiais.

#### CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES:

História e geografia do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia.

### 2. CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR FUNÇÃO:

#### PROFESSOR I - PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas,

Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), DIDÁTICA GERAL. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR II - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Didática Geral; - Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR III - PROFESSOR DE ARTE

Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR IV - PROFESSOR DE INGLÊS

A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia; Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous; the past perfect; the future; the near future; the future continuous. Modals and auxiliary verbs. Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phrases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity. Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR V - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Concepções de linguagem; A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Articulação entre ler, escrever e as áreas do conhecimento; Ensinar e aprender: perspectiva histórico-cultural. Compreensão e interpretações de textos. - Denotação e Conotação; - Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; - Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; - Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. - Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR VI - PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas;



Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Grau, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR VII - PROFESSOR DE CIÊNCIAS

A Vida no Nível da Célula: Organização básica de células procarióticas e eucarióticas: estrutura e função das substâncias orgânicas e inorgânicas que compõem os seres vivos; Metabolismo celular; Reprodução sexuada e Embriologia. A Continuidade da Vida: Hereditariedade e a natureza do material hereditário: As bases moleculares da hereditariedade. Fundamentos da Genética. Processos de evolução: Teorias da evolução; Causas genéticas da variabilidade; Seleção e Adaptação; Isolamento reprodutivo e formação de novas espécies; Genética de Populações; Origem e evolução da espécie humana. A Diversidade da Vida. Vírus: Estruturas, ciclo de vida e patologias relacionadas. Monera, Protista e Fungi: Características gerais e aspectos básicos da reprodução; Importância ecológica e econômica; Prevenção das principais doenças humanas. Plantas: Características gerais dos principais grupos de plantas; Evolução das plantas e adaptações morfológicas e reprodutivas ao ambiente; Organização morfológica básica, crescimento, desenvolvimento e reprodução das Angiospermas. Animais: Características gerais e hábitat dos principais grupos de animais; Evolução dos animais e comparação dos principais grupos quanto à alimentação, locomoção, respiração, circulação, excreção, osmorregulação e reprodução; Animais parasitas do ser humano: ciclos de vida e medidas profiláticas; Animais urbanos e suas relações com os humanos; Estrutura básica e fisiologia dos sistemas do corpo humano; Nutrição e desnutrição; Reprodução Humana e regulação neuro-endócrina; Doenças sexualmente transmissíveis; Constituição do pensamento humano. Os Seres Vivos e o Ambiente: Populações, comunidades e ecossistemas; O fluxo energético e os ciclos da matéria nos ecossistemas; Dinâmica das populações; Ecossistemas aquáticos; Ecossistemas terrestres; Características gerais dos principais tipos de ecossistemas brasileiros. Ecologia humana: O crescimento da população humana como fenômeno histórico; As atividades humanas e as alterações provocadas nos ecossistemas; A utilização dos recursos naturais; O problema da geração de resíduos sólidos em excesso: a reciclagem e o tratamento adequado dos resíduos e seus efluentes; O problema do esgoto e o tratamento da água; A genética e clonagem: aspectos éticos, ecológicos e econômicos; Saúde: indicadores; determinantes sociais; a importância do controle ambiental, do saneamento básico, da vigilância sanitária e epidemiológica e dos serviços de assistência à saúde. Metodologias no Ensino das Ciências e a organização da prática educativa. Educação Ambiental: Abordagens contextualizadas com enfoque interdisciplinar de questões polêmicas contemporâneas relacionadas às discussões de desequilíbrios ambientais e ecológicos, de qualidade de vida, de saúde pública, das relações entre tecnologia e sociedade e de outras questões recorrentes às ciências, amplamente veiculadas pelos meios de divulgação científica e comunicação social. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR VIII - PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; Geografia de Santa Catarina - Aspectos Econômicos; modo de produção; Sistema Financeiro; Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; Sistemas de governo; IDH; Urbanização; Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática; Efeito Estufa; El Niño; Questões Ambientais; Ecossistemas e Biotecnologia. Os processos da dinâmica natural (geológicos, geomorfológicos, climáticos, hidrológicos, botânicos e pedológicos) e as formas espaciais resultantes. Aproveitamento econômico, gestão e uso dos recursos naturais, problemas ambientais resultantes e as iniciativas para a conservação do meio-ambiente. Fundamentos da cartografia: convenções, escalas e projeções cartográficas, formas de representação do relevo, fusos horários e o caráter ideológico das representações cartográficas; Distribuição espacial da população, dinâmicas do crescimento demográfico, estrutura populacional, teorias demográficas, movimentos populacionais, desigualdades socioeconômicas, étnicas e de gênero. Fontes de energia e as questões econômicas e ambientais correlatas. O processo de mundialização da economia capitalista, a Revolução Técnico-científica, o pós-fordismo, e a importância das redes técnicas para a organização do espaço. Meio ambiente urbano, critérios de definição de aglomerado urbano, processos de metropolização/desmetropolização e formas espaciais correlatas, rede urbana e hierarquia urbana, a organização interna da cidade capitalista. O comércio internacional e a integração do Brasil à economia mundial. Características básicas da organização do Estado territorial brasileiro, as políticas públicas regionais, regionalizações, unidades regionais, identidades regionais brasileiras, divisão territorial do trabalho no Brasil. Geografia regional do mundo. Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR IX - PROFESSOR DE HISTÓRIA

Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de

20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR X - PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Didática Geral. Os objetivos Gerais do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental. Culturas e Tradições Religiosas: filosofia da tradição religiosa; história e tradição religiosa; sociologia e tradição religiosa; psicologia e tradição religiosa. Escrituras Sagradas e ou Tradições orais: Revelação; história das narrativas sagradas; contexto cultural; exegese. Teologias: Divindades; verdades de fé; vida além morte; Ritos: Rituais; símbolos e espiritualidades. Despertar o aluno para a fé e para valores que o conduzem a uma vida mais feliz; Respeito a pluralidade cultural e religiosa. Os Fundamentos Cristãos. Ecumenismo. Desvendar os caminhos da convivência, da Solidariedade, do respeito mútuo e do amor. Senso Ético. Preparação para a cidadania. Cidadania. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### ANEXO II

(EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017)

#### REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo nº \_\_\_\_\_ da Prefeitura Municipal \_\_\_\_\_, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

I – ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte \_\_\_\_\_ Nº da Fonte \_\_\_\_\_

II – ( ) Sala de Amamentação:

Nome do acompanhante: \_\_\_\_\_

III – ( ) Intérprete de Libras.

IV – ( ) Outra necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

#### ANEXO III

(EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017)

#### FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS – PROFESSORES HABILITADOS

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.

Títulos Apresentados para a Prova de Títulos:

Ordem	Tipo de Título (Doutorado, Mestrado ou Pós-Graduação)	Nome do Título/Instituição	Número de Páginas
TÍTULO Nº 01			
TÍTULO Nº 02			
TÍTULO Nº 03			


- A coluna "Ordem" serve para ordenar a apresentação dos títulos, devendo ser utilizado uma linha para cada título, e ser ordenado conforme modelo acima. Exemplo, se o candidato apresentar apenas um título este deverá preencher apenas a primeira linha (TÍTULO Nº 01), e assim, se tiver dois títulos deverá preencher as duas linhas (TÍTULO Nº 02), e assim sucessivamente.

- A coluna "Tipo de Título (Doutorado, Mestrado ou Pós-Graduação)" deve ser preenchida de acordo com o tipo de título apresentado/informado na respectiva linha.

- A coluna "Nome do Título/Instituição" deve ser preenchida apenas com o nome da titulação seguido do nome da Instituição que conferiu o título ao candidato.

- A coluna "Número de Páginas" deverá ser preenchida com a quantidade de páginas/folhas que compõe cada título, exemplo: se o título apresentado na primeira linha (TÍTULO Nº 01) conter 3 folhas, deve ser informado o número "3".

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

ANEXO IV

(EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017)

#### ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES PÚBLICAS

##### FUNÇÃO PÚBLICA: PROFESSOR (I ao X)

1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;
2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos re-elaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;
3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;
4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;
5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento;
6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;
7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;
8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;
9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;
10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;
11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;
12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre;
13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;
14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;
15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Plano diário e anual atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o aprimoramento e qualidade do ensino;
16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;
17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional;
18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;
19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;
20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

**EDITAL Nº 01/2017**

Publicação Nº 1408672

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EDITAL Nº 01/2017**

ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE REMATRÍCULAS E MATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2018, NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, QUE OFERECEM A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Secretária Municipal de Educação, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, pelas competências que lhes são conferidas, considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para a realização do processo de matrículas e matrículas para o ano letivo de 2018 nas Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, torna público, para conhecimento dos interessados, que as matrículas e matrículas estão abertas conforme instrução e cronograma estabelecido neste Edital.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Art. 1º Fica regulamentado no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, para as Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino, o processo para matrículas e matrículas para o ano letivo de 2018, conforme estabelecem as Leis Municipais nº 4.312, de 17 de junho de 2015, e nº 3.825, de 04 de abril de 2012, a Resolução do Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC. nº 01, de 12 de Dezembro de 2012, Lei Federal 12.796, de 04 de Abril de 2013 e por meio deste Edital.

**DA APRESENTAÇÃO**

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina, como parte integrante das atividades programadas, estabelece por meio do presente Edital, as diretrizes para a execução das matrículas e matrículas para o ano letivo de 2018.

Parágrafo único. Com o processo de matrícula e matrícula para o ano letivo de 2018, espera-se:

I – Garantir as matrículas e matrículas dos alunos em idade escolar obrigatória nas Instituições Educacionais que oferecem o Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) regular, oportunizando o acesso à escola para todas as crianças e adolescentes do município, a iniciar para o primeiro ano do Ensino Fundamental, na faixa etária a partir de 06 (zero seis) anos de idade ou a completar até a data de 31 de março de 2018, conforme prevê a Lei Federal nº 9.394/96 – LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e sua alteração pela Lei Federal 11.274, de 06 de fevereiro de 2006 e Resolução nº 01/2012 do CMECA (Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, que define as regras para o ingresso de estudantes do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

II – Garantir as matrículas e matrículas nas Instituições Educacionais que oferecem Creches para crianças em período integral, a partir dos 04 (zero quatro) meses até 03 (zero três) anos de idade;

III – Garantir as matrículas e matrículas nas Instituições Educacionais que oferecem o Pré-escolar I, em período parcial de 04 (zero quatro) horas, para crianças a partir de 04 (zero quatro) anos de idade ou a completar até 31 de março de 2018,

IV – Garantir as matrículas e matrículas nas Instituições Educacionais que oferecem o Pré-escolar II, em período parcial de 04 (zero quatro) horas, para crianças a partir de 05 (zero cinco) anos de idade ou a completar até 31 de Março de 2018, conforme Resolução nº 05/2009 do CNE (Conselho Nacional de Educação) e Lei Federal nº 12.796/2013;

V – Efetivar preferencialmente a matrícula do aluno que comprove residência próxima a Instituição Educacional.

**DOS OBJETIVOS**

Art. 3º Os processos de matrículas e matrículas terão por objetivos:

I – Geral: Assegurar a matrícula e matrícula no Ensino Fundamental a toda criança em idade escolar obrigatória.

II – Específicos:

a) Divulgar este Edital na comunidade escolar, a fim de garantir a matrícula e matrícula, conforme o cronograma estabelecido, incluindo o público alvo da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

b) Assegurar a matrícula ou matrícula à toda criança na faixa etária de 06 (zero seis) anos completos no início do ano letivo ou a completar até 31 de Março de 2018, para o ingresso no Ensino Fundamental de 09 (zero nove) anos;

c) Assegurar a matrícula ou a matrícula a toda criança na faixa etária de 04 (zero quatro) meses até 03 (zero três) anos em creche, e a partir de 04 (zero quatro) anos completos no início do ano letivo ou a completar até 31 de março de 2018, para ingresso na pré-escola.

Parágrafo único. A criança sem escolaridade anterior a 07 (zero sete) anos completos deverá ser matriculada no 1º ano do Ensino Fundamental de 09 (zero nove) anos (Art. 24, inciso II da LDBEN nº 9.394/96).

**DA DOCUMENTAÇÃO**

Art. 4º A documentação exigida no ato da matrícula será a seguinte:

I – EDUCAÇÃO INFANTIL (Creche):

a) cópia legível da certidão de nascimento da criança;

- b) cópia da carteira de vacinação da criança;
- c) comprovante de trabalho dos pais ou responsáveis;
- d) cópia do comprovante de residência (fatura do mês de Setembro de 2017);
- e) cópia do comprovante de guarda ou tutela, se necessário;
- f) cópia do RG e CPF dos pais ou responsáveis.

#### II – ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLA:

- a) cópia legível da certidão de nascimento da criança;
- b) cópia da carteira de vacinação (até o 5º ano “anos iniciais”);
- c) cópia do comprovante de residência (fatura do mês de setembro de 2017);
- d) cópia de comprovante de guarda ou tutela, se necessário;
- e) atestado de frequência ou histórico escolar para os casos de transferência;
- f) cópia do RG e CPF dos pais ou responsáveis.

Parágrafo único. A Escola deverá manter o registro da vida escolar do aluno, porém, se no ato da matrícula os pais não apresentarem a documentação exigida, terão o prazo de 30 (trinta) dias para fazê-lo, após este período a Instituição Educacional tomará providências junto ao Conselho Tutelar, para auxiliar os pais e responsáveis na regularização dos mesmos.

#### DO CRONOGRAMA

Art. 5º De 24 de outubro de 2017 a 31 de outubro de 2017, serão efetuadas as rematrículas na própria Instituição para o ano a frequentar em 2018, de acordo com o horário de expediente das Instituições Educacionais, para alunos já matriculados na Rede Municipal de Ensino na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 6º De 06 de novembro de 2017 a 17 de novembro de 2017, serão efetuadas as matrículas (2018) para alunos novos nas Instituições Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação e as Instituições Educacionais de Ensino deverão envolver todas as Entidades Organizadas das comunidades para a divulgação deste Edital, com o objetivo de maior êxito na efetivação das matrículas.

Art. 8º Em caso de existência de vaga na Instituição Educacional, poderão ser matriculadas crianças fora do zoneamento residencial e escolar, observando-se suas particularidades.

Art. 9º Caberá à Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC., garantir vagas a todos os alunos que se matricularem na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. Os alunos serão distribuídos nas séries e turnos de acordo com as necessidades e decisões das Instituições Educacionais e Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10 Ficam sujeitos a estas diretrizes, todas as Instituições Educacionais de Ensino, mantidas pelo Poder Público Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 11 Os casos não previstos neste Edital, serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC., se necessário.

Art. 12 O presente Edital, passa a vigorar a partir de sua divulgação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC., 24 de outubro de 2017.

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

Publicado o presente Edital no seguinte endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/10/2017.

#### **PORTARIA Nº 14.759 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408711

#### GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 14.759 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS A COORDENADORA DE TURISMO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Coordenadora de Turismo JAQUELINE SCHUHMACHER, Registro no Sistema sob o nº 955527,



lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º A Coordenadora gozará as férias no período de 24 de outubro de 2017 a 02 de novembro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente assinada e protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 16 de outubro de 2017 sob nº 13608.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município Campo Alegre/SC., 23 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 14.760 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408727

##### **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

PORTARIA Nº 14.760 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública MARISTELI KUSS, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnico em Enfermagem, Matrícula Funcional nº 000783, Registro no Sistema sob nº 955407, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 23 de outubro de 2017 a 01 de novembro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente assinada e protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 16 de outubro de 2017 sob nº 13645.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município Campo Alegre/SC., 23 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 14.761 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408749

##### **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

PORTARIA Nº 14.761 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, VANESSA MIRIAN NEUBAUER, Matrícula Funcional nº 000441, Registro no Sistema sob nº 954337, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2015 a 15 de setembro de 2016.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 16 de setembro de 2015 a 15 de setembro de 2016.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 23 de outubro de 2017 a 01 de novembro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de outubro de 2017 sob nº 13329.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município Campo Alegre/SC., 23 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.762 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408751

**GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

PORTARIA Nº 14.762 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017  
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS CORDEIRO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000470, Registro no Sistema sob nº 954476 no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo 02 de outubro de 2014 a 02 de outubro de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 03 de outubro de 2017 sob o nº 13281.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município Campo Alegre/SC.,  
23 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## PREFEITURA

### Decreto 1.302/2017

Publicação Nº 1407801

DECRETO Nº. 1.302, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA COMPOSIÇÃO DOS INTEGRANTES DO COMITÊ DIRETOR MUNICIPAL PARA ATUAR NO PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIGAMERIOS, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal n. 2.004, o Protocolo de Intenções do CIGAMERIOS, o Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, em especial as Cláusulas 12, 13, XI e 14;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição do Comitê Diretor Municipal para atuar no Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS, através do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, nomeada pelo Decreto n. 1.272/2017, que passará a ter a seguinte composição:

- a) Etson Rodrigo Gonçalves – Fiscal de Vigilância Sanitária;
- b) Maurivan Luiz Frizzo – Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento;
- c) Gelso Paloschi – Secretária Municipal de Saúde Pública.
- d) João Adroir da Silva – Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural;
- e) – Loir da Costa - Representante da Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 2º. As funções dos membros deste comitê não serão remuneradas, sendo considerado serviços de relevante interesse social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Erê, SC, 18 de outubro de 2017.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DÁRIO FERLIN  
Tec. Contabilidade Matr. 00784-6

### Lei 2.022/17

Publicação Nº 1407797

LEI Nº 2.022/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros para o Consórcio Integrado de Gestão Pública

do Entre Rios – CIGAMERIOS, para atender o objeto do Contrato de Programa.

Parágrafo único. O referido repasse destina-se a manutenção das atividades do CIGAMERIOS e / ou elaboração e execução de programas e projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, mediante contrato de rateio a ser celebrado entre o CIGAMERIOS e o Município, conforme estabelece a cláusula 10 e 21 do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º O Repasse mencionado no caput do artigo 1º será mensal, terá início em janeiro de 2018 e a contribuição mensal será no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) até R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por habitante, conforme população censitária - IBGE de 2010, totalizando o valor de até R\$ 4.685,00 (quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais).

Art. 3º O CIGAMERIOS, fará a Gestão dos recursos financeiros, bem como as respectivas prestações de contas, que inclui a elaboração mensal e apresentação em Assembleia Geral dos Prefeitos, a publicação dos Balanços Contábeis e Financeiros, conforme estabelecido no Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, sem prejuízo aos demais procedimentos de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis as instituições públicas, em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e sempre que solicitado, fornecer todas as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas as contas dos entes consorciados, as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 4º Fica ratificado o Protocolo de Intenções e convalidado o Contrato de Consórcio Público, aprovado pela Assembleia Geral do CIGAMERIOS firmado em 14 de abril de 2016.

Art. 5º As despesas decorrentes da realização da presente lei, ocorrerão por conta do orçamento municipal.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê, SC,  
em 18 de outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade  
Matrícula n. 00784-6

**TERMO RESCISÃO CONTRATO 56/2017**

Publicação Nº 1408925

**TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 56/2017**

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 56/2017, CELEBRADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ-SC, NA FORMA ABAIXO:

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n. 83.026.765/0001-28, com sede na Rua 1º de Maio, n. 736 – Centro, Município de Campo Erê-SC, neste ato representado pela Gestora, Sra. Luciane Giacchini Antonietti, no uso de suas atribuições, resolve, na forma da Lei n. 8.666/93, e suas alterações posteriores, e de acordo com as normas do direito comum, no que forem aplicáveis, firmar o presente TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL ao Contrato Administrativo n. 56/2017 - prestação de serviços técnicos especializados para suprir as necessidades oriundas dos projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social – Instrutor Técnico em Agropecuária, fundamentado no art. 66, art. 77, art. 78, inc. I e art. 79, inc. I, todos da Lei n. 8.666/93, conforme cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A rescisão unilateral tem por base o Contrato Administrativo n. 56/2017, a partir da data de 18/09/2017, nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei n. 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – DOS MOTIVOS**

A rescisão contratual está pautada pela inexecução parcial do contrato, ante a ausência injustificada da licitante JULIANA FANTIN MEI, desde o dia 18/09/2017, em prestar os serviços técnicos especializados para suprir as necessidades oriundas dos projetos da Secretaria Municipal da Assistência Social – Instrutor Técnico em Agropecuária.

**PARÁGRAFO SEGUNDO – DA FORMA DE RESCISÃO**

A rescisão é unilateral, nos termos do item 10.2.1 do instrumento contratual, fundada no art. 66, art. 77, art. 78, inc. I e art. 79, inc. I, todos da Lei n. 8.666/93.

**PARÁGRAFO TERCEIRO – DAS GARANTIAS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA**

Em obediência ao parágrafo único do artigo 78 da Lei n. 8.666/93, a rescisão está plenamente motivada e observa as garantias fundamentais do contraditório e da ampla defesa. Do presente ato é cabível o recurso administrativo previsto no artigo 109, inciso I, alínea “e” da Lei n. 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISSOLUÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

A Contratante resolve, nas razões de suas faculdades e com base no inciso I do artigo 79 da Lei n. 8.666/93, dissolver direitos e obrigações oriundas do contrato referido na cláusula primeira deste instrumento, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiros ou obrigacionais relativos ao mesmo, pelo que se dão plena, geral e irrevogável quitação, ressalvados quaisquer encargos ou pendências que porventura possam existir entre as partes contratantes até a data de 18/09/2017.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Os pagamentos devidamente autorizados e que, eventualmente, não tenham sido efetuados, serão realizados na forma da lei.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

A Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento, em obediência o princípio da publicidade insculpida no artigo 37 da Constituição Federal.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Termo de Rescisão, é competente o Foro da Justiça Estadual, na Comarca de Campo Erê-SC.

Foi lavrado o presente Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato de prestação de serviços especializados para o Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Erê-SC, de acordo com o artigo 60 da Lei n. 8.666/93, e suas alterações posteriores, sendo assinado pelo Prefeito Municipal e pelas testemunhas abaixo nomeadas, dele extraíndo-se as cópias necessárias para sua eficácia.

Campo Erê-SC, 27 de setembro de 2017.

LUCIANE GIACCHINI ANTONIETTI

GESTORA DO FMAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:	
Loreni Dias de Oliveira CPF nº 065.194.229-24	Lucineia da Silva Cavalheiro CPF nº 100.634.939-18

Visto da Assessoria Jurídica:

Juliana Cristina Zanini  
Consultora Jurídica  
OAB/SC 45.930



# Campos Novos

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2017 - FHJA

Publicação Nº 1408759

Prefeitura Municipal de Campos Novos  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 02/2017

Processo Licitatório: 23/2017

Dispensa de Licitação: 02/2017

Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa, com especialização em construção hospitalar para elaboração do termo referência para projetos de reforma e ampliação da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio – Conforme Artigo 24 - Inciso I - da Lei 8666/93.

Valor: R\$ 12.750,00 (doze mil setecentos e cinquenta reais).

Fornecedor: Vidigal Engenharia e Construções Eireli

Campos Novos 23 de outubro de 2017.

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral

## SAMAE - CAMPOS NOVOS

### LICITAÇÃO DESERTA TP 05/2017

Publicação Nº 1408301

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017

DATA DE ABERTURA: 23/10/2017

HORÁRIO: 09h

MOTIVO CANCELAMENTO: DEVIDO AO NÃO COMPARECIMENTO DE EMPRESAS INTERESSADAS A LICITAÇÃO FOI DECLARADA DESERTA.

Campos Novos/SC, 23 de Outubro de 2017.

ALEXANDRE KUNEN

DIRETOR DO SAMAE

### PREGÃO PRESENCIAL 282017

Publicação Nº 1408570

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 35/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº28/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

2-OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GEOMEMBRANA DE PEAD 1MM PARA REALIZAR A COBERTURA SUPERIOR DO REATOR UASB, LOCALIZADO NO BAIRRO SENHOR BOM JESUS.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 09H00MIN do dia 08/11/2017, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)

ALEXANDRE KUNEN  
DIRETOR DO SAMAE

# Canelinha

## PREFEITURA

### **EXTRATO EDITAL 109/PMC - 34/FMS - 17/FHMC - 16/SEMAIS**

Publicação Nº 1408892

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 109/PMC/2017

Pregão Presencial 34/FMS/2017

Pregão Presencial 17/FHMC/2017

Pregão Presencial 16/SEMAIS/2017

OBJETO: A presente licitação tem como objeto, a aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum tipo C, com instalação de tanques para armazenamento de combustível com capacidade para 10 mil litros, (óleo diesel S500 e óleo diesel S10) com bomba abastecedora, com contador de litros parcial e acumulativa e filtro de linha, produtos estes adquiridos em cargas, e instalação de tanque para armazenamento de combustível gasolina comum tipo C, com capacidade para até 4 mil litros, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 07 de novembro de 2017, às 09h00min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 24 de outubro de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 07 de novembro de 2017, às 07h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 23 de outubro de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº107/PMC/17**

Publicação Nº 1408084

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 107/PMC/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para o programa nacional de alimentação escolar – PNAE, atendendo a Lei nº 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE/nº026 de 17 de junho de 2013, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 08 de novembro de 2017, às 08h00min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 23 de outubro de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº108/PMC/17**

Publicação Nº 1408085

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 108/PMC/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para o programa nacional de alimentação escolar – PNAE, atendendo a Lei nº 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE/nº026 de 17 de junho de 2013, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas

# Canoinhas

## PREFEITURA

### PUBLICAÇÃO 1ª ALTERAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 21/2017

Publicação Nº 1408054

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 165/2017  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 21/2017  
1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou a data do edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 24/11/2017, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h15min. (abertura). Informações (047) 3621-7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### RESOLUÇÃO 12/2017 CMDCA

Publicação Nº 1408201

#### RESOLUÇÃO 12/2017

Homologa a Entidade Inscrita para assumir uma vaga em aberto no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, através de sua presidente, Sra. Maria Luiza Milani, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/205:

CONSIDERANDO a documentação entregue pela entidade inscrita;

CONSIDERANDO a reunião da Comissão Eleitoral realizada em 02 de outubro de 2017.

RESOLVE

Art.1º - Homologar a Entidade Inscrita para assumir uma vaga em aberto no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Entidade	Homologação
Centro de Integração Empresa Escola	Deferida

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 03 de outubro de 2017.

Maria Luiza Milani

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### RESOLUÇÃO 13/2017 CMDCA

Publicação Nº 1408199

#### RESOLUÇÃO 13/2017

Homologação Final da Entidade Inscrita para assumir uma vaga em aberto no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, através de sua presidente, Sra. Maria Luiza Milani, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/205:

CONSIDERANDO a reunião da Comissão Eleitoral realizada em 06 de outubro de 2017.

RESOLVE

Art.1º - Homologar a Entidade Inscrita para assumir uma vaga em aberto no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Entidade	Homologação
Centro de Integração Empresa Escola	Homologada

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 09 de outubro de 2017.

Maria Luiza Milani

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 134/2017

Publicação Nº 1408139

DECRETO No 134, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, com as alterações da Lei no 3.266, de 04 de outubro de 2017. DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0502.13.392.0095.2053	MANUTENÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-102	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
	Total	1000	00	R\$	10.000,00

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1o do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na forma do quadro a seguir.

0502.13.392.0095.2053	MANUTENÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-103	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
	Total	1000	00	R\$	10.000,00

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de outubro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

### DECRETO Nº 136/2017

Publicação Nº 1408147

DECRETO No 136, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.735,25 (dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, com as alterações da Lei no 3.266, de 04 de outubro de 2017. DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.735,25 (dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0801.10.306.0160.2087	ALIMENTAÇÃO A CRIANÇAS DE BAIXO PESO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-032	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	2.735,25
	Total	1002	00	R\$	2.735,25

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1o do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 2.735,25 (dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos), na forma do quadro a seguir.

0801.10.306.0160.2087	ALIMENTAÇÃO A CRIANÇAS DE BAIXO PESSO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-033	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	2.735,25
	Total	1004	00	R\$	2.735,25

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 10 de outubro de 2017  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

## DECRETO Nº 140/2017

Publicação Nº 1408150

DECRETO No 140, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, com as alterações da Lei no 3.266, de 04 de outubro de 2017 DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1701.23.695.0055.2028	PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-234	Aplicações Diretas	1024	55	R\$	30.000,00
	Total	1024	55	R\$	30.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na fonte de recursos 1.024 "Transferências de Convênios - Outros", na destinação 55 "Transferências de Convênios Estado" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

### Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Outros	1024	55	R\$	30.000,00
Total	1024	55	R\$	30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 20 de outubro de 2017  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

## PMC CONTRATO 0288/2017

Publicação Nº 1408480

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0288/2017		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: AUTO CAPAS CAPINZAL LTDA - ME		
Valor ..... : 23.114,00 (vinte e três mil cento e quatorze reais)		
Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 23/10/2018		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0106/2017 Processo_Licitatório.....: 0151 / 2017		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para recuperação total de estofamentos (assentos e encosto) de bancos dos veículos Ônibus placas MGA 2980, LBB 7515, MCY 8206 e MIG 7544 do Transporte Coletivo Urbano deste Município. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 23 de Outubro de 2017		



**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0161/2017  
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE  
ENGENHARIA 0009/2017**

Publicação Nº 1408631

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0161/2017

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0009/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar reforma e instalação de novas coberturas com toldos em escolas e creches do município de Capinzal/SC, conforme Projeto e Memorial Descritivo. Com Recursos Municipais e Salário Educação.

ENTREGA E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo, até as 08:25 horas, para abertura às 08:30 horas do dia 09/11/2017.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 24 de Outubro de 2017.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0162/2017 PREGÃO  
PRESENCIAL 0112/2017**

Publicação Nº 1408634

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0162/2017

Pregão Presencial Nº 0112/2017

OBJETO: Aquisição de Colhedoras de Forragem (Ensiladeiras) para uso da Secretaria de Agricultura. Com Recursos Próprios.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 08:25 horas do dia 07/11/2017, para abertura da Seção às 08:30 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 24 de Outubro de 2017.

SANDRO LUIZ TOALDO

Secretário de Agricultura Interino

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0163/2017 TOMADA  
DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS 0010/2017**

Publicação Nº 1408638

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0163/2017

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0010/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de DECORAÇÃO NATALINA, com a inclusão de todos os materiais necessários, compreendendo os serviços de confecção, montagem, instalação elétrica e transporte adequado, de acordo com as especificações e nos locais indicados. Com Recursos Municipais.

ENTREGA E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo, até as 13:25 horas, para abertura às 13:30 horas do dia 09/11/2017.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 24 de Outubro de 2017.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 0910/2017**

Publicação Nº 1408239

PORTARIA Nº 0910, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Reduzir a carga horária, conforme requerimento protocolado sob o nº 2362/2017, em vinte (20) horas semanais, da servidora Mary Terezinha Dalla Maria Tobaldini, matrícula nº 315966/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 9, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0912/2017**

Publicação Nº 1408244

PORTARIA Nº 0912, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato, por tempo determinado, de Marilce Gotardo, matrícula nº 331651/07, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Mary Terezinha Dalla Maria Tobaldini, que reduziu carga horária.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 01 de setembro a 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0913/2017**

Publicação Nº 1408298

PORTARIA Nº 0913, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 2897/2017, Arilde Maria Pereira de Moraes, matrícula nº 321745/01, ocupante do cargo de Atendente de Enfermagem, nível 58, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretária da Saúde

**PORTARIA 0914/2017**

Publicação Nº 1408346

PORTARIA Nº 0914, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 2902/2017, Lisandro Cassio Andrioli, matrícula nº 410188/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0915/2017**

Publicação Nº 1408363

PORTARIA Nº 0915, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, do servidor Daniel Marcus Hackbarth Mello-to, matrícula nº 410040/03, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, para atuar junto aos grupos de teatro.

Parágrafo único: O servidor passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais pelo período de 01 de setembro a 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0916/2017**

Publicação Nº 1408365

PORTARIA Nº 0916, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Thalia Torriani, matrícula

nº 410255/01, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na unidade sanitária central.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 01 de setembro a 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

### **PORTARIA 0917/2017**

Publicação Nº 1408376

PORTARIA Nº 0917, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Coloca servidor à disposição

Considerando o esgotamento da lista de classificados para o cargo de Língua Portuguesa do Edital de Processo Seletivo nº 033/2017;

Considerando o afastamento da professora titular Luciana Milan Stringhi, da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, por motivo de Licença Maternidade e posteriormente, Licença Prêmio;

Considerando que a Auxiliar de Professor Jucilei Tenutti é servidora efetiva e possui habilitação em Língua Portuguesa

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, a servidora Jucilei Tenutti, matrícula nº 177849/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência D, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para trabalhar com aulas de Língua Portuguesa, em substituição à servidora Luciana Milan Stringhi durante o período de sua licença.

Art. 2º A servidora fica à disposição pelo período de 01 de setembro de 2017 a 11 de março de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

### **PORTARIA 0918/2017**

Publicação Nº 1408383

PORTARIA Nº 0918, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Adriana Aparecida Telles Lopes Duarte, matrícula nº 410053/03, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

### **PORTARIA 0919/2017**

Publicação Nº 1408401

PORTARIA Nº 0919, DE 04 DE SETEMBRO DE 2017

Altera o disposto na portaria 0418/2017- Comissão Especial de Avaliação Imobiliária para fins de acompanhamento da apuração e lançamento do ITBI

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Alterar o disposto no inciso V da portaria 0418/2017 que trata da Comissão Especial de Avaliação Imobiliária responsável pela apuração do valor venal dos imóveis para fins de lançamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), passando a vigorar com a seguinte redação:

I – Eduardo João Hanel, matrícula nº 308790/01;

II – Idamir da Rosa, matrícula nº 322989/02;

III – Roberto da Silva Pinto, matrícula nº 317870/02;

IV – Naiara Maria Faccin, matrícula nº 138568/01;

V – Andressa July Mantovani, matrícula nº 162590/01;

VI – Maria Dagmar Wolff Surdi, matrícula nº 110370/01.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 04 de setembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 0920/2017**

Publicação Nº 1408416

PORTARIA Nº 0920, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017  
Concede Progressão Funcional a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2837/2017, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Mirian Golin Fagundes, matrícula nº 332011/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 05 de setembro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretária da Assistência Social, interina

**PORTARIA 0921/2017**

Publicação Nº 1408419

PORTARIA Nº 0921, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017  
Concede Licença Prêmio a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no das atribuições que lhe conferem o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 1688/2017, à servidora Tailane Nara Faccin, matrícula nº 333700/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 16 de janeiro de 2012 a 15 de janeiro de 2017, pelo período de 05 de setembro a 04 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de setembro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0922/2017**

Publicação Nº 1408435

PORTARIA Nº 0922, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Readapta servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de

05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Readaptar, conforme laudo médico, o servidor Ivo Jorge Seganfredo Jr., matrícula nº 311294/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, sem alteração de classe ou referência.

Parágrafo único: O servidor não deve evitar atividades de impacto de membros inferiores para correto tratamento, pelo período de noventa (90) dias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de setembro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0923/2017**

Publicação Nº 1408438

PORTARIA Nº 0923, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e resolve:

Art. 1º Colocar à disposição do Setor de Tributação e Cadastro, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, a servidora Andressa July Mantovani, matrícula nº 162590/01, ocupante do cargo de Escriturário, nível 153, referência F, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de setembro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 0924/2017**

Publicação Nº 1408442

PORTARIA Nº 0924, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Secretaria da Assistência Social, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, a servidora Maria Margarete Antunes, matrícula nº 324264/01, ocupante do cargo de Datilógrafo, nível 112, referência J, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Assistência Social, interina

## **PORTARIA 0925/2017**

Publicação Nº 1408447

PORTARIA Nº 0925, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 28 de agosto a 25 de dezembro de 2017, conforme atestado médico, à servidora Eliane Marcia Bevilaqua Bernardi, matrícula nº 328073/01, ocupante do cargo de Professor nível 1, classe 7, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 28 de agosto de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 0926/2017**

Publicação Nº 1408454

PORTARIA Nº 0926, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Cessa efeito de portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito das portarias nº 0092, de 01 de fevereiro de 2017 e 0763, de 27 de junho de 2017, conforme requerimento protocolado sob o nº 2966/2017, do servidor Eduardo João Hanel, matrícula nº 308790/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

## **PORTARIA 0927/2017**

Publicação Nº 1408459

PORTARIA Nº 0927, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Concede Licença Prêmio a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no das atribuições que lhe conferem o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 2965/2017, à servidora Loeci Klein Girioli, matrícula nº 313467/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 24 de abril de 2000 a 23 de abril de 2005, pelo período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 0928/2017**

Publicação Nº 1408488

PORTARIA Nº 0928, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Isabella Moresco Figura, matrícula nº 410256/01, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na unidade sanitária central.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 04 de setembro a 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de setembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde



**PORTARIA 0929/2017**

Publicação Nº 1408494

PORTARIA Nº 0929, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais e conforme o disposto no inciso III do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, por interesse do serviço público, a servidora Terezinha Bernardette Colombo, matrícula nº 333867/02 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do Departamento de Ensino para o Centro Administrativo Municipal, sem alteração de classe ou referência.

Parágrafo único: A servidora fica removida a contar de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 0930/2017**

Publicação Nº 1408499

PORTARIA Nº 930, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Readapta servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Readaptar, conforme laudo médico, a servidora Maria Regina Lopes de Castro Mileski, matrícula nº 324280/10, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, na Biblioteca da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Parágrafo único: A servidora não pode exercer atividade dentro de sala de aula. Evitar atividades com exposição de elevação de ombros; acima de 90º, por período de 90 (noventa) dias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de setembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0931/2017**

Publicação Nº 1408519

PORTARIA Nº 0931, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 06 de setembro a 04 de novembro de 2017, conforme requerimento protocolado sob o nº 2745/2017, da servidora Vilma da Silva Pinto Kunz, matrícula nº 334278/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de setembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0932/2017**

Publicação Nº 1408584

PORTARIA Nº 0932, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Nomear Jaime Thomaz de Vargas, matrícula nº 410257/01, no cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Manutenção da Área de Lazer, nível CC – 1, conforme o anexo IV - G da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de setembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

SANDRO LUIZ TOALDO  
Secretário da Infraestrutura

**TERMO DE POSSE E COMPROMISSO**

Termo de Posse e Compromisso prestado por Jaime Thomaz de Vargas

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, perante o Ilmo. Sr. Prefeito Municipal, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Jaime Thomaz de Vargas, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Manutenção da Área de Lazer, nomeado pela Portaria nº 0932,

de 11 de setembro de 2017.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Ilmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 11 de setembro de 2017

Empossado

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 0933/2017**

Publicação Nº 1408623

PORTARIA Nº 0933, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017  
Concede Progressão Funcional a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3021/2017, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Denise Costenaro Riquetti, matrícula nº 308099/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 11 de setembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

### **PORTARIA 909/2017**

Publicação Nº 1408233

PORTARIA Nº 0909, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017  
Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rosângela Raizer Faccin, matrícula nº 407493/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência B, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

### **EXTRATO DE CONTRATO DE COMODATO Nº CAO/01/2017**

Publicação Nº 1408404

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMODATO Nº CAO/01/2017

COMODANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

COMODATÁRIO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM MEIO OESTE - SC

CNPJ DO COMODATÁRIO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: CESSÃO GRATUITA DOS DIREITOS DE USO E GOZO DO EQUIPAMENTO: CENTRAL TELEFÔNICA DIGITAL DA MARCA LEUCOTRON, MODELO ACTIVE IP200, 4 LINHAS (Nº DE PATRIMÔNIO 599).

DATA DA ASSINATURA: 23/10/2017

VIGÊNCIA: 24/10/2017 A 23/10/2022

### **RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/31/2017**

Publicação Nº 1408415

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: CAO/0379/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: CAO/31/2017

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO INTERIOR DOS MUNICÍPIOS DE CAPINZAL E OURO/SC (ALTO ALEGRE, BARRO PRETO, CAPITEL SANTO ANTÔNIO, LINDENBERG, SANTA LÚCIA, VIDAL RAMOS, VILA UNIÃO) (COM FORNECIMENTO DE ART DE EXECUÇÃO), COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO, O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO,

OBSERVADAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

FICA O EDITAL DE LICITAÇÃO RETIFICADO CONFORME SEGUE:

DATA PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

"1.2 - ENTREGA DOS ENVELOPES – ENVELOPE Nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS) E ENVELOPE Nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)  
DATA/HORA: DIA 06/11/2017 ÀS 14:00 HORAS."

"1.3 – ABERTURA DA SESSÃO  
DATA/HORA: DIA 06/11/2017 ÀS 14:00 HORAS."

VALOR TOTAL DO ITEM 3 (CAPITEL SANTO ANTÔNIO) DO RESUMO DOS VALORES TOTAIS POR SISTEMA DO INTERIOR (ANEXO VIII): R\$ 10.290,32

VALOR TOTAL DO ITEM 7.1.2 (RETIRADA E EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO) DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO VIII): R\$ 1.259,33

VALOR TOTAL DO ITEM 7 (VILA UNIÃO) DO RESUMO DOS VALORES TOTAIS POR SISTEMA DO INTERIOR (ANEXO VIII): R\$ 8.458,71

VALOR TOTAL DA OBRA (ANEXO VIII): R\$ 66.445,28

AS DEMAIS CONDIÇÕES DO EDITAL, NÃO RELACIONADAS ACIMA, PERMANECEM INALTERADAS, MANTIDAS CONFORME PUBLICADO NO EDITAL DE ABERTURA DO CERTAME.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS.

CAPINZAL/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

FRANCIELI DA ROSA  
PREGOEIRA

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### EDITAL 67/2017

Publicação Nº 1408247

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 44/2017  
PROCESSO: 67/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 44/2017, tipo MENOR PREÇO objetivando O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 23 APARELHOS DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS, DO TIPO SPLIT HIG WALL, 220V, CICLO QUENTE/FRIO PARA O NUCLEO MUNICIPAL RAFAELA PIZETTI SUPPI, ADQUIRIDOS EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201707713, EMENDA PARLAMENTAR Nº 28520003/2016, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 08/11/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 24 de outubro de 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

# Cerro Negro

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº. 06/2017 – PMCN**

Publicação Nº 1408796

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

O Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Adenilson Rodrigues Da Silva, Secretário Municipal de Agricultura, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, visando à contratação de empresa para conserto das bombas d'água das Comunidades de Araça e Barra do Salto, em caráter emergencial, em favor da empresa GISLEINE VENITE ROSA RIBAS DE MATOS, pelo valor total de R\$ 21.245,00 (vinte e um mil duzentos e quarenta e cinco reais).

Cerro Negro, SC, 23 de outubro de 2017.

ADEMILSON CONRADO  
Prefeito Municipal

adequadamente aos requisitos de Habilitação, sendo assim julgada habilitada. Já a licitante CONSTRUÇÕES CONSTRUCASA LINS LTDA ME deixou de apresentar o documento exigido na alínea "j" do subitem 5.1 (Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional competente), sendo assim, com fulcro no subitem 7.4 do Edital, foi julgada Inabilitada. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sinta prejudicada, para interposição de recurso. Em não havendo interposição de recursos, fica o proponente habilitado desde já convocado a comparecer neste mesmo local às 10h do próximo dia 01 de novembro de 2017, para participar da sessão de abertura e julgamento da proposta de preço. Cerro Negro, SC, 23 de outubro de 2017.

RODRIGO DE BORBA MACHADO  
Presidente da CPL

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 040/2017**

Publicação Nº 1408795

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2017 - PMCN

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de gasolina comum, conforme a necessidade, para abastecimento da Frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde e Unidades Administrativas do Município de Cerro Negro

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 08/11/2017.

Abertura: às 10h00 do dia 08/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 23 de outubro de 2017.

ADEMILSON CONRADO  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 001/2017**

Publicação Nº 1408760

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para execução de obra de construção de espaço educativo rural e urbano, de 6 salas de aula - FNDE.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a licitante JOHN LEMOS DE OLIVEIRA EPP atendeu



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 418.2017

Publicação Nº 1407999

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 418/2017

ALTERA PORTARIA Nº 409/2017, QUE DESIGNA SERVIDORES COMO FISCAIS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos XI e XII do art. 1º da Portaria nº 409/2017, de 06.10.2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“ .....  
.....

XI - CONTRATO Nº 23/2017- FM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

FISCAL: Ari Silvio de Souza

XII - CONTRATO Nº 24/2017- FM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

FISCAL: Ari Silvio de Souza”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 de outubro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 085, 23.10.2017

Publicação Nº 1407948

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 085, 23.10.2017

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art. 7º, §2º, II, da Lei nº 0670, de 15.12.2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso

116 (transferência de Convênios - Outros) no valor de R\$ 30.998,15 (trinta mil, novecentos e noventa e oito reais e quinze centavos), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

03 – Divisão de Obras

26 – Transporte

782 – Transporte Rodoviário

12 – Estradas Vicinais

116 – Transferência de Convênios - Outros

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.071 – Manutenção de Maq. Equip., Implementos Agrícolas Obras e Serv ..... R\$ 30.998,15

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de outubro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017

Publicação Nº 1408891

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 07 de novembro de 2017, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa para realizar a AQUISIÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL, para a Creche Municipal de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 24 de outubro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2017**

Publicação Nº 1408893

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADOEXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017- SRP

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 07 de novembro de 2017, às 10h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a formação de registro de preços para a contratação de serviços de recapagem, recauchutagem, dublagem e conserto de pneus dos veículos e máquinas do Município de Chapadão do Lageado-SC, de acordo com as especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 24 de outubro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 419/2017**

Publicação Nº 1408032

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 419/2017

ALTERA PORTARIA Nº 192/2017, QUE DESIGNA SERVIDORES COMO FISCAIS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos II e XII do art. 1º da Portaria nº192/2017, de 05.04.2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“ .....  
.....

II- CONTRATO Nº 04/2017-PM, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017, PREGÃO Nº 01/2017.

OBJETO: Aquisição de Combustível (Óleo Diesel), retirado na bomba do estabelecimento do contratado, inclusos serviços de frentista, destinados ao abastecimento dos veículos lotados nos órgãos que integram a estrutura do Município de Chapadão do Lageado.

FISCAL: Ari Silvio de Souza

XII- CONTRATO Nº 07/2017-FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017.

OBJETO: Aquisição de Combustível (Óleo Diesel), retirado na bomba do estabelecimento do contratado, inclusos serviços de frentista, destinados ao abastecimento dos veículos lotados nos órgãos que integram a estrutura do Município de Chapadão do Lageado.

FISCAL: Ari Silvio de Souza”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 de outubro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal**PORTARIA Nº 420/2017**

Publicação Nº 1408089

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 420/2017

ALTERA PORTARIA Nº 32/2017, QUE DESIGNA SERVIDORES COMO FISCAIS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos I, II e III do art. 1º da Portaria nº32/2017, de 16.01.2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“ .....  
.....

I- ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2016, PREGÃO Nº 61/2016

OBJETO: Aquisição de Arla 32 e Óleo Diesel S 10.

FISCAL: Ari Silvio de Souza

II- CONTRATO Nº 01/2017-PM, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016, PREGÃO Nº 62/2016.

OBJETO: Aquisição de Combustível (gasolina comum).

FISCAL: Ari Silvio de Souza

III- CONTRATO Nº 02/2017-FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016, PREGÃO Nº 62/2016.

OBJETO: Aquisição de Combustível (gasolina comum).

FISCAL: Ari Silvio de Souza

.....  
.....”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 de outubro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### CONVITE AUDIÊNCIA LOA 2018

Publicação Nº 1408122

#### CONVITE

O Prefeito de Chapecó-SC, no uso de suas atribuições legais, convida o Ministério Público, membros da Câmara de Vereadores, bem como os representantes das Entidades da Sociedade Civil organizada e os cidadãos chapecoenses para a Audiência Pública, destinada a apresentar os projetos, programas e ações previstos no projeto da Lei Orçamentária Anual para 2018, em cumprimento ao que

determina a Lei Complementar n.º 101/00.  
Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal  
End.: Av. Getúlio Vargas, 957S  
Dia: 30/10/2017  
Horário: 14h  
Chapecó, 20 de outubro de 2017.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito de Chapecó

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 114 DE 2017

Publicação Nº 1408243

Portaria Nº 114/17

Cria Equipe de Apoio para Pregão Presencial.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Designa Servidores para compor a Equipe de Apoio para a modalidade de Pregão Presencial, nos termos da Lei 10520 de 17 de junho de 2002.

Pregoeiro: ENIVALDO BARROS - (CPF nº 069.910.619-21/Matrícula nº 664).

Equipe de Apoio:

ALAN CARLOS JOSÉ LUIZ - (CPF nº 064.468.079-29/Matrícula nº 599);

CARLOS CEZAR DE CAMPOS COLETTI - (CPF nº 021.562.619-20/Matrícula nº 117);

HEBER MANTOVANI - (CPF nº 996.936.310-72/Matrícula nº 90);  
NADIA CRISTINE GIRARDI MATTOS - (CPF nº 739.382.389-68/Matrícula nº 87).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 20 de outubro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

Presidente: ENIVALDO BARROS - (CPF nº 069.910.619-21/Matrícula nº 664).

Secretária: NADIA CRISTINE GIRARDI MATTOS - (CPF nº 739.382.389-68/Matrícula nº 87).

Membros: ALAN CARLOS JOSÉ LUIZ - (CPF nº 064.468.079-29/Matrícula nº 599);

CARLOS CEZAR DE CAMPOS COLETTI - (CPF nº 021.562.619-20/Matrícula nº 117);

HEBER MANTOVANI - (CPF nº 996.936.310-72/Matrícula nº 90).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 20 de outubro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

### PORTARIA Nº 115 DE 2017

Publicação Nº 1408245

Portaria Nº 115/17

Constitui Comissão de Licitação.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Chapecó, nos termos do artigo 51 e seus parágrafos da Lei nº 8.666/93, que fica assim composta:

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA PARA 2018

Publicação Nº 1408011

AUDIÊNCIA PÚBLICA – APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

O GOVERNO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, POR INTERMÉDIO DESTA, EM CONSONÂNCIA AO QUE DISPÕE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONVIDA A SOCIEDADE ORGANIZADA E OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO, PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2017(SEXTA-FEIRA), ÀS 14:00 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL.

NA OPORTUNIDADE ESTARÁ SENDO APRESENTADA E DISCUTIDA A FORMA DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018.

COCAL DO SUL, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017 – PMC AQUISIÇÃO DE BENS

Publicação Nº 1408028

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017 – PMC  
AQUISIÇÃO DE BENS

Objeto: Registro de Preço para possível aquisição durante o exercício de 2017, de EPI's, para os servidores da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 09/11/2017.

Abertura: dia 10/11/2017 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 23 de outubro de 2017.

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### DECRETO Nº 6.213

Publicação Nº 1407749

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.213, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera dispositivos do Decreto nº 4.465, de 4 de julho de 2002 e alterações, que regulamentam as Eleições de Diretores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 4.465, de 4 de julho de 2002 e alterações, que regulamentam as Eleições de Diretores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, terá dispositivos alterados na forma deste Decreto.

Art. 2º O art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A eleição de Diretores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino será realizada, simultaneamente, nas Unidades Escolares, no último sábado do mês de novembro, das 8 horas às 15 horas.

Parágrafo único. O mandato de direção compreenderá o período de quatro anos, com início a partir da data da posse, com direito, somente, a uma reeleição." (NR)

Art. 3º Fica revogado o art. 2º.

Art. 4º O art. 3º terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – o caput passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O profissional do magistério, candidato ao cargo de Diretor ou Diretor Adjunto, deverá comprovar:" (NR)

II – os incisos II e III passam a vigorar com a seguinte redação:

"II – experiência docente na área da educação ou experiência em orientação educacional de, no mínimo, três anos, contados na data da posse, comprovada com certidão;

III – efetividade de, no mínimo, três anos na Rede Municipal de Ensino e ter atuado na unidade escolar pretendida por, no mínimo, um ano." (NR)



Art. 5º O § 3º do art. 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

§ 3º Os votos serão depositados em única urna, em cada Unidades Escolar, e possuem a mesma proporcionalidade, independente do segmento da comunidade escolar.” (NR)

Art. 6º O caput do art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Havendo uma única chapa inscrita, a eleição se dará por referendo da comunidade escolar, sendo considerados eleitos os dirigentes, cuja chapa obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) do total de votos válidos.” (NR)

Art. 7º O art. 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Havendo mais de uma chapa inscrita, serão considerados eleitos, os dirigentes da chapa que obtiverem o maior número dos votos válidos.” (NR)

Art. 8º O parágrafo único do art. 18 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Os Diretores eleitos serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, com Função Gratificada, nas vagas previstas, passando a perceber, além dos vencimentos do cargo de origem, gratificação pelo exercício da função, conforme Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, a partir do mês de fevereiro do ano subsequente ao da eleição.” (NR)

Art. 9º O art. 27 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27 A Mesa Receptora recolherá os votos dos eleitores no período compreendido entre 8 horas e 15 horas, admitida a constituição de dois grupos de mesários para trabalhar de forma ininterrupta.” (NR)

Art. 10. O art. 32 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. Às 15 horas, o Presidente da Mesa Receptora ordenará que sejam distribuídas senhas aos presentes, habilitando-os a votar e impedindo aqueles que se apresentarem após o horário.” (NR)

Art. 11. O inciso IV do art. 36 passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV – registrar na Ata de Escrutinação o resultado final, a soma dos votos alcançados pelos candidatos, bem como a soma dos votos brancos e nulos.” (NR)

Art. 12. O Anexo I passa a vigorar com a redação constante no Anexo I deste Decreto.

Art. 13. O Anexo VIII passa a vigorar com a redação constante no Anexo II deste Decreto.

Art. 14. Fica revogado o Anexo XII.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de outubro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa  
ANEXO I

“ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

I – Dados de Identificação;

II – Introdução (relatar sua trajetória na Educação, evidenciando os motivos que o conduziu a concorrer à eleição de diretores);

III – Justificativa (justificar a razão do trabalho que irá desenvolver durante a gestão, pautado na Proposta de Educação Democrática do Município de Concórdia);

IV – Objetivos (intenções):

- Geral;
- Específicos;

V – Procedimentos metodológicos: atividades que irá desenvolver para operacionalizar as intenções explicitadas no item IV deste Anexo, estabelecendo metas e ações para a concretização do planejamento;

VI – Ações que serão desenvolvidas, considerando os índices do IDEB, Provinha Brasil e ANA;

VII – Ações que serão desenvolvidas quanto aos números relativos à evasão escolar, reprovações e apoias;

VIII – Explicitar como se dará o acompanhamento das atividades pedagógicas, do planejamento do professor, do desempenho dos alunos, das reuniões pedagógicas, da formação continuada, a relação com a comunidade, a aproximação família/escola, a manutenção e ampliação de matrículas;

IX – Avaliação (crítica e reflexiva acerca do trabalho desenvolvido ao longo de sua atuação no magistério).  
”(NR)

## ANEXO II

### “ANEXO VIII

#### ATA DE ESCRUTINAÇÃO

Mesa nº \_\_\_\_\_

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, reuniu-se a Mesa de Escrutinação para contagem de votos da Mesa de Votação nº \_\_\_\_\_, do Estabelecimento \_\_\_\_\_. Integram a Mesa os seguintes membros:

- I – \_\_\_\_\_;  
II – \_\_\_\_\_;  
III – \_\_\_\_\_.

Procedida a escrutinação, foram registrados os seguintes resultados:

	Votantes	Votos Brancos		Votos Nulos		Votos Válidos		Candidato A		Candidato B	
		N °	%	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%
Total											

Assinatura dos Escrutinadores

”(NR)

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 95/2017

Publicação Nº 1407763

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 95/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 364.084,04 (Trezentos e sessenta e quatro mil, oitenta e quatro reais e quatro centavos).

Concórdia SC, 16 de outubro de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.  
Secretário Municipal de Finanças

**LEI Nº 4.996**

Publicação Nº 1407748

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 4.996, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera dispositivos da Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações, que dispõem sobre a eleição de Diretores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações, que dispõem sobre a eleição de Diretores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, terá dispositivos alterados, na forma desta Lei.

Art. 2º O art. 3º terá dispositivos alterados e dispositivo acrescido na forma abaixo:

I – os §§ 1º e 2º passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º Para Unidades Escolares que oferecerem educação em tempo integral e Educação de Jovens e Adultos da Escola Sede, serão eleitos Diretor e Diretor Adjunto.

§ 2º Para Unidades Escolares com 500 (quinhentos) alunos ou mais, o Diretor será eleito e o Diretor Adjunto será designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, respeitando para nomeação os critérios previstos no art. 4º desta Lei.” (NR)

II – o § 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º Os Diretores serão eleitos pela comunidade escolar para exercer o mandato de quatro anos, com direito a uma reeleição.” (NR)

III – acresce § 5º com a seguinte redação:

“§ 5º O número de alunos para efeitos do § 2º será o considerado existente no mês de fevereiro de cada ano.” (AC)

Art. 3º O art. 4º terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – o caput passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Poderá candidatar-se aos cargos de Diretor ou Diretor Adjunto, profissional do magistério que comprovar:” (NR)

II – os incisos II e III passam a vigorar com a seguinte redação:

“II – experiência docente na área da educação ou experiência em orientação educacional de, no mínimo, três anos, contados na data da posse, comprovada com certidão;

III – efetividade de, no mínimo, três anos na Rede Municipal de Ensino e ter atuado na unidade escolar pretendida por, no mínimo, um ano.” (NR)

Art. 4º O art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Os Diretores eleitos serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo com Função Gratificada, nas vagas previstas, passando a perceber, além dos vencimentos do cargo de origem, gratificação pelo exercício da função, conforme Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

Parágrafo único. O Diretor eleito, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, terá ampliação para 40 (quarenta) horas semanais, enquanto permanecer no cargo para o qual foi eleito.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA 09.2017**

Publicação Nº 1408453

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Setembro / 2017



Pág 1 / 2

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>128.230,26</b>	<b>57.794,87</b>
Ordinária		40.225,97	57.794,87
Vinculada		88.004,29	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>1.151.300,00</b>	<b>1.549.500,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.151.300,00	1.549.500,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>366.033,21</b>	<b>198.065,18</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		248.208,92	13.268,52
Inscrição de Restos a Pagar Processados		2.300,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		115.524,29	184.796,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>101.677,35</b>	<b>213.122,27</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		101.677,35	213.122,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>1.747.240,82</b>	<b>2.018.482,32</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>			
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>1.177.886,82</b>	<b>1.627.281,82</b>
Ordinária		1.033.042,71	1.536.692,08
Vinculada		144.844,11	90.589,74
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>126.962,16</b>	<b>289.523,15</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		11.437,87	104.726,49
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		115.524,29	184.796,66
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>442.391,84</b>	<b>101.677,35</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-0USM-246022044 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/10/2017 11:27



**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Setembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		442.391,84	101.677,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>1.747.240,82</b>	<b>2.018.482,32</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 18/10/2017, Hora emissão 11:27:32

Notas:

JÚLIO GOMES  
Ordenador de despesa  
CPF: 460.203.309-15

MARLON DE LAI DENECA  
Contador  
CRC/SC 037063/O-0

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-OUSM-246022044 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/10/2017 11:27

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 09.2017**

Publicação Nº 1408463

**FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Setembro / 2017

Pág 1 / 2



<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>13.085,87</b>	<b>31.262,00</b>
Ordinária		12.552,19	30.308,39
Vinculada		533,68	953,61
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>800.000,00</b>	<b>930.000,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		800.000,00	930.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>354.023,55</b>	<b>111.800,96</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		262.537,51	718,65
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		91.486,04	111.082,31
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>108.437,93</b>	<b>286.349,36</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		108.437,93	286.349,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>1.275.547,35</b>	<b>1.359.412,32</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>			
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>882.285,11</b>	<b>1.126.711,25</b>
Ordinária		882.285,11	1.126.711,25
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>91.946,93</b>	<b>124.263,14</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		460,89	13.180,83
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		91.486,04	111.082,31
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>301.315,31</b>	<b>108.437,93</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-ZAKR-246021975 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

18/10/2017 11:26



FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Setembro / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		301.315,31	108.437,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>1.275.547,35</b>	<b>1.359.412,32</b>

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 18/10/2017, Hora emissão 11:26:21

Notas:

ARGEU ALBIERO  
Contador  
CRC/SC 027453/O-2

IVETE DAHMER ALBIERO  
Tesoureiro  
CPF: 712.696.229-00

GILBERTO ANTONIO ROMANI  
Diretor Superintendente  
CPF: 692.593.809-87

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPRI491103-6598-ZAKR-246021975 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

18/10/2017 11:26

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 09.2017**

Publicação Nº 1408461

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Setembro / 2017



Pág 1 / 2

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>119.359,50</b>	<b>109.363,71</b>
Ordinária		119.359,50	109.363,71
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>2.877.000,00</b>	<b>4.084.500,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		2.877.000,00	4.084.500,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>811.728,52</b>	<b>329.422,34</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		649.119,36	51.729,72
Inscrição de Restos a Pagar Processados		3.806,20	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		158.802,96	277.692,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>88.162,27</b>	<b>77.936,85</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		88.162,27	77.936,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>3.896.250,29</b>	<b>4.601.222,90</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>3.137.578,22</b>	<b>4.116.582,02</b>
Ordinária		2.856.978,22	3.832.082,02
Vinculada		280.600,00	284.500,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>85.000,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	85.000,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>181.368,15</b>	<b>311.478,61</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		22.565,19	31.285,99
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	2.500,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		158.802,96	277.692,62
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>577.303,92</b>	<b>88.162,27</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-RDXG-246022159 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/10/2017 11:29

**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Setembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		577.303,92	88.162,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>3.896.250,29</b>	<b>4.601.222,90</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 18/10/2017, Hora emissão 11:29:26

Notas:

GIL ARTIFON  
Ordenador de Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR 491103-6598-RDXG-246022159 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/10/2017 11:29



**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 09.2017**

Publicação Nº 1408455

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Setembro / 2017



Pág 1 / 2

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>242.503,41</b>	<b>784.540,00</b>
Ordinária		38.208,34	30.561,81
Vinculada		204.295,07	753.978,19
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>1.658.400,00</b>	<b>1.551.000,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.658.400,00	1.551.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>1.038.085,58</b>	<b>98.157,16</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		967.152,83	26.198,41
Inscrição de Restos a Pagar Processados		8.483,72	6.523,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		62.449,03	65.435,56
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>542.994,64</b>	<b>361.041,95</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		542.994,64	361.041,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>3.481.983,63</b>	<b>2.794.739,11</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>2.468.210,46</b>	<b>2.151.545,41</b>
Ordinária		1.928.200,47	1.545.220,99
Vinculada		540.009,99	606.324,42
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>84.048,15</b>	<b>100.199,06</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		21.599,12	34.763,50
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		62.449,03	65.435,56
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>929.725,02</b>	<b>542.994,64</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-JVZ-24602248 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

18/10/2017 11:30

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Setembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		929.725,02	542.994,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>3.481.983,63</b>	<b>2.794.739,11</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 18/10/2017, Hora emissão 11:31:08

Notas:

DENISE JUSTI LOPES  
Ordenadora de Despesa  
CPF: 638.644.609-72

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-JVZ-24602248 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

18/10/2017 11:30

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 09.2017**

Publicação Nº 1408457

**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Setembro / 2017



Pág 1 / 2

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>201.382,67</b>	<b>119.551,77</b>
Ordinária		13.251,59	20.591,31
Vinculada		188.131,08	98.960,46
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>82.090,00</b>	<b>190.000,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		82.090,00	190.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>232.866,96</b>	<b>438,90</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		178.417,75	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		54.308,65	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		140,56	438,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>413.196,34</b>	<b>183.925,58</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		413.196,34	183.925,58
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>929.535,97</b>	<b>493.916,25</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>305.582,12</b>	<b>80.281,01</b>
Ordinária		207.716,17	75.209,57
Vinculada		97.865,95	5.071,44
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>140,56</b>	<b>438,90</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		140,56	438,90
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>623.813,29</b>	<b>413.196,34</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-HMKD-246022325 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/10/2017 11:32

**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Setembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		623.813,29	413.196,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>929.535,97</b>	<b>493.916,25</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 18/10/2017, Hora emissão 11:32:11

Notas:

DENISE JUSTI LOPES  
Ordenadora de Despesa  
CPF: 638.644.609-72

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-HMKD-246022325 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/10/2017 11:32

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 09.2017**

Publicação Nº 1408465

**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Setembro / 2017



Pág 1 / 2

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>26.357.411,31</b>	<b>36.560.270,18</b>
Ordinária		706.585,89	669.792,38
Vinculada		25.650.825,42	35.890.477,80
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>18.965.000,00</b>	<b>35.550.164,32</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		18.965.000,00	35.550.164,32
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>12.315.420,56</b>	<b>5.930.178,44</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		8.885.175,61	1.145.329,68
Inscrição de Restos a Pagar Processados		45.092,56	282.870,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.385.152,39	4.501.978,53
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>10.436.802,73</b>	<b>3.996.111,50</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.436.802,73	3.996.111,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>68.074.634,60</b>	<b>82.036.724,44</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>55.297.656,59</b>	<b>65.634.572,80</b>
Ordinária		24.239.574,14	27.631.250,76
Vinculada		31.058.082,45	38.003.322,04
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>4.249.930,51</b>	<b>5.965.348,91</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		582.142,78	1.216.063,21
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		282.635,34	247.307,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.385.152,39	4.501.978,53
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>8.527.047,50</b>	<b>10.436.802,73</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-CJOY-246021848 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

18/10/2017 11:24

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Setembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.527.047,50	10.436.802,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>68.074.634,60</b>	<b>82.036.724,44</b>

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, Data Emissão 18/10/2017, Hora emissão 11:25:02

Notas:

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Gestor do FMS

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4



## BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 09.2017

Publicação Nº 1408468

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Setembro / 2017



Pág 1 / 2

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>144.681.356,73</b>	<b>178.140.453,83</b>
Ordinária		91.806.289,72	110.385.572,63
Vinculada		52.875.067,01	67.754.881,20
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>	<b>753.819,19</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	753.819,19
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>29.943.794,95</b>	<b>25.033.375,83</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		15.411.633,22	7.187.814,12
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.541.073,19	355.811,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		12.991.088,54	17.489.750,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>21.673.030,02</b>	<b>23.053.793,28</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		21.673.030,02	23.053.793,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>196.298.181,70</b>	<b>226.981.442,13</b>

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>104.802.152,54</b>	<b>131.792.733,70</b>
Ordinária		49.571.676,58	58.637.915,94
Vinculada		55.230.475,96	73.154.817,76
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>28.336.542,00</b>	<b>47.592.164,32</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		28.336.542,00	47.592.164,32
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>18.205.340,86</b>	<b>25.923.514,09</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		5.508.154,05	7.608.887,01
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		341.026,11	331.839,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		12.356.160,70	17.982.787,13
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>44.954.146,30</b>	<b>21.673.030,02</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-NTIH-246022386 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/10/2017 11:33

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Setembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		44.954.146,30	21.673.030,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>196.298.181,70</b>	<b>226.981.442,13</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 18/10/2017, Hora emissão 11:33:40

Notas:

JACIR HERMINIO MAZOTTO  
Secretário Municipal de Finanças

ROGERIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito

MARLON DE LAI DENECA  
Contador  
CRC/SC 037063/O-0

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 454/2017**

Publicação Nº 1408053

RESOLUÇÃO Nº 454, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
Concede licença a Vereadora Margarete Poletto Dalla Costa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e consoante deliberação do Plenário, promulga a seguinte Resolução.

Art. 1º Fica concedida licença de 30 (trinta) dias a Vereadora Margarete Poletto Dalla Costa, para tratar de assuntos de interesse particular, a partir do dia 1º de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 20 de outubro de 2017.  
Artêmio Ortigara  
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 453**

Publicação Nº 1408052

RESOLUÇÃO Nº 453, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Constitui Comissão para recebimento e análise das solicitações de credenciamento de empresas de rádio, jornal e revista para veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão para recebimento e análise das solicitações de credenciamento de empresas de rádio, jornal e revista para veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Art. 2º Nomear os servidores Ivonei Gasparin Giordani, Zenite T. Michelon Farina e Divaléia Salete Casagrande, para comporem a Comissão.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo primeiro membro e secretariada pelo segundo.

Art. 3º A Comissão deverá analisar a documentação apresentada pelos interessados de acordo com o que dispõe o Edital de Credenciamento nº 1/2017, a Lei Federal nº 8.666/93 e legislação pertinente à matéria.

Parágrafo único. Julgada regular a documentação, a Comissão providenciará a elaboração e assinatura do Contrato de Credenciamento.

Art. 4º A Comissão terá amplo poderes para resolver os casos omissos no Edital de Credenciamento nº 1/2017.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 19 de outubro de 2017.  
Artêmio Ortigara  
Presidente

Mauro Acir Fretta  
1º Secretário

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 712/2017

Publicação Nº 1408753

DECRETO Nº 712/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dias de licença para acompanhar, tratamento de saúde de membro da Família, da Servidora Municipal, Sra. ADRIANA FAVARETTO, ocupante do cargo de Professor, Matrícula nº453401, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 19/10/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 034/2017

Publicação Nº 1408573

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2017  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017

O Município de Coronel Martins – SC TORNA PÚBLICO que fará realizar, no dia 07 de novembro de 2017, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tem como objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONEXÃO À INTERNET/INTRANET, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos deste Município. O principal objetivo da contratação a ser licitada é o serviço de conexão à internet, observadas as especificações técnicas estabelecidas no Anexo "C" deste edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 08:30 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011.

Coronel Martins (SC), 23 de outubro de 2017.  
ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1224

Publicação Nº 1408791

DECRETO Nº 1224/2017  
DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, DECRETA:

“REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, PARA DISPOR SOBRE REGRAS E PROCEDIMENTOS DO REGIME JURÍDICO DAS PARCERIAS CELEBRADAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

#### Capítulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A celebração de parcerias entre a Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Correia Pinto, as sociedades de economia mista municipais prestadoras de serviço público com organizações da sociedade civil deverá obedecer às disposições constantes do presente decreto.

Art. 2º - Para os fins deste decreto considera-se:

I - administração pública - Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município, as sociedades de economia mista municipais prestadoras de serviço público;

II - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

IV - atividade: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil;

V - projeto: conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil;

VI - dirigente: pessoa que detenha poderes de administração, gestão ou controle da organização da sociedade civil, habilitada a assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de

cooperação com a administração pública para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros;

VII - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros;

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

IX - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;

X - conselho de política pública: órgão criado pelo poder público para atuar como instância consultiva, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas;

XI - comissão de seleção: órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

XII - comissão de monitoramento e avaliação: órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

XIII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

XIV - bens remanescentes: os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam;

XV - prestação de contas: procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases:

a) apresentação das contas, de responsabilidade da organização da sociedade civil;

b) análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

XVI - autoridade competente: representante do órgão ou entidade da Administração Pública municipal designado por ato normativo específico;

XVII - gestor: agente público de cada órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, formalmente designado, encarregado do controle e fiscalização dos atos decorrentes da parceria;

XVIII - apostilamento: espécie de registro administrativo, que pode ser feito no instrumento de avença ou nos demais instrumentos



hábéis que o substituem, firmado pela autoridade competente.

XIX - membro de Poder: o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

Art. 3º - Não se aplicam as exigências deste decreto:

I - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

II - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do artigo 199 da Constituição Federal;

III - aos termos de compromisso cultural referidos no § 1º do artigo 9º da Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014;

IV - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

V - às transferências referidas no artigo 2º da Lei Federal nº 10.845, de 5 de março de 2004, e nos artigos 5º e 22 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

VI - aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:

a) membros de Poder;

b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;

c) pessoas jurídicas de direito público interno;

d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

VII - às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Parágrafo único. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

## Capítulo II

### SEÇÃO I

#### DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 4º - A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 dias após o respectivo encerramento.

Art. 5º - A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública.

Parágrafo único. As informações de que tratam este artigo e o artigo 4º deverão incluir, no mínimo:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

VI - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

Art. 6º - As denúncias sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos poderão ser realizadas por meio da Ouvidoria Municipal, ou outros meios garantidos pela legislação.

### SEÇÃO II

#### DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES

Art. 7º - O Município divulgará, nos termos do artigo 14 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, no âmbito das parcerias com a administração pública.

### SEÇÃO III

#### DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO E DE FOMENTO

Art. 8º - O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho, execução de projetos ou atividades de sua iniciativa e por si parametrizadas, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.

Art. 9º - O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros, com o objetivo de incentivar projetos desenvolvidos ou criados por essas organizações.

### SEÇÃO IV

#### DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

Art. 10 - O acordo de cooperação poderá ser proposto pela administração pública ou pela organização da sociedade civil.

§ 1º O acordo de cooperação será firmado pela autoridade máxima da entidade ou órgão da administração pública.

§ 2º O acordo de cooperação poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Art. 11 - As regras e os procedimentos dispostos no presente decreto são aplicáveis somente a acordo de cooperação que envolva comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento patrimonial e poderão ser afastadas quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público envolvido, mediante justificativa prévia.

Parágrafo único. O órgão ou a entidade pública municipal, para celebração de acordo de cooperação que não envolva comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento patrimonial, poderá, mediante justificativa prévia e considerando a complexidade da parceria e o interesse público, estabelecer procedimento simplificado de prestação de contas.

### SEÇÃO V

#### DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 12 - A administração pública também poderá celebrar parcerias decorrentes do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 13 - As organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos poderão apresentar proposta de abertura de Procedimento de Manifestação de Interesse Social - PMIs à administração pública para que seja avaliada a possibilidade de realização de chamamento público com objetivo de celebração de parceria.

§ 1º O PMI tem por objetivo permitir a oitiva da sociedade sobre ações de interesse público e recíproco que não coincidam com projetos ou atividades que sejam objeto de chamamento público ou parceria em curso no âmbito do órgão ou da entidade da administração pública responsável pela política pública.

§ 2º A realização de chamamento público ou a celebração de parceria não depende da realização do PMIs.

Art. 14 - As organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos poderão apresentar proposta de abertura de PMIs, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido;

III - diagnóstico da realidade a ser modificada, aprimorada ou desenvolvida e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

§ 1º A proposta de que trata o caput será encaminhada ao órgão ou à entidade da administração pública responsável pela política pública a que se referir.

§ 2º A administração pública estabelecerá o período para o recebimento de propostas que visem à instauração de PMIs, observado o mínimo de 60 dias por ano.

Art. 15 - A avaliação da proposta de instauração de PMIs observará, no mínimo, as seguintes etapas:

I - análise de admissibilidade da proposta, com base nos requisitos previstos no artigo anterior;

II - decisão sobre a instauração ou não do PMIs, após verificada a conveniência e a oportunidade pelo órgão ou pela entidade da administração pública responsável;

III - se instaurado o PMIs, oitiva da sociedade sobre o tema; e

IV - manifestação do órgão ou da entidade da administração pública responsável sobre a realização ou não do chamamento público proposto no PMIs.

§ 1º A partir do recebimento da proposta de abertura do PMIs, apresentada de acordo com o artigo anterior, a administração pública terá o prazo de até 6 meses para cumprir as etapas previstas no caput.

§ 2º As propostas de instauração de PMIs serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade da administração pública responsável e em portal eletrônico único com esta finalidade.

## SEÇÃO VI

### DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 16 - A administração pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria prevista neste decreto. Parágrafo único. Sempre que possível, a administração pública estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto às seguintes características:

I - objetos;

II - metas;

III - custos;

IV - indicadores, quantitativos ou qualitativos, de avaliação de resultados.

Art. 17 - Exceto nas hipóteses previstas neste decreto, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.

§ 1º O edital do chamamento público especificará, no mínimo:

I - a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

II - o objeto da parceria;

III - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

IV - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

V - o valor previsto para a realização do objeto;

VI - as condições para interposição de recurso administrativo;

VII - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria;

VIII - de acordo com as características do objeto da parceria,

medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

§ 2º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:

I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida no Município;

II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais.

§ 3º Os critérios de julgamento de que trata o inciso IV do § 1º deste artigo deverão abranger, no mínimo, o grau de adequação da proposta:

I - aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria; e

II - ao valor de referência ou teto constante do edital.

§ 4º O edital poderá incluir cláusulas e condições específicas da execução da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria.

§ 5º O edital não exigirá, como condição para a celebração da parceria, que as organizações da sociedade civil possuam certificação ou titulação concedida pelo Poder Público, exceto quando a exigência decorrer de previsão na legislação específica da política setorial.

Art. 18 - O edital deverá ser amplamente divulgado em página do sítio eletrônico oficial dos órgãos ou entidades da administração pública na internet, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 19 - Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto neste decreto.

Art. 20 - A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do inciso IV deste artigo, consideram-se credenciadas as organizações da sociedade civil que atendam ao procedimento definido e instaurado pelo órgão gestor responsável pelos serviços de educação, saúde ou assistência social, independentemente de chamamento, com vistas a reunir documentação mínima exigida em legislação para execução das atividades nas respectivas áreas.

Art. 21 - Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as

instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do artigo 12 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 22 - Nas hipóteses dos artigos 20 e 21 deste decreto, a ausência de realização de chamamento público será justificada pela autoridade máxima do órgão ou entidade da administração pública responsável pelo ajuste.

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista neste Decreto, o extrato da justificativa previsto no caput deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério da autoridade máxima do órgão ou entidade da administração pública responsável pelo ajuste, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de 5 dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pela autoridade máxima do órgão ou entidade da administração pública responsável pelo ajuste em até 5 dias da data do respectivo protocolo.

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, bem como o disposto no artigo 22, não afastam a aplicação dos demais dispositivos deste decreto.

## SEÇÃO VII DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Art. 23 - As propostas serão julgadas por uma comissão de seleção previamente designada, por ato específico, a ser composta por no mínimo 03 (três) ocupantes de cargos efetivos no quadro permanente da administração pública.

§ 1º O chamamento público para seleção de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de interesses difusos, entre outros, poderá ser realizada pelos respectivos conselhos gestores, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e deste decreto.

§ 2º Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica ou na qualidade de associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público.

§ 3º Configurado o impedimento previsto no § 2º, deverá ser imediatamente designado membro substituto a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

§ 4º A declaração de impedimento de membro da comissão de seleção não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria entre a organização da sociedade civil e a administração pública.

§ 5º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 6º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV - o valor global.

## SEÇÃO VIII DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 24 - A adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere o tipo de parceria será requisito para participação da organização da sociedade civil no chamamento.

§ 1º O grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do chamamento constitui critério obrigatório de julgamento.

§ 2º Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público.

§ 3º A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.

Art. 25 - Somente depois de encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a administração pública procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela organização da sociedade civil selecionada dos requisitos previstos nos artigos 30 a 33 do presente decreto.

§ 1º Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos nos artigos 30 a 33 deste decreto, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada e assim sucessivamente.

§ 2º Caso a organização da sociedade civil convidada nos termos do § 1º aceite celebrar a parceria, proceder-se-á à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos nos artigos 30 a 33 do presente decreto.

## SEÇÃO IX DA DIVULGAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 26 - A administração pública homologará e divulgará o resultado do julgamento em página do sítio eletrônico oficial previsto no artigo 18 deste decreto.

Art. 27 - A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 28 - As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da publicação da decisão, à comissão que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pela comissão no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados à autoridade competente para decisão final.

§ 2º No caso de seleção realizada por conselho gestor de fundo, a competência para decisão final do recurso deverá observar regulamento próprio do conselho.

§ 3º Concluída a apreciação do recurso e proferida a decisão, considerar-se-á exaurida a esfera administrativa.

Art. 29 - Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

## CAPÍTULO III SEÇÃO I DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO E DO TERMO DE FOMENTO

Art. 30 - Para celebrar as parcerias previstas neste decreto, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos deste decreto e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV - possuir:

a) no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

§ 1º Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto no inciso I.

§ 2º Serão dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I e II as organizações religiosas.

§ 3º Para fins de atendimento do previsto na alínea "c" do inciso IV, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia.

Art. 31 - Para a celebração da parceria, a administração pública convocará a organização da sociedade civil selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar o seu plano de trabalho, que deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

VI - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso.

§ 1º A previsão de receitas e despesas de que trata o inciso III do caput deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

§ 2º Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta, observados os termos e as condições constantes no edital.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º, a administração pública poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital.

§ 4º O prazo para realização de ajustes no plano de trabalho será de 15 (quinze) dias, contado da data de recebimento da solicitação apresentada à organização da sociedade civil na forma do § 3º.

§ 5º A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

Art. 32 - Além da apresentação do plano de trabalho, a organização da sociedade civil selecionada, no prazo de que trata o caput do artigo 31 deste decreto, deverá apresentar os seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no artigo 30 do presente decreto;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, 01 (um) ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil.

IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Municipais e à Dívida Ativa do Município;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;

VIII - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX - declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no artigo 38 do presente decreto, as quais deverão estar descritas no documento; e

X - declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

§ 1º A capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil independe da capacidade já instalada, admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.

§ 2º Serão consideradas regulares, para fins de cumprimento do disposto dos incisos IV a VI do caput, as certidões positivas com efeito de negativas.

§ 3º As organizações da sociedade civil ficarão dispensadas de reapresentar as certidões de que tratam os incisos IV a VI do caput que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.

§ 4º A organização da sociedade civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver.

Art. 33 - Além dos documentos relacionados no artigo 32, a organização da sociedade civil, por meio de seu representante legal, deverá apresentar, no prazo de que trata o caput do artigo 31, declaração de que:



I - não há, em seu quadro de dirigentes:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
- b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a" deste inciso;

II - não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

III - não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
- b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Art. 34 - Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados nos termos dos artigos 32 e 33 ou quando as certidões referidas nos incisos IV a VI do caput do artigo 32 deste decreto estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização da sociedade civil será notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

Art. 35 - A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

- I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas neste decreto;
- II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;
- III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;
- IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste decreto;
- V - emissão de parecer do setor técnico competente da secretaria ou entidade, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:
  - a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
  - b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria;
  - c) da viabilidade de sua execução referente à compatibilidade entre os valores apresentados no plano de trabalho e o valor de referência ou teto indicado no edital;
  - d) da verificação do cronograma de desembolso;
  - e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
  - f) da designação do gestor da parceria e respectivo suplente;
  - g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

VI - emissão de parecer jurídico por Procurador do Município que atue junto ao órgão ou entidade solicitante quanto aos aspectos da legalidade da parceria, contendo a análise do respectivo termo e a

rubrica na minuta aprovada.

§ 1º O parecer jurídico não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo sendo condição de sua emissão a completa instrução processual.

§ 2º O parecer jurídico individual em cada processo será dispensado quando já houver parecer sobre minuta-padrão.

§ 3º Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

§ 4º Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, a autoridade competente deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

§ 5º Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 6º Será impedida de participar como gestor ou suplente da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das organizações da sociedade civil participantes.

§ 7º Configurado o impedimento do § 4º desta cláusula, deverá ser designado gestor ou suplente que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

§ 8º Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI do caput concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o gestor sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, exarado pela autoridade competente máxima do órgão ou entidade da administração pública, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

Art. 36 - Será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes da parceria.

Parágrafo único. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério da autoridade competente da administração pública, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

Art. 37 - O termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade do Município.

## SEÇÃO II DAS VEDAÇÕES

Art. 38 - Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste decreto a organização da sociedade civil que:

- I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com a administração pública municipal;
- III - que tenha em seu quadro de dirigentes qualquer das hipóteses previstas no inciso I, do artigo 33, deste decreto;
- IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos, exceto se:
  - a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
  - b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
  - c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.
- V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período

que durar a penalidade:

- a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c) a prevista no inciso II do artigo 55 deste decreto;
- d) a prevista no inciso III do artigo 55 deste decreto.

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

- a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;
- b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, garantido o contraditório, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do Prefeito Municipal no âmbito da administração direta ou do titular máximo da entidade da administração indireta, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em quaisquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3º Os requisitos previstos nos incisos II a VII deste artigo deverão ser comprovados mediante declaração do dirigente da organização.

§ 4º Para os fins do disposto na alínea "a" do inciso IV e no § 2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 5º A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

§ 6º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Art. 39 - É vedada a celebração de parcerias previstas neste decreto que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado.

#### Capítulo IV

#### DA FORMALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO

##### SEÇÃO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 40 - As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento, ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:

- I - a descrição do objeto pactuado;
- II - as obrigações das partes;
- III - quando for o caso, a dotação orçamentária da despesa;
- IV - a contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no §

3º do artigo 35 deste decreto;

V - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VI - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VII - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do artigo 51 deste decreto;

VIII - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste decreto;

IX - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

X - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XI - quando for o caso, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no artigo 48 deste decreto;

XII - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XIII - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XIV - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XV - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XVI - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

§ 1º A cláusula de vigência de que trata o inciso VI do caput do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, deverá estabelecer prazo correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 05 (cinco) anos.

§ 2º Nos casos de celebração de termo de colaboração para execução de atividade, o prazo de vigência, desde que tecnicamente justificado, poderá ser de até 10 (dez) anos.

§ 3º Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

##### SEÇÃO II

##### DAS DESPESAS

Art. 41 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos deste decreto, sendo vedado:

- I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.



Art. 42 - Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

§ 1º A inadimplência da administração pública não transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

§ 2º A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

§ 3º O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

### SEÇÃO III

#### DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 43 - É responsabilidade do gestor atestar a possibilidade da liberação das parcelas dos recursos transferidos em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, garantido o contraditório, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Parágrafo único. A prestação de contas das parcerias deverá obedecer às regras estabelecidas em normas específicas da administração pública.

Art. 44 - Nas parcerias cuja duração exceda 01 (um) ano, é obrigatória a prestação de contas ao término de cada exercício.

Art. 45 - A administração pública deverá viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes às parcerias celebradas nos termos deste Decreto.

### SEÇÃO IV

#### DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Art. 46 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 47 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção

da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

Art. 48 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 1º Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2º Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie.

### SEÇÃO V

#### DAS ALTERAÇÕES

Art. 49 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

Parágrafo único. A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitado ao exato período do atraso verificado.

Art. 50 - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, conforme o caso, ao plano de trabalho original.

### SEÇÃO VI

#### DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 51 - A administração pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

§ 1º Nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

§ 2º Para a implementação do disposto neste artigo, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros.

Art. 52 - O gestor de cada termo emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

§ 1º O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise das eventuais auditorias realizadas pelo controle interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas

auditorias.

§ 2º No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores, respeitadas as exigências deste decreto.

Art. 53 - Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes.

Parágrafo único. As parcerias de que trata este decreto estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

## SEÇÃO VII

### DO GESTOR

Art. 54 - São obrigações do gestor:

I - acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 52 deste decreto;

IV - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

V - agir de forma precipuamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, tendo as atribuições e responsabilidades definidas neste decreto, sem prejuízo de outras estabelecidas em normas específicas.

Parágrafo único. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o gestor poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, mediante autorização da administração pública, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

## Capítulo V

### DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

Art. 55 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência da Procuradoria Geral do Município, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de aplicação da penalidade.

§ 2º Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

## Capítulo VI

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 56 - Os convênios e instrumentos congêneres existentes na data de entrada em vigor do presente Decreto permanecerão regidos pela legislação em vigor ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e deste decreto, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

§ 1º Os convênios e instrumentos congêneres de que trata o caput poderão ser prorrogados de ofício em caso de atraso na liberação dos recursos por parte da administração pública, hipótese em que a prorrogação corresponderá ao período equivalente ao atraso e será regida pela legislação em vigor ao tempo da celebração da parceria.

§ 2º Nos termos do § 2º do artigo 83 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, os convênios e instrumentos congêneres prorrogáveis por período superior ao inicialmente estabelecido serão, no prazo de 01 (um) ano, contado da data de entrada em vigor da referida Lei, alternativamente:

I - substituídos por termo de fomento, de colaboração ou por acordo de cooperação, para adaptação ao disposto na referida lei e neste decreto, no caso de decisão da autoridade competente pela continuidade da parceria; ou

II - rescindidos, justificada e unilateralmente, pela autoridade competente da administração pública, com notificação à organização da sociedade civil parceira para as providências necessárias.

§ 3º A administração pública poderá firmar termos aditivos de convênios e instrumentos congêneres prorrogáveis por período igual ou inferior ao inicialmente estabelecido, observada a legislação vigente ao tempo da sua celebração original e a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 4º Para a substituição de que trata o inciso I do § 2º, a organização da sociedade civil deverá apresentar os documentos previstos nos artigos 32 e 33 deste decreto, para fins de cumprimento dos artigos 33, 34 e 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 5º A prestação de contas das parcerias substituídas na forma do inciso I do § 2º observará o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e neste decreto.

Art. 57 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 58 - Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 20 de outubro de 2017.

CELSON ROGERIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 20 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01**

Publicação Nº 1408794

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017**

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com esteio na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 1224/2017, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de projetos na área de Assistência Social para atendimento ao idoso.

**1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município de Correia Pinto, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto Municipal nº 1224/2017, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Poderão ser selecionadas mais de uma proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração dos termos de colaboração, atendido o limite máximo de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) por exercício financeiro.

**2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

2.1. O termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de "PROJETOS DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA ASSEGURANDO, ACESSO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS, LÚDICAS, DE LAZER NA COMUNIDADE E DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL, ATRAVÉS DO ACESSO A ATIVIDADES CULTURAIS, DE CONVIVÊNCIA CUJA FINALIDADE É A PREVENÇÃO DOS AGRAVOS DECORRENTES DO ENVELHECIMENTO".

2.2. Objetivos específicos da parceria:

- a) Garantir os direitos fundamentais da pessoa idosa conforme o Estatuto do Idoso e
- b) Fortalecer a ampliar os programas e projetos em todas as políticas públicas que atendam o segmento idoso.

**3. JUSTIFICATIVA**

3.1. A diversidade e dimensão dos problemas da população idosa impõem a busca de convergências e atuação conjunta das várias áreas de governo e de organizações da sociedade civil, pois, só a parceria entre setores será capaz de diagnosticar os problemas que atingem a população idosa e analisar as condições e capacidades disponíveis para enfrentar esses problemas. Este princípio da complementaridade encontra-se explicitado no artigo 46 do Estatuto do Idoso, segundo o qual "a política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

**4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO**

4.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

- a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou
- c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

- a) Apresentar projeto impresso papel timbrado da instituição e/ou carimbo, contendo no mínimo:
  - Dados do Projeto (breve histórico, quantidade de idosos, sexo, faixa etária atendida, atendimentos prestados).
  - Justificativa do Projeto.
  - Objetivo geral e objetivos específicos.
  - Plano de Aplicação dos Recursos, onde deverão estar discriminadas as despesas de custeio e as despesas de capital.
  - Etapas ou fases de execução.
  - Processo de Avaliação (como a instituição acompanha o desenvolvimento dos trabalhos).
  - Cronograma de desembolso.
  - Nome, Assinatura do responsável legal e assistente social responsável pelo projeto (se houver).
- b) Declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos

apresentados durante o processo de seleção.

c) Apresentar os documentos relacionados no item 5.1 letras .....:

d) Quando o objeto da transferência for a construção, reforma ou ampliação de obra, além dos documentos relacionados anteriormente, deverá ser comprovada a prévia aferição de sua viabilidade, mediante os seguintes documentos:

- O projeto básico e a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART), instituída pela Lei nº 6496, de 7 de dezembro de 1977;
- Orçamento detalhado;
- Certidão atualizada do Registro Imobiliário, comprovando a titularidade do imóvel ou cessão de uso;
- Comprovação pelo tomador de que ele dispõe de recursos próprios para complementar a execução da obra, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre o concedente;
- Alvará de construção ou reforma emitido pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, no que couber;
- Além dos documentos elencados acima, deverão ser observadas as normas municipais e demais legislações aplicáveis à espécie.

4.3. Não será permitida a atuação em rede.

## 5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1. Para a celebração do termo de fomento, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- d) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho e na forma do art. 32, caput, inciso III, do Decreto Municipal nº 1224, de 2017 (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 32, caput, inciso X e §1º, do Decreto Municipal nº 1224, de 2017);
- g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma do art. 32, caput, inciso III, do Decreto Municipal nº 1224/2017. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 32, caput, inciso III e §1º, do Decreto Municipal nº 1224/2017);
- h) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 32, caput, incisos IV a VI e §§ 2º a 4º, do Decreto Municipal nº 1224/2017 (art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
- i) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração do Art. 32 e 33 do Decreto Municipal nº 1224/2017, e Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014);
- k) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 32, caput, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 1224/2017);
- l) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014); e
- m) apresentar Balanço Patrimonial e Financeiro do Exercício de 2016;
- n) apresentar cópia do registro do profissional de contabilidade no Conselho Regional de Contabilidade.

5.2. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

- a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
- c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 33 do Decreto Municipal nº 1224/2017);
- d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou



a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

## 6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, a ser constituída através de Portaria, previamente à etapa de avaliação das propostas.

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 23, do Decreto Municipal nº 1224/2017).

6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 23, §§ 1º e 2º, do Decreto Municipal nº 1224/2017).

6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

## 7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	24/10/2017
2	Envio das propostas pelas OSCs.	24/10/2017 à 23/11/2017
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	24/11/2017 a 29/11/2017
4	Divulgação do resultado preliminar.	30/11/2017
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	05 (cinco) dias contados da divulgação do resultado preliminar
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	05 (cinco) dias após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	11/12/2017 (esta data é estimada, podendo ser antecipada dependendo do número de projeto apresentados e da não interposição de recursos)

7.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada(s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014).

7.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.3.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Correia Pinto na internet [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

7.4. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs

7.4.1. As propostas serão apresentadas pelas OSCs, deverão ser encaminhadas em envelope fechado e com identificação da instituição

proponente e meios de contato, com a inscrição "Proposta – Edital de Chamamento Público nº 01/2017", e entregues via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Rua Vitória Régia, nº 500, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

7.4.2. A proposta, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente e responsável técnico responsável pelo programa/projeto. Também deve ser entregue uma cópia em versão digital (CD ou pen drive) da proposta.

7.4.3. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela administração pública.

7.4.4. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada conforme item 7.4.2. deste Edital.

7.4.5. Observado o disposto no item 7.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

e) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

d) o valor global.

7.5. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada.

7.5.3. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo, observado o contido no Anexo V – Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho.

7.5.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Tabela 2

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por força do art. 26, §6º, incisos II e III, do Decreto Municipal nº 1224/2017.	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019/2014, c/c art. 17, §3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 1224/2017.	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	- Grau pleno de descrição (2,0) - Grau satisfatório de descrição (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por força do art. 23, §6º, inciso I, do Decreto Municipal nº 1224/2017.	2,0
(D) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência relatada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

7.5.5. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (D), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.5.6. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (D), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.5.7. Serão eliminadas aquelas propostas:

a) cuja pontuação total for inferior a 6,0 (seis) pontos;

b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (D); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das



metas; e o valor global proposto;

c) que estejam em desacordo com o Edital; ou

d) cujo valor global estiver acima do teto previsto no item 9.5 deste Edital.

7.5.8. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.5.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (D) e (C). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial da Prefeitura Municipal de Correia Pinto na internet [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br), iniciando-se o prazo para recurso.

7.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.7.1. Nos termos do art. 28 do Decreto Municipal nº 1224/2017, os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.7.2. Os recursos serão entregues via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, na Av. Vitória Régia, nº 500, até às 17:30 horas do dia 05 de dezembro de 2017.

7.7.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

7.7.4. Interposto recurso, a administração pública dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem.

7.8. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

7.8.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

7.8.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões.

7.8.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

7.8.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.8.5. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a administração pública deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial ([www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)), as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção (art. 29 do Decreto Municipal nº 1224/2017).

7.9.1. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.9.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

## 8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

Tabela 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.
5	Publicação do extrato do termo de fomento no Diário Oficial dos Municípios.

8.2. Etapa 1: Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Para a celebração da parceria, a administração pública convocará a OSC selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho (art. 31 do Decreto Municipal nº 1224/2017) e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014).

8.2.1. Por meio do plano de trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo

de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019, de 2014, e o art. 31 do Decreto Municipal nº 1224/2017), observados os Anexos IV – Modelo de Plano de Trabalho e V – Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho.

8.2.2. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
- g) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

8.2.3. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “e” do item 8.2.2. deste Edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 03 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico. Para comprovar a compatibilidade de custos de determinados itens, a OSC poderá, se desejar, utilizar-se de ata de registro de preços vigente, consultando e encaminhando atas disponíveis junto ao Departamento de Licitações e Contratos da administração pública municipal.

8.2.4. Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;
- II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, 01 (um) ano com cadastro ativo;
- III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:
  - a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
  - b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
  - c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;
  - d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
  - e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
  - f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;

IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Municipais e à Dívida Ativa do Município;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração do Art. 32, VII, do Decreto Municipal nº 1224/2017, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

VIII - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

X - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

XI - declaração do representante legal da OSC de que trata o art. 32, VII, do Decreto Municipal nº 1224/2017, conforme Anexo III – Declaração do Art. 32, VII, do Decreto Municipal nº 1224/2017, e Relação dos Dirigentes da Entidade; e

XII - declaração de contrapartida em bens e serviços, quando couber, conforme Anexo VIII – Declaração de Contrapartida.

8.2.5. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V e VI logo acima.

8.2.6. O plano de trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela OSC selecionada, em conformidade com o disposto no subitem 7.4.1 deste Edital.

8.3. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho.

8.3.1. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a administração pública deverá consultar o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, o SICONV, o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

– SICAF, o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

8.3.2. A administração pública examinará o plano de trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

8.3.3. Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta apresentada pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos (art. 31, §2º, do Decreto Municipal nº 1224/2017). Para tanto, a administração pública poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, nos termos do §3º do art. 31 do mesmo Decreto.

8.3.4. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

8.3.5. Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

8.4. Etapa 3: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

8.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria (art. 34 do Decreto Municipal nº 1224/2017).

8.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada (art. 31, §§ 3º e 4º, do Decreto Municipal nº 1224/2017).

8.5. Etapa 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.

8.5.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

8.5.2. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria (art. 31, §5º, do Decreto Municipal nº 1224/2017).

8.5.3. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

8.5.4. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver (art. 32, §4º, do Decreto Municipal nº 1224/2017).

8.6. Etapa 5: Publicação do extrato do termo de fomento no Diário Oficial dos Municípios. O termo de fomento somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

## 9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos.

9.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, autorizado por lei específica, por meio do Programa Abrigo para Idosos e Crianças.

9.3. Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública municipal indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.

9.3.1. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela administração pública nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.

9.4. O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 72.000,000 (setenta e dois mil). Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

9.5. O valor teto para a realização do objeto do termo de fomento é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) por exercício, para cada OSC. O exato valor a ser repassado será definido no termo de fomento, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

9.6. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 43 Decreto Municipal nº 1224/2017.

9.7. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

9.8. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

9.9. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

9.10. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.11. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

## 10. CONTRAPARTIDA

10.1. Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

## 11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Correia Pinto na internet ([www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo e-mail: [fmas@correiapinto.sc.gov.br](mailto:fmas@correiapinto.sc.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no subitem 7.4.1 deste Edital. A resposta às impugnações caberá à Procuradoria Geral do Município.

11.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, de forma eletrônica, pelo e-mail: [fmas@correiapinto.sc.gov.br](mailto:fmas@correiapinto.sc.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no subitem 7.4.1 deste Edital. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

11.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.3. O Município de Correia Pinto resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

11.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

11.6. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

11.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

11.8. O presente Edital terá vigência de 01 (um) ano a contar da data da homologação do resultado definitivo.

11.9. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

Anexo III – Declaração do Art. 32, VII e art. 33, do Decreto Municipal nº 1224/2017, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho;

Anexo V – Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho;

Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos; e

Anexo VII – Minuta do Termo de Fomento.

Anexo VIII – Declaração de Contrapartida.

Correia Pinto/SC, 23 de outubro de 2017.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito



## VISTO DA PROGEM

## ANEXO I

(TIMBRE DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC)

## DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº \_\_\_\_/2017 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## ANEXO II

(TIMBRE DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC)

## DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 32, caput, inciso X, do Decreto Municipal nº 1224/2017, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]:

- dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

- pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

- dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## ANEXO III

(TIMBRE DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC)

## DECLARAÇÃO DO ART. 32, VII, E ART. 33, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1224/2017, E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], nos termos dos arts. 32, caput, inciso VII, e 33 do Decreto Municipal nº 1224/2017, que:

- Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a".

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

- Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

- Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder Público ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais

para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

#### ANEXO IV MODELO DE PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS				
ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE			CNPJ	
ENDEREÇO			ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)	
CIDADE	UF	CEP	DDD/FONE	RAMAL
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA			AGÊNCIA / CONTA CORRENTE	
NOME DO RESPONSÁVEL			CPF	
CARTEIRA DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO	FUNÇÃO		MATRÍCULA
ENDEREÇO:			CEP	
2 – VALOR DO CONVÊNIO				
VALOR:		VALOR POR EXTENSO:		
3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO				
TÍTULO DO PROJETO			PERÍODO DE EXECUÇÃO	
INÍCIO				
TÉRMINO				
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: (artigo 46, III, da Lei nº 13.019/2014)				
Objeto (artigo 46, III, da Lei nº 13.019/2014)			Valor R\$	
E X E M P L I F I C A T I V O	Salários/Encargos dos profissionais envolvidos na execução do objeto			
	Água/Luz/Telefone/Internet necessária à execução do objeto			
	Combustível necessário à execução do objeto			
	Diárias/Hospedagem necessárias à execução do objeto			
	Equipamentos e Material Permanente necessários à execução do objeto			
	Gêneros Alimentícios necessários à execução do objeto			
	Honorários/Contador			
	Manutenção de Equipamentos necessários à execução do objeto			
	Manutenção de Imóveis – Materiais e Serviços necessários à execução do objeto			
	Manutenção de Veículos necessários à execução do objeto (pequenos consertos)			
Materiais de Expediente/Didático/Divulgação necessários à execução do objeto				
Materiais Esportivos necessários à execução do objeto (Uniformes, bolas, redes, etc.)				
Medicamentos necessários à execução do objeto (Material ambulatorial, farmacêuticos, veterinários, etc.)				
Produtos de Limpeza/Serviços de Lavanderia necessários à execução do objeto				

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:

4 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00) CONCEDENTE



janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro

## PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro

## 5 – SOLICITAÇÃO

Diante do exposto.  
Pede Deferimento.

\_\_\_\_CORREIA PINTO, DE DE 2017. \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA PROPONENTE

## 6 – APROVAÇÃO PELA DIRETORIA DA ENTIDADE

APROVADO

LOCAL E DATA

PROponente

## ANEXO V

## DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DO PLANO DE TRABALHO;

## 1. DADOS CADASTRAIS

NOME DA ENTIDADE - Indicar o nome da entidade interessada na execução da proposta de trabalho.

C.N.P.J. - Indicar o número de inscrição da entidade interessada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

ENDEREÇO - Indicar o endereço completo da entidade interessada (rua, número, bairro, etc.)

MUNICÍPIO - Mencionar o nome da cidade onde esteja situada a entidade interessada. UF - Mencionar a sigla da unidade da federação a qual pertença à cidade indicada.

CEP - Mencionar o código do endereçamento postal da cidade mencionada.

DDD/TELEFONE - Registrar o código DDD e número do telefone onde esteja situada entidade interessada.

CONTA CORRENTE - Registrar o número da conta bancária da entidade.

BANCO - Indicar o código do banco ao qual esteja vinculada a conta-corrente específica para o Termo de Colaboração/Fomento.

AGÊNCIA - Indicar o código da agência do banco.

RESPONSÁVEL - Registrar o nome do responsável pela entidade.

CPF - Registrar o número da inscrição do responsável no Cadastro de Pessoas Físicas.

PERÍODO DE MANDATO: Registrar o período de mandato do responsável.

RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR - Registrar o número da carteira de identidade do responsável, sigla do órgão expedidor e unidade da federação.

CARGO - Registrar o cargo do responsável.

ENDEREÇO - Indicar o endereço completo do responsável (rua, número, bairro, etc.). CEP - Registrar o código do endereçamento postal do domicílio do responsável.

## 2. PROPOSTA DE TRABALHO

NOME DO PROJETO/ATIVIDADE - Indicar o nome do projeto/atividade a ser executado.

PRAZO DE EXECUÇÃO - Indicar o prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas.

PÚBLICO ALVO: Indicar o público que será beneficiado com a parceria.

OBJETO DA PARCERIA - Descrever o produto final do objeto da parceria.

DESCRIÇÃO DA REALIDADE - Descrever com clareza e sucintamente a realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas.

## 3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE METAS

Permite visualizar a descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a ser executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto.

META - Indicar como meta os elementos que compõem o objeto.

ETAPA/FASE - Indicar como etapa ou fase cada uma das ações em que se pode dividir a execução de uma meta.

ESPECIFICAÇÃO - Relacionar os elementos característicos da meta, etapa ou fase.

INDICADOR FÍSICO - Refere-se à qualificação e quantificação física do produto de cada meta, etapa ou fase.

UNIDADE - Indicar a unidade de medida que melhor caracterize o produto de cada meta, etapa, ou fase.

QUANTIDADE - Indicar a quantidade prevista para cada unidade de medida.

**DURAÇÃO** - Refere-se ao prazo previsto para a implementação de cada meta, etapa, ou fase.

**INÍCIO** - Registrar a data referente ao início de execução da meta, etapa, ou fase.

**TÉRMINO** - Registrar a data referente ao término da execução da meta, etapa, ou fase.

#### 4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

Detalhar as metas e ações a ser executadas, a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede, bem como as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso, na forma do art. 53, § 2º, da lei nº 13.019/2014.

Detalhar os meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

#### 5. PLANO DE APLICAÇÃO

Refere-se à utilização de recursos financeiros em diversas espécies de gastos, indicando os valores mensais e anuais.

**QUANTIDADE** - Indicar a quantidade prevista para cada descrição.

**DESCRIÇÃO** - Relacionar os elementos característicos da meta mensal.

**VALOR MENSAL** - Registrar o valor mensal de cada meta.

**VALOR ANUAL** - Registrar o valor anual de cada meta.

**TOTAL GERAL** - Registrar o somatório dos valores atribuídos.

#### 6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Refere-se ao desdobramento dos valores a serem repassados à entidade com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico.

**META** - Indicar o número de ordem sequencial da meta.

**MÊS** - Registrar o valor mensal a ser transferido pela Administração Pública.

#### 7. ESTIMATIVA DE DESPESAS

Estimar as despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto.

#### 8. MODO E PERIODICIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Indicar modo e periodicidade das prestações de contas compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto.

#### 9. PRAZO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Registrar prazos de análise da prestação de contas pela Administração Pública responsável pela parceria.

#### ASSINATURA DO PROPONENTE

Constar o local, data e assinatura do representante legal da entidade.

#### APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Constar local, data e assinatura da autoridade competente do órgão ou entidade responsável pelo programa, projeto ou evento.

#### ANEXO VI

(TIMBRE DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC)

#### DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 32, caput, inciso IX, do Decreto Municipal nº 1224/2017, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas "a" a "c", da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e
- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave

e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## ANEXO VII

### MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, E A OSG DENOMINADA:

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, inscrito no CNPJ nº 75.438.655/0001-45, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 1569, junto à Prefeitura Municipal, Centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado, pelo Senhor Prefeito CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, portador do CPF nº 217.068.839-00, domiciliado neste Município, e a OSC denominada:..., inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0000-00, com sede na ....., doravante denominada OSC, representada pelo seu PRESIDENTE, Senhor ..., portador do CPF nº ..., resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração/Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício 2017, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, consoante respectivo Edital de Chamamento Público e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração/Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público nº \_\_\_\_/2017, tem por objeto a "EXECUÇÃO DE PROJETOS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ATENDIMENTO AO IDOSO", conforme detalhado no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho proposto pela OSC e aprovado pela Comissão de Seleção, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

##### I - DA CONCEDENTE:

1. Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de tomada de contas especial;
2. Transferir à OSC os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Colaboração/Fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Município e o estabelecido no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Colaboração/Fomento, comunicando à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
4. Analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração e do seu Plano de Trabalho;
5. Analisar os relatórios de execução do objeto e relatórios de execução financeira;
6. Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA;
7. Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;
8. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a CONCEDENTE assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;
9. Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48, da Lei nº 13.019, de 2014;
10. Prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração/Fomento, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;
11. Publicar, no Diário Oficial dos Municípios, extrato do Termo de Colaboração; e
12. Analisar a prestação de contas relativa a este Termo de Colaboração/Fomento, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não.

##### II - DA OSC:

1. Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aprovados pela CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração/Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014;
2. Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Colaboração;
3. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Colaboração/Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
4. Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Colaboração/Fomento o, de acordo com os normativos vigentes, bem como apresentar licenças e alvarás, aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera competente e concessionárias de serviços públicos,

conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

5. Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição e pelo art. 45 da Lei n. 13.019, de 2014;
6. Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
7. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;
8. Submeter previamente à CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
9. Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração/Fomento em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
10. Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
11. Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Termo de Colaboração, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado;
12. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à sempre que houver alterações;
13. Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Colaboração, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
14. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
15. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;
16. Facilitar a supervisão e a fiscalização da CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Colaboração, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
17. Permitir o livre acesso de servidores da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
18. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
19. Prestar contas a CONCEDENTE, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014;
20. Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Colaboração, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
21. Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Colaboração/Fomento e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela CONCEDENTE, apor a marca do Governo Municipal nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Colaboração;
22. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Colaboração/Fomento, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;
23. Manter a CONCEDENTE informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Colaboração/Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.
24. Permitir à CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Colaboração/Fomento;
25. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
26. Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;
27. Apresentar relatórios semestrais contendo avaliação qualitativa e quantitativa acerca dos resultados obtidos com a execução do projeto, detalhando a metodologia empregada para a execução das metas previstas no plano de trabalho, bem como análise do impacto social sobre o público-alvo beneficiado e sobre o problema e/ou demanda que deu origem ao projeto; e
28. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Colaboração/Fomento, neste ato fixado em R\$ ..... (...), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

- I. – R\$ ....., relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento da CONCEDENTE, autorizado pela Lei Orçamentária Anual nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, vinculada ao Projeto Atividade nº \_\_\_\_\_ – Abrigo para Idosos e Crianças, Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos.
- II. – Não será exigida contrapartida da OSC.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse da CONCEDENTE serão depositados na conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014.

Subcláusula Primeira. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da CONCEDENTE, em



conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração/Fomento, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Segunda. Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

Subcláusula Terceira. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Colaboração/Fomento e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia da CONCEDENTE, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Quarta. A conta referida no caput desta Cláusula será isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Quinta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Termo de Colaboração/Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira. É vedado à OSC:

I. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

III. efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Colaboração, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

Subcláusula Segunda. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie.

Subcláusula Terceira. Caso os recursos transferidos não sejam utilizados no prazo de 30 (trinta) dias, o Termo de Colaboração/Fomento deverá ser rescindido, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Chefe do Poder Executivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela CONCEDENTE, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública municipal.

Subcláusula Primeira. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração da prestação de contas.

Subcláusula Segunda. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela CONCEDENTE por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

Subcláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação serão realizadas pela comissão nomeada através de Decreto Municipal e contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes.

Subcláusula Segunda. A CONCEDENTE designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução em plataforma eletrônica e com visitas in loco.

Subcláusula Terceira. A CONCEDENTE realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

Subcláusula Quarta. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório, enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal.

Subcláusula Quinta. A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela CONCEDENTE, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração/Fomento será de \_\_\_\_ (...) meses/anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

II - de ofício, por iniciativa da CONCEDENTE quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

Subcláusula Primeira. A prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Colaboração/Fomento, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela CONCEDENTE, considerando as seguintes situações:

I – alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela CONCEDENTE para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho;

III – ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no término da vigência da parceria, ou no final de cada exercício (se a duração da parceria exceder um ano), observando-se as regras previstas nos artigos 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014, além das cláusulas constantes deste Termo de Colaboração/Fomento e do Plano de Trabalho.

Subcláusula Primeira. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam a CONCEDENTE avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

Subcláusula Segunda. Para fins de prestação de contas anual (quando for o caso) e final, a OSC deverá apresentar relatório (parcial ou final) de execução do objeto, que conterá, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;

V - informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

VI - informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;

VII - informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;

VIII - justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso.

Subcláusula Terceira. A CONCEDENTE poderá dispensar a observância dos incisos V a VII da subcláusula segunda quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

Subcláusula Quarta - Quando a OSC não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a CONCEDENTE exigirá a apresentação de relatório de execução financeira, que deverá conter:

I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

III - o extrato da conta bancária específica;

IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Subcláusula Quinta. A análise do relatório de execução financeira, quando exigido, será feita pela CONCEDENTE e contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36; e

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Subcláusula Sexta. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Subcláusula Sétima. A OSC deverá apresentar a prestação de contas final por meio de relatório de execução do objeto, comprovante de devolução de eventual saldo remanescente, e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias.

Subcláusula Oitava. A análise da prestação de contas final pela será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - o relatório final de execução do objeto;

II - os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a um ano;

III - relatório de visita técnica in loco, quando houver; e

IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

Subcláusula Nona. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

Subcláusula Décima. Na hipótese de a análise de que trata a subcláusula nona concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente relatório final de execução financeira.

Subcláusula Décima Primeira. A OSC deverá observar os seguintes prazos:

I - o relatório final de execução do objeto deverá ser entregue a CONCEDENTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC; e

II - o relatório final de execução financeira deverá ser entregue a CONCEDENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado de sua



notificação, conforme estabelecido no instrumento de parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Subcláusula Décima Segunda. O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Subcláusula Décima Terceira. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Subcláusula Décima Quarta. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Subcláusula Décima Quinta. Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Décima Sexta. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

Subcláusula Décima Sétima. A CONCEDENTE deverá manifestar-se sobre a solicitação de que trata o inciso II, alínea "b", da subcláusula décima quinta no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Subcláusula Décima Oitava. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Subcláusula Décima Nona. Na hipótese do inciso II da subcláusula décima quinta, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - a instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Subcláusula Vigésima. O prazo de análise da prestação de contas final pela administração pública será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

Subcláusula Vigésima Primeira. O transcurso do prazo definido na subcláusula vigésima, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Subcláusula Vigésima Segunda. Se o transcurso do prazo definido na subcláusula vigésima, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da CONCEDENTE, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela CONCEDENTE, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Colaboração/Fomento poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 10 (dez) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Termo de Colaboração/Fomento será rescindido unilateralmente pela CONCEDENTE nas seguintes hipóteses:

a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 30 (trinta) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Chefe do Poder Executivo; e

b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração/Fomento, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

Subcláusula Primeira. Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

III – o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

Subcláusula Segunda. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da

Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Terceira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

I - nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública; e

II - nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da CONCEDENTE.

Subcláusula Quarta. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CONCEDENTE determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada, ou não providencie o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Termo de Colaboração, será obrigatoriamente destacada a participação da CONCEDENTE, observado o disposto no §1º do art. 37, da Constituição.

Subcláusula Primeira. A OSC deverá disponibilizar para a CONCEDENTE a arte final do material produzido e seus formatos acessíveis.

Subcláusula Segunda. A CONCEDENTE fica autorizada a reproduzir o conteúdo do material produzido em todos os países que achar conveniente e na rede mundial de computadores (INTERNET).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Colaboração/Fomento, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da OSC, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado.

Subcláusula Primeira. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Subcláusula Segunda. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Colaboração/Fomento, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da CONCEDENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração/Fomento deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Colaboração/Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Os partícipes procurarão resolver administrativamente eventuais dúvidas e controvérsias decorrentes do presente ajuste. Não logrando êxito a solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração/Fomento o foro da Comarca de Correia Pinto.

E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente

instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Local e data.

Representante Representante  
CONCEDENTE OSC

#### ANEXO VIII

#### DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Declaro, em conformidade com o Edital nº ...../20 ..... , que a [identificação da organização da sociedade civil ] dispõe de contrapartida, na forma de [bens e/ou serviços] economicamente mensuráveis, no valor total de R\$ ..... ( ..... ), conforme identificados abaixo:

Identificação do bem ou serviço	Valor econômico	Outras informações relevantes

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da organização da sociedade civil)

#### EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 26/2015 PMCP

Publicação Nº 1408755

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 26/2015  
EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 0835/2017 PMCP

O presente aditamento ao Contrato Administrativo nº 0314/2015, de 02 de junho de 2015, da Tomada de Preços nº 26/2015, se faz com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 57, conforme parecer jurídico 343/2017/PROGEM.

Objeto: REESTRUTURAÇÃO E REFORMA DE BANHEIROS E CHURRASQUEIRA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 791914/2013, ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

Considerando que tem-se possível a alteração do contrato de forma cronológica, consoante se verifica da exposição de motivos e solicitação de aditivo, cuja solicitação é aceita, respeitado a vigência do convênio.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa J. C. RODRIGUES DE FREITAS - ME  
CNPJ: 14.035.035/0001-70

Vigência: 14/10/2017 a 13/12/2017.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### ERRATA PREGÃO 92/2017

Publicação Nº 1408382

ERRATA – O Município de Cunha Porã/SC, torna público que no Processo Licitatório nº 1778/2017, Pregão nº 92/2017 que houve alteração no Termo de Referência do Edital (Anexo I). Item 01- Onde se lê: Placa ILS5073. Leia-se: MBN2586. Onde se lê: Polo Sedan Classic 1.0 MI. Leia-se: Polo Van, 89CV. Item 04- Onde se lê: placa ILS5073. Leia-se: Placa ISL5073. Cunha Porã/SC, 24/10/2017. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

### PORTARIA 521

Publicação Nº 1407861

#### EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 521, de 29 de Setembro de 2017.

Ementa: Exonera Adriane Lamb contratada em caráter temporário para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil.

Em: 29 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 522

Publicação Nº 1407863

#### EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 522, de 29 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Daniela da Silva Hermann Kruger para as funções do cargo de Professora de Educação Infantil.

Em: 29 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 523

Publicação Nº 1407864

#### EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 523, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Marcia Reips para as funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 524

Publicação Nº 1407865

#### EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 524, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Adalvana Spezia para as funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 525

Publicação Nº 1407868

#### EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 525, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Concede licença prêmio ao servidor municipal Kleber Comparim.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 526

Publicação Nº 1407869

#### EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 526, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Edilse Maria Simm Assmann para as funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 527

Publicação Nº 1407875

#### EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 527, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Nomeia Lomar Everton Hubner para o cargo Comissariado de Assessor Especial de Gabinete.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 528**

Publicação Nº 1407878

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 528, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares ao servidor municipal Marcio Galvão.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 529**

Publicação Nº 1407885

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 529, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares ao servidor municipal Dahyan Jorge Bonfanti.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 530**

Publicação Nº 1407889

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 530, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares ao servidor municipal André Elias Pohlenz.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 531**

Publicação Nº 1407901

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 531, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Sirlene Salete Muller para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 532**

Publicação Nº 1407903

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 532, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Janice Inez Machado Portela para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 533**

Publicação Nº 1407906

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 533, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Aline Jahnel para as funções do cargo de Fisioterapeuta.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 534**

Publicação Nº 1407913

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 534, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Natan Luiz Martinelli para as funções do cargo de Odontólogo.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 535**

Publicação Nº 1407918

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 535, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Elton Barth para as funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde .

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal



**PORTARIA 536**

Publicação Nº 1407922

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 536, de 13 de Outubro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares ao servidor municipal Ana Paula Weber da Rosa.

Em: 13 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 537**

Publicação Nº 1407929

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 537, de 13 de Outubro de 2017.

Ementa: Concede licença prêmio ao servidor municipal Gilson Friedrich.

Em: 13 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 538**

Publicação Nº 1407939

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 538, de 13 de Outubro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares a servidora municipal Janete Terezinha Petry Bender.

Em: 13 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 539**

Publicação Nº 1407946

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 539, de 13 de Outubro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares a servidora municipal Any franciny Schmitt

Em: 13 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 540**

Publicação Nº 1407949

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 540, de 13 de Outubro de 2017.

Ementa: Autorizo servidor municipal Lomar Everton Hubner a conduzir veículo do município.

Em: 13 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 541**

Publicação Nº 1407950

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 541, de 16 de Outubro de 2017.

Ementa: Admite em caráter temporário Mayara Floss.

Em: 16 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 542**

Publicação Nº 1407952

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 542, de 16 de Outubro de 2017.

Ementa: Admite em caráter temporário Carlos Abel Tarqui Espinoza.

Em: 16 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 543**

Publicação Nº 1407954

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 543, de 16 de Outubro de 2017.

Ementa: Admite em caráter temporário Conrado Milanese para o cargo de Odontólogo.

Em: 16 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 544**

Publicação Nº 1407955

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 544, de 17 de Outubro de 2017.

Ementa: Autoriza o Vice Prefeito Municipal Alencar James Post a conduzir veículos do município.

Em: 17 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 545**

Publicação Nº 1407959

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 545, de 17 de Outubro de 2017.

Ementa: Concede férias e abono pecuniário á servidora municipal Eliane M.D Becker.

Em: 17 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 546**

Publicação Nº 1407960

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 546, de 17 de Outubro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Lisane Sander para o cargo de Técnico em Enfermagem.

Em: 17 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 547**

Publicação Nº 1407961

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 547, de 17 de Outubro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares ao servidor municipal Ede-mar Ivo Dietrich.

Em: 17 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 548**

Publicação Nº 1407963

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 548, de 18 de Outubro de 2017.

Ementa: Exonera Nádia Lisane Becket da Silva contratada temporariamente para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil.

Em: 18 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 549**

Publicação Nº 1407965

**EXTRATO DE PORTARIA**

Extrato: PORTARIANº 549, de 02 de Outubro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Angelita Herbertz para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais.

Em: 02 de Outubro de 2017.

Jairo Ebeling  
Prefeito Municipal

# Cunhataí

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 75/2017

Publicação Nº 1408502

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 75/2017  
Processo Administrativo nº 75/2017  
Tomada de Preço nº 08/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAI – SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E BIOLOGIA-COOPERENGE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESTUDO DE CONCEPÇÃO, EM NÍVEL DE GESTÃO, PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 31/03/2018.

VALOR: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

Signatários: Luciano Franz e Thiago Gallina Dellatore.

Cunhataí/SC, 23/10/2017.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 222/2017

Publicação Nº 1408771

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 222/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/11/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 09/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br). Curitibanos, 23 de Outubro de 2017.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 223/2017

Publicação Nº 1408838

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 223/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a O REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFEÇÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 10/11/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 10/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de

expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br). Curitibanos, 23 de Outubro de 2017.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

Publicação Nº 1408423

REPUBLICAÇÃO  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE 01 BANHEIRO NA CASA DO SR. JOSÉ AIRTON RIBEIRO, CPF Nº 982.470.939-87 QUE SERÁ TRANSFERIDA DO PARQUE DO PINHO PARA O LOTE DO PATRIMÔNIO SITUADO NA RUA JOÃO JESUS DE LIMA, CONFORME LEI Nº 5.950/2017 E ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 06/11/2017.

A partir das 09:00 horas do dia 06/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br). Curitibanos, 23 de Outubro de 2017.

Marcio Damiani Poletto  
Presidente do Fundo

# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 65/2017 - PMDC

Publicação Nº 1408097

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017  
O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 65/2017, Edital de Pregão Nº 65/2017, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DECORAÇÃO NATALINA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO-DE-OBRA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO ELETRICA UTILIZADA NA ORNAMENTAÇÃO NATALINA DO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 07/11/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 47-2017 - CONTRATO - FMS

Publicação Nº 1408083

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 049-2017 FMS  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
Contratada...: IVONETE EDINA RUSCHEL - ME  
Valor ..... : 53.970,00 (cinquenta e três mil novecentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 22/10/2018  
Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 47/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE FISIOTERAPIA NAS ALTERAÇÕES MOTORAS E DEMAIS ALTERAÇÕES, BEM COMO PARA PACIENTES CRONICOS ACAMADOS, RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO.  
Dionísio Cerqueira, 23 de Outubro de 2017

Contrato Nº.: 050-2017 FMS  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
Contratada...: CLINICA DE FISIOTERAPIA DENISE S B VARELA - EIRELI  
Valor ..... : 53.970,00 (cinquenta e três mil novecentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 23/10/2017 Término: 22/10/2018  
Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 47/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE FISIOTERAPIA NAS ALTERAÇÕES MOTORAS E DEMAIS ALTERAÇÕES, BEM COMO PARA PACIENTES CRONICOS ACAMADOS, RESIDENTES EM NOSSO

MUNICÍPIO.  
Dionísio Cerqueira, 23 de Outubro de 2017

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 45-2017 - HOMOLOGAÇÃO - FMS

Publicação Nº 1408098

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/17  
HOMOLOGAÇÃO: 11/10/17  
CONTRATADO: ARLEI RIZZOTTO - ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, UTILIZADOS NOS 06 (SEIS) (ESF's) ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA, E NO (CEO) CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)  
DATA: 23/10/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 61 E 47 - HOMOLOGAÇÃO - FMS

Publicação Nº 1408081

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/17  
HOMOLOGAÇÃO: 23/10/17  
CONTRATADO: FRONTEIRA DIESEL AUTO PECAS E SERVICOS LTDA - ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, bem como EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, SERVIÇOS DE PARTE ELÉTRICA, SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE SOLDA MIG E SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO/PINTURA para VEÍCULOS DA LINHA LEVE e VEICULOS TIPO VAN DO MUNICÍPIO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 898,90 (oitocentos e noventa e oito reais e noventa centavos)  
DATA: 23/10/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 61/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/17  
HOMOLOGAÇÃO: 23/10/17  
CONTRATADO: JOAO P DUTRA - ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, bem como EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, SERVIÇOS DE PARTE ELÉTRICA, SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE SOLDA MIG E SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO/PINTURA para VEÍCULOS DA LINHA LEVE e VEICULOS TIPO VAN DO MUNICÍPIO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais)



DATA: 23/10/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 61/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/17

HOMOLOGAÇÃO: 23/10/17

CONTRATADO: WAGNER VALDIR KRIEGER 04940445941

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, bem como EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, SERVIÇOS DE PARTE ELÉTRICA, SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE SOLDA MIG E SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO/PINTURA para VEÍCULOS DA LINHA LEVE e VEICULOS TIPO VAN DO MUNICÍPIO

VALOR DA DESPESA: R\$ 189,00 (cento e oitenta e nove reais)

DATA: 23/10/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----OUTRAS

MODALIDADES Nº 47/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/17

HOMOLOGAÇÃO: 23/10/17

CONTRATADO: IVONETE EDINA RUSCHEL - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE FISIOTERAPIA NAS ALTERAÇÕES MOTORAS E DEMAIS ALTERAÇÕES, BEM COMO PARA PACIENTES CRONICOS ACAMADOS, RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 53.970,00 (cinquenta e três mil novecentos e setenta reais)

DATA: 23/10/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----OUTRAS

MODALIDADES Nº 47/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/17

HOMOLOGAÇÃO: 23/10/17

CONTRATADO: CLINICA DE FISIOTERAPIA DENISE S B VARELA EIRELI

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE FISIOTERAPIA NAS ALTERAÇÕES MOTORAS E DEMAIS ALTERAÇÕES, BEM COMO PARA PACIENTES CRONICOS ACAMADOS, RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 53.970,00 (cinquenta e três mil novecentos

e setenta reais)

DATA: 23/10/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES

- Prefeito Municipal.

-----

# Doutor Pedrinho

## CÂMARA MUNICIPAL

### PAUTA DA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 1408928

PAUTA DA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DO SEGUNDO PERÍODO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
- 24 DE OUTUBRO DE 2017 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II - Pequeno Expediente:

- Deliberação da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;

- Apresentação de Proposição;

III – Grande Expediente:

- Tema Livre;

IV – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

V – Ordem do Dia:

- Projeto de Lei Ordinária nº07/2017 – “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, e dá outras providências”;

- Apresentação de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

- Apresentação de Parecer da Comissão de Economia e Finanças;

- Primeira Discussão e Votação;

- Projeto de Lei Ordinária nº 08/2017 – “Ratifica as alterações realizadas no protocolo de intenções, consubstanciado no contrato de Consórcio Público do Consórcio de informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências”;

- Segunda votação;

- Projeto de Lei Ordinária nº 09/2017 - “Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotação orçamentárias no orçamento-programa 2017 da Administração Direta e Indireta e dá outras providências”;

- Segunda votação;

- Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2017

- Primeira votação nominal;

VI – Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VII – Encerramento, com convocação da próxima Sessão.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2017.

TONY TADEU NONES

GECIMARI CORDEIRO

Presidente da Câmara

Assessoria Legislativa (FG)

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 99/2017

Publicação Nº 1408504

DECRETO nº. 99/2017

Dispõe sobre a transferência de feriado municipal que especifica e dá outras providências.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido o feriado municipal do dia 31/10/2017 (Reforma Luterana) para o dia 03/11/2017 (Sexta – Feira), nas repartições públicas do Município de Flor do Sertão.

Art. 2º Este decreto se estende também aos Conselheiros Tutelares do Município, que deverão trabalhar em forma de plantão nesse período.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de Outubro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 98/2017

Publicação Nº 1408563

	DECRETO N.º 098 /2017
	SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSE WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0663/2016.

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Administração, a importância de R\$ 3.600.00 (três mil e seiscentos reais) na dotação orçamentária seguinte:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 – Departamento de Administração	
06.181 – Policiamento	
06.181.0004 – Administração Geral e Planejamento	
06.181.0004.2.006 – Manut. Conv. Radio Patrulha/Conv.Transito/Pol.Civil	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	3.600,00
Fonte: 0110 – Convênio de Transito – Militar	
Desdobramento: Sem Desdobramento	
TOTAL FONTE	3.600,00

ART. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º são proveniente do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 0110 – Manutenção Convênio Radio Patrulha/Conv. Transito/Polícia Civil.

ART. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 23 dias do mês de outubro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado  
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

### LEI Nº 674/2017

Publicação Nº 1408477

LEI Nº. 674/2017

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros para o Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, para atender o objeto do Contrato de Programa.

Parágrafo único. O referido repasse destina-se a manutenção das atividades do CIGAMERIOS e / ou elaboração e execução de programas e projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, mediante contrato de rateio a ser celebrado entre o CIGAMERIOS e o Município, conforme estabelece a cláusula 10 e 21 do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º O Repasse mencionado no caput do artigo 1º será mensal, terá início em janeiro de 2018 e a contribuição mensal será no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) até R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por habitante, conforme censo do IBGE atual.

Parágrafo único: O valor mensal será definido por Assembleia Geral do CIGAMERIOS.

Art. 3º O CIGAMERIOS, fará a Gestão dos recursos financeiros, bem como as respectivas prestações de contas, que inclui a elaboração mensal e apresentação em Assembleia Geral dos Prefeitos, a publicação dos Balanços Contábeis e Financeiros, conforme estabelecido no Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, sem prejuízo aos demais procedimentos de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis as instituições públicas, em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e sempre que solicitado, fornecer todas as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas as contas dos entes consorciados, as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado

na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 4º Fica ratificado o Protocolo de Intenções e convalidado o Contrato de Consórcio Público, aprovado pela Assembleia Geral do CIGAMERIOS firmado em 14 de abril de 2016.

Art. 5º As despesas decorrentes da realização da presente lei, ocorrerão por conta do orçamento municipal.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão - SC,  
em 23 de Outubro de 2017.  
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário da Administração

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2017

Publicação Nº 1408099

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº 114/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

CONTRATADO: IVANETE MARIA TROIAN PAVÃO

VALOR: R\$ 140,00 (cento e quarenta reais)

Vigência: Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 60/2017

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2017

Formosa Do Sul, 23 de Outubro de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2017

Publicação Nº 1408100

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº 115/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

CONTRATADO: ONESSIMO CANDIDO DALLA RIVA

VALOR: R\$ 110,00 (cento e dez reais)

Vigência: Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 60/2017

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2017

Formosa Do Sul, 23 de Outubro de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2017

Publicação Nº 1408101

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº 116/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

CONTRATADO: MARIA DAL BOSCO CONTE

VALOR: R\$ 3.438,30 (três mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta centavos)

Vigência: Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 60/2017

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2017

Formosa Do Sul, 23 de Outubro de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL



**LEI MUNICIPAL Nº 697, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017, "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Publicação Nº 1407813


ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 697, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

**"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

**I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Formosa do Sul, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas e riscos fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - e as disposições gerais.

**II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - Com referência as Metas Fiscais para o ano de 2018 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I – Demonstrativo de Metas Anuais;

II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício anterior;

III – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

VI – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII – Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

IX – Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

X – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

XI – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

XII – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

XIII – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XIV – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para obras em andamento e Conservação do Patrimônio Público.

**III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2017**

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo XIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar

e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único - O Município, por meio de Lei específica, poderá criar autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e Orçamentos Fiscais (F) e de Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores, Portaria Conjunta STN/COG nº 700, de 10 de dezembro de 2014, Portaria Conjunta STN/COG nº 01, de 10 de dezembro de 2014, Portaria STN 637, de 18 de outubro de 2012 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF).

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e alterações posteriores, admitido à transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/Modalidade de Aplicação/fonte de recursos para outro, dentro de cada órgão, projeto/atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação e poderá ser feito por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF).

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### V – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART.

1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, ou podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal, exceto aqueles cuja Lei específica trate sobre sua gestão.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, o percentual de variação das transferências constitucionais, observando especialmente o comportamento de 2015. (Art. 12 da LRF).

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo VII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo XIV desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

§ 3º Poderá, quando for o caso, o Executivo Municipal proceder a abertura de crédito adicional extraordinário.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, com valor de 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo XIV. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 3º - Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes do Anexo VI desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 22 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos, em forma de termo de ajuste, sempre

que for o caso, deverá atender a Lei Federal 13.019/2014 e alterações posteriores.

§ 1º A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas em forma de subvenção social, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF), conforme Instrução Normativa TC 14/2012, do Tribunal de Conta de Santa Catarina.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012, do Tribunal de Conta de Santa Catarina, e, quando for o caso pela Lei Federal 13.019/201, e na forma do Art. 70, Parágrafo único da CF/1988, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal à Consórcios Públicos deverá estar contratada mediante contrato de rateio.

Parágrafo Único. Os consórcios públicos beneficiados com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa STN 72, de 01 de fevereiro de 2012 e normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentados no Anexo XV desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados por meio de das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 14 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a



95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Cordilheira Alta, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

#### IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária aprovada em 2017 para o exercício de 2018.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 47 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 23 de outubro de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

### **LEI MUNICIPAL Nº 698, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017. “DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Publicação Nº 1407816

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 698, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a suplementar dotações orçamentárias do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Formosa do Sul, num montante R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), provenientes de anulação parcial de dotação do exercício

vigente.

Detalhamento que segue:

ÓRGÃO- 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ./ATIV.-1.011 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOSE EQUI./EDUCAÇÃO  
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta  
FONTE: 101 Recursos Ordinários .....R\$ ..... 50.000,00

Art. 2º Para fazer frente às despesas de que trata o Artigo 1.º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes anulação parcial de dotação do exercício vigente montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

ÓRGÃO- 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ./ATIV.-2.008 TRANSPORTE ESCOLAR  
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta  
FONTE: 101 Recursos Ordinários .....R\$ ..... 50.000,00

Art. 3º Este Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 23 de outubro de 2017.  
RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA



# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/PMF/2017

Publicação Nº 1408087

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 45/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 30/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/04/2018  
3ª Publicação

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/PMF/2017

Publicação Nº 1408086

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 49/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 31/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de areia para uso na manutenção das diversas ruas do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/04/2018  
3ª Publicação

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/PMF/2017

Publicação Nº 1408093

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 94/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 53/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para fornecimento de refeições diversas

para atendimento as necessidades da Policia Militar e Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/07/2018  
2ª Publicação

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/PMF/2017

Publicação Nº 1408091

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 95/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 54/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de móveis e eletrodomésticos para diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 21/07/2018  
2ª Publicação

### DECRETO Nº 178, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1408018

DECRETO Nº 178, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE À SERVIDORA ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK A GRATIFICAÇÃO DE PREGOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, c/c a Lei nº 750, de 20 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 2.266, de 01 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 17 de outubro de 2017, à servidora ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK, matrícula 2080, a Gratificação de Pregoeiro, prevista no Anexo II da Lei nº 750, de 20 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 2.266, de 01 de setembro de 2017.

Parágrafo único. Competirá ao (à) servidor(a) designado(a) por este artigo o exercício de todas as atribuições definidas pela Lei Federal nº 10.520/2002.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas

de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17 de outubro de 2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de outubro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de outubro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Decreto nº 252-2017

Publicação Nº 1408466

DECRETO Nº 252, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais), nas seguintes dotações:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.1.018 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (102)	R\$	13.400,00
TOTAL	R\$	13.400,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	13.400,00
TOTAL	R\$	13.400,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 23 DE OUTUBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto nº 253-2017

Publicação Nº 1408469

DECRETO Nº 253, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

**DECRETA:**

Art.1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.1.018 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9281 (303)	R\$	97.500,00
12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
23.695.0025.2.052 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9284 (304)	R\$	5.500,00
Total	R\$	103.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Contrato de Repasse 847246/2017 celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Representado pela Caixa Econômica Federal e dos recursos do Convênio TR 1572 celebrado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Videira tendo como objeto respectivamente a transferência de recursos financeiros para aquisição de Patrulha Mecanizada e Confecção de Mapa Turístico do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 23 DE OUTUBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 201-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES) 2017

Publicação Nº 1408823

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 201/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0016/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0016/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

#### 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0016/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	Auxiliar Educacional Ensino Fundamental	1 – GRAZIELI CASARIM RAISER	24/10/2017 às 15 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0016/2017 deverão ser observadas.

#### 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0016/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 0016/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº0016/2017: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 202 -2017 ( ASG) 2017

Publicação Nº 1408824

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 202/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0015/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;  
FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0015/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

### 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 015/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:



Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	1 – JUCILEI REGINA HIRT 2- MONIQUE ANGELA DAVI	24/10/2017 às 14 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 015/2017 deverão ser observadas.

## 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 015/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada (Somente para Agente de Serviços Gerais e Auxiliar de Alimentação e Nutrição)

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 0015/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Agente de Serviços Gerais	Ensino Fundamental completo

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 0015/2017: "A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação."

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA  
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
Ligação via telefone e Publicado em Diário Oficial

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 203-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES) 2017**

Publicação Nº 1408825

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 203/2017**

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

**FAZ SABER:**

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

**1 – DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	203º e 205º classificados	24/10/2017 às 15 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

**2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO**

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Educação Infantil	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA  
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

## EXTRATO DA AT17FME50

Publicação Nº 1408470

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FME50  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – FME.

Fornecedor: TOTAL SPORTS LTDA ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO visando aquisições em contratações futuras de tintas para demarcação de campos de futebol.

Data da Ata: 23.10.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 23.10.2017 a 30.09.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0008/2017 – FME.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0007/2017 – FME.

Registro de Preços: nº 0005/2017 – FME.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	130	Und.	Líquido a base de água para demarcação de superfícies de gramadas, cor branca, cor branca, aspecto fosco, que não prejudique a grama embalagem 16 litros.	Stadium	128,00

Fraiburgo (SC), 23 de outubro de 2017.

João Batista Dalanhól – Superintendente da FME

## Portaria nº 28372017

Publicação Nº 1408572

PORTARIA Nº 2837, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 059/2017, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade dos serviços de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público, e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DIEGO CAMPAGNARO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 080.087.499-46, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2017 até 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 28382017**

Publicação Nº 1408576

PORTARIA Nº 2838, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 561/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE CARDOSO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.693.109-16, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2017 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 28392017**

Publicação Nº 1408583

PORTARIA Nº 2839, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;  
E em conformidade com a comunicação interna nº 2027/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar, LUCIA BERNADETE OLIVEIRA PANISSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 423.220.309-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes no período de 01 de novembro de 2017 até 20 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 28402017**

Publicação Nº 1408589

PORTARIA Nº 2840, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede Licença Sem Remuneração a  
Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4158/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares para o servidor RODRIGO DE LARA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 825.066.639-91, nomeado no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2017 até 31 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 28412017**

Publicação Nº 1408594

PORTARIA Nº 2841, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de MÔNICA DE OLIVEIRA MEIRELES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 061.445.179-52, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 23 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**TERMO DE CONVOCAÇÃO NATALY MUMBERGER 2017**

Publicação Nº 1408603

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Sr (a) NATALY MUMBERGER

Cargo: 3 – Motorista

Classificação: 16º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 160 de 20 de junho de 2017 convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Nutricionista na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Motorista qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 23/10/2017

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

NATALY MUMBERGER

**TERMO DE CONVOCAÇÃO NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO 2017**

Publicação Nº 1408607

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Sr (a) NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Bairro Santo Antonio  
Classificação: 2º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 000914 DE 14 DE AGOSTO DE 2017 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 0000/2017 convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Monitor Social na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Monitor Social ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 23/10/2107

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO

## TERMO DE CONVOCAÇÃO VALDIR MARTINS VARELA 2017

Publicação Nº 1408609

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) VALDIR MARTINS VARELA

Cargo: Monitor Social  
Classificação: 18º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 136 de 23 de maio de 2017 convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Monitor Social na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Monitor Social ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização

f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 23/10/2107

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

VALDIR MARTINS VARELA



**Frei Rogério****PREFEITURA****DECRETO Nº. 926/2017 ABRE CREDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO NA PREFEITURA MUNICIPAL E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS (SC).**

Publicação Nº 1408683

DECRETO Nº. 926/2017 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO NA PREFEITURA MUNICIPAL E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS (SC).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 12, inciso II e art. 13, §3º da Lei nº 869/2016 de 01/12/2016. DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Orgão	03	Fundos Municipais	
Und	03	Fundo Municipal de Assistência Social	
Proj./Ativ.	2.102	Manutenção do PAIF	
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.0605	Aplicações Diretas	
	23	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Orgão	03	Fundos Municipais	
Und	03	Fundo Municipal de Assistência Social	
Proj./Ativ.	2.102	Manutenção do PAIF	
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.0605	Aplicações Diretas	
	23	Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00

Orgão	02	Chefia do Executivo	
Und	04	Secretaria De Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	2.014	Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.0601	Aplicações Diretas	
	148	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
	Total		R\$115.000,00

Art. 3º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos próprios do superávit financeiro do exercício de 2016 no valor R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e superávit financeiro de recursos vinculados. – outras Transferências de recursos do Fundo nacional de Assistência Social no valor de R\$ 55.000,00, Totalizando R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) para a dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 23 de outubro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE072/2017

Publicação Nº 1408286

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 072/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE pretendendo a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de parquinhos e brinquedos para as escolas e praças públicas de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 07/11/2017. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 07/11/2017, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 23 de Outubro de 2017.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 195/2017

Publicação Nº 1408847

DECRETO N.º 195, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20.000,00
10301252.077 - Manutenção da Assistência Farmacêutica	20.000,00
3.3.90-0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 196/2017

Publicação Nº 1408848

DECRETO N.º 196, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 5.820,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 5.820,00 (cinco mil, oitocentos e vinte reais) no Orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL		5.820,00
01031012.001 - Funcionamento da Câmara Municipal		5.820,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas		5.820,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 5.820,00 (cinco mil, oitocentos e vinte reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL		5.820,00
01031012.001 - Funcionamento da Câmara Municipal		5.820,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas		5.820,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## DECRETO Nº 197/2017

Publicação Nº 1408849

DECRETO N.º 197, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 74.092,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 74.092,00 (setenta e quatro mil e noventa e dois reais), no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	7.000,00
14422092.033 - Apoio ao Conselho Tutelar	7.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00
05.01 - SECRETARIA DE FAZENDA	15.000,00
04123122.010 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Fazenda	15.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	8.000,00
04122162.012 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Orçamento e Contabilidade	8.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	8.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	22.092,00
12361282.021 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	22.092,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	2.092,00
08.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / F.M. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
08244562.031 - Funcionamento e Manut. do Fundo Municipal de Assistência Social	2.000,00
3.1.90.0.1.29.001055 - Aplicações Diretas	2.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	20.000,00
15451312.051 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 198/2017

Publicação Nº 1408850

DECRETO N.º 198, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 128.790,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 128.790,00 (cento e vinte e oito mil, setecentos e noventa reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	128.790,00
12361282.021 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	96.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	96.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	32.790,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	32.790,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 128.790,00 (cento e vinte e oito mil, setecentos e noventa reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	128.790,00
12361282.021 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	96.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	96.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	32.790,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	32.790,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## ERRATA: PORTARIA N.º 552/2016.

Publicação Nº 1408827

ERRATA: Portaria n.º 552/2016

A Prefeitura Municipal de Garopaba, por sua Secretaria de Administração e Diretoria Administrativa de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna pública a seguinte alteração na Portaria Municipal n.º 552/2016, de 28 de junho de 2016:

Na Ementa, onde se lê: "DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

leia-se:

"DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

No artigo 1º, onde se lê: "Art. 1º. INTERROMPER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, em 01/07/2016, nos termos do art. 115, da Lei n.º

1000/2005, da servidora TULA SOUZA DO AMARAL, Matrícula Funcional n.º 0085, concedidas através da Portaria n.º 010/2010.”

leia-se:

“Art. 1º. INTERROMPE LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO, sem remuneração, nos termos do art. 140, da Lei nº 1000/2005, à servidora TULA SOUZA DO AMARAL, Enfermeira, matrícula funcional nº 085, a partir de 01/07/2016.”

Garopaba, 23 de outubro de 2017.  
LORENA BERNARDO DE ABREU  
Diretora Administrativa de Gestão de Pessoas

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA N.º 1258/2017.**

Publicação Nº 1408856

PORTARIA N.º 1258, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 1192, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR, a partir de 23/10/2017, a Portaria nº. 1192 de 29 de setembro de 2017, que NOMEIA os membros que compõem a Comissão de Avaliação do Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário nº 002/2017, Agentes de Fiscalização 2017/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1259/2017.**

Publicação Nº 1408857

PORTARIA N.º 1259, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 002/2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO formada pelos servidores municipais: FERNANDO DA SILVA FERREIRA, mat. 3556, VIVIAN SCHRÖTER, mat. 0428, LEANDRO IZALDO SILVA, mat. 0924,

GABRIELA BERNARDI ZUGLIANELLO, mat. 0919 e SIMONE VERA WOLFF mat. 4248 para, sob a presidência do primeiro, efetuarem a execução, avaliação e fiscalização do Edital do Processo Seletivo Simplificado, nº. 002/2017, para Contratação de Profissionais em Caráter Temporário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **RESOLUÇÃO 010/2017**

Publicação Nº 1408432

RESOLUÇÃO Nº. 10/2017

Aprova a Ata da Sessão Ordinária do dia 13/09/2017, aprova a Política de Investimentos do IPREGOBA para o exercício de 2018 e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba – IPREGOBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 9º do art. 72 da Lei Municipal nº. 677, de 06 de abril de 2000 e pelo art. 13 da Resolução nº. 001, de 20 de maio de 2009, torna público que o Conselho Administrativo do IPREGOBA aprovou e promulgou a seguinte,

### **R E S O L U Ç Ã O**

Art. 1º - Fica aprovada a Ata da Sessão Ordinária realizada em 13/09/2017.

Art. 2º - Fica aprovada a Política de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Garopaba – IPREGOBA, para o exercício de 2018.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 23 de outubro de 2017.  
Fernando da Silva Ferreira  
Presidente do Conselho Administrativo – IPREGOBA

Publicada a presente Resolução, no DOM/SC em 24/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

Enéas Guimarães Neto  
Diretor Executivo – IPREGOBA



# Garuva

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 090

Publicação Nº 1408125

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002

#### CONTRATO Nº 090/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. PRISCILA RADWANSKI PEIXE, brasileiro, casada, RG nº 5.319.048 CPF: 055.630.179-07, residente e domiciliado à Travessa Brasília, 167, Ap. 103 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de FARMACÊUTICO do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de SAÚDE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 135 (cento e trinta e cinco) dias, com carga horária de 220 horas mensais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 18 de outubro de 2017, terminando no dia 02 de março de 2018, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

#### CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 5.563,60 (cinco mil, quinhentos e sessenta e três reais e sessenta centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

#### CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por

conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde de Garuva, Atenção Básica, Estratégia Saúde de Família, Manutenção do Programa Saúde da Família – 14.001.10.301.1012.2041.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de SAÚDE, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

#### CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 18 de outubro de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

### CONTRATO Nº 091

Publicação Nº 1408126

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002

#### CONTRATO Nº 091/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. ALINE STREY DE AMORIM, brasileira, solteira,

professora, RG nº 4.713.233, CPF: 042.169.199-95, residente e domiciliada na Avenida Celso Ramos, 800 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 286 (duzentos e oitenta e seis) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 20 de outubro de 2017, terminando no dia 12 de dezembro de 2017, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

#### CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2.299,99 (dois mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

#### CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental-07.001.12.361.1028.2028.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

#### CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 19 de outubro de 2017	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli

#### Contratado

Monise Nagel Moreira da Silva  
Cpf: 025.518.569-30

Adamastor Saad Benedet  
Cpf: 902.318.999-04

### DECRETO 196/2017

Publicação Nº 1408105

DECRETO N.º 196 DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

“Dispõe sobre a suspensão do atendimento ao público em determinadas repartições públicas, em razão da comemoração do Dia do Servidor Público e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando que no dia 28 de outubro comemora-se o Dia do Servidor Público;

Considerando que a Secretaria Municipal de Administração, em homenagem aos servidores públicos, está organizando a confraternização dos envolvidos;

Considerando que em razão do evento algumas repartições públicas estarão com déficit de pessoal para atendimento ao público;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso o atendimento ao público no dia 27 de Outubro de 2017, nas seguintes repartições públicas:

- I – Sede da Prefeitura Municipal de Garuva, e nas Secretarias Municipais que realizam atendimento ao público no prédio municipal;
- II – Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, exceto Departamento de Águas;
- III – Secretaria Municipal de Saúde;
- IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação;
- V – Postos de Saúde da Rede Pública Municipal;
- VI – Escolas Municipais Vicente Vieira (exceto o Pré escolar) e Tancredo de Almeida Neves;
- VII – Biblioteca Municipal e SINE.
- VIII – Vigilância Sanitária;

Art. 2º - As demais repartições públicas não elencadas no artigo anterior realizarão o atendimento ao público normalmente.

Art. 3º - Os servidores públicos participantes da 2º Gincana de Servidores deverão comparecer no dia 27 de Outubro de 2017, a partir das 07h30min, no Hotel Fazenda Monte Crista, situado na localidade de Urubuquara.

Art. 4º - Os servidores públicos que não estão participando da referida Gincana e que exercem suas funções nas repartições públicas descritas no artigo 1º cumprirão horário normal de expediente, sem atendimento ao público, realizando atividades internas definidas pela sua Chefia imediata.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito

**DECRETO Nº 195**

Publicação Nº 1408025

DECRETO Nº 195 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso I da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.08.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3390	01.00.00	R\$	5.000,00
--	------	----------	-----	----------

Art. 2º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde	3390	01.02.00	R\$	100.000,00
14.001.10.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3390	01.02.00	R\$	310.000,00

Art. 3º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.08.244.1027.2057 Man. de proteção básica família em foco	3390	01.00.00	R\$	15.000,00
---	------	----------	-----	-----------

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1º, 2º e 3º serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação calculado para as receitas de Recursos Ordinários do Tesouro.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 156/2017**

Publicação Nº 1408031

PORTARIA Nº. 156 de 17 de outubro de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 2966/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora FABRICIA CRISTINA LOPES.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de outubro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 158/2017**

Publicação Nº 1408034

PORTARIA Nº. 158 de 17 de outubro de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 3011/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora ZILDA DOS SANTOS.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Operacional I, Classe II, referência "A".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de outubro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 159/2017**

Publicação N° 1408036

PORTARIA N°. 159, de 17 de outubro de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Fica aprovada a lista nominal de progressão horizontal, por avaliação positiva e por qualificação profissional, anexa a esta portaria.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de outubro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

## ANEXO 1 DA PORTARIA 159/2017

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS I, II III E V DA LEI COMPLEMENTAR 045/09 DE 15/10/2009.

SERVIDOR	CARREIRA	Classe	Referência	
			Inicial	Final
ADRIANA FRANZOLOSO	PROFESSOR	III	H	J
ADRIANA SANTINI	PROFESSOR	III	H	J
ALEXANDRE CARDOSO DE SOUZA	PROFESSOR	III	C	E
ANDREIA DIAS DA SILVA	PROFESSOR	III	C	E
ANDRESSA LUCILA DUARTE UMLAUF	PROFESSOR	III	F	H
ANIGIA BENKENDORF HATTENHAUER	PROFESSOR	III	B	D
ARIADNE DE BARROS FRANCO PENSKY	PROFESSOR	III	C	E
ARLEI MULLER ZOCCHETO	PROFESSOR	III	C	E
BARBARA TAMARA LIZ STONOGA	PROFESSOR	III	C	E
CARLOS ALBERTO POPPER	PROFESSOR	III	F	H
CAROLINA CARVALHO CAPIVERDE	PROFESSOR	III	A	C
CLAIRIE HOSANG	PROFESSOR	III	A	C
CLAUDIA PEREIRA DA SILVA REGUELM	PROFESSOR	III	I	K
CLEUSA REGINA DE VARGAS DE ARAUJO	PROFESSOR	III	A	C
CRISTIANE PEREIRA DA SILVA	PROFESSOR	III	C	E
CRISTIANO PEREIRA LEITE	OPERACIONAL IV	I	A	C
DENISE ROMANZINI DA SILVA	ESPECIALISTA	JUNIOR	I	K
EDER JOHNS LEMOS	ADMINISTRATIVO I	II	C	E
ELI KEPKA	PROFESSOR	III	I	K
ELISELLY ANA ROMÃO	ESPECIALISTA SUPERIOR	PLENO	C	E
EVA APARECIDA DA ROCHA LIMA	PROFESSOR	III	B	D
FABIANE BISEWSKI	PROFESSOR	III	C	E
FABIANE PATRICIA A LAGES L FERREIRA	PROFESSOR	III	H	J
HEITOR GROCHOSKI MATIAS	PROFESSOR	III	C	E
HELOISE GONÇALVES NUNES LEMOS	ADMINISTRATIVO I	I	C	E
HELOY TOMAZ SANTOS PEREIRA	PROFESSOR	III	C	E
JACQUELINE HENSCHER MATSUMOTO	PROFESSOR	III	C	E
JANICE BUDAL DA SILVA	PROFESSOR	III	C	E
JEAN CARLOS GONÇALVES	OPERACIONAL IV	II	O	Q
JEFERSON LUIZ VENSION	TECNICO	I	A	C
JOANA KRUPACZ DAVID	PROFESSOR	III	C	E
JUCELIA DE SOUZA	PROFESSOR	III	M	O
JUCILENE FURLAN	PROFESSOR	III	C	E
KARLA ADRIANA C PEDRALI DE SOUZA	PROFESSOR	III	I	K

LEIA CANDIDO DA VEIGA SIGNORELLI	PROFESSOR	III	H	J
LENITA LUBAWSKI	EDUCADOR	II	H	J
LUCINEA AP. TABORDA DE LIMA	PROFESSOR	III	C	E
LUIZ MAURICIO DE PAULA CORDEIRO	PROFESSOR	III	C	E
MARCIA ADRIANE JAGIELSKI MEURER	PROFESSOR	III	C	E
MIRZA CONCEIÇÃO SANTOS MARQUES	PROFESSOR	III	A	C
ODETTE DANIEL DA CRUZ	PROFESSOR	III	A	C
PAULO RICARDO SCHLOGL	PROFESSOR	III	C	E
ROSANA DE FATIMA G DO AMARAL	PROFESSOR	III	B	D
ROSIANI FABRICIA RIBEIRO BOEING	PROFESSOR	III	H	J
SCHEILA BIANCA KRAUSE	ESPECIALISTA SUPERIOR	PLENO	C	E
SILVANA MEWS	ESPECIALISTA SUPERIOR	PLENO	G	I
SOLANGE DE VILAS BOAS	PROFESSOR	III	I	K
SUELEN VEIGA	PROFESSOR	III	C	E
VERA LUCIA MOTTA	PROFESSOR	III	C	E
VIVIANE DA SILVA BOEING	PROFESSOR	III	C	E

**PORTARIA Nº 154**

Publicação Nº 1408027

PORTARIA Nº 154 de 16 de outubro de 2017

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO, Processo nº 3077/2017,  
CONSIDERANDO, parecer da Assistente Social,  
CONSIDERANDO, parecer da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença por motivo de doença na família, pelo período de 02 (dois) meses à servidora pública municipal JACQUELINE HENSCHER MATSUMOTO, ocupante do cargo de Professora Nível II.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 16 de outubro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 155**

Publicação Nº 1408030

PORTARIA Nº. 155 de 17 de outubro de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 3118/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor CLEBER ANDRIO PEDRALI.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Advogado do Município, Classe Pleno, referência "A".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de outubro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 157/2017**

Publicação Nº 1408033

PORTARIA Nº. 157 de 17 de outubro de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 2293/2016;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora FRANCINE MILENE ROMÃO.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Especialista Superior, Classe Sênior, referência "A".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de outubro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 160/2017**

Publicação Nº 1408037

PORTARIA Nº. 160, de 17 de outubro de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Fica aprovada a lista nominal de progressão horizontal por avaliação positiva, anexa a esta portaria.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de outubro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

## ANEXO 1 DA PORTARIA 160/2017

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS I, II III E V DA LEI COMPLEMENTAR 045/09 DE 15/10/2009.

SERVIDOR	CARREIRA	Classe	Referência	
			Inicial	Final
ADÃO BRASSANINI	OPERACIONAL I	I	B	C
ALCEU ALENBRANDT JACOBSEN	OPERACIONAL I	I	O	P
ALMIR DA CRUZ PEREIRA	OPERACIONAL II	I	B	C
ALTAIR DANIEL DA SILVA	OPERACIONAL II	II	B	C
ANA CAROLINE MARTINS R RAITZ	OPERACIONAL II	I	B	C
ANA CLAUDIA CAETANO	OPERACIONAL I	I	B	C
ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ	ESPECIALISTA SUPERIOR	PLENO	C	D
ANA PATRICIA DA ROSA	ESPECIALISTA SUPERIOR	JUNIOR	B	C
ANA PAULA MANES JOAQUIM	OPERACIONAL I	II	A	B
ANTONIO JESUS VIANA DE PJUNIOR	ESPECIALISTA SUPERIOR I	JUNIOR	C	D
ARIANE LEANDRO	ADMINISTRATIVO I	I	A	B
CATIA REGINA LEANDRO	TECNICO	I	E	F
CECILIA PALLUDO SALES	ESPECIALISTA SUPERIOR	JUNIOR	D	E
CECILIA SENKE	ESPECIALISTA SUPERIOR	JUNIOR	F	G
CLAUDETE MARIA GUAREZI	OPERACIONAL III	I	G	H
CLAUDINEIA MOREIRA DOS SANTOS	OPERACIONAL I	I	F	G
CLEA LUIZA DE MIRANDA	OPERACIONAL I	I	O	P
CRISTIANE LUIZA SALAZAR GARCIA	ESPECIALISTA SUPERIOR	SENIOR	A	B
CRISTIANO CHAVES	OPERACIONAL IV	I	B	C
DEISE GRABOWSKI	TECNICO	I	E	F
DIRCIANE FERREIRA	OPERACIONAL II	I	B	C
DJALMA BODDY JUNIOR	ADMINISTRATIVO I	I	B	C
ELISABETE DO AMARAL MEDEIROS	ESPECIALISTA SUPERIOR	PLENO	F	G
EMMANUELE VERVLOET REIS	ESPECIALISTA SUPERIOR I	JUNIOR	F	G
EVERTON DANIEL MAFRA	ADMINISTRATIVO I	II	A	B
FRANCIMAR RAFAEL PADILHA	OPERACIONAL I	I	B	C
FRANCINE MILENE ROMÃO	ESPECIALISTA SUPERIOR	SENIOR	A	B
GUIDO JELONSCHKE	OPERACIONAL II	I	P	Q
GUSTAVO STREY MONNEY	OPERACIONAL IV	I	A	B
HELENO VEDOLIN DA SILVA	OPERACIONAL IV	I	F	G
IOLANDO DE ASSIS	ESPECIALISTA SUPERIOR	JUNIOR	M	N
IZAQUE MATOS	OPERACIONAL I	I	G	H



JADISON ALVES DA LUZ	OPERACIONAL IV	I	B	C
JANETE CISZ	OPERACIONAL I	I	G	H
JEAN PETER CAMPIGOTO	PROFESSOR	III	B	C
JOSE DE PAULA CORDEIRO	TECNICO	I	B	C
JOSUE GONÇALVES	OPERACIONAL II	I	B	C
JUAREZ PINTO	OPERACIONAL I	II	A	B
LAURILETE COSTA	OPERACIONAL II	I	D	E
LAURO FELIPE RAIZER	ADMINISTRATIVO I	I	A	B
LUIZ MIGUEL FERRAZZA	ESPECIALISTA SUPERIOR	JUNIOR	B	C
MAGDA ROSANGELA CARDOSO	OPERACIONAL I	I	A	B
MARCOS FLORES	OPERACIONAL III	I	B	C
MARCOS OTTO STREY	OPERACIONAL IV	I	O	P
MARCUS VINICIUS JOSINO	ESPECIALISTA SUPERIOR I	JUNIOR	B	C
MARGARETE DO ROCIO P DE SIQUEIRA	OPERACIONAL I	I	B	C
MARILSA DAS DORES DE A BUENO	TECNICO	I	E	F
MARIO DA VEIGA	OPERACIONAL II	I	E	F
MARLI TEREZINHA L SIMERMAM	TECNICO	I	E	F
NAIR DA SILVA	TECNICO	I	E	F
PATRICIA DAVID	OPERACIONAL	I	B	C
PEDRO OSTROWSKI	OPERACIONAL III	I	B	C
RENAN MARCUS DE SANTANA	ADMINISTRATIVO I	I	B	C
RIVELINO SELL	PROFESSOR	III	F	G
ROGERIO CATARINA DE OLIVEIRA	APOIO	I	F	G
ROSALIA STOCKHAUSEN	ADMINISTRATIVO II	II	F	G
ROSANA LEMOS PINTO	OPERACIONAL I	II	B	C
ROSELI DOMINGOS DE ROSA ORTIZ	OPERACIONAL I	I	B	C
SANDRO ELIAS HUBNER	OPERACIONAL I	I	G	H
SUZANA MARIA FERMINO	OPERACIONAL I	I	B	C
TAINO VIEIRA	TECNICO	II	A	B
THIAGO MATTOS	OPERACIONAL I	I	B	C

**PORTARIA Nº 161/2017**

Publicação Nº 1408038

PORTARIA Nº. 161, de 17 de outubro de 2017

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 046/2009 DE 16 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Fica aprovada a lista nominal de progressão horizontal por avaliação positiva, anexa a esta portaria.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de outubro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 161/2017

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS I, II III E V DA LEI COMPLEMENTAR 045/09 DE 15/10/2009.

SERVIDOR	CARREIRA	Classe	Referência	
			Inicial	Final

ANNE CAROLINE SCHLOGL	SUORTE	I	B	C
ELVIRA FERREIRA FRANCO CHIMA	SUORTE	I	C	D
JOSIANE MATTOS DA LUZ	SUORTE	I	B	C
KEISY MIRIANE PRESTES	SUORTE	I	C	D

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2017

Publicação Nº 1408133

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços nº 14/2017

OBJETO: pavimentação e drenagem Rua Itália. ENTREGA ENVELOPES: até 09 horas dia 09/11/2017. ABERTURA: dia 09/11/2017 às 09h30min. Íntegra Edital: Depto Compras, R: São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC, ou site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br) Gaspar, 20/10/2017. Alexandre Gevaerd - Secretário de Planejamento Territorial

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2017

Publicação Nº 1408473

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 190/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2017

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de material elétrico. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 07/11/2017, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09hs30min do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 23/10/2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7.693, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1407972

DECRETO Nº 7.693, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO GASPARINHO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, imóvel matriculado sob o nº 6.815, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua David Boneti, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Bráz Tomio, inscrito no CPF sob o nº 030.257.729-72, e a sua esposa Catarina Tomio, inscrita no CPF sob o nº 781.295.759-49, contendo as seguintes características:

I. um terreno situado nesta cidade, no Bairro Gasparinho, fazendo parte da Rua David Boneti, via reconhecida pelo município através da Lei de Nomeação nº 1.695/97, contendo área de 3.629,75m² (três mil, seiscentos e vinte e nove metros e setenta e cinco decímetros quadrados), com a seguinte descrição perimetral: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M2, situado no limite com o lado oeste da Rua David Boneti (Prefeitura Municipal de Gaspar), -deste, segue com azimute de 92°58'45" e distância de 14,30m, confrontando neste trecho com lado oeste da Rua David Boneti

(Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice P1; deste, segue com azimute de 151°47'39" e distância de 57,80m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 19; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 3,89 m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio, e Catarina Tomio, até o vértice 18; deste, segue com azimute de 127°02'35" e distância de 30,05m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 17; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 2,72m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 16; deste, segue com azimute de 109°44'36" e distância de 44,94 m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 15; deste, segue com raio de 21,00m e distância de arco de 11,57m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 14; deste, segue com azimute de 141°27'07" e distância de 31,22 m., confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 13; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 3,97m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 12; deste, segue com azimute de 116°11'11" e distância de 13,69 m., confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 11; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 1,75m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 10; deste, segue com azimute de 105°01'02" e distância de 17,44m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 9; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 2,08 m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 8; deste, segue com azimute de 91°45'01" e distância de 21,35m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 7; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 1,54m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 6; deste, segue com azimute de 101°35'49" e distância de 22,55m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 5; deste, segue com raio de 9,00m e distância de 2,51m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 4; deste, segue com azimute de 117°38'20" e distância de 23,60m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice P3; deste, segue com azimute de 180°17'42" e distância de 13,51m, confrontando neste trecho com lado leste da Rua David Boneti (Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice M4; deste, segue com azimute de 297°38'20" e distância de 28,12m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 35; deste, segue com raio de 9,00m e distância de 2,52 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio,

até o vértice 34; deste, segue com azimute de 281°35'49" e distância de 19,82m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 33;deste, segue com raio de 9,00m e distância de 1,55 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 32;deste, segue com azimute de 271°45'01" e distância de 21,71 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 31; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 2,08 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 30; deste, segue com azimute de 285°01'02" e distância de 20,01m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 29; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco 1,75 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 28; deste, segue com azimute de 296°11'11" e distância de 17,35 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 27; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 3,95m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 26; deste, segue com azimute de 321°18'14" e distância de 34,09 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 25; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 4,96 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 24; deste, segue com azimute de 289°44'36" e distância de 47,17 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 23;deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 2,98 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 22; deste, segue com azimute de 308°43'40" e distância de 36,17 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 21; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 3,59m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 20; deste, segue com azimute de 331°35'22" e distância de 65,62 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice M2; ponto inicial da descrição deste perímetro.Distando 1.760,00m do lado Impar da Rua Itália. OBS. O imóvel dista 1.760m da esquina com a Rua Itália. O imóvel descrito com a área de 3.629,75m² (três mil, seiscentos e vinte e nove metros e setenta e cinco decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para a abertura da Rua David Bonetti, nominada pela Lei Municipal nº 1.695, de 18 de junho de 1997.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de setembro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS LAUDO DE AVALIAÇÃO - ATA DA REUNIÃO

Proprietário: Braz Tomio, inscrito no CPF nº 030.257.729-72

Rua: Rua David Bonetti.

Bairro: Gasparinho.

Finalidade: Desapropriação Amigável.

Finalidade da Locação: Elaboração de Decreto de utilidade Publica – Desapropriação de área para a rua acima citada.

### Terreno Rural:

Um área situada no perímetro urbano do município de Gaspar, ocupada pela Rua David Bonetti, bairro Gasparinho, contendo área de 3.629,75m² (três mil e seiscentos e vinte e nove metros e setenta e cinco decímetros quadrados), inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M2, situado no limite com o lado oeste da Rua David Bonetti (Prefeitura Municipal de Gaspar), deste, segue com azimute de 92°58'45" e distância de 14,30m, confrontando neste trecho com lado oeste da Rua David Bonetti (Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice P1; deste, segue com azimute de 151°47'39" e distância de 57,80m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 19; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 3,89 m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio, e Catarina Tomio, até o vértice 18; deste, segue com azimute de 127°02'35" e distância de 30,05m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 17; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 2,72m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 16; deste, segue com azimute de 109°44'36" e distância de 44,94 m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 15; deste, segue com raio de 21,00m e distância de arco de 11,57m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 14; deste, segue com azimute de 141°27'07" e distância de 31,22 m., confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 13; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 3,97m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 12; deste, segue com azimute de 116°11'11" e distância de 13,69 m., confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 11; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 1,75m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 10; deste, segue com azimute de 105°01'02" e distância de 17,44m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 9; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 2,08 m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 8; deste, segue com azimute de 91°45'01" e distância de 21,35m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 7; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 1,54m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 6; deste, segue com azimute de 101°35'49" e distância de 22,55m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 5; deste, segue com raio de 9,00m e distância de 2,51m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras



de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 4; deste, segue com azimute de 117°38'20" e distância de 23,60m, confrontando neste trecho com a área (A) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice P3; deste, segue com azimute de 180°17'42" e distância de 13,51m, confrontando neste trecho com lado leste da Rua David Bonetti (Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice M4; deste, segue com azimute de 297°38'20" e distância de 28,12m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 35; deste, segue com raio de 9,00m e distância de 2,52 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 34; deste, segue com azimute de 281°35'49" e distância de 19,82m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 33; deste, segue com raio de 9,00m e distância de 1,55 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 32; deste, segue com azimute de 271°45'01" e distância de 21,71 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 31; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 2,08 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 30; deste, segue com azimute de 285°01'02" e distância de 20,01m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 29; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco 1,75 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 28; deste, segue com azimute de 296°11'11" e distância de 17,35 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 27; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 3,95m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 26; deste, segue com azimute de 321°18'14" e distância de 34,09 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 25; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 4,96 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 24; deste, segue com azimute de 289°44'36" e distância de 47,17 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 23; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 2,98 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 22; deste, segue com azimute de 308°43'40" e distância de 36,17 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 21; deste, segue com raio de 9,00m e distância de arco de 3,59 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice 20; deste, segue com azimute de 331°35'22" e distância de 65,62 m, confrontando neste trecho com a área (B) da matrícula nº6.815, ofício de Gaspar, terras de Bráz Tomio e Catarina Tomio, até o vértice M2; ponto inicial da descrição deste perímetro. Distando 1.760,00m do lado Impar da Rua Itália, imóvel este registrado sob certidão de transcrição nº. R-10-6.815.

Valor do Imóvel terreno:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui área total de 3.629,75m<sup>2</sup> (três mil e seiscentos e vinte e nove metros e setenta

e cinco decímetros quadrados), tendo seu valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Ata:

Em dezesseis (16) de Junho de 2017, às 9h00min, nas dependências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11, 6.872/16 e 7520/17, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 10h00 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (1) uma lauda que vai devidamente assinada.

Carlos Francisco Bornhausen  
Matricula1033.

Jonas José Schramm  
Matricula 7589

Gustavo Lindner Foppa  
Matricula nº 10356

## **DECRETO Nº 7.717, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1407968

DECRETO Nº 7.717, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA membros para a COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO E ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOS FUNCIONÁRIOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a comissão especial do processo de remoção e alteração de carga horária dos funcionários do magistério público municipal, composta pelos seguintes membros:

- I – Zilma Mônica Sansão Benevenuti – Secretaria Municipal de Educação;
- II – Cristiane Luciano Corrêa - Secretaria Municipal de Educação;
- III – Roseméri Moser Melato - Secretaria Municipal de Educação;
- IV – Kátia Silene Spengler Zen - Secretaria Municipal de Educação;
- V – Kelli Cristine Silva Santos - Representante do SINTRASPUG.

§ 1º Competirá à Comissão de Seleção estabelecer os critérios para o correto andamento do processo a que se refere o caput deste artigo, através de regulamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 09 de outubro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**INEXIGIBILIDADE Nº 75.2017**

Publicação Nº 1407932

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo 213/2017

Inexigibilidade Nº 75/2017

• **OBJETO:** Contratação de Oficiais de Arbitragem para o "25º Jogos Escolares de Gaspar" que ocorrerá entre 18 a 28 de outubro de 2017. **CONTRATADO:** ADRIANA KOPELKE (CPF: 788.644.709-30); ALCIA-NE GUTZ GERMER (CPF: 796.448.219-04); ALLAN PEDRO VIEIRA (CPF: 14.996.000-29); ALMIR MACHADO (CPF: 902.282.789-53); AMANDA DE OLIVEIRA GOMES (CPF: 055.138.779-37); ANDERSON DE SOUZA (CPF: 072.258.259-50); ANKE CRISTINE ZIMMERMANN (CPF: 081.372.159-80); ARLINDO VIEIRA (CPF: 351.160.139-87); ARMINDO BARBIERI (CPF: 635.594.639-04); CARLOS ALBERTO FREITAS SILVA (CPF: 024.253.889-40); DANIEL TRIBESS (CPF: 007.760.709-08); EMERSON KAMMERS (CPF: 041.143.439-03); FABIANO CARVALHO LEITE (CPF: 085.863.039-76); GILNEI GUEDES RIBEIRO (CPF: 459.624.489-87); GREGORY DOS SANTOS MARTINS (CPF: 098.441.759-17); HAIKO BRUNO ZIMMERMANN (CPF: 071.320.959-35); JAMES WILSON CURTIPASSI (CPF: 820.164.379-87); JEAN CARLOS BARBOSA (CPF: 091.336.419-35);

JOAO CARLOS MABA (CPF: 222.859.389-34); JOÃO GABRIEL DA-ROS (CPF: 043.903.219-94); JOSE ROBERTO ALVES SILVA (CPF: 927.204.128-72); KELVIN EDUARDO WIETH (CPF: 095.253.259-03); LEANDRO STEIN (CPF: 023.050.809-05); LEONE PEREIRA DOS SANTOS (CPF: 557.914.179-34); LILIAN MEURER SEIBERT (CPF: 060.136.179-29); LUIS CARLOS MACIEL (CPF: 800.910.169-91); MARCIA REGINA ISENSEE (CPF: 702.390.969-91); MARCOS ANTONIO SCHAEFER (CPF: 970.567.669-00); MARINA ANDREIA SEIDEL (CPF: 749.864.739-72); MARLON ELIAS MULLER (CPF: 579.659.609-82); MOACIR DA SILVA (CPF: 030.712.928-48); PATRICK BERBERIAN (CPF: 070.793.059-69); PEDRO HONORIO NASCIMENTO (CPF: 045.955.899-48); SERGIO RANDERSON SANTOS BARRETO (CPF: 124.156.057-94); VALDIR WEISS (CPF: 021.292.889-95); WAGNER SANTOS GANDARA (CPF: 953.173.339-20);

Valor Total Julgado: R\$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais).  
BASE LEGAL: Art. 25, Caput, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 17 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO N.º 80/2017**

Publicação Nº 1408552

RESOLUÇÃO N.º 80/2017.

NOMEIA DJONATHAN JOÃO GONÇALVES CUSTÓDIO PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Municipal n.º 3.348 em 28/09/2011, cuja publicação se deu no Diário Oficial dos Municípios n.º 838 em 04/10/2011, que "Cria o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, altera as atribuições dos cargos de provimento em comissão de Assessor Parlamentar e de Assessor de Imprensa, altera a carga horária e vencimento do cargo de Assessor de Imprensa, e altera a denominação do cargo de Assessor Técnico-Legislativo, no quadro de servidores públicos da Câmara de Vereadores de Gaspar";

CONSIDERANDO o teor do ofício subscrito pelo Suplente de Vereador em Exercício José Ademir Moura, através do qual apresentou sua indicação para a nomeação de sua respectiva assessoria;

CONSIDERANDO que a documentação apresentada pela indicada demonstra que esta preenche os requisitos legais necessários para a sua nomeação para o cargo mencionado em sua indicação;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 79/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 18 de outubro deste ano [documento anexo];

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, que exige como grau de escolaridade mínima o nível médio completo, com carga horária de 30 horas semanais e remuneração de lei, Djonathan João Gonçalves Custódio, inscrito no CPF com n.º 080.024.409-51, portador do Registro Geral n.º 5.631.474, CTPS n.º 3975879 série 003-0-SC, PIS/PASEP n.º 201.20300.11-1, por indicação de José Ademir Moura.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa;

Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 20 de outubro de 2017.

**MESA DIRETORA**

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário



# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 111/2017

Publicação Nº 1408792

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 111/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, DOCES E DEMAIS ITENS PARA A REALIZAÇÃO DA CARAVANA DO PAI NOEL QUE OCORRERÁ EM GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/11/2017 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 08/11/2017 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 23 de Outubro de 2017.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 112/2017

Publicação Nº 1408839

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 112/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO SISTEMA VIÁRIO E TRÂNSITO DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/11/2017 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 08/11/2017 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 23 de Outubro de 2017.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 113 - 2017 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017.**

Publicação Nº 1408443

DECRETO Nº 113/2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1147/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2017, Lei Municipal nº 1152/2016:

## Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0802	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	
08.243.0006.2036	Funcionamento e Manutenção do FIA	1.800,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	1.800,00
(161) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.800,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.800,00
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.243.0006.2037	Manutenção Do Cras	1.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
(249) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.3.05.000029	Transferências Recursos FNAS	1.000,00
TOTAL:		2.800,00

## Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0802	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	
08.243.0006.2036	Funcionamento e Manutenção do FIA	1.800,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.800,00
(160) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.800,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.800,00
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.243.0006.2037	Manutenção do CRAS	1.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	1.000,00
(218) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.3.05.000029	Transferências de Recursos	1.000,00
TOTAL:		2.800,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 06 de Outubro de 2017

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 118 - 2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017**

Publicação Nº 1408446

DECRETO Nº118 / 2017

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1147/2016 □ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado em R\$57.147,45 (Cinquenta e Sete Mil Cento e Quarenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes 0.1.82.000109 Recursos de Operações de Crédito, 0.1.05.000029 Recursos do FNAS Destinados e 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, conforme as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria De Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.452.0008.1023	Pavimentação de Ruas	19.147,45
4.4.00.00	Outros Investimentos	19.147,45
(102) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	19.147,45
0.1.82.000109	Recursos de Operações de Crédito	19.147,45
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.243.0006.2037	Manutenção do CRAS	8.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	8.000,00
(203) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	8.000,00
0.1.05.000029	Recursos do FNAS Destinados	8.000,00
1301	Encargos Gerais do Município	
28.845.0000.0003	Contribuição ao PASEP	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(199) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
TOTAL:		57.147,45

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 16 de Outubro de 2017.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO Nº 119 - 2017 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017.

Publicação Nº 1408450

DECRETO Nº 119 / 2017.

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1147/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2017, Lei Municipal nº 1152/2016:

#### Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria De Educação	
12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	59.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	59.000,00
(248) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	59.000,00
0.1.13.000000	Remuneração Profissionais do Magistério	59.000,00
TOTAL:		59.000,00

#### Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	59.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	59.000,00
(46) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	59.000,00
0.1.13.000000	Remuneração Profissionais do Magistério	59.000,00
TOTAL:		59.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 19 de Outubro de 2017

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

# Gravatal

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO PROC 67/2017

Publicação Nº 1408080

MUNICÍPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/17. PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/17. O Prefeito Municipal de Gravatal, o Sr. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, Lei Federal Nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações e 10.520/2002, dia 06 de novembro de 2017, às 09:00hs, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DE GRAVATAL/SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE." Mais informações na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121 – CENTRO. (48) 3648-8022 - E-mail: licitacao@gravatal.sc.gov.br Gravatal, 23 de outubro de 2017. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA Prefeito Municipal.

### DECRETO 93/2017

Publicação Nº 1408019

DECRETO N.º 093, 20 DE OUTUBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS E CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2017 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas, especialmente as disposições do art. 46 da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964 e em conformidade com o art. 10 da Lei Municipal nº 1189 de 19 de outubro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Projeto/Atividade:	2024 PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA – ESF	
Despesa:	(25) 3.1.90.00.00.00.00.00.0082 -	R\$ 224.000,00
Projeto/Atividade:	2035 PROGRAMA AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE - PACS	
Despesa:	(31) 3.1.90.00.00.00.00.00.0082 -	R\$ 76.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 300.000,00		

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Projeto/Atividade:	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(9) 3.3.90.00.00.00.00.00.0082 -	R\$ 190.000,00
Projeto/Atividade:	2020 MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA	
Despesa:	(14) 3.3.90.00.00.00.00.00.0082 -	R\$ 110.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 300.000,00		

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 20 de Outubro de 2017.  
Edvaldo Bez de Oliveira  
Prefeito Municipal

**DECRETO 94/2017**

Publicação Nº 1408046

DECRETO N.º 094, 20 DE OUTUBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS E CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2017 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas, especialmente as disposições do art. 46 da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964 e em conformidade com o art. 10 da Lei Municipal nº 1868 de 19 de outubro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 474.328,21 (Quatrocentos e setenta e quatro mil e trezentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos) as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	03 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INOVAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER	
Projeto/Atividade:	2.012 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa:	(24) 3.1.90.00.00.00.00.0018-	R\$ 200.000,00
Projeto/Atividade:	2.013 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	
Despesa:	(41) 3.1.90.00.00.00.00.0018-	R\$ 200.000,00
Despesa:	(42) 3.1.90.00.00.00.00.0019-	R\$ 74.328,21
Total do Projeto/atividade: R\$ 474.328,21		

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação decorrentes do recurso do FUNDEB, receita orçamentária 4.1.7.2.4.01.00.00.00 – Transferência de Recursos do FUNDEB.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 20 de Outubro de 2017.  
Edvaldo Bez de Oliveira  
Prefeito Municipal

**DECRETO 95/2017**

Publicação Nº 1408044

DECRETO N.º 095, 20 DE OUTUBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS E CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2017 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas, especialmente as disposições do art. 46 da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964 e em conformidade com o art. 10 da Lei Municipal nº 1867 de 19 de outubro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	05 – SECRETARIA AGRICULTURA DEFESA CIVIL MEIO AMBIENTE	
Projeto/Atividade:	2.032 MANUTENÇÃO DO HORTO MUNICIPAL	
Despesa:	(72) 3.1.90.00.00.00.00.00000-	R\$ 10.000,00
Projeto/Atividade:	2.033 INCENTIVO E ASSIST. AO PEQUENO PRODUTOR AGROPECUARIO	
Despesa:	(74) 3.3.90.00.00.00.00.00000-	R\$ 50.000,00
Projeto/Atividade:	1.015 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOB. EM GERAL	
Despesa:	(66) 4.4.90.00.00.00.00.00000-	R\$ 15.000,00
Projeto/Atividade:	1.031 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES	



Despesa:	(67) 4.4.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 10.000,00
Despesa:	(68) 4.5.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 10.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 95.000,00		

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
Projeto/Atividade:	2.036 MANUT. DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	
Despesa:	(89) 3.1.71.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 10.000,00
Despesa:	(94) 4.4.71.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 1.000,00
Projeto/Atividade:	1.024 CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	
Despesa:	(107) 3.3.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 5.000,00
Despesa:	(108) 4.4.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 8.000,00
Projeto/Atividade:	2.030 MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PUBLICAS	
Despesa:	(101) 3.3.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 11.000,00
Despesa:	(102) 4.4.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 10.000,00
Projeto/Atividade:	2.039 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
Despesa:	(111) 3.3.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 120.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 165.000,00		

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	05 – SECRETARIA AGRICULTURA DEFESA CIVIL MEIO AMBIENTE	
Projeto/Atividade:	2.005 MANUT. DA SECRET. MUN. DE AGRICUL. DEF. CIVIL E MEIO AMBIENTE	
Despesa:	(69) 3.1.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 80.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 80.000,00		

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
Projeto/Atividade:	2.036 MANUT. DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	
Despesa:	(90) 3.1.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 105.000,00
Projeto/Atividade:	2.037 MANUT. DA LIMPEZA URBANA, COLETA E TRATAMENTO DEST. LIXO	
Despesa:	(96) 3.1.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 10.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 115.000,00		

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	07 – SECRETARIA DE TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
Projeto/Atividade:	2.006 MANUT. DOS SERVIÇOS DE TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
Despesa:	(113) 3.1.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 30.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 30.000,00		

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Projeto/Atividade:	2.041 MANUT. ATIVIDADES DE GESTÃO DOS PROG. DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Despesa:	(148) 3.1.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 20.000,00
Projeto/Atividade:	2.046 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
Despesa:	(154) 3.1.90.00.00.00.00.00.0000-	R\$ 15.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 35.000,00		

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 20 de Outubro de 2017.  
Edvaldo Bez de Oliveira  
Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### ATA REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 132.2017 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 1407815

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

CNPJ: 82.821.216/0001-82

RUA ADEMAR DE BARROS, 85

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 138/2017 (Sequência: 1)

PREGÃO PRESENCIAL 104/2017

Processo Administrativo: 132/2017

Processo de Licitação: 132/2017

Data do Processo: 05/10/2017

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS (MÁQUINA DE LAVAR SEMIAUTOMÁTICA E TANQUINHO) DESTINADOS PARA UTILIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA E. M. PADRE ALFREDO KASPER, FACILITANDO ASSIM, OS ANDAMENTOS DOS SERVIÇOS GERAIS.

Às 09:00 horas do dia 23 (vinte e tres) dias de outubro de dois mil e dezessete, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 132/2017, Pregão Presencial 104/2017 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de novas propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 07/11/2017, às 09:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Publique-se

COMISSÃO:

Guaraciaba, 23 de outubro de 2017

ALDO JUSTINI SALVI - PREGOEIRO

TALITA GUERINI- EQUIPE DE APOIO

ELIZETE SANDRA BENACHIO LUDWIG- EQUIPE DE APOIO/SUPLENTE

### GABARITO PRELIMINAR TESTE SELETIVO EDITAL 003/2017

Publicação Nº 1408735

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

GABARITO PRELIMINAR – Antes dos recursos

O Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições, com base nas Leis Municipais nº 1.645/01 e nº 1.646/01 de 27 de dezembro de 2001, nº 1.940/06 de 27 de novembro de 2006 e nº 2518/2013 de 23 de março de 2013 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, o Gabarito Preliminar – Antes dos recursos, conforme segue:

Professor I N1 Anos Iniciais do Ensino Fundamental					Professor I N1 Educação Infantil					Professor II N1 Arte			
Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova			
1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	
1	B	C	D	A	1	A	B	C	D	1	B	C	D
2	B	C	D	A	2	C	D	A	B	2	D	A	B
3	C	D	A	B	3	C	D	A	B	3	A	B	C
4	A	B	C	D	4	A	B	C	D	4	C	D	A
5	D	A	B	C	5	C	D	A	B	5	A	B	C
6	C	D	A	B	6	D	A	B	C	6	C	D	A
7	D	A	B	C	7	A	B	C	D	7	D	A	B
8	B	C	D	A	8	B	C	D	A	8	A	B	C
9	C	D	A	B	9	B	C	D	A	9	A	B	C

10	A	B	C	D		10	A	B	C	D		10	D	A	B
11	A	B	C	D		11	A	B	C	D		11	B	C	D
12	A	B	C	D		12	B	C	D	A		12	A	B	C
13	C	D	A	B		13	C	D	A	B		13	C	D	A
14	A	B	C	D		14	A	B	C	D		14	A	B	C
15	B	C	D	A		15	B	C	D	A		15	B	C	D
16	A	B	C	D		16	A	B	C	D		16	A	B	C
17	B	C	D	A		17	B	C	D	A		17	B	C	D
18	C	D	A	B		18	C	D	A	B		18	C	D	A
19	B	C	D	A		19	B	C	D	A		19	B	C	D
20	D	A	B	C		20	D	A	B	C		20	D	A	B

Professor II N1 Ciências				Professor II N1 Educação Física				Professor II N1 Espanhol			
Tipo de Prova				Tipo de Prova				Tipo de Prova			
1	2			1	2	3	4	1			
1	A	B		1	B	C	D	A		1	D
2	D	A		2	A	B	C	D		2	A
3	B	C		3	D	A	B	C		3	C
4	D	A		4	A	B	C	D		4	B
5	A	B		5	D	A	B	C		5	A
6	C	D		6	C	D	A	B		6	C
7	D	A		7	C	D	A	B		7	D
8	D	A		8	B	C	D	A		8	B
9	B	C		9	D	A	B	C		9	D
10	A	B		10	A	B	C	D		10	A
11	A	B		11	D	A	B	C		11	D
12	C	D		12	C	D	A	B		12	B
13	C	D		13	C	D	A	B		13	C
14	A	B		14	A	B	C	D		14	A
15	B	C		15	B	C	D	A		15	B
16	A	B		16	A	B	C	D		16	A
17	B	C		17	B	C	D	A		17	B
18	C	D		18	C	D	A	B		18	C
19	B	C		19	B	C	D	A		19	B
20	D	A		20	D	A	B	C		20	D

Professor II N1 Geografia				Professor II N1 Historia				Professor II N1 Inglês			
Tipo de Prova				Tipo de Prova				Tipo de Prova			
1	2			1	2			1			
1	A	B		1	B	C		1	D		
2	B	C		2	A	B		2	C		
3	D	A		3	D	A		3	A		
4	C	D		4	C	D		4	D		
5	B	C		5	B	C		5	B		
6	A	B		6	D	A		6	B		
7	D	A		7	A	B		7	D		

8	C	D		8	D	A		8	A
9	B	C		9	A	B		9	C
10	A	B		10	B	C		10	A
11	B	C		11	D	A		11	B
12	D	A		12	C	D		12	C
13	C	D		13	C	D		13	C
14	A	B		14	A	B		14	A
15	B	C		15	B	C		15	B
16	A	B		16	A	B		16	A
17	B	C		17	B	C		17	B
18	C	D		18	C	D		18	C
19	B	C		19	B	C		19	B
20	D	A		20	D	A		20	D

Professor II N1 Matemática				Professor II N1 Português			
	Tipo de Prova				Tipo de Prova		
	1	2	3		1	2	3
1	B	C	D	1	B	C	D
2	C	D	A	2	D	A	B
3	B	C	D	3	C	D	A
4	D	A	B	4	D	A	B
5	D	A	B	5	D	A	B
6	B	C	D	6	B	C	D
7	B	C	D	7	A	B	C
8	C	D	A	8	B	C	D
9	B	C	D	9	D	A	B
10	B	C	D	10	B	C	D
11	B	C	D	11	A	B	C
12	C	D	A	12	C	D	A
13	C	D	A	13	C	D	A
14	A	B	C	14	A	B	C
15	B	C	D	15	B	C	D
16	A	B	C	16	A	B	C
17	B	C	D	17	B	C	D
18	C	D	A	18	C	D	A
19	B	C	D	19	B	C	D
20	D	A	B	20	D	A	B

Guaraciaba – SC, 23 de Outubro de 2017.

ROQUE LUIZ MENEGUINI

Prefeito

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO N°. 832/2017

Publicação N° 1408643

DECRETO N°. 832/2017

Revoga o Decreto n°. 742/2017, que estabelece pontos facultativos nas repartições públicas municipais.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto n°. 742/2017, que estabelece pontos facultativos nas repartições públicas municipais.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 129/2017 – PMG

Publicação N° 1407866

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 129/2017 – PMG

PREGÃO ELETRÔNICO N° 153/2017 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n° 153/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n° 2.042.

Fornecedor: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI, com sede na Rua Farroupilha, n° 35, Bairro Barreiros, em São José/SC, CEP: 88117-902, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.147.109/0001-56.

Vigência: Início: 05/10/2017 Término: 04/10/2018.

Fornecedor: 275743 - AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO INFORMATICA E PAPELARIA EIRELI						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
76	3825	RESMA	PAPEL SULFITE A4 - FORMATO 210 X 297 MM - 75 G/M²- ULTRA BRANCO - O PAPEL DEVE SER APROPRIADO PARA USO EM IMPRESSORAS A LASER, JATO DE TINTA E COPIADORAS	ONE	13,50	51.637,50
Total					R\$ 51.637,50	

Guaramirim (SC), 23 de outubro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 130/2017 – PMG

Publicação N° 1407871

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 130/2017 – PMG

PREGÃO ELETRÔNICO N° 153/2017 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).  
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 153/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, com sede na Rua Pedro Mansur Elias, nº 111, Bairro Centro, em Santo Amaro da Imperatriz/SC, CEP: 88.140-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.586.694/0001-41.

Vigência: Início: 05/10/2017 Término: 04/10/2018.

Fornecedor: 341460 - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA-EPP						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
04	200	UN	BLOCO ADESIVO, REPOSICIONÁVEL COM 100 FOLHAS DE 38X50 MM, PACOTE COM 04 UNIDADES, NA COR AMARELA	LYKE	1,80	360,00
05	200	UN	BLOCO ADESIVO, REPOSICIONÁVEL COM 100 FOLHAS DE 76MM X 102 MM, PACOTE COM 01 UNIDADES, NA COR AMARELA.	LYKE	1,80	360,00
08	2800	UN	BORRACHA BRANCA Nº 40	LEO E LEO	0,13	364,00
10	3000	UN	CADERNO BROCHURA C/ 60 FLS 140X202MM	PANAMERICANA	0,94	2.820,00
12	2600	UN	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO EM PAPELÃO CARTONADO (DEASPECTO E TEXTURA LISA OU LUSTROSA(- TIPO KRAFT), CONTENDO FENDA NA PARTE FRONTAL PARA ENCAIXE DA ABADÉ FACHAMENTO DA TAMPA (FECHAMENTO TIPO ENVELOPE), ALTA RESISTÊNCIA NA FIXAÇÃO DAS DOBRAS) DIMENSÕES INTERNAS: 355X133X252, DIMENSÕES EXTERNAS: 360X135X252.	SC	1,06	2.756,00
23	60	UN	CANETA PERMANENTE PARA ESCREVER EM CD/DVD PONTA DE 1,0 MM NA COR VERMELHA	JOCAR	2,20	132,00
33	150	PCT	ELÁSTICO PARA DINHEIRO, NA COR AMARELA, Nº 18, PACOTE 100 GRAMAS.	MAMUTH	1,50	225,00
37	3700	ENVELOPE	ENVELOPE TIPO OFÍCIO 75GR/M², NA COR BRANCA	IPECOL	0,05	185,00
38	150	UN	ESTILETE LÂMINA LARGA 18MM, COM SISTEMA DE TRAVA CORPO EM PLÁSTICO	MASTER	0,73	109,50
42	300	UN	FITA ADESIVA EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE, PARA EMPACOTAMENTO E COLAGEM DE CARTAZES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 48 MM X 100 M, ADESIVO COMPOSTO DE BORRACHA E RESINA SINTÉTICA, DE FÁCIL MANUSEIO, NA PARTE INTERNA DO ROLO DEVE CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO.	FLAX	4,09	1.227,00
45	20	UN	GRAMPEADOR GRANDE, ESTRUTURA TOTALMENTE EM AÇO, CARREGAMENTO PELA PARTE INFERIOR. UTILIZA GRAMPOS 23/8 E 23/13. GRAMPEIA DE 30 A 100 FOLHAS DE 75G/M², CONTÉM RÉGUA POSICIONADORA, DIMENSÕES APROXIMADAS: COMP. 280 MM - LARG. 70 MM - ALT. 90 MM.	JOCAR	28,33	566,60
51	100	UN	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA COM 104 PÁGINAS-FORMATO 160 X 220MM - CAPA DURA - FOLHAS ENUMERADAS	SD	6,31	631,00



59	100	UN	PERFURADOR DE PAPEL - ESTRUTURA EM AÇO - MEDINDO NO MÍNIMO 9,5 CM DE LARGURA X 10 CM DE COMPRIMENTO X 7,5 CM DE ALTURA - DEPÓSITO DE NO MÍNIMO 7 MM DE ALTURA - CAPACIDADE PARA PERFURAR MÍNIMO 25 FOLHAS DE 75G/M², COM RÉGUA POSICIONADORA DE PAPEL -COR PRETA	JOCAR	18,40	1.840,00
60	30	UN	PILHA 9V (TIPO BATERIA RETANGULAR), ACONDICIONADA INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES DO PRODUTO E DO FORNECEDOR.	ELGIN	5,92	177,60
62	300	BLISTER	PILHA PALITO 1,5 W AAA ALCALINA, EMBALAGEM COM DUAS UNIDADES	ELGIN	2,28	684,00
63	300	BLISTER	PILHA PEQUENA AA ALCALINA, EMBALAGEM COM DUAS UNIDADES	ELGIN	2,50	750,00
66	30	UN	PORTA CANETA, CLIPS E CARTÃO (3X1), ACRÍLICO - NACOR FUMÊ	WALEU	4,75	142,50
68	3000	UN	RÉGUA ACRÍLICA TRANSPARENTE DE 30 CM DE COMPRIMENTO E APROXIMADAMENTE 3,0 CM DE LARGURA	WALEU	0,37	1.110,00
Total					R\$ 14.440,20	

Guaramirim (SC), 23 de outubro de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2017 – PMG

Publicação Nº 1407877

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2017 – PMG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2017 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).  
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 153/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA-ME, com sede na Rua Aderbal de Oliveira, nº 136, Bairro Centro, em Laurentino/SC, CEP: 89.170-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.081.724/0001-24.

Vigência: Início: 05/10/2017 Término: 04/10/2018.

Fornecedor: 417955 - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
06	200	RL	BOBINA 57MMX300M PARA RELOGIO PONTO	SILFER	23,84	4.768,00
11	20	UN	CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA, TRÊS ANDARES FIXA, EM ACRÍLICO FUMÊ	NOVACRIL	38,48	769,60

13	80	UN	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS, 1 PILHA, 24 TECLAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 98 MM DE LARGURA X 130 MM DE COMPRIMENTO X 34 MM DE ALTURA, TECLAS ON/C EOFF, NA COR GRAFITE	MASTER	20,42	1.633,60
24	150	UN	CD-RW VIRGEM PARA GRAVAÇÃO A 40X OU SUPERIOR, CAPACIDADE PARA ARMAZENAGEM DE 700MB, 80 MINUTOS OU SUPERIOR, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	ELGIN	3,52	528,00
41	300	RL	FITA ADESIVA (EM POLIPROPILENO) TRANSPARENTE MEDINDO 12MM X 50M, ADESIVO COMPOSTO DE BORRACHA E RESINA NATURAL. NA PARTE INTERNA DO ROLO DEVE CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO (VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO)	EMBALANDO	0,69	207,00
65	2600	UN	PLÁSTICO PARA PASTA CATÁLOGO COM 04 FUROS - ESPESURA GROSSO DE 15 MICRAS	ACP	0,16	416,00
67	100	UN	PRANCHETA ACRILICA COM PRENDIDOR METÁLICO COR FUMÊ	NOVACRIL	5,53	553,00
Total					R\$8.875,20	

Guaramirim (SC), 23 de outubro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2017 – PMG

Publicação Nº 1407879

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2017 – PMG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2017 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).  
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 153/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: MAXIM QUALITTÁ COMÉRCIO LTDA, com sede na Rua Inhangapi, nº 95, Bairro Vila Zelina, em São Paulo/SP, CEP: 03.141-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.075.962/0001-23.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Vigência: Início: 05/10/2017 Término: 04/10/2018.

Fornecedor: 440280 - MAXIM QUALITTÁ COMÉRCIO LTDA						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
39	1000	FOLHAS	ETIQUETA ADESIVO P/ IMPRESSORA JATO DE TINTA CARTA101,6 X 33,9 C/ 14 ETIQUETAS POR FOLHA, COR BRANCA	LINK	0,26	260,00
48	250	PCT	GRAMPO PLÁSTICO TIPO TRILHO, NA COR BRANCA, 80MM CAPACIDADE PARA 200 FOLHAS, 75G, PACOTE COM 50 UNIDADES, AS EXTREMIDADES DOS GRAMPPOS DEVEM SER ROLIÇAS, COM ACABAMENTO ARREDONDADO.	M.QUALITTA	5,30	1.325,00
64	300	MT	PLÁSTICO AUTOADESIVO, TRANSPARENTE 45CM.	POLIFIX	1,60	480,00
73	30	UN	UMEDECEDOR DE DEDO EM PASTA COM 12GR	STAR	1,35	40,50
74	100	CX	VISOR PASTA SUSPensa PLASTICO COM ETIQUETA BRANCA116, CX 50 UN, ETIQUETA PRODUZIDA EM PVC E EM CARTOLINA, MEDIDA DO PRODUTO ACABADO:80 X 30MM	DELUCAS	5,45	545,00
Total					R\$2.650,50	

Guaramirim (SC), 23 de outubro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2017 – PMG**

Publicação Nº 1407880

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2017 – PMG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2017 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).  
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 153/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: EKO SUPERMERCADO LTDA EPP, com sede na Rua Castelo Branco, nº 547, Bairro Colonial, em São Bento do Sul/SC, CEP: 89.288-330, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.087.295/0001-97.

Vigência: Início: 05/10/2017 Término: 04/10/2018.

Fornecedor: 440299 - EKO SUPERMERCADO LTDA						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
71	200	UN	PEN DRIVE 8 GB	SANDISK	19,83	3.966,00
Total					R\$3.966,00	

Guaramirim (SC), 23 de outubro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2017 – PMG**

Publicação Nº 1407881

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2017 – PMG**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2017 – PMG**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).**

**Modalidade de Licitação:** Pregão Eletrônico nº 153/2017.

**Órgão Gestor:** Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

**Fornecedor: RSUL EIRELI EPP**, com sede na Rua Norberto Seara Heusi, nº 1143, Sala 01, Bairro Escola Agrícola, em Blumenau/SC, CEP: 89.037-800, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.066.477/0001-84.

**Vigência:** Início: 05/10/2017 Término: 04/10/2018.

**Fornecedor: 2981289 - RSUL LTDA ME**

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	180	UN	APAGADOR PARA QUADRO DE FELTRO TRATADO COM TYPE EBASE DE PLASTICO ABS 2000 ANATOMICO	LYKE	2,30	414,00
03	2800	UN	APONTADOR PARA LÁPIS, TIPO ESCOLAR, EM MATERIAL PLÁSTICO, COR VERMELHA, LÂMINA EM AÇO, COM UM FURO	WINNER	0,12	336,00
09	500	UN	CADERNO ¼ COSTURADO, CAPA DURA, FORMATO 140X202 MM, COM 96 FOLHAS, NA COR AZUL. PERSONALIZADA FRENTE E VERSO 4X4. PERSONALIZAÇÃO DA CAPA DEVERÁ SER FEITA IGUAL AO DO CADERNO UNIVERSITÁRIO (CADERNO DE PLANEJAMENTO DO PROFESSOR)	TILIBRA	4,61	2.305,00
14	4000	UN	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MÉDIA, NA COR AZUL -CORPO HEXAGONAL PARA SEGURAR COM CONFORTO , COM SUSPIRO LATERAL - CORPO TRANSPARENTE PARA VER QUANTA TINTA RESTA, PONTA COM BOLA DE TUNGSTÊNIO, PONTA MÉDIA: 1 MM, LARGURA DA LINHA 0,4 MM, TAMPA E PLUG DA MESMA COR DA TINTA, TAMPA VENTILADA, EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO ISO 11540 / BS 7272-1	ARTE FELIZ	0,36	1.440,00
15	4000	UN	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MÉDIA, NA COR PRETA- CORPO HEXAGONAL PARA SEGURAR COM CONFORTO , COM SUSPIRO LATERAL - CORPO TRANSPARENTE PARA VER QUANTA TINTA RESTA, PONTA COM BOLA DE TUNGSTÊNIO, PONTA MÉDIA: 1 MM, LARGURA DA LINHA 0,4 MM, TAMPA E PLUG DA MESMA COR DA TINTA, TAMPA VENTILADA, EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO ISO 11540 / BS 7272-1	ARTE FELIZ	0,36	1.440,00
16	2000	UN	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MÉDIA, NA COR VERMELHA - CORPO HEXAGONAL PARA SEGURAR COM CONFORTO , COM SUSPIRO LATERAL - CORPO TRANSPARENTE PARA VERQUANTA TINTA RESTA, PONTA COM BOLA DE TUNGSTÊNIO,PONTA MÉDIA: 1 MM, LARGURA DA LINHA 0,4 MM, TAMPAE PLUG DA MESMA COR DA TINTA, TAMPA VENTILADA,	ARTE FELIZ	0,36	720,00

			EMCONFORMIDADE COM O PADRÃO ISO 11540 / BS 7272-1			
17	220	UN	CANETA MARCA TEXTO, NA COR AMARELA, COM PONTA FACETADA INDEFORMÁVEL, PARA TRAÇOS DE 1MM PARA SUBLINHAR E 4 MM PARA DESTACAR, TINTA FLUORESCENTE A BASE DE ÁGUA	LYKE	0,69	151,80
18	220	UN	CANETA MARCA TEXTO, NA COR AZUL, COM PONTA FACETADA INDEFORMÁVEL, PARA TRAÇOS DE 1MM PARA SUBLINHARE 4 MM PARA DESTACAR, TINTA FLUORESCENTE A BASE DEÁGUA	LYKE	0,65	143,00
19	220	UN	CANETA MARCA TEXTO, NA COR LARANJA, COM PONTA FACETADA INDEFORMÁVEL, PARA TRAÇOS DE 1MM PARA SUBLINHAR E 4 MM PARA DESTACAR, TINTA FLUORESCENTE A BASE DE ÁGUA	LYKE	0,63	138,60
20	220	UN	CANETA MARCA TEXTO, NA COR ROSA, COM PONTA FACETADA INDEFORMÁVEL, PARA TRAÇOS DE 1MM PARA SUBLINHARE 4 MM PARA DESTACAR, TINTA FLUORESCENTE A BASE DEÁGUA	LYKE	0,63	138,60
21	220	UN	CANETA MARCA TEXTO, NA COR VERDE, COM PONTA FACETADA INDEFORMÁVEL, PARA TRAÇOS DE 1MM PARA SUBLINHARE 4 MM PARA DESTACAR, TINTA FLUORESCENTE A BASE DE ÁGUA	LYKE	0,63	138,60
29	100	UN	COLA EM BASTÃO 20G, LAVÁVEL, COM BASE GIRATÓRIA, FÁCIL DE SER APLICADA, NÃO DEVE CONTER SOLVENTES EPVC. SEM ODORES OU VAPORES TÓXICOS, A EMBALAGEM DEVE APRESENTAR INFORMAÇÕES DO PRODUTO E FABRICANTE, SER HERMÉTICAMENTE FECHADA E TER VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO.	LYKE	0,75	75,00
30	50	UN	CORRETIVO A BASE D'ÁGUA, 18 ML	ECOLE	0,77	38,50
31	80	UN	CORRETIVO EM FITA, MEDINDO 4,2MM DE LARGURA X 12MDE COMPRIMENTO	LYKE	5,90	472,00
34	3300	ENVELOPE	ENVELOPE 200X280 KRAFT 80 GR/M²,	SCRITY	0,09	297,00
40	100	UN	EXTRATOR DE GRAMPOS, EM METAL INOX, TIPO ESPÁTULA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14,5 CM.	LYKE	0,89	89,00
43	500	RL	Fita crepe 48 x 50, dorso de papel crepado, cor marrom, com boa resistência a tração e umidade, composição do adesivo a base de borracha e resina sintética, na parte interna do rolo deve constar informações do fabricante e data de fabricação. Validade mínima de um ano.	EUROCE L	7,29	3.645,00
44	200	UN	GRAMPEADOR 26/6 COM, COM BASE METÁLICA, COM ALAVANCA PINTADA, NA COR PRETA, COM DEPÓSITO DE GRAMPO INOX, PARA GRAMPEADOR NO MÍNIMO 25 FOLHAS DE PAPEL 75 G, MEDINDO 5 CM DE ALTURA X 3,2 CM DE LARGURA X 12,5 CM DE COMPRIMENTO	LYKE	7,50	1.500,00
47	300	CX	GRAMPO 26/6, GALVANIZADO, COM PROTEÇÃO ANTI-FERRUGEM, CAIXA COM 5.000 UNIDADES	LYKE	2,20	660,00

49	3000	UN	LÁPIS PRETO, GRAFITE Nº. 2-HB, REVESTIDO COM MADEIRA, FORMATO HEXAGONAL, ULTRA RESISTENTE, NÃO QUEBRA COM FACILIDADE, COMPRIMENTO 175MM.	PIRILAM PO	0,20	600,00
52	1800	UN	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLÁSTICAS, TINTA À BASE DE ÁLCCOL, PIGMENTOS, RESINAS, SOLVENTES, ADITIVOS E PONTA ACRÍLICA, NA COR AZUL	LYKE	1,05	1.890,00
53	1800	UN	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLÁSTICAS, TINTA À BASE DE ÁLCCOL, PIGMENTOS, RESINAS, SOLVENTES, ADITIVOS E PONTA ACRÍLICA, NA COR PRETA	LYKE	1,05	1.890,00
54	1800	UN	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLÁSTICAS, TINTA À BASE DE ÁLCCOL, PIGMENTOS, RESINAS, SOLVENTES, ADITIVOS E PONTA ACRÍLICA, NA COR VERMELHA	LYKE	1,05	1.890,00
55	1275	RESMA	PAPEL SULFITE A4 - FORMATO 210 X 297 MM - 75 G/M²- ULTRA BRANCO - O PAPEL DEVE SER APROPRIADO PARA USO EM IMPRESSORAS A LASER, JATO DE TINTA E COPIADORAS	SUZANO	13,99	17.837,25
56	200	UN	PASTA AZ OFÍCIO LOMBO LARGO, MATERIAL DE PAPELÃO PRENSADO, RÓTULO, COM FERRAGENS, NA COR TIGRADA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 35 X 28 X 8 CM, COM PRENDEDOR METÁLICO CROMADO.	POLYCA RT	7,00	1.400,00
57	2000	UN	PASTA PLÁSTICA, COM ABA 2CM, COM ELÁSTICO, TAMANHO A4, COR FUMÊ.	DAC	1,50	3.000,00
<b>Total</b>						<b>R\$42.649,35</b>

Guaramirim (SC), 23 de outubro de 2017.

**LUIZ ANTONIO CHIODINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2017 – PMG

Publicação Nº 1407884

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2017 – PMG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2017 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).  
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 153/2017.  
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI - ME, com sede na Rua Adolfo Konder, nº 279, Bairro São Rafaell, em Rio Negrinho/SC, CEP: 89.295-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.716.048/0001-94.  
Vigência: Início: 05/10/2017 Término: 04/10/2018.



Fornecedor: 3037762 - MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	30	UN	AGENDA TELEFÔNICA COMERCIAL COM ESPIRAL, FORMATO 150 MM X 213 MM, MÍNIMO DE 82 PÁGINAS, CAPA/CONTRACAPA EM PAPELÃO, REVESTIDO POR PAPEL COUCHÉ LAMINADO 120 G/M² E FOLHAS INTERNAS DE PAPEL BRANCO OFF-SET 75 G/M², SEPARADO POR DIVISÓRIAS.	SAO DOMINGOS	17,76	532,80
22	60	UN	CANETA PERMANENTE PARA ESCREVER EM CD/DVD PONTA DE 1,0 MM NA COR PRETA.	MERCUR	1,99	119,40
32	100	UN	DVD-RW, VIRGEM REGRAVÁVEL, LACRADO EM ESTOJO ACRÍLICO INDIVIDUAL	ELGIN	5,22	522,00
35	250	ENVELOPE	ENVELOPE A3 (31X41CM) NA COR BRANCA	ENVOPEL	0,34	85,00
70	40	UN	TINTA A BASE DE ÁGUA P/ CARIMBO AUTOMÁTICO NA COR PRETA 42 ML.	RADEX	3,84	153,60
72	20	UN	Tinta a base de água p/ carimbo automático na cor vermelha 42 ml.	RADEX	3,25	65,00
Total					R\$1.477,80	

Guaramirim (SC), 23 de outubro de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA Nº. 516/2017

Publicação Nº 1408678

PORTARIA Nº. 516/2017

Retorna de licença saúde Conceição Lemos Silva.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde, Conceição Lemos Silva, Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 10 de outubro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de outubro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 519/2017**

Publicação Nº 1407912

**PORTARIA Nº. 519/2017**

Instaura e Constitui Comissão de Sindicância Administrativa no Hospital Municipal Santo Antônio.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com o artigo 49 da Lei Complementar nº. 008/2001;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar Sindicância Administrativa para apurar a responsabilidade por supostas infrações cometidas no Hospital Municipal Santo Antônio, no dia 13 de outubro de 2017.

Art. 2º. Nomear, em cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores:

I – Carolina Cláudia Galfrascoli – Presidente;

II – Elizabete Jurisch – Membro;

III – Magali Eichholz Machado – Membro;

Art. 3º. A Comissão ora constituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 520/2017**

Publicação Nº 1407914

**PORTARIA Nº. 520/2017**

Nomeia membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação do Hospital Municipal Santo Antônio.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Licitações, no âmbito do Hospital Municipal Santo Antônio, os servidores:

I – Marcelo Vieira Garcia – presidente;

II – Vilma Alves Junior – membro;

III – Jani Noemia Franke Schumann – membro;

IV – Ademir Meireles da Costa – suplente;

V – Nelci Mezomo – suplente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 521/2017**

Publicação Nº 1407916

**PORTARIA Nº. 521/2017**

Nomeia membros para comporem a Comissão Permanente de Estágio Probatório do Hospital Municipal Santo Antônio.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Estágio Probatório, no âmbito do Hospital Municipal Santo Antônio, os servidores:

I – Ana Paula da Silva Dancker – presidente;

II – Smyrna Eliza Espezim – membro;

III – Tânia Regina de Sousa Lopes – membro;

IV – Nelci Mezomo – suplente;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 522/2017**

Publicação Nº 1408294

PORTARIA Nº. 522/2017

Designa Defensor Dativo no Processo Administrativo Disciplinar nº. 14/2017.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o § 2º, art. 57-E, da Lei Complementar nº. 007/2001;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar a servidora pública municipal Laura Odázia de Oliveira, matrícula 272922, servidora pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para acompanhar o Processo Administrativo Disciplinar nº. 14/2017, instaurado pela Portaria nº. 471/2017, e apresentar a respectiva defesa escrita, a fim de garantir ao acusado a ampla defesa e o contraditório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 62/2017

Publicação Nº 1408646

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 62/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: AUTO MECANICA IVAL LTDA ME

OBJETO: Contratação de mão de obra com fornecimento da respectiva peça para reforma do Trator de Esteira D 41 E, utilizada pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras do município de Guarujá do Sul

VALOR TOTAL: R\$ 6.540,00

VIGENCIA DO CONTRATO: 31/12/2017

Guarujá do Sul, SC, 23 de outubro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.740/2017.

Publicação Nº 1408779

DECRETO Nº 3740 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

"REGULAMENTA O INCISO IV DO ARTIGO 260 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 218/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 349/2017 E QUE DISPÕE SOBRE O PLANTÃO DAS FARMÁCIAS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste(SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar nº 218/2006, DECRETA:

Art. 1º O sistema de rodízio de plantão das farmácias no Município de Joaçaba funcionará todos os dias da semana, sendo que haverá uma farmácia aberta após o fechamento das demais, garantindo o atendimento ao público no período de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 2º Fica estabelecida a regulamentação especial para as farmácias no Município de Joaçaba em atendimento à Lei Complementar nº 218/2006.

§ 1º - As farmácias integrantes do sistema de rodízio de plantão obedecerão aos seguintes horários:

I - segunda à sexta-feira: 07h30min., às 22h00min;

II - sábados, domingos e feriados: 07h30 min., às 20h00min.

§ 2º - Os estabelecimentos não integrantes do sistema de rodízio de plantão obedecerão aos seguintes horários:

I - segunda à sexta-feira: 07h às 19h;

II - sábados: 07h às 12h;

III - domingos e feriados: não abrem.

Art. 3º Participarão do sistema as farmácias elencadas neste artigo, sendo que o rodízio se fará pela localização das mesmas, obedecendo-se a seguinte ordem:

a) Farmácia Herval;

b) Farmácia São João;

c) Farmácia São Vicente;

d) Farmácia Sesi.

Art. 4º A farmácia integrante do sistema de rodízio de plantão que descumprir qualquer regra estabelecida neste Decreto, será imediatamente excluída do sistema de rodízio, sujeitando-se às regras das não participantes.

Art. 5º Os estabelecimentos não integrantes do sistema de rodízio de plantão que descumprirem o horário estabelecido no presente Decreto estão sujeitas às penalidades previstas na Lei Complementar nº 218/2006.

Art. 6º Todas as farmácias que integram o sistema de rodízio, manterão após o horário mencionado neste Decreto, em suas portas frontais, o nome e o endereço da farmácia que fará plantão no dia.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data do dia 20 de novembro de 2017.

Herval d'Oeste(SC), 20 de outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.739/2017.

Publicação Nº 1408767

DECRETO Nº 3739 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

"REGULAMENTA O ART. 122 FICHA LEI COMPLEMENTAR Nº 315/2013 E CRIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º Ficam nomeados, sem ônus para o Município, os cidadãos abaixo relacionados, para comporem pelo prazo de 02 (dois) anos a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA PARA FINS DE AVALIAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORES DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC):

1.0. REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

a) Titular: MELISSA DEMO

Suplente: ODAIR TREVISOL

b) Titular:ANA JÚLIA UNGERICH DE CARVALHO

Suplente: ADRIANO BARETTA MANDRIK

Art. 2º Os critérios que serão utilizados para a avaliação imobiliária estão definidos na Lei Complementar nº 315/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste(SC), 20 de outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.741/2017.

Publicação Nº 1408737

DECRETO Nº 3741 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

"REGULAMENTA O ART. 1º, INCISOS I E II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 355/2017 E ART. 1º, INCISO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 354/2017 E DELIMITA A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º As áreas atingidas pela Contribuição de Melhoria, previstas nas Leis Complementares nº 354 e 355 de 2017, ficam assim delimitadas.

a) Rua Sebastião Antônio da Silva, na extensão de 415,13 metros lineares, de pavimentação de paralelepípedos;

b) Estrada municipal Felix Zanella, sentido KM Sete(07), na extensão de 1.367,00 metros lineares de pavimentação asfáltica;

c) Estrada municipal Serra Alta, na extensão de 762,00 metros lineares de pavimentação asfáltica.

Art. 2º Todos os imóveis que estejam localizados na área de abrangência das contribuições de melhorias, nas vias públicas constantes no art. 1º, pagarão pela contribuição de melhoria conforme a área de seus respectivos imóveis, devendo ser observado a Lei Complementar nº 354/2017, para a forma do cálculo dos valores devidos por cada proprietário dos imóveis abrangidos pela contribuição de melhoria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 20 de outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1322/2017**

Publicação Nº 1408765

**PORTARIA Nº 1322/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Monitor Social - ABRIGO - Nível – 4/2, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora NORMA SCHNEIDER (Matr. 4030), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 22 de outubro de 2014 a 22 de outubro de 2017, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, e formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1323/2017**

Publicação Nº 1408768

**PORTARIA Nº 1323/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde - Nível – 8, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora SALETE NARDI (Matr. 4005), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 22 de setembro de 2014 a 23 de outubro de 2017, com interstício de 31 (trinta e um) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, e formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1324/2017**

Publicação Nº 1408770

**PORTARIA Nº 1324/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 23 de outubro de 2017, da servidora NAIANA CAROLINE LESSA (Matr. 4018), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1325/2017**

Publicação Nº 1408772

**PORTARIA Nº 1325/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 23 de outubro de 2017, da servidora CARMEN SOLLA CAMINA BOLDRINI (Matr. 544), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível – 10/2, Referência "I", 20 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1326/2017**

Publicação Nº 1408773

**PORTARIA Nº 1326/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1134/2017, da Servidora ANGELA BRUNA LUCHESE SARI (Matr. 4012), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei



Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de setembro de 2015 e 24 de setembro de 2016, para serem gozadas a partir de 23 de outubro de 2017 a 01 de novembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1327/2017**

Publicação Nº 1408774

##### **PORTARIA Nº 1327/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ELEANDRA RIGO DA SILVA (Matr. 3757), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de fevereiro de 2016 e 05 de fevereiro de 2017, para serem gozadas a partir de 23 de outubro de 2017 a 21 de novembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1328/2017**

Publicação Nº 1408775

##### **PORTARIA Nº 1328/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ANA PAULA COSTENARO (Matr. 4040), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Vigilância Ambiental, Nível – 6, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de fevereiro de 2016 e 05 de fevereiro de 2017, para serem gozadas a partir de 23 de outubro de 2017 a 21 de novembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1329/2017**

Publicação Nº 1408776

##### **PORTARIA Nº 1329/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LUCIANA MENDES RAPOZO (Matr. 4011), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 27 de setembro de 2016 e 05 de outubro de 2017, para serem gozadas a partir de 23 de outubro de 2017 a 21 de novembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1330/2017**

Publicação Nº 1408777

##### **PORTARIA Nº 1330/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora GELCI DE GIACOMETTI (Matr. 337), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Telefonista, Nível – 6/2, Referência "F", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2015 e 31 de outubro de 2016, para serem gozadas a partir de 23 de outubro de 2017 a 21 de novembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 047/2017**

Publicação Nº 1408915

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
GESTOR

Estado do Rio Grande do Sul  
MUNICÍPIO DE ERECHIM  
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
CNPJ/MF Nº 12.889.035/0001-02  
Rua Rubens Derks, nº 105 - Bairro Industrial  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 047/2017 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rubens Derks, nº 105, Bairro Industrial - Erechim - Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 12.889.035/0001-02, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Sedinei Roberto Stievens, portador do CPF nº 004.421.050-70, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 026P/2017, que teve por objeto o Registro de Preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso das diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas, do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 06 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 064/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº 035/2017 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo dos itens registrados para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Marca Registrada	Quantidade	Valor (R\$)	Valor Total (R\$)
32	ATENOLOL 50MG COMPRIMIDO	UND	PRATI	60.000	0,0360	2.160,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

Com o acréscimo nos quantitativos o valor total dos itens registrados passará de R\$ 72.593,00 (setenta e dois mil, quinhentos e noventa e três reais) para R\$ 74.753,00 (setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e três reais) representando um acréscimo de R\$ 2.160,00 (dois mil, cento e setenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso II §1º , da Lei Federal 8.666/93 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais**

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, §4º da Lei 8.666/93.

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma

Herval d'Oeste, 20 de outubro de 2017.

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF nº 162.730.799-00  
Pelo Município

SEDINEI ROBERTO STIEVENS  
Sócio Administrador  
CPF nº 004.421.050-70  
Pela Empresa

**Testemunhas:**

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Brunna Karla Costenaro Provenci  
CPF: 084.982.739-60

**Ibicaré****PREFEITURA****OFÍCIO**

Publicação Nº 1408293

Ofício 312/2017 Ibicaré-SC 16 de outubro de 2017

Ao  
Banco do Brasil  
Ag 5358-9 – Ibicaré-SC

A/C  
Sra. Sônia

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibicaré, representado pelo seu Presidente Sr. Marcos Norberto Rhoden, portador do CPF nº 942.175.009-72, poderes delegado através da Lei Municipal nº 818/1.990 autoriza os seguintes poderes;

Art. 1º. Fica autorizada as assinaturas conjuntas dos servidores adiante designados para realizarem a movimentação financeira das contas correntes do FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBICARÉ, CNPJ: 28.790.709/0001-57, perante o Banco do Brasil S/A com poderes e atribuições de emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; consultar contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA.

Nome: JOÃO NELSON ANTES  
Cargo: GESTOR  
CPF: 385.233.459-49

Nome: SÉRGIO DOS SANTOS  
Cargo: TESOUREIRO  
CPF: 423.412.139-87

Sendo o que tínhamos para o momento.

Atenciosamente,

Marcos Norberto Rhoden  
Presidente do Conselho

# Ibirama

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA

Publicação N° 1408108

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de uso de software para a área de gestão de serviços de saúde, neste município, na forma da Lei 10.520/02. Abertura:: 09 de novembro de 2017, as 09:15 h - Sala de licitações da Prefeitura Municipal. Entrega dos envelopes: Até as 09:00 h do dia 09/11/2017 Informações: (47) 3357 8523 - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br), email [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial. Ibirama, 19 de outubro de 2017. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

### PREGAO PRESENCIAL N° 88/2017

Publicação N° 1408121

MUNICIPIO DE IBIRAMA  
PREGAO PRESENCIAL N° 88/2017.

Objeto: Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para eventuais compras parceladas de massa e emulsão asfáltica usinado a quente para aplicação a frio destinada para manutenção dos serviços da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura Municipal. Entrega dos envelopes até o dia 07 de novembro de 2017 as 09h00min. Sessão de abertura as 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) ou ainda pelo e-mail [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - Ibirama, 23 de setembro de 2017. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

# Ilhota

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

Publicação Nº 1408566

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

ERICO DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO para formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2018 podendo ser prorrogado para 2019, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, com a execução técnico-administrativa da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, o qual se regerá pelas instruções especiais contidas neste Edital, Lei Municipal nº 1753/2013, lei complementar nº 47/2013 e legislação vigente.

#### 1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
23/10/2017	Publicação do Edital
23/10/2017 até às 23h59min do dia 06/11/2017	Período de Inscrições
23/10/2017 a 07/11/2017	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
13/11/2017	Publicação do ROL DOS INSCRITOS, DIVULGAÇÃO DO LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS E LOCAL DA ENTREGA DOS TÍTULOS.
14 e 15/11/2017	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
16/11/2017	Homologação das Inscrições
19/11/2017	Realização das provas escritas objetivas.
19/11/2017	Recolhimento dos títulos para a prova de títulos
19/11/2017	Publicação do gabarito provisório (após as 18 horas)
20 e 21/11/2017	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva
27/11/2017	Publicação do julgamento dos recursos contra discordância do gabarito e formulação de questões.
27/11/2017	Publicação do gabarito definitivo, nota da prova objetiva, de Títulos e classificação provisória.
28 e 29/11/2017	Prazo para recurso contra nota da prova objetiva, de Títulos, e classificação provisória.
01/12/2017	Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva, de Títulos, Tempo de Serviço e classificação provisória.
01/12/2017	Publicação do resultado final para Homologação posterior a esta data.

O CANDIDATO QUE NÃO APRESENTAR A HABILITAÇÃO MÍNIMA, EXIGIDA NO ANEXO I DO EDITAL, NO ATO DA CONTRATAÇÃO SERÁ DESCLASSIFICADO DO PROCESSO.

1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e Processo Seletivo e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

#### 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação disposta no Anexo I.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) e [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br), as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

#### 3. DAS VAGAS PARA NECESSIDADES ESPECIAIS PORTADORES DE

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei nº 2.907, de 17 de março de 2009.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal, por SEDEX até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições, para a empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, com sede na Rua Pará, 162, bairro Estados, Timbó/SC, CEP 89120-000 os seguintes documentos:

- a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência..
- b) requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;
- c) parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.
- d) Anexo III deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.9. Caso a aplicação do percentual de 10% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 23/10/2017 a 06/11/2017.

Os candidatos que não possuem acesso à internet, a Prefeitura Municipal de Ilhota disponibilizará local para realização da inscrição no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação, Rua Frei Jacinto nº 30 ---Centro-- Ilhota, SC. Disponibilizará sala informatizada, com atendimento em horário de expediente a partir do dia 23/10/2017.

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e confirmá-lo via internet, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

4.2.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.2.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.2.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.2.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.2.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

4.2.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.2.7. Não será aceita inscrição com falta de documentos, via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional, ou ainda



fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail contato@acesseconcursossc.com.br.

4.5. A Prefeitura Municipal de Ilhota e a Empresa Acesse Concursos LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

4.7. Os candidatos poderão se inscrever em apenas um cargo.

4.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail contato@acesseconcursossc.com.br no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

4.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, enviando e-mail para contato@acesseconcursossc.com.br onde deve constar a solicitação e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.8.2.1. O acompanhante deve ser maior de idade, ou seja, 18 anos, deverá apresentar documento oficial com foto. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário descrito no item 7.1.

4.8.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

## 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO	R\$ 20,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO	R\$ 30,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL SUPERIOR	R\$ 40,00

## 6. DAS PROVAS

### 6.1. DAS PROVAS, DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO

6.2. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.3. Prova Objetiva (PO) de múltipla escolha, com 01 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.3.1. Serão considerados aprovados todos os candidatos que não zerarem na nota da prova objetiva.

6.3.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.2.2.

6.4. Prova de Títulos (PT) para os cargos de Professores de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva, ou seja, que não zerarem. Podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos conforme anexo IV.

6.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

6.6. Para os cargos de professores a nota final será  $PO = 70\% + PT = 30\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$ .

6.6.1. Para os demais cargos a Nota Final será:  $PO = 100\%$ .

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PT = Prova de Títulos

NF = Nota Final

6.7. A classificação dos candidatos aos cargos de PROFESSOR será separada por HABILITADOS E NÃO HABILITADOS. Para contratação, primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS. Esgotadas as opções, passa-se a chamar os candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

6.7.1. Para contratação dos PROFESSORES será respeita a ordem conforme Art. 9º da Lei Municipal nº 1753/2013.

6.8. A classificação para os demais cargos seguirá apenas uma lista.

#### 7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. A PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS SERÁ REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2017, COM INÍCIO ÀS 14H E TÉRMINO ÀS 16H30MIN, SENDO RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE O ACESSO AO LOCAL DA PROVA SERÁ FECHADO ÀS 13H20MIN.

7.1.1. Será vedado o acesso ao local da prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 13 h e 20 minutos, sob qualquer alegação.

7.1.2. O LOCAL DA PROVA OBJETIVA E DE TÍTULOS SERÁ DIVULGADO JUNTAMENTE COM O ROL DE INSCRITOS, PROVA DE TÍTULOS CONFORME O ANEXO IV.

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 30 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. A prova objetiva terá 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

#### PARA TODOS OS CARGOS

CONTEÚDO	QUANTIDADE	ORDEM	VALOR
LÍNGUA PORTUGUESA	05	01 A 05	0,30
MATEMÁTICA	05	06 A 10	0,30
CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES	05	11 A 15	0,30
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	07	16 A 22	0,55
LEGISLAÇÃO	03	23 A 25	0,55

7.2.2.1. Os programas da prova objetiva estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.2.3.1. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido fumar, a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura;

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fazer uso de telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;

7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.2.3.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova será desclassificado do Processo Seletivo.

7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

7.2.3.9. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

7.2.3.10. Será permitido apenas água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.2.5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.2.6. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO RESPOSTA.

7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo

devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática eliminação do candidato do certame.

7.2.8.2. Serão considerados sem efeito os cartões-respostas entregues sem a assinatura do candidato.

7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.

7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.2.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões respostas, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

7.3.1. Os envelopes contendo os cartões-respostas serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais candidatos será:

1º Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

2º Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

3º Que tiver maior idade.

7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;

b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

8.1.1. Da impugnação do presente Edital;

8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

8.1.4. Da nota da prova objetiva;

8.1.5. Da nota da prova de títulos;

8.1.6. Da classificação Provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Administração, no Município de Ilhota.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Acesse Concursos LTDA– [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) no campo RECURSOS, disposto na área referente a este processo seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executiva do presente Processo Seletivo (ACESSE CONCURSOS) constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

## 9. DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

9.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

9.1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

9.1.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

9.1.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

9.1.5 - Carteira de Identidade;

9.1.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

9.1.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

9.1.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

9.1.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

9.1.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

9.1.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

9.1.12 - Certidão de casamento ou união estável;

9.1.13 - 01 foto 3x4

9.1.14 - PIS/PASEP (frente e verso);

- 9.1.15 - Número da conta corrente;
- 9.1.16 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda
- 9.1.17 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;
- 9.1.18 - Cópia da Carteira de Trabalho;
- 9.1.19 - Comprovante de endereço;
- 9.1.20 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
- 9.1.21. Não ter sido dispensado, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar;
- 9.1.22 Não desistir da vaga nos últimos 02 (dois) anos após ter sido assumida no processo escolha de vagas, sem aviso prévio de 30 (trinta) dias. Conforme Lei Municipal nº1753 de 14 de novembro de 2013.
- 9.1.23 Não ter falta injustificada no contrato do ano letivo imediatamente anterior.

9.2 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

#### 10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, a contar de sua homologação final, respeitando a sequência da ordem de classificação do primeiro ao último candidato.

10.2 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a nomeação imediata, mas apenas a expectativa de ser nomeado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

#### 11. DA ESCOLHA DE VAGA

11.1. Na data e horário que será divulgado posteriormente ao resultado final deste Processo Seletivo, o candidato no ato da escolha de vaga que não apresentar a habilitação mínima exigida por este edital, conforme anexo I, será desclassificado do processo

11.2. A escolha de vagas será feita pessoalmente pelo candidato classificado ou, se impedido por qualquer situação, deverá realizá-la através de procuração específica, em data e local que serão comunicados no endereço eletrônico do Processo Seletivo Público 002/ 2017;

11.3. O chamamento público para o preenchimento das vagas será disponibilizado no sítio da Prefeitura Municipal posterior a data de homologação deste processo seletivo;

11.4. Após as datas das escolhas de vagas, realizadas através de primeira e/ou demais chamadas públicas, havendo vagas remanescentes e/ou dependendo da necessidade para outras vagas, as próximas chamadas dos candidatos serão feitas obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, por meio de ligação telefônica ou e-mail, para os quais serão utilizados o(s) número(s) de contato telefônico e endereços de e-mail informado(s) pelos candidatos no ato de inscrição, remanescendo sua responsabilidade na hipótese de alteração destes dados;

11.5. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha da vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos habilitados e não habilitados, conforme o caso, para uma nova chamada.

11.6. O candidato a ser contratado, no ato da escolha de vagas receberá a relação de documentos que deverão ser apresentados, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, após a data da escolha da vaga em que o candidato atuará.

Passado o prazo, será considerado desistente e eliminado do Processo Seletivo Público regido por este Edital, ficando a Secretaria de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.

11.7. Depois de efetivada a escolha de vagas, não será permitido ao candidato efetuar a permuta, exceto por interesse da Administração em decorrência da proposta de ensino, projetos e convênios, mediante parecer favorável das chefias imediatas, desde que na mesma função/ área/disciplina da vaga escolhida.

11.8. O candidato que não comprovar a formação mínima exigida para a área/disciplina declarada no ato de inscrição, na entrega dos documentos, não poderá ser admitido.

11.9. Para admissão, o candidato deverá apresentar os documentos solicitados pelo Departamento Pessoal da Prefeitura/Secretaria de Educação;

11.10. O candidato que na data da admissão apresentar atestado médico para tratamento de saúde ou outro afastamento justificado nos termos da legislação vigente que impeça o início do exercício no tempo previsto por este edital, terá a escolha de vagas cancelada e irá para o final de classificação;

11.11. O processo de escolha de vagas será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Ilhota.

#### 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Ilhota e nos sítios [www.acesseconcur-sossc.com.br](http://www.acesseconcur-sossc.com.br) e [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br).

12.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, constando em ambas a nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

12.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

12.5. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

12.5.1. Anexo I – Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;

12.5.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Objetiva;

12.5.3. Anexo III – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

12.5.4. Anexo IV – Normas para realização da prova de títulos.

Prefeitura Municipal de Ilhota, 23 de outubro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

-

# ANEXO I

## QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

CARGOS	CH/SEMANAL	VAGAS	HABILITAÇÃO MÍNIMA
Atendente de CEIS	40 h	1 + CR	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	40 h	1 + CR	Alfabetizado
Mediador de Leitura e Pesquisa	40 h	1 + CR	Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior
Monitor de Apoio de Educação Especial	20 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio
Motorista	40 h	CR	Alfabetizado- CNH Categoria "D", com Curso de Transporte Escolar.
Nutricionista	40 h	CR	Habilitação em Nutrição (Bacharel)
Pedreiro	40 h	1 + CR	Alfabetizado
Servente/Merendeira	40 h	1 + CR	Ensino Fundamental.
Secretário de Educandário	40 h	CR	Ensino Médio
Professor Artes (Visuais, Teatro e Música)	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Diploma e histórico Escolar de conclusão de licenciatura Plena ou Licenciatura Curta em Educação Artística, ou curso de licenciatura Plena em Artes, ou curso de Licenciatura Plena em Artes Visuais, ou curso de Licenciatura Plena em Artes plásticas, ou curso de licenciatura plena em Artes Cênicas, ou curso de licenciatura plena em música, ou Curso de Licenciatura Plena em Dança.
Professor de Ciências	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas
Professor de Educação Física	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Licenciatura Plena em Educação Física
Professor de Educação Infantil	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior
Professor de Ensino Fund. Anos Iniciais	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior
Professor de Geografia	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Licenciatura Plena em Geografia
Professor de Inglês	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Licenciatura Plena em Letras/Inglês
Professor Ensino Religioso	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Graduado com Licenciatura Plena em Ciências da Religião ou Ensino Religioso.
Professor História	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Licenciatura Plena em História
Professor Matemática	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Licenciatura Plena em Matemática
Professor Português	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Licenciatura Plena em Letras -Português
Professor de Dança	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Licenciatura Plena em Arte ou equivalente, com habilitação em Dança, ou em Educação Física, e no mínimo 40h de curso específico em dança e/ou coreografia.

## QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA CARGOS DE PROFESSORES NÃO HABILITADOS

CARGOS	CH/SEMANAL	VAGAS	HABILITAÇÃO MÍNIMA
Professor de Educação Infantil I Conforme Art. 9º da Lei Municipal nº 1753/2013.	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio em nível de Magistério e cursando a partir do 2º período/fase da Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior.
Professor de Educação Infantil II Conforme Art. 9º da Lei Municipal nº 1753/2013.	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio completo, cursando Magistério e cursando a partir do 2º período/ fase da Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior.
Professor de Educação Infantil III Conforme Art. 9º da Lei Municipal nº 1753/2013.	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio Completo e cursando a partir do 2º período/ fase da Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior.
Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais I Conforme Art. 9º da Lei Municipal nº 1753/2013	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio em nível de Magistério e cursando a partir do 2º período/fase da Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior.
Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais II Conforme Art. 9º da Lei Municipal nº 1753/2013	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio completo, cursando Magistério e cursando a partir do 2º período/ fase da Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior.
Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais III Conforme Art. 9º da Lei Municipal nº 1753/2013	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio Completo e cursando a partir do 2º período/ fase da Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior.
Professor de Inglês	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio e cursando a partir do 2º período/fase da Licenciatura Plena em Letras -Inglês.



Professor Português	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio e cursando a partir do 2º período/fase da Licenciatura Plena em Letras-Português
Professor História	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio e cursando a partir do 2º período/fase da Licenciatura Plena em História.
Professor de Geografia	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio e cursando a partir do 2º período/fase da Licenciatura Plena em Geografia.
Professor Matemática	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio e cursando a partir do 2º período/fase da Licenciatura Plena em Matemática.
Professor de Ciências	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio e cursando a partir do 2º período/fase da Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.
Professor Artes (Visuais, Teatro e Música)	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Certidão de Frequência a partir do 2º período/fase em curso de licenciatura Plena em Educação Artística, ou curso de licenciatura Plena em artes, ou curso de Licenciatura Plena em Artes Visuais, ou curso de Licenciatura Plena em Artes plásticas, ou curso de licenciatura plena em artes Cênicas ou Teatro, ou curso de licenciatura plena em Música, ou Curso de licenciatura Plena em Dança.
Professor Ensino Religioso	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	a) Bacharel em Teologia ou Filosofia; b) Certidão de matrícula e frequência na 3ª fase do curso de Licenciatura Plena em Ciências da Religião ou Ensino Religioso, de 3ª fase do curso Bacharel em Teologia ou Filosofia.
Professor de Educação Física	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio e cursando a partir do 2º período/fase da Licenciatura Plena Educação Física
Professor de Dança	10, 20, 30 ou 40 h	1 + CR	Ensino Médio e cursando a partir do 2º período/fase da Licenciatura Plena em Arte ou equivalente, com habilitação em Dança, ou em Educação Física e no mínimo 20h de curso específico em dança e/ou coreografia.

CR = CADASTRO RESERVA

## TABELA DE SALÁRIOS

PROFESSORES			
CARGA HORÁRIA	VALOR HABILITADO	VALOR NÃO HABILITADO	
10 HORAS	R\$ 719,64	R\$ 460,57	
20 HORAS	R\$ 1.439,29	R\$ 921,14	
30 HORAS	R\$ 2.158,93	R\$ 1.381,72	
40 HORAS	R\$ 2.878,58	R\$ 1.842,29	
DEMAIS CARGOS			
CARGO	VALOR		
ATENDENTE DE CEIS	R\$ 1.191,16		
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.007,28		
MEDIADOR DE LEITURA E PESQUISA	R\$ 2.245,04		
MONITOR DE APOIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	20 HORAS R\$ 778,74		
	40 HORAS R\$ 1.557,49		
MOTORISTA	R\$ 1.545,42		
NUTRICIONISTA	R\$ 1.720,56		
PEDREIRO	R\$ 1.191,16		
SERVENTE /MERENDEIRA	R\$ 1.055,78		
SECRETÁRIO DE EDUCANDÁRIO	R\$ 1.455,86		

ANEXO II  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

## LÍNGUA PORTUGUESA:

Classificação do sujeito – Ortografia, acentuação e pontuação – Classes Gramaticais – Formação de Palavras.

## MATEMÁTICA:

Expressões numéricas, juros simples, problemas envolvendo expressões numéricas.

CONHECIMENTOS GERAIS: Atualidades do Brasil, de Santa Catarina e de Ilhota. Aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de Ilhota.

## LEGISLAÇÃO:

Lei Orgânica do Município de Ilhota



**CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR****LÍNGUA PORTUGUESA:**

As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Ortografia, acentuação e pontuação. Sintaxe – Morfologia – Classes de Palavras – Manual de Redação da Presidência da República: CAPÍTULO I e II.

**MATEMÁTICA:**

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta), razões e proporções; Matemática Financeira: Juros simples e compostos.

**CONHECIMENTOS GERAIS:** Atualidades do Brasil, de Santa Catarina e de Ilhota. Aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de Ilhota.

**LEGISLAÇÃO:**

Lei Orgânica do Município de Ilhota

**CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO**

**ATENDENTE DE CEIS:** Conceitos, Legislação e Histórico da Educação Infantil; Metodologia Científica; O Ambiente na Sala de Aula, Cuidar, Brincar, Ler na Educação Infantil, LDB, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); -. DIDÁTICA GERAL.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:** Conhecimentos específicos na área de atuação: Noções básicas de conservação, manutenção, higiene e limpeza e conservação de móveis e instalações. Noções básicas de limpeza pública: equipamentos, utensílios e ferramentas utilizados na função. Coleta, remoção e reciclagem de lixo e detritos; tipos de lixo e reciclagem. Noções básicas sobre a utilização, guarda e armazenagem de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza. Noções básicas sobre sequência correta das operações; uniformidade da limpeza; uso correto e manutenção dos utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos e ingredientes destinados a limpeza, conservação e manutenção do patrimônio. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs inerente às atividades a serem desenvolvidas. Noções básicas de relacionamento humano no trabalho. Prevenção de acidentes.

**MEDIADOR DE LEITURA E PESQUISA:** A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Articulação entre ler, escrever e as áreas do conhecimento; Ensinar e aprender: perspectiva histórico-cultural. Compreensão e interpretações de textos. A importância da leitura na sociedade, formas de pesquisa, importância da pesquisa. A pesquisa como gerador de conhecimento. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

**MONITOR DE APOIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:** Conceitos, Legislação e Histórico da Educação Inclusiva; Metodologia Científica; Bases Genéticas das Deficiências; Desenvolvimento Neuropsicomotor Normal; Deficiência Mental; Deficiência Auditiva; Deficiência Visual; Deficiência Motora; Libras, LDB, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); -. DIDÁTICA GERAL.

**MOTORISTA:** Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito.

**NUTRICIONISTA:** Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Controle Social em Saúde. Código de ética do nutricionista. Educação Alimentar e Nutricional: Objetivos e possibilidades de ação; Guias alimentares; Promoção e educação em saúde; Alimentação saudável; Hábitos e práticas alimentares. Avaliação Nutricional de coletividades: Vigilância Nutricional - SISVAN; Métodos e técnicas de avaliação do estado nutricional e consumo alimentar de populações; Determinantes sócio-culturais do estado nutricional do consumo de alimentos. Nutrição básica: Conceitos e propriedades; Nutrientes (definição, função, digestão, absorção, metabolismo, interação, biodisponibilidade e fontes alimentares). Nutrição humana nos ciclos de vida: Avaliação Nutricional (critérios e métodos); DRI's - Recomendações nutricionais; Crianças (Pré-escolar e escolar); Adolescentes. Distúrbios do metabolismo (diabetes mellitus e obesidade); Distúrbios do trato digestório.

**PEDREIRO:** Conhecimentos das ferramentas; Normas de segurança; Conhecimentos do sistema de metragem linear; Cubicagem; Conhecimentos dos materiais; Concretagem; Preparação de massas; Noções de assentamento de tijolos e carpintaria. Ecossistemas, poluição, meio ambiente. Revisão de peças e lubrificação de máquinas, noções de pequenos concertos. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Organização e limpeza do local de trabalho. Segurança no trabalho e Utilização de EPI's. Demais atividades inerentes ao cargo. Questionamentos sobre instalação de fiação elétrica Sistemas de água e esgoto: princípios básicos.

**SECRETÁRIO DE EDUCANDÁRIO:** Conhecimento da legislação da escola: matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso. Tipos de documentos administrativos da escola: Matrícula; Transferência; Adaptação e conclusão de curso; Histórico Escolar, Ficha de Avaliação, Boletim Escolar, Calendário, Certificados, Diplomas, Registros e Atas. Escrituração dos documentos pertinentes à vida escolar do aluno e sua guarda. Conhecimento das determinações legais de um Regimento Escolar. Arquivamento de documentos escolares e atualização documental. Arquivamento de documentos escolares e atualização documental. Word: Estrutura básica dos documentos, criação, exclusão e recuperação de documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, configuração de páginas, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, ortografia e gramática, controle de quebras, numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto, mala direta. Excel: Estrutura básica das planilhas, formatação de dados, estilos pré-definidos, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, validação, classificação, sub-totais, obtenção de dados externos. Internet: Email, Segurança na internet, vírus e anti-vírus.

**SERVENTE/MERENDEIRA:** Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. Higiene de utensílios e equipamentos. Higiene dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. Contaminação de alimentos. Comportamento dentro do ambiente de produção de alimentos. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. Cuidados no uso de produtos de limpeza. Relação interpessoal e ética profissional.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: (HABILITADOS E NÃO HABILITADOS)** Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático). Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS (HABILITADO E NÃO HABILITADO):** Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabética ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO E NÃO HABILITADOS):** Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE INGLÊS (HABILITADO E NÃO HABILITADO):** A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia; Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous ; the past perfect; the future; the near future; the future continuous .Modals and auxiliary verbs.Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity. Pronunciation:

vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE PORTUGUÊS (HABILITADO E NÃO HABILITADO):** Concepções de linguagem; A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Articulação entre ler, escrever e as áreas do conhecimento; Ensinar e aprender: perspectiva histórico-cultural. Compreensão e interpretações de textos. – Denotação e Conotação; - Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; - Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; - Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. - Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE HISTÓRIA (HABILITADO E NÃO HABILITADO):** Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL.

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA (HABILITADO E NÃO HABILITADO):** Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; Geografia de Santa Catarina - Geografia Física dos Continentes; - Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; - Aspectos Econômicos; modo de produção; - Sistema Financeiro; - Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); - Endividamento interno e externo; - Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; - Sistemas de governo; - População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); - IDH; Urbanização; - Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática; - Efeito Estufa; El nino; Questões Ambientais; - Ecossistemas e Biotecnologia. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL.

**PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO E NÃO HABILITADO):** Metodologia de ensino de Artes; A paisagem artística sob a ótica do teatro, da música, das artes visuais e da dança – suas particularidades e diferenças em relação ao tempo e espaço; A paisagem artística a partir da diversidade cultural; Aspectos formais do teatro, música, artes visuais e dança. Estudo da arte e de sua manifestação nas diferentes poéticas: visuais, cênicas e musicais; Poéticas, meios e substâncias expressivas; Composição, estrutura e organização da expressão; Técnicas, modos e procedimentos criativos; Modalidades expressivas visuais, cênicas e musicais. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais (histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas). Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina,

**PROFESSOR - ENSINO RELIGIOSO (HABILITADO E NÃO HABILITADO):** Organizações religiosas; Lugares Sagrados; Textos Sagrados orais ou escritos; Símbolos Religiosos; Temporalidade Sagrada; Festas Religiosas; Ritos; Vida e Morte. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA (HABILITADO E NÃO HABILITADO):** Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Grau, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS (HABILITADO E NÃO HABILITADO):** Organização básica de células procarióticas e eucarióticas: estrutura e função das substâncias orgânicas e inorgânicas que compõem os seres vivos; Metabolismo celular; Reprodução sexuada e Embriologia. A Continuidade da Vida: Hereditariedade e a natureza do material hereditário: As bases moleculares da hereditariedade. Fundamentos da Genética. Processos de evolução: Teorias da evolução; Causas genéticas da variabilidade; Seleção e Adaptação; Isolamento reprodutivo e formação de novas espécies; Genética de Populações; Origem e evolução da espécie humana. A Diversidade da Vida. Vírus: Estruturas, ciclo de vida e patologias relacionadas. Monera, Protista e Fungi: Características gerais e aspectos básicos da reprodução; Importância ecológica e econômica; Prevenção das principais doenças humanas. Plantas: Características gerais dos principais grupos de plantas; Evolução das plantas e adaptações morfológicas e reprodutivas ao ambiente; Organização morfológica básica, crescimento, desenvolvimento e reprodução das Angiospermas. Animais: Características gerais e hábitat dos principais grupos de animais; Evolução dos animais e comparação

dos principais grupos quanto à alimentação, locomoção, respiração, circulação, excreção, osmorregulação e reprodução; Animais parasitas do ser humano: ciclos de vida e medidas profiláticas; Animais urbanos e suas relações com os humanos; Estrutura básica e fisiologia dos sistemas do corpo humano; Nutrição e desnutrição; Reprodução Humana e regulação neuro-endócrina; Doenças sexualmente transmissíveis; Constituição do pensamento humano. Os Seres Vivos e o Ambiente: Populações, comunidades e ecossistemas; O fluxo energético e os ciclos da matéria nos ecossistemas; Dinâmica das populações; Ecossistemas aquáticos; Ecossistemas terrestres; Características gerais dos principais tipos de ecossistemas brasileiros. Ecologia humana: Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

PROFESSOR DE DANÇA HABILITADO E NÃO HABILITADO: Concepções de ensino e aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; A importância de trabalhar jogos Cooperativos, conhecimento de práticas desportivas. Dança e movimento; A dimensão estética da dança; Dança e sociedade; Dança e diversidade cultural; Pressupostos metodológicos do ensino da dança. Educação integral na formação do sujeito. Recreação e Lazer como qualidade de vida. Desenvolvimento Físico, Cognitivo e Psicossocial na Meia Idade e Terceira Idade. Dança popular, folclórica e tradicional. Expressão corporal. Dança clássica. Dança contemporânea. Estilos de dança na atualidade. Conhecimentos teóricos para preparação básica de um grupo de dança. Alongamento e Flexibilidade. Ritmo: classificação, valores, composição. Movimentos: classificação, postura, posições, passagens, deslocamentos. Coreografias. Dança: história, classificação, linhas coreográficas, técnica de transmissão. Expressão e comunicação artística. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
RG:	
CARGO PRETENDIDO:	

#### DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 "d" do Edital nº \_\_\_\_\_ do município \_\_\_\_\_ para que surta os efeitos legais que:

- 1 - A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- 2 - Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:


\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

### ANEXO IV

#### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

I – Os documentos para prova de títulos serão recebidos no dia 19 de novembro das 9h até as 11h e 30 min. O local a ser divulgado juntamente com o ROL DE INSCRITOS.

OS CANDIDATOS DEVERÃO LEVAR TODOS OS DOCUMENTOS AUTENTICADOS EM CARTÓRIO, OU CÓPIA SIMPLES ACOMPANHADO DO ORIGINAL PARA QUE FAÇA O CONFERE COM ORIGINAL. NÃO SERÁ REPRODUZIDO CÓPIA DE DOCUMENTOS NO LOCAL

II. Os títulos deverão ter relação com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição ou não serão computados.

III. Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentem a respectiva carga horária no mesmo.

IV. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.



V. Não haverá em hipótese alguma outro período para entrega dos documentos para prova de títulos.

VI. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

VII. Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas, aproveitamento, assinatura e carimbo do responsável pela emissão.

VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

IX. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

X. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

XI. Os pontos das linhas "a", "b" e "c" da tabela a seguir não são acumulativos, será validada apenas a pontuação do maior título apresentada pelo (a) candidato (a).

XII. Somente será computado o título dos candidatos aprovados na prova objetiva.

PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES HABILITADOS SERÁ COMPUTADA NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO		
Certificado de conclusão de Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado.	Especialização	3 pontos	a
	Mestrado	5 pontos	b
	Doutorado	8 pontos	c
Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Educação realizados a partir de Janeiro de 2016.	0,1 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 02 pontos.		d

PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES NÃO HABILITADOS SERÁ COMPUTADA NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Declaração ou atestado de frequência da fase ou período em que está matriculado (a).	1,00 para cada fase ou período cursado, totalizando no máximo 8,00 pontos
Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Educação realizados a partir de Janeiro de 2016.	0,1 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 02 pontos.

## PORTARIA 223/2017

Publicação Nº 1407847

PORTARIA Nº 223/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) João Roberto Vieira, no cargo de DIRETOR PRESIDENTE DO ILHOTAPREV, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de setembro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 19 de outubro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

## PORTARIA 224/2017

Publicação Nº 1407851

PORTARIA Nº 224/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr.ª Elaine Araújo Machado, do cargo de ATENDENTE DE CEI, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 05 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 19 de outubro de 2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 225/2017**

Publicação N° 1407853

PORTARIA N° 225/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

ADMITIR,

Os servidores abaixo, nos seus respectivos cargos:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO
Bruno dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	02/10/2017
Cecilia de Fátima Varela Lima	Agente Comunitário de Saúde	09/10/2017
Elaine Araújo Machado	Professor NH	06/10/2017
Gabriela Paim Martens	Professor NH	01/10/2017
Letícia Pereira	Atendente de CEI	06/10/2017
Lorilei Rodrigues de Vargas Jacob	Agente Comunitário de Saúde	09/10/2017
Marilene Travasso de Andrade	Agente Comunitário de Saúde	09/10/2017

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 19 de outubro de 2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 226/2017**

Publicação N° 1407857

PORTARIA N° 226/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) Alessandra Theiss, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 02 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 19 de outubro de 2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 227/2017**

Publicação N° 1407858

PORTARIA N° 227/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio a Sra. Cíntia Batista, no cargo de PROFESSOR, a partir de 02 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 19 de outubro de 2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA 228/2017**

Publicação N° 1407859

**PORTARIA N° 228/2017**

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

**RESOLVE**

EXONERAR POR APOSENTADORIA, o(a) Sr(a) Izolde Terezinha Debarba, do cargo de SERVENTE, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 19 de outubro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Silvio Galdino da Silva

Auxiliar de Serviços  
Gerais

02/10/2017

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 19 de outubro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 229/2017**

Publicação N° 1407862

**PORTARIA N° 229/2017**

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

**RESOLVE**

EXONERAR A PEDIDO DA MESMA, o(a) Sr(a) Maria Silveti dos Santos, do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 19 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 19 de outubro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 230/2017**

Publicação N° 1407867

**PORTARIA N° 230/2017**

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

**RESOLVE**

DEMITIR,

Os servidores abaixo, dos seus respectivos cargos:

NOME	CARGO	DATA DE DEMISSÃO
Jose Arlindo Bernardo Junior	Operador de Máquinas	16/10/2017

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 073 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1408903

DECRETO Nº. 73 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito do Município de Imaruí-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional de Remanejamento no Orçamento, exercício 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00		1.065	Aplicações Diretas	60.000,00
Total				60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação disposta no art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	41	1.065	Aplicações Diretas	60.000,00
Total				60.000,00

Art. 3º - Fica autorizado proceder aos ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2017.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 20 de outubro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

### DECRETO Nº. 074, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1408901

DECRETO Nº. 074, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, no orçamento do Poder Executivo e Fundo Municipal, exercício 2017, na importância de R\$ 195.000,00, nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SEC.DE TRANSP.OBRAS E SERV.URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	148	1.000	Aplicações Diretas	60.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			

PROJ/ATIV. – 2.104	MANUTENÇÃO DO PAB FIXO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	10	1.064	Aplicações Diretas	15.000,00
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	39	1.002	Aplicações Diretas	120.000,00
Total				195.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(es) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURIDICA			
PROJ/ATIV. – 2.008	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	11	1.000	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO – 7	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP.E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	58	1.000	Aplicações Diretas	55.000,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	65	1.000	Aplicações Diretas	60.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.002	Aplicações Diretas	15.000,00
UNIDADE – 14.05	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	65	1.002	Aplicações Diretas	15.000,00
Total				195.000,00

Art. 3º Fica autorizado proceder aos ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2017.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 24 de outubro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

**LEI Nº. 2.004, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408904

LEI Nº. 2.004, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

ACRESCENTA O INCISO IV AO ART. 2º E ALTERA O CAPUT DOS ARTIGOS 4º E 5º DA LEI Nº. 1.890, DE 21 DE AGOSTO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - Acrescenta o inciso IV ao Artigo 2º da Lei 1890, de 21 de agosto de 2015, com a seguinte redação:

“IV – Tratamento de saúde de alta complexibilidade fora do Município, sendo que, excepcionalmente no presente caso poderá ser locado imóvel fora do Município de Imaruí-SC.”

Art. 2º- O caput do Artigo 4º da Lei 1890, de 21 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O benefício da Bolsa Aluquel Social será destinado exclusivamente ao pagamento de locação residencial e limitar-se-á ao valor do

aluguel do imóvel locado, até o limite de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais por família.”

Art. 3º- O caput do Artigo 5º da Lei 1890, de 21 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O benefício da Bolsa Aluguel Social será concedido em prestações mensais, mediante depósito bancário em conta sob a titularidade do responsável identificado e/ou diretamente ao locador no caso do inciso IV do Artigo 1º da Lei 1.890/2015.”

Art. 4º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 24 de outubro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios.

## LEI Nº. 2.005, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1408908

LEI Nº. 2.005, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, no orçamento do Poder Executivo e Fundo Municipal, exercício 2017, na importância de R\$ 195.000,00, nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SEC.DE TRANSP.OBRAS E SERV.URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	148	1.000	Aplicações Diretas	60.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.104	MANUTENÇÃO DO PAB FIXO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	10	1.064	Aplicações Diretas	15.000,00
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	39	1.002	Aplicações Diretas	120.000,00
Total				195.000,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o item (1) anterior (a) serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentárias:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURIDICA			
PROJ/ATIV. – 2.008	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	11	1.000	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO – 7	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP.E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	58	1.000	Aplicações Diretas	55.000,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	65	1.000	Aplicações Diretas	60.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.002	Aplicações Diretas	15.000,00

UNIDADE – 14.05	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	65	1.002	Aplicações Diretas	15.000,00
Total				195.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2017.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 24 de outubro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios.

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 23/2017 PREGÃO 16/2017 DEMUTRAN

Publicação Nº 1408715

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
DEMUXRAN  
PROCESSO Nº 23/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2017

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 08 de novembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TONER, TINTA E REFIL DE TINTAS E RECARGAS DE CARTUCHOS PARA AS IMPRESSORAS DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DA POLÍCIA MILITAR DE IMBITUBA/SC."

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 24 de outubro de 2017

Jean Carlos de Brida Silva

Tenente Coronel da PM - Comandante da Guarnição Especial de Imbituba

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 24.2017 DISPENSA 04.2017

Publicação Nº 1408834

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEMUSA  
PROCESSO Nº 24/2017  
DISPENSA Nº 04/2017

Objeto: Locação de imóvel não residencial medindo no total 135m2, situado à Rua: João Correa Espindola, s/nº, Bairro Araçatuba, para instalação da Unidade de Saúde de Araçatuba da Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: Rozimere Costa Michels.

CPF: 912.679.869-72

Valor Total: R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de outubro de 2017.

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal de Saúde de Imbituba

### EXTRATO DE REVOGAÇÃO PROCESSO 91.2017 PREGÃO 58.2017

Publicação Nº 1408739

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 91/2017, na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, de nº 58/2017, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 23 de outubro de 2017.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 726/2017

Publicação Nº 1408368

PORTARIA PMI/SEAD Nº 726, de 23 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a Retificação da PORTARIA PMI/SEAD Nº 725, de 20 de outubro de 2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Retificar, a PORTARIA PMI/SEAD Nº 725, de 20 de outubro de 2017, referente a admissão da abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na



tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Onde se lê:

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Sheron Lúcia Nascente Bitencourt	Auxiliar Cuidadora/Educadora	002.798.760-41	23/10/2017

Leia-se:

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Sheron Lúcia Nascente Bitencourt	Cuidadora/Educadora Residente	002.798.760-41	23/10/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de outubro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### **PORTARIA PMI/SEAD Nº 727/2017**

Publicação Nº 1408544

PORTARIA PMI/SEAD Nº 727, de 23 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Edna Andrade Moraes	Servente Merendeira 40h	812.649.259-72	25/10/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de outubro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

# Imbuia

## PREFEITURA

### EDITAL 62/2017

Publicação N° 1408434

#### MUNICÍPIO DE IMBUIA

#### PREGÃO PRESENCIAL N.º 62/2017

Tipo "Menor Preço por item" para eventual contratação de pessoa jurídica para realização de processo seletivo destinado para contratação de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (AEE), AUX. DE SERVIÇOS GERAIS, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTES (VISUAIS, CÊNICAS, MÚSICA E DANÇA), SERVENTE/MERENDEIRA, PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL, NUTRICIONISTA, MOTORISTA, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, ENFERMEIRO, MEDICO, AUX. DE SERVIÇOS GERAIS (TRABALHADOR BRAÇAL) para admissão em caráter temporário, para a Prefeitura Municipal de Imbuia. Conforme o Edital de Licitação n.º62/2017. LEG. Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Pref. Municipal, na AV. Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 10:00h do dia 07/11/2017. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 24/10/2017. João Schwambach - Prefeito Municipal.

## Indaial

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2017

Publicação Nº 1408057

ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.33/2017

Processo Licitatório Nº 17/00000155

Pregão Nº 6/2017

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.33/2017

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, de um lado a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FME**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.789.410/0001-02, com sede na Rua Leoberto Leal, nº 155, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Márcio Moisés Selhorst**, Diretor, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 811.016.789-68 e Cédula de Identidade nº 2.962.561, residente e domiciliado à Rua Dr. Blumenau, nº 4180, Bairro Encano Baixo, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000155 - Pregão Nº 6/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 MILLATUR TURISMO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.075.578/0001-93, estabelecida à RUA SANTA MARIA, nº 375 – Bairro JOÃO PAULO II, no município de Indaial – Santa Catarina.

**2. DO OBJETO:**

- 2.1. Contratação dos serviços de locação de veículos para transporte dos atletas da FME.  
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

## 3.1.1.

348244 - MILLATUR TURISMO LTDA ME						
Lote: 1 - LOTE 01.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Locação de veículo tipo van, para transporte de atletas em eventos esportivos. As especificações dos itens mencionados no quadro acima, estão inseridas no Anexo III - Termo de Referência.	QUILOMETRO		15.000	R\$3,33	R\$49.950,00

2	Locação de veículo tipo micro ônibus, para transporte de atletas em eventos esportivos. As especificações dos itens mencionados no quadro acima, estão inseridas no Anexo III - Termo de Referência.	QUILOMETRO		15.000	R\$4,53	R\$67.950,00
3	Locação de veículo tipo ônibus, para transporte de atletas em eventos esportivos. As especificações dos itens mencionados no quadro acima, estão inseridas no Anexo III - Termo de Referência.	QUILOMETRO		15.000	R\$5,14	R\$77.100,00
Total Lote:						R\$195.000,00
Total Fornecedor:						R\$195.000,00
Total Homologação:						R\$195.000,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

#### 5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

#### 6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 155/2017 - Edital de Pregão nº 6/2017.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em

desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

**11. RESCISÃO DA ATA:**

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,



- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal nº 654/2014.

**15. AS PARTES:**

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 19 de outubro de 2017.

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**  
**VEREADOR MARCO MARCOS HADLICH**  
Márcio Moisés Selhorst  
Diretor Executivo

**MILLATUR TURISMO LTDA ME**  
CARLITO WEGNER  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

**DECRETO Nº 897/17**

Publicação Nº 1407751

. DECRETO Nº 897/17  
. De 20 de outubro de 2017

ALTERA DECRETO Nº 34/2017 - NOMENCLATURA DO CARGO / CLAUDIO ARANI NUNES

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199, de 09 de outubro de 2017 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando a revogação da Lei Complementar 83 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado no Decreto nº34/2017, que nomeia CLAUDIO ARANI NUNES, a nomenclatura do cargo de Chefe de Divisão de Defesa Civil (CC3) para Gerente de Serviços Urbanos (CC5), Urbanização, previsto no Anexo III da Lei Complementar 199/17, com vencimento pertinente ao respectivo cargo de origem.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/10/2017.

Município de Indaial, em 20 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 898/17**

Publicação Nº 1407750

. DECRETO Nº 898/17  
. De 20 de outubro de 2017  
EXONERA GERENTE DE SERVIÇOS URBANOS / CLAUDIO ARANI NUNES

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 20 de outubro de 2017, do Cargo em Comissão de Gerente de Serviços Urbanos (símbolo CC-5), CLAUDIO ARANI NUNES, inscrito no CPF sob o nº 834.783.379-68, nomeado nos termos do Decreto nº 34/2017 e alterado a nomenclatura pelo Decreto nº 897/17.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 903/17**

Publicação Nº 1408058

. DECRETO Nº 903/17  
. De 23 de outubro de 2017  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICIPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2,33 (DOIS REAIS E TRINTA E TREIS CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.3319000000000000	01370005	2,33

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## EDITAL N° 08/2017 - PAVIMENTAÇÃO - SISTEMA MUTIRÃO DA RUA SAFIRA - ETAPA I

Publicação N° 1407985

Indaial, 18 de outubro de 2017

EDITAL N° 08/2017

O Prefeito de Indaial, André Luiz Moser, torna público de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 79/2007, Leis 4580/2011 e 4841/2013 e Decretos Municipais nºs 2472/2012 e 881/2017, orçamento contendo custos da pavimentação com lajota tijolão de concreto – Sistema Mutirão da Rua Safira – Etapa I, Bairro Ribeirão das Pedras, totalizando 1.801,20m² de pavimentação (225,00 metros de extensão) e 450,30 metros lineares de testadas. Importando a obra em R\$ 179.746,75 (cento e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos). Iniciando, na propriedade de Agenor Lunelli, pelo lado direito e de Adelio Knop pelo lado esquerdo; terminado no lado direito na propriedade de Florinus Vanderlinde e Anita Dirksen e pelo lado esquerdo na propriedade de Elsira Manske.

### MEMORIAL DESCRITIVO

#### 1. MATERIAL

- 1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
- 1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto;
- 1.3 – Pó de brita para colchão de assentamento de lajota;
- 1.4 – Tijolos maciços para confecção e reparação de caixas coletoras;
- 1.5 – Grelha para caixa coletora;
- 1.6 – Cimento para confecção e reparação de caixas coletoras;
- 1.7 – Tubo de concreto = 30 cm diâmetro.

#### 2. MÃO-DE-OBRA

- 2.1 – Colocação de lajota tijolão de concreto com preparação do colchão para assentamento e rejunte das sarjetas;
- 2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte das fugas;
- 2.3 – Abertura de vala para colocação de tubos;
- 2.4 – Confecção e reparo de caixas coletoras;
- 2.5 – Colocação de tubos;
- 2.6 – Preparo da cancha para colocação de lajota tijolão de concreto;
- 2.7 – Rolo compactador;
- 2.8 – Carregadeira;
- 2.9 – Retroescavadeira.

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
<b>1. MATERIAL</b>				
1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m²	1.801,20	46,00	82.855,20
1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto		450,30	26,00	11.707,80
1.3 – Colchão com pó de brita	m³	181,00	65,00	11.765,00
1.4 – Grelha para confecção e reparação de caixa coletora	pç	07,00	48,00	336,00
1.5 – Tijolo comum para confecção e reparação de caixa coletora	Unid	800,00	0,50	400,00
1.6 – Cimento comum para confecção e reparação de caixa coletora	saco	3,00	22,00	66,00
1.7 – Tubo de concreto = 30 cm diâmetro.	m	28,00	16,94	474,32
<b>TOTAL ITEM 01 = R\$</b>				<b>107.604,32</b>
<b>2. MÃO-DE-OBRA</b>				
2.1 – Execução de pav. com preparação de colchão	m²	2.594,40	21,86	56.713,58
2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte de fugas	m	648,60	9,75	6.323,85
2.3 – Confecção de caixa coletora	unid.	4,00	80,00	320,00
2.4 - Reparo de caixa coletora	unid	3,00	50,00	150,00
2.5 – Máquina para preparação de cancha	h	20,00	240,00	4.800,00
2.6 – Rolo compactador	h	3,00	80,00	240,00
2.7 - Colocação de tubo de concreto 30cm	m	20,00	20,00	400,00
2.8– Transporte de material excedente	h	20,00	63,50	1.270,00
2.9– Carregadeira	h	20,00	80,00	1.600,00

2.10 – Retroescavadeira	h	5,00	65,00	325,00						
TOTAL ITEM 02 = R\$				72.142,43						
TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 = R\$				179.746,75						
3. CUSTOS DA OBRA										
3.1 Participações dos moradores				169.365,43						
3.2 – Participações do Poder Público										
3.2.1 – Infraestrutura e melhorias				10.381,32						
TOTAL ITEM 03 = R\$				179.746,43						
DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS										
		TESTADA	ÁREA							
PROPRIETÁRIOS		(m)	(m²)	TOTAL - R\$						
Lado Direito										
Agenor Lunelli		55,00	220,00	16.742,00						
Claudemar Thomsen		15,50	62,00	4.718,20						
Magno Alves da Silva		16,50	66,00	5.022,60						
Antonio Baldessari		15,00	60,00	4.566,00						
Gustavo Theindl		16,00	64,00	4.870,40						
Antonio Cunhago		15,00	60,00	4.566,00						
Claudinei Ferreira		16,00	64,00	4.870,40						
Edilson Block		7,50	30,00	2.283,00						
Alessandra Reiter		7,50	30,00	2.283,00						
Aldair Siqueira		16,00	64,00	4.870,40						
Luis Carlos Bento		15,00	60,00	4.566,00						
Ronald Thurow		15,50	62,00	4.718,20						
Florinus Vanderlinde e Anita Dirksen		14,00	56,00	4.261,60						
Lado Esquerdo										
Adelio Knop		49,50	198,00	15.067,80						
Ari Rudell		25,20	100,80	7.670,88						
Domingos Savio Pereira		12,60	50,40	3.835,44						
Tania Rausch		12,60	50,40	3.835,44						
Tiego de Oliveira/Vilson Carlos de Oliveira		29,60	118,40	9.010,24						
Donato Borgert e Gertrudes Dubiella		25,20	100,80	7.670,88						
Reinaldo Thomsen		25,20	100,80	7.670,88						
Ralf Thomsen		25,20	100,80	7.670,88						
Elsira Manske		20,70	82,80	6.301,08						

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supramencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.

2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, com redação dada pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.

3. O não pagamento implicará:

3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)

3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.

3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PREFEITO

**CÂMARA MUNICIPAL****PROCESSO LICITATÓRIO 27/2017 - TERMO DE DISPENSA 18/2017**

Publicação Nº 1408859

PROCESSO LICITATÓRIO 027/2017  
TERMO DE DISPENSA 018/2017

DATA DE EMISSÃO: 23/10/2017

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

OBJETO:

Aquisição de Placas de Homenagens para as sessões solenes que serão realizadas com o intuito de homenagear publicamente cidadãos com os títulos de cidadania benemerita ou honorária, aprovados por decreto legislativo na Câmara de Vereadores de Indaial, bem como a Homenagem ao dia da Reforma Luterana, conforme indicação aprovada no dia 14/08/2017.

UNIDADE REQUISITANTE:

Câmara Municipal de Indaial.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 8h30 às 20h30, ou pelo Telefone: (47) 33806900; ou pelo e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br. O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou pelo site: www.camaraindaial.sc.gov.br.

Osvaldo Metzner

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 23 de outubro de 2017.

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 27/2017 - TERMO DE DISPENSA 18/2017**

Publicação Nº 1408860

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 027/2017 – Termo de Dispensa nº 018/2017 consoante termo de dispensa em anexo.

OSVALDO METZNER

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 24 de outubro de 2017.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 27/2017 - TERMO DE DISPENSA 18/2017**

Publicação Nº 1408861

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 027/2017 – Termo de Dispensa nº 018/2017: HB COMÉRCIO DE BRINDES LTDA. R\$ 2.190,00 (dois mil cento e noventa reais) para a aquisição de

Placas de Homenagens para as sessões solenes que serão realizadas com o intuito de homenagear publicamente cidadãos com os títulos de cidadania benemerita ou honorária, aprovados por decreto legislativo na Câmara de Vereadores de Indaial, bem como homenagem ao dia da Reforma Luterana, conforme Indicação aprovada na sessão de 14/08/2017.

Osvaldo Metzner

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 24 de outubro de 2017.



# Ipira

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 053/2017-PMI

Publicação Nº 1407812

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPIRA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 053/2017 - PMI  
Pregão Presencial nº 039/2017 - PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preço, para aquisição de material elétrico, para atender a realização do evento da Noite das Lanternas. Entrega dos envelopes até as 08h45min do dia 06 de Novembro de 2017. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0\*\*49) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br

Ipira (SC), 20 de Outubro de 2017.

Emerson Ari Reichert

Prefeito Municipal

# Ipuaçu

## PREFEITURA

**PL FMS 15/2017 PP FMS 12/2017**

Publicação Nº 1408467

**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório FMS n.15/2017, Tipo Pregão Presencial FMS n. 112/2017, (menor por item).

Entrega de envelopes: Até às 08h30min de 09 de novembro de 2017.

Data de abertura: A partir das 08h45min de 09 de novembro de 2017.

Objeto: Aquisição de leites – formulas lácteas e outros diversos tipos para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde. Conforme descrito no Anexo I- termo de referência, deste edital.

Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuaçu - SC, em 23 de outubro de 2017

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017/PM

Publicação Nº 1408313

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 08/11/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 08/11/2017. Objeto da licitação: Aquisição de uma escavadeira hidráulica nova, ano de fabricação 2017, com a utilização de recursos do MAPA, contrato de repasse nº 844228/2017, operação nº 1042190-78, e conforme demais características constantes do anexo III do edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 23/10/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

# Irani

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2017

Publicação Nº 1408341

#### AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2017

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO GLOBAL para contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra especializada para reforma/recuperação da máquina motoniveladora CATERPILLAR 12h - Patrimônio nº 5271 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, conforme Laudo Técnico.

Recebimento de Envelopes: até às 8h30min do dia 08/11/2017.

Abertura: às 9h00min horas do dia 08/11/2017.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Irani, Rua Eilírio De Gregori, 207, Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site [www.irani.sc.gov.br](http://www.irani.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 3432-3214.

Irani, SC, 23 de outubro de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3305/2017

Publicação Nº 1408614

Decreto nº 3.305/2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.913 de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Fica suplementada no montante de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) a dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
4.4.90.00.00.00.00.00.0257 (84)	Aplicações Diretas	R\$ 6.000,00

Art. 3º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.008 – Ensino Fundamental para Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (61)	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0257 (62)	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

Art. 4º - Fica suplementada montante de R\$ 1.833,00 (Mil oitocentos e trinta e três reais) a dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.059 – Programa Merenda Escolar – Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0191 (64)	Aplicações Diretas	R\$ 1.833,00

Art. 5º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.060 – Programa Merenda Escolar – Ensino de Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00.00.00.00.0191 (90)	Aplicações Diretas	R\$ 900,00

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.062 – Programa Merenda Escolar – Atendimento Educacional Especializado		
3.3.90.00.00.00.00.00.0191 (93)	Aplicações Diretas	R\$ 933,00

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 16 de Outubro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 47/2017 - PM**

Publicação N° 1408051

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 47/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de novembro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "LOCAÇÃO DE ONIBUS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, POR QUILOMETRO RODADO, CONFORME A NECESSIDADE". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Irineópolis, 23 de outubro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº001/2017**

Publicação Nº 1408297

**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017****Edital do Concurso Público nº 001/2017**

A **Câmara Municipal de Irineópolis**, Estado de Santa Catarina, torna público que realizará por meio do **INSTITUTO EXCELÊNCIA LTDA - ME**, na forma prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e regida de acordo com as Leis Municipais pertinentes, a abertura de inscrições do **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS** visando selecionar candidatos para o preenchimento de Cadastro de Reserva de Cargos públicos especificadas no **Anexo I** deste Edital. O Concurso Público será regido pelas instruções a seguir:

**1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1** - O Concurso Público será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e será organizado pela empresa Instituto Excelência Ltda. - ME, sediada à Avenida Brasil, nº 884, Sala 02 – Zona 08 – Maringá – PR – CEP 87.050-465, TELEFONE (44) 3026 1016. Horário de expediente: 09:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00h, ou por e-mail [contato@institutoexcelenciapr.com.br](mailto:contato@institutoexcelenciapr.com.br).
- 1.2** - O presente Concurso Público será regido pelas instruções especiais constantes do presente Edital, elaborado em conformidade com os ditames das Legislações Federal e Municipais vigentes e pelas normas cabíveis que vierem a surgir.
- 1.3** - Os Cargos e as vagas estão disponíveis nos **Anexos I** do presente Edital.
- 1.4** - O Concurso Público compreenderá a aplicação de **Prova Escrita Objetiva de caráter classificatório e eliminatório**.
- 1.5** - As provas serão realizadas na cidade de Irineópolis-SC, por definição conjunta da Câmara Municipal de Irineópolis e da empresa organizadora, Instituto Excelência Ltda. - ME.
- 1.6** - O edital completo e respectivas retificações serão anexados no quadro de avisos da Câmara Municipal de Irineópolis-SC, e nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.camaradeirineopolis.com.br](http://www.camaradeirineopolis.com.br).
- 1.7** - Os meios oficiais de divulgação dos atos deste Concurso Público serão Mural da Câmara Municipal de Irineópolis -SC, localizada na Rua Guanabara, nº 288, Centro, Irineópolis - SC, em jornal com circulação no município e os sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.camaradeirineopolis.com.br](http://www.camaradeirineopolis.com.br).
- 1.8** - É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público/ou a divulgação desses documentos através do site [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e demais meios oficiais de divulgação definidos no **item 1.7**.
- 1.9** - Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário de Brasília.

**2 – DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO**

- 2.1** - São condições para inscrição:
- 2.1.1** - Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal 70.436/72.
- 2.2** - São requisitos para inscrição:
- 2.2.1** - Ser aprovado neste Concurso Público;
- 2.2.2** - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos e máximo de 75 (setenta e cinco) anos;
- 2.2.3** - Ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do cargo mediante confirmação de exame médico admissional;
- 2.2.4** - Estar quites com o Serviço Militar, se, do sexo masculino;
- 2.2.5** - Estar no gozo dos direitos civis e políticos;
- 2.2.6** - Atender as condições, escolaridade e requisitos prescritos para o cargo;
- 2.2.7** - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado “a bem do serviço público”, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental;
- 2.2.8** - Gozar de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo, comprovada em prévia inspeção médica oficial;
- 2.2.9** - Não possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite



**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**



acumulação de cargos, empregos e funções, ressalvados os casos contidos nas alíneas “a”, “b” e “c”, inc. XVI, do art. 37, da Constituição Federal, inclusive no que concerne à compatibilidade de horários.

**2.2.10** - Não ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para o mesmo cargo, e nem estar em idade de aposentadoria compulsória.

**2.3** - Os requisitos citados acima, assim como os dispostos no **Anexo I** deste Edital são essenciais para provimento do cargo, devendo o candidato na ocasião da posse, apresentar os documentos exigidos ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Irineópolis-SC. No caso do não cumprimento das referidas exigências, o candidato perderá o direito à vaga.

### **3 – DAS INSCRIÇÕES**

#### **3.1 - DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**3.1.1** - As inscrições serão realizadas pela internet, conforme item 3.2. Não serão admitidas inscrições pelo Correio, Fax, E-mail ou outra forma diferente da definida no item 3.2.

#### **3.2 – DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET**

**3.2.1** - Será admitida a inscrição apenas via INTERNET, no endereço eletrônico [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br), a partir do dia **19/10/2017 as 12h** até o dia **17/11/2017 as 12h** desde que efetuar seu pagamento até o dia **17/11/2017** através de “**Boleto Bancário**” a ser emitido após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição no endereço [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br).

**3.2.2** - A inscrição efetuada via internet somente será validada após a constatação do pagamento do **boleto bancário** referente à taxa de inscrição dentro do prazo estabelecido pelo presente Edital.

**3.2.3** - Não serão considerados válidos pagamentos do boleto após o prazo do seu vencimento ou com valores divergentes.

**3.2.4** - A única forma de pagamento da taxa de inscrição é através do **boleto bancário**.

**3.2.5** - É de responsabilidade exclusiva do candidato, observar os dias e horários da rede bancária credenciada, para o pagamento da taxa de inscrição.

**3.2.6** - Não serão acatadas inscrições cujo pagamento do valor da inscrição tenha sido efetuado em desacordo com as opções oferecidas no ato do preenchimento da inscrição via internet, seja qual for o motivo alegado.

**3.2.7 - O Instituto Excelência**, não se responsabiliza por inscrições via internet não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados, salvo por culpa exclusiva da instituição organizadora.

**3.2.8** - Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o site [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br). Em caso de dúvida para efetivar a sua inscrição, o candidato poderá consultar o “Menu do Candidato” de como realizar a sua Inscrição, disponível na página inicial do site ou entrar em contato com a empresa através do e-mail [contato@institutoexcelenciapr.com.br](mailto:contato@institutoexcelenciapr.com.br) ou através do telefone (44) 3026-1016.

**3.2.9** - Os valores de inscrição pagos em desacordo com o estabelecido neste Edital não serão devolvidos.

**3.2.10** – Os candidatos poderão se inscrever para mais de um cargo, sob sua responsabilidade, devendo verificar para tanto a compatibilidade de horários das provas de cada um deles, ciente de que não haverá a possibilidade de reembolso do valor pago a título de taxa de inscrição.

**3.2.11** – Valor das Inscrições:

Cargos	Taxa de Inscrição R\$
Ensino Superior	35,50
Ensino Médio	23,00
Ensino Fundamental	18,50

#### **3.3 – DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA**



**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**



**3.3.1** – Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, no Decreto Federal nº 3.298/99, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada cargo, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente CONCURSO PÚBLICO.

**3.3.1.1** - Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), os candidatos com deficiência concorrem às vagas anunciadas sem a prerrogativa da reserva legal, observada a classificação geral. A formação da vaga, quando a fração for menor que 0,5 (cinco décimos), ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas durante o prazo de validade do Concurso Público.

**3.3.2** – Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

**3.3.3** – As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu artigo 40, participarão do CONCURSO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas.

**3.3.4** – O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ser pessoa com deficiência, especificando-a no Formulário de Inscrição e que deseja concorrer às vagas reservadas. Após isso, deverá providenciar a documentação exigida no item e preencher o formulário (**Anexo V**) deste Edital, encaminhando – os via SEDEX ou carta registrada (AR), sob pena de indeferimento a ausências de qualquer um dos documentos solicitados neste Item 3, no período de **19 de outubro de 2017 a 17 de novembro de 2017**, ao Instituto Excelência Ltda. – ME, CAIXA POSTAL 2707, Maringá/PR, CEP 87.013-981, identificando no envelope: **INSCRIÇÃO PNE – CONCURSO PÚBLICO– Câmara Municipal de Irineópolis- Edital nº 001/2017**.

**3.3.5** – Serão considerados somente documentos enviados dentro do prazo estabelecido, conforme data de postagem verificada pelo carimbo dos Correios, e juntamente acompanhado do formulário (**Anexo V**) e com os documentos a seguir:

a) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 06 (seis) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão, anexando ao Laudo Médico as seguintes informações: nome completo, número do documento de identidade (RG), número do CPF e nome do CONCURSO PÚBLICO, nome do cargo pretendida (**Anexo V**);

b) O candidato com **deficiência visual** que necessitar de prova especial em Braille ou ampliada ou leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito (**Anexo V**), dentro do prazo previsto para envio da documentação.

c) O candidato com **deficiência auditiva** que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito (**Anexo V**);

d) O candidato com **deficiência física** que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá solicitar, por escrito (**Anexo V**), mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio das provas dissertativas (quando houver) e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc.;

e) O candidato com deficiência que necessitar de **tempo adicional** para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação (**Anexo V**) com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, dentro do prazo de envio do laudo.

**3.3.6** – Aos **deficientes visuais** (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo, ainda, utiliza-se de soroban.

**3.3.7** – Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas nesse sistema. Sua prova ampliada será em fonte 24.

**3.3.8** – O candidato que encaminhar laudo médico, de acordo com o especificado no item 3.3.5 letra “a”, e que, não tenha indicado no ato da inscrição que deseja concorrer às vagas reservadas, automaticamente será considerado como “concorrendo às vagas reservadas”.



**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**



**3.3.9** – Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados neste Capítulo e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

**3.3.10** – O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá interpor recurso administrativo em favor de sua condição.

**3.3.11** – O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.

**3.3.12** – Ao ser convocado para investidura no cargo pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Câmara Municipal, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

**3.3.13** – A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original oficial e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item **3.3.5** deste Capítulo, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

**3.3.14** – A Câmara Municipal de Irineópolis/SC designará perícia médica.

**3.3.15** – A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

**3.3.16** – O laudo médico apresentado terá validade somente para este CONCURSO PÚBLICO e não será devolvido.

**3.3.17** – Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação ou aposentadoria por invalidez.

#### **4. – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES**

**4.1** - Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória.

**4.2** - Não serão recebidas inscrições por via postal, fac-símile ou condicional, sob qualquer pretexto, fora do prazo estabelecido ou que não atenda rigorosamente às disposições contidas neste edital.

**4.3** - Não serão aceitas inscrições contendo dados incompletos.

**4.3.1** - Os dados cadastrais fornecidos pelos candidatos poderão ser retificados no prazo máximo da data recursal da Homologação das Inscrições, posteriormente não serão aceitas alterações.

**4.4** - Efetivado o pagamento da inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração, sob hipótese alguma.

**4.5** - No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o Instituto Excelência procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do comprovante de inscrição. Formulário estará em posse do Coordenador do Instituto Excelência.

**4.6** - A inclusão de que trata o item **4.5** será realizada de forma condicional e será confirmada pelo Instituto Excelência, na fase de Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.

**4.6.1** - Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item **4.5**, a mesma será cancelada, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

**4.7** - Não haverá devolução da quantia paga a título de inscrição, salvo em caso de não realização do Concurso Público, ou alteração de regra editalícia relacionada à data de prova, alteração de cargos, ou qualquer outro quesito que interfira no interesse do candidato em participar do certame, por ordem da autoridade superior.

**4.8** - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas contidas neste edital.

**4.9** - A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no requerimento de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, acarretará na responsabilidade legal, ao candidato.

#### **4.10 – DEFERIMENTO DOS REQUERIMENTOS DE INSCRIÇÃO**

**4.10.1** - A partir do dia 21/11/2017 o candidato deverá conferir nos sites



**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**



[www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br), e [www.camaradeirineopolis.com.br](http://www.camaradeirineopolis.com.br) se fora deferido seu requerimento de inscrição.

## **5 – DAS PROVAS**

**5.1** – A aplicação de provas do Concurso Público Edital 001/2017 será:

**5.1.2 - Prova Objetiva de Múltipla Escolha de caráter classificatório e eliminatório.**

**5.1.3** – A Prova Objetiva contendo 40 (quarenta) questões com **05** opções de respostas (a,b,c,d,e) cada, com apenas uma opção correta.

**5.1.4** – A Prova Objetiva será avaliada na escala de **0** (zero) a **100** (cem) pontos.

**5.1.4.1** – **Será considerado habilitado na prova objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.**

**5.2** – A realização da Prova Objetiva, esta incluída o tempo para distribuição e orientações sobre as provas e o preenchimento da Folha de Respostas, terá duração de **03 (três)** horas.

**5.3** - As informações sobre Tipos de Provas, Escolaridade Mínima Exigida para Cargo, Quantidade de Questões e Pontuação é o constante do **Anexo IV**.

**5.4** - O Conteúdo Programático para as **Provas Objetivas** será apresentado no **Anexo III**.

**5.5** - Sempre que o candidato observar qualquer anormalidade na prova, como as descritas no item anterior deverá se manifestar no momento da prova, sob pena de não poder apresentar, posteriormente, eventual recurso junto à banca examinadora.

## **6 – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

**6.1.1** - A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia **03/12/2017**, no Município de Irineópolis-SC, em locais e horários que serão divulgados no dia **27/11/2017** e, nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.camaradeirineopolis.com.br](http://www.camaradeirineopolis.com.br).

**6.1.2** - O candidato deverá comparecer ao local de realização das Provas, com no mínimo, 60 (sessenta) minutos de antecedência, portando documento de identidade original, comprovante de inscrição, caneta esferográfica azul ou preta, lápis preto nº02 e borracha macia.

**6.1.2.1** - Só poderão ausentar-se do recinto de provas, depois de decorridos **01 hora** do início das mesmas.

**6.1.2.2** – Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala onde estiver sendo realizada a prova somente poderão entregar a respectiva prova e retirar-se do local simultaneamente.

**6.1.3** - O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identificação.

**6.1.4** - É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no local, data e horário determinado, com todos os custos sob sua responsabilidade.

**6.1.5** - O ingresso do candidato na sala onde se realizarão as provas só será permitido no horário estabelecido, mediante a apresentação do Documento de Identidade Oficial (original), preferencialmente o usado na inscrição.

**6.1.6** - O documento de identificação deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura. Não serão aceitos como documentos de identificação: CPF (CIC), certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo, sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem cópias de documentos de identificação, ainda que autenticados, ou protocolos de entrega de documentos.

**6.1.7** - Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97).

**6.1.8** - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência policial com data de no máximo 30 dias antes da data de realização das provas, bem como outro documento que o identifique. Nesta ocasião poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas em formulário próprio de ocorrências.

**6.1.9** - A identificação especial poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.





**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**



**6.2** - O candidato que não apresentar documento de identidade oficial original, na forma definida nos subitens **6.1.5, 6.1.6, 6.1.7 e 6.1.8** deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Concurso Público.

**6.2.1** - Não serão realizadas provas fora do local, cidade, data e horário determinado.

**6.2.2** - Será excluído deste Concurso Público o candidato que:

- a) Não apresentar documento de identificação exigida;
- b) Não devolver a folha de respostas cedida para realização das provas;
- c) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
- d) Ausentar-se da sala no período das provas sem acompanhamento do fiscal, ou antes, do tempo mínimo de permanência estabelecido ou portando caderno de questões ou folha de resposta;
- e) For colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos;
- f) Tumultuar a realização das provas, podendo responder legalmente pelos atos ilícitos praticados;
- g) Fizer anotações de informação relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;
- h) Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões e nas folhas de respostas;
- i) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;

j) Constatado, após as provas por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processo ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público;

k) Faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes e/ou com candidatos;

**6.2.3** - Não será permitido ao candidato permanecer no local das Provas Objetivas com aparelhos eletrônicos ligados (bip, telefone celular, relógio do tipo data bank, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador etc.). Caso o candidato leve algum aparelho eletrônico, o mesmo deverá estar desligado e em caso de aparelho telefone celular retirar a bateria e colocar no envelope de segurança lacrado. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tal ato como tentativa de fraude.

**6.2.4** - É expressamente proibido ao candidato permanecer com armas no local de realização das provas, ainda que detenha o porte legal de arma, sob pena de sua desclassificação.

**6.2.5** - Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, anotações, impressos, livros ou qualquer outro material de consulta.

**6.2.6** - Não será permitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões ou fora dos locais predeterminados.

**6.2.7** - O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização das provas, sem acompanhamento de fiscal, após ter assinado a lista de presença.

**6.2.8** - O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e seu caderno de questões, e o candidato que ao terminar a prova e permanecer em até o final da prova em sala, poderá levar consigo o caderno de questões.

**6.2.8.1** - Os cadernos de provas e os gabaritos serão divulgados de acordo com **Anexo VII**.

**6.2.9** - Não haverá segunda chamada para as provas. O não comparecimento a quaisquer das provas resultará na eliminação automática.

**6.3** - Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

**6.3.1** - A condição de saúde do candidato no dia da aplicação das provas será de sua exclusiva responsabilidade.

**6.3.2** - Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio que for necessário.

**6.3.3** - Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.

**6.3.4** - No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

**6.3.5** - As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico de leitura ótica.

**6.3.6** - As respostas das provas objetivas deverão ser transcritas a caneta esferográfica de tinta azul ou preta para a Folha de Respostas, que é o único documento válido para correção eletrônica. Não haverá substituição da Folha de Respostas ou de qualquer outro material, exceto por ocorrência de





**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**



responsabilidade exclusiva da Administração ou da organização do Concurso Público, sendo da responsabilidade exclusiva do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, emenda ou rasura, ainda que legível e serão consideradas ERRADAS, as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

**6.3.7** - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, desde que deferido a solicitação de atendimento especial a este fim, nos termos do edital (**Anexo V**), e ainda deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará as provas.

**6.3.8** - Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim no ato da inscrição. Nesse caso, se deferido o seu pedido, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado pela coordenação do Concurso Público.

## **7 – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE**

**7.1** - A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em 02 (duas) listas, contendo a Primeira Lista Geral dos candidatos classificados, a Segunda Lista somente a classificação das Pessoas com Deficiência.

**7.2** - Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será aplicado o disposto no art. 27 da lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso – candidatos com idade superior ou igual a 60 anos) aplicando-se subsidiariamente, para efeito de classificação, e sucessivamente, ao candidato que:

**7.2.1** - **Obtiver o maior número de pontos na Prova de Conhecimentos Específicos.**

**7.2.2** - **Obtiver o maior número de pontos na Prova de Português.**

**7.2.3** – **O candidato com maior idade, não alcançados pelo Estatuto do Idoso.**

**7.3** - O Resultado Final do Concurso Público será publicado no dia **18/12/2017** nos sites [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.camaramunicipaldeirineopolis.com.br](http://www.camaramunicipaldeirineopolis.com.br)

## **8 – DOS RECURSOS**

**8.1** - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto de recurso contra todas as decisões proferidas no decorrer do processo que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, em especial em relação quanto:

- a) Divulgação do edital de abertura.
- b) Divulgação do indeferimento de inscrição.
- c) Divulgação do indeferimento da concorrência nas vagas às pessoas com deficiência.
- d) Divulgação do indeferimento da solicitação de condição especial.
- e) Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva.
- f) Divulgação da classificação preliminar, ampla concorrência/pessoas com deficiência.

**8.2** - Os recursos deverão ser apresentados dentro do prazo estabelecido no **item 8.1**.

**8.2.1** – Os candidatos deverão acessar o site [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e protocolar seu recurso no link específico para tal.

**8.2.2** – Será admitido um único recurso por candidato, para cada evento referido nas alíneas do **item 8.1**, devendo o candidato argumentar em cada recurso toda a matéria que entender ser de direito.

**8.2.3** - Os recursos devem ser apresentados com fundamentação lógica e consistente, mencionando a bibliografia consultada.

**8.2.4** - Não serão aceitos recursos enviados por fax e-mail ou qualquer outro meio que não seja o previsto neste Edital.

**8.3** – A banca examinadora do Concurso Público constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

**8.3.1** – O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação do recurso.

**8.3.2** – O Gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos interpostos, e as provas serão



**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**



corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

**8.3.3** – Na ocorrência do disposto nos itens **8.3.1** e **8.3.2**, poderá haver, eventualmente, alterações da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda poderá ocorrer à desclassificação do candidato que obtiver ou não obtiver, a nota mínima exigida para a prova.

**8.3.4** - Serão indeferidos os recursos que não atenderem aos dispositivos aqui estabelecidos.

**8.3.5** - O prazo para interposição de recursos é preclusivo e comum a todos os candidatos.

**8.4** - Após o julgamento dos recursos sobre gabaritos e questões objetivas, a anulação de qualquer questão do certame, seja por recurso administrativo, resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo, e eventuais alterações no gabarito preliminar serão divulgadas.

**8.4.1** O parecer contendo a decisão relativa ao recurso estará à disposição do candidato recorrente, nas datas determinadas no Cronograma do Concurso Público, até a data de homologação. Sendo que os resultados e as respostas dos recursos serão divulgados na internet no site [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) no “Menu do Candidato”, e procedendo-se, caso necessário, a reclassificação dos candidatos e divulgação de nova lista de aprovados.

## **9 – DA NOMEAÇÃO**

**9.1** – Considerando que o concurso ora realizado é destinado a formação de cadastro de reserva e que o candidato é mero detentor de expectativa de nomeação, convocação para nomeação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados e o número de vagas disponibilizadas, observada a necessidade da Câmara Municipal de Irineópolis-SC, dentro do prazo de validade do Concurso Público, com base no inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal.

**9.2** - A simples aprovação no Concurso Público não gera direito à nomeação, pois a Câmara Municipal de Irineópolis-SC, a formação do cadastro reserva, somente havendo necessidade serão convocados apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério, julgar necessário.

**9.3** - Caso o candidato convocado possua outro cargo/emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma do artigo 37, inciso XVI, alíneas “a”, “b” e “c”, da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

**9.4** - Por ocasião da convocação que antecede a nomeação, os candidatos classificados deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidas no Edital.

**9.5** - Caso haja necessidade, a Câmara Municipal de Irineópolis-SC poderá solicitar outros documentos complementares.

**9.6** - A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

**9.7** - Por ocasião da nomeação, o candidato aprovado no Concurso Público fica sujeito ao regime Estatutário, sob regência da resolução nº 02/2017 de 06/02/2017 e Lei Complementar 59/2012 e alterações posteriores da Câmara Municipal de Irineópolis-SC e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a investidura à aprovação em exame médico admissional a ser realizado por médico do trabalho, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho do cargo/emprego, nos termos deste documento.

**9.8** - O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado.

**9.9** - No caso de desistência do candidato selecionado, quando convocado para uma vaga, o fato será formalizado pelo mesmo através de Termo de Desistência Definitiva.

**9.10** - O não comparecimento, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Concurso Público, comprovado através de Termo de Convocação.

**9.11** - O candidato que não se apresentar no local, data e horário determinado para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

**9.12** - O candidato classificado se obriga a manter atualizado seu endereço para correspondência perante a Câmara Municipal de Irineópolis –SC, após o resultado final.

## **10 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**



**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**



**10.1** - Todas as informações referentes à realização do Concurso Público serão fornecidas pela empresa Instituto Excelência Ltda - ME.

**10.2** - O prazo de validade do presente Concurso Público será de 02 (dois ) anos, contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da Administração.

**10.3** - A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

**10.4** - A Câmara Municipal de Irineópolis-SC e o Instituto Excelência não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.

**10.5** - O candidato deverá manter junto a Câmara Municipal de Irineópolis –SC, durante o prazo de validade do Concurso Público, seu endereço atualizado, visando eventuais convocações, não lhe cabendo qualquer reclamação caso esta não seja possível, por falta da citada atualização.

**10.6** - A aprovação no Concurso Público assegura direito à nomeação até o número de vagas previstas, e esta, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos, o prazo de validade do concurso e limites de vagas existentes, bem como as que vierem a vagar ou que forem criadas posteriormente. Isto vale dizer que a administração poderá nomear candidatos aprovados além das vagas previstas no **(Anexo I)**, obedecendo sempre à ordem final de classificação.

**10.7** - Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela empresa Instituto Excelência.

**10.8** - Também integram este Edital de Concurso Público os anexos:

**Anexo I:** Cargo/Emprego, Requisitos Mínimos Exigidos, Carga Horária Semanal, Salários, Tipo de Prova e Período, Quantidade de Vagas.

**Anexo II:** Atribuições

**Anexo III:** Conteúdo Programático.

**Anexo IV:** Tipos de Provas, Quantidade de Questões e Pontuação.

**Anexo V:** Formulário de Candidato com Deficiência/Atendimento Especial/Lactante.

**Anexo VI:** Cronograma.

**10.9** - Todas as publicações referentes ao Concurso Público estarão disponíveis na Internet, no endereço [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) e [www.camaradeirineopolis.com.br](http://www.camaradeirineopolis.com.br) salvo por motivo de força maior.

**10.10** - Caberá ao Presidente da Câmara Municipal a homologação do resultado final.

Irineópolis-SC, 10 de outubro de 2017.

Comissão do Concurso Público.



**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**



**ANEXO I**

Cargo/Emprego, Requisitos Mínimos Exigidos, Carga Horária Semanal, Salários, Tipo de Prova , Quantidade de Vagas e Valor de Inscrição.

CARGOS	VAGAS	REQUISITOS MÍNIMOS PARA A INSCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SÁLARIO	VALOR DE INSCRIÇÃO
Controlador Interno	CR	Portador de certificado de conclusão do Ensino superior em um dos seguintes cursos: contabilidade, administração, economia ou gestão pública	20	R\$ 2.150,00	R\$ 35,50
Auxiliar Administrativo	CR	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio	40	R\$ 1.200,00	R\$ 23,00
Auxiliar de Serviços Gerais	CR	Portador de certificado de conclusão do Ensino Fundamental	40	R\$ 880,41 ( + ABONO SALARIAL)	R\$ 18,50

- Adicionais: Vale Alimentação e Quinquênio.



**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**



**ANEXO II – ATRIBUIÇÕES**

**CONTROLADOR INTERNO**

O controle interno deve atentar para o cumprimento da legislação vigente, com ênfase para a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal, a Lei (federal) n. 4.320/1964, a Lei Complementar (federal) n. 101/2000 (LRF), a Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), o Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução n. TC-06/2001), a Resolução n. TC-16/94 e alterações posteriores, a Lei (federal) n. 8.666/1993 e a legislação local. São atividades próprias do Controle Interno, entre outras, o acompanhamento e o controle, cabendo-lhe, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais da Câmara, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos Vereadores, servidores ativos e inativos (se for o caso), controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(ais); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a observância dos limites constitucionais no pagamento dos Vereadores e dos servidores da Câmara; a assinatura do Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente da Câmara (art. 54 da LRF), assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar através de ofício protocolado a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000), observado o art. 5º da Decisão Normativa n. TC-02/2006; fazer a remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente. A remessa ao Tribunal de Contas do Estado dos Relatórios de Gestão Fiscal, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar (federal) n. 101/2000 (LRF), faz-se mediante a alimentação de dados via informatizada, no Sistema e-Sfinge, conforme programa disponibilizado pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo da observância das normas legais e regulamentares em vigor quanto à exigência de remessa das informações ao Poder Executivo Municipal com vistas à consolidação das contas. A comunicação de irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento deve ser endereçada à Presidência do Tribunal de Contas, observadas as disposições da Decisão Normativa n. TC-02/2006, de 1º/11/2006, bem como, das normas que regulam a instauração e organização de processos de tomada de contas especial, conforme Instrução Normativa n. TC-01/2001, de 1º/10/2001, deste Tribunal. Deve o controle interno ficar atento às normas editadas pelo Tribunal de Contas, quanto aos procedimentos que devem ser adotados tanto em relação às atividades próprias do controle interno como na condição de auxiliar do controle externo.

**AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

Serviços gerais pertinentes a área administrativa burocrática tais como: digitação de atas e outros, arquivos, assessorar os demais Órgãos da Câmara Municipal nos assuntos de informática, receber documentos e processos mandados a arquivos, examinando-os e restaurando-os quando necessário; verificar e organizar os documentos e processos recebidos, organizar arquivos das discussões e das Sessões, com índices e outros, receber e registrar documentos e proposições; expedir documentos e processos, numerar, rubricar e autuar processos, receber documentos e processos, mandados a arquivos, examinando-os e restaurando-os quando necessário; verificar e organizar os documentos e processos recebidos realizar trabalhos de digitação e elaborar redações finais, autógrafos e expedientes quando da competência da Mesa Diretora e outros. Receber, classificar e encaminhar a correspondência dirigida à mesa; organizar e secretariar as reuniões da Mesa Diretora; preparar a

11



**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO N° 001/2017**



agenda de Audiência da Presidência; colocar nos preparativos das atividades sociais da Câmara Municipal ; elaboração de atos da Câmara Municipal, tais como encadernação e formatação de Projetos ,Resoluções , Leis , Portarias e outros; registrar, conferir, rubricar e numerar todos os documentos submetidos à Câmara Municipal, constando a procedência , o numero de origem, a data de expedição , o assunto , a data de entrada e sua tramitação ;fazer juntada, por ordem cronológica de todos os documentos, lavrando os respectivos termos , manter e distribuir a quem de direito, os livros e fichários ; controlar e verificar a publicação de leis. Auxiliar o Departamento Contábil e Jurídico nas atividades designadas pelo responsável pelos seus departamentos.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Serviços gerais do Poder Legislativo.





**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC  
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2017**



**ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Língua Portuguesa Nível Fundamental:**

Sinônimos e Antônimos. Divisão silábica. Tipos de Frases. Aumentativo e Diminutivo. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Verbo. Compreensão e interpretação de textos verbais e não verbais. Tipologia textual. Significação literal e contextual de palavras. Estabelecimento da sequência lógica de frases, acontecimentos, situações. Coesão e coerência. Emprego de S, SS, Z, Ç, CH, X, J e G. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo da crase. Emprego das classes gramaticais. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Pronome: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais.

**Língua Portuguesa Nível Médio:**

Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto. Interpretação do texto. Gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia. Acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período. Termos essenciais da oração. Termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto). Conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto). Concordância verbal e nominal. Crase. Pontuação. Figuras de linguagem. Vícios de linguagem. Sinônimos e Antônimos. Divisão silábica. Tipos de Frases. Aumentativo e Diminutivo. Ortografia oficial. Emprego dos verbos.

**Língua Portuguesa Nível Superior:**

Interpretação de texto. Intertextualidade. Transposição de Linguagens (interpretação de textos figurativos: gráficos, tabelas e mapas, linguagem não-verbal x verbal de charges e tiras, artística x científica). Reconhecimento do gênero e da estrutura textual: narração, dissertação e descrição; Linguagem verbal e não-verbal. Funções da linguagem: referencial conativa, emotiva, metalinguística, poética e fática. As relações entre as palavras na frase: aspectos semânticos, morfológicos e sintáticos. Frase nominal e verbal. Oração e período (simples e composto). Estudo morfossintático. A articulação das frases no texto: coesão e coerência. Níveis de linguagem: Linguagem denotativa e linguagem conotativa. Fenômenos semânticos: sinonímia, homonímia, antonímia, paronímia, hiponímia, hiperonímia, ambiguidade. Tempos e modos verbais. Classes de palavras.

**Matemática Ensino Fundamental:**

Números Naturais. Operações Fundamentais. Números Fracionários. Números Decimais. Multiplicação e divisão com 2 e 3 números no divisor com resolução de situações problemas. Números inteiros: operações e propriedades. Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades. Razão e proporção Sucessor e Antecessor. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Potenciação. Radiciação. Porcentagem. Regra de três simples. Equação do 1º e 2º grau. Unidades de medida. Sistema métrico decimal. Geometria plana: ângulos, triângulos, quadriláteros, cálculo de áreas. Resolução de situações problema.

**Matemática Ensino Médio:**

Conjuntos: Determinação de conjuntos. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Partição de conjuntos. Operações com conjuntos (união, intersecção, diferença e complementar). Sistemas de Numeração. Números Naturais: Conceito. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada).



**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**



Problemas de contagem. Expressões numéricas com números naturais. Múltiplos e Divisores (Sequências, divisor ou fator, fatoração, critérios de divisibilidade, fatoração completa.). Números primos. Decomposição em fatores primos.. Problemas envolvendo números naturais. Números Inteiros: Conceito. Ordenação. Comparação. Módulo. Operações com números inteiros (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números inteiros. Problemas envolvendo números inteiros. Números Racionais: Conceito. Frações e números decimais. Dízimas periódicas simples e compostas. Equivalência. Ordenação. Comparação. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números racionais. Problemas envolvendo números racionais. Números Irracionais. Números Reais: Conceito. Representações na reta. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Funções.

**Legislação Nível Médio e Superior:**

Constituição do Estado de Santa Catarina Lei Orgânica do Município de Irineópolis -SC: Artigo 6º ao Artigo 56. Constituição Federal: Artigo 70 ao Artigo 75, Artigo 145 ao Artigo 169. Regimento Interno da Câmara Municipal Irineópolis-SC, Lei Orgânica de 24 de outubro de 2002 e Regimento Interno.

**Conhecimentos Específicos:**

**Controlador Interno:**

Definição, objetivos, componentes e limitações de efetividade. Funções da controladoria numa organização; aplicabilidade do conceito de controladoria à gestão pública. Relação entre objetivos e componentes. Ambiente de Controle: integridade e ética, governança corporativa, filosofia gerencial, estrutura organizacional, política e procedimentos de recursos humanos e registros. Avaliação de Riscos: estabelecimento de metas e riscos. Atividades de Controle: tipos de atividade de controle, integração com avaliação de riscos e controles sobre sistemas de informações. Informação e Comunicação. Licitações, Compras e Contratos. Conhecimento de espécies tributárias: imposto, taxa, contribuição de melhoria, obrigação tributária: fato gerador, sujeito ativo e passivo, responsabilidade tributária, administração tributária: fiscalização, dívida ativa, certidão negativa; conhecimento e procedimentos de lançamento e arrecadação de tributos mobiliários e imobiliários; procedimentos de orientação aos contribuintes, realização de sindicâncias, constituição de crédito tributário, fiscalização do cumprimento da legislação tributária, coleta, manutenção das informações necessárias à fiscalização de tributos e receitas municipais; conhecimento e procedimentos de auditoria.

**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC**  
**CONCURSO PÚBLICO N° 001/2017****ANEXO IV**

Prova Objetiva para todos os Cargos, Quantidade de Questões e Pontuação.

CARGOS	DISCIPLINA/CONTEÚDO	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	15	2,5	37,5
	Matemática	10	2,5	25
	Legislação	15	2,5	37,5
<b>Total</b>		<b>40</b>		<b>100</b>

CARGOS	DISCIPLINA/CONTEÚDO	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Ensino Médio	Língua Portuguesa	15	2,5	37,5
	Matemática	10	2,5	25
	Legislação	15	2,5	37,5
<b>Total</b>		<b>40</b>		<b>100</b>

CARGOS	DISCIPLINA/CONTEÚDO	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Ensino Superior	Língua Portuguesa	15	2,5	37,5
	Legislação	10	2,5	25
	Conhecimentos Específicos	15	2,5	37,5
<b>Total</b>		<b>40</b>		<b>100</b>

**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017****ANEXO V****DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA, SOLICITANTE DE CONDIÇÃO ESPECIAL E LACTANTE.**

Dados do candidato:

<b>NOME:</b>	
<b>INSCRIÇÃO:</b>	<b>RG:</b>
<b>EMPREGO:</b>	
<b>TELEFONE:</b>	<b>CELULAR:</b>

**CANDIDATO(A) POSSUI DEFICIÊNCIA? ☐ SIM ☐ NÃO**

Se sim, especifique a deficiência: \_\_\_\_\_

Nº do CID: \_\_\_\_\_

Nome do médico que assina do Laudo: \_\_\_\_\_

Nº do CRM: \_\_\_\_\_

**NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA? ☐ SIM ☐ NÃO**

- ☐ SALA DE FÁCIL ACESSO (ANDAR TÉRREO COM RAMPA)  
☐ MESA PARA CADEIRANTE  
☐ SANITÁRIO ADAPTADO PARA CADEIRANTE  
☐ LEDOR  
☐ TRANSCRITOR  
☐ PROVA EM BRAILE  
☐ PROVA COM FONTE AMPLIADA (FONTE TAMANHO 24)  
☐ INTERPRETE DE LIBRAS  
☐ OUTRA.QUAL? \_\_\_\_\_

**ATENÇÃO:** Esta declaração e a cópia do respectivo Laudo Médico deverão ser encaminhados via Sedex ou carta com aviso de recebimento para a empresa para Instituto Excelência Ltda. – ME, caixa postal 2707, CEP 87.013-981, Maringá/PR, até o último dia do período de inscrição, conforme disposto no Edital.

Irineópolis-SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do candidato\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável p/ recebimento

Uso exclusivo do Instituto



**CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS-SC  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017****ANEXO VI****CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS- SC- CONCURSO PÚBLICO 001/2017**

DATAS	EVENTOS
19/10/2017	Publicação do edital do CONCURSO PÚBLICO
19/10/2017 as 12h a 17/11/2017 as 12h	Período para realizar a inscrição via internet no site da organizadora, nos termos deste Edital.
10/10/2017 as 12h a 08/11/2017 as 12h	Período para realizar a inscrição na qualidade de Deficiente e Lactante, nos termos deste Edital.
21/11/2017	Publicação das inscrições homologadas (deferidas e indeferidas), inclusive às referentes à condição de Deficiente e Lactante.
21/11/2017 a 23/11/2017	Prazo para recurso referente à homologação das inscrições
27/11/2017	Publicação do edital de convocação para a Prova Escrita Objetiva/Divulgação do resultado dos recursos referentes à homologação das inscrições
03/12/2017	Realização da Prova Escrita Objetiva
04/12/2017	Divulgação do gabarito preliminar da Prova Escrita Objetiva
05/12/2017 a 06/12/2017	Prazo para recurso contra o gabarito preliminar
12/12/2017	Publicação da classificação preliminar da Prova Escrita Objetiva, e divulgação do gabarito oficial
13/12/2017 a 14/12/2017	Prazo para recurso referente à classificação preliminar
18/12/2017	Divulgação da Classificação Final e respostas dos recursos/Homologação do CONCURSO PÚBLICO

\*Observação: As datas acima e as demais constantes neste edital são previsões para a execução do certame, podendo sofrer alterações, que serão devidamente informadas em Edital.

# Itá

## PREFEITURA

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017, INEXIGIBILIDADE Nº 010/2017**

Publicação Nº 1408485

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2017

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 010/2017, para contratação da empresa BALDASSO E MIOTTO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA ME, CNPJ nº 11.777.330/0001-04, visando a apresentação da Orquestra de Viola Cantar das Águas, no dia 10 de dezembro de 2017, e do Grupo Stella di Pietra, no dia 12 de dezembro de 2017, na Concha Acústica, na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, neste município, durante a programação da Semana do Município de Itá 2017, o valor a ser pago é de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais). Fundamento legal: Art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93. Itá – SC, 23 de outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARORETTO

Prefeito Municipal

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2017, INEXIGIBILIDADE Nº 011/2017**

Publicação Nº 1408487

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2017

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 011/2017, para contratação da empresa VENTO NEGRO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI ME, CNPJ nº 27.993.967/0001-78, visando a apresentação musical, no dia 10 de dezembro de 2017, na Concha Acústica, na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, neste município, durante a programação da Semana do Município de Itá 2017, o valor a ser pago é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). Fundamento legal: Art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93. Itá – SC, 23 de outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARORETTO

Prefeito Municipal



# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2017

Publicação Nº 1408339

Dispensa de Licitação nº 15/2017 – OBJETO: contratação de empresa para processamento de dados, para consultoria e assessoria, com intuito de redução de custos em telefonia fixa, móvel e internet. – Contratante: Prefeitura Municipal de Itaiópolis. Contrato nº 46/2017. CONTRATADA: SOS Planalto Norte Consultoria em Telecom Ltda. Valor: R\$ 4.600,00. Vigência: até 31/12/2017. Itaiópolis, 17 de outubro de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2017

Publicação Nº 1408347

Dispensa de Licitação nº 15/2017 – OBJETO: contratação de empresa para processamento de dados, para consultoria e assessoria, com intuito de redução de custos em telefonia fixa, móvel e internet. – Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Itaiópolis. Contrato nº 47/2017. CONTRATADA: SOS Planalto Norte Consultoria em Telecom Ltda.. Valor: R\$ 700,00. Vigência: até 31/12/2017. Itaiópolis, 17 de outubro de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2017

Publicação Nº 1408561

Extrato do contrato nº 10/2017. Objeto: Serviços de: auditoria e administração das contas telefônicas; Conferência pontual e detalhada de tarifas e serviços; Homologação de protocolos relativos a cobranças e acompanhamento de restituições; Contratação e cancelamento de serviços; Inventários de ativos; Filtragem e análise de contas; Demonstrações mensais; Transparência na informação; Relatórios mensais de atividades e encontro de contas com o responsável direto. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratada: SOS Planalto Norte Consultoria em Telecom Ltda. Valor R\$ 1.200,00 Vigência: 31/12/2017. Itaiópolis, 23/10/2017. Benedito Bento Marques – Administrador Hospitalar.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2017

Publicação Nº 1408437

Extrato do contrato nº 27/2017. Objeto: Serviços de: auditoria e administração das contas telefônicas; Conferência pontual e detalhada de tarifas e serviços; Homologação de protocolos relativos a cobranças e acompanhamento de restituições; Contratação e cancelamento de serviços; Inventários de ativos; Filtragem e análise de contas; Demonstrações mensais; Transparência na informação; Relatórios mensais de atividades e encontro de contas com o responsável direto. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis. Contratada: SOS Planalto Norte Consultoria em Telecom Ltda. Valor R\$ 550,00 Vigência: 31/12/2017. Itaiópolis, 23/10/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

### RESULTADO DO PR 29/2017

Publicação Nº 1408273

Resultado do Pregão Presencial Nº 29/2017. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de alimentação (marmitas) para os profissionais que atuam nas Unidades Básicas dos ESF's nas de Campanha de Vacinação e pacientes do CAPS, através da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis.. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis. Contratada: Julia Nair Humeniuk - ME , Valor R\$ 9.175,00 Vigência: 11 (onze) meses. Itaiópolis, 23/10/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

# Itapema

## PREFEITURA

### **CREDENCIAMENTO Nº 008/2017 OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL (PESSOA FÍSICA) PARA A REALIZAÇÃO DE LEILÕES OFICIAIS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, SEGUNDO OS CRITÉRIOS DO EDITAL.**

Publicação Nº 1408758

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA  
CREDENCIAMENTO Nº 008.2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Itapema torna público a abertura do: CREDENCIAMENTO Nº 008/2017

Objeto: Credenciamento de Leiloeiro Público Oficial (pessoa física) para a realização de leilões oficiais de bens móveis e imóveis pertencentes ao Patrimônio do Município de Itapema, segundo os critérios do edital.

Entrega dos envelopes: a partir do dia 25 de outubro de 2017, das 12:00h às 18:00h, na Prefeitura Municipal de Itapema, Secretaria Municipal de Administração – Diretoria de Compras, sito à Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC.

Endereço para retirada do edital: O edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone “licitações – credenciamento – pasta 008.2017” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 23 de outubro de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita

### **DECRETO Nº 063 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1408291

DECRETO N.º 63/2017									
Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente e dá Outras Providências.									
A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal n.º 4.320/1964 e Lei Orçamentária Anual do Município - LOA, para 2017, n.º 3.605, de 19 de dezembro de 2016.									
DECRETA:									
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 939.826,10 (novecentos e trinta e nove mil oitocentos e vinte e seis reais e dez centavos), conforme segue:									
Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA									
Órgão: 26 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO									
Unidade: 01 - Assessoria Especial de Planejamento Urbano									
Proj./Ativ.: 2.022 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Planejamento									
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000/497 - Aplicações diretas								R\$	50.000,00
Total do Órgão:								R\$	50.000,00
Órgão: 27 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES									
Unidade: 04 - Diretoria de Iluminação Pública									
Proj./Ativ.: 2.025 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Iluminação Pública									
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0008/548 - Aplicações diretas								R\$	700.000,00
Unidade: 05 - Diretoria de Defesa Civil									
Proj./Ativ.: 2.003 - Colaboração para Custeio e Investimentos - DEFESA CIVIL									

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000/282 - Aplicações diretas	R\$	14.000,00
Unidade: 06 - Diretoria de Serviços Urbanos e Paisagismo		
Proj./Ativ.: 1.007 - Projeto - Melhoria, Pavimentação e Ampliação do Sistema Viário		
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000/534 - Aplicações diretas	R\$	16.176,96
Proj./Ativ.: 1.010 - Construção, Revitalização e Ampliação de Praças, Parques, Canteiros e Jardins		
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000/550 - Aplicações diretas	R\$	51.000,00
Total do Órgão:	R\$	781.176,96
Órgão: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, LAZER E DESENV. ECONÔMICO		
Unidade: 05 - Diretoria de Turismo, Cultura e Lazer		
Proj./Ativ.: 1.016 - Revitalização e Implementação do Parque de Exposições de Itapema		
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.01.0034/453 - Aplicações diretas	R\$	108.649,14
Total do Órgão:	R\$	108.649,14
Total da Entidade:	R\$	939.826,10
Total Geral:	R\$	939.826,10
Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo para o inciso I o valor de R\$ 108.649,14 (cento e oito mil seiscentos e quarenta e nove reais e quatorze centavos), para o inciso II o valor de R\$ 16.176,96 (dezesseis mil cento e setenta e seis reais e noventa e seis centavos) e para o inciso III o valor de R\$ 815.000,00 (oitocentos e quinze mil) conforme abaixo:		
Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA		
Órgão: 26 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO		
Unidade: 01 - Assessoria Especial de Planejamento Urbano		
Proj./Ativ.: 2.022 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Planejamento		
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000/496 - Aplicações diretas	R\$	50.000,00
Total do Órgão:	R\$	50.000,00
Órgão: 27 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES		
Unidade: 04 - Diretoria de Iluminação Pública		
Proj./Ativ.: 2.025 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Iluminação Pública		
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.01.0008/547 - Aplicações diretas	R\$	700.000,00
Unidade: 05 - Diretoria de Defesa Civil		
Proj./Ativ.: 2.003 - Colaboração para Custeio e Investimentos - DEFESA CIVIL		
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000/284 - Aplicações diretas	R\$	14.000,00
Unidade: 06 - Diretoria de Serviços Urbanos e Paisagismo		
Proj./Ativ.: 1.010 - Construção, Revitalização e Ampliação de Praças, Parques, Canteiros e Jardins		
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000/549 - Aplicações diretas	R\$	51.000,00
Total do Órgão:	R\$	765.000,00
Total da Entidade:	R\$	815.000,00
Total Geral:	R\$	815.000,00
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.		
Município de Itapema, 02 de outubro de 2017.		
NILZA NILDA SIMAS		

**ERRATA DE PUBLICAÇÃO - PL 156.2017**

Publicação Nº 1408815

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA  
ERRATA DE PUBLICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2017  
PROCESSO Nº 156/2017  
HOMOLOGAÇÃO: 20/10/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPEMA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇA, VISITA TÉCNICA E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PARA O APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA UTILIZADO PARA EXAMES DOS USUÁRIOS DO SUS.

ONDE SE LÊ

“CONTRATADO: MKF INFORMATICA LTDA – ME”

LEIA – SE

“CONTRATADO: PHILIPS MEDICAL SYSTEM LTDA”

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.956,14(vinte e nove mil novecentos e cinquenta e seis reais e quatorze centavos)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

Itapema, 23/10/2017  
NILZA NILDA SIMAS -  
Prefeita Municipal

**LEI Nº 3.689, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017 - LDO 2018**

Publicação Nº 1408439

LEI Nº 3.689, de 19 de outubro de 2017  
Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapema (LDO), para o exercício de 2018 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42., da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal e em conformidade com os preceitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e § 8º, inciso II do artigo 56 da Lei Orgânica do Município de Itapema, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município para o exercício de 2018, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual;  
II – a estrutura e organização dos Orçamentos;  
III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;  
IV – as disposições sobre operações de crédito e dívida pública municipal;  
V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal, encargos sociais e políticas públicas de recursos humanos;  
VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e  
VII – as disposições gerais e finais.

**CAPÍTULO II****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único - Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Demonstrativos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

A - Demonstrativos da Lei Federal nº 4.320/64:

- 1- Demonstrativo da receita e despesas segundo categorias Econômicas;
- 2- Receita por categoria econômica;
- 3- Natureza da despesa por categorias econômicas;

B- Anexos da Lei Complementar nº 101/2000:

- 1- Demonstrativo I - Metas anuais;
- 2- Demonstrativo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- 3- Demonstrativo III - Das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- 4- Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios;
- 5- Demonstrativo V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- 6- Demonstrativo VIII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- 7- Anexo I - Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as receitas - total das receitas;

8- Anexo II - Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as despesas - total das despesas;  
9- Anexo III - Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o resultado primário;  
10- Anexo IV - Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para o resultado nominal;  
11- Anexo V - Metodologia e memória de cálculo das metas para o montante da dívida;  
12- Anexo VI - Demonstrativo da receita corrente líquida;  
13- Anexo VII - Demonstrativo de riscos fiscais e providências;  
14- Anexo VIII - Discriminação das receitas;

15- Anexo IX - Discriminação das Despesas;  
16- Anexo X - Relatório de despesas por órgão conforme vínculo e recursos;  
17- Anexo XI - Relatório das despesas por órgão, unidade e categorias econômicas;  
18- Anexo XII - Relatório das metas e prioridades das despesas por programas;  
19- Anexo XIII - Planilha de identificação das despesas;

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária de 2018 e durante a sua execução, o Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita estimada, em virtude de reprogramação das receitas e despesas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 4º Durante a execução orçamentária de 2018, o Poder Executivo, mediante autorização legislativa, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício constantes nos Anexos do PPA 2018-2021, e suas alterações.

§ 1º Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes estiverem assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito; (art. 12, desta)

§ 2º Não se constitui infração a este artigo o início de novo projeto mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentário e financeiro para o atendimento dos projetos em andamento e novos;

§ 3º É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38, da Lei federal nº. 8.666/93, o atendimento ao art. 45 da LC 101/2000;

§ 4º O Sistema de Controle Interno fiscalizará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da LC 101/2000.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º O Orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes: Legislativo, Executivo, seus Fundos e Fundação e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único - As eventuais alterações e modificações da estrutura da Administração Direta e Indireta, realizada até a aprovação do orçamento serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária Anual será encaminhado a Câmara Municipal, conforme estabelecido no inciso III do caput, do art. 165 da Constituição Federal e art. 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, será composto de:

I – mensagem;  
II – texto da lei; e  
III – anexos orçamentários.

Art. 7º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;

II – subfunção, representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

IV – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VII – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VIII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação;

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e subfunção às quais se vinculam;

§ 3º As categorias de programação de que o art. 167, VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 8º Considera-se irrelevantes para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, despesas igual ou inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), pois se enquadram no disposto dos incisos I e II, do Art. 24, da Lei Federal



nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 9º A Lei Orçamentária para o exercício de 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aqueles vinculados para o Fundo Municipal de Saúde, Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, Fundo Municipal de Assistência Social de Itapema e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Itapema mantidas pelo Poder Público, desdobrada as despesas por funções, subfunções, programas, projetos, atividades ou operações especiais e, quanto à natureza, por categoria econômica, grupos de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de conformidade com as Portarias nº 42, de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão-MOG, a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001, e a Portaria Interministerial STN/SOF nº 5, de 2015, e suas alterações na forma dos seguintes anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III – Demonstrativo da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV – Classificação da Despesa Quanto à sua Natureza - Resumo Geral;

V – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos;

VI – Programa de Trabalho;

VI - Programa de Trabalho (Anexo 6 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VII – Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com os recursos;

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

X – Planilha da Despesa Orçada em projeto/atividade, para o exercício.

§ 1º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Itapema, que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo;

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 10 O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até 15 de setembro de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, observado os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária. (art. 56, § 8º, LOM)

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 11 A elaboração do projeto da lei orçamentária de 2018, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, o equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, observando-se o princípio da publicidade, inclusive divulgação em sítio eletrônico, e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, abrangendo os Poderes: Legislativo e Executivo, Fundo Municipal de Saúde, Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Itapema.

Parágrafo único - O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas durante a apreciação da Proposta Orçamentária de 2018, que contarão com a participação da comunidade em geral.

Art. 12 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único, e 50, I, da LRF)

Art. 13 A apuração do Excesso de Arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único, e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

Art. 14 O controle de custos será apurado através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e", da LRF)

Art. 15 Na Lei Orçamentária Anual de 2018 os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no artigo 12 desta lei. (art. 8º, § Único, e 50, I, da LRF)

Parágrafo único - A previsão da receita e a fixação da despesa serão orçadas para 2018 a preços correntes.

#### Seção II

##### Da Estimativa da Receita

Art. 16 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12, da LRF)

Art. 17 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária.

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;



II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

Art. 18 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes do Anexo de Metas Fiscais desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do Orçamento da Receita. (Art. 4º, § 2º, V, e art. 14, I, da LRF)

Parágrafo único - A renúncia de receita superior ao montante estimado para o exercício de 2018 será acompanhada de medidas de compensação, nos termos no inciso II, do artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/00.

### Seção III

#### Da Programação da Despesa

Art. 19 Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receita e despesa.

Art. 20 A lei de orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme discriminação a seguir:

- I – pessoal e encargos sociais – 1;
- II – juros e encargos da dívida – 2;
- III – outras despesas correntes – 3;
- IV – investimentos – 4;
- V – inversões financeiras – 5;
- VI – amortização da dívida – 6; e
- VII – Reserva de Contingência – 9.

Art. 21 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária, exceto, em relação aos processos administrativos licitatórios na modalidade Pregão, para Registro de Preços.

Art. 22 A proposta orçamentária obedecerá as seguintes diretrizes:

I – As despesas com o pagamento da dívida pública, encargos sociais e salários terão prioridades sobre as demais ações de manutenção e de expansão dos serviços públicos;

II – As obras em execução terão prioridades sobre novos projetos.

Art. 23 Não serão programados novos projetos:

I – por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;

II – que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira;

III – sem antes ter assegurado recursos para a conservação do patrimônio público, na forma do artigo 45, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

Parágrafo único - No caso de projetos executados por força de operações de crédito, convênios, ajustes ou acordos, não haverá necessidade de redução ou anulação de outros projetos.

### Seção IV

#### Da Autorização para a Transferência de Recursos

Art. 24 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a título de subvenções, contribuições ou auxílios de capital beneficiarão entidades privadas que seja de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivos, de cooperação técnica ou de saúde e voltados para o fortalecimento do associativismo municipal, nos termos do artigo 4º, I, "f", da Lei Complementar Federal Nº 101, de 04/05/00.

§ 1º A transferência de recursos à entidade privada dar-se-á após ser firmado o respectivo convênio, acordo, ajuste, contrato, termo de colaboração e simplificado de repasse ou instrumento congêneres;

§ 2º Para efeito de habilitar-se à contemplação com verbas de subvenções, contribuições ou auxílios de capital, a entidade pleiteante deverá atender aos requisitos e as condições fixadas em Decreto do Poder Executivo.

§ 3º Não serão concedidos repasses financeiros à entidade:

I – que não tenha prestado contas, tempestivamente, da aplicação de subvenção, contribuição ou auxílio de capital recebido anteriormente;

II – considerada sem condições de funcionamento pelo Executivo Municipal;

III – que não atenda qualquer dos requisitos definidos pelo Executivo Municipal;

IV – deixar de comprovar o regular funcionamento na forma dos estatutos sociais;

V – que membros do Poder Executivo e Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou respectivos cônjuges ou companheiros, sejam proprietários, controladores ou diretores.

§ 4º A prestação de contas das entidades contempladas com transferências de recursos financeiros deverá atender os prazos e as exigências regulamentares, mediante a comprovação do atendimento do interesse público a ser atendido com o repasse, sob pena de devolução dos recursos por desvio de finalidade, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e Controle Interno (art 70, § único da CF, Lei 13.019/14, LM 3380/2014 e Dec. n. 263/2015);

§ 5º As entidades que receberem recursos do Tesouro Municipal deverão promover a devolução dos recursos não utilizados (saldo) ou utilizados em desconformidade com o objeto ou objetivo da transferência;

§ 6º Fica vedado o repasse de nova parcela às entidades que não prestarem contas dos valores recebidos do Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do recurso;

§ 7º Ficam vedados novos convênios ou prorrogação dos já existentes, às entidades que não tenham suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal (Lei 13.019/14, Lei Municipal n. 3380/2014 e Dec. Mun. n. 263/2015);

§ 8º Para execução dos objetos previstos nas transferências de recursos públicos, poderá o Executivo Municipal exigir contrapartida financeira a ser efetivada pela entidade beneficiada.

Art. 25 A transferência de recursos financeiros à entidade privada a título de contribuição corrente ou capital ocorrerá mediante autorização em Lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente

para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.

§ 1º A alocação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições ou auxílio de capital, fica condicionada à autorização em Lei especial, prevista no artigo 12, § 6º, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

§ 2º A transferência de recursos a título de contribuição corrente não autorizada em Lei específica dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá justificativa de que a entidade selecionada é a que melhor atende aos critérios estabelecidos para a escolha.

Art. 26 As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos (Lei 13.019/14, Mun. n. 3380/2014 e Decr. Mun. 263/2015).

#### Seção V

Da Autorização para Concessão de Premiações, Benefícios de Caráter Social ou Promocional e Auxílios

Art. 27 Fica autorizada a concessão de premiações, incentivos materiais e benefícios de caráter social, cultural, educacional ou promocional diretamente às pessoas físicas e às entidades sem fins lucrativos ou filantrópicos, voltados ao atingimento das finalidades institucionais dos órgãos e entidades que integram a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal.

Art. 28 Em programas de natureza social de transferência direta de recursos financeiros a pessoas físicas, previamente autorizadas em Lei específica, a Administração Municipal poderá autorizar os pagamentos aos beneficiários finais mediante mecanismo que permita a identificação, pelo banco, do beneficiário do pagamento.

Parágrafo único - A concessão de auxílios financeiros a necessitados deverá considerar a renda familiar, idade, estado de saúde, estado civil, número de dependentes ou outros critérios definidos em Lei específica ou Regulamento.

#### Seção VI

Dos Convênios para Captação de Recursos

Art. 29 Os Órgãos do Executivo Municipal, através da Administração Direta ou Indireta, ficam autorizados a realizar convênios e similares, no âmbito de sua administração, com a União, os Estados, os Municípios e outras entidades oficiais ou mesmo privadas.

Parágrafo único - Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a devolução do saldo não utilizado e/ou utilizado em desconformidade com a finalidade da transferência de recursos públicos da União ou Estados.

#### Seção VII

Do Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

Art. 30 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62, da LRF)

Art. 31 O Executivo Municipal poderá firmar convênio com entidades/órgãos da Administração Municipal, Estadual e União, sobre

a disponibilização de servidores municipais efetivos ou não, em conformidade com o artigo 62, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32 Fica o Município autorizado a firmar convênio, consórcios, acordos, ajustes ou ato congênere com a União ou o Estado e seus órgãos e entidades da administração para a execução de programas de trabalho que atendam ao interesse público, bem como estabelecer contratações de Parcerias Público-Privadas, no âmbito da Administração, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de Dezembro de 2004.

#### Seção VIII

Da Reserva de Contingência

Art. 33 O orçamento da Unidade Gestora Central contemplará recursos para a reserva de contingência, limitados até 2,00% (dois por cento) das receitas correntes líquidas previstas, apurada na forma do art. 2º, § 3º da LC 101/2000, tendo como referência a receita estimada para 2018 apresentadas no PPA 2018-2021, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos do art. 5º, III, "b", da LC 101/2000. (anexo VII desta)

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entendem-se como passivos contingentes, riscos fiscais e eventos fiscais imprevistos, respectivamente:

I – as obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações e desapropriações;

II – emergências, calamidades públicas, frustração de arrecadação prevista; e

III – extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas e outros.

§ 2º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo, observado o disposto no Anexo de Riscos Fiscais desta Lei;

§ 3º Havendo necessidade no Fundo de Saúde, Fundação Ambiental, Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Itapema, a Unidade Central transporá por Decreto do Executivo a reserva necessária;

§ 4º Não sendo a Reserva de Contingência suficiente para atender os Riscos Fiscais, caso se concretizem, serão utilizados recursos do "Superávit Financeiro" do exercício de 2017, ou de créditos adicionais, abertos por "Excesso de Arrecadação", exclusive os provenientes de recursos vinculados ou de convênios, e podendo ser encaminhado projeto de lei ao Legislativo para anulação de recursos alocados no Orçamento Fiscal;

§ 5º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o 10 (dez) de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

#### Seção IX

Dos Créditos Adicionais

Art. 34 A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN Nº 163/2001 e

alterações.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167 VI, da CF)

a) A lei orçamentária poderá autorizar o Poder Executivo a remanejar, em até 20% (vinte por cento), por ato próprio (Decreto), dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações dos elementos de despesa que o compõem;

b) O detalhamento da Lei Orçamentária, bem como os créditos adicionais relativos ao Poder Legislativo, respeitado o total fixado, será autorizado, no seu âmbito, mediante Resolução do Presidente da Câmara, em até 20% (vinte por cento).

c) Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, mensagem contendo exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

§ 2º O remanejamento orçamentário para o Fundo Municipal de Saúde, Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Itapema, através de anulação parcial ou total de dotações da Administração Direta, serão realizados somente com autorização específica do Poder Legislativo.

Art. 35 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, quando necessário, serão encaminhados à Câmara de Vereadores no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento, pelo Executivo Municipal.

## Seção X

### Da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

Art. 36 O Poder Executivo estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas unidades gestoras, nos termos do art. 8º e 13º da LC 101/2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias.

Parágrafo único - Para fins de elaboração da programação financeira e cronograma de desembolso do Poder Executivo, Legislativo e as entidades da administração indireta, em até 20 (vinte) dias da publicação da lei orçamentária, encaminharão ao Executivo a sua proposta parcial, para efeitos de integração.

## Seção XI

### Da Limitação de Empenhos

Art. 37 De acordo com o artigo 9º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, no caso de insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, ficam estabelecidos os seguintes critérios para a ordem de limitação de empenho:

- I – obras não iniciada;
- II – desapropriações;
- III – instalações, equipamentos e materiais permanentes;
- IV – contratação de pessoal;
- V – serviços para a expansão da ação governamental;

- VI – materiais de consumo para a expansão da ação governamental;
- VII – fomento ao esporte;
- VIII – fomento a cultura;
- IX – fomento ao desenvolvimento;
- X – serviços para a manutenção da ação governamental;
- XI – materiais de consumo para manutenção da ação governamental.

§ 1º Estão excluídos os valores que constituem obrigações constitucionais e legais, os valores legalmente vinculados, e os ressaltados por esta lei, conforme parágrafo 2º do artigo 9º da Lei Complementar 101/2000;

§ 2º As determinações para limitação de empenhos serão expedidas pelo Departamento de Contabilidade Geral da Secretaria Municipal de Finanças, quando verificar que as realizações das receitas e das despesas não comportarão o cumprimento das metas fiscais estabelecidas nesta lei, na forma prevista pelo artigo 9º da Lei Complementar 101/2000;

§ 3º Para viabilizar a operacionalização do parágrafo anterior, os órgãos da administração indireta enviarão para o Departamento de Contabilidade Geral os quadros de acompanhamento das metas fiscais até o décimo dia após o encerramento de cada bimestre;

§ 4º A limitação de empenho será operacionalizada, dentre outras formas, através da suspensão do recebimento de requisições de materiais e de serviços e de solicitações de empenhos, por parte do Departamento de Compras e Orçamento, do Secretario de Finanças, do departamento de contabilidade e do Gestor da Administração Indireta;

§ 5º A limitação de empenho será mantida até que o Departamento de Contabilidade Geral verifique e demonstre a possibilidade do cumprimento das metas fiscais;

§ 6º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

## Seção XII

### Do Orçamento do Poder Legislativo

Art. 38 A execução orçamentária do Poder Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de contabilização e cumprimento ao art. 166, § 1º, II, da Constituição.

Art. 39 O total da despesa do Poder Legislativo no exercício de 2018, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, não poderá ultrapassar o limite de 7% (sete por cento), relativos ao somatório das receitas correntes previstas no art. 153, § 5º e nos artigos 158 e 159 da Constituição, efetivamente realizado no exercício de 2017, nos termos do art. 29 e EC nº. 58, de 23/09/2009, da Carta da República.

§ 1º As transferências ao Poder Legislativo far-se-ão na forma de parcelas mensais, conforme o cronograma de desembolso apresentado pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, de acordo com o que preceitua o art. 8º, caput, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o art. 10 desta Lei, respeitados, em todos os casos, os limites de que trata o caput e de suas dotações orçamentárias;

§ 2º As arrecadações de imposto de renda retido na fonte, rendimentos de aplicações financeiras e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo, serão contabilizadas no Poder Executivo como receita municipal e,

concomitantemente, como adiantamento de repasse mensal no Executivo e no Legislativo;

§ 3º Ao final do exercício financeiro, o saldo de recursos em disponibilidade do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro considerando-se somente as contas do Poder Legislativo.

Art. 40 O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 58/2009.

Parágrafo único - A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com encargos sociais (INSS, FGTS), não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de sua receita (Duodécimo), de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

### Seção XIII

#### Das Despesas com Educação

Art. 41 As despesas com a educação obedecerão às disposições da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da lei que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e de Valorização do Magistério.

Parágrafo único - O Município aplicará na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), da receita resultante de impostos, compreendida a de arrecadação de sua competência e a proveniente de transferência.

Art. 42 Para atendimento do art. 212 da Constituição Federal, o Poder Executivo poderá garantir aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal o fornecimento de material didático-pedagógico, serviço de transporte escolar, uniforme escolar e a merenda escolar.

Art. 43 Quando a rede oficial de ensino fundamental for insuficiente para atender a demanda poderão ser concedidos, na forma da lei, auxílios financeiros a outras instituições de ensino fundamental, estabelecidas no Município, para suprimimento da demanda apresentada.

### Seção XIV

#### Das Despesas com Saúde

Art. 44 As despesas com ações e serviços públicos de saúde obedecerão às disposições do art. 198 da Constituição e art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e da legislação que regula o Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único - O Município aplicará na manutenção dos serviços e ações do sistema de saúde pública no mínimo 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a de arrecadação de sua competência e a proveniente de transferência.

Art. 45 Para os efeitos do art. 198 da Constituição, o Poder Executivo poderá garantir à população o atendimento à assistência médica, farmacêutica, odontológica e transporte para tratamentos de saúde.

Art. 46 Quando a rede pública local for insuficiente para atender a demanda poderá ser conveniado com outras instituições de saúde, serviços para suprimimento da demanda apresentada.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE OPERAÇÕES DE CREDITO E DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

#### Seção XI

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 47 Obedecidos aos limites estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, e alterações, o Município poderá realizar operações de créditos no exercício de 2018, destinadas a despesas de capital previstas ou inclusas no Orçamento.

Art. 48 A verificação dos limites da dívida pública e as contratações de operações de créditos serão feitas em conformidade com o disposto na Portaria nº 637/2012, da STN/MF.

Art. 49 A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber, à esfera Municipal, na Seção IV, do Capítulo VII, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00.

Art. 50 A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria de Finanças, até 30 de julho de cada exercício financeiro, a relação dos débitos decorrentes de precatórios inscritos até 1º de julho de cada ano para serem incluídos na proposta orçamentária do exercício seguinte devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 62/2009, discriminados conforme detalhamento, especificado:

- I – número e data do ajuizamento da ação originária;
- II – número do precatório;
- III – tipo de causa julgada (de acordo com a origem das despesas);
- IV – enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V – data da autuação do precatório;
- VI – nome do beneficiário;
- VII – valor do precatório a ser pago;
- VIII – data do trânsito em julgado; e
- IX – número da vara ou comarca de origem.

Parágrafo único - A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes de acordos judiciais para o exercício financeiro de 2018 observarão o contido no Art. 100, § 1º, da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 62/2009.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL

Art. 51 Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, os Poderes Municipais Executivo e Legislativo, mediante Lei autorizativa, poderão criar ou alterar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de plano de cargos e salários e ou carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título e autorizar concessões de quaisquer vantagens ou aumentos de remuneração, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo da Lei Orçamentária de 2018, cujos valores serão compatíveis com os limites e regras da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no Orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

§ 2º A verificação dos limites das despesas com pessoal poderá ser



feita na forma estabelecida na Lei Complementar Federal Nº 101, de 04/05/00.

Art. 52 No exercício financeiro de 2018 as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos, alterações de planos de cargos e salários e ou carreira, e admissões para preenchimento de cargos.

§ 1º Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos, aposentadorias e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas, cujo percentual será definido em lei específica;

§ 2º Os recursos para revisão geral de pessoal poderão constar da Lei Orçamentária em categoria de programação específica, ou estarem contempladas nos programas no próprio Orçamento.

Art. 53 Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no artigo 18, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, observado o disposto no artigo 59, desta Lei.

Art. 54 No exercício de 2018, observado o disposto no artigo 169, da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I – existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, considerados os cargos transformados, bem como aqueles criados de acordo com o artigo 66, desta Lei, ou se houver vacância;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 55 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95%, do limite estabelecido no artigo 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V, da LRF)

Art. 56 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20, da LRF)

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V – não provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

VI – no caso do inciso I, do § 3º, do artigo 169, da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos;

VII – é facultada a redução temporária da jornada de trabalho, sem prejuízo da manutenção integral dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art. 57 Para efeito desta Lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 58 As políticas de recursos humanos da Administração Pública Municipal compreendem:

I – a implantação do Plano de Cargos e Salários e ou Carreira e adequação da estrutura de cargos e funções de acordo com o modelo organizacional; (LM 3.616/2017)

II – a ampliação, a integração, a articulação e a cooperação com os órgãos vinculados ao Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos, garantindo, a eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública;

III – a orientação e monitoramento dos órgãos ou Unidades Administrativas;

IV – a valorização, a capacitação e a formação do profissional do serviço público, desenvolvendo o potencial humano, visando à modernização do Município;

V – a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

VI – aprimoramento e a atualização das técnicas e dos instrumentos de gestão e a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;

VII – acompanhamento, a avaliação dos programas, planos, projetos e ações envolvendo os servidores numa gestão compartilhada, responsável e solidária;

VIII – a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 59 Para fins de aperfeiçoamento da política e da administração fiscais do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara municipal, projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, notadamente:

I – Alteração e atualização do Código Tributário Municipal;

II – Aperfeiçoamento e a atualização da legislação tributária referente ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis - ITBI e Imposto sobre Serviços de Qualquer natureza – ISS;

III – aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança

da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;

IV – Adequação, inovação e atualização da legislação tributária referente às taxas municipais;

V – outras medidas de combate à evasão e sonegação fiscal, através da modernização da fiscalização tributária.

Art. 60 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14, da LRF)

Art. 61 Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, em dia com suas obrigações tributárias ou ainda o bônus adimplência, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, da LRF)

Art. 62 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá promover programas de recuperação fiscal voltados ao incremento das receitas.

Art. 63 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º, da LRF)

Parágrafo único - Aplicam-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 64 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário poderão ser cancelados, ou dispensados o ajuizamento, mediante Lei específica, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/2000. (Art. 14, § 3º, da LRF)

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65 O Poder Executivo demonstrará à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada Quadrimestre e até 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício, avaliação do cumprimento das metas

fiscais do quadrimestre e do exercício, bem como as justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas, se houveram. (Art. 9º, § 4º, da LRF)

Parágrafo Único - A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Município apreciará os relatórios mencionados no caput do artigo e acompanhará a evolução do resultado nominal, durante a execução orçamentária.

Art. 66 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido do § 8º, inciso II, do artigo 56, da Lei Orgânica do Município – LOM, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento das atividades do Legislativo Municipal.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo;

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei do Orçamento vigente, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 67 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 68 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no § 2º, do art. 167, da Constituição Federal, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 69 Os casos omissos estão contemplados na Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 4320/1964, na Lei Orçamentária Anual e na Lei do Plano Plurianual 2018-2021.

Art. 70 Esta Lei entrará em vigor 01 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Itapema, 19 de outubro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema



**PROCESSO 065.2017 - CREDENCIAMENTO 005.2017 - SAÚDE - CONTRATO - THIAGO WOLFF DA COSTA**

Publicação Nº 1408706

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO CONTRATO  
TERMO DE CREDENCIAMENTO  
031/2017

PROCESSO: 65/2017

OBJETO: Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS.

PRAZO: 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: THIAGO WOLFF DA COSTA

ESPECIALIDADE: ULTROSSONOGRFISTA

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2017

Itapema, 23 de outubro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS  
PREFEITA MUNICIPAL

# Itapiranga

## PREFEITURA

### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO EMPENHO Nº 2419/2017

Publicação Nº 1407915

#### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO EMPENHO Nº 2419/2017

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua São José, 66, neste Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 423.045.559-34, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve celebrar o 1º Termo de Apostilamento ao empenho nº 2419/2017, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 127/2016, celebrada com a empresa ABASTECEDORA LÍDER LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.403.007/0001-42, com sede na Rua John Kennedy, nº 76, Centro, CEP 89.896-000, Município de Itapiranga - SC, vencedora do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 049/2016, de conformidade com o que preceitua o art. 65, § 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 1 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1 - Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, a partir desta data, altera-se o disposto no empenho nº 2419/2017, referente ao item 1 da Ata de Registro de Preço nº 127/2016, que passa a ser pago conforme descrito a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual	Preço Total
1	1887,555	LT	OLEO DIESEL S500	POSTO BR	2,934	2,98	5.625,00
Total							5.625,00

#### 2 - DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais disposições constantes no empenho nº 2419/2017 permanecem inalteradas, passando o disposto no presente Termo de Apostilamento a ser parte integrante do mesmo.

Itapiranga - SC, 23 de outubro de 2017.

JORGE WELTER  
Prefeito Municipal

Nodivar Carati  
Assessor Jurídico do Município  
OAB/SC Nº 30.520-A

### DECRETO Nº 160, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1408472

DECRETO Nº 160, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

06.03 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes  
27.812.0073.2022 – Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esportes  
33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor com efeitos a partir do dia 20 de outubro de 2017.

Itapiranga – SC., 20 de outubro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

## **DECRETO Nº 161, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408478

DECRETO Nº 161, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior na seguinte fonte de recurso: 151 - Rec. Tes. Exerc. Anterior - Rec. Ordinários, no valor de R\$ 142.391,87 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos)

03.01 - Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.1033 - Construção e reforma de prédios públicos

44.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações diretas .....R\$ 142.391,87

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 23 de outubro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

## QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 030/2017 - FMS

Publicação Nº 1408119

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA**  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 30/2017 Fornecedor: 64955 - GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA			Licitação: 30/2017 - PR			Data da Homologação: 19/10/2017			
1	63219	VEÍCULO NOVO (ZERO KM), TIPO SEDÁ, MOTOR 1.6, COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 05 LUGARES, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ZERO QUILOMETRO; ANO FABRICAÇÃO 2017; MODELO 2017 OU 2018; AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FABRICA; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS; FARÓIS COM REGULAGEM DE ALTURA; FARÓIS DE NEBLINA; DIREÇÃO HIDRÁULICA; RÁDIO COM ENTRADA USB E SISTEMA DE AUTOFALANTES ORIGINAL; ALARME; TAPETES DE BORRACHA INTERIORS; COR: BRANCA; MOTOR: 04 CILINDROS; COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA); POTÊNCIA MÍNIMA DE 95 CV; SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA; ACESSÓRIOS: TODOS ACESSÓRIOS EXIGIDOS PELAS LEIS DE TRÂNSITO.	Fiat/Siena	UND	1,000	0,0000	61.500,0000	61.500,00	Venceu
Total do Fornecedor —>							1,000	61.500,00	

Itapiranga, 23 de Outubro de 2017.

## QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO N° 155/2017

Publicação N° 1407943

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 155/2017      Licitação: 155/2017 - PR Fornecedor: 140662 - DIESEL IPORÁ COM. DE PEÇAS P/ BOM. INJETORAS LTDA      Data da Homologação: 31/08/2017									
1	929	BICOS INJETORES	BOSCH	UND	6,000	0,0000	333,6600	2.001,96	Venceu
2	80115	ESFERAS DOS INJETORES	BOSCH	UND	6,000	0,0000	14,8500	89,10	Venceu
3	80116	JOGO DE REPARO DOS INJETORES	BOSCH	UND	6,000	0,0000	34,6500	207,90	Venceu
4	80117	BOMBA DE BAIXA PRESSÃO	BOSCH	UND	1,000	0,0000	980,2000	980,20	Venceu
5	80118	VALVULA DE ASPIRAÇÃO DA BOMBA	BOSCH	UND	3,000	0,0000	242,5700	727,71	Venceu
6	80119	VALVULA REGULADORA DA BOMBA	BOSCH	UND	1,000	0,0000	756,4400	756,44	Venceu
7	80120	JOGO DE REPARO DA BOMBA	BOSCH	UND	1,000	0,0000	316,8300	316,83	Venceu
8	80121	ESFERA DA BOMBA	BOSCH	UND	3,000	0,0000	24,7500	74,25	Venceu
9	80027	SENSOR DE ROTAÇÃO	BOSCH	UND	1,000	0,0000	324,7500	324,75	Venceu
10	80122	MÃO DE OBRA PARA CONserto DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO	BOSCH	UND	1,000	0,0000	346,5300	346,53	Venceu
11	80123	MAO DE OBRA PARA REGULAGEM DOS BICOS INJETORES	BOSCH	UND	1,000	0,0000	574,2600	574,26	Venceu
Total do Fornecedor —>								6.399,93	

Itapiranga, 4 de Setembro de 2017.

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DA TOMADA DE PREÇO Nº 10/2017 - DECORAÇÃO NATALINA

Publicação Nº 1408408

#### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	23/10/2017	Horário início: 14h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 010/2017 Nº 113/2017

**OBJETO:**  
A contratação de empresa com mão de obra especializada para produção e instalação de decoração natalina em espaços públicos do município de Itapoá, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3306/2017. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de grande circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, Site Oficial do Município e mural público municipal, no dia 05/0/2017 a fim de ampla divulgação. Exatamente as 14h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelope a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
23/10/2017	1654	14h:01m	FABIANO CANDIDO DA SILVA & CIA LTDA ME	08.233.339/0001-40
Iniciada a sessão, os membros da CPL e demais presentes rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação das empresa licitante, analisado todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, verificando-se faltante o documento exigido no item 2.1.1., ou seja, o contrato social da empresa, o empresa licitante apresentou Certidão Positiva de débitos perante a fazenda municipal e não demonstrou sua condição de microempresa vez que deixou de juntar a Certidão da Junta Comercial. Por todas essas razões a empresa FABIANO CANDIDO DA SILVA & CIA LTDA ME foi considerada INABILITADA para o certame. Ao ser consultado, o representante presente manifestou a renúncia do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.				
ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO				
FERNANDO VITOR PERES MEMBRO		MEMBRO EZEQUIEL EMERSON VIEIRA		

FABIANO CANDIDO DA SILVA &amp; CIA LTDA ME

### ATA DO PREGÃO Nº 80/2017

Publicação Nº 1408641

#### ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2017 - ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

Ao vigésimo dia do mês de outubro de 2017, a partir das 16:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a) ISABELA RAICIK DUTRA POHL RISSI e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, RODRIGO FERNANDES DE SOUZA e OSWALDO RICCI JUNIOR, nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para abertura de envelope e análise dos documentos de habilitação das empresas JL MARTINS INFORMÁTICA ME e CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA, classificadas na fase de amostras do Pregão Presencial nº 80/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, e, portanto consideradas vencedoras do certame conforme segue:



Empresas Pré-classificadas	Itens/Lotes	Valor Total
JL MARTINS INFORMATICA ME	1	R\$ 21.600,00
CAURÉ INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA	2	R\$ 14.620,00

A presente sessão pública foi marcada em 17/10/2017, o aviso publicado no Site Oficial do Município em 17/10/17, encaminhado email à todos os participantes na mesma data e publicado no Diário Oficial dos Municípios em 18/10/2017. Nenhum licitante se fez presente. Abertos os envelopes de habilitação das empresas vencedoras nos lotes supracitados, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, foi constatado que as respectivas empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo HABILITADAS para este certame. Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) nos respectivos lotes. Não houve manifestações de interposição de recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso XX do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL Pregoeiro	
RODRIGO FERNANDES DE SOUZA Membro	OSWALDO RICCI JUNIOR Membro

## ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 91/2017

Publicação Nº 1408257

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro de 2017, a partir das 14h:00 min, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, JOESEL BILAU e JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzi-rem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 91/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) CÂMARAS PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS PARA USO NAS SALAS DE VACINA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	ALESSANDRO DOS SANTOS LEAL
BIOTECNO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	RUDIMAR LINCK

Analizados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
BIOTECNO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	1	R\$ 35.895,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena

de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 23 de outubro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	JOESEL BILAU Membro

Licitantes:

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA ALESSANDRO DOS SANTOS LEAL	BIOTECNO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA RUDIMAR LINCK
--	---

## ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 83/2017

Publicação Nº 1408090

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo dia do mês de outubro de 2017, a partir das 17:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). ISABELA RAICIK DUTRA POHL, a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, DAIANE BATISTA e ELASIO FRISANCO nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017 e apoio da Orientadora de Estudo, SANDRA DEVEGILI, para conduzir a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 83/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCOMUNICAÇÃO PARA OS PROFESSORES, COORDENADORES PEDAGÓGICOS, MONITORES DE INFORMÁTICA GESTORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
CENTRO EDUCACIONAL D'PAULA EIRELI ME	MARCO ROBERTO BAZZO
CENTRO EDUCACIONAL INTEGRAÇÃO LTDA - ME	GRACIANE APARECIDA VISIONESKI
ACESSE CONCURSOS LTDA	ADELOR PINTO
GENUÍ ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA ME	NÃO CREDENCIADA
ALLCET EDUCACIONAL LTDA ME	LILIAN APARECIDA BASNIAK BABIRESKI

Analisados os documentos verificou-se que o objeto social da empresa GENUÍ ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA ME não é pertinente com o objeto licitado, e na forma do item 4.1 do Edital, a respectiva empresa não foi credenciada para o certame. Nesta fase ainda foi observado que a empresa CENTRO EDUCACIONAL INTEGRAÇÃO LTDA - ME, para fins de credenciamento, entregou as vias originais de seu contrato social, a Pregoeira informou que conforme estipulado nos item 6.4 do Edital, estes documentos ficarão retidos compondo o processo licitatório, não havendo a possibilidade reaver os documentos posteriormente, a representante da empresa manifestou-se concordando com esta condição, e então foi credenciada para o certame. Os demais documentos de credenciamento apresentados foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas credenciadas para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas, as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita, conforme o Termo de Lances e Vencedores anexos aos autos. Percebendo que os lances aproximavam-se de um percentual de desconto de 50%, a Pregoeira solicitou que os licitantes convocados para os lances verbais atentassem para a exequibilidade de suas propostas. Encerrados os lances a representante da empresa vencedora confirmou e garantiu a exequibilidade de sua proposta. Na sequência, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
CENTRO EDUCACIONAL INTEGRAÇÃO LTDA - ME	1	R\$ 29.800,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão, condicionada a apresentação da documentação exigida no item 12.1.1 do Edital. Ao serem consultados, apenas o representante da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA manifestou interesse na interposição de recurso nos seguintes termos "contra as propostas das empresas Escola Legal, Integração e Allcet por descumprimento do item 6.2.1, letras "c" e "d" e contra o preço inexecutável das empresas após a fase de lances". A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 20 de outubro de 2017.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
Pregoeira

DAIANE BATISTA Membro	ELASIO FRISANCO Membro
--------------------------	---------------------------

Apoio na Sessão:

SANDRA DEVEGILI  
ORIENTADORA DE ESTUDO

Licitantes:

CENTRO EDUCACIONAL D'PAULA EIRELI ME MARCO ROBERTO BAZZO	CENTRO EDUCACIONAL INTEGRA- ÇÃO LTDA – ME GRACIANE APARECIDA VISNIESKI
ACESSE CONCURSOS LTDA ADELOR PINTO	ALLCET EDUCACIONAL LTDA ME LILIAN APARECIDA BASNIAK BABIRESKI

## ATA: 018/2017-CMAS.

Publicação Nº 1408349

Ata: 018/2017  
Reunião: EXTRAORDINÁRIA  
Data: 23/10/2017  
Horário: 09h00  
Local: Conselho Municipal da Assistência Social

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2017, no Conselho Municipal da Assistência Social, situado na Rua do Príncipe, número 2169, Itapema do Norte, Itapoá, às 09h05 foi efetuada a contagem dos presentes, não havendo quórum. Em nova contagem realizada às 09h10 houve quórum, estando presentes os conselheiros: Ana Luiza Valente de Oliveira (SMAS), Clair Terezinha Freitas (Gr. Religiosos), Elaine Cristina Alves (OAB), Mauricio Deunisio Olkoski (SAF), Margarida A. G. Haas (Trabalhadores), Lana Rosélia Quadros

Bevilaqua (Entidades), Claudio Roberson Lemonie (SMTMAC), Edgar Utarã Dória (Entidades), Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo (Usuários), Rochele Antoni (SMS) e Marciane Rech (SMS). Dando início a reunião, a presidente, Sra. Elaine Cristina Alves dá boas vindas a todos informando que a reunião possuirá gravação de voz, e informa que a pauta, conforme definido na reunião de 10/10/2017 é a análise/discussão da concessão de cestas/suplementos utilizando recursos do Fundo Municipal da Assistência Social. Os documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Assistência Social foram analisados pelo plenário que assim deliberou: COM RELAÇÃO AOS TÉCNICOS – sejam diligentes no cumprimento da política da assistência social, principalmente no que tange a observância das normas, respeitando as exigências técnicas profissionais no preenchimento de documentos que embasem a liberação de benefícios, inerentes a cada profissão. COM RELAÇÃO AO ORDENADOR DA DESPESA – Que seja mais diligente no sentido de aplicação da política da assistência social e que situações análogas a essa seja compartilhada com o conselho municipal de assistência social para deliberações conjuntas. COM RELAÇÃO AOS VALORES DESEMBOLSADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – tendo em vista que os valores custeados pelo fundo municipal para a concessão dos 100 suplementos alimentares no total de R\$ 16.593,32 (dezesesseis mil quinhentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos), concessão que não cumpriu os requisitos da legislação vigente, deve ser ressarcido ao erário (fundo municipal de assistência social) pelo ordenador da despesa, com votos contrários da saúde, turismo. Nada mais a ser tratado encerra-se a reunião às 11:53 horas. Não houve justificativa de ausência por parte dos conselheiros:

. Assinam esta ata os presentes:

Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo (Usuários)
Lana Rosélia Quadros Bevilaqua (Entidades)
Edgar Utarã Dória (Entidades)
Clair Terezinha Freitas (Gr. Religiosos)
Margarida A. G. Haas (Trabalhadores)
Elaine Cristina Alves (OAB)
Ana Luiza Valente de Oliveira (SMAS)
Mauricio Olkoski (SMA)
Rochele Antoni (SMS)
Marciane Rech (SMS)
Claudio Roberson Lemonie (SMTMAC)

## DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO E JULGAMENTO- TOMADA Nº 09-17-PAVIMENTAÇÃO MARIANA

Publicação Nº 1408241

### DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: TOMADA DE PREÇO nº09/2017 – PROCESSO Nº103/2017- Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para pavimentação e urbanização da Rua Mariana Michels Borges – trecho I e II, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

Wantuil José de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere aos recursos apresentados pelas Empresas:

Empresa	Protocolo	Folhas	CNPJ/MF:
TEC TUBO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP	7811/2017	620 a 627	07.888.742/0001-44
CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA	7834/2017	633 a 641	82.607.623/0001-91

Outrossim, esclarecimentos que a decisão hostilizada do pedido encontra-se detalhada na análise e resposta no Parecer Jurídico nº0145/2017 sob folhas nº702 a 779, e Parecer técnico do Engenheiro Civil do Município através da CI nº369/2017, bem assim que considerado improcedentes as razões apresentadas pelas Empresas: TEC TUBO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – EPP, CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, portanto nesta concepção fica prejudicado o recurso impetrado.

Itapoá, 23 de outubro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Vice- Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL)

#### DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: TOMADA DE PREÇO nº09/2017 – PROCESSO Nº103/2017- Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para pavimentação e urbanização da Rua Mariana Michels Borges – trecho I e II, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas conforme Parecer jurídico nº0145/2017 sob folhas nº 702 a 779, como se minhas fossem e as considerando integradas a este, julgo IMPROVIDO os recursos apresentados pelas empresas:

Empresa	Protocolo	Folhas	CNPJ/MF:
TEC TUBO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP	7811/2017	620 a 627	07.888.742/0001-44
CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA	7834/2017	633 a 641	82.607.623/0001-91

Assim para que seja dado seqüência ao processo licitatório e tomada as medidas cabíveis para o andamento do interesse público.

Itapoá, 23 de outubro de 2017.

Wantuil José de Oliveira

Secretário de Obras e Serviços Públicos

#### NOTIFICAÇÃO TP Nº09-17-PAVIMENTAÇÃO MARIANA

Publicação Nº 1408343

#### NOTIFICAÇÃO

À

Empresas	CNPJ/MF
TEC TUBO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP	07.888.742/0001-44
BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP	76.470.384/0001-78
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA	03.574.370/0001-20
KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP	26.786.919/0001-46
MEGAPAV – CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	02.152.117/0002-05
CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA	82.607.623/0001-91

O Município de Itapoá, através do Secretário de Obras e Serviços Públicos e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 09/2017 – PROCESSO Nº103/2017, do Objeto Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para pavimentação e urbanização da Rua Mariana Michels Borges – trecho I e II, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, tendo o prazo de recursal, contrarrazões, e despachos de julgamento findo. Fica, portanto a sessão pública para abertura de envelopes de propostas marcada para a data de 26/10/2017 às 16h:00min na sede do Município, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Setor de Licitações e Contratos-Sala de Reuniões.

Itapoá, 23 de outubro de 2017.

WANTUIL JOSÉ DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FERNANDA CRISTINA ROSA

VICE - PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**PORTARIA Nº 1743/2017.**

Publicação Nº 1408579

PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.743/2017  
Data: 10 OUTUBRO DE 2017

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 008/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

· Processo de Sindicância Investigatória nº010/2017

Resolve:

Art.1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 008/2017, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, para apurar possíveis irregularidades cometidas pelo(a) Servidor(a) K.J.S, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

ANDRÉ VINICIUS ARAÚJO ..... Presidente  
FERNANDA LUZIA GHISLEI GRASEL ..... Secretária  
LUCIANA HUBL NARDO ..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos relatados nos autos do PSI nº010/2017, dando ampla defesa e o contraditório.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§ 3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 10 de Outubro de 2017

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO  
Secretária de Administração  
CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

**PORTARIA Nº 1775/2017.**

Publicação Nº 1408585

PORTARIA MUNICIPAL Nº1.775/2017  
Data: 20 de outubro de 2017

PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA - PSI Nº 0016/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

• Considerando Comunicação Interna SMS/G/216/2017 – Secretaria de Saúde,

Resolve

Art.1º Determinar que seja instaurado Processo de Sindicância investigatória – PSI nº016/2017, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, para que seja investigado possíveis irregularidades cometidas pelos (as) servidores C.A.G. matrícula nº.607380; P.J.H matrícula nº.624500; R.M.S. matrícula nº.1210408; D.R.S. matrícula nº. 1285530; L.P. matrícula nº. 1211099; M.H.G.J. matrícula nº. 591424; Z.W.F. matrícula nº. 1202740; A.V.G matrícula n. 1278517; que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

MÔNICA SIQUEIRA FRIZZO ..... Presidente  
FLÁVIO ELIAS GELAMO CUSTÓDIO ..... Secretário  
ROCHELE ANTONI ..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos relatados nos autos iniciais do PSI nº0016/2017 apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§ 3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de outubro de 2017

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA  
Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

### **PORTARIA Nº 1778/2017.**

Publicação Nº 1408587

PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.778/2017

Data: 20 de outubro de 2017

Nomeia comissão para processo de Transferência de servidor

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO DA CUNHA, Secretária de Administração do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com decreto 3143/2017,

Resolve:

Art.1º Fica nomeada comissão para julgar processo de transferência de servidor nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, constituída pelos seguintes servidores:

1. VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI ... Presidente
2. SULMÁRIA MARIA DA SILVA..... Secretária
3. VALDIR MARTINS GONÇALVES ..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão conferir a documentação para classificação, a divulgação da classificação, julgamento de recurso, se houver e encaminhamento do resultado ao departamento de Recursos Humanos.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 DE OUTUBRO DE 2017.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA  
Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Cristiane R.B.Silva  
Ag. Administrativo

### **PORTARIA Nº 1779/2017.**

Publicação Nº 1408592

PORTARIA MUNICIPAL Nº1.779/2017

Data: 20 de outubro de 2017

PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA - PSI Nº 0017/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

- Considerando Comunicação Interna Nº.171//2017 – Secretaria de Saúde,

Resolve

Art.1º Determinar que seja instaurado Processo de Sindicância investigatória – PSI nº017/2017, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, para que seja investigado possíveis irregularidades cometidas pelo (a) servidor (a) J.P. matrícula n.11676396, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

- FLÁVIO ELIAS GELAMO CUSTÓDIO ..... Presidente
- MÔNICA SIQUEIRA FRIZZO ..... Secretário
- ELIANA NEHRING SILVEIRA BELO ..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos relatados nos autos iniciais do PSI nº0017/2017 apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.



§ 3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de outubro de 2017

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA

Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

## PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 038/2017.

Publicação Nº 1408620

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 038/2017

VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Comissão de Processo de Transferência, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra de Vagas Excedentes da Secretaria Municipal de Saúde de Itapoá/SC.

### 1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para remoção deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, nos dias 30 e 31 de outubro de 2017, no horário das 13:00 às 19:00 horas, conforme quadro de vagas em anexo I.

### 2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor, para os que já possuem;
- Cópia dos Certificados de Habilitação na área, se possuir; (Graduação, Pós Graduação, Mestrado, Doutorado)
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações de prefeituras, se possuir.

### 3. DO QUADRO DE VAGAS

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de remoção perderá o direito sobre a escolha;

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO

Os requerimentos dos profissionais efetivos da saúde, interessados na remoção serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 044/2014, como segue abaixo:

- I – maior habilitação na área de atuação;
- II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;
- III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na vaga.

### 5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), no dia 03 de novembro de 2017.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 06 de novembro de 2017 das 13:00 às 19:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, o profissional da saúde requerente será lotado (a) no local requerido, através do ato do Chefe do Poder Executivo, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir da sua lotação.

5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao profissional uma via original da Portaria de Lotação até o mês subsequente.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor poderá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

**6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de remoção e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 23 de outubro de 2017.

Maria Neco dos Santos Silva Noeli Schwetler Saidel  
Agente Administrativo II Auxiliar de Serviços Gerais

Marciane Rech  
Enfermeira III

**ANEXO I****QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO**

CARGO	VAGAS	C.H.	LOCAL
Técnico de Enfermagem	1	40 horas	Pronto Atendimento 24 horas

**ANEXO II**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPOÁ / SC  
EDITAL 038/2017

Eu, \_\_\_\_\_  
Matrícula \_\_\_\_\_, lotado (a) e em exercício no (a) \_\_\_\_\_, no cargo de:  
\_\_\_\_\_ com carga horária de \_\_\_\_\_ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A Transferência de Lotação para a vaga de \_\_\_\_\_, no (a) \_\_\_\_\_, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Edital de Processo de Transferência de Servidor Público Municipal nº 038/2017 de 23 de outubro de 2017.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 077.**

Publicação Nº 1408521

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 077**

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Marlon Roberto Neuber – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Médico P.S.F.	Olivia Vial Grein	430001106	10

Itapoá – SC, 23 de outubro de 2017  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

# Jaborá

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 125/2017

Publicação Nº 1408371

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 22/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 32/2017

Contrato Administrativo nº: 125/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA ESCOLA INFANTIL ALCIDES FERRARI E ESCOLA ALBERTO BORDIN, PARA O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017.

Valor: Acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) dos itens 2, 6, 8, 19, 28 e 36 da quantidade inicial do contrato.

Vigência: 31/12/2017, podendo ser prorrogado, conforme disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: ADEMAR SAVOLDI & CIA. LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 85.217.917/0001-03.

Jaborá, SC, 23 de Outubro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 127/2017

Publicação Nº 1408374

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 22/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 32/2017

Contrato Administrativo nº: 127/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA ESCOLA INFANTIL ALCIDES FERRARI E ESCOLA ALBERTO BORDIN, PARA O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017.

Valor: Acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) dos itens 38 e 53 da quantidade inicial do contrato.

Vigência: 31/12/2017, podendo ser prorrogado, conforme disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: SUPERMERCADO E AÇOUGUE COMPRE MAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 80.141.906/0001-65.

Jaborá, SC, 23 de Outubro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 21/2017

Publicação Nº 1408474

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE QUANTIDADE DO CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 21/2016

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 25/2016

Contrato Administrativo nº: 21/2017.

Objeto: FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, COMBUSTÍVEIS E REAGENTE QUE É USADO JUNTAMENTE COM O SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA (SCR) PARA REDUZIR QUIMICAMENTE AS EMISSÕES DE ÓXIDOS DE NITRÓGENO PRESENTES NOS GASES DE ESCAPE DOS VEÍCULOS A DIESEL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Valor: Acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) do item 3 da quantidade inicial do contrato.

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: CLEUSA MASCARELLO CORADI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.441.190/0001-04.

Jaborá, SC, 23 de outubro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 82/2017

Publicação Nº 1408426

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Licitação: Chamada Pública 1/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017

Contrato Administrativo nº: 82/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA.

Valor: Acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) do item 10 da quantidade inicial do contrato.

Vigência: 31/12/2017, podendo ser prorrogado, conforme disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORÁ – COPERJABORA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.813.465/0001-85.

Jaborá, SC, 23 de Outubro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 098/2017**

Publicação Nº 1408373

**"EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da legislação em vigor:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a Servidora IARA CRISTINA RIBEIRO DA SILVA;

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23/10/2017.

KLEBER MÉRCIO NORA  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 24/outubro/2017

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária de Administração

**RESOLUÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 03/2017**

Publicação Nº 1408022

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE JABORÁ

**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****RESOLUÇÃO CME Nº 03/2017****"Fixa normas para a regulamentação do Transporte Escolar do Município de Jaborá e dá outras providências".**

O Conselho Municipal de Educação de Jaborá, com fundamento no CTB - Código de Trânsito Brasileiro - Lei Nº 9503/97, DETRAN, CONTRAN, no art. 208 da Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, com acréscimo da Lei nº 10.709/2003, na Lei nº 10.880/04 e na Resolução do FNDE nº 12/11, de 17/03/2011,

**Resolve:****CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Artigo 1º - As disposições constantes nesta Resolução devem ser observadas na prestação do serviço de transporte escolar realizado diretamente pelo Município, com veículos e servidores próprios e pelos prestadores de serviços contratados /terceirizados.

§ 1º - O conteúdo desta Resolução deve ser anexado aos editais da licitação para a contratação de transporte escolar, através de cópia integral ou transcrição das disposições.

§ 2º - Também deve ser dado conhecimento do teor desta Resolução a todos os servidores envolvidos com a execução ou controle do transporte escolar.

Artigo 2º - A Administração Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação fica responsável pela execução do transporte escolar, devendo, para tanto, coordenar os trabalhos a serem realizados pelos diferentes servidores, próprios ou contratados, envolvidos na execução e fiscalização dos serviços, independentemente de lotação dos mesmos.

Artigo 3º - Igualmente compete à Secretaria Municipal de Educação propor a atualização ou alteração do conteúdo desta Resolução, em decorrência de legislação ou atos normativos a serem observados, ou mediante outras razões de interesse público.

**CAPÍTULO II  
DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR**

Artigo 4º - Quem são os usuários de transporte escolar: Alunos de Ensino Básico, matriculados em escola de rede pública, residentes no interior do município, zona rural, sujeitos a escolaridade obrigatória.

Parágrafo Único - Professores e funcionários lotados em escola de área rural desde que já exista linha de transporte para alunos.

**I do Âmbito**

Artigo 5º - A oferta de serviço de transporte escolar é de competência da Secretaria Municipal de Educação/ Administração Municipal. Cabendo a mesma a responsabilidade por buscar meios que viabilize a oferta, salvaguardando os princípios da gestão pública, e as áreas prioritárias correspondentes a cada ente federado.

§ 1º - A oferta de transporte escolar a alunos da Educação Básica da rede estadual dar-se-á mediante convênio, previamente assinado entre o Gestor Municipal e o governo do Estado.

Artigo 6º - O serviço de transporte escolar destina-se, prioritariamente, a alunos domiciliados em zona rural e excepcionalmente aos residentes na cidade, que não tenham outro apoio em transporte público.

§1º - O transporte escolar visa proporcionar um serviço para estudantes, e em casos especiais à comunidade escolar em acompanhamento dos alunos.

§ 2º - O benefício do transporte escolar é garantido aos usuários de área rural, residentes em moradias localizadas a uma distância mínima de 2(dois) quilômetros do local indicado pelo Município/ Secretaria Municipal de Educação para o embarque (pontos de parada).

§ 3 - Excepcionalmente, o Município/ Secretaria Municipal de Educação pode determinar que o transporte escolar seja disponibilizado até a residência dos usuários nas seguintes condições:

1-Por motivo de doença, quando a necessidade implicar em dificuldades de locomoção; e 2- Para portadores de necessidades especiais, atestado pela equipe multidisciplinar do município.

**CAPÍTULO III  
DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS**

Artigo 7º - O serviço de transporte escolar deve ser adequado, atendendo plenamente aos usuários, nos termos deste Regulamento e sem prejuízo de outras exigências expressas no processo licitatório e nas normas pertinentes.

Artigo 8º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de continuidade, regularidade, atualidade, segurança, higiene, cortesia e eficiência na sua prestação.

§1º - Para fins do disposto neste artigo, considera-se:

I - continuidade: a prestação dos serviços com a observância rigorosa do calendário letivo, das datas, dos turnos e dos trajetos dispostos para o transporte escolar, sem interrupção ou suspensão;

II - regularidade: a observância dos horários dispostos para cada trajeto do transporte escolar;

III - atualidade: a adequação das técnicas, dos veículos, dos equipamentos, das instalações e de sua conservação, conforme os padrões mínimos exigidos em edital e regulamento;

IV - segurança: a prestação de serviço com a adoção de todas as medidas preventivas para o adequado funcionamento dos veículos, com manutenção e equipamentos de segurança adequados, a condução dos veículos com a observância das normas de trânsito, com toda a prudência, segurança e perícia requerida para as condições peculiares dos trajetos e dos usuários transportados e a orientação e acompanhamento dos usuários no embarque, na viagem e no desembarque;

V - higiene: a limpeza permanente dos veículos e o asseio dos condutores e acompanhantes, bem como a manutenção dos equipamentos em condição de higienização;

VI - cortesia: o atendimento e acompanhamento dos usuários e demais agentes públicos envolvidos com o transporte escolar de forma atenciosa, solícita, educada e prestativa, com especial atenção aos aspectos de segurança;

VII - eficiência: o atendimento de todas as obrigações dispostas em editais, em contratos, nos regulamentos e nas demais normas jurídicas aplicáveis, assim como as ordens dos agentes públicos responsáveis, com observância dos prazos, dos quantitativos e dos qualitativos exigidos.

§ 2º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança por constituírem riscos a segurança dos alunos e por outras razões de relevante interesse público, motivadamente, justificadas a administração.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Artigo 9º - São direitos dos usuários, sem prejuízo de outras exigências expressas em legislação, nos regulamentos ou decorrentes de legislação superior:

I – receber serviço adequado;

II – protocolar, por escrito, às autoridades competentes, dos atos ilícitos ou irregularidades de que tenha conhecimento, decorrentes do serviço prestado pelo Município ou por terceiros contratados;

III – obter informações sobre os condutores, com o objetivo de acompanhar as normas legais e regulamentares exigidas para o transporte escolar, bem como os trajetos e horários do transporte escolar;

IV – oferecer sugestões de melhoria de serviços, mediante protocolo ou outros meios de contato.

§ 1º - Para o exercício do direito dos usuários, os pais dos alunos ou responsáveis legais podem representá-los junto ao Poder Público Municipal/ Secretaria Municipal de Educação, mediante identificação constante de nome, número de cadastro de pessoa física ou documento equivalente no ato da matrícula.

Artigo 10º - O benefício do transporte escolar é garantido, desde que possível à acessibilidade, aos usuários residentes em moradias de área rural e maiores de 04 anos de idade, devidamente matriculados na rede de ensino, localizados a uma distância superior a dois quilômetros entre a residência e a escola, distância esta que será a mesma entre a residência e o ponto de embarque e desembarque.

§ 1º - O Município/ Secretaria Municipal de Educação indicará o local (ponto médio) para o embarque e desembarque dos usuários do transporte de acordo com a conveniência, necessidade e possibilidade, precedido de estudo de viabilidade e respeitando os princípios do bem comum.

Artigo 11º - Para os usuários do perímetro urbano é garantido o transporte escolar nas condições previstas no art. 6º desta Lei e nas seguintes situações:

I - Educação Infantil: a partir de 04 anos de idade, completos até 31 de março do respectivo ano da efetivação da matrícula;

II - Ensino fundamental: até os 17 anos de idade;

§ 1º - O direito ao serviço é garantido exclusivamente no transporte destinado ao ensino regular previsto neste regulamento, nos turnos e escolas em que os usuários estejam matriculados e, excepcionalmente, em turno diverso, quando solicitado pela escola, para atividade de reforço pedagógico e atividades afins, quando houver vaga nos veículos, sendo vedada a sua utilização para outros objetivos.

§ 2º - É responsabilidade dos pais ou responsáveis acompanhar os usuários até os locais de embarque e desembarque, cuja distância poderá chegar ao previsto no art. 10º deste Regulamento.

Artigo 12º - Sempre que o Poder Público entender necessário poderá determinar a fixação de material impresso nos veículos de

transporte próprios ou contratados, com o fim de divulgar os direitos e obrigações dos usuários ou ainda material com finalidade pedagógica.

Artigo 13º - São obrigações dos usuários, sem prejuízo de outras exigências expressas em regulamento, nas licitações ou decorrentes de legislação superior:

I – estar regularmente matriculado na rede municipal de ensino e utilizar o transporte escolar somente nos casos previstos em Lei;

II – contribuir para a conservação dos bens públicos ou privados utilizados na prestação dos serviços;

III – cooperar com a limpeza dos veículos;

IV – comparecer aos locais e horários determinados para o embarque e desembarque;

V – colaborar com a fiscalização do Município;

VI – ressarcir os danos causados aos veículos;

VII – acatar todas as orientações emanadas da fiscalização, dos condutores e dos demais agentes públicos responsáveis;

VIII – em caso de desobediência das orientações previstas nesta resolução, fica o usuário sujeito à suspensão ou cassação do direito de usar o transporte escolar.

§ 1º - Os pais ou responsáveis devem acompanhar, se necessário, os estudantes até o local do embarque e aguardar no local do desembarque do transporte escolar, sob pena de responsabilidade por omissão.

I – Na impossibilidade dos pais acompanharem seus filhos, e os mesmos forem da Educação Infantil, será feito um termo de responsabilidade (anexo) para um responsável indicado e autorizado por um dos genitores.

§ 2º - Os atos dos usuários que importarem no descumprimento de suas obrigações serão comunicados aos pais ou responsáveis para as devidas providências.

§ 3º - Quando a natureza dos atos impuser, além da comunicação aos pais ou responsáveis, a Administração/Secretaria Municipal de Educação dará ciência dos fatos ao Conselho Tutelar e outra autoridade que couber para as devidas providências.

§ 4º - Quando os atos importarem em prejuízos ao patrimônio público, a Administração/Secretaria Municipal de Educação notificará os pais ou responsáveis sobre o ocorrido e procederão à cobrança administrativa ou judicial do montante devido, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO V

##### DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

Artigo 14º - Os veículos utilizados no transporte escolar deverão apresentar todas as condições exigidas pela legislação e atos regulamentares de trânsito, especialmente as exigidas para o transporte de escolares e de passageiros.

§ 1º - São exigências para o transporte escolar, sem prejuízo de outras obrigações regulamentares e normativas:

I – registro como veículo de passageiros, emitido pelo órgão estadual, constante no CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo);

II – inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III – autorização do órgão estadual para o transporte de escolares, fixada em local visível na parte interna do veículo, com inscrição e lotação permitida;

IV – pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes traseiras da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

V – equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

VI – lanternas de luz branca, fosca ou amarela disposta nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;



VII – cintos de segurança em número igual à lotação;

VIII – alarme sonoro de marcha ré.

§ 2º - A Administração/Secretaria Municipal de Educação poderá proceder a novas exigências relativas às condições de segurança, higiene e comodidade dos usuários ou para atender a outras razões de interesse público.

Artigo 15º - O edital de licitação fixará a idade dos veículos, a contar da data de fabricação, para todos os veículos contratados empregados na prestação do transporte escolar do Município.

Parágrafo único: Independentemente do ano de fabricação, o município poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o transporte, se constatado, mediante vistoria, comprometimento da segurança, do conforto ou da confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas exigidas pela legislação aplicável ou pelo município.

Artigo 16º - Os veículos de transporte escolar, antes de entrarem em serviço, devem ser submetidos à inspeção semestral para a verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, nos termos da legislação.

§ 1º - Na ausência de regulamentação específica para a inspeção semestral prevista no art. 136, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro, o Município/Secretaria Municipal de Educação indicará os critérios a serem observados para o atendimento desse artigo.

§ 2º - O Município/ Secretaria Municipal de Educação poderá adotar sistema de credenciamento para os estabelecimentos que atendam às exigências técnicas para a inspeção semestral, com o acompanhamento e responsabilidade técnica obrigatórias de engenheiro mecânico.

§ 3º - Adicionalmente às exigências de inspeção semestral, os veículos serão inspecionados pelo Município/ Secretaria Municipal de Educação para a verificação do cumprimento das demais exigências dispostas neste regulamento, no edital de licitação e nos contratos e, em especial, quanto aos aspectos de segurança, higiene, conservação e comodidade aos usuários.

§ 4º - Os veículos serão autorizados a iniciar as atividades de transporte escolar somente se atendidas todas as exigências previstas em lei, sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Comissão do Processo Licitatório a verificação desta documentação.

Art. 17º - Verificado o cumprimento de todas as exigências legais e contratuais, o Município emitirá Alvará para o Transporte Escolar Municipal, a ser fixada em local visível nos veículos, conforme determinado pela Administração, para conhecimento da comunidade escolar.

Art. 18º - Além da inspeção veicular semestral definida no artigo 17º desta Resolução, para atendimento do art. 136, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro, todos os veículos contratados para realizar transporte escolar poderão ser vistoriados a qualquer tempo pelo Município, para a verificação dos itens obrigatórios de segurança e das demais exigências deste regulamento e edital de licitação, correndo a despesa correspondente por conta do contratado.

## CAPÍTULO VI

### DOS CONDUTORES DO TRANSPORTE ESCOLAR

Artigo 19º - Os condutores de transporte escolar deverão cumprir todas as exigências da legislação de trânsito.

§ 1º - Somente poderão conduzir veículos escolares os condutores precedida da comprovação das seguintes condições:

I – ter idade superior a vinte e um anos;

II – ausência de infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações média nos últimos 12 meses;

III – comprovar a aprovação em curso especializado para o transporte de escolares, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

IV – apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos;

V – outras exigências da legislação de Trânsito.

Artigo 20º - Sempre que houver ingresso de novos condutores, estes deverão submeter-se aos mesmos procedimentos especificados

no artigo anterior.

## CAPÍTULO VII

### DAS OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES CONTRATADOS

Artigo 21º - Incumbe aos prestadores de serviços contratados:

I – prestar serviço adequado, na forma prevista em lei, nesta resolução, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II – manter em dia o licenciamento dos veículos do transporte escolar;

III – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais;

IV – zelar pelas condições plenas de segurança e higiene dos veículos na forma prescrita pelo Município/ Secretaria Municipal de Educação;

V – observar os roteiros e horários determinados pelo Município/ Secretaria Municipal de Educação, inclusive quando houver alteração dos mesmos, durante vigência do contrato;

VI – participar de reuniões de trabalho, bem como submeter os condutores a cursos e treinamentos determinados pelo Município/ Secretaria Municipal de Educação;

VII – prestar informações e apresentar documentos na forma e frequência determinadas pelo Município/ Secretaria Municipal de Educação;

VIII – cumprir as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, as resoluções do CONTRAN e as demais normas aplicáveis ao transporte escolar;

IX – manter relação respectiva a cada turno e itinerário, com informações do nome dos usuários autorizados, telefones para contato, nome dos pais ou responsáveis, endereço residencial e outras informações pertinentes à identificação dos usuários, sempre que determinada pelo Município/ Secretaria Municipal de Educação.

## CAPÍTULO VIII

### DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

Artigo 22º - A fiscalização dos serviços de transporte escolar, executados diretamente ou através de delegação, será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e será realizada da seguinte forma:

I – mediante um plano de fiscalização que contemple todos os aspectos a serem fiscalizados;

II – através da adoção de roteiro padronizado, com laudo em padrão único para os fiscais, que contemple os aspectos relacionados à qualidade dos serviços (regularidade, continuidade, eficiência, segurança, higiene e cortesia na sua prestação), a adequação à legislação de trânsito (veículo e condutores);

III – além do previsto neste artigo, o Município/ Secretaria Municipal de Educação poderá dispor de fiscais de diferentes áreas de interesse, mediante calendário a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 23º - Os laudos de fiscalização deverão ser arquivados em lugar único, a ser determinado pela Secretaria Municipal de Educação e, posteriormente, serão encaminhados ao Sistema de Controle Interno para as providências cabíveis.

Artigo 24º - Sempre que forem verificados atos ilícitos ou irregulares na prestação dos serviços, os mesmos devem ser comunicados mediante Termo de Comunicação a Secretaria Municipal de Educação, em modelo a ser definido pela mesma, para as providências legais e administrativas cabíveis.

## CAPÍTULO IX

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Artigo 25º - Sem prejuízo das infrações e penas cominadas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pela Lei de Licitações, pelo Estatuto dos Servidores e pelas demais normas aplicáveis, o Município/ Secretaria Municipal de Educação adotará registro de infrações específicas pelo descumprimento das normas da presente Resolução,



dos editais de licitação e contratos de prestação de serviço, constituindo-se em referências para o controle do serviço público prestado.

Parágrafo Único: As penalidades e infrações administrativas previstas em leis, decretos e regulamentos municipais devem ser transcritas no edital de licitação e nos contratos administrativos firmados.

Artigo 26º - Consideram-se infrações imputadas ao contratado, puníveis de acordo com o referido artigo:

I – conduzir veículos com imprudência ou negligência;

II – fumar enquanto conduz o veículo;

III – conduzir o veículo com trajas ou calçados inadequados conforme prevê o CTB;

IV – omitir informações solicitadas pela Administração/ Secretaria Municipal de Educação;

V – deixar de fixar a autorização de órgão de trânsito para o transporte escolar, na parte interna do veículo, em lugar visível aos usuários, contendo a capacidade máxima do veículo, a autorização municipal para o transporte escolar e outras informações determinadas pela Administração/ Secretaria Municipal de Educação;

VI – operar sem portar a relação autorizada dos nomes e endereços dos passageiros transportados após 30 dias do início do ano letivo, conforme padrão estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação;

VII – desobedecer às orientações da fiscalização;

VIII – faltar com educação e respeito para com os usuários e público em geral;

IX – deixar de realizar vistoria no prazo estabelecido;

X – manter o veículo em más condições de conservação e limpeza;

XI – deixar de comunicar à Administração/ Secretaria Municipal de Educação as alterações de endereço e telefone do contratado;

XII – realizar o transbordo de passageiros sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação, salvo por força maior;

XIII – embarcar ou desembarcar alunos em escolas não autorizadas pela Administração/ Secretaria Municipal de Educação;

XIV – desobedecer às normas e regulamentos da Administração/ Secretaria Municipal de Educação;

XV – não cumprir os horários determinados pela Administração/ Secretaria Municipal de Educação, salvo força maior;

XVI – trafegar com portas abertas;

XVII – alterar ou rasurar o selo de vistoria;

XVIII – confiar à direção dos veículos a motoristas que não estejam devidamente autorizados pela Administração/ Secretaria Municipal de Educação;

XIX – negar a apresentação dos documentos à fiscalização;

XX – não providenciar as vistorias veiculares determinadas pela Administração/ Secretaria Municipal de Educação;

XXI – transportar passageiros não autorizados pela Administração/ Secretaria Municipal de Educação;

XXII – parar os veículos para embarque e desembarque em locais diferentes dos determinados pela Administração/ Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 27º - Às infrações previstas nesta resolução acarretarão automaticamente em penalidade prevista na legislação em vigor, de acordo com o disposto no parágrafo único deste artigo:

I – deixar de operar os trajetos sem motivo justificado pelo período de dois dias letivos consecutivos;

II – colocar em operação veículo não autorizado pela Administração/ Secretaria Municipal de Educação;

III – conduzir veículo sobre efeito de bebida alcoólica, independentemente do nível de alcoolismo, ou sob efeito de drogas ilícitas ou sob qualquer condição que comprometa a plena saúde física e mental, inclusive quando em decorrência de medicamentos;

IV – conduzir veículo sem a habilitação compatível e os demais requisitos exigidos para o transporte de escolares;

V – assediar sexual ou moralmente os usuários do transporte escolar;

VI – conduzir veículos com operações de alto risco para os usuários;

VII – a prática de qualquer ato não condizente com os princípios que regem a Administração Pública/ Secretaria Municipal de Educação ou a prestação dos serviços públicos.

Parágrafo Único: Para a aplicação da pena, a Administração/ Secretaria Municipal de Educação considerará entre outros a presteza dos contratados na solução dos problemas apontados, o histórico de infrações e o grau de risco a que os usuários foram expostos nas práticas infracionais elencadas.

## CAPITULO X

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DEFESA

Artigo 28º - As irregularidades ou ilegalidades detectadas na prestação dos serviços serão processadas mediante abertura de processo administrativo, oportunizando a defesa e demais recursos de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações) e demais disposições aplicáveis.

Artigo 29º - Em qualquer situação ou fase de defesa ou recurso administrativo, o Município/ Secretaria Municipal de Educação oportunizará o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, decidindo, com observância ao princípio da motivação, com detalhada exposição das razões de fato e de direito.

Artigo 30º - Quando as infrações são provocadas por agentes públicos, a apuração de responsabilidade dar-se-á com a observância das disposições previstas na legislação municipal.

Artigo 31º - A Secretaria Municipal de Educação poderá baixar instruções complementares necessárias ao cumprimento desta Resolução.

Artigo 32º - Os casos omissos serão resolvidos em Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação.

Artigo 33º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaborá, 04 de outubro de 2017.

Jucilei Francischina Toigo

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Rodimar Rafaelli

Secretário Municipal de Educação e Desporto

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 005/2017

Publicação Nº 1408061

#### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 005/2017

O Prefeito do Município de Jacinto Machado, João Batista Mezzari, no uso de suas atribuições legais, convida a população de Jacinto Machado, entidades governamentais e sociedade civil organizada, à participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA, para apresentação e discussão da proposta da LOA – Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2018.

Data: 26 de outubro de 2017 (quinta-feira)

Horário: 15:00 horas

Local: Plenário Vereador Bonifácio Bratti – Câmara Municipal de Jacinto Machado

Endereço: Avenida Padre Herval Fontanella, n.º 886 – Centro - Jacinto Machado-SC

Jacinto Machado – (SC), 20 de outubro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

### LEI Nº. 855 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1408064

LEI Nº. 855 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO PERÍMETRO URBANO DE JACINTO MACHADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua FORTUNATO FONTANA a rua 05, situada no Jardim Nicolau, tendo seu marco zero a partir da Rua Nereu Ramos, no perímetro urbano de Jacinto Machado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 11 de outubro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### LEI Nº. 856 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1408067

LEI Nº. 856 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 106 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995, INSTITUI E REGULAMENTA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

#### CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º - Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil Título VIII, Capítulo II e as Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90 e da Resolução 453/2012 do CNS fica reestruturado o Conselho Municipal de Saúde de Jacinto Machado, órgão permanente, deliberativo, consultivo e normativo do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, que tem por competência formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

#### CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º - Atuar na formulação e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, e nas estratégias para sua aplicação aos setores públicos e privados;

I – Deliberar sobre os modelos de atenção a saúde da população e de Gestão do Sistema Único de Saúde;

II – Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de Planos de Saúde do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, em função dos princípios que o regem e de acordo com as características epidemiológicas das organizações, dos serviços em cada instância administrativa e em consonância com as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;

III – Definir e controlar as prioridades para elaboração de contratos entre o setor público e entidades privadas de prestação de serviços de saúde;

IV – Propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde;

V – Aprovar a proposta setorial de saúde no Orçamento Municipal;

VI – Criar, coordenar e supervisionar Comissões Técnicas Permanentes e Temporárias de conselheiros que julgar necessárias, integradas pelas entidades e órgãos competentes da Sociedade Civil;

VII – Deliberar sobre propostas de normas básicas Municipais quanto a Política de Gestão de Pessoas para Saúde;

VIII – Definir os critérios para a programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde – FMS, fiscalizando a movimentação e destino dos recursos, como decorrência do que dispõe o artigo 30, VII da Constituição Federal e a Emenda Constituição nº 29/2000;

IX – Aprovar a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Saúde, reunidas ordinariamente a cada 4 (quatro) anos, e convocá-las, extraordinariamente na forma prevista pelo parágrafo 1 e 5 do Art. 1º da Lei 8.142/1990;

X – Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a doação de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da saúde;

XI – Estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos a localização e ao tipo de unidade prestadoras de serviço de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal as ações de promoção, proteção e recuperação

da saúde em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade;

XII – Avaliar, explicitando os critérios utilizados a organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde;

XIII – Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Câmara de vereadores e mídia, bem como os setores relevantes não representados no Conselho;

XIV – Articular-se com outros conselhos setoriais com o propósito de cooperação mútua para o estabelecimento de estratégias, comuns com o objetivo de fortalecer o sistema de participação e Controle Social;

XV – Acompanhar o processo de desenvolvimento, incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio-cultural do município;

XVI – Cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;

XVII – Divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social;

XVIII – Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência;

XIX – Outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

### CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 3º - O Conselho Municipal de Saúde, mantendo ainda o que propôs a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde terá a seguinte constituição:

50% (cinquenta por cento) dos segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde;

25% (vinte e cinco por cento) dos representantes dos segmentos organizados dos trabalhadores da saúde;

25% (vinte e cinco por cento) dos representantes do governo municipal e estadual e prestadores de serviços.

Parágrafo único. A representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Saúde terá como Presidente o Conselheiro eleito através do colegiado, bem como os demais cargos da Mesa Diretora, como órgão operacional de execução e implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, eleita na forma do Art. 6º desta Lei.

### CAPÍTULO IV DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º - O Conselho Municipal de Saúde compor-se-á, paritariamente de membros titulares e seus respectivos suplentes, decididos por sua plenária.

I – A representação de órgãos e entidades no CMS será definida em seu Regimento Interno;

II – Toda e qualquer alteração na composição do CMS serão realizadas pelo próprio Colegiado, devendo obedecer aos princípios e as regulamentações do SUS, bem como a realidade local e suas legislações em vigência;

III – Cada segmento representado no Conselho terá um suplente, que poderá ser de outra instituição e não será permitido ao Conselheiro ter mais de uma representação;

IV – A Secretaria Municipal de Saúde será representada pelo seu Secretário, dentro da composição paritária do Conselho, participando, acompanhando, apoiando, acolhendo e encaminhando para providências as decisões do Colegiado.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Saúde reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I – Serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos, mediante solicitação ao Colegiado, através da Mesa Diretora;

II – Serão substituídos, caso falem, sem prévia justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, num período de 12 (doze) meses, mediante solicitação do Colegiado através da Mesa Diretora;

III – Terão mandato e forma de escolha e recondução definida em seu Regimento Interno;

IV – A presidência e demais membros da Diretoria Executiva do CMS serão eleitos pelo Colegiado e a duração do mandato definida no seu Regimento Interno;

V – Nos casos de comprovada incapacidade de gerenciamento por problemas de negligência, omissão ou malversão dos recursos financeiros e qualquer outro fator que prejudique de forma grave os usuários do SUS, será a Diretoria destituída pelo Conselho em qualquer tempo de seu mandato e convocada, de imediato, uma nova eleição.

Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado de alta relevância pública.

Art. 7º - Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I – Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal, as instituições formadoras de Gestão de Pessoas para Saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de Saúde, independentemente de suas condições de membros;

II – Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização dos vários segmentos sociais para assessorar o Conselho em assuntos específicos;

III – Poderão ser criadas comissões internas e exclusivas de conselheiros, de caráter permanente ou temporário, bem como outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho para ações transitórias, os quais poderão contar com integrantes não conselheiros;

### CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E TÉCNICOS

Art. 8º - Integram a organização do Controle Social:

I – Conselho Municipal de Saúde – CMS, estruturado com os seguintes órgãos sociais e técnicos:

a) SOCIAIS;

1. Assembleia Geral;

2. Diretoria Executiva, composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário;

3. Comissões Técnicas.

b) TÉCNICOS:

1. Secretaria Técnica Administrativa;

2. Conselhos Distritais/locais

### CAPÍTULO VI DO FUNCIONAMENTO E CONVOCAÇÃO

Art. 9º - O Conselho Municipal de Saúde funcionará segundo o que disciplina o seu regimento interno e terá as seguintes normas gerais:

I – O órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho;

II – A Plenária do Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros;

III – O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, quando houver:

a) Convocação formal de Mesa Diretora;

b) Convocação formal de metade, mais um de seus membros

titulares.

IV – As decisões do Conselho Municipal de Saúde terão direito a um único voto na Plenária do Conselho;

V – As Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes;

VI – As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em Resoluções homologadas pelo Executivo e publicadas oficialmente, quando em matéria de relevância pública;

VII – Plenária do Conselho, em caso de constatada urgência e excepcionalidade, sendo seus atos registrados em ata que será encaminhada para deliberação em plenária, na Assembleia Geral subsequente.

## CAPÍTULO VII DA PUBLICIDADE

Art. 10 - As Assembleias Gerais Ordinárias do Conselho deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

§1º - As Resoluções do CMS, bem como os temas tratados em suas Assembleias, reuniões de Diretoria, de Comissões, etc, deverão ser amplamente divulgados.

## CAPÍTULO VIII DAS DIRETRIZES BÁSICAS DA ATUAÇÃO

Art. 11 - O Conselho Municipal de Saúde observará no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias:

I – A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a promoção da saúde, redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação.

II – Integralidade de serviços de saúde, buscando promoção de saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade infantil e aumentando a expectativa de vida.

Art. 12 - O Conselho Municipal de Saúde promoverá como órgão colegiado deliberativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município.

Parágrafo único. Para assegurar o pleno funcionamento do CMS, o Governo Municipal e o Gestor o SUS deverão garantir os recursos orçamentários e financeiros necessários a manutenção das atividades e execução das responsabilidades relativas às ações do Controle Social. Com o repasse anual orçamentário do Fundo Municipal de Saúde ao Conselho Municipal de Saúde de 1/2% (meio por cento) do orçamento anual destinado à Saúde do Município.

Art. 13 - Ficam convalidados todos os atos praticados até a presente data, com base nos dispositivos das Leis nºs 106/95, 109/96, 133/96 e 393/2003, que se revogam a partir da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 11 de outubro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

## LEI Nº. 857 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1408070

LEI Nº. 857 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA RECEBER IMÓVEIS EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em doação a fração de 2.629,27 m² do Imóvel Rural, com matrícula sob o nº 2.128, de propriedade de Antônio Mezzari e sua esposa Ivonir Bozelo Mezzari, e, 2.630,50 m² do Imóvel Rural, com matrícula sob o nº 9.505, de propriedade de Anilson José Burigo e sua esposa Roseli Manenti Machado Burigo, registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo/SC, localizados no município de Jacinto Machado-SC.

Art. 2º - Os imóveis recebidos em doação se destinam a abertura de vias públicas para execução do projeto de construção de ponte sobre o Rio da Pedra, no Bairro Figueira, município de Jacinto Machado.

Art. 3º - Os custos do processo de transferência de propriedade das áreas citadas no art. 1º, serão de responsabilidade do município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 11 de outubro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### LEI Nº 7.483/2017

Publicação Nº 1407744

LEI Nº 7.483/2017

Reviza, Atualiza e Consolida os Planos Setoriais de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais e Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos que integram o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Aprovado pela Lei Municipal Nº 6.529/2012, de 20 de Novembro de 2012.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,  
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Ficam revisados, atualizados e consolidados, na forma dos Anexos que integram a presente, os objetivos, metas e ações definidas para os planos setoriais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos que integram o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

Art.2º Ficam ratificados os demais dispositivos do Anexo Único, do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), aprovado pela Lei Municipal Nº 6.529/2012, de 20 de novembro de 2012.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

ADEMIR IZIDORO  
Diretor-Presidente do Samae

### LEI Nº 7.483/2017 - ANEXO

Publicação Nº 1407745

LEI MUNICIPAL Nº 7.483/2017

ANEXOS DA LEI MUNICIPAL Nº 7.483/2017

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, os Anexos da Lei Municipal Nº 7.483/2017 encontram-se disponíveis no link abaixo:  
<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=18952>

### LEI Nº 7.484/2017

Publicação Nº 1407746

LEI Nº 7.484/2017

Revoga a Lei Municipal Nº 4.848/2007,  
de 14 de Dezembro de 2007.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica revogada a Lei Municipal Nº 4.848/2007, de 14 de dezembro de 2007.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

### PORTARIA N.º 073/2017/SEMSA

Publicação Nº 1408095

PORTARIAN.º 073/2017/Semsa

Instaura Sindicância Administrativa em face das servidoras IRMA DELIA ORELLANA MARANON e JAKCELY TEREZA WOSNIAK FABIANE

JONAS GERMANO SCHMIDT, Secretário Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, e;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto nos Ofícios nº 706 e 707/2017/Semsa, de 10/07/2017, firmado pelo Secretário Municipal de Saúde, Jonas Germano Schmidt, o qual solicita abertura de Sindicância Administrativa em face das servidoras Irma Delia Orellana Maranon e Jakcely Tereza Wosniak Fabiane;

CONSIDERANDO conteúdo disposto nos Memorandos nº 154 e 155/2017/DS-Semsa, de 05/07/2017, firmado pela Diretora de Saúde, Niura Sandra Demarchi dos Santos, o qual solicita abertura de Sindicância em face das servidoras devido a falta de respeito entre as mesmas, e a falta de observância das normas legais e regulamentares;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no "Formulário de Informações Necessárias para Abertura de Sindicância Administrativa e/ou Processo Administrativo Disciplinar", subscrito pela Sra. Niura Sandra Demarchi dos Santos, Diretora de Saúde, de 05/07/2017, o qual informa o rompimento de vínculo profissional motivado por enfrentamento entre as profissionais Irma e Jakcely onde referem graves acusações de cunho moral, ao proferir acusação de instrumentar com material não esterilizado, abuso de autoridade levando a infração a descrição da atribuição de cargo de concurso e intimidação com ameaças, levando a prejuízo com a integração a equipe de Unidade Básica de Saúde;

CONSIDERANDO o conteúdo da Ata de reunião da Unidade de Saúde Reinhold Wuerges no Chico de Paula, de 20/06/17, que relata em suma o ocorrido entre as servidoras, onde ambas queixam-se do comportamento da outra. Relata a servidora Irma Delia Orellana Maranon que houve rompimento de confiança com a auxiliar, visto que houveram ameaças, além de a auxiliar passar a maior parte do tempo no celular. Levanta-se discussões e acusações sobre material esterilizado e forma de auxílio, utilização de telefone para fins particulares, possível comércio ilegal na Unidade, cumprimento de horário, além de acusações de cunho pessoal;

CONSIDERANDO o relato descrito no Boletim de Ocorrência registrado sob o número 00050-2017-0005447, de 21/06/2017, onde foi comunicante, vítima-difamação a servidora Jakcely Tereza Wosniak Fabiane e a servidora Irma Delia Orellana Maranon, autora da

difamação, relatando em suma que houve um desentendimento pessoal, e que durante reunião com a gerência da Secretaria Municipal de Saúde a autora falou que a comunicante deveria ser retirada daquela unidade de saúde alegando não ser uma pessoa de confiança e que a entrega material não esterilizado para os procedimentos.

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar providências administrativas, para a devida apuração dos fatos, em face dos indícios de possível inobservância das normas legais e regulamentares, especialmente quanto aos procedimentos adotados na esterilização dos materiais, utilização de telefone para fins particulares, possível comércio ilegal na Unidade e cumprimento de horário;

CONSIDERANDO os princípios básicos da administração pública, dispostos na Constituição Federal e aplicáveis ao Direito Administrativo Disciplinar, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO os princípios da racionalização administrativa e economia processual, bem como os princípios constitucionais do devido processo legal e o fato da sindicância tratar-se de procedimento preliminar a eventual Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul, Lei Complementar Municipal nº 154/2014 e as normas legais em vigor;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios da administração pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o relatado, solicitar a abertura de sindicância para averiguação dos fatos e tomada de providências;

#### RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa sob o nº 011/2017, em desfavor das servidoras públicas municipais IRMA DELIA ORELLANA MARANON, matrícula 3814-8, ocupante do cargo de Cirurgiã Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e JAKCELY TEREZA WOSNIAK FABIANE, matrícula 10308-0, ocupante do cargo de Auxiliar em Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para apurar a conduta conforme os fatos anteriormente relatados, em especial aos procedimentos adotados quanto a esterilização dos materiais, utilização de telefone para fins particulares, possível comércio ilegal na Unidade e cumprimento de horário;

Art. 2º Fica designada a PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, composta pelos servidores públicos municipais SÉRGIO ANTONIO DE TOFEL, matrícula 8448-4, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; SÔNIA MARIA ROWEDER, matrícula 9057, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e CLEONIS ROSÁLIA TOMASELLI, matrícula 80161-5, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para, sob a presidência do primeiro, promover a apuração de fatos ensejadores de possível(eis) falta(s) disciplinar(es), nos termos constantes da presente Portaria.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa.

Art. 3º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá imediatamente encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação a Controladoria-Geral

do Município, para tomada das providências cabíveis.

Art. 4º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, ato contínuo, solicitará a Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Art. 5º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá observar o seguinte rito:

- I – lavratura do Termo de Abertura da Sindicância Administrativa;
- II – indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;
- III – juntada, aos autos do processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;
- IV – notificação do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, para conhecimento do fato que lhe é imputado, ciência da data e horário da sua inquirição e acompanhamento do feito;
- V – instrução do feito;
- VI – apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguida da sua data de publicação; indicação do número sequencial da Sindicância Administrativa; dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, e resumo do objeto do processo;

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, no canto superior direito, a partir da capa do processo;

§3º A juntada de qualquer documento ao processo deverá ser antecedida da indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere;

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

§5º Na fase instrutória, a qual se refere o inciso V do presente artigo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos;

Art. 6º As reuniões da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverão ser registradas em ata;

Art. 7º Todos os atos, documentos e termos do processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art. 8º O Relatório Final Conclusivo deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

- I – da instauração do Processo de Sindicância Administrativa,
- II – da instalação dos Trabalhos;
- III – do conteúdo constante da instrução processual;
- IV – da conclusão;
- V – das recomendações, se for o caso; e
- VI – do encaminhamento à Controladoria-Geral do Município para a formalização do envio à autoridade instauradora.

§1º No condizente à instauração do Processo de Sindicância Administrativa, referido no inciso I do presente artigo, deverá constar referência à Portaria de Instauração, sua respectiva data de



publicação, número sequencial da Sindicância Administrativa, descrição sucinta do fato apurado e os dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver.

§2º No condizente à instrução processual, constante do inciso III do presente artigo, deverá de forma concisa, constar referência às diligências promovidas, inclusive à oitiva de testemunhas e depoimento do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, bem como referência à análise comparativa e valorativa promovida pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, destacando-se aquelas em que a Comissão formou sua convicção.

§3º A Conclusão deverá conter, expressamente, quando for o caso, o nome do(a) servidor(a) em face do(a) qual foi instaurado o Processo de Sindicância Administrativa, sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, bem como a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s) ou menção à ausência de indícios de fatos tipificados na Lei Complementar nº 154/2014.

§4º Verificada a inobservância de procedimentos por quaisquer das unidades da Administração Pública, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá consignar expressamente a recomendação necessária para a correção, adequação ou melhoria da atividade em razão das particularidades identificadas.

§5º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá encaminhar todo o conteúdo diretamente a Controladoria-Geral do Município para a efetivação das providências necessárias.

Art. 9º Da sindicância instaurada pela autoridade administrativa poderá resultar:

I – arquivamento do processo ou  
II – abertura de processo disciplinar.

Art. 10. A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art. 11. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Parágrafo único. A gratificação de função será devida nos termos legais, e em nenhuma hipótese será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 13. Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

Jaraquá do Sul, 06 de outubro de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT  
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA RECURSO À DECISÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Requerente (Servidor): \_\_\_\_\_

I – Exposição do(s) fator(es) que o Servidor discorda:

II – Razões do pedido de reforma:

\_\_\_\_\_ (continuar no verso se necessário)

III – Rol de testemunhas (deve conter: nome completo, cargo, local de trabalho; se não for servidor deve conter endereço completo):

#### IV – Outros meios de provas (perícia, depoimento pessoal...)

Jaraguá do Sul, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Sindicato

Nome:

CPF:

**PORTARIA N° 1037/2017**

Publicação Nº 1407805

PORTARIAN<sup>o</sup> 1037/2017

Substitui Conselheira do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (Cmhjs).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 018/2017/CMHJS/JS, de  
11/10/2017, do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do  
Sul;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR SILVIA SAVIA CHAVES, como conselheira titular, em substituição à Bruna Tonello de Oliveira, para representar a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, na qualidade de Representante do Poder Público Municipal, no Conselho Municipal de Habitação de Jaraquá do Sul (Cmhjs).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogado o artigo 2º, da Portaria Nº 811/2017, de 07/08/2017, no que se refere a designação de Bruna Tonello de Oliveira.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 18/02/2018.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraquá do Sul, 19 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 1038/2017**

Publicação Nº 1407806

PORTARIANº 1038/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e do parágrafo único, do artigo 45, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, e 199/2017, de 26/07/2017; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 192/2017/Semash/DH, de 11/10/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 11/10/2017, o servidor público municipal FAUSTO LUIZ DOMINGUES, matrícula 7958, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1039/2017**

Publicação Nº 1407807

PORTARIANº 1039/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e do parágrafo único, do artigo 45, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, e 199/2017, de 26/07/2017; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 543/2017/Semplu, de 11/10/2017, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 11/10/2017, o servidor público municipal ACACIO JOSÉ KRIEGER SILVA, matrícula 9485, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer suas funções na

Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1040/2017**

Publicação Nº 1407808

PORTARIANº 1040/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 016/2017/CAEDep, de 18/10/2017, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 23/10/2017, ILSE KELLER, matrícula 10982, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do artigo 17, §2º, item b, da Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 689/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408864

PORTARIA Nº 689/2017-ISSEM

De 16.10.2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 349/2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Sra. IVANIRA GREGOLEWITSCH MULLER, inscrita no CPF sob nº 032.445.769-31, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, matriculada sob o nº 3025-2, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 7 – Letra “J”, triênios equivalentes a 60% (sessenta por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23.10.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 690/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408865

PORTARIA Nº 690/2017-ISSEM

De 16.10.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 907,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Sra. VILMA THOMAZELLI, inscrita no CPF sob nº 594.125.009-63, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Biblioteca I, matriculada sob o nº 7262-1, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 05, Letra "H", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.11.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 691/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408866

PORTARIA Nº 691/2017 – ISSEM

De 16.10.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e

de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. DELMARA FREIBERGER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 10.10.2017 a 20.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 692/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408867

PORTARIA Nº 692/2017 – ISSEM

De 16.10.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. GEOVANI APARECIDO KOHELLA, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 11.10.2017 a 31.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 693/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408868

PORTARIA Nº 693/2017 – ISSEM

De 16.10.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. KARIN STOFFEL CARDOSO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de

11.10.2017 a 10.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2017.

Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 694/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408869

PORTARIA Nº 694/2017 – ISSEM

De 16.10.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARA KARINA DA SILVA SIEWERDT, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 13.10.2017 a 27.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2017.

Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 695/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408870

PORTARIA Nº 695/2017 – ISSEM

De 16.10.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. DENISE DA SILVA RIBEIRO, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 13.10.2017 a 12.11.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2017.

Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 696/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408871

PORTARIA Nº 696/2017 – ISSEM

De 16.10.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ADRIEL SILVEIRA PEREIRA, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 14.10.2017 a 17.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2017.

Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 697/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408872

PORTARIA Nº 697/2017 – ISSEM

De 16.10.2017.

Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 140, § 3º, da Lei Complementar nº 154/2014, de 03.11.2014,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. ROBERTA MOURA CIDRAL DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.10.2017 a 01.11.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2017.

Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017



**PORTARIA Nº 698/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408873

PORTARIA Nº 698/2017-ISSEM

De 18.10.2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 455/2012,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao Sr. LORIVAL PEDRO PELLIN, inscrito no CPF sob nº 352.431.639-53, servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, matriculado sob o nº 2159-8, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 6 – Letra “K”, triênios equivalentes a 60% (sessenta por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, “c”, da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.11.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 699/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408874

PORTARIA Nº 699/2017-ISSEM

De 19.10.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 40, § 5º da Constituição Federal/88 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 908,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – REGRA ESPECÍFICA DE MAGISTÉRIO a Sra. AUREA APARECIDA MAENCHEN inscrita no CPF sob nº 646.459-329-34, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, matriculada sob o nº 3191-7, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 07, Letra “J”, triênios equivalentes a 54% (cinquenta e quatro por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, “c”, da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 06.11.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 700/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408875

PORTARIA Nº 700/2017 – ISSEM

De 19.10.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. JÉSSICA FUCK DOS PASSOS, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.10.2017 a 29.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 701/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408876

PORTARIA Nº 701/2017 – ISSEM

De 19.10.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA VANDERLEIA DA LUZ KLANN, lotada na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.10.2017 a 14.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 702/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408877

PORTARIA Nº 702/2017 – ISSEM  
De 19.10.2017.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. FRANCINE CUSTÓDIO PAES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.10.2017 a 15.02.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 703/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408878

PORTARIA Nº 703/2017 – ISSEM  
De 19.10.2017.  
Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 65-A da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. JUSSARA PETTERS DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 11.10.2017 a 07.02.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 704/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408879

PORTARIA Nº 704/2017-ISSEM  
De 19.10.2017  
Concede Aposentadoria Voluntária por Implemento de Idade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações; Art. 40, § 1º Inciso III "b" da Constituição Federal c/c Art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 983

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IMPLEMENTO DE IDADE ao Sr. OSMAR ANDREATTA, inscrito no CPF sob nº 222.761.900-78, servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Médico, Referência Salarial: Classe 12, Letra "J", triênios equivalentes a 60% (sessenta por cento), carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas mensais, matriculado sob nº 1892-9, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição na ordem de 64,53% (sessenta e quatro vírgula cinquenta e três por cento) sobre o resultado da média aritmética simples.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "d", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 01.11.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 705/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408880

PORTARIA Nº 705/2017-ISSEM  
De 19.10.2017  
Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 909,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Sra. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº 645.972.379-68, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Secretário de Escola, matriculada sob o nº 4654-0, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 5 – Letra "H", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.



Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 06.11.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor-Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 706/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408881

PORTARIA Nº 706/2017-ISSEM  
De 19.10.2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações; art. 40, §1º, III, "a", da Constituição Federal de 1988 c/c art. 48 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 913,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. ROSI COGROSSI FERREIRA, inscrita no CPF sob nº 472.180.029/00, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo Agente de Limpeza e Conservação, Referência salarial: Classe 1, letra "F", triênios equivalentes a 30% (trinta por cento), carga horária de 200 (duzentas) horas mensais, matriculada sob nº 8378-0, com proventos integrais sobre o resultado da média aritmética simples das contribuições.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "d", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 01.11.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor-Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 707/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408882

PORTARIA Nº 707/2017 – ISSEM  
De 20.10.2017.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e

de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. FERNANDA BATISTA CONRADO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.10.2017 a 31.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 708/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408883

PORTARIA Nº 708/2017 – ISSEM  
De 20.10.2017.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARILI ALVES DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 17.10.2017 a 31.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 709/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408885

PORTARIA Nº 709/2017 – ISSEM  
De 20.10.2017.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. WANEISSA CAROLINE DORNELES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul,

no período de 18.10.2017 a 26.10.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2017.

Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 710/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408886

PORTARIA Nº 710/2017 – ISSEM  
De 20.10.2017.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. IONARA ROTT LINN, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 18.10.2017 a 01.11.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2017.

Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 711/2017-ISSEM**

Publicação Nº 1408887

PORTARIA Nº 711/2017 – ISSEM  
De 20.10.2017.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CRISTIANE DE BORBA PEREIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 18.10.2017 a 01.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2017.

Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA SAMAIEJSU Nº 475/2017**

Publicação Nº 1407907

PORTARIA SAMAIEJSU Nº 475/2017  
Designa Servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

CONSIDERANDO o memorando 860/2017/ Samae

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a partir de 01 de novembro de 2017 a servidora ALESSANDRA STINGHEN, matrícula 565, ocupante do cargo de escriturária, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADORA DE QUALIDADE E MEIO AMBIENTE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA SAMAIEJSU Nº. 472/2017**

Publicação Nº 1407782

PORTARIA SAMAIEJSU Nº. 472/2017  
Indeniza e Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 114, 115, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica; e

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Férias dos períodos aquisitivos de 17/11/2015 a 16/11/2016.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, abono pecuniário de 1/3 de Férias, ao servidor público municipal, JANIO DOMINGOS PEDRI, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE, matrícula 128.

Art. 2º CONCEDER, a partir do dia 25 de outubro de 2017, 20 (vinete) dias de gozo de férias.

Art. 3º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 14 de novembro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº. 473/2017**

Publicação Nº 1407783

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 473/2017

Concede gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica; e

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Férias do período aquisitivo de 10/06/2015 a 09/06/2016. RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a partir do dia 05 de novembro de 2017, 10 (dez) dias de gozo de férias, ao servidor público municipal, LUIS JOSE MAFEZZOLLI, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, matrícula 125.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 16 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº. 474/2017**

Publicação Nº 1407784

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 474/2017

Concede gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica; e

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Férias do período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2016. RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a partir do dia 06 de novembro de 2017, 20 (vinte) dias de gozo de férias, a servidora pública municipal, VALMIRA CRISTIANA PEYERL PALHANO, ocupante do cargo de Técnico contábil, matrícula 288.

Art. 2º Deverá a servidora retornar as suas funções no dia 27 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº. 476/2017**

Publicação Nº 1407785

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 476/2017

Concede gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica; e

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Férias do período aquisitivo de 03/01/2016 a 02/01/2017. RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a partir do dia 03 de novembro de 2017, 10 (dez) dias de gozo de férias, a servidora pública municipal, ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR, ocupante do cargo de Escriturária, Designada a função de Assessor de Gestão, matrícula 497.

Art. 2º Deverá a servidora retornar as suas funções no dia 13 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº. 477/2017**

Publicação Nº 1407786

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 477/2017

Homologa Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 119/2012 de 15/07/2012,

CONSIDERANDO os documentos constantes das Fichas de Acompanhamentos de Desempenho no Estágio Probatório, que considerou o servidor "APTO" – confirmada a estabilidade no cargo público de Vistoriador de Redes e Ramais.

CONSIDERANDO o Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final do profissional competente, que considerou o servidor "APTO" para o exercício do cargo público de Vistoriador de Redes e Ramais.

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR, a Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, período de 01/09/2014 a 31/08/2017, do servidor público FABIO RODRIGO LAWALL, matrícula nº 613, considerando o mesmo APTO para o exercício do cargo público de Vistoriador de Redes e Ramais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### PORTARIA SAMAESJSU Nº. 478/2017

Publicação Nº 1407787

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 478/2017  
Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 14/03/2003 a 13/03/2013.  
RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a partir de 25 de outubro de 2017, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal, VILMAR MACHADO, ocupante do cargo de Encanador, matrícula 387.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 09 de novembro de 2017, segunda-feira.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir do dia 25 de outubro de 2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### PORTARIA SAMAESJSU Nº. 479/2017

Publicação Nº 1407788

PORTARIA SAMAES JSU Nº 479/2017  
Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 866/2017/SAMAES, de 18 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAES JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores EVANIA APARECIDA DUARTE LIEBL, matrícula 653, ocupante do Cargo de Diretor de Obras e GIOVANI MELLO, matrícula 654, ocupante do Cargo de Coordenador de Manutenção Predial para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 273/2017 - Tinta poliuretana acrílica alifática amarela munsell 5y8/12, galão 3,6 lts, com catalisador para poliuretano alifático incluso – (Cód. 42421)	Comercial Vitória Ltda.

CONTRATO Nº 273/2017 - Tinta base epoxi media espessura para piso, lata com 13,5 litros, 3x1 (com catalisador e solvente compatível), CINZA CLARO – 32081010 – (Cód. 44846)	Comercial Vitória Ltda
---	------------------------

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### PORTARIA SAMAESJSU Nº. 480/2017

Publicação Nº 1407789

PORTARIA SAMAES JSU Nº 480/2017

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 866/2017/SAMAES, de 18 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAES JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA, matrícula 666, ocupante do Cargo de Diretor Administrativo e SUZANA KARINA TRIBESS STRICKER, matrícula 655, ocupante do Cargo de Coordenador de Recursos Humanos para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 274/2017 - Jaqueta Kaban, descrição conforme Termo de Referência, (cód. 45074).	Brocatto Comércio de Uniformes Ltda.
CONTRATO Nº 274/2017 - Camisa masculina manga curta, descrição conforme Termo e Referência, (cód. 45079).	Brocatto Comércio de Uniformes Ltda.
CONTRATO Nº 274/2017 - Camisa masculina, manga lon-ga, descrição conforme Termo de Referência, (cód. 45080).	Brocatto Comércio de Uniformes Ltda.
CONTRATO Nº 274/2017 - Blazer Feminino, descrição conforme Termo de Referência, (cód. 45075).	Brocatto Comércio de Uniformes Ltda.
CONTRATO Nº 274/2017 - Vestido, descrição conforme Termo de Referência, (cód. 45076).	Brocatto Comércio de Uniformes Ltda.
CONTRATO Nº 274/2017 - Camisete Feminina manga curta, descrição conforme Termo de Referência, (cód. 45077).	Brocatto Comércio de Uniformes Ltda.
CONTRATO Nº 274/2017 - Camisete feminina manga longa, conforme Termo de referência, (45078).	Brocatto Comércio de Uniformes Ltda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.



Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

## **PORTARIA SAMAEJSU Nº. 481/2017**

Publicação Nº 1407790

PORTARIA SAMAE JSU Nº 481/2017

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Memorando 866/2017/SAMAE, de 18 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores EVANIA APARECIDA DUARTE LIEBL, matrícula 653, ocupante do Cargo de Diretor de Obras e GIOVANI MELLO, matrícula 654, ocupante do Cargo de Coordenador de Manutenção Predial para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 275/2017 - Reposição de Lajotas, Paver e Paralelepípedos. Complemento: Acerto da base de pavimento, assentamento das peças (lajotas, paver e paralelepípedos) respeitando-se níveis e declividades dos pavimentos, compactação da base. A remoção do material excedente e a limpeza com varrição do serviço será de responsabilidade da empresa vencedora. A areia para assentamento e acabamento dos paralelepípedos, lajotas e paver será fornecida pela empresa vencedora. A passagem de rolo compactador sobre o serviço executado será de responsabilidade do SAMAE. Quaisquer outras máquinas ou pessoal necessários para a reposição dos paralelepípedos, lajotas e paver deverão ser fornecidos pela empresa vencedora. A execução dos serviços serão em trechos contínuos. Obs: Descrição dos serviços de acordo com Termo de Referência, Anexo IX deste edital (Cód 15435)	Pavimentação Odéli Vargas Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 07.933.768/0001-67.

CONTRATO Nº 275/2017 - Reposição de Lajotas, Paver e Paralelepípedos. Complemento: Acerto da base de pavimento, assentamento das peças (lajotas, paver e paralelepípedos) respeitando-se níveis e declividades dos pavimentos, compactação da base. A remoção do material excedente e a limpeza com varrição do serviço será de responsabilidade da empresa vencedora. A areia para assentamento e acabamento dos paralelepípedos, lajotas e paver será fornecida pela empresa vencedora. A passagem de rolo compactador sobre o serviço executado será de responsabilidade do SAMAE. Quaisquer outras máquinas ou pessoal necessários para a reposição dos paralelepípedos, lajotas e paver deverão ser fornecidos pela empresa vencedora. A execução dos serviços serão feitas em trechos descontínuos. (tapa buraco). Obs: Descrição dos serviços de acordo com Termo de Referência, Anexo VIII deste edital (Cód 15435)

Pavimentação Odéli Vargas Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 07.933.768/0001-67.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

## **PORTARIA SAMAEJSU Nº. 482/2017**

Publicação Nº 1407791

PORTARIA SAMAEJSU Nº 482/2017

Designa comissão

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 123/2012 de 30/03/2012 e suas alterações,

CONSIDERANDO o memorando 832/2017 de 10 de outubro de 2017

### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, os servidores ERICK GUSTAVO CORREA DA COSTA, LOUISE AMANDA KUHLE, DIEGO DE CARVALHO, PAULA MARIANA STAHELIN, BARBARA WITKOWSKI, DEVERSON SIMIONI E DILSON LIPKE, para sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO DO GRUPO DE DISCUSSÃO E ESTUDO DE COMBATE DE OLHO NA QUALIDADE DA AGUA com a finalidade e objetivos que seguem:

- Questionar e debater assuntos correlacionados e aplicações de Produtos Químicos nas Estações de Tratamento de Água;
- Elaborar projetos de melhorias para Qualidade de Água Tratada;
- Divulgar as ações do grupo;
- Estudar, enumerar e testar novas tecnologias de tratamento de água;
- Apresentar relatórios das ações do grupo;
- Remeter ata ao Diretor Presidente.

Art. 2º A comissão é composta por oito (08) membros, sendo que a cada reunião participarão de acordo como seu tempo disponível e sem ônus aos setores, conforme definição do presidente, de acordo com a pauta de trabalho.

Art. 3º Serão realizadas reuniões mensais, sempre na primeira semana do mês, nas segundas feiras as oito (08) horas, com duração máxima de uma (01) hora.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N° 76/2017**

Publicação N° 1408059

PORTARIA N° 76/2017  
Concede Férias.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, em atendimento ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Conceder férias aos servidores da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul a seguir, na seguinte forma:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS	PERÍODO DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO REF. AO PERÍODO AQUISITIVO
Ana Paula Ern	02/01/2016 a 01/01/2017	25/10/2017 a 03/11/2017	10	-
Naiana Souza Pereira	02/01/2016 a 01/01/2017	30/10/2017 a 08/11/2017	10	-

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 23 de outubro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA
Presidente



# Joaçaba

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 207/2014/PMJ – TA 03

Publicação Nº 1408821

CONTRATO Nº 207/2014/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Secretário JORGE LUIZ DRESCH, e a empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.364.152/00001-27, estabelecida na Rua Ana Elias Kretzer, 30 - Bairro Ipiranga, no Município de São José - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Francisco Lopes de Aguiar, portador da Carteira de Identidade nº 1/R 2.587.057 e CPF nº 940.930.758-91, residente e domiciliado na Rua das Palmeiras, s/nº, quadra V, lote 6, Condomínio Bosque das Mansões, Bairro Roçado, na cidade de São José - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 207/2014/PMJ, firmado em 17/11/2014, proveniente do Processo Licitação nº 73/2014/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 53/2014/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de vigilância desarmada em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba, SC e a prestação pela CONTRATADA de serviços de vigilância desarmada em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 12 (doze) horas ininterruptas, das 19 às 7 horas, junto ao prédio do Terminal Rodoviário Municipal Horivil Zago, às margens da BR 282, Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 17 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

Os valores mensais do contrato ficam reajustados em 1,6299%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de 01/10/2016 a 30/09/2017, passando os mesmos a vigorar, a contar de 01 de novembro de 2017, da seguinte forma:

Ø R\$ 19.113,50 (dezenove mil cento e treze reais e cinquenta centavos) para a prestação pela CONTRATADA de serviços de vigilância desarmada em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba, SC (item 1).

Ø R\$ 10.698,50 (dez mil seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) para a prestação pela CONTRATADA de serviços

de vigilância desarmada em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 12 (doze) horas ininterruptas, das 19 às 7 horas, junto ao prédio do Terminal Rodoviário Municipal Horivil Zago, às margens da BR 282, Joaçaba, SC (item 2).

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 357.744,00 (trezentos e cinquenta e sete mil setecentos e quarenta e quatro reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 23 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CONTRATANTE

JORGE LUIZ DRESCH - Secretário

LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA

CONTRATADA

Francisco Lopes de Aguiar

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### DECRETO N 5232

Publicação Nº 1408522

DECRETO Nº 5.232 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 20 DA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, por conta do excesso de arrecadação dos recursos ordinários do Município:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 08 Administração do Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal

Proj./Atividade: 2.025 Manutenção do Terminal Rodoviário

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-47

Valor: R\$ 21.500,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
UNIDADE 01 Secretaria Municipal de Gestão Administrativa  
Proj./Atividade: 2.028 Manutenção da Secretaria de Gestão Administrativa

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-70

Valor: R\$ 38.500,00

Art. 2º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, por conta do excesso de arrecadação dos recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação):

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação  
Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000-134

Valor: R\$ 350.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 23 de outubro de 2017  
Dioclésio Ragnini  
Prefeito

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 18/2017 - JOSE DE SIQUEIRA

Publicação Nº 1408102

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO  
018/2017

Diante da impossibilidade de notificação via correios e na residência do lançamento tributário, notificamos o contribuinte 36799 – JOSÉ DE SIQUEIRA, através da Notificação de Lançamento nº 166/2017, sendo que foi efetuado o lançamento complementar do Imposto Territorial Urbano referente ao exercício de 2015 conforme Termo de Abertura de Procedimento Tributário nº 016/2015. Valores e maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, em 20 de outubro de 2017.

Jorge Luiz Dresch  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa

Rosângela Pelicioli  
Chefe do Setor de Cadastro e IPTU

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 039/2017 - MOBÍLIA ESTÚDIO DE TV

Publicação Nº 1408818

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 039/2017  
DISPENSA N. 027/2017

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
CONTRATADA: MÓVEIS MOBLARE LTDA - EPP

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição de mobília e objetos de decoração para montagem do Estúdio de TV da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 2.853,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II da Lei n. 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

Desp.	Código da dotação	Descrição da dotação	Compl. do elemento	Valor previsto
2	01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de Recurso: 1001 – Recursos ordinários	MANUT.PODER LEGISLATIVO	3.3.90.33.99.00.00.00	1.660,00
5	01.01.2.001.4.4.90.00.00.00.00.00 Fonte de Recurso: 1001 – Recursos ordinários	MANUT.PODER LEGISLATIVO	4.4.90.52.42.00.00.00	1.193,00

Joaçaba (SC), 10 de outubro de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor Jurídico

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 040/2017 - ADESIVO ESTÚDIO DE TV**

Publicação Nº 1408819

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 040/2017  
DISPENSA N. 028/2017

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: MAISVOCÊ PUBLICIDADE LTDA - ME

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a confecção, fornecimento e instalação de 01 (um) adesivo fosco medindo 3,90 x 2,70, contendo a impressão digital de foto aérea da cidade de Joaçaba – SC, para ser instalado no Estúdio de TV da Câmara de Vereadores de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 995,00 (novecentos e noventa e cinco reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II da Lei n. 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Desp.	Código da dotação	Descrição da dotação	Compl. do elemento	Valor previsto
2	01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de Recurso: 1001 – Recursos ordinários	MANUT.PODER LEGISLATIVO	3.3.90.30.29.00.00.00	995,00

Joaçaba (SC), 11 de outubro de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor Jurídico

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****CONTRATO JHL 0102/2017**

Publicação Nº 1407832

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0102/2017

PROCESSO JHL 0067/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0057/2017

PROTOCOLO Nº 2545/2017

Data assinatura: 18/10/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PVC, PP, PEAD, PARA PADRONIZAÇÃO DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA EXECUTADAS PELO SIMAE NAS UNIDADES CONSUMIDORES, PARA A REPOSIÇÃO DO ESTOQUE, PARA A IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE SERRA ALTA E VILA KENEDDY, PARA READEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO RAP 010 E PARA ZONA DE ABASTECIMENTO 14.

Contratado: POLIERG INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Valor Contratado: R\$ 9.720,00 (nove mil setecentos e vinte reais).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 1.051/ 2.061

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.91.00.00.00/ 3.3.90.30.24.00.00.00/ 3.3.90.30.99.00.00.02

Prazo de vigência: 19/10/2017 a 18/04/2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

**ERRATA PREGÃO 59/2017**

Publicação Nº 1408889

ERRATA PREGÃO JHL 0051/2017

SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d' Oeste e Luzerna - SC.

Pregão Presencial JHL 0059/2017

Licitação nº 0069/2017

Protocolo 2793/2017

O Diretor Presidente do Simae torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação Pregão Presencial n.º 0059/2017, nos

seguintes termos:

1ª Alteração: Na publicação de 23/10/2017 do Diário Oficial dos Municípios edição 2368 pagina 410

Onde se lê:

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0053/2017 – Licitação 0063/2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Leia-se:

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0059/2017 – Licitação 0069/2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

2ª Alteração – Alteração da data de entrega dos envelopes e abertura da sessão

a) Fica alterada a data de credenciamento e recebimento dos Envelope nº 1º (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) para: até às 9h do dia 07/11/2017;

b) Fica alterada a data de abertura da sessão pública para: dia 07/11/2017 às 9h 10min

Joaçaba, 23 de outubro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do SIMAE

## LEILÃO 0002/2017

Publicação Nº 1407834

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 002/2017

SIMAE = SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

O SIMAE = SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, com sede na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba, SC, CEP 89.600/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 84.591.890/0001-43, Telefone (49) 3551 8200, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 10 de NOVEMBRO de 2017, tendo como local o Auditório do simae, localizado na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, MATRÍCULA AARC/162, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido no Simae ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.SIMAE.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (49) 3551 8200, no Simae ou (47) 3525 4742 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Joaçaba (SC), em 23 de outubro de 2017.

PAULO CESAR LAMIN

DIRETOR PRESIDENTE DO SIMAE

## RESUMO CONTRATO JHL 0100/2017

Publicação Nº 1407824

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0100/2017

PROCESSO JHL 0067/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0057/2017

PROTOCOLO Nº 2545/2017

Data assinatura: 18/10/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE FERRO FUNDIDO E PAPELÃO HIDRÁULICO, PARA PADRONIZAÇÃO DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA EXECUTADAS PELO SIMAE NAS UNIDADES CONSUMIDORES, PARA A REPOSIÇÃO DO ESTOQUE, PARA A IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE SERRA ALTA E

VILA KENEDDY, PARA READEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO RAP 010 E PARA ZONA DE ABASTECIMENTO 14.

Contratado: ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.

Valor Contratado: R\$ 4.629,40 (quatro mil seiscentos e vinte e nove reais e quarenta centavos).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 1.051/ 2.061

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.91.00.00.00/ 3.3.90.30.24.00.00.00/ 3.3.90.30.99.00.00.02

Prazo de vigência: 19/10/2017 a 18/04/2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

## RESUMO CONTRATO JHL 0101/2017

Publicação Nº 1407829

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0101/2017

PROCESSO JHL 0067/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0057/2017

PROTOCOLO Nº 2545/2017

Data assinatura: 18/10/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PVC, PP, PEAD E FERRO FUNDIDO, PARA PADRONIZAÇÃO DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA EXECUTADAS PELO SIMAE NAS UNIDADES CONSUMIDORES, PARA A REPOSIÇÃO DO ESTOQUE, PARA A IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE SERRA ALTA E VILA KENEDDY, PARA READEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO RAP 010 E PARA ZONA DE ABASTECIMENTO 14.

Contratado: BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Valor Contratado: R\$ 14.632,50 (catorze mil seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 1.051/ 2.061

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.91.00.00.00/ 3.3.90.30.24.00.00.00/ 3.3.90.30.99.00.00.02

Prazo de vigência: 19/10/2017 a 18/04/2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

# José Boiteux

## PREFEITURA

### Lei 1.124/2017

Publicação Nº 1408462

Lei nº 1.124, de 19 de Outubro de 2017.

“CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Trânsito, com a finalidade de administrar os procedimentos de cobrança das multas de trânsito.

Art. 2º A receita arrecadada pelo Fundo Municipal de Trânsito, conforme estabelece a Deliberação nº 33 de 03 de abril de 2002 do CONTRAN e a Resolução nº 191 de 16 de fevereiro de 2006, que regulamentam o artigo 320 do CTB, será aplicada exclusivamente em projetos de:

- I – sinalização;
- II – engenharia de tráfego e de campo;
- III – policiamento e fiscalização;
- IV – educação de trânsito.

Art. 3º Constituem receitas do Fundo Municipal de Trânsito, todos os recursos originários da aplicação de multas de trânsito percebidas pelo Município, provenientes de:

- I – repasse da União;
- II – repasse do Estado;
- III – arrecadação pelo próprio Município.

Art. 4º Será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito, o percentual de 5% (cinco por cento) dos recursos arrecadados com a cobrança das multas de trânsito aplicadas.

Art. 5º O Fundo Municipal de Trânsito ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho de Trânsito.

§1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal de Trânsito”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Trânsito.

§2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal gerir o Fundo Municipal de Trânsito, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Trânsito, cabendo ao seu titular:

I – estabelecer diretrizes de sua área.

II – planejar, coordenar, orientar e executar as atividades do Fundo Municipal de Trânsito, promovendo os meios necessários a realização de seus objetivos.

III – desenvolver estudos e pesquisas visando o aperfeiçoamento das atividades de administração, educação, engenharia, fiscalização e policiamento de trânsito;

IV – gerenciar e fiscalizar a arrecadação da receita e seu recolhimento.

V – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Trânsito;

VI – submeter ao Conselho Municipal de Trânsito demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

VII – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

VIII – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

Art. 6º O Fundo Municipal de Trânsito adotará a forma de Unidade orçamentária dentro do orçamento geral do Município de José Boiteux.

Art. 7º. A contabilização do Fundo Municipal de Trânsito será realizada pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 8º Para a cobertura das despesas decorrentes da execução desta Lei, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir um crédito especial até o total dos valores aprovados pelo Poder Legislativo para as seguintes dotações, constantes do Orçamento para dotação do Fundo Municipal de Trânsito.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

José Boiteux, 19 de Outubro de 2017.

Jonas Pudewell  
Prefeito Municipal



# Jupia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 30/2017

Publicação N° 1408312

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

PROCESSO LICITATÓRIO n° 44/2017  
PREGÃO PRESENCIAL n° 30/2017

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para a aquisição de um Micro Ônibus, sendo, que as propostas serão abertas no dia 07 de novembro de 2017, às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001.

Jupia SC, em 23 de outubro de 2017.  
AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO  
Prefeito Municipal

### ERRATA 001 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 29/2017

Publicação N° 1408338

PROCESSO LICITATÓRIO n° 43/2017  
PREGÃO PRESENCIAL n° 29/2017

ERRATA n° 001

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público as seguintes alterações no Edital de Licitação supra mencionado:

Para o Item 03 (três):

¶ Fica inserido no Edital de Licitação acima mencionado os Itens:

¶ 3.3 – Este Processo licitatório é Exclusivo para Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar 147/2014; e

¶ 3.4 - Facultado para apresentação de Documentação e Proposta de Preços à Interessadas de Grande Porte, somente naquele(s) Item(ns) em que não haja apresentação de no mínimo 03 (três) Licitantes do tipo Micro Empresa e/ou Empresa de Pequeno Porte.

Para o Item 07 (sete):

¶ Considerar como extintos os Itens 07.5 (sete ponto cinco) e 07.6 (sete ponto seis).

As demais proposições permanecem inalteradas.

Jupia SC, em 23 de outubro de 2017.  
AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO  
Prefeito Municipal



# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 28-2017

Publicação Nº 1408721

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017  
DATA DE EMISSÃO: 23/10/2017

OBJETO: Aquisição de escavadeira hidráulica nova.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min horas do dia 07/11/2017, para abertura da Seção às 14h00min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: pregão presencial menor preço.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: [licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br) ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 23 de outubro de 2017.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI  
Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017  
DATA DE EMISSÃO 23/10/2017

O MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de Santa Catarina, com supedâneo na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal nº 024/2011 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO do item relacionado no tópico 02 deste Edital (OBJETO).

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 14h00min de 07 de novembro de 2017.

#### 01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

#### 02 - OBJETO

2.1 - Aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica nova sobre esteiras, ano/modelo 2017 ou adiante, motor a diesel com, no mínimo, 04 (quatro) cilindros, potência mínima de 115HP's, com caçamba de no mínimo 0,80m3, sapata mínima de 700mm, cabine fechada, com ar-condicionado quente e frio, lança mínima 5.100mm, braço mínimo 2.200mm.

2.2 – PESO OPERACIONAL DO EQUIPAMENTO: mínimo de 17.000 Kg (dezesete mil quilos) e máximo de 18.100 kg (dezoito mil e cem quilos), tendo em vista que a municipalidade dispõe de um único caminhão prancha para transportá-lo e este é o peso máximo que pode carregar.

2.3 - O licitante deverá indicar, juntamente com a proposta, o modelo e a marca do objeto, bem como apresentar ficha técnica para provar o cumprimento das especificações exigidas neste Edital, sob pena de desclassificação.

2.4 – VALOR MÁXIMO: R\$ 418.300,00 (quatrocentos e dezoito mil e trezentos reais).

2.5 – O equipamento deve vir também, sem prejuízo dos acima descrito, com todos os itens obrigatórios exigidos por lei e/ou homologados pelo DETRAN.

2.6 – GARANTIA DO EQUIPAMENTO: no mínimo 12 (doze) meses, ou aquele fornecido pelo fabricante, se for maior, contados a partir da entrega à Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, SC, sem limite de horas, contra quaisquer problemas de fabricação, podendo ser aplicadas, subsidiariamente, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

2.7 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA: deve ser prestada no Município de Lacerdópolis através de preposto da empresa fabricante ou filial do equipamento. Quando for necessário o transporte até a fábrica ou mecânica autorizada para manutenção, o deslocamento correrá por conta e risco da empresa licitante vencedora.

2.8 – PRAZO DE ENTREGA: no máximo 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, podendo incidir multa para o caso de atraso.

2.9 - LOCAL DE ENTREGA: Em frente à Prefeitura Municipal (Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000).

2.10 – VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

#### 03 - DOTAÇÃO

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

ORGAO: 05-SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO

UNIDADE: 01-SERVIÇOS DE TRANSPORTES

Proj/At.: 26.782.1005.1.006-AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS

Compl.Elem.: 4.4.90.52.40.00.00.00 – Máquinas e equip. agrícolas e rodoviário (25)

Recurso: 0000-Recursos Ordinários 04– CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

4.2 - O pagamento será através de depósito ou transferência e à vista, mediante apresentação de nota fiscal, termos de garantia e demais documentos pertinentes.

4.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.5 - Não serão pagos valores antecipadamente.

4.6 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico "8.5" deste edital.

4.7 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

4.8 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando Município de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

4.9 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

#### 05 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do item não poderá ultrapassar os limites individualmente constantes no tópico 02 deste Edital (OBJETO).

#### 06 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

6.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

6.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

6.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- Decidir sobre a ordem de classificação;
- Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

#### 07 - CREDENCIAMENTO

7.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 7.2 e 7.3.

7.2 - Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO I como modelo ou documento equivalente; e
- Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

7.3 - Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO II).

7.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

7.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 7.2, 7.3 e 7.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

7.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

#### 08 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

8.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 14h00min. de 06/11/2017, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC.

8.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta.

8.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017  
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

8.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas neste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- conter discriminados em moeda corrente nacional o preço

unitário do item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

8.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

8.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

8.7 – Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

8.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;

b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei 8.666/93, conforme Decisão nº 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

#### 09 – HABILITAÇÃO

9.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017  
ENVELOPE N.º 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

9.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).

e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);

i) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito – CND emitida pelo INSS);

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);

k) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"), conforme ANEXO III.

l) Certidão de Distribuição de Pedidos de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais;

m) Declaração/print comprovando que a empresa licitante não está inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep>.

n) As licitantes deverão comprovar, via declaração, que possuem e disponibilizarão, quando solicitado, mecânico preposto para manutenção do equipamento, o qual prestará os serviços no Município de Lacerdópolis. Devem declarar também que, havendo necessidade de deslocamento do equipamento até a fábrica ou mecânica autorizada, os custos e riscos correrão por conta da mesma.

9.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

9.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

9.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.4 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

9.4.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

9.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

9.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

9.6 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

#### 10 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO DO ITEM descrito no tópico 02 deste edital, desde que atendidas às exigências.

10.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

#### 11 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

11.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 07 (CREDENCIAMENTO).

11.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

11.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

11.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

11.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

11.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

11.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

11.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

11.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

11.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

11.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

11.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

11.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

classificadas de acordo com o tópico 6.12.2, I, poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 11.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 11.12.2, I, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

11.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

11.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

11.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

11.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

11.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

11.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da Licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

11.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

11.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

**12 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito para homologação.

12.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a)



Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

12.5 – As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, conforme determina o Decreto Municipal, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas em Licitações e Contratos Administrativos.

### 13 - CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

13.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) o contrato (minuta constante do ANEXO IV), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 - No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

13.3 - O prazo de vigência do presente Contrato se inicia na data de sua assinatura extinguindo-se com o término do prazo de garantia, não inferior a 12 (doze) meses.

13.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

### 14 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A execução do contrato será administrada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Transportes e Obras.

14.2 – O recebimento do equipamento ficará suscetível à vistoria pelo Município de Lacerdópolis ou a quem este designar.

### 15 – GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pela qualidade do equipamento vendido, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da sua responsabilidade na execução ata ou contrato.

### 16 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1 - Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar o pagamento da CONTRATADA.

16.2 - Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

16.3 - Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

### 17 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

17.1 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas

necessárias para o regular fornecimento do objeto.

17.2 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 deste Edital (OBJETO).

### 18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital, caso não se consagrem vencedoras.

18.2 - O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

18.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00minh às 11h30minh e das 13h30minh às 17h30minh, através do telefone (49) 35520188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

18.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: [www.lacerdopolis.sc.gov.br](http://www.lacerdopolis.sc.gov.br) e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) de eventuais alterações no presente edital.

18.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- c) ANEXO III – Declaração de que não emprega menor de idade;
- d) ANEXO IV – Minuta do Contrato.

Lacerdópolis/SC, 23 de outubro de 2017.

Sérgio Luiz Calegari

Prefeito de LacerdópolisANEXO I

### PROCURAÇÃO

\_\_\_\_ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> \_\_\_\_\_, por meio de \_\_\_\_\_ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> \_\_\_\_\_, constitui como PROCURADORo Sr. \_\_\_\_\_ <NOME COMPLETO, RG, CPF> \_\_\_\_\_, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> \_\_\_\_\_,

<DATA> \_\_\_\_\_

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

Com reconhecimento da assinatura em cartório. ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE

**HABILITAÇÃO**

\_\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_ (xxxxxxxxxx), sediada em \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), \_\_\_\_\_ (DATA) \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa  
ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**

\_\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_ (xxxxxxxxxx), sediada em \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), \_\_\_\_\_ (DATA) \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa  
ANEXO IV

(MINUTA DO CONTRATO Nº.../2017)

**CONTRATANTE:** Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, com sede à rua \_\_\_\_\_, No município de \_\_\_\_\_, representada por seu \_\_\_\_\_, doravante simplesmente designada contratada.

Nos termos do Processo Licitatório n. 28/2017, na modalidade de Pregão Presencial n. 21/2017, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, firmam o presente contrato conforme as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 - Aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica nova sobre esteiras, ano/modelo 2017 ou adiante, motor a diesel com, no mínimo, 04 (quatro) cilindros, potência mínima de 115HP's, com caçamba de no mínimo 0,80m3, sapata mínima de 700mm, cabine fechada, pressurizada e com ar-condicionado quente e frio, lança mínima 5.100mm, braço mínimo 2.200mm.

1.2 – PESO OPERACIONAL DO EQUIPAMENTO: mínimo de 17.000 Kg (dezessete mil quilos) e máximo de 18.100 kg (dezoito mil e cem quilos), tendo em vista que a municipalidade dispõe de um único caminhão prancha para transportá-lo e este é o peso máximo que pode carregar.

1.3 - O licitante deverá indicar, juntamente com a proposta, o modelo e a marca do objeto, bem como apresentar ficha técnica para provar o cumprimento das especificações exigidas neste Edital, sob pena de desclassificação.

1.4 – VALOR R\$...

1.5 – O equipamento deve vir também, sem prejuízo dos acima descritos, com todos os itens obrigatórios exigidos por lei e/ou homologados pelo DETRAN.

1.6 – GARANTIA DO EQUIPAMENTO: no mínimo 12 (doze) meses, ou aquele fornecido pelo fabricante, se for maior, contados a partir da entrega à Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, SC, sem limite de horas, contra quaisquer problemas de fabricação, podendo ser aplicadas, subsidiariamente, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

1.7 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA: deve ser prestada no Município de Lacerdópolis através de preposto da empresa fabricante ou filial do equipamento. Quando for necessário o transporte até a fábrica ou mecânica autorizada para manutenção, o deslocamento correrá por conta e risco da empresa licitante vencedora.

1.8 – PRAZO DE ENTREGA: no máximo 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, podendo incidir multa para o caso de atraso.

1.9 - LOCAL DE ENTREGA: Em frente à Prefeitura Municipal (Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000).

1.10 – VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E REAJUSTE**

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1 - O pagamento será através de depósito ou transferência e à vista, mediante apresentação de nota fiscal, termos de garantia e demais documentos pertinentes.

3.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.5 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico "8.5" do edital.

3.6 – A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.7 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.8 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos



itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

#### CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato se inicia na data de sua assinatura extinguindo-se com o término do prazo de garantia, não inferior a 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

ORGAO: 05-SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO  
UNIDADE: 01-SERVIÇOS DE TRANSPORTES  
Proj/At.: 26.782.1005.1.006-AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS  
Compl.Elem.: 4.4.90.52.40.00.00.00 – Máquinas e equip. agrícolas e rodoviário (25)  
Recurso: 0000-Recursos Ordinários CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/02.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Transportes e Obras.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

8.1 - O contratante poderá declarar rescindido o presente contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 - O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela contratada, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente instrumento.

8.3 - O contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

#### CLÁUSULA NONA – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, conforme Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pela qualidade equipamento vendido, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da sua responsabilidade na execução ata ou contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 - Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar o pagamento da CONTRATADA.

11.2 - Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

11.3 - Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 - Será de responsabilidade da contratada o fornecimento do objeto deste contrato, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02.

12.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... 2017.

Município de Lacerdópolis Sérgio Luiz Calegari Prefeito	
CONTRATANTE	CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

# Lages

## PREFEITURA

### ATO DE DISPENSA 67/2017 PML

Publicação Nº 1408092

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 67/2017 - PML

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa de Licitação sob nº 67/2017 – PML, através do Município de Lages, com a empresa:

• COZINOX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COZINHAS INDUSTRIAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 08.440.326/0001-41.

O valor total da presente Dispensa é de R\$ R\$ \$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

Objeto: " Contratação de empresa especializada na fabricação de pira olímpica em aço inox com 02 metros de altura para serem utilizadas durante a realização dos 57º jogos abertos de Santa Catarina."

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 20 outubro de 2017.

1º Secretário C.C.O. 57º JASC  
Paulo Joaquim Hoechel Marques

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do Exmo. Sr. Paulo Joaquim Hoechel Marques, 1º Secretário C.C.O. 57º JASC, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 20 outubro de 2017.  
Antônio Ceron  
Prefeito do Município

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 251/2017 PML

Publicação Nº 1407934

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 251/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ DEFESA CIVIL inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: GEORGE DE BONA & CIA LTDA. - EPP inscrita no CNPJ sob n.º 03.781.780/0001-42, estabelecida à Av. Belizario Ramos, 5695 Universitário Lages/SC CEP 88.511-200.

resolvem celebrar este 1º termo Aditivo ao Contrato n.º 251/2017, parecer Jurídico nº 1235/2017. Processo Licitatório nº 255/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 66/2017, homologada em 18/10/2017, consoante as seguintes Alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de horas maquinas para suprir a demanda faltante do plano de trabalho de resposta, mitigação e prevenção, através

do convênio nº207tr001439 com o governo do estado, para execução de serviços de limpeza e desassoreamento do Rio Carahá. Conforme Parecer Jurídico n.º 1235/2017, que altera a data da vigência anteriormente contratada, Adita-se da seguinte forma.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

(...)

2.2 De Execução, até 22/11/2017, conforme solicitação da Secretária indicando o local;

2.3 Do Contrato, até Cessar sua Emergência, ou até a data máxima de 22/11/2017.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

8.1 Fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017, sua vigência será de até cessar a sua emergencialidade ou até a data máxima de 22/11/2017.

Lages, 23 de outubro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO ARP 09-C/2017 - MATHEUS ZAGO - FMASH

Publicação Nº 1408109

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

RETIFICAÇÃO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-C/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017 – FMASH - PROCESSO ADM. Nº 30/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para aquisição de materiais de construção e madeiras para uso em construções e reformas de casas em diversos bairros do município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: a partir da data da autorização de fornecimento, até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): até o 5º (quinto) dia da(s) solicitação(ões) da Secretaria, à Rua Frei Gabriel, esq. Professor Walter Dachs, nº 10, Centro – Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, e ulteriormente o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2017.

#### ONDE SE LÊ:

O valor a ser registrado é R\$ 13.386,72 (treze mil e trezentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos), sendo:

MATHEUS VIEIRA ZAGO – EPP – CNPJ nº 10.515.077/0001-58 – Rua Nilo Peçanha, nº 49, bairro Frei Rogério, CEP 88508-500, Lages/SC.

#### LEIA-SE:

O valor a ser registrado é R\$ 11.999,60 (onze mil e novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), sendo:

MATHEUS VIEIRA ZAGO – EPP – CNPJ nº 10.515.077/0001-58

– Rua Nilo Peçanha, nº 49, bairro Frei Rogério, CEP 88508-500,  
Lages/SC.

Lages, 23 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 4.936/2017

Publicação Nº 1408783

DECRETO Nº 4.936/2017, de 17 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar no orçamento vigente do FUNREBOM e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e em conformidade com o artigo 6º, da Lei Municipal nº. 1.895/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Funrebom de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 20 – FUNREBOM

Unidade: 01 - FUNREBOM

Projeto/Atividade: 2.800 – Segurança contra Sinistros

Elemento da Despesa: 1 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000.000000 – Material de Consumo .....R\$ 55.000,00

Elemento da Despesa: 5 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000.000000 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 95.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes do excesso de arrecadação da Receita 4.1.6.0.0.13.03.00.00.00 – Serviços Especiais do Bombeiro - R\$ 150.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 001.2017 NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO QUE OBJETIVA A AQUISIÇÃO DE CONJUNTO ALUNO / CJA-03 (PARA ALUNOS COM ALTURA ENTRE 1,19M E 1,42M), CONJUNTO ALUNO / CJA-06 (PARA ALUNOS COM ALTURA ENTRE 1,59M E 1,88M) E CONJUNTO PROFESSOR / CJP-01 – PADRÃO FNDE

Publicação N° 1408280

PROCESSO LICITATÓRIO N° 033/2017  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2017

#### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2017

O MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, que objetiva a Aquisição de Conjunto Aluno / Cja-03 (Para Alunos Com Altura Entre 1,19m E 1,42m), Conjunto Aluno / Cja-06 (Para Alunos Com Altura Entre 1,59m E 1,88m) e Conjunto Professor / Cjp-01 – PADRÃO FNDE, destinados a mobiliar salas de aula da Escola Municipal do Município de Lajeado Grande/SC, DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito no anexo 01 do edital.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 048/2017 e, artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h30min do dia 25/10/2017 às 08h30min do dia 06/11/2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: será às 08h31min do dia 06/11/2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 06/11/2017.

LOCAL: Site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado no link - licitações"

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBJETO - Tem por objeto o presente Edital de Pregão Eletrônico, DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, Para a Aquisição de 125 Conjuntos Aluno / CJA-06 (Para Alunos Com Altura Entre 1,59m E 1,88m), 120 Conjuntos Aluno / CJA-03 (Para Alunos Com Altura Entre 1,19m E 1,42m) E 12 Conjunto Professor / CJP-01, destinados a mobiliar salas de aula da Escola Municipal do Município de Lajeado Grande/SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01	Descrição/Especificação Técnica do Objeto
ANEXO 02	Exigências para Habilitação
ANEXO 03	Modelo de Declaração de Idoneidade
ANEXO 04	Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação
ANEXO 05	Modelo de declaração de inexistência de empregado menor no quadro da empresa empregadora
ANEXO 06	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital
ANEXO 07	Procuração nomeando representante Legal
ANEXO 08	Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP
ANEXO 09	Ficha técnica descritiva
ANEXO 10	Minuta de Contrato
ANEXO 11	Declaração de que não integra seu corpo social, nem em seu quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto e indireto da Administração Municipal

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de Lajeado Grande - SC, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Bll compras" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

1.3 O presente edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da LC 123/2006, atendendo o direito de prioridade para microempresa de pequeno porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

## 2. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

2.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atendendo também para a data e horário para início da disputa.

## 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;

3.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas;

3.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

3.5 Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, telefone: (041) 3042-9909 – até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

3.6 A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Termo de Credenciamento (instrumento particular de mandato), declarando cumprir as exigências do Edital, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) no pregão, conforme modelo do ANEXO 07.
- b) Ficha técnica descritiva (única) com todas as especificações do objeto da licitação em conformidade com o ANEXO 09 e
- c) Inserção no sistema do valor inicial de cada Item e a respectiva marca do produto (digitando "produto sem marca" quando for o caso, ex. serviços).

3.7 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.

3.8 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 08 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto consoante com o modelo do Anexo 09, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

## 4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

credenciamento NO SISTEMA LICITAÇÕES da BOLSA de licitações e leilões do brasil

4.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 3.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou pela própria Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

4.3 A participação do licitante no Pregão eletrônico se dará por meio de corretora contratada para representá-lo, ou diretamente pela BLL, que deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;



4.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

participação

4.8 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador direto, ou da corretora de mercadorias) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10 Quaisquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo número (41) 3097-4600, e-mail: contato@bll.org.br, ou através de uma corretora de mercadorias associada.

#### abertura DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

4.11 A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;

4.12 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

4.13 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote;

4.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

4.15 Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;

4.16 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;

4.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

4.18 Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão;

4.19 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances; (FECHAMENTO RANDÔMICO)

4.19.1 Devido a imprevisão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil;

4.20 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação;

4.21 O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor, proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

4.22 Os documentos relativos à habilitação, solicitados no Anexo 2, e Anexos, 3, 4, 5 e 6 deste Edital (e quando a empresa se enquadrar no regime ME/EPP enviar também o Anexo 8), da Empresa vencedora, deverão ser encaminhados digitalizados, via email [municipio@laje-adogrande.sc.gov.br](mailto:municipio@laje-adogrande.sc.gov.br) no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços, além do envio obrigatório da cópia física no endereço abaixo:

Endereço para envio de cópia física dos documentos para Prefeitura Municipal de LAJEADO GRANDE/SC, localizada na RUA VITORIA, NÚMERO 503, CENTRO, LAJEADO GRANDE/SC. Fone (049) 3355 0012. Responsável pelo recebimento: POLIANA RISSI.

O não cumprimento do referido prazo acarretará a desclassificação da proposta vencedora, passando-se assim, para a segunda colocada. Após a conferência dos documentos enviados, se estiverem de acordo com o solicitado será declarada a empresa vencedora do Item e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso;

4.22.1 A empresa deverá comprovar no prazo acima citado a postagem dos documentos através do código de rastreamento dos correios ou de comprovante digitalizado da transportadora, que deverá ser enviado juntamente com os documentos de habilitação e proposta através do e-mail [municipio@lajeadogrande.sc.gov.br](mailto:municipio@lajeadogrande.sc.gov.br).

4.23 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 4.22. Será informado no chat o horário e a data exata em que se continuarão os trabalhos;

4.24 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 11.2, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;

4.25 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;

4.26 Caso não sejam apresentado lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação;

4.27 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;

4.28 Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

## 5. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

5.2 Na ficha técnica deverá, obrigatoriamente, ser informado no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES, MARCAS e quando for o caso, informar se a empresa é ME/EPP. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e as marcas dos produtos neste campo, implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta;

5.3 O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO 01;

5.4 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão;

5.5 Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (anexo 09) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006;

5.6 É vedada a identificação dos Proponentes licitantes no Sistema, nas fichas técnicas ou documentos, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do Pregão. Decreto 5.450/05, art. 24 parágrafo 5º.

## 6. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

6.1 A Empresa vencedora, deverá enviar em até três dias úteis, a documentação referente a habilitação e demais anexos, juntamente com a Proposta de Preços escrita, com os valores oferecidos após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 4.23, deste Edital;

6.2 Na proposta escrita, deverá conter:

- Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto ou destacados;
- O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- Especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no ANEXO 01, deste Edital;
- Data e assinatura do Representante Legal da proponente;
- Deve conter até duas casas decimais após a vírgula;
- Enviar junto com a proposta um prospecto dos produtos cotados.

6.3 Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o MENOR PREÇO, NO REGIME DE MENOR VALOR POR LOTE;

6.4 Os preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado neste Edital.

6.5 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor;

6.6 Serão desclassificadas as propostas que:

6.6.1 Contenham mais de 02 (DUAS) casas decimais em seus valores unitários;

6.6.2 Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado;

6.6.3 Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do Pregoeiro;

6.6.4 Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES

### 7.1. DA CONTRATADA:

a) Entregar os produtos (Conjunto Aluno / Cja-03 (Para Alunos Com Altura Entre 1,19m E 1,42m), Conjunto Aluno / Cja-06 (Para Alunos Com Altura Entre 1,59m E 1,88m) e Conjunto Professor / Cjp-01 – PADRÃO FNDE) de acordo com as especificações do Edital, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

b) O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade dos produtos fornecidos, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;

c) O fornecedor dos produtos deverá entregar em perfeito estado de funcionamento e fornecer garantia mínima do fabricante;

d) O Fornecedor dos produtos deverá prestar assistência técnica e manutenção necessária no período de garantia, substituindo o produto em caso de defeito;

e) Fornecer garantia e prestar assistência técnica dos equipamentos, de acordo com o solicitado em cada equipamento descrito no Anexo 01 do edital;

f) Os Produtos deverão atender todas exigências e as especificações técnicas descritas no Anexo 01-A;

g) Fornecer garantia dos produtos, de acordo com o solicitado em cada equipamento descrito no Anexo 01-A do edital e prestar assistência técnica dentro de um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o registro do chamado e no local onde se encontra instalado o equipamento com defeito;

h) Prestar assistência técnica pelo período de 03 (três) anos;

i) Quando da solicitação da entrega, a empresa deverá fornecer os produtos na quantidades solicitadas prontamente;

j) O fornecimento de qualquer produto fora do prazo de validade ou com defeito deverá ser suprido pela substituição de outro produto de igual qualidade dentro do vencimento, nos prazos acima citados;

k) Manter conforme orientação da Licitante, o controle de fornecimento;

l) Pela observação nos prazos estabelecidos neste edital, para entrega e validade da proposta;

m) Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

### 7.2. DA CONTRATANTE:

a) Apresentar Ordem de Compra, especificando a quantidade e o local de entrega;

b) Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;

c) Fiscalizar o objeto licitado.

## 8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1 Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;

8.2 Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, serão observados os seguintes procedimentos:

8.2.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5%(cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5(cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior aquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 8.2.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a";

c) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da alínea "a" anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 8.2.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde de que atenda aos requisitos de habilitação.

8.4. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

8.5. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;

8.6. Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 4.26 e 4.27 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço;

8.7. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

## 9. HABILITAÇÃO

### 9.1 Conforme ANEXO 02.

## 10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

10.1 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

10.2 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

10.3 A falta de manifestação imediata no momento e tempo estipulada durante a licitação e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

10.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

10.5 Os recursos contra decisões do Pregoeiro terá efeito suspensivo;

10.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7 Os recursos deverão ser enviados em duas vias. Uma via original deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de Lajeado Grande, no endereço: Rua Vitoria, 503 – Centro – CEP 89828000, setor de Licitações, esta via deverá estar em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal para que possa ser anexada no processo. Junto com este documento original, deverá ser enviado também uma cópia por e-mail [municipio@lajeadogrande.sc.gov.br](mailto:municipio@lajeadogrande.sc.gov.br) para que seja possível a publicação on-line das razões do recurso interposto e a decisão cabida à este.

## 11. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento).

b) Até 10%(dez) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

11.2 Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à (citar o órgão) pelo infrator:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.2 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## 12. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

12.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, O Município de Lajeado Grande/SC firmará contrato específico, com o PROPONENTE VENCEDOR visando a execução do objeto desta licitação;

12.2 O processo terá vigência até 31/12/2017, podendo ser prorrogado a critério da administração municipal de Lajeado Grande/SC.

## 13. DA ENTREGA DOS PRODUTOS

13.1 O fornecedor obriga-se a entregar os Produtos, em que foi declarado vencedor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;

13.2 Endereço do local de entrega: Prefeitura Municipal de Lajeado Grande/SC, sito a Rua Vitoria, 503, centro, Lajeado Grande-SC ou em Local indicado na Autorização de Fornecimento, dentro do Município de Lajeado Grande/SC, SEM CUSTO ADICIONAL.

13.3 Os Itens deverão ser entregues em parcela única.

13.4 Quando da solicitação da entrega a empresa deverá fornecê-los prontamente conforme a descrição do edital;

13.5 Dúvidas relacionadas a este processo, entrar em contato com a Município de Lajeado Grande/SC, pelo telefone (49)3355-0012.

#### 14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, conforme entrega dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais, conforme item 02 deste Edital, podendo essas regularidades ser confirmadas por via eletrônica pela contratante;

14.2. É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009.

14.3. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.

14.4 Dotações orçamentárias:

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento
17	05.01	1.005	44900000000000	44905242000000

#### 15. REAJUSTAMENTO

15.1 Os preços oferecidos serão fixos e irrevogáveis;

#### 16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Lajeado Grande revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Lajeado Grande/SC poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

16.2 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das Informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

16.3 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

16.4 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

16.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

16.6 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

16.7 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial Dos Municípios;

16.8 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro;

16.9 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

16.10 Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada;

16.11 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da comarca de Xaxim SC, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;

16.12 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário de 07hs30min às 11hs30min e das 13hs00min às 17hs00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Endereço Rua Vitoria, 503, Centro, Lajeado Grande, Santa Catarina, para melhores esclarecimentos;

16.13 A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

16.14 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário;

16.15 O valor estimado para este Pregão é de: R\$62.985,00 (sessenta e dois mil novecentos e oitenta e cinco reais);



16.16 Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

Lajeado Grande/SC, 18 de outubro de 2017.

Noili Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

#### ANEXO 01 – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

##### 1 – OBJETO / JUSTIFICATIVA:

1.1 O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a Aquisição de 125 Conjuntos Aluno / CJA-06 (Para Alunos Com Altura Entre 1,59m E 1,88m), 120 Conjuntos Aluno / CJA-03 (Para Alunos Com Altura Entre 1,19m E 1,42m) E 12 Conjunto Professor / CJP-01, destinados a mobiliar salas de aula da Escola Municipal do Município de Lajeado Grande/SC, padrão FNDE. DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE;

1.1.1 Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descritas no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

##### 2 - ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS / PREÇO ESTIMADO:

CONFORME PLANILHA EM ANEXO (RELAÇÃO DE LOTES).

##### ANEXO 01 - A

Especificações Técnicas dos Itens/lotos.

lote 01: Aquisição de 125 Conjuntos Aluno / CJA-06 (Para Alunos Com Altura Entre 1,59m E 1,88m), 120 Conjuntos Aluno / CJA-03 (Para Alunos Com Altura Entre 1,19m E 1,42m) E 12 Conjunto Professor / CJP-01, destinados a mobiliar salas de aula da Escola Municipal do Município de Lajeado Grande/SC.

#### ANEXO 02 – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

##### 1. Para comprovação da habilitação jurídica:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- d) declaração de idoneidade apresentada de acordo com o modelo constante no Anexo 03;
- e) declaração de inexistência de fatos supervenientes ou impeditivos conforme Modelo no Anexo 04;
- f) declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Modelo no Anexo 05;
- g) Declaração de não empregado público, conforme Modelo no Anexo 11.

##### 2. Para comprovação da regularidade fiscal:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Unificada de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Quanto à Dívida Ativa Da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- d) prova de regularidade com o FGTS;
- e) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### ANEXO 03 – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

##### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Eletrônico N.º 0001/2017, instaurado por este município, que não estamos impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente).



(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

#### ANEXO 04 – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº (001/2017)

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (....), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

#### ANEXO 05 – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº (0001/2017)

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

#### ANEXO 06 - CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

Ao Município de Lajeado Grande/SC

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO nº 0001/2017 – Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

##### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

ENDEREÇO ELETRÔNICO

##### 2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (transportes, obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

local e data

assinatura e carimbo da proponente

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

## ANEXO 07 – PROCURAÇÃO – Nomeação de representantes Legal

## TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIACÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo I; e
- pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5. (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- apresentar lance de preço;
- apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- solicitar informações via sistema eletrônico;
- interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- apresentar e retirar documentos;
- solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- assinar documentos relativos às propostas;
- emitir e firmar o fechamento da operação; e
- praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6. O presente Termo de Adesão é válido até \_\_/\_\_/\_\_, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: \_\_\_\_\_

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações  
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)  
Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:
CNPJ/CPF:
Operadores

1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	RESPONSÁVEL FINANCEIRO	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

O Licitante reconhece que:

- i. a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- iii. perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e
- iv. o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e
- v. o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data: \_\_\_\_\_

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO 08 – Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de Micro empresa ou empresa de pequeno porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ/MF nº, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante

ANEXO 09 – Ficha Técnica Descritiva do Objeto

Ficha Técnica Descritiva do Objeto
Número do edital:
Órgão comprador:
Marca do produto:
Especificação do produto:
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):
Preço inicial para o item (em R\$):
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 . [Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)]
Data:

## ANEXO 10 – Minuta de Contrato

## CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº ...../2017

O MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Rua Vitória nº 503, inscrito no CNPJ sob o nº 95.993.077/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Noeli José Dal Magro, brasileiro, Solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Lajeado Grande/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado à empresa:

xxxxxxx, pessoa jurídica, com sede a Rua xxxx, na cidade de xxxxx, Estado de xxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por seu xxx, Sr. xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº ....., denominado para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94 e Lei nº 9.648/98, firmam o presente, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Tem por objeto este contrato a Aquisição de Conjunto Aluno / Cja-03 (Para Alunos Com Altura Entre 1,19m E 1,42m), Conjunto Aluno / Cja-06 (Para Alunos Com Altura Entre 1,59m E 1,88m) e Conjunto Professor / Cjp-01 – PADRÃO FNDE.

Subcláusula Primeira – Descrição dos produtos:

ITEM	DESCRIÇÃO Materiais	UND	QTDE	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$
01					
02					
	TOTAL				

Subcláusula Segunda – Faz parte integrante deste Contrato, independente de sua transcrição, as peças constantes do Processo Licitatório nº 0033/2017 – Pregão Eletrônico nº 0001/2017.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

A Contratada obriga-se a entregar os produtos, em que foi declarada vencedora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

Local de entrega: Município de Lajeado Grande/SC, com endereço a Rua Vitoria, 503, centro, cidade de Lajeado Grande/SC, ou em Local indicado na Autorização de Fornecimento, dentro do Município de Lajeado Grande/SC, sem custo adicional.

Os Itens deverão ser entregues em parcela única.

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogado a critério da administração municipal.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS:

Pela aquisição do(s) produtos(s), objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à importância total de R\$ ..... (p/ extenso).

Subcláusula Única – Os preços são fixos não ocorrendo qualquer espécie de reajuste.

## CLAUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, conforme entrega dos produtos e apresentação da Nota Fiscal devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais, conforme item 02 deste Edital, podendo essas regularidades ser confirmadas por via eletrônica pela contratante;

Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.

Subcláusula Primeira – A Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer parcela, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- Produtos fornecidos fora dos padrões éticos e da qualidade atribuível à espécie, devidamente aprovado pela Contratante;
- Existência de qualquer débito para com este órgão;
- Descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos neste Contrato ou no Processo Licitatório.

## CLÁUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA será responsável por:

- Entregar os produtos de acordo com as especificações do Edital, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade dos produtos, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;
- O fornecedor dos Produtos perfeito estado de utilização e fornecer garantia mínima do fabricante;
- O Fornecedor dos Produtos deverá prestar assistência técnica e manutenção necessária no período de garantia;
- Fornecer garantia e prestar assistência técnica dos equipamentos, de acordo com o solicitado em cada equipamento descrito no Anexo 01 do edital;
- Os Produtos deverão atender todas exigências e as especificações técnicas descritas no Anexo 01-A;
- Fornecer garantia dos Produtos de acordo com o solicitado em cada equipamento descrito no Anexo 01-A do edital e prestar assistência técnica dentro de um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o registro do chamado e no local onde se encontra instalado o equipamento com defeito;
- Prestar assistência técnica em balcão, pelo período de 03 (três) anos;
- Quando da solicitação da entrega, a empresa deverá fornecer os produtos na quantidades solicitadas prontamente;
- O fornecimento de qualquer produto fora do prazo de validade deverá ser suprido pela substituição de outro produto de igual qualidade dentro do vencimento, nos prazos acima citados;
- Manter conforme orientação da Licitante, o controle de fornecimento;
- Pela observação nos prazos estabelecidos neste edital, para entrega e validade da proposta;
- Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

O CONTRATANTE será responsável:

- a) Apresentar Autorização de Funcionamento; especificando a quantidade o local de Entrega;
- b) Efetuar o pagamento conforme definido na Cláusula Quarta deste Contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- c) Fiscalizar a entrega dos produtos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão à conta do Orçamento Municipal para o exercício de 2017.

Cod.Red.	Un.Org.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento
17	05.01	1.005	44900000000000	44905242000000

#### CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com o Art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

I - O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

1. Advertência;

2. Multa:

a) No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 2% do valor contratual;

b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura do Município de Lajeado Grande poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual;

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

II - Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Lajeado Grande, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

IV - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

De penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestado a mesma, até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO:

Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste contrato por extrato, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art.65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo, numerado e, ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

O MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE através da Secretaria de Educação como:

a) Gestor e Fiscal deste Contrato: a Sra MARIVANE FATIMA BORDIGNON XAVIER, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços in loco, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido;

As exigências e a atuação da fiscalização pelo MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE/SC em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

I - A CONTRATADA deverá atender com razoável presteza a quaisquer pedidos de informações que lhe seja feito pela CONTRATANTE, relativas a atividades de prestação de serviços, bem como aceitar a visita de inspeção em seu estabelecimento de representantes da CONTRATANTE, para qualquer fim, inclusive ordens de serviço;

II – As partes reconhecem que qualquer omissão ou tolerância dos direitos e haveres aqui descritos não implicam em novação, nem constituirão em renúncia ao direito de exigir posteriormente o fiel cumprimento das obrigações assumidas;

III – O presente contrato constitui-se no único instrumento válido a regular as relações entre as partes, sendo de nenhuma valia qualquer outro ajuste, escrito ou verbal, celebrado anteriormente; igualmente, qualquer inovação somente será aceita com alteração expressa do presente, mediante termo aditivo;

IV - As cláusulas e condições não previstas no presente contrato serão regidas e aplicadas pelas normas legais vigentes no país, em especial pelo ato convocatório e Lei n. 8.666/93;

V – As obrigações constantes neste instrumento obrigam herdeiros e sucessores;

VI - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pelo CONTRATADO, sem autorização por escrito do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

Fica Eleito o Foro da Comarca de Xaxim-SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 2(duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado na Secretaria Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Lajeado Grande/SC, conforme dispõe o art. 60 da Lei nº 8.666/93. Lajeado Grande-SC, em ... de ..... de 2017.

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE	CONTRATADA

## TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

## ANEXO 11 – Declaração que não empregado publico

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2017

## DECLARAÇÃO

(Razão Social) \_\_\_\_\_

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_

Sediada \_\_\_\_\_

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, instaurada pelo Município de \_\_\_\_\_, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_

Nome do declarante \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**Lauro Muller****PREFEITURA****DECRETO Nº 161/2017**

Publicação Nº 1408396

DECRETO Nº 161/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DO TIPO SUPLEMENTAR.

PEDRO BARP RODRIGUES, PREFEITO EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional do tipo suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários:

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

3.3.90.00.00.00.1166 – Aplicação Direta ..... R\$ 120.000,00

TOTAL R\$ 120.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 1166.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

PEDRO BARP RODRIGUES

Prefeito em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

# Lebon Regis

## PREFEITURA

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°: 02/2017. LICITAÇÃO: TP1/2017.**

Publicação N° 1408320

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

Contrato N°: 02/2017. Licitação: TP1/2017.

Objeto: Fica alterada a cláusula segunda do Contrato n. 02/2017 para aditar o valor contratual, conforme art. 65, inciso II, alínea "d", § 1º da Lei 8.666/93, por haver interesse de ambas as partes, bem como a necessidade de que seja mantido o fornecimento de gêneros alimentícios justificado no Ofício nº048/2017 do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio.

Contratante: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO.

Contratado: WILMAR MOREIRA DE ALMEIDA JUNIOR 00690105959 - 24.509.205/0001-65.

Valor: R\$9.610,22 (nove mil seiscentos e dez reais com vinte e dois centavos).

Vigência: 23/10/2017. Término: 31/12/2017.

Lebon Régis, 23/10/2017.

Douglas F. de Mello - Prefeito Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO 163/2017

Publicação Nº 1408021

DECRETO Nº 163/2017  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIN, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Presencial – Registro de Preço nº 117/2017 em 20 de outubro de 2017, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 117/2017, na modalidade de Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E CARGAS DE GÁS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 23 de outubro de 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIN  
PREFEITO

### DECRETO 164/2017

Publicação Nº 1408063

DECRETO Nº164/2017  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão nº 112/2017 em 23 de Outubro de 2017, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 112/2017, na modalidade Pregão para AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 23 de Outubro de 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
PREFEITO

# Luis Alves

## PREFEITURA

### DECRETO 105/2017

Publicação Nº 1408014

DECRETO N.º 105/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 - Lei Municipal n.º 1.660/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

06.182.0022.2.018 – Administração do Convênio de Trânsito/ Polícia Militar

(54) 3.3.30.00.00.00.00.00.01.0870.0 (0.1.00010) – Aplicações Diretas R\$ 1.612,15

(55) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0870.0 (0.1.00010) – Aplicações Diretas R\$ 1.387,85

06.182.0022.2.019 – Administração do Convênio de Trânsito/ Polícia Civil.

(58) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0872.0 (0.1.00011) – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

06.182.0022.2.020 – Manutenção do Departamento de Trânsito/ DETRANLU

(61) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0874.0 (0.1.00012) – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2017, por conta de recursos do Convênio de Trânsito – Polícia Militar, na importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), de recursos do Convênio de Trânsito – Polícia Civil, na importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), de recursos do Convênio de Trânsito – DETRANLU, na importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), totalizando R\$ 10.000,00 (três mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de outubro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

### DECRETO 106/2017

Publicação Nº 1408629

DECRETO N.º 106/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III

da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 - Lei Municipal n.º 1.660/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 117.932,40 (cento e dezessete mil, novecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0003.2.003 – Manutenção dos serviços do Gabinete do Prefeito

(04) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 1.468,00

(05) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 15.068,00

Órgão: 03 – Secretaria de Administração

Unidade: 01 – Secretaria de Administração

04.122.0003.2.004 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Administração

(09) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 280,80

(12) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 10.913,00

Órgão: 04 – Secretaria da Fazenda e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria da Fazenda e Planejamento

04.122.0003.2.003 – Manutenção dos serviços da secretaria da Fazenda e Planejamento

(16) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 93,60

(17) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 8.764,00

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0007.2.024 – Manutenção e ampliação do transporte do ensino fundamental

(21) 3.3.90.00.00.00.00.00.02.0938.0 (0.2.00062) – Aplicações Diretas R\$ 30.300,00

12.364.0009.2.028 – Apoio ao transporte do ensino superior

(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas -----R\$ 51.045,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2017, por conta de recursos ordinários, na importância de R\$ 87.632,40 (oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), de recursos provenientes do Transporte Escolar Estadual, na importância de R\$ 30.300,00 (trinta mil e trezentos reais), totalizando o montante de R\$ 117.932,40 (cento e dezessete mil, novecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 23 de outubro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 023/2017 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

Publicação Nº 1408440

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 023/2017  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio de seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e considerando a homologação final do resultado do Concurso Público nº 01/2016 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

**DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS**

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado, que não quiser ser nomeado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 30 (trinta) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

**DOS EXAMES MÉDICOS**

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido concurso público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

**DOS ATOS DE NOMEAÇÃO**

3. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal nº 62/2014.

**DA POSSE**

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da posse, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 23 de outubro de 2017.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

**ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 023/2017****CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016****RELAÇÃO DE CANDIDATOS**

Enfermeira (PSF)

Nº Inscrição	Candidato
290454	Daiane Lucelia Ganz Reinert

**ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2017****CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016****RELAÇÃO DE DOCUMENTOS**

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;

2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS

3. Cópia do PIS/PASEP

4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

4.1. CPF;

4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF);

4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;

- 4.3. Título de eleitor;  
4.4. Certidão de quitação eleitoral;  
4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;  
4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;  
4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;  
4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;  
4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;  
4.10. Comprovante de residência atualizado;  
4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;  
4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);  
4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina);  
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;  
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);  
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);  
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;  
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);  
10. Documentação para abertura de conta no banco:  
10.1. 02 (duas) cópias do CPF;  
10.2. 02 (duas) cópia do RG;  
10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência;

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS**

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar.

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

**IMÓVEIS**

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

**VEÍCULOS**

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

**OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS**


**FONTES DE RENDA**


NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura

**ANEXO II**



**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de \_\_\_\_\_, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

**ANEXO II****TERMO DE INTERESSE NO CARGO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, frente à aprovação no Concurso Público (Edital nº 001/2016) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de tomar posse no Cargo de \_\_\_\_\_, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

**ANEXO II****TERMO DE NÃO INTERESSE NO CARGO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, frente à aprovação no Concurso Público (Edital nº 001/2016) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de tomar posse no Cargo de \_\_\_\_\_, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do 17.8 do Edital nº 001/2016.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

**ANEXO II****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofreu penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

**ANEXO III****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2017****CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016****Relação de exames médicos**

1. Hemograma;
2. Glicemia;
3. Sorologia para LUES;
4. Parcial de Urina;
5. Raio-X de torácico com laudo;
6. Raio-X lombar – Sacra-AP e Perfil com laudo (para os cargos de motorista, operário braçal, operador de máquinas, zelador, atendente de educação infantil, professor de educação infantil e professor de séries iniciais);
7. Creatinina;
8. Transaminases;

9. Laudo Otorrinolaringológico com vídeo-laringoscopia (para o cargo de atendente de educação infantil, professor de séries iniciais e professor;
10. Audiometria;
11. ECG de repouso (para os candidatos com mais de 35 anos);
12. Eletrocardiograma (para candidatos maiores de 30 anos).

# Luzerna

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº069/2017

Publicação Nº 1407826

SEGUNDO TERMO ADITIVO  
CONTRATO PML Nº 069/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 035/2017  
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

Aos 20 (vinte) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, denominado CONTRATANTE e STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.554.701/0001-80 com endereço a Rua Vigário Frei João, nº 22, sala 02, Centro, no Município de Luzerna/SC CEP 89.609-000, representada por seu sócio administrador VAGNER KAEFER, brasileiro, maior e capaz, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 46005.683 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.874.719-58, denominada CONTRATADA, RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO VALOR

O presente Termo Aditivo tem por objeto, sem aplicação de reajuste, com a concordância das partes, aditar o presente Contrato PML nº 069/2017, no valor de R\$549,25 (quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), passando o contrato no valor de R\$49.966,15 (quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e seis reais e quinze centavos), a vigorar no valor total de R\$50.515,40 (cinquenta mil, quinhentos e quinze reais e quarenta centavos), conforme estabelecido nas Cláusulas do supramencionado Contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato permanecem inalteradas. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna (SC), 20 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO CONTRATANTE	VAGNER KAEFER STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI ME CONTRATADA
---	--

#### TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass. Ass.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

### DECRETO 2456

Publicação Nº 1408251

DECRETO Nº 2456 de 20 de outubro de 2017.

“INSTITUI E NOMEIA A EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, , constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,

#### RESOLVE:

Art.1º- INSTITUIR e nomear a EQUIPE TÉCNICA para MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUZERNA(SC), conforme a Lei Complementar nº 136 de 16/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do Município.

Art. 2º- São atribuições da EQUIPE TÉCNICA de MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME:

I. Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;

II. Relacionar metas e estratégia de forma cronologia;

III. Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;

IV. Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;

V. Elaborar a versão preliminar e revisão do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para análise e validação;

VI. Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes entender necessários;

VII. Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA - LDO e LOA do Município;

VIII. Verificar prazos e o período de validação (bianaual);

IX. Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X. Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3º- Nomear, para compor a EQUIPE TÉCNICA de que trata o presente Decreto, os seguintes membros:

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

a) Andrea Dalla Lana Vieira

Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

a) Dreone Mendes

b) Angelo Brandalise Júnior

Art.4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial do Decreto nº 2250 de 02 de agosto de 2016.

Luzerna(SC), 20 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 131**

Publicação Nº 1408254

PORTARIA Nº 131/17 de 17 de outubro de 2017.

“ALTERA A PORTARIA Nº 137/16 de 03 de agosto de 2016 QUE NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- ALTERAR a PORTARIA Nº 137/16 de 03 de agosto de 2016 que “NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA QUE ESPECIFICA”, nomeando JANE OTTO BRANDALISE para substituir VALI CAROLINA SPIER como Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

deverá ser assinado por no mínimo 03 (três) dos membros acima nomeados e o Termo de Recebimento Definitivo de Obras Públicas deverá ser assinado pelos 03 (três) últimos servidores acima nomeados.

Art.4º - Os serviços realizados por esta Comissão serão gratuitos sem ônus para o Município.

Art.5º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de outubro de 2017.

Luzerna(SC), 18 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 133**

Publicação Nº 1408290

PORTARIA Nº 133/17 de 18 de outubro de 2017.

“NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS, COMPRAS, LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- NOMEAR a COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS, COMPRAS, LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, conforme estabelecido nos arts. 15, 73 e 74 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a qual é constituída pelos servidores:

INGART MARLONE GRAHL EBERT - Coordenadora de Compras

EVAINE CÉLIA DESIDÉRIO - Diretora de Unidade Educacional

MARIANA DE AZEVEDO RAMOS - Consultora Jurídica

GABRIELA MAZZARINO - Diretora de Saúde

ISABELA TOSCAN MITTERER - Diretora de Assistência Social

JULIANA CORBANI - Engenheira Civil

ALCIR JOÃO DENARDI - Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária

JOSE AIRTON HOFFMANN - Diretor de Serviços Integrados de Infraestrutura

RÉGIS VALTER WEISER - Engenheiro Agrônomo

Parágrafo Único - A Comissão a que se refere esta Portaria será composta ainda por um representante da empresa contratada.

Art.2º- O recebimento de material em compras ou de serviços ou locação e aquisição de equipamentos, de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para a modalidade de convite, deverá ser firmado por no mínimo 03 (três) membros desta Comissão.

Art.3º- O Termo de Recebimento Provisório de Obras Públicas

# Mafra

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2017

Publicação Nº 1408429

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA  
CNPJ Nº: 67.729.178/0004-91

Valor Registrado: R\$ 193.688,00 (cento e noventa e três mil seiscentos e oitenta e oito reais).

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 472/2017, Pregão na Forma Eletrônica - RP nº 121/2017.

Data de Assinatura: 20 de outubro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 20 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2017

Publicação Nº 1408412

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: AUTO PEÇAS RENÊ LTDA-EPP  
CNPJ Nº: 01.488.404/0001-39

Valor Registrado: R\$ 931.228,20 (novecentos e trinta um mil duzentos e vinte oito reais e vinte centavos).

Objeto: aquisição de peças e contratação de mão de obra mecânica, elétrica, funilaria e pintura destinadas a manutenção dos veículos da Polícia Militar.

Origem: Processo nº 445/2017, Pregão Presencial - RP nº 112/2017.

Data de Assinatura: 11 de outubro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2017

Publicação Nº 1408407

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
CNPJ Nº: 05.531.725/0001-20

Valor Registrado: R\$ 45.082,70 (quarenta e cinco mil, oitenta e dois reais e setenta centavos).

Objeto: Aquisição de Medicamentos Judiciais, destinados a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 461/2017, Pregão na Forma Eletrônica - RP nº 117/2017.

Data de Assinatura: 19 de outubro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 19 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2017

Publicação Nº 1408413

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: JRC-COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME  
CNPJ Nº: 01.560.884/0001-00

Valor Registrado: R\$ 945.742,22 (novecentos e quarenta cinco mil setecentos quarenta dois reais e vinte dois centavos).

Objeto: aquisição de peças e contratação de mão de obra mecânica, elétrica, funilaria e pintura destinadas a manutenção dos veículos da Polícia Militar.

Origem: Processo nº 445/2017, Pregão Presencial - RP nº 112/2017.

Data de Assinatura: 11 de outubro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2017

Publicação Nº 1408410

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
CNPJ Nº: 12.889.035/0001-02

Valor Registrado: R\$ 22.467,00 (vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e sete reais).

Objeto: Aquisição de Medicamentos Judiciais, destinados a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 461/2017, Pregão na Forma Eletrônica - RP nº 117/2017.

Data de Assinatura: 19 de outubro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 19 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2017

Publicação Nº 1408418

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
CNPJ Nº: 05.531.725/0001-20

Valor Registrado: R\$ 1.003.210,00 (um milhão três mil duzentos e dez reais ).

Objeto: aquisição de Medicamentos Judiciais, destinados a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 472/2017, Pregão na Forma Eletrônica - RP nº 121/2017.

Data de Assinatura: 20 de outubro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 20 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2017**

Publicação Nº 1408420

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ Nº: 12.889.035/0001-02

Valor Registrado: R\$ 254.210,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil duzentos e dez reais ).

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 472/2017, Pregão na Forma Eletrônica - RP nº 121/2017.

Data de Assinatura: 20 de outubro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 20 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2017**

Publicação Nº 1408427

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Altermed Material Médico Hosp. Ltda

CNPJ Nº: 00.802.002/0001-02

Valor Registrado: R\$ 1.061.856,00 (um milhão sessenta e um mil oitocentos e cinquenta e seis reais).

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 472/2017, Pregão na Forma Eletrônica - RP nº 121/2017.

Data de Assinatura: 20 de outubro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 20 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2017**

Publicação Nº 1408422

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Promefarma Representações Comerciais Ltda

CNPJ Nº: 81.706.251/0001-98

Valor Registrado: R\$ 809.710,00 (oitocentos e nove mil setecentos e dez reais ).

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 472/2017, Pregão na Forma Eletrônica - RP nº 121/2017.

Data de Assinatura: 20 de outubro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 20 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 087/2016**

Publicação Nº 1408441

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 087/2016

Contrato nº: 087/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/PLASSMA

Contratada: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ nº 95.836.771/0001-20

Modalidade Processo Licitatório n.º 159/2016. Pregão Presencial nº 052/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 23 de outubro de 2017.

Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2017.

Valor do Termo Aditivo: R\$ 2.928,60 (dois mil novecentos e vinte e oito reais e sessenta centavos).

Foro: Comarca de Mafra .

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2017**

Publicação Nº 1408425

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Dimaster Com.de Prod.Hospitalares Ltda

CNPJ Nº: 02.520.829/0001-40

Valor Registrado: R\$ 528.110,00 (quinhentos e vinte oito mil cento e dez mil reais ).

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 472/2017, Pregão na Forma Eletrônica - RP nº 121/2017.

Data de Assinatura: 20 de outubro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 20 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº106/2017**

Publicação Nº 1408444

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº106/2017

Contrato nº: 106/2017

Contratante: O MUNICIPIO DE MAFRA

Contratada: IRINEU COMÉRCIO DE TINTAS LTDA-ME

CNPJ: 14.565.115/0001-38

Objeto: aquisição de ferramentas e materiais de construção, destinados a manutenção dos parques públicos do nosso Município, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 449/2017 Pregão Presencial nº 113/2017

Valor: R\$ 1.795,00 (mil setecentos e noventa e cinco reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias

Data Assinatura: 23 de outubro de 2017

Prazo: O presente contrato terá validade até 31/12/2017.

Dotação Orçamentária:

88 - 1 . 13001 . 15 . 451 . 13 . 2.54 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.



**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº107/2017**

Publicação Nº 1408445

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº107/2017

Contrato nº: 107/2017

Contratante: O MUNICIPIO DE MAFRA

Contratada: BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP

CNPJ: 04.435.876/0001-11

Objeto aquisição de ferramentas e materiais de construção, destinados a manutenção dos parques públicos do nosso Município, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 449/2017 Pregão Presencial nº 113/2017

Valor: R\$ 6.874,70 (seis mil oitocentos e setenta e quatro reais e setenta centavos)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias

Data Assinatura: 23 de outubro de 2017

Prazo: O presente contrato terá validade até 31/12/2017.

Dotação Orçamentária:

88 - 1 . 13001 . 15 . 451 . 13 . 2.54 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

**CÂMARA MUNICIPAL****1º ADITIVO DE CONTRATO**

Publicação Nº 1407938

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2016

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses

Contratante: Câmara de Vereadores

Contratada: CIGA - Consorcio de Informatica na Gestão Publica Municipal

Período : 01/01/2018 a 31/12/2018

Dotação Orçamentária : 3.3.93.39.00

Valor do Contrato: R\$ 4.050,00

Recurso: Recursos Ordinários

Data Aditivo: 18/10/2017

Amparo Legal: Lei nº 8.666 de 21.06.93. art. 61

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 94/2017

Publicação Nº 1408066

DECRETO Nº 94 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII do art. 73 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - LOA 2016 e nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 5.075,79 (cinco mil, setenta e cinco reais, setenta e nove centavos) para suplementar no Orçamento do exercício 2017, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	13	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE	2.026	Atenção as Famílias
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	164	
VALOR: R\$ 507,58 (quinhentos e sete reais, cinquenta e oito centavos)		

ÓRGÃO	13	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE	2.026	Atenção as Famílias
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	165	
VALOR: R\$ 4.568,21 (quatro mil, quinhentos e sessenta e oito reais, vinte e um centavos)		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 02 de Outubro de 2017.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração em 02 de Outubro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt  
Secretária de Administração

### LEI 1101/2017

Publicação Nº 1408062

LEI Nº 1101 DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Disposições Preliminares

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República, as diretrizes para a elaboração

da lei orçamentária do exercício financeiro de 2018, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI – definição de critérios para início de novos projetos;
- XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII – incentivo à participação popular;
- XIV – as disposições gerais.

## Seção I

### Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2018 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2018 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2018 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

## Seção II

### Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

#### Subseção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

Art. 4º O(s) orçamento (s) fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminará (ão) a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º O(s) orçamento(s) fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá (ão) a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I – texto da lei;
- II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
- III – quadros orçamentários consolidados;
- IV – anexo(s) do(s) orçamento(s) fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;
- VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

- I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e respectiva Lei nº 11.494/2007;
- IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária de 2018 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2017, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único - O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único - As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º O Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de outubro de 2017, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República.

§ 1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

## Subseção II

### Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício de 2018, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

## Subseção III

### Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária para 2018, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

## Seção III

### Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

#### Subseção I

##### Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 17. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2018, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.

## Subseção II

### Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18. Se durante o exercício de 2018 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

## Seção IV

### Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2018, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2018.

§ 2º No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

## Seção V

### Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2018 serão orientadas no sentido de alcançar

o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2018 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2018 a 2019, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único - Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a – a implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;

b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

## Seção VI

### Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2018, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais;

II – as despesas com benefícios previdenciários;

III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV – as despesas com PASEP;

V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

## Seção VII

### Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º A lei orçamentária para 2018 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e re-ordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

## Seção VIII



## Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2018 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria, observadas inclusive as normas gerais para transferências voluntárias previstas pela Lei 13.019/2014 e suas alterações.

Art. 31. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento de interesses locais observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único – Compete ao Controle Interno, sem prejuízo dos demais responsáveis, apontar eventuais irregularidades e exigir o saneamento das mesmas, ou, o bloqueio dos recursos a serem repassados enquanto as irregularidades não forem sanadas.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 29 a 32 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 36. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único - As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único - O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI da Constituição da República.

Art. 38 – As subvenções, auxílios e contribuições, embora definidos pela Lei 4320 de 17 de março de 1964, são alcançadas pelas normas gerais para transferências voluntárias previstas pela Lei 13.019/2014 e suas alterações.

## Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 39. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único - A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da

celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei nº 8.666/1993.

#### Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art. 40. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2018, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Para atender ao caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2018, os seguintes demonstrativos:

- I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
- III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2018;

§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

#### Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 41. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2018 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2018-2021 e com as normas desta Lei;
- II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único - Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2018, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2017.

#### Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 42. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

#### Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 43. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2018, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 44. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

- I – elaboração da proposta orçamentária de 2018 mediante regular processo de consulta;
- II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

#### Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 45. O Poder Executivo poderá, mediante decreto específico, remanejar, transpor, transferir ou utilizar total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no artigo 3º, desta Lei.

§ 1º As categorias de programação, aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por meio de decreto para atender às necessidades de execução desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 46. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

Parágrafo único - A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 48. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.

Art. 49. Se o projeto de lei orçamentária de 2018 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – PIS-PASEP;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e

VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2017, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2017 para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 50. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais;

II – Anexo de Riscos Fiscais.

III – Anexo de Metas e Prioridades

Parágrafo Único – Os Anexos, de que tratam os incisos I, II e III serão encaminhados à Câmara Municipal quando do envio da Proposta Orçamentária para 2018 e poderão ser alterados quando da Revisão do PPA .

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 19 de Outubro de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 19 de Outubro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt

Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Lei nº 4.031/2017

Publicação Nº 1407873

LEI Nº 4.031, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Altera dispositivo da Lei nº 4.003/2017 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei alterado o art. 2º da Lei nº 4.003, de 3 de abril de 2017, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O valor do repasse, a título de contribuição financeira, de que trata o artigo 1º tem por objetivo auxiliar a Entidade com o pagamento de salários e encargos de prestadores de serviços e funcionários.”

Art. 2º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. NR

Maravilha - SC, 23 de outubro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei nº 4.032/2017

Publicação Nº 1407872

LEI Nº 4.032, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre cobrança da COSIP e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, através de convênio a ser firmado com a Cooperativa de Eletrificação Rural Vale do Araçá – CERAÇA.

Art. 2º A tabela de valores, por faixa de consumo e contribuintes, será elaborada conforme tipo de ligação, aplicado sobre a tarifa do megawatt.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias municipais vigentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 23 de outubro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei nº 4.033/2017

Publicação Nº 1407931

LEI Nº 4.033, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Altera dispositivo da Lei nº 3.355/2009 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei alterado o § 1º do art. 2º da Lei nº 3.355, de 18 de fevereiro de 2009, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]

§ 1º O município contribuirá com o valor de até R\$ 2,00 (dois reais) por habitante/mês, conforme população estimada pelo IBGE (2016) de 24.712, totalizando R\$ 49.424,00 (quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) mensais.”

Art. 2º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.733, de 18 de fevereiro de 2014.

Maravilha - SC, 23 de outubro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### LEILÃO N. 002/2017

Publicação Nº 1408242

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 154/2017 - Modalidade Leilão n. 002/2017.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Leiloeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Leilão, a venda de bens inservíveis, do Município de Maravilha, tipo Melhor oferta, cujo processo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará sendo realizado no dia 10 de novembro de 2017 a partir das 10h, presencialmente na Prefeitura e online no site [www.superbid.net](http://www.superbid.net). Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13 h às 17 horas. Maravilha - SC, 15 de setembro de 2017. ROSIMAR MALDANER– Prefeita de Maravilha.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 148.2017 PP 112.2017 - CARNÊS DE IPTU, ALVARÁ E OUTROS

Publicação N° 1408491

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 148/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N° 112/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE IMPRESSÃO E COMPOSIÇÃO DE CARNÊS DE IPTU, ALVARÁS, COLETA DE LIXO E BOLETOS DE NOTIFICAÇÕES DE DÉBITOS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 07/11/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 07/11/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 19 de outubro de 2017.

VALDIR ZAPPELLINI – Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO N° 115/2017

Publicação N° 1408005

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571-  
Ouvidoria – 0800 646 3340  
e-mail: [cvm@netuno.com.br](mailto:cvm@netuno.com.br) site: [www.cvmassaranduba.sc.gov.br](http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br)  
CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO N° 115/2017.  
17/10/2017

Autoriza o Licenciamento ao vereador Ademir José Deretti pelo prazo de quinze (15) dias para tratar de assuntos de interesse particular.

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através do Presidente da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao vereador Ademir José Deretti, para tratar de assuntos de interesse particular pelo prazo de quinze (15) dias a contar do dia 17 à 31 de outubro de 2017.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, inciso § 1º, 4º e 5º do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
Vanderlei Sasse  
Presidente

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi  
Assistente Legislativo.

### RESOLUÇÃO N° 116/2017

Publicação N° 1408015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571-  
Ouvidoria – 0800 646 3340  
e-mail: [cvm@netuno.com.br](mailto:cvm@netuno.com.br) site: [www.cvmassaranduba.sc.gov.br](http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br)  
CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO N° 116/2017.  
23/10/2017

Autoriza o Licenciamento ao vereador Selésio Zapelini pelo prazo de quinze (15) dias para tratamento de saúde

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através do Presidente da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao vereador Selésio Zapelini, para tratamento de saúde pelo prazo de quinze (15) dias a contar do dia 23 de outubro à 06 de novembro de 2017.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Vanderlei Sasse  
Presidente

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi  
Assistente Legislativo.

## **RESOLUÇÃO Nº 117/2017**

Publicação Nº 1408016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571-  
Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 117/2017.

23/10/2017

Autoriza o Licenciamento ao vereador Ilmar Sapinski pelo prazo de quinze (15) dias para tratamento de saúde

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através do Presidente da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao vereador Ilmar Sapinski, para tratamento de saúde pelo prazo de quinze (15) dias a contar do dia 23 de outubro à 06 de novembro de 2017.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Vanderlei Sasse  
Presidente

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi  
Assistente Legislativo.





# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 329-2017

Publicação Nº 1407803

PORTARIA nº 329/2017

TRATA DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

JULIO CESAR DE OLIVEIRA, Secretário de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 53, §1º, I, 'c' c/c II da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, resolve:

Art. 1.º Fica instaurado processo administrativo fiscal, nos termos do inquérito policial nº 222.17.00070 (no estado em que se encontra) em desfavor das partes M.O.E.C.P e J.L.P, ambos já qualificados no referido inquérito.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de outubro de 2017.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

# Modelo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0145/2017

Publicação Nº 1408006

PORTARIA Nº 0145/2017 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CONCESSÃO DE FÉRIAS À CONSELHEIRO TUTELAR QUE MENCIONA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 2.216/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando o requerimento da Conselheira e a programação de férias do Conselho Tutelar,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o período de concessão de férias constante na Portaria nº 0123/2017, à Conselheira Tutelar relacionada abaixo, conforme requerido e a que faz jus, conforme autorização do Presidente e recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	CONCESSÃO PORTARIA 123/2017	NOVO PERÍODO DE CONCESSÃO – PORTARIA 145/2017
Joceani Maria Bortolamedi Rambo	25.07.2016 a 24.07.2017	11.12.2017 a 09.01.2018	01.11.2017 a 30.11.2017 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 23 de outubro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0482/2017

Publicação Nº 1407739

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0482 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

#### ALTERA CARGA HORÁRIA

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 37, da Constituição Federal; mais o que consta nos incisos IV e XI do artigo 56 da LOMM; Lei Complementar 018/2006; Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

ALTERAR, a carga horária do servidor MARCIANO ALBERTO DE AGUIAR, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Mondaí, portador da Cédula de Identidade nº 5.113.582, inscrito no CPF sob nº 057.134.339-27, matrícula 3590, lotado na função de PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS – ACT (Habilitado) 20 Horas, alteradas para 40 Horas semanais pelo período de 17.10.2017 a 18.12.2017, em virtude do atestado médico da servidora Carmen Oneide Giovanella Berndt.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de outubro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH  
Secretária Municipal da Educação e  
Cultura

### PORTARIA Nº 0483/2017

Publicação Nº 1407737

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0483 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

#### CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 37, da Constituição Federal; mais o que consta nos incisos IV e XI do artigo 56 da LOMM; Lei Complementar 018/2006; Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

CONTRATAR, SOLANGE TERESINHA LINK DE SOUZA, brasileira, residente e domiciliada no Município de Mondaí, portadora da Cédula de Identidade nº 4.611.945, inscrita no CPF sob nº 002.803.420-12, matrícula 3674, aprovada no Processo Seletivo nº 04/2016, para exercer a função de PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS – ACT (Habilitado) 20 Horas, pelo período de 17.10.2017 a 18.12.2017, em virtude do atestado médico da servidora Carmen Oneide Giovanella Berndt.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de outubro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH  
Secretária Municipal da Educação e Cultura

**PORTARIA Nº 0488/2017**

Publicação Nº 1407742

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 0488 DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Prorroga Contratos Temporários.

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal; Lei Complementar 018/2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, e Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006,

CONSIDERANDO que o término do ano letivo no EMEI – Sonho Encantado será no dia 22.12.2017;  
CONSIDERANDO que as Portarias de admissão dos servidores temporários da Educação determinam o término dos contratos em 20.12.2017;  
CONSIDERANDO também o descanso semanal remunerador e o feriado nacional no dia 25.12.2017;

RESOLVE prorrogar os contratos dos servidores temporários do EMEI – Sonho Encantado, conforme relação abaixo até 26.12.2017.

MATR.	PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	FUNÇÃO
3583	153/2017	Adriani Muller	Professor
3599	151/2017	Andréia Born Dorigon	Professor
3582	152/2017	Clair Krein	Professor
3549	118/2017	Danieli Trindade da Rosa	Monitor
3551	120/2017	Franciele Kremer Führ	Monitor
3592	171/2017	Jéssica dos Santos Cantarelli	Monitor
3579	149/2017	Leila Juliane Dopke Miola	Professor
3670	456/2017	Lisete Ames	Serviços Gerais
3533	081/2017	Madalena Pitrovsky	Monitor
3550	119/2017	Mariane Pitrovsky	Monitor
3534	082/2017	Marieli Metz	Monitor
3580	150/2017	Roseli Blank Sturzbecher	Professor
3581	151/2017	Sirlei Maria Bremm Tonezer	Professor

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 19 de outubro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

**PORTARIA Nº 0489/2017**

Publicação Nº 1407743

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0489 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA DIRETOR

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, ARBERTO RADTKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 3.298.025, inscrito no CPF sob nº 927.539.069-04, matrícula 3675, para exercer a função de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E LAZER. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 23 de outubro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

GILMAR STUDT  
Secretário Municipal de Esportes,  
Turismo e Lazer



# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 531/2017/FS

Publicação Nº 1408862

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 531/2017/FS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 518/2017/FS  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 510/2017/FS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA.

TIPO: MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR LOTE

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 24/outubro/2017 até às 13:30 horas do dia 06/novembro/2017

ABERTURA DA SESSÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: as 14:00 horas do dia 06/novembro/2017.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo – SC, 23 de outubro de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### PREGAO PRESENCIAL 050/2017 - REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1406293

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 050/17

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições sob a forma fracionada ao longo de até 12 (doze) meses de: MEDICAMENTOS para a cesta básica do Sistema Único de Saúde – SUS (DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS DE MONTE CASTELO PARA ATENDER AS NECESSIDADES E QUALIDADE NO ATENDIMENTO DA SAÚDE), conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I e Termo de Convênio (2016TR002170).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 15h00min do dia 24/10/2017 às 08h30min do dia 07/11/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 07/11/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitações.

Obs.: É imprescindível a retirada do arquivo de itens sob pena de desclassificação.

HORARIO DE EXPEDIENTE: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 24 de Outubro de 2017.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

### PREGAO PRESENCIAL 051/2017 - REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1406294

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 051/17

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições sob a forma fracionada ao longo de até 12 (doze) meses de: MEDICAMENTOS para a cesta básica do Sistema Único de Saúde – SUS (DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS DE MONTE CASTELO PARA ATENDER AS NECESSIDADES E QUALIDADE NO ATENDIMENTO DA SAÚDE), conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I e Termo de Convênio (2016TR001579).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 15h00min do dia 24/10/2017 às 14h00min do dia 07/11/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 07/11/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitações.

Obs.: É imprescindível a retirada do arquivo de itens sob pena de desclassificação.

HORARIO DE EXPEDIENTE: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 24 de Outubro de 2017.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

### TOMADA DE PREÇOS 002/2017

Publicação Nº 1406216

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Tomada de Preço nº 002/17

OBJETO: Contratação de Empresa (empreitada em forma global) habilitada junto ao CREA ou CAU para Construção de um Campo de Futebol Com Grama Sintética na Escola Municipal Edson Nagano na cidade de Monte Castelo-SC, com área de 924,00m², em conformidade com o Projeto Arquitetônico, Plantas e Memoriais Descritivos e nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 15h00min horas do dia 24/10/2017 às 09h00min horas do dia 09/11/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 09/11/2017.

TIPO: Menor Preço Global.

CADASTRO: Fica estipulado a data de 06/11/2017 último dia para cadastro ou atualização das empresas interessadas no certame, e ainda a visita técnica.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 e

também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br).  
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs  
Telefone (47) 3654-0166  
Monte Castelo, 24 de Outubro de 2017  
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 107/2017

Publicação Nº 1408741

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2017, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO COM AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSUMO E INSUMOS, CONFORME DEMANDA. AS DEMAIS INFORMAÇÕES ENCONTRAM-SE NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público que fica RETIFICADO o Processo Licitatório em epígrafe, para:

- Incluir o item 8.1.1.6, no Capítulo VIII – DA HABILITAÇÃO, do Edital, com a seguinte redação:  
8.1.1.6 – Documento comprobatório de inscrição no Renasem, conforme obrigatoriedade imposta pela Lei Federal 10.711 de 2003.
- Retifica também o critério de julgamento que era do tipo “MENOR PREÇO julgamento POR ITEM” – fazendo passar a constar o critério de julgamento a ser do tipo “MENOR PREÇO julgamento GLOBAL”.
- Faz constar ainda que, no Item 41, do Quadro I, do Anexo I, da pag. 20, do Edital, onde se lê: “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO E JARDINAGEM, COM” - Leia-se: “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO E JARDINAGEM, COM NO MÍNIMO DUAS PESSOAS PARA EXECUÇÃO POR ATIVIDADE. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.”
- Face a RETIFICAÇÃO acima exposta, fica PRORROGADO a reunião de abertura e julgamento do Processo Licitatório em epígrafe para 09/11/2017, às 08:30 horas.

Os demais itens do edital permanecem inalterados. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 09 de Novembro de 2017, às 08:30 horas. O edital e seus anexos na íntegra encontram-se a disposição para consultar ou obter através do endereço Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas, ou no endereço eletrônico [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br).

Morro da Fumaça (SC), 23 de Outubro de 2017.  
AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 109/2017

Publicação Nº 1408743

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público que fica RETIFICADO o anexo I do Processo Licitatório em epígrafe, tendo como objeto: “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PEDRA BRITA CORRIDA GROSSA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE E VALOR MÁXIMO CONTIDO NO ANEXO I DO EDITAL.”. Para que onde conste:

ITEM 01 - PEDRA BRITA CORRIDA GROSSA COMPOSIÇÃO GRANULOMÉTRICA COM DIMENSÕES VARIANDO DE 0 A 100MM. O MATERIAL DEVE SER DE PRIMEIRA LINHA/QUALIDADE, CASO OCORRA ENTREGA DE MATERIAL QUE NÃO SEJA DE BOA QUALIDADE SERÁ DEVOLVIDO, A QUANTIDADE DO MATERIAL EFETIVAMENTE ENTREGUE PODERÁ SER A QUALQUER HORA CUBADO PARA CONFÊRENCIA DA QUANTIDADE REQUERIDA PARA QUELE PEDIDO. O PRODUTO SERÃO SOLICITADOS PELA MUNICIPALIDADE NA MEDIDA DE SUA DEMANDA, TENDO EM VISTA QUE A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO DISPÕEM DE ESPAÇO.

Passe a constar:

ITEM 01 - PEDRA BICA CORRIDA GROSSA COMPOSIÇÃO GRANULOMÉTRICA COM DIMENSÕES VARIANDO DE 0 A 100MM. O MATERIAL DEVE SER DE PRIMEIRA LINHA/QUALIDADE, CASO OCORRA ENTREGA DE MATERIAL QUE NÃO SEJA DE BOA QUALIDADE SERÁ DEVOLVIDO, A QUANTIDADE DO MATERIAL EFETIVAMENTE ENTREGUE PODERÁ SER A QUALQUER HORA CUBADO PARA CONFÊRENCIA DA QUANTIDADE REQUERIDA PARA QUELE PEDIDO. O PRODUTO SERÃO SOLICITADOS PELA MUNICIPALIDADE NA MEDIDA DE SUA DEMANDA, TENDO EM VISTA QUE A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO DISPÕEM DE ESPAÇO.

Os demais itens do edital permanecem inalterados. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 30 de Outubro de 2017, às 09:30 horas. O edital e seus anexos na íntegra encontram-se a disposição para consultar ou

obter através do endereço Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas, ou no endereço eletrônico [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br).

Morro da Fumaça (SC), 19 de Outubro de 2017.  
AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

## **AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2017**

Publicação Nº 1408748

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público que fica RETIFICADO o Critério de Julgamento do Processo Licitatório em epígrafe, tendo como objeto: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS".

Sendo que onde constava "Pregão Presencial com Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO julgamento POR LOTE" .....

Passa a constar "Pregão Presencial com Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO julgamento POR ITEM"....

Os demais itens do edital permanecem inalterados. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 30 de Outubro de 2017, às 12:30 horas. O edital e seus anexos na íntegra encontram-se a disposição para consultar ou obter através do endereço Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas, ou no endereço eletrônico [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br).

Morro da Fumaça (SC), 18 de Outubro de 2017.  
AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

## **REGISTRO DE PREÇO 112/2017**

Publicação Nº 1408088

Município de Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 112/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MAQUINA JCB SSL 155, conforme anexo I. Data: 07/11/2017 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

## **REGISTRO DE PREÇO 113/2017**

Publicação Nº 1408082

Município de Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 113/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE REATOR HOMOLOGADO PELA CELESC, conforme anexo I. Data: 07/11/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### DECRETO 115-2017

Publicação Nº 1408929

DECRETO Nº 115/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso III da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 2.179,64 (dois mil e cento e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) com a seguinte classificação.

0600 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

0603 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO.

2.021 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE URBANISMO.

4.4.90.00.00.00.00.0029 (175) – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.179,64

TOTAL ..... R\$ 2.179,64

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do superávit financeiro do exercício anterior verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FUNTE FINANCIADORA: Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

029 – Recursos Ordinários – Superávit Financeiro ..... R\$ 2.179,64

TOTAL ..... R\$ 2.179,64

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 29 de setembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal



# Navegantes

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO POR CONCURSO PÚBLICO

Publicação Nº 1407825

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 23 de outubro de 2017.

Ilmo Sra.  
FRANCIELE MAZIERO (CANDIDATA)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 002/2013.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 002/2013, para o cargo de ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin  
Diretora de RH Gerente de RH

### DECRETO Nº 478 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1408687

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 478 DE 23 OUTUBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação das fontes de recursos abaixo discriminadas, até a importância de R\$ 2.750.000,00 (Dois Milhões, Setecentos e Cinquenta Mil Reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários  
03 – GABINETE DO VICE PREFEITO  
01 – Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito  
04.122.0002 – 2.005 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Vice-Prefeito  
06 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 25.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
01 – Diretoria de Projetos  
04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos  
16 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 60.000,00

08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

01 – Procuradoria Geral do Município  
03.092.0004 – 2.013 - Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município  
21 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 105.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos  
04.128.0005 – 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Recursos Humanos  
27 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 250.000,00  
28 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentárias R\$ 160.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
01 – Diretoria de Programas Sociais  
08.244.0030 – 2.035 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais  
53 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 100.000,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
01 – Diretoria de Operações  
15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações  
152 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 750.000,00  
153 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra R\$ 65.000,00

32 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE  
01 – Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente  
08.243.0065 – 2.144 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente  
205 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos: 10100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. Resultantes de Impostos – Educação  
13 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – Ensino Infantil  
98 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 180.000,00

Fonte de Recursos: 11900 – Transferências do Fundeb – 40%  
13 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.361.0008 – 2.041 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 40% - EF  
83 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 600.000,00  
84 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra R\$ 45.000,00  
12.365.0007 – 2.043 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 40% - EI  
232 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 370.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Prefeitura Municipal de Navegantes-SC., 23 de outubro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

## DECRETO Nº 479 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1408688

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 479 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 190.000,00 (Cento e Noventa Mil Reais), das seguintes dotações, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação

**13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.038 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Fundamental

77 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 130.000,00

12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – Ensino Infantil

100 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º Os recursos acima, suplementarão a seguinte dotação orçamentária:

Fonte de Recursos – 10.100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.038 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Fundamental

75 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 130.000,00

12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – Ensino Infantil

98 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 23 de outubro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

**LEI 3232/2017 ACRESCENTA OS ARTIGOS 2º- A E 2º B À LEI 3211/2017**

Publicação Nº 1408177

LEI N º 3232 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

ACRESCENTA OS ARTIGOS "2º - A" E "2º - B" À LEI ORDINÁRIA Nº 3211 DE 30 DE AGOSTO DE 2017 – E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º Fica acrescido o art. 2º-A com a seguinte redação:

Art. 2º-A Incidirá multa de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 2º Fica acrescido o art. 2º-B com a seguinte redação:

Art. 2º-B Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento e das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art.3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

KARLILE CUGNIER

Secretária de Administração e Logística

**PORTARIA 2510/2017 CONCEDE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**

Publicação Nº 1408696

PORTARIA N º 2510 DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Decreto n º 44 de 22/1/2015, RESOLVE:

I CONCEDER adicional periculosidade a servidora LEILA APARECIDA MATIAS PACHECO, matrícula 389201, por utilizar a motocicleta placa QIE1647, para o desempenho das suas atividades laborais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/10/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE SETEMBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 2827/2017 EXONERA POR APOSENTADORIA JUNTO AO INSS**

Publicação Nº 1408605

PORTARIA N º 2827 DE 15 DE SETEMBRO DE 2017  
EXONERA POR APOSENTADORIA JUNTO AO INSS

O PREFEITO DE NAVEGANTES em exercício , no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR por aposentadoria junto ao INSS, número do benefício 6197509109, o servidor ABEL DA CONCEIÇÃO, do cargo de AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL II, a partir de 01/09/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE SETEMBRO DE 2017.  
DONIZETE JOSÉ DA SILVA  
PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 2862/2017 EXONERA**

Publicação Nº 1408621

PORTARIA N º 2862 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017  
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o servidor JANDIR BETTEGA, matrícula 90201, do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS DE PEQUENO PORTE, a partir de 22/09/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE SETEMBRO DE 2017.  
DONIZETE JOSÉ DA SILVA  
PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 2931/2017 DECLARA VACÂNCIA EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA**

Publicação Nº 1408702

PORTARIA N º 2931 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de ORIENTADORA ESCOLAR em virtude de aposentadoria da servidora MARA SILVIA FERREIRA, matrícula 47701, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2017.04.05448P, a partir de 02/10/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2943/2017 EXONERA**

Publicação N° 1408627

PORTARIA N ° 2943 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de SUBPREFEITO DE MACHADOS o senhor PAULO ROBERTO PEREIRA, com a data de 04/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE OUTUBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2949/2017 NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO**

Publicação N° 1407823

PORTARIA N ° 2949 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. PAULO ROBERTO PEREIRA, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO MEDIO PORTE, 40 horas semanais, a partir de 05/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2961/2017 EXONERA**

Publicação N° 1408625

PORTARIA N ° 2961 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de SUBPREFEITA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS a senhora MAIARA DANIELE FELÍCIO, com a data de 06/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2962/2017 NOMEIA**

Publicação N° 1408716

PORTARIA N ° 2962 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SUBPREFEITO DE MACHADOS o senhor PAULO ROBERTO PEREIRA, com a data de 06/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2963/2017 EXONERA**

Publicação N° 1408619

PORTARIA N ° 2963 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL II o senhor JAIR LEITE FIGUEIRÓ, com a data de 06/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIA 2965/2017 EXONERA**

Publicação N° 1408612

PORTARIA N ° 2965 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA CEI, EJA, DESC 1 a senhora BRUNA HELOISE SEDREZ, com a data de 09/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2998/2017 EXONERA**

Publicação N° 1408626

PORTARIA N ° 2998 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de DIRETORA DE ATENÇÃO INTEGRAL Á SAÚDE a senhora MARLOVA CESCON HAEFFNER, com a data de 11/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2999/2017 NOMEIA**

Publicação N° 1408697

PORTARIA N ° 2999 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA CEI, EJA, DESC 1 a senhora LOURDES DE FÁTIMA WALTRICK DIAS CALDEIRA, com a data de 16/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3000/2017 NOMEIA**

Publicação N° 1408632

PORTARIA N ° 3000 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA DE ATENÇÃO INTEGRAL Á SAÚDE a senhora ANGELA BAS-TIANELLO HORVATH, com a data de 16/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3007/2017 NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO**

Publicação N° 1407821

PORTARIA N ° 3007 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. THIAGO SANTANA ALMEIDA DO CARMO, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA DE CAMINHÃO, 40 horas semanais, a partir de 16/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3022/2017 EXONERA**

Publicação N° 1408624

PORTARIA N ° 3022 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE EVENTOS E MARKETING o senhor JULIO CESAR PIERRE SILVA, com a data de 17/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3025/2017 EXONERA**

Publicação N° 1408610

PORTARIA N ° 3025 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de CHEFE DE SEÇÃO o senhor ARLINDO NUNES BARBOSA, com a data de 02/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3026/2017 NOMEIA**

Publicação N° 1408693

PORTARIA N ° 3026 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR TÉCNICO DA CULTURA o senhor JULIO CESAR PIERRE SILVA, com a data de 18/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3045/2017 NOMEIA**

Publicação N° 1408636

PORTARIA N ° 3045 DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de COORDENADOR EXECUTIVO o senhor ARLINDO NUNES BARBOZA, com a data de 03/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3053/2017 EXONERA**

Publicação N° 1408628

PORTARIA N ° 3053 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de SECRETARIA DA EDUCAÇÃO a senhora REGINA CÉLIA CORRÊA, com a data de 20/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3063/2017 EXONERA**

Publicação Nº 1408615

PORTARIA N º 3063 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I Fica, por este ato, EXONERADA, a pedido, da função de confiança de SUPERINTENDENTE DA CULTURA a senhora GRAZIELA CRISTIANE CORRÊA, com a data de 23/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3064/2017 NOMEIA**

Publicação Nº 1408699

PORTARIA N º 3064 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO DE CULTURA a senhora LUCIANE CHAGAS BITTENCOURT PEREIRA com a data de 23/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3065/2017 NOMEIA**

Publicação Nº 1408690

PORTARIA N º 3065 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

**RESOLVE:**

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO a senhora GRAZIELA CRISTIANE CORRÊA com a data de 24/10/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1408558

Ato 001/PSS002/2017

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA 1ª FASE

DO EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado do Acessuas Trabalho do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público conforme segue:

1. A classificação da 1ª Fase, dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado edital 002/2017, segue divulgada no anexo I deste Ato.
2. Recursos contra a classificação preliminar poderão ser interpostos até o dia 25 de outubro de 2017, nos termos do edital.
3. A 2ª Fase (Dinâmica de Grupo), do Processo Seletivo Simplificado edital 002/2017, será realizada na sede do Centro de Referência de Assistência Social 2 (CRAS 2), situado na Rua José Flávio Soares, s/nº, bairro Nossa Senhora das Graças, Navegantes/SC.
4. Os horários da aplicação da Dinâmica de Grupo que compõe a 2ª Fase do Processo Seletivo 002/2017, será realizada no seguinte dia e horário, por cargo:

- Auxiliar Administrativo: dia 30 de outubro de 2017 às 8h30m;
  - Psicólogo: dia 30 de outubro de 2017 às 13h30m;
  - Assistente Social: dia 30 de outubro, às 15h30m.
- Navegantes, 20 de outubro de 2017.

### COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ACESSUAS TRABALHO

Cargo	Auxiliar Administrativo			
CLASSIFICAÇÃO	Nome	D.N.	PONTOS	SITUAÇÃO
01	Suziany Fernandes da Silva	03/11/82	10	Aprovado(a)
02	Magda Paranhos da Silva	29/12/75	9,0	Aprovado(a)
03	Berenice Mazui Lopes	15/02/77	9,0	Aprovado(a)
04	Paulo Eder Santos	27/05/77	9,0	Aprovado(a)
05	Tiago Jose Crispim	06/02/91	9,0	Aprovado(a)
06	Dario Cavalcante da Silva	25/10/91	9,0	Aprovado(a)
07	Graziela Waltrick Sommariva	17/11/93	9,0	Aprovado(a)
08	Rafaela Patricia Ferreira	11/10/96	9,0	Aprovado(a)
09	Eliton Orfeu Pretto de Souza da Conceição	06/12/96	9,0	Aprovado(a)
10	Cristiane Silva Lima Cecatto	30/08/79	8,0	Aprovado(a)
11	Sandra Andreani	22/03/88	8,0	Aprovado(a)
12	Isadora Cavalheiro de Souza	09/09/91	8,0	Aprovado(a)
13	Marcia Juliana Fischer	21/04/92	8,0	Aprovado(a)
14	Maiara Regueira	11/10/96	8,0	Aprovado(a)
15	Paulo Roberto Salvato	17/09/73	7,0	Aprovado(a)
16	Fernando Vieira Fontanelle	01/01/74	7,0	Aprovado(a)
17	Rebeka de Campos	05/01/81	7,0	Aprovado(a)
18	Rosemary Feltrin de Melo	19/05/85	7,0	Aprovado(a)
19	Sabrina Gonçalves de Oliveira Backes	03/02/86	7,0	Aprovado(a)
20	Ediane de Oliveira Vianna	08/08/87	7,0	Aprovado(a)
21	Caroline Andressa Chimka	21/05/94	7,0	Aprovado(a)
22	Letícia Antunes Karakawa	11/11/94	7,0	Aprovado(a)
23	Luciana Hornburg	17/02/96	7,0	Aprovado(a)
24	Maria Helena Silva	31/08/88	6,0	Aprovado(a)
25	Mary Hestela Pedrozo	21/04/87	5,0	Aprovado(a)
26	Ester Sebold	14/10/62	4,0	Aprovado(a)
27	Tatiana Oliveira Santa Brigida Moreira	03/07/82	4,0	Aprovado(a)
28	Caroline Montrezol de Araujo	27/07/88	4,0	Aprovado(a)
29	Angélica Reis	14/10/89	4,0	Aprovado(a)
30	Luiz Fernando Souza da Costa	03/04/91	4,0	Aprovado(a)
31	Pedro Henrique Robocino	10/05/99	4,0	Aprovado(a)
32	Aline Rodrigues	26/08/99	3,0	Aprovado(a)
33	Bruna dos Santos Brasione	07/09/96	2,0	Reprovado(a)
34	Priscilla Cristina de Bortoli da Silva	28/02/92	1,0	Reprovado(a)
35	Amabile Cristina Fernandes	27/09/98	0,0	Reprovado(a)
Cargo	Psicólogo			



Classificação	Nome	D.N.	PONTOS	SITUAÇÃO
01	Sonia Maria Menin Belous	09/01/72	7,5	Aprovado(a)
02	Lucas Andrade Ananis	18/08/88	7,0	Aprovado(a)
03	Flavia Vanessa Fischer	27/01/89	7,0	Aprovado(a)
04	Luciana Curvelo da Maia	13/10/79	6,0	Aprovado(a)
05	Roselaine Silvana Pereira Favaro	06/06/71	5,0	Aprovado(a)
06	Lourenço Luciano Carneiro Filho	02/03/83	5,0	Aprovado(a)
07	Alessandra Vieira	15/10/71	4,5	Aprovado(a)
08	Ane Caroline Pracz	03/08/88	4,5	Aprovado(a)
09	Soraia Regina Bernardini	03/07/63	4,0	Aprovado(a)
10	Andrea Caroline de Souza	29/04/92	4,0	Aprovado(a)
11	Fabiola Rodrigues da Cruz	11/09/93	4,0	Aprovado(a)
12	Priscila Dienstmann	15/08/84	3,0	Aprovado(a)
13	Anele Louise Silveira de Almeida	01/06/93	3,0	Aprovado(a)
14	Ana Claudia Fabricio	21/03/73	2,0	Reprovado(a)
15	Vitor Moreira de Moraes Lopes	21/07/92	1,5	Reprovado(a)
16	Ana Patricia Lima de Medeiros Centeno	08/07/77	0,0	Reprovado(a)
17	Marcia Tomelin	24/09/75	0,0	Reprovado(a)
18	Camila Bach	14/09/90	0,0	Reprovado(a)
19	Drielle Cardoso Fagundes	17/04/91	0,0	Reprovado(a)

Cargo	Assistente Social			
Classificação	Nome	D.N.	PONTOS	SITUAÇÃO
01	Marideise de Oliveira	24/11/66	7,0	Aprovado(a)
02	Savana de Souza Rocha	14/12/86	6,0	Aprovado(a)
03	Marlice Moras	11/05/65	5,5	Aprovado(a)
04	Denise Deller	21/03/88	5,0	Aprovado(a)
05	Rosangela de Oliveira Leopoldo Bier	07/06/63	4,0	Aprovado(a)
06	Sara de Almeida Chaplin	15/07/86	4,0	Aprovado(a)
07	Cleunice de Mattos	20/07/82	3,0	Aprovado(a)
08	Suziany Fernandes da Silva	03/11/82	1,5	Reprovado(a)
09	Diana Janine Krummenauer	23/04/86	1,0	Reprovado(a)
10	Janaina Andressa Staziaki	31/01/91	1,0	Reprovado(a)
11	Ana Flavia Maciel Araujo	29/11/91	0,0	Reprovado(a)

### CÂMARA MUNICIPAL

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04-2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04-2017 - LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 1408863

Termo de Adjudicação e Homologação

PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2017

Processo Licitatório nº 004/2017

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no artigo 38, inciso VII, c/c art. 43, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, acolhendo a decisão do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, Adjudica e Homologa o resultado do processo Licitatório 004/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 004/2017, com objetivo de locação de licença de uso dos sistemas de gestão pública para a Câmara Municipal de Navegantes, sendo eles: Sistema de Contabilidade Pública; Compras e Licitação; Patrimônio; Recursos Humanos; Folha de Pagamento; Contracheque on-line e; Portal da Transparência, na modalidade menor preço global, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos, HOMOLOGANDO como vencedora a empresa Betha Sistemas LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, com endereço na Rua João Pessoa, nº 134, 1º Andar, Centro, Criciúma-SC.

Navegantes, 20 de outubro de 2017.

Samuel Viane Paganelli

PRESIDENTE

ANDRÉ DE FREITAS CHAVES PACHECO

PREGOEIRO

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 261/2017

Publicação Nº 1408898

DECRETO Nº. 261/2017 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no Projeto Atividade 2.020 – Manutenção das Atividades de Assistência Social e no projeto Atividade 2.005 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda, na modalidade de aplicação 3.1.9.0 - na Fonte 03.00 – Superávit - Recursos Ordinários, nos termos da Lei Municipal, conforme programação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 008 Assistência Social

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA

Projeto/Atividade: 2.020 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Fonte: 03.00 – Superávit - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0005 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 50.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 01 Sec. Municipal de Administração e Fazenda

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração e Fazenda

Programa: 0003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Projeto/Atividade: 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMIN. E FAZENDA

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Fonte: 03.00 – Superávit Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.101/2016 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2016, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 23 DE OUTUBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 646/2017 "A"

Publicação Nº 1407986

PORTARIA Nº 646/2017 "A"

Concede Readaptação

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

Concede Readaptação, à Servidora Pública Municipal ELOIZA TRIDAPALLI DALRI ORSI, matrícula nº 7317 - ACT, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A – Educação Infantil – Creche – Contação de História, 20 (vinte) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, com atribuição de exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, a contar de 05 de outubro de 2017, conforme Declaração Médica, datada de 02 de outubro de 2017, aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 646/2017 "B"

Publicação Nº 1408017

PORTARIA Nº 646/2017 "B"

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.292/92, de 22 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Concede Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal MORGANA SUELLEN FAGUNDES, matrícula nº 7462 - ACT, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, pelo período de 07 (sete) dias, a contar de 02 de outubro de 2017 até 08 de outubro de 2017, conforme atestado médico, datado de 02 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 660/2017 (RETIFICAR)**

Publicação Nº 1408012

PORTARIA Nº 660/2017

Admissão em Caráter Temporário

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

**RESOLVE:**

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 284/2017, JURACI JUREMA VICENTINI DEMONTI, matrícula nº 7614, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 16 de outubro de 2017 a 15 de outubro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 283/2017

**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JURACI JUREMA VICENTINI DEMONTI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, s/nº, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 449.248.109-59, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.434,16 (hum mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 01 (um) ano, iniciando em 16 de outubro de 2017 a 15 de outubro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

(Contrato Nº 283/2017)

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;  
V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do

processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 16 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira Juraci Jurema Vicentini Demonti  
Secretário Mun. Saúde e Desenvolvimento Comunitário Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 16 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

#### TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 661/2017

Publicação Nº 1408075

#### PORTARIA Nº 661/2017

##### Admissão em Caráter Temporário

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, e de acordo com o que determina o Capítulo III, da Lei Municipal Nº 638/2015 de 23/06/2015,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 002/2017, de 14/06/2017, e convocado pelo Decreto nº 283/2017, FÁBIO SHIHADDEH MAHMUD LEITE, matrícula nº 7615, para exercer o cargo de Médico Plantonista, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 16 de outubro de 2017 até 15 de outubro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 284/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor FÁBIO SHIHADÉH MAHMUD LEITE,, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua 260, nº 282, Bairro Meia Praia, Município de Itapema, portador do CPF nº 012.310.910-88, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 76,25 (setenta e seis reais e vinte e cinco centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 16 de outubro de 2017 até 15 de outubro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 284/2017)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de horas plantão realizadas, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 16 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde

Fábio Shihadeh Mahmud Leite  
D. Comunitário Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 16 de outubro de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar Técnico Administrativo



**PORTARIA Nº 663/2017**

Publicação Nº 1407982

**PORTARIA Nº 663/2017****Admissão em Caráter Temporário**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014;

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, JULIANA SGROTT VEBER, matrícula nº 7617, para exercer o cargo de Professor, Nível III, Referência A, 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Creche – Contação de História), na Creche Municipal Ciranda Cirandinha – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 18 de outubro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Eloiza Dalri Tridapalli Orsi, afastada conforme Portaria Nº 646/2017 "A".

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de outubro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO Nº 282/2017****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JULIANA SGROTT VEBER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Alferes, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 041.147.829-07, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche- Contação de História) na Creche Municipal Ciranda Cirandinha – Trinta Réis, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22(hum mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos) pagos na data que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 18 de outubro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Eloiza Dalri tridapalli Orsi, afastada conforme Portaria Nº 646/2017 "A".

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias totalizando 20(vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de outubro de 2017;

Luiz Carlos Orsi  
Secretário M. de Educação

Juliana Sgrott Veber  
Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de outubro de 2017.

**TESTEMUNHA:**

Ivana Regina Cadore  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 664/2017**

Publicação Nº 1408065

**PORTARIA Nº 664/2017****Admissão em Caráter Temporário**

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

**RESOLVE:**

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 284/2017, PATRICIA RODRIGUES DE SOUZA, matrícula nº 7618, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 19 de outubro de 2017 a 18 de outubro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO Nº 286/2017****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora PATRICIA RODRIGUES

DE SOUZA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Arthur Sgrott, nº 102, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 035.415.531-89, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.434,16 (hum mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (um) ano, iniciando em 19 de outubro de 2017 a 18 de outubro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

(Contrato Nº 286/2017)

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 16 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Mun. Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Patricia Rodrigues de Souza  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de outubro de 2017.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

#### TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 451, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação N° 1408047

DECRETO N.º 451, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PREFEITURA MUNICIPAL, DO EXERCÍCIO DE 2017, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso de suas atribuições e de conformidade com os dispositivos da Lei Municipal N° 2.537, de 09 de novembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual de 2017).

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por conta da transposição de recursos orçamentários, conforme abaixo discriminado, destinados ao empenhamento de despesas correntes, no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

Órgão 07: Secretaria de Educação

Atividade 2.013: Manutenção da educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 0704 (36) – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

TOTAL ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - A suplementação de que trata o artigo 1º correrá por conta da anulação parcial do seguinte crédito orçamentário;

Órgão 07: Secretaria de Educação

Atividade 2.013: Manutenção da educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00 0703 (34) – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

TOTAL ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Veneza, 02 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 02 de outubro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### AVISO DO RESULTADO DO PREGÃO Nº 029/2017

Publicação Nº 1408710

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
AVISO DE RESULTADO DO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 029/2017

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 029/2017 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DA RETROESCAVADEIRA JCB 4CX, ANO 2010, FROTA Nº 62, PATRIMÔNIO Nº 4548, DE USO DO DPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 23/10/2017 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes a saber: MACROLICIT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (3592) E VIELMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, sendo vencedora a empresa MACROLICIT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (3592), com valor global de R\$ 7.048,00 (Sete mil e quarenta oito reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se a rigor habilitada quanto à documentação exigida; o preço cotado está dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 029/2017, e adjudico os itens a empresa vencedora. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação pela autoridade competente.

Novo Horizonte/SC, em 23 de Outubro de 2.017.

SILVANI ZILIO MOSCHEN  
Pregoeira

# Orleans

## PREFEITURA

### 4.167 NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Publicação Nº 1407794

DECRETO N.º 4.167 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município e Artigo 131 da Lei Complementar n.º 1.929 de 20 de dezembro de 2005, e

CONSIDERANDO que é dever da administração Pública, apurar fatos que contenham indícios de infrações disciplinares cometida por servidores públicos.

#### DECRETA:

Art.1.º Fica constituída e nomeada a Comissão para Instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar, para apurar fatos relativos ao processo n. 004/2017, composta pelos seguintes servidores:

- Presidente: Janes Aparecida de Lorenzi de Oliveira.
- Membro: Cinthia Soares Lotin Librelato.
- Membro: Maiara Dal Ponte Martins.

Art.2.º A Comissão terá como atribuições apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, de acordo com o estabelecido no Estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art.3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 4.090 de 13 de abril de 2017.

Orleans/SC, 16 de outubro de 2017; 131 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### PROCESSO Nº 145/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1408076

PROCESSO Nº 145/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CONFORME LEI Nº 2.699 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 07/11/2017 às 14h00min. Abertura das Propostas: dia 07/11/2017, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 23 de Outubro de 2017.

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal



**PROCESSO Nº 146/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1408709

PROCESSO Nº 146/2017

CONCORRÊNCIA P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 1/2017

Tipo de Objeto: Concessões e Permissões

Forma de Julgamento: Maior Preço Ofertado.

Objeto: CONCESSÃO DE USO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO BAR DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES DR. HOMERO DE MIRANDA GOMES E CANCHA DE BOCHA.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 27/11/2017 às 14h00min.

Abertura das Propostas: dia 27/11/2017, às 14h30min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 23 de Outubro de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

**PROCESSO Nº 68/2017 FMS**

Publicação Nº 1408701

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 68/2017 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS GRÁFICOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESFS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ORLEANS.

Data e hora da entrega dos envelopes: 08/11/2017 às 09h00min.

Abertura das Propostas: 08/11/2017 às 09h30min.

Fundamento legal: Leis Federais Nº 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Mais informações no Setor de Licitações, sito a Rua XV de Novembro - 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0131 ou 3886-0109, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 23 de Outubro de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretária de Saúde.

# Paial

## PREFEITURA

### ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Publicação Nº 1408766

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAIAL  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 55/2017  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES PERMANENTE

#### ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO

No dia 23 de outubro de 2017, às 14:00 h reuniram-se a comissão de licitação permanente e representantes das empresas PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, TURMENA SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO LTDA-ME, ADEMIR JOSE DO NASCIMENTO ME, ESQUADRIAS PAIAL LTDA, nas dependências do centro administrativo da Prefeitura Municipal de Paial, para proceder a realização do processo licitatório nº55/2017, edital de pregão presencial registro de preço nº31/2017.

Analizados os documentos de credenciamento, apenas empresa PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, apresentou as documentações exigidas pelo edital, sendo orientado as demais que estão impedido a firmar lances verbais nos termos do item 4.2 do edital nº31/2017.

Seguindo o procedimento para abertura dos envelopes de propostas comerciais, nenhuma das empresas; quais seja, PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, TURMENA SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO LTDA-ME, ADEMIR JOSE DO NASCIMENTO ME, ESQUADRIAS PAIAL LTDA cumpriram com as exigências do edital, restando desclassificados do certame.

Sendo aberto o prazo para apresentação de recursos, as referidas empresas não tiveram interesse.

Por tanto, fica anulado o presente processo licitatório nº55/2017 por não haver nenhum participante apto ao processo de lance.

Por firmar verdade eu Egomar Hartmann e os demais presentes neste certame licitatório assinam:

Paial, 23 de outubro de 2017.

Volnei Diogo de Pelegrin

Renan Vizzotto

Adelmo Luis Braatz

Egomar Paulo Hartmann

PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA,

TURMENA SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO LTDA-ME,

ADEMIR JOSE DO NASCIMENTO ME,

ESQUADRIAS PAIAL LTDA

# Palhoça

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 3992/2017.

Publicação Nº 1408112

PORTARIA Nº. 3992/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUCIANA DA SILVA CAETANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) ER Maria dos Santos Silva, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 31/08/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### PORTARIA Nº. 4001/2017.

Publicação Nº 1408143

PORTARIA Nº. 4001/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora BIANCA DO NASCIMENTO matrícula nº. 801193-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 22/09/2017, de acordo com às folhas 10.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### PORTARIA Nº. 4009/2017.

Publicação Nº 1408158

PORTARIA Nº. 4009/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3760951-3	Felipe Sarvacinski	80%
3761884-1	Samy Bechtold Bett	30%

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4034/2017.**

Publicação Nº 1408200

PORTARIA Nº. 4034/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MATILDE ZIMERMANN, matrícula nº. 126779-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 15/09/2017 à 15/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**DECRETO Nº 2.265, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1408798

DECRETO Nº 2.265, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

COMISSÃO. Institui a Comissão Especial de Calçadas Padronizadas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Especial de Calçadas Padronizadas, visando discutir, analisar e apresentar propostas ou estudos sobre o tema no âmbito municipal.

Art. 2º Ficam nomeados os seguintes membros para compor a comissão:

I - Jean Henrique Dias Carneiro - Vereador, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça;

II - Eduardo Freccia - Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento;

III - Marcos Coelho - Gerente de Fiscalização;

IV - Thiago Bernardes - Arquiteto;

V - Josué da Silva Mattos - Presidente da CDL Palhoça;

VI - Marcos Cardoso - Presidente da ACIP;

VII - Ângelo Aurélio - Presidente da Comissão de Mobilidade da OAB Palhoça;

VIII - Eleandro Cato - Representante do IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil;

Art. 3º O membro previsto no inciso I do art. 2º deste Decreto será o Coordenador dos trabalhos da Comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 04 de outubro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 2.274, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1408842

decreto Nº 2.274, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, NA ORDEM DE 1.400.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.444, de 21 de dezembro de 2016, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 940.000,00 (Novecentos e quarenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

17:00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
17:01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade : 2145 – Gestão e Estruturação do SUS  
Red. 235 -31.90.00.00.00.00.01020179– Aplicações Diretas R\$ 890.000,00  
Red. 236 - 31.91.00.00.00.00.01020179– Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentárias abaixo:

17:00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
17:01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade : 1043 – Farmácia Popular  
Red. 169 -33.90.00.00.00.00.01020179– Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
Projeto/Atividade : 2141 – Atenção Básica a Saúde  
Red. 183 -33.90.00.00.00.00.01020179– Aplicações Diretas R\$ 160.000,00  
Projeto/Atividade : 2142 – Média e Alta Complexidade  
Red. 205 -33.90.00.00.00.00.01020179– Aplicações Diretas R\$ 40.000,00  
Projeto/Atividade : 2144 – Assistência Farmacêutica  
Red. 231 -33.90.00.00.00.00.01020179– Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Projeto/Atividade : 2145 – Gestão e Estruturação do SUS  
Red. 237 -33.90.00.00.00.00.01020179– Aplicações Diretas R\$ 500.000,00  
Red. 214-44.90.00.00.00.00.01020179– Aplicações Diretas R\$ 60.000,00 Projeto/Atividade : 2143 – Vigilância em Saúde  
Red. 224 -33.90.00.00.00.00.01020179– Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

34:00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA  
34:01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA  
Projeto/Atividade : 2082 – Func. E Manutenção do Esporte e Cultura  
Red. 400 -31.90.00.00.00.00.01000143– Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
Projeto/Atividade : 2107 – Programa Palhoça Ativa  
Red. 410 -33.90.00.00.00.00.01000143– Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 4º A suplementação que se refere o Artigo 3º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentárias abaixo:

34:00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA  
34:01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

Projeto/Atividade : 2156 – Aniversário do Município de Palhoça  
Red. 412 -33.90.00.00.00.00.01000143– Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
Projeto/Atividade : 2083 – Func e Manutenção da Cultura  
Red. 407 -31.91.00.00.00.00.01000143– Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

18:00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
18:01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Projeto/Atividade : 2039 – Func. E Manutenção do DO Fundo FMAS  
Red. 283 -31.90.00.00.00.00.01000152– Aplicações Diretas 190.000,00  
Red. 292-31.91.00.00.00.00.01000152– Aplicações Diretas 170.000,00

Art. 6º A suplementação que se refere o Artigo 5º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentárias abaixo:

18:00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
18:01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Projeto/Atividade : 1245 – Aquisição de um Onibus p/atender 3ª. Idade  
Red. 485 -44.90.00.00.00.00.01000152– Aplicações Diretas R\$ 120.000,00  
Projeto/Atividade : 2039 – Func. E Manutenção do Fundo FMAS  
Red. 293 -33.90.00.00.00.00.01000152– Aplicações Diretas R\$ 240.000,00

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 23 de outubro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## **ERRATA 001/2017 - PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 118/2017**

Publicação Nº 1408162

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
ERRATA Nº 001  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do Edital Convocatório, ficando aprazado para o dia 07/11/2017, às 14:00hs, o recebimento dos envelopes e a sessão de lances do Pregão Presencial nº 118/2017. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 23 de OUTUBRO de 2017. O PREGOEIRO.

## **PORTARIA Nº. 3990/2017.**

Publicação Nº 1408110

PORTARIA Nº. 3990/2017.

CLAUDIO MONTEIRO, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor JULIANO AUGUSTO LEOPOLDO, Matrícula nº. 401927-3, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, removido para Secretaria de Segurança Pública do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

CLAUDIO MONTEIRO  
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 3991/2017.**

Publicação Nº 1408111

PORTARIA Nº. 3991/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei nº. 225, de 31 de agosto de 2016:

**RESOLVE:**

**CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL** – para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Funcionário	De	Para	A partir de
802035-5	Ana Paula Coelho Martins	DOC 3-B	DOC 3-D	01/09/2017
801851-3	Luciana Nilza Nau	DOC 3-C	DOC 3-G	01/09/2017
801830-6	Suzana da Rosa	DOC 3-C	DOC 3-F	01/09/2017

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3993/2017.**

Publicação Nº 1408113

PORTARIA Nº. 3993/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

**PRORROGAR** a Portaria 3499 de 01 de agosto de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora CARLA ALEXANDRA MARTINS, no cargo de Colaborador (ACT), do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, pelo período de 15/09/2017 a 05/10/2017, face ao impedimento da titular Alexandre Lisboa da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.  
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3994/2017**

Publicação Nº 1408114

PORTARIA Nº. 3994/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
3761810-1	Levid May	R\$ 319,00

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3995/2017.**

Publicação Nº 1408135

PORTARIA Nº. 3995/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, THIAGO DE PASCOA OLIVEIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/09/2017.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3996/2017.**

Publicação Nº 1408136

PORTARIA Nº. 3996/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
400851-1	Elaine Mafra	R\$ 300,00

**ANEXO II**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
3761162-1	Ieda Marques de Menezes Moraes	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3997/2017.**

Publicação Nº 1408137

PORTARIA Nº. 3997/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DANIELA LUZIA VITORIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/09/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Geovana Vilma Moreira Borba, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3998/2017.**

Publicação Nº 1408138

PORTARIA Nº. 3998/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MAVIA APARECIDA MAIER, Matrícula nº. 100426-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Social, removido para Secretaria de Assistência Social do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3999/2017.**

Publicação Nº 1408140

PORTARIA Nº. 3999/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Produtividade ao funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 55, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 04 de setembro de 2017.

**ANEXO I**

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
100763-1	Amanda Dri Lima	R\$ 1.300,00	Coordenadora de Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 4000/2017.**

Publicação Nº 1408141

PORTARIA Nº. 4000/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Produtividade ao funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 55, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 05 de setembro de 2017.

#### **ANEXO I**

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
100744-6	Sonia Vigarini	R\$ 1.300,00	Coordenadora de Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 4002/2017.**

Publicação Nº 1408144

PORTARIA Nº. 4002/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RUTILENE LIRA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2017/SMAS, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CRAS da Barra do Aririú da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/09/2017 a 25/09/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4003/2017**

Publicação Nº 1408148

PORTARIA Nº. 4003/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO AMANDA DOS SANTOS SANTIAGO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2017/SMAS, para ocupar o cargo de Assistente Social com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CRAS do Jardim Eldorado da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/09/2017 a 12/09/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4004/2017.**

Publicação Nº 1408152

PORTARIA Nº. 4004/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA LUIZA ROBAERT, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2017/SMAS, para ocupar o cargo de Assistente Social com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CRAS do Brejaru da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/09/2017 a 20/09/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4005/2017.**

Publicação Nº 1408153

PORTARIA Nº. 4005/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO REGINA HOFFMANN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2017/SMAS, para ocupar o cargo de Assistente Social com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CRAS do Caminho Novo da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/09/2017 a 25/09/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4006/2017**

Publicação Nº 1408155

PORTARIA Nº. 4006/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO BRUNA VALERIA DALL´ACQUA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2017/SMAS, para ocupar o cargo de Psicólogo com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CRAS da Barra do Arirui da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 27/09/2017 a 27/09/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4007/2017**

Publicação Nº 1408156

PORTARIA Nº. 4007/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FLAVIA DIAS CANER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2017/SMAS, para ocupar o cargo de Psicólogo com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CRAS do Jardim Eldorado da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/09/2017 a 21/09/2018.

Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4008/2017.**

Publicação Nº 1408157

PORTARIA Nº. 4008/2017.

LUIZ HENRIQUE SELL, Presidente Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor JERRY DE MACEDO KNABBEN, Matrícula nº. 200014-1, ocupante da categoria funcional de Técnico em Contabilidade, removido para Fundação Municipal de Esporte e Cultura do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.



Palhoça, SC, em 11 de setembro de 2017.  
LUIZ HENRIQUE SELL  
Presidente Fundação Municipal de Esporte e Cultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 4010/2017.**

Publicação Nº 1408161

PORTARIA Nº. 4010/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para MARCOS AURELIO HENRIQUE, titular do cargo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 4011/2017.**

Publicação Nº 1408163

PORTARIA Nº. 4011/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ANA PAULA SCHMIDT, titular do cargo de Fonoaudiólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 4012/2017**

Publicação Nº 1408165

PORTARIA Nº. 4012/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ANDREA DE ABREU matrícula nº. 100593-7, ocupante da categoria funcional de Pedagogo, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 11/09/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 13 (treze) anos, 06 (seis) meses e 09 (nove) dias.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 4013/2017.**

Publicação Nº 1408166

PORTARIA Nº. 4013/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) EUNICE BATISTA MARTINS, matrícula nº. 500009-1, ocupante da categoria funcional de Auditor Fiscal de Tributos, lotado (a) na Secretaria da Fazenda, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 11/09/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 04 (quatro) anos, 07 (sete) meses e 02 (dois) dias.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT  
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 4014/2017.**

Publicação Nº 1408168

PORTARIA Nº. 4014/2017.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei nº 235, 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ELIANE VIDAL, matrícula nº. 200008-1, ocupante da categoria funcional de Técnico em Contabilidade, lotado (a) na Secretaria da Fazenda, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 05/09/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos e 06 (seis) meses.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4015/2017.**

Publicação Nº 1408169

PORTARIA Nº. 4015/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SILVIO OSVALDO MARTINS, matrícula nº. 500342-2, ocupante da categoria funcional de ASO, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 12 (doze) anos, 07 (sete) meses e 28 (vinte e oito) dias.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

EDSON GHIZONI  
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4016/2017.**

Publicação Nº 1408171

PORTARIA Nº. 4016/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) OSNI SCHVAMBACH, matrícula nº. 500409-1, ocupante da categoria funcional de Operador de Máquinas, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 09 (nove) anos, 05 (cinco) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

EDSON GHIZONI  
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4017/2017.**

Publicação Nº 1408173

PORTARIA Nº. 4017/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SUELI BATISTA MARTINS STEINMETZ, matrícula nº. 300076-1, ocupante da categoria funcional de Agente Administrativo Auxiliar, lotado (a) na Secretaria de Administração, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 05/09/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 03 (três) anos, 02 (dois) meses e 22 (vinte e dois) dias.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4018/2017.**

Publicação Nº 1408174

PORTARIA Nº. 4018/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) VERA LUCIA RODRIGUES BORGES FERREIRA, matrícula nº. 800861-2, ocupante da categoria funcional de ASG, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 05/09/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 09 (nove) dias.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4019/2017**

Publicação Nº 1408175

PORTARIA Nº. 4019/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula nº. 129244-4, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 12/09/2017.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 07 (setes) anos e 02 (dois) meses.

Averbar tempo que contribuiu com o IPREV, totalizando 04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 13 (treze) dias.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4020/2017.**

Publicação Nº 1408176

PORTARIA Nº. 4020/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ADRIANA FABRIN GIACOMINI, matrícula nº. 121582-1, ocupante da categoria funcional

de Técnico em Educação, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 05/09/2017.

Averbar tempo que contribuiu com o IPREV, totalizando 05 (cinco) meses e 28 (vinte e oito) dias.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 4021/2017.**

Publicação Nº 1408178

PORTARIA Nº. 4021/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora ADRIANA DA SILVA ESPINDOLA RODRIGUES, matrícula nº. 800300-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 18041/2017, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 20/09/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 4022/2017.**

Publicação Nº 1408179

PORTARIA Nº. 4022/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2017.

##### **ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
401922-3	Franciele da Silva Bruchado	R\$ 600,00

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4023/2017.**

Publicação Nº 1408180

PORTARIA Nº. 4023/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANIEL VIGNARDI, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica Central da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/09/2017 a 25/09/2018.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4024/2017**

Publicação Nº 1408182

PORTARIA Nº. 4024/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para WANDERLEI VALADARIO DO NASCIMENTO, matrícula nº. 150081-5, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/04/2010 a 12/04/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/10/2017 à 01/11/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4025/2017.**

Publicação Nº 1408184

PORTARIA Nº. 4025/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº. 2670 de 01 de junho de 2017, que Concedeu Estabilidade a servidora SONIA VIGARANI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a secretaria de origem que deveria ser Secretaria de Assistência Social, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 4026/2017.**

Publicação Nº 1408185

PORTARIA Nº. 4026/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA DA SILVA, matrícula nº. 800932-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/10/2017 à 02/11/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4027/2017**

Publicação Nº 1408186

PORTARIA Nº. 4027/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GABRIELLA OLIVEIRA DA COSTA, matrícula nº. 401524-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/11/2011 a 07/11/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/09/2017 à 20/10/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4028/2017.**

Publicação Nº 1408189

PORTARIA Nº. 4028/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIRLEY APARECIDA SOUZA MULLER, matrícula nº. 401127-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/11/2010 a 08/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/10/2017 à 02/11/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4029/2017.**

Publicação Nº 1408192

PORTARIA Nº. 4029/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EUNICE LUZ DOS SANTOS, matrícula nº. 400031-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/05/2002 a 11/05/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/10/2017 à 17/11/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4030/2017.**

Publicação Nº 1408193

PORTARIA Nº. 4030/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CRISTINA MARIA DA SILVA ALEXANDRE, matrícula nº. 125508-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/12/2011 a 03/12/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/10/2017 à 05/11/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4031/2017.**

Publicação Nº 1408194

PORTARIA Nº. 4031/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SUELI SCHUTZ MACHADO, matrícula nº. 800600-2, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 10/10/2008 a 10/10/2013, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 25/09/2017 à 25/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4032/2017.**

Publicação Nº 1408196

PORTARIA Nº. 4032/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSELI PAZZETTO FERREIRA, matrícula nº. 800292-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 23/10/2004 a 23/10/2009, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 23/10/2009 a 23/10/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/10/2017 à 16/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4033/2017.**

Publicação Nº 1408198

PORTARIA Nº. 4033/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para HELUISE MARION DE ABREU, matrícula nº. 211074-6, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 01/02/2011 a 01/02/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/09/2017 à 25/10/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4035/2017.**

Publicação Nº 1408202

PORTARIA Nº. 4035/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA GARCIA DA SILVA, matrícula nº. 801491-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 03/05/2010 a 03/05/2015, por 02 (dois) meses, a contar de 16/10/2017 à 16/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4036/2017.**

Publicação Nº 1408203

PORTARIA Nº. 4036/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para WALMIRA POLUCENO MIRANDA, matrícula nº. 800568-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 07/02/2012 a 07/02/2017, por 02 (dois) meses, a contar de 25/09/2017 à 25/11/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4037/2017.**

Publicação Nº 1408205

PORTARIA Nº. 4037/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIA MAURA DA SILVA DE BITTENCOURT, matrícula nº. 801434-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 05/04/2010 a 05/04/2015, por 01 (um) mês, a contar de 16/11/2017 à 16/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4038/2017.**

Publicação Nº 1408206

PORTARIA Nº. 4038/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RITA REGINA MACHADO, matrícula nº. 300123-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 10/03/2009 a 10/03/2014, por 02 (dois) meses, a contar de 02/10/2017 à 02/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4039/2017**

Publicação Nº 1408208

PORTARIA Nº. 4039/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

## RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANA PAULA BARRETO SILVA DE SOUZA, Matrícula nº. 210755-9, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4040/2017.**

Publicação Nº 1408210

PORTARIA Nº. 4040/2017.

CLAUDIO MONTEIRO, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

## RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CLAUDIA MARQUES DE ANDRADE, titular do cargo de Agente de Trânsito, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 27/09/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

CLAUDIO MONTEIRO  
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4041/2017.**

Publicação Nº 1408211

PORTARIA Nº. 4041/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

## RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1647 de 21 março de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ANA LUIZA MEDEIROS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2017 a 26/10/2017, face ao impedimento da titular Thais Diniz, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4042/2017.**

Publicação Nº 1408213

PORTARIA Nº. 4042/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EB Guilherme W. Filho da Secretaria de Educação a servidora CLEIDE LIMA PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 27/09/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4043/2017.**

Publicação Nº 1408214

PORTARIA Nº. 4043/2017.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Alex Sandro Schwider	908174576

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

EDUARDO FRECCIA  
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4044/2017.**

Publicação Nº 1408216

PORTARIA Nº. 4044/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSE MAGALI MARTINS, matrícula nº. 300152-3, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 09/04/2012 a 12/08/2017, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 16/10/2017 à 16/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 4045/2017.**

Publicação Nº 1408217

PORTARIA Nº. 4045/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSIANE CRISTINA COUTO, matrícula nº. 127644-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 13/02/2008 a 13/02/2013, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 02/10/2017 à 02/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4046/2017**

Publicação Nº 1408219

PORTARIA Nº. 4046/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA REGINA MOREIRA, matrícula nº. 190037-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 25/06/2000 a 25/06/2005, por 01 (um) mês, a contar de 02/10/2017 à 02/11/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4047/2017.**

Publicação Nº 1408221

PORTARIA Nº. 4047/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA SOARES, matrícula nº. 125038-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 07/07/2002 a 07/07/2007, por 01 (um) mês, a contar de 02/10/2017 à 02/11/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4048/2017.**

Publicação Nº 1408222

PORTARIA Nº. 4048/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANE DA SILVA, matrícula nº. 801476-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 03/05/2010 a 03/05/2015, por 02 (dois) meses, a contar de 06/10/2017 à 06/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4049/2017.**

Publicação Nº 1408223

PORTARIA Nº. 4049/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSE LAURO SEVERINO, matrícula nº. 100285-1, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/05/2010 a 17/05/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/10/2017 à 07/11/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4050/2017.**

Publicação Nº 1408224

PORTARIA Nº. 4050/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, HUMBERTO REBELLO DOTTORI, Matrícula nº. 3761356-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4051/2017.**

Publicação Nº 1408227

PORTARIA Nº. 4051/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para DANIELE CRISTINA BREIS, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4052/2017.**

Publicação Nº 1408228

PORTARIA Nº. 4052/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDINETE ALVES, matrícula nº. 500005-1, titular do cargo de Técnico em Agrimensura, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/01/2004 a 02/01/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 06/11/2017 à 06/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

EDSON GHIZONI  
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4053/2017.**

Publicação Nº 1408229

PORTARIA Nº. 4053/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para EVA PAULA FRANCIOSI, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4054/2017.**

Publicação Nº 1408230

PORTARIA Nº. 4054/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CRISTINA BRUST, matrícula nº. 128035-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 18/10/2010 a 18/10/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/11/2017 à 06/12/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4055/2017**

Publicação Nº 1408231

PORTARIA Nº. 4055/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCINEIA ALICE FRANCISCO, matrícula nº. 801118-3, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 04/02/2009 a 04/02/2014, por 01 (um) mês, a contar de 02/10/2017 à 02/11/2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4056/2017**

Publicação Nº 1408232

PORTARIA Nº. 4056/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSELI DA SILVA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2017.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4057/2017**

Publicação Nº 1408234

PORTARIA Nº. 4057/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para BARBARA LUIZA CUNHA FERNANDES DO AMARAL, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2016.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4058/2017.**

Publicação Nº 1408235

PORTARIA Nº. 4058/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para JOÃO CARLOS NUNES TALAVITZ, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de janeiro de 2014.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4059/2017.**

Publicação Nº 1408236

PORTARIA Nº. 4059/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
Adriana da Silva Espindola Rodrigues	Professor	15	25/09/17
Adriana Maria Rodrigues	Técnico em Enfermagem	17	25/09/17
Adriano Campos	ASO	60	09/10/17
Alini Nunes Cordova	Técnico em Enfermagem	02	04/09/17
Alini Nunes Cordova	Técnico em Enfermagem	02	19/09/17
Ana Cristina de Souza	Assistente Administrativo	21	25/09/17
Ana Paula Milian	Merendeira	30	19/09/17

Ana Paula Simiano de Oliveira	ASG	12	25/09/17
Angélica Socas Doin Vieira	Médico Veterinário	60	28/09/17
Antonia Sebastiana Pinto de Souza	ASG	02	28/09/17
Antonia Sebastiana Pinto de Souza	ASG	02	14/09/17
Ariane Martins Vieira	Professor	03	04/09/17
Ariane Martins Vieira	Professor	03	04/09/17
Aurea Alessandra Gerlach	Professor	03	20/09/17
Aurea Alessandra Gerlach	Professor	60	26/09/17
Aurea Alessandra Gerlach	Professor	03	04/09/17
Barbara Ramona Silva Schmidt	ACS	06	17/09/17
Bianca Luchi Bartucheski	Auditor Fiscal da Vigilância Sanitária	40	18/09/17
Caroline Correa de Macedo	ACS	180	19/09/17
Caroline Poletti	Professor	15	22/09/17
Cintia Gouvea Mesquita	Pedagogo	02	04/09/17
Cintia Gouvea Mesquita	Pedagogo	05	25/09/17
Clarice Oliveira Ritt Salasario	Técnico em Enfermagem	11	02/10/17
Clarice Oliveira Ritt Salasario	Técnico em Enfermagem	03	20/09/17
Claudinete Salvador da Silva	ASG	05	25/09/17
Cristiane Azevedo Jordão	Enfermeiro	30	22/09/17
Cristiane Azevedo Jordão	Enfermeiro	30	22/09/17
Cristina Cipriano	ACS	05	18/09/17
Dalila Olga do N. Sebastião	ASO	10	02/10/17
Darlene Damazio de Mello	Orientador Educacional	05	25/09/17
Dayane Dias	ASO	15	20/09/17
Dayane Dias	ASO	15	20/09/17
Deyse Sonia Luz	Professor	15	28/09/17
Edson Ebert	Médico	30	19/09/17
Elisabeth Janson Ferreira	Médico	06	10/09/17
Elizete João Raimundo Faust	Técnico em Enfermagem	05	14/09/17
Elizete Lemes do Nascimento	ACS	02	04/09/17
Elizete Lemes do Nascimento	ACS	180	11/09/17
Fabiana da Silva do Rosário	Técnico em Enfermagem	09	21/09/17
Fabiana da Silva do Rosário	Técnico em Enfermagem	09	21/09/17
Fabiano de Souza	Socorrista	45	13/09/17
Glauce Vieira Marques	ACE	07	02/10/17
Graziele Joaquim Candido	ACS	30	25/09/17
Helen Souto de Araujo	Enfermeiro	45	26/09/17
Isabela Lavinya Pedro	ACD	180	27/09/17
Isabela Moreira	Merendeira	05	20/09/17
Isadora dos Santos Sousa	Professor	05	25/09/17
Ivete Paula Lisboa	Professor	07	03/10/17
Izaltina da Luz da Silva	ASO	07	24/09/17
Janaina D. Ricardo Rogério	Professor	60	28/09/17
Jane dos Santos	ASG	30	22/09/17
Jane Lourdes Aparecida dos Santos	ASO	30	27/09/17
Jane Maria de Souza Santos	ACS	30	28/09/17
Janete Isabel Simão Lemser	ACS	45	25/09/17
Janice Vieira	Professor	04	25/09/17
Janice Vieira	Professor	05	02/10/17
Jeferson Alexandre da Silva Junior	ASG	04	24/09/17
Jeniffer Kamila Effeting	Assessor II	04	19/09/17
Jeniffer Kamila Effeting	Assessor	04	19/09/17
Joana Knoth Frassetto	ASO	30	20/09/17
Joana Knoth Frassetto	ASG	30	20/09/17
João Vinicius dos Santos	Assessor	07	26/09/17



Joice Menezes	ASO	60	30/09/17
Josiani Martins	ASO	05	25/09/17
Josiani Martins	ASG	15	02/10/17
Jucelia Andrade de Souza	Merendeira	03	27/09/17
Jucilene Edite Tomaz	ASO	10	02/10/17
Juliana Ulmer Dias	Professor	03	20/09/17
Karoline Wessler Borba	ACD	02	28/09/17
Kátia Luciane Borges Pinto	Técnico em Enfermagem	15	26/09/17
Kátia Regina da Costa	ASO	15	21/09/17
Kátia Regina da Costa	ASO	15	21/09/17
Letícia Althoff	ASG	03	11/09/17
Letícia Althoff	ASG	20	25/09/17
Luana Passos Pierri	Professor	09	28/09/17
Luciana Ballmann	Orientador Educacional	60	26/09/17
Luciane Ema Cordeiro	ACS	60	22/09/17
Marcia Helena Reffatti	Professor	05	25/09/17
Marcos Rogério Brocker	Professor	02	13/09/17
Margarete Inácio	ASG	15	27/09/17
Maria do Carmo Raupp da Rosa	Professor	30	21/09/17
Maria Ester Martins	Psicólogo	03	25/09/17
Maria Jose Avila	Supervisor Escolar	30	27/09/17
Mateus Gaio Teixeira	Professor	31	19/09/17
Maura Guterres P. Nogueira Teixeira	Enfermeiro	05	18/09/17
Michele Cristina da Rosa	Assistente de Educação	02	14/09/17
Michele Cristina da Rosa	Assistente de Educação	180	21/09/17
Michele Patrícia Moreira	Orientador Educacional	06	03/10/17
Mirian Meurer de Oliveira	Professor	60	03/10/17
Morgana Camilo	Técnico em Enfermagem	21	19/09/17
Murilo dos Santos	Socorrista	120	21/09/17
Nilceia Aparecida Vingla	Merendeira	45	21/09/17
Nilceia Aparecida Vingla	Merendeira	45	21/09/17
Patrícia Adelaide da Silva	Professor	16	02/10/17
Patrícia Scharf Eger	ACS	30	27/09/17
Paulo Fernando Magni	Professor	90	20/09/17
Priscila Elias da Costa	Professor	07	02/10/17
Priscila Maria Mendonça Gonzaga	ACS	05	26/09/17
Rita de Cássia B. Fornari	Professor	30	02/10/17
Roberta Mariana Martendal	Pedagogo	02	28/09/17
Rosane Martins	ACS	30	25/09/17
Rosane Martins	ACS	30	25/09/17
Rosangela Maria dos Santos	ACS	30	20/09/17
Rosangela Maria dos Santos	ACS	30	20/09/17
Roseli Hilda de Souza Dimon	ATP	10	03/10/17
Rosemeri Soares Ribeiro	Professor	07	02/10/17
Rosilda Alves	ASO	07	21/09/17
Rosilda Alves	ASO	07	21/09/17
Rosilda Alves	ASO	07	28/09/17
Rosinei Maria Martins	Professor	20	27/09/17
Sabrina Eduarda Borges	Monitor	15	27/09/17
Samara Valdeia Wagner	ASO	10	28/09/17
Sandra Lucia S. de Souza	Professor	08	27/09/17
Sandra Regina Matos	Professor	20	27/09/17
Silvana da Rosa	Técnico em Enfermagem	02	19/09/17
Silvia Azair Florêncio da Silva	Enfermeiro	05	02/10/17
Simone da Silva	Professor	13	28/09/17

Tânia Walter	Merendeira	08	22/09/17
Tarsyane Zenilda da Silva Stange	Secretária Adjunta	35	20/09/17
Tarsyane Zenilda da Silva Stange	Secretária Adjunta	36	20/09/17
Tatiana Andrade de Sousa	Fisioterapeuta	30	27/09/17
Tatiana Claudia Campos	ACS	180	17/09/17
Tatiana Rosemar de Abreu	Professor	45	21/09/17
Terezinha Maria da Silva	Merendeira	30	20/09/17
Terezinha Natalino Farias	ASO	30	21/09/17
Valmira Rosa Martins	Professor	30	07/10/17
Vanessa de Souza Nunes	Fonoaudiólogo	45	20/09/17
Vanize Melo da Costa	Telefonista	180	03/10/17
Vanuza Aparecida Medeiros	Merendeira	10	02/10/17
Vera Lucia Pitz Schmitt	Professor	15	22/09/17
Vivian Cristina Porto Pierri	Assistente Social	05	25/09/17
Vivian Cristina Porto Pierri	Assistente Social	05	25/09/17
Yuri Kley Koch	Monitor	30	02/10/17
Zurilda Ventura Thiesen	Professor	30	21/09/17
Zurilda Ventura Thiesen	Professor	30	21/09/17

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 4060/2017.**

Publicação Nº 1408237

PORTARIA Nº. 4060/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ISOLDE HELENA MOURA CARVALHO, matrícula nº. 125888-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 26/09/2017, de acordo com às folhas 71.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 109/2017 COM ANÁLISE DAS AMOSTRAS**

Publicação Nº 1408433

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL N. 109/2017

#### **ANÁLISE DAS AMOSTRAS**

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, que a empresa UNIFORMES GERAIS LTDA - CNPJ 02.777.319/0001-53, apresentou e teve suas amostras aprovadas pela Equipe Técnica da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, no processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2017, que consiste na contratação de empresa para a confecção de uniformes,

incluindo fornecimento material e mão de obra, para os Agentes de Trânsitos da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, no Sistema Registro de Preços.

EMPRESA VENCEDORA:

UNIFORMES GERAIS LTDA - CNPJ 02.777.319/0001-53, após amostras aprovadas, foi vencedora nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 do lote I, em seu menor preço por lote, totalizando a importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Palhoça, 23 de outubro de 2017.

Shirley Regina de Farias  
Pregoeira – Portaria 3614/2017

## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**

### **PORTARIA Nº 077/2017**

Publicação Nº 1408813

PORTARIA Nº 077/2017

Anula Portaria n. 030/2015, Portaria n. 044/2016, e concede aposentadoria por Invalidez em caráter proporcional, nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01 e declara a vacância do cargo público da servidora ELIANE IZAURA MARTINS DE ABREU.

Milton Luiz Espíndola, Presidente do IPPA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Anular a Portaria n. 030/2015 e Portaria n. 044/2016, por força da decisão n. 0508/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora ELIANE IZAURA MARTINS DE ABREU, detentora da matrícula funcional nº 122056-03, inscrita no CPF sob o nº 632.623.479-49 e no PIS/PASEP sob o nº 1.706.177.309-8, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Série/Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 3º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 76,66% (setenta e seis vírgula sessenta e seis por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 4º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 11/05/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 20 de outubro de 2017.

Milton Luiz Espíndola  
Presidente do IPPA

# Papanduva

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2017

Publicação Nº 1408543

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2017

Objeto: Prestação de serviços de arbitragem para atuar nos EVENTOS ESPORTIVOS promovidos pelo DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES. Entrega dos envelopes: 06 de Novembro de 2017 às 14:00h Base legal: Lei n.º 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 23 de Outubro de 2017. Luiz Henrique Saliba. Prefeito Municipal.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017

Publicação Nº 1408633

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017

Objeto: Seleção das melhores propostas para aquisição de veículos novos para as secretarias de saúde e administração . Entrega dos envelopes: 06 de Novembro de 2017 às 16:00 h; Início da Sessão Pública: Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 23 de Outubro de 2017. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO - LABORATÓRIOS

Publicação Nº 1408809

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 002/2017/FMS

Fundamento Legal: Lei Federal nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, Portaria nº. 1286/93 do Ministério da Saúde e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS A SER CONTRATADO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, USANDO COMO REFERÊNCIA OS PROCEDIMENTOS E VALORES DO GRUPO 2, CONSTANTES NA TABELA DE EXAMES LABORATORIAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SIA/SUS) - TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS (SIGTAP).

A entrega dos envelopes será realizada até o dia 27 de Novembro de 2017 às 14h00 no Setor de Licitações na sede da Prefeitura Municipal de Passo de Torres/SC.

O Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, de segundas às sextas feiras das 13h00min às 19h00min.

Passo de Torres - SC, 23 de Outubro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

### DEC 081/2017

Publicação Nº 1408831

DECRETO Nº 081, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, da Lei Municipal n.º 1032 de 06 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2017, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 12 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS

Atividade: 2.048 - Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0100 (149) Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 12 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS

Atividade: 2.048 - Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Mod. de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0100 (146) Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 03 de outubro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de outubro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

**DEC 082/2017**

Publicação Nº 1408835

DECRETO Nº 082/2017, DE 03 OUTUBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1032 de 06 de dezembro de 2016. DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do excesso de arrecadação proveniente de recursos do Salário Educação, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 - ENSINO REGULAR

Atividade: 2.010 - Manutenção do Ensino Regular

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0058(36) Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

TOTAL ..... R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados as suplementações do artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação, na fonte de recurso 058 – Recurso Salário Educação, na conta corrente nº 672007-8, da CEF Agência 2892 Sombrio/SC.

Parágrafo Único – A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 03 de outubro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 03 de outubro de 2017.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DEC 083/2017**

Publicação Nº 1408836

DECRETO Nº 083, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

"SUPLEMENTA AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, da Lei Municipal n.º 1032 de 06 de dezembro de 2016. DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2017, no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atividade: 2.034 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0052 (88) Aplicações Diretas ..... R\$ 36.000,00

TOTAL ..... R\$ 36.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atividade: 2.034 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Mod. de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 0052 (86) Aplicações Diretas ..... R\$ 36.000,00

TOTAL ..... R\$ 36.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Passo de Torres, 06 de outubro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de outubro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

## DEC 084/2017

Publicação Nº 1408837

DECRETO Nº 084, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1032 de 06 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação proveniente de recursos próprios, no montante de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 13 – ENCARGOS GERAIS

Unidade: 01 – ENCARGOS GERAIS

Atividade: 0.055 – Manutenção dos Encargos Especiais

Mod. de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.0100 (158) Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Mod. de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.0100 (159) Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Mod. de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.0100 (161) Aplicações Diretas ..... R\$ 160.000,00

TOTAL ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0100) da Unidade Prefeitura Municipal de Passo de Torres, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Passo de Torres.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 06 de outubro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de outubro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

# Passos Maia

## PREFEITURA

### ATA 0088/2017

Publicação Nº 1408042

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0088/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0067/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0050/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ROBERTO CEZAR DE SOUZA EIRELI ME

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0050/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 49.350,00 (quarenta e nove mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 23 de Outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITACAO 0070/2017

Publicação Nº 1407894

#### AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 0070/2017

REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 0052/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, que fica Revogado o PROCESSO LICITATÓRIO N. 0070/2017 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0052/2017.

Objeto – Constitui o objeto da presente licitação o registro de preço para Aluguel de tendas, Mão de Obra de eletricista e aquisição de material elétrico, para realização da I mostra de produtos da agricultura familiar conforme proposta de transferência 0000019740. A ser realizada dos dias 08 a 12 de dezembro de 2017 no município de Passos Maia – SC

Justificativa –Considerando que, em razão de baixa participação de interessados, as propostas vencedoras estão, evidentemente, acima dos preços praticados pelo mercado, nos termos do art. 49, da lei de licitações, por razões de interesse público, revogo a presente licitação e determino a reabertura de novo processo licitatório.

Passos Maia, 23 de outubro de 2017.

LEOMAR ROBERO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 44-2017

Publicação Nº 1408094

#### DECRETO Nº 44/2017

Regulamenta a concessão do Alvará para o Comércio ambulante na Praia da Guarda do Embaú/Paulo Lopes-SC, referente ao exercício de 2017/2018 e da outra providência e revoga o Decreto nº 43/2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito municipal de Paulo Lopes, com sede na Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes. No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes observada o disposto na Lei Complementar Nº 956, de 17 de dezembro de 2002, e demais legislação Vigente, TORNA PÚBLICO, a realização, de processo de Inscrição, para fins de Licenciamentos de Atividades Comerciais Ambulantes, de caráter temporário (Provisório), que constam do Objeto deste Edital, para a temporada de Verão 2017/2018, na Praia da Guarda do Embaú, no Município de Paulo Lopes-SC:

Art. 1 - O comércio ambulante na PRAIA DA GUARDA DO EMBAÚ em PAULO LOPES-SC, obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art. 2 - Para fins deste Decreto, Comércio ambulante é o exercício por pessoa física, sem utilização de veículo automotor ou tração animal, lucrativa, de caráter eventual ou temporária, e atividade comercial durante a temporada de verão, na praia da Guarda do Embaú em Paulo Lopes, através de:

1. Carrinho de sorvete e picolé com tração humana;
2. Diversos doces e salgadinhos;
3. Tendões ou barracas removíveis, de tamanho máximo de 3,00x3,00 metros, para venda de milho verde, coco, suco de frutas naturais, água, refrigerante e cerveja em lata;
4. Prestação de aluguel de cadeira e guarda-sol;
5. Caiaque/Stand Up;
6. Banana-Boat / Disco Inflável;
7. Comércio Ambulante de Vestuários e acessórios;

§ 1º - Tratando-se de tenda ou barraca, o interessado apresentará com o requerimento o modelo desenhado, mesmo que em croqui, para análise do órgão competente do município.

§ 2º - A tenda ou barraca deverá ser instalada a partir do final da vegetação, início da areia.

Art. 3 - O número de vagas para o exercício do comércio ambulante será de 50 (Cinquenta Vagas) vagas no total.

Parágrafo primeiro- Asvagas acima mencionadas serão divididas da seguinte forma:

- Item 01: Carrinho de sorvete e picolé com tração humana;
- Item 02: Diversos doces e salgadinhos;
- Item 03: Tendões ou barracas removíveis, para venda de milho verde, coco, suco de frutas naturais, lanches, água, refrigerante e cerveja em lata. Proibido Queijo Coalho.
- Item 04: Prestação de aluguel de cadeira e guarda-sol
- Item 05: Caiaque/Stand Up / Pranchas de Surf/Aula.
- Item 06: Banana-Boat / Disco Inflável;
- Item 07: Comércio Ambulante de Vestuários e acessórios;

#### TAXAS DE VALORES DE INSCRIÇÃO

ATIVIDADE	NÚMERO DE VAGAS	ALVARÁ PROVISÓRIO AMBULANTE	ALVARÁ SANITÁRIO PROVISÓRIO
ITEM 01	05	400,00	150,00
ITEM 02	03	400,00	200,00
ITEM 03	23	1.000,00	300,00
ITEM 04	12	300,00	0,00
ITEM 05	04	700,00	0,00
ITEM 06	01	1.500,00	0,00
ITEM 07	02	300,00	0,00

Art. 4 - Restrito a pessoa física, o interessado ou cônjuge deve se inscrever através de preenchimento da Ficha de Inscrição e Protocolo (Anexo) a este decreto.

Art. 5 - O exercício do comércio ambulante de que se trata este Decreto será autorizado mediante Alvará com validade de início no dia 01 de dezembro de 2017, até o dia 30 de novembro de 2018.

Art. 6 – Os interessados deverão inscrever-se na Secretaria de Finanças - Setor de Tributação, protocolando a ficha de inscrição a que se refere o art. 4º deste Decreto, no período de 24 de outubro a 10 de Novembro de 2017, das 7:00 h as 13:00 h, oportunidade em que lhe será conferido comprovante de recebimento e o número de inscrição para a atividade que requer.

Art. 7 - Na ficha de Inscrição e Protocolo o interessado anexará:

1. Cópia do CPF;
2. Cópia da Carteira de Identidade;
3. Atestado de saúde;
4. Atestado de antecedentes criminais (folha corrida da comarca e delegacia onde residiram os últimos dois anos);
5. Certidão Negativa de Débitos Municipal;
6. Apresentar atestado de corpo de bombeiro, se necessário.
7. Atestado/certificado do curso de manipulação de alimentos;
8. Quitação Eleitoral

Art. 8 - O critério de classificação para as 50 (Cinquenta) vagas a que se refere o art. 3º deste decreto será por ordem de inscrição.

Art. 9 - Em nenhuma hipótese será concedido alvará em quantidade superior ao de número de vagas estipulado, salvo se o número for aumentado na forma do disposto no art. 3º § único.

Art. 10 - São obrigações dos comerciantes ambulantes na praia da Guarda do Embaú em Paulo Lopes-SC:

1. Manter a área em torno do seu ponto de venda em permanente estado de asseio e limpeza utilizando sexto de lixo e sacos para armazenagem de detritos;
2. Os carrinhos e instalações devem respeitar rigorosamente as normas de segurança, os períodos de funcionamento pré- destinados e adequar-se a atividade;
3. É obrigatório a remoção de carrinhos, tendas e outros objetos ao término do trabalho diário;
4. Somente poderá operar pessoa física autorizada, sendo vedada a locação, sublocação ou venda;
5. É proibido depositar quaisquer produtos diretamente sobre a areia.
6. A ocorrência de infração sanitária grave ou gravíssima acarretará a perda imediata da autorização de licença.
7. A venda de produtos não autorizados será considerada infrações sanitárias gravíssima
8. Somente será permitida utilização de utensílios (copos, pratos) de material descartável;
9. Os alimentos deverão estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos);
10. O atestado de saúde deverá estar à disposição da Divisão da vigilância Sanitária no local do funcionamento.

Art. 11 - O comércio de que se trata este Decreto, ficará sujeito a Fiscalização Federal, Estadual e Municipal.

Art. 12 – O Sistema de Rodízio das barracas será garantido de forma igualitária, participando do sistema todos os usuários que estiverem com o Alvará em dia e de forma regular.

§1º. Entende-se por Sistema de Rodízio o sistema em que todos os participantes ocupem os seus postos de trabalho, de forma a não permanecerem no mesmo local durante os dias de validade de alvará, alternando-se a cada 05 dias a utilização dos espaços.

§2º. O critério de localização será utilizado por ordem de Alvará emitido, conforme o número da inscrição, havendo de ser o rodízio em sentido crescente, a cada 05 dias, retornando do último ao primeiro, ao término das rodadas.

Art. 13 - Os manipuladores de alimentos deverão atender as normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos de Saúde Federal, Estadual e Municipal.

Art. 14 - Fica reservado ao município em comum acordo direito de anular, revogar no todo, ou em parte, autorizações, nos casos previstos em Lei, por conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que caiba aos comerciantes direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Art. 15 - Somente poderá iniciar atividade, o comerciante que estiver em seu poder o devido Alvará de licença e tiver recolhido a Fazenda Municipal as taxas referentes ao comércio ambulante e taxa de licença de Utilização do logradouro público previsto no código Tributário.

Art. 16 - O comerciante que ferir este Decreto ou as Posturas Municipais, além de ter imediatamente cassada a licença fica impedido de exercer a atividade em outras temporadas.

Art. 17 - Ficam proibidos:

1. Atividades de Pedalinho, Jet Sky, e de outros equipamentos que ponham risco a saúde e vida dos banhistas tanto na orla quanto no rio.

Parágrafo único – Quando se tratar de serviços prestados em áreas da União (Terrenos de Marinha, acrescidos, etc.), o Alvará somente terá validade se acompanhado do respectivo Termo de Permissão de Uso, emitido pela Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina (SPU-SC).

Art. 18 – Fica delegada a competência do Secretário Municipal de Finanças para resolver as omissões e os problemas oriundos da execução

deste Decreto.

Art. 19 - Fica criada a comissão de Seleção Disciplina e Manutenção da Praia da Guarda do Embaú/Paulo Lopes-SC, composta de 05 (cinco) membros, sendo:

1. Cinco do poder público;

§ 1º - São objetivos da Comissão:

1. Selecionar os ambulantes que pretendem exercer atividade comercial de praia, indicando os candidatos para requererem licença;
2. Acompanhar, fiscalizar e exigir o cumprimento das obrigações assumidas pelos comerciantes fixadas no art. 10 deste Decreto;
3. Denunciar ao Poder Público Municipal, Estadual e Federal toda e qualquer infração praticada pelo comerciante no exercício de suas atividades.
4. Propor a cassação do ALVARÁ para exercer a atividade de ambulante na Praia da Guarda do Embaú/Paulo Lopes-SC.
5. Apresentar sugestões ao Poder público Municipal para solucionar problemas que surjam durante a temporada de verão quanto a segurança, higiene, comércio ambulante e limpeza da praia.

§2º Um dos representantes do município presidirá a Comissão e as decisões deste serão por maioria absoluta e registradas em ata, por convocação de qualquer de seus integrantes.

Art. 20 – Será Obrigatório, a identificação das barracas e demais acessórios de vendas com o nome: Praia da Guarda do Embaú/Paulo Lopes-SC, através de adesivos e placas de identificação. Que devem ser padronizados e fornecidos pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Art. 21 – O prazo para pagamento da taxa de Inscrição, será obrigatoriamente até o dia 17/11/2017, o não pagamento até esta data, cancela a inscrição.

Art. 22 – Cada contribuinte pode se inscrever para no máximo 02 itens, devendo pagar por cada um deles.

Art. 23 - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 24 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 43/2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTONIO ROGÉRIO

Secretário Municipal de Administração

#### ANEXO I

EDITAL PRAIA DA GUARDA DO EMBAÚ PAULO LOPES

DECRETO Nº \_\_/2017

Nome Requerente:		CMC:	
1. OBRIGATORIO SOBRE PENA DE INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO			
		SIM	NÃO
1.1	CÓPIA DO CPF		
1.2	CÓPIA RG		
1.3	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA		
1.4	CETIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS DE PAULO LOPES		
1.5	CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL:		
1.6	ATESTADO DE SAÚDE		
1.7	ATESTADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS		
1.8	ATESTADO/ALVARÁ DO CORPO DE BOMBEIROS		
1.9	ATESTADO / CERTIFICADO DO CURSO DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS		

PAULO LOPES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura

#### ANEXO II

EDITAL PRAIA DA GUARDA DO EMBAÚ PAULO LOPES/ \_\_/2017

#### I. FICHA CADASTRAL/INSCRIÇÃO

CONTRIBUINTE:		CMC:
ENDEREÇO:		Nº

CIDADE:	BAIRRO:	UF:
TEL:		
RG:	CPF:	T. ELEITOR:

ATIVIDADE ESCOLHIDA/ ITEM: ART.3 PARAGRAFO PRIMEIRO:

ÍTEM 01: ( )

ÍTEM 02: ( )

ÍTEM 03: ( )

ÍTEM 04: ( )

ÍTEM 05: ( )

ÍTEM 06: ( )

ÍTEM 07: ( )

DECLARO para os devidos e efeitos legais, que estou ciente de todas as disposições constantes no decreto nº \_\_/2017 " Regulamenta a concessão do Alvará Provisório para o Comércio ambulante na Praia da Guarda do Embaú/Paulo Lopes, referente ao exercício de 2017/2018 e da outra providência

Paulo Lopes, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2017.

Candidato



# Penha

## PREFEITURA

### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2017 – FMS LISTA DE CLASSIFICAÇÃO

Publicação N° 1408810

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2017 – FMS

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais publica a CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N° 03/2017, destinado a formação de cadastro de reserva de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem, conforme segue:

Enfermeiro

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	N° DE INSCRIÇÃO
001	Daniela Cristiane dos Santos Silva	005
002	Eneida Patrícia Teixeira	021
003	Débora Cabral Ramos Vieira	006
004	Carla Lucélio de Mello	007
005	Dilandre de Fátima Lançana	014
006	Naiana Rossiléia Gomes Moreira	003
007	Cinara Dalepiane Bandurski	013
008	Katia Gustmann	008
009	Marly Gonçalves Starick	022
010	Tatiana Ricardo	010
011	Elisabeth Maria dos Santos	011
012	Mônica Helen Baracy Gauto	004
013	Milene Negri Reiser	012
014	Ionete de Liz e Silva	018
015	Elaine Márcia Cordeiro	020
016	Jane Ayardes Mayrink	009
017	Robynson Leandro Braga	016
018	Márcia Alves Caetano	017
019	Marinete da Silva Pereira de Moraes	001
020	Caroline Martins Rosa	002
021	Marlise Wentz de Freitas	015
022	Francielle Rosa de Souza Camilo	019

Técnico em Enfermagem

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	N° DE INSCRIÇÃO
001	Nestor Brás Ramos	015
002	Eliane Luzia Silva	005
003	Luana Cristina Oувinas	022
004	Toni Atanazio	014
005	Elaine Lucimar Anacleto	017
006	Rodrigo Luz dos Santos	018
007	Josiane Veloso Teixeira Schulle	002
008	Janaína Cardoso	004
009	Lindanir Maria Pereira	008
010	Roberta Beniti	003
011	Vanessa Juraci Pinto	009
012	Greicy Bruschi Carinhoto	012
013	Deise Arruda	001
014	Simone Souza Gaya	011
015	Tania Maria Bento	019
016	Keli Cristina Lima	007
017	Eliane Mafra	010
018	Débora Maria Mafra Santana	023
019	Elisandra Michalizer Camargo	020
020	Caroline Leite de Oliveira Nunes	013
021	Valéria Ramos Fernandes	021
022	Lenielson dos Santos Santana	016
023	Ivone de Souza	024
024	Odete Ramos	006

Penha/SC, 23 de Outubro de 2017.  
Aquiles José Schneider da Costa  
Prefeito Municipal

## 5º TERMO ADITIVO 35/2017-FMS

Publicação Nº 1407947

5º Termo aditivo nº 35/2017 - FMS  
ao Contrato nº 29/2014 - FMS

Licitação: Processo Licitatório nº 08/2014 - FMS, modalidade Dispensa de Licitação nº 01/2014 – FMS.

Objeto: Locação de um imóvel situado na Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 460, Centro, zona urbana da sede do Município de Penha/SC, Comarca de Balneário Piçarras/SC. O imóvel tem área construída de 360,15 m².

Os signatários deste instrumento, de um lado o Sr. ANTÍDIO NUNES, portador do RG de nº 572697 SSP SC e inscrito sob o CPF de nº 093.513.969-91, residente e domiciliado à Rua José Pereira Liberato, 1596, Bairro São João, Itajaí/SC – CEP: 88304-400 e de outro lado, o Município de Penha, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, representado neste ato pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371ª, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, têm entre si ajustado o presente Termo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

### CLAUSULA PRIMEIRA

A vigência constante no 4º Termo Aditivo nº 24/2017-FMS ao Contrato 29/2014-FMS, fica prorrogada para mais 30 (trinta) dias a contar de 17/10/2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Saúde Memorando nº 395/2017 e Parecer Jurídico nº 3612/2017/PGM (documentos anexos ao presente Termo).

### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados, assinam o presente, em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 16 de outubro de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Locatário

ANTÍDIO NUNES  
Locador

### T E S T E M U N H A S

Nome:  
C.P.F. nº

Nome:  
C.P.F.

O presente Termo Aditivo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:  
JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Geral

## EDITAL 01-2017- PROGRESSÃO POR MERECIMENTO

Publicação Nº 1408546

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL Nº. 01/2017- SEDUC

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Penha, no uso de suas atribuições legais baixa normas e procedimentos que nortearão a Progressão por Merecimento do funcionário estável, em conformidade com o Artigo 80 e seguintes do Estatuto do Magistério e Plano de Carreira (Lei complementar nº02/98, e suas alterações)

### 1 – DO REQUERIMENTO

1.1 - O requerimento deverá ser protocolado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sita a Rua José João Batista, 115; no



período de 25 de outubro a 01 de novembro de 2017, no horário das 14h às 17h.

## 2 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

2.1 - Cópia dos cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento que deverão ter uma somatória de carga mínima de 80 horas; somente serão computados e válidos os cursos frequentados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, com certificado expedido e registrado pelo órgão oficial, contendo carga horária e conteúdo ministrado (outubro de 2015 a setembro de 2017). Os certificados apresentados anteriormente não terão validade.

2.2 - Declaração expedida pelos Diretores das Unidades Escolares atestando que o beneficiário não possui falta injustificadas e/ou 05 (cinco) chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização do superior hierárquico.

## 3 - DIVULGAÇÃO DA NOMINATA DOS REQUERENTES BENEFICIADOS

3.1 - A listagem da nominata dos requerentes beneficiados será afixada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA de Penha, no dia 20 novembro de 2017 a partir das 8 horas e 30 minutos, sendo encaminhada para a Secretaria da Administração para devidas providências.

## 4 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

4.1 - O processo de análise de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

4.2 - As declarações expedidas pelas Unidades Escolares e SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, deverão compreender o período entre outubro de 2015 a setembro de 2017.

4.3 - Os cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento deverão ser específicos da área da Educação, obedecendo ao disposto no artigo 87 e seus parágrafos do Estatuto do Magistério e Plano de Carreira.

4.4 - Para todos os requerentes será considerado cumprido o disposto no parágrafo I do Artigo 86, desde que o mesmo não possua nenhuma penalidade prevista no parágrafo II do referido Artigo.

4.5 - Será concedido o valor pecuniário correspondente a 1% (um por cento), de acordo com o artigo 62, inciso VI do Estatuto do Magistério e Plano de Carreira.

4.6 - Com relação aos membros do Magistério Público Municipal de Penha que possuem carga horária de 40 horas semanais, mas que são estáveis em apenas 20 horas semanais, será concedido somente sobre a carga horária que o mesmo já cumpriu o estágio probatório, conforme a Constituição Federal/1988.

4.7 - Os casos omissos serão resolvidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Penha, 23 de outubro de 2017.

SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA  
Secretária Municipal de Educação

UNIDADE ESCOLAR: \_\_\_\_\_

### DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que \_\_\_\_\_, não possui faltas injustificadas e/ ou 05 chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização do superior hierárquico, no período de 01/10/2016 à 18/09/2017.  
E por ser verdade, firmamos a presente.

Penha, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Carimbo /Assinatura do Diretor

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017 - PMP

Publicação Nº 1408692

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017-PMP  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para prestação de serviço, por hora trabalhada, de maquinário e caminhões, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município na manutenção de vias públicas, conforme solicitação nº 1237/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 08/11/2017 às 9:30h, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 23 de outubro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

## **TERMO DE CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017-PMP**

Publicação Nº 1408258

### **TERMO DE CANCELAMENTO**

Despacho de cancelamento de processo licitatório, acatando Parecer do Pregoeiro, em obediência aos princípios da legalidade e do interesse público do objeto do Edital de Licitação.

Referente: Processo Licitatório nº 052/2017 – Multientidade – PMP  
Pregão Presencial nº 038-2017-multientidade - PMP.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade a Lei nº 8.666/93 a qual se aplica subsidiariamente à Lei 10.520/2002, CONSIDERANDO a ata do Pregoeiro e sua equipe de apoio, declarando ter fracassado o processo licitatório nº 052/2017, pregão presencial nº 038/2017, RESOLVE, CANCELAR o procedimento de Edital de Pregão Presencial nº 038/2017-PMP, cujo objeto é o registro de preços para a futura aquisição de material e equipamento de processamento de dados (mouse e teclado) para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município, para que seja aberto novo Processo Licitatório.

Publique-se.

Penha, 06 de outubro de 2017.  
Aquiles José Schneider da Costa  
Prefeito Municipal

## **TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO PORTARIA Nº 229/2017**

Publicação Nº 1408287

### **TERMO DE JULGAMENTO**

Processo Administrativo  
Portaria nº 229/2017  
Investigado: Nara Rose da Silva e CIA LTDA ME

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:

O Controle Interno do Município de Penha em verificações técnicas, constatou que foi efetuada a Concorrência nº01, em 26 de maio de 2015, homologado em 26 de junho de 2015 e no consequente Contrato de Concessão nº 111/2015.

Na execução do contrato de concessão mencionado, firmado em 26 de junho de 2015, verificou-se as movimentações financeiras de repasse ocorreram somente em 1º de junho de 2016, ou seja, quase um ano após a formalização das obrigações convencionadas.

Desta forma, o Controle Interno sugeriu a abertura de processo administrativo para verificar o que ocorreu neste lapso temporal, bem como a forma como está sendo executado o serviço.

Desta forma foi procedido, emitindo-se a Portaria nº 229 de 14 de março de 2017 e Termo de Instalação da Sindicância de fls. 53. É o relatório.

Na instrução dos autos administrativos foi encaminhado Ofício à Secretaria da Fazenda, solicitando relação de extratos referentes a depósitos realizados pela concessionária em favor do Município de Penha.

Juntou-se às fls.39/49 e 56/70 os depósitos da empresa para o Município, constando os valores em outra conta bancária da municipalidade, não havendo que se falar em ausência de repasse do acordado na execução do Contrato nº111/2015.

Diante do apurado, a Comissão Processante entendeu que não ocorreu qualquer ilegalidade no repasse dos valores advindos das obrigações inerentes ao Contrato de Concessão, estando em dia com o cumprimento do instrumento contratual.

Aduziu ao final que, quanto à fiscalização da execução do contrato na prestações dos serviços de guinchos, deve a Administração instituir comissão composta por servidores efetivos para o devido acompanhamento.

Desta forma, em razão do aludido acima, ACOLHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, para que seja formalizada Portaria para nomeação de membros de Comissão de Fiscalização do Contrato de Concessão nº 111/2015 e, após, seja os autos arquivados.

Assim, em razão do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias a contar da presente data.

Cumpra-se.

Publica-se.

Penha, 11 de setembro de 2017.

Aquiles José Schneider da Costa

Prefeito Municipal

## **TERMO DE JULGAMENTO SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 14/2017**

Publicação Nº 1408292

### **TERMO DE JULGAMENTO**

Sindicância Administrativa nº 14/2017

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:

Foi instaurada Sindicância Administrativa nº 14/2017 para apuração dos fatos constantes no Requerimento nº00370001138/2017, onde aduz que é servidor lotado na Unidade de Saúde de Santa Lúcia, na função de Cirurgião Dentista e que, após seu retorno às atividades devido a afastamento por doença, ficou sem perceber salário nos meses de 06/2016 a 01/2017.

Na instrução processual foi a parte ouvida, prestando seus esclarecimentos e ouvidos os servidores do departamento de recursos humanos e o Senhor Jaison de Oliberia e Sirlei Souza Nascimento Dias.

Após a análise das oitivas e dos documentos, a comissão julgadora emitiu sua decisão e encaminhou para a consideração deste Chefe do Executivo.

É o relatório.

Na instrução dos autos administrativos verificou-se que o servidor teve seu afastamento deferido pela Previdência Social no período de 18/05/2016 até 20/06/2016 e, quando do retorno do trabalho, houve falha na comunicação entre a Secretaria de Saúde e departamento de Recursos Humanos.

Pelo apurado nos depoimentos constantes nos autos, foi o coordenador de saúde bucal Jaison que não entregou a decisão do INSS ao departamento de recursos humanos, em razão de que não sabia que este seria o devido procedimento.

O investigado em suas declarações expôs que não observou a ausência do recebimento de seus vencimentos em razão de que a conta corrente onde é depositado os valores, são utilizados para movimentação financeira de suas atividades profissionais e que possuía dívidas parceladas no valor aproximado do seu salário.

A Comissão Processante também diligenciou no local da atividade do investigado, onde encontrou um livro onde são anotados os nomes dos pacientes atendidos pelo funcionário Jonas. A agenda de atendimento foi confrontada com as fichas de atendimentos, sendo formalizado o Termo de confirmação nas fls. 30.

A conclusão que a Comissão Processante chegou é de que efetivamente no período em que ficou sem perceber os salários, ocorreu a devida prestação de serviço, ou seja, o Dentista Jonas retornou às suas atividades assim que ocorreu o término do Auxílio Doença deferido pela Previdência Social.

Desta forma, em razão do aludido acima, ACOLHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, para dar procedência ao solicitado no Requerimento nº00370001138/2017 posto a retomada das atividades em 21/06, conforme fls. 33, e o exercício efetivo de suas funções.

Para tanto, deve o Departamento de Recursos Humanos apurar os valores dos meses em que não foram pagos os salários do cirurgião dentista, para que, após deliberação com a Secretaria de Administração, a devolução seja realizada de forma parcelada, com os descontos legais.

Deve o Departamento de Recursos Humanos afixar aviso por escrito de é dever do funcionário e de seu superior mediato a comunicação imediata das decisões da Previdência Social, a fim de que se evitem surgirem casos análogos a este.

Providencie, com urgência, a Notificação da Secretaria de Saúde para que os servidores cumpram a carga horária conforme estabelecido em Lei Complementar, sob pena de responsabilidade, a fim de que se dê cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias a contar da presente data.

Cumpra-se.

Publica-se.

Penha, 11 de outubro de 2017.

Aquiles José Schneider da Costa

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017**

Publicação Nº 1408853

ATA DA SESSÃO DE PROCESSAMENTO DE PREGÃO EXCLUSIVO PARA ME/EPP PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017

No dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, às quinze horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Penha, sito à Avenida Prefeito Eugênio Krause, 94, Centro, a Pregoeira Zaira Cristina da Silva Hanemann, a Pregoeira Substituta Glaucia Costa dos Santos Francisco, e Equipe de Apoio formada por Ivana da Costa e Tatiane da Silva Willem, designadas pela Portaria Nº 11/2014, a Contadora Dayse Cristiane de Souza Germano, o Técnico em Informática Renato do Nascimento Lara e a Advogada Gleycellen Jussiani de Freitas da Silva, convocados pela Pregoeira para acompanhar a sessão pública de abertura da Sessão de Processamento de Pregão Exclusivo para ME/EPP, Processo Licitatório Nº 03/2017, Pregão Presencial Nº 03/2017, do tipo menor preço global, referente a aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital correspondente. Ato contínuo registra-se o comparecimento da empresa MAX LIFE LTDA/ME CNPJ 09501997/0001-38, neste ato representada pelo Sr. ANDERSON CLAYTON FORTI MEISEN CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO N 03939411941 DENTRAN/SC, CPF 053.159.159-05 e RG 5866825 único participante deste certame. Encerrado o Credenciamento, em seguida foi recebida e verificada a Declaração do Licitante de que atende plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidos no Edital, a Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e os Envelopes contendo a Proposta e os documentos de Habilitação respectivamente. Aberto em seguida o envelope contendo a proposta, a mesma foi verificada em sua compatibilidade com o objeto do presente processo licitatório, sendo aceita e classificada para fornecimento do objeto do presente certame. A proposta inicial da Empresa foi de R\$ 18.960,00 (dezoito mil e novecentos e sessenta reais), reduzindo para o valor de R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais) após negociação da Pregoeira. O objeto fica adjudicado à Empresa MAXLIFE LTDA/ME no valor de R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais). Registra-se o não comparecimento de outras empresas interessadas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública de processamento do pregão, cuja ata vai assinada pela Pregoeira, membros da Equipe de Apoio e devidamente rubricado pelo representante da empresa e demais servidores convocados. Plenário Exp. Tenente Milton Fonseca, 17 de outubro de 2017.

Zaira C. da S. Hanemann  
Pregoeira

Glaucia C. dos S. Francisco  
Pregoeira Substituta

Ivana da Costa  
Membro da Equipe Apoio

Tatiane da S. Willem  
Membro da Equipe Apoio

Dayse C. de S. Germano  
Contadora da Câmara

Gleycellen J. de F. da Silva  
Advogada da Câmara

Renato do N. Lara  
Técnico de Informática da Câmara

**CONTRATO Nº 16/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 03/2017**

Publicação Nº 1408858

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2017. CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: Max Life LTDA/ME. ASSINATURA: 20.10.2017. OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital do Pregão nº 03/2017. Valor R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais).

Penha, 23 de outubro de 2017.  
Maria Juraci Alexandrino  
Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2017**

Publicação Nº 1408855

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2017 – TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2014. CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S/A. ASSINATURA: 11.10.2017. OBJETO: Contratação de empresa de telecomunicações, que possua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para prestar serviços de telefonia móvel pessoal com cobertura nacional, com fornecimento de assinaturas básicas pós-pagos, tarifa zero intra grupo, sistema de gestão on-line, assinatura mensal pacote de dados para smartphone com franquia mínima de 600mb, plano de minutos VC-1, plano de minutos VC-2, plano de minutos VC-3 com respectivos aparelhos a título de comodato conforme descrito no Termo de Referência – ANEXO I do Edital do Pregão Presencial nº 04/2014. Prorroga prazo por 12(doze) meses.

Penha, 16 de outubro de 2017.  
Maria Juraci Alexandrino  
Presidente



**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO Nº 03/2017**

Publicação Nº 1408854

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

A Câmara de Vereadores de Penha através da Presidente Maria Juraci Alexandrino, no uso de suas atribuições legais RESOLVE:

Com fundamento ao inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93, posteriores alterações e no termos da Lei nº 10.520/2002, confirmar a ADJUDICAÇÃO do objeto licitado em favor da Empresa MAX LIFE LTDA/ME, CNPJ 09.501.997-38, no valor de R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais), e HOMOLOGAR o Processo Licitatório Nº 03/2017, na modalidade Pregão Presencial Nº 03/2017, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, atendendo as especificações mínimas contidas no Anexo I do Edital correspondente, apreciado no dia trinta e um de agosto de dois mil e dezessete, às quinze horas na sede da Câmara de Vereadores de Penha.

Penha, 17 de OUTUBRO de 2017.  
MARIA JURACI ALEXANDRINO  
Presidente

ZAIRA CRISTINA DA SILVA HANEMANN  
Pregoeira

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018 PREGÃO 074

Publicação Nº 1407849

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Ao(s) onze dias do mês de outubro de 2017, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: MECANICA ZAGO SB LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.526.146/0001-26, sediada/residente na Rod SC 135, KM 04 – Bairro São Francisco, cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor IRACY ZANELLA ZAGO, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 074/2017 – Registro de Preços, homologado em data de 17 de outubro de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1– A presente ata tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS CAMINHÕES, ÔNIBUS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS UTILITÁRIOS E AUTOMOVEIS DA FROTA DO MUNICÍPIO, conforme descrição e estimativa de horas constante da tabela abaixo:

- a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA;
- c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR/HORA R\$		
VEÍCULOS TIPO: CAMINHÕES DE PORTE MÉDIO		VLR H/MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Corretiva	Serviços MECÂNICA EM GERAL
3	Serviços mecânicos para caminhões da marca VOLKSWAGEN.	54,00		83,00
4	Serviços mecânicos para caminhões da marca VOLVO.	54,00		83,00
VEÍCULOS TIPO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS				
23	Serviços mecânicos para BOXER, marca PEUGEOT	79,00		79,00

1.2 – Para o presente certame serão consideradas as seguintes definições dos serviços:

a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Serviços de caráter revisional, com ocorrência em intervalos regulares de quilometragens percorridas ou tempo de utilização, previstas no manual de manutenção dos veículos, compreendidos basicamente na substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como: óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e lonas de freio etc.; para garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação do veículo;

b) MANUTENÇÃO CORRETIVA: São todos os serviços de pintura e chapeação.

c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL: Desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, carburadores, injetores de combustível mecânico e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), reduções e/ou trações 4X4, freios, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial(ais), distribuição, direção, engrenagens diversas, amortecedores, suspensão, magnetos, mancais, suportes, biela, pistões, enfim, todos os serviços mecânicos e hidráulicos do veículo, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito.

1.3 – A FORNECEDORA deverá possuir oficina mecânica num raio de distância de, no máximo, 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto para todos os itens, sendo de responsabilidade da FORNECEDORA, quando necessário, a remoção do veículo até sua oficina e a devolução na sede da contratante, sem qualquer ônus para o Município durante a validade da ata e garantia.

1.4 – A FORNECEDORA, se necessário, deverá realizar o transporte do veículo (ida e volta), até a sua sede, impreterivelmente, com caminhão guincho plataforma, arcando com todas as despesas necessárias.

Obs.: O transporte acima citado deverá ser realizado por guincho devidamente segurado.

1.5 – O local de execução dos serviços e assistência técnica para os veículos deverá ser a oficina da FORNECEDORA, inclusive no período de garantia, vedada subcontratação não autorizada previamente.

1.6 – Em casos de emergência, no local onde se encontra o veículo impossibilitado de deslocamento, a FORNECEDORA, sem ônus adicional

para o Município, no raio de 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do município de Pinheiro Preto, deverá obedecer a um limite máximo para atendimento de até 3 (três) horas depois de acionada pelo requisitante, bem como deverá realizar a remoção para execução dos serviços nos prazos regulares. O prazo também se aplica para situações de assistência técnica ou serviço de auto socorro, a contar do recebimento da solicitação.

1.7 – Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados mediante o pagamento da hora técnica prevista nesta ata e seus anexos, obedecidas às formalidades e ocorrência da liquidação da despesa.

1.8 – A quantidade de horas necessárias para cada serviço será dimensionada de acordo com a necessidade e orçamento (Plano de Serviços – Anexo X) a ser apresentado ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente atestado pelo mesmo.

1.9 – Os veículos deverão passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao entrar na oficina (informações sobre o estado da lataria, do estofamento, riscos, quilometragem, quantidade do marcador de combustíveis, descrição do provável defeito, etc.). Nesta vistoria, formalizada pela SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) devem assinar o responsável pelo veículo (Fiscal da Ata de Registro de Preços) e o representante da FORNECEDORA.

1.10 – A FORNECEDORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do veículo e respectiva SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) para serviço, constatando o problema e os serviços/repares a serem executados, apresentará ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços a serem prestados e relação das peças, se for o caso, a serem adquiridas pelo Município para a execução da futura contratação, bem como a quantidade de horas correspondentes aos serviços (Plano de Serviços – Anexo X), nos termos previstos na presente ata para efeito de eventual aprovação e expedição da Autorização de Fornecimento.

1.11 – Deverá constar do orçamento prévio de que trata o item 1.10, além das horas e do preço dos serviços conforme registrado em ata, relação das peças e suas respectivas especificações a serem adquiridas pelo Município, para utilização na manutenção dos referidos veículos.

1.11.1 – O prazo de entrega dos veículos a serem reparados, será contado a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá respeitar os prazos máximos estabelecidos nesta ata e seus anexos, sendo que quando necessária a substituição de peças, o prazo de execução será contado a partir das providências previstas no item 1.9 e da entrega da mesma.

1.12 – O Município analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial do orçamento apresentado, levando em conta a sua economicidade. Após essa análise, se conveniente, o Município expedirá Autorização de Fornecimento à FORNECEDORA para executar os serviços, sem a qual não deverá ser executado, sob pena de não ser efetuado o respectivo pagamento, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.

1.13 – O Município, não concordando com a relação de serviços/peças/materiais apresentados pela FORNECEDORA, solicitará uma nova relação suprimindo o que entender necessário (novo orçamento), sem que caiba qualquer recurso por parte desta, inclusive quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a SAT – Solicitação de Serviços que tenha recebido.

1.14 – Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços/peças/materiais, a FORNECEDORA deverá informar o fato ao Município, por escrito e de forma discriminada e justificada em forma de orçamento complementar, ficando a sua execução condicionada à prévia aprovação desse orçamento pelo Município, por meio do Fiscal da Ata de Registro de Preços, mediante procedimento prévio para a execução dos serviços.

1.15 – Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação e recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.16 – Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da FORNECEDORA, já inclusos no valor da mão de obra.

1.17 – O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, à oficina da FORNECEDORA para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.

1.18 – Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos (recebimento definitivo) após o(s) veículo(s) ser(em) examinado(s) pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município.

1.19 – Após a prestação dos serviços, a FORNECEDORA deverá entregar os veículos no local informado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o indicado na Autorização de Fornecimento.

1.20 – Nos veículos em garantia de fábrica, enquanto perdurar a garantia, seus serviços serão executados na respectiva concessionária. Findo o prazo de garantia, os mesmos passarão a integrar o item correspondente desta ata, para efeito de contratações.

1.21 – A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados aos veículos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.21.1 – Será de total e exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto que por ventura venham a ocorrer durante o período em que a mesma estiver com a guarda do(s) veículo(s) para a prestação dos serviços ou quando seus empregados ou prepostos estiverem conduzindo-os, arcando com todos os custos envolvidos no infortúnio.

1.22– A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.

1.23 – A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – Os produtos objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo valor unitário descrito abaixo:

3.1 M. PREVENTIVA Serviços mecânicos para caminhões da marca VOLKSWAGEN. R\$ 54,00

3.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para caminhões da marca VOLKSWAGEN. R\$ 83,00

4.1 M. PREVENTIVA Serviços mecânicos para caminhões da marca VOLVO. R\$ 54,00

4.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para caminhões da marca VOLVO. R\$ 83,00

23.1 M. PREVENTIVA Serviços mecânicos para BOXER, marca PEUGEOT R\$ 79,00

23.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para BOXER, marca PEUGEOT R\$ 79,00

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para execução dos reparos necessários no(s) veículo(s) devem ser estabelecidos de comum acordo com a FORNECEDORA,

levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que para a manutenção corretiva o prazo máximo é de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 – Para apresentar o Plano de Serviços (Anexo X) com orçamento ao Município, o prazo é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega do veículo com a Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo IX), diretamente ao Fiscal da Ata de Registro de Preços.

5.4 – Para iniciar a execução do serviço, a FORNECEDORA terá o prazo máximo de até 12 (doze) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.5 – Para executar qualquer serviço, os prazos máximos admitidos para efeito de remuneração, independentemente do tempo dispendido para execução dos serviços serão os constantes da Autorização de Fornecimento emitida anteriormente, não sendo considerados em duplicidade quando o caso permitir. (Ex: retirado o motor para realizar a substituição de uma determinada peça, este tempo não pode ser considerado concomitantemente para substituição de outra peça ou serviço, cabendo somente a cobrança do tempo para realização deste)

5.6 – Para a FORNECEDORA enviar resposta a qualquer comunicação do Município, contados do momento do recebimento, o prazo será:

- Imediatamente se demandada por telefone, salvo não dispondo de imediato da informação demandada;
- 24 (vinte e quatro) horas, para resposta por e-mail, para o endereço de e-mail do servidor dão Município que lhe for indicado. É obrigação da empresa vencedora, a apresentação do endereço eletrônico válido para fins de recebimento de notificações, comunicados, intimações, bem como empenhos e Autorizações de Fornecimento, podendo fazê-lo desde logo em sua proposta de preços na licitação;
- 02 (dois) dias úteis quando exigida resposta formal, devidamente protocolado.

5.7 – Após a prestação de serviços, deverá a FORNECEDORA entregar o veículo nas mesmas ou melhores condições de limpeza em que o recebeu.

5.8 – Após a realização de cada serviço, a FORNECEDORA deverá disponibilizar profissional competente para acompanhar o servidor designado pelo Município na realização de prova de rua, quando os serviços serão testados com o veículo trafegando, retornando o veículo automaticamente à FORNECEDORA, caso o resultado no teste não se mostre satisfatório.

5.8.1 – A FORNECEDORA arcará com os custos e a responsabilidade técnica dos testes referidos no item acima.

5.9 – A FORNECEDORA deverá reparar, inclusive substituindo peças, tudo às suas expensas, quando o defeito for decorrente de falha na execução de serviço anteriormente executado.

5.10 – A FORNECEDORA deverá refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços a partir dos devidos testes.

5.11 – A FORNECEDORA deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (As peças substituídas serão fotografadas e arquivadas no processo de despesa dos serviços)

5.12 – A FORNECEDORA deverá preencher e, quando for o caso, carimbar/rubricar o manual, ficha e/ou outro documento de controle de inspeção e manutenção regular do veículo.

5.13 – A FORNECEDORA deverá preencher adesivo ou outro meio de registro informando a quilometragem ou a data da próxima troca de lubrificantes ou outro material ou manutenção preventiva de alguma parte, peça ou acessório, para os casos necessários.

5.14 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.15 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.16 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.17 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.18 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.19 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.20 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



5.21 - A FORNECEDORA é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1 – A contar do recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA garante a continuidade e qualidade do resultado de cada serviço de manutenção prestado, pelo prazo não inferior a 90 (noventa) dias, não se aplicando a garantia a falhas por causas alheias ao serviço executado, devendo o prazo da garantia vir escrito na Nota Fiscal ou fatura.

6.1.1 – Referido prazo não corre se a falha, defeito ou vício for ocultado pela FORNECEDORA ao tempo da prestação de serviços.

6.2 – Em caso de não aceitação, fica a FORNECEDORA obrigada a refazer os serviços e a substituí-lo, sem custos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas nesta ata.

6.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta ata, na própria Ata de Registro de Preços, bem como dos contratos dela decorrentes.

6.4 – A execução dos serviços pela FORNECEDORA implica no reconhecimento de serem as peças fornecidas pelo Município de primeira qualidade, salvo no caso de recusa tempestiva e justificada formalmente.

#### CLÁUSULA 7ª – DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

7.1 – A FORNECEDORA deverá possuir, até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita nesta ata quanto ao lote que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

7.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente PARA abrigar os veículos.

7.3 – A oficina da FORNECEDORA deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

7.4 – A FORNECEDORA deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pela presente ata.

#### CLAÚSULA 8ª – DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1 – Será necessária a apresentação da Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo IX) e o Plano de Serviços (Anexo X) apresentado pela FORNECEDORA.

8.2 – Após a regular apresentação dos documentos citados no item 8.1, fica o Fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pela aprovação do Plano de Serviço.

8.3 – Aprovado o Plano de Serviço, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, será dado prosseguimento ao procedimento de formalização de contratação, obedecidas as fases de processamento da despesa.

8.4 – Em conformidade, deverá ser utilizada Tabela para Conversão da Hora Sexagesimal em Hora Centesimal (Anexo VIII), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente aceitas, que admitem que "algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (Norma da ABNT NBR 5891).

#### CLÁUSULA 9ª – DA CONVERSÃO

9.1 – Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas (sexagesimal) para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

9.2 – O uso da Tabela de Conversão de Hora Sexagesimal para Centesimal (Anexo VIII) é indispensável para a realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

#### CLÁUSULA 10ª - DA VIGÊNCIA



10.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017/2018.

#### CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 13ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 14ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

14.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES

15.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

15.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de

10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO

16.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

16.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 17ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

17.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 116/2017 modalidade Pregão Presencial nº Campo do usuário NumLicitação = 72/2017 - PMV - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

17.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplimento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 19ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 20ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

20.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 21ª - DO FORO

21.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 22ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2017 e abaixo transcritas, e àquelas a serem consignadas no orçamento de 2018:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário

Programa:23 - Estradas Vicinais

Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função:20 - Agricultura

Subfunção:606 - Extensão Rural

Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função:4 - Administração

Subfunção:122 - Administração Geral

Programa:3 - Administração Geral

Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saúde Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Função:8 - Assistência Social  
 Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
 Programa:5 - Assistência Social Geral  
 Ação:2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
 Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO  
 Função:8 - Assistência Social  
 Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
 Programa:6 - Assistência A Crianças E Adolescentes  
 Ação:2.68 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 11 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	MECANICA ZAGO SB LTDA ME

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019 PREGÃO 074

Publicação Nº 1407850

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Ao(s) onze dias do mês de outubro de 2017, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/ SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.060.327/0002-67, sediada/residente na Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, nº 1421 Bairro São Francisco, cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor GILBERTO DA PAULA CRUZ, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 074/2017 – Registro de Preços, homologado em data de 17 de outubro de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1– A presente ata tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS CAMINHÕES, ÔNIBUS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS UTILITÁRIOS E AUTOMOVEIS DA FROTA DO MUNICÍPIO, conforme descrição e estimativa de horas constante da tabela abaixo:

- a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA;
- c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR/HORA R\$
VEÍCULOS TIPO: CAMINHÕES DE PORTE MÉDIO	VLR H/MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Corretiva
1	Serviços mecânicos para caminhões da marca MERCEDES BENZ.	65,00
2	Serviços mecânicos para caminhões da marca FORD.	65,00

3	Serviços mecânicos para caminhões da marca VOLKSWAGEN.		65,00	
4	Serviços mecânicos para caminhões da marca VOLVO.		90,00	
5	Serviços mecânicos para ônibus da marca IVECO.	54,50	62,00	62,00
6	Serviços mecânicos para ônibus da marca MERCEDES BENZ	54,50	62,00	62,00
7	Serviços mecânicos para micro-ônibus da marca VOLKSWAGEN.	54,50	62,00	62,00

1.2 – Para o presente certame serão consideradas as seguintes definições dos serviços:

a) **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Serviços de caráter revisoral, com ocorrência em intervalos regulares de quilometragens percorridas ou tempo de utilização, previstas no manual de manutenção dos veículos, compreendidos basicamente na substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como: óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e lonas de freio etc.; para garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação do veículo;

b) **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** São todos os serviços de pintura e chapeação.

c) **SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL:** Desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, carburadores, injetores de combustível mecânico e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), reduções e/ou trações 4X4, freios, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial(ais), distribuição, direção, engrenagens diversas, amortecedores, suspensão, magnetos, mancais, suportes, biela, pistões, enfim, todos os serviços mecânicos e hidráulicos do veículo, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito.

1.3 – A FORNECEDORA deverá possuir oficina mecânica num raio de distância de, no máximo, 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto para todos os itens, sendo de responsabilidade da FORNECEDORA, quando necessário, a remoção do veículo até sua oficina e a devolução na sede da contratante, sem qualquer ônus para o Município durante a validade da ata e garantia.

1.4 – A FORNECEDORA, se necessário, deverá realizar o transporte do veículo (ida e volta), até a sua sede, impreterivelmente, com caminhão guincho plataforma, arcando com todas as despesas necessárias.

Obs.: O transporte acima citado deverá ser realizado por guincho devidamente segurado.

1.5 – O local de execução dos serviços e assistência técnica para os veículos deverá ser a oficina da FORNECEDORA, inclusive no período de garantia, vedada subcontratação não autorizada previamente.

1.6 – Em casos de emergência, no local onde se encontra o veículo impossibilitado de deslocamento, a FORNECEDORA, sem ônus adicional para o Município, no raio de 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do município de Pinheiro Preto, deverá obedecer a um limite máximo para atendimento de até 3 (três) horas depois de acionada pelo requisitante, bem como deverá realizar a remoção para execução dos serviços nos prazos regulares. O prazo também se aplica para situações de assistência técnica ou serviço de auto socorro, a contar do recebimento da solicitação.

1.7 – Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados mediante o pagamento da hora técnica prevista nesta ata e seus anexos, obedecidas às formalidades e ocorrência da liquidação da despesa.

1.8 – A quantidade de horas necessárias para cada serviço será dimensionada de acordo com a necessidade e orçamento (Plano de Serviços – Anexo X) a ser apresentado ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente atestado pelo mesmo.

1.9 – Os veículos deverão passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao entrar na oficina (informações sobre o estado da lataria, do estofamento, riscos, quilometragem, quantidade do marcador de combustíveis, descrição do provável defeito, etc.). Nesta vistoria, formalizada pela SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) devem assinar o responsável pelo veículo (Fiscal da Ata de Registro de Preços) e o representante da FORNECEDORA.

1.10 – A FORNECEDORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do veículo e respectiva SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) para serviço, constatando o problema e os serviços/reparos a serem executados, apresentará ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços a serem prestados e relação das peças, se for o caso, a serem adquiridas pelo Município para a execução da futura contratação, bem como a quantidade de horas correspondentes aos serviços (Plano de Serviços – Anexo X), nos termos previstos na presente ata para efeito de eventual aprovação e expedição da Autorização de Fornecimento.

1.11 – Deverá constar do orçamento prévio de que trata o item 1.10, além das horas e do preço dos serviços conforme registrado em ata, relação das peças e suas respectivas especificações a serem adquiridas pelo Município, para utilização na manutenção dos referidos veículos.  
1.11.1 – O prazo de entrega dos veículos a serem reparados, será contado a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá respeitar os prazos máximos estabelecidos nesta ata e seus anexos, sendo que quando necessária a substituição de peças, o prazo de execução será contado a partir das providências previstas no item 1.9 e da entrega da mesma.



1.12 – O Município analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial do orçamento apresentado, levando em conta a sua economicidade. Após essa análise, se conveniente, o Município expedirá Autorização de Fornecimento à FORNECEDORA para executar os serviços, sem a qual não deverá ser executado, sob pena de não ser efetuado o respectivo pagamento, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.

1.13 – O Município, não concordando com a relação de serviços/peças/materiais apresentados pela FORNECEDORA, solicitará uma nova relação suprimindo o que entender necessário (novo orçamento), sem que caiba qualquer recurso por parte desta, inclusive quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a SAT – Solicitação de Serviços que tenha recebido.

1.14 – Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços/peças/materiais, a FORNECEDORA deverá informar o fato ao Município, por escrito e de forma discriminada e justificada em forma de orçamento complementar, ficando a sua execução condicionada à prévia aprovação desse orçamento pelo Município, por meio do Fiscal da Ata de Registro de Preços, mediante procedimento prévio para a execução dos serviços.

1.15 – Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação e recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.16 – Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da FORNECEDORA, já inclusos no valor da mão de obra.

1.17 – O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, à oficina da FORNECEDORA para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.

1.18 – Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos (recebimento definitivo) após o(s) veículo(s) ser(em) examinado(s) pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município.

1.19 – Após a prestação dos serviços, a FORNECEDORA deverá entregar os veículos no local informado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o indicado na Autorização de Fornecimento.

1.20 – Nos veículos em garantia de fábrica, enquanto perdurar a garantia, seus serviços serão executados na respectiva concessionária. Findo o prazo de garantia, os mesmos passarão a integrar o item correspondente desta ata, para efeito de contratações.

1.21 – A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados aos veículos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.21.1 – Será de total e exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto que por ventura venham a ocorrer durante o período em que a mesma estiver com a guarda do(s) veículo(s) para a prestação dos serviços ou quando seus empregados ou prepostos estiverem conduzindo-os, arcando com todos os custos envolvidos no infortúnio.

1.22– A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.

1.23 – A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – Os produtos objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo valor unitário descrito abaixo:

1.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para caminhões da marca MERCEDES BENZ. R\$ 65,00

2.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para caminhões da marca FORD R\$ 65,00

3.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para caminhões da marca VOLKSWAGEN.. R\$ 65,00

4.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para caminhões da marca VOLVO. R\$ 90,00

5.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para ônibus da marca IVECO. R\$ 54,50

5.2 M. CORRETA Serviços mecânicos para ônibus da marca IVECO. R\$ 62,00

5.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para ônibus da marca IVECO.. R\$ 62,00

6.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para ônibus da marca MERCEDES. R\$ 54,50

6.2 M. CORRETA Serviços mecânicos para ônibus da marca MERCEDES BENZ. R\$ 62,00

6.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para ônibus da marca MERCEDES BENZ.. R\$ 62,00

7.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para micro-ônibus da marca VOLKSWAGEN. R\$ 54,50

7.2 M. CORRETA Serviços mecânicos para micro-ônibus da marca VOLKSWAGEN R\$ 62,00

7.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para micro-ônibus da marca VOLKSWAGEN. R\$ 62,00

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.



**CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO**

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 - A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 - Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 - Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

**CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

4.1 - A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

**CLÁUSULA 5ª - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1 - Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 - Os prazos para execução dos reparos necessários no(s) veículo(s) devem ser estabelecidos de comum acordo com a FORNECEDORA, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que para a manutenção corretiva o prazo máximo é de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 - Para apresentar o Plano de Serviços (Anexo X) com orçamento ao Município, o prazo é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega do veículo com a Solicitação de Atendimento - SAT (Anexo IX), diretamente ao Fiscal da Ata de Registro de Preços.

5.4 - Para iniciar a execução do serviço, a FORNECEDORA terá o prazo máximo de até 12 (doze) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.5 - Para executar qualquer serviço, os prazos máximos admitidos para efeito de remuneração, independentemente do tempo dispendido para execução dos serviços serão os constantes da Autorização de Fornecimento emitida anteriormente, não sendo considerados em duplicidade quando o caso permitir. (Ex: retirado o motor para realizar a substituição de uma determinada peça, este tempo não pode ser considerado concomitantemente para substituição de outra peça ou serviço, cabendo somente a cobrança do tempo para realização deste)

5.6 - Para a FORNECEDORA enviar resposta a qualquer comunicação do Município, contados do momento do recebimento, o prazo será:

- Imediatamente se demandada por telefone, salvo não dispondo de imediato da informação demandada;
- 24 (vinte e quatro) horas, para resposta por e-mail, para o endereço de e-mail do servidor dão Município que lhe for indicado. É obrigação da empresa vencedora, a apresentação do endereço eletrônico válido para fins de recebimento de notificações, comunicados, intimações, bem como empenhos e Autorizações de Fornecimento, podendo fazê-lo desde logo em sua proposta de preços na licitação;
- 02 (dois) dias úteis quando exigida resposta formal, devidamente protocolado.

5.7 – Após a prestação de serviços, deverá a FORNECEDORA entregar o veículo nas mesmas ou melhores condições de limpeza em que o recebeu.

5.8 – Após a realização de cada serviço, a FORNECEDORA deverá disponibilizar profissional competente para acompanhar o servidor designado pelo Município na realização de prova de rua, quando os serviços serão testados com o veículo trafegando, retornando o veículo automaticamente à FORNECEDORA, caso o resultado no teste não se mostre satisfatório.

5.8.1 – A FORNECEDORA arcará com os custos e a responsabilidade técnica dos testes referidos no item acima.

5.9 – A FORNECEDORA deverá reparar, inclusive substituindo peças, tudo às suas expensas, quando o defeito for decorrente de falha na execução de serviço anteriormente executado.

5.10 – A FORNECEDORA deverá refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços a partir dos devidos testes.

5.11 – A FORNECEDORA deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (As peças substituídas serão fotografadas e arquivadas no processo de despesa dos serviços)

5.12 – A FORNECEDORA deverá preencher e, quando for o caso, carimbar/rubricar o manual, ficha e/ou outro documento de controle de inspeção e manutenção regular do veículo.

5.13 – A FORNECEDORA deverá preencher adesivo ou outro meio de registro informando a quilometragem ou a data da próxima troca de lubrificantes ou outro material ou manutenção preventiva de alguma parte, peça ou acessório, para os casos necessários.

5.14 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.15 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.16 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.17 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.18 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.19 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.20 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.21 - A FORNECEDORA é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1 – A contar do recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA garante a continuidade e qualidade do resultado de cada serviço de manutenção prestado, pelo prazo não inferior a 90 (noventa) dias, não se aplicando a garantia a falhas por causas alheias ao serviço executado, devendo o prazo da garantia vir escrito na Nota Fiscal ou fatura.

6.1.1 – Referido prazo não corre se a falha, defeito ou vício for ocultado pela FORNECEDORA ao tempo da prestação de serviços.

6.2 – Em caso de não aceitação, fica a FORNECEDORA obrigada a refazer os serviços e a substituí-lo, sem custos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas nesta ata.

6.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta ata, na própria Ata de Registro de Preços, bem como dos contratos dela decorrentes.

6.4 – A execução dos serviços pela FORNECEDORA implica no reconhecimento de serem as peças fornecidas pelo Município de primeira qualidade, salvo no caso de recusa tempestiva e justificada formalmente.

#### CLÁUSULA 7ª – DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

7.1 – A FORNECEDORA deverá possuir, até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita nesta ata quanto ao lote que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

7.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente PARA abrigar os veículos.

7.3 – A oficina da FORNECEDORA deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

7.4 – A FORNECEDORA deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pela presente ata.

#### CLAÚSULA 8ª – DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1 – Será necessária a apresentação da Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo IX) e o Plano de Serviços (Anexo X) apresentado pela FORNECEDORA.

8.2 – Após a regular apresentação dos documentos citados no item 8.1, fica o Fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pela aprovação do Plano de Serviço.

8.3 – Aprovado o Plano de Serviço, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, será dado prosseguimento ao procedimento de formalização de contratação, obedecidas as fases de processamento da despesa.

8.4 – Em conformidade, deverá ser utilizada Tabela para Conversão da Hora Sexagesimal em Hora Centesimal (Anexo VIII), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente aceitas, que admitem que "algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (Norma da ABNT NBR 5891).

#### CLÁUSULA 9ª – DA CONVERSÃO

9.1 – Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas (sexagesimal) para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

9.2 – O uso da Tabela de Conversão de Hora Sexagesimal para Centesimal (Anexo VIII) é indispensável para a realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

#### CLÁUSULA 10ª - DA VIGÊNCIA

10.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017/2018.

#### CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 13ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 14ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

14.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES

15.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

15.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude

fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO

16.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

16.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 17ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

17.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 116/2017 modalidade Pregão Presencial nº Campo do usuário NumLicitação = 72/2017 - PMV - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

17.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 19ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 20ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

20.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.



**CLÁUSULA 21ª - DO FORO**

21.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

**CLÁUSULA 22ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

14.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2017 e abaixo transcritas, e àquelas a serem consignadas no orçamento de 2018:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário

Programa:23 - Estradas Vicinais

Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função:20 - Agricultura

Subfunção:606 - Extensão Rural

Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função:4 - Administração

Subfunção:122 - Administração Geral

Programa:3 - Administração Geral

Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saúde Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função:8 - Assistência Social

Subfunção:244 - Assistência Comunitária

Programa:5 - Assistência Social Geral

Ação:2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO

Função:8 - Assistência Social

Subfunção:244 - Assistência Comunitária

Programa:6 - Assistência A Crianças E Adolescentes

Ação:2.68 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste,



bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 11 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020 PREGÃO 074

Publicação Nº 1407852

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Ao(s) onze dias do mês de outubro de 2017, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: MECANICA RUBINI LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.647.867/0001-97, sediada/residente na Rua Paulo Ogliari, nº 160 Dois Pinheiros, cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor ALEXANDRE RUBINI, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 074/2017 – Registro de Preços, homologado em data de 17 de outubro de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1– A presente ata tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS CAMINHÕES, ÔNIBUS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS UTILITÁRIOS E AUTOMOVEIS DA FROTA DO MUNICÍPIO, conforme descrição e estimativa de horas constante da tabela abaixo:

- a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA;
- c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR/HORA R\$
VEÍCULOS TIPO: CAMINHÕES DE PORTE MÉDIO	VLR H/MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Corretiva
VEÍCULOS TIPO: AUTOMÓVEIS		Serviços MECÂNICA EM GERAL
8	Serviços mecânicos para CELER, marca CHERY	85,00
9	Serviços mecânicos para CLASSIC, marca CHEVROLET	85,00
10	Serviços mecânicos para GOL, marca VOLKSWAGEN	85,00
11	Serviços mecânicos para JETA, marca VOLKSWAGEN	85,00
12	Serviços mecânicos para LOGAN, marca RENAULT	85,00
13	Serviços mecânicos para UNO, marca FIAT	37,50 85,00 54,00
14	Serviços mecânicos para VOYAGE, marca VOLKSWAGEN	37,50 85,00 54,00
15	Serviços mecânicos para MOBI, marca FIAT	37,50 85,00 54,00
VEÍCULOS TIPO: UTILITÁRIOS		
16	Serviços mecânicos para SAVEIRO, marca VOLKSWAGEN	85,00

17	Serviços mecânicos para HILUX marca TOYOTA		85,00	
VEÍCULOS TIPO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS				
18	Serviços mecânicos para SPIN marca CHEVROLET		85,00	
19	Serviços mecânicos para KOMBI marca VOKSWAGEN	70,00	85,00	70,00
20	Serviços mecânicos para DUCATO/ DOBLO marca FIAT		85,00	
21	Serviços mecânicos para KANGOO, marca RENAULT		85,00	
22	Serviços mecânicos para AMBULAN- CIA KANGOO, marca RENAULT	80,00	85,00	80,00
23	Serviços mecânicos para BOXER, marca PEUGEOT		85,00	

1.2 – Para o presente certame serão consideradas as seguintes definições dos serviços:

a) **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Serviços de caráter revisional, com ocorrência em intervalos regulares de quilometragens percorridas ou tempo de utilização, previstas no manual de manutenção dos veículos, compreendidos basicamente na substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como: óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e lonas de freio etc.; para garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação do veículo;

b) **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** São todos os serviços de pintura e chapeação.

c) **SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL:** Desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, carburadores, injetores de combustível mecânico e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), reduções e/ou trações 4X4, freios, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial(ais), distribuição, direção, engrenagens diversas, amortecedores, suspensão, magnetos, mancais, suportes, biela, pistões, enfim, todos os serviços mecânicos e hidráulicos do veículo, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito.

1.3 – A FORNECEDORA deverá possuir oficina mecânica num raio de distância de, no máximo, 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto para todos os itens, sendo de responsabilidade da FORNECEDORA, quando necessário, a remoção do veículo até sua oficina e a devolução na sede da contratante, sem qualquer ônus para o Município durante a validade da ata e garantia.

1.4 – A FORNECEDORA, se necessário, deverá realizar o transporte do veículo (ida e volta), até a sua sede, impreterivelmente, com caminhão guincho plataforma, arcando com todas as despesas necessárias.

Obs.: O transporte acima citado deverá ser realizado por guincho devidamente segurado.

1.5 – O local de execução dos serviços e assistência técnica para os veículos deverá ser a oficina da FORNECEDORA, inclusive no período de garantia, vedada subcontratação não autorizada previamente.

1.6 – Em casos de emergência, no local onde se encontra o veículo impossibilitado de deslocamento, a FORNECEDORA, sem ônus adicional para o Município, no raio de 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do município de Pinheiro Preto, deverá obedecer a um limite máximo para atendimento de até 3 (três) horas depois de acionada pelo requisitante, bem como deverá realizar a remoção para execução dos serviços nos prazos regulares. O prazo também se aplica para situações de assistência técnica ou serviço de auto socorro, a contar do recebimento da solicitação.

1.7 – Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados mediante o pagamento da hora técnica prevista nesta ata e seus anexos, obedecidas às formalidades e ocorrência da liquidação da despesa.

1.8 – A quantidade de horas necessárias para cada serviço será dimensionada de acordo com a necessidade e orçamento (Plano de Serviços – Anexo X) a ser apresentado ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente atestado pelo mesmo.

1.9 – Os veículos deverão passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao entrar na oficina (informações sobre o estado da lataria, do estofamento, riscos, quilometragem, quantidade do marcador de combustíveis, descrição do provável defeito, etc.). Nesta vistoria, formalizada pela SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) devem assinar o responsável pelo veículo (Fiscal da Ata de Registro de Preços) e o representante da FORNECEDORA.

1.10 – A FORNECEDORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do veículo e respectiva SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) para serviço, constatando o problema e os serviços/reparos a serem executados, apresentará ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços a serem prestados e relação das peças, se for o caso, a serem adquiridas pelo Município para a execução da futura contratação, bem como a quantidade de horas correspondentes aos serviços (Plano de Serviços – Anexo X), nos termos previstos na presente ata para efeito de eventual aprovação e expedição da Autorização de Fornecimento.

1.11 – Deverá constar do orçamento prévio de que trata o item 1.10, além das horas e do preço dos serviços conforme registrado em ata, relação das peças e suas respectivas especificações a serem adquiridas pelo Município, para utilização na manutenção dos referidos veículos.

1.11.1 – O prazo de entrega dos veículos a serem reparados, será contado a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá respeitar os prazos máximos estabelecidos nesta ata e seus anexos, sendo que quando necessária a substituição de peças, o prazo de execução será contado a partir das providências previstas no item 1.9 e da entrega da mesma.

1.12 – O Município analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial do orçamento apresentado, levando em conta a sua economicidade. Após essa análise, se conveniente, o Município expedirá Autorização de Fornecimento à FORNECEDORA para executar os serviços, sem a qual não deverá ser executado, sob pena de não ser efetuado o respectivo pagamento, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.

1.13 – O Município, não concordando com a relação de serviços/peças/materiais apresentados pela FORNECEDORA, solicitará uma nova relação suprimindo o que entender necessário (novo orçamento), sem que caiba qualquer recurso por parte desta, inclusive quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a SAT – Solicitação de Serviços que tenha recebido.

1.14 – Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços/peças/materiais, a FORNECEDORA deverá informar o fato ao Município, por escrito e de forma discriminada e justificada em forma de orçamento complementar, ficando a sua execução condicionada à prévia aprovação desse orçamento pelo Município, por meio do Fiscal da Ata de Registro de Preços, mediante procedimento prévio para a execução dos serviços.

1.15 – Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação e recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.16 – Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da FORNECEDORA, já inclusos no valor da mão de obra.

1.17 – O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, à oficina da FORNECEDORA para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.

1.18 – Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos (recebimento definitivo) após o(s) veículo(s) ser(em) examinado(s) pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município.

1.19 – Após a prestação dos serviços, a FORNECEDORA deverá entregar os veículos no local informado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o indicado na Autorização de Fornecimento.

1.20 – Nos veículos em garantia de fábrica, enquanto perdurar a garantia, seus serviços serão executados na respectiva concessionária. Findo o prazo de garantia, os mesmos passarão a integrar o item correspondente desta ata, para efeito de contratações.

1.21 – A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados aos veículos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.21.1 – Será de total e exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto que por ventura venham a ocorrer durante o período em que a mesma estiver com a guarda do(s) veículo(s) para a prestação dos serviços ou quando seus empregados ou prepostos estiverem conduzindo-os, arcando com todos os custos envolvidos no infortúnio.

1.22– A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.

1.23 – A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – Os produtos objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo valor unitário descrito abaixo:

8.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para CELER, marca CHERY. R\$ 85,00

9.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para CLASSIC, marca CHEVROLET R\$ 85,00

10.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para GOL, marca VOLKSWAGEN. R\$ 85,00

11.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para JETA, marca VOLKSWAGEN. R\$ 85,00

12.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para LOGAN, marca RENAULT. R\$ 85,00

13.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para UNO, marca FIAT. R\$ 37,50

13.2 M. CORRETIVAA Serviços mecânicos para UNO, marca FIAT. R\$ 85,00

13.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para UNO, marca FIAT. R\$ 54,00

14.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para VOYAGE, marca VOLKSWAGEN. R\$ 37,50

14.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para VOYAGE, marca VOLKSWAGEN. R\$ 85,00

14.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para VOYAGE, marca VOLKSWAGEN. R\$ 54,00

15.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para MOBI, marca FIAT R\$ 37,50

15.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para MOBI, marca FIAT. R\$ 85,00

15.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para MOBI, marca FIAT R\$ 54,00

16.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para SAVEIRO marca VOLKSWAGEN. R\$ 85,00

17.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para HILUX marca TOYOTA R\$ 85,00

18.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para SPIN marca CHEVROLET R\$ 85,00

19.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para KOMBI marca VOKSWAGEN R\$ 70,00

19.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para KOMBI marca VOKSWAGEN. R\$ 85,00

19.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para KOMBI marca VOKSWAGEN. R\$ 70,00

20.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para DUCATO/DOBLO marca FIAT R\$ 85,00

21.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para KANGOO, marca RENAULT R\$ 85,00

22.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para AMBULANCIA KANGOO, marca RENAULT R\$ 80,00

22.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para AMBULANCIA KANGOO, marca RENAULT R\$ 85,00

22.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para AMBULANCIA KANGOO, marca RENAULT R\$ 80,00

23.2 M. CORRETIVA Serviços mecânicos para BOXER, marca PEUGEOT R\$ 85,00

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para execução dos reparos necessários no(s) veículo(s) devem ser estabelecidos de comum acordo com a FORNECEDORA, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que para a manutenção corretiva o prazo máximo é de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 – Para apresentar o Plano de Serviços (Anexo X) com orçamento ao Município, o prazo é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega do veículo com a Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo IX), diretamente ao Fiscal da Ata de Registro de Preços.

5.4 – Para iniciar a execução do serviço, a FORNECEDORA terá o prazo máximo de até 12 (doze) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.5 – Para executar qualquer serviço, os prazos máximos admitidos para efeito de remuneração, independentemente do tempo dispendido para execução dos serviços serão os constantes da Autorização de Fornecimento emitida anteriormente, não sendo considerados em duplicidade quando o caso permitir. (Ex: retirado o motor para realizar a substituição de uma determinada peça, este tempo não pode ser considerado concomitantemente para substituição de outra peça ou serviço, cabendo somente a cobrança do tempo para realização deste)

5.6 – Para a FORNECEDORA enviar resposta a qualquer comunicação do Município, contados do momento do recebimento, o prazo será:

- Imediatamente se demandada por telefone, salvo não dispondo de imediato da informação demandada;
- 24 (vinte e quatro) horas, para resposta por e-mail, para o endereço de e-mail do servidor do Município que lhe for indicado. É obrigação da empresa vencedora, a apresentação do endereço eletrônico válido para fins de recebimento de notificações, comunicados, intimações, bem como empenhos e Autorizações de Fornecimento, podendo fazê-lo desde logo em sua proposta de preços na licitação;
- 02 (dois) dias úteis quando exigida resposta formal, devidamente protocolado.

5.7 – Após a prestação de serviços, deverá a FORNECEDORA entregar o veículo nas mesmas ou melhores condições de limpeza em que o recebeu.

5.8 – Após a realização de cada serviço, a FORNECEDORA deverá disponibilizar profissional competente para acompanhar o servidor designado pelo Município na realização de prova de rua, quando os serviços serão testados com o veículo trafegando, retornando o veículo automaticamente à FORNECEDORA, caso o resultado no teste não se mostre satisfatório.

5.8.1 – A FORNECEDORA arcará com os custos e a responsabilidade técnica dos testes referidos no item acima.

5.9 – A FORNECEDORA deverá reparar, inclusive substituindo peças, tudo às suas expensas, quando o defeito for decorrente de falha na execução de serviço anteriormente executado.

5.10 – A FORNECEDORA deverá refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços a partir dos devidos testes.

5.11 – A FORNECEDORA deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (As peças substituídas serão fotografadas e arquivadas no processo de despesa dos serviços)

5.12 – A FORNECEDORA deverá preencher e, quando for o caso, carimbar/rubricar o manual, ficha e/ou outro documento de controle de inspeção e manutenção regular do veículo.

5.13 – A FORNECEDORA deverá preencher adesivo ou outro meio de registro informando a quilometragem ou a data da próxima troca de lubrificantes ou outro material ou manutenção preventiva de alguma parte, peça ou acessório, para os casos necessários.

5.14 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.15 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.16 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.17 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.



5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.18 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.19 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.20 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.21 - A FORNECEDORA é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1 – A contar do recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA garante a continuidade e qualidade do resultado de cada serviço de manutenção prestado, pelo prazo não inferior a 90 (noventa) dias, não se aplicando a garantia a falhas por causas alheias ao serviço executado, devendo o prazo da garantia vir escrito na Nota Fiscal ou fatura.

6.1.1 – Referido prazo não corre se a falha, defeito ou vício for ocultado pela FORNECEDORA ao tempo da prestação de serviços.

6.2 – Em caso de não aceitação, fica a FORNECEDORA obrigada a refazer os serviços e a substituí-lo, sem custos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas nesta ata.

6.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta ata, na própria Ata de Registro de Preços, bem como dos contratos dela decorrentes.

6.4 – A execução dos serviços pela FORNECEDORA implica no reconhecimento de serem as peças fornecidas pelo Município de primeira qualidade, salvo no caso de recusa tempestiva e justificada formalmente.

#### CLÁUSULA 7ª – DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

7.1 – A FORNECEDORA deverá possuir, até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita nesta ata quanto ao lote que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

7.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente PARA abrigar os veículos.

7.3 – A oficina da FORNECEDORA deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

7.4 – A FORNECEDORA deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pela presente ata.

#### CLAÚSULA 8ª – DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1 – Será necessária a apresentação da Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo IX) e o Plano de Serviços (Anexo X) apresentado pela FORNECEDORA.

8.2 – Após a regular apresentação dos documentos citados no item 8.1, fica o Fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pela aprovação do Plano de Serviço.

8.3 – Aprovado o Plano de Serviço, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, será dado prosseguimento ao procedimento de formalização de contratação, obedecidas as fases de processamento da despesa.

8.4 – Em conformidade, deverá ser utilizada Tabela para Conversão da Hora Sexagesimal em Hora Centesimal (Anexo VIII), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente aceitas, que admitem que "algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (Norma da ABNT NBR 5891).



**CLÁUSULA 9ª – DA CONVERSÃO**

9.1 – Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas (sexagesimal) para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

9.2 – O uso da Tabela de Conversão de Hora Sexagesimal para Centesimal (Anexo VIII) é indispensável para a realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

**CLÁUSULA 10ª - DA VIGÊNCIA**

10.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

**CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017/2018.

**CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA 13ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**CLÁUSULA 14ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA**

14.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

**CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES**

15.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

15.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO

16.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

16.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 17ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

17.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 116/2017 modalidade Pregão Presencial nº Campo do usuário NumLicitação = 72/2017 - PMV - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

17.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

**CLÁUSULA 18ª – DA FISCALIZAÇÃO**

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplimento a que se referir o objeto licitado.

**CLÁUSULA 19ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

19.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA 20ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

20.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

**CLÁUSULA 21ª - DO FORO**

21.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

**CLÁUSULA 22ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

14.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2017 e abaixo transcritas, e àquelas a serem consignadas no orçamento de 2018:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário

Programa:23 - Estradas Vicinais

Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função:20 - Agricultura

Subfunção:606 - Extensão Rural

Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função:4 - Administração

Subfunção:122 - Administração Geral

Programa:3 - Administração Geral

Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saúde Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:5 - Assistencia Social Geral  
Ação:2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:6 - Assistencia A Crianças E Adolescentes  
Ação:2.68 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 11 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	MECANICA RUBINI LTDA

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021 PREGÃO 074

Publicação Nº 1407855

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Ao(s) onze dias do mês de outubro de 2017, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.760.365/0001-78, sediada/residente na Rua Pedro Andreazza, 100 - Centro, cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor ADÃO RENATO CESA, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 074/2017 – Registro de Preços, homologado em data de 17 de outubro de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1– A presente ata tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS CAMINHÕES, ÔNIBUS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS UTILITÁRIOS E AUTOMOVEIS DA FROTA DO MUNICÍPIO, conforme descrição e estimativa de horas constante da tabela abaixo:

- a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA;
- c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR/HORA R\$		
VEÍCULOS TIPO: CAMINHÕES DE PORTE MÉDIO		VLR H/MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Corretiva	Serviços MECÂNICA EM GERAL
VEÍCULOS TIPO: AUTOMÓVEIS				
8	Serviços mecânicos para CELER, marca CHERY	38,00		55,00
9	Serviços mecânicos para CLASSIC, marca CHEVROLET	38,00		55,00
10	Serviços mecânicos para GOL, marca VOLKSWAGEN	38,00		55,00
11	Serviços mecânicos para JETA, marca VOLKSWAGEN	38,00		55,00
12	Serviços mecânicos para LOGAN, marca RENAULT	38,00		55,00
VEÍCULOS TIPO: UTILITÁRIOS				
16	Serviços mecânicos para SAVEIRO marca VOLKSWAGEN	38,00		55,00
17	Serviços mecânicos para HILUX marca TOYOTA	38,00		55,00
VEÍCULOS TIPO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS				
18	Serviços mecânicos para SPIN marca CHEVROLET	38,00		55,00
20	Serviços mecânicos para DUCATO/DOBLO marca FIAT	38,00		55,00
21	Serviços mecânicos para KANGOO, marca RENAULT	38,00		55,00

1.2 – Para o presente certame serão consideradas as seguintes definições dos serviços:

a) **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Serviços de caráter revisional, com ocorrência em intervalos regulares de quilometragens percorridas ou tempo de utilização, previstas no manual de manutenção dos veículos, compreendidos basicamente na substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como: óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e lonas de freio etc.; para garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação do veículo;

b) **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** São todos os serviços de pintura e chapeação.

c) **SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL:** Desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, carburadores, injetores de combustível mecânico e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), reduções e/ou trações 4X4, freios, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial(ais), distribuição, direção, engrenagens diversas, amortecedores, suspensão, magnetos, mancais, suportes, biela, pistões, enfim, todos os serviços mecânicos e hidráulicos do veículo, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito.

1.3 – A FORNECEDORA deverá possuir oficina mecânica num raio de distância de, no máximo, 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto para todos os itens, sendo de responsabilidade da FORNECEDORA, quando necessário, a remoção do veículo até sua oficina e a devolução na sede da contratante, sem qualquer ônus para o Município durante a validade da ata e garantia.

1.4 – A FORNECEDORA, se necessário, deverá realizar o transporte do veículo (ida e volta), até a sua sede, impreterivelmente, com caminhão guincho plataforma, arcando com todas as despesas necessárias.



Obs.: O transporte acima citado deverá ser realizado por guincho devidamente segurado.

1.5 – O local de execução dos serviços e assistência técnica para os veículos deverá ser a oficina da FORNECEDORA, inclusive no período de garantia, vedada subcontratação não autorizada previamente.

1.6 – Em casos de emergência, no local onde se encontra o veículo impossibilitado de deslocamento, a FORNECEDORA, sem ônus adicional para o Município, no raio de 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do município de Pinheiro Preto, deverá obedecer a um limite máximo para atendimento de até 3 (três) horas depois de acionada pelo requisitante, bem como deverá realizar a remoção para execução dos serviços nos prazos regulares. O prazo também se aplica para situações de assistência técnica ou serviço de auto socorro, a contar do recebimento da solicitação.

1.7 – Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados mediante o pagamento da hora técnica prevista nesta ata e seus anexos, obedecidas às formalidades e ocorrência da liquidação da despesa.

1.8 – A quantidade de horas necessárias para cada serviço será dimensionada de acordo com a necessidade e orçamento (Plano de Serviços – Anexo X) a ser apresentado ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente atestado pelo mesmo.

1.9 – Os veículos deverão passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao entrar na oficina (informações sobre o estado da lataria, do estofamento, riscos, quilometragem, quantidade do marcador de combustíveis, descrição do provável defeito, etc.). Nesta vistoria, formalizada pela SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) devem assinar o responsável pelo veículo (Fiscal da Ata de Registro de Preços) e o representante da FORNECEDORA.

1.10 – A FORNECEDORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do veículo e respectiva SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) para serviço, constatando o problema e os serviços/reparos a serem executados, apresentará ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços a serem prestados e relação das peças, se for o caso, a serem adquiridas pelo Município para a execução da futura contratação, bem como a quantidade de horas correspondentes aos serviços (Plano de Serviços – Anexo X), nos termos previstos na presente ata para efeito de eventual aprovação e expedição da Autorização de Fornecimento.

1.11 – Deverá constar do orçamento prévio de que trata o item 1.10, além das horas e do preço dos serviços conforme registrado em ata, relação das peças e suas respectivas especificações a serem adquiridas pelo Município, para utilização na manutenção dos referidos veículos.

1.11.1 – O prazo de entrega dos veículos a serem reparados, será contado a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá respeitar os prazos máximos estabelecidos nesta ata e seus anexos, sendo que quando necessária a substituição de peças, o prazo de execução será contado a partir das providências previstas no item 1.9 e da entrega da mesma.

1.12 – O Município analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial do orçamento apresentado, levando em conta a sua economicidade. Após essa análise, se conveniente, o Município expedirá Autorização de Fornecimento à FORNECEDORA para executar os serviços, sem a qual não deverá ser executado, sob pena de não ser efetuado o respectivo pagamento, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.

1.13 – O Município, não concordando com a relação de serviços/peças/materiais apresentados pela FORNECEDORA, solicitará uma nova relação suprimindo o que entender necessário (novo orçamento), sem que caiba qualquer recurso por parte desta, inclusive quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a SAT – Solicitação de Serviços que tenha recebido.

1.14 – Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços/peças/materiais, a FORNECEDORA deverá informar o fato ao Município, por escrito e de forma discriminada e justificada em forma de orçamento complementar, ficando a sua execução condicionada à prévia aprovação desse orçamento pelo Município, por meio do Fiscal da Ata de Registro de Preços, mediante procedimento prévio para a execução dos serviços.

1.15 – Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação e recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.16 – Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da FORNECEDORA, já inclusos no valor da mão de obra.

1.17 – O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, à oficina da FORNECEDORA para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.

1.18 – Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos (recebimento definitivo) após o(s) veículo(s) ser(em) examinado(s) pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município.

1.19 – Após a prestação dos serviços, a FORNECEDORA deverá entregar os veículos no local informado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o indicado na Autorização de Fornecimento.

1.20 – Nos veículos em garantia de fábrica, enquanto perdurar a garantia, seus serviços serão executados na respectiva concessionária. Findo o prazo de garantia, os mesmos passarão a integrar o item correspondente desta ata, para efeito de contratações.

1.21 – A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados aos veículos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.21.1 – Será de total e exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto que por ventura



venham a ocorrer durante o período em que a mesma estiver com a guarda do(s) veículo(s) para a prestação dos serviços ou quando seus empregados ou prepostos estiverem conduzindo-os, arcando com todos os custos envolvidos no infortúnio.

1.22- A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.

1.23 - A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 - Os produtos objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo valor unitário descrito abaixo:

8.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para CELER, marca CHERY, marca FIAT. R\$ 38,00

8.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para CELER, marca CHERY. R\$ 55,00

9.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para CLASSIC, marca CHEVROLET, marca FIAT. R\$ 38,00

9.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para CLASSIC, marca CHEVROLET. R\$ 55,00

10.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para GOL, marca VOLKSWAGEN. R\$ 38,00

10.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para GOL, marca VOLKSWAGEN R\$ 55,00

11.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para JETA, marca VOLKSWAGEN. R\$ 38,00

11.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para JETA, marca VOLKSWAGEN. R\$ 55,00

12.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para LOGAN, marca RENAULT R\$ 38,00

12.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para LOGAN, marca RENAULT R\$ 55,00

16.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para SAVEIRO marca VOLKSWAGEN. R\$ 38,00

16.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para SAVEIRO marca VOLKSWAGEN R\$ 55,00

17.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para HILUX marca TOYOTA R\$ 38,00

17.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para HILUX marca TOYOTAR\$ 55,00

18.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para SPIN marca CHEVROLET. R\$ 38,00

18.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para SPIN marca CHEVROLETR\$ 55,00

20.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para DUCATO/DOBLO marca FIAT R\$ 38,00

20.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para DUCATO/DOBLO marca FIAT R\$ 55,00

21.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para KANGOO, marca RENAULT R\$ 38,00

21.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para KANGOO, marca RENAULT R\$ 55,00

2.2 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 - A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 - Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para execução dos reparos necessários no(s) veículo(s) devem ser estabelecidos de comum acordo com a FORNECEDORA, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que para a manutenção corretiva o prazo máximo é de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 – Para apresentar o Plano de Serviços (Anexo X) com orçamento ao Município, o prazo é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega do veículo com a Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo IX), diretamente ao Fiscal da Ata de Registro de Preços.

5.4 – Para iniciar a execução do serviço, a FORNECEDORA terá o prazo máximo de até 12 (doze) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.5 – Para executar qualquer serviço, os prazos máximos admitidos para efeito de remuneração, independentemente do tempo dispendido para execução dos serviços serão os constantes da Autorização de Fornecimento emitida anteriormente, não sendo considerados em duplicidade quando o caso permitir. (Ex: retirado o motor para realizar a substituição de uma determinada peça, este tempo não pode ser considerado concomitantemente para substituição de outra peça ou serviço, cabendo somente a cobrança do tempo para realização deste)

5.6 – Para a FORNECEDORA enviar resposta a qualquer comunicação do Município, contados do momento do recebimento, o prazo será:

- Imediatamente se demandada por telefone, salvo não dispondo de imediato da informação demandada;
- 24 (vinte e quatro) horas, para resposta por e-mail, para o endereço de e-mail do servidor do Município que lhe for indicado. É obrigação da empresa vencedora, a apresentação do endereço eletrônico válido para fins de recebimento de notificações, comunicados, intimações, bem como empenhos e Autorizações de Fornecimento, podendo fazê-lo desde logo em sua proposta de preços na licitação;
- 02 (dois) dias úteis quando exigida resposta formal, devidamente protocolado.

5.7 – Após a prestação de serviços, deverá a FORNECEDORA entregar o veículo nas mesmas ou melhores condições de limpeza em que o recebeu.

5.8 – Após a realização de cada serviço, a FORNECEDORA deverá disponibilizar profissional competente para acompanhar o servidor designado pelo Município na realização de prova de rua, quando os serviços serão testados com o veículo trafegando, retornando o veículo automaticamente à FORNECEDORA, caso o resultado no teste não se mostre satisfatório.

5.8.1 – A FORNECEDORA arcará com os custos e a responsabilidade técnica dos testes referidos no item acima.

5.9 – A FORNECEDORA deverá reparar, inclusive substituindo peças, tudo às suas expensas, quando o defeito for decorrente de falha na execução de serviço anteriormente executado.

5.10 – A FORNECEDORA deverá refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços a partir dos devidos testes.

5.11 – A FORNECEDORA deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (As peças substituídas serão fotografadas e arquivadas no processo de despesa dos serviços)

5.12 – A FORNECEDORA deverá preencher e, quando for o caso, carimbar/rubricar o manual, ficha e/ou outro documento de controle de

inspeção e manutenção regular do veículo.

5.13 – A FORNECEDORA deverá preencher adesivo ou outro meio de registro informando a quilometragem ou a data da próxima troca de lubrificantes ou outro material ou manutenção preventiva de alguma parte, peça ou acessório, para os casos necessários.

5.14 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.15 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.16 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.17 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.18 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.19 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.20 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.21 - A FORNECEDORA é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1 – A contar do recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA garante a continuidade e qualidade do resultado de cada serviço de manutenção prestado, pelo prazo não inferior a 90 (noventa) dias, não se aplicando a garantia a falhas por causas alheias ao serviço executado, devendo o prazo da garantia vir escrito na Nota Fiscal ou fatura.

6.1.1 – Referido prazo não corre se a falha, defeito ou vício for ocultado pela FORNECEDORA ao tempo da prestação de serviços.

6.2 – Em caso de não aceitação, fica a FORNECEDORA obrigada a refazer os serviços e a substituí-lo, sem custos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas nesta ata.

6.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta ata, na própria Ata de Registro de Preços, bem como dos contratos dela decorrentes.

6.4 – A execução dos serviços pela FORNECEDORA implica no reconhecimento de serem as peças fornecidas pelo Município de primeira qualidade, salvo no caso de recusa tempestiva e justificada formalmente.

#### CLÁUSULA 7ª – DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

7.1 – A FORNECEDORA deverá possuir, até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita nesta ata quanto ao lote que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

7.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente PARA abrigar os veículos.

7.3 – A oficina da FORNECEDORA deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

7.4 – A FORNECEDORA deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;

- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pela presente ata.

#### CLÁUSULA 8ª – DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1 – Será necessária a apresentação da Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo IX) e o Plano de Serviços (Anexo X) apresentado pela FORNECEDORA.

8.2 – Após a regular apresentação dos documentos citados no item 8.1, fica o Fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pela aprovação do Plano de Serviço.

8.3 – Aprovado o Plano de Serviço, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, será dado prosseguimento ao procedimento de formalização de contratação, obedecidas as fases de processamento da despesa.

8.4 – Em conformidade, deverá ser utilizada Tabela para Conversão da Hora Sexagesimal em Hora Centesimal (Anexo VIII), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente aceitas, que admitem que "algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (Norma da ABNT NBR 5891).

#### CLÁUSULA 9ª – DA CONVERSÃO

9.1 – Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas (sexagesimal) para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

9.2 – O uso da Tabela de Conversão de Hora Sexagesimal para Centesimal (Anexo VIII) é indispensável para a realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

#### CLÁUSULA 10ª - DA VIGÊNCIA

10.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017/2018.

#### CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 13ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho

da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 14ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

14.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES

15.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

15.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO

16.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.



16.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 17ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

17.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 116/2017 modalidade Pregão Presencial nº Campo do usuário NumLicitação = 72/2017 - PMV - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

17.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 19ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 20ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

20.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 21ª - DO FORO

21.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 22ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2017 e abaixo transcritas, e àquelas a serem consignadas no orçamento de 2018:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA



## 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:3 - Administração Geral  
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saude Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:5 - Assistencia Social Geral  
Ação:2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:6 - Assistencia A Crianças E Adolescentes  
Ação:2.68 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 11 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022 PREGÃO 074**

Publicação Nº 1407856

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Ao(s) onze dias do mês de outubro de 2017, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: RETÍFICA DE AUTO PEÇAS DOCA EIRELI ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.870.611/0001-70, sediada/residente na Rod SC 355 km 53,5 sala 07, cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor NEOCENES STRANGINSKI, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 074/2017 – Registro de Preços, homologado em data de 17 de outubro de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO**

1.1– A presente ata tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS CAMINHÕES, ÔNIBUS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS UTILITÁRIOS E AUTOMOVEIS DA FROTA DO MUNICÍPIO, conforme descrição e estimativa de horas constante da tabela abaixo:

- a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA;
- c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR/HORA R\$
VEÍCULOS TIPO: CAMINHÕES DE PORTE MÉDIO	VLR H/MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Corretiva
1	Serviços mecânicos para caminhões da marca MERCEDES BENZ.	55,00
2	Serviços mecânicos para caminhões da marca FORD.	55,00

1.2 – Para o presente certame serão consideradas as seguintes definições dos serviços:

a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Serviços de caráter revisional, com ocorrência em intervalos regulares de quilometragens percorridas ou tempo de utilização, previstas no manual de manutenção dos veículos, compreendidos basicamente na substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como: óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e lonas de freio etc.; para garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação do veículo;

b) MANUTENÇÃO CORRETIVA: São todos os serviços de pintura e chapeação.

c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL: Desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, carburadores, injetores de combustível mecânico e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), reduções e/ou trações 4X4, freios, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial(ais), distribuição, direção, engrenagens diversas, amortecedores, suspensão, magnetos, mancais, suportes, biela, pistões, enfim, todos os serviços mecânicos e hidráulicos do veículo, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito.

1.3 – A FORNECEDORA deverá possuir oficina mecânica num raio de distância de, no máximo, 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto para todos os itens, sendo de responsabilidade da FORNECEDORA, quando necessário, a remoção do veículo até sua oficina e a devolução na sede da contratante, sem qualquer ônus para o Município durante a validade da ata e garantia.

1.4 – A FORNECEDORA, se necessário, deverá realizar o transporte do veículo (ida e volta), até a sua sede, impreterivelmente, com caminhão guincho plataforma, arcando com todas as despesas necessárias.

Obs.: O transporte acima citado deverá ser realizado por guincho devidamente segurado.

1.5 – O local de execução dos serviços e assistência técnica para os veículos deverá ser a oficina da FORNECEDORA, inclusive no período de garantia, vedada subcontratação não autorizada previamente.

1.6 – Em casos de emergência, no local onde se encontra o veículo impossibilitado de deslocamento, a FORNECEDORA, sem ônus adicional para o Município, no raio de 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do município de Pinheiro Preto, deverá obedecer a um limite máximo para atendimento de até 3 (três) horas depois de acionada pelo requisitante, bem como deverá realizar a remoção para execução dos serviços nos prazos regulares. O prazo também se aplica para situações de assistência técnica ou serviço de auto socorro, a contar do recebimento da solicitação.

1.7 – Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados mediante o pagamento da hora técnica prevista nesta ata e seus anexos, obedecidas às formalidades e ocorrência da liquidação da despesa.

- 1.8 – A quantidade de horas necessárias para cada serviço será dimensionada de acordo com a necessidade e orçamento (Plano de Serviços – Anexo X) a ser apresentado ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente atestado pelo mesmo.
- 1.9 – Os veículos deverão passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao entrar na oficina (informações sobre o estado da lataria, do estofamento, riscos, quilometragem, quantidade do marcador de combustíveis, descrição do provável defeito, etc.). Nesta vistoria, formalizada pela SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) devem assinar o responsável pelo veículo (Fiscal da Ata de Registro de Preços) e o representante da FORNECEDORA.
- 1.10 – A FORNECEDORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do veículo e respectiva SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) para serviço, constatando o problema e os serviços/reparos a serem executados, apresentará ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços a serem prestados e relação das peças, se for o caso, a serem adquiridas pelo Município para a execução da futura contratação, bem como a quantidade de horas correspondentes aos serviços (Plano de Serviços – Anexo X), nos termos previstos na presente ata para efeito de eventual aprovação e expedição da Autorização de Fornecimento.
- 1.11 – Deverá constar do orçamento prévio de que trata o item 1.10, além das horas e do preço dos serviços conforme registrado em ata, relação das peças e suas respectivas especificações a serem adquiridas pelo Município, para utilização na manutenção dos referidos veículos.
- 1.11.1 – O prazo de entrega dos veículos a serem reparados, será contado a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá respeitar os prazos máximos estabelecidos nesta ata e seus anexos, sendo que quando necessária a substituição de peças, o prazo de execução será contado a partir das providências previstas no item 1.9 e da entrega da mesma.
- 1.12 – O Município analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial do orçamento apresentado, levando em conta a sua economicidade. Após essa análise, se conveniente, o Município expedirá Autorização de Fornecimento à FORNECEDORA para executar os serviços, sem a qual não deverá ser executado, sob pena de não ser efetuado o respectivo pagamento, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.
- 1.13 – O Município, não concordando com a relação de serviços/peças/materiais apresentados pela FORNECEDORA, solicitará uma nova relação suprimindo o que entender necessário (novo orçamento), sem que caiba qualquer recurso por parte desta, inclusive quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a SAT – Solicitação de Serviços que tenha recebido.
- 1.14 – Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços/peças/materiais, a FORNECEDORA deverá informar o fato ao Município, por escrito e de forma discriminada e justificada em forma de orçamento complementar, ficando a sua execução condicionada à prévia aprovação desse orçamento pelo Município, por meio do Fiscal da Ata de Registro de Preços, mediante procedimento prévio para a execução dos serviços.
- 1.15 – Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação e recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 1.16 – Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da FORNECEDORA, já inclusos no valor da mão de obra.
- 1.17 – O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, à oficina da FORNECEDORA para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.
- 1.18 – Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos (recebimento definitivo) após o(s) veículo(s) ser(em) examinado(s) pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município.
- 1.19 – Após a prestação dos serviços, a FORNECEDORA deverá entregar os veículos no local informado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o indicado na Autorização de Fornecimento.
- 1.20 – Nos veículos em garantia de fábrica, enquanto perdurar a garantia, seus serviços serão executados na respectiva concessionária. Findo o prazo de garantia, os mesmos passarão a integrar o item correspondente desta ata, para efeito de contratações.
- 1.21 – A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados aos veículos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.
- 1.21.1 – Será de total e exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto que por ventura venham a ocorrer durante o período em que a mesma estiver com a guarda do(s) veículo(s) para a prestação dos serviços ou quando seus empregados ou prepostos estiverem conduzindo-os, arcando com todos os custos envolvidos no infortúnio.
- 1.22 – A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.
- 1.23 – A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

- 2.1 – Os produtos objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo valor unitário descrito abaixo:

- 1.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para caminhões da marca MERCEDES BENZ. R\$ 55,00  
1.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para caminhões da marca MERCEDES BENZ. R\$ 85,00

- 2.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para caminhões da marca FORD. R\$ 55,00  
2.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para caminhões da marca FORD. R\$ 85,00

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para execução dos reparos necessários no(s) veículo(s) devem ser estabelecidos de comum acordo com a FORNECEDORA, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que para a manutenção corretiva o prazo máximo é de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 – Para apresentar o Plano de Serviços (Anexo X) com orçamento ao Município, o prazo é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega do veículo com a Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo IX), diretamente ao Fiscal da Ata de Registro de Preços.

5.4 – Para iniciar a execução do serviço, a FORNECEDORA terá o prazo máximo de até 12 (doze) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.5 – Para executar qualquer serviço, os prazos máximos admitidos para efeito de remuneração, independentemente do tempo dispendido para execução dos serviços serão os constantes da Autorização de Fornecimento emitida anteriormente, não sendo considerados em duplicidade quando o caso permitir. (Ex: retirado o motor para realizar a substituição de uma determinada peça, este tempo não pode ser considerado concomitantemente para substituição de outra peça ou serviço, cabendo somente a cobrança do tempo para realização deste)

5.6 – Para a FORNECEDORA enviar resposta a qualquer comunicação do Município, contados do momento do recebimento, o prazo será:

- Imediatamente se demandada por telefone, salvo não dispondo de imediato da informação demandada;
- 24 (vinte e quatro) horas, para resposta por e-mail, para o endereço de e-mail do servidor do Município que lhe for indicado. É obrigação da empresa vencedora, a apresentação do endereço eletrônico válido para fins de recebimento de notificações, comunicados, intimações, bem como empenhos e Autorizações de Fornecimento, podendo fazê-lo desde logo em sua proposta de preços na licitação;
- 02 (dois) dias úteis quando exigida resposta formal, devidamente protocolado.

5.7 – Após a prestação de serviços, deverá a FORNECEDORA entregar o veículo nas mesmas ou melhores condições de limpeza em que o recebeu.

5.8 – Após a realização de cada serviço, a FORNECEDORA deverá disponibilizar profissional competente para acompanhar o servidor designado pelo Município na realização de prova de rua, quando os serviços serão testados com o veículo trafegando, retornando o veículo automaticamente à FORNECEDORA, caso o resultado no teste não se mostre satisfatório.

5.8.1 – A FORNECEDORA arcará com os custos e a responsabilidade técnica dos testes referidos no item acima.

5.9 – A FORNECEDORA deverá reparar, inclusive substituindo peças, tudo às suas expensas, quando o defeito for decorrente de falha na execução de serviço anteriormente executado.

5.10 – A FORNECEDORA deverá refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços a partir dos devidos testes.

5.11 – A FORNECEDORA deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (As peças substituídas serão fotografadas e arquivadas no processo de despesa dos serviços)

5.12 – A FORNECEDORA deverá preencher e, quando for o caso, carimbar/rubricar o manual, ficha e/ou outro documento de controle de inspeção e manutenção regular do veículo.

5.13 – A FORNECEDORA deverá preencher adesivo ou outro meio de registro informando a quilometragem ou a data da próxima troca de lubrificantes ou outro material ou manutenção preventiva de alguma parte, peça ou acessório, para os casos necessários.

5.14 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.15 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.16 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.17 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.18 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.19 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.20 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.21 - A FORNECEDORA é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS



6.1 – A contar do recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA garante a continuidade e qualidade do resultado de cada serviço de manutenção prestado, pelo prazo não inferior a 90 (noventa) dias, não se aplicando a garantia a falhas por causas alheias ao serviço executado, devendo o prazo da garantia vir escrito na Nota Fiscal ou fatura.

6.1.1 – Referido prazo não corre se a falha, defeito ou vício for ocultado pela FORNECEDORA ao tempo da prestação de serviços.

6.2 – Em caso de não aceitação, fica a FORNECEDORA obrigada a refazer os serviços e a substituí-lo, sem custos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas nesta ata.

6.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta ata, na própria Ata de Registro de Preços, bem como dos contratos dela decorrentes.

6.4 – A execução dos serviços pela FORNECEDORA implica no reconhecimento de serem as peças fornecidas pelo Município de primeira qualidade, salvo no caso de recusa tempestiva e justificada formalmente.

#### CLÁUSULA 7ª – DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

7.1 – A FORNECEDORA deverá possuir, até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita nesta ata quanto ao lote que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

7.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente PARA abrigar os veículos.

7.3 – A oficina da FORNECEDORA deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

7.4 – A FORNECEDORA deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pela presente ata.

#### CLAÚSULA 8ª – DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1 – Será necessária a apresentação da Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo IX) e o Plano de Serviços (Anexo X) apresentado pela FORNECEDORA.

8.2 – Após a regular apresentação dos documentos citados no item 8.1, fica o Fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pela aprovação do Plano de Serviço.

8.3 – Aprovado o Plano de Serviço, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, será dado prosseguimento ao procedimento de formalização de contratação, obedecidas as fases de processamento da despesa.

8.4 – Em conformidade, deverá ser utilizada Tabela para Conversão da Hora Sexagesimal em Hora Centesimal (Anexo VIII), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente aceitas, que admitem que "algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (Norma da ABNT NBR 5891).

#### CLÁUSULA 9ª – DA CONVERSÃO

9.1 – Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas (sexagesimal) para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

9.2 – O uso da Tabela de Conversão de Hora Sexagesimal para Centesimal (Anexo VIII) é indispensável para a realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

#### CLÁUSULA 10ª - DA VIGÊNCIA

10.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017/2018.

#### CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



12.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,

III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,

II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 13ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 14ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

14.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES

15.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

15.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois)

anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO

16.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

16.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 17ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

17.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 116/2017 modalidade Pregão Presencial nº Campo do usuário NumLicitação = 72/2017 - PMV - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

17.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 19ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 20ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

20.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 21ª - DO FORO

21.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 22ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2017 e abaixo transcritas, e àquelas a serem consignadas no orçamento de 2018:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:3 - Administração Geral  
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saúde Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:5 - Assistência Social Geral  
Ação:2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO

Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:6 - Assistência A Crianças E Adolescentes  
Ação:2.68 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 11 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	RETÍFICA DE AUTO PEÇAS DOCA EIRELI ME

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

## CONTRATO N. 343/2017

Publicação Nº 1408790

### CONTRATO N. 343/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE COIFA INDUSTRIAL PARA A CRECHE MUNICIPAL celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa FUNILARIA E TRANSPORTES PERIN LTDA - ME, autorizado através do Processo n. 290/2017, Licitação n. 184DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

#### CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto  
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto-SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

#### CONTRATADA:

Empresa: FUNILARIA E TRANSPORTES PERIN LTDA - ME  
CNPJ-MF nº 05.968.303/0001-16  
Endereço: RUA AGOSTINHO SPRICIGO, 10, CENTRO,  
Arroio Trinta-Santa Catarina – CEP 89.590-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 184DL2017, datado de 03/10/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE COIFA INDUSTRIAL PARA A CRECHE MUNICIPAL

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	36218 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE COIFA INDUSTRIAL PARA A CRECHE MUNICIPAL	un	1	1.930,00	1.930,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.930,00 (um mil e novecentos e trinta reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
12 - Educação

361 - Ensino Fundamental  
12 - Desenvolvimento Educacional  
2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
121 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
136 - Salário Educação

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 184DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA NONA – PENALIDADES**

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 03 de outubro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

FUNILARIA E TRANSPORTES PERIN LTDA - ME

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



**CONTRATO Nº 356/2017**

Publicação Nº 1408930

CONTRATO Nº 356/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Termo de Contrato de SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.760.365/0001-78, sediada/residente na Rua Pedro Andreazza, 100 - Centro, cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor ADÃO RENATO CESA, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 074/2017 – Registro de Preços, homologado em data de 17 de outubro de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO**

1.1– O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS CAMINHÕES, ÔNIBUS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS UTILITÁRIOS E AUTOMOVEIS DA FROTA DO MUNICÍPIO, conforme descrição e estimativa de horas constante da tabela abaixo:

- a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA;
- c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR/HORA R\$		
VEÍCULOS TIPO: CAMINHÕES DE PORTE MÉDIO		MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Corretiva	Serviços MECÂNICA EM GERAL
VEÍCULOS TIPO: AUTOMÓVEIS				
8	Serviços mecânicos para CELER, marca CHERY	38,00		55,00
9	Serviços mecânicos para CLASSIC, marca CHEVROLET	38,00		55,00
10	Serviços mecânicos para GOL, marca VOLKSWAGEN	38,00		55,00
11	Serviços mecânicos para JETA, marca VOLKSWAGEN	38,00		55,00
12	Serviços mecânicos para LOGAN, marca RENAULT	38,00		55,00
VEÍCULOS TIPO: UTILITÁRIOS				
16	Serviços mecânicos para SAVEIRO marca VOLKSWAGEN	38,00		55,00
17	Serviços mecânicos para HILUX marca TOYOTA	38,00		55,00
VEÍCULOS TIPO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS				
18	Serviços mecânicos para SPIN marca CHEVROLET	38,00		55,00
20	Serviços mecânicos para DUCATO/DOBLO marca FIAT	38,00		55,00
21	Serviços mecânicos para KANGOO, marca RENAULT	38,00		55,00

1.2 – Para o presente certame serão consideradas as seguintes definições dos serviços:

a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Serviços de caráter revisional, com ocorrência em intervalos regulares de quilometragens percorridas ou tempo de utilização, previstas no manual de manutenção dos veículos, compreendidos basicamente na substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como: óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e lonas de freio etc.; para garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação do veículo;

b) MANUTENÇÃO CORRETIVA: São todos os serviços de pintura e chapeação.

c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL: Desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, carburadores, injetores de combustível mecânico e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), reduções e/ou trações 4X4, freios, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial(ais), distribuição, direção, engrenagens diversas, amortecedores, suspensão, magnetos, mancais, suportes, biela, pistões, enfim, todos os serviços mecânicos e hidráulicos do veículo, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito.

1.3 – A FORNECEDORA deverá possuir oficina mecânica num raio de distância de, no máximo, 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto para todos os itens, sendo de responsabilidade da FORNECEDORA, quando necessário, a remoção do veículo até sua oficina e a devolução na sede da contratante, sem qualquer ônus para o Município durante a validade da ata e garantia.

1.4 – A FORNECEDORA, se necessário, deverá realizar o transporte do veículo (ida e volta), até a sua sede, impreterivelmente, com caminhão guincho plataforma, arcando com todas as despesas necessárias.

Obs.: O transporte acima citado deverá ser realizado por guincho devidamente segurado.

1.5 – O local de execução dos serviços e assistência técnica para os veículos deverá ser a oficina da FORNECEDORA, inclusive no período de garantia, vedada subcontratação não autorizada previamente.

1.6 – Em casos de emergência, no local onde se encontra o veículo impossibilitado de deslocamento, a FORNECEDORA, sem ônus adicional para o Município, no raio de 50 km (cinquenta quilômetros) do perímetro urbano do município de Pinheiro Preto, deverá obedecer a um limite máximo para atendimento de até 3 (três) horas depois de acionada pelo requisitante, bem como deverá realizar a remoção para execução dos serviços nos prazos regulares. O prazo também se aplica para situações de assistência técnica ou serviço de auto socorro, a contar do recebimento da solicitação.

1.7 – Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados mediante o pagamento da hora técnica prevista na ata e contrato, obedecidas às formalidades e ocorrência da liquidação da despesa.

1.8 – A quantidade de horas necessárias para cada serviço será dimensionada de acordo com a necessidade e orçamento (Plano de Serviços – Anexo X) a ser apresentado ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente atestado pelo mesmo.

1.9 – Os veículos deverão passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao entrar na oficina (informações sobre o estado da lataria, do estofamento, riscos, quilometragem, quantidade do marcador de combustíveis, descrição do provável defeito, etc.). Nesta vistoria, formalizada pela SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) devem assinar o responsável pelo veículo (Fiscal da Ata de Registro de Preços) e o representante da FORNECEDORA.

1.10 – A FORNECEDORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do veículo e respectiva SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo IX) para serviço, constatando o problema e os serviços/reparos a serem executados, apresentará ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços a serem prestados e relação das peças, se for o caso, a serem adquiridas pelo Município para a execução da futura contratação, bem como a quantidade de horas correspondentes aos serviços (Plano de Serviços – Anexo X), nos termos previstos do presente contrato para efeito de eventual aprovação e expedição da Autorização de Fornecimento.

1.11 – Deverá constar do orçamento prévio de que trata o item 1.10, além das horas e do preço dos serviços conforme registrado em ata, relação das peças e suas respectivas especificações a serem adquiridas pelo Município, para utilização na manutenção dos referidos veículos.

1.11.1 – O prazo de entrega dos veículos a serem reparados, será contado a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá respeitar os prazos máximos estabelecidos nesta ata e seus anexos, sendo que quando necessária a substituição de peças, o prazo de execução será contado a partir das providências previstas no item 1.9 e da entrega da mesma.

1.12 – O Município analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial do orçamento apresentado, levando em conta a sua economicidade. Após essa análise, se conveniente, o Município expedirá Autorização de Fornecimento à FORNECEDORA para executar os serviços, sem a qual não deverá ser executado, sob pena de não ser efetuado o respectivo pagamento, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.

1.13 – O Município, não concordando com a relação de serviços/peças/materiais apresentados pela FORNECEDORA, solicitará uma nova relação suprimindo o que entender necessário (novo orçamento), sem que caiba qualquer recurso por parte desta, inclusive quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a SAT – Solicitação de Serviços que tenha recebido.

1.14 – Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços/peças/materiais, a FORNECEDORA deverá informar o fato ao Município, por escrito e de forma discriminada e justificada em forma de orçamento complementar, ficando a sua execução condicionada à prévia aprovação desse orçamento pelo Município, por meio do Fiscal da Ata de Registro de Preços, mediante procedimento prévio para a execução dos serviços.

1.15 – Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação e recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.16 – Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da FORNECEDORA, já inclusos no valor da mão de obra.

1.17 – O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, à oficina da FORNECEDORA para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.

1.18 – Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos (recebimento definitivo) após o(s) veículo(s) ser(em) examinado(s) pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município.

1.19 – Após a prestação dos serviços, a FORNECEDORA deverá entregar os veículos no local informado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o indicado na Autorização de Fornecimento.

1.20 – Nos veículos em garantia de fábrica, enquanto perdurar a garantia, seus serviços serão executados na respectiva concessionária. Findo o prazo de garantia, os mesmos passarão a integrar o item correspondente da ata e contrato, para efeito de contratações.

1.21 – A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados aos veículos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.  
1.21.1 – Será de total e exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto que por ventura venham a ocorrer durante o período em que a mesma estiver com a guarda do(s) veículo(s) para a prestação dos serviços ou quando seus empregados ou prepostos estiverem conduzindo-os, arcando com todos os custos envolvidos no infortúnio.

1.22– A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.

1.23 – A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – Os produtos objeto do contrato, serão adquiridos pelo valor unitário descrito abaixo:

8.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para CELER, marca CHERY, R\$ 38,00

8.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para CELER, marca CHERY. R\$ 55,00

9.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para CLASSIC, marca CHEVROLET, R\$ 38,00

9.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para CLASSIC, marca CHEVROLET. R\$ 55,00

10.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para GOL, marca VOLKSWAGEN. R\$ 38,00

10.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para GOL, marca VOLKSWAGEN R\$ 55,00

11.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para JETA, marca VOLKSWAGEN. R\$ 38,00

11.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para JETA, marca VOLKSWAGEN. R\$ 55,00

12.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para LOGAN, marca RENAULT R\$ 38,00

12.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para LOGAN, marca RENAULT R\$ 55,00

16.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para SAVEIRO marca VOLKSWAGEN. R\$ 38,00

16.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para SAVEIRO marca VOLKSWAGEN R\$ 55,00

17.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para HILUX marca TOYOTA R\$ 38,00

17.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para HILUX marca TOYOTAR\$ 55,00

18.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para SPIN marca CHEVROLET. R\$ 38,00

18.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para SPIN marca CHEVROLETR\$ 55,00

20.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para DUCATO/DOBLO marca FIAT R\$ 38,00

20.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para DUCATO/DOBLO marca FIAT R\$ 55,00

21.1. PREVENTIVA Serviços mecânicos para KANGOO, marca RENAULT R\$ 38,00

21.3 MEC. GERAL Serviços mecânicos para KANGOO, marca RENAULT R\$ 55,00

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços e contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo

administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª do Contrato.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 - Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 - A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto deste contrato, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 - Os prazos para execução dos reparos necessários no(s) veículo(s) devem ser estabelecidos de comum acordo com a FORNECEDORA, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que para a manutenção corretiva o prazo máximo é de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 - Para apresentar o Plano de Serviços (Anexo X) com orçamento ao Município, o prazo é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega do veículo com a Solicitação de Atendimento - SAT (Anexo IX), diretamente ao Fiscal da Ata de Registro de Preços.

5.4 - Para iniciar a execução do serviço, a FORNECEDORA terá o prazo máximo de até 12 (doze) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.5 - Para executar qualquer serviço, os prazos máximos admitidos para efeito de remuneração, independentemente do tempo dispendido para execução dos serviços serão os constantes da Autorização de Fornecimento emitida anteriormente, não sendo considerados em duplicidade quando o caso permitir. (Ex: retirado o motor para realizar a substituição de uma determinada peça, este tempo não pode ser considerado concomitantemente para substituição de outra peça ou serviço, cabendo somente a cobrança do tempo para realização deste)

5.6 - Para a FORNECEDORA enviar resposta a qualquer comunicação do Município, contados do momento do recebimento, o prazo será:

- Imediatamente se demandada por telefone, salvo não dispondo de imediato da informação demandada;
- 24 (vinte e quatro) horas, para resposta por e-mail, para o endereço de e-mail do servidor do Município que lhe for indicado. É obrigação da empresa vencedora, a apresentação do endereço eletrônico válido para fins de recebimento de notificações, comunicados, intimações, bem como empenhos e Autorizações de Fornecimento, podendo fazê-lo desde logo em sua proposta de preços na licitação;
- 02 (dois) dias úteis quando exigida resposta formal, devidamente protocolado.

5.7 - Após a prestação de serviços, deverá a FORNECEDORA entregar o veículo nas mesmas ou melhores condições de limpeza em que o recebeu.

5.8 - Após a realização de cada serviço, a FORNECEDORA deverá disponibilizar profissional competente para acompanhar o servidor designado pelo Município na realização de prova de rua, quando os serviços serão testados com o veículo trafegando, retornando o veículo automaticamente à FORNECEDORA, caso o resultado no teste não se mostre satisfatório.

5.8.1 - A FORNECEDORA arcará com os custos e a responsabilidade técnica dos testes referidos no item acima.

5.9 - A FORNECEDORA deverá reparar, inclusive substituindo peças, tudo às suas expensas, quando o defeito for decorrente de falha na execução de serviço anteriormente executado.

5.10 - A FORNECEDORA deverá refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços a partir dos devidos testes.

5.11 - A FORNECEDORA deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (As peças substituídas serão fotografadas e arquivadas no processo de despesa dos serviços)

5.12 – A FORNECEDORA deverá preencher e, quando for o caso, carimbar/rubricar o manual, ficha e/ou outro documento de controle de inspeção e manutenção regular do veículo.

5.13 – A FORNECEDORA deverá preencher adesivo ou outro meio de registro informando a quilometragem ou a data da próxima troca de lubrificantes ou outro material ou manutenção preventiva de alguma parte, peça ou acessório, para os casos necessários.

5.14 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.15 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços, contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

5.16 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.17 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.18 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.19 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.20 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.21 - A FORNECEDORA é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1 – A contar do recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA garante a continuidade e qualidade do resultado de cada serviço de manutenção prestado, pelo prazo não inferior a 90 (noventa) dias, não se aplicando a garantia a falhas por causas alheias ao serviço executado, devendo o prazo da garantia vir escrito na Nota Fiscal ou fatura.

6.1.1 – Referido prazo não corre se a falha, defeito ou vício for ocultado pela FORNECEDORA ao tempo da prestação de serviços.

6.2 – Em caso de não aceitação, fica a FORNECEDORA obrigada a refazer os serviços e a substituí-lo, sem custos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas neste contrato.

6.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas na ata, na própria Ata de Registro de Preços, bem como dos contratos dela decorrentes.

6.4 – A execução dos serviços pela FORNECEDORA implica no reconhecimento de serem as peças fornecidas pelo Município de primeira qualidade, salvo no caso de recusa tempestiva e justificada formalmente.

#### CLÁUSULA 7ª – DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

7.1 – A FORNECEDORA deverá possuir, até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços e contrato, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita neste contrato quanto ao lote que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

7.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente PARA abrigar os veículos.

7.3 – A oficina da FORNECEDORA deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

7.4 – A FORNECEDORA deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:  
- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;



- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pelo presente contrato.

#### CLÁUSULA 8ª – DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1 – Será necessária a apresentação da Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo IX) e o Plano de Serviços (Anexo X) apresentado pela FORNECEDORA.

8.2 – Após a regular apresentação dos documentos citados no item 8.1, fica o Fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pela aprovação do Plano de Serviço.

8.3 – Aprovado o Plano de Serviço, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, será dado prosseguimento ao procedimento de formalização de contratação, obedecidas as fases de processamento da despesa.

8.4 – Em conformidade, deverá ser utilizada Tabela para Conversão da Hora Sexagesimal em Hora Centesimal (Anexo VIII), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente aceitas, que admitem que "algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (Norma da ABNT NBR 5891).

#### CLÁUSULA 9ª – DA CONVERSÃO

9.1 – Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas (sexagesimal) para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

9.2 – O uso da Tabela de Conversão de Hora Sexagesimal para Centesimal (Anexo VIII) é indispensável para a realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

#### CLÁUSULA 10ª - DA VIGÊNCIA

10.1 – O contrato de Registro de Preços firmado entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017/2018.

#### CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do contrato de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 13ª - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – O Contrato de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21



de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 14ª - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A administração do presente Contrato de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES

15.1 – Se o fornecedor descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

15.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO

16.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

16.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 17ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

17.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 116/2017 modalidade Pregão Presencial nº Campo do usuário NumLicitação = 72/2017 - PMV - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

17.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª - DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 19ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 20ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

20.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente contrato e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 21ª - DO FORO

21.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 22ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2017 e abaixo transcritas, e àquelas a serem consignadas no orçamento de 2018:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário

Programa:23 - Estradas Vicinais

Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:3 - Administração Geral  
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saúde Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:5 - Assistência Social Geral  
Ação:2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:6 - Assistência A Crianças E Adolescentes  
Ação:2.68 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 11 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**DECRETO 4686**

Publicação Nº 1408719

DECRETO Nº 4.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 1.968 de 19 de outubro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação do Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 402.600,80 (Quatrocentos e dois mil, seiscentos reais e oitenta centavos) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Despesa 110  
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:101 - Recursos de Imposto e Transferencias de Impostos Educacao  
R\$ 300.600,80

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistencia Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
Despesa 142  
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:  
100 - Recursos Ordinarios R\$ 92.000,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistencia Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
Despesa 143  
3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, decorrem da anulação das seguintes dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal Pinheiro Preto, no valor de R\$ 402.600,80 (Quatrocentos e dois mil, seiscentos reais e oitenta centavos) :

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:2 - Gestão Administrativa Superior  
Ação:2.21 - MANUTENÇÃO ATIVIDADE DO GABINETE DO PREFEITO  
Despesa 94  
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:1.7 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - EDUCAÇÃO  
Despesa 62  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:101 - Recursos de Imposto e Transf.de Impostos Educ. R\$ 4.999,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:1.8 - AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA FUNDAMENTAL  
Despesa 64  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:101 - Recursos de Imposto e Transferencias de Impostos Educacao R\$ 4.999,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Despesa 122  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:101 - Recursos de Imposto e Transferencias de Impostos Educacao R\$ 3.085,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:365 - Educação Infantil  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Despesa 125  
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:101 - Recursos de Imposto e Transferencias de Impostos Educacao R\$ 10.000,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:365 - Educação Infantil  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Despesa 131  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:101 - Recursos de Imposto e Transferencias de Impostos Educacao R\$ 2.024,80

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2004 - SECRET. DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:5 - Assistencia Social Geral  
Ação:1.18 - CONSTRUÇÃO CASA MORTUÁRIA  
Despesa 92  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 9.999,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:605 - Abastecimento  
Programa:11 - Agua Potavel  
Ação:1.6 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS  
Despesa 257  
4.4.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos,  
Fonte de recurso:300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior R\$ 32.000,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:608 - Promoção da Produção Agropecuária  
Programa:20 - Assistencia Ao Produtor Rural  
Ação:1.13 - AQUISIÇÃO VEÍCULO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS RURAIS  
Despesa 76  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 9.999,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:15 - Urbanismo  
Subfunção:451 - Infra-Estrutura Urbana  
Programa:14 - Urbanização De Vias  
Ação:1.3 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA  
Despesa 55  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 8.999,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:15 - Urbanismo  
Subfunção:451 - Infra-Estrutura Urbana  
Programa:14 - Urbanização De Vias  
Ação:1.10 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS  
Despesa 69  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 9.999,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:15 - Urbanismo  
Subfunção:452 - Serviços Urbanos  
Programa:15 - Trânsito Seguro  
Ação:2.37 - MANUTENÇÃO SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS  
Despesa 135  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 5.999,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:15 - Urbanismo  
Subfunção:452 - Serviços Urbanos  
Programa:16 - Serviços De Utilidade Pública  
Ação:2.38 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICAS  
Despesa 140  
4.4.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 500,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:1.15 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS  
Despesa 83  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 19.999,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:1.16 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL  
Despesa 87  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 9.999,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 148  
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 230.000,00



Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## DECRETO 4687

Publicação Nº 1408720

DECRETO Nº 4.687, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 1.969 de 19 de outubro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto no valor de R\$ 45.416,67 (Quarenta e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saude Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:302 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, decorre do Superávit Financeiro do Município de Pinheiro Preto referente exercício 2016, na fonte 03.02 (Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde ).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## DECRETO 4689

Publicação Nº 1408782

DECRETO Nº 4.689, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.  
AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004, art. 1º e a Lei Federal nº 6.766/1979;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Desmembramento de terreno urbano de propriedade de Osni Antonio Neis, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 422.388.209-06 e sua esposa Vania Maria Nunes Neis, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 031.238.959-04, residentes na Rua Antônio Costenaro Filho, nº 1000, Bairro São José, Município de Pinheiro Preto – SC, com área superficial de 11.966,50m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 4.659, terreno este situado na Rua Antônio Costenaro Filho, Bairro São José, Município de Pinheiro Preto-SC, de acordo com o Processo Administrativo nº 06/2017, registrado à fl. 10, do livro 14.

Art. 2º Relação das Áreas do presente desmembramento:

Área total da Matrícula 4.659 – 11.966,50m²  
Área 01 Remanescente - 10.876,82 m²  
Área 02 à Desmembrar - 364,19m²  
Área 03 à Desmembrar - 360,73m²  
Área 04 à Desmembrar - 364,76m²

Art. 3º O desmembramento ratificado segue com os seguintes limites, características e confrontações:

I - DESCRIÇÃO DO PERIMETRO DA MATRICULA 4.659 AREA: 11.966,50 m²

Com início no vértice (01), extrema com Antonio Zanella, com distância de 51,02 metros e azimute de 94°42'07", até o vértice (02). Estando no vértice (02), extrema com Antonio Zanella, com distância de 157,58 metros lineares e azimute de 89°04'50", até o vértice (03). Estando no vértice (03), extrema com a Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, com distância de 79,10 metros lineares e azimute de 178°35'28" até o vértice (04). Estando no vértice (04), extrema com a Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 50,23 metros e azimute de 269°14'22" até o vértice (05). Estando no vértice (05), extrema com a Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 25,27 metros e azimute de 278°27'42" até o vértice (06). Estando no vértice (06), extrema com a Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 136,60 metros e azimute de 286°40'15" até o vértice (07). Estando no vértice (07), extrema com Donato Candido Vieceli, com distância de 25,02 metros e azimute de 354°08'27" até o vértice (01) encerrando o perímetro.

DA ÁREA - O perímetro com 539,85 m/l encerra a área de 11.966,50 m<sup>2</sup>

Norte: 208,60 m com Rua Antonio Costenaro Filho;

Sul: 212,10 m com Antonio Zanella;

Leste: 79,10 m com Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto;

Oeste: 25,02 m com Donato Candido Vieceli.

## II - DESCRIÇÃO DO PERIMETRO, ÁREA 01 – REMANESCENTE

AREA: 10.876,82 m<sup>2</sup>

Com início no vértice (01), extrema com Antonio Zanella, com distância de 51,02 metros e azimute de 94°42'07", até o vértice (02). Estando no vértice (02), extrema com Antonio Zanella, com distância de 157,58 metros lineares e azimute de 89°04'50", até o vértice (03). Estando no vértice (03), extrema com a Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, com distância de 48,97 metros lineares e azimute de 178°35'28" até o vértice (14). Estando no vértice (14), extrema com a Área 04 – Á Desmembrar, com distância de 11,77 metros lineares e azimute de 270°00'00" até o vértice (13). Estando no vértice (13), extrema com a Área 03 – Á Desmembrar, com distância de 12,00 metros lineares e azimute de 270°00'00" até o vértice (12). Estando no vértice (12), extrema com a Área 02 – Á Desmembrar, com distância de 12,00 metros lineares e azimute de 270°00'00" até o vértice (11). Estando no vértice (11), extrema com a Área 02 – Á Desmembrar, com distância de 30,57 metros lineares e azimute de 180°00'00" até o vértice (10). Estando no vértice (10), extrema com a Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 13,72 metros e azimute de 269°06'17" até o vértice (05). Estando no vértice (05), extrema com a Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 25,27 metros e azimute de 278°27'42" até o vértice (06). Estando no vértice (06), extrema com a Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 136,60 metros e azimute de 286°40'15" até o vértice (07). Estando no vértice (07), extrema com Donato Candido Vieceli, com distância de 25,02 metros e azimute de 354°08'27" até o vértice (01) encerrando o perímetro.

DA ÁREA - O perímetro com 539,54 m/l encerra a área de 10.876,82 m<sup>2</sup>

Norte: 212,10 m com Antonio Zanella;

Sul: Em dois Planos, o primeiro 175,59 m com Rua Antonio Costenaro Filho e Segundo com 35,77 m com Áreas 02,03 e 04 Á Desmembrar;

Leste: Em dois Planos, o primeiro 48,51 m com Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto e Segundo com 30,57 m com Área 02 - Á Desmembrar;

Oeste: 25,02 m com Donato Candido Vieceli.

## III - DESCRIÇÃO DO PERIMETRO, ÁREA 02 – Á DESMEMBRAR

AREA: 364,19 m<sup>2</sup>

Com início no vértice (09), extrema com a Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 12,00 metros e azimute de 267°52'24", até o vértice (10). Estando no vértice (10), extrema com a Área 01 - Remanescente, com distância de 30,57 metros e azimute de 00°00'00", até o vértice (11). Estando no vértice (11), extrema com a Área 01 - Remanescente, com distância de 12,00 metros lineares e azimute de 90°00'00" até o vértice (12). Estando no vértice (12), extrema com a Área 03 – Á Desmembrar, com distância de 30,12 metros lineares e azimute de 180°00'00" até o vértice (09). Encerando o perímetro.

DA ÁREA - O perímetro com 84,70 m/l encerra a área de 364,19m<sup>2</sup>

Norte: 12,00 m com a Área 01 - Remanescente;

Sul: 12,00 m com a Rua Antonio Costenaro Filho;

Leste: 30,12 m com a Área 03 – Á Desmembrar;

Oeste: 30,57 m com a Área 01 - Remanescente.

## IV - DESCRIÇÃO DO PERIMETRO, ÁREA 03 – Á DESMEMBRAR

AREA: 360,73m<sup>2</sup>

Com início no vértice (08), extrema com a Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 12,00 metros e azimute de 269°26'01", até o vértice (09). Estando no vértice (09), extrema com a Área 02 – Á Desmembrar, com distância de 30,12 metros e azimute de 00°00'00", até o vértice (12). Estando no vértice (12), extrema com a Área 01 - Remanescente, com distância de 12,00 metros lineares e azimute de 90°00'00" até o vértice (13). Estando no vértice (13), extrema com a Área 04 – Á Desmembrar, com distância de 30,00 metros lineares e azimute de 180°00'00" até o vértice (08). Encerando o perímetro.

DA ÁREA - O perímetro com 84,12 m/l encerra a área de 360,73m<sup>2</sup>

Norte: 12,00 m com a Área 01 - Remanescente;

Sul: 12,00 m com a Rua Antonio Costenaro Filho;

Leste: 30,00 m com a Área 04 – Á Desmembrar;

Oeste: 30,12 m com a Área 02 – Á Desmembrar.

## V - DESCRIÇÃO DO PERIMETRO, ÁREA 04 – Á DESMEMBRAR

AREA: 364,76 m<sup>2</sup>

Com início no vértice (04), extrema com a Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 12,51 metros e azimuth de 270°30'45", até o vértice (08). Estando no vértice (08), extrema com a Área 03 – Á Desmembrar, com distância de 30,00 metros e azimuth de 00°00'00", até o vértice (13). Estando no vértice (13), extrema com a Área 01 - Remanescente, com distância de 11,77 metros lineares e azimuth de 90°00'00" até o vértice (14). Estando no vértice (14), extrema com a Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, com distância de 30,13 metros lineares e azimuth de 178°35'28" até o vértice (04). Encerando o perímetro.

DA ÁREA - O perímetro com 84,39 m/l encerra a área de 364,76 m²

Norte: 11,77 m com a Área 01 - Remanescente;  
Sul: 12,51 m com a Rua Antonio Costenaro Filho;  
Leste: 30,13 m com a Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto;  
Oeste: 30,00 m com a Área 03 – Á Desmembrar.

Art. 4º Fazem parte deste Decreto, memorial descritivo e plantas em anexo.

Art. 5º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, autorizado a efetuar o registro da área fracionada.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 23 de outubro de 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 373/2017**

Publicação Nº 1408840

PORTARIA Nº 373, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o projeto básico de engenharia para pavimentação de passeios com Paver de trechos das ruas FECOASC " Rua B – Rua C T1 - Rua C T2 – Rua G – Rua H – Rua I – Rua J" , na forma dos seguintes anexos:

I – ANEXO I: Planta – Projeto Passeios – Prancha 01;

II – ANEXO II: Memorial Descritivo;

III – ANEXO III: Planilha de Orçamento Global;

IV – ANEXO IV: Cronograma físico-financeiro;

V – ANEXO V: Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

Art. 2º Fica determinado à comissão de licitação, providências para lançar o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 03 de outubro de 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 387/2017**

Publicação Nº 1407842

PORTARIA Nº 387 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 074/2017 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 074/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA PARCELADA, NOS CAMINHÕES, ÔNIBUS, AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS UTILITÁRIOS E AUTOMÓVEIS DA FROTA DO MUNICÍPIO e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas vencedoras:

1. MECANICA ZAGO SB LTDA ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 04.526.146/0001-26, os Itens e respectivos valores unitários: nº: 03.1 (R\$ 54,00,00), 03.3 (R\$83,00), 04.1 (R\$54,00), 04.3 (R\$83,00), 23.1 (R\$79,00), 23.3 (R\$79,00).
2. AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA inscrito no CNPJ /MF sob nº. 83.060.327/0002-67 os Itens e respectivos valores unitários: nº: 01.2 (R\$65,00), 02.2 (R\$65,00), 03.2 (R\$65,00), 04.2 (R\$90,00), 05.1 (R\$54,50), 05.2 (R\$62,00), 05.3 (R\$62,00), 06.1 (R\$54,50), 06.2 (R\$62,00), 06.3 (R\$62,00), 07.1 (R\$54,50), 07.2 (R\$62,00), 07.3 (R\$62,00).
3. MECANICA RUBINI LTDA ME inscrito no CNPJ /MF sob nº. 10.647.867/0001-97 os Itens e respectivos valores unitários: nº: 08.2 (R\$85,00), 09.2 (R\$85,00), 10.2 (R\$85,00), 11.2 (R\$85,00), 12.2 (R\$85,00), 13.1 (R\$37,50), 13.2 (R\$85,00), 13.3 (R\$54,00), 14.1 (R\$37,50), 14.2 (R\$85,00), 14.3 (R\$54,00), 15.1 (R\$37,50), 15.2 (R\$85,00), 15.3 (R\$54,00), 16.2 (R\$85,00), 17.2 (R\$85,00), 18.2 (R\$85,00), 19.1 (R\$70,00), 19.2 (R\$85,00), 19.3 (R\$70,00), 20.2 (R\$85,00), 21.2 (R\$85,00), 22.1 (R\$80,50), 22.2 (R\$85,00), 22.3 (R\$80,00), 23.2 (R\$85,00).
4. RENATO PNEUS LTDA inscrito no CNPJ /MF sob nº. 10.760.365/0001-78 os Itens e respectivos valores unitários: nº: 08.1 (R\$38,00), 08.3 (R\$55,00), 09.1 (R\$38,00), 09.3 (R\$55,00), 10.1 (R\$38,00), 10.3 (R\$55,00), 11.1 (R\$38,00), 11.3 (R\$55,00), 12.1 (R\$38,00), 12.3 (R\$55,00), 16.1 (R\$38,00), 16.3 (R\$55,00), 17.1 (R\$38,00), 17.3 (R\$55,00), 18.1 (R\$38,00), 18.3 (R\$55,00), 20.1 (R\$38,00), 20.3 (R\$55,00), 21.1 (R\$38,00), 21.3 (R\$55,00).
5. RETÍFICA DE AUTO PEÇAS DOCA EIRELI ME inscrito no CNPJ /MF sob nº. 12.870.677/0001-70 os Itens e respectivos valores unitários: nº: 01.1 (R\$55,00), 01.3 (R\$85,00), 02.1 (R\$55,00), 02.3 (R\$85,00).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 389/2017

Publicação Nº 1407846

PORTARIA Nº 389 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
HOMOLOGA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 002/2017, modalidade CHAMADA PÚBLICA, visando Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação escolar/PNAE e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. ALCIR ZANELLA, inscrito no CPF sob nº. 295.205.689-72, os Itens e respectivos valores unitários: nº: 02 (R\$ 3,25), 03 (R\$ 2,75), 04 (R\$ 1,75), 06 (R\$ 2,50), 07 (R\$ 3,45), 08 (R\$ 3,15), 10 (R\$ 7,49), 11 (R\$ 4,40), 12 (R\$ 7,00), 14 (R\$ 4,00), 15 (R\$2,50), 17 (R\$7,20), 18 (R\$ 2,25), 19(R\$4,50), 20 (R\$3,00), 21 (R\$5,50), 22 (R\$7,75), 23 (R\$ 5,50), 24 (R\$4,50), 25 (R\$2,50), 26 (R\$2,50), 27 (R\$2,45), 28 (R\$3,75), 29 (R\$6,75), 30 (R\$4,15), 31 (R\$6,50), 35 (R\$5,00), 36 (R\$2,40), 37 (R\$4,99), 38 (R\$4,90), 39(R\$5,00), 40(R\$ 22,00).
2. RENATO JUNIOR PERAZZOLI, inscrito no CPF sob nº. 082.881.419-86, os Itens e respectivos valores unitários:nº: 01 (R\$ 2,95), 01 (R\$ 2,95), 05 (R\$41,00), 09 (R\$4,00), 13 (R\$3,65), 16 (R\$ 3,95), 32 (R\$3,65), 33 (R\$6,50), 34(R\$6,75).
3. COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE TANGARA - COOPAFAT,, inscrita no CNPJ /MF sob nº09.075.467/0001-75, os Itens e respectivos valores unitários: nº: 42 (R\$ 17,90), 43 (R\$ 20,50).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE OUTUBRO DE 2017.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 393 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1408072

PORTARIA Nº 393 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 076/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 076/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISIONAIS PARA RETIFICA DE MOTOR O e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. JM. MACHADO RETÍFICA EIRELLI- ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 12.947.184/0001-80, o valor global de R\$ 12.450,00 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### PORTARIA N. 466/2017

Publicação Nº 1408489

PORTARIA Nº 466/2017, de 16 de outubro de 2017  
Concede gratificação de função a servidor público municipal.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, artigo 11 da Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

#### CONCEDE

A CRISTIANO SCHWINGEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal nº386, cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº11/R-3.135.553 e CPF sob o nº 987.696.779-72, funcionário efetivo no exercício do cargo de Administrador, gratificação de função de 30% sobre seus vencimentos, para exercer concomitantemente com atividades do seu cargo efetivo a função de Responsável pela documentação dos Veículos da Prefeitura Municipal de Piratuba-SC – (Serviços de Despachante), perante ao DETRAN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 16 de outubro de 2017  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 16 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA N. 467/2017

Publicação Nº 1408490

PORTARIA Nº467/2017  
CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 65/2015, que dispõe sobre os Estatutos dos Servidores Públicos, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2017, através do Decreto nº 766/2017, de 24 de abril de 2017.

#### CONTRATA

DARLAN ANTUNES DOS SANTOS ALVES, brasileiro, solteiro, residente e domiciliada na Rua 1º de Maio, s/nº, na Cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.780.669 e CPF sob o nº 102.819.629-60, para exercer em caráter temporário o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 10-INI do Anexo III da mesma lei.  
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até de 31 dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 18 de outubro de 2017.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 18 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA N. 468/2017**

Publicação N° 1408493

PORTARIA N° 468/2017, 19 de outubro de 2017

Nomeia servidor por concurso público para o exercício de cargo de provimento efetivo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba e dá outras providências, e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº 001/2015 através do Decreto nº 605/2016, de 01 de fevereiro de 2016,

**NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO:**

LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Campos Novos, cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº5.095.122 e CPF sob o nº 009.847.07956, para o cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 20-INI do Anexo III da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba - SC, 19 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se em 19/10/2017

Publicado no Mural Público conforme lei nº 226/93

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 125/2017 POLETTTO

Publicação Nº 1408647

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº72/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

CONTRATO Nº 125/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: SUPERMERCADO POLETTTO LTDA - EPP,

CNPJ: 26.556.616/0001-37

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 MESES PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 80.626,50 (Oitenta Mil Seiscentos e Vinte e Seis Reais e Cinquenta Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 02 de outubro de 2017 até 02 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 23 de Outubro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº 126/2017 ROBERTO

Publicação Nº 1408649

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº72/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

CONTRATO Nº 126/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

CNPJ: 85.248.680/0001-10

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 MESES PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 3.913,00 (Três Mil Novecentos e Treze Reais)). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 03 de outubro de 2017 até 03 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 23 de Outubro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº 127/2017 AP OESTE

Publicação Nº 1408654

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº72/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

CONTRATO Nº 127/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

CNPJ: 05.919.156/0001-94

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 MESES PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 37.762,30 (Trinta e Sete Mil Setecentos e Sessenta e dois Reais e Trinta Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 03 de outubro de 2017 até 03 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 23 de Outubro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº 128/2017 NUTRI

Publicação Nº 1408660

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº72/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

CONTRATO Nº 128/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 07.814.016/0001-87

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PELO PERIODO DE 12 MESES PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 29.427,20. (Vinte e Nove Mil Quatrocentos e Vinte e Sete Reais e Vinte Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 03 de outubro de 2017 até 03 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 23 de Outubro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

## EXTRATO CONTRATO Nº 129/2017 OBJETIVA

Publicação Nº 1408666

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº72/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

CONTRATO Nº 129/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 11.499653/0001-83

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PELO PERIODO DE 12 MESES PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 20.045,00. (Vinte Mil Quarenta e Cinco Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 03 de outubro de 2017 até 03 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 23 de Outubro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

## EXTRATO CONTRATO Nº 130/2017 KAEKA

Publicação Nº 1408670

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº72/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

CONTRATO Nº 130/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: MERCADO KAEKA LTDA ME

CNPJ: 04.683.313/0001-42

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PELO PERIODO DE 12 MESES PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 22.351,25. (Vinte e Dois Mil Trezentos e Cinquenta e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 03 de outubro de 2017 até 03 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 23 de Outubro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

## EXTRATO CONTRATO Nº 136/2017 LEORATTO

Publicação Nº 1408675

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº72/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

CONTRATO Nº 136/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: HORTIFRUTIGRANJEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME

CNPJ: 08.884.877/0001-02

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PELO PERIODO DE 12 MESES PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 7.850,00 (Sete Mil Oitocentos e Cinquenta Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 03 de outubro de 2017 até 03 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 23 de Outubro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

## Porto Belo

## PREFEITURA

## CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO DE LOTAÇÃO EDITAL Nº 001/2017

Publicação Nº 1408548

Classificação Provisória do Processo de Lotação  
Edital nº 001/2017

Nº	Arte
1º	Ana Patrícia Binder
2º	Madalena Gisoldi
Nº	Educação Infantil
1º	Sônia Fagundes
Nº	Educação Física
1º	Carlos Henrique Froner
2º	Juliano Borges Marques
3º	Roney Caetano
4º	Régis Dimari Barduco Rech
5º	Adriano Diez Previdi
6º	Edilberto Alves Passos
7º	Laysa Faria da Rocha
8º	Edgar Gomes Pinheiro
Nº	Ensino Fundamental
1º	Débora Cristina Rebelo
Nº	Ensino Religioso
1º	Allan Elias Lessa
2º	André Ricardo Cruz Machado
Nº	Geografia
1º	Juliano Cota Guerreiro
2º	Ricardo Acácio Dalago
3º	Saulo Cristiano Lemos
Nº	História
1º	Christian Paulo Fernandes da Silva
2º	Thiago Moretti de Oliveira
3º	Kely Umbelino da Costa
4º	Leoclésia dos Santos Biscaino
5º	Ricardo Ullrich
Nº	Informática
1º	Filipe Antônio Castro de Farias
2º	Sergio José Santanna
3º	Jonathan Cardoso
4º	Tiago Rocha Matias
Nº	Inglês
1º	Lídia Maria da Silva
2º	Karine Reichmann Pereira Marques
3º	Aline Fernanda Félix da Silva
4º	Felipe Milani
Nº	Língua Portuguesa
1º	Isis Alves Pinto de Almeida
2º	Sandy Aparecida Pereira
Nº	Matemática
1º	Aparecida Amaral dos Santos Sado
Nº	Monitora
01º	Diones Enedina dos Santos Romualdo
02º	Analú Baltazar

03º	Leslie Rejane Moraes Galvarros
04º	Letícia Casagrande
05º	Delaide da Silva Prado
06º	Michele Pontes Cruz
07º	Maria Georgea da Silva
08º	Heling Bork Assumpção Batista
09º	Kristiani Elias Lessa
10º	Gelza Cristina de Souza Silva
11º	Cristiane Duarte Ramos
12º	Margarete Altair Mafra
13º	Suzana Dutra
14º	Inaíta da Costa Vieira Linhares
15º	Franciele dos Santos Guerreiro da Silva
16º	Adriana Nascimento Braga
17º	Francine Hoffmann
18º	Luiara Camila Machado Roweder
19º	Fernanda Rodrigues dos Santos Diniz
20º	Jociara de Amaral

Nº	Orientador Educacional
1º	Josiane Ferreira Raimundo
2º	Gisela Cristini Tomazoni dos Santos
3º	Márcia Regina da Silva Pinheiro

Nº	Supervisor Educacional
1º	Kátia Waltrick da Costa
2º	Ildo Elicker
3º	Ionara Berlesi Michael
4º	Solange Bennert Oliveira de Vasconcelos Alves

Obs.: A lista acima tem por base o tempo de serviço exercido na função que o servidor deseja a lotação.

Nº	Inscrições Indeferidas – Educação Infantil
1º	Claudianes Antão
Motivo: Professora já lotada 40h	

Nº	Inscrições Indeferidas – Ensino Fundamental
1º	Jacire Serpa dos Santos
Motivo: Professora já lotada 40h	

Nº	Inscrições Indeferidas – Profª Inclusão
1º	Adriana Isabel Brando Censi
2º	Cinandra Cechelero
3º	Nilze Maria Sumariva Silva
4º	Shantala Galvarros Lisboa da Costa
5º	Veledi Soleite Schulz

Motivo: Professoras efetivas como “Professora de Inclusão”, função esta que necessita da existência de matrícula de alunos na unidade escolar, que justifique sua atuação. O levantamento dessas matrículas é feito no final de cada ano letivo pela Secretaria Municipal de Educação.

Nº	Inscrições Indeferidas – Profª PADA
1º	Anna Michela Tiedemann França
2º	Carla Evelina Alves

Motivo: Professoras efetivas como “Professora de Ensino Fundamental - PADA” e desempenham suas funções mediante à demanda diagnosticada no início de cada ano letivo.

## DECRETO Nº 1680, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1408035

### DECRETO Nº 1680, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Porto Belo - CAE e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto no artigo 3º da Lei Municipal nº 2112, de 26 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados membros para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Porto Belo - CAE, em conformidade com o artigo 3º da Lei Municipal nº 2112, de 26 de novembro de 2013, assim composto:

**I - Representante do Poder Executivo:**

- a) Titular: Rubens Wehner Junior;
- b) Suplente: Wilson Parizotto.

**II - Representantes das entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação:**

- a) 1º Titular: Ilda Terezinha de Souza Guiz;
- b) 1º Suplente: Francisco Goedert;
- c) 2º Titular: Gilberto Manoel Pinheiro;
- d) 2º Suplente: Marilene Pereira Viana.

**III - Representantes de pais de alunos:**

- a) 1º Titular: Joana Moraes;
- b) 1º Suplente: João Amaro Francisco;
- c) 2º Titular: Raquel Fagundes;
- d) 2º Suplente: Luciane Souza Loss.

**IV - Representantes de entidades civis organizadas:**

- a) 1º Titular: Anderson José Sittton Savi;
- b) 1º Suplente: Eduardo Adécio Pinheiro;
- c) 2º Titular: Luiz Carlos Furtado;
- d) 2º Suplente: Soleci da Silva Ferreira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 1150, de 22 de outubro de 2013 e suas alterações posteriores e o Decreto nº 1663, de 26 de setembro de 2017.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de outubro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 87, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408409

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 87, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Altera o artigo 6º e insere o inciso II; insere o inciso IV no artigo 7º, altera o parágrafo único do artigo 9º, todos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, previsto na Lei Complementar nº 53/2014, ampliando o quadro de pessoal, estabelecendo cargos, funções e vencimentos e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º O cargo existente no Grupo I, letra "a", item 2 do artigo 7º da Lei Complementar 53/2014, passa a ter a nova denominação de Oficial do Poder Legislativo, com acréscimo de atribuições.

**ATRIBUIÇÕES:**

- 1) Conduzir o veículo oficial do Poder Legislativo;
- 2) Vistoriar o veículo, observando a carroceria e testando freios, comandos, para certificar-se de suas condições de funcionamento;
- 3) Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento;
- 4) Movimentar o veículo, manipulando seus comandos e observando o fluxo do trânsito e a sinalização para conduzi-los aos locais previamente estabelecidas pelas autoridades superiores;
- 5) Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado;
- 6) Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o a garagem, para permitir a manutenção e estabelecimento do mesmo;
- 7) Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos, mantendo sempre uma conduta discreta, reservada e atenciosa, zelando sempre pelo bem estar dos passageiros por ele conduzidos;
- 8) Auxiliar nos serviços ligados à Secretaria Geral e Departamento de Contabilidade, quando solicitado ao Presidente da Câmara;
- 9) Auxiliar a Mesa Diretora nos trabalhos legislativos;
- 10) Encaminhar as documentação expedida para o setor competente;
- 11) Acompanhar as reuniões quando solicitado pelo seu superior hierárquico;
- 12) Distribuir, receber, manter organizadas e proceder o devido acompanhamento de correspondências;
- 13) Organizar, sob supervisão, documentos dos setores aos quais estiver à disposição;
- 14) Produzir, sob supervisão, documentos e relatórios de ordem interna;
- 15) Substituir os ocupantes dos cargos de Secretário, Assessor Legislativo e Auxiliar Administrativo por ausências temporárias, licenças, faltas, folgas, férias ou impedimentos;
- 16) Manter-se à disposição da Presidência e dos integrantes das Comissões da Câmara de Vereadores de Porto Belo e, eventualmente, dos Vereadores e Servidores, desde que autorizado pela Presidência da Casa.



QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Carteira Nacional de Habilitação Classe "B", com pelo menos 05 (cinco) anos da data da primeira habilitação e ensino fundamental completo;

VENCIMENTO: R\$ 2.060,51 (Dois mil e sessenta reais e cinquenta e um centavos);

Art. 2º Fica criado e instituído, nos termos da presente Lei Complementar, o Cargo de Auxiliar especial da Presidência da Câmara:

DESCRIÇÃO DE CARGO:

GRUPO PROFISSIONAL: IV - Grupo ocupacional de Assessoramento Comissionado

CATEGORIA FUNCIONAL: a – Agente Legislativo de nível fundamental

CARGO: 1 - Auxiliar especial da Presidência da Câmara

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 01

ATRIBUIÇÕES:

- Auxiliar nos serviços ligados à Presidência da Câmara;
- Acompanhar, sempre que solicitado, membros da Mesa Diretora e vereadores em viagens oficiais;
- Encaminhar a documentação expedida pela Presidência da Câmara aos setores competentes;
- Organizar, sob supervisão, documentos da Presidência da Câmara;
- Conduzir os veículos oficiais do Poder Legislativo
- Vistoriar e acompanhar a manutenção do veículo oficial, zelando por seu bom estado de funcionamento;
- Manter-se à disposição da Presidência da Câmara;

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Fundamental

VENCIMENTO: 1.419,85 (Um mil quatrocentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 3º O artigo 6º e seu inciso II, passam à ter a seguinte redação:

Art. 6º Os cargos de provimento em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia, assessoramento, auxílio e apoio, são os classificados abaixo:

I – (...)

II – Auxílio e apoio especial à Presidência: Cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, para cujo desempenho é exigido, no mínimo, prova de conclusão de ensino fundamental;

Art. 4º O artigo 7º e seu inciso IV, passará à ter a seguinte redação:

“Art. 7º - (...)

I – (...)

a) (...)

1) (...)

2) (...)

II – (...)

a) (...)

1) (...)

2) (...)

3) (...)

4) (...)

5) (...)

b) (...)

1) (...)

III - (...)

a) (...)

1) (...)

IV - Grupo ocupacional de Apoio Legislativo Comissionado - constituem-se em cargos cuja nomeação se dá em cargo de comissão, inerentes às atividades de auxílio administrativo à Presidência da Câmara e Mesa Diretora;

a) Agente Legislativo Nível Fundamental:

1) Auxiliar especial da Presidência da Câmara.”

Art. 5º O artigo 9º e seu Parágrafo Único, passam à ter a seguinte redação:

Art. 9º O Grupo Ocupacional de Assessoramento Técnico Comissionado e o de Apoio Legislativo Comissionado, é constituído de funções de confiança atribuídas para as atividades de apoio da Presidência, Mesa Diretora e Plenário da Câmara de Vereadores.

Parágrafo Único. Os cargos de que trata o inciso IV do artigo 7º é de livre nomeação pela Mesa Diretora, nos termos do Regimento Interno.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 7º A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de outubro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 319/2017

Publicação Nº 1407893

DECRETO Nº 319, de 03 de outubro de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO) e 4.433, de 14 de dezembro de 2016 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 7.100,00 (Sete mil e cem reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN.TRANSP.OBRAS E SERV. PÚBLICOS		
PROJETO	1009 – Construção e Instalação de Praças, Parques e Jardins		
MODALIDADE	4490 – 3100 – Aplicações Diretas	208	7.100,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		7.100,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do exercício 2016, na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL  
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 328/2017

Publicação Nº 1407895

DECRETO Nº 328, de 11 de outubro de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso da Escola Isolada Municipal Rio Tamanduá ao Grupo Ecológico Rio Tamanduá, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, ao Grupo Ecológico Rio Tamanduá, sociedade civil, sem fins lucrativos, regida por estatuto, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.936.852/0001-05, com sede na Comunidade Rio Tamanduá, neste Município de Porto União – SC, o uso do prédio da Escola Isolada Municipal Rio Tamanduá, edificado no terreno rural com a área de 1.063,65 m2 (um mil e sessenta e três metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), e área construída de aproximadamente 96 m2, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 37,35 metros confrontando com uma estrada municipal; fundos com 34,90 metros confrontando com terras de Frederico Bendlin; lado direito com 31,00 metros confrontando com terras de Frederico Bendlin; e lado esquerdo com 28,00 metros confrontando com terras de Frederico Bendlin.

Art. 2º O prédio onde funcionava a Escola Isolada Municipal Rio Tamanduá, que se encontra desativado, será usado exclusivamente para atividades do Grupo Ecológico Rio Tamanduá, conforme seu estatuto.

Art. 3º Todas as benfeitorias que o usuário executar serão incorporadas ao imóvel, sem qualquer obrigação de indenização no ato da restituição.

Art. 4º As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

Termo de Compromisso nº 011/17 que o Grupo Ecológico Rio Tamanduá doravante denominado PERMISSSIONÁRIO, assina perante a Prefeitura Municipal de Porto União – SC, doravante denominada PERMITENTE.

O Grupo Ecológico Rio Tamanduá, inscrito no CNPJ sob o nº 08.936.852/0001-05, com sede na Comunidade Rio Tamanduá, neste Município de Porto União – SC, doravante denominado Permissionário através de seu representante legal, Sr. Lucas Alves Bendlin, portador do RG nº 5.996.881/SSP/SC e do CPF nº 100.813.989-05, assume o compromisso de cumprir as condições gerais constantes do Termo de Outorga nº 011/17, referente à Permissão de Uso, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, do espaço físico onde funcionava a antiga Escola Isolada Municipal Rio Tamanduá, edificado no terreno rural com a área de 1.063,65 m2 (um mil e sessenta e três metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), e área construída de aproximadamente 96 m2, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 37,35 metros confrontando com uma estrada municipal; fundos com 34,90 metros confrontando com terras de Frederico Bendlin; lado direito com 31,00 metros confrontando com terras de Frederico Bendlin; e lado esquerdo com 28,00 metros confrontando com terras de Frederico Bendlin, bem como as obrigações a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Se ocorrer danos ao objeto desta Permissão, a usuários ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente ao PERMISSSIONÁRIO.

§ 1º Todas as reparações necessárias à conservação do objeto da permissão, deverão ser executadas imediatamente pelo PERMISSSIONÁRIO, às suas expensas, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente.

§ 2º Caso as reparações não sejam executadas de imediato, a PERMITENTE reserva-se no direito de executá-las, devendo ser ressarcida pelo PERMISSSIONÁRIO dos dispêndios havidos, podendo para tanto, promover a execução judicial das quantias gastas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Toda e qualquer benfeitoria realizada no imóvel fica, desde já, incorporada ao bem, renunciando o PERMISSSIONÁRIO, ao eventual direito à retenção e/ou indenização.

#### CLÁUSULA QUARTA

O PERMISSSIONÁRIO consente que a PERMITENTE exerça constante fiscalização, no tocante ao cumprimento das condições estabelecidas neste ajuste, no Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 011/17.

#### CLÁUSULA QUINTA

São, ainda, obrigações do PERMISSSIONÁRIO:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, cabendo-lhe, também, o pagamento dos tributos, despesas com luz, água, telefone, etc., e demais ônus que recaírem sobre o imóvel;
- b) manter o objeto de Permissão de Uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo e restituí-lo na mais perfeita ordem;
- c) solicitar prévia autorização expressa e escrita da PERMITENTE, para executar quaisquer reparações, modificações e benfeitorias na área permissionada;
- d) sujeitar-se às exigências da saúde pública, autoridades municipais, estaduais e federais;
- e) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela PERMITENTE;
- f) executar as instalações internas e a comunicação visual, de acordo com a prévia aprovação da PERMITENTE;
- g) cumprir as normas, regulamentos, circulares, ordens de serviço, etc., emanadas da PERMITENTE, com os quais o PERMISSSIONÁRIO declara estar de acordo;
- h) exercer as suas atividades diariamente, cumprindo o horário determinado;
- i) não traspassar, locar, ceder ou transferir o objeto da permissão a terceiros.

#### CLÁUSULA SEXTA

O PERMISSSIONÁRIO declara estar ciente das faculdades e prerrogativas concedidas ao ente PERMITENTE, por força da discricionariedade e precariedade inerentes ao instituto da Permissão de Uso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

Fica eleito o foro da Comarca de Porto União – SC, para dirimência das dúvidas decorrentes do Termo de Outorga de Permissão de Uso e do Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Porto União (SC), 11 de outubro de 2017.

GRUPO ECOLÓGICO RIO TAMANDUÁ

Permissionário

Presidente: LUCAS ALVES BENDLIN

RG nº 5.996.881/SSP/SC e CPF nº 100.813.989-05

## TESTEMUNHAS:

1.Nome: Ruan Guilherme Wolf  
CPF nº 088.388.169-13

2.Nome: Vanderlei Werle  
CPF nº 501.090.659-72

Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 011/17.

A Prefeitura Municipal de Porto União - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.541/0001-58, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, com base no Decreto n.º 328, de 11 de outubro de 2017 e através deste instrumento, Termo de Outorga de Permissão de Uso, permite a título precário e gratuito, o uso do espaço físico onde funcionava a antiga Escola Isolada Municipal Rio Tamanduá, edificado no terreno rural com a área de 1.063,65 m2 (um mil e sessenta e três metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), e área construída de aproximadamente 96 m2, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 37,35 metros confrontando com uma estrada municipal; fundos com 34,90 metros confrontando com terras de Frederico Bendlin; lado direito com 31,00 metros confrontando com terras de Frederico Bendlin; e lado esquerdo com 28,00 metros confrontando com terras de Frederico Bendlin, condicionada ao cumprimento das cláusulas a seguir especificadas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA

O espaço físico objeto da presente permissão, será destinado exclusivamente para atividades do Grupo Ecológico Rio Tamanduá, conforme seu estatuto, não sendo admitido, em qualquer tempo, o uso diverso da destinação aqui prevista, devendo ainda, a sua utilização, obedecer às condições gerais da outorga, bem como as especificações constantes no Termo de Compromisso nº 011/17 assinado pelo PERMISSIÔNÁRIO.

§ 1º Não será permitida a transferência da Permissão de Uso a terceiros.

§ 2º A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

## CLÁUSULA SEGUNDA

No caso de haver qualquer alteração ou modificação nas condições estabelecidas no Termo de Outorga ou de Compromisso, não caracterizadoras de transferência, será exigida a aprovação prévia e escrita da PERMITENTE para tanto.

## CLÁUSULA TERCEIRA

Ocorrendo as hipóteses previstas no parágrafo primeiro, da Cláusula Primeira, ou na Cláusula Segunda, deverá ser formalizado novo Termo de Outorga ou de Compromisso, em substituição ao anterior.

## CLÁUSULA QUARTA

As demais condições e obrigações, referentes ao presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, constarão do respectivo Termo de Compromisso.

## CLÁUSULA QUINTA

O presente Termo de Outorga de Permissão de Uso vigorará pelo prazo de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

## CLÁUSULA SEXTA

Tem a PERMITENTE o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar, modificar ou revogar o presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, unilateralmente, mediante notificação extrajudicial.

Parágrafo único. Ficará o Termo de Outorga de Permissão de Uso rescindido de pleno direito e independente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses seguintes:

- a) alteração, pelo PERMISSIÔNÁRIO, da destinação prevista ou qualquer outra julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- b) dissolução, falência, concordata ou mudança na representatividade legal do PERMISSIÔNÁRIO;
- c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente e/ou do Termo de Compromisso, firmado pelo PERMISSIÔNÁRIO;
- d) transferência do Termo de Outorga de Permissão de Uso a terceiros;
- e) reinício das atividades letivas na Escola;
- f) má utilização ou não utilização do imóvel por um período de no mínimo 90 (noventa) dias.

## CLÁUSULA SÉTIMA

As benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, realizadas pelo PERMISSIÔNÁRIO, ficam incorporadas ao bem, objeto deste Termo de Outorga de Permissão de Uso, sem direito à retenção ou qualquer indenização, seja a que título for.

Porto União (SC), 11 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal  
Permitente

**DECRETO Nº 331/2017**

Publicação Nº 1407898

DECRETO Nº 331, de 18 de outubro de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO) e 4.433, de 14 de dezembro de 2016 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3390 – 103 – Aplicações Diretas	187	50.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3191 – 103 – Aplicações Diretas - Oper. Intraorçamentárias	182	20.000,00
MODALIDADE	3350 – 103 – Transferências a Instit. Privadas s/ Fins Lucr.	184	30.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal  
e Esporte Interino

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração

SOFIA SYDOL  
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

**DECRETO Nº 332/2017**

Publicação Nº 1407900

DECRETO Nº 332, de 19 de outubro de 2017.

Revoga o Decreto nº 326, de 10 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 326, de 10 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 333/2017**

Publicação Nº 1408361

DECRETO Nº 333, de 19 de outubro de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO) e 4.433, de 14 de



dezembro de 2016 (LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0211 – SECRET. MUN. DE CULTURA E TURISMO		
ATIVIDADE	2092 – Manutenção Secretaria de Cultura e Turismo		
MODALIDADE	3390 – 169 – Aplicações Diretas	223	20.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de recurso de convênio conforme Artigo 35, Inciso V da Lei nº 4.399 de 15 de junho de 2016, na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL  
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

**DISTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005/2013**

Publicação Nº 1408357

**DISTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005/2013**

Distrato do Termo de Cessão de Uso nº 005/2013 firmado em 04 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, no dia 10 de setembro de 2013, Edição Nº 1321, Página nº 180, celebrado entre o Município de Porto União (SC) e o Conselho Comunitário da Comunidade do Pintado.

**CEDENTE:** O Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situado na Rua Padre Anchieta, nº 126, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 23/R 1.331.349 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 501.086.709/53.

**CESSIONÁRIA:** O Conselho Comunitário da Comunidade do Pintado, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede estabelecida na Comunidade do Pintado, inscrito no CNPJ sob o nº 79.377.271/0001-10, neste ato representado por seu Presidente Sr. Reinaldo Weber, portador da Carteira de Identidade nº 5.460.823 SSP/SC e do CPF nº 303.765.489-91.

As partes acima identificadas, de maneira justa e acordada, autorizadas pela Lei Municipal nº 4.490 de 20 de outubro de 2017, têm entre si o presente DISTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO, ficando desde já aceito, pelas Cláusulas abaixo descritas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA-** Resolvem as partes, em comum acordo, extinguir quaisquer obrigações oriundas do Termo de Cessão de Uso celebrado.

**CLÁUSULA SEGUNDA-** Todos os dispositivos e condições contidas no Termo de Cessão de Uso anteriormente firmado entre as partes ficam desde já DISTRATADOS, dando ambas as partes quitação total de todas as condições e obrigações, cientes de não haver pendências recíprocas.

E por estarem as partes distratantes de pleno e inteiro acordo, as partes rubricam e firmam o presente DISTRATO, elaborado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 20 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH CEDENTE Prefeito Municipal de Porto União	REINALDO WEBER CESSIONÁRIO Presidente do Conselho
---	---

**Testemunhas:**

1.Nome: Miguel Chokailo Neto  
CPF nº 509.250.249-53

2.Nome: Vanderlei Werle  
CPF nº 501.090.659-72

**LEI MUNICIPAL Nº 4.490/2017**

Publicação Nº 1408344

LEI Nº 4.490, de 20 de outubro de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal revogar o Termo de Cessão de Uso nº 005/2013, autorizado através da Lei Municipal nº 4.168, de 04 de setembro de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a revogar o Termo de Cessão de Uso nº 005/2013, autorizado através da Lei Municipal nº 4.168, de 04 de setembro de 2013, referente à cessão de uso dos espaços físicos e instalações do prédio do Núcleo Educacional do Pintado.

Art. 2º Revogam-se a Lei Municipal nº 4.168, de 04 de setembro de 2013, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 20 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**LEI MUNICIPAL Nº 4.491/2017**

Publicação Nº 1408369

LEI Nº 4.491, de 20 de outubro de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a ceder, mediante Termo de Cessão de Uso, ao Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, para utilização do 1º Pelotão de Bombeiro Militar da 3ª Companhia de Bombeiro Militar do 9º Batalhão de Bombeiro Militar, sediado no Município de Porto União, 01 (um) veículo marca GM, modelo Corsa Sedan Premium, tipo automóvel, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2007, modelo 2007, cor vermelha, chassi nº 9BGXM19G07B268170, placas MDX 5813, Código Renavam 921943938 com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido com recursos do FUNREBOM de Porto União.

Parágrafo único. O bem descrito no "caput" deste artigo destina-se à manutenção e execução dos serviços de Bombeiro Militar.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata esta Lei terá vigência pelo período de 05 (cinco) anos contados de 06 de dezembro de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 20 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**LEI MUNICIPAL Nº 4.492/2017**

Publicação Nº 1408378

LEI Nº 4.492, de 20 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a Instituição do Programa Municipal de Combate e Prevenção na Atenção Básica à Saúde nos casos de Dengue, Chikungunya e Zika Vírus, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º A prevenção e o controle da transmissão e a atenção básica à saúde, nos casos de dengue, no Município de Porto União obedecerão ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Aos municípios e aos responsáveis pelos estabelecimentos ou terrenos, edificados ou não, públicos, privados ou mistos, compete, adotar as medidas necessárias, à manutenção de suas propriedades limpas, sem acúmulo de lixo e de materiais inservíveis, evitando as condições que propiciem a instalação e a proliferação dos vetores causadores da dengue.

## CAPÍTULO II

### Das Atribuições do Poder Executivo

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo a criação do Programa Municipal de Prevenção e Combate à Dengue, a ser coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo ao disposto na presente Lei.

§ 1º As ações definidas no Programa Municipal de Prevenção e Combate à Dengue serão desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos da Administração Municipal, relacionados ao controle da doença, objetivando a efetiva prevenção e controle da transmissão e atenção básica à saúde nos casos suspeitos e confirmados de dengue na cidade.

§ 2º O Poder Executivo deverá articular-se com outros municípios e outras esferas de governo, para buscar a participação e a solução de problemas em conjunto.

§ 3º As ações previstas no Programa Municipal de Prevenção e Combate à Dengue serão desenvolvidas, frequentemente, em todo o Município, com principal ênfase nos bairros e nas regiões de maior infestação e número de notificações de casos de dengue.

Art. 4º O Programa Municipal de Prevenção e combate à Dengue incluirá:

- I- notificação de casos da dengue;
- II- investigação epidemiológica de casos notificados, surtos e óbitos por dengue;
- III- busca ativa de casos de dengue nas unidades de saúde públicas, privadas e filantrópicas;
- IV- vigilância epidemiológica da dengue;
- V- coleta de envio ao laboratório de referência de material de casos suspeitos de dengue para diagnóstico e/ou isolamento viral, quando indicado;
- VI- levantamento de índice de infestação;
- VII- execução das ações de controle mecânico, químico e biológico do vetor da dengue;
- VIII- envio regular dos dados da dengue à instância estadual, dentro dos prazos estabelecidos pelo gestor no Estado, conforme notificações deste, e federal;
- IX- análise e retroalimentação dos dados às unidades notificantes;
- X- divulgação de informações e análises epidemiológicas da dengue;
- XI- gestão dos estoques municipais de insumos estratégicos, inclusive com abastecimento dos executores das ações do Programa;
- XII- coordenação e execução das atividades de educação em saúde e mobilização social de abrangência municipal;
- XIII- capacitação de recursos humanos para execução do Programa;
- XIV- apresentação bimestral dos resultados do Programa ao Conselho Municipal de Saúde, à Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento;
- XV- campanhas permanentes de esclarecimento sobre as formas de prevenção e erradicação da dengue;
- XVI- serviço de informação à população;
- XVII- fiscalização de imóveis, edificados ou não, que sediarem estabelecimentos públicos, privados ou mistos, inclusive residências, visando à orientação e à aplicação de sanções previstas nesta Lei;
- XVIII- imposição de penalidades, nos casos previstos e de acordo com a legislação pertinente;
- XIX- pesquisa, em parcerias com universidades e escolas públicas ou privadas, de alternativas para incrementar as ações de controle da Dengue.

Art. 5º Será desenvolvido um Plano Municipal de Educação em Saúde e Mobilização Social contra a dengue.

§ 1º O objetivo do plano referido no caput deste artigo é promover a sensibilização, a absorção de conhecimento e a mudança de atitudes e práticas da população, estimulando sua participação efetiva para reduzir a incidência da dengue no Município.

§ 2º O plano será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com outros órgãos da Administração Municipal, além de instituições e organizações da sociedade civil interessadas.

Art. 6º O Plano Municipal de Educação em Saúde e Mobilização Social contra a dengue envolverá:

- I- a introdução de conteúdos programáticos, inseridos de forma transversal, nas escolas da rede municipal de ensino, que esclareçam aspectos relacionados à transmissão da dengue, favorecendo a sua prevenção;
- II- a criação e o apoio de Comitês de Vigilância Ambiental nas associações de bairros, com o objetivo de, periodicamente, divulgar dados relativos à infestação de cada área, favorecendo a mobilização das comunidades atingidas;
- III- o estímulo às associações de bairros para que discutam, permanentemente, o tema dengue, o nível de infestação do *Aedes Aegypti*, desenvolvendo alternativas para o efetivo controle da doença;
- IV- a criação pelo Conselho Municipal de Saúde de uma comissão permanente de acompanhamento ao programa Municipal de Prevenção e Combate à Dengue e a erradicação de infestação do *Aedes Aegypti*;
- V- o estudo de estratégias de comunicação social para o maior esclarecimento da população sobre as causas e consequências da dengue, fomentando o envolvimento da sociedade;
- VI- o estímulo à produção de materiais educativos e informativos;
- VII- o serviço de informação e orientação sobre a dengue à sociedade, utilizando os mais variados recursos de infraestrutura disponíveis;
- VIII- o processo de capacitação de recursos humanos, especialmente da área da saúde, envolvidos no combate à dengue, da área da

educação e lideranças comunitárias, nas ações de prevenção e controle da doença;

IX- o estímulo à produção, registro e documentação de pesquisas científicas nas áreas de educação em saúde e mobilização social, visando ao aprimoramento e ao incentivo à criação de novos recursos para o controle da dengue;

X- o estímulo à divulgação, o registro e a documentação de experiências positivas na área de educação em saúde e mobilização social no controle da dengue;

XI- o apoio e incentivo do desenvolvimento e a divulgação de soluções alternativas locais que contribuam para a prevenção e o controle da dengue;

XII- a criação de mecanismos e indicadores para acompanhamento e avaliação das ações de educação em saúde e mobilização social na prevenção e combate à dengue.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo o desenvolvimento de Plano de Comunicação Social contra a Dengue.

§ 1º O objetivo do plano referido no caput deste artigo é a difusão de informações necessárias à efetiva compreensão por parte da população no tocante à importância da prevenção e do combate à dengue.

§ 2º O plano deverá contar com a orientação técnica da Vigilância Epidemiológica e Ambiental.

§ 3º Deverá haver articulação com outros municípios, bem como com outras esferas governamentais, na busca da uniformidade de conteúdo e de forma para o plano.

Art. 8º Serão componentes do Plano de Comunicação Social contra a Dengue:

- I- incentivo aos meios de comunicação locais para a inserção de conteúdos de educação em saúde, prevenção e combate à dengue;
- II- divulgação permanente de campanhas de comunicação e mobilização social, nos diversos veículos da imprensa, com mensagens que levem em conta a sazonalidade da infestação e suas características;
- III- articulação com outras esferas de governo para garantir a uniformidade da informação para a imprensa;
- IV- divulgação, de forma clara, para a população, da responsabilidade do gestor municipal na execução das ações de combate ao vetor;
- V- participação dos técnicos nas áreas de zoonoses, epidemias e de educação em saúde, na aprovação de material para campanha publicitária.

Art. 9º Em caso de risco de epidemia de dengue no Município, o Poder Executivo poderá veicular campanhas de informação à população, nos órgãos de comunicação locais, a título de utilidade pública, a fim de evitar a proliferação da transmissão da dengue.

Art. 10. O objetivo da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, no combate à dengue, é estruturar um sistema de informações sobre os casos da doença, que subsidie as ações de controle de dengue no Município.

Art. 11. São atribuições da Vigilância Epidemiológica e Ambiental no combate à dengue:

- I- notificar todo caso suspeito, de acordo com o fluxo estabelecido pelo Estado e pelo Ministério da Saúde;
- II- coletar material para exames e o enviar ao laboratório de referência;
- III- analisar a distribuição dos casos em relação ao tempo, local e pessoas acometidas;
- IV- analisar a distribuição espacial dos casos, propiciando o seu georreferenciamento;
- V- acompanhar os índices de morbidade e letalidade, para orientar as medidas de controle;
- VI- realizar a vigilância virológica, continuamente, de uma parcela das amostras, a fim de detectar, precocemente, a introdução de novos sorotipos do vírus;
- VII- investigar todos os casos suspeitos de dengue;
- VIII- participar da elaboração do Plano Municipal de Educação em Saúde e Mobilização Social.

Art. 12. Será elaborado o Plano de Combate ao Vetor, visando à redução da infestação da dengue.

§ 1º Para o desenvolvimento do plano referido no caput deste artigo, deverá ser observada a densidade e a distribuição vetorial, estabelecendo-se ações e medidas sustentáveis de eliminação dos criadouros do vetor.

§ 2º Nas atividades de combate ao vetor da dengue, deverão ser utilizadas todas as normas de prevenção e promoção à saúde do trabalhador, incluindo-se os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamento de Proteção Coletiva – EPCs, quando indicados, a fim de evitar acidentes de trabalho, doenças profissionais e as relacionadas ao trabalho.

Art. 13. O Plano de Combate ao Vetor deverá ser orientado pelas seguintes ações:

- I- intensificação das ações de combate físico, químico ou biológico ao vetor, em toda a área do Município;
- II- implementação da infraestrutura e do pessoal necessários para a realização do plano, em conformidade com os parâmetros nele definidos;
- III- capacitação de recursos humanos nas operações de campo, com definição de um perfil adequado de ação;
- IV- desenvolvimento de medidas alternativas, de controle do vetor;
- V- incorporação das ações de combate ao vetor nos diversos bairros do Município;
- VI- articulação de combate ao vetor às ações do Programa Saúde da Família – PSF.

Art. 14. O Poder Executivo poderá estabelecer consórcios intermunicipais, visando ao desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção e combate à dengue nas regiões de fronteiras.

Art. 15. O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com órgãos estaduais ou federais, para a promoção de ações de saneamento básico e domiciliar, visando à eliminação dos criadouros do vetor da dengue, observando-se os critérios entomológicos e epidemiológicos.

Art. 16. A limpeza dos lotes baldios será de responsabilidade do proprietário ou responsável e deverá ser realizada, no mínimo, trimestralmente.

§ 1º O Poder Executivo realizará a limpeza dos lotes baldios quando o proprietário ou responsável não o fizer.

§ 2º O custo pela realização da limpeza dos lotes baldios será cobrado pela Prefeitura.

§ 3º A limpeza dos lotes baldios não isentará o seu proprietário ou responsável de possíveis imposições de multas previstas nesta Lei e em outros casos, verificada a presença de focos ou não.

Art. 17. Sempre que houver a necessidade de ingresso forçado em domicílios particulares, a autoridade sanitária, no exercício da ação de vigilância, lavrará, no local em que for verificada a recusa do morador ou a impossibilidade do ingresso por motivos de abandono ou ausência de pessoas que possam abrir a porta, um Auto de Infração e Ingresso Forçado, no local ou na sede da repartição sanitária que conterá:

- I- o nome do infrator e seu domicílio, residência e os demais elementos necessários à sua qualificação civil, quando houver;
- II- o local, a data e a hora da lavratura do Auto de Infração e Ingresso Forçado;
- III- a descrição do ocorrido, a menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido e os dizeres: "Para a Proteção da Saúde Pública Realiza-se o Ingresso Forçado";
- IV- a pena a que está sujeito o infrator;
- V- a assinatura do autuado ou, no caso de ausência ou recusa, a de duas testemunhas e a do autuante;
- VI- o prazo para defesa ou impugnação do Auto de Infração e Ingresso Forçado, quando cabível.

§ 1º Havendo recusa do infrator em assinar o auto, será feita, neste, a menção do fato.

§ 2º A autoridade sanitária é responsável pelas declarações que fizer no Auto de Infração e Ingresso Forçado, sendo passível de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou de omissão dolosa.

§ 3º Sempre que se mostrar necessário, poderá ser requerido o auxílio da autoridade policial.

§ 4º Na hipótese de ausência do morador, o uso da força deverá ser acompanhado por um técnico habilitado em abertura de portas, que deverá recolocar as fechaduras depois de realizada a ação de vigilância sanitária e epidemiológica.

Art. 18. Serão realizadas ações de atenção básica à saúde, nos casos suspeitos de dengue no Município, visando à identificação e ao treinamento adequado dos casos.

Art. 19. São atribuições do Município, na atenção básica à saúde no combate à dengue:

- I- realizar o primeiro atendimento ao paciente suspeito de dengue;
- II- coletar sangue para exames e o encaminhar para laboratório de referência;
- III- realizar a notificação à Vigilância Epidemiológica de todos os casos suspeitos;
- IV- avaliar casos suspeitos de dengue hemorrágica quanto à sua gravidade e os encaminhar seguindo o fluxo definido pelo programa;
- V- capacitar as equipes do Programa Saúde da Família para incluir em sua rotina ações de prevenção, atenção e combate à dengue.

### CAPÍTULO III

#### Das Infrações e das Penalidades

Art. 20. Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título são obrigados a permitir o ingresso em seus respectivos imóveis da autoridade sanitária, para a realização de inspeção, verificação, orientação, informação, aplicação de inseticida ou qualquer outra atividade específica de combate à dengue, por se tratar de risco iminente à saúde pública e à vida.

Parágrafo único. Havendo recusa na permissão de ingresso, observar-se-á o disposto no artigo 17.

Art. 21. As infrações previstas nesta Lei serão punidas administrativamente com penalidade de advertência e/ou multa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis civil e criminalmente, conforme o caso, observada sucessivamente a seguinte ordem:

- I- advertência;
- II- multa;
- III- apreensão;
- IV- inutilização.

Parágrafo único. Responde pela infração quem por ação ou omissão lhe deu causa, em especial o responsável pela real e efetiva propriedade, posse, conservação e utilização do imóvel ou estabelecimento.

Art. 22. Considera-se infração para os efeitos da presente Lei:

- I- a existência nos imóveis referidos no Artigo 2º, de recipientes e/ou objetos que possibilitem a criação e proliferação de mosquitos;  
Pena: apreensão, inutilização, advertência e/ou multa de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).
- II- dificultar a ação fiscal nos exercícios das atividades previstas nesta Lei, em especial a recusa pelo proprietário, locatário, possuidor ou responsável a qualquer título do imóvel, em permitir o ingresso da autoridade sanitária, para fins de inspeção, verificação, orientação, informação, aplicação de inseticida ou qualquer outra atividade específica de combate à dengue;  
Pena: advertência e/ou multa de R\$ 625,00 (Seiscentos e vinte e cinco reais).
- III- deixar de adotar no prazo estabelecido pela autoridade competente as medidas necessárias à manutenção dos imóveis limpos, livres do acúmulo de lixo, entulhos, águas e demais materiais inservíveis, a fim de evitar quaisquer condições que propiciem a presença e a proliferação do mosquito transmissor da dengue;  
Pena: advertência e/ou multa de R\$ 625,00 (Seiscentos e vinte e cinco reais).
- IV- deixar, os proprietários e/ou responsáveis por obras de construção civil, públicas ou privadas, de adotar medidas de proteção e/ou



prevenção, respeitadas as normas e posturas municipais, de modo a evitar acúmulo de água, originadas ou não de chuvas, bem como a realizar manutenção e limpeza dos locais sob sua responsabilidade, providenciando o descarte ambientalmente correto de materiais inservíveis que possam acumular água, esteja a obra em plena execução ou temporariamente paralisada;

Pena: advertência e/ou multa de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).

V- deixar de manter tratamento adequado da água de piscinas, de forma a não permitir a presença ou a proliferação de mosquitos;

Pena: advertência e/ou multa de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

VI- deixar de manter os reservatórios, caixas d'água, cisternas ou similares, devidamente tampados, com vedação segura, de forma a não permitir a entrada de mosquitos e, conseqüentemente, sua desova e reprodução;

Pena: advertência e/ou multa de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

VII- não manter, os proprietários ou responsáveis por borracharias, comércio de pneus, bicicletarias, oficinas automotivas, depósitos de pneus e congêneres, transportadoras, ou qualquer estabelecimento que beneficie ou manipule borracha de qualquer natureza, cobertura total para esses objetos, respeitadas as normas legais aplicáveis à espécie, de forma a impedir o acúmulo de água e a consequente proliferação de mosquitos;

Pena: advertência e/ou multa de R\$ 625,00 (Seiscentos e vinte e cinco reais).

VIII- depositar e/ou descartar de forma irregular pneus e similares;

Pena: advertência e/ou multa de R\$ 625,00 (Seiscentos e vinte e cinco reais).

IX- deixar de providenciar cobertura adequada ou outros meios, respeitadas as demais normas legais aplicadas à espécie, de forma a impedir o acúmulo de água, para os ferros-velhos, comércio e beneficiamento de aparas, e/ou, estabelecimentos que comercializam sucatas em geral e congêneres;

Pena: advertência e/ou multa de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).

X- descumprir quaisquer das normas e limitações contidas nesta Lei;

Pena: advertência e/ou multa de R\$ 625,00 (Seiscentos e vinte e cinco reais).

Art. 23. Nas hipóteses constantes desta Lei, sendo o infrator reincidente a multa prevista será computada em dobro.

Parágrafo único. Considera-se reincidente o infrator pela prática de quaisquer das infrações previstas nesta lei, no interstício de 06 (seis) meses, contados do trânsito em julgado da decisão administrativa que o condenou, na infração anterior.

Art. 24. Os valores referentes às multas serão automaticamente atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, elaborado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Obrigações Específicas

Art. 25. As autoridades públicas responsáveis por lugares, prédios e logradouros ficam sujeitas as sanções disciplinares cabíveis na forma do respectivo estatuto, em razão do descumprimento das disposições contidas nesta Lei, sem prejuízo das penalidades aqui definidas.

Art. 26. Caberá aos munícipes, além do já disposto nesta lei, a colaboração nas ações desenvolvidas pelo Poder Executivo, contribuindo para a diminuição da infestação do vetor e a proliferação de dengue nos seus domicílios e bairros onde residem.

Art. 27. Caberá aos estabelecimentos privados, além do já disposto nesta Lei, a colaboração nas ações desenvolvidas pelo Poder Executivo, contribuindo para a diminuição da infestação do vetor e a proliferação da doença.

Art. 28. Ficam os responsáveis por borracharias, empresas de recauchutagem, desmanches, depósitos de veículos e outros estabelecimentos afins, obrigados a adotar medidas que visem a evitar a existência de criadouros dos vetores da dengue, sendo proibido o depósito de pneus, sucatas, peças e/ou partes de quaisquer veículos nos logradouros públicos.

Art. 29. Nas residências, estabelecimentos comerciais, instituições públicas e privadas, bem como em terrenos, nos quais exista caixa d'água, ficam os responsáveis obrigados a mantê-la, permanentemente, tampada, com vedação segura, impeditiva da proliferação de mosquitos.

Art. 30. Ficam os responsáveis por imóveis dotados de piscina obrigados a manter tratamento adequado da água, de forma a não permitir a instalação ou proliferação de mosquitos.

Art. 31. Nos terrenos baldios ou estabelecimentos onde são mantidos ou comercializados materiais recicláveis de qualquer natureza, inclusive pneus novos e usados, ferros velhos e materiais similares, apontados pela autoridade sanitária como de risco à proliferação de mosquitos, ficam os seus proprietários ou responsáveis obrigados a manter os referidos materiais sob cobertura apropriada, respeitadas as demais normas legais aplicáveis à espécie.

Art. 32. Ficam os responsáveis por obras de construção civil e por terrenos obrigados a adotar medidas tendentes à drenagem permanente de coleções líquidas, originadas ou não por chuvas, bem como à limpeza das áreas sob sua responsabilidade, providenciando o descarte de materiais inservíveis que possam acumular água.

Art. 33. Os responsáveis por cemitérios ficam obrigados a exercer rigorosa fiscalização em sua área, determinando a imediata retirada de quaisquer vasos ou recipientes que contenham ou retenham água em seu interior, permitindo apenas o uso daqueles que contenham terra ou areia.

§ 1º Nos cemitérios somente será permitida a utilização de vasos, floreiras ou quaisquer outros ornamentos ou recipientes que retenham água, se estiverem devidamente perfurados e preenchidos com areia, evitando a possibilidade de acúmulo do referido líquido.



§ 2º O Poder Executivo fica autorizado a apreender, remover e inutilizar os vasos, floreiras, ornamentos ou recipientes mencionados neste artigo que não estiverem devidamente perfurados e preenchidos com areia de modo a evitar o acúmulo de água.

Art. 34. Nos ferros velhos e depósitos de veículos em geral, os materiais depositados deverão ser acondicionados distantes a, pelo menos 01 (um) metro, dos muros limítrofes de qualquer outro imóvel, de forma a permitir o livre acesso para aplicação periódica de inseticida, quando necessário.

Art. 35. As imobiliárias que disponham de imóveis desocupados sob sua administração deverão disponibilizar livre acesso às autoridades sanitárias, para a fiscalização das condições de controle da dengue.

Art. 36. Os proprietários, possuidores ou responsáveis a qualquer título de imóveis que estiverem postos à venda ou para locação ficam obrigados a mantê-los com os vasos sanitários vedados, caixas d'água tampadas e vedadas, ralos externos vedados, piscinas com tratamento à base de cloro, calhas desobstruídas e isentas de qualquer material que possa acumular água.

Art. 37. Os proprietários, ou responsáveis, por floriculturas, comércios atacadistas ou varejistas de flores naturais, de vasos, floreiras ou similares deverão adotar cobertura, respeitadas as demais normas aplicáveis à espécie, de forma a impedir o acúmulo de água nos recipientes comercializados ou que permaneçam apenas para exposição.

§ 1º É proibida a manutenção de pratos ou material similar para a sustentação de xaxins, vasos ou qualquer espécie de planta exceto se estiverem devidamente perfurados, com no mínimo 03 (três) furos e com areia grossa ou produto similar que evite o acúmulo de água.

§ 2º As bromélias, bem como qualquer outra espécie de planta que abrigue águas de chuva ou regas, deverão receber tratamento à base de água sanitária na proporção de 01 (uma) colher de sopa para um litro de água, devendo ser regadas duas vezes por semana.

§ 3º As floriculturas e demais estabelecimentos que comercializam bromélias ou qualquer planta cuja espécie acumule água, terão o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, para criar um adesivo de advertência aos consumidores, no qual deverá conter todas as orientações quanto aos cuidados sobre a proliferação do mosquito transmissor da dengue no cultivo destas plantas.

#### CAPÍTULO V

##### Das Disposições Finais

Art. 38. O Poder Executivo poderá expedir normas complementares para regulamentar o disposto na presente Lei.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 20 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 1.005/2017 - RH**

Publicação Nº 1408555

PORTARIA Nº 1.005, de 05 de outubro de 2017.  
Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 05 de outubro a 19 de dezembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Flavia Silvia Busmayer, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "89º" lugar do Processo Seletivo ACT/2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da servidora Cecília Clarete Kopko Tidre, que aposentou-se.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educação Infantil Pingo de Gente, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2017**

Publicação Nº 1408375

**TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2017**

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Porto União (SC) e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC.

O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ nº 00.185.034/0001-06, doravante denominado CEDENTE, vinculado ao MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC), situado na Rua Padre Anchieta – Nº 126, inscrito no CNPJ nº 83.102.541/0001-58, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, portador da Carteira de Identidade nº 1.331.349 - SSP/SC e CPF nº 501.086.709/53 e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, nº 381 – Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

I- 01 (um) veículo marca GM, modelo Corsa Sedan Premium, tipo automóvel, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2007, modelo 2007, cor vermelha, chassi 9BGXM19G07B268170, placas MDX 5813, do Código Renavam 921943938 com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido com recursos do FUNREBOM de Porto União.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO**

O bem destina-se à manutenção e execução dos serviços de Bombeiro Militar.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES****I - DO CESSIONÁRIO:**

- a) usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- c) zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

**II - DO CEDENTE:**

- a) arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;
- b) arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira para o bem descrito na cláusula primeira no ano de 2012 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo (embarcação) cedido ao Estado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar - Fonte de Recursos 0111, Ação 4376, Itens Orçamentários 3.3.90.30.01 (combustíveis e lubrificantes automotivos), 3.3.90.39.19 (manutenção e conservação de veículos), 3.3.90.30.39 (material para manutenção de veículos), 3.3.90.39.69 (seguros em geral), e 3.3.90.47.10 (taxas).

**CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO**

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIACÃO**

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado na manutenção e execução dos serviços de Bombeiro Militar, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO**

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, Decreto nº 307, de 4 de junho de 2003, e alterações, art. 7º, inciso IX, do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, Portaria nº 2.399/GEREH/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010 e na Lei Municipal nº 4.491, de 20 de outubro de 2017.

**CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 05 (cinco) anos contados de 06 de dezembro de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Porto União (SC), renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 05 (cinco) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Porto União (SC), 20 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH Prefeito Municipal Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros	Coronel BM – ONIR MOCELLIN Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

**Testemunhas:**

1.Nome: Miguel Chokailo Neto  
CPF nº 509.250.249-53

2.Nome: Vanderlei Werle  
CPF nº 501.090.659-72

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### LEI Nº. 2.676/2017 DE 23/10/2017 DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1408700

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.676/2017 de 23/10/2017

Dispõe sobre a celebração de Convênio e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica autorizada a celebração de Convênio com a Mitra Diocesana/Paróquia Nossa Senhora de Fatima, representada pelo Conselho Pastoral da Comunidade do Alto Sumidor, nos termos do Anexo I, que integra a presente Lei.

Art. 2º — O Convênio de que trata esta Lei será celebrado até 31 de outubro de 2018.

Art. 3º — A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de outubro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

#### TERMO DE CONVÊNIO (ANEXO I)

Termo de Convênio que Celebram o MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO e PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FATIMA/CONSELHO PASTORAL DA COMUNIDADE MORADORES DE ALTO SUMIDOR DE POUSO REDONDO - SC.

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Rua Antonio Carlos Thiesen, Pouso Redondo, Santa Catarina, portador do CNPJ 83.102.681/0001-26, representado por seu Prefeito Municipal, OSCAR GUTZ, brasileiro, residente e domiciliado em Pouso Redondo, Santa Catarina, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado MITRA DIOCESANA DE RIO DO SUL/PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FATIMA, associação com sede na Rua 23 de Julho, nº 213, Centro, Pouso Redondo/SC, com CNPJ nº 85.788.289/0014-22, representado neste ato pelo coordenador do Conselho Pastoral da Comunidade de Alto Sumidor, VALDEMAR LUIZ CRISTINO, brasileiro, portador do RG nº 869.649-7, CPF 247.626.799-68, residente e domiciliado em Pouso Redondo, Santa Catarina, doravante denominado CONVENIADO, celebram o presente convênio de acordo com as cláusulas e condições a seguir discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DOS OBJETIVOS — O presente convênio tem por objetivo a cessão temporária de um servidor do quadro efetivo do MUNICÍPIO para o CONVENIADO, para dar continuidade na edificação do salão de eventos/reuniões, da Comunidade de Alto Sumidor, anexo a igreja da localidade.

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO — Incumbe ao Município:

I — Ceder ao CONVENIADO, servidor do quadro efetivo (Pedreiro) para dar suporte aos trabalhadores na realização de obra em favor da comunidade pelo período de início e finalização da obra;

II — Arcar com todos os encargos sociais, trabalhistas e pagamento mensal ao servidor.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO — Incumbe ao CONVENIADO:

I — Arcar com todos os custos para elaboração do projeto arquitetônico da obra;

II — Custear todos os materiais e ferramentas para construção;

III — Providenciar todas as licenças necessárias para obra;

IV — Disponibilizar trabalhadores para auxiliar ao servidor efetivo (Pedreiro) na edificação da obra;

IV - Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas dos trabalhadores da obra, exceto ao servidor efetivo do MUNICÍPIO;

V — Isentar o MUNICÍPIO de qualquer ônus ou obrigações provenientes da construção desta obra.

CLÁUSULA QUARTA— DO PRAZO — O presente Convênio terá prazo determinado de duração, com início de vigência na data consignada no presente instrumento e término em 31 de outubro do ano 2.018.

I - O servidor do MUNICÍPIO não prestará o serviço diariamente no período estipulado, sendo designado conforme andamento da obra e disponibilidade da administração;

II — Dentro do período estipulado no presente convênio, o CONVENIADO requererá a administração cada vez que houver a necessidade da

presença do servidor do MUNICÍPIO na obra.

**CLÁUSULA QUINTA — DA RESCISÃO** — O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante solicitação de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Ficará ainda automaticamente rescindido no caso de inadimplemento das condições estabelecidas.

**CLÁUSULA SEXTA — DO FORO** — As partes elegem o foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente Convênio, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes de acordo com os termos e condições de presente instrumento, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Pouso Redondo, 23 de outubro de 2017.

OSCAR GUTZ VALDEMAR  
Prefeita Municipal

LUIZ CRISTINO  
Coordenador Geral CPC da Capela Alto Sumidor

TESTEMUNHAS

Nome

Nome

CPF :

CPF:

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **EXTRATO DE CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL 01/2017**

Publicação Nº 1407822

MINUTA DE CONTRATO  
PROCESSO N. 01/2017

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE POUSO REDONDO, E A EMPRESA E. J. C VEÍCULOS LTDA.

Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2017

Objeto: Aquisição de um veículo novo, zero KM, tipo passageiro, ano 2017, cor branco, com no mínimo três portas, com capacidade de no mínimo 07 (6+1) pessoas, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, para uso na Câmara de Vereadores.

Valor da contratação: R\$ 88.880,00 (Oitenta e oito mil oitocentos e oitenta reais).

Data de homologação: 20 de outubro de 2017.

Pouso Redondo, SC, 23 de Outubro de 2017.

Lauri Ribeiro Garcia  
Presidente da Câmara

# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 126/2017- PREFEITURA ERRATA

Publicação N° 1408843

ERRATA: ONDE LÊ-SE NA PUBLICAÇÃO REFERENTE AO CONTRATO N.º 126/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 22/2017, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2017 PUBLICADO NA PÁGINA 789 DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE 20/10/2017, LEIA-SE A PUBLICAÇÃO ABAIXO:

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

CONTRATO N.º. 126/2017

PROCESSO N.º 22/2017 – PREGÃO N.º 02/2017

CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE.

DO VALOR: R\$ 5.554,47

DA VIGENCIA: 16/10/2017 à 31/12/2017.

Praia Grande, 16 de Outubro de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.



# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 06/2017 CONTRATAÇÃO DE COORDENADOR DO PROJETO UBUNTU

Publicação Nº 1408026

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2017

Aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de 2017, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado o município de Presidente Nereu através do seu FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CPF sob nº 026.916.199-66, neste ato representada pela gestora do fundo a Senhora IDEMARA VENTURA VOLTOLINI, doravante denominado "Contratante" e de outro lado ANDREA CAROLINE DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº. 078.433.189-84, com sede a Rua Joinville nº 155, no município de Rio do Sul, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Coordenador para o projeto UBUNTU com carga horaria de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com o intuito a atender o público presente no Centro Social do município.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS BASES DO CONTRATO** Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A EXECUTAR**

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

- 1) Efetuar serviços contínuos de coordenador das atividades com carga horaria de 35 (trinta e cinco) horas semanais, para atender as crianças e adolescentes do presente no projeto UBUNTU, no Centro Social do município;
- 2) Executar os serviços no Centro Social João Voltolini.
- 3) Atender as solicitações da secretaria de Assistência Social quanto ao desenvolvimento dos trabalhos a executar.
- 4) Orientar a educadora social, bem como os oficineiros nos projetos realizados com as crianças e adolescentes;
- 4) Coordenar o espaço físico do Centro Social: administração, organização dos materiais, limpeza, cuidado com o bem público, bem como, requerer a manutenção quando necessário;
- 5) Controle de estoque: entrada e saída de mercadorias;
- 6) Auxiliar a Secretaria de Assistência Social, nos demais projetos desenvolvidos.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES**

Constituem obrigações da Contratada:

- 1) Executar as atividades objeto deste contrato.
- 2) Não prestar informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;
- 3) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da Contratante:

- 1) Criar um ambiente de trabalho adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma;
- 2) Fazer os pagamentos devidos a contratada no máximo até o 10º dia do mês subsequente ao serviço executado.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS** Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada R\$ 4.680,00 (quatro mil seiscentos oitenta reais) pagos em duas (02) parcelas iguais de R\$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais).

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

O preço do presente contrato é irreajustável.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS**

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 02 (dois) meses com assinatura no dia 19 de outubro de 2017 até 20 de dezembro de 2017, com início dos trabalhos no dia 23 de outubro de 2017, o presente contrato poderá ser prorrogado com autorização de ambas as partes (conforme artigo 57, inciso IV, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994).

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS** As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

2.006–Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social

3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0101 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

11.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:

- a – Advertência por escrito;
- b – Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso em qualquer entrega/reposição do material, aplicado ao valor total do contrato, para o respectivo item, até o limite de 5% (cinco por cento) desse mesmo valor;
- c – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida que não seja atraso na entrega do material;
- d – Rescisão unilateral do contrato pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de Presidente Nereu e suspensão temporária da Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de Presidente Nereu por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b.

10.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

10.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO** As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1) O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;

2) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de perfeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 19 de outubro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL ANDREA CAROLINE DE SOUZA  
IDEMARA VENTURA VOLTOLINI CONTRATADA  
CONTRATANTE

Testemunhas:

SIDNEY VIEIRA JÚNIOR  
CPF: 077.348.809-08

AMILTON PETRY  
CPF: 548.594.509-06

### **EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 42/2017 PARA CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE GUINCHO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Publicação Nº 1408024

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 042/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2017

Tipo: MENOR TARIFA.

Entrega dos envelopes: Até dia 29/11/2017 às 09h00m.

Abertura dos envelopes: às 09h15m do dia 29/11/2017.

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberta a Licitação Pública, na modalidade de Concorrência, para outorga de Concessão para a execução do serviço de remoção e guarda de veículos que cometerem, em âmbito de sua circunscrição, infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97), Lei Federal 8.666/93 (Licitações) e 8.987/95 e demais condições deste Edital.

Os envelopes HABILITAÇÃO E PROPOSTAS, serão recebidos até às 09h00m do dia 29/11/2017 no Departamento de Licitações, localizado no prédio da Prefeitura de PRESIDENTE NEREU, sito à Praça Leão Dehon nº 50, Centro, Presidente Nereu– SC, e serão abertos no mesmo dia às 09:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone 47 3362-1108, pelos email [licitação@presidentenereu.sc.gov.br](mailto:licitação@presidentenereu.sc.gov.br), no horário de expediente das 08:00hs às 11:30 hs. e das 13:30hs às 17:00 hs.

#### 1 - INSTRUÇÕES GERAIS

1.1– A presente Concorrência é regida por Normas contidas neste Edital, pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

1.2- Para efeito de julgamento, esta licitação enquadra-se no tipo “PROPOSTA DE MENOR TARIFA”, conforme definido no Inciso VI, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9648, combinado com as disposições do art. 45 da Lei nº 8666/93.

1.3- Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Minuta do Termo de Concessão;
- b) Anexo II - Modelo de Proposta Comercial;
- c) Anexo III - Modelo de Declaração de Conhecimento de condições do Edital.

#### 2- OBJETO

2.1– O objeto desta Concorrência é a outorga em regime de CONCESSÃO, dentro do território do Município de Presidente Nereu, da

execução do serviço de recepção, transporte e guarda de veículos apreendidos e/ou removidos de cujos condutores cometerem infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, aprovado pela Lei nº 9503 de 23 de setembro de 1997, bem como a Legislação Municipal, na forma prevista no art. 175 da Constituição Federal e Lei nº 8987 de 13/02/95.

A CONCESSIONÁRIA deverá ter suas atividades 24 horas por dia e 07 dias por semana – caráter ininterrupto.

2.1.1 – A operação consiste na remoção através da utilização de veículos plataforma auto carregáveis para transporte de veículos leves e motos e de guincho para veículos pesados (ônibus, caminhões), a guarda e a liberação dos veículos de infratores da Legislação de Trânsito em Pátio de Recolhimento cercado conforme descrito no escopo deste Edital, com apoio dos - Agentes do executivo e de órgãos e instituições governamentais afins.

2.1.2 – O serviço de remoção será feito através de veículos plataforma auto carregáveis e/ou guincho de propriedade da Concessionária ou por ela contratados, para o Pátio de Recolhimento, onde o veículo permanecerá até a liberação ou transferência para outro local determinado pelo Município, sem prejuízo das taxas já acumuladas e devidas.

2.1.3 – Serão de responsabilidade da Concessionária, quaisquer danos comprovados ao veículo removido, até a entrega deste ao proprietário ou transferência para outro local. A CONCESSIONÁRIA deverá possuir no ato da assinatura do Termo de Concessão apólice de seguro relativo a sua atividade.

2.1.4 – Para cada veículo removido, deverá ser emitida a GRV – Guia de Remoção de Veículo, que espelhará a condição do veículo no ato da recepção/remoção. Esta guia deverá ser preenchida para cada veículo no ato de recepção/remoção, em 03 (três) vias com a seguinte destinação:

1ª via – CONDUTOR do veículo;

2ª via – Polícia Militar;

3ª via – Fixa no bloco para a Concessionária.

2.1.4.1 – Manter sob sua guarda registro fotográfico digital (fotos com pelo menos 1MPixel) com pelo menos duas fotos para cada veículo – segundo eixo diagonal da frente para trás (frente e lateral do motorista) e de trás para frente (traseira e lateral do passageiro) passando pela posição do motorista – e caso haja avarias ou danos no veículo, de cada um destes pontos.

2.1.5 – A remoção dos veículos deverá ser feita em presença de agente de trânsito do Município ou Policial Militar, que assinara a GRV – Guia de Remoção de Veículo, já preenchida nos campos pertinentes e fotos do veículo, juntamente com o pessoal responsável pela remoção;

2.1.6 – O processo de recebimento e liberação de veículos deverá ser acompanhado por agente de trânsito do Município ou Policial Militar;

2.1.7 – O pátio de recolhimento será o local onde serão levados os veículos removidos por infração previstas em lei;

2.1.8 – O pátio de recolhimento deverá ser construído em terreno plano, de propriedade da Concessionária ou por ela locado, por conta da Concessionária, devendo estar situado dentro do território do Município de Presidente Nereu.

2.1.9 – O projeto de execução do Pátio deverá ser submetido à apreciação e aprovação pelo Diretor de Trânsito, que deverá estar em operação em até 30 (trinta) dias da assinatura do TERMO DE CONCESSÃO, deverá estar dentro dos limites do Município de Presidente Nereu e deverá conter:

2.1.9.1 – Muro ou cerca de tela circundando o terreno com portão de entrada principal;

2.1.9.2 – Instalações para administração, controle e segurança, com sanitários separados para funcionários e visitantes, devendo apresentar-se com bom aspecto visual e de conservação; bem como placa com dimensões mínimas de 1,0m por 2,5m de publicidade do local;

2.1.9.3 – Área coberta, que proporcione abrigo de no mínimo 15 (quinze) automóveis e 50 (cinquenta) motocicletas;

2.1.9.4 – Iluminação para melhoria da segurança noturna.

2.1.10 – Preparação adequada do solo com nivelamento, compactação e espalhamento de brita ou outro material compatível;

2.1.11 – Promover a entrega do veículo mediante documentação pertinente e quitação de débitos relativo aos serviços da Concessão (Guincho e estadias).

2.2 – O prazo da Concessão será de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de início de operação, podendo ser prorrogado por igual período; ressalvado cláusulas rescisórias;

2.2.1 – Na hipótese de rescisão da concessão por culpa ou solicitação da futura CONCESSIONÁRIA, a mesma pagará ao Município, no ato da formalização da rescisão, a título de multa, o valor em dobro da última remuneração, bem como será de sua responsabilidade e ônus a remoção para outro local a ser indicado pela Prefeitura em prazo de até 60 (sessenta) dias em que não receberá pela estadia dos veículos sendo repassado integralmente a Prefeitura, sem prejuízo, na hipótese de rescisão por culpa da CONCESSIONÁRIA, das aplicações das penalidades previstas na Lei Federal nº 8666/93. Após o prazo de 60 (sessenta) dias a Prefeitura não determinar outro local para os veículos apreendidos, passará a ser de sua responsabilidade e ônus sua remoção bem como o pagamento de cinquenta por cento da diária vigente a Empresa pela guarda postecipada ao contrato.

2.2.1.1 – A Concessionária no ato da rescisão por culpa ou solicitação entregará cópia de toda a documentação de controle dos veículos em sua guarda a Prefeitura e/ou a empresa que lhe suceder.

2.2.2 – Será permitida a transferência da CONCESSÃO a outra empresa mediante anuência da Prefeitura de Presidente Nereu, através de processo administrativo, desde que a sucessora atenda as condições deste Edital, e pagamento de Taxa de Transferência no valor de 5 UFM's (Unidade Fiscal Municipal). Vedado a sublocação ou transferência informal a terceiros dos serviços sob pena de rescisão por ato doloso do Concessionário.

2.3 – Caberá mensalmente ao Município o valor de 10% (dez por cento) da arrecadação mensal relativa a atividade desta concessão, mais 3% (três por cento) de ISS (Imposto Sobre Serviços) ficando a futura Concessionária como FIEL DEPOSITÁRIA das importâncias pertencentes ao Município até a data do efetivo pagamento mensal pela outorga da concessão, nos termos contratuais.

2.3.1 – A CONCESSIONÁRIA apresentará relatório sintético aos fiscais de Tributos do Município para fins de emissão da guia de recolhimento do valor devido até o segundo dia para que seja pago até o 10º dia útil do mês subsequente, cabendo juros de mora e multa de 2%; e cópia do mesmo juntamente com relatório discriminado de todas as atividades ao Diretor de Trânsito do Município.

2.3.2 – Serão competentes os Fiscais de Tributos do Município para verificação de registros Fiscais e CONTÁBEIS da Concessionária, e o Diretor de Trânsito para fiscalização dos serviços prestados em regime de concessão.

2.4 – Demais condições da CONCESSÃO constam da Minuta do Contrato de Concessão, que compõem o Anexo I deste Edital.

2.5 – Serão de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o ônus de danos causados a terceiros decorrentes de suas atividades, bem como os pagamentos da mão de obra, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, contas de telefone, água, força e luz, impostos, contribuições, tarifas e taxas incidentes sobre a construção, implantação, operação do sistema de remoção e guarda de veículos removidos, bem como as despesas decorrentes de concessão.

2.6 – Não será aceito para composição de custo operacional elementos estranhos a atividade desta concessão ou injustificáveis operacionalmente para fins de reivindicação de reajustes de tarifas, bem como despesas de qualquer espécie de aluguel, devendo a planilha de custo ser deverá ou não suspender as atividades de guincho, e a assinada por contador habilitado na forma da lei. O reajuste será anual após análise e despacho favorável pelo Diretor de Trânsito mediante decreto municipal.

2.7 – No caso de rescisão contratual por parte do Município, esta deverá ser por notificação oficial com antecedência de sessenta dias, informando também se deverá ou não suspender as atividades de guincho, e a partir desta data a concessionária ficará isenta do pagamento do valor contratado (10% da arrecadação da atividade) bem como decorrerá por conta do Município a remoção dos veículos sob a guarda da Concessionária. A partir dos sessenta dias da notificação, não havendo a remoção dos veículos do Pátio de Recolhimento, a Prefeitura pagará a Empresa 50% do valor das estadias pelo serviço de guarda dos veículos.

### 3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar desta Concorrência todas as empresas que preencham os requisitos abaixo estipulados:

3.1 – Possuam Capital Social integralizado e registrado de no mínimo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

3.2 – Não será permitido o consórcio de empresas para exploração desta concessão.

3.3.1 – Declaradas inidôneas por ato do Poder Público.

3.3.2 – Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.

3.3.3 – Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 8883/94.

3.4 – Não será permitida a participação de empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam servidores da Administração Municipal direta ou Indireta.

### 4 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

4.1 – As empresas LICITANTES deverão apresentar a documentação e propostas em 02 (dois) envelopes pardos separados, fechados e indevassados, o primeiro contendo a documentação de HABILITAÇÃO conforme o item 5 deste Edital, o segundo – PROPOSTA COMERCIAL – elaborada em conformidade com o item 7 deste Edital.

4.2 – Além de identificação de sua natureza, envelope nº 1 ou nº 2, os invólucros deverão apresentar também, nome ou timbre da empresa LICITANTE e os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1

CONCORRÊNCIA Nº 01/2017

OBJETO: Concessão para a execução do serviço de remoção e guarda de veículos

HABILITAÇÃO

ENVELOPE Nº 02

CONCORRÊNCIA Nº 01/2017

OBJETO: Concessão para a execução do serviço de remoção e guarda de veículos

PROPOSTA COMERCIAL

4.3 – A documentação deverá ser apresentada em 01 (uma) via, e a proposta de preço, deverá ser apresentada em 02 (duas) vias – conforme modelo ANEXO III – evitando-se emendas, rasuras, borrões, entrelinhas, omissões ou mesmo partes essenciais escritas à margem do texto. Todos os documentos deverão ser redigidos em português, ressaltando-se as expressões técnicas de uso corrente.

4.3.1 – Sugere-se que a documentação e as propostas sejam apresentadas encadernadas e com suas folhas numeradas sequencialmente, de modo a facilitar as respectivas análises.

### 5 – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

5.1 – O ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO deverá conter os documentos necessários para a habilitação da LICITANTE, nos termos do artigo 27, da Lei Federal nº 8666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 8883/94, compreendendo:

I - Documentação relativa à habilitação jurídica

II- Documentação relativa à regularidade fiscal

III- Documentação relativa à qualificação econômico-financeira

#### 5.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.2.1 – Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, acompanhados, no caso de sociedade por ações, de ata arquivada da assembleia da última eleição de seus administradores. No caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, e registro comercial, no caso de empresa individual.

5.2.2 – A empresa deverá ter em seu Contrato Social a atividade de exploração de concessão de prestação de serviço de guincho e guarda de veículos removidos/apreendidos.

5.2.3 – Declaração firmada pela proponente, de que não possui qualquer fato impeditivo para licitar ou contratar com o poder público.

#### 5.3 – REGULARIDADE FISCAL

5.3.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

5.3.2 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.3 – Prova de quitação com os tributos federais – Certidão Conjunta;

5.3.4 – Certidão Negativa de Débito Estadual;

5.3.5 – Prova de quitação de Tributos Municipais;

5.3.6 – Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

#### 5.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.4.1 – Atestado fornecido por órgão ou empresa da Administração Pública ou privada, comprovando que a concorrente já executou, ou vem executando a operação de serviço igual ao do objeto deste Edital: recepção, transporte e guarda de veículos.

5.4.2 – Declaração do proponente de que recebeu os documentos e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e que aceita os termos do Edital e da minuta do instrumento de termo de concessão.

5.4.3 – Declaração de que se compromete a iniciar a operação dos serviços no prazo de no máximo 60 (sessenta) dias da assinatura do Termo de Concessão.

5.4.4 – Certificado de propriedade de pelo menos um veículo plataforma para transporte de autos leves e motos e outro caminhão guincho para veículos pesados.

#### 5.5 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.5.1 – Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas certidões passadas com mais de 60 (sessenta) dias contados da data da expedição pelo cartório, em relação à data da entrega dos envelopes.

5.5.2 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

5.5.2.1 – A boa situação financeira será considerada através da contratação de Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 2.0 (dois). Será considerado como Índice de Liquidez Geral, o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo e a soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO} \geq 2$$
 (maior ou igual a dois)

5.5.4 – Os documentos poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada ou publicação em órgão de imprensa oficial.

#### 6 – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL

##### 6.1 – Proposta Comercial

6.1.1 – Carta de apresentação da proposta de preço das tarifas dos serviços conforme ANEXO III.

6.1.2 – A proposta não poderá ser apresentada com mais de duas casas decimais após a vírgula.

#### 7 – RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 – O Envelope nº 1 – Documentação de Habilitação, Envelope nº 2 – Proposta Comercial, serão recebidos até às 09:00 hs do dia 29/11/2017, no Departamento de Licitações localizado na Praça Henrique Schroeder nº 01 – Centro.

7.2 – Às 09:30 hs do mesmo dia, a Comissão designada pelo Município procederá a abertura do Envelope nº 1 – Documentação, cujas folhas serão rubricadas, obrigatoriamente, pela Comissão de Licitação e pelos representantes credenciados presentes à sessão pública;

7.2.1 – Recomenda-se a participação de um dos representantes credenciados pelas empresas, PREFERENCIALMENTE os mesmos, em todas as sessões da presente licitação.

7.3 – A Comissão julgará a habilitação de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos no item 9, e o resultado será comunicado às LICITANTES na mesma ou em outra sessão pública ou através de publicação na Imprensa do Município.

7.3.1 – Os envelopes nº 2, contendo as propostas das LICITANTES inabilitadas serão devolvidos, inviolados, após ter decorrido o prazo legal sem interposição de recursos ou tendo havido renúncia expressa de interposição de recursos, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.4 – Caso os envelopes nº 2 – Proposta – não sejam abertos na sessão de abertura dos Envelopes nº 1, eles serão rubricados, obrigatoriamente, pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados das LICITANTES. E mantidos sob a guarda da Comissão de



Licitação até a data de abertura dos mesmos.

7.5 – Após a divulgação da habilitação e transcorrido o prazo legal sem interposição de recursos, ou tendo havido renúncia expressa da interposição de recursos, ou após o julgamento dos recursos interpostos, dar-se-á a abertura dos envelopes nº 2, contendo a proposta técnica dos LICITANTES julgados habilitados na documentação. As propostas serão rubricadas, obrigatoriamente, pela Comissão Especial de Licitação e pelos representantes credenciados presentes.

7.5.1 – Somente serão abertos os Envelopes nº 2 – Proposta Comercial dos Licitantes julgados habilitados na Documentação.

7.5.2 – Os envelopes nº 1 - habilitação e 2 – Proposta, poderão ser abertos no mesmo ato público da divulgação da habilitação ou em ato público específico para tal fim.

7.5.3 – Serão desqualificados os LICITANTES que não atenderem as condições de Habilitação.

7.6 – A Comissão julgará as propostas de preço de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos no item 10, comunicando o seu resultado dos Licitantes em conformidade com o subitem 7.3.

7.7 – De cada sessão pública será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada, obrigatoriamente pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados presentes.

## 8 – HABILITAÇÃO

8.1 – Serão consideradas habilitadas as Licitantes que:

8.1.1 – Apresentarem, com exatidão, todos os documentos solicitados no item 5 deste Edital.

8.1.2 – Não fizerem quaisquer referências a preços na documentação apresentada.

8.2 – Após a fase de habilitação não caberá desistência de proposta, isto é, as Licitantes não poderão retirar os seus envelopes nº 2 – Proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Especial de Licitação, que então os devolverão devidamente inviolados.

## 9 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 – Serão desclassificadas as propostas que:

9.1.1 – Não atenderem as exigências legais e as exigências deste Edital;

9.1.2 – Se mostrarem manifestadamente inexequíveis ou com preços excessivos;

9.1.3 – Apresentarem oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas propostas de outras Licitantes;

9.1.4 – Apresentarem condicionantes não previstas no Edital, para viabilizarem a execução da obra e operação do estacionamento.

9.2 – No julgamento das propostas, será considerada vencedora proposta que apresentar a menor tarifa para os serviços segundo a média ponderada (fórmula abaixo) e serão classificadas do menor valor para o maior.

$MP = (0,8x (T.V.L. + 10x D.V. + T.F.V.)) + (0,15 x (T.M + 10x D.M + T.F.M.)) + (0,05 x (T.V.P. + 10x D.V.P. + T.F.V.P.))$  MP = Média Ponderada deverá ser menor ou igual a: 139,85.

Onde:

T.V.L. = Tarifa de veículo leve – remoção / transporte

D.V. = Tarifa de Diária de Veículos

T.F.V. = Tarifa Fixa de Veículos – (estadia de até 6 dias após a apreensão)

T.M. = Tarifa de Motos – remoção / transporte

D.M. = Tarifa de Diária de Motos

T.F.M. = Tarifa Fixa de Motos – (estadia de até 6 dias após a apreensão)

T.V.P. = Tarifa de Veículos Pesados – remoção / transporte

D.V.P. = Tarifa de Diária de Veículos Pesados

T.F.V.P. = Tarifa Fixa de Veículos Pesados – (estadia de até 6 dias após a apreensão)

9.3 – De todos os procedimentos e decisões tomadas será lavrada ata, encerrando-se em seguida a reunião, tendo a comissão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para divulgar o nome do (s) vencedor (es).

9.4 – Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, a Comissão Especial de Licitação promoverá o desempate pela empresa de melhor situação financeira e patrimonial.



9.5 – Caso todas as propostas sejam desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de oito dias úteis para apresentação de outras propostas, escoimadas das causas referidas no subitem 10.1.

#### 10 – INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1 – a Licitante adjudicatária desta Concorrência será notificada, por escrito para assinar o Instrumento Contratual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município.

10.1.1 – A Licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, decairá do direito à contratação, além de sofrer a aplicação das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 86668/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 8883/94.

#### 11 – DO EDITAL DE LICITAÇÃO

11.1 – No ato de recebimento do edital da licitação, o interessado deverá verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores contra eventuais omissões e/ou imperfeições no mesmo.

11.2 – As Licitantes deverão analisar cuidadosamente os elementos fornecidos para a concorrência, levantando todas as dúvidas ou falhas nos documentos, de forma que sejam elucidadas as pendências antes da entrega dos envelopes, não podendo alegar, posteriormente, omissões, desconhecimento de condições e/ou imperfeições nos elementos do Edital.

#### 12 – DOS RECURSOS

12.1 – Os recursos deverão ser interpostos na forma do artigo 109 da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores.

12.2 – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão de Licitação, que, na situação de regular recebimento, procederá à intimação das demais Licitantes, para a oportunidade de defesa ou impugnação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, limitada a discussão ao objeto recursal.

12.3 – Produzidas as razões pertinentes ou manifestado desinteresse em fazê-lo pelas Licitantes intimadas, mesmo antes do término do prazo ou se exaurido na sua totalidade, a Comissão de Licitação apreciará a questão, podendo reconsiderar a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis. Na hipótese de manter o julgamento dentro do prazo determinado, a Comissão de Licitação remeterá o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, para o fim de apreciação e decisão, em 5 (cinco) dias úteis a contar do recolhimento do expediente recursal.

12.4 – Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

12.5 – Os recursos e impugnações deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação, no horário das 08:00hs às 11:30hs e das 13:30 às 17:00hs de segunda à sexta-feira.

#### 13 – DAS TARIFAS

As Propostas Comerciais deverão apresentar valores de tarifas inferiores a:

Para estadia de veículos:

ESTADIA DE MOTOCICLETAS E SIMILARES		
Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.M.	R\$ 10,00 (dez reais)
Dias que excedem	D.M.	R\$ 3,50 por dia

ESTADIA DE AUTOMÓVEIS E CAMINHONETAS		
Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.	R\$ 22,00 (vinte e dois reais)
Dias que excedem	D.V.	R\$ 5,50 por dia

ESTADIA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES		
Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.P.	R\$ 45,00
Dias que excedem	D.V.P.	R\$ 6,50 por dia

As tarifas atinentes ao serviço de guincho ficam estabelecidas conforme o quadro abaixo:

Descrição	Abrev.	Taxa
Remoção/transporte de motocicleta e similares com veículos plataforma	T.M.	R\$ 60,00

Descrição	Abrev.	Taxa
Remoção/transporte de automóveis com veículos plataforma	T.V.L.	R\$ 60,00

Descrição	Abrev.	Taxa
Guinchamento ou remoção de ônibus e caminhões – veículos pesados	T.V.P.	R\$ 180,00

Em caso de veículos envolvidos em delito, não haverá cobrança de tarifa.

As viaturas da Polícia Militar, Polícia Civil e Prefeitura, deverão ser atendidas sem quaisquer despesas com relação ao serviço de guincho.

#### 14 – DOS REAJUSTES

14.1 – Os reajustes das tarifas ocorrerão, mediante Decreto, em conformidade com a política econômica vigente no país, e serão revisadas sempre que se demonstrar em desequilíbrio econômico-financeiro, entre os encargos da operação e sua remuneração, através da atualização da planilha de custos apresentada pela Empresa que serão analisadas pela Diretoria de Trânsito para emitir parecer deliberatório. Não será aceito para composição de custo operacional elementos estranhos a atividade desta concessão ou injustificáveis operacionalmente para fins de reivindicação de reajustes de tarifas, bem como despesas de qualquer espécie de aluguel, devendo a planilha de custo ser assinada por contador habilitado na forma da lei.

#### 15 – DAS SANÇÕES

15.1 – A recusa da Proponente vencedora em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se a pena de multa no valor de 2 (duas) UFM's (Unidade Fiscal Municipal).

15.2 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou por infração de quaisquer das cláusulas contratuais, o Município poderá aplicar as seguintes sanções:

15.2.1 – Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato;

15.2.2 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município;

15.2.3 – Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com o Município, para a adoção da mesma medida;

15.2.4 – Declaração de caducidade, com perda da caução em favor do Município;

15.2.5 – Multa de 1% (um por cento) por atraso no pagamento do valor correspondente à outorga da concessão, acrescido de correção monetária.

15.3 – As sanções previstas no item 16.2 poderão acumular-se entre si e não excluem a possibilidade de declaração de caducidade da concessão.

#### 16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – Se por qualquer motivo, o(s) representante(s) das empresas participantes não puder(em) comparecer a alguma sessão desta licitação, será permitida a nomeação de outro(s) representante(s), desde que seja apresentada nova carta de credenciamento.

16.2 – Caso as Licitantes inabilitadas não retirarem os respectivos envelopes no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação feita por escrito pelo Município, serão os mesmos incinerados.

16.3 – O Pátio de recolhimento, bem como o serviço de remoção de veículos funcionarão 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente.

16.4 – Todos os veículos, desde o momento da remoção durante o período em que estiverem no interior do Pátio de Recolhimento, deverão estar segurados quanto a danos e furtos.

16.5 – Quaisquer esclarecimentos sobre os termos do presente edital e outras informações a respeito, deverão ser solicitados por escrito até o quinto dia anterior à data da apresentação da proposta à Procuradoria Geral do Município, no endereço já mencionado, através de carta ou e-mail, no horário comercial, de segunda à sexta-feira.

16.6 – Somente serão respondidas as dúvidas e solicitação de esclarecimentos e de informações adicionais encaminhadas até o quinto dia anterior, inclusive, à data marcada para a entrega dos envelopes de documentos e propostas.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO

MARIMAR ANTONIO CUCCHI  
ADVOGADO OAB/SC nº13.237

## A N E X O I

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº 000/2017

TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GUINCHO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Pelo presente instrumento particular de contrato, o MUNICÍPIO DE , pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Leão Dehon nº 50, Centro, com CNPJ/MF sob nº83.102.699/0001-28, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, representada neste ato por seu Prefeito Municipal Sr. Isamar de Melo, brasileiro, casado, professor, CPF/MF nº , residente e domiciliada na Rua nº , Bairro centro, Município de , Estado de Santa Catarina, e \_\_\_\_\_, CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA, representada neste ato por seu Procurador Sr. \_\_\_\_\_, tendo em vista o estatuído na letra \_\_\_\_\_, inciso \_\_\_\_\_, do artigo \_\_\_\_\_ da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores e conforme Processo Licitatório nº , na modalidade de Concorrência, tem entre si justa e acordada, na melhor forma de direito, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente termo tem por objeto a Concessão para exploração dos serviços de recepção, transporte e guarda de veículos apreendidos e/ou removidos no Município de Lontras, conforme especificações contidas no Edital de Concorrência nº.

1.2 – A operação consiste na remoção através da utilização de veículos plataforma auto carregáveis para transporte de veículos leves e motos e de guincho para veículos pesados (ônibus e caminhões), a guarda e a liberação dos veículos de infratores da Legislação de Trânsito em Pátio de Recolhimento cercado conforme descrito no escopo deste Edital, com apoio dos agentes do executivo e de órgãos e instituições governamentais afins.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO, DAS TARIFAS E DO REAJUSTE

#### 2.1 – DO PREÇO:

Pela outorga da Concessão, objeto do presente Edital, a Concessionária repassará à Concedente o percentual de 10% (dez por cento) mais 3% de ISS à título de remuneração.

#### 2.2 – DO PAGAMENTO:

Caberá mensalmente ao Município o valor de 10% (dez por cento) da arrecadação mensal relativa a atividade desta concessão, mais 3% de ISS (Imposto Sobre Serviços) ficando a futura CONCESSIONÁRIA como FIEL DEPOSITÁRIA das importâncias pertencentes ao Município até a data do efetivo pagamento mensal pela outorga da concessão, nos termos contratuais.

2.2.1 – A CONCESSIONÁRIA apresentará relatório sintético aos Fiscais de Tributos do Município para fins de emissão da guia de recolhimento do valor devido até o segundo dia para que seja pago até o sétimo dia útil do mês subsequente, cabendo juros de mora e multa de 2%; e cópia do mesmo juntamente com relatório discriminado de todas as atividades ao Diretor de Trânsito do Município.

#### 2.3 – DAS TARIFAS:

Para estadia de veículos:

ESTADIA DE MOTOCICLETAS E SIMILARES		
Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.M.	R\$ ...,.. (.... reais)
Dias que excedem	D.M.	R\$ ....., por dia

ESTADIA DE AUTOMÓVEIS E CAMINHONETAS		
Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.	R\$ ....., ( ..... reais)
Dias que excedem	D.V.	R\$ ....., por dia

ESTADIA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES		
Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.P.	R\$ ...,.. ( ..... reais)
Dias que excedem	D.V.P.	R\$ ...,.. por dia

As tarifas atinentes ao serviço de guincho ficam estabelecidas conforme o quadro abaixo:

Descrição	Abrev.	Taxa
Remoção/transporte de motocicleta e similares com veículos plataforma	T.M.	R\$ ...,.. ( ..... reais)
Descrição	Abrev.	Taxa
Remoção/transporte de automóveis com veículos plataforma	T.V.L.	R\$ ...,.. ( ..... reais)
Descrição	Abrev.	Taxa
Guinchamento ou remoção de ônibus e caminhões – veículos pesados	T.V.P.	R\$ ...,.. ( ..... reais)

## 2.4 – DOS REAJUSTES:

Os reajustes das tarifas ocorrerão mediante Decreto, em conformidade com a política econômica vigente no país, e serão revisadas sempre que se demonstrar em desequilíbrio econômico-financeiro, entre os encargos da operação e sua remuneração, através da atualização da planilha de custos apresentada pela empresa que serão analisadas pela Diretoria de Trânsito para emitir parecer deliberatório. Não será aceito para composição de custo operacional, elementos estranhos a atividade desta concessão ou injustificáveis operacionalmente para fins de reivindicação de reajustes de tarifas, bem como despesas de qualquer espécie de aluguel, devendo a planilha de custo ser assinada por contador habilitado na forma da lei.

### Parágrafo Primeiro:

A concessionária deverá informar o Contratante dos veículos apreendidos a mais de noventa dias para formar lote mínimo de dez unidades (devido custo de processo) para formalizar procedimento e Leilão nos termos do Código de Trânsito Brasileiro – artigo nº 328 e demais legislação pertinente.

### Parágrafo Segundo:

Do valor recebido em hasta pública, antes do pagamento das multas impostas ao veículo, assegurar a quitação dos valores pertinentes às tarifas de remoção e diárias de estadia no Pátio de Recolhimento.

### Parágrafo Terceiro:

O Contratante deverá assegurar ao Concessionário o caráter de exclusividade desta atividade no Município de Presidente Nereu.

## CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

O prazo de vigência da presente Concessão é de 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do presente termo, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com a conveniência das partes, mediante denúncia por escrito, até 60 (sessenta) dias antes do seu término.

## CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE ATENDIMENTO

A CONTRATADA deverá dar início aos serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura deste termo.

## CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Cumprir as disposições constantes do Edital de Concorrência Pública nº 000/ ....., de 00 de novembro de , especialmente relativos aos procedimentos Legais pertinentes a atividade da Concessão;

II – Apresentar mensalmente ao Diretor de Trânsito do Município, relatórios detalhados da atividade objeto desta concessão e cópia do relatório sintético para fins do pagamento a Prefeitura do valor contratual;

III – A CONCESSIONÁRIA apresentará relatório sintético aos Fiscais de Tributos do Município para fins de emissão da guia de recolhimento do valor devido até o segundo dia para que seja pago até o sétimo dia útil do mês subsequente, cabendo juros de mora e multa de 2%;

IV – Apresentar veículos guinchos em excelentes condições de uso, nas partes mecânicas, lataria e, com sistema de guincho eficiente e possuir hodômetro;

V – Apresentar somente veículos guinchos dentro das exigências legais previstas no Código de Trânsito Brasileiro;

VI – Apresentar veículos guinchos equipados de modo a efetuar guinchamento de qualquer veículo, independente do ano de fabricação;

VII – Apresentar veículos providos de todos os equipamento obrigatórios de segurança, estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro, bem como de sinalização móvel e fixa que possibilite a prestação do serviço com plena segurança, principalmente no período noturno;

VIII – Segurar os veículos guinchos, contra terceiros por danos físicos e materiais;

IX – Prestar os serviços de guincho mediante requisição do Departamento de Trânsito, Polícia Civil e Militar;

X – Colocar a disposição da Polícia Civil e Militar, tantos veículos guinchos quanto forem necessários para atender a demanda do serviço;

XI – Remover o veículo retido e/ou apreendido para o pátio;

XII – Atender prontamente, a solicitação da Polícia Civil e Militar no que tange ao serviço de guincho;

XIII – Quitar previamente as suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas ao objeto do presente contrato, emitindo guia de recolhimento e folha de pagamento em separado;

XIV – Zelar pela manutenção da continuidade do serviço de guincho;

XV – Apresentar devidamente uniformizado e crachá com foto do pessoal de operação, com colete refletivo, durante a prestação do serviço;

XVI – Cumprir, rigorosamente, a escala de serviço aprovada pela Polícia Civil e Militar;

XVII – Substituir, imediatamente, no prazo de 01 (uma) hora, o veículo guincho, quando este apresentar problemas mecânicos ou estiver em reparos;

XVIII – Possuir software legalizado para gerenciamento da atividade desta concessão, e câmera digital para registro fotográfico dos veículos a sua guarda;

XIX – Prestar os serviços em caráter ininterrupto, isto é, 24 horas por dia e 7 dias semana;

XX – Promover a entrega do veículo mediante documentação pertinente da CIRETRAN, Polícia Civil ou Militar com respectivo Termo de Recebimento e quitação de débitos relativo aos serviços da Concessão (guincho e estadias).

#### CLÁUSULA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE

A CONCEDENTE fica isenta de quaisquer ônus, direito ou obrigações vinculadas à Legislação trabalhista, tributária ou securitária decorrentes da execução do presente contrato, cuja observância e responsabilidade caberão exclusivamente à CONCESSIONÁRIA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO

Cabe à Polícia Civil e Militar exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização relativamente ao objeto deste termo e serão competentes os Fiscais de Tributos do Município para verificação de registros Fiscais e Contábeis da Concessionária, e o Diretor de Trânsito para fiscalização dos serviços prestados em regime de concessão.

##### Parágrafo Primeiro:

A CONCESSIONÁRIA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Município.

##### Parágrafo Segundo:

A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONCESSIONÁRIA, no que concerne ao objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente termo poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, mediante prévio e expresso consentimento do MUNICÍPIO nos termos do Edital

8.1 – Será permitida a transferência da CONCESSÃO a outra empresa mediante anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, através de processo administrativo, desde que a sucessora atenda as condições do Edital Licitatório, e pagamento de Taxa de Transferência no valor de 5 (cinco) UFM's (Unidade Fiscal Municipal) Vedado a sublocação ou transferência informal a terceiros dos serviços sob pena de rescisão por ato doloso do Concessionário.

#### CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

Este termo poderá ser rescindido de pleno direito, nas hipóteses dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8666/93 e suas alterações, e bem como nos termos do Edital.

9.1 – No caso de rescisão contratual por parte do Município, esta deverá ser por notificação oficial com antecedência de 60 (sessenta) dias, informando também se deverá ou não suspender as atividades de guincho, e a partir desta data a Concessionária ficará isenta do pagamento do valor contratado (10% da arrecadação da atividade) bem como decorrerá por conta do Município a remoção dos veículos sob a guarda da Concessionária. A partir dos sessenta dias da notificação não havendo a remoção dos veículos do Pátio de Recolhimento a Prefeitura pagará à Empresa 50% do valor das estadias pelo serviço de guarda dos veículos;

9.2 – Na hipótese de rescisão da concessão por culpa ou solicitação da futura CONCESSIONÁRIA, a mesma pagará ao Município, no ato da formalização da rescisão, a título de multa, o valor em dobro da última remuneração, bem como será de sua responsabilidade e ônus a remoção para outro local a ser indicado pela Prefeitura em prazo de até 60 (sessenta) dias em que não receberá pela estadia dos veículos sendo repassado integralmente a Prefeitura, sem prejuízo, na hipótese de rescisão por culpa da CONCESSIONÁRIA, das aplicações das penalidades previstas na Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores. Após o prazo de 60 (sessenta) dias a Prefeitura não determinar outro local para os veículos apreendidos, passará a ser de sua responsabilidade e ônus sua remoção bem como o pagamento de 50% (cinquenta por cento) da diária vigente a Empresa pela guarda postecipada ao Contrato.

9.3 – A Concessionária no ato da rescisão por culpa ou solicitação entregará cópia de toda a documentação de controle dos veículos em sua guarda a Prefeitura e/ou a Empresa que lhe suceder.

**Parágrafo Único:**

No caso da CONCESSIONÁRIA ter efetuado parcelamento de débito junto à Secretaria de Finanças quanto a Execução Fiscal, referente a tributos municipais, o atraso no pagamento do parcelamento implicará na rescisão deste termo, independente de notificação, sendo passiva também das sanções previstas em edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA MULTA CONTRATUAL**

Em caso de inobservância das condições avençadas neste termo, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Multa correspondente à 5 (cinco) UFM's (Unidade Fiscal Municipal). No caso de infringência de qualquer das obrigações previstas neste termo;
- b) No caso de reincidência será cobrada a multa em dobro ficando sujeito a rescisão se a CONCESSIONÁRIA persistir no descumprimento de qualquer obrigação;
- c) Poderá ainda a CONCESSIONÁRIA, conforme o caso, responder por perdas e danos independentemente de multa prevista no presente termo;
- d) As multas deverão ser recolhidas através do Documento de Arrecadação Municipal até o último dia do mês que ocasionou o fato gerador, ou poderá ser cobrada judicialmente, à critério do Município e nas condições do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam este termo de contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nereu .

PREFEITO

CONCESSIONÁRIA  
RESPONSÁVEL

ADVOGADO OAB/SC nº13.237

Testemunhas:

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(FOLHA TIMBRADA DA EMPRESA)

A .....com CNPJ/MF nº ...../.....-..., com endereço a Rua ..... , Bairro ....  
..... , na cidade de .....Estado ..... , através de seu responsável Sr .....  
... com CPF/MF nº .....-..., vem pela presente apresentar sua Proposta Comercial para prestação de serviço Público de recepção, transporte e guarda de veículos apreendidos e/ou removidos, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 042/2017, como segue:

Para estadia de veículos no Pátio de Recolhimento, conforme o quadro abaixo:

ESTADIA DE MOTOCICLETAS E SIMILARES		
Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.M.	R\$ .... (.... reais)
Dias que excedem	D.M.	R\$ ... por dia
ESTADIA DE AUTOMÓVEIS E CAMINHONETAS		



Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.	R\$ ...,.. ( ..... reais)
Dias que excedem	D.V.	R\$ ..,.. por dia

ESTADIA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES		
Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.P.	R\$ ...,.. ( ..... reais)
Dias que excedem	D.V.P.	R\$ ..,.. por dia

As tarifas atinentes ao serviço de guincho ficam estabelecidas conforme o quadro abaixo:

Descrição	Abrev.	Taxa
Remoção/transporte de motocicleta e similares com veículos plataforma	T.M.	R\$ ...,.. ( ..... reais)

Descrição	Abrev.	Taxa
Remoção/transporte de automóveis com veículos plataforma	T.V.L.	R\$ ...,.. ( ..... reais)

Descrição	Abrev.	Taxa
Guinchamento ou remoção de ônibus e caminhões – veículos pesados	T.V.P.	R\$ ...,.. ( ..... reais)

$MP = (0,8x (T.V.L. + 10x D.V. + T.F.V.)) + (0,15 x (T.M + 10x D.M + T.F.M.)) + (0,05 x (T.V.P. + 10x D.V.P. + T.F.V.P.))$  MP = Média Ponderada deverá ser menor ou igual a: 139,85.

Onde:

T.V.L. = Tarifa de veículo leve – remoção / transporte

D.V = Tarifa de Diária de Veículos

T.F.V. = Tarifa Fixa de Veículos – (estadia de até 6 dias após a apreensão)

T.M. = Tarifa de Motos – remoção / transporte

D.M = Tarifa de Diária de Motos

T.F.M. = Tarifa Fixa de Motos – (estadia de até 6 dias após a apreensão)

T.V.P. = Tarifa de Veículos Pesados – remoção / transporte

D.V.P. = Tarifa de Diária de Veículos Pesados

T.F.V.P. = Tarifa Fixa de Veículos Pesados – (estadia de até 6 dias após a apreensão)

Período de Concessão de 05 (cinco) anos.

Validade da proposta de 60 (sessenta) dias corridos.

.....,.....de ..... de 2017

Assinatura / Carimbo

ANEXO III

Modelo de:

Declaração de conhecimento de condições de Edital

A .....com CNPJ/MF nº ...../.....-..., com endereço a Rua ..... , Bairro .... , na cidade de .....Estado ....., através de seu responsável Sr ..... .. com CPF/MF nº .....-..., vem pela presente Declarar que tomou conhecimento das condições gerais da Concessão de prestação de serviço Público de recepção, transporte e guarda de veículos apreendidos e/ou removidos, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 000/2017

.....,.....de ..... de 2017

Assinatura / Carimbo

## SERVIÇOS PARTICULARES EFETUADOS - 09/2017

Publicação Nº 1407800

Pag 1 / 5

## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Arrecadação - Valores Pagos - Analítico

Situação do Lote: Todos Tipo Baixa: Todos Data Pagamento Inicial: 01/09/2017 Data Pagamento Final: 30/09/2017 Imprimir Observação: Não Imprimir Contribuinte: Não  
 Totalizar Tributo: Não Código Receita: 5 Código Sub-Receita: 7.8.16 Cliente do Lote: Todos Tipo de Débito: Exercício : Todos Ordem: Data de Pagamento Imprimir  
 Observação do Lançamento: Não judicial: Todos cartório: Todos



Lote	Data Baixa		Banco	Agência/Convênio		N. Parcelas	Valor Pago		Situação	
	Lanc	Forma Pgt		P. Sub-Rec	Vencimento		Data Pagto	Valor a Pagar		Desconto
4409	05/09/2017	1 - BB								
1281/2017	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE		01/09/2017	5351 / 116084	0,00	398,13	1	398,13	0,00
Contribuinte: ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI - 311.191.829-72, AVENIDA JOAO XXIII, 336										
Observação Lançamento: 8 horas.										
4412	06/09/2017	1 - BB								
1282/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		04/09/2017	5351 / 116084	0,00	331,37	3	1.060,87	0,00
Contribuinte: NILO FEUZER - 560.262.939-49, RUA VIDAL RAMOS, S/N										
Observação Lançamento: CINCO HORAS										
1283/2017	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE		04/09/2017		0,00	398,13		398,13	0,00
Contribuinte: JAIR DA SILVA - 004.390.289-81, RODOVIA SC 429-ERICO RICARDO KNAPPMANN, 1709										
Observação Lançamento: OITO HORAS										
1287/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		04/09/2017		0,00	331,37		331,37	0,00
Contribuinte: NILTON STEINHEUSER - 379.378.399-53										
Observação Lançamento: CINCO HORAS										
4413	08/09/2017	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL								
1294/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		05/09/2017	423 / 103502	0,00	33,14	2	1.060,87	0,00
Contribuinte: NILO PEREIRA - 518.337.949-15										
Observação Lançamento: 30 minutos										
1296/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		05/09/2017		0,00	132,55		132,55	0,00
Contribuinte: GENESIO JACOMELI - 246.967.819-68										
Observação Lançamento: 2 horas.										
4415	11/09/2017	1 - BB								
1297/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		06/09/2017	5351 / 116084	0,00	99,41	1	165,69	0,00
Contribuinte: SALVIO LINHARES JUNIOR - 092.651.409-17, ESTRADA GERAL, SN										
Observação Lançamento: UMA HORA E TRINTA MINUTOS										
4417	12/09/2017	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL								
1288/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		04/09/2017	423 / 103502	0,00	33,14	2	99,41	0,00
Contribuinte: SANDRA ELIAS FEUSER - 081.052.459-73, ESTRADA Tucano, s/n										
1298/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		08/09/2017		0,00	265,09		298,23	0,00
Contribuinte: JOSE ANTONIO KRAUS - 854.253.979-68, ESTRADA GERAL, S/N										

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WGT031202-003-AZGOOG-246445022 - Emitido por: JEAN TILLMANN

23/10/2017 08:57



Lote	Data Baixa		Banco	Agência/Convênio		N. Parcelas	Valor Pago		Situação	
	Lanceto	Forma Pcto		P. Sub-Reculta	Vencimento		Data Pagto	Valor a Pagar		Desconto
44417	12/09/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		2	298,23		265,09	0,00
	1298/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL			2	265,09		
	Observação Lançamento: 4 horas.									
	1300/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		6	746,00		33,14	0,00
Contribuinte: BELMIRO MOREIRA - 518.334.099-49										
Observação Lançamento: 30 minutos										
44419	13/01/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		0,00	298,23		66,27	0,00
	1301/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL			0,00	298,23		
	Contribuinte: JOEL JORGE - 070.987.759-59									
	Observação Lançamento: 1 hora									
44420	1302/2017	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		0,00	348,36		348,36	0,00
	1302/2017	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL			0,00	348,36		
	Contribuinte: JAIME JOSE BUNN - 247.383.289-72, RUA JOSE COSTA MIRANDA, SN									
	Observação Lançamento: 7 horas.									
44421	1303/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		0,00	66,27		66,27	0,00
	1303/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL			0,00	66,27		
	Contribuinte: ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS - 464.188.739-04, ESTRADA GERAL, SN									
	Observação Lançamento: 1 hora									
44422	1304/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		0,00	33,14		33,14	0,00
	1304/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL			0,00	33,14		
	Contribuinte: LORIVALD KRETZSCHMAR - 304.346.969-00, LOCALIDADE BARRA RIO ANTINHA, SN									
	Observação Lançamento: 30 minutos									
44423	1305/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		0,00	198,82		198,82	0,00
	1305/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL			0,00	198,82		
	Contribuinte: ALICIO VANDERLINDE - 000.000.000-00									
	Observação Lançamento: 3 horas.									
44424	14/09/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		0,00	746,00		67,39	0,00
	14/09/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL			0,00	746,00		
	Contribuinte: ALOISIO FRANCISCO EIFLER - 181.110.849-00, RUA JOSE COSTA MIRANDA, SN									
	Observação Lançamento: 1 hora									
44425	15/09/2017	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		0,00	67,39		398,13	0,00
	15/09/2017	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL			0,00	67,39		
	Contribuinte: NILO FEUZER - 560.262.939-49, RUA VIDAL RAMOS, SN									
	Observação Lançamento: 8 horas.									
44426	16/09/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		0,00	398,13		398,13	0,00
	16/09/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL			0,00	398,13		
	Contribuinte: NILO FEUZER - 560.262.939-49, RUA VIDAL RAMOS, SN									
	Observação Lançamento: 8 horas.									

Pág 3 / 5

## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

## Arrecadação - Valores Pagos - Analítico

Situação do Lote: Todos Tipo Baixa: Todos Data Pagamento Inicial: 01/09/2017 Data Pagamento Final: 30/09/2017 Imprimir Observação: Não Imprimir Contribuinte: Não  
 Totalizar Tributo: Não Código Receita: 5 Código Sub-Receta: 7,8,16 Cliente do Lote: Todos Tipo de Débito: Exercício : Todos Ordem: Data de Pagamento Imprimir  
 Observação do Lançamento: Não judicial: Todos cartório: Todos



Lote	Lanc	Data Baixa	Forma Pto	P.	Banco	Sub-Receta	Vencimento	Agência/Convênio		N. Parcelas	Valor Pago		Situação	
								Data Pagto	Valor a Pagar		Desconto	Valor Pago	Diferença	
4428	19/09/2017	1	BB				15/09/2017	5351 / 116084		2		215,45	Fechado	
1308/2017	8/0 - 1	0	8 - TRATOR GRANDE				15/09/2017			0,00		132,55		0,00
Contribuinte: MARIZA RUBIA BACK - 077.258.079-00, RODOVIA SC 429 KM 28, 2197														
Observação Lançamento: 2 horas.														
1309/2017	8/0 - 1	0	7 - RETROESCAVADEIRA				15/09/2017			0,00		82,90		0,00
Contribuinte: EDSON VON MUEHLEN - 493.026.639-49, LOCALIDADE BOA ESPERANCA, S/N														
Observação Lançamento: 1 hora.														
4429	20/09/2017	1	BB				18/09/2017	5351 / 116084		2		215,45	Fechado	0,00
1315/2017	8/0 - 1	0	8 - TRATOR GRANDE				18/09/2017			0,00		66,27		0,00
Contribuinte: VALDEMIRO MULLER - 383.817.969-20														
Observação Lançamento: UMA HORA														
1316/2017	8/0 - 1	0	16 - BASCUL GRANDE				18/09/2017			0,00		398,13		0,00
Contribuinte: VARLEI REZINI - 868.694.779-49														
Observação Lançamento: 8 horas.														
4430	21/09/2017	1	BB				19/09/2017	5351 / 116084		1		464,40	Fechado	0,00
1317/2017	8/0 - 1	0	8 - TRATOR GRANDE				19/09/2017			0,00		198,82		0,00
Contribuinte: JOSE KIRCHNER - 249.068.329-20, RUA CENTRO, S/N														
Observação Lançamento: 3 horas.														
4436	22/09/2017	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL					20/09/2017	423 / 103502		1		198,82	Fechado	0,00
1318/2017	8/0 - 1	0	8 - TRATOR GRANDE				20/09/2017			0,00		198,82		0,00
Contribuinte: LAUDELINO JOSE COMANDOLI - 217.692.309-04														
Observação Lançamento: TREIS HORAS														
4448	28/09/2017	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL					26/09/2017	423 / 103502		2		198,82	Fechado	0,00
1324/2017	8/0 - 1	0	16 - BASCUL GRANDE				26/09/2017			0,00		530,68	Fechado	0,00
Contribuinte: RICARDO KONS - 052.619.499-55														
Observação Lançamento: 8 horas.														
1325/2017	8/0 - 1	0	8 - TRATOR GRANDE				26/09/2017			0,00		132,55		0,00
Contribuinte: EDSON VON MUEHLEN - 493.026.639-49, LOCALIDADE BOA ESPERANCA, S/N														
Observação Lançamento: DUAS HORAS														
<b>Total do Lote</b>											<b>0,00</b>	<b>530,68</b>		<b>0,00</b>

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WGT031202-003-AZGOOG-246445022 - Emitido por: JEAN TILLMANN

23/10/2017 08:57

Pág 4 / 5

**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU****Arrecadação - Valores Pagos - Analítico**

Situação do Lote: Todos Tipo Baixa: Todos Data Pagamento Inicial: 01/09/2017 Data Pagamento Final: 30/09/2017 Imprimir Observação: Não Imprimir Contribuinte: Não  
 Totalizar Tributo: Não Código Receita: 5 Código Sub-Receta: 7,8,16 Cliente do Lote: Todos Tipo de Débito: Exercício : Todos Ordem: Data de Pagamento Imprimir  
 Observação do Lançamento: Não judicial: Todos cartório: Todos



Lote	Lanc	Data Baixa	Forma Pgo	P.	Banco	Sub-Receta	Vencimento	Agência/Convênio		N. Parcelas	Valor Pago		Situação	
								Data Pagto	Valor a Pagar		Desconto	Valor Pago	Diferença	
<b>4449</b>	<b>28/09/2017</b>	<b>104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>						<b>423 / 103502</b>		<b>3</b>		<b>124,66</b>	<b>Fechado</b>	
1323/2017	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE					22/09/2017	27/09/2017	25,25	0,00		25,25	0,00	
Contribuinte: JEAN TILLMANN - 868.697.019-20														
Observação Lançamento: trinta minutos														
1326/2017	8/0 - 2	0 8 - TRATOR GRANDE					27/09/2017	27/09/2017	33,14	0,00		33,14	0,00	
Contribuinte: GILSON DOMINGOS KNIHS - 028.680.389-56, ESTRADA GERAL, SN														
Observação Lançamento: 30 MINUTOS														
1327/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE					27/09/2017	27/09/2017	66,27	0,00		66,27	0,00	
Contribuinte: LEANDRO SILVA DE MATOS - 001.009.730-94, RUA EUGENIA TORRES, 49														
Observação Lançamento: 1 hora														
<b>4453</b>	<b>02/10/2017</b>	<b>104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>						<b>Total do Lote</b>	<b>124,66</b>	<b>0,00</b>		<b>124,66</b>	<b>0,00</b>	
1328/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE					28/09/2017	28/09/2017	198,82	0,00		198,82	0,00	
Contribuinte: SOLANGE DA SILVA - 003.573.229-67, RUA BARRINHA, S/N														
Observação Lançamento: 3 horas.														
<b>4456</b>	<b>03/10/2017</b>	<b>1 - BB</b>						<b>Total do Lote</b>	<b>198,82</b>	<b>0,00</b>		<b>198,82</b>	<b>0,00</b>	
1329/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE					29/09/2017	29/09/2017	132,55	0,00		132,55	0,00	
Contribuinte: JOSE KRAUS - 292.816.019-15														
Observação Lançamento: 2 HORAS.														
1330/2017	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE					29/09/2017	29/09/2017	198,82	0,00		198,82	0,00	
Contribuinte: CLAUDEY BACH - 868.696.559-87														
Observação Lançamento: 3 HORAS.														
<b>Total a Pagar</b>							<b>5.496,87</b>	<b>Desconto</b>	<b>0,00</b>	<b>331,37</b>	<b>0,00</b>	<b>Total Pago</b>	<b>331,37</b>	<b>0,00</b>
										<b>5.496,87</b>		<b>Diferença</b>	<b>0,00</b>	

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WGT031202-003-AZGOOG-246445022 - Emitido por: JEAN TILLMANN

23/10/2017 08:57



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Situação do Lote: Todos Tipo Baixa: Todos Data Pagamento Inicial: 01/09/2017 Data Pagamento Final: 30/09/2017 Imprimir Observação: Não Imprimir Contribuinte: Não  
Totalizar Tributo: Não Código Receita: 5 Código Sub-Receita: 7,8,16 Cliente do Lote: Todos Tipo de Débito: Exercício : Todos Ordem: Data de Pagamento Imprimir  
Observação do Lançamento: Não judicial: Todos cartório: Todos

Pág 5 / 5

Descrição das Receitas		Valores Pagos						
		Tributo	Correção	Multa	Juros	Juros Parc.	Desconto	Total
Receita	5 - Receitas Diversas	5.495,38	0,00	0,58	0,91	0,00	0,00	5.496,87
Sub-Receita	16 - BASCUL GRANDE	2.363,89	0,00	0,12	0,25	0,00	0,00	2.364,26
Sub-Receita	7 - RETROESCAVADEIRA	82,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,90
Sub-Receita	8 - TRATOR GRANDE	3.048,59	0,00	0,46	0,66	0,00	0,00	3.049,71
Total Geral		5.495,38	0,00	0,58	0,91	0,00	0,00	5.496,87
								31



# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 262 DE 23.10.2017

Publicação Nº 1408195

DECRETO Nº. 262, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Contrata Temporariamente Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do Artigo 102 da Lei Orgânica do Município e, Lei Complementar nº. 021 de 30 de dezembro de 2015, Lei nº. 228, de 29 de outubro de 2001, Edital de Processo Seletivo nº. 03/2016, Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001.2017 de 07 de Fevereiro de 2017 e Edital de Chamada Pública, nº. 001/2017 de 09.02.2017 e Ata nº. 51/2017.

CONSIDERANDO, o interesse público na manutenção dos serviços da Educação;

CONSIDERANDO, a previsão da Lei Federal 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, a falta de profissionais efetivos para suprir as necessidades educacionais para o ano letivo de 2017;

CONSIDERANDO, o número máximo de alunos permitido para cada Profissional da educação;

CONSIDERANDO, a proteção Constitucional dada a Educação e, que a oferta ou não oferta irregular do ensino implica em responsabilidade da autoridade municipal, nos termos do §2º, artigo 208 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a continuidade dos trabalhos relativos à educação, bem como o comprimento do calendário do ano letivo, sem prejuízo aos alunos.

CONSIDERANDO o atestado médico da professora titular da vaga Nádia Sevald até dia 03.11.2017, para prover de seu filho menor.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada, ALINE ANDRÉIA SPIRONELLO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha Pinheirinho, Interior, Município de Princesa, portadora do CPF nº. 078.775.339-42, professora de educação infantil habilitada, Processo Seletivo nº. 003/2016, para atuar no cargo e função de Professor de Educação Infantil, no Centro de Educação Infantil Pequenos Anjos, turno vespertino, Berçário I, carga horária de 40 (trinta) horas semanais, assumindo a vaga a partir de 23 de Outubro de 2017 até perdurar a vaga. Vaga esta vinculada a professora estável Nádia Sevald.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23.10.2017

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
23 de Outubro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 263 DE 23.10.2017

Publicação Nº 1408417

DECRETO Nº 263, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso XXXVI, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas deste Ente Federado, no dia 03 de Novembro, pela passagem do feriado nacional religioso, comemorado em especial pela igreja católica, em alusão ao Dia de Finados.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
23 de Outubro de 2017.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 213 DE 23.10.2017**

Publicação Nº 1408226

PORTARIA Nº. 213, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinada com o constante no Artigo 121 e Artigo 254 da Lei Complementar nº 022, de 30 de dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, à Servidora Pública Municipal, Senhora LISETTE BUENO, brasileira, convivente, residente e domiciliada no Município de Princesa, portadora do CPF nº. 079.373.809-18, ocupante do cargo e função de Auxiliar de Serviços Gerais, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, no período de 20 de Outubro de 2017 a 17 de Abril de 2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 20.10.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 23 de Outubro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### LEI 2.171 - ADIANTAMENTO

Publicação Nº 1407810

LEI Nº. 2.171, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

"Dispõe sobre o regime de adiantamento no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de RIO DO CAMPO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

#### CAPÍTULO I

##### Disposições Preliminares

Art. 1º. Fica regulamentado o regime de adiantamento no âmbito do Poder Executivo de Rio do Campo.

Art. 2º. Entende-se por adiantamento, o numerário colocado à disposição do Servidor, a fim de lhe dar condições de realizar despesas, sempre precedidas de empenho em dotação própria para o fim de realizar despesas fora do Município, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 3º. Poderão realizar-se sob o regime de adiantamento os pagamentos das seguintes espécies de despesa:

I – combustíveis, pedágio e eventuais despesas com manutenções de veículos do Poder Executivo Municipal, suas Autarquias e Fundações;

II – hospedagem, alimentação e transporte de servidores, agentes públicos, atletas em representação e representantes do Município;

III – medicamentos e procedimentos médico-hospitalares, somente em casos de urgência e emergência, de atletas em representação do Município.

§ 1º. Entende-se como representantes do Município: os agentes políticos, membros de conselhos municipais e delegados municipais de conferências oficiais devidamente identificados e reconhecidos para este fim.

§ 2º. Os Atletas em representação do município são os atletas residentes no município que através da Secretaria Municipal de Esportes estarão representando o município de Rio do Campo em competições esportivas oficiais devidamente comprovadas e terão as despesas relacionadas nos Incisos II e III custeadas pelo tesouro municipal através de adiantamento concedido a servidor vinculado àquela Secretaria.

Art. 4º. Os pagamentos a serem efetuados por meio do regime de adiantamento ora instituído ficarão restritos à custear despesas com viagens a serviço comprovadamente de interesse público fora do estado de Santa Catarina, unicamente nos casos em que o regime de diária não possa ser aplicado ou o valor desta seja comprovadamente insuficiente, e sempre em caráter de exceção.

Art. 5º. O valor do adiantamento não poderá ultrapassar 3% (três por cento) do limite estabelecido no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, conforme prevê o artigo 60 da mesma Lei. (R\$ 2.400,00)

Art. 6º. O Servidor deverá fazer uso do adiantamento no período de execução estabelecido no documento de requisição do adiantamento.

#### CAPÍTULO II

##### Requisições de Adiantamento

Art. 7º. As requisições de adiantamentos serão feitas pelos Servidores, com anuência da Chefia imediata e encaminhadas em seguida à Diretoria de Contabilidade, para a elaboração do respectivo empenho e pagamento.

Art. 8º. Na requisição de adiantamento constarão, necessariamente, as seguintes informações:

I – Dispositivo legal em que se baseia;

II – Nome completo, cargo ou função do servidor responsável pelo adiantamento;

III – Data da execução e destino;

IV – Indicação do valor a ser concedido e finalidade;

V – Assinatura do servidor e visto de acordo do chefe imediato;

Art. 9º. Não poderá em hipótese alguma ser concedido adiantamento a servidor com pendência de prestação de contas, com prestação de contas não aprovada, com adiantamento em andamento e ou em execução.

#### CAPÍTULO III

##### Da Movimentação do Recurso

Art. 10. Os recursos concedidos a título de adiantamento serão depositados em conta bancária específica e disponibilizados ao servidor para movimentação por meio de cartão corporativo.

Art. 11. Decorrido o prazo de aplicação, os recursos de adiantamentos ou saldos destes não aplicados no objeto, serão imediatamente recolhidos à conta bancária de origem juntamente com as eventuais rendas de aplicações financeiras.

#### CAPÍTULO IV

##### Tramitação dos Processos de Adiantamentos

Art. 12. Os processos de adiantamentos terão sempre andamento preferencial e urgente.

Art. 13. Autorizada, a despesa será empenhada a favor do responsável indicado no processo.

#### CAPÍTULO V

##### Normas de Aplicação de Aditamento

Art. 14. A correta aplicação da despesa a título de adiantamento deverá ser comprovada por meio de documentos fiscais, em primeira via, conforme estabelecido na legislação tributária.

§ 1º. O documento fiscal, para fins de comprovação da despesa, deve indicar:

- I – a data de emissão, o nome, o endereço e o número do CPF ou do CNPJ do destinatário, conforme o caso;
- II – a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;
- III – os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.
- § 2º. Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do adiantamento.
- § 3º. Os documentos fiscais relativos a combustíveis e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.
- Art. 15. Será admitido recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.
- § Único. O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago (numérico e por extenso) e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.
- Art. 16. Os comprovantes de despesa não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível, não sendo admitidas em hipótese alguma, segundas vias, outras vias, cópias reprográficas, fotocópias ou qualquer outra espécie de reprodução, sob pena de indeferimento.
- Art. 17. Os documentos comprobatórios das despesas serão sempre emitidos em nome do Município de Rio do Campo, e conforme estabelecidos nos artigos anteriores, sob pena de indeferimento.
- Art. 18. Em todos os comprovantes de despesa constará o atestado de recebimento do material ou da prestação do serviço.

## CAPÍTULO VI

### Prestação de Contas

- Art. 19. O Servidor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a prestação de contas dos valores recebidos, a contar da data de seu retorno ao Município.
- § Único. A cada adiantamento corresponderá uma prestação de contas.
- Art. 20. A prestação de contas far-se-á mediante entrada, na Diretoria de Contabilidade do Município, dos seguintes documentos:
- I – Balancete de prestação de contas;
- II – Extrato do cartão corporativo com a movimentação completa do período;
- III – Documentos comprobatórios das despesas;
- IV – Comprovante de devolução do saldo não utilizado para a conta de origem, se houver.
- § Único. Expirado o prazo para a prestação de contas, deverá o (a) contador (a) do Município, informar o Controle Interno, para que proceda a notificação ao servidor beneficiado com o Adiantamento, para que apresente esta em 2 (dois) dias.
- Art. 21. Recebidas às prestações de contas, a Diretoria de Contabilidade deverá encaminhar esta ao responsável técnico, nomeado por meio de portaria do Chefe do Executivo, acompanhada dos seguintes documentos:
- I – Documentos de requisição;
- II – Nota de empenho e Liquidação.
- Art. 22. O responsável técnico deverá no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento da prestação de contas, analisar, emitir parecer técnico e encaminhar à diretoria de contabilidade, para a realização de baixa e lançamentos.
- § 1º. Constatada irregularidades na prestação de contas, o responsável técnico deverá notificar o servidor quanto às inconsistências, lhe dando prazo de 2 (dois) dias para regularizar a situação.
- § 2º. Persistindo os problemas na prestação de contas, o responsável técnico deverá informar o Controle Interno para providências.
- Art. 23. Após a baixa na contabilidade a prestação de contas deve ser encaminhada ao controle interno do município para parecer final e arquivamento.
- Parágrafo único. O Controle Interno por sua vez deverá mensalmente encaminhar à Câmara de Vereadores, juntamente com o Balancete Mensal de cada unidade (Prefeitura, Fundos, etc..) um relatório analítico da relação dos adiantamentos concedidos contendo: nome do favorecido, destino e objetivo da viagem, valor do adiantamento e despesas realizadas individualizadas.

## CAPÍTULO VII

### Considerações Finais

- Art. 24. Após as devidas notificações, restando irregularidades na prestação de contas, o controle interno encaminhará recomendação ao Chefe do Executivo Municipal para instauração de Tomada de Contas Especial, na forma do regulamento próprio do ente concedente e de Instrução Normativa do Tribunal de Contas visando ressarcimento do dano ao erário.
- Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
20 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito de Rio do Campo

Jean Carlos Külkamp  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI 2.172 - LDO 2018**

Publicação Nº 1408303

projeto de LEI Nº 45, DE 29 DE setembro DE 2017.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para 2018, e dá outras Providências".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina. FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Capítulo I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal;

VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;

VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

**Capítulo II****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2018 estão discriminadas no Anexo (Demonstrativo) I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2018-2021 e Demonstrativo I - Metas Anuais dos Demonstrativos da Lei nº 101/00, art. 4º, §1º. Parágrafo único. As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2018, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º Será observado na programação da lei orçamentária anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I (das Metas e Prioridades) a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**Capítulo III****A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006 e 245/2007 e seus anexos e demais alterações.

§ 2º. A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º. A modalidade de aplicação identificada pelo código 91 - despesas intra-orçamentárias serão programadas a fim de atender operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social. (Portaria Interministerial Nº 688/05).

§ 4º. A modalidade de aplicação identificada pelo código 71 - transferência a consórcios públicos será programada a fim de atender as despesas com saúde realizadas através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMAVI. (Portaria Interministerial Nº 688/05).

§ 5º. As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.



§ 6º. A Natureza de receita intra-orçamentária deve ser constituída substituindo-se o 1º nível das categorias econômicas 1 e 2 pelos dígitos 7 e 8 para a receita intra-orçamentária corrente e de capital respectivamente. (Portaria STN 338/06).

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas à seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 212/01, 325/01, 519/01, 688/05, 869/05, 340/06 e seus anexos, 338/06, 406/06, 504/06, 245/07 e seus anexos, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo 1, Lei 4.320/64);

II - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo 2, Lei 4.320/64);

III - Despesa segundo categorias econômicas (Anexo 2, Lei 4.320/64);

IV - Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5, Lei 4.320/64);

V - programa de trabalho (Anexo 6, Lei 4.320/64);

VI - programa de trabalho Consolidação (Anexo 7, Lei 4.320/64);

VII - Despesa por funções, subfunções e programas (Anexo 8, Lei 4.320/64);

VIII - Despesas por Órgão e Função( Anexo IX, Lei 4.320/64);

IX - Análise da evolução da receita e despesa (Art.22, III, Lei 4.320/64);

X - Demonstrativo I - Metas Anuais;

XI - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

XII - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

XIII - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

XIV - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XV - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

XVI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XVII- Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVIII - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XIX - Metodologia e Memória de Cálculo Montante da Dívida;

XX - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XXI - Metodologia e Memória de Cálculo Principais Despesas;

XXII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XXIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XXIV - Metodologia e Memória de Cálculo total das Despesas;

XV - Metodologia e Memória de Cálculo total das Receitas;

XXVI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XXVII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XXVIII - Anexo I Metas e Prioridades;

XXIX - Demonstrativo de Obras e Conservação do Patrimônio;

XXX - Demonstrativo de despesas com educação.

XXXI - Demonstrativo de despesas com saúde.

XXXII - Demonstrativo de despesas com Pessoal.

Parágrafo único. A despesa será fixada ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações, admitido o remanejamento por decreto do chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto/atividade de um mesmo órgão/unidade orçamentária.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total (princípio da transparência - artigo 48 da LRF);

II - quadro demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados até 2016, identificando o estoque da dívida ativa (princípio da transparência - artigo 48 da LRF);

III - quadro demonstrativo da evolução da despesa a nível de função e grupo de natureza da despesa dos exercícios de 2014 a 2016 e fixada para 2017 e 2018 (princípio da transparência - artigo 48 da LRF);

IV - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa (princípio da transparência - Art. 48 da LRF);

V - quadro demonstrativo da evolução das receitas correntes líquidas, despesas com pessoal e seu percentual de comprometimento, de 2014 a 2016 (artigo 20 e artigo 48 da LRF);

VI - demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 212 da CF e artigo 60 dos ADCT);

VII - demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde (artigo 77 dos ADCT);

VIII - demonstrativo da composição do ativo e passivo financeiro, posição em 31/07/2017 (princípio da transparência - artigo 48 da LRF);

IX - quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato em 2015, 2016 e posição em 31/07/2017 (princípio da transparência - artigo 48 da LRF).

#### Capítulo IV

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º. Os orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos (artigos 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no orçamento da receita da unidade gestora central, exceto as transferências



de outras esferas de governo, cuja arrecadação será efetuada diretamente nos fundos e estas, por sua vez, vinculadas às despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em planos de aplicação.

§ 1º. Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal à seu Servidor.

Art. 11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo (artigo 12, § 3º da LRF).

Art. 12. Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão os mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações orçamentárias (artigo 9º da LRF):

I - Despesas com Contratos de Terceirização dos Serviços de Assessorias, Consultorias, Divulgação, Serviços Técnicos Especializados, Subvenções Sociais à Entidades Privadas e outros Serviços de Terceiros não essenciais ou emergenciais.

II - contratação de pessoal em caráter temporário ou comissionado, Serviços Extraordinários e gratificações;

III - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

IV - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

V - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

VI - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderão ser realizadas a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V, desta Lei).

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências (LRF, art 4º, § 3º), que integra esta Lei.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017, além da limitação de empenho prevista no art.13.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 Os orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para a reserva de contingência, não superiores a 5% (cinco pontos percentuais) das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício (ART. 5º, III da LRF), e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação "00" - ordinários do orçamento fiscal.

Parágrafo único. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, artigo 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO VII desta Lei (artigo 5º, III, "b" da LRF).

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12(doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual (artigo 5º, § 5º da LRF).

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (artigos 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido (artigo. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (artigo 8º, § único e artigo 50, I da LRF).

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (artigo. 4º, § 2º, V e artigo 14, I da LRF).

Art. 21. A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educacional, assistencial, cultural e saúde, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica (artigo 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade (artigo 70, parágrafo único da CF).

Art. 22. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário - financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda a 15% (quinze pontos percentuais) do valor do orçamento do exercício anterior.

Art. 23. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (artigo 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no Demonstrativo de Obras e Conservação do Patrimônio, desta Lei (artigo 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes com a garantia inclusive do repasse dos recursos financeiros equivalentes e previstos na Lei orçamentária (artigo 62 da LRF).

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto se comprovadamente não caracterizar desvio de finalidade e autorizados em lei específica e convênio firmado.

Art. 25. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 26. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada programa, projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários dentro do mesmo grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação ou de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto ou atividade do orçamento, poderá se feita por Decreto do Poder Executivo Municipal. (Artigo 167, VI da CF).

Art. 27. Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta Lei e alterações, (artigo 167, I da CF).

Art. 28. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo responsável pela convocação de audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 29. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

## Capítulo V

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30. A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para Contratação de Operações de Crédito para atendimento às despesas de capital, observado o limite de endividamento, de 20% (vinte por cento) da receita corrente líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior ao da assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 31. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei (artigo 31, § 1º, II da LRF).

## Capítulo VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

§ 1º. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

§ 2º. A revisão geral anual ou reposição deverá ser realizada de acordo com o artigo 68 da Lei nº 1.570/2007 e suas alterações.

Art. 33. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 22, § único, V da LRF).

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (artigo 19 e 20 da LRF).

I - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - eliminação de vantagens não incorporáveis concedidas a servidores;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 35. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado deve ser classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (artigo 14 da LRF).

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, a partir do vencimento da última parcela, são passíveis de execução fiscal ainda no exercício de seu lançamento ou no máximo no exercício subsequente ao do lançamento até novo lançamento dos tributos da competência seguinte. Os tributos cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário e cujas tentativas de cobrança administrativa, no mínimo de duas, além de oferecer programa de anistia para estimular a cobrança, poderão ser cancelados, bem como àqueles considerados inexequíveis judicialmente mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF (artigo 14, § 3º da LRF).

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (artigo 14, § 2º da LRF).

Art. 39. O Poder executivo Municipal, autorizado em Lei, promoverá atualizações e alterações no Código Tributário Municipal, bem como deverá manter atualizado permanentemente, através de sistema informatizado, o cadastro imobiliário de todos os contribuintes do município, além de manter disponíveis todas as informações cadastrais e tributárias e de benefícios dos contribuintes beneficiados com o disposto nos artigos 36 e 37.

Parágrafo único. Ficam proibidos de contratar, fornecer ou receberem incentivos ou benefícios de qualquer natureza os contribuintes em débito com a fazenda municipal, enquanto este perdurar, incluindo àqueles beneficiados com o disposto no artigo 37 pelo prazo de cinco anos a contar do cancelamento do débito.

## Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, ou suas alterações, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 41. Ficam autorizadas as alterações e ou atualizações dos valores das metas físicas e financeiras dos programas e ações, funções e subfunções do Plano Plurianual, 2018/2021, bem como os valores e classificações das metas de receitas e despesas, as fontes e destinações de recursos das receitas e despesas para o exercício de 2018.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 44 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 45. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 29 de Setembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 456 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR ROMULO CESAR MACHADO**

Publicação Nº 1408406

Portaria nº. 456, de 23 de outubro de 2017.

“Exonera, a pedido, o servidor ROMULO CESAR MACHADO”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 20 de outubro de 2017, o servidor ROMULO CESAR MACHADO, matrícula nº. 34281, nomeado pela Portaria nº. 378/2017, para o cargo temporário de Professor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 20 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2017

Publicação Nº 1408918

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CAROLINE SANDER MARZANI, portador(a) do CPF nº 106.935.889-42 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Avenida Oscar Barcelos nº 205, apto 701, Bairro Centro, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Séries Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas conforme segue: 20 horas no CE Aníbal de Barba e 20 horas no CE Willy Schleumer, em substituição à Viviana de Oliveira Burigo, afastada em licença prêmio.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.103,38 (Três Mil Cento e Três Reais e Trinta e Oito Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 23/10/2017 e encerrando-se em 08/11/2017, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CAROLINE SANDER MARZANI
Secretário Municipal de Administração e fazenda	Contratado (a)

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 278/2017

Publicação Nº 1408919

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 278/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA MARIA BORSATTI, portador(a) do CPF nº 634.663.090-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Avenida Barão do Rio Branco, 14, Bairro Centro, na Cidade de Rio do Sul-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, prestará serviços de Terapeuta Ocupacional com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Saúde – NASF.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.233,14 (Três Mil Duzentos e Trinta e Três Reais e Quatorze Centavos), devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 23/10/2017 e encerrando-se em 22/11/2017, tudo isto em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.



CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SANDRA MARIA BORSATTI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## DECRETO 6622

Publicação Nº 1407731

DECRETO Nº 6622, de 19 de outubro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL DO COMITÊ GESTOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS – REDESM.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atribuição que lhe é conferida no inciso VI, do art. 37 da Lei Orgânica do Município, resolve:

Considerando a necessidade de articular, apoiar, fomentar, facilitar e coordenar o processo de empreendedorismo no município de Rio do Sul, por intermédio da simplificação do processo de registro mercantil e licenciamento de empresas e empresários e com o propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da municipalidade;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que estabelece as diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIMPLES, cujo objetivo é estabelecer a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, integrando todos os órgãos envolvidos com o registro e com o licenciamento de empresas e negócios;

### DECRETA:

Art. 1º É instituído no âmbito do Município de Rio do Sul, Comitê Gestor para a implementação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, licenciamento e integração, nos termos do art. 2º da Lei 11.598/07 e art. 4º da Lei Complementar 123/06 e suas alterações.

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor de implementação da REDESIM:

I- Elaborar, coordenar, articular, ações e atividades para implementar no âmbito do Município a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIMPLES;

II- Disseminar o conhecimento acerca da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007 e normas correlatas;

III- Articular, coordenar, executar e acompanhar, nos procedimentos de sua competência governamental, a unicidade de processo de registro, de legalização e licenciamento de empresários e pessoas jurídicas;

IV- Promover a articulação e o entendimento entre todos os órgãos e entidades envolvidos no procedimento de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, no âmbito do Estado;

V- Elaborar e aprovar programa de trabalho para implementação e operação das ações necessárias para que os objetivos de simplificação e desburocratização sejam atingidos;

VI- Definir e promover a execução do programa de trabalho de implementação da REDESIM no Estado;

VII- Instituir a tabela de grau de risco na vigilância sanitária municipal, e no meio ambiente conforme legislação estadual nº 17.071;

VIII- Instituir a consulta de viabilidade conforme legislação da redesim 11.598;  
Elaborar e aprovar regulamentações sob a forma de resolução.

Art. 3º O Comitê Gestor para implementação da REDESIM no âmbito do Município de Rio do Sul será composto por:



I- Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Vanessa Fey.

II- Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura – Kanauan Jasper

III- Representante do Sebrae/SC – Sueli Grazielle Fener Lira

IV- Representante do Corpo de Bombeiros Militar – Marcos Renato Holler

V- Representante do Departamento de Meio Ambiente- Anderson Luis Goral

VI- Representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – José Luiz do Nascimento

VII- Representante da Divisão de Vigilância Sanitária – Nadir Marchi

VIII- Um representante da Procuradoria Geral do Município – Daniel Gorges

Parágrafo Único. A Presidência do Comitê Gestor será exercida pelo Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, cabendo a ele a Coordenadoria Executiva dos trabalhos.

Art. 4º O Comitê Gestor para implementação da REDESIMPLES no Município, funcionará de acordo com seu plano de trabalho, nos termos do art. 2º IV e V deste Decreto.

Parágrafo Único. O Comitê Gestor realizará periodicamente reuniões ordinárias e quando necessário as reuniões extraordinárias.

Art. 5º A participação no Comitê Gestor, é atividade de utilidade pública, não remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

Art. 6º Os casos omissos serão dirimidos no âmbito das deliberações do Comitê Gestor.

Art. 7º O prazo de funcionamento do Comitê Gestor é por tempo indeterminado.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

19 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito em Exercício de Rio do Sul

PAULO JOSÉ FIAMONCINI

Secretário municipal de desenvolvimento econômico

## DECRETO 6625

Publicação Nº 1408283

DECRETO Nº 6625, de 23 de outubro de 2017.

“ALTERA TABELA DE PREÇOS PARA TARIFAS DE VEÍCULOS DE ALUGUEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atribuição que lhe é conferida no inciso VI, do art. 37 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Parágrafo único do Art. 1º da Lei 5.695/2015 e com a portaria nº 95, de 10 julho de 1995, do INMETRO, resolve:

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Tabela de Preços a seguir discriminada para a cobrança de tarifas dos veículos de aluguel do Município de Rio do Sul:

Bandeirada	de	R\$	4,62	para	R\$	5,04
Bandeirada I	de	R\$	2,75	para	R\$	3,16
Bandeirada II	de	R\$	3,52	para	R\$	4,04
Hora Parada	de	R\$	24,00	para	R\$	27,60
Km Rodado	de	R\$	1,20	para	R\$	1,20

Art. 2º O uso das bandeiras fica restrito aos seguintes dias e horários:

I- Bandeirada – Preço cobrado ao iniciar a corrida.

II- Bandeira I – das segundas às sextas-feiras, das 6h00min às 20h00min, e nos sábados das 06h00min às 12h00min.

III- Bandeirada II – das segundas-feiras às sextas-feiras, das 20h00min às 06h00min, aos sábados com início às 12h00min, estendendo-se até as 06h00min das segundas-feiras, e nos feriados, bem como durante todo o mês de dezembro, nas 24 horas do dia.

IV- Hora Parada: período que o taxista está parado ao aguardo do cliente.

V- KM Rodado: Valor cobrado em viagens longas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.686 de 07 de maio de 2015.

GABINETE DO PREFEITO

23 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito em Exercício de Rio do Sul

## **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/17**

Publicação Nº 1408183

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/17.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Aline Moreira	Xxx.761.559-xx	164910
Lucia do Rocio de Castro Pinheiro	Xxx.025.669-29	164824
SWM Empreiteira de Mão de Obra Ltda ME	xx.502.699/0001-xx	163947
Luiz da Silva Lesse	Xxx.472.679-xx	168440

Rio do Sul, 23 de Outubro de 2017

LEONICE WITTE

Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## **LEI 5867**

Publicação Nº 1407733

LEI Nº 5.867, de 20 de outubro de 2017.

“INSTITUI A HONRARIA “DEDICAÇÃO AO ENSINO” AOS PROFESSORES APOSENTADOS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica instituída a honraria “Dedicação ao Ensino”, a ser concedida aos professores aposentados da rede de ensino pública municipal, estadual e federal, bem como aos aposentados da rede de ensino privada.

Parágrafo único. A honraria tem por objetivo reconhecer, através da concessão de um diploma do Poder Legislativo de Rio do Sul, a dedicação ao ensino, no ano de aposentadoria do professor.

Art. 2º O Diploma “Dedicação ao Ensino”, que concede a honraria aos professores aposentados, será entregue anualmente, em momento Solene da Câmara Municipal de Rio do Sul, em Sessão que antecede imediatamente o Dia do Professor, 15 de outubro.

Parágrafo único. O professor somente poderá ser agraciado com a honraria se estiver, no momento da aposentadoria, lotado em alguma instituição no município de Rio do Sul.

Art. 3º Cabe às Secretarias das redes públicas encaminhar lista dos professores da rede pública que se aposentaram ou que requererem aposentadoria, até o dia 1º de setembro do ano em curso.

§1º Cabe a cada instituição de ensino privada encaminhar lista própria dos professores que se aposentaram ou que requererem aposentadoria, até a data estipulada no caput.

§2º As instituições de ensino privadas poderão encaminhar a lista em conjunto, caso associação representativa se responsabilize pelo envio da relação.

Art. 4º Os professores que se aposentarem ou requererem aposentadoria após o envio da relação serão homenageados no ano imediatamente seguinte.

Art. 5º A solenidade de entrega do diploma "Dedicação ao Ensino" passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Rio do Sul.

Art. 6º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
20 de outubro de 2017.  
PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito em exercício de Rio do Sul

## LEI COMPLEMENTAR 371

Publicação Nº 1407736

LEI COMPLEMENTAR Nº 371, de 19 de outubro de 2017.

"ACRESCENTA, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Altera o §1º do art. 147, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 147. ...  
[...]"

§1º O prazo para pagamento da notificação fiscal será de 30 (trinta) dias úteis, contados do dia útil seguinte à data em que se considerar efetuada a intimação.  
[...]"

Art. 2º Altera o § 1º do art. 149, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 149. ...  
[...]"

§1º O prazo para pagamento ou defesa do auto de infração será de 30 (trinta) dias úteis, contados do dia útil seguinte à data em que se considerar efetuada a intimação.  
[...]"

Art. 3º Altera o §1º do art. 161, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 161. ...

§1º Recebida a reclamação, será remetida à autoridade notificante, que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, prestará as informações necessárias à defesa do ato praticado.  
[...]"

Art. 4º Altera o §1º do art. 175, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 175. ...

§1º A reclamação, que terá efeito suspensivo, deverá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da cientificação do ato fiscal impugnado, exceto para a reclamação contra o lançamento do IPTU, cujo prazo está previsto no artigo 212.  
[...]"

Art. 5º Altera o caput do art. 178, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 178. Das decisões do Julgador de Processos Fiscais caberá recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão:"

Art. 6º Altera o inciso I e IV do art. 179, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 179. (...)

I – será dada vista do processo ao Representante da Fazenda, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, que deverá manifestar-se sobre a matéria por escrito;

[...]

IV – as pautas de julgamento serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.”

Art. 7º Altera o caput do art. 180, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 180. Cabe pedido de esclarecimento ao relator do acórdão, de decisão do Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva cientificação, quando a decisão recorrida:”

Art. 8º Altera o caput e o parágrafo único, do art. 186, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 186. O prazo para cumprimento das decisões proferidas em primeira e segunda instâncias, será de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que se considerar efetuada a intimação do sujeito passivo.

Parágrafo único. Na falta de disposição expressa na legislação tributária, o prazo para cumprimento de despacho será de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que se considere cientificado aquele que o deva cumprir.”

Art. 9º Inclui e altera dispositivos na Lista de Serviços e revoga os §§3º, 4º e 5º do art. 256 da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, de acordo com a Lei Complementar Federal nº157, de 29 de dezembro de 2016, quais passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 256. ...

#### LISTA DE SERVIÇOS

[...]

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

[...]

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdo pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 2 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

[...]

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

[...]

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

[...]

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

[...]

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

[...]

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

[...]

14.05.01 – Costura.

[...]

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

[...]

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

[...]

15.19 – Revogado.

[...]

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

[...]

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

[...]

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

[...]

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

[...]

§3º Revogado.

§4º Revogado.

§5º Revogado.”

Art. 10. Altera o caput e os incisos XII, XVI e XIX e inclui os incisos XXIII, XIV e XXV e o §8º, no art. 261 da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, de acordo com a Lei Complementar Federal nº157, de 29 de dezembro de 2016, qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 261. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

[...]

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

[...]

XVI – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

[...]

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

[...]

XXIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09;

[...]

§8º Na hipótese de descumprimento do disposto no §1º e/ou no caput do art.8º-A, da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. ”

Art.11. Altera e inclui itens na Tabela I – Lista de Serviços, do anexo II – Tabela de Alíquotas do ISSQN na tributação variável, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, de acordo com a Lei Complementar Federal nº157, de 29 de dezembro de 2016, qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO II – TABELAS DO ISSQN

TABELA DE ALÍQUOTAS DO ISSQN NA TRIBUTAÇÃO VARIÁVEL

TABELA I

LISTA DE SERVIÇOS

Descrição dos Serviços	Alíquota
1.03 Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	2,0
1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	2,0
1.09 Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdo pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 2 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3,5
6.06 Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	5,0
7.16 Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	2,0
11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	2,0
13.05 Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS	3,0
14.05 Restauração, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	5,0
14.05.01 Costura	2,0
14.14 Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5,0

15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5,0
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	2,0
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3,0
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.	5,0
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5,0
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	5,0

GABINETE DO PREFEITO

19 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito de Rio do Sul

## PAUTA DE JULGAMENTO N° 008/2017

Publicação N° 1407967

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Prefeitura Municipal de Contribuintes

### PAUTA DE JULGAMENTO N° 008/2017

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 06 de Novembro de 2017, às 08hs00, no plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento dos seguintes Recursos:

Número do Protocolo: Protocolo N° 160660/2016

Nome do Recorrente: Refeições Naturas Ltda

N° do Recurso: 012/2017

Relator: Cons André Vinícius Schulle

Procuradores: Eberhardt, Carrascoza & Advogados Associados

Número do Protocolo: Protocolo N° 160662/2016

Nome do Recorrente: Refeições Naturas Ltda

N° do Recurso: 013/2017

Relator: Cons André Vinícius Schulle

Procuradores: Eberhardt, Carrascoza & Advogados Associados

Número do Protocolo: Protocolo N° 160663/2016

Nome do Recorrente: Refeições Naturas Ltda

N° do Recurso: 014/2017

Relator: Cons André Vinícius Schulle

Procuradores: Eberhardt, Carrascoza & Advogados Associados

Número do Protocolo: Protocolo N° 160518/2016

Nome do Recorrente: Refeições Naturas Ltda

N° do Recurso: 015/2017

Relator: Cons André Vinícius Schulle

Procuradores: Eberhardt, Carrascoza & Advogados Associados

Rio do Sul, 17 de Outubro de 2017.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

## PAUTA DE JULGAMENTO N° 008/2017 - COMPLEMENTAR

Publicação N° 1407969

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Prefeitura Municipal de Contribuintes

### PAUTA DE JULGAMENTO N° 008/2017 - COMPLEMENTAR

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho



Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 06 de Novembro de 2017, às 08hs00, no plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento dos seguintes Recursos:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 164307/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 03/2017

Relator: Cons Rodrigo de Souza

Procuradores: Antonio José Linhares, Milton de Queiroz Garcia, Everton

Feiber, Raquel de Souza Claudino, Nelson Luiz Lages de Melo e outros

Número do Protocolo: Protocolo Nº 164308/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 04/2017

Relator: Cons Rodrigo de Souza

Procuradores: Antonio José Linhares, Milton de Queiroz Garcia, Everton Feiber, Raquel de Souza Claudino, Nelson Luiz Lages de Melo e outros

Número do Protocolo: Protocolo Nº 164312/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 05/2017

Relator: Cons Rodrigo de Souza

Procuradores: Antonio José Linhares, Milton de Queiroz Garcia, Everton Feiber, Raquel de Souza Claudino, Nelson Luiz Lages de Melo e outros

Número do Protocolo: Protocolo Nº 163221/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 06/2017

Relator: Cons Rodrigo de Souza

Procuradores: Antonio José Linhares, Milton de Queiroz Garcia, Everton Feiber, Raquel de Souza Claudino, Nelson Luiz Lages de Melo e outros

Número do Protocolo: Protocolo Nº 163222/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 07/2017

Relator: Cons Rodrigo de Souza

Procuradores: Antonio José Linhares, Milton de Queiroz Garcia, Everton Feiber, Raquel de Souza Claudino, Nelson Luiz Lages de Melo e outros

Número do Protocolo: Protocolo Nº 164313/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 09/2017

Relator: Cons Rodrigo de Souza

Procuradores: Antonio José Linhares, Milton de Queiroz Garcia, Everton Feiber, Raquel de Souza Claudino, Nelson Luiz Lages de Melo e outros

Rio do Sul, 23 de Outubro de 2017.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

### **Portaria n. 1315/DGP de 19 de outubro de 2017.**

Publicação Nº 1407983

PORTARIA N. 1315/DGP

PAULO JOSÉ CUNHA, Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento ao disposto no Art. 184, inciso II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, ao servidor municipal ADRIANO MENDES, matrícula 2766901, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2017, que concluiu que o servidor transgrediu o Art. 171, inciso II, da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Determinar que Departamento de Patrimônio estabeleça um procedimento padrão em relação ao conserto dos veículos que estão sob sua responsabilidade, bem como que oriente os motoristas sobre este.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

### **Portaria n. 1316/DGP de 19 de outubro de 2017.**

Publicação Nº 1407989

PORTARIA N. 1316/DGP

PAULO JOSÉ CUNHA, Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento ao disposto no Art. 184, incisos I e II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, à servidora municipal ADILENA PATRICIA FERREIRA LAURENTINO, matrícula 31586970, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 008/2017, que concluiu que a servidora transgrediu os artigos 170, incisos I, II, III, IX e X e 171, inciso I, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Determinar que Departamento de Gestão de Pessoas oriente a servidora sobre seus direitos, deveres e proibições funcionais e que encaminhe o respectivo Processo Administrativo Disciplinar para o Comitê Técnico de Estágio Probatório, com fundamento ao Art. 21, § 8º, inciso I, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

### **Portaria n. 1318/DGP de 19 de outubro de 2017.**

Publicação Nº 1407996

PORTARIA N. 1318/DGP

PAULO JOSÉ CUNHA, Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015, considerando:

• As conclusões da Comissão Processante de fls. 120 a 137, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 018/2017, instaurado pela Portaria n. 0748/DGP de 02 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 12 de junho de 2017 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 139 e 140 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar à servidora SERLEI SCHIQUET, matrícula n. 31543588, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a penalidade de SUSPENSÃO de 05(cinco) dias, a partir de 30 de outubro de 2017, com fundamento ao disposto no Art. 185, inciso I, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 018/2017, que concluiu que a servidora transgrediu o Art. 170, incisos III, IV, VII, IX e XI e o artigo 171, inciso IV, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º. Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoas que providencie a remoção da servidora do Centro de Educação Infantil Professora Belmarli da Silva para outra unidade escolar em razão dos problemas de relacionamento verificados durante o presente processo.

Art. 3º. Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoas que encaminhe o respectivo Processo Administrativo Disciplinar para o Comitê Técnico de Estágio Probatório, com fundamento ao Art. 21, § 8º, inciso I, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015.

Art. 4º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**Portaria n. 1326/DGP de 20 de outubro de 2017**

Publicação Nº 1408181

PORTARIA N. 1326/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 012 a 016, dos autos da Sindicância Administrativa n. 007/2017, instaurada pela Portaria n. 1134/DGP de 04 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 11 de setembro de 2017 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 019 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o arquivamento da Sindicância Administrativa n. 007/2017, em razão do acidente de trânsito não ter gerado danos ao erário.

Art. 2º. Determinar à Diretoria Executiva de Obras que verifique e mantenha em dia a manutenção dos veículos integrantes de sua frota.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**Portaria n. 1339/DGP de 23 de outubro de 2017.**

Publicação Nº 1408667

PORTARIA Nº. 1339/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 16/10/2017 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 009/2017, designada pela Portaria n. 1158/DGP de 11 de setembro de 2017, publicada em 15 de setembro de 2017, para conclusão da Sindicância Administrativa n. 009/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/CPSA/2017, de 19 de outubro de 2017, em face a realização da audiência de instrução, colhida de depoimentos e apresentação de possíveis provas documentais.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**Portaria n. 1340/DGP de 23 de outubro de 2017.**

Publicação Nº 1408665

PORTARIA Nº. 1340/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 20/10/2017 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 013/2017, designada pela Portaria n. 1165/DGP de 13 de setembro de 2017, publicada em 20 de setembro de 2017, para conclusão da Sindicância Administrativa n. 013/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/CPSA/2017, de 19 de outubro de 2017, em face a realização da audiência de instrução, colhida de depoimentos e apresentação de possíveis provas documentais.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

**Portaria n. 1341/DGP de 23 de outubro de 2017.**

Publicação Nº 1408664

PORTARIA N. 1341/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 11/09/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 017/2017, designada pela Portaria n. 0746/DGP de 02 de junho de 2017 (publicada em 12/06/2017), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 017/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 008/P.A.D. 017/2017, de 27 de setembro de 2017, para a devida instrução do presente processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Lso

**Portaria n. 1348/DGP de 23 de outubro de 2017**

Publicação Nº 1408215

PORTARIA N. 1348/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 11/09/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2017, designada pela Portaria n. 0657/DGP de 02 de junho de 2017 (publicada em 12/06/2017), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 008/P.A.D. 012/2017, de 27 de setembro de 2017, para a devida instrução do presente processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Lso

**Portaria n. 1349/DGP de 23 de outubro de 2017.**

Publicação Nº 1408661

PORTARIA N. 1349/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 11/09/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 016/2017, designada pela Portaria n. 0745/DGP de 02 de junho de 2017 (publicada em 12/06/2017), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 016/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 007/P.A.D. 016/2017, de 27 de setembro de 2017, para a devida instrução do presente processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração  
Lso

**Portaria n. 1350/DGP de 23 de outubro de 2017**

Publicação Nº 1408209

PORTARIA N. 1350/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Alterar o Art. 2º, da Portaria n. 0346/RH de 26 de maio de 2015, publicada em 21 de julho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 002/2015, composta pelos seguintes servidores:

- a) Carolina Cardoso Dutra, matrícula n. 1373846-1, ocupante do cargo de Consultor Jurídico Contencioso Geral;
- b) Ivo Ronaldo Wessner, matrícula n. 166294-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde.”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 0925/DGP de 187 de julho de 2017.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**Portaria n. 1351/DGP de 23 de outubro de 2017.**

Publicação Nº 1408651

PORTARIA Nº. 1351/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 11/10/2017 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 005/2017, designada pela Portaria n. 1132/DGP de 04 de setembro de 2017, publicada em 11 de setembro de 2017, para conclusão da Sindicância Administrativa n. 005/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/CPSA/2017, de 02 de outubro de 2017, em face

a complexidade de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

### **Portaria n. 1352/DGP de 23 de outubro de 2017.**

Publicação Nº 1408657

PORTARIA Nº. 1352/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 15/09/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2017, designada pela Portaria n. 0535/DGP de 25 de abril de 2017 (publicada em 27/04/2017), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 009/P.A.D. 007/2017, de 17 de outubro de 2017, devido solicitação de esclarecimento da perícia médica e agendamento de perícia psiquiátrica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Lso

### **Portaria n. 1353/DGP de 23 de outubro de 2017**

Publicação Nº 1408212

PORTARIA Nº. 1353/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 16/10/2017 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 008/2017, designada pela Portaria n. 1157/DGP de 11 de setembro de 2017, publicada em 15 de setembro de 2017, para conclusão da Sindicância Administrativa n. 008/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 001/CPSA/008/2017, de 10 de outubro de 2017, em face a complexidade de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso



**PORTARIA Nº 1304/DGP**

Publicação Nº 1407991

PORTARIA N.1304/DGP

PAULO JOSÉ CUNHA, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 03/11/2017, a servidora DANIELLE FERREIRA DE ARAUJO, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de Outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

**PORTARIA Nº 1335/DGP**

Publicação Nº 1408894

PORTARIA Nº. 1335/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de 23/10/2017, a servidora MARIA LUZIA HEIDRICH, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Serviços Gerais Feminino, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

**PORTARIA Nº 1336/DGP**

Publicação Nº 1408895

PORTARIA Nº. 1336/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a partir de 23/10/2017, a servidora ROSENILDA TEREZINHA SIMÃO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Serviços Gerais Feminino, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

**PORTARIA Nº 1337/DGP**

Publicação Nº 1408896

PORTARIA Nº. 1337/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover para o CE Ricardo Marchi, a partir de 23/10/2017, a servidora ANGELA CRISTINA COMPANHONI SMANIOTTO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Serviços Gerais Feminino, lotada no CEI Aníbal de Barba, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

**PORTARIA Nº 1338/DGP**

Publicação Nº 1408897

PORTARIA Nº. 1338/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover para o CEI Dr. Romão Trauczynski, a partir de 23/10/2017, a servidora MARLETE BARBINO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Serviços Gerais Feminino, lotada no CEI Profª Belmarli da Silva, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017/FMAS**

Publicação Nº 1408048

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017/FMAS

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição parcelada pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, de frutas e verduras para atender as necessidades da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 09/11/2017, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: Às 09:00h do dia 09/11/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 23 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

DANIELLE CRISTINA ZANELLA RADKE

Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social

## **TOMADA DE PREÇO Nº 091/2017**

Publicação Nº 1408704

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES DO C.E.I. WILLY SCHLEUMER, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, CONFORME DOCUMENTOS E ANEXOS AO PRESENTE EDITAL.

REGIMENTO: Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 14/11/2017, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 14/11/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 23 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

JANARA MAFRA

Secretária Municipal de Educação

## **CÂMARA MUNICIPAL**

## **PORTARIA Nº 1015/2017**

Publicação Nº 1408757

PORTARIA No 1015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza o Gozo remanescente de Férias a Servidora Heliana Duarte Prim

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o gozo remanescente de férias, do dia 30 de outubro a 13 de novembro de 2017, a servidora Heliana Duarte Prim, Agente Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente (15 dias) referente a 2016 – 2017, de acordo com a Portaria nº 994, de 10 de julho de 2017.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

**RESOLUÇÃO Nº 923, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408130

RESOLUÇÃO Nº 923, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Homologa resultado do Processo Licitatório nº 13/2017, representado pelo Pregão Presencial nº 9/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/2010.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 13/2017, representado pelo Pregão Presencial nº 9/2017, referente aos Lotes 1 e 3, de acordo com decisão da Pregoeira, nomeado pela Portaria nº 953, de 16 de janeiro de 2017, cujo resumo está representado no Termo de Adjudicação incluído nos autos e vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, ficando autorizada a contratação.

Parágrafo único. Revoga o processo referido no caput, no que tange ao Lote 2 pelo fato de não haverem licitantes classificadas, restando o Lote 2 como fracassado; e ao Lote 4, uma vez que não houveram interessados, restando o Lote 4 como deserto.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 96/2017 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1408684

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 96/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro □ Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 06/11/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 06/11/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros □ SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 23 de outubro de 2017.

ROSELI SAMAGAIA

Secretária de Educação

### EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 97/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PARQUES INFANTIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1408686

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 97/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro □ Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PARQUES INFANTIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 06/11/2017 - Hora: 13:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 06/11/2017 - Hora: 14:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros □ SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 23 de outubro de 2017.

ROSELI SAMAGAIA

Secretária de Educação

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 114/2017

Publicação Nº 1408260

DECRETO Nº 114/2017 DE 19 OUTUBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTA DO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 19.600,00 (Dezenove Mil e Seiscentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.058 – PROGR. SAÚDE/ESTADO FUNDO A FUNDO

Modalidade de Aplicação: 3390.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 19.600,00

Fonte: 1167.000022

RED: 31

Art. 2º. Fica reduzido o mesmo valor pela Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.058 – PROGR. SAÚDE/ESTADO FUNDO A FUNDO

Modalidade de Aplicação: 3190.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 19.600,00

Fonte: 1167.000022

RED: 29

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita.

Salto Veloso - SC, 19 de Outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 115/2017

Publicação Nº 1408414

DECRETO nº 115, de 23 de outubro de 2017.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base nos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo Municipal no dia 03 DE NOVEMBRO DE 2017, em todas as repartições públicas municipais.

Art. 2º. Os serviços essenciais não serão totalmente paralisados,

funcionando em regime de plantão. As escolas públicas municipais irão seguir o calendário escolar.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 23 de outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL

Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº 1.606 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1408309

LEI Nº 1.606 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

"Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de SALTO VELOSO, para os exercícios de 2018/2021 e dá outras providências."

ANA ROSA ZANELA- Prefeita do Município de SALTO VELOSO - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, coloca para apreciação e aprovação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de SALTO VELOSO para o 2018/2021, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, as relativas aos Programas de duração continuada e demais ações de governo, estando expressas nos Anexos desta Lei.

Art. 2º - As Planilhas que compõem o Plano Plurianual representados nos Anexos referido no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em Função, Sub-função, Programas, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Tipo de ações (Projeto, Atividade, Operações Especiais), Produto, Unidade de Medida, Meta e indicação da Fonte de Recursos e seus detalhamentos.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei considera-se:

I - Função - como função deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao Setor Público;

II - Sub-função - a sub-função representa uma partição da função, visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Diagnóstico - a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

V - Diretrizes - conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

VI - Objetivos - os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

VII - Ações - o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VIII - Tipo - projeto, atividade e operações especiais;

IX - Produto - os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

X - Unidade de Medida - identificação da unidade de medida a ser quantificadas nas metas;



XI - Metas - os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

XII - Fonte - identificação da origem dos recursos para financiar as ações de cada programa;

XIII - Detalhamento de Fonte - ultimo nível, sendo opcional, detalhando a fonte de recurso.

Art. 3º - Integrarão a presente Lei, Anexos, com a especificação dos programas, demonstrativo com as tabelas de identificação de Idusos, fontes de recursos, receitas primárias, receitas não primárias e detalhamento das fontes de recursos, e anexos com especificações das receitas e respectivas fontes com seus detalhamentos.

Art. 4º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual ou Projeto de Lei específica.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá executar total ou parcial as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programas.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibiliza-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º - As ações serão identificadas em Tipo "0" (Zero) - Operações Especiais ,Tipo "01" (Um)- Projeto e Tipo "02" (Dois) - Atividades

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei, com as respectivas indicações das fontes de recursos e seus detalhamentos.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir fontes de recursos dentro de cada programa do Plano Plurianual desde que estas modificações contribuam para a concretização da ação governamental.

Art. 11 - As receitas de Transferências de Capital da União e Estado, serão orçadas em cada Projeto com valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada fonte e poderão ser suplementadas por ato próprio, utilizando o excesso de arrecadação quando no ingresso de recursos de convênios, ou provável excesso quando na assinatura do convênio, em função das incertezas e falta de planejamento dos órgãos repassadores e para não influenciar diretamente nas metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo Único: As metas fiscais de cada projeto e a indicação dos recursos próprios serão previstos pelo valor real e meta real.

Art. 12 - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 13 - Fica revogada as disposições em contrário.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Salto Veloso (SC) em 20 de outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

## LEI Nº 1.607 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1408311

LEI Nº 1.607 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANA ROSA ZANELA - Prefeita do Município de SALTO VELOSO - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2018, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

### CAPÍTULO II

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a

função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados e autarquias abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);

- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);

- Fundo Municipal de Habitação (centralizado);

- Fundo Agropecuário Municipal (centralizado);

- Fundo Municipal de Defesa Civil

- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2014 a 2016, fixada para 2017 e projetada para 2018 a 2020;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2016 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2018 a 2020;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2014 a 2016;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2018;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2014 a 2017, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de

operações de crédito, se for o caso.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2018 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2018, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2018 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2018.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2018, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas

deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2018, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2016/2017 e funcionamento regular exercício de 2018, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2018, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem



considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2018, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2017, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2018.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2017, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

a) - Demonstrativo I - Metas anuais;

b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;

d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;

f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;

g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;

j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC) em 20 de outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 070/2017

Publicação Nº 1408764

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 08 de Novembro de 2017 às 09h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica para futura e eventual aquisição de curativos especiais e tiras reagentes para teste de glicemia para manutenção das atividades das Unidades de Saúde, conforme anexo do edital. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min as 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br) site: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br).

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 08/11/2017.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h30min do dia 08/11/2017

Santa Cecília, 23 de Outubro de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

# Santa Helena

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 80/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 67/2017

Publicação N° 1408240

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 80/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 67/2017  
REGISTRO DE PREÇO N° 12/2017

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 80/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 67/2017, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de peças originais novas de primeira qualidade, para conserto do caminhão Ford 14000 ano 1987, retroescavadeira Randon RK406B, rolo compactador Müller, escavadeira hidráulica Komatsu PC130 e caminhão Ford Cargo 2628e da secretaria de transportes e obras do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 13h30min do dia 08 de novembro de 2017. Abertura das propostas as 13h45min do dia 08 de novembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 23 de outubro de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal



# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA 043/2017

Publicação Nº 1408668

PORTARIA N.º 043, DE 10 DE ABRIL DE 2017.  
NOMEIA SERVIDOR

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Nelson Cardoso de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º, anexo V, da Lei nº 045, de 20/08/1990 e alterações Posteriores.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o Sr. RAFAEL RAUPP LUMMERTZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretora II, Nível DAI – 2, do Grupo Direção e Assessoramento Intermediária – DAI, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de abril de 2017.  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, aos dez dias do mês de abril de 2017

WILFRIED HEMMER  
Secretário Municipal da Administração e Finanças

### PORTARIA 069/2017

Publicação Nº 1408671

PORTARIA N.º 069, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

TRANSFERE SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Nelson Cardoso de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º, anexo V, da Lei nº 045, de 20/08/1990 e alterações Posteriores e Lei nº 1028, de 14/03/2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Transferir o servidor RAFAEL RAUPP LUMMERTZ, do Cargo em Comissão de Diretor II, Nível DAI – 2, nomeado pela Portaria nº 043, de 10/04/2017, para o Cargo em Comissão de Diretor I, Nível DAI – 1, do Grupo Direção e Assessoramento Intermediária – DAI, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de agosto de 2017.  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, ao primeiro dia do mês de agosto de 2017

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 90/2017

Publicação Nº 1407951

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 90/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DELBA VICENTINI CREMASCO - ME.

Objeto: Colhedora de forragens 1 linha com 12 facas e 04 rolos recolhedores, com bica manual, transmissão por correia, afiador automático, produção de 28ton/hora, regulagem de corte de 02 a 36 mm, peso máximo de 600kg, potência necessárias de 50 a 80 cv, rotação da tomada de força de 540 rpm.

Processo Licitatório nº. 80/2017.

Pregão Presencial nº. 55/2017.

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Vigência: 19 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 19 de outubro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC,

em 23 de Outubro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

### PORTARIA Nº. 137/2017

Publicação Nº 1407778

PORTARIA Nº 137/2017

CONCEDE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida férias a Conselheira Tutelar, senhora Ivone Fábris, matrícula nº 6432/02. Referente ao período aquisitivo de 11 de janeiro de 2016 a 10 de janeiro de 2017. Período de gozo de 23 de outubro de 2017 a 21 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 20 de Outubro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2017

Publicação Nº 1407953

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: RINO INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS EIRELI ME.

Objeto: Carreta agrícola basculante, acionamento por pistão hidráulico, caçamba metálica 04 câmara novas, 04 pneus 750/16 com 12 lonas, com tampas laterais desmontáveis, com pistão de duas mangueiras rodado tandem com capacidade para 6 toneladas.

Processo Licitatório nº. 80/2017.

Pregão Presencial nº. 55/2017.

Valor: R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais).

Vigência: 19 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 19 de outubro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 232/2017

Publicação Nº 1408906

DECRETO Nº 232/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 207/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e IX, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 de 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica revogado o Decreto nº 207/2017.

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2017

Publicação Nº 1408318

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2017  
MENOR PREÇO POR ITEM  
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 08:30 horas do dia 08 de novembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORNO ELÉTRICO E ASPIRADOR DE PÓ PARA A 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 36316044 ou retirar o Edital completo através do site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2017.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ  
Chefe de Gabinete

CARLA ELOISE MÜLBAUER  
Pregoeira Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 194/2017

Publicação Nº 1408635

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 194/2017  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Assistência Social, torna público, para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 07 de novembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, HOSPEDAGEM DO SISTEMA EM SERVIDOR VIRTUAL, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS DE SISTEMA LEGADO, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO E DEMAIS SERVIÇOS INERENTES À GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)3631-6163 ou retirar o Edital completo através do site [www.saoentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saoentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2017.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO  
Secretária Interina de Assistência Social

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA  
Pregoeira Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 195/2017

Publicação Nº 1408324

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 195/2017  
MENOR PREÇO POR ITEM  
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 08:30 horas do dia 09 de novembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GAVETA MORTUÁRIA PRÉ-MOLDADA PARA SEPULTURAS, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 36316044 ou retirar o Edital completo através do site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2017.

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO  
Secretária Interina de Assistência Social

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA  
Pregoeira Municipal

## DECRETO Nº 522/2017

Publicação Nº 1408501

DECRETO Nº 0522, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Declara Ponto Facultativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de serviço da Administração Direta e Indireta, os dias 03 e 04 de novembro de 2017, por ocasião do feriado nacional de 02 de novembro.

Art. 2º Estende-se o Ponto Facultativo à Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos e a Central de Medicamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

## DECRETO Nº 523/2017

Publicação Nº 1408515

DECRETO Nº 0523, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ESTENDE O PRAZO CONCEDIDO NO ARTIGO 3º DO DECRETO Nº 492, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017, PARA A CONCLUSÃO E ENTREGA DO ANTEPROJETO DE LEI QUE TRATA DA PADRONIZAÇÃO ARQUITETÔNICA NA ZONA COMERCIAL HISTÓRICA, E DE ANTEPROJETO DE LEI QUE VISA O TOMBAMENTO DE IMÓVEIS DE INTERESSE HISTÓRICO.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e considerando que o Poder Executivo Municipal pretende revogar a Lei Nº 3658/2016 e o Decreto Municipal nº 1492/2016, criando uma nova legislação mais técnica e sem necessidade de regulamentação por decreto.

Considerando que o Poder Executivo Municipal realizou audiência pública no dia 20/07/2017, na qual ficou devidamente registrado o interesse público pela preservação do patrimônio histórico arquitetônico com a criação de lei que regulamente o tombamento municipal, assim como, pela padronização arquitetônica de construções novas e reformas na Zona Comercial Histórica.

Considerando o teor do Decreto nº 492 de 25 de setembro de 2017.

Considerando a dimensão e a complexidade do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão responsável pela elaboração do anteprojeto de lei que trata da padronização arquitetônica na Zona Comercial Histórica e do anteprojeto de lei que visa o tombamento de imóveis de interesse histórico.

Considerando a necessidade de dilação do prazo para a conclusão e entrega dos trabalhos atribuídos à Comissão,

DECRETA:

Art. 1º Fica estendido até o dia 15 de dezembro de 2017 a data para apresentação do anteprojeto de lei sobre a padronização arquitetônica na Zona Comercial Histórica, e até o dia 20 de dezembro de 2017 o prazo para a conclusão e entrega do anteprojeto de lei que trata da padronização arquitetônica na Zona Comercial Histórica e do anteprojeto de lei que visa o tombamento de imóveis de interesse histórico.

Art. 2º Ficam revogados os artigos 3º e 4º do Decreto nº 492, de 25 de setembro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 524/2017**

Publicação Nº 1408517

DECRETO Nº 0524, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade: 01 – Câmara de Vereadores

Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

(02) 3.1.90.13.00.00.00 100 – Obrigações Patronais ..... R\$ 15.000,00

(04) 3.1.91.13.00.00.00 100 – Obrigações Patronais – Op. Intra ..... R\$ 15.500,00

(11) 3.3.90.39.00.00.00 100 – Outros Serv de Terceiros - PJ ..... R\$ 60.000,00

(16) 4.4.90.51.00.00.00 100 – Obras e Instalações ..... R\$ 39.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade: 01 – Câmara de Vereadores

Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

(01) 3.1.90.11.00.00.00 100 – Vencimentos e Vant. Fixas – PC ..... R\$ 80.000,00

(17) 4.4.90.52.00.00.00 100 – Equip. e Material Permanente ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 525/2017**

Publicação Nº 1408518

DECRETO Nº 0525, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA DECRETO Nº 0079/2017 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 4º da Lei nº 3416, de 08 de setembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 0079, de 8 de março de 2017, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, do município de São Bento do Sul, e seus respectivos suplentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Solange Goretti Nardelli Pchebilski – Titular

Solange Foggatto - Suplente

II – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Ana Carla Koetz Prade – Suplente.

III – Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Édina Cláucia Weber - Titular

Fabio Roberto Bernardes – Suplente.

(...)"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM N° \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## ERRATA PORTARIA N° 2464/2017

Publicação N° 1407006

### ERRATA:

Na publicação da Portaria n° 2464/2017, no DOM n° 2363, de 17 de outubro de 2017, pág. 1093, no local que se lê "Secretaria Municipal de Planejamento e Turismo" leia-se "Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo".

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 030/2017 - FMS

Publicação N° 1407883

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 030/2017

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Médica e Psicológica n° 069/2016 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa CLINICA MÉDICA HJ LTDA, em 24 de novembro de 2016, conforme Inexigibilidade De Licitação N° 95/2016.

Considerando que o Contrato de n° 069/2016, tem por objeto a contratação de serviços de assistência médica e psicológica a doentes mentais carentes de São Bento do Sul – SC (internação por leitos) sendo 09 (nove) leitos mensais para atendimento à maiores de 18 anos e 03 (três) leitos mensais para atendimento a adolescente de 12 a 18 anos pelo período de novembro a 31 de outubro de 2017.

Considerando que a quantidade de internos excedeu o previsto inicialmente no Contrato devido às ordens judiciais emitidas para internação conforme relação em anexo a este Termo Aditivo, faz-se necessário aditivar o Contrato conforme prevê o Art. 65 parágrafo 1º da lei n° 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica incluso no contrato o valor total de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) correspondente a 25% do valor original, conforme abaixo para pagamentos conforme Contrato Original:

Item	Quantidade	Unid.	Especificações	Valor Unitário	Valor Total
1	27	Leitos	Internação c/ serviços de assistência médica e psicológica para maiores de 18 anos.	R\$ 2.800,00	R\$ 75.600,00
2	9	Leitos	Internação com serviços de assistência médica e psicológica para adolescente de 12 a 18 anos.	R\$ 3.600,00	R\$ 32.400,00

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 24 de novembro de 2016 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 26 de julho de 2017.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, como Contratada.

## EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 72/2017 - FMS

Publicação N° 1407888

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 72/2017 – FMS

OBJETO: Contratação de Serviços de Assistência Médica e Psicológica a doentes mentais carentes de São Bento do Sul, (Internação por Leitos) sendo 57 leitos para atendimento a maiores de 18 anos, e 12 leitos para atendimento a adolescentes de 12 a 18 anos, pelo período de outubro de 2017 a dezembro de 2017.

CONTRATADO: Clínica Médica HJ Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 202.800,00.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2017.

Tiago Martinhuk – Diretor de Suprimentos e Patrimônio

Manuel Rodriguez Del Olmo – Presidente do Fundo Municipal de Saúde



**JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/2017 - FMS**

Publicação Nº 1407892

**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com Inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Contratação de Serviços de Assistência Médica e Psicológica a doentes mentais carentes de São Bento do Sul, (Internação por Leitos) sendo 57 leitos para atendimento a maiores de 18 anos, e 12 leitos para atendimento a adolescentes de 12 a 18 anos, pelo período de outubro de 2017 a dezembro de 2017.

II – Contratado: Clínica Médica HJ Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para o fornecimento dos referidos serviços se funda no caput do art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente na contratação.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única na região e a mais próxima a prestar os referidos serviços, com internação e assistência médica e psicológica, em sistema de leitos mensais para os pacientes, configurando-se, portanto, a inviabilidade de competição prevista no caput do artigo 25 da lei 8.666/93.

V - Justificativa do Preço: O preço total contratado de R\$ 202.800,00 é compatível com os praticados no mercado, para a prestação dos referidos.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MANUEL RODRIGUES DEL OLMO  
PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**LEI Nº 3536/2017**

Publicação Nº 1408497

LEI Nº 3836, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

RATIFICA TERMOS DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificados, em conformidade com o art. 18, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, os Termos de Cessão de Uso nº 091/2017 e nº 31921/2017 - PMSC que entre si celebram o Município de São Bento do Sul e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 3835/2017**

Publicação Nº 1408451

LEI Nº 3835, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA LEI Nº 3787, DE 7 DE JUNHO DE 2017, QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL A REPASSAR AUXÍLIO PARA O FUNDO DE MELHORIAS DA POLÍCIA MILITAR – FUMPOM E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei n. 3787, de 7 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a repassar auxílio no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o Fundo de Melhorias da Polícia Militar – FUMPOM, CNPJ nº 139.925.994/0001-07, para aquisição de coletes balísticos.

Parágrafo único. O repasse será efetuado através do Convênio de Rádio Patrulha vigente, firmado entre as partes. ”

Art. 2º O art. 2º da Lei n. 3787, de 7 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a repassar auxílio no valor de R\$ 45.401,04 (quarenta e cinco mil, quatrocentos

e um reais e quatro centavos) para o Fundo de Melhorias da Polícia Militar – FUMPOM, CNPJ nº 139.925.994/0001-07, para aquisição de armas e munições.

Parágrafo único. O repasse será efetuado através da Cota de Contribuição Facultativa de Melhoria da Polícia Militar. "

Art. 3º O art. 5º da Lei n. 3787, de 7 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Fica a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina autorizada a realocar os recursos, caso ocorra alteração nos preços."

Art. 4º Os demais dispositivos da Lei n. 3787, de 7 de junho de 2017, permanecem inalterados.

Art. 5º A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser feita em até (60) sessenta dias da aquisição pretendida.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## **LISTAGEM PORTARIAS Nº 24/2017**

Publicação Nº 1408520

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 2513, de 23 de outubro de 2017. Concede licença por motivo de doença em pessoa da família, período de período de 19/09/2017 a 17/11/2017, ADRIANA RITA DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 2514, de 23 de outubro de 2017. Concede licença por motivo de doença em pessoa da família, período de período de 28/09/2017 a 26/11/2017, CASSIA DE MORAES NEVES, Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 2515, de 23 de outubro de 2017. Concede licença por motivo de doença em pessoa da família, período de período de 28/09/2017 a 27/10/2017, ELAINE RAFAELA GROSSL BUCHINGER, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 2516, de 23 de outubro de 2017. Concede licença por motivo de doença em pessoa da família, período de período de 22/09/2017 a 20/11/2017, SIMONE APARECIDA SLUMINSKI CORREA, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 2517, de 23 de outubro de 2017. Concede licença de parte de jornada de trabalho, pelo prazo de um ano, a contar de 10 de outubro de 2017, consoante Processo Administrativo nº 7742/2017. TERESINHA CARVALHO, Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 2518, de 23 de outubro de 2017. Exonera, a partir de 11 de outubro de 2017, Maria Hercília de Souza Meira, do cargo de Diretora do Departamento de Vigilância à Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde

Portaria nº 2519, de 23 de outubro de 2017. Exonera, a partir de 23 de outubro de 2017, Josi Maria Neidert, do cargo de Chefe de Divisão de Administração e Finanças, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIA Nº 11/2017 - SEMUS**

Publicação Nº 1408302

PORTARIA Nº 011 DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Estabelece valor para manter a participação no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CIS/NORDESTE/SC e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE

Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) per capita (por habitante do Município) mensal, a partir do mês de novembro de 2017, para o Município de São Bento do Sul participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CIS/NORDESTE, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme previsto no art. o artigo 2º da Lei nº 2.328 de 29 de abril de 2009.

Art. 2º Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de outubro de 2017, revogando neste ato a Portaria nº 004 de 10 de abril de 2017.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2017.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 12/2017 - SEMUS

Publicação Nº 1408306

PORTARIA Nº. 012 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

“APROVA MINUTA DE CONVÊNIO E MINUTA DE PLANO OPERATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES”

O Secretário Municipal de Saúde, Manuel Rodriguez Del Olmo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica da Saúde, com fundamento na Norma Operacional Básica – NOB 01/96.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovadas as minutas de convênio e plano operativo de prestação de serviços hospitalares anexa.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de outubro de 2017.

Manuel Rodriguez Del Olmo  
Secretário Municipal de Saúde

CONVENIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES  
Nº \_\_\_\_/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 51 – Centro, de São Bento do Sul/SC, inscrito no CNPJ sob nº 08.281.643/0001-62, neste ato representado pelo Presidente do Fundo e Secretário Municipal de Saúde, Sr. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, doravante denominado CONVENIENTE, e a NOME DA INSTITUIÇÃO, xxxxx – xxxxxx, com sede na Rua XXXXX, nº XX, XXXXX, XXXXXX, inscrito no CNPJ sob nº XXXXXXXXXX, representado por seu Diretor Geral XXXXXXXX, inscrito no CPF sob nº XXXXXXXX, adiante denominado CONVENIADA, de acordo com o Processo Administrativo nº 000/00, nos termos do artigo 199, § 1º, da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993 e Lei Federal nº 12.101, de 27.11.09, cujas partes encontram-se vinculadas, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, em conformidade com a Portaria MS/GM nº 3.390, de 30.12.2013 (PNHOSP), Portaria MS/GM nº 3.410, de 30.12.13, Portaria nº MS/GM 1.034, de 05.05.10, Portaria MS/GM nº 3.114, de 07.10.10, Portaria MS/GM nº 142, de 27.01.14, Portaria SES nº 543, de 22.08.08 e as demais disposições legais pertinentes, aos quais se sujeitam, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Art. 1º. O presente CONVÊNIO estabelece as bases da contratualização dos serviços hospitalares da CONVENIADA, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e define a operacionalização dos serviços prestados na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando a garantia da atenção integral à saúde, aos munícipes que integram a região de saúde, obedecendo a todos os dispositivos e princípios legais do SUS, já citados no escopo deste instrumento.

§ 1º. Os serviços contratados encontram-se discriminados no Plano Operativo, previamente definido entre as partes conforme Anexo I, que integra este instrumento, para todos os efeitos legais, devendo estar à disposição da CONVENIENTE.

§ 2º. Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial e populacional, definida e pactuada junto à Comissão Intergestora Bipartite (CIB), conforme especificado no Plano Operativo, e serão ofertados conforme as definições técnicas de planejamento da saúde, compatibilizados com a necessidade do município e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

Art. 2º. Os serviços referidos no artigo 1º, serão prestados pela CONVENIADA, na Rua XXXXXX nº XXX, XXXXX, XXXXXX, com Alvará de Saúde nº xxxxx, expedido pela xxxxx, tendo como Responsável Técnico Dr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, registrado no CRM/SC sob o nº 000000.

§ Único. A eventual mudança de endereço da CONVENIADA, ou de seu responsável técnico deverá ser imediatamente comunicada ao CONVENIENTE.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES COMUNS

Art. 3º. Na execução do presente CONVÊNIO, as partes conveniadas deverão observar as seguintes condições gerais:

I. O acesso ao SUS se faz preferencialmente pelas unidades básicas de saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência;

II. Encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas na deliberação CIB 182/2017 de 24 de agosto de 2017 para a referência e contrareferência, ressalvadas às situações de urgência e emergência;

III. Gratuidade das ações e dos serviços de saúde ao usuário, executados no âmbito deste CONVÊNIO;

IV. Observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;

V. Estabelecimento de metas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde decorrentes desse CONVÊNIO;

VI. Os serviços contratados deverão estar de acordo com os critérios estabelecidos no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde – PNASS.

Art. 4º. São encargos comuns das partes signatárias deste instrumento:

I. Criação de mecanismos que assegurem a transferência gradativa das atividades de atenção básica prestadas pelo CONVENIADA para a rede assistencial do gestor local, considerando a pactuação entre ambos;

II. Contribuir para a elaboração e implementação de protocolos técnicos de atendimento e de encaminhamento para as ações de saúde;

III. Anualmente, aprovar o Plano Operativo e contribuir para o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas;

IV. Zelar pelo adequado funcionamento da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Instrumento, através da indicação de seus representantes e do fornecimento de informações requisitadas nos prazos estabelecidos;

V. Promover educação permanente dos recursos humanos visando à qualificação de profissionais;

VI. Aprimoramento da atenção à saúde.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

Art. 5º. Em conformidade com a Legislação vigente, compete a CONVENIENTE:

I. Definir a área territorial de abrangência e a população de referência dos serviços hospitalares sob sua gestão, conforme pactuação na Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e Comissão Intergestora Regional (CIR), bem como nos Planos de Ação Regional das Redes Temáticas;

II. Definir as ações e serviços a serem contratados de acordo com o perfil assistencial do hospital e as necessidades epidemiológicas e sócio-demográficas da região de saúde, conforme pactuação na CIB e na CIR, bem como nos Planos de Ação Regional das Redes Temáticas;

III. Financiar de forma tripartite as ações e serviços de saúde deste CONVÊNIO, conforme pactuação, considerada a oferta das ações, das especificidades regionais, dos padrões de acessibilidade, do referenciamento de usuários e da escala econômica adequada;

IV. Gerenciar os instrumentos formais de contratualização sob sua gestão, visando à execução das ações e serviços de saúde e demais compromissos conveniados, por meio de:

- a) Nomeação e garantia do funcionamento regular da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização – CAF;
- b) Controle, avaliação, monitoramento e auditoria, quando couber, às ações e serviços de saúde conveniados;
- c) Monitoramento da produção, avaliando sua compatibilidade com a capacidade operacional e complexidade do hospital e de acordo com o previsto no Plano Operativo;
- d) Monitoramento e avaliação das metas por meio de indicadores quali-quantitativos;
- f) Monitoramento da execução orçamentária com periodicidade estabelecida neste instrumento.

V. Realizar a regulação das ações e serviços de saúde conveniados, por meio de:

- a) Estabelecimento de fluxos de referência e contra referência de abrangência municipal, regional estadual, de acordo com o pactuado na CIB e/ou CIR;
- b) Implementação de protocolos para a regulação de acesso às ações e serviços hospitalares e definição dos pontos de atenção, bem como suas atribuições na Rede de Atenção em Saúde - RAS, para a continuidade do cuidado após alta hospitalar;
- c) Regulação do acesso às ações e serviços de saúde, por meio de centrais de regulação, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Regulação;
- d) Implantar dispositivos de autorização prévia dos procedimentos ambulatoriais e de internação hospitalar, salvo em situações em que os fluxos sejam definidos "a priori" com autorização "a posteriori".

VI. Alimentar o sistema de informação disponibilizado pelo Ministério da Saúde;

VII. Apresentar modelo de prestação de contas para a CONVENIADA, com formatos e periodicidade definidos, obedecida à legislação vigente;

VIII. Realizar investigação de denúncias de cobrança indevida de qualquer ação ou serviço de saúde, prestado pela CONVENIADA ou profissional de saúde a ela vinculada;

IX. Cumprir as regras de alimentação e processamentos dos seguintes sistemas, disponibilizados pelo Ministério da Saúde:

- a) Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);
- b) Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) ;
- c) Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) ;
- d) Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN);
- e) Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC);
- f) Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM); e
- g) Outros sistemas que venham a ser criados no âmbito da atenção hospitalar no SUS;

X. Promover, no que couber, a transferência gradual das atividades de atenção básica realizadas pelo hospital para as Unidades Básicas de Saúde e Estratégia Saúde da Família (UBS/ESF), conforme a pactuação local;

XI. Transferir os recursos previstos neste CONVÊNIO para a CONVENIADA, conforme cláusula quinta deste instrumento;

XII. Manter nos sistemas de informações, demonstrativos relativos aos valores de prestação de serviços profissionais e dos demais serviços prestados por terceiros e constantes na conta da CONVENIADA, de forma atualizada, de maneira a possibilitar os repasses previstos;

XIII. Realizar vistorias e auditorias in loco na CONVENIADA para avaliar as condições físicas e estruturais anualmente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

Art. 6º. As responsabilidades da CONVENIADA, em conformidade com a legislação vigente para a contratualização dos serviços, objeto deste CONVÊNIO, se dividem em três Eixos: I. Assistência; II. Gestão; III. Avaliação.

Art. 7º. Quanto ao Eixo de Assistência, compete à CONVENIADA:

I. Cumprir os compromissos contratualizados por esse CONVÊNIO, zelando pela qualidade e resolutividade da assistência;

II. Cumprir os requisitos assistenciais, em caso de ações e serviços de saúde e determinações de demais atos normativos;

III. Utilizar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos realizados por equipe técnica qualificada e validados pelos gestores;

IV. Manter o serviço de urgência e emergência geral em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana, e implantar acolhimento com protocolo de classificação de risco;

V. Realizar a gestão de leitos hospitalares com vistas à otimização da utilização;

VI. Assegurar a alta hospitalar responsável, conforme estabelecido na PNHOSP;

VII. Implantar ou implementar as ações previstas na Portaria nº 529/GM/MS, de 1º de abril de 2013, que estabelece o Programa Nacional de Segurança do Paciente, contemplando, principalmente, as seguintes ações:

- a) Implantação dos Núcleos de Segurança do Paciente;
- b) Elaboração de planos para Segurança do Paciente;
- c) Implantação dos Protocolos de Segurança do Paciente.

VIII. Implantar o Atendimento Humanizado, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);

IX. Garantir assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza;

X. Garantir a igualdade de acesso e qualidade do atendimento aos usuários nas ações e serviços contratualizados, em caso de oferta simultânea com financiamento privado;

XI. Garantir que todo o corpo clínico realize a prestação de ações e serviços para o SUS nas respectivas especialidades cobertas por este CONVÊNIO;

XII. Promover a visita aberta para os usuários internados;

XIII. Garantir a presença de acompanhante para crianças, adolescentes, gestantes, idosos e indígenas em todos atendimentos, de acordo com as legislações específicas;

XIV. Prestar atendimento ao indígena, respeitando os direitos previstos na legislação e as especificidades socioculturais, de acordo com o pactuado no âmbito do subsistema de saúde indígena;

XV. Disponibilizar informações sobre as intervenções, ofertando ao usuário consentimento livre e esclarecido para a realização procedimentos

terapêuticos e diagnósticos, de acordo com legislações específicas;

XVI. Notificar suspeitas de violência e negligência, de acordo com a legislação e fluxos específicos;

XVII. Disponibilizar o acesso dos prontuários à autoridade sanitária, bem como aos usuários, pais ou responsáveis de menores, de acordo com a legislação específica;

XVIII. É de responsabilidade da CONVENIADA, arcar integralmente com todas as despesas inerentes ao tempo de internação e ou necessidades de exames para concretização de diagnóstico ou tratamento de paciente internado;

XIX. Para efeitos deste CONVÊNIO, em conformidade com Legislação vigente, no processo de hospitalização estão incluídos:

- a) Tratamento das possíveis complicações que possam ocorrer ao longo do processo assistencial, tanto na fase de tratamento, quanto na fase de recuperação;
- b) Tratamentos concomitantes, diferentes daqueles classificados como principais que motivaram a internação do usuário, que podem ser necessários, adicionalmente, devido às condições especiais do usuário e/ou outras causas;
- c) Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação;
- d) Procedimentos e cuidados de enfermagem, necessários durante o processo de internação;
- e) Alimentação, incluída a assistência nutricional e também por via enteral;
- f) Assistência por equipe médica especializada, profissionais de enfermagem, técnicos e equipe multidisciplinar necessária;
- g) Utilização do Centro Cirúrgico e procedimentos de anestesia;
- h) O material descartável necessário para os cuidados de enfermagem e tratamentos;
- i) Diárias de hospitalização em quarto compartilhado ou individual, quando necessário, devido às condições especiais do usuário e/ou quarto de isolamento;
- j) Acompanhante para os usuários idosos ou a critério de indicação clínica;
- k) Sangue e hemoderivados;
- l) Fornecimento de roupas hospitalares;
- m) Exames de apoio diagnóstico e terapêutico, além de procedimentos especiais que se fizerem necessários ao adequado atendimento e tratamento do paciente, de acordo com a capacidade instalada, respeitando a complexidade do hospital.

XX. A prescrição de medicamentos deve observar a Política Nacional de Medicamentos, excetuadas as situações aprovadas pela Comissão de Ética Médica;

XXI. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem usuários para fins de experimentação;

XXII. Justificar aos usuários ou aos seus representantes, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste CONVÊNIO;

XXIII. Informar aos usuários sobre seus direitos, de acordo com a Portaria Ministerial e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

XXIV. Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de eminente perigo de vida ou obrigação legal;

XXV. Assegurar ao usuário o direito a assistência religiosa e espiritual;

XXVI. A CONVENIADA fica obrigada nos casos de urgência e emergência, e não havendo leitos disponíveis nas enfermarias, proceder à internação do paciente em outras acomodações até que ocorra a vaga em leitos de enfermaria, sem cobrança adicional, a qualquer título;

XXVII. Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento, documento de histórico do atendimento prestado ou resumo de alta, onde conste, também, a inscrição "Esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais";

XXVIII. Para efeitos deste CONVÊNIO serão considerados atendimentos de Urgência/Emergência aqueles não programados, que sejam dispensados pelo pronto socorro do Hospital às pessoas encaminhadas por meio da Central de Regulação de Urgência e Emergência da SES/SC, do SAMU, e outros serviços de atendimento pré- hospitalar e/ou que cheguem de forma espontânea por se caracterizar Pronto Socorro Porta Aberta.

XXIX. Entende-se por serviço ambulatorial as consultas especializadas ofertadas nas dependências do hospital e que serão disponibilizadas a usuários provenientes da Atenção Básica e encaminhados pela CONVENIENTE. E por SADT a disponibilização de exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico a usuários atendidos nas unidades de Urgência e Emergência, internadas e no atendimento ambulatorial agendado pela CONVENIENTE:

- a) SADT Interno é a disponibilização de exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários atendidos em regime de urgência e emergência e internação do próprio Hospital;
- b) SADT Externo é a disponibilização de exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários atendidos nos ambulatorios provenientes da Atenção Básica;
- c) Os exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico internos não serão considerados no total de serviços do SADT, para fins de aferição de Metas de Produção, serão apenas informados conforme as normas definidas pela CONVENIENTE.

Art. 8º. Quanto ao Eixo de Gestão, compete à CONVENIADA:



- I. Prestar as ações e serviços de saúde, pactuados e estabelecidos no instrumento formal de contratualização, colocando à disposição do gestor público de saúde a totalidade da capacidade instalada contratualizada para a regulação do gestor;
- II. Informar aos trabalhadores e aos membros do corpo clínico os compromissos e metas deste CONVÊNIO, implementando dispositivos para garantir o seu cumprimento;
- III. Dispor de recursos humanos suficientes e qualificados para a execução do presente CONVÊNIO, no dimensionamento estabelecido em legislações específicas;
- IV. Dispor de parque tecnológico e estrutura física adequados ao perfil assistencial, com ambiência humanizada e segura para os usuários, acompanhantes e trabalhadores, respeitada a legislação específica;
- VII. Dispor de materiais de consumo ambulatorial e medicamentos de qualidade em quantidade suficiente respeitando as normas da Vigilância Sanitária;
- VIII. Disponibilizar brinquedoteca quando oferecer serviço de Pediatria, assim como oferecer a infraestrutura necessária para a criança ou adolescente internado estudar, observada à legislação e articulação local;
- IX. Dispor de ouvidoria e serviço de atendimento ao usuário;
- X. Garantir, em permanente funcionamento e de forma integrada, às Comissões Assessoras Técnicas, conforme a legislação vigente;
- XI. Divulgar a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente do hospital aos usuários em local visível e de fácil acesso;
- XII. Assegurar o desenvolvimento de educação permanente para seus trabalhadores;
- XIII. Dispor de Conselho Gestor do Hospital com participação da sociedade;
- XIV. Alimentar os sistemas de notificações compulsórias conforme legislação vigente, incluindo a notificação de eventos adversos relacionados à assistência em saúde;
- XV. Registrar e apresentar de forma regular e sistemática, a produção das ações e serviços de saúde contratualizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo gestor;
- XVI. Disponibilizar à CONVENIENTE, os dados necessários para a alimentação dos sistemas de que trata o item IX do Art. 5º;
- XVII. Participar da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização deste CONVÊNIO;
- XVIII. Implantar compra responsável, através da exigência de documentação que demonstre qualidade dos produtos comprados;
- XIX. Implantar Central de Apropriação de Custos para gestão eficiente;
- XX. Implantar e/ou implementar Plano de Sustentabilidade Ambiental – Plano de Risco e PGRSS conforme normas vigentes da Vigilância em Saúde;
- XXI. Manter atualizados os prontuários médicos pelo prazo de 20 anos, ressalvados outros prazos previstos em lei;
- XXII. Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre usuários, salvo os casos previstos em lei;
- XXIII. Manter em pleno funcionamento, as seguintes comissões e núcleos:
- a) Comissão de Controle de Infecção Hospitalar – CCIH;
  - b) Comissão de Análise de Óbitos;
  - c) Comissão de Revisão de Prontuários;
  - d) Comissão de Ética Médica; e
  - e) Comissão Intra Hospitalar de Captação e/ou Transplante;
  - f) Núcleo de Internação e Regulação;
  - g) Núcleo de Controle de Qualidade Hospitalar;
  - h) Núcleo de Segurança do Paciente.
- XXIV. Instalar, no prazo previsto para cada caso, qualquer outra comissão que venha a ser criada por lei ou norma infralegal, independentemente da notificação da CONVENIENTE;
- XXV. Manter afixado, em local visível aos seus usuários, o aviso de sua condição de estabelecimento integrante da rede do SUS e da gratuidade aos usuários do SUS dos serviços prestados nessa condição;
- XXVI. Aplicar os recursos financeiros provenientes deste Instrumento integralmente nas ações do Plano Operativo.
- Art. 9º. Quanto ao Eixo de Avaliação, compete a CONVENIADA:

- I. Acompanhar os resultados internos, visando à segurança, efetividade e eficiência na qualidade dos serviços;
- II. Avaliar o cumprimento das metas e a resolatividade das ações e serviços por meio de indicadores quali-quantitativos, estabelecidas neste instrumento, através do Plano Operativo;
- III. Avaliar a satisfação dos usuários e dos acompanhantes;
- IV. Participar dos processos de avaliação estabelecidos pelo CONVENENTE;
- V. Realizar auditoria clínica para monitoramento da qualidade da assistência e do controle de riscos;
- VI. Monitorar a execução orçamentária e zelar pela adequada utilização dos recursos financeiros previstos no CONVÊNIO.
- VII. Notificar a CONVENENTE sobre eventual alteração de seus atos constitutivos ou de sua Diretoria, enviando-lhe no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos;
- VIII. A CONVENIADA obriga-se a informar ao Gestor toda e qualquer alteração para manter atualizada a sua Ficha Cadastral do CNES;
- IX. A CONVENIADA devera preencher a CIHA nos termos da Portaria GM nº 1.171 de 19.05.11 e encaminhar a CONVENENTE, dentro dos prazos legais;
- X. Apresentar à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do CONVÊNIO relatório mensal de acordo com modelo definido pelo CONVENENTE;
- XI. Garantir o acesso dos conselhos municipais de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

Art. 10º. Outras responsabilidades da CONVENIADA:

- I. A CONVENIADA estará submetida às legislações vigentes, editadas pelo SUS e/ou pelas normatizações operacionais pelo gestor local/estadual de saúde;
- II. A CONVENIADA para recebimento do valor mensal deverá comprovar todos os repasse dos valores do mês anterior aos prestadores de serviço de acordo com a tabela SUS, os quais serão identificados pela CONVENENTE;
- III. A CONVENIADA colocará à disposição do SUS a sua capacidade instalada necessária para o atendimento do volume assistencial definido no Plano Operativo Anual; podendo atender clientela particular, inclusive a proveniente de entidades privadas, desde que ofertados, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da disponibilidade de leitos e serviços em favor da clientela universalizada, que será medida por paciente-dia ou serviços ambulatoriais disponíveis, aos usuários do SUS;
- IV. Contribuir para a investigação de eventuais denúncias de cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por qualquer atividade prestada pelo em razão da execução do objeto do presente instrumento;
- V. Integrar-se no sistema de regulação do CONVENENTE, através da Secretaria Municipal de Saúde, bem como da Secretaria Estadual de Saúde e do Ministério da Saúde;
- VI. Responsabilizar-se pela contratação de Recursos Humanos necessários à execução dos serviços previstos no Plano Operativo, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONVENENTE;
- VII. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONVENIADA a utilização de pessoal para a execução deste CONVÊNIO, ressalvados os seguintes pontos:
  - a) Os serviços ora contratados serão prestados diretamente pela equipe de profissionais integrantes do quadro funcional, vinculados a CONVENIADA e por profissionais que não estando incluídos no seu quadro funcional, sejam admitidos nas dependências da CONVENIADA para prestar serviços eventuais ou permanentes, de forma autônoma, sendo pessoa física ou jurídica, integrantes ou não do corpo clínico, possibilitando a inclusão de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde;
  - b) Os profissionais médicos que laboram na condição de autônomos e integrantes do corpo clínico que atuam na CONVENIADA, concordam e assumem a responsabilidade de exercer as atividades médicas que lhe são afetas e para as quais estejam legalmente habilitados, previstas no presente CONVÊNIO, mediante contraprestação definida na Tabela do SUS, sob o título de "serviços profissionais";
  - c) A CONVENENTE não será responsável pela indenização por danos causados pela CONVENIADA a usuários, aos órgãos do SUS e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, ainda que comprovados legalmente.
- VIII. Na assinatura do presente CONVÊNIO, a CONVENENTE deverá apresentar a seguinte documentação:
  - a) Comprovante atualizado expedido em data não anterior aos últimos 03 (três) meses, de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
  - b) Cópia do Estatuto Social, registrado no cartório competente;

- c) Comprovação da regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, bem como junto à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- d) Cópia da carteira de identidade e cartão de inscrição no CPF/MF dos seus responsáveis legais, com poderes estatutários de representação judicial e extrajudicial da entidade;
- e) Cópia do Regimento Interno do Corpo Clínico;
- f) Alvará Sanitário;
- g) Alvará de localização;
- h) Registro atualizado no CRM do responsável técnico.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS E REPASSES FINANCEIROS

Art. 11º. As despesas decorrentes deste CONVÊNIO serão cobertas por repasses do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual da Saúde e da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul ao Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º. As despesas decorrentes deste CONVÊNIO correrão, no presente exercício a conta da Unidade Orçamentária XXX, Programa nº XX, Projeto de Atividade nº XXX e elemento XXXXXXXXX, Projeto Atividade XXX elementos XXXXXX, XXXXX;

§ 2º. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

Art. 12º. O valor anual total estimado para a execução do presente CONVENIO é de R\$ 9.472.517,28 (dez milhões, setenta e dois mil, quinhentos e dezessete reais e vinte e oito centavos) e será repassado à CONVENIADA em parcelas mensais, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação do serviço constantes no PLANO OPERATIVO (ANEXO I), juntamente com o relatório mensal emitido pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, atestando o percentual de cumprimento das metas e valores afetivamente a pagar;

Art. 13º. Os valores relacionados no Art. 12º, serão repassados à CONVENIADA da seguinte forma:

I -10% do valor da parcela mensal, de acordo com o percentual de cumprimento das metas de qualidade pactuadas no Plano Operativo, observadas as seguintes faixas:

- a) Cumprimento de 90% a 100% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 100% do valor relativo aos 10% definidos neste parágrafo;
- b) Cumprimento de menos de 90% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de idêntico percentual ao cumprido, sobre os 10% definidos neste parágrafo.

§ Único. A Avaliação do cumprimento das metas qualitativas, será realizada trimestralmente, sendo os percentuais apurados válidos para o repasse financeiro do próximo trimestre.

II -90% do valor da parcela mensal, de acordo com o percentual de cumprimento das metas físicas pactuadas no Plano Operativo, observadas as seguintes faixas:

- a) Cumprimento de 95% a 105% das metas físicas pactuadas corresponde a um repasse de 100% da parcela referida neste parágrafo;
- b) Cumprimento de 81% a 94% das metas físicas pactuadas corresponde a um repasse de 80% do valor da parcela referida neste parágrafo;
- c) Cumprimento de 70% a 80% das metas físicas pactuadas corresponde a um repasse de 70% do valor da parcela referida neste parágrafo.
- d) Cumprimento abaixo de 70% das metas físicas pactuadas corresponde a um repasse do valor correspondente ao percentual atingido.

Art. 14º. A CONVENIENTE poderá modificar o teto financeiro e o repasse de verbas que trata este CONVÊNIO na mesma proporção que o Ministério da Saúde alterar os valores dos incentivos existentes e/ou habilitação de novos. Assim como se a Secretaria Estadual da Saúde alterar a PPI – Programação Pactuada e Integrada Hospitalar e os incentivos existentes. Anualmente, quando da renovação do Plano Operativo, serão efetivadas revisões dos quantitativos físico-financeiros, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro do CONVÊNIO;

Art. 15º. Os incentivos de fonte federal e estadual serão repassados de forma regular à CONVENIADA de acordo com normas específicas de cada incentivo, previstas neste instrumento, distribuídas em valores pré-fixados e pós-fixados;

Art. 16º. O valor pré-fixado será composto:

- I. Pela série histórica de produção ambulatorial aprovada da média mensal dos 6 (seis) meses anteriores à celebração do CONVÊNIO;
- II. Pela PPI Hospitalar aprovada pela CIB para o exercício;
- II. Por todos os incentivos de fonte federal, estadual e municipal, com detalhamento de tipo e valor, vinculados ao alcance das metas quantitativas.

§ Único. Integram o componente pré-fixado dos instrumentos formais de contratualização os seguintes incentivos financeiros:

- a) Incentivo à Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH);
- b) Incentivo de custeio das Redes Temáticas de Atenção à Saúde;
- c) Incentivo de Integração ao SUS (Integrasus);
- d) Outros recursos pré-fixados de fonte estadual ou municipal; e
- e) Outros recursos financeiros pré-fixados que venham a ser instituídos.

Art. 17º. A parte pós-fixada será composta pelo valor de remuneração dos serviços de Alta Complexidade e do FAEC, calculados a partir de uma estimativa das metas físicas, remunerados de acordo com a produção autorizada pelo gestor contratante.

§ Único. Na hipótese de as esferas federal e estadual atrasarem o repasse de recursos financeiros enviados ao CONVENENTE e destinados a pagamentos previstos neste CONVENIO, fica estabelecido que o CONVENENTE não está obrigado a antecipar ao CONVENIADO, com recursos orçamentários próprios, aqueles recursos sonegados pelas esferas federal e/ou estadual.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PLANO OPERATIVO

Art. 18º. O Plano Operativo, parte integrante deste CONVÊNIO e condição de sua eficácia, foi elaborado pelo Gestor Municipal, pactuado entre as partes e será aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, contém:

I. As ações e serviços objeto deste CONVÊNIO;

II. A estrutura tecnológica e a capacidade instalada da CONVENIADA;

III. A definição das metas físicas das internações hospitalares, atendimentos ambulatoriais, atendimentos de urgência e emergência e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico;

IV. A definição das metas de qualidade;

V. A descrição das atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão hospitalar.

Art. 19º. Os serviços do Plano Operativo estão referidos a uma base territorial/populacional, conforme Plano Diretor de Regionalização da Secretaria Municipal de Saúde, e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento de saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

Art. 20º. O Plano Operativo terá validade de 12 (doze) meses, devendo ser repactuado anualmente, inclusive em seus aspectos financeiros.

§ Único. A atualização anual do Plano Operativo deverá obrigatoriamente ser realizada através de Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE E AVALIAÇÃO

Art. 21º. O controle e avaliação do presente CONVÊNIO, é de responsabilidade do Secretário Municipal de Saúde, titular da pasta, e será realizado através de uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização – CAF que deverá ser criada pelo CONVENENTE até 10 (dez) dias após a assinatura deste instrumento, cabendo a CONVENIADA e demais integrantes, neste prazo, indicar ao CONVENENTE os seus representantes;

Art. 22º. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, será constituída por 2 (dois) representantes do CONVENENTE, 1 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde, 2 (dois) representantes da CONVENIADA, sendo que cada um dos integrantes deverá ter um representante titular e um suplente, devendo reunir-se uma vez por mês.

Art. 23º. A atribuição desta Comissão será a de acompanhar e fiscalizar a execução do presente CONVÊNIO, principalmente no tocante aos seus custos, cumprimento das metas estabelecidas no Plano Operativo e avaliação da qualidade da atenção prestada à saúde dos usuários, atestando os percentuais de repasse financeiro a serem realizados em contrapartida pelos serviços prestados pela CONVENIADA à CONVENENTE;

§ 1º. A CONVENIADA fica obrigada a fornecer à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

§ 2º. A existência da comissão mencionada nesta Cláusula não impede e nem substituiu as atividades próprias do Sistema de Auditoria e Controle Interno da Secretaria da Saúde.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

Art. 24º. O presente CONVÊNIO poderá ser alterado mediante a celebração de termo aditivo, ressalvado o seu objeto que não pode ser modificado.

§ 1º. Os valores previstos neste CONVÊNIO poderão ser alterados, de acordo com as modificações do Plano Operativo Anual, bem como de acordo com as demais possibilidades aqui previstas;

§ 2º. A alteração dos valores mediante Termo Aditivo se dará de comum acordo entre as partes;

Art. 25º. O Plano Operativo, nos primeiros noventa dias de sua vigência, não poderá sofrer nenhuma alteração.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Art. 26ª. O presente CONVÊNIO poderá ser rescindido quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições, em especial:

I. Pelo CONVENENTE:

- a) No fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Na ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes do CONVENENTE;
- c) Na não entrega dos relatórios mensais e anuais;
- d) Na inobservância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde;
- e) Na inobservância da legislação vigente e os compromissos previstos neste CONVÊNIO.

II. Pela CONVENIADA, na inobservância da legislação vigente e os compromissos previstos neste CONVÊNIO.

§ Único. O Conselho Municipal de Saúde deverá manifestar-se sobre a rescisão deste CONVÊNIO, devendo avaliar os prejuízos que esse fato poderá acarretar para a população.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Art. 27º. Convencionam as partes que o CONVENENTE poderá aplicar penalidades à CONVENIADA pelo descumprimento das cláusulas deste CONVÊNIO, sempre de forma gradativa, observando a ordem de advertência, suspensão temporária dos serviços e pagamentos previstos no Plano Operativo Anual e, por último, rescisão do CONVÊNIO, conforme o disposto neste instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA

Art. 28º. Qualquer das partes poderá denunciar o presente CONVÊNIO, com comunicação do fato, por escrito, com antecedência mínima de 120 dias, devendo ser respeitado o andamento de atividades que não puderem ser interrompidas neste prazo ou que possam causar prejuízos à saúde da população, quando então será respeitado o prazo de 180 dias para o encerramento deste CONVÊNIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Art. 29º. Fica definido que as questões omissas no presente CONVENIO que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes, serão encaminhadas ao Conselho Municipal de Saúde, principalmente as referentes ao Plano Operativo Anual;

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A PUBLICAÇÃO

Art. 30º. A CONVENENTE, em conformidade em as exigências legais, providenciará as seguintes publicações:

I. Do CONVÊNIO e seu respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, de conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993;

II. Da composição da CAF – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização no Diário Oficial dos Municípios, em de conformidade com o presente CONVENIO e da Portaria 3.410/2013;

III. De todos os Aditivos deste CONVENIO, no Diário Oficial dos Municípios;

IV. As Deliberações do Conselho Municipal de aprovação da prestação de contas, conforme prazo estabelecido no presente CONVENIO, no Diário Oficial dos Municípios.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Art. 31º. O presente CONVÊNIO vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo, de comum acordo, mediante termo aditivo, ser prorrogado de acordo com o artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.32º. Os incentivos do IAC – Incentivo de Adesão à Contratualização serão repassados SOMENTE por 90 dias após a assinatura do presente CONVÊNIO, devido sua substituição pelo IGH, em conformidade com a Portaria 142 de 27.01.14.

Art. 33º. A CONVENIADA deverá se habilitar para receber o Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar – IGH, em conformidade com a portaria nº 142;

§ 1º - Efetivada a habilitação da CONVENIADA no IGH, a CONEVENTE deixará de repassar os valores do IAC, repassando somente os novos valores estabelecidos do IGH, previstos dentro deste CONVENIO e no seu Plano Operativo;

§ 2º - Caberá a CONVENIADA os prejuízos pela não habilitação no IGH, dentro do prazo estabelecido;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

Art. 34º. As partes elegem o foro da Cidade de São Bento para solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Convenio, e por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 5 (cinco ) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Bento do Sul, de setembro de 2017.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO      DIRETOR  
CPF nº XXXXXXXXXX      CPF nº XXXXXXXXXX  
Secretário Municipal de Saúde      Instituição Hospitalar

Testemunhas

\_\_\_\_\_

Minuta de PLANO OPERATIVO  
(ANEXO DO CONVÊNIO \_\_\_\_/\_\_\_\_)

O presente Plano Operativo é parte integrante do Convênio nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ sendo o instrumento que integra todos os ajustes entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL e a NOME DA INSTITUIÇÃO, contendo todos os elementos que demonstram os serviços contratados e a utilização da capacidade instalada, a definição de oferta, fluxo de serviços e pactuação de metas, no cumprimento do objeto do CONVÊNIO, consoante preconizado na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### I - INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE:

NOME DA INSTITUIÇÃO, cadastrado no CNES sob o nº XXXXXXXX, com CNPJ nº XXXXXXXX, localiza-se na Rua XXXXXXXX, nº XX, XXXX, CEP nº XXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXX. Está sob gestão municipal e caracterizado como Hospital Geral. Possui no seu quadro funcional 124 (cento e vinte e quatro) médicos e 154 (cento e cinquenta e quatro) de outras categorias. Presta serviços ambulatoriais, de internação, Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico - SADT e de urgência para particular, plano de saúde provado e Sistema Único de Saúde – SUS. Está habilitado na Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência - CEBAS pela Portaria nº xxxxx como hospital filantrópico sem fins lucrativos. Possui 78 (setenta e oito) leitos de internação, sendo ofertados 47 (quarenta e sete) para atendimentos SUS, que representa 60% de sua capacidade instalada. Possui leitos complementares de UTI adulto tipo II que são 100% SUS.

TIPO DE LEITOS	LEITOS EXISTENTES	LEITOS SUS
CIRÚRGICO	25	15
GINECOLOGIA	1	1
CIRURGIA GERAL	10	5
CARDIOLOGIA	1	1
GASTROENTEROLOGIA	1	1
OTORRINOLARINGOLOGIA	1	1
BUCO MAXILO FACIAL	1	1
NEFROLOGIA/UROLOGIA	1	1
ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA	8	3
OFTALMOLOGIA	1	1
CLÍNICO	20	11
ONCOLOGIA	1	1
NEONATOLOGIA	2	2
NEFROUROLOGIA	1	1
NEUROLOGIA	1	1
CARDIOLOGIA	2	1
PNEUMOLOGIA	1	1
CLINICA GERAL	12	4
OBSTETRÍCIA	22	14
OBSTETRÍCIA CIRURGICA	19	12
OBSTETRÍCIA CLÍNICA	3	2
PEDIÁTRICOS	8	4
PEDIATRIA CLÍNICA	8	4
OUTRAS ESPECIALIDADES	3	3
PSIQUIATRIA	1	1
CRONICOS	1	1
PNEUMOLOGIA SANITÁRIA	1	1
TOTAL DE LEITOS	78	47
LEITOS COMPLEMENTAR	10	10
UTI ADULTO TIPO II	10	10



Possui os seguintes equipamentos para atendimento:

EQUIPAMENTOS	EM USO	OFERTA SUS
EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM		
RAIO X DE 100 A 500 MA	1	SIM
RAIO X MAIS DE 500 MA	1	SIM
ULTRASSOM DOPPLER COLORIDO	1	NÃO
ULTRASSOM ECOGRAFO	1	SIM
EQUIPAMENTO POR MÉTODOS GRÁFICOS		
ELETROCARDIOGRAFO	2	SIM
EQUIPAMENTOS POR MÉTODOS ÓPTICOS		
ENDOSCOPIA DAS VIAS URINÁRIAS	1	SIM
ENDOSCOPIO DIGESTIVO	1	SIM
LAPAROSCOPIO/VIDEO	1	NÃO

Possui os seguintes serviços especializados:

Serviços Especializados			Ambulatorial:		Hospitalar:	
Cod.:	Serviço:	Característica:	Amb.:	SUS:	Hosp.:	SUS:
130	ATENCAO A DOENÇA RENAL CRONICA	TERCEIRIZADO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
130	ATENCAO A DOENÇA RENAL CRONICA	PROPRIO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
169	ATENCAO EM UROLOGIA	PROPRIO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
150	CIRURGIA VASCULAR	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
115	SERVICO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
117	SERVICO DE CIRURGIA REPARADORA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
118	SERVICO DE CIRURGIA TORACICA	PROPRIO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
119	SERVICO DE CONTROLE DE TABAGISMO	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
120	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR ANATOMIA PATOLOGICA EOU CITOPATO	TERCEIRIZADO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
121	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	TERCEIRIZADO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
121	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	PROPRIO E TERCEIRIZADO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
145	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
122	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR METODOS GRAFICOS DINAMICOS	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
124	SERVICO DE ENDOCRINOLOGIA	PROPRIO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
142	SERVICO DE ENDOSCOPIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
142	SERVICO DE ENDOSCOPIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
125	SERVICO DE FARMACIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
126	SERVICO DE FISIOTERAPIA	PROPRIO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
126	SERVICO DE FISIOTERAPIA	PROPRIO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
126	SERVICO DE FISIOTERAPIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
128	SERVICO DE HEMOTERAPIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
131	SERVICO DE OFTALMOLOGIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
131	SERVICO DE OFTALMOLOGIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
133	SERVICO DE PNEUMOLOGIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
140	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
146	SERVICO DE VIDEOLAPAROSCOPIA	PROPRIO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
146	SERVICO DE VIDEOLAPAROSCOPIA	PROPRIO	SIM	SIM	SIM	NÃO
149	TRANSPLANTE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM

Possui os seguintes serviços cadastrados de acordo com a classificação:

Codigo:	Serviço:	Classificação:	Terceiro:	CNES:
130 - 004	ATENCAO A DOENÇA RENAL CRONICA	TRATAMENTO EM NEFROLOGIA EM GERAL	SIM	2521725
130 - 001	ATENCAO A DOENÇA RENAL CRONICA	TRATAMENTO DIALITICO	SIM	2600250
130 - 001	ATENCAO A DOENÇA RENAL CRONICA	TRATAMENTO DIALITICO	NÃO	NAO INFORMADO
130 - 004	ATENCAO A DOENÇA RENAL CRONICA	TRATAMENTO EM NEFROLOGIA EM GERAL	SIM	2600250
130 - 001	ATENCAO A DOENÇA RENAL CRONICA	TRATAMENTO DIALITICO	SIM	2521725

130 - 003	ATENCAO A DOENÇA RENAL CRONICA	CONFECCAO INTERVENCAO DE ACESSOS PARA DIALISE	SIM	2600250
130 - 003	ATENCAO A DOENÇA RENAL CRONICA	CONFECCAO INTERVENCAO DE ACESSOS PARA DIALISE	SIM	2521725
169 - 002	ATENCAO EM UROLOGIA	LITOTRIPSIA	NÃO	NAO INFORMADO
150 - 001	CIRURGIA VASCULAR	FISTULA ARTERIOVENOSA SEM ENXERTO	NÃO	NAO INFORMADO
115 - 003	SERVICO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	SERVICO HOSPITALAR PARA ATENCAO A SAUDE MENTAL	NÃO	NAO INFORMADO
117 - 002	SERVICO DE CIRURGIA REPARADORA	TRATAMENTO EM QUEIMADOS	NÃO	NAO INFORMADO
118 - 001	SERVICO DE CIRURGIA TORACICA	CIRURGIA TORACICA	NÃO	NAO INFORMADO
119 - 001	SERVICO DE CONTROLE DE TABAGISMO	ABORDAGEM E TRATAMENTO DO FUMANTE	NÃO	NAO INFORMADO
120 - 001	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR ANATOMIA PATOLOGICA EOU CITOPATO	EXAMES ANATOMOPATOLOGICOS	SIM	2521504
120 - 002	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR ANATOMIA PATOLOGICA EOU CITOPATO	EXAMES CITOPATOLOGICOS	SIM	2521504
121 - 003	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	SIM	2651912
121 - 002	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	ULTRASONOGRAFIA	SIM	2651912
121 - 001	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	RADIOLOGIA	AMBOS	2651912
145 - 012	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	EXAMES PARA TRIAGEM NEONATAL	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 013	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	EXAMES IMUNOHEMATOLOGICOS	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 003	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 002	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 001	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	EXAMES BIOQUIMICOS	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 005	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	EXAMES DE UROANALISE	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 004	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	EXAMES COPROLOGICOS	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 006	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	EXAMES HORMONAIS	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 008	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	EXAMES TOXICOLOGICOS OU DE MONITORIZACAO TERAPEUTICA	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 009	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	EXAMES MICROBIOLOGICOS	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 010	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	EXAMES EM OUTROS LIQUIDOS BIOLOGICOS	NÃO	NAO INFORMADO
122 - 003	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR METODOS GRAFICOS DINAMICOS	EXAME ELETROCARDIOGRAFICO	NÃO	NAO INFORMADO
124 - 001	SERVICO DE ENDOCRINOLOGIA	DIAGNOSTICOTRATAMENTO DAS DOENCAS ENDOCRINAS METABOLICAS E	NÃO	NAO INFORMADO
142 - 001	SERVICO DE ENDOSCOPIA	DO APARELHO DIGESTIVO	NÃO	NAO INFORMADO
142 - 003	SERVICO DE ENDOSCOPIA	DO APARELHO URINARIO	NÃO	NAO INFORMADO
125 - 006	SERVICO DE FARMACIA	FARMACIA HOSPITALAR	NÃO	NAO INFORMADO
126 - 008	SERVICO DE FISIOTERAPIA	DIAGNOSTICO CINETICO FUNCIONAL	NÃO	NAO INFORMADO
126 - 007	SERVICO DE FISIOTERAPIA	ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA NAS ALTERACOES EM NEUROLOGIA	NÃO	NAO INFORMADO
126 - 006	SERVICO DE FISIOTERAPIA	ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA EM QUEIMADOS	NÃO	NAO INFORMADO
126 - 005	SERVICO DE FISIOTERAPIA	ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA NAS DISFUNCOES MUSCULO ESQUELETO	NÃO	NAO INFORMADO
126 - 004	SERVICO DE FISIOTERAPIA	ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA CARDIOVASCULARES E PNEUMOFUNCIONAL	NÃO	NAO INFORMADO
126 - 002	SERVICO DE FISIOTERAPIA	ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA EM ALTERACOES ONCOLOGICAS	NÃO	NAO INFORMADO
128 - 002	SERVICO DE HEMOTERAPIA	DIAGNOSTICO EM HEMOTERAPIA	NÃO	NAO INFORMADO
128 - 003	SERVICO DE HEMOTERAPIA	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM HEMOTERAPIA	NÃO	NAO INFORMADO
128 - 004	SERVICO DE HEMOTERAPIA	MEDICINA TRANSFUSIONAL	NÃO	NAO INFORMADO
131 - 003	SERVICO DE OFTALMOLOGIA	TRATAMENTO CIRURGICO DO APARELHO DA VISAO	NÃO	NAO INFORMADO
131 - 002	SERVICO DE OFTALMOLOGIA	TRATAMENTO CLINICO DO APARELHO DA VISAO	NÃO	NAO INFORMADO
133 - 001	SERVICO DE PNEUMOLOGIA	TRATAMENTO DE DOENCAS DAS VIAS AEREAS INFERIORES	NÃO	NAO INFORMADO

140 - 004	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	ESTABILIZACAO DE PACIENTE CRITICO/GRAVE	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 019	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO GERAL/CLINICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 016	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO TRAUMATO ORTOPEDICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 014	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO CARDIOVASCULAR	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 013	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO OBSTETRICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 005	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	ATENDIMENTO AO PACIENTE COM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (AVC)	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 015	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO NEUROLOGIA/NEUROCIRURGIA	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 012	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO PEDIATRICO	NÃO	NAO INFORMADO
146 - 002	SERVICO DE VIDEOLAPAROSCOPIA	CIRURGICA	NÃO	NAO INFORMADO
146 - 001	SERVICO DE VIDEOLAPAROSCOPIA	DIAGNOSTICA	NÃO	NAO INFORMADO
149 - 015	TRANSPLANTE	ACOES PARA DOACAO E CAPTACAO DE ORGAOS E TECIDOS	NÃO	NAO INFORMADO
149 - 016	TRANSPLANTE	RETIRADA DE GLOBO OCULAR HUMANO PARA TRANSPLANTE	NÃO	NAO INFORMADO

Está habilitado de acordo com as portarias ministeriais para executar os seguintes serviços:

Código	Tipo	Portaria
2601	UTI TIPO II ADULTO	PT SAS 204 – 26.03.03
1902	VASECTOMIA	PT SAS 048 – 20.10.09
1901	LAQUEADURA	PT SAS 048 – 20.10.09
0907	CUIDADOS PROLONGADOS ENF. CAUSAS EXTERNAS	PT SAS 2413 – 29.09.15
0906	CUIDADOS PROLONGADOS ENF. DECORRENTES AIDS	PT SAS 2413 – 29.09.15
0905	CUIDADOS PROLONGADOS ENF. ONCOLÓGICAS	PT SAS 2413 – 29.09.15
0904	CUIDADOS PROLONGADOS ENF. OSTEOMUSCULARES E TECIDO CONJUNTIVO	PT SAS 2413 – 29.09.15
0903	CUIDADOS PROLONGADOS ENF. NEUROLOGICAS	PT SAS 2413 – 29.09.15
0902	CUIDADOS PROLONGADOS ENF. PNEUMOLOGICAS	PT SAS 2413 – 29.09.15
0901	CUIDADOS PROLONGADOS ENF. CARDIOVASCULARES	PT SAS 2413 – 29.09.15

Está em consonância com a Portaria MS/SAS nº 329, de 06.10.09, que estabelece formas de identificar os Incentivos, que serão transferidos aos Municípios e/ou pagos a estabelecimentos que prestam serviços de saúde ao SUS em alguma política de saúde implementada pelo Ministério da Saúde, criando a tabela de contratos por gestão e metas para identificar o estabelecimento que foi contratado como prestador de serviços do SUS por contrato por gestão e metas e a tabela de regras contratuais para não geração de crédito por produção realizado por estabelecimentos que foram contratualizados pelos municípios para prestação de serviços ao SUS, através de contrato por gestão e metas, apresentando os seguintes cadastros:

- 1 09.03 – Adesão do estabelecimento hospitalar ao programa de reestruturação de hospital filantrópico;
- 1) 70.03 – Hospital filantrópico com contrato de gestão/metad;
- 2) 71.06 – Estabelecimento de saúde sem geração de crédito total, incluindo Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação – FAEC;
- 3) 81.01 – Integrasus nível A.

## II - PRESSUPOSTOS E DEFINIÇÕES:

### 1 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

A assistência à saúde, prestada em regime de hospitalização, compreenderá o conjunto de atendimentos oferecidos ao usuário desde sua admissão no hospital até sua alta hospitalar, pela patologia atendida, incluindo-se todos os atendimentos e procedimentos necessários para obter ou completar o diagnóstico e as terapêuticas necessárias para o tratamento no âmbito hospitalar, inclusive às relacionadas a todos os tipos de Órteses, Próteses e Materiais – OPM, contempladas na tabela unificada do SUS.

#### 1.1 - No processo de hospitalização estão incluídos:

- Tratamento das possíveis complicações que possam ocorrer ao longo do processo assistencial, tanto na fase de tratamento, quanto na fase de recuperação;
- Tratamentos concomitantes, diferentes daqueles classificados como principal que motivaram a internação do usuário, que podem ser necessários, adicionalmente, devido às condições especiais do usuário e/ou outras causas;
- Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação;
- Procedimentos e cuidados de enfermagem, necessários durante o processo de internação;
- Alimentação, incluída a assistência nutricional e alimentação enteral e parenteral;
- Alimentação aos pacientes e acompanhantes de acordo com legislação específica e/ou por prescrição em prontuário médico;
- Assistência por equipe médica especializada, pessoal de enfermagem, pessoal técnico e equipe multidisciplinar necessária;
- Utilização do Centro Cirúrgico e procedimentos de anestesia;
- O material descartável necessário para os cuidados de enfermagem e tratamentos;
- Diárias de hospitalização em quarto compartilhado ou individual, quando necessário, devido às condições especiais do usuário e/ou quarto de isolamento;
- Acompanhante para os usuários de acordo com legislação ou a critério de indicação clínica.

- Sangue e hemo derivados;
- Diárias de UTI quando necessário;
- Fornecimento de roupas hospitalares;
- Exames de apoio diagnóstico e terapêutico, além de procedimentos especiais que se fizerem necessários ao adequado atendimento e tratamento do paciente, de acordo com a capacidade instalada, respeitando a complexidade do hospital.

## 2 - ATENDIMENTO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

Serão considerados atendimentos de urgência e emergência aqueles não programados, dispensados pelo pronto socorro do hospital as pessoas encaminhadas por meio da Central de Regulação de Urgência e Emergência da SES/SC, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, e outros serviços de atendimento pré-hospitalar e/ou que cheguem de forma espontânea por se caracterizar Pronto Socorro Porta Aberta.

Deverá ser realizado o acolhimento do usuário por classificação de risco, priorizando o atendimento por gravidade do caso conforme protocolo pré-estabelecido, e não por ordem de chegada, em consonância com as orientações da Política Nacional de Humanização do SUS – PNH, e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde. A ação do enfermeiro na classificação de risco não caracteriza consulta de enfermagem. Se a assistência prestada em regime de urgência e emergência der origem à internação do usuário, não se registrará como um atendimento ambulatorial de urgência e sim como um atendimento hospitalar.

Se em consequência do atendimento por urgência e emergência o usuário é colocado em regime de observação (leitos de observação) por um período menor que 24 horas, caso não ocorra a internação ao término desse período, será registrado o atendimento da urgência propriamente dita, não gerando produção os atos executados no processo.

Os valores para urgência e emergência de hospitais foram pactuados na Comissão Intergestores Bipartite - CIB sendo definido para o teto de São Bento do Sul o valor de R\$ 10.100,15 (dez mil e cem reais e quinze centavos) para exames de patologia clínica, raios-X, ultrassonografia, eletrocardiograma e consulta anestésica que se fizerem necessários nos atendimentos. Os valores de tomografia computadorizada estarão contemplados na alta complexidade.

## 3 - SERVIÇO AMBULATORIAL E SERVIÇO DE APOIO DIAGNÓSTICO TERAPÊUTICO – SADT DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Entende-se por serviço ambulatorial as consultas especializadas ofertadas nas dependências do hospital e serão disponibilizadas a usuários egressos do próprio hospital e também a usuários provenientes da atenção básica encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde. Entende-se por SADT a disponibilização de exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico a usuários atendidos nas unidades de urgência e emergência, internados e no atendimento ambulatorial agendado pela Secretaria Municipal da Saúde.

- SADT Interno é a disponibilização de exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários atendidos em regime de urgência e emergência e internação do próprio hospital;
- SADT Externo é a disponibilização de exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários atendidos no ambulatório, egressos do próprio hospital ou provenientes da atenção básica encaminhados para os serviços previamente definidos após pactuação com o hospital, no limite da sua capacidade operacional;
- Os exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico internos não serão considerados no total de serviços do SADT, para fins de aferição de metas de produção, serão apenas informados conforme as normas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde.

## III - PACTUAÇÃO DE METAS

Este Plano Operativo se divide em eixos quantitativos e qualitativos, financeiro e monitoramento e avaliação com metas e diretrizes para serem analisadas, pactuadas, monitorizadas e avaliadas periodicamente.

**EIXO QUANTITATIVO:** Este eixo especifica o número de procedimentos necessários para garantir o atendimento à população do Município de São Bento do Sul.

### a) 1. PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DE ATENDIMENTO ÀS URGÊNCIA/EMERGÊNCIA:

DESCRIÇÃO	META FISICA MÊS	META R\$ MÊS
02.02 Patologia Clínica		2.142,30
02.04 Raio X		6.512,33
021102003-6 Eletrocardiograma - ECG		597,40
02.05 Ultrasonografia		608,12
03.0101007-2 Consulta Anestésica		240,00
030110002-0 Administração de Medicamentos	2.500	
030110005-5 Cateterismo Vesical de Demora	5	
030110010-1 Inalação / Nebulização	230	
030110014-4 Oxigenoterapia	15	
030110017-9 Sondagem Gástrica	5	
030110015-2 Retirada de Pontos de cirurgias básicas por paciente	25	
040101002-3 Curativo Grau I	200	
030901010-1 Passagem de sonda naso entérica (inclui material)	10	
030106011-8 Acolhimento com classificação de risco	5.000	
030106002-9 Atendimento de urgencia com observação até 24 hs	2.900	36.163,00
030106006-1 Atendimento de urgência em atenção especializada (sem observação)	2.100	23.100,00

030106010-0	Atendimento ortopédico com imobilização provisória	15	195,00
030309020-0	Tratamento conservador de fratura em MMII com imobilização	35	1.467,55
030309022-7	Tratamento conservador de fratura em MMSS com imobilização	45	1.873,35
040101005-8	Excisão de lesão e/ou sutura de ferimento da pele/ane-xos e mucosa	95	2.200,20
021104006-1	Tococardiografia ante-parto	13	21,97
041205017-0	Toracocentese/drenagem de pleura	3	164,91
040806035-2	Retirada de fio ou pino intraósseo	4	113,68
0408010	Redução incruenta de fratura	5	198,70
040704019-6	Paracentese abdominal	2	24,54
040101011-2	Retirada de corpo estranho subcutâneo	6	71,04
040101010-4	Incisão e drenagem de abscesso	4	47,36
041504004-3	Debridamento de úlcera/necrose	3	89,58
030602004-1	Sangria terapêutica	6	28,14
030903001-3	Cateterismo evacuador de bexiga	5	6,52
SUB-TOTAL		13.231	R\$ 75.865,69

## 2. PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE:

DESCRIÇÃO	META FISICA MÊS	META R\$ MÊS
PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA	2.200	R\$ 41.174,00
..0204 – Diagnóstico por radiologia	1.500	R\$ 12.150,00
..0205-Diagnóstico por ultrassonografia/Doppler	400	R\$ 14.576,00
..0209-Diagnóstico por endoscopia	300	R\$ 14.448,00
PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	610	R\$ 6.100,00
03.0101007-2 -Consultas especializadas		R\$ 6.100,00
§ Cardiologia	60	
§ Neurologia	70	
§ Cirurgia Geral	70	
§ Gastroenterologia	80	
§ Otorrinolaringologia	70	
§ Ortopedia/traumatologia geral	110	
§ Urologia	130	
§ Pneumologia	100	
§ Anestesiologia	50	
SUB-TOTAL	2.810	R\$ 47.274,00

## 3. PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE:

DESCRIÇÃO	META FISICA MÊS	META R\$ MÊS
PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE	40	R\$ 5.493,20
..0206-Tomografias Computadorizadas na Urgência e Emergência	10	R\$ 1.373,28
..0206-Tomografias Computadorizadas Ambulatorial	30	R\$ 4.119,92
TOTAL GERAL AMBULATORIAL		
1 SUB-TOTAL URGENCIA E EMERGENCIA	13.231	R\$ 75.865,69
2 SUB-TOTAL MÉDIA COMPLEXIDADE	2.810	R\$ 47.274,00
3 SUB-TOTAL ALTA COMPLEXIDADE	40	R\$ 5.493,20
TOTAL GERAL	16.081	R\$ 128.632,89

## b) 4. INTERNAÇÕES HOSPITALARES:

## 4.1 - Internações por Especialidade de Média Complexidade (TABELA SIH/SUS) e UTI;

A Deliberação nº 044/CIB/2017 definiu que o valor mensal do PPI Hospitalar é de R\$ 362.866,20 (trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) a partir da competência de Abril/2017.

ESPECIALIDADE	ABR/DEZ/17	VALOR MÊS
CLINICA MÉDICA	134	183.193,64
CLINICA CIRÚRGICA	117	134.334,30
PEDIATRIA	16	5.796,35
OBSTETRÍCIA	70	39.541,92
TOTAL	337	362.866,20

4.2 - Na tabela acima estão inclusas as internações de referência para outros municípios com os valores das diárias de UTI. Na clínica cirúrgica estão inclusas as cirurgias eletivas com exceção das cirurgias de campanha.

#### 5. BUSCA ATIVA E RETIRADA MÚLTIPLOS ÓRGÃOS E TECIDOS EM ÂMBITO ESTADUAL CONFORME PORTARIA MS N.º 118, DE 11 DE MARÇO DE 2010.

Tem por objeto transferir recursos financeiros para implementação do Incentivo ao Sistema Estadual de Transplantes de Santa Catarina, com o custeio e manutenção para melhoria dos processos de doação de órgãos e tecidos para transplantes, objetivando o aumento do número de notificações de morte encefálica, morte por parada cardiorrespiratória e a efetivação de doadores, gerando conseqüentemente, o aumento no número de captações de órgãos e tecidos para transplantes, de acordo com as Portarias GM/MS nº 2.601, de 21/10/2009, nº 3.490, de 12/11/2010 e nº 1.032, de 04/05/2011, bem como, Deliberação SES nº 335/CIB/12.

PROCEDIMENTO	META MÊS	RECURSO FINANCEIRO
Incentivo estadual busca ativa e retirada de múltiplos órgãos e tecidos	10	R\$ 1.316,10

#### 6 INCENTIVOS FINANCEIROS:

##### 6.1. Incentivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências :

Incentivo Financeiro da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, conforme Portaria GM/MS n.º 2.541 de 08/11/2012, etapa II, anexo I, repassados conforme transferência ao Fundo Municipal de Saúde pelo Ministério da Saúde, conforme Termo de Pactuação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências nº 017/2013 e Portaria 3.408/2016.

PROCEDIMENTO	RECURSO FINANCEIRO
Incentivo rede de urgência/emergência federal	R\$ 61.565,28
Incentivo rede de urgência/emergência estadual	R\$ 100.000,00

##### 6.2. Incentivo Federal à Contratualização (IAC) e Incentivo de Integração ao SUS (INTEGRASUS)

O Incentivo de Adesão a Contratualização – IAC, regulamentado pela revogada Portaria nº 3.123 de 07.12.2006, homologou o processo de Adesão ao Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS.

O IAC, de acordo com a Portaria MS/GM nº 142, de 27 de janeiro de 2014, foi substituído pelo Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar - IGH. O hospital tem o prazo de 90 dias para se habilitar ao IGH, período em que será mantido o IAC. Findo o prazo o IAC deixará de ser repassado.

O INTEGRASUS está regulamentado pela Portaria MS/GM 3.032 de 26.11.07 e pela Portaria MS/SAS 329 de 06.10.09.

PROCEDIMENTO	RECURSO FINANCEIRO
Incentivo IAC	R\$ 107.082,59
Incentivo INTEGRASUS	R\$ 8.355,21

##### 6.3. Incentivo Estadual à Contratualização dos Hospitais

O incentivo estadual à contratualização está regulamentado pela Portaria SES nº 543 de 22.08.08.

PROCEDIMENTO	RECURSO FINANCEIRO
Incentivo Estadual	R\$ 19.558,16

#### 7. RESUMO TOTAL DO EIXO QUANTITATIVO

O valor anual estimado para a execução do presente CONVÊNIO importa em R\$ 9.472.517,28 (dez milhões, setenta e dois mil, quinhentos e dezessete reais e vinte e oito centavos), conforme abaixo especificado:

c) RESUMO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	MENSAL	ANUAL
I – Alta Complexidade – Pós Produção	5.493,20	65.918,40
II - FAEC/Estratégicos /Pós Produção - Transplante de órgãos , tecidos e células)	1.316,10	15.793,20



III - Pré-fixado	782.567,14	9.390.805,68
d) TOTAL	789.376,44	9.472.517,28

A parcela mensal pré-fixada importa em R\$ 782.567,14 (setecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos) a ser transferida ao hospital em parcelas duos decimais, conforme discriminado abaixo, e oneram recursos do Fundo Municipal de Saúde:

e) DETALHAMENTO DO PRÉ-FIXADO	MENSAL	ANUAL
Média Complexidade ambulatorial Urgência/Emergência	123.139,69	1.477.676,28
Média Complexidade hospitalar	362.866,21	4.354.394,52
Incentivo de Integração ao SUS – INTEGRASUS	8.355,21	100.262,52
IAC - Programa de Reestruturação dos Hospitais Filantrópicos*	107.082,59	1.284.986,52
Incentivo Estadual à Contratualização	19.558,16	234.697,92
Incentivo Federal da atenção às redes de urgência e emergência	61.565,28	738.783,36
Incentivo Estadual da atenção às redes de urgência e emergência	100.000,00	1.200.000,00
TOTAL GERAL	782.567,14	9.390.805,68

Os valores serão repassados da seguinte forma:

Em 10% do valor da parcela mensal, no valor de R\$ 78.937,64 (setenta e oito mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos) de acordo com o percentual de cumprimento das metas de qualidade pactuadas no Eixo Qualitativo deste Plano Operativo, observadas as seguintes faixas:

a Cumprimento de 90% a 100% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de 100% do valor relativo aos 10% definidos;  
a) Cumprimento de menos de 90% das metas qualitativas pactuadas corresponde a um repasse de idêntico percentual ao cumprido, sobre os 10% definidos.

A Avaliação do cumprimento das metas qualitativas será realizada trimestralmente, sendo os percentuais apurados válidos para o repasse financeiro do próximo trimestre.

Em 90% do valor da parcela mensal, no valor de R\$ 710.438,80 (setecentos e dez mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos) de acordo com o percentual de cumprimento das metas físicas pactuadas no Eixo Quantitativo deste Plano Operativo, observadas as seguintes faixas:

a Cumprimento de 95% a 105% das metas físicas pactuadas corresponde a um repasse de 100% da parcela referida neste parágrafo;  
a) Cumprimento de 81% a 94% das metas físicas pactuadas corresponde a um repasse de 90% do valor da parcela referida neste parágrafo;  
b) Cumprimento de 70% a 80% das metas físicas pactuadas corresponde a um repasse de 80% do valor da parcela referida neste parágrafo.  
c) Cumprimento abaixo de 70% das metas físicas pactuadas corresponde a um repasse do valor correspondente ao percentual atingido.

NÍVEL	QUANTIDADE
Urgência e Emergência	13.231
Média Complexidade	2.810
Alta Complexidade	40
Internações	337
Cirurgias Eletivas	46

EIXO QUALITATIVO – Metas e Diretrizes para garantir a qualidade do atendimento à população do Município de São Bento do Sul.

1. GARANTIR POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DA GESTÃO À ATENÇÃO - A ASSISTÊNCIA hospitalar no SUS será organizada a partir das necessidades da população, com a finalidade de garantir o atendimento aos usuários, baseado nos dispositivos da Política Nacional de Humanização:

1.1- Redes e Redes de Referência – Garantia do acesso

a Implantar Prontuário eletrônico integrado com a rede de atenção;

META – SEGUNDO TRIMESTRE

a) Implantar articulação da continuidade do cuidado com os demais pontos de atenção da RAS, em particular a Atenção Básica;

META - PRIMEIRO TRIMESTRE

b) Implantação de mecanismos de desospitalização, visando alternativas às práticas hospitalares, como as de cuidados domiciliares pactuados na RAS;

META - PRIMEIRO TRIMESTRE

c) Implantar Núcleo Interno de Regulação (NIR) e Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar (NAQH) com o objetivo de aumentar a ocupação de leitos e otimizar a utilização da capacidade instalada, melhorando o atendimento ao usuário.

META - PRIMEIRO TRIMESTRE

1.2 - Acolhimento e Acolhimento com Classificação de Risco:

a A Porta de Urgência e Emergência deve implementar acolhimento e acolhimento com classificação de risco com protocolo de classificação

de risco e vulnerabilidades específicas;

META – PRIMEIRO TRIMESTRE

a) Projeto de acolhimento implementado, contemplando etapas de discussão com equipes, capacitação inicial, definição e implementação de rotinas e fluxos;

META - SEGUNDO TRIMESTRE

b) Garantir que o atendimento seja realizado por equipe que faça o acolhimento com protocolo de classificação de risco integral e responsável pelo usuário a partir do momento de sua chegada, devendo proporcionar um atendimento que respeite as especificidades socioculturais;

META - TERCEIRO TRIMESTRE

c) Implantar exigência de capacitação específica (ACLS e BLS e outros) aos profissionais que atuam em urgência e emergência.

META – PRIMEIRO E SEGUNDO TRIMESTRE

1.3 – Ambiência:

a) Implantar gerenciamento de suas tecnologias de forma a atender as necessidades do serviço mantendo as condições de seleção, aquisição, armazenamento, instalação, funcionamento, distribuição, descarte e rastreabilidade;

f) Implantar gerenciamento de manutenção preventiva nas instalações físicas dos ambientes externos e internos. Observar se estão em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza;

g) Garantir a qualidade da água necessária ao funcionamento de suas unidades;

h) Garantir iluminação e ventilação compatíveis com o desenvolvimento das suas atividades;

i) Definir salas de espera com ambiente acolhedor, assentos em número suficiente; equipamento audiovisual ativo, e com disponibilidade de brinquedos nos casos de serviços para crianças.

Todos os itens META - PRIMEIRO TRIMESTRE

1.4 - Clínica Ampliada:

A clínica ampliada e a gestão da clínica serão a base do cuidado, com a implementação de equipes multiprofissionais de referência, de forma a assegurar o vínculo entre a equipe, o usuário e os familiares, com a garantia de visita aberta com a presença do acompanhante e com a valorização de fatores subjetivos e sociais.

a) Garantir equipes multiprofissionais de referência que irão estruturar os serviços do hospital e para elaboração do Projeto Terapêutico singular dos pacientes com quadro clínico complexo ou de alta vulnerabilidade, com o objetivo de reavaliar diagnósticos e redefinir as linhas de intervenção terapêutica, devendo ser registrado em prontuário unificado compartilhado pela equipe multiprofissional.

META - SEGUNDO TRIMESTRE

a) Implantar Projeto Terapêutico Singular nos setores de: UTI, para pacientes de longa permanência e pacientes crônicos, para os pacientes do hospital retaguarda.

META - TERCEIRO TRIMESTRE

b) Implantar alta hospitalar responsável, entendida como transferência do cuidado, será realizado por meio de orientação dos pacientes e familiares quanto à continuidade do tratamento, reforçando a autonomia do sujeito, proporcionando o autocuidado.

META - PRIMEIRO TRIMESTRE

1.5 – Gestão Participativa e Co-Gestão:

a) Implantar conselho gestor com a participação de membros da sociedade, funcionários e gestão municipal;

§ Projeto elaborado para constituição de Colegiado Gestor, com estratégias de implementação;

META - PRIMEIRO TRIMESTRE;

§ Colegiado implementado, com definição de plano e metodologia de atuação e acompanhamento do funcionamento.

META - SEGUNDO TRIMESTRE;

§ Relatórios periódicos com análise dos indicadores de monitoramento do funcionamento do Colegiado (e suas repercussões).

META – TERCEIRO TRIMESTRE.

a) Implantar sistema de transparência da gestão e do atendimento em site próprio e ou do gestor municipal;

META – SEGUNDO TRIMESTRE

a) Implantar ouvidoria;

META – PRIMEIRO TRIMESTRE

b) Implantar Pesquisa de satisfação do cliente e funcionários;

META – PRIMEIRO E SEGUNDO TRIMESTRE

c) Implantar visita aberta (todos os dias das 8h às 20h) de forma a garantir a ampliação do acesso dos visitantes ao pronto socorro e às unidades de internação, favorecendo a relação entre o usuário, família e rede social de apoio e a equipe de referência. Pode ser controlado o número de visitantes conforme especificações do hospital.

META – PRIMEIRO TRIMESTRE

d) Implantar auditoria clínica interna periódica será realizada, no mínimo a cada 2 (dois) anos, com o objetivo de qualificar o processo assistencial hospitalar;

META – PRIMEIRO TRIMESTRE

e) Garantir que a divulgação dos processos de trabalho e programas seja divulgado a todos os funcionários.

META – PRIMEIRO TRIMESTRE

2. GARANTIR A SEGURANÇA DO PACIENTE – Cabe ao hospital implantar os núcleos de Segurança do Paciente nos moldes descritos na Resolução da Diretoria Colegiada RDC - nº 36/Anvisa, de 25 de julho de 2013, de forma a elaborar um Plano de Segurança do Paciente, bem como garantir a implantação dos Protocolos Básicos de Segurança do Paciente.

META – PRIMEIRO TRIMESTRE

a) Implantar formalmente Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) e Gerenciamento de risco;

a) Implantar programa de higienização das mãos;

b) Implantar programa de prevenção de quedas;

c) Implantar programa de prevenção de úlceras por pressão;

d) Implantar programa de segurança no uso e administração de medicamentos;

e) Implantar programa de segurança nas terapias nutricionais enteral e parenteral;

f) Implantar programa de registros referentes ao uso de próteses e órteses em procedimentos cirúrgicos;

- g) Implantar identificação dos pacientes através de pulseiras de identificação para todos os setores;
- h) Implantar Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) e protocolos clínicos para os diversos procedimentos de segurança do paciente e profissionais de saúde;
- i) Implantar educação continuada e controlada conforme as necessidades da assistência e serviços hospitalar. As capacitações devem ser adaptadas à evolução do conhecimento e a identificação de novos riscos, Medidas de controle que minimizem a exposição aos agentes, Normas e procedimentos de higiene, Utilização de equipamentos de proteção coletiva, individual e vestimentas de trabalho, novos POPs;
- j) Implantar procedimentos escritos para a adoção de medidas corretivas e/ou preventivas após a identificação das causas de desvios de qualidade;
- k) Implantar notificação de doenças compulsórias e eventos adversos associado ao uso de sangue, medicamentos e outros componentes no Sistema NOTIVISA;
- l) Implantar programa de imunização ativa a que os trabalhadores possam estar expostos contra: tétano, difteria, hepatite B e outros agentes;
- m) Implantar mecanismos de prevenção dos riscos de acidentes de trabalho, incluindo o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, em número suficiente e compatível com as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores;
- n) Implantar check list de cirurgia segura e anexar ao prontuário.

### 3. GARANTIR O FUNCIONAMENTO E MANTER DISPONÍVEL , SEGUNDO O SEU TIPO, DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO REFERENTE A:

I - Projeto Básico de Arquitetura (PBA) aprovado pela vigilância sanitária competente.

II - controle de saúde ocupacional;

III - educação permanente;

IV - comissões, comitês e programas:

a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar – CCIH:

a) Comissão de Análise de Óbitos;

b) Comissão de Revisão de Prontuários;

c) Comissão de Ética Médica;

d) Comissão Intra Hospitalar de Captação e/ou Transplante;

e) Núcleo de Internação e Regulação;

f) Núcleo de Controle de Qualidade Hospitalar;

g) Núcleo de Segurança do Paciente.

V - contratos de serviços terceirizados;

VI - controle de qualidade da água;

VII - manutenção preventiva e corretiva da edificação e instalações;

VIII - controle de vetores e pragas urbanas;

IX - manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e instrumentos;

X - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;

XI - nascimentos;

XII - óbitos;

XIII - admissão e alta;

XIV - eventos adversos e queixas técnicas associadas a produtos ou serviços;

XV - monitoramento e relatórios específicos de controle de infecção;

XVI - doenças de Notificação Compulsória;

XVII - indicadores previstos nas legislações vigentes;

XVIII - normas, rotinas e procedimentos;

XIX - demais documentos exigidos por legislações específicas dos estados, Distrito Federal e municípios.

#### EIXO FINANCEIRO, DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este eixo examina os resultados relevantes do hospital, abrangendo os aspectos econômico, financeiros e os relativos aos clientes e mercados, sociedade, pessoas, processos principais e de apoio, bem como os relacionados com fornecedores.

Habilitar-se ao incentivo IGH para que o incentivo IAC anteriormente fornecido seja substituído META – PRIMEIRO TRIMESTRE

1 Criar e nomear a comissão de controle e fiscalização - CAF imediatamente a assinatura do convenio - A CAF se reunirá mensalmente para avaliação das metas quantitativas e trimestralmente para avaliar as metas qualitativas.

1- Analisar e avaliar trimestralmente os relatórios financeiros de todos os serviços prestados, assim como todos os indicadores pactuados serão apurados e seus resultados comporão o Relatório Anual de avaliação do Plano Operativo. Esses resultados serão disponibilizados no site de transparência e serão apresentados ao conselho municipal de saúde.

Os indicadores de Saúde relacionados a seguir são considerados instrumento de avaliação trimestral e os resultados do primeiro trimestre servirão de parâmetro para o planejamento do Plano Operativo para o ano subsequente. Após a primeira avaliação (trimestre) deverá ser incluído a coluna com os valores apresentados pelo hospital e deverão ser ajustadas as metas conforme necessidade populacional.

RESOLUÇÃO Nº 5 , DE 19 DE JUNHO DE 2013 -Dispõe sobre as regras do processo de pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para os anos de 2013-2015, com vistas ao fortalecimento do planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implementação do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP).

INDICADORES - Os indicadores são essenciais nos processos de monitoramento e avaliação, pois permitem acompanhar o alcance das metas e servem para: embasar a análise crítica dos resultados obtidos e auxiliar no processo de tomada de decisão; contribuir para a melhoria contínua dos processos organizacionais; analisar comparativamente o desempenho.

As metas expressam um compromisso para alcançar objetivos. Ao estabelecer metas, alguns fatores devem ser considerados: I. desempenhos anteriores (série histórica); II. compreensão do estágio de referência inicial, ou seja, da linha de base; III. factibilidade, levando-se em consideração a disponibilidade dos recursos necessários, das condicionantes políticas, econômicas e da capacidade organizacional.

Nesse quadro apresentamos referências iniciais para embasar as metas que poderão ser comparadas com os valores do hospital para o

## segundo trimestre. Embasadas no PROGRAMA CQH - COMPROMISSO COM A QUALIDADE HOSPITALAR

INDICADORES *				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	REFERENCIA	META	PRAZO
1	Média de Permanência dos Pacientes Internados	3,76	Diminuir percentual em 30%	Primeiro trimestre
	$\frac{\text{Nº pacientes/dia durante determinado período}}{\text{Nº pacientes saídos no mesmo período}}$			
2	Taxa de Ocupação Hospitalar	76%	Aumentar percentual em 30%	Primeiro trimestre
	$\frac{\text{Nº de pacientes/dia em determinado período}}{\text{Nº de leitos-dia no mesmo período}} \times 100$			
3	Taxa de Pacientes com Infecção Hospitalar por serviço – CIRURGICA	1,24%	Diminuir o percentual em 30%	Primeiro trimestre
	$\frac{\text{Nº infecções atribuíveis ao hospital/período}}{\text{Nº de saídas no mesmo período}} \times 100$			
4	Taxa de Pacientes com Infecção Hospitalar por serviço – CLINICA	1,41%	Diminuir o percentual em 30%	Primeiro trimestre
	$\frac{\text{Nº infecções atribuíveis ao hospital/período}}{\text{Nº de saídas no mesmo período}} \times 100$			
5	Taxa de Pacientes com Infecção Hospitalar por serviço – UTI ADULTO	9,47%	Diminuir o percentual em 30%	Primeiro trimestre
	$\frac{\text{Nº infecções atribuíveis ao hospital/período}}{\text{Nº de saídas no mesmo período}} \times 100$			
6	Taxa de Pacientes com Infecção Hospitalar por serviço – OBSTETRICIA	0,43%	Diminuir o percentual em 30%	Primeiro trimestre
	$\frac{\text{Nº infecções atribuíveis ao hospital/período}}{\text{Nº de saídas no mesmo período}} \times 100$			
7	Taxa de Mortalidade Hospitalar	1,80%	Reduzir a taxa de mortalidade prematura (<70 anos*) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs – doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas). Diminuir o percentual em 2 % ano	Primeiro trimestre
	$\frac{\text{Nº óbitos em determinado período}}{\text{Nº de saídas no mesmo período}} \times 100$			
8	Taxa de Mortalidade Operatória	0,08%	Diminuir o percentual em 30%	Primeiro trimestre
	$\frac{\text{Nº de óbitos operatórios em determinado período}}{\text{Nº total de atos cirúrgicos no mesmo período}} \times 100$			
9	% de médicos com título de especialista	81,08%	Aumentar o percentual em 2%	Terceiro trimestre
10	Taxa de Ocupação das salas cirúrgicas	80%	Aumentar o % quando valor menor 80%	
11	Relação de Funcionários por Leito	6,39	Aumentar percentual em 2%	Terceiro trimestre
	$\frac{\text{Nº total de funcionários na folha de pagamento}}{\text{Soma do nº de leitos em operação no mesmo período}}$			
12	Tempo médio de espera para realização de exame de alto custo	5 dias	Reduzir o tempo 10%	Primeiro Trimestre
13	Taxa de Densidade de Incidência de Infecção do Trato Urinário em pacientes internados	25,87%	Reduzir o Percentual em 40%	Primeiro Trimestre
14	% De altas com encaminhamentos para seguimento na rede, com atendimento marcado por meios do hospital.	60%	Aumentar o percentual em 30%	Primeiro Trimestre

15	% De cirurgias desmarcadas por motivos do hospital ou profissional medico.	3,46%	Reduzir o percentual Em 50%	Primeiro Trimestre
16	% De reuniões do conselho gestor com presença do gerente.	90%	90%	Primeiro Trimestre
17	% de satisfação do cliente na ouvidoria ou serviço de escuta.	90%	Aumentar o percentual de satisfação Em 35%	Primeiro Trimestre
18	% De trabalhadores com participação em programas de educação permanente.	80%	Implantação/execução das ações de educação permanente em saúde. Aumentar o percentual em 15%	Primeiro Trimestre
19	% De usuários internados com presença de acompanhante (em tempo parcial ou integral). Conforme legislações (idoso, criança, parto)	100%	100%	Primeiro Trimestre
20	Tempo médio transcorrido entre a solicitação e a realização de serviços de reparos em equipamentos considerados essenciais.	24h	Diminuir o tempo de espera	
21	% De exames não realizados por falta de material/filmes ou quebra de equipamentos	5%	Reduzir o percentual em 40%	Primeiro Trimestre
22	Taxa de intervalo de substituição de leito	1,26	Diminuir percentual em 30%	Primeiro trimestre
23	% Da redução do tempo médio de espera na emergência	10m. a 1h conforme classificação	Reduzir o tempo de espera 30%	Primeiro Trimestre
24	Número de cirurgias realizadas	1 relatório	Controle e acompanhamento da fila	Primeiro Trimestre
25	% de gestantes acompanhadas com todos os exames recomendados em protocolo	100%	100%	Primeiro Trimestre
26	% de altas de recém-nascidos de risco com encaminhamentos para seguimento na rede, com atendimento marcado através do hospital	100%	100%	Primeiro Trimestre
27	Numero de Protocolos de referência e contra referência elaborados e implementados com o conhecimento da equipe	Quanto forem necessários	Implantar 5% a cada trimestre	Primeiro Trimestre
28	% de respostas da ouvidoria ou serviço de escuta providenciadas em 15 dias ou menos. 23.	100%	Diminuir o tempo de resposta 20%	Primeiro Trimestre
29	% de gestantes que tiveram pedido atendido (pelo hospital) de presença de acompanhante na sala de parto	100%	100%	Primeiro Trimestre
30	% de prontuários auditados com e sem irregularidades	40%	Aumentar o percentual 5%	Primeiro Trimestre
31	% de exames solicitados em desacordo com os protocolos	5%	Diminuir o resultado em 50%	Primeiro Trimestre
32	% de visita pré-anestésica realizada antecipadamente nas cirurgias eletivas	100%	100%	Primeiro Trimestre
33	% de partos proporcional a cesáreas	76,48%	Aumentar o percentual de parto normal em 30%	Primeiro Trimestre
34	N. de familiares abordados para sensibilização de doação de órgãos com indicação de doação	100%	100%	Primeiro Trimestre
35	Número absoluto de Saídas Hospitalares por Município	1 relatório	100%	Primeiro Trimestre
36	Número absoluto de Saídas Hospitalares por especialidades	1 relatório	100%	Primeiro Trimestre
37	Número absoluto de Atendimentos na Emergência por Bairro	1 relatório	100%	Primeiro Trimestre
38	Numero absoluto de internações Hospitalares por CID	1 relatório	100%	Primeiro Trimestre
39	N. de atas de reuniões das comissoes apresentadas	100%	100%	Primeiro Trimestre
40	Número absoluto de Atendimentos Emergência por risco classificado	1 relatório	100%	Primeiro Trimestre

41	Resultado Financeiro dos Últimos 12 Meses	1 relatório	Otimizar os custos em 2% Acompanhar a Otimização de Custos	Primeiro Trimestre
42	% de recursos investido em qualificação da equipe	Plano de ensino voltado a conteúdos do PO	Aumentar investimento em qualificação profissional 5% cada trimestre	Primeiro Trimestre
43	n. de Faturamento hospitalar por procedimento mês	1 relatório	100%	Primeiro Trimestre
44	n. de Faturamento ambulatorial por procedimento mês	1 relatório	Aumentar o número de procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade selecionados para população residente.	Primeiro Trimestre
45	Número de projeto terapêuticos implantados por serviço		Implantar 1 a cada trimestre	Terceiro trimestre

São Bento do Sul .....

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
CPF nº XXXXXXXXX  
Secretário Municipal de Saúde

DIRETOR  
CPF sob nº XXXXXXXX  
Nome da instituição

## PORTARIA Nº 2512/2017

Publicação Nº 1408448

PORTARIA Nº 2512, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores TEODOSIO KACHUBA, MARLON ALVARISTO AUGUSTIN e ADRIANO CUBAS, da Empresa Municipal de Habitação - EMHAB, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial RENAULT/Sandero, placa MIN 9291.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS****PORTARIA IPRESBS Nº348/2017**

Publicação Nº 1407754

**PORTARIA IPRESBS Nº 348/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 11/10/2017 a 08/12/2017, à servidora KATIA BEATRIZ DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 26/09/2017 a 10/10/2017, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/10/2017.

São Bento do Sul, 19/10/2017.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº349/2017**

Publicação Nº 1407755

**PORTARIA IPRESBS Nº 349/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 14/10/2017 a 30/11/2017, a servidora ADRIANE DA SILVA ENGEL ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 25/09/2017 a 27/09/2017 e 02/10/2017 a 13/10/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/10/2017.

São Bento do Sul, 19/10/2017

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº350/2017**

Publicação Nº 1407756

**PORTARIA IPRESBS Nº 350/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/10/2017 a 19/11/2017, a servidora CLAUDIA MARA TURECK MUENCH ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 01/10/2017 a 15/10/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/10/2017.

São Bento do Sul, 19/10/2017

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº351/2017**

Publicação Nº 1407757

**PORTARIA IPRESBS Nº 351/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 10/10/2017 a 31/03/2018, a servidora GLAUCIA CAROLINA DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 15/09/2017 e 26/09/2017 a 09/10/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/10/2017.

São Bento do Sul, 19/10/2017

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº352/2017**

Publicação Nº 1407758

**PORTARIA IPRESBS Nº. 352/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 06/10/2017 a 30/11/2017 concedido a servidora TEREZA SCHULTZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 290/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/10/2017.

São Bento do Sul, 19/10/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº353/2017**

Publicação Nº 1407759

**PORTARIA IPRESBS Nº. 353/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 06/10/2017 a 15/12/2017 concedido a servidora VANESSA BONETT DE ANDRADE ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 240/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/10/2017.

São Bento do Sul, 19/10/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº354/2017**

Publicação Nº 1407761

**PORTARIA IPRESBS Nº 354/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 21/10/2017 a 10/11/2017, a servidora JAQUELINE

SCHOLZ KRIEGER ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 06/10/2017 a 20/10/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/10/2017.

São Bento do Sul, 20/10/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº355/2017**

Publicação Nº 1407762

**PORTARIA IPRESBS Nº 355/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 10/10/2017 a 17/11/2017, a servidora ELIANE ZELIA DOS SANTOS STRADIOTO ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 25/09/2017 a 09/10/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/10/2017.

São Bento do Sul, 20/10/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº356/2017**

Publicação Nº 1407765

**PORTARIA IPRESBS Nº 356/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 07/10/2017 a 20/10/2017, a servidora MONIKA REGINA WIGGERS REDLICH ocupante do cargo de provimento efetivo de Bioquímica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 22/09/2017 a 06/10/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/10/2017.

São Bento do Sul, 20/10/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº357/2017**

Publicação Nº 1407774

**PORTARIA IPRESBS Nº 357/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 15/10/2017 a 01/12/2017, a servidora KARINA RUCKL WELDT ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 20/09/2017 a 22/09/2017 e 03/10/2017 a 14/10/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/10/2017.

São Bento do Sul, 20/10/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº358/2017**

Publicação Nº 1407779

**PORTARIA IPRESBS Nº. 358/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 10/10/2017 a 31/12/2017 concedido a servidora SELMA LEONTINA PLANCA BOTAPOFF ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 282/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/10/2017.

São Bento do Sul, 20/10/2017.  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº359/2017**

Publicação Nº 1407780

**PORTARIA IPRESBS Nº 359/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 24/10/2017 a 07/11/2017, a servidora ANA MARIELI KARACHINSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 09/10/2017 a 23/10/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/10/2017.

São Bento do Sul, 20/10/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº360/2017**

Publicação Nº 1407781

**PORTARIA IPRESBS Nº. 360/2017**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 16/10/2017 a 08/12/2017 concedido ao servidor SERGIO PALOMA PINTO ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Desenhista, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, através da Portaria IPRESBS nº. 310/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/10/2017.

São Bento do Sul, 20/10/2017.  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 34/2017**

Publicação Nº 1408811

**EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

CONCORRÊNCIA Nº. 34/2017. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, HOMOLOGA E ADJUDICA a presente Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, do Tipo Menor Preço Global, para execução de Obra de Saneamento Básico no município de São Bento do Sul, compreendendo coleta de esgotamento sanitário, nas Sub-bacias 1 e 2 do rio São Bento, nos bairros Centro, Schramm, 25 de Julho e Progresso, para a empresa DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA., com o valor total de R\$ 9.497.959,94 (Nove milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

São Bento do Sul, 19 de Outubro de 2017.  
FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 008-2017 - FCSC

Publicação N° 1408927

Estado de Santa Catarina  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2017 - FCSC

Processo Adm. N°. 08/2017 - FCSC

Tipo: Menor Preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS PARA EVENTO ALUSIVO AS COMEMORAÇÕES DE 90 ANOS DE COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.

Contratado: P. I. MALLMANN & CIA LTDA - ME.

Valor: R\$ 14.400,00

Justificativa: Fundamentada no art. 24 inciso V da Lei n.8.666/93.

Vigência: 29/11/2017

SAO CARLOS, 23 de outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

PREFEITO

### AVISO DE LICITAÇÃO 108-2017 - ADM

Publicação N° 1408841

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO N° 108/2017 ADM

Processo ADM. n° 108/2017 - ADM

Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia n° 001/2017 - ADM

Tipo: Menor Preço por Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE CONFORME PROJETO TIPO 2 – PADRÃO FNDE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFÂNCIA.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 08:00 horas – dia 28 de novembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas – dia 28 de novembro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS, 20 de outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

PREFEITO

**PORTARIA 126/2017**

Publicação N° 1407975

**PORTARIA N° 126/2017**

Dispõe sobre a nomeação de Designação de Servidor para a função de Diretor Técnico e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

**"RESOLVE"**

Art. 1º - Fica designada a Senhora ADRIANA WAGNER, servidora efetiva, ocupante do cargo de Médico Ginecologista e Obstetra, com lotação na Secretaria de Saúde com carga horária de 20 horas semanais, a função de Diretor Técnico junto ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º - Serão destinadas, da carga horária da servidora designada, 10 horas mensais para desempenhar as atribuições da função de Diretor Técnico.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 20 de outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.



# São Domingos

## PREFEITURA

### CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO FRH Nº 002 DE 05/10/2017

Publicação Nº 1408736

CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO  
FRH Nº 002 de 05/10/2017.

O Município de São Domingos, com sede na Rua Getúlio Vargas, 750, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.894/0001-08 neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora Elieze Comachio, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Santa Maria, 530 - Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 89.835-000, nesta cidade de São Domingos (SC), inscrito no CPF nº 824.323.259-15 e Carteira de Identidade nº 2.874.243, expedida pela SSP/SC e a Secretária Municipal de Assistência Social, Senhora Francismara Aparecida Mariani, brasileira, separada, residente e domiciliada nesta cidade de São Domingos (SC), inscrita no CPF nº 040.833.989-65, neste ato denominado PERMISSOR de comum acordo com a Senhora Maria de Lourdes Corvalan, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 063.675.329-86 e Carteira de Identidade nº 8.559.023-5, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliada neste Município de São Domingos (SC), doravante denominados, neste instrumento, como PERMISSIONÁRIA, conforme a Lei Federal de nº 8.666, de 21/06/93, atualizada, tendo presentes nos termos do § 3º do artigo 129 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, pelo que promete respeitar e cumprir as cláusulas seguintes:

- Considerando as decisões do Conselho Municipal de Habitação – CMH, em reuniões ordinárias nas atas nº 008/2016, nº 009/2016 e nº 011/2017 que a Sra. Maria de Lourdes Corvalan seria beneficiária de uma unidade habitacional proveniente de recursos próprios do Fundo Rotativo Habitacional e com Lote Urbano;
- Considerando a legislação sobre o assunto;
- Considerando mútuo acordo, conveniência administrativa e ainda razões de interesse público.

O PERMISSOR e os PERMISSIONÁRIOS resolvem celebrar o presente contrato conforme cláusulas e condições abaixo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente contrato é a Permissão de Uso a Título Precário, do seguinte:

- (x) Lote urbano nº 07, localizado na Quadra 02, localizada na Rua: Maria Stella Tonatto, 48 no Loteamento Darci Milani, de propriedade do PERMISSOR, no Distrito da Vila Milani.
- (x) Unidade Habitacional mista com 38,00m² de área construída.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE DO PERMISSOR:

O Município, como PERMISSOR, deverá:

- I - Fiscalizar o uso do imóvel ora permitido sobre a sua correta utilização e proceder a sua competente regulamentação;
- II - Exigir que se cumpra tudo o que foi pactuado na presente permissão;
- III - Entregar o imóvel objeto da presente permissão de uso.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DOS PERMISSIONÁRIOS:

Como a presente permissão é feita de forma gratuita por ambas as partes, os PERMISSIONÁRIOS deverão necessariamente residir no imóvel e em contrapartida é de sua inteira responsabilidade, obedecer aos seguintes requisitos:

- I - Manter um bom relacionamento familiar entre vizinhos;
  - II - Utilizar o imóvel única e exclusivamente para a sua residência, de sua família e de seus dependentes;
  - III - Portar-se decentemente e condignamente, com respeito e decoro, além de manter boa conduta social e profissional;
  - IV - Não manter posse de animais ou aves que causem perturbação ao sossego público, mau cheiro e perigo às pessoas;
  - V - É proibido o porte de arma de qualquer espécie;
  - VI - É terminantemente proibida a venda, cessão, locação ou doação do imóvel a terceiros, sem expressa autorização do Poder Público Municipal, num prazo inferior a 10 (dez) anos;
  - VII - Manter o local em perfeita conservação, limpeza e asseado;
  - VIII - Não executar ampliações ou modificações sem autorização expressa do PERMISSOR, tampouco outra edificação no mesmo imóvel ora permitido o uso;
  - IX - Correm por conta dos PERMISSIONÁRIOS, as taxas referentes ao consumo de água e energia elétrica do imóvel, além de outras taxas que por ventura venham a incidir, inclusive a manutenção dos sistemas internos de abastecimento de água e energia, conservação, limpeza e manutenção do bem permitido;
  - X - Aceitar e cumprir integralmente o estabelecido na forma da Lei, nas normas técnicas e contratuais.
- § 1º A não observância de qualquer requisito desta cláusula, acarretará na imediata rescisão do presente contrato e imediata desocupação do imóvel, sem que caiba ao (à) PERMISSIONÁRIO (A) qualquer direito à indenização.
- § 2º Os requisitos previstos nesta cláusula, são extensivos aos dependentes e qualquer membro do grupo familiar do (a) PERMISSIONÁRIO(A), no que couber.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A aplicação de penalidades e a rescisão das obrigações decorrentes do presente Contrato se processarão de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666, de 21/06/93 atualizada e alterações na legislação, cujos prejuízos devem ser repassados pela parte que os causar, em caso de descumprimento das cláusulas contratuais pactuadas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

- I - O PERMISSOR reserva-se o direito de, a seu critério, e a qualquer momento, vistoriar o local para averiguação de eventuais irregularidades, com comunicação ao (a) PERMISSIONÁRIO (A);
- II – OS PERMISSIONÁRIOS devolverão o imóvel ora permitido, totalmente desocupado, e não sendo isto possível, o PERMISSOR não se responsabiliza pelos bens existentes e deixados no imóvel;
- III – O PERMISSOR não se responsabiliza por qualquer indenização referente a benfeitorias de qualquer espécie edificadas no imóvel ora permitido o uso;
- IV – OS PERMISSIONÁRIOS devem respeitar a legislação municipal de posturas e do meio ambiente;
- V – OS PERMISSIONÁRIOS assumem integral responsabilidade por atos nocivos ao imóvel permitido o uso por qualquer membro de seu grupo familiar;
- VI – O bem permitido ou colocado à disposição dos PERMISSIONÁRIOS se farão mediante a assinatura do presente contrato;
- VII – O presente contrato, em caso de necessidade poderá ser alterado através de Termo Aditivo de Contrato;
- VIII – Nos casos em que os PERMISSIONÁRIOS não sejam proprietários do lote urbano e findo o prazo de 10 (dez) anos estabelecido no inciso VI da Cláusula Quarta deste contrato, este poderão adquirir o imóvel ou renovar a permissão de uso, respeitando a legislação vigente à época;
- IX – Num prazo de 15 (quinze) anos os PERMISSIONÁRIOS não receberão benefício idêntico ou similar ao objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:**

O prazo de vigência do presente Contrato é por tempo determinado, ou seja, 10 (dez) anos, iniciando-se na data de assinatura do presente instrumento, podendo o PERMISSOR, por qualquer motivo, e perante notificação, efetuar a sua rescisão, sem que caiba aos PERMISSIONÁRIOS, qualquer direito e indenização.

E, por estarem assim justos e contratados, as partes firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

São Domingos (SC), 05 de Outubro de 2017.

PERMISSOR:

Prefeita Municipal – Elieze Comachio \_\_\_\_\_

Secretária Municipal de Assistência Social – Francismara Aparecida Mariani \_\_\_\_\_

PERMISSIONÁRIOS:

Maria de Lourdes Corvalan CPF nº 063.675.329-86 \_\_\_\_\_

Assessoria Jurídica – Rudimar Borcioni/OAB 15.411 \_\_\_\_\_

Testemunha 1. \_\_\_\_\_

Testemunha 2. \_\_\_\_\_

**DEC 235 DE 23 10 2017**

Publicação Nº 1408797

DECRETO Nº 235, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre exoneração do Cargo Comissionado ao Servidor Público Municipal e da outras providências .

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada;

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal protocolo nº 1576 de 23 de outubro de 2017, através do qual o servidor Leonardo Gledemir Griss, solicitou exoneração do cargo de Assessor de Secretaria, deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Leonardo Gledemir Griss, do cargo comissionado de Assessor de Secretaria, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 180, de 01 de novembro de 2017.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

**POR 215 DE 29 09 17**

Publicação Nº 1408799

Concede férias aos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR/EMPREGO	CARGO/EMPREGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Sergio Roque Zappani	Operador de Máquinas	11/10/15 a 10/10/16	05	02/10/17 a 06/10/17
Alexsandro Adilio Galetti	Operador de Máquinas	18/12/14 a 17/12/15	15	02/10/17 a 16/10/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de setembro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

**POR 216 DE 06 10 17**

Publicação Nº 1408800

PORTARIA Nº 216, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Estabiliza servidora aprovada em estágio probatório para o serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e pela Lei Complementar 0045, de 06/11/12 atualizada; e:

· Considerando que o Relatório Conclusivo de avaliação de estágio probatório realizado por comissão específica indicou que foi atingida a pontuação mínima exigida;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabilizada no serviço público municipal, em virtude de aprovação no estágio probatório, a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, deste Município de São Domingos, sob o Regime Jurídico Estatutário.:

SERVIDORA	CARGO
Iraides de Freitas	Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o período de estágio probatório não gera direito à estabilidade de permanecer no mesmo, podendo o critério da administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

**POR 217 DE 06 10 17**

Publicação Nº 1408803

PORTARIA Nº 217, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 26 e 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal 1.132 de 11 de novembro de 1998, Lei Complementar nº 045 de 06 de novembro de 2012 atualizada; e Lei Complementar nº 042 de 04 de abril de 2012 atualizada;

· Considerando o requerimento formulado pela servidora, Maria Áurea Hennerick da Costa, protocolo nº 1.485/17 de 25 de setembro de 2017, solicitando prorrogação da licença por motivo de doença em pessoa da família;

· Considerando que, a servidora necessita acompanhar de forma constante seu esposo que se encontra acidentado;

· Considerando a recomendação médica sobre a necessidade de uma pessoa para acompanhar constantemente o esposo da servidora;

· Considerando o Estudo Social elaborado pela Assistente Social recomendando a licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora pública;

· Considerando o Inciso II do §2º do artigo 71 da Lei Complementar 0045 de 06 de novembro de 2012;

· Considerando parecer jurídico sobre a matéria;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorroga a licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora pública municipal Maria Áurea Hennerick da Costa, ocupante dos cargos de Professor PD/D-IV referente as matrículas nº 138 e 1309, por um período de 30 (dias) dias, cujo gozo será a partir do dia 05/10/17.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda designada

**POR 219 DE 13 10 17**

Publicação N° 1408805

PORTARIA N° 219, DE 13 OUTUBRO DE 2017.

Concede férias a empregada pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado no Setor de Pessoal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a empregada pública municipal, conforme segue:

EMPREGADO	EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Rozelaine Turmina Negretti	Psicóloga	09/08/16 a 08/08/17	09	14/10/17 a 22/10/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de outubro de 2017

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

**POR 220 DE 15 10 17**

Publicação N° 1408806

PORTARIA N° 220, DE 15 OUTUBRO DE 2017.

Concede férias ao servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado no Setor de Pessoal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
José Carlos Dal Pont	Motorista	13/03/15 a 12/03/16	30	15/10/17 a 13/11/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

**POR 222 DE 17 09 17**

Publicação Nº 1408807

PORTARIA Nº 222, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede férias ao servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR/EMPREGO	CARGO/EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Alexsandro Adilio Galetti	Operador de Máquinas	18/12/14 a 17/12/15	04	17/10/17 a 20/10/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

**POR 223 DE 23 10 17**

Publicação Nº 1408808

PORTARIA Nº 223, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede férias a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR/EMPREGO	CARGO/EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Vinicius Meotti Woiciechoski	Coordenador de Programa	02/09/16 a 01/09/17	15	23/10/17 a 06/11/17
Renata dos Santos Fabris	Auxiliar de Serviços Gerais	27/06/16 a 26/06/17	05	26/10/17 a 30/10/17
Zorilde Chimello Pin	Auxiliar Administrativo	01/03/15 a 15/04/16	07	23/10/17 a 29/10/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.710/2017

Publicação Nº 1408008

DECRETO Nº 2.710, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 59, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 748, de 9 de julho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, os seguintes membros:

I – representantes das Organizações Governamentais:

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania:

1. Titular: Luiz Arnaldo Martins;
2. Suplente: Silvana Maria Corrêa.

b) Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

1. Titular: Gizelle Margaret Würz;
2. Suplente: Gabriel Daniel Conorath.

c) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração:

1. Titular: Fernanda Truppel Schmidt;
2. Suplente: Horácio Henrique de Oliveira Schowchow.

d) Secretaria Municipal de Atendimento ao Cidadão:

1. Titular: Geovan Leandro Baumgratz;
2. Suplente: Paulo Sérgio Bertolazzi.

e) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

1. Titular: Clóvis Matias de Souza;
2. Suplente: Jorge Luiz Macedo.

II – representantes das Organizações Não-governamentais:

a) AAPSFTRANS - Associação de Aposentados e Pensionistas de São Francisco do Sul:

1. Titular: Paulo Afonso da Silva;
2. Suplente: Eulália de Oliveira.

b) União Francisquense de Engenheiros e Arquitetos - UFEA:

1. Titular: Clarisse de Carvalho Eggert;
2. Suplente: Raphael Urresta.

c) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB:

Titular: Isys Silva de Camargo;  
Suplente: Thaynara Delmondes Nogueira.

d) OGMO – Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso de São Francisco do Sul:

1. Titular: Nadian Lasala de Almeida;
2. Suplente: Hugo Raposo.

e) ACISFS – Associação Empresarial de São Francisco do Sul:

1. Titular: Douglas Gonçalves;
2. Suplente: Stephane Kuhl Silva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 20 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

### DECRETO Nº 2.711/2017

Publicação Nº 1408039

DECRETO Nº 2.711, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

INSTITUI A COMISSÃO DE VERÃO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 59, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Verão com a finalidade de organizar e fiscalizar as atividades da Temporada de Veraneio 2017/2018.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão de Verão os seguintes membros:

I – Gabriel Daniel Conorath;

II – Maurício Miranda Flor;

III – Juliani Possamai;

IV – Carolina Carvalho Magaton Andrete;

V - Juliani de Barros.

Parágrafo único. A Presidência da Comissão de Verão será exercida pelo membro nomeado no inciso I, deste artigo, e substituído, caso necessário, pelo membro nomeado no inciso II, deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 23 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 2.712/2017**

Publicação Nº 1408041

DECRETO Nº 2.712, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.  
INSTITUI A COMISSÃO PARA CRIAÇÃO DA TAXA DE PREVENÇÃO AMBIENTAL - TPA.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 59, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída Comissão com a finalidade de elaborar estudos que possibilitem a criação da Taxa de Prevenção Ambiental – TPA.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a presente Comissão os seguintes membros:

I – Gabriel Daniel Conorath;

II – Rafael Cortês de Carvalho Gorne;

III – Juliani de Barros;

IV – Márcio José Pereira Lima;

V – Jackson Portella de Lima.

Parágrafo único. A Presidência desta Comissão será exercida pelo membro nomeado no inciso I, deste artigo, e substituído, caso necessário, pelo membro nomeado no inciso II, deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 23 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

# São João Batista

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2017 PREGÃO PRESENCIAL 107/2017

Publicação Nº 1407882

#### RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2017 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2017

No dia 23 do mês de outubro do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 23/10/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GRAMA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço.

As licitantes registradas para o fornecimento de grama são:

EVANDRO FLORENCIO DA SILVA

CNPJ nº 17.365.315/0001-35

Itens: 01

Valor total homologado ao licitante: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas

quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em no máximo 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 23 de outubro de 2017 – Roseli Peixer Tomasini– Secretária de Educação

### PROCESSO LICITATÓRIO 049/FMS/2017 - TOMADA DE PREÇOS 06/2017

Publicação Nº 1408218

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 049/FMS/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 006/FMS/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, Centro, São João Batista (SC), de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Ademir José Rover, Secretário da Saúde, torna público que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS nº 006/FMS/2017 para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE RIBANCEIRA DO SUL, NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL VILLA NICOLODI, RUA PROJETADA "A", COM ÁREA DE 308,75 METROS QUADRADOS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Entrega dos envelopes: 8h45min do dia 13/11/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 13/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo telefone: (48) 3265-0195, ramal: 206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 23 de outubro de 2017. Ademir José Rover - Secretário de Saúde

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/PMSJB/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/PMSJB/2017

Publicação Nº 1408103

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 155/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 155/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 115/PMSJB/2017 – SRP, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO BTI DESTINADO A SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 14/11/2017. Abertura dos envelopes: 09h00min do dia 14/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 214/206, ou pelos e-mails: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita02@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita02@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 08h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h em dias úteis. São João Batista, 23 de outubro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/PMSJB/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/PMSJB/2017**

Publicação Nº 1408295

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 156/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 156/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 116/PMSJB/2017, para o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PERSIANAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 16/11/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 16/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita02@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita02@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 23 de outubro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA DO PROCESSO LICITATÓRIO 35/2017

Publicação Nº 1408471

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA DO PROCESSO LICITATÓRIO 35/2017

ORIGEM: Pregão Presencial nº 21/2017

OBJETO: "Aquisição de medicamentos necessários à demanda dos pacientes na farmácia do Município de São João do Oeste."

São João do Oeste – 23 de Outubro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 169/2017

Publicação Nº 1408308

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 169/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Wilson Thomé- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 34/2017

OBJETO: "Aquisição de um poste padrão de energia em caráter de emergência."

VALOR: R\$ 2.110,00

PRAZO: 17.10.2017 até 18.10.2017

São João do Oeste – 17 de Outubro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### PP 116.17 PEÇAS E SERVIÇOS MANUTENÇÃO DE VEÍCULO

Publicação Nº 1408679

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0170/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0116/2017 – exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para manutenção do veículo Saveiro MHD-2907 do Setor de Urbanismo do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 07 de novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 07 de novembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 24 de outubro de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

### PP 117.17 AQUISIÇÃO DE GRADES DE FERRO

Publicação Nº 1408682

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0171/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0117/2017 – exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços para eventual aquisição conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de Grades de Ferro para boca de lobo, destinadas para colocação/reposição nas ruas do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 07 de novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 07 de novembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 24 de outubro de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

### PP 118.17 PARQUES INFANTIS

Publicação Nº 1408784

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0172/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0118/2017 – exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços para eventual aquisição conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição e instalação de parques infantis em madeira itauba a serem instalados na praça municipal e no poliesportivo do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 08 de novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 08 de novembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 24 de outubro de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

# São João do Sul

## PREFEITURA

### PROCESSO 50-2017

Publicação Nº 1408556

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada para locação de sonorização, iluminação, palco e pirâmides tipo tenda, para uso na realização da I Feira da Agricultura Familiar, dentro do evento IV São João de Natal e Comemoração do 56º aniversário política do Município de São João do Sul, nos dias 17 a 20 de dezembro de 2017, obedecendo as especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições e preços máximos constantes Termo de Referência (Anexo I).

Tipo de julgamento: menor valor global.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002; Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016; subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 13h30min do dia 08 de novembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 13h45min do dia 08 de novembro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC, sito à Av. Nereu Ramos, 50, Centro de São João do Sul-SC. No Horário das 08h00min as 12h00min e das 13h30min a 17h30min de segunda a sexta-feira e a partir do dia 06/11/2017 das 13h00 as 19h00 ou pelo telefone (48) 3539-0113.

São João do Sul-SC, 23 de outubro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

### PROCESSO 51-2017

Publicação Nº 1408812

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento do material britado para manutenção das rodovias municipais SJS 222 e SJS 350, obedecendo as especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições e preços máximos constantes Termo de Referência (Anexo I).

Tipo de julgamento: menor valor unitário.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002; Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016; subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 15h30min do dia 08 de novembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 15h45min do dia 08 de novembro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC, sito à Av. Nereu Ramos, 50, Centro de São João do Sul-SC. No Horário das 08h00min as 12h00min e das 13h30min a 17h30min de segunda a sexta-feira e a partir do dia 06/11/2017 das 13h00 as 19h00 ou pelo telefone (48) 3539-0113.

São João do Sul-SC, 23 de outubro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 363/2017

Publicação Nº 1407827

DECRET O Nº 363/2017

“QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO VERIFICADO ATÉ ESTA DATA, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(31)3.3.90.00.00.00.00.2.009-0033 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP ..... 120.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 120.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até esta data na fonte de recursos Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP..

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 17 de Outubro de 2017.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 364/2017

Publicação Nº 1407830

DECRET O Nº 365/2017

“QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016”

120 Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(77)3.1.71.00.00.00.00.2.061-0210 Recursos Ordinários ..... 4.660,12

(79)4.4.71.00.00.00.00.2.061-0210 Recursos Ordinários ..... 80,70

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 4.740,82

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Outubro de 2017.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.



**DECRETO Nº 365/2017**

Publicação Nº 1407833

DECRET O Nº 365/2017

“QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016”

120 Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(77)3.1.71.00.00.00.00.2.061-0210 Recursos Ordinários ..... 4.660,12

(79)4.4.71.00.00.00.00.2.061-0210 Recursos Ordinários ..... 80,70

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 4.740,82

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Outubro de 2017.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 366/2017**

Publicação Nº 1407835

DECRETO Nº 366/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Art. 53, fica concedido PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO SUPERIOR ESPECÍFICA a seguinte funcionária – ALINE CANDIDO ANSELMO de Professor I Plena Nível B1 com vencimentos R\$ 1.375,99 para Professor II Pós Nível B1 com vencimentos R\$ 1.472,79.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Outubro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 19 de Outubro de 2017.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 367/2017**

Publicação Nº 1408456

DECRETO Nº 367/2017

“QUE CONCEDE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, no dia 03/11/2017 (Sexta-Feira) em virtude do Feriado de Finados, voltando ao expediente normal no dia 06/11/2017 (Segunda-feira).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 03/11/2017, ficando revogadas as

disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 368/2017

Publicação Nº 1408458

DECRET O Nº 368/2017

“QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO  
03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
(74)4.4.90.00.00.00.00.1.019-0601 Recursos Ordinários ..... 29.012,72  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 29.012,72

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 369/2017

Publicação Nº 1408460

DECRET O Nº 369/2017

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO À  
FUNCIONÁRIA GISLAINE POLLI FARIAS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - GISLAINE POLLI FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 139/2014, de 11/06/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 370/2017**

Publicação Nº 1408535

DECRET O Nº 370/2017

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – PODER EXECUTIVO

03.01 – GABINETE DO PREFEITO

(75)3.1.90.00.00.00.00.2.002-0210 Recursos Ordinários ..... 90.000,00

03 – PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(76)3.1.90.00.00.00.00.2.009-0210 Recursos Ordinários .....100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 190.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 371/2017**

Publicação Nº 1408538

DECRET O Nº 371/2017

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Créditos para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

(32)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0601 Recursos Ordinários ..... 95.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 95.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4.506/2017**

Publicação Nº 1407839

LEI Nº 4.506/2017

"ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, EM UMA DOTAÇÃO DE CRÉDITO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DA LEI 4.466/2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016"

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional especial na seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO  
03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS  
Atividade 2.046 MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR  
(72)3.3.30.00.00.00.00-3072 Convênio de Trânsito Militar ..... 72.437,84  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 72.437,84

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 72.437,84 (Setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos), para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO  
03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS  
Atividade 2.046 MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR  
(72)3.3.30.00.00.00.00-3072 Convênio de Trânsito Militar ..... 72.437,84  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 72.437,84

Art. 3º - O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de recursos Convênio de Trânsito – Militar.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 4.507/2017**

Publicação Nº 1407840

LEI Nº 4.507/2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016"

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional especial na seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO  
03.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto 1.014 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA NO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO  
(75)4.4.90.00.00.00.00-0601 Recursos Ordinários ..... 75.137,98  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 75.137,98

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 75.137,98 (Setenta e Cinco Mil, Cento e Trinta e Sete Reais e Noventa e Oito Centavos), para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO  
03.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto 1.014 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA NO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO  
(75)4.4.90.00.00.00.00-0601 Recursos Ordinários ..... 75.137,98

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 75.137,98

Art. 3º - O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Outubro de 2017.

GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

## LEI Nº 4.508/2017

Publicação Nº 1407841

LEI Nº 4.508/2017

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LDO 2017 PARA O FUNDO  
MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à alteração pela inclusão de metas financeiras na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017, Lei 4.449, de 18 de novembro de 2016, na ação e pelo valor abaixo mencionado:

ORGÃO	03	PODER EXECUTIVO
UNIDADE	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROGRAMA	10	SÃO JOAQUIM COM MAIS SAÚDE
AÇÃO	1.014	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA NO SISTEMA DE ESGO- TAMENTO SANITÁRIO
SUB-FUNÇÃO	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
Valor Global	R\$ 75.137,98	

Art. 2º - O valor pela inclusão da meta acima mencionada será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Outubro de 2017.

GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

## LEI Nº 4.509/2017

Publicação Nº 1407843

LEI Nº 4.509/2017

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2014-2017 PELA INCLUSÃO DE UMA NOVA AÇÃO”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à alteração pela inclusão no anexo de metas de ações do Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei Nº 4.193, de 14 de janeiro de 2014 de uma nova Ação.

Art. 2º - Fica incluso no PPA Quadriênio 2014-2017 a seguinte ação:

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO  
UNIDADE: 03.04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
PROGRAMA: 0002 – EDUCAÇÃO EM AÇÃO

AÇÃO: 2.062 – PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARIANENSE- PROGRAMA EDUCAÇÃO MUNICIPAL  
SUBFUNÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL

Valor Global ..... 4.029,30

Art. 3º - A nova ação incluída no PPA 2014-2017, correrá por conta de recursos provenientes pela utilização do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

## LEI Nº 4.510/2017

Publicação Nº 1407845

LEI Nº 4.510/2017

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LDO 2017 E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LOA 2017 PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à alteração e inclusão de metas financeiras na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017, Lei 4.449, de 18 de novembro de 2016, como segue:

ORGÃO	03	PODER EXECUTIVO
UNIDADE	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PROGRAMA	2	EDUCAÇÃO EM AÇÃO
AÇÃO	2.062	PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARIANENSE- PROGRAMA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
SUB-FUNÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.029,30 (quatro mil, vinte e nove reais e trinta centavos), no orçamento (LOA) 2017, conforme Lei nº 4.450, de 18/11/2016, para novos itens orçamentários, como segue:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		
PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARIANENSE- PROGRAMA EDUCAÇÃO MUNICIPAL		
12.361.0002-2.062		
3.1.71.00.00.00.00.00.0651 (68)	Recursos Ordinários	3.649,59
3.3.71.00.00.00.00.00.0651 (69)	Recursos Ordinários	296,37
4.4.71.00.00.00.00.00.0651 (70)	Recursos Ordinários	83,34
Total		4.029,30

Art. 3º - O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº 555/2017**

Publicação Nº 1407836

PORTARIANº 555/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – DAIANE NUNES DA ROSA, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, a contar do dia 09/10/2017 e o retorno de acordo com o INSS. – RITA DE CÁSSIA BORGES, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 10/10/2017. – ANA PAULA VIEIRA DA ROSA, ocupante do Cargo Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, a contar do dia 16/10/2017. – CLEO RODRIGUE NEZI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 16/10/2017, para tratamento de saúde de seu filho. – CRISTIANE RIBEIRO SOUZA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 17/10/2017. – ANDREIA APARECIDA SANTOS DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 17/10/2017. – IVONE RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 17/10/2017. – SIMONI LIMA RIBEIRO PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora – 50 horas, por 01 (um) dia, no dia 17/10/2017. – RINARA SOUZA TEODORO, ocupante da Função de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 18/10/2017. – MICHAEL WILLIAN DA ROSA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 18/10/2017. – SUZANA NAZARE ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 18/10/2017. – EDNA SOLOI DA ROSA AZI, ocupante do Cargo Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 18/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 556/2017**

Publicação Nº 1407837

PORTARIANº 556/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao funcionário: - ENEVALDO PINTO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Pintor, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/10/2017 à 31/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02 de Outubro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 557/2017**

Publicação Nº 1407838

PORTARIANº 557/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – FERNANDA ABADIA F. MARTINS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 10/10/2017. – MARIZABEL APª. BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 07 (sete) dias, a contar do dia 12/10/2017, para tratamento de saúde de seu esposo. – JULIANO RIBEIRO ZANELLA, ocupante do Cargo Encanador, por 07 (sete) dias, a contar do dia 16/10/2017. – RAFAELA FERREIRA MATTOS, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 16/10/2017. – STEFANI

SILVA BARBOSA, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 16/10/2017. – FLAVIANA SILVEIRA ESTEVES EHING, ocupante do Cargo de Professora – 10 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 16/10/2017, para tratamento de saúde de seu filho. – DANIELA DAS GRAÇAS ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 17/10/2017. – ADRIANA PORTO VELHO LOPES, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 17/10/2017. – MARIZA NUNES OLIVEIRA, ocupante da Função de Psicóloga, por 01 (um) dia, no dia 17/10/2017. – JANAINA BORGES HABTZREUTER, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 18/10/2017. – ELIZETE HUGEN NUNES, ocupante da Função de Agente de Saúde, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 18/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 19 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA N° 558/2017

Publicação N° 1408464

PORTARIANº 558/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ANA PAULA VIEIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 18/10/2017. – GIULIAN AMARAL PORTO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 18/10/2017. – VANUSA APª PINTO, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 18/10/2017. – VANESSA APª. VIEIRA DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 19/10/2017. – JAIR JOSÉ DIAS, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 19/10/2017. – CLEUSA APª. PEREIRA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 19/10/2017. – FRANCIONI OLIVEIRA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 19/10/2017. – VERONICA RODRIGUES BORGES, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 19/10/2017. – GISELA MENDONÇA GOULART, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 20/10/2017. – SAMIRA MACEDO ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 20/10/2017. – JUÇARA DE FATIMA PEREIRA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, do dia 20/10/2017. – ANDREIA APARECIDA SANTOS DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, do dia 20/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Outubro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PROCESSO 23/2017 FMAS

Publicação N° 1408334

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo N° 23/2017

Pregão Presencial N° 03/2017 – Registro de Preços

Objeto: Aquisição de violões clássicos para aulas de violão no CRAS através do grupo de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Tipo: Menor preço por item

Abertura: 13/11/2017 – 13h30min

Valor estimado: R\$ 3.320,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456  
São Joaquim, 23 de outubro de 2017

Departamento de Compras

# São José

## PREFEITURA

### ACORDO DE COOPERACAÇÃO

Publicação Nº 1408340

ACORDO DE COOPERACAÇÃO, que entre si celebram a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de Tv e RTV ("EAD"). OBJETO: O Acordo tem por objeto a conjugação de esforços das instituições signatárias, na intenção de promover ações coordenadas de informação, sensibilização e preparo da população de São José para o processo de transição ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), estabelecendo e disciplinando a responsabilidade de cada partícipe. VIGÊNCIA: doze meses a contar da data de assinatura. LOCAL E DATA: São José, SC, 02 de outubro de 2017. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, pela Prefeitura do Município de São José e Antonio Carlos Martelleto, pela Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de Tv e RTV ("EAD").

### ACÓRDÃO Nº 29/2017

Publicação Nº 1408826

RECURSO VOLUNTÁRIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.996/2017

RECORRENTE: ALMIR JOSÉ PILON

INTERESSADA: EDINÉIA CRISTIANI PEDROTTI

OBJETO: ISENÇÃO TRIBUTÁRIA EM ITBI

CONSELHEIRO RELATOR: TADEU PEDRO VIEIRA

CONSELHEIRO DESIGNADO REDATOR PARA O ACÓRDÃO: MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA

ACÓRDÃO Nº 29/2017

#### RELATÓRIO:

Trata-se de análise de recurso administrativo interposto pelo ex-companheiro da interessada, cujo escopo é a reforma da decisão de primeira instância que negou o pedido de isenção do ITBI.

Em 19/04/2017, a interessada ingressou com pedido de isenção da cobrança de ITBI, referente a um imóvel resultante do processo de "dissolução de União Estável com Partilha Amigável", conforme consta na Escritura Pública de Dissolução de União Estável com partilha Amigável às fls. 6 e 7 do processo em tela.

O Secretário da Receita manifestou-se pela cobrança ITBI no valor de R\$ 1.723,55, alegou que houve permuta, pois entendeu que foi uma operação onerosa, conforme despacho à fl. 16.

Ato contínuo, o ex-companheiro da interessada, não concordando com a decisão da Secretaria da Receita, protocolou pedido de reconsideração às fls. 19 a 28.

Alegou que, conforme consta na escritura pública juntada ao processo, a operação não é considerada onerosa, pois é resultante da partilha e foi de forma igualitária.

Juntou várias decisões dos tribunais que solidificam seu pedido de reconsideração.

Diante dos argumentos da parte interessada, a Secretaria de Receita manifestou-se, desta vez, com detalhes das condições da partilha, retiradas da escritura colada a estes autos, mantendo seu posicionamento de indeferir o pleito da requerente.

Inconformada da decisão, o ex-companheiro da interessada interpôs seu recurso voluntário, às fls. 37 a 44, reiterando a defesa de que atende aos requisitos legais para ser beneficiada pela isenção do ITBI no Município de São José.

Com isto a Secretaria da Receita encaminhou para este Conselho Municipal de Contribuintes para que se manifeste.

Subiram os autos, o ilustre representante da Fazenda, manifestou-se, aduzindo, preliminarmente, a ilegitimidade recursal da parte recorrente e, no mérito, a rejeição do recurso interposto.

O recorrente apresentou procuração, na qual a parte requerente, Sra. Edinéia, outorgou poderes ao seu ex-companheiro para representá-la nestes autos.

É o relatório.

#### VOTO VENCEDOR:

1. Pedindo escusas aos que pensam de forma diversa, entendo ser necessário o enfrentamento da preliminar de ilegitimidade recursal levantada pelo representante da Fazenda Pública municipal em sua manifestação de fls. 46/48.

Como se pode verificar, a autora do requerimento autuado como Processo Administrativo nº 10.996/2017 foi a Sra. Edinéia Cristiani Pedrotti, conforme pode ser identificado à fl. 02 destes autos.

No entanto, quem veio a manifestar sua irrisignação na presente via recursal foi o seu ex-companheiro, Sr. Almir José Pilon (fl. 37).

Entendo que o recorrente não poderia vir aos autos para interpor recurso em nome de sua ex-companheira.

No meu sentir, a apresentação de mera procuração para representar a sua ex-companheira em via administrativa não autoriza o requerente a pleitear quaisquer direitos dela como se fossem seus.

Afasto a alegação de que a legitimidade recursal do recorrente estaria prevista tacitamente na escritura pública de dissolução da união estável que integravam. Muito embora consta da referida escritura que as despesas atinentes às transferências de bens e direitos decorrentes daquela dissolução restariam às expensas do recorrente, é notório o princípio de que as convenções entre particulares não podem ser aduzidas em face da Fazenda Pública no sentido de modificar o sujeito passivo das obrigações tributárias, nos termos do artigo 29 do Código Tributário Municipal.

Logo, entende que há vício processual insanável que impede o conhecimento do presente recurso voluntário, ante a ausência de legitimidade recursal da parte recorrente.

2. De outra banda, verifica-se a existência de vício processual atinente à ausência de regular intimação da parte requerente, a Sra. Edinéia Cristiani Pedrotti, acerca da decisão de primeira instância, o qual deve ser sanado, que indeferiu o seu pedido.

3. Por tais motivos, com as escusas dos entendimentos diversos, voto pelo não conhecimento do recurso voluntário interposto, devendo os autos serem remetidos à Secretaria da Receita para intimação da parte requerente, a Sra. Edinéia Cristiani Pedrotti, acerca da decisão de primeira instância.

É como voto.

São José, 11 de outubro de 2017.

Mário Antônio Vieira

Conselheiro designado Redator para o Acórdão

#### DECISÃO FINAL

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 10.996/2017:

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 286ª Sessão, em, por maioria, pelo NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO interposto, devendo os autos serem remetidos à Secretaria da Receita para intimação da parte requerente, a Sra. Edinéia Cristiani Pedrotti, acerca da decisão de primeira instância. Vencido o Conselheiro Relator, Sr. Tadeu Pedro Vieira, foi designado o Conselheiro Mário Antônio Vieira para redigir o acórdão.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Sr. Conselheiro Relator, os Conselheiros Sr. Mário Antônio Vieira, Sr. Valmor dos Santos Júnior e Sra. Nadir Terezinha Koerich.

Estiveram presentes à sessão de julgamento e fizeram uso da palavra o Sr. Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos, na qualidade de representante da Fazenda Pública, e o recorrente, Sr. Almir José Pilon.

São José, 11 de outubro de 2017.

Júnior Spies

Conselheiro Presidente

Tadeu Pedro Vieira	Mário Antônio Vieira
Conselheiro Relator	Conselheiro designado redator para o acórdão
Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos	Graziela Besen Petry Mariot
Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	Secretária-Geral

#### DECRETO Nº 8773/2017

Publicação Nº 1408314

DECRETO Nº 8773/2017

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2015;

DECRETA:

Art.1º - Ficam admitidos, os seguinte servidores contratados por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária	Lotação
I	JACKSON MAYR LOZ DE MELO	Motorista	40 horas	Secretaria de Assistência Social
II	RICARDO TEIXEIRA LEITE	Motorista	40 horas	Secretaria de Assistência Social
III	MARCELO LOPES DA SILVA	Motorista	40 horas	Secretaria de Assistência Social
IV	LEOMAR DAVID SCHOTTEN	Motorista	40 horas	Secretaria de Assistência Social
V	RAMON SARTOR DA SILVA	Motorista	40 horas	Secretaria de Assistência Social
VI	MATHEUS OURIQUES ALEXANDRE	Motorista	40 horas	Secretaria de Segurança, Defesa Civil e Trânsito
VII	CARLA LUCIANE KRAEMER	Motorista (Categoria C)	40 horas	Secretaria de Assistência Social

VIII	MARCOS ANDRÉ LAMEGO	Motorista (Categoria C)	40 horas	Secretaria de Assistência Social
------	---------------------	-------------------------	----------	----------------------------------

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## DECRETO N° 8776/2017

Publicação N° 1408350

DECRETO N° 8776/2017  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensadas, a pedido, as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ALESSANDRA SIMOES TRINDADE	Professor-M	02/10/2017
SANDRA REGINA DE MACEDO MOREIRA	Auxiliar de Ensino	02/10/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/10/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

## DECRETO N° 8777/2017

Publicação N° 1408352

DECRETO N° 8777/2017  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
MARIA BERNADETE DE SOUSA	Professor-H	02/10/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/10/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 8778/2017**

Publicação Nº 1408353

DECRETO Nº 8778/2017  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica exonerado, a pedido, o servidor GLAUCO ANTONIO SCHUCH, matrícula nº 21647-0, concursado, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 20 horas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal Santa Ana.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/10/2017.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 8779/2017**

Publicação Nº 1408354

DECRETO Nº 8779/2017  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a servidora MARIA ALBERTINA FRIGO FURTADO, matrícula nº 21654-2, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 18 horas aulas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal Jardim Solemar.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/10/2017.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 8780/2017**

Publicação Nº 1408356

DECRETO Nº 8780/2017  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a servidora EMANUELLE ROSA DE ANDRADE QUANDT, matrícula nº 13997-1, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Orientadora Educacional, com uma carga horária semanal correspondente a 20 horas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal Antônio Francisco Machado.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/10/2017.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.



Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 8781/2017

Publicação Nº 1408358

DECRETO Nº 8781/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08/09/2015;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandado de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
MARIA APARECIDA ANTUNES PEREIRA	Auxiliar de Sala	09/10/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 09/10/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 8782/2017

Publicação Nº 1408342

DECRETO Nº 8782/2017

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2016, datado de 30 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2017 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
GIZIANE SIGALES LUMERTZ	Professor-H	31 Horas Aulas	02/10/2017
JAINE SOUZA DOS SANTOS	Professor-H	28 Horas Aulas	02/10/2017
RAQUEL MARIA RODRIGUES	Professor-M	40 Horas	02/10/2017
SANDRA MARTINS FROES BENTO	Auxiliar de Ensino	40 Horas	02/10/2017

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/10/2017.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 8783/2017

Publicação Nº 1408345

DECRETO Nº 8783/2017

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2016, datado de 30 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2017 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANA MARIA NEVES FAUST	Professor-M	20 Horas	09/10/2017
ANA PAULA DO NASCIMENTO	Auxiliar de Ensino	40 Horas	09/10/2017
FABIULA ADRIANA MOCELINI FOGAÇA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	09/10/2017
SANDRA FARIAS PEREIRA BARBOSA	Professor-M	20 Horas	09/10/2017

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/10/2017.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 8784/2017

Publicação Nº 1408348

DECRETO Nº 8784/2017

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2016, datado de 30 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2017 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
IONE MARIA BITTENCOURT MARTINS	Auxiliar de Ensino	30 Horas	10/10/2017

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 10/10/2017.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 8786/2017**

Publicação Nº 1408359

DECRETO Nº 8786/2017  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a servidora CARLA APARECIDA BERNARDO, matrícula nº 21626-7, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 20 horas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal Luar.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 10/10/2017.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 8787/2017**

Publicação Nº 1408360

DECRETO Nº 8787/2017  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a servidora MARIA DE FATIMA SILVA DOS PASSOS, matrícula nº 21730-1, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Ensino, com uma carga horária semanal correspondente a 20 horas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal Maria Hortência Pereira Furtado.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 10/10/2017.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 8788/2017**

Publicação Nº 1408362

DECRETO Nº 8788/2017  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a servidora CARMELINA CIRIMBELLI BITTENCOURT, matrícula nº 13791-0, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 20 horas, com exercício de suas funções junto

aEscola Profissional do Bairro Bela Vista.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 11/10/2017.

Art.3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 8795/2017

Publicação Nº 1408817

DECRETO Nº 8795/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.054 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ

1176 – 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias – Civil,

Recursos Próprios ..... R\$ 20.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 20.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.054 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ

1177 – 3.3.90.30.00.00.0080 –Material de Consumo,

Recursos Próprios ..... R\$ 20.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 20.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 20.000,00

Total da Anulação ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

**DECRETO Nº 8804/2017**

Publicação Nº 1408820

DECRETO Nº 8804/2017

REGULAMENTA A LEI Nº 5.633, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017 E CRIA E DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a sanção da Lei nº 5.633, de 20 de outubro de 2017, que Institui o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais Voltadas à Saúde no Município de São José;

Considerando a necessidade de nomeação de comissão especial de qualificação de organizações sociais;

Considerando a Lei Federal 9.637, de 15 de maio de 1998, que Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos que menciona a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências;

Considerando a necessidade de regulamentação da Lei nº 5.633, de 20 de outubro de 2017, conforme artigo 26;

Considerando o disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º. A contratação de Organização Social para atividades voltadas à área da saúde no âmbito do Município de São José será feita conforme previsto no artigo 24, inciso XXIV da Lei nº 8.666/1993.

Art. 2º Fica criada a Comissão Especial de Qualificação de Organização Social no Município de São José, que será composta por servidores municipais, conforme disposto no artigo 2º, inciso III da Lei 5.633, de 20 de outubro de 2017.

Art. 3º. As atribuições e competências da Comissão Especial de Qualificação de Organização Social no Município de São José estão previstas na Lei nº 5.633, de 20 de outubro de 2017.

Art. 4º. Nos termos estabelecidos no Art. 2º designa-se os servidores abaixo indicados:

I – Juliano Manoel Coelho – Matrícula nº 19507-3 – Médico;

II – Sabrina da Silva de Souza – Matrícula nº 14996-9 – Enfermeira;

III – Daniela Eder Silva – Matrícula nº 23042-1 – Enfermeira;

IV – Leonardo Wiethorn Rodrigues – Matrícula nº 41751-3 – Diretor Geral da Secretaria Municipal da Saúde;

V – Gustavo Duarte do Valle Pereira - Matrícula nº 23120-7 – Controlador Geral do Município;

VI – Susi Babi – Matrícula nº 427988-3 – Assessora Técnica Jurídica.

Parágrafo único. Fica designado o servidor Leonardo Wiethorn Rodrigues como Presidente da referida comissão.

Art. 5º. Os membros Comissão Especial de Qualificação de Organização Social no Município de São José se reunirão sempre que houver a necessidade de analisar a qualificação de organização social em projeto de interesse do Município de São José.

Art. 6º. Esta comissão não será remunerada.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José/SC, 23 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**EDITAL 001/2017/SCC**

Publicação Nº 1408761

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DA CASA CIVIL

EDITAL 001/2017/SCC – Proc. Adm. 10283/2017. Objeto: CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, PARA FUTURA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO A SER DEFINIDO, OPORTUNAMENTE, PARA EFEITO DE GESTÃO DE TODOS OS SERVIÇOS INERENTES AO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS DE FORQUILHINHA. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 09h30min do dia 24 de novembro de 2017, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 10h00min do dia 24 de novembro de 2017, NA Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://www.pmsj.sc.gov.br>.

**LEI N.º 5.634 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408832

ALTERA A EMENTA E DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 3.034 DE 1997, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A SOCIEDADE ESPÍRITA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL TERESA DE JESUS – LAR DOS VELHINHOS DE ZULMA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação da ementa da Lei Ordinária nº 3.034, de 01 de julho de 1997, que passa a vigorar com o seguinte teor: "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA TEREZA DE JESUS".

Art. 2º. Fica alterada a redação do artigo 1º, da Lei Ordinária nº 3.034, de 01 de julho de 1997, que passa a vigorar com o seguinte teor: "Art. 1º. A Lei nº 417, de 05 de novembro de 1960, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Lar dos Velhinhos de Zulma, passa a declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA TEREZA DE JESUS, em decorrência de alteração de sua denominação em seu estatuto, entidade esta situada à Rua Irineu Bornhausen, nº 119, Campinas, neste município, inscrita no CNPJ 83.903.096/0001-25, registrada no Cartório de Títulos e Documentos do Município e Comarca de São José/SC, sob o termo de Registro nº 11036/Livro A-59, fls. 136, protocolo nº 179816, em 09 de junho de 2017, e declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 621 de 13 de dezembro de 1960. "

Art. 3º. À Entidade qualificada no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e garantias da Legislação em vigor.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## **LEI N.º 5.635 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408828

DENOMINA DE RUA MARIA JOCELINA RODRIGUES DA SILVA VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO FAZENDA SANTO ANTÔNIO, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de RUA MARIA JOCELINA RODRIGUES DA SILVA, rua localizada no bairro Fazenda Santo Antônio neste Município, conforme especificado no croqui parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## **LEI N.º 5.636 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408829

DENOMINA DE RAULINO ZILLI, A RUA "T04", DO LOTEAMENTO RECANTO DA NATUREZA, EM FORQUILHAS, SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua RAULINO ZILLI, a rua "T04", do Loteamento Recanto da Natureza, Bairro Forquilhas, em São José.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## **LEI N.º 5.637 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408833

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL Nº. 5.453, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o caput e acrescenta parágrafos no artigo 3º da Lei Municipal n.º 5.453, de 20 de novembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º - A empresa vencedora poderá pagar o valor de sua proposta à Prefeitura Municipal de São José, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas e reajustáveis pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. No ato da homologação do Certame Licitatório, à empresa vencedora deverá efetuar o pagamento da 1ª parcela no ato.

§ 1º - Em caso de atraso no pagamento das parcelas, incidirá multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia, limitada ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento), reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§ 2º - Além da multa definida pelo parágrafo anterior, serão cobrados juros de mora pelo Índice do Sistema de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil – SELIC.

§ 3º - Após o atraso de 60 (sessenta) dias da parcela, será encaminhado a protesto."



Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL 045/2017**

Publicação N° 1408718

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 045/2017 – PROCESSO N° 251/2017 – Proc. Adm. 2467/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GERADOR A DIESEL PARA ATENDER A POLICLÍNICA DE FORQUILHINHAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 07/11/2017 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 07/11/2017 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

## **RESOLUÇÃO N° 042/2017/CMAS**

Publicação N° 1408844

RESOLUÇÃO N° 042/2017/CMAS

APROVA REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL ANTI-DROGAS - COMAD

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 10 de agosto de 2017;

Considerando a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

Considerando a Lei 4.047/2003 de 17 de novembro 2003 em seu Art. 1º – Fica criado o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, órgão normativo de deliberação coletiva, que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de nível Federal e Estadual que compõem o sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes;

Considerando a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em Reunião Plenária Ordinária de 10 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social para o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD;

TITULAR: ROSA NELIDA MONTELONGO ARAUJO MAZZALI

SUPLENTE: RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José (SC), 10 de agosto de 2017.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO  
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO  
Presidente do CMAS/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 046/2017/CMAS**

Publicação Nº 1408845

RESOLUÇÃO Nº 046/2017/CMAS

APROVA O DEMONSTRATIVO SINTÉTICO FÍSICO FINANCEIRO DOS SERVIÇOS ANO EXECUÇÃO 2016.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na Plenária Ordinária de 19 de outubro de 2017;

Considerando, a Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004;

Considerando, a Ofício 01367/2017/SAS que encaminha para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS o Demonstrativo Sintético Físico Financeiro dos Serviços ano execução 2016;

Considerando, deliberação da Plenária Ordinária de 19 de outubro de 2017, que aprova o Demonstrativo Sintético Físico Financeiro dos Serviços ano execução 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de contas do Demonstrativo Sintético Físico Financeiro dos Serviços ano execução 2016.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 19 de outubro de 2017.

LUIZ ANDRÉ CERCAL

Presidente CMAS/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 047/2017/CMAS**

Publicação Nº 1408846

RESOLUÇÃO Nº 047/2017/CMAS

APROVA REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL ANTI-DROGAS - COMAD

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 19 de outubro de 2017;

Considerando a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

Considerando a Lei 4.047/2003 de 17 de novembro 2003 em seu Art. 1º – Fica criado o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, órgão normativo de deliberação coletiva, que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de nível Federal e Estadual que compõem o sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes;

Considerando a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em Reunião Plenária Ordinária de 19 de outubro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social para o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD;

TITULAR: MARCOS ANDRÉ PENA RAMOS

SUPLENTE: RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José (SC), 19 de outubro de 2017.

LUIZ ANDRÉ CERCAL

Presidente do CMAS/SJ

# São José do Cedro

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 032/2017 - REGULAMENTA O VALOR DE DIÁRIAS

Publicação Nº 1408387

PORTARIA Nº 032/2.017

Clóvis José Scalco, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Fixar, e retificar a Portaria 05/2017, no tocante ao valor atribuído a Microregião , para os Demais Servidores, por ter sido atribuído valor equivocado , acima do limite fixado por Lei, ficando da seguinte forma:

	Capital Federal	Capital Estados	Demais cidades	Microregiões Vizinhas	Microregião
Vereadores	R\$ 750,00	R\$ 550,00	R\$ 300,00	R\$ 150,00	R\$ 120,00
Demais Servidores	R\$ 700,00	R\$ 500,00	R\$ 250,00	R\$ 150,00	R\$ 101,00

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, 23 de outubro de 2.017.

Clóvis José Scalco

Presidente em Exercício

A presente portaria foi publicada no átrio da Secretaria da Câmara de Vereadores, local destinado às publicações oficiais, na data supra.

Marlene Salete Albert

Secretária

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2017 - PR Nº 124/2017**

Publicação Nº 1408916

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/11/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SHOWS DE "WHEELING" DURANTE O V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, ORGANIZADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 23 de Outubro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2017 - SRP - PR Nº 125/2017**

Publicação Nº 1408917

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/11/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA/RESERVATÓRIO DE ÁGUA, DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 23 de Outubro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2017 - TP Nº 011/2017**

Publicação Nº 1408304

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o item 4.4.4.1 do Edital de abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2017. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. ENG. Nº 011/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, ESTRUTURAL, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO, DE CLIMATIZAÇÃO E PPCI PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA MARIA GORETTI DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE –SC. (Publicado no DOM/SC em 19/10/2017, ed. 2365, pg.982). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 08/11/2017, às 08h15min e 08h30min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)

São Lourenço do Oeste – SC, 23 de Outubro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 5.762, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1408043

DECRETO Nº 5.762, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Determina Ponto Facultativo no Município no dia 03 de novembro de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o feriado nacional de Finados, no dia 02 de novembro de 2017, quinta-feira, previsto no artigo 1º da Lei Federal nº 662, de 06 de abril de 1949 e inciso IV do art. 147, da Lei Orgânica do Município;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, no dia 03 de novembro de 2017, sexta-feira.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5.763, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1408045

DECRETO Nº 5.763, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Revoga dispositivo do Decreto nº 5.758, de 11 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que as funções de Diretor Técnico e Auditor da Secretaria Municipal de Saúde são executadas por meio de contrato terceirizado, ou seja, possuem valor definido e carga horária a ser cumprida;

CONSIDERANDO que o Dr. Rodrigo Aloacyr de Camargo Silva, médico clínico geral, inscrito no CRM-SC sob o nº 15.436, foi contratado através do Contrato administrativo nº 015/2017, de 06/04/2017 - Processo Licitatório nº 012/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2017 para exercer as funções de Diretor Técnico e Auditor da Secretaria Municipal de Saúde;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o artigo 2º do Decreto nº 5.758, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 06 de abril de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5.764, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1408769

DECRETO Nº 5.764, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 23.104,92 (vinte e três mil, cento e quatro reais e noventa e

dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM			
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM			
27.812.4517.2.035 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000	04	Aplicações Diretas	R\$ 23.104,92	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 015/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1408115

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 015/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015, e nos termos do Decreto 5.760, de 11 de outubro de 2017.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Parati S.A., CNPJ sob o nº 82.945.932/0001-71.

Objeto: Permissão de Uso Gratuita da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, de São Lourenço do Oeste, em virtude da realização de evento alusivo ao dia das crianças, a ser promovido na data de 21 de outubro de 2017, pela permissionária, em parceria com o Instituto Cultural de São Lourenço.

Valor: Permissão de Uso Gratuita, Decreto 5.760, de 11 de outubro de 2017.

Data de Assinatura: 19/10/2017.

Vigência: de 20 a 23 de outubro de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Permitente e Naio Antonio Garbin - pela permissionária.

### **PORTARIA Nº 1.050, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408123

PORTARIA Nº 1.050, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013;

RESOLVE:

Art.1º Atribuir, a partir de 11 de outubro, o Adicional de Responsabilidade Nível 5 (AR-5), ao servidor público municipal YAN CARLOS PIETA ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3243/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por exercer atividade com qualificação diferenciada, além das previstas para o exercício do cargo de que é titular.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.



**PORTARIA Nº 1.051, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408124

PORTARIA Nº 1.051, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública municipal GISELE BARBOZA, ocupante do cargo de Professor Habilitado- ACT, matrículas nº 3345/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 10 de outubro de 2017, por tempo indeterminado.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de outubro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.053, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408127

PORTARIA Nº 1.053, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor público municipal VOLMIR MACHADO GIRARDI ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, matrícula nº 52/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 11 de outubro por tempo indeterminado.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de outubro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.054, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408129

PORTARIA Nº 1.054, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 109 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e o Decreto nº 4.167, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, a servidora municipal IDALICE ANDREOLI, ocupante do cargo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3000/49, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 20 de outubro de 2017, sem prejuízo de seus vencimentos.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA Nº 1.055, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408131

PORTARIA Nº 1.055, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública municipal IVETE MARIA BAMBERG FLACH ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO, matrícula nº 1190/03, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 20 de outubro de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA Nº 1.056, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408132

PORTARIA Nº 1.056, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública municipal MARLETE DE FATIMA BANDEIRA ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, matrícula nº 3000/94, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 20 de outubro de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.057, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408134

PORTARIA Nº 1.057, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, a partir de 16 de outubro por tempo indeterminado, a Senhora DULCINEIA PERBONI CUNICO, no cargo de Professor Habilitada 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, na EBM SANTA MARIA GORETTI e na EBM IRMÃ NEUSA em substituição a professora titular GISELE BARBOZA, que se encontra em Licença para tratamento de saúde.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 16 de outubro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.058, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408146

PORTARIA Nº 1.058, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder, a Servidora Pública Municipal ELENIR ALTENHOFEN, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, matrícula nº 1395/01, licença por motivo de falecimento de seu pai, no período de 16 a 20 de outubro de 2017, sem prejuízo de seus direitos.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.059, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408149

PORTARIA Nº 1.059, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base art. 119, §3º da Lei Complementar nº154, de 09 de setembro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear, a partir de 17 de outubro de 2017, a Senhora GENILSE FOPPA ROMAN, servidora pública municipal, ocupante cargo efetivo de Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matrícula nº 3031/01, para exercer as atribuições do cargo de Diretor de Unidade Escolar, da EBM SANTA INÊS, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. Pelo exercício da função especial de confiança a servidora receberá o Adicional de Responsabilidade nível 3 (AR-3). (NR).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de outubro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA Nº 1.060, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408151

PORTARIA Nº 1.060, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, no período de 19 de outubro a 14 de dezembro de 2017, a Senhora DILCEIA DAS GRAÇAS ANES MACHADO, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na Disciplina de Português, carga horária de 20 (vinte) horas semanais matutino/vespertino, na EBM IRMÃ NEUSA em substituição a professora titular ADRIANA DOS SANTOS LEMOS, que se encontra em processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de outubro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA Nº 1.061, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408154

PORTARIA Nº 1.061, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art. 50 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

### **RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR a partir de 31 de outubro de 2017, a Senhora LUCIA MARIA MENDONCA SANTOS, matrícula 3462/01, do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 1.062, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408160

PORTARIA Nº 1.062, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art.1º REVOGAR, a partir de 31 de outubro de 2017, a Portaria nº 556, de 24 de março de 2017, que nomeia o Senhor EDUARDO OLIVO RIZZOTTO para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017

**PORTARIA Nº 1.063, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408164

PORTARIA Nº 1.063, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, a partir de 01 de novembro de 2017, o senhor EDUARDO OLIVO RIZZOTTO, para exercer o Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, Nível AGS-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 1.064, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408250

PORTARIA Nº 1.064, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, no período de 20 de outubro a 14 de dezembro de 2017, o Senhor MATHEUS CAUS, no cargo de

Professor Não Habilitado – ACT, para atuar na Disciplina de Português, carga horária de 20 (vinte) horas semanais matutino/vespertino, na EBM IRMÃ NEUSA em substituição a professora titular ADRIANA DOS SANTOS LEMOS, que encontra-se em processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA Nº 1.065, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408253

--	--	--	--

PORTARIA Nº 1.065, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 103, inciso III, combinado com o artigo 110, ambos da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, Licença Maternidade à servidora pública municipal TATIANE PERIOLO BERNARDI AUGUSTO, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGO ESPECIALISTA, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula nº 3371/01, no período de 20 de outubro de 2017 a 16 de fevereiro de 2018, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA Nº 1.066, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408256

--	--	--	--

PORTARIA Nº 1.066, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 103, inciso III, combinado com o artigo 110, ambos da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, Licença Maternidade à servidora pública municipal KELLY SCHVANZ ROSSETTI, ocupante do cargo efetivo de NUTRICIONISTA, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3214/01, no período de 29 de outubro de 2017 a 25 de fevereiro de 2018, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.



Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

## **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 1407741

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

O Prefeito Municipal Rafael Caleffi, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 13.019/2014, à vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Seleção do Chamamento Público 003/2017, resolve:

01 – HOMOLOGAR:

Lote 01: Associação de Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Frederico Wastner, CNPJ nº 03.883.258/0001-71;  
Lote 02: Associação de Máquinas de Linha Farroupilha, CNPJ nº 24.216.742/0001-17;

02 – Autorizar a confecção dos Acordos de Cooperação.

São Lourenço do Oeste – SC, 23 de outubro de 2017.

Rafael Caleffi  
Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 24/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1408745

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2017 ☐ PR 54/2017 ☐ PROCESSO LICITATÓRIO 82/2017 ☐ OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS PARA INSTALAÇÃO DE RX NAS UNIDADES DE SAÚDE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

DENTAL OESTE EIRELI EPP, vencedora dos itens 2, 4, 5 no valor de R\$ 12.348,00 (doze mil e trezentos e quarenta e oito reais).

DENTAL SHOW – COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI, vencedora dos itens 1, 3, 6, no valor de R\$ 8.136,70 (oito mil e cento e trinta e oito reais e setenta centavos).

TOTAL: R\$ 20.484,70 (vinte mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos).

ASSINATURA: 23/10/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 58/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1408750

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58/2017 ☐ PR 157/2017 ☐ PROCESSO LICITATÓRIO 232/2017 ☐ OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 2017TR345, PROCESSO Nº ADR 01 0000812/2017 - ERO 1648175, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, vencedora dos itens 1 no valor de R\$ 11.812,50 (onze mil e oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Total da Licitação: R\$ \$ 11.812,50 (onze mil e oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

ASSINATURA: 23/10/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

### CONTRATO 71/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1408379

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 71/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 4/2017

CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

OBJETO: O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS JUNTO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER – UPA 24 HORAS, EM PLANTÃO DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS, DIVIDIDOS EM PERÍODOS DE 12:00, 6:00 E 2:00 DURANTE 24 HORAS ININTERRUPTOS, DE ACORDO COM O

ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 105,57 A HORA

CONTRATADO: URGELIO DE FREITAS VIEIRA E CIA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo

ASSINA pela CONTRATADA: URGELIO DE FREITAS VIEIRA

São Miguel do Oeste, SC., 04 de outubro de 2017

### CONTRATO 72/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1408380

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 72/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 15/2017

CREDENCIAMENTO Nº 12/2017

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE MAMOGRAFIAS, PAAF, DENSITOMETRIA, ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA E CONTRASTE, CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E COMPLEMENTAÇÃO, DESTINADOS AOS PACIENTES DO NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 89.902,50

CONTRATADO: SIIM – SERVIÇOS DE IMAGEM INTEGRADA MÉDICA LTDA

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo

ASSINA pela CONTRATADA: RICARDO BORTOLOTTI

São Miguel do Oeste, SC., 20 de outubro de 2017

### CONTRATO 73/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1408381

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 73/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 16/2017

CREDENCIAMENTO Nº 13/2017

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E EXAMES LABORATORIAIS DESTINADOS AOS PACIENTES DO NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 93.280,00

CONTRATADO: CLÍNICA RADIOLOGICA SÃO MIGUEL LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo

ASSINA pela CONTRATADA: HERMES FONTOURA DE GODOY JUNIOR

São Miguel do Oeste, SC., 20 de outubro de 2017

**CONTRATO 74/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1408384

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. CONTRATO 74/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 16/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 13/2017  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E EXAMES LABORATORIAIS DESTINADOS AOS PACIENTES DO NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 218.038,60  
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS ORTOLAN LTDA  
VIGÊNCIA: 31/12/2017  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo  
ASSINA pela CONTRATADA: PAOLA RENATE BARBOSA ORTOLAN  
São Miguel do Oeste, SC., 20 de outubro de 2017

**CONTRATO 75/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1408385

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. CONTRATO 75/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 16/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 13/2017  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E EXAMES LABORATORIAIS DESTINADOS AOS PACIENTES DO NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 170.112,50  
CONTRATADO: CDI VISION CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO MÉDICO LTDA - EPP  
VIGÊNCIA: 31/12/2017  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo  
ASSINA pela CONTRATADA: LUIZ LUNARDI  
São Miguel do Oeste, SC., 20 de outubro de 2017

**CONTRATO 76/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1408386

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. CONTRATO 76/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 16/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 13/2017  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E EXAMES LABORATORIAIS DESTINADOS AOS PACIENTES DO NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 236.038,60  
CONTRATADO: LABORATÓRIO PREVENT LTDA  
VIGÊNCIA: 31/12/2017  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo  
ASSINA pela CONTRATADA: CRHISTIAN DANNEBROCK  
São Miguel do Oeste, SC., 20 de outubro de 2017

**CONTRATO 77/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1408388

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. CONTRATO 77/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 16/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 13/2017  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E EXAMES LABORATORIAIS DESTINADOS AOS PACIENTES DO NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 212.655,15  
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SMOESTE LTDA  
VIGÊNCIA: 31/12/2017  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo  
ASSINA pela CONTRATADA: IDA MILANI  
São Miguel do Oeste, SC., 20 de outubro de 2017

**CONTRATO 78/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1408390

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. CONTRATO 78/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 16/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 13/2017  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E EXAMES LABORATORIAIS DESTINADOS AOS PACIENTES DO NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 206.710,75  
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS HOFFMANN LTDA - ME  
VIGÊNCIA: 31/12/2017  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo  
ASSINA pela CONTRATADA: LARISSA HOFFMANN  
São Miguel do Oeste, SC., 20 de outubro de 2017

**CONTRATO 79/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1408392

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. CONTRATO 79/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 16/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 13/2017  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E EXAMES LABORATORIAIS DESTINADOS AOS PACIENTES DO NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 218.038,60  
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS JOÃO GABRIEL LTDA - ME  
VIGÊNCIA: 31/12/2017  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo  
ASSINA pela CONTRATADA: IVANISE ANONI BERNAT BRATKOSKI  
São Miguel do Oeste, SC., 20 de outubro de 2017

**CONTRATO 80/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1408395

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. CONTRATO 80/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 16/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 13/2017  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E EXAMES LABORATORIAIS DESTINADOS AOS PACIENTES DO NOSSO MUNICIPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 143.512,50  
CONTRATADO: SIIM – SERVIÇOS DE IMAGEM INTEGRADA MÉDICA LTDA  
VIGÊNCIA: 31/12/2017  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo  
ASSINA pela CONTRATADA: RICARDO BORTOLOTTI  
São Miguel do Oeste, SC., 20 de outubro de 2017

**CONTRATO 81/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1408397

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. CONTRATO 81/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 16/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 13/2017  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E EXAMES LABORATORIAIS DESTINADOS AOS PACIENTES DO NOSSO MUNICIPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 236.038,60  
CONTRATADO: LABORATÓRIO OLIVEIRA LTDA - ME  
VIGÊNCIA: 31/12/2017  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo  
ASSINA pela CONTRATADA: DÉBORA CRISTINE BRANDÃO  
São Miguel do Oeste, SC., 20 de outubro de 2017

**CONTRATO 82/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1408399

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. CONTRATO 82/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 16/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 13/2017  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E EXAMES LABORATORIAIS DESTINADOS AOS PACIENTES DO NOSSO MUNICIPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 217.648,70  
CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE VITÓRIA T. MISSEN  
VIGÊNCIA: 31/12/2017  
ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo  
ASSINA pela CONTRATADA: MARCOS ALENCAR PELEGRINI  
São Miguel do Oeste, SC., 20 de outubro de 2017

**PROCESSO Nº 193/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1408104

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2017  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário de Administração leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, Tipo Maior Oferta..

OBJETO: Concessão de serviço público, a título oneroso, para a prestação de serviços técnicos de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle de uso remunerado das vagas de estações rotativas em vias e logradouros públicos do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o edital e anexos que fazem parte deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h30min do dia 24 de novembro de 2017.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 23 de outubro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

**PROCESSO Nº 203/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1407978

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2017  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 5/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário Municipal de Administração leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para a execução de serviços de geoprocessamento/georreferenciamento, que tem a finalidade de recuperação de receita municipal e controle territorial e fiscal urbano, conforme memorial descritivo, do município de São Miguel do Oeste – SC.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 27 de novembro de 2017.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 20 de outubro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração



**PROCESSO Nº 238/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1407795

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 238/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de escavadeira hidráulica sobre esteira nova, destinado para manutenção e conservação das estradas vicinais do município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 15h45min do dia 08 de novembro de 2017.

Abertura: às 16h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 23 de outubro de 2017

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**PROCESSO Nº 246/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1407927

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 246/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Locação de tenda de 10 x 10M, para utilização junto a Mercoleite – Feira de Gado Leiteiro, Gado de Corte e Seminário de Pecuária de Leite que será realizado nos dias 14 a 19 de novembro de 2017, no Parque de Exposições Rineu Granzotto com 13ª Edição da Faismo/2017, no Município de São Miguel do Oeste – SC, conforme Convênio nº 2017TR001442, Processo nº SDR 01 00002110/2017 (AR0 11604171), de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 15h45min do dia 07 de novembro de 2017.

Abertura: às 16hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 23 de outubro de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**PROCESSO Nº 247/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1408449

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 247/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração, leva

ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para eventual fornecimento de computadores e notebook para as Secretarias, Fundos e Fundações do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 10 de novembro de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 23 de outubro de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PROCESSO Nº 248/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1408695

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 248/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 35/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: contratação de empresa para serviços de confecção de placas de identificação dos animais para utilização junto a Mercoleite – Feira de Gado leiteiro, Gado de Corte e Seminário de Pecuária de Leite que será realizada nos dias 14 a 19 de novembro de 2017, no Parque de Exposições Rineu Gransotto, 13ª Edição da Faismo/2017, no Município de São Miguel do Oeste – SC, conforme Convênio nº 2017TR001442, Processo nº SDR 01 00002110/2017. Contratado: R2 COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-ME. Valor Total de R\$ 1.500,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 23 de outubro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

**REVOGAR EDITAL**

Publicação Nº 1408428

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 223/2017

Edital Pregão Presencial nº 150/2017

O Senhor Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando do Departamento de Compras informando que não houve participantes no certame, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 23 de outubro de 2017.

Alfredo Spier

Secretário Municipal de Administração

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 122/2017-PMS

Publicação Nº 1408262

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 122/2017-PMS

PROCESSO Nº. 230/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de recarga de gás (GLP) para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de novembro de 2017 às 14h.

Abertura do Processo: 28 de novembro de 2017 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 123/2017-PMS

Publicação Nº 1408288

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 123/2017-PMS

PROCESSO Nº. 231/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de banner em lona, placa de sinalização em PS para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de novembro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 28 de novembro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal



**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 124/2017-PMS**

Publicação Nº 1408322

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 124/2017-PMS

PROCESSO Nº. 232/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição camisas esportivas para as categorias de base / escolinhas e equipes de competição e representação do Município em eventos esportivos, por intermédio de empresa especializada, para atender as necessidades da Diretoria de Esportes e Lazer, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de novembro de 2017 às 14h.

Abertura do Processo: 29 de novembro de 2017 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 126/2017-PMS**

Publicação Nº 1408377

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 126/2017-PMS

PROCESSO Nº. 234/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais pedagógicos para atender a necessidade das unidades escolares da rede municipal de ensino da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de novembro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de novembro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2017 – FMS**

Publicação Nº 1407988

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2017 – FMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2017-FMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, para acompanhamento, supervisão e treinamento das equipes de saúde, ênfase a Estratégia Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VII – TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 10 de novembro de 2017 às 14h.

Abertura do Processo: 10 de novembro de 2017 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 24 de outubro de 2017.

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 16/2017 – PMS**

Publicação Nº 1407315

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 16/2017 – PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 216/2017-PMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de revitalização interna e externa do Ginásio Alfredo Pasold, localizado na Avenida dos Imigrantes, Centro, neste Município de Schroeder/SC, com área toda de 1.352,28m², de acordo com o contrato de apoio financeiro nº 2017TR1282, do SEITEC da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de novembro de 2017 às 14h.

Abertura do Processo: 09 de novembro de 2017 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 24 de outubro de 2017.

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.284/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408902

DECRETO Nº 4.284/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0016 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.04 - UNIDADE DE TURISMO

07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0016 - Material de Consumo R\$ 15.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.04 - UNIDADE DE TURISMO

07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalações R\$ 8.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de Outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.238/2017, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1408899

PORTARIA Nº. 7.238/2017, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do servidor Sr. Cezar Santos de Jesus, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 23 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

NELSON JOÃO ZOZ

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**ATA DA TOMADA DE PREÇOS 14 2017 PMS SEQUENCIA 5**

Publicação Nº 1408483

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 14/2017 - TP</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 183/2017 <b>Data do Processo:</b> 04/09/2017
Folha: 1/2	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para a construção de marquise e brise metálico na nova sede do PROCON, na cidade de Schroeder, com área da marquise de 52,13 m², área do brise 56,25 m² e perímetro do brise 62,50 m, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 189/2017 (Sequência: 5)**

Ao(s) 23 de Outubro de 2017, às 14:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7118/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 183/2017, Licitação nº 14/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se após recebimento do parecer do Setor Jurídico e Setor de Engenharia da análise das propostas comerciais. Foi recebido parecer da análise das propostas comerciais do setor de engenharia, juntamente com Parecer da Procuradoria nº 095/2017-PROJUR. O parecer da análise das propostas do setor de engenharia constata que "as empresas participantes FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA - ME atendem as exigências do edital no item 10.1.1.4, devendo a empresa vencedora da licitação após a contratação, encaminhar a planilha orçamentária que compõem a proposta comercial em meio digital, para que se possa utilizar seus preços unitários durante as medições, afim de evitar transtornos de arredondamento, e que o BDI informado foi o mesmo aplicado em planilha, ocorrendo pequenas variações em função de arredondamento." Parecer da Procuradoria nº 095/2017-PROJUR traz que em sua conclusão o deferimento do "parecer apresentando pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, no sentido de DAR REGULAR ANDAMENTO ao procedimento licitatório, MANTENDO os valores das tabelas apresentadas pelas empresas OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME e FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, devendo as mesmas serem notificadas para apresentar a planilha orçamentária da proposta por meio digital". Diante do Parecer da Procuradoria nº 095/2017-PROJUR a comissão da andamento no certame. Constatando vencedora a empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME, com o valor total de R\$ 48.172,31. Constatando que a empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME, apresentou certidão federal vencida com a data de 10/09/2017, documento exigido no item 8.1.1 "Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual", diante do fato da empresa ser Micro empresa e de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no seu artigo 43 traz que "As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. § 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação". Sendo concedido o prazo de 05 dias úteis para apresentação de nova certidão, caso contrário será considerada inabilitada. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 095/2017-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia às empresas participantes.

**Participante: 13112 - FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para a construção de marquise e brise metálico na nova sede do PROCON, na cidade de Schroeder, com área da marquise de 52,13 m², área do brise 56,25 m² e perímetro do brise 62,50 m, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.	UN	1,00		0,0000	48.172,31	48.172,31

Total do Participante —————&gt; 48.172,31

Total Geral —————&gt; 48.172,31

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 14/2017 - TP**

Processo Administrativo:  
183/2017  
Processo de Licitação:  
Data do Processo:  
04/09/2017

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 23 de Outubro de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki

- ..... - Presidente da Comissão de Licitação

Cezar Santos de Jesus

- ..... - Membro

Ana Paula Kreis

- ..... - Membro

Walter Egidio Mukai

- ..... - Membro

Ivandra de Souza

- ..... - Secretária

Valderi Rocha de Camargo

- ..... - Membro Suplente

Ilmar José Pereira Borges Filho

- ..... - Membro Suplente

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 102/2017-PMS

Publicação Nº 1407911

Página: 1/22

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017

**Número do Registro de Preços:** 88/2017      **Data do Registro:** 23/10/2017      **Válido até:** 23/10/2018

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ACUCAREIRO DE MESA, COM TAMPÃO E ABERTURA DOSADORA, EM PLÁSTICO, BRANCO. Em plástico resistente. Capacidade mínima: 700 ml. Dimensões aproximadas do produto: Diâmetro: 11 cm; Altura: 15,3 cm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	gipias	0	6,9000	1
2			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	PLASVALE	0	7,0000	2
3			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Yazi	0	7,1200	3
4			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Plasdale	0	7,1900	4
5			RICHESSA MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	7,2000	5
2	ASSADEIRALASANIHEIRA GRANDE DE VIDRO, QUADRADA, 3,5 LITROS. Possui alças nas laterais para possibilitar o transporte. Produzido em vidro resistente. Pode ser utilizado em forno convencional, micro-ondas, freezer, geladeira e lava-louças. Dimensões aproximadas do produto: Largura: 28,1cm; Altura: 7cm; Comprimento: 32,4cm; Capacidade volumétrica: 3,5 Litros.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Marinex	0	40,9000	1
2			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	41,0000	2
3			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	NADIR	0	41,8500	3
4			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	marinex	0	41,9000	4
5			RICHESSA MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	41,9000	5
3	ASSADEIRALASANIHEIRA GRANDE DE VIDRO, RETANGULAR, COM TAMPÃO PLÁSTICA, 5,3 LITROS. Possui alças nas laterais para possibilitar o transporte. Produzido em vidro resistente. Tampa plástica livre de Bifenol-A (BPA). Pode ser utilizado em forno convencional, micro-ondas, freezer, geladeira e lava-louças. Dimensões aproximadas do produto: Largura: 24,9cm; Altura: 7cm; Comprimento: 40,4cm; Capacidade volumétrica: 5,3 Litros.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Marinex	0	48,5000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Página: 2/22

**Número do Registro de Preços: 88/2017 Data do Registro: 23/10/2017 Válido até: 23/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	49,0000	2
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	49,9000	3
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Marhex	0	49,9000	4
4	BACIA PLÁSTICA, REDONDA, CANELADA, 13,5 LITROS. Em polipropileno, resistente. Cores diversas. Capacidade: 13,5 litros. Dimensões aproximadas: Diâmetro: 40 cm. Altura: 16,5 cm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	aroplast	0	10,4000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	PLASVALE	0	10,4900	2
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Plasnorthon	0	11,5800	3
5	BACIA PLÁSTICA, REDONDA, CANELADA, 2,5 LITROS. Em polipropileno, resistente. Cores diversas. Capacidade: 2,5 litros. Dimensões aproximadas: Diâmetro: 25 cm. Altura: 8,5 cm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	aroplast	0	3,6000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	AQPLAST	0	3,6400	2
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Plasnorthon	0	3,6500	3
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	PLASVALE	0	3,8000	4
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	AROPLAST	0	3,8500	5
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Plasvale	0	3,8500	6
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	3,9000	7

Página: 3/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

**Número do Registro de Preços: 88/2017 Data do Registro: 23/10/2017 Válido até: 23/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	BACIA PLÁSTICA, REDONDA, CANELADA, 34 LITROS. Em polipropileno, resistente. Cores diversas. Capacidade: 34 litros. Dimensões aproximadas: Diâmetro: 54 cm. Altura: 22 cm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	aroplast	0	16,2000	1
2	ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)		AROPLAST		0	16,3000	2
3	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)		AROPLAST		0	16,3900	3
4	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)		PLASVALE		0	16,5000	4
5	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)		Plasnorthon / 3		0	16,7300	5
6	RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)				0	16,9000	6
1	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		plasvale		0	6,5000	1
2	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)		Plasnorthon		0	6,5500	2
3	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)		PLASVALE		0	6,8000	3
4	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)		Plasvale		0	6,8400	4
5	RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)				0	6,8500	5
1	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		jaguar		0	14,5000	1
2	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)		PLASVALE		0	14,5500	2

7 BACIA PLÁSTICA, REDONDA, TIPO CAPACETE, 5 LITROS. Em polipropileno, resistente. Cores diversas. Capacidade: 5 litros. Dimensões aproximadas: Diâmetro: 29 cm. Altura: 11 cm.

8 BANDEJA PLÁSTICA RETÂNGULAR, BRANCA, 12,5 LITROS. Sem tampa. Com borda mínima de borda: 8,4 cm.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Página: 4/22

**Número do Registro de Preços: 88/2017 Data do Registro: 23/10/2017 Válido até: 23/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Santara	0	14,8500	3
4			ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	PLASVALE	0	15,0000	4
5			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	15,0000	5
1	9 BANDEJA RETANGULAR MULTIUSO, PLÁSTICA, BRANCA. Bandeja de borda baixa com cavidade para as mãos, para carregar. Dimensões aproximadas do produto: Comprimento: 48 cm. Largura: 32 cm. Altura: 2,5 cm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	acm	0	19,9000	1
2			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	PLASVALE	0	19,9500	2
3			ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	PLASVALE	0	20,0000	3
4			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	PLASVALE	0	20,5000	4
5			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Plasnorthon	0	20,7900	5
6			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Plasvale	0	20,9500	6
7			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	21,0000	7
1	10 BANHEIRA COM TROCADOR, com medidas de no mínimo: 100 cm de Altura, 79 cm de Largura e 71 cm de Profundidade. Incluindo: Tampa de plástico injetado com trocador alfinetado. Com abas laterais para proteção. Saboneteira com porta toalha. Mangueira para escoamento de água. Formas arredondadas. Assento interno. Suporte pratico e dobrável. Ideal para bebês de até 15 kg.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Tuffy Baby	0	224,0000	1
2			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	GALZERANO	0	225,0000	2

Página: 5/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 88/2017**

**Número do Registro de Preços: 88/2017 Data do Registro: 23/10/2017 Válido até: 23/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	230.0000	3
11	BULE EM ALUMÍNIO POLIDO, "TIPO HOTEL", 5 LITROS. Com tampa em alumínio polido, cabo em baquelite. Medidas: Diâmetro 13,5 cm, Altura 24,5 cm, Capacidade: 5 litros.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Aluminios ABC	0	59.5000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	5 Estrelas	0	59.9500	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	64.0000	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	saojorge	0	65.0000	4
12	CAÇAROLA "TIPO HOTEL" Nº 20, ALUMÍNIO, 2,8 LITROS. Com tampa. Totalmente em alumínio, com duas abas/pegadores reforçadas. Sem partes em madeira. Diâmetro: 20cm, Altura: 9cm, Capacidade: 2,8 litros.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Lummi	0	28.5000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	29.0000	2
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	5 Estrelas	0	29.9000	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	einlar	0	30.0000	4
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	30.0000	5
13	CAÇAROLA "TIPO HOTEL" Nº 24, ALUMÍNIO, 4,9 LITROS. Com tampa. Totalmente em alumínio, com duas abas/pegadores reforçadas. Sem partes em madeira. Diâmetro: 24cm, Altura: 11cm, Capacidade: 4,9 litros.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Lummi	0	33.5000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	34.0000	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	ABC	0	34.9500	3

Página: 6/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

**Número do Registro de Preços: 88/2017 Data do Registro: 23/10/2017 Válido até: 23/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	einilar	0	35,0000	4
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	5 Estrelas	0	35,0000	5
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	35,0000	6
14	CAÇAROLA "TIPO HOTEL" Nº 32, ALUMÍNIO, 12 LITROS, Com tampa, Totalmente em alumínio, com duas abas/pegadores reforçadas. Sem partes em madeira. Diâmetro: 32cm. Altura: 15cm. Capacidade: 12 litros.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Lummi	0	80,5000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	EIRILAR	0	80,9500	2
			ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	ABC-ALLUMINK	0	81,0000	3
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	82,0000	4
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Elttec	0	84,9500	5
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	85,0000	6
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	einilar	0	85,0000	7
15	CAÇAROLA "TIPO HOTEL" Nº 38, ALUMÍNIO, 20,4 LITROS, Com tampa, Totalmente em alumínio, com duas abas/pegadores reforçadas. Sem partes em madeira. Diâmetro: 38cm. Altura: 18cm. Capacidade: 20,4 litros.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Lummi	0	91,5000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	92,0000	2
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	95,0000	3

Página: 7/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Número do Registro de Preços: 88/2017		Data do Registro: 23/10/2017		Válido até: 23/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

16	CAÇAROLA "TIPO HOTEL" Nº 45, ALUMÍNIO, 31,7 LITROS. Com tampa. Totalmente em alumínio, com duas abas/pegadores reforçadas. Sem partes em madeira. Diâmetro: 45cm. Altura: 20cm. Capacidade: 31,7 litros.	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	5 Estrelas	0	95,0000	4
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	einlar	0	95,0000	5
			ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETROINICO (13722)	ABCALUMINIC	0	95,0000	6
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Lummi	0	138,0000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	EIRILAR	0	138,4700	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	138,4900	3
			ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETROINICO (13722)	ABCALUMINIC	0	139,0000	4
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	einlar	0	144,0000	5
			RICHESE MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	145,0000	6
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	STILO INOX	0	5,1400	1
17	CANECA EM INOX, 250ml, PARA CRECHE, COM ALÇA E COM VÍROLA. Altamente durável. Caneca em aço inox, borda com virão, capacidade 250ml. Com alça. Dimensões mínimas: Diâmetro: 07 cm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	5 Estrelas	0	5,1500	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	5,2000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 8/22

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Número do Registro de Preços: 88/2017		Data do Registro: 23/10/2017		Válido até: 23/10/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação; Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	CANECA/COPO INFANTIL ANTIVAZAMENTO, COM TAMPA E BICO, MÍNIMO 200 ML. Produto leve, resistente, com tampa protetora. Composição/Material: em polipropileno com bico anatômico em silicone.	UN	RICHESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	5,5000	4
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	16,5000	1
19	CHALEIRA EM ALUMÍNIO POLIDO, "TIPO HOTEL", 4,5 LITROS. Com tampa em alumínio polido, cabo em baquelite. Medidas: Espessura: 1,3mm. Capacidade: 4,5 litros.	UN	RICHESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	16,7000	2
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Lummi	0	59,0000	1
20	COLHER DE ARROZ, INOX. Toda em aço inox polido. De primeira linha. Comprimento mínimo: 34cm.	UN	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	59,4900	2
			RICHESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	61,9000	3
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	5 Estrelas	0	61,9000	4
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	star	0	13,7500	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Jundiaí	0	13,8000	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	MARTINAZZO	0	13,9800	3
4			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	14,4400	4
			RICHESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	14,5000	5
6			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Barichelo	0	14,5000	6

Página: 9/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

**Número do Registro de Preços: 88/2017      Data do Registro: 23/10/2017      Válido até: 23/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	COLHER DE CHÁ, INOX. Toda em aço inox. De primeira linha. Espessura mínima: 1,0mm. Comprimento mínimo: 120mm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	martinazzo	0	1,4000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	MARTINAZZO	0	1,4500	2
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Barichello	0	1,4800	3
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	1,4900	4
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	1,5000	5
22	COLHER DE SOBREMESA, INOX. Toda em aço inox. De primeira linha. Espessura mínima: 1,5mm. Comprimento mínimo: 160mm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	martinazzo	0	1,8500	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	1,9000	2
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Barichello	0	1,9800	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	MARTINAZZO	0	1,9800	4
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	DISSOLI	0	2,0000	5
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	DI Solle	0	2,0000	6
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	2,0000	7
23	COLHER DE SOPA, INOX. Toda em aço inox. De primeira linha. Espessura mínima: 1,5mm. Comprimento mínimo: 198mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Barichello	0	3,0000	1

Página: 10/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Número do Registro de Preços: 88/2017		Data do Registro: 23/10/2017		Válido até: 23/10/2018			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	CONCHA PARA FELÃO, INOX, MÍNIMO 30CM. Toda em aço inox. Peça inteira, sem solda ou rebite. De primeira linha. Comprimento mínimo: 30cm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	marthaezo	0	3,0400	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	3,1000	3
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Barichello	0	3,1500	4
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	DISSOLI	0	3,1900	5
			RICHESE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	3,1900	6
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	marthaezo	0	13,3500	1
25	CONJUNTO DE POTES PLÁSTICOS, REDONDOS, PARA MANTIMENTOS, COM TAMPAS, 5 PEÇAS. Em material resistente. Cor: branco com tampa translúcida. Contendo 5 potes com as seguintes capacidades: 7,7 litros; 4,5 litros; 2,7 litros; 1,5 litros; 1 litro.	UN	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	13,3900	2
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Jundiaí	0	13,8600	3
			RICHESE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	14,0000	4
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	5 Estrelas	0	14,0000	5
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	plavale	0	30,4000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	PLASVALE	0	30,4900	2
3	ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)		PLASVALE	0	31,0000		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Página: 11/22

**Número do Registro de Preços: 88/2017 Data do Registro: 23/10/2017 Válido até: 23/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	COPO PLÁSTICO, BORDA LISA, MÍNIMO 350ML. Em plástico, resistente, com capacidade mínima de 350 ml, com borda lisa. Cores diversas. Dimensões aproximadas: Ø7,5x100mm.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Plasnorthon	0	32,6700	4
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	33,0000	5
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	plavale	0	3,7900	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	ARPLAST	0	3,8000	2
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Plasnorthon	0	3,9600	3
27	FACA DE CARNE/COZINHA, 8", LÂMINA EM INOX E CABO EM POLIPROPILENO BRANCO. Lâmina em aço inox. De primeira linha. Indicada para cortar e fatiar carnes, frutas e legumes e picar temperos em geral. Cabo em polipropileno com proteção antideslizante, monobloco injetado diretamente sobre a lâmina, e ergonômico. Comprimento mínimo: 32cm.	UN	RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	4,0000	4
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	star	0	15,9000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	16,0000	2
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Fratelli	0	16,8300	3
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	5 Estrélas	0	16,9000	4
28	FACA DE MESA, INOX. Com Lâmina e cabo em aço inox. De primeira linha. Espessura mínima: 2mm. Comprimento mínimo: 190mm.	UN	RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	17,0000	5
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	martinazzo	0	3,0500	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	ART INOX	0	3,0900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Página: 12/22

Número do Registro de Preços: 88/2017

Data do Registro: 23/10/2017

Válido até: 23/10/2018

Objeto da Compra:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	FACA PARA PÃO, LÂMINA COM SERRA EM INOX E CABO EM POLIPROPILENO. Lâmina em aço inox. De primeira linha. Indicada para fatiar pães. Cabo em polipropileno. Comprimento mínimo da lâmina: 20cm.	UN	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	3,1000	3
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Barichello	0	3,1500	4
			RICHESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	3,1900	5
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	martinazzo	0	9,8000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	9,8800	2
30	FORMAVASSADEIRA QUADRADA, 40CM. Material: Alumínio. Medida: 40 cm. Altura: 7cm.	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	MARTINAZZO	0	9,9800	3
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	5 Estrelas	0	10,0000	4
			RICHESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	10,0000	5
31	FORMAVASSADEIRA RETANGULAR, ALUMÍNIO, 40x28cm. Material: Alumínio com acabamento fosco. Medida: 40 cm. Altura: 7cm.	UN	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	19,0000	1
			RICHESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	20,0000	2
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	erca	0	20,9000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	21,0000	2
			RICHESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	22,0000	3

Página: 13/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Número do Registro de Preços: 88/2017		Data do Registro: 23/10/2017		Válido até: 23/10/2018		Objeto da Compra:	
						Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	5 Estrelas	0	22,0000	4
32	FRIGIDEIRA ANTIADERENTE Nº 24, Frigideira "tipo francesa". Capacidade: 1,3 Litros. Diâmetro: 24 cm.	UN	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	21,0000	1
			RICHESE MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	22,0000	2
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	alcant	0	22,0000	3
33	GALÃO/BOTIJÃO TÉRMICO, CAPACIDADE DE 9 LITROS. Com tripé retrátil, bocal largo e alça embutida para facilitar o transporte. Utilizado para conservar líquidos quentes e frios. Composição: PEAD com isolamento em PU, Material externo: Polietileno (PE). Capacidade: 9 litros. Cor: Preto. Dimensões do Produto - Largura: 27,50 cm; Altura: 35,50 cm; Comprimento: 27,50 cm.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Inivicta	0	139,5000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	ALADIN	0	140,0000	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	SOPRANO	0	144,9500	3
			RICHESE MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	145,0000	4
34	GARFO DE MESA, INOX. Toda em aço inox. De primata linha. Espessura mínima: 1,5m. Comprimento mínimo: 190mm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	matthrazzo	0	2,9500	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	5 Estrelas	0	3,0000	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	3,0600	3
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Banchello	0	3,1500	4



Página: 14/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Número do Registro de Preços: 88/2017		Data do Registro: 23/10/2017		Válido até: 23/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

35	GARRAFA TÉRMICA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,8 LITROS, INOX. Corpo revestido em aço inox com acabamento escovado, ampolas de vidro, com sistema de bombeamento para servir. Capacidade mínima: 1,8 Litro. Bico Corta Pingos. Corpo inquebrável, em aço inox. Dimensões aproximadas: Altura: 38cm; Largura: 16cm; Comprimento: 12cm.	UN	ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETROINICO (13722)	DISSOLI	0	3,1800	5
			RICHESS MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	3,1900	6
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	TERMOLAR	0	72,0000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Mor	0	75,0000	2
			RICHESS MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	75,0000	3
36	JARRA PLÁSTICA GRADUADA, 1 LITRO, SEM TAMP. Em plástico resistente, com graduação no corpo do produto. Com bico para facilitar o despejo. Com alta Capacidade: 1 L. Dimensões aproximadas do produto: Comprimento: 17,2 cm; Largura: Ø 12 cm; Altura: 14,6 cm.	UN	ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETROINICO (13722)	MOR	0	75,0000	4
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Plasvale	0	3,8100	1
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	gibas	0	3,8500	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	3,9000	3
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETROINICO (13722)	PLASVALE	0	4,0000	4
			RICHESS MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	4,0000	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Página: 15/22

Número do Registro de Preços: 88/2017		Data do Registro: 23/10/2017		Válido até: 23/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	JARRA PLÁSTICA GRADUADA, 2 LITROS, COM TAMPA. Em plástico resistente, com graduação no corpo do produto. Com bico para facilitar o despejo. Com alça. Capacidade: 2 L. Dimensões aproximadas do produto: Comprimento: 20,5 cm. Largura: Ø 15,6 cm. Altura: 21,8 cm.	UN	ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	PLASVALE	0	5,8500	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	5,9000	2
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	6,0000	3
38	JARRA PLÁSTICA GRADUADA, 4 LITROS, COM TAMPA. Em plástico resistente, com graduação no corpo do produto. Com bico para facilitar o despejo. Com alça. Capacidade: 4 L. Dimensões aproximadas do produto: Comprimento: 23 cm. Largura: Ø 16 cm. Altura: 28 cm.	UN	ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	PLASVALE	0	8,7500	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	8,8000	2
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	9,0000	3
39	ORGANIZADOR ALTO, 26,5 LITROS. Caixa plástica com grampos de fechamento que prendem a tampa firmemente a caixa. Transparente. Com bases largas, para melhor apoio. Capacidade: 26,5 litros. Dimensões: 40x27x36,2cm.	UN	ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	PLASVALE	0	21,9000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	22,0000	2
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Plasnorthon	0	22,7700	3
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	23,0000	4
40	ORGANIZADOR ALTO, 72 LITROS. Caixa plástica com grampos de fechamento que prendem a tampa firmemente a caixa. Transparente. Com bases largas, para melhor apoio. Capacidade: 72 litros. Dimensões: 65x44,5x40cm.	UN	ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	SANREMO	0	154,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017

Página: 16/22

Número do Registro de Preços: 88/2017 Data do Registro: 23/10/2017 Válido até: 23/10/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Sanremo	0	155.0000	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	160.0000	3
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Sanremo	0	168.3000	4
			RICESSE MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	170.0000	5
41	ORGANIZADOR MÉDIO, 42 LITROS. Caixa plástica com grampos de fechamento que prendem a tampa firmemente à caixa. Transparente. Com bases largas, para melhor apoio. Capacidade: 42 litros. Dimensões: 65x44,5x24,5cm.	UN	ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETROINICO (13722)	PLASVALE	0	37.0000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	38.0000	2
			RICESSE MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	39.0000	3
42	PEGADOR DE MASSA, INOX, MÍNIMO 200CM. Todo em aço inox. Peça inteira, sem solda ou rebite. De primeira linha. Comprimento mínimo: 20cm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	star	0	11.3000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	11.5500	2
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Jundiai	0	11.8800	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	MARTINAZZO	0	11.9500	4
			RICESSE MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	12.0000	5
43	PORTA DETERGENTE/ESPONJA, EM PLÁSTICO, COM 3 COMPARTIMENTOS, BRANCO. Em plástico resiste, com 3 compartimentos: 1 oval e dois quadrados. Dimensões aproximadas do produto: Comprimento: 25,5 cm; Largura: 14,4 cm; Altura: 3,8 cm.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Jaguar	0	3.3500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Página: 17/22

**Número do Registro de Preços: 88/2017 Data do Registro: 23/10/2017 Válido até: 23/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Plasvale	0	3,4000	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	3,4400	3
			RICESSE MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	3,5200	4
44	PORTA TALHERES, EM PLÁSTICO, COM TAMPA, COM 5 DIVISÓRIAS, BRANCO. Para gaveta. Em plástico resistente. Dimensões mínimas do produto: Comprimento: 34,6 cm; Largura: 29,3 cm; Altura: 5,3 cm.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12858)	Jaguar	0	25,2000	1
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	plasvale	0	25,3000	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	25,6900	3
			ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	PLASVALE	0	25,9000	4
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Plasvale	0	26,5000	5
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	PLASVALE	0	26,6500	6
			RICESSE MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	26,7000	7
45	POTE PLÁSTICO, TIPO ORGANIZA FÁCIL, COM TAMPA, 1,3L. Em material resistente. Cor: translúcido com tampa colorida. Dimensões aproximadas: 1,3 litros - 148x148x92mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Plasvale	0	5,6000	1
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	plasvale	0	5,6500	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	5,6600	3

Página: 18/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

**Número do Registro de Preços: 88/2017      Data do Registro: 23/10/2017      Válido até: 23/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Jundiai	0	5,6900	4
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	PLASVALE	0	5,7500	5
			RICESSE MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	5,7500	6
46	POTE PLÁSTICO, TIPO ORGANIZA FÁCIL, COM TAMPA, 26L. Em material resistente. Cor: translúcido com tampa colorida. Dimensões aproximadas: 2,6 litros - 193x193x101mm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	plasvale	0	7,7000	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	7,8000	2
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Jundiai	0	7,9200	3
			RICESSE MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	8,0000	4
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	PLASVALE	0	8,0000	5
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Plasvale	0	8,0000	6
47	POTE PLÁSTICO, TIPO ORGANIZA FÁCIL, COM TAMPA, 350ML. Em material resistente. Cor: translúcido com tampa colorida. Dimensões aproximadas: 350ml - 97,5x97,5x67mm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	gipias	0	1,1400	1
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	1,1500	2
			RICESSE MOVEIS LTDA - EPP (13425)		0	1,1600	3

Página: 19/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

**Número do Registro de Preços: 88/2017 Data do Registro: 23/10/2017 Válido até: 23/10/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	PRATO FUNDO DE VIDRO TRANSPARENTE, 22CM. Em vidro temperado, transparente, resistente a impactos e pequenas quedas. Pode ser utilizado em micro-ondas, freezer e geladeira e pode ser usado em lava-louças. Dimensões do produto: Diâmetro: 022cm. Altura: 3,2cm.	UN	ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	NADIR	0	5,9000	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Duralex	0	5,9500	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	NADIR	0	6,0400	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	duralex	0	6,1000	4
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	6,1000	5
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	6,3000	6
49	PRATO FUNDO EM INOX. Indicado para alimentação escolar. Altamente durável. Dimensões mínimas: Diâmetro: 20cm. Altura: 3cm. Espessura: 2,5mm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	zenilmix	0	4,9500	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	STILO INOX	0	4,9600	2
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	5,0000	3
50	TÁBUA DE CORTE DE POLIETILENO, BRANCA. Dimensões mínimas: 35x25x1cm.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	import	0	26,7000	1
			PERFORMACE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	AROPLAST	0	26,7500	2
			ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	PLASVALE	0	26,9000	3
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Jundiai	0	27,5200	4



Página: 20/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Número do Registro de Preços: 88/2017		Data do Registro: 23/10/2017		Válido até: 23/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICHESE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	27,8000	5
51	XÍCARA PARA CAFÉ COM PIRES, TRANSPARENTE, 90 ML. Em vidro temperado, transparente, resistente a impactos e pequenas quedas. Pode ser utilizado em micro-ondas, freezer e geladeira e pode ser usado em lava-louças. Volume: 90ml.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)	duralex	0	7,9000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12403)	NADIR	0	7,9800	2
			PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME (13715)	F VALE	0	8,0000	3
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Marinex	0	8,2100	4
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Duralex	0	8,3000	5
			RICHESE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	8,3000	6

Página: 21/22

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017

Número do Registro de Preços: 88/2017		Data do Registro: 23/10/2017		Válido até: 23/10/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETROINICO (13722)	MUNDIAL	0	8,3000	7

Página: 22/22

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2017**

Número do Registro de Preços: 88/2017		Data do Registro: 23/10/2017		Válido até: 23/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e PROCON d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2017**

**PROCESSO Nº 197/2017**

- (9073) - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP
- (10662) - BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP
- (12403) - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
- (12658) - COMERCIAL VITORIA LTDA - ME
- (13425) - RICHESSE MOVEIS LTDA - EPP
- (13715) - PERFORMANCE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME
- (13722) - ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO

Schroeder, 23 de Outubro de 2017.

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS 14 2017-PMS

Publicação Nº 1408486

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 183/2017  
Licitação.....: 14/2017 - TP  
Modalidade....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Objeto.....: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para a construção de marquise e brise metálico na nova sede do PROCON, na cidade de Schroeder, com área da marquise de 52,13 m², área do brise 56,25 m² e perímetro do brise 62,50 m, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Total dos Itens Vencedores: 48.172,31

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	2019	-	Construção de marquise e brise metálico na sede do PROCON - Unidade: UN				
13112	FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME		1,000	0,0000	48.172,3100	48.172,31	Venceu	1 *****
12632	OMVS CONTRUTORA LTDA-ME		1,000	0,0000	50.684,1100	50.684,11	Perdeu	2

Schroeder, Em	...../...../.....
Daniela Samulescki -	..... - Presidente da Comissão
Cezar Santos de Jesus -	..... - Membro
Ana Paula Kreis -	..... - Membro
Walter Egídio Mukai -	..... - Membro
Ivandra de Souza -	..... - Secretária
Válteri Rocha de Camargo -	..... - Membro Suplente
Ilmar José Pereira Borges Filho -	..... - Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller -	..... - Membro Suplente
Diego Guilherme Lasta -	..... - Membro Suplente

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1327

Publicação Nº 1408389

DECRETO Nº 1327, de 23 de outubro de 2017

Abre crédito especial por conta da anulação de dotação orçamentária no valor de R\$ 13.500,00.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 1903, de 23 de dezembro que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e combinado com as alíneas “a” e “b”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901, de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2017 e com o inciso I e II do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, e autorizado pela Lei nº 1945, de 23 de outubro de 2017,

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial:

Órgão:										10	SECRETARIA MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL E DES. COMUN.											
Unidade:										06	Fundo Municipal de Assistência Social											
Projeto Atividade:										2099	Gestão das Políticas e Ações da Assistência Social – Órgão Gestor											
Modalidade:										225	44900000000000					Aplicações Diretas					13.500,00	
											0.1.0801											
									TOTAL ..... R\$										13.500,00			

Art. 2º O crédito especial constante do artigo anterior será aberto por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão:								10	SECRETARIA MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL E DES. COMUN.											
Unidade:								06	Fundo Municipal de Assistência Social											
Projeto Atividade:								2099	Gestão das Políticas e Ações da Assistência Social – Órgão Gestor											
Modalidade:								171	33900000000000					Aplicações Diretas					13.500,00	
									0.1.0801											
								TOTAL ..... R\$										13.500,00		

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 23 de outubro de 2017  
EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 23 de outubro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 1328

Publicação Nº 1408391

DECRETO Nº 1328, de 23 de outubro de 2017

Abre crédito especial por conta da anulação de dotação orçamentária no valor de R\$ 13.500,00.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 1903, de 23 de dezembro que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e combinado com as alíneas “a” e “b”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901, de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2017 e com o inciso I e II do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, e autorizado pela Lei nº 1946, de 23 de outubro de 2017,

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão:	08	SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR			
Unidade:	1	Departamento do Interior			
Projeto Atividade:	2036	Gestão das Ações do Transporte Rodoviário Municipal			
Modalidade:	115	33900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	150.000,00
Órgão:	12	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA			
Unidade:	1	Fundação Municipal de Esportes			
Projeto Atividade:	2064	Gestão das Políticas e Ações do Desporto, Recreação e Lazer Comunitário			
Modalidade:	05	33900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	28.812,00

TOTAL ..... R\$ 178.812,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão:	08	SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR			
Unidade:	1	Departamento do Interior			
Projeto Atividade:	1018	Infraestrutura, Revitalizações e Sinalização de Obras de Arte do Sistema Viário Municipal			
Modalidade:	111	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	50.519,00
Órgão:	08	SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR			
Unidade:	1	Departamento do Interior			
Projeto Atividade:	1019	Equipamentos, Materiais Permanentes e Veículos para Modernização do Sistema Viário Municipal			
Modalidade:	112	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	99.481,00
Órgão:	12	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA			
Unidade:	1	Fundação Municipal de Esportes			
Projeto Atividade:	1042	Infraestrutura, Reformas e Equip. para Prédios e Espaços para o Desporto, Recreação e Lazer Comunitário			
Modalidade:	01	33900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	2.102,00
Modalidade:	02	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	18.950,00
Órgão:	12	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA			
Unidade:	1	Fundação Municipal de Esportes			
Projeto Atividade:	1043	Equipamentos, Material Permanente e Veículos para Modernização do Desporto, Rec. e Lazer Comunitário			
Modalidade:	03	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	7.760,00

TOTAL ..... R\$ 178.812,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 23 de outubro de 2017  
 EDEMILSON CANALE  
 Prefeito Municipal  
 Registra-se e Publica-se  
 Em 23 de outubro de 2017

Neri Cosmann  
 Secretário de Administração

## DECRETO Nº 1329

Publicação Nº 1408393

DECRETO Nº 1329, de 23 de outubro de 2017

Formaliza Termo de Credenciamento nº 005/2017 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento nº 005/2017, Processo de Licitação nº 131/2017, Modalidade de Inexigibilidade nº 009/2017, de 16 de outubro de 2017,  
 DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 16 de outubro de 2017, fica CREDENCIADO o Sr. Enio Benetti para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.



Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 131/2017, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação de nº 009/2017, datado em 16 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 23 de outubro de 2017  
EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 23 de outubro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 1330

Publicação Nº 1408394

DECRETO Nº 1330 de 23 de outubro de 2017

Formaliza Termo de Credenciamento nº 006/2017 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento nº 006/2017, Processo de Licitação nº 132/2017, Modalidade de Inexigibilidade nº 010/2017, de 16 de outubro de 2017,  
DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 16 de outubro de 2017, ficam CREDENCIADOS o Sr. Adelino José Ebertz e Sra. Ivanir Mansolf Ebertz para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 132/2017, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação de nº 010/2017, datado em 16 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 23 de outubro de 2017  
EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 23 de outubro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

## LEI Nº 1942

Publicação Nº 1408398

LEI Nº 1942, 23 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza receber imóvel por doação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado em receber por doação, imóvel, como sendo parte do lote rural nº 39, do Bloco General Rondon, da Colônia Rio Branco, com a área total de 15.563,10 m², sem benfeitorias, sito na Linha Salete, neste Município e Comarca, com os seguintes limites e descrição: inicia-se a descrição do perímetro no Marco denominado "Marco M-01", georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51ºW, coordenadas Plano Retangulares Relativas, sistema UTM: E 372.614.787 e N 6.997.161.242, segue em sentido horário em direção ao Sul, com azimute 175º53'39" e extensão de 94,76 metros, até o Ponto M-02, de coordenadas UTM: E 372.621.575 e N 6.997.066.715, confrontando com parte do Lote Rural nº 37, matrícula nº 18.511; Do Ponto M-02, segue em direção ao Sul, com Azimute 175º53'39" e extensão de 10,20 metros, até o Ponto M-03, de coordenadas UTM: E 372.622.302 e N 6.997.056.552, confrontando com parte do Lote Rural nº 37, matrícula nº 4.509; do Ponto M-03, segue em direção ao Sudoeste, com Azimute 257º51'05", na extensão de 61,30 metros, até o Ponto M-04, de coordenadas UTM: E 372.562.376 e N 6.997.043.652, confrontando com parte do mesmo Lote Rural nº 39, da área remanescente deste desmembramento, matrícula nº 20.270; do Ponto M-04, segue em direção ao Noroeste, com

Azimute 274°45'48", na extensão de 70,18 metros, até o Ponto M-05, de coordenadas UTM: E 372.492.439 e N 6.997.049.480, confrontando parte do mesmo Lote Rural nº 39, da área remanescente deste desmembramento, matrícula nº 20.270; Do Ponto M-05, segue em direção ao Noroeste, com Azimute 327°38'58", na extensão de 62,75 metros, até o Ponto M-06, de coordenadas UTM: E 372.458.917 e N 6.997.102.304, confrontando parte do mesmo Lote Rural nº 39, da área remanescente deste desmembramento, matrícula nº 20.270; do Ponto M-06, segue em direção ao Nordeste, com Azimute 16°26'31" e extensão de 9,70 metros, até o Ponto M-07, de coordenadas UTM: E 372.461.609 e N 6.997.111.785, confrontando parte do mesmo Lote Rural nº 39, da área remanescente deste desmembramento, matrícula nº 20.270; Do Ponto M-07, segue em direção ao Nordeste, com Azimute 42°11'56" e extensão de 58,79 metros, até o Ponto M-08, de coordenadas UTM: E 372.501.099 e N 6.997.155.338, confrontando parte do mesmo Lote Rural nº 39, da área remanescente deste desmembramento, matrícula nº 20.270; Do Ponto M-08, segue em direção ao Leste, com Azimute 87°01'37" e extensão de 113,84 metros, até o Ponto M-01 (marco inicial da descrição deste perímetro), confrontando com parte do mesmo Lote Rural nº 39, da área remanescente deste desmembramento, matrícula nº 20.270, registrado sob o nº 20.856, fls. nº 156, do Livro "2-B", do Registro de Imóveis da Comarca de Seara, Estado de Santa Catarina, pertencente Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Cantinho dos Amigos, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 23.729.835/0001-82, com sede na Linha Saleté, no Município e Comarca de Seara, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O imóvel previsto no presente artigo destina-se a construção e instalação de equipamentos visando desenvolver atividades de organizações associativas ligadas à cultura e as artes.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de até 31 de dezembro de 2020 para que o Município de Seara/SC atenda o objeto previsto no parágrafo único do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do previsto no presente artigo, o imóvel estabelecido no art. 1º da presente Lei reverterá automaticamente para a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Cantinho dos Amigos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 23 de outubro de 2017.

EDEMILSON CANALE
------------------

Prefeito Municipal
--------------------

## LEI Nº 1943

Publicação Nº 1408400

LEI Nº 1943, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Revoga a Lei nº 1899 de 13 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1899, de 13 de dezembro de 2016, que autoriza a aquisição de imóvel por permuta, para realização de obras públicas de interesse do Município e dá outras providências.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 23 de outubro de 2017.

EDEMILSON CANALE
------------------

Prefeito Municipal
--------------------

## LEI Nº 1944

Publicação Nº 1408402

LEI Nº 1944, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Revoga a Lei nº 814 de 02 de março de 1992.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 814, de 02 de março de 1992, que cria incentivos Fiscais e Econômicos para Empresas que se Estabeleçam no Município de Seara, ou nele ampliem as suas Instalações Industriais, Comerciais, de Prestação De Serviços, Agropecuárias e dá outras providências.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 23 de outubro de 2017.

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1945

Publicação Nº 1408403

LEI Nº 1945, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Abre crédito especial por conta da anulação de dotação orçamentária no valor de R\$ 13.500,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 1903, de 23 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e combinado com as alíneas “a” e “b”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901, de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2017 e com o inciso I e II do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial:

Órgão:	10	SECRETARIA MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL E DES. COMUN.											
Unidade:	06	Fundo Municipal de Assistência Social											
Projeto Atividade:	2099	Gestão das Políticas e Ações da Assistência Social – Órgão Gestor											
Modalidade:	225	44900000000000				Aplicações Diretas				13.500,00			
		0.1.0801											
								TOTAL .....				R\$	13.500,00

Art. 2º O crédito especial constante do artigo anterior será aberto por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão:	10	SECRETARIA MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL E DES. COMUN.				
Unidade:	06	Fundo Municipal de Assistência Social				
Projeto Atividade:	2099	Gestão das Políticas e Ações da Assistência Social – Órgão Gestor				
Modalidade:	171	33900000000000	Aplicações Diretas		13.500,00	
		0.1.0801				
		TOTAL ..... R\$				13.500,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 23 de outubro de 2017.

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1946

Publicação Nº 1408405

LEI Nº 1946, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 178.812,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos I e II do art. 31 da Lei Municipal nº 1903, de 23 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 - LDO, e combinado com alínea “d”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901, de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2017 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão:	08	SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR			
Unidade:	1	Departamento do Interior			
Projeto Atividade:	2036	Gestão das Ações do Transporte Rodoviário Municipal			
Modalidade:	115	33900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	150.000,00

Órgão:	12	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA			
Unidade:	1	Fundação Municipal de Esportes			
Projeto Atividade:	2064	Gestão das Políticas e Ações do Desporto, Recreação e Lazer Comunitário			
Modalidade:	05	33900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	28.812,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão:	08	SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR			
Unidade:	1	Departamento do Interior			
Projeto Atividade:	1018	Infraestrutura, Revitalizações e Sinalização de Obras de Arte do Sistema Viário Municipal			
Modalidade:	111	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	50.519,00

Órgão:	08	SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR			
Unidade:	1	Departamento do Interior			
Projeto Atividade:	1019	Equipamentos, Materiais Permanentes e Veículos para Modernização do Sistema Viário Municipal			
Modalidade:	112	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	99.481,00

Órgão:	12	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA			
Unidade:	1	Fundação Municipal de Esportes			
Projeto Atividade:	1042	Infraestrutura, Reformas e Equip. para Prédios e Espaços para o Desporto, Recreação e Lazer Comunitário			
Modalidade:	01	33900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	2.102,00
Modalidade:	02	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	18.950,00

Órgão:	12	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA			
Unidade:	1	Fundação Municipal de Esportes			
Projeto Atividade:	1043	Equipamentos, Material Permanente e Veículos para Modernização do Desporto, Rec. e Lazer Comunitário			
Modalidade:	03	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	7.760,00

TOTAL ..... R\$ 178.812,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 23 de outubro de 2017.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2017

Publicação Nº 1408225

Processo Licitatório nº 135/2017  
Edital de Pregão Presencial nº 070/2017

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, impreterivelmente até às 08h30min do dia 08/11/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à contratação de serviços de vigilantes desarmados para o evento Conexão Seara, que será realizado do 03 de dezembro de 2017. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 23 de outubro de 2017.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

**TERMO DE PRORROGAÇÃO PL 039/2017- PP 023/2017 – RP 014/2017-CER. SEARA**

Publicação Nº 1408508

**TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 039/2017**

Pregão Presencial nº 023/2017 – Registro de Preços nº 014/2017

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 039/2017 - Pregão Presencial n.º 023/2017 – Registro de Preços nº 014/2017, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 17/10/2017, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 16 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_  
Flavio Ragagnin  
Prefeito Municipal em Exercício

De acordo.

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Comercial Cerâmica Seara Ltda

**TERMO DE PRORROGAÇÃO PL 039/2017- PP 023/2017 – RP 014/2017-GIVANILDO**

Publicação Nº 1408503

**TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 039/2017**

Pregão Presencial nº 023/2017 – Registro de Preços nº 014/2017

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 039/2017 - Pregão Presencial n.º 023/2017 – Registro de Preços nº 014/2017, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 17/10/2017, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 16 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_  
Flavio Ragagnin  
Prefeito Municipal em Exercício

De acordo.

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Givanildo Biondo - ME

**TERMO DE PRORROGAÇÃO PL 039/2017- PP 023/2017 – RP 014/2017-QUIMICASOL**

Publicação Nº 1408506

**TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 039/2017**

Pregão Presencial nº 023/2017 – Registro de Preços nº 014/2017

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 039/2017 - Pregão Presencial n.º 023/2017 – Registro de Preços nº 014/2017, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 17/10/2017, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 16 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_  
Flavio Ragagnin  
Prefeito Municipal em Exercício

De acordo.

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Quimicasol Ltda - EPP

## **TERMO DE PRORROGAÇÃO PL 039/2017- PP 023/2017 – RP 014/2017-SGARBOSSA**

Publicação Nº 1408505

### **TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 039/2017**

Pregão Presencial nº 023/2017 – Registro de Preços nº 014/2017

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 039/2017 - Pregão Presencial nº 023/2017 – Registro de Preços nº 014/2017, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 17/10/2017, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 16 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_  
Flavio Ragagnin  
Prefeito Municipal em Exercício

De acordo.

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Albino Sgarbossa Transporte e Comércio Ltda



ITENS ADJ E SALDO PEND. PL 039/2017- PP 023/2017 – RP 014/2017- CER SEARA

Publicação Nº 1408514

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 18/04/2017 a 16/10/2017)

Entidade Participante: Consolidado

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprímida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vendedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
------	----------	-----------------------	---------	----------------------------	---------------------------------	------------------------------------	----------------	----------------	----------------

Processo / Ano:	39/2017	Licitação:	23/2017 - PR	Data de Homologação:	18/04/2017	Registro de Preço:	Sim				
Fornecedor.....	10187-COMERCIAL CERAMICA SEARA LTDA - ME										
123	333397574	MADEIRA DE EUCALIPTO, DA ESPÉCIE GRANDIS, EM PERFEITAS CONDI		M3	70,000	38,099	0,000	31,901	360,0000	11.484,36	
										Total Pendente:	11.484,36
										Total Geral:	11.484,36

## ITENS ADJ E SALDO PEND. PL 039/2017- PP 023/2017 – RP 014/2017- GIVANILDO

Publicação Nº 1408511

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 18/04/2017 a 16/10/2017)

Entidade Participante: Consolidado

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimento	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 39/2017 Licitação: 23/2017 - PR Data de Homologação: 18/04/2017 Registro de Preço: Sim									
Fornecedor.....	9280-GIVANILDO BIONDO - ME.								
1	4712	ADESIVO PVC - 175GR	UN	30,000	4,000	0,000	26,000	12,0000	312,00
2	80859	ALICATE TIPO UNIVERSAL, COM CABO ISOLADOR CONFORME NORMA NBR	UN	10,000	3,000	0,000	7,000	18,5000	129,50
3	11403	BARRA DE FERRO Ø 3/8, CA 50, 12M	UN	100,000	1,000	0,000	99,000	26,7500	2,648,25
4	11404	BARRA DE FERRO Ø 5/8, CA50, 12M	UN	100,000	18,000	0,000	82,000	67,6500	5,547,30
5	11412	BROCHA P/ PINTURA 15 CM	UN	10,000	8,000	0,000	2,000	6,2500	12,50
6	11394	CABO PARA FERRAMENTAS DE MADEIRA (PÁ, ENXADA, FOICE, ETC)	UN	25,000	1,000	0,000	24,000	9,7000	232,80
7	84290	CAL VIRGEM, EMBALAGEM DE 20KG	UN	50,000	16,000	0,000	34,000	8,9000	302,60
8	84274	CARRINHO DE MÃO COM CAÇAMBA DE PLÁSTICO	UN	10,000	4,000	0,000	6,000	99,0000	594,00
14	80875	CHAVE PHILIPS PH2x100MM	UN	5,000	2,000	0,000	3,000	10,5000	31,50
15	80860	CHAVE TORQUES 12"	UN	5,000	1,000	0,000	4,000	28,7000	114,80
18	11386	ENXADA QUADRADA, DE AÇO C/ CABO DE MADEIRA	UN	20,000	4,000	0,000	16,000	19,8000	316,80
19	4424	FITA VEDA ROSCA 12MMX25M	UN	50,000	7,000	0,000	43,000	3,3500	144,05
19	4424	FITA VEDA ROSCA 12MMX25M	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	3,3500	164,15
20	11387	FOICE GRANDE, DE AÇO C/ CABO DE MADEIRA	UN	10,000	5,000	0,000	5,000	24,3000	121,50
21	11399	FORRO DE PVC	M2	330,000	89,000	0,000	241,000	11,8000	2,843,80
22	11420	JOELHO PVC Ø 100 MM, NBR 5688	UN	40,000	6,000	0,000	34,000	3,9000	132,60
25	11419	JOELHO PVC Ø 75 MM, NBR 5688	UN	40,000	12,000	0,000	28,000	3,8500	107,80
25	11419	JOELHO PVC Ø 75 MM, NBR 5688	UN	40,000	6,000	0,000	34,000	3,8500	130,90
26	11395	LIMA CHATA	UN	20,000	1,000	0,000	19,000	12,8000	243,20
27	11424	LUVA PVC Ø 100 MM, NBR 5688	UN	40,000	15,000	0,000	25,000	3,9000	97,50
27	11424	LUVA PVC Ø 100 MM, NBR 5688	UN	40,000	4,000	0,000	36,000	3,9000	140,40
28	84278	LUVA PVC Ø 20 MM, NBR 5688	UN	40,000	7,000	0,000	33,000	0,4900	16,17
30	80848	LUVA PVC Ø 75 MM, NBR 5688	UN	40,000	6,000	0,000	34,000	3,4000	115,60
30	80848	LUVA PVC Ø 75 MM, NBR 5688	UN	40,000	4,000	0,000	36,000	3,4000	122,40
31	11390	PÁ QUADRADA DE FERRO C/ CABO DE MADEIRA	UN	20,000	2,000	0,000	18,000	22,1000	397,80
33	11388	PICARETA DE FERRO C/ CABO DE MADEIRA	UN	10,000	3,000	0,000	7,000	44,7500	313,25
40	11397	ROLO DE ESPUMA PARA PINTURA 18CM	UN	20,000	16,000	0,000	4,000	7,4000	29,60
41	11118	TEE 100MM	UN	40,000	5,000	0,000	35,000	7,4500	260,75
43	538	TUJOLO 6 FUROS 9 X 14 X 24 CM	UN	10,000,000	1,099,000	0,000	8,901,000	0,5000	4,450,50
48	80862	TRENA EMBORACHADA 7,5MT	UN	5,000	1,000	0,000	4,000	16,4000	65,60

Página: 2/3

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 18/04/2017 a 16/10/2017)

Entidade Participante: Consolidado

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimento	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Ctde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
------	----------	-----------------------	---------	-----------------------------	---------------------------------	------------------------------------	----------------	----------------	----------------

Processo / Ano: 39/2017 Licitação: 23/2017 - PR Data de Homologação: 18/04/2017 Registro de Preço: Sim

49	80863	TRENA EMBORRACHADA 10MT	UN	5,000	1,000	0,000	4,000	19,9000	79,60
50	80861	TRENA EMBORRACHADA 5MT	UN	10,000	1,000	0,000	9,000	12,6000	113,40
53	80856	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 75MM, BARRA DE 6M	UN	30,000	4,000	0,000	26,000	86,0000	2.236,00
54	11417	TUBO PVC Ø 50 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	UN	70,000	2,000	0,000	68,000	24,7500	1.683,00
55	1427	ALVENARITE 1 L	L	50,000	17,000	0,000	33,000	4,4000	145,20
56	75042	ALVERANITE 5L	UN	20,000	15,000	0,000	5,000	19,7500	98,75
57	375	AREIA MÉDIA	M3	150,000	41,000	0,000	109,000	116,0000	12.644,00
57	375	AREIA MÉDIA	M3	150,000	4,500	0,000	145,500	116,0000	16.878,00
58	77791	ARGAMASSA 20KG AC 1	SC	50,000	5,000	0,000	45,000	8,2000	369,00
59	77792	ARGAMASSA 20KG AC 2	SC	150,000	2,000	0,000	148,000	17,6000	2.604,80
61	11402	BARRA DE FERRO Ø 4,2, CA60, 12M	UN	150,000	61,000	0,000	89,000	5,8000	516,20
62	77764	BARRA DE FERRO Ø 5/16 CA50 12M	UN	100,000	16,000	0,000	84,000	20,7000	1.738,80
65	3394925	BROCA 0,8 MM	UN	20,000	4,000	0,000	16,000	8,4000	134,40
66	80858	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA, CAPACIDADE 10LTS	UN	20,000	6,000	0,000	14,000	22,4000	313,60
67	11408	CAL PARA PINTURA 8KG	UN	300,000	50,000	0,000	250,000	7,9000	1.975,00
69	11401	CIMENTO EM SACA DE 50KG, CPII	UN	650,000	248,000	0,000	402,000	25,7000	10.331,40
70	80845	CURVA PVC 100 MM, NBR 5688	UN	40,000	5,000	0,000	35,000	5,3500	187,25
70	80845	CURVA PVC 100 MM, NBR 5688	UN	40,000	3,000	0,000	37,000	5,3500	197,95
71	83950	KIT COMPLETO PARA CAIXA ACOPLADA	UN	20,000	3,000	0,000	17,000	70,0000	1.190,00
72	11406	LONA PLÁSTICA PRETA, 125 MICRAS	M2	4,000,000	552,000	0,000	3,448,000	0,7900	2.723,92
75	77400	MADERITE 1,10 M x 2,20 M 10MM	UN	24,000	13,000	0,000	11,000	28,8000	316,80
76	3393447	MANGUEIRA POLIET. 1/2 X 2,5 MM	M	400,000	100,000	0,000	300,000	1,2400	372,00
77	77771	PÓ DE BRITA E PEDRISCO	M3	500,000	450,800	0,000	49,200	69,7500	3.431,70
78	3252	PREGO 17X27	KG	50,000	6,000	0,000	44,000	6,9500	305,80
79	11407	PREGO 19X39	KG	50,000	34,000	0,000	16,000	7,1000	113,60
80	3394787	SIKAFLEX	UN	50,000	5,000	0,000	45,000	15,6000	702,00
92	87001	TRELIÇA 12 CM	M	150,000	55,000	0,000	95,000	5,3500	508,25
94	389403	TUBO 40 ESGOTO	UN	20,000	8,000	0,000	12,000	16,0000	192,00
95	80854	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 25MM, BARRA DE 6M	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	11,7000	573,30
96	82704	TUBO PVC 32MM SOLDÁVEL	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	17,9000	877,10

Página: 3/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 18/04/2017 a 16/10/2017)

Entidade Participante: Consolidado

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimento	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
------	----------	-----------------------	---------	-----------------------------	---------------------------------	------------------------------------	----------------	----------------	----------------

Processo / Ano: 39/2017 Licitação: 23/2017 - PR Data de Homologação: 18/04/2017 Registro de Preço: Sim

Forneceador.....: 9280-GIVANILDO BIONDO - ME.									
97	11415	TUBO PVC Ø 100 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	UN	50,000	7,000	0,000	43,000	34,9000	1.500,70
97	11415	TUBO PVC Ø 100 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	UN	50,000	4,000	0,000	46,000	34,9000	1.605,40
99	11416	TUBO PVC Ø 75 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	UN	50,000	9,000	0,000	41,000	28,5000	1.168,50
99	11416	TUBO PVC Ø 75 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	UN	50,000	3,000	0,000	47,000	28,5000	1.339,50
103	80249	COLA ADESIVA PLASTICA 75G	UN	50,000	2,000	0,000	48,000	3,6000	172,80
104	80866	FLEXIVEL 90CM	UN	30,000	15,000	0,000	15,000	4,6000	69,00
105	3394788	GRADE DE VENTILAÇÃO	UN	100,000	6,000	0,000	94,000	11,2500	1.057,50
106	3393450	JOELHO 20MM SOLDÁVEL 45°	UN	30,000	15,000	0,000	15,000	0,4500	6,75
107	86347	JOELHO 20MM SOLDÁVEL 90°	UN	20,000	13,000	0,000	7,000	0,2500	1,75
108	87296	JOELHO 25MM 45° SOLDÁVEL	UN	40,000	10,000	0,000	30,000	0,7300	21,90
109	36988	JOELHO 25MM 90° SOLDÁVEL	UN	50,000	10,000	0,000	40,000	0,3000	12,00
111	11429	MARTELO DE ORELHA 200G, C/ CABO DE MADEIRA	UN	15,000	3,000	0,000	12,000	14,5000	174,00
113	3251	PREGO 18X30	KG	30,000	8,000	0,000	22,000	6,9000	151,80
115	6197	REGISTRO ESFERA 25MM SOLDÁVEL	UN	20,000	6,000	0,000	14,000	4,7000	65,80
116	3393445	REGISTRO ESFERA 32 MM SOLDÁVEL	UN	30,000	4,000	0,000	26,000	10,6800	277,68
117	3394921	TAMPA VASO SANITÁRIO	UN	20,000	7,000	0,000	13,000	14,8000	192,40
117	3394921	TAMPA VASO SANITÁRIO	UN	20,000	5,000	0,000	15,000	14,8000	222,00
118	579	TORNEIRA plastica 1/2	UN	50,000	5,000	0,000	45,000	2,3000	103,50
118	579	TORNEIRA plastica 1/2	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	2,3000	112,70
119	80865	TORNEIRA PLÁSTICA 3/4	UN	50,000	16,000	0,000	34,000	2,9000	98,60
120	80853	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 20MM, BARRA DE 6M	UN	50,000	14,000	0,000	36,000	8,9000	320,40
121	333397347	TELA DE SOMBREAMENTO 50%	M2	100,000	18,000	0,000	82,000	4,0000	328,00
122	333397573	MADEIRA DE EUCALIPTO DA ESPÉCIE GRANDIS, EM FORMAS DE VIGAS	M3	50,000	49,520	0,000	0,480	500,0000	240,00
Total Pendente:									92.935,12
Total Gerat									92.935,12

ITENS ADJ E SALDO PEND. PL 039/2017- PP 023/2017 – RP 014/2017- QUIMICASOL

Publicação Nº 1408513

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 18/04/2017 a 16/10/2017)

Entidade Participante: Consolidado

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimento	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 39/2017      Licitação: 23/2017 - PR      Data de Homologação: 18/04/2017      Registro de Preço: Sim									
Fornecedor.....: 12347-QUIMICASOL LTDA - EPP									
124	3393663	TINTA DEMARCAÇÃO VIARIA, NA COR BRANCA, EMBALAGEM DE 18 LITR	UN	50,000	15,000	0,000	35,000	142,0000	4.970,00
125	3393664	TINTA DEMARCAÇÃO VIARIA, NA COR AMARELA, EMBALAGEM DE 18 LIT	UN	20,000	12,000	0,000	8,000	152,0000	1.216,00
								Total Pendente:	6.186,00
								Total Geral:	6.186,00

ITENS ADJ E SALDO PEND. PL 039/2017- PP 023/2017 – RP 014/2017- SGARBOSSA

Publicação Nº 1408509

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

Entidade Participante: Consolidado

(Período de 18/04/2017 a 16/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 39/2017      Licitação: 23/2017 - PR      Data de Homologação: 18/04/2017      Registro de Preço: Sim									
Fornecedor.....: 6169-ALBINO SGARBOSSA TRANSPORTES E COMERCIO LTDA.									
34	77790	PISO CERAMICA PI 5 DE 1º QUALIDADE	M2	300,000	15,000	0,000	285,000	9,0000	2.565,00
98	11414	TUBO PVC Ø 150 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	UN	40,000	3,000	0,000	37,000	83,0000	3.071,00
								Total Pendente:	5.636,00
								Total Geral:	5.636,00



**ITENS NÃO ADJUDICADOS PL 039/2017- PP 023/2017 – RP 014/2017**

Publicação Nº 1408516

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Página: 1/1

Relação dos Itens Não Adjudicados por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Preço Total
<b>Processo / Ano: 39/2017      Licitação: 23/2017 - PR      Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 6169      - ALBINO SGARBOSSA TRANSPORTES E COMERCIO LTDA.</b>					
17	11418	CURVA PVC 75 MM, NBR 5688	UN	40,000	196,00
23	11421	JOELHO PVC Ø 20X12, NBR 5688	UN	40,000	40,00
35	11405	PREGO 13X15	KG	50,000	385,00
52	333397615	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 50MM BARRA DE 6M	UN	50,000	1.775,00
101	3393449	ABRAÇADEIRA MANGA 1/2	UN	20,000	12,20
<b>TOTAIS -----&gt;</b>				200,000	2.408,20

<b>Processo / Ano: 39/2017      Licitação: 23/2017 - PR      Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 9280      - GIVANILDO BIONDO - ME.</b>					
9	80870	CHAVE DE FENDA 3.2x75MM	UN	5,000	31,00
10	80871	CHAVE DE FENDA 5x75MM	UN	5,000	37,50
11	80872	CHAVE DE FENDA 6x100MM	UN	5,000	43,00
12	80873	CHAVE PHILIPS PH0x75MM	UN	5,000	41,50
13	80874	CHAVE PHILIPS PH1x100MM	UN	5,000	49,00
16	80846	CURVA PVC 50 MM, NBR 5688	UN	40,000	134,00
24	84277	JOELHO PVC Ø 50 MM, NBR 5688	UN	40,000	114,00
29	80847	LUVA PVC Ø 50 MM, NBR 5688	UN	40,000	98,00
32	11389	PÁ REDONDA DE FERRO C/ CABO DE MADEIRA	UN	10,000	192,50
39	80869	REBITADEIRA MANUAL	UN	5,000	109,50
42	81303	TELHA DE CIMENTO SEM AMIANTO 2,44 X 0,5 X 4 MM	UN	250,000	3.175,00
51	84855	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 100MM, BARRA DE 6M	UN	30,000	5.520,00
60	77793	ARGAMASSA 20KG AC 3	SC	150,000	4.200,00
64	3394924	BROCA 0,6MM 100	UN	20,000	134,00
68	3394647	CATRACA QUADRADA PEQUENA	UN	10,000	57,50
73	82700	LUVA 32 MM SOLDÁVEL	UN	40,000	40,00
74	11422	LUVA PVC Ø 200 MM, NBR 5688	UN	20,000	452,00
93	3395152	TRELISSA 8CM	M	400,000	1.640,00
110	3393446	JOELHO 32MM 90° SOLDÁVEL	UN	50,000	50,00
112	80240	PREGO 12X12	KG	30,000	259,20
114	389404	REDUÇÃO 32X25 SOLDAVEL	UN	40,000	40,00
<b>TOTAIS -----&gt;</b>				1.200,000	16.417,70

<b>Processo / Ano: 39/2017      Licitação: 23/2017 - PR      Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 12347      - QUIMICASOL LTDA - EPP</b>					
100	3394127	VERNIZ ACRILICO A BASE DE ÁGUA 0,900	UN	20,000	960,00
<b>TOTAIS -----&gt;</b>				20,000	960,00
<b>TOTAL GERAL -----&gt;</b>				1.420,00	19.785,90

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO LEILÃO PÚBLICO Nº 038/2017

Publicação Nº 1406452

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

EDITAL DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS  
MODALIDADE DE LEILÃO PÚBLICO Nº 038/2017

O Prefeito Municipal de Serra Alta, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições legais e, especialmente nos termos da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que realizará a venda de bens móveis inservíveis, com julgamento por lote, na modalidade de leilão público oficial on-line e presencial sob nº 038/2017, cujo objeto é Alienação de Bens Móveis e Sucatas, pertencentes ao Município de Serra Alta/SC. O Leilão será devidamente assessorado pela empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. (SUPERBID), os bens a serem leiloados estão disponíveis no portal <http://www.superbid.net>, o Leilão será realizado no dia 13 de novembro de 2017 a partir das 10 horas, na Av. Dom Pedro II, nº 830 – Centro, na Prefeitura Municipal, na cidade de Serra Alta –SC. Os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, poderão retirar o instrumento convocatório e obter maiores informações acessando o site [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br) no Departamento de Compras e Licitações, pelo Fone: 49 3364.0092.

Serra Alta/SC, em 24 de outubro de 2017.  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017

Publicação Nº 1407282

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
AVISO DE LICITAÇÃO:  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017

Tipo: Menor Preço/Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços (comunicação de multimídia e link de internet) referente à conexão à rede mundial de computadores, com velocidade garantida para download/upload, com fornecimento de acessos para interligação em vários setores desta municipalidade, incluindo o fornecimento de equipamentos e sem custo de instalação junto aos órgãos municipais.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 10 de Novembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 10 de Novembro de 2017.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 24 de outubro de 2017.  
DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 76/2017 AVISO RESULTADO HABILITAÇÃO

Publicação Nº 1408167

AVISO DE RESULTADO DA HABILITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº 76/2017  
TOMADA DE PREÇOS PMS Nº 07/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da Rua Itaúna, localizada no município de Siderópolis/SC, conforme contrato de repasse nº 830665/2016/MCIDADES/CAIXA, através do processo nº 2624.1029416-10/2016, entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela CEF, e o Município de Siderópolis-SC.

O Município de Siderópolis, através da Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados, o Resultado da Habilitação do Edital acima epigrafoado, declarando HABILITADA a proponente JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA – CNPJ nº 05.895.635/0001-18. Sendo assim, abre-se o prazo previsto em lei para interposição de recursos, ficando franqueada a vista dos autos a todos os interessados. Transcorrido o prazo recursal, será divulgada, oportunamente, a data de abertura do envelope contendo a proposta de preço da empresa habilitada.

Siderópolis, 23 de outubro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 203/2017

Publicação Nº 1408269

DECRETO N.º 203, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

EXONERA A PEDIDO NILTO DONADEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, NILTO DONADEL, brasileiro, CPF/MF sob nº 464.327.109-44, do cargo de Chefe de Departamento, C2, na Secretaria de Administração, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 21 de setembro de 2017.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de setembro de 2017.

### DECRETO Nº 204/2017

Publicação Nº 1408271

DECRETO N.º 204 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos

e cinquenta reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	5.034	Transferências de Convênios – União / Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	117	

VALOR: R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Transferências de Convênios com a União por meio de contrato de Repasse nº 830665/2016 do Ministério das Cidades, processo nº 2624.1029416-10/2016, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 21 de Setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Setembro de 2017.

## DECRETO Nº 205/2017

Publicação Nº 1408272

DECRETO N.º 205 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS E ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.038	Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Manutenção do Bloco Atenção Básica – PAB/Fixo
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	20	

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos-Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos
CÓDIGO	07	

VALOR: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS/Únião, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), e provável excesso de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 21 de Setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Setembro de 2017.

## DECRETO Nº 206/2017

Publicação Nº 1408274

DECRETO N.º 206 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

NOMEIA Valmor Zanelato PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Valmor Zanelato, brasileiro, CPF/MF sob nº 415.504.209-68, para ocupar o cargo de Chefe de Departamento – C2, na Secretaria de Agricultura, a contar de 01/09/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 21 de setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de setembro de 2017.

## DECRETO Nº 207/2017

Publicação Nº 1408275

DECRETO Nº 207, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E AUXILIARES DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, sem ônus para os cofres públicos, a comissão de acompanhamento e avaliação do Processo Seletivo para contratação de professores e auxiliares de Ensino de Educação Infantil em caráter temporário, com os seguintes membros:

- Cleonir Terezinha Moretto Urbano;
- Fabíola Padilha Caetano Bez;
- Ângelo Ricardo Marcos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 26 de setembro de 2017.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de setembro de 2017.

## DECRETO Nº 208/2017

Publicação Nº 1408276

DECRETO N.º 208 DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

NOMEIA DIRLEI BORTOLUZZI PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado DIRLEI BORTOLUZZI, brasileiro, CPF/MF sob nº 059.146.769-08, para ocupar o cargo de Chefe de Departamento – C2, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a contar de 01/09/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 26 de setembro de 2017.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de setembro de 2017.

## DECRETO Nº 209/2017

Publicação Nº 1408277

DECRETO N.º 209 DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

NOMEIA HELENA SEIKA TANABE DO LIVRAMENTO COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 82/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada HELENA SEIKA TANABE DO LIVRAMENTO, brasileira, CPF nº 088.759.948-62, Chefe de Departamento, C2, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº 82/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 26 de setembro de 2017.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de setembro de 2017.



**DECRETO Nº 210/2017**

Publicação Nº 1408279

DECRETO N.º 210 DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar o fundamento do desenvolvimento sustentável, mantendo a integridade social da população;

DECRETA:

Art. 1º - Fica limitado às 24h00min (vinte e quatro horas), no Município de Siderópolis, o horário de funcionamento de:

I - restaurantes, sorveterias e confeitarias;

II - bares e similares;

III - cafés e similares.

§ 1º Para efeito deste decreto considerar-se-á como bar ou similar qualquer estabelecimento que esteja em funcionamento onde predomine a venda ou comercialização de bebidas alcoólicas para o consumo imediato e/ou gêneros específicos a esse tipo de atividade;

§ 2º Poderão funcionar com o horário livre, as lojas de conveniências, ficando vedada(o):

I - a comercialização de bebidas alcoólicas após as 24h00min (vinte e quatro horas) até as 08h00min (oito horas) da manhã;

§ 3º A violação a qualquer inciso do Parágrafo 2º deste artigo, culminará na aplicação de multa ao beneficiário do alvará, sendo que a reincidência à prática do ato resultará na cassação do alvará.

Art. 2º - Os proprietários dos estabelecimentos enumerados no artigo 1º deverão tomar todas as providências necessárias, para que seus clientes, não perturbem o sossego dos vizinhos, inclusive na saída do mesmo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de setembro de 2017.

**DECRETO Nº 211/2017**

Publicação Nº 1408282

DECRETO N.º 211 DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS E ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
RECURSO	5.038	Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS/Únião
PROJETO/ATIVIDADE	2.031	Manutenção do Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial

ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	31	

VALOR: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos-Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	08	

VALOR: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS/Únião, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), e provável excesso de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de Setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Setembro de 2017.

## DECRETO Nº 212/2017

Publicação Nº 1408284

DECRETO N.º 212 DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	03	Secretaria de Administração
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	5.010	Convênio de Trânsito – Militar
PROJETO/ATIVIDADE	2.005	Manutenção dos Recursos de Convênio com o Trânsito
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas

CÓDIGO	13	
--------	----	--

VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Convênio de Trânsito – Militar, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de Setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Setembro de 2017.

## DECRETO N° 213/2017

Publicação N° 1408285

DECRETO N.º 213, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

EXONERA A PEDIDO JOÃO GABRIEL NIOTTI PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, JOÃO GABRIEL NIOTTI PEREIRA, brasileiro, CPF/MF sob nº 081.691.229-70, do cargo de Chefe de Setor I, C3, na Secretaria de Finanças, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 29 de setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de setembro de 2017.

## DECRETO N° 214/2017

Publicação N° 1408289

DECRETO N.º 214 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

NOMEIA PAULO ROGÉRIO BETTIOL PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado PAULO ROGÉRIO BETTIOL, brasileiro, CPF/MF sob nº 743.771.169-91, para ocupar o cargo de Chefe de Departamento – C2, na Secretaria de Administração, a contar de 01/09/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 29 de setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de setembro de 2017.

**DECRETO Nº 215/2017**

Publicação Nº 1408310

DECRETO N.º 215 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.029	Manutenção do Bloco Atenção Básica – Saúde da Família
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	27	

VALOR: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.067	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado
PROJETO/ATIVIDADE	2.033	Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial-CAPS
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	34	

VALOR: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), e provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado, no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 29 de Setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de Setembro de 2017.

**DECRETO Nº 216/2017**

Publicação Nº 1408315

DECRETO N.º 216 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5.035	Transferências de Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção das Ações Vinculadas ao MDS
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	10	

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências de Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 29 de Setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de Setembro de 2017.

**DECRETO Nº 217/2017**

Publicação Nº 1408316

DECRETO N.º 217 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017

NOMEIA PAULO ROGÉRIO BETTIOL COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FMS Nº 30/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalizar obra ou serviço;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado PAULO ROGÉRIO BETTIOL, brasileiro, CPF nº 743.771.169-91, Chefe de Departamento, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo FMS nº 30/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 09 de outubro de 2017.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de outubro de 2017.

## DECRETO Nº 218/2017

Publicação Nº 1408317

DECRETO N.º 218, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017  
DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS E REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere de conformidade com o Art. 51, VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado Ponto Facultativo, a ser cumprido nos órgãos e repartições Públicas Municipais, à exceção do Pronto Atendimento 24h.  
· 13/10 (Sexta-feira) - Ponto Facultativo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 10 de outubro de 2017.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de outubro de 2017.

## DECRETO Nº 219/2017

Publicação Nº 1408319

DECRETO N.º 219 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	5.089	Alienações de Bens destinados a Outros Programas
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	123	

VALOR: R\$ 1.000,00 (mil reais)



Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Alienações de Bens destinados a Outros Programas, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de Outubro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de Outubro de 2017.

## **LEI Nº 2.246/2017**

Publicação Nº 1408321

LEI Nº 2.246 DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

ALTERA O INCISO I, DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 2.209 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O inciso I, do art. 1º, da Lei de nº 2209, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I – de 100 % (cem por cento) de desconto quando pagos em cota única até 31 de dezembro de 2017."

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 20 de setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 20 de setembro de 2017.

## **LEI Nº 2.247/2017**

Publicação Nº 1408325

LEI Nº 2.247 DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM O INSTITUTO ALOUATTA

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Fomento com o INSTITUTO ALOUATTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº10.574.595/0001-42, visando o auxílio financeiro no valor de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para a realização da 3ª Edição do Festival da Montanha e da Expedição Xokleng que ocorrerá em 30 de setembro e 1º de outubro de 2017.

Art. 2º - O Evento tem por objetivo incentivar o turismo rural, atividades de montanhismo, caminhadas, profissionais da área do ecoturismo, da área de aventura, atletas, empreendedores e a comunidade em geral.

Art. 3º - As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade 2004 – Manutenção da Secretaria de Administração

8-3.3.50.00.00.00 – Transferência à Instituições Privadas sem fins Lucrativos.

Art. 4º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 20 de setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 20 de setembro de 2017.

**LEI Nº 2.248/2017**

Publicação Nº 1408328

LEI Nº 2.248 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 1.486/2003(QUE DISPÕE SOBRE AS NORMAS RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 3º da Lei n. 1.486/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 5o do art. 1º desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – (VETADO NA LC 116/03)

XI – (VETADO NA LC 116/03)

XII - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa.

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XVI - dos bens, dos móveis ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1o No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2o No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3o Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

§ 4o Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1o, ambos do art. 8o-A da Lei Complementar Nacional n. 116/03, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 2º. Acrescenta o inciso X, altera a redação do inciso II alínea b, ao parágrafo 1º do Art. 7º da Lei n. 1.486/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1o Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1o deste artigo, são responsáveis:

II – .....

b) a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.

X - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4o do art. 3º desta Lei Complementar.

§ 3o No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4o No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 3º. Fica instituída a comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal de Finanças e o sujeito passivo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, por meio do Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC, sendo obrigatório o credenciamento para as pessoas jurídicas e físicas, observadas a forma, condições e prazos previstos em regulamento.

Art. 4º. Secretaria Municipal de Finanças poderá utilizar a comunicação eletrônica para:

I – identificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos;

II – encaminhar notificações, intimações e autos de infração, formalizando lançamento de tributos e multas;

III – expedir avisos em geral.

Parágrafo único. A expedição de avisos por meio do DEC, a que se refere o inciso III do “caput” deste artigo, não exclui a espontaneidade da denúncia nos termos do art. 138 do Código Tributário Nacional.

Art. 5º. O recebimento da comunicação eletrônica pelo sujeito passivo dar-se-á após seu credenciamento na Secretaria Municipal de Finanças, na forma prevista em regulamento.

Parágrafo único. Ao credenciado será atribuído registro e acesso ao sistema eletrônico da Secretaria Municipal de Finanças, através de senha e login ou por certificação digital, de forma a preservar o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações.

Art. 6º. O credenciamento será obrigatório aos contribuintes e responsáveis, conforme dispuser regulamento, e as comunicações da Secretaria Municipal de Finanças ao sujeito passivo serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, em portal próprio denominado “DEC”, dispensando-se neste caso, a sua publicação no Diário Oficial, a notificação ou intimação pessoal, ou o envio por via postal.

§ 1º A comunicação feita na forma prevista no “caput” deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais.

§ 2º Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º A consulta referida nos §2º e §3º deste artigo, deverá ser feita em até 10 (dez) dias contados da data do envio da comunicação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 5º No interesse da Administração Pública, a comunicação poderá ser realizada mediante outras formas previstas na legislação.

Art. 7º. A recusa ou ausência de credenciamento ao DEC, nos termos e prazos estipulados em regulamento, ensejará multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), sem prejuízo de outras de medidas administrativas cabíveis.

Art. 8º. A Lista de Serviços constante do Anexo I da Lei n. 1.486/2003, passa a vigorar com as alterações do Anexo I da presente lei.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação quando ao DEC ora instituído, e a partir de 1º de janeiro de 2018 quando aos demais artigos, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Antônio Feltrin”

Em, 02 de outubro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal “Antônio Feltrin”, em 02 de outubro de 2017.

ANEXO I

(Lista de serviços do Anexo I da Lei n. XXXX)

“1 - .....

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. ( 3%)

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. (3%)

.....  
1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). (3%)

6 - .....

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. (3%)

7 - .....

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. ( 3%)

11 - .....

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. (5%)

13 - .....

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. (3%)

14 - .....

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. (3 %)

.....  
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. (3 %)

16 - .....

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. (2 %)

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal. (2 %)

17 - .....

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). (3%)

25 - .....

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. ( 3%)

.....

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. (3%)

.....

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 02 de outubro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 02 de outubro de 2017.

## LEI Nº 2.249/2017

Publicação Nº 1408330

LEI Nº 2.249 DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

ACRESCE O § 3º AO ART 2º E ALTERA OS ARTIGOS 2º e 3º DA LEI DE Nº 1995 DE 17 DE ABRIL DE 2012 (QUE INTITUIU REMUNERAÇÃO PARA JUIZ LEIGO OU CONCILIADOR DESIGNADO PARA O FÓRUM MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 2º da Lei de nº 1995 de 17 de abril de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 2º - Fica fixado em R\$270, (duzentos e setenta reais) o valor do jeton por sessão conciliatória.  
(...)"

§3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar anualmente os reajustes do valor do jeton conforme índices oficiais do governo."

Art. 2º - O art. 3º da Lei de nº 1995 de 17 de abril de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Compete à Casa da Cidadania do Município encaminhar mensalmente ao Departamento de Contabilidade o relatório de sessões, para o devido pagamento.”

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a contar de 01/10/2017.

Paço Municipal “Antônio Feltrin”  
Em, 19 de outubro de 2017.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 19 de outubro de 2017.

### **PORTARIA Nº 234/2017**

Publicação Nº 1408259

PORTARIA Nº 234 DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Cessa os efeitos da portaria nº229/2017

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 229/2017, considerando o retorno ao trabalho do servidor CARLOS ALBERTO LAURENTINO, CPF/MF nº 480.026.749-87, Auxiliar de Serviços Gerais, a contar de 23/09/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 25 de setembro de 2017.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de setembro de 2017.

### **PORTARIA Nº 235/2017**

Publicação Nº 1408263

PORTARIA Nº 235 DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA OLINDA CUSTÓDIO RODRIGUES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora OLINDA CUSTÓDIO RODRIGUES, CPF/MF nº 777.883.119-87, Professor MAG-LP, a contar de 20/09/2017.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 25 de setembro de 2017.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de setembro de 2017.

**PORTARIA Nº 236/2017**

Publicação Nº 1408264

PORTARIA Nº 236 DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA SIMONE MENDES MARTINS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora SIMONE MENDES MARTINS, CPF/MF nº 823.697.559-20, Merendeira, a contar de 22/09/2017.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de setembro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de setembro de 2017.

**PORTARIA Nº 237/2017**

Publicação Nº 1408265

PORTARIA Nº 237, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

Concede Renovação de Licença sem vencimentos POR MOTIVOS PARTICULARES À servidorA MARIA TEREZA BERNARDINI e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 § 3º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Renovar a licença, por motivos particulares à servidora MARIA TEREZA BERNARDINI, CPF/MF 753.503.949-91, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 02 (dois) meses, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de outubro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de outubro de 2017.

**PORTARIA Nº 238/2017**

Publicação Nº 1408266

PORTARIA Nº 238 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017

Cessa os efeitos da portaria nº209/2017

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 209/2017, considerando o retorno ao trabalho do servidor EMERSON GAMBA, CPF/MF nº 065.766.469-33, Operário Braçal – I/A, a partir de 10/09/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 09 de outubro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de outubro de 2017.



**PORTARIA Nº 239/2017**

Publicação Nº 1408267

PORTARIA Nº 239 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017

ANULA A PORTARIA DE Nº 302 DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso XIII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Anular a Portaria de nº 302/2012, considerando que o servidor VINÍCIUS BRESSIANI, portador do CPF de nº 816.145.190-72, apesar de ter sido nomeado e empossado no cargo de Médico Plantonista, na Secretaria de Saúde, nunca compareceu para exercer suas atividades no Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 09 de outubro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de outubro de 2017.

**PORTARIA Nº 240/2017**

Publicação Nº 1408268

PORTARIA Nº 240, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO ANDRÉ LUIZ ROSSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário ANDRÉ LUIZ ROSSA brasileiro(a), CPF/MF sob nº 035.834.979-61, Fisioterapeuta, na Secretaria de Saúde, a contar de 02/10/2017.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de outubro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de outubro de 2017.

# Sombrio

## PREFEITURA

### PUBLICAÇÃO PROCESSO 53-2017 - REALIZAÇÃO JERVA

Publicação Nº 1408050

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais esportivos, premiações e quadra removível a serem utilizados na realização do 47º JERVA e 9º PARAJERVA, nos termos da proposta nº 19748, obedecendo os quantitativos, especificações e demais condições constantes no edital e anexos.

Tipo de julgamento: menor valor unitário.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002; Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016; subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h30min do dia 06 de novembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 08h45min do dia 06 de novembro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 186, Centro de Sombrio/SC. No Horário das 08h00min às 13h00min de segunda a sexta ou pelo telefone (48) 3533-5200.

Sombrio/SC, 23 de outubro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

# Tangará

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº. 541 DE 17 DE OUTUBRO DE 2.017. RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1408640

PORTARIA Nº. 541 DE 17 DE OUTUBRO DE 2.017.

RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas, no Inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando que o servidor recebeu alta do auxilio doença, requerido através do Instituto Nacional de Serviço Social INSS.

#### RESOLVE:

ART. 1º - Determinar o retorno ao trabalho da Servidora FABIANE MORO MOREIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO - NÍVEL 03 - CLASSE D, a partir de 08/10/2017.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 08/10/2017, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 17 DE OUTUBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 112 /17

Publicação Nº 1407828

DECRETO Nº 112/17, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

CONSIDERANDO que outros órgãos da Administração Pública das demais esferas governamentais adotaram como ponto facultativo o dia 03 de novembro em função do feriado nacional do dia 02 de novembro;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica Decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 03 de novembro de 2017, preservando os serviços essenciais na forma plantão.

Art. 2º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação no DOM/SC.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tigrinhos/SC, em 23 de outubro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

### DECRETO109

Publicação Nº 1407753

DECRETO Nº. 109/17, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO QUE DISPÕE SOBRE AS ROTINAS BÁSICAS DE PROCEDIMENTOS NO CONTROLE DE RECEBIMENTO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TIGRINHOS.

O Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa nº 02 do Sistema de Controle Interno que dispõe acerca das Rotinas Básica para recebimento, armazenamento e distribuição de materiais de consumo, que segue anexa como parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Todas as Instruções Normativas após sua aprovação e publicação deverão ser executadas e aplicadas pelas Unidades Responsáveis e por seus respectivos Sistemas Administrativos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Tigrinhos, 17 de outubro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 109/2017

### ANEXO

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO SOBRE BENS DE CONSUMO E ESTOQUE

#### I – FINALIDADE

Dispõe sobre critérios nos procedimentos para recebimentos, armazenamentos e distribuição de materiais de consumo no Município de Tigrinhos/SC;

#### II – ABRANGENCIA

Esta Instrução Normativa abrange todas as unidades do Poder Executivo do Município de Tigrinhos/SC

#### III – BASE LEGAL

A presente Instrução Normativa tem como base legal a Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 e demais legislação aplicável à espécie.

#### IV – CONCEITO

Estoque/Almoxarifado: Área destinada para guardar e armazenar de maneira segura e ordenada os materiais de consumo e permanentes, com o objetivo de atender todas as necessidades dos diversos setores da administração pública.

#### V – PROCEDIMENTOS

1 – Do recebimento e Aceitação de Materiais de Consumo e Permanentes

1.2 – Todo material de consumo ou permanente deve passar pelo almoxarifado/estoque central para fins de recebimento, conferência e armazenamento.

1.3 – Todo e qualquer material adquirido deve ser conferido, quanto a sua quantidade, qualidade, validade e valores no ato do recebimento mediante a correspondente nota fiscal.

1.4 – O recebimento é o ato pelo qual o material solicitado é recebido em local previamente designado (almoxarifado/estoque), ocorrendo nessa oportunidade a conferência quantitativa, qualitativa e suas especificações técnicas e de acordo com o documento de autorização de despesa que a mesma deverá estar em consonância com os itens licitados, e, no caso de compra direta, com o orçamento.

1.5 – Não estando o material de acordo com a nota fiscal, não atendendo a qualidade, quantidade e especificações técnicas, o responsável pelo almoxarifado/estoque deve devolver a mercadoria ao fornecedor e avisar o setor de compras que solicitou o material de sua devolução, bem como certificando por quais as razões, e no caso de reincidências fazer notificação a empresa conforme procedimentos legais.

1.6 – Quando houver recebimento de materiais específicos, tais como medicamentos, peças mecânicas, suprimentos de informática, o responsável pelo almoxarifado/estoque deve solicitar à Secretaria responsável um técnico para acompanhar o recebimento da mercadoria para fins de conferência das mesmas;

1.7 – A administração também poderá criar Comissão Especial para fazer conferência e recebimento de mercadorias específicas;

1.8 – Todo recebimento de materiais deve estar acompanhado com a nota fiscal eletrônica;

1.9 – Na conferência dos materiais o responsável pelo almoxarifado deve observar quanto ao preenchimento correto da nota fiscal como:

- a) se a nota está em nome a Prefeitura;
- b) endereço, CNPJ da Prefeitura;
- c) descrição do material;
- d) peso, quantidade, preço unitário e total;
- e) data da emissão;

1.10 – Após a aceitação definitiva e conferência da nota fiscal, o responsável pelo almoxarifado/estoque faz o lançamento no controle de estoque, atesta o recebimento na nota fiscal com a

assinatura e data;

1.11 – E, após esses procedimentos a nota fiscal deve ser encaminhada para o Departamento de Contabilidade para procedimento de liquidação;

1.12 – O setor de contabilidade só poderá aceitar nota para montagem do processo e consequente liquidação se estiver assinada e datada pelo servidor responsável pelo almoxarifado/estoque no caso de compra cuja guarda deverá ser realizada no controle de estoque, bem como assim, nos casos de destinação específica das Secretarias, as notas deverão estar atestadas pelos Secretários da pasta ou servidores designados para tal finalidade.

2 – Do Armazenamento dos Materiais de Consumo

2.1 – O armazenamento e a organização dos materiais devem ser realizados pelo responsável pelo controle de estoque/almoxarifado conforme os seguintes critérios:

2.2 – O almoxarifado/estoque deverá ser organizado de tal forma a que haja maximização do espaço com garantia de segurança para os materiais ali estocados e de fácil circulação interna;

2.3 – Os gêneros alimentícios devem ser armazenados em lugares apropriados, separados dos materiais de limpeza, inseticidas e dos demais que não fazem parte do grupo;

2.4 – Os materiais devem ser empilhados sem contato direto com o piso, devendo ser observadas as recomendações do fabricante;

2.5 – Os bens pesados e volumosos devem ser armazenados em prateleiras mais baixas, evitando riscos de acidentes ou avarias e facilitando a movimentação;

2.6 – Sempre que possível os materiais devem permanecer nas embalagens originais;

2.7 – Os materiais devem ser organizados com método PEPS – primeiro a entrar, primeiro a sair com a finalidade de evitar o envelhecimento do estoque;

2.8 – Os materiais mais utilizados devem ficar próximos à expedição e colocados à frente daqueles menos utilizados;

3 – Do Armazenamento dos Materiais Permanentes

3.1 – O responsável pelo almoxarifado/estoque, após receber um bem permanente deve, imediatamente avisar o Departamento de Patrimônio para que o setor faça os procedimentos normais;

4 – Da Conservação dos Materiais

4.1 – O Almoxarifado/estoque deve ficar em local limpo, seguro, de fácil acesso e arejado, que garanta a conservação dos materiais e preferencialmente, localizado em andar térreo e deve ser mantido em uma boa organização e limpeza;

4.2 – O responsável pelo estoque/almoxarifado deve inspecionar, periodicamente, todos os materiais sujeitos a corrosão e deterioração, protegendo-os contra efeitos do tempo, luz e calor;

4.3 – Os materiais devem ser conservados nas embalagens originais e somente abertos quando houver necessidade de fornecimento parcelado, ou por ocasião da utilização;

5 – Da Solicitação, Distribuição, Baixa, Controle de Entradas e Saídas de Materiais.

5.1 – Toda entrada e saída de materiais devem ser lançadas no Sistema Informatizado além de ter um controle gerencial através de fichas de prateleira ou planilhas;

5.2 – A distribuição dos materiais deve ser efetuada de segunda a sexta em dias de expedientes normais da Prefeitura Municipal de Tigrinhos na seguinte forma:

5.2.1 – Deve ser feito mediante pedido interno de material em duas vias assinado pelo Secretário ou servidor designado, contendo os seguintes:

- Descrição do material;
- Unidade de medida (peça, Kg, un...);
- Quantidade desejada;
- Nome do Secretário ou servidor designado requisitante;
- Assinatura autorizando a retirada do material.

5.2.2 – O preenchimento do formulário de pedido de material se dará a partir das informações constantes no programa informatizado de controle de estoque;

5.2.3 – Cada setor ou Secretaria somente deverá solicitar os materiais indispensáveis à execução de suas atividades;

5.2.4.- A quantidade solicitada ao controle de estoque/almoxarifado por cada Secretário ou funcionário público deverá ser aquela necessária para a execução de suas atividades por um período não superior a 15 (quinze) dias, evitando desta forma, estocagem nos setores de grande volume de material.

5.2.5 – Para efeito de controle, organização e bom funcionamento do almoxarifado/estoque, poderá ser adotada uma data a ser definida, onde todos os setores façam o levantamento de suas faltas e realizem seus pedidos para o período determinado, evitando fracionamento de pedidos, deixando a realização de entregas picadas apenas para itens específicos e emergenciais quando for o caso;

5.2.6 – A distribuição será definida pela ordem da chegada dos pedidos internos dos setores, sendo realizado o mais breve possível, salvo os casos excepcionais que deverão ser atendidos no mesmo momento.

5.2.7 – Ao fornecer o material o responsável pelo almoxarifado/estoque confecciona nota de entrega de material que deverá ser assinada por quem o retirou do estoque, devendo, na mesma data, proceder a baixa dos referidos bens do controle de estoque.

5.3 – Caso o usuário solicite um material que não seja fornecido pelo controle de estoque/almoxarifado ou que não tenha saldo em estoque, nestes dois casos, será emitido um Ofício ao Departamento de Compras, onde o setor fará a aquisição, com a justificativa de aplicação imediata, quando se tratar de item específico que não fará parte do almoxarifado;

5.3.1 – Mesmo na situação mencionada no item anterior, não caso de aplicação imediata, a Secretaria requisitante, juntamente com o departamento de compras, ficarão responsáveis em comunicar ao responsável pelo almoxarifado, que no momento a entrega do material, este deverá registrá-lo no almoxarifado central e baixá-lo com destinação à Secretaria que fez a requisição, realizando o procedimento normal de registro e baixa;

5.4 – O Departamento de Compras só poderá aceitar pedido para realização de compras em duas situações distintas:

5.4.1 – Pedidos oriundos do responsável pelo almoxarifado/estoque para reposição das baixas dos itens que farão parte do almoxarifado central;

5.4.2 – Dos secretários quando justificado por estes e quando comprovado que trata de item específico daquele setor que não compõe o almoxarifado;

5.5 – O responsável pelo almoxarifado, juntamente com o responsável pelo departamento de compras, estabelecerão quantidades mínimas a serem estocadas de cada item, onde será registrado no sistema o estoque mínimo aceitável, e quando atingido esta quantidade, o sistema emitirá alerta e já deverá ser providenciada novas aquisições para o abastecimento do almoxarifado/estoque

6 – Do Inventário Físico dos Materiais

6.1 – O inventário físico dos materiais é um procedimento administrativo que se constitui no levantamento físico e financeiro dos saldos em estoque;

6.2 – O inventário deverá ser feito pelo menos uma vez ao ano sendo no final de cada exercício.

6.3 – Os relatórios conclusivos dos inventários de encerramento de exercício devem ser apresentados a Secretaria Municipal de Fazenda até o mês de fevereiro do exercício imediatamente seguinte, que posteriormente a mesma remeterá ao Departamento de Contabilidade para os fins ajustes contábeis.

6.4 – As divergências encontradas durante o inventário deverão ser justificadas pelo responsável do almoxarifado, bem como ajustadas para refletir a realidade da situação patrimonial do Município.

7 – Considerações Finais

7.1 – É expressamente proibida a entrada de pessoas estranhas no almoxarifado central sem a autorização do responsável pelo mesmo.

7.2 – Nenhum material poderá ser entregue sem a respectiva requisição de material;

7.3 – Nenhum material poderá ser recebido em desacordo com a Ordem de Compras;

7.4 – Nenhum material pode entrar ou sair do Almoxarifado sem o

seu devido registro no Sistema de Almojarifado;  
Esta Instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Tigrinhos, 17 de outubro de 2017.

LUCIANE PISSATTO  
Controle Interno

9

## **PORTARIA 200/2017**

Publicação Nº 1407876

PORTARIA Nº. 200/2017. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Sr. NELSON TESKE, Auxiliar de Serviços Gerais, cadastrado sob a matrícula nº 406/01, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 18 de Outubro de 2017, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 18 de Outubro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e três de outubro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

## **PORTARIA 201/2017**

Publicação Nº 1407921

PORTARIA Nº. 201/2017.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. ANDREIA LUCIA JERELI, OCUPANTE DO CARGO COMISSONADO DE DIRETOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. ANDREIA LUCIA JERELI, do cargo comissionado de DIRETOR, cadastrada sob a matrícula nº. 440/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a

partir de 24/10/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e três de outubro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

## **PORTARIA 202/2017**

Publicação Nº 1408078

PORTARIA Nº. 202/2017.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIA PARA ODONTOLOGA DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Odontologa Municipal Sra. JÚLIA MARIA SPES-SATO ZANCO, adiantamento do equivalente a 01 (uma) diária, no valor de R\$ 797,38 (setecentos e noventa e sete reais e trinta e oito centavos), para sua viagem á Florianópolis/SC, no dia 25 de Outubro de 2017, Com objetivo de participar da Homenagem na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, referente ao trabalho prestado neste Município e Homenagem do Conselho Regional de Odontologia a Dentista Júlia Maria Spessato Zanco.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e três de outubro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.



# Tijucas

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 159/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 127/PMT/17 - TOMADA DE PREÇO 002/PMT/17

Publicação Nº 1408004

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 159/PMT/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/PMT/2017 – TOMADA DE PREÇO Nº 002/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: TERRAPLEIN LTDA EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS E CALÇADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS JACOB LAMEU TAVARES E LEOBERTO LEAL, NO BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: 1.186.000,01 (HUM MILHÃO, CENTO E OITENTA E SEIS MIL E UM CENTAVO).

TIJUCAS/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

### RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/PMT/2017 TOMADA DE PREÇO Nº 002/PMT/2017

Publicação Nº 1407854

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

#### RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/PMT/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 002/PMT/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS E CALÇADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS JACOB LAMEU TAVARES E LEOBERTO LEAL, NO BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Empresa Vencedora do Processo: TERRAPLEIN LTDA EPP, com o valor apresentado de R\$. 1.186.000,01 (Um milhão, cento e oitenta e seis mil e um centavo).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 60/2017 PP

Publicação Nº 1407777

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 60/2017 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição de um veículo tipo caminhão leve no chassi, zero km, para a Secretaria de Obras e Transportes do Município de Timbé do Sul.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 08/11/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 08/11/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h as 13h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@timbedosul.sc.gov.br](mailto:licita@timbedosul.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3536-1133. Roberto Biava

Prefeito Municipal

# Timbó

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 133.2017 PMT

Publicação Nº 1408323

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o licitante, JAIR FRANCISCO DALLABONA, CPF nº. 304.494.809-68, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 31/10/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 23 de outubro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 134.2017 SAMAE

Publicação Nº 1408921

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2017 SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, BOB MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº. 82.976.325/0001-79, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 01/11/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 24 de outubro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98.2016 PMT - AUTO POSTO DAS NAÇÕES LTDA

Publicação Nº 1408329

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO  
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2016 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, AUTO POSTO DAS NAÇÕES LTDA, CNPJ Nº 05.088.335/0002-08 a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 98/2016, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 31/10/2017  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 23 de outubro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98.2016 PMT - RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Publicação Nº 1408331

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO  
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2016 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, CNPJ Nº 75.415.075/0002-13 a comparecer para assinatura do Terceiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 98/2016, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 31/10/2017  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 23 de outubro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### DECISÃO SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 19 2017 FMS

Publicação Nº 1408920

DECISÃO SUSPENSÃO  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017 FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES USUÁRIOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Diante da necessidade de revisão dos descritivos dos itens, e primando pela aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, determina-se a SUSPENSÃO da Sessão Pública designada para o dia 25 de outubro de 2017 as 08:30 horas.

Timbó, 24 de outubro de 2017  
DEISE APARECIDA NICHOLLETTI MENDES  
Secretária de Saúde e Assistência Social

**EXTRATO CONTRATO 129.2017 PMT**

Publicação Nº 1408333

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 129/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda - Epp.

OBJETO: Execução de reforma da cobertura do Núcleo de Educação Infantil Sonho da Criança. Área total: 371,09m², conforme memorial descritivo, cronograma físico financeiro, quantitativo e orçamento estimado e projeto – tudo de acordo com o Edital de Tomada de Preços nº 52/2017 PMT.

VALOR: R\$ 224.019,59 (duzentos e vinte e quatro mil, dezenove reais e cinquenta e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 17/10/2017

ALFROH POSTAI

Secretário de Educação

**LISTA NOMES SUBCOMISSÃO TÉCNICA  
CONCORRÊNCIA N.º 19 2017 SAMAE**

Publicação Nº 1408336

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
CONCORRÊNCIA N.º 19/2017

PUBLICAÇÃO DA LISTA DE NOMES PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, de acordo com o subitem 20.6 do edital

Nomes para a Comissão de Avaliação

CRISTINA SCHMITT MIRANDA

Mestre em Administração, especialista em Marketing e formada em Publicidade e Propaganda, trabalhou como diretora de publicidade e propaganda na Prefeitura de Blumenau. Atuou também como professora de Atendimento Publicitário na Universidade Regional de Blumenau (FURB) e professora no curso de Publicidade e Propaganda do IBES Sociesc. Foi diretora de Marketing e Operações no Parque Vila Germânica, em Blumenau. Atualmente é professora de Estudos do Consumo em Propaganda na FURB.

JÉSSICA CHRISTINE BILCK BOLSONI

Responsável pela área de publicidade institucional da Prefeitura Municipal de Timbó desde 2012, é formada em Publicidade e Propaganda pela Uniasselvi. Atuou como plotista e arte-finalista nas empresas Benke Comunicação Visual e Arte Visual Impressão Digital, entre 2008 e 2012. Já prestou serviços de diagramação gráfica para revistas de Timbó e Balneário Camboriú. Tem também experiência em criação, produção gráfica e orçamentos.

EDSON ANTONIO BRITEMBACH

Formado em Desenho Industrial, com ênfase em Programação Visual, é fundador e diretor de criação da agência de publicidade e propaganda Prodiz, de Timbó. Possui expertise em vários segmentos de serviços e comércio, tendo trabalhado nas áreas de telecom, educação, meio ambiente, varejo, turismo e prestadores de serviços. Também atuou no setor público como prestador de serviços de publicidade. É consultor de Marketing e Branding, tendo entre os seus clientes a empresa de internet e telefonia Unifique.

KARINA BEATRICE FRAINER

Formada em Jornalismo pelo IBES Sociesc, em Design de Moda pela Uniasselvi e pós-graduada em Novas Mídias Rádio e TV pela FURB. Atuou como assessora de comunicação na Prefeitura de

Timbó, Prefeitura de Rodeio, Colégio São Paulo de Ascurra, marca Santhaile, Technoise e Samae Timbó. Foi editora no site RIC Mais da RIC TV Record Blumenau e desenvolveu cursos na área de moda para a Prime Cursos do Brasil. Lecionou no curso de Locução para Rádio e TV da Viax Educação de Blumenau, em 2015. Foi assessora de comunicação do Instituto Orbitato, em Pomerode. Possui cursos nas áreas de marketing político e comunicação em geral. Atualmente é assessora de comunicação da prefeitura de Timbó

ANA PAULA RUSCHEL

Jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), possui um MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É empresária e diretora de atendimento na empresa de comunicação Oficina das Palavras, com sede em Blumenau e escritório em Itajaí. Foi repórter, editora e apresentadora da RBS TV, SBT SC e RIC TV Record. Atuou em ações internacionais para a realização de projetos de jornalismo: Canadá (Passaporte Oficina), Alemanha (Especial RBS TV/ Raízes de Blumenau) e América do Sul (produção de reportagens sobre Chile, Argentina e Uruguai).

ALEXANDRE DE CAMPOS

É consultor em design estratégico e inovação. Graduado em Design de Produtos pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), atualmente está em fase de conclusão da especialização em Design Centrado no Usuário, na Universidade Positivo. Trabalha ainda com design de interfaces e desenvolvimento de serviços digitais. É líder local no IxDA em Blumenau, tendo como principais competências o design de interação, design de serviços, front end (Html, CSS3), design visual gráfico e desenvolvimento de experiências para usuários (UX Design).

**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE  
REGISTRO DE PREÇO N.º 34 2017 PMT**

Publicação Nº 1401433

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de diversos gêneros alimentícios perecíveis e pouco perecíveis, destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEI), Unidades Pré-Escolares (UPE) e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental, para cumprimento do cardápio no período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Sebold Comercial Atacado de Produtos, Alimentos e Equipamentos Ltda – Me; L & E Comercio Varejista Ltda – Epp; Distrib. Alimentos Oliveira Ltda; AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda Epp; Supermercado Fistarol Ltda; Oesa Comercio e Representações S/A; Frontal Distribuidora Eireli – Epp; Raulino Raul Rosar Epp; P2 Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda - Me e Juarpo Comercio Atacadista Eireli - Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 721.257,80 (setecentos e vinte um mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 23/07/2018

Timbó, 21/07/2017

ALFROH POSTAI

Secretário de Educação

**CÂMARA MUNICIPAL****Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 61/2017**

Publicação Nº 1408335

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei n.º 061/17 – Altera a Lei nº. 2906, de 01 de setembro de 2017.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Carlos Adriano Krüger

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que pretende alterar a Lei n.º 2.906, de 01 de setembro de 2017.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em vinte e sete de setembro corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia dezoito de outubro após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. No dia dezoito de outubro esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a proposição visa tão somente incluir na Lei n.º 2.906/2017, que autorizou a cobrança de contribuição de melhoria em razão da pavimentação da Rua Caçador, trechos de ruas adjacentes àquela e que, necessariamente, também deverão ser contemplados com a realização do serviço de pavimentação. Sendo assim, se faz necessária a inclusão das ruas em questão na lei em comento, de modo a permitir a cobrança da contribuição de melhoria nas mesmas. A contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto. Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação nas vias supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 61/2017.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 2017.

Carlos Adriano Krüger

Presidente/Relator

Adilson Mesch John

Membro

Adriano Schwartz

Membro

**Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 67/2017**

Publicação Nº 1408337

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei n.º 67/2017 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Augusto Maas, e Trechos das Ruas Saudades, Eugen Fouquet e Emilio Jurk.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Adilson Mesch

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação

da Rua Augusto Maas e trechos das ruas Saudades, Eugen Fouguet e Emílio Jurk.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em dois de outubro corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia dezoito de outubro após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. No dia dezanove outubro esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto. Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação nas vias supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

## III - CONCLUSÃO

### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei n.º 67/2017.

Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 2017.

Carlos Adriano Krüger

Presidente

Adilson Mesch John  
Relator

Adriano Schwartz  
Membro



# Três Barras

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2014 - TERMO ADITIVO Nº 72/2017. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2014.**

Publicação Nº 1408307

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2014 - Termo Aditivo nº 72/2017.

Processo Licitatório nº 52/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: JRD A. CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.978.834/0001-90.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 042/2014, prorrogando o prazo de execução do item 4.1 e vigência do item 4.2 para até 31 de dezembro de 2017.

Três Barras - SC, 20 de outubro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2014 - TERMO ADITIVO Nº 71/2017. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2014.**

Publicação Nº 1408305

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2014 - Termo Aditivo nº 71/2017.

Processo Licitatório nº 06/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: BITUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.579.954/0001-09.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta, item 5.1 do Contrato Principal nº. 013/2014, prorrogando o prazo de execução, iniciando em 16 de outubro de 2017, com término previsto para 31 de dezembro de 2017, dentro do exercício orçamentário e financeiro de 2017.

Valor: R\$ 68.770,00 (sessenta e oito mil e setecentos e setenta reais)

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo ficam vinculadas a previsão orçamentária específicas da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Três Barras - SC, 20 de outubro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2013 - TERMO ADITIVO Nº 70/2017. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2013.**

Publicação Nº 1408296

EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2013 - Termo Aditivo nº 70/2017.

Processo Licitatório nº 76/2013.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: LUPA SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.546.164/0001-23.

Objeto: Altera-se a Cláusula Nona item 9.2 do Contrato Principal nº. 080/2013, prorrogando o prazo de execução em 03 (três) meses, iniciando em 01 de outubro de 2017, com término previsto para 31 de dezembro de 2017, dentro do exercício orçamentário e financeiro de 2017. A critério do MUNICÍPIO, o presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer momento, bastando para tanto uma comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando assegurada à CONVENIADA o pagamento dos serviços prestados até a data da rescisão, conforme art. 79, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93.

Valor: R\$ 24.806,04 (vinte e quatro mil e oitocentos e seis reais e quatro centavos).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo ficam vinculadas a previsão orçamentária específicas da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 29 de setembro de 2017.

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 104/2017

Publicação Nº 1408884

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 104/2017

EDITAL PP Nº 104/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MAURO DRESCH, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 3555/00 aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Treze Tílias, na Praça Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 06 de Novembro de 2017, às 09h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

#### 1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

##### 1.1. DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para impressão de forma parcelada de Calendário 2017, Conforme descritivo constante no anexo I do presente edital.

##### 1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços licitados será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

1.2.1. Os itens, objeto desta licitação, deverão ser executados em conformidade com as disposições constantes no Anexo I (Especificações) do presente Edital.

1.2.2. Os serviços, objeto desta licitação deverão ser entregues, de forma parcelada, na Prefeitura Municipal de Treze Tílias, oportunidade em que serão conferidos quanto à quantidade e qualidade A entrega deverá ser feita IMPRETERIVELMENTE em 10 dias corridos após a emissão da Autorização de Fornecimento.

1.2.3. O Município encaminhará junto com a Autorização de Fornecimento a arte a ser impressa.

1.2.4. A empresa vencedora deverá apresentar amostra de cada impresso em até 02 dias após a data de abertura do pregão ou o recebimento da arte. As amostras deverão ser idênticas as que vão ser entregues.

1.2.4.1. Os impressos apresentados serão analisados pela Secretaria de Administração.

1.2.4.2. Caso a empresa 1ª colocada no certame não apresente, não entregue as amostras, na data previstas e/ou apresentar divergência em relação às especificações e os itens entregues, poderá ter a sua proposta desclassificada.

1.2.5. O licitante contratado assumirá toda responsabilidade técnica e ética pelo serviço que prestar, respondendo civil e criminalmente pelos atos que praticar, sem prejuízos das medidas e sanções administrativas por eventuais danos/prejuízos suportados pelo Município decorrente da prestação de forma negligente, imprudente ou imperita dos serviços ora contratados.

1.2.6. Todos os custos e despesas com fretes relacionados ao fornecimento correrão por conta da CONTRADADA e devem estar inclusas nos preços propostos dos produtos.

1.2.7. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

#### 2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste edital;

2.2. Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

2.3. Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente

impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Treze Tílias ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93);

2.4. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei 8.666/93.

2.5. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

2.6. Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte

2.6.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

2.6.2 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b. Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do Anexo III, do presente Edital.

2.6.3. Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

3.2. A empresa participante deste processo que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação:

a) Caso o representante seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar:

ü Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

ü Cópia da cédula de identidade;

ü Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

b) Caso o representante seja preposto da empresa proponente, deverá apresentar:

ü Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o Anexo II deste Edital;

ü Cópia da cédula de identidade;

ü Cópia do ato constitutivo ou contrato social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações);

ü Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

c) Caso a empresa tenha o Certificado de Registro Cadastral – CRC da Prefeitura de Treze Tílias e desde que o mesmo esteja dentro do prazo de validade:

ü Cópia do Certificado de Registro Cadastral – CRC;

ü Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o Anexo II deste Edital, caso o representante seja preposto da empresa;

ü Cópia da cédula de identidade, do representante da empresa;

ü Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

3.3. A empresa que não se fizer representar deverá encaminhar, juntamente com os envelopes da proposta e da documentação, cópia do ato constitutivo ou do contrato social, bem como, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo IV. Tais documentos deverão ser encaminhados fora dos envelopes da Proposta e da Documentação, sob pena de impedimento em participar do certame.

3.3.1. O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

3.3.2. A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

3.4. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um licitante.

3.5. Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo de licitação, deverão ser entregues separadamente dos envelopes da Proposta e da Documentação.

3.6. Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

### 4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada de acordo com modelo estabelecido no anexo IV, fora dos envelopes nº 01 e 02.

4.2. Caso o referido documento não seja apresentado na forma estabelecida acima, o Pregoeiro poderá suprir tal formalidade através de declaração a ser firmada pelo representante legal do participante durante a sessão, desde que o mesmo tenha poderes para firmá-la.

4.3. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes lacrados e rubricados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA  
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 104/2017 – EDITAL PP Nº 104/2017  
EMPRESA PROPONENTE:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 104/2017 – EDITAL PP Nº 104/2017  
EMPRESA PROPONENTE:

## 5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 01 “DA PROPOSTA”

### 5.1. O Envelope nº 01 “Da Proposta” deverá conter os seguintes elementos:

5.1.1. Carta proposta, na forma impressa, de acordo com o modelo do Anexo I, contendo preço dos serviços ofertados, algarismado e por extenso, em reais, considerando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

5.1.1.1. Especificações pertinentes ao objeto desta licitação;

5.1.1.2. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega dos envelopes;

5.1.1.3. Assinatura do representante legal da proponente, identificando-o (nome, nº identidade/CPF);

5.2. O proponente, ao elaborar a sua proposta, deverá observar o valor máximo descrito no Anexo I deste edital, sob pena de desclassificação.

5.3. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total cotado, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o valor unitário.

5.4. Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, independentemente de declaração expressa.

5.5. A empresa vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente edital, independentemente de declaração expressa.

5.6. A proposta deverá ser elaborada em papel com a devida identificação da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.7. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

5.8. O Pregoeiro considerará como formais erros que não impliquem em nulidade do procedimento.

5.9. Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste edital.

5.10. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser considerados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

5.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

## 6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 02 “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

6.1. Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no Envelope 02 - Documentos de Habilitação, os documentos a seguir relacionados:

6.1.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1.1. O representante da empresa que apresentar o documento citado acima, no ato de credenciamento, conforme o disposto no subitem 3.2 do presente edital fica dispensado de apresentá-lo dentro do envelope dos documentos de habilitação.

6.1.2. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ, atualizado;

6.1.3. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.

6.1.4. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

6.1.5. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;

6.1.6. Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6.1.7. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, com data de expedição de até 60 (sessenta) dias;

6.1.7.1. No caso de comarca com mais de um Cartório Distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

6.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada);

6.1.9. Declaração de inexistência de menores em seu quadro de pessoal, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

6.1.10. Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

6.1.11. Declaração de que a empresa conhece na íntegra o edital e se submete às condições nele estabelecidas.

6.2. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal, devendo neste caso, ser apresentada preferencialmente até três dias corridos antes do prazo de entrega da documentação e proposta, em dias úteis de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, junto ao Setor de Compras e Licitações.

6.3. A Equipe de Apoio do Pregão poderá consultar o serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.

6.4. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

6.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.18.7 e seguintes do presente edital.

## 7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1. O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até o horário marcado para início da sessão de processamento do pregão e no local indicados no preâmbulo deste edital.

7.1.1. Ultrapassado o prazo previsto acima estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.2. Após o credenciamento, será aberta a sessão de processamento do pregão, momento em que os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo IV do edital.

7.3. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7.3.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem quaisquer das exigências deste edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, bem como aquelas que consignarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação, e ainda, àquelas que consignarem vantagens não previstas ou baseadas em oferta das demais licitantes.

7.3.2. Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração.

7.4. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b. Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.9. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.10. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço oferecido, decidindo motivadamente a respeito.

7.10.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.11. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.11.1. Quando houver mais de um item a ser licitado, o envelope dos documentos de habilitação será aberto após o final da etapa de lances de todos os itens.

7.12. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

7.13. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.14. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

7.15. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes.

7.16. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.

7.17. Para o bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

7.18. Da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

7.18.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.18.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

7.18.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 7.18.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.18.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo



estabelecido no subitem 7.18.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

7.18.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 7.18.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.18.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.18.6. O disposto no subitem 7.18.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

7.18.7. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.18.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

7.18.7.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.18.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.18.8. A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no ato de credenciamento, de acordo com o disposto no subitem 2.7 deste Edital, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

## 8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

8.2. No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

8.6. A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

## 9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado contrato (Anexo V), que deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação para este fim, devendo neste ato, a Contratada indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras informações.

9.2. A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no item 11 do presente edital.

## 10. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 10.1. Cabe ao Município:

10.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

10.1.2. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;

10.1.3. Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o previsto neste edital;

10.1.4. Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto.

10.1.5. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

10.1.6. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

10.1.7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato;

10.1.8. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;

10.1.9. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;

10.1.10. Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.

10.1.11. Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.

10.1.12. Responsabilizar-se pelos atos praticados pela gestão de forma isolada e/ou de caráter omissivo que contrariem as orientações dadas pelos consultores da contratada.

### 10.2. Cabe ao Proponente vencedor:

10.2.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 - da forma de execução;

10.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.2.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

10.2.4. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato.

10.2.5. Suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.

10.2.6. Emitir a nota fiscal da prestação dos serviços.



10.2.7. Eximir-se da responsabilidade pelos atos omissos e aqueles praticados pelo gestor em dissonância com as orientações passadas pelos consultores em cumprimento ao objeto deste contrato;

## 11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. O atraso na execução dos serviços, observado o prazo estipulado, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por dia de atraso.

11.2.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

11.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato.

11.4. Quando comprovados que os serviços não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.

11.4.1. O não cumprimento do disposto no tópico acima, implica na aplicação, a partir do 6º (sexto) dia, de multa de 0,06%, por dia, calculada sobre o preço proposto, limitado a 30 dias após o pedido de substituição, quando então o Município deverá adotar as providências legais pertinentes.

11.5. O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela proponente adjudicada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

11.6. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

11.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## 12. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

12.2.1. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

## 13. DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL E DA REVISÃO.

13.1. O(s) pagamento(s) devido(s) à (os) vencedor(es) serão efetuados até 15 dias após a entrega dos produtos e efetiva apresentação da nota fiscal.

13.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, Praça Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias - SC, CNPJ nº 82.777.251/0001-41 quando solicitadas pela Secretaria de Educação e devem ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda o número do processo licitatório.

13.2. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos itens, objeto deste edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

13.3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

13.4. Os preços não serão reajustados.

13.5. Os valores somente serão revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela contratada.

## 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas provenientes da execução deste edital correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: Administração: 07.01.2015.33.90.00.00.00.00.0105

14.2. O custo estimado desta contratação é de R\$ 23.100,00 (Vinte e três mil e cem)

## 15. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

15.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, serão desconsiderados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

15.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento e estes prazos somente serão considerados em dia de expediente da Prefeitura.

15.4. É vedado à empresa contratada caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

15.5. Todas as condições deste edital, assim como os compromissos assumidos pelo licitante através de sua proposta, farão parte do contrato independentemente de transcrição.

15.6. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

15.7. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá efeito de recurso.

15.8. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 atualizada, Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e o Decreto nº 3555/00.

15.9. No interesse do Município, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93, atualizada.

15.10. Integram o presente edital:

§ Anexo I – Especificações do objeto / Modelo da Proposta / Valor Máximo Mensal

§ Anexo II – Modelo da Carta de Credenciamento

§ Anexo III – Modelos da declaração de enquadramento como EPP ou ME

§ Anexo IV – Modelo da declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação

§ Anexo V – Minuta do Contrato

16.8. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal endereçado ao Pregoeiro da Prefeitura de Treze Tílias.

16.8.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

16.8.2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16.9. Para dirimir questões decorrentes do presente processo fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), por mais privilegiado que outro possa ser.

Treze Tílias, 23 de Outubro de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

PROCESSO DE LICITAÇÃO 104/2017

EDITAL PP Nº 104/2017

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / VALOR MÁXIMO UNITÁRIO / MODELO DA PROPOSTA

Processo de Licitação Nº \_\_\_\_/2017 - Edital PP Nº \_\_\_\_/2017

Razão Social: \_\_\_\_\_.

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_.

Endereço: \_\_\_\_\_.

Telefone/Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_.

Descrição	Un	Quant	Valor Máx Um.	Valor Máx. Total (R\$)
Calendários Parede 2018, com as seguintes características:  Base: 42x27.5cm, 4x0 cores, tinta escala em Duplex Supera 350g. Saida em CTP. Acoplado em 2. Papelão Cinza 1080g sem impressão. Total 2510g na base. Laminação fosca na frente Base (no papel supera). Faca com recorte especial, (formato tronco árvore). Alça 60cm de Fio Sisal para pendurar calendário. Miolo: 12 folhas, 17x13cm, 4x0 cores, tinta escala em Couche Brilho 250g. Saida em CTP. Picotado, Intercalado, Grampeado.	UND	5.500	4,20	23.100,00

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 104/2017

EDITAL PP Nº 104/2017

anexo II

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EPP OU ME  
(Entregar este documento fora dos envelopes)

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a)

Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto na alínea "b" do subitem 2.6.2 do Edital de Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2017, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

(assinatura do responsável pela empresa)

#### OBSERVAÇÃO:

Assinalar com um "X" a condição da empresa.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 104/2017

EDITAL PP Nº 104/2017

anexo III

#### MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, a participar do Processo de Licitação nº \_\_\_\_/2017 instaurado pelo Município de Treze Tílias -SC, na modalidade Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer, assinar declarações relativas ao processo em questão e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 104/2017

EDITAL PP Nº 104/2017

#### ANEXO IV

#### MODELO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS requisitos de Habilitação

DECLARAMOS para fins de participação no Processo de Licitação nº \_\_\_\_/2017 – Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2017, do Município de Treze Tílias - SC, que a empresa \_\_\_\_\_, com CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 6 do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 104/2017

EDITAL PP Nº 104/2017

#### ANEXO V

#### MINUTA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MAURO DRESCH, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, com sede na Praça Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias - SC, inscrito no CNPJ nº 82.777.251/0001-41, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 104/2017, instaurado pelo edital PP nº 104/2017, homologado no dia \_\_\_\_\_, o qual é parte integrante do presente instrumento.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO



## 1. 1. DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para impressão de forma parcelada de Calendário 2018, conforme descritivo constante no anexo I do presente edital.

A execução do objeto licitado será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

- 1.2.1. Os itens, objeto desta licitação, deverão ser executados em conformidade com as disposições constantes no Anexo I (Especificações) do presente Edital.
- 1.2.2. Os serviços, objeto desta licitação deverão ser entregues, de forma parcelada, na Prefeitura Municipal de Treze Tílias, oportunidade em que serão conferidos quanto à quantidade e qualidade A entrega deverá ser feita IMPRETERIVELMENTE em 10 dias corridos após a emissão da Autorização de Fornecimento.
- 1.2.3. O Município encaminhará junto com a Autorização de Fornecimento a arte a ser impressa.
- 1.2.4. A empresa vencedora deverá apresentar amostra de cada impresso em até 02 dias após a data de abertura do pregão ou o recebimento da arte. As amostras deverão ser idênticas as que vão ser entregues.
- 1.2.4.1. Os impressos apresentados serão analisados pela Secretaria de Administração.
- 1.2.4.2. Caso a empresa 1ª colocada no certame não apresente, não entregue as amostras, na data previstas e/ou apresentar divergência em relação às especificações e os itens entregues, poderá ter a sua proposta desclassificada.
- 1.2.5. O licitante contratado assumirá toda responsabilidade técnica e ética pelo serviço que prestar, respondendo civil e criminalmente pelos atos que praticar, sem prejuízos das medidas e sanções administrativas por eventuais danos/prejuízos suportados pelo Município decorrente da prestação de forma negligente, imprudente ou imperita dos serviços ora contratados.
- 1.2.6. Todos os custos e despesas com fretes relacionados ao fornecimento correrão por conta da CONTRATADA e devem estar inclusas nos preços propostos dos produtos.
- 1.2.7. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

- 2.1. O O(s) pagamento(s) devido(s) à (os) vencedor(es) serão efetuados até 15 dias após a entrega dos produtos e efetiva apresentação da nota fiscal.
- 2.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, Praça Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias - SC, CNPJ nº 82.777.251/0001-41 quando solicitadas pela Secretaria de Educação e devem ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda o número do processo licitatório.
- 2.3. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos itens, objeto deste edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.
- 2.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.
- 2.5. Os preços não serão reajustados.
- 2.6. Os valores somente serão revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela contratada.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. Os recursos financeiros serão provenientes da própria contratante.
- 3.2. Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: Administração: 03.01.2003.33.90.00.00.00.00.0105.

## CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 4.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;
- 4.2. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;
- 4.3. Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o previsto neste edital;
- 4.4. Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto.
- 4.5. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
- 4.6. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato;
- 4.8. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;
- 4.9. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.10. Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.
- 4.11. Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.
- 4.12. Responsabilizar-se pelos atos praticados pela gestão de forma isolada e/ou de caráter omissivo que contrariem as orientações dadas pelos consultores da contratada

## CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 5.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 – da forma de execução;
- 5.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

- 5.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 5.4. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;
- 5.5. Suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.
- 5.6. Tratar como confidenciais todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da contratante, guardando sigilo perante terceiros;
- 5.7. Emitir a nota fiscal da prestação dos serviços;
- 5.8. Eximir-se da responsabilidade pelos atos omissos e aqueles praticados pelo gestor em dissonância com as orientações passadas pelos consultores em cumprimento ao objeto deste contrato;

#### CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As penalidades contratuais aplicáveis às partes, conforme os casos são:

- 6.1. Advertência verbal ou escrita. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas e, quando forem consideradas faltas leves;
- 6.2. Multas;
- 6.2.1. 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços solicitados;
- a) A multa referida neste inciso poderá ser descontada de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas.
- 6.2.2. 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato nos casos considerados faltas leves;
- a) A multa deste inciso será descontada por ocasião do último pagamento;
- 6.2.3. 2,0% (dois por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;
- 6.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 6.2.5. Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
- 6.2.6. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a dois anos;
- 6.2.7. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior a contratante será isentada de responsabilidade, não incorrendo a aplicação das multas previstas na Cláusula Sexta.
- 6.3. De qualquer sanção imposta a CONTRATADA poderá oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato;

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria de Turismo de Treze Tílias.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

- 8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
- 8.1.1. Por ato unilateral, por escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- 8.1.2. Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- 8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
- 8.3. A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula sexta deste contrato.
- 8.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Treze Tílias (SC), de XX de 2017.

MAURO DRESCH CONTRATADA

Prefeito

Testemunhas:

1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_



**AVISO DE LICITAÇÃO PP Nº 103/2017**

Publicação Nº 1408040

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 102/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de empresa especializada para gestão dos recursos financeiros decorrentes venda de ingressos da VI Expotílias, a ser realizada entre os dias 20 a 22 de Abril de 2018, conforme especificações constantes no Anexo I (Especificações), Anexo VI (Termo de Referência) e demais itens constantes no presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 07/11/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

**DECRETO 2322**

Publicação Nº 1407860

DECRETO Nº 2.322/2017 de 23/10/2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 240.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da lei 1955/17, que trata da abertura de crédito suplementar na Prefeitura,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), a fim de reforçar as dotações orçamentárias abaixo:

02– GABINETE DO PREFEITO

01 – MANUTENÇÃO DO GABINETE

2002- Manutenção do Gabinete

(2) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 26.500,00

05– SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

01- SERVIÇOS DE TRANSPORTES

2005 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

(23) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 40.000,00

(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 49.250,00

07– SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

01- SERVIÇOS DE CULTURA

2015 – Despesas com Atividades Culturais

(82) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 74.000,00

09– SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01- EXTENSÃO RURAL

2017 – Agricultura e Promoção Rural

(99) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 40.500,00

12– CONSELHO TUTELAR

01- CONSELHO TUTELAR

2316- Manutenção do Conselho Tutelar

(117) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 9.750,00

Art. 2º. Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, serão anulados os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

02– GABINETE DO PREFEITO

01 – MANUTENÇÃO DO GABINETE

1002- Aquisição Equipamentos e material permanente

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 5.000,00

03– SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

(9)3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 99.694,11



2.408- Contribuição AMMOC	
(14) 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 4.686,22
2.409- Contribuição FECAM	
(18) 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 6.084,00
2.410- Contribuição CNM	
(19) 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 24,00
2.418- Contribuição ao consórcio CPIMMOC	
(15) 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 6.000,00
(16) 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 2.865,86
(17) 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 4.500,00

## 05- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

## 02- SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

## 1.026 – Saneamento Básico

(33) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 1.000,00
--	--------------

## 2.314- Regulamentação do Transporte Coletivo

(34) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....	\$ 10.000,00
--	--------------

## 04- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

## 2.315- Manutenção do fundo, reformas e melhorias de moradias

(43) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 20.000,00
--	---------------

(44) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 1.000,00
--	--------------

## 08- SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## 02- SERVIÇOS DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## 1.019 – Aquisição de um terreno para instalação de Distrito Industrial

(96) 4.5.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 10.000,00
--	---------------

## 09- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

## 01- EXTENSÃO RURAL

## 1.023 – Distribuição de calcário

(97) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 20.000,00
--	---------------

## 2.412 – Contribuição EPAGRI

(112) 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 2.150,00
---	--------------

## 2.417 – Fundo Municipal do Meio Ambiente

(113) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 995,81
---	------------

(114) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 1.000,00
---	--------------

## 10- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

## 01- FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

## 2.018 – Manutenção FIA

(1) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 43.000,00
---	---------------

(2) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 .....	R\$ 2.000,00
---	--------------

Art. 3º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
aos 23 dias do mês de outubro de 2017.

MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 04-2017**

Publicação Nº 1408911

PORTARIA Nº 04/2017 de 24 de outubro de 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE DE 180 DIAS À SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS KELLYN NAVA ANESI, CONTADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEOCRIDES JOÃO BRANDALISE, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Treze Tílias, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 42, inciso II da Lei Orgânica Municipal, e artigo 45 do Regimento Interno e de acordo com a Lei Complementar nº 47 de 2012 e suas alterações posteriores, bem como em atenção ao que dispõe o art.147 da LC nº 40/2011

RESOLVE:

Artigo 1.º - que será concedida licença maternidade de 180 dias à servidora municipal, KELLYN NAVA ANESI, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de CONTADORA, conforme atestado médico apresentado.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Treze Tílias – SC, 24 de outubro de 2017.

LEOCRIDES JOÃO BRANDALISE

Presidente da Câmara

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### EDITAL 018/17

Publicação Nº 1408814

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 18/2017

O MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.731/0001-75, torna público que se encontram abertas no período de 26.10.2017 à 16.11.2017, as inscrições para o Processo Seletivo, para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva no ano letivo de 2018, o qual reger-se-á, pelas normas em vigor e de acordo com as instruções deste Edital.

#### 1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, formação/escolaridade/ qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

1.2. O candidato que integrar o cadastro de reserva deverá manter seu endereço, telefone e e-mail atualizado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, durante todo o período de validade do processo seletivo, sob pena de perda da classificação.

#### 2. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

2.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos dos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

#### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 26.10.2017 à 16.11.2017, via internet, pelo site [click.listaeditais.com.br](http://click.listaeditais.com.br).

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. Preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. Imprimir o boleto bancário;

3.2.3. Efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 17.11.2017, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas.

3.2.4. O candidato sem acesso à internet poderá buscar auxílio na Secretaria da Educação de Trombudo Central, durante todo o período de inscrição, respeitando o horário e dias de funcionamento da mesma.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, e antes de encerrado o prazo para as inscrições:

3.3.1. Enviar por Sedex para a Empresa Click Soluções, Rua Tenente Costa, 123, Centro – Ituporanga – SC, CEP 88400-000:

3.3.1.1. Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID, e a provável causa da mesma.

3.3.1.2. Anexo V deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém:

a) declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;

b) declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

c) as condições de que necessita para realizar a prova.

3.4 A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração,

somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

3.5. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5.1 Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

3.6. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 3.2.3 deste Edital. O comprovante de pagamento confirma a inscrição do candidato.

3.7. Terá a inscrição cancelada, o candidato que efetuar o pagamento da inscrição com cheque sem provisão de fundos, ou outra irregularidade que impossibilite a compensação.

3.7.1. O Município não efetuará a devolução do valor de inscrição paga após o decurso do prazo previsto no item 3.2.3 e, também, não efetuará reembolso em qualquer outra hipótese.

3.8. O Município e a Empresa Click Soluções não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, pagamento não creditado por boleto alterado por vírus no computador gerador do mesmo, ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no item 3.2.2 deste Edital.

3.9. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.10. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.11. O candidato poderá realizar até 2 (duas) inscrições, sendo gerado uma taxa para cada inscrição realizada.

3.12. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências, no dia 22.11.2017 o presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 12.1 deste Edital.

3.13. No dia 27.11.2017, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pela Prefeitura Municipal.

#### 4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. O valor por inscrição para inscrição no presente Processo Seletivo será:

R\$ 25,00 para os cargos de professor

R\$ 20,00 para o cargo de auxiliar de sala e merendeira/faxineira.

## 5. DAS PROVAS

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas – Anexos II e III deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. Prova Escrita (PE) objetiva, de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.2.1. A prova escrita terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, de acordo com o Anexo III, parte integrante desse Edital.

5.3. Prova de Títulos (PT), de caráter classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos que se inscreverem para vaga de professor e auxiliar de sala, conforme Anexo IV, podendo totalizar um total de 10 (dez) pontos.

5.4. Tempo de Serviço (TS), de caráter classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos que se inscreverem para vaga de professor, auxiliar de sala e merendeira será computado conforme Anexo IV, podendo totalizar um total de 10 (dez) pontos.

5.5. A Nota Final (NF) será composta pela seguinte forma:

5.5.1. Professores e Auxiliar de Sala:  $NF = (PE \times 0,7) + (PT \times 0,2) + (TS \times 0,1)$ ;

5.5.2. Merendeira/Faxineira:

$NF = (PE \times 0,8) + (TS \times 0,2)$

5.5.3. Sendo PE = Prova Escrita, PT = Prova de Títulos, e TS = Tempo de Serviço.

5.6. A classificação dos candidatos aos cargos de professores será separada por HABILITADOS, e NÃO HABILITADOS. Para contratação primeiro será usado a lista dos HABILITADOS, esgotadas todas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

5.7. O candidato que se inscrever para Professor de Educação Infantil passará automaticamente a figurar em duas listagens:

5.7.1. Uma exclusivamente para o atendimento na creche no período das férias;

5.7.2. Outra para todo o ano letivo de 2018.

5.7.3. Se recusada uma vaga para a lista do período de férias não acarretará em danos para o candidato na listagem de todo o ano letivo de 2018.

## 6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. A prova escrita será realizada no dia 03.12.2017, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 1 (uma) hora, com início às 9 h na Escola de Educação Básica Dr. Hermann Blumenau situada a Rua Blumenau, 138 Bairro Vila Nova.

6.2. O envio dos títulos deverão ser feitos durante o período de inscrição (26.10.2017 à 16.11.2017) via Sedex para Click Soluções no Endereço Rua Tenente Costa, n 123, Centro, Ituporanga – SC / CEP 88400-000 em ENVELOPE INDIVIDUAL.

6.2.1. Os documentos da prova de títulos servirão também para comprovação da habilitação mínima exigida pelo edital;

6.2.2. O candidato à vaga de professor, auxiliar de sala e merendeira que não entregar documentos comprovando a habilitação mínima, na forma descrita acima, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado no momento da publicação das notas.

6.3. A realização da prova escrita dar-se-á conforme disposto no Anexo III deste Edital.

6.4. A classificação dos títulos estará em consonância como o descrito no Anexo IV deste Edital.

6.5. Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados via internet, no sítio [click.listaeditais.com.br](http://click.listaeditais.com.br), e nos locais previstos no item 12.1 deste Edital, no dia 03.12.2017 após as 18h.

6.6. No dia 11.12.2017, a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo publicará o gabarito definitivo e a classificação provisória.

6.7. O conteúdo programático da prova escrita está descrito no Anexo II.

6.8. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.8.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

6.8.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

6.8.3. Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

6.8.4. Que obtiver melhor nota na prova de Raciocínio Lógico (Matemática);

6.8.5. Que possuir maior número de dependentes.

6.8.6. Que tiver maior idade

6.9. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 12.1 deste Edital.

6.10. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 6.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

6.11. A nota da prova escrita e nota da prova de títulos e tempo de serviço, com a respectiva classificação dos aprovados, serão publicadas nos locais indicados no item 12.1 deste Edital, no dia 11.12.2017.

6.12. A lista de classificação homologada pelo Prefeito Municipal será publicada no dia 14.12.2017, nos locais previstos no item 12.1 deste Edital.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

7.1.1. Do presente Edital;

7.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

7.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

7.1.4. Da nota da prova escrita;

7.1.5. Da nota da prova de títulos;

7.1.6. Do cômputo do tempo de serviço;

7.1.7. Da classificação provisória.

7.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolizado a Secretaria Municipal de Educação de Trombudo Central, situada a Praça Arthur Siewerdt, 01 – Centro.

7.3. Os demais recursos deverão ser feitos através da área do candidato, disponível no sítio [click.listaeditais.com.br](http://click.listaeditais.com.br).

7.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme Anexo VI, parte integrante deste Edital.

## 8. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

8.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

8.1.1. Ser brasileiro nato;

8.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

8.1.3. Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico do Município, após a apreciação dos exames e dos demais documentos de que trata o ANEXO V deste Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

8.1.4. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível, acompanhada de original, quando for o caso:

a) Certidão de Casamento ou Nascimento;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

d) Título de Eleitor;

e) Certidão relativa à quitação eleitoral;

f) Certidão relativa ao gozo dos direitos políticos;

g) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

h) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

i) Certidão de Nascimento dos filhos;

j) Carteira de Trabalho – da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;

k) PIS/PASEP (frente e verso);

l) Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função



pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

m) Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, órgão ao qual pertence e carga horária;

n) Número da conta-corrente, no Banco do Brasil;

o) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;

p) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.

#### 9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este Processo Seletivo terá validade durante todo o ano letivo de 2018.

9.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

9.3. Não poderão participar do Processo Seletivo os membros de quaisquer das comissões deste Processo Seletivo e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas, assim como os parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau dos responsáveis pela elaboração das provas.

9.4 Não poderão participar deste Processo Seletivo Simplificado os candidatos que responderam processo administrativo ou disciplinar em até 3 ( três ) anos.

#### 10. DA ESCOLHA DE VAGAS PARA O PERÍODO DE FÉRIAS

10.1 As vagas para professor de Educação Infantil para o período de férias, serão preenchidas, obedecendo-se a ordem de classificação que se dará através da nota da prova escrita somada a de títulos e tempo de serviço por área/disciplina.

10.2 A classificação dos candidatos aos cargos de professores de Educação Infantil será separada por HABILITADOS, e NÃO HABILITADOS. Para contratação primeiro será usada a lista dos HABILITADOS, esgotadas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

10.4 A escolha de vagas deverá ser feita pessoalmente ou através de procuração específica.

10.5 O primeiro processo de escolha de vagas para o período de férias para professores, merendeira/faxineira e auxiliares de sala dar-se-á no dia 15 de dezembro de 2017 as 14 horas no auditório da Prefeitura Municipal (antiga Câmara de Vereadores).

10.6 O candidato que não se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vaga irá automaticamente para o final da listagem. Na ocorrência de um segundo não comparecimento, será considerado desistente e eliminado deste processo seletivo.

10.7 O candidato presente no dia e horário determinado para a escolha de vagas, que não aceitar a vaga oferecida, perderá o direito pela primeira escolha, passando seu nome para o final da listagem de classificação para chamada posterior de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

10.8 Após a primeira chamada, a escolha de vagas será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação através de contato telefônico ou por e-mail declarados pelo candidato no ato da inscrição. Em caso de não aceitação de vaga é responsabilidade do candidato assinar documento de desistência na Secretaria Municipal de Educação, caso contrário será excluído desse processo seletivo.

10.9. O candidato que não se apresentar no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, no prazo estabelecido, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 8 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Processo Seletivo, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

10.10 A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro da Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

10.11 A admissão é de competência da Secretaria Municipal de Educação, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

#### 11. DA ESCOLHA DE VAGAS PARA O ANO LETIVO DE 2018

11.1 As vagas para professor e auxiliar de sala para o ano letivo de 2018, serão preenchidas, obedecendo-se a ordem de classificação que se dará através da nota da prova escrita somada a de títulos e tempo de serviço por área/disciplina.

11.2 As vagas para merendeira/faxineira para o ano letivo de 2018, serão preenchidas, obedecendo-se a ordem de classificação que se dará através da nota da prova escrita somada a tempo de serviço.

11.3 A classificação dos candidatos aos cargos de professores será separada por HABILITADOS, e NÃO HABILITADOS. Para contratação primeiro será usada a lista dos HABILITADOS, esgotadas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

11.4 A escolha de vagas deverá ser feita pessoalmente ou através de procuração específica.

11.5 O primeiro processo de escolha de vagas para o ano letivo de 2018 para o cargo de professor dar-se-á no dia 30 de janeiro de 2018 às 08 horas no auditório da Prefeitura Municipal (antiga Câmara de Vereadores).

11.6 O candidato que não se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vaga irá automaticamente para o final da listagem. Na ocorrência de um segundo não comparecimento, será considerado desistente e eliminado deste processo seletivo.

11.7 O candidato presente no dia e horário determinado para a escolha de vagas, que não aceitar a vaga oferecida, perderá o direito pela primeira escolha, passando seu nome para o final da listagem de classificação para chamada posterior de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

11.8 Após a primeira chamada, a escolha de vagas será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação através de contato telefônico ou por e-mail declarados pelo candidato no ato da inscrição. Em caso de não aceitação de vaga é responsabilidade do candidato assinar documento de desistência na Secretaria Municipal de Educação, caso contrário será excluído desse processo seletivo.

11.9. O candidato que não se apresentar no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias contado da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 8 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Processo Seletivo, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

11.10 A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro da Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

11.11 A admissão é de competência da Secretaria Municipal de Educação, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

11.12 Desde que respeitada a ordem de classificação, os candidatos para os cargos de auxiliar de sala e merendeira/faxineira poderão ser convocados para trabalhar no mês de janeiro de 2018.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova escrita, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no mural interno da Prefeitura Municipal, no mural da Secretaria de Educação e na internet, nos seguintes sítios: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br) e [click.listaeditais.com.br](http://click.listaeditais.com.br).

12.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora.

12.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

12.4.1. Anexo I – Quadro de cargos e habilitação mínima exigida

12.4.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Escrita;

12.4.3. Anexo III – Normas para realização da Prova Escrita;

12.4.4. Anexo IV – Normas para Prova de Títulos, Tempo de Serviço;

12.4.5. Anexo V – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais.

12.4.6 Anexo VI – Cronograma.

Trombudo Central, 23 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

CÁTIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária Municipal da Educação e do Esporte

## ANEXO I

### QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

CARGO	FORMAÇÃO/MÍNIMA
Professor Educação Infantil	HABILITADO: Licenciatura em Pedagogia Educação Infantil
	NÃO HABILITADO: Licenciatura em Pedagogia Anos Iniciais Cursando Pedagogia a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso.
Professor Anos Iniciais	HABILITADO: Licenciatura em Pedagogia Anos Iniciais
	NÃO HABILITADO: Pedagogia Educação Infantil Cursando Pedagogia a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso.

CARGO	FORMAÇÃO/MÍNIMA
Professor Disciplinas específicas (1º ao 9º ano)	
Artes Educação Física Ensino Religioso Geografia História Ciências Língua Portuguesa Língua Inglesa Matemática	HABILITADO: Licenciatura na disciplina específica para a qual se inscreveu.  NÃO HABILITADO: Cursando Licenciatura específica a partir da 1ª fase Ensino Médio Magistério Concluso Licenciatura diferente da área para a qual se inscreveu. Ensino Médio
Auxiliar de sala	Curso Superior na área de Educação Ensino Médio com habilitação em Magistério Ensino Médio
Merendeira/Faxineira	Ensino Fundamental /Anos Iniciais.

## ANEXO II

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

## 1 – LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos–Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura –A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico–Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

## 2 – RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA):

Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; regra de 3 simples e composta; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; problemas e operações matemáticas que afirmam o raciocínio lógico dos concorrentes. Conjuntos números naturais múltiplos e divisores; números inteiros; números racionais; números reais; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; Razões e proporções; estatística; análise combinatória; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º grau; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias.

## 3 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

## 3.1. Professor Educação Infantil:

- Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. LDB, Constituição Federal referente a Educação, ECA, Referências Curriculares Nacionais para Educação Infantil, Novas diretrizes curriculares nacionais para educação infantil, obrigatoriedade da matrícula na educação infantil.

## 3.2. Professor Anos Iniciais:

- Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, LDB.

## 3.3 Professor Anos Finais:

PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget.

## 3.4 Auxiliar de Sala:

Educação: PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget.

**3.5. Merendeira/ Faxineira**

Cuidados e limpeza na cozinha. Manipulação de alimentos. Estocagem de alimentos. Cardápios variados. Classificação dos alimentos. Preparo de alimentos. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Higiene, limpeza. Prevenção de acidentes no trabalho. Equipamentos de segurança. Cuidados com a saúde, qualidade de vida e higiene. Postura profissional e apresentação pessoal. Atendimento ao público. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Lei Orgânica do Município. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

**ANEXO III****NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA**

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. Comparecer no local da prova, convenientemente trajado, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;
  - 1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);
  - 1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.
2. A prova terá duração mínima de 1 (uma) hora e será composta por 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, na forma abaixo:

MATÉRIAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	05	0,4
Raciocínio Lógico (Matemática)	05	0,4
Conhecimentos Específicos	15	0,4

3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Processo Seletivo:
  - 3.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;
  - 3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;
  - 3.3. Usar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;
4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova;
5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;
6. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;
7. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;
8. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;
9. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o caderno da prova e o cartão-resposta devidamente preenchido;
10. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência e rubrica dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;
11. Os envelopes contendo os cadernos das provas e os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

**ANEXO IV****NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO**

1. O cômputo da PROVA DE TÍTULOS será feito na forma abaixo:
  - 1.1. Para professores de Educação Infantil e Anos Iniciais:
    - 1.1.1. 0,2 pontos por fase cursada no curso de Pedagogia, dessa forma o candidato deverá apresentar atestado de frequência e histórico escolar originais datados em 23/10/2017 ou posteriormente. O candidato que não enviar o histórico escolar da graduação junto com o atestado de frequência será considerado apenas uma fase.
    - 1.1.2. 1 ponto para o candidato que apresentar certificado do Ensino Médio Magistério.
    - 1.1.3. 2 pontos para o candidato que apresentar certificado ou declaração de conclusão em Pedagogia com habilitação diferente da área em que se inscreveu.
    - 1.1.4. 4 pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou declaração de conclusão de Pedagogia com habilitação na área específica para qual se inscreveu;

1.1.5. 6 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós na área da educação ou certidão de conclusão.

1.1.6. 8 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de mestrado na área da educação ou certidão de conclusão.

1.1.7. Os pontos não são acumulativos, será validado a pontuação maior apresentada pelo candidato.

1.1.8. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,1 ponto a cada 10 horas de cursos de aperfeiçoamento apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de setembro/2015.

#### 1.2. Para professores de Educação Física:

1.2.1. 0,2 pontos por fase cursada no curso superior específico em qual o candidato se inscreveu, dessa forma o candidato deverá apresentar atestado de frequência e histórico escolar originais datados em 23/10/2017 ou posteriormente. O candidato que não enviar o histórico escolar da graduação junto com o atestado de frequência será considerado apenas uma fase.

1.2.2. 1 ponto para o candidato que apresentar certificado do Ensino Médio Magistério ou certificado ou declaração de conclusão de licenciatura com habilitação diferente do cargo em que se inscreveu.

1.2.3. 4 pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou declaração de conclusão de licenciatura para o cargo para qual se inscreveu;

1.2.4. 6 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós na área da educação ou certidão de conclusão.

1.2.5. 7 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de mestrado na área da educação ou certidão de conclusão.

1.2.6. Os pontos não são acumulativos, será validado a pontuação maior apresentada pelo candidato.

1.2.7. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,1 ponto a cada 10 horas de cursos de aperfeiçoamento apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de setembro/2015.

1.2.8. Será acrescido a nota de prova de títulos 1 ponto, exclusivamente para o cargo de professor de Educação Física, ao candidato que apresentar registro no CREF (Conselho Regional de Educação Física).

#### 1.3. Para demais Professores:

1.3.1. 0,2 pontos por fase cursada no curso superior específico em qual o candidato se inscreveu, dessa forma o candidato deverá apresentar atestado de frequência e histórico escolar originais datados em 23/10/2017 ou posteriormente. O candidato que não enviar o histórico escolar da graduação junto com o atestado de frequência será considerado apenas uma fase.

1.3.2. 1 ponto para o candidato que apresentar certificado do Ensino Médio Magistério ou certificado ou declaração de conclusão de licenciatura com habilitação diferente do cargo em que se inscreveu.

1.3.3. 4 pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou declaração de conclusão de licenciatura para o cargo para qual se inscreveu;

1.3.4. 6 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós na área da educação ou certidão de conclusão.

1.3.5. 8 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de mestrado na área da educação ou certidão de conclusão.

1.3.6. Os pontos não são acumulativos, será validado a pontuação maior apresentada pelo candidato.

1.3.7. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,1 ponto a cada 10 horas de cursos de aperfeiçoamento apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de setembro/2015.

#### 1.4. Para Auxiliar de Sala:

1.4.1. 1 ponto para o candidato que apresentar certificado de Ensino Médio.

1.4.2. 4 pontos para o candidato que apresentar certificado de Ensino Médio com habilitação em Magistério ou curso superior na área da Educação.

1.4.3. 8 pontos para o candidato que apresentar certificado ou declaração de conclusão de curso superior em Pedagogia.

1.4.4. Os pontos não são acumulativos, será validado a pontuação maior apresentada pelo candidato.

1.4.5. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,1 ponto a cada 10 horas de cursos de aperfeiçoamento apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de setembro/2015.

2. O cômputo do TEMPO DE SERVIÇO ( para todos os cargos) será feito na forma abaixo:

2.1. 0,5 ponto por ano comprovado função para qual se inscreveu em declaração de órgão público ou privado expressa em anos, dias e meses,

2.2. Para fim de arredondamento, 6 meses ou mais, será considerado como 1 ano.

2.3. O candidato poderá acumular no máximo 10 pontos.

#### ANEXO V

#### DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

#### DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3.1.2 do Edital de Processo Seletivo Público nº 18/2017, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Candidato

#### ANEXO VI

#### CRONOGRAMA

DATA	ATO
23.10.2017	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
24 e 25.10.2017	Prazo para impugnações do Edital de Abertura de Inscrições
26.10.2017	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital de Abertura de Inscrições
26.10 à 16.11.2017	Período de Inscrições
23.10 à 17.11.2017	Período para envio dos documentos por SEDEX
17.11.2017	Último dia para pagamento do boleto
22.11.2017	Publicação do rol de inscritos
23 e 24.11.2017	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
27.11.2017	Homologação das Inscrições
03.12.2017	Realização da Prova Escrita
03.12.2017 após as 18h	Divulgação do Gabarito da Prova Escrita
04 e 05.12.2017	Prazo para recursos da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita
11.12.2017	Publicação do Gabarito Definitivo, Notas da prova escrita, prova de títulos, tempo de serviço e a respectiva classificação.
12 e 13.12.2017	Prazo para recursos da nota da prova escrita, prova de títulos, tempo de serviço e nota final
14.12.2017	Homologação do resultado final



**REABERTURA PREGÃO PRESENCIAL 62/2017 PMTC**

Publicação Nº 1408669

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr<sup>a</sup>. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar a reabertura da licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, ZERO KM, TIPO VAN/MICRO-ÔNIBUS, ANO DE FABRICAÇÃO 2017 E MODELO 2018, COR BRANCA, PARA USO NA SECRETARIA DE SAÚDE, CONF. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:30h, do dia 09 de novembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerd, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:30 às 17:00 horas, ou ainda pelo endereço eletrônico: [www.trombudo-central.sc.gov.br](http://www.trombudo-central.sc.gov.br).

Trombudo Central, 24 de outubro de 2017

Geovana Gessner  
Prefeita Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

### PROCESSO DE COMPRA Nº.: 211/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 138/2017

Publicação Nº 1408756

Processo de Compra Nº.: 211/2017  
Pregão Presencial nº: 138/2017  
Data Emissão: 24/10/2017  
Forma de Julgamento: PELO MENOR PREÇO POR HORA

- O Município de Tunápolis do ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo "MENOR PREÇO POR HORA, sob regime de execução parcelada, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Rua João Castilho nº 111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 15h15min do dia 06 de Novembro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a "Contratação de empresa especializada para execução de serviços de instalações e manutenções elétricas prediais e iluminação (internas), mediante execução de manutenção corretiva e preventiva no Município de Tunápolis, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22  
Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).  
Tunápolis, SC, 23 de fevereiro de 2017  
RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PROCESSO DE COMPRA Nº: 43/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 26/2017

Publicação Nº 1408220

PROCESSO DE COMPRA Nº: 43/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 26/2017

#### 1 PREÂMBULO:

1.1 A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que está promovendo Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº 26/2017, Processo Licitatório nº 43/2017, com julgamento pelo seu menor preço por item, para entrega imediata visando à AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REALIZAR RAIOS X ODONTOLÓGICO UTILIZADO NOS GABINETES ODONTOLÓGICOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, sendo que a presente licitação será processada e julgada conforme dispõe a Lei nº 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, Lei Complementar 123/06, como também pelas condições específicas deste Edital e dos demais documentos que o integram.

Local: Prefeitura Municipal de Tunápolis- Rua João Castilho nº111, Centro - Sala de Licitações –Tunapolis/SC.

Credenciamento a partir do dia 07 de novembro de 2017 às 14h15min

Abertura dos Envelopes: 07 de novembro de 2017 às 14h30min.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 23/10/2017  
CLARICE WEIS STAUB  
GESTORA DO FUNDO

# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 46/2017

Publicação Nº 1407923

DECRETO Nº 046/17, de 19 de Outubro de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.293/16 (Lei Orçamentária Anual), de 23.12.2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 1.180.000,00 (Um milhão, cento e oitenta mil reais), assim classificados:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0025.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (001) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 40.000,00

03.01 – GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0027.2.004 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (005) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0028.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (008) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 295.000,00

05.01 – SECR. IND. AGROIND. COM. TRAB. E DES. COMUNITARIO

22.661.0029.2.006 – Manut. E Func. Da Sec. De Ind Agroind Com. Trab e Des.Comunitario

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (027) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0034.2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0019 (040) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 400.000,00

12.365.0032.2.008 – Manutenção e Funcionamento de Creches

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 (055) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 300.000,00

12.366.0036.2.012 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Supletivo

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 (062) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 40.000,00

13.392.0039.2.015 – Manutenção e Divulgação da Cultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 (069) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 60.000,00

08.01 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0047.2.027 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0112 (098) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recursos 0080 por excesso de arrecadação de Recursos Próprio no valor de R\$ 360.000,00, da fonte de recursos 0018 Fundeb 60% por excesso de arrecadação no valor de R\$ 400.000,00, da fonte de recursos 0019 Fundeb 40% por excesso de arrecadação no valor de R\$ 400.000,00 e da fonte de recursos 0112 Outras Transf do FNAS-CRAS por excesso de arrecadação no valor de R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 19 de Outubro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### DECRETO 47/2017

Publicação Nº 1407924

DECRETO Nº 047/17, de 19 de Outubro de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.293/16 (Lei Orçamentária Anual), de 23.12.2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) e do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), assim classificados:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.306.0038.2.014 – Aquisição de Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (035) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 200.000,00

09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.608.0030.2.020 – Manutenção do Parque Exp. Iris Olivo/Realização Festa Colono

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (117) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e SF e ACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0002 (004) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 250.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recursos 0080 por excesso de arrecadação de Recursos Próprios no valor de R\$ 210.000,00 e da fonte de recursos 0002 por excesso de arrecadação de Recursos Próprios no valor de R\$ 250.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 19 de Outubro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 250/2017**

Publicação Nº 1407919

PORTARIA Nº 250/17, de 17 de Outubro de 2017.  
NOMEIA TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2017 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Técnico de Enfermagem - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

**NOME CPF**

Roseli Pereira Francisco 927.770.589-20

Juliana Martins Teixeira 050.235.399-62

Wagner Waltrique Vieira 047.267.769-16

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 17 de Outubro de 2017 e encerrará em 28 de Setembro de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de outubro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 251/2017**

Publicação Nº 1407920

PORTARIA Nº 251/17, de 19 de Outubro de 2017.  
NOMEIA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2017 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

**NOME CPF LOCALIDADE**

Michele Laurindo Biz 078.010.369-64 ESF Linha Contessi

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 23 de Outubro de 2017 e encerrará em 28 de Setembro de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de outubro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

# União do Oeste

## PREFEITURA

### 4 TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 53/2013

Publicação N° 1408914

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

#### 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 52/2013

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 52/2013, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede administrativa na Avenida São Luiz - 531, centro, União do Oeste -SC, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal CELSO MATIELLO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.954.970/0001-80, estabelecida na Rua Minas Gerais n. 206, no Município de Chapecó - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. PAULO ANDRÉ TESTA, portador da Carteira de Identidade nº 3127894 e CPF nº 870.781.989-72, acordam firmar o presente Termo Aditivo, em conformidade com a cláusula terceira e quarta do contrato primitivo e artigo 57. da lei 8.666/93:

Cláusula Primeira. Fica prorrogada a vigência do contrato administrativo N.º 52/2013, por mais 12 Meses, possuindo término em 30 de setembro de 2018, conforme permite cláusula terceira do contrato primitivo e artigo 57 da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda. O contrato não sofrerá reajustes de nem atualização de valores, uma vez que o acumulado do IGP-M se encontra negativo no acumulado dos últimos doze meses. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prorrogação contratual os valores abaixo relacionados:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
2	12	MÊS	Licença de uso mensal	677,99	8.135,88
3	12	MÊS	Locação do servidor virtual	125,79	1.509,48

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo, correrão à conta da Dotação do orçamento do Município vigente, com a seguinte classificação:

Órgão – 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto Atividade – 2.023 – MANUT. DO FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL

Cód. Red. 58 – Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 52/2013 permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 29 de setembro de 2017.

CELSO MATIELLO  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE  
CONTRATANTE

PAULO ANDRÉ TESTA  
PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Marília Miorelli  
CPF: 057.672.509-95

02. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

**DECRETO N. 3563/2017**

Publicação N° 1408496

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.563, de 20 de outubro de 2017.

Concede Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto na Constituição Federal no seu art. 7º, Inciso XVIII e atestado médico em anexo,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida LICENÇA GESTANTE pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias à servidora pública Municipal GIANE SMANIOTTO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a ser gozada no período de 20 de outubro de 2017 à 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 20 de outubro de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.



# Urussanga

## PREFEITURA

### EDITAL PL 63 2017 PMU PR 51 2017

Publicação N° 1408249

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 51/2017/PMU

Objeto: aquisição parcelada de material de construção, novos e de boa qualidade. Entrega dos envelopes: até as 10h dia 07/11/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 10h dia 07/11/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), no ícone LICITAÇÕES, situação: aberta. Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou pelo telefone (48) 3465-1188.

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N° 318/2017

Publicação N° 1407945

EXTRATO DE CONTRATO n° 318/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ALFA MED SISTEMAS MEDICOS LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos destinados ao hospital do Município de Vargeão.

VALOR: 101.680,00 (CENTO E UM MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão n° 81/2017, processo licitatório 90/2017 e Contrato n° 318/2017.

Vargeão, SC, 20 de OUTUBRO de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Vargem

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 842/2017

Publicação Nº 1408733

DECRETO MUNICIPAL Nº 842/2017, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Nomeia Comissão Central Organizadora das Festividades de Aniversário do Município.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município...

DECRETA:

Art 1st. A Comissão Central Organizadora – CCO das Festividades de Aniversário do Município fica composta pelas seguintes pessoas:

Presidente: Luiz Fagner dos Passos

Vice-Presidente: José Adenir da Fonseca

Tesoureiro: Romulo Boeira

1º Secretário: Luilson Sezar Gazzola

2º Secretário: Ana Paula Branco de Camargo Maziero

Conselho Fiscal: Divonei dos Santos, Agostinho da Silva Passos, Valdemir Cardoso, Santelmo Rodrigues da Silva, Marco Aurélio Becher, Jhenison Fagundes Camargo dos Santos, Danielly Cavalli, Luiz Cordeiro dos Santos, Adriana Corrêa.

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 20 de outubro de 2017.  
Milena Andersen Lopes Becher,  
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

### DECRETO MUNICIPAL Nº 843/2017

Publicação Nº 1408734

DECRETO MUNICIPAL Nº 843/2017, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 751/2016...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 01.01 – CÂMARA DE VEREADORES

Atividade: 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 .....  
..... R\$ 15.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 01.01 – CÂMARA DE VEREADORES

Atividade: 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 .....  
..... R\$ 14.500,00  
Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 .....  
..... R\$ 500,00

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 20 de outubro de 2017.  
Milena Andersen Lopes Becher,  
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

Publicação Nº 1408238

Prefeitura de Vidal Ramos  
Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 22/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO COLPOSCÓPIO , CONVÊNIO MINISTÉRIO DA SAÚDE – PROPOSTA Nº. 14164.340000/1160-01, PARA A MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 22/2017, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES , ENTREGA DOS ENVELOPES ABERTURA DAS PROPOSTAS PARA A FASE DE LANCES: dia 07/11/2017, às 09:00 hrs.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 23 de outubro de 2017.  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 14.404/17

Publicação Nº 1407775

DECRETO Nº 14.404/17, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.485/17, de 18 de outubro de 2017,

DECRETA

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura		
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	900.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	900.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura		
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
1.015 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	420.000,00	
09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura		
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
2.052 – Manutenção de Estradas Vicinais		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	480.000,00	
TOTAL DAS ANULAÇÕES	900.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0031/17

Publicação Nº 1407909

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0031/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BRENDA VALENGO

CPF: 054.886.019-02

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 02 de novembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0068/17**

Publicação Nº 1407977

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0068/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELIANE MARIA TUCLINOVICTCH  
CPF: 807.685.479-20  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0069/17**

Publicação Nº 1407917

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0069/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JAINE PATRICIO  
CPF: 079.710.829-75  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0071/17**

Publicação Nº 1407941

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0071/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MIRTE POLI  
CPF: 029.631.159-62  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0073/17**

Publicação Nº 1407974

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0073/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MONALISA APARECIDA BATISTA  
CPF: 015.938.299-81  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0074/17**

Publicação Nº 1407976

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0074/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DEBORA TURMINA  
CPF: 078.910.269-20  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0076/17**

Publicação Nº 1407937

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0076/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DAIANA CRISTINA PEDRO  
CPF: 005.094.219-03  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0077/17**

Publicação Nº 1407971

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0077/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KELLY SERAFINI  
CPF: 080.855.829-37



VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0083/17**

Publicação N° 1407902

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0083/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANA CARLA CORREA DA ROCHA  
CPF: 045.429.269-40  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0084/17**

Publicação N° 1407897

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0084/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CINTIANA APARECIDA RODRIGUES REINHOLD  
CPF: 050.631.709-94  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0085/17**

Publicação N° 1407979

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0085/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULIANA MARIA SOARES DOS SANTOS  
CPF: 941.917.949-49  
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0088/17**

Publicação N° 1408013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0088/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: DOGLAS ANSILIERO  
CPF: 047.338.659-37  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0089/17**

Publicação N° 1407962

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0089/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JAQUELINE MARIA MENEGUZZI  
CPF: 006.007.859-63  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0091/17**

Publicação N° 1407964

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0091/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JOCIANE DE FATIMA DE MORAES CACHOEIRA  
CPF: 030.732.309-98  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 26 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0097/17**

Publicação N° 1407936

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0097/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARLENE WEISS PEREIRA DE JESUS  
CPF: 944.567.719-68  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0098/17**

Publicação N° 1407942

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0098/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: PATRICIA SERIGHELLI  
CPF: 045.612.689-95  
VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0106/17**

Publicação N° 1407966

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0106/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARLI TEREZINHA RIEDI  
CPF: 017.816.259-05  
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0119/17**

Publicação N° 1407980

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0119/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SALETE MARIA GELAIN FABIAN  
CPF: 529.806.349-72  
VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0126/17**

Publicação N° 1407944

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0126/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: REGIANE MARQUES LOPES DA ROSA  
CPF: 040.865.809-69  
VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0148/17**

Publicação N° 1408002

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0148/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JULIO ANDERSON CESCO  
CPF: 027.722.509-46  
VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2017 até 30 de novembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0150/17**

Publicação N° 1407930

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0150/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARLOVA RAMOS MEZALIRA  
CPF: 031.906.219-85

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0155/17**

Publicação N° 1407973

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0155/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: PAMELA DE QUEIROZ  
CPF: 067.856.889-81  
VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0212/17**

Publicação N° 1408007

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0212/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANAIR PELENTIR  
CPF: 296.716.479-87  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 até 30 de dezembro de 2017  
LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0232/17**

Publicação N° 1407928

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0232/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JENIFER DIANA BALDISSARELLI  
CPF: 010.400.039-23  
VIGÊNCIA: de 13 de março de 2017 até 03 de novembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0233/17**

Publicação N° 1407940

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0233/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DANIELA ZACCARON ESTREME  
CPF: 087.182.359-48  
VIGÊNCIA: de 07 de março de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0266/17**

Publicação N° 1407891

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0464/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CAROLINE DALL PIZZOL  
CPF: 097.345.529-29  
VIGÊNCIA: de 10 de agosto de 2017 até 02 de outubro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0285/17**

Publicação N° 1408009

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0285/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SILVANA LOCATELLI SOVRANI  
CPF: 798.846.879-00  
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2017 até 30 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0352/17**

Publicação Nº 1408001

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0352/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KAROLINE GRANDO  
CPF: 008.381.039-01  
VIGÊNCIA: de 08 de maio de 2017 até 07 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0365/17**

Publicação Nº 1408003

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0365/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS  
CPF: 065.636.589-70  
VIGÊNCIA: de 17 de maio de 2017 até 15 de setembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0405/17**

Publicação Nº 1408010

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0405/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BERENICE PERETTI  
CPF: 020.092.689-62  
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "20 (vinte) horas semanais, percebendo para tanto o vencimento de R\$ 1.580,33 (um mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e três centavos); para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança com necessidades especiais (MAICON ALLAN MARINHO DE MELO MARQUES), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira" para: "40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto o vencimento de R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos); sendo 20h para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança com necessidades especiais (MAICON ALLAN MARINHO DE MELO MARQUES), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira, e 20h em substituição à servidora BEATRIZ PADILHA DOS SANTOS, se encontra em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica".  
VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0411/17**

Publicação Nº 1407926

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0411/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ROSELI MARIA MOREIRA DA SILVA  
CPF: 800.480.059-91  
VIGÊNCIA: de 06 de julho de 2017 até 06 de novembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2017- FMS**

Publicação Nº 1408074

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2017- FMS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2017- FMS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2017  
HOMOLOGAÇÃO: 23/10/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SENAT - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE, PARA REALIZAR CURSO ESPECIALIZADO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, PARA OS SERVIDORES ADILES JOSE DOS SANTOS, AIRTO LORENI ZONTA, JACSON DARCI LOCATELLI, JOCELITO FELICETTI, JOÃO GUILHERME BROETTO, JULIANE BALDO DE DEUS, LAIRTON JOSÉ BÓLICO E MÁRCIO TELES RODRIGUES, CONFORME DETERMINADO PELA RESOLUÇÃO 168 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004.

FORNECEDOR: SENAT - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.240,00 (Dois mil duzentos e quarenta reais).

FUNDAMENTO: FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 23 de outubro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 48/2017 - PMV**

Publicação Nº 1408476

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 48/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 48/2017

PROCESSO Nº 199/2017

HOMOLOGAÇÃO: 23/10/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO "CURSO SOBRE E-SOCIAL" A SER MINISTRADO PELO EGEM – ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NOS DIAS 26 E 27 DE OUTUBRO DE 2017, PARA A SERVIDORA SANDRA BALDO.

CONTRATADO: EGEM – ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL VALOR DA DESPESA: R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II c/c art. 13, e atentando também com o Art. 26 todos da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 23 de Outubro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

**ANEXO IV - GASTOS COM SAÚDE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1408780

**DECRETO 11.120/14****ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE SETEMBRO DE 2017**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			ARRECADAÇÃO		
			ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO					
1.1 - IPTU			6.318.833,72		
1.2 - ITBI			1.593.229,47		
1.3 - ISS			8.547.651,66		
1.4 - IRRF			2.239.564,01		
1.5 - FPM			17.534.586,70		
1.6 - ITR			21.196,85		
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO			115.781,40		
1.8 - ICMS			32.161.382,21		
1.9 - IPVA			5.472.419,40		
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO			437.705,93		
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS			543.999,66		
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS			489.397,26		
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS			75.475.748,27		
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE			ACUMULADO		
			ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)			11.321.362,24		
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			6.784.570,67		
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			2.389.192,84		
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			552.111,66		
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			158.029,25		
TOTAL			21.205.266,66		
3. APLICAÇÃO		RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos		11.321.362,24	12.590.533,40	16,68	1.269.171,16
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado		9.173.763,51	6.360.821,44	69,34	-2.812.942,07
3.2 - Convênios vinculados a Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde		710.140,91	314.012,05	44,22	-396.128,86
TOTAL		21.205.266,66	19.265.366,89		-1.939.899,77

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 23 de Outubro de 2.017.

Juliane M.C.Wartha

Contadora CRC-SC 024015/O-6

Carlos Antonio Barzotto

Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Dorival Carlos Borga

Prefeito Municipal



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Lei Complementar nº 099

Publicação Nº 1408355

LEI COMPLEMENTAR N. 099, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

“APROVA NOVA TABELA DE PERCENTUAIS E SERVIÇOS DE COBRANÇA DO ISS, ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 32/2007 QUE INSTITUIU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Aprova a nova tabela de percentuais e serviços de cobrança do ISS, acrescenta e altera dispositivos na Lista de Serviços do anexo relativo ao Art. 257, da Lei Complementar n. 32, de 28/12/2007, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“1 - ...

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

(...)

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

(...)

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei n. 12.485, de 2 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS. (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).

(...)

6 - ...

(...)

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).

(...)

7 - ...

(...)

7.14 – Florestamento, reforestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

(...)

11 - ...

(...)

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

(...)

13 -

(...)

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.

(...)

14 - ...

(...)

14.05 - Restauração, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.05.01- Costura.

(...)

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).

(...)

16 - ...

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal. (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).

17 - ...

(...)

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita. (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).

25 - ...

(...)

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

(...)

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).

Art. 2º - Altera o caput do Art. 258, da Lei Complementar n. 032/2007, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“O Serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).

(...)

XXIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).

XXIV – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01; (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).

XXV – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09. (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).

Art. 3º - Inclui o art. 259-A e parágrafos, na Lei Complementar n. 32/2007, com a seguinte redação:

“A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º - O imposto não será objeto de concessões de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços anexo à presente Lei Complementar.

§ 2º - É nula a lei ou o ato que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

Art. 4º - Ficam revogados todos os dispositivos que criaram incentivos, isenções e benefícios fiscais, conforme determina o Art. 6º da Lei 157/2016 – alíquota mínima de 2%.

Art. 5º - O Município deverá, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei Complementar, revogar os dispositivos que contrariem o disposto no caput e no § 1º do art. 8-A da Lei Complementar n. 116/2003.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Vitor Meireles, 23 de outubro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

LISTA DE SERVIÇOS DE ISS E SUAS ALÍQUOTAS.

ITEM	SERVIÇO	% s/valor do serviço
1	Serviços de informática e congêneres	
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	3,5
1.02	Programação.	3,5
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	3,5
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	3,5
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3,5
1.06	Assessoria e consultoria em informática	3,5
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3,5
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3,5
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei n. 12.485, de 2 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS. (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016)	3,5
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	05
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
3.01	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	05

ITEM	SERVIÇO	% s/valor do serviço
3.02	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, Quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	05
3.03	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	05
3.04	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	05
4	Serviços de saúde, assistência médica e congênere.	
4.01	Medicina e biomedicina.	3,5
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3,5
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3,5
4.04	Instrumentação cirúrgica.	3,5
4.05	Acupuntura.	3,5
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3,5
4.07	Serviços farmacêuticos.	3,5
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3,5
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3,5
4.10	Nutrição.	3,5
4.11	Obstetrícia.	3,5
4.12	Odontologia.	3,5
4.13	Ortótica.	3,5
4.14	Próteses sob encomenda.	3,5
4.15	Psicanálise.	3,5
4.16	Psicologia.	3,5
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congênere.	3,5
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congênere.	3,5
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congênere.	3,5
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de quaisquer espécies.	3,5
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.	3,5
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congênere.	3,5
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de Terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3,5
5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congênere.	
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	3,5
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3,5
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	3,5
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3,5
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3,5
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3,5
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.	3,5
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3,5
5.09	Plano de atendimento e assistência médico-veterinário.	3,5
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congênere.	5
6.02	Esteticistas tratamentos de pele, depilação e congêneres.	5
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congênere.	5
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).	5
7	Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5
7.04	Demolição.	5

ITEM	SERVIÇO	% s/valor do serviço
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5
7.08	Calafetação.	5
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5
7.14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	5
7.15	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5
7.16	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5
7.17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5
7.18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5
7.19	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5
7.20	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de Qualquer grau ou natureza.	
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2
9	Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5
9.03	Guias de turismo.	5
10	Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5
10.06	Agenciamento marítimo.	5
10.07	Agenciamento de notícias	5
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3,5
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3,5
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	3,5
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01	Espectáculos teatrais.	3,5

ITEM	SERVIÇO	% s/valor do serviço
12.02	Exibições cinematográficas.	3,5
12.03	Espectáculos circenses.	3,5
12.04	Programas de auditório.	3,5
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3,5
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.	5
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3,5
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3,5
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5
12.10	Corridas e competições de animais.	5
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3,5
12.12	Execução de música.	3,5
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres (*).	3,5
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3,5
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3,5
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congênere.	3,5
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3,5
13	Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5
13.02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5
13.03	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5
13.04	Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia.	5
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS	5
14	Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5
14.02	Assistência Técnica.	5
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer..	5
14.05.01	Costura	2
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	5
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5
14.10	Tinturaria e lavanderia.	5
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5
14.12	Funilaria e lanternagem.	5
14.13	Carpintaria e serralheria.	5
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016)	5
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congênere.	5
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congênere, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5



ITEM	SERVIÇO	% s/valor do serviço
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5
16	Serviços de transporte de natureza municipal.	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3,5
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal. (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016)	3,5
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.01	Assessoria ou consultoria de Qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5
17.08	Franquia (franchising).	5
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao ICMS).	5
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5
17.13	Leilão e congêneres.	5
17.14	Advocacia.	5
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5



ITEM	SERVIÇO	% s/valor do serviço
17.16	Auditoria.	5
17.17	Análise de Organização e Métodos.	5
17.18	Atuária e cálculos técnicos de Qualquer natureza.	5
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5
17.21	Estatística.	5
17.22	Cobrança em geral.	5
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita. (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).	5
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5
22	Serviços de exploração de rodovia.	
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	5
25	Serviços funerários.	
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5
25.03	Planos ou convênio funerários.	5
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. (incluído através da Lei Complementar n. 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).	5
26	Serviços de coleta remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	
26.01	Serviços de coleta remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	5
27	Serviços de assistência social.	
27.01	Serviços de assistência social.	2
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5
29	Serviços de biblioteconomia.	
29.01	Serviços de biblioteconomia.	5

ITEM	SERVIÇO	% s/valor do serviço
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5
32	Serviços de desenhos técnicos.	
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	5
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5
36	Serviços de meteorologia.	
36.01	Serviços de meteorologia.	5
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5
38	Serviços de museologia.	
38.01	Serviços de museologia.	5
39	Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01	Obras de arte sob encomenda.	5

**PORTARIA Nº 226/2017**

Publicação Nº 1408578

PORTARIANº 226/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve PRORROGAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 023/2006, de 02 de agosto de 2006,

Nome: MARLENE MONTIBELLER DECARLI

Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, licença de parte da jornada de trabalho, concedida em 01 de abril de 2007, a qual reduziu sua carga horária de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo dos vencimentos, para cuidar de seu filho, Fernando Decarli, portador de deficiência, conforme laudo da Fundação Catarinense de Educação Especial e parecer expedido pela Assistência Social do município, a partir de 01 de setembro de 2017 até 31 de agosto de 2018, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE OUTUBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**PORTARIA Nº 227/2017**

Publicação Nº 1408703

PORTARIANº 227/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:  
de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2016, homologado no dia 11 de maio de 2016,

Nome: BRUNA APARECIDA DA SILVA

Cargo: NUTRICIONISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 23 de outubro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE OUTUBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 036/2017

Publicação Nº 1407814



## MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 47 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata  
 Registro de Preço: 21 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de  
 Preço: 47 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 1 / 6

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.21/2017

Pregão Nº 36/2017

Validade: 24/10/2018

23 de outubro de 2017, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES DIVERSOS PARA USO NA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES DIVERSOS PARA USO NA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL**, em um prazo que se estende 24/10/2018 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 62251 - AUTO POSTO FISTAROL LTDA - EPP

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	OLEO MOTOR DIESEL SAE15W40 API-CG4 BALDE 20 LITROS	UN	PETROBRAS	50	248,00	12.400,00
5	OLEO TRANSMISSAO/DIFERENCIAL API GL-5 SAE90 BALDE20 LITROS	UN	LUBRAX GL-5 90	10	275,00	2.750,00
6	OLEO TRANSMISSAO DIFERENCIAL SAE 85W140 API GL-5 BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX GL- 5 85W140	20	275,00	5.500,00
9	OLEO TRANSMISSAO DIFERENCIAL API GL-5 SAE 140 BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX GL- 5 SAE 140	10	275,00	2.750,00
12	ADITIVO PARA RADIADOR - CONCENTRADO; ORGÂNICO; COM PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO, CONGELAMENTO, RESSECAMENTO DAS MANGUEIRAS; COM LUBRIFICAÇÃO DA VÁLVULA TERMOSTÁTICA E DA BOMBA D'ÁGUA; PARA MOTORES A DIESEL, GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV.	UN	ADITIVO BLURAD ROSA 1L	96	19,00	1.824,00
15	GRAXA AZUL PARA ROLAMENTO BALDE 20K	UN	GRAXA UNI MP2 AZUL 20KG	5	390,00	1.950,00
16	GRAXA PARA PINO BALDE 20K	UN	GRAXA TG CHASSIS	5	175,00	875,00
Total do Fornecedor:						28.049,00

Fornecedor: 62278 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	OLEO HIDRAULICO 150VG 68 BALDE 20 LITROS	UN	AGECON LG 68	100	158,00	15.800,00
4	OLEO HIDRAULICO 150VG68 GALAO 05 LITROS	UN	AGECON LG 68	20	54,00	1.080,00
7	OLEO HIDRAULICO TRANSMISSAO API SAE 10W BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX	30	325,00	9.750,00
8	OLEO TRANSMISSAO AUTOMATICA DIRECAO HIDRAULICA TIPO ATF-TA BALDE 20LITROS	UN	LUBRAX	10	395,00	3.950,00
10	ARLA 32 ECOTEC-BD 20L	UN	ARLA 32 ECOTEC	120	59,00	7.080,00
11	FLUIDO DE FREIO DOT4 500ML	UN	LUBRAX	48	24,50	1.176,00
13	OLEO MOTOR ETANOL GASOLINA SEMI-SINTETICO SAE 5W30 API-SM EMBALAGEM 01 LITRO	UN	SELENIA PERFORM 5W30	200	26,90	5.380,00
14	OLEO MOTOR ETANOL/GASOLINA SAE 20W50 API SL EMBALAGEM 01 LITRO	UN	TEXACO	50	15,50	775,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO1171201-006-AWKJZ-246445603 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

23/10/2017 09:06

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 47 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata  
 Registro de Preço: 21 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de  
 Preço: 47 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 2 / 6

Fornecedor: 62278 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
17	ÁGUA DESMINERALIZADA PARA BATERIA 1LT	UN	AGUA DE BATERIA ALFA	24	7,50	180,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>45.171,00</b>

**1.1. CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de **R\$ 73.220,00 (setenta e três mil e duzentos e vinte reais)**.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 24/10/2018, a partir da sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Nº. 36/2017**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Nº. 36/2017** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

**CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO**

4. 10 dias

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Código	Descrição
2017	
331	Referência
09	Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia
001	Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia
2015	PROGRAMA DE PROTECAO SOCIO-EDUCATIVO
333903001000000	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
01000000	Recursos Ordinários
2017	
349	Referência
07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2033	MANUTENCAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
333903001000000	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
01000000	Recursos Ordinários
2017	
356	Referência
02	Gabinete do Prefeito Municipal
001	Gabinete do Prefeito Municipal
2002	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
333903001000000	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
01000000	Recursos Ordinários

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 47 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
 Unica: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata  
 Registro de Preço: 21 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de  
 Preço: 47 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 3 / 6

Código	Descrição
2017	
365	Referência
03	Secretaria de Administracao e Financas
001	Secretaria de Administracao e Financas
2003	MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
333903001000000	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
01000000	Recursos Ordinários
2017	
388	Referência
04	Secretaria de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambie
001	Secretaria de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambie
2006	MANUTENCAO DA SEC. DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E ME
333903001000000	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
01000000	Recursos Ordinários
2017	
408	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2022	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
333903001000000	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
01010000	Receitas de Impostos - Educação
2017	
419	Referência
13	Secretaria de Des. do Distrito da Barra da Prata
001	Secretaria de Des. do Distrito da Barra da Prata
2034	DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA
333903001000000	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
01000000	Recursos Ordinários
2017	
431	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2023	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
333903001000000	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
01625500	Transf.Convênio -Estado/Educação
2017	
460	Referência
10	Fundo Municipal de Assistencia Social
001	Fundo Municipal de Assistencia Social
2016	ATENCAO AS FAMILIA CARENTES
333903001000000	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
01000000	Recursos Ordinários
2017	
493	Referência
08	Fundo Municipal de Saude
001	Fundo Municipal de Saude
2011	MANUTENCAO DO DEPTO DE SAUDE E ASSISTENCIA MEDICA-
333903001000000	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
01020000	Receitas de Impostos - Saúde

4.2 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

**CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.**

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independente das quantidade solicitada.



**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 47 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata  
Registro de Preço: 21 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de  
Preço: 47 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 4 / 6

5.1. A entrega dos produtos será parcelada sendo que o prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Compra.

5.2 Local de entrega: conforme definido em ordem de compra pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

**CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES**

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

7.3 A PMVM, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

7.4 A PMVM convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 47 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata  
Registro de Preço: 21 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de  
Preço: 47 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 5 / 6

7.5. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

**CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO**

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

**CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos solicitados.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

**CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES DIVERSOS PARA USO NA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL Nº. 36/2017, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 23 de outubro de 2017.

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO1171201-006-AWKJZ-246445603 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

23/10/2017 09:06

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 47 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata  
Registro de Preço: 21 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de  
Preço: 47 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 6 / 6

---

VALDELI JOSE SEBASTIAO  
Pregoeiro

---

CAROLINE APARECIDA MAZOTI  
WACHHOLZ  
Equipe de Apoio

---

LUIS CARLOS BOING  
Equipe de Apoio

---

AUTO POSTO FISTAROL LTDA - EPP  
CONTRATADA

---

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA  
CONTRATADA

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 36-2017**

Publicação Nº 1407802

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2017 Número -  
Minuta - Licitação: 47 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2017 cotaCredenciamento: 1

Pág 1 / 2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Pregão**  
**Para Aquisição de Bens**  
**36/2017**  
**Processo Administrativo: 47/2017**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 36/2017, o(s) participante(s):

62251 - AUTO POSTO FISTAROL LTDA - EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	OLEO MOTOR DIESEL SAE15W40 API-CG4 BALDE 20 LITROS	UN	PETROBRAS	50	R\$248,00	R\$12.400,00
5	OLEO TRANSMISSAO/DIFERENCIAL API GL-5 SAE90 BALDE20 LITROS	UN	LUBRAX GL-5 90	10	R\$275,00	R\$2.750,00
6	OLEO TRANSMISSAO DIFERENCIAL SAE 85W140 API GL-5 BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX GL-5 85W140	20	R\$275,00	R\$5.500,00
9	OLEO TRANSMISSAO DIFERENCIAL API GL-5 SAE 140 BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX GL-5 SAE 140	10	R\$275,00	R\$2.750,00
12	ADITIVO PARA RADIADOR - CONCENTRADO; ORGÂNICO; COM PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO, CONGELAMENTO, RESSECAMENTO DAS MANGUEIRAS; COM LUBRIFICAÇÃO DA VÁLVULA TERMOSTÁTICA E DA BOMBA D'ÁGUA; PARA MOTORES A DIESEL, GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV.	UN	ADITIVO BLURAD ROSA 1L	96	R\$19,00	R\$1.824,00
15	GRAXA AZUL PARA ROLAMENTO BALDE 20K	UN	GRAXA UNI MP2 AZUL 20KG	5	R\$390,00	R\$1.950,00
16	GRAXA PARA PINO BALDE 20K	UN	GRAXA TG CHASSIS	5	R\$175,00	R\$875,00
					Total do Fornecedor:	R\$28.049,00
62278 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	OLEO HIDRAULICO 150VG 68 BALDE 20 LITROS	UN	AGECON LG 68	100	R\$158,00	R\$15.800,00
4	OLEO HIDRAULICO 150VG68 GALAO 05 LITROS	UN	AGECON LG 68	20	R\$54,00	R\$1.080,00
7	OLEO HIDRAULICO TRANSMISSAO API SAE 10W BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX	30	R\$325,00	R\$9.750,00
8	OLEO TRANSMISSAO AUTOMATICA DIRECAO HIDRAULICA TIPO ATF-TA BALDE 20LITROS	UN	LUBRAX	10	R\$395,00	R\$3.950,00
10	ARLA 32 ECOTEC-BD 20L	UN	ARLA 32 ECOTEC	120	R\$59,00	R\$7.080,00
11	FLUIDO DE FREIO DOT4 500ML	UN	LUBRAX	48	R\$24,50	R\$1.176,00
13	OLEO MOTOR ETANOL GASOLINA SEMI-SINTETICO SAE 5W30 API-SM EMBALAGEM 01 LITRO	UN	SELENIA PERFORM 5W30	200	R\$26,90	R\$5.380,00
14	OLEO MOTOR ETANOL/GASOLINA SAE 20W50 API SL EMBALAGEM 01 LITRO	UN	TEXACO	50	R\$15,50	R\$775,00
17	ÁGUA DESMINERALIZADA PARA BATERIA 1LT	UN	AGUA DE BATERIA ALFA	24	R\$7,50	R\$180,00
					Total do Fornecedor:	R\$45.171,00
<b>Valor Total:</b>						<b>73.220,00</b>

Vitor Meireles, 23 de outubro de 2017

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO561201-006-WJUOTK-246445196 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

23/10/2017 08:59



**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2017 Número -  
Minuta - Licitação: 47 código Cliente: 94 ano Minuta: 2017 cota Credenciamento: 1

Pág 2 / 2

**BENTO FRANCISCO SILVY**  
Prefeito

# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 0084/2017

Publicação Nº 1407747

Extrato de Contrato de Prestação de Serviços nº 0084/2017

Contratante: Município de Xanxerê

Contratado: CBA informática Ltda

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de TI ao ambiente do Centro de Processamento de Dados da Prefeitura de Xanxerê contemplando: virtualização, segurança da informação, infraestrutura de TI, gestão do backup do ambiente virtual, ambiente de rede LAN e WLAN, servidores virtualizados, sistemas operacionais de servidores Windows e Linux, NAS, Active Directory, WSUS, DNS, DHCP, File Server, firewall, proxy, gerenciamento do antivírus corporativo bem como o serviço de suporte técnico relativo à microinformática, suporte aos usuários, manutenção preventiva e corretiva (sem cobertura de peças), pacote Office, Windows, e-mail, incluindo um profissional técnico residente por 40h semanais nas dependências da Prefeitura de Xanxerê SC.

Valor mensal: R\$ 6.830,00 Valor Total: 81.960,00

Prazo de Vigência: 12 meses a contar da Publicação.

Xanxerê-SC, 10 de outubro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 0085/2017

Publicação Nº 1408069

Extrato de Contrato nº 0085/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI ME.

Objeto: Tem por objeto este contrato a Prestação de Serviços Administrativos na Elaboração, Aplicação e Correção de todas as Etapas do Teste Seletivo Público para Contratação Temporária de Professores nas áreas de Educação Especial (Segundo Professor) - 20h, Educação Especial (Segundo Professor Tradutor e Interpretador de Libras) - 20h, Educação Infantil - 40h, Séries Iniciais - 20h, Matemática - 20h, Artes - 20h, Ciências - 20h, Educação Física - 20h, Ensino Religioso - 20h, Geografia - 20h, História - 20 h, Língua Estrangeira Inglês - 20h, Língua Portuguesa - 20h para as Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino, compreendendo: edital, inscrição de candidatos, homologação de inscrições, elaboração e aplicação das provas, gabarito, fiscais, correção das provas, análise de títulos e tempo de serviço, entrega do resultado final com a respectiva ordem de classificação e homologação final e demais atividades que compreendam a realização dos serviços, fornecendo toda a mão de obra e materiais necessários.

Valor total: R\$ 6.700,00

Prazo de vigência: Até 30 de abril de 2018.

Xanxerê-SC, 17 de outubro de 2017. Claudia Siviane Favero - Secretária Municipal de Educação.

### PORTARIA Nº RH-AM 466/2017

Publicação Nº 1407776

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 466/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-GS 009/2015.

DETERMINAR O RETORNO PARA O CARGO DE ORIGEM NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06,

RESOLVE

REVOGAR, a partir de 23.10.2017 a Portaria nº RH-GS 009/2015, que designava a Servidora Pública Municipal a Sra. IVETE APARECIDA ALVES DE MELLO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 12/C-3.288.353 e CPF n.º 949.676.529-72, nomeada conforme Decreto nº AM 048/04, no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar o retorno para seu cargo de origem no CEMEI Criança Feliz no Bairro Vista Alegre.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 23 de Outubro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal



# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO 124/2017

Publicação Nº 1408452

DECRETO Nº 124 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova o I FESTIVAL DA CANÇÃO, concede atribuições a CCO – Comissão Central Organizadora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o I FESTIVAL DA CANÇÃO que terá como objetivos:

I – incentivar o gosto pela Música Brasileira;

II – aprimorar e desenvolver a cultura musical;

III – revelar talentos e valorizar os artistas, os compositores e intérpretes, locais, regionais e interestaduais;

Art. 2º A Comissão Central Organizadora – CCO nomeada pela Portaria nº 170, de 19 de Outubro de 2017, tem atribuições de coordenar o processo organizativo e a realização do I FESTIVAL DA CANÇÃO, a ser realizado no período de 17 a 18 de Novembro de 2017.

Art. 3º A Comissão Central Organizadora – CCO ficará sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 4º O I FESTIVAL DA CANÇÃO será presidido pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes e na sua ausência ou impedimento eventual, pelo(a) Presidente da Comissão Central Organizadora – CCO.

Art. 5º Comissão Central Organizadora – CCO expedirá o Regulamento do I FESTIVAL DA CANÇÃO.

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre a organização, funcionamento, premiação e normas gerais do I FESTIVAL DA CANÇÃO, inclusive sobre o processo de escolha da Comissão Julgadora do Festival.

Art. 6º As despesas com a realização da I FESTIVAL DA CANÇÃO ocorrerão por conta dos recursos orçamentários próprios do orçamento municipal e convênios/parcerias com órgãos públicos ou privados.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 23 de Outubro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### PORTARIA Nº 172/2017

Publicação Nº 1408744

Portaria nº 172, de 20 de Outubro de 2017.

Concede férias remanescentes a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a Portaria nº 103/2017, que concedeu 30 (trinta) dias de férias para o servidor Público Municipal Sr. Valmor de Souza;

Considerando a Portaria nº 107/2017, a qual interrompeu parcialmente as férias concedidas ao servidor Público Municipal Sr. Valmor de Souza;

Considerando a Portaria nº 131/2017, que concedeu 03(três) dias de férias remanescentes;

Considerando que restam 11 (onze) dias de férias remanescentes, as quais estão sendo neste ato concedidas pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 11 (onze) dias de férias ao Servidor Público Municipal Sr. VALMOR DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de advogado, referente ao período aquisitivo de 01/06/2015 a 31/05/2016, a contar do período de 23/10/2017 à 02/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 20 de Outubro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### PORTARIA Nº 173/2017

Publicação Nº 1408746

Portaria nº 173, de 20 de Outubro de 2017.

Concede licença prêmio a servidor público municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 23, § 2º, inciso XV do mesmo diploma e Art. 127, e seguintes da Lei Complementar nº 002/2000, atualizada e, considerando requerimento apresentado por Servidor Público Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal Sr. VALMOR DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Advogado, licença prêmio remunerada de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 01/06/2011 a 31/05/2016, a contar de 03 de Novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 20 de Outubro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA Nº 174/2017**

Publicação Nº 1408747

Portaria nº 174, de 20 de Outubro de 2017.

Designa servidor público municipal para responder temporariamente pela Procuradoria Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, Considerando a concessão de férias(PT 172/2017) e licença prêmio(PT 173/2017) a Servidor Público Municipal titular da Procuradoria Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal, Sra. GLAUCIA GISELE NARDI, MF/1409, para responder temporariamente pela Procuradoria Geral do Município de Xavantina, sem ônus de remuneração, concedendo-lhe as prerrogativas atribuídas ao titular, previstas na Lei Complementar Municipal nº 041/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Xavantina/SC, 20 de Outubro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### **RESOLUÇÃO CCO/Nº 001, DE 23 DE OUTUBRO 2017.**

Publicação Nº 1408752

RESOLUÇÃO CCO/Nº 001, DE 23 DE OUTUBRO 2017.

Aprova o Regulamento do I FESTIVAL DA CANÇÃO DE XAVANTINA/SC, e dá outras providências.

A COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA – CCO DO I FESTIVAL DA CANÇÃO, do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas na Portaria nº 170 de 19 de Outubro de 2017 e considerando o disposto na Ata nº 01 da CCO, de 20 de Outubro 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o REGULAMENTO DO I FESTIVAL DA CANÇÃO a ser realizado no período de 17 a 18 de Outubro de 2017, no Município de Xavantina/SC, que passa a fazer parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, em 23 de Outubro de 2017.

Jaime Cezar Masiero

Presidente CCO

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CCO/Nº 001, DE 23 DE OUTUBRO 2017

## **REGULAMENTO DO I FESTIVAL DA CANÇÃO**

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FESTIVAL**

1.1 O FESTIVAL DA CANÇÃO DE XAVANTINA Estado de Santa Catarina, organizado e promovido pela Prefeitura Municipal de Xavantina, através da Secretaria de Educação e Cultura e Esportes, tem por objetivos:

1.1.1 Incentivar o gosto pela Música Brasileira;

1.1.2 Aprimorar e desenvolver a cultura musical;

1.1.3 Revelar talentos e valorizar os artistas, os compositores e intérpretes, locais, regionais e interestaduais;

1.1.4 Valorizar e incentivar o patriotismo;

1.2 FESTIVAL DA CANÇÃO DE XAVANTINA/SC, será realizado no Centro Comunitário de Xavantina, nos dias 17 e 18 de Novembro de 2017 tendo início às 20h de cada dia.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INSCRIÇÕES:**

2.1 As inscrições no FESTIVAL DA CANÇÃO DE XAVANTINA/SC estarão abertas do dia 30 de outubro a 16 de novembro de 2017, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, situada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, n. 153, Centro, Xavantina/SC, no horário compreendido entre as 7:30 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas e observadas todas as condições contidas neste regulamento.

2.1.1 As inscrições serão consideradas efetivadas, mediante o comprovante de recebimento da inscrição pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes no endereço estabelecido no item "2" deste Regulamento.

2.1.2 No ato da inscrição o candidato preencherá a Ficha de Inscrição, nas categorias estabelecidas nos subitens 3.1.1. 3.1.2 e 3.1.3 deste Regulamento.

2.2.3 Aos interessados será entregue cópia do Regulamento do Festival, que poderá também ser obtido no site <http://www.xavantina.sc.gov.br>

2.2.4. As inscrições serão isenta de pagamento de taxas.

2.2. Cada participante poderá se inscrever em uma única categoria.

2.3 Não será permitida a troca de música, nem o tom, depois de efetuada a inscrição.

2.4 É vedada a inscrição de música de idiomas estrangeiro (internacional).

2.5 São indispensáveis para a inscrição, os seguintes documentos:

2.5.1 Ficha única de inscrição com todos os seus campos preenchidos com letra legível, inclusive telefone para contato e quantidade de músicos acompanhantes, se houver;

2.5.2 Cópia do CPF e Carteira de Identidade de todos os integrantes que defenderão a música (intérpretes, aqui entendidos os músicos acompanhadores se houver);

2.6 Qualquer irregularidade na inscrição implicará na desclassificação do Concorrente com relação específica à inscrição onde se constatou a irregularidade.

2.7 Após o prazo de inscrições previsto no item 2.1 deste

Regulamento a CCO divulgará a inscrições homologadas por Categoria,

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CATEGORIAS E DOS E INTERPRETES

3.1 As categorias são os seguintes:

3.1.1 Infanto-juvenil livre, de 8 até 16 anos;

3.1.2 Adulto Popular, acima de 17 anos;

3.1.3 Adulto Sertanejo, acima de 17 anos.

3.2 Poderão participar do FESTIVAL DA CANÇÃO DE XAVANTINA/ SC intérpretes de nacionalidade brasileira.

3.3 Tanto na eliminatória quanto na final, será permitido outro acompanhamento musical (violão, gaita, guitarra, etc,) além da Banda Oficial do Festival, portanto, o uso desses instrumentos não somará pontos para nenhum candidato.

3.4 O(s) intérprete(es) se quiser(em) poderá(ão) isentar o acompanhamento da Banda Oficial no momento da interpretação.

3.5 Será permitido que a Banda Oficial faça vocal para o interprete, e para isso, deverá ser solicitado no ato da inscrição.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS ENSAIOS E DA SELEÇÃO

4.1 Os ensaios ocorrerão no mesmo local do festival.

4.2 Os ensaios, eliminatória e a final respeitarão os seguintes horários:

4.2.1 Categoria Infanto-juvenil livre:

4.2.1.1 Ensaio: no dia 17 de Novembro e 2017, das 08h às 12h.

4.2.1.2 Eliminatória: no dia 17 de Novembro e 2017, das 20h às 23h

4.2.1.3 Final: no dia 18 de Novembro e 2017, das 20h às 22h30h

4.2.2 Categoria Adulto Popular:

4.2.2.1 Ensaio: no dia 17 de Novembro e 2017, das 13h às 16h

4.2.2.2 Eliminatória: no dia 17 de Novembro e 2017, das 20h às 23h

4.2.2.3 Final: no dia 18 de Novembro e 2017, das 20h às 22h30h

4.2.3 Categoria Adulto Sertanejo:

4.2.3.1 Ensaio: no dia 17 de Novembro e 2017, das 16h às 19h

4.2.3.2 Eliminatória: no dia 17 de Novembro e 2017, das 20h às 23h

4.2.3.3 Final: no dia 18 de Novembro e 2017, das 20h às 22h30h

4.3. Para os ensaios os candidatos deverão chegar para retirar a sua senha no dia do ensaio nos seguintes horários:

4.3.1 Categoria Infanto-juvenil Livre: das 08h às 10h

4.3.2 Categoria Adulto Popular: das 13h às 14h30

4.3.3 Categoria Adulto Sertanejo: das 16h às 17h30

4.4 No dia do ensaio o(s) interprete(s) poderá(ão) poderá passar a música no máximo duas vezes.

4.5 Só estarão dispensados do ensaio os candidato que optarem pelo não acompanhamento da Banda Oficial. Os que necessitam do acompanhamento caso não se fizerem presentes para o ensaio, ficarão impedidos de participar do Festival.

4.6 Para os ensaios a ordem de apresentações será por chegada. O candidato que chegar deverá procurar a CCO (Comissão Central Organizadora) para retirar a senha. O interprete que não chegar para retirar sua senha no horário especificados nos subitens 4.3.1, 4.3.2 e 4.3.3 deste Regulamento não terá direito ao ensaio, portanto está automaticamente eliminado do Festival.

4.7 Na fase classificatória do dia 17 de Novembro de 2017, o candidato que se apresentar em primeiro e que se sentir prejudicado com a interpretação poderá repetir sua música no final e ser avaliado novamente.

4.7.1 O direito de repetir a música na forma do item 4.7 deste Regulamento somente será permitido se for comunicado a CCO (Comissão Central Organizadora) no prazo máximo até o término da apresentação da 2ª (segunda) música.

4.8 O acompanhamento musical dos ensaios e do Festival será feito por uma Banda Oficial apta a realizar o I FESTIVAL DA CANÇÃO.

4.9 Serão Classificadas para a final os sete candidatos que obtiverem maiores notas em cada uma das três Categorias: Infanto-juvenil; Adulto Popular e Adulto Sertanejo.

#### CLAUSULA QUINTA – DO JULGAMENTO

5.1 A Comissão Julgadora (jurados) do Festival será escolhida CCO, sendo sumariamente indeferido qualquer pedido de impugnação dos nomes.

5.2 Serão atribuídas pelos Jurados, tanto na fase classificatória como na final, notas de 5 (cinco) a 10 (dez), podendo ser fracionadas até uma casa decimal.

5.3 As notas poderão ser fracionadas até uma casa decimal após a vírgula.

5.4. A nota final será a somatória das notas dos jurados em cada quesito, observado o disposto no item 5.6 deste Regulamento, determinando assim a classificação final.

5.5 Na fase classificatória e na final serão observados os seguintes quesitos de avaliação:

5.5.1 Interpretação:

5.5.2 Afinação:

5.5.3 Dicção;

5.5.4 Ritmo.

5.6 Em caso de empate será considerado ganhador o candidato que tiver maior pontuação na afinação.

5.6.1 Persistindo o empate na forma do item 5.6 deste Regulamento, respectivamente será observado a maior pontuação em ritmo, interpretação e dicção.

5.7 Na fase classificatória, a ser realizada no dia 17 de Novembro,

as apresentações serão iniciadas a partir das 20h00min pela ordem das seguintes Categorias: Infanto-juvenil; Adulto Popular e Adulto Sertanejo.

5.7.1 As apresentações serão de forma sequenciais não havendo interrupção entre uma categoria e outra.

5.8 As decisões dos Jurados, em qualquer fase, são irrevogáveis e irrecuráveis, não cabendo recursos.

#### CLÁUSULA SEXTA – APRESENTAÇÃO NA FASE FINAL

6.1 A Fase final ocorrerá no dia 18 de Novembro de 2017, as apresentações serão iniciadas a partir das 20h00min pela ordem das seguintes Categorias: Infanto-juvenil; Adulto Popular e Adulto Sertanejo.

6.1.1 As apresentação serão de forma sequenciais não havendo interrupção entre uma categoria e outra.

6.2 A ordem de apresentação será por sorteio dentro de cada Categoria, que ocorrerá no ato de divulgação dos classificados da fase de classificação prevista no item 5.7 deste Regulamento, independentemente do número de intérpretes presentes da respectiva Categoria.

6.3 A premiação será paga via depósito bancário, que ocorrerá no período de 20 a 24 de Novembro de 2017.

6.3.1 Os interpretes vencedores deverá entregar à CCO no final do Festival ou no 1º dia útil após o Festival, o nome/número da agência, o número da conta e o nome do titular em que deverá ser feito o depósito bancário.

6.3.2 O nome do titular previsto no subitem 6.3.1 deste Regulamento deverá, preferencialmente, ser do interprete vencedor, sendo que na ausência poderá ser em nome do pai, mãe ou do responsável legal devidamente comprovado junto a CCO na entrega dos dados previsto subitem aqui mencionado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PREMIAÇÃO

7.1 Fica estabelecido para o I FESTIVAL DA CANÇÃO DE XAVANTINA/SC a premiação em dinheiro no valor de R\$ 6.300,00(seis mil e trezentos reais) assim distribuídos:

7.1.1 Categoria Infanto-juvenil Livre:

7.1.1.1 1º Lugar: 1.000,00 (hum mil reais)

7.1.1.2 2º Lugar: R\$ 700,00 (setecentos reais)

7.1.1.3 3º Lugar: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

7.1.2 Categoria Adulto Popular:

7.1.2.1 1º Lugar: 1.000,00 (hum mil reais)

7.1.2.2 2º Lugar: R\$ 700,00 (setecentos reais)

7.1.2.3 3º Lugar: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

7.1.2 Categoria Adulto Sertanejo:

7.1.3.1 1º Lugar: 1.000,00 (hum mil reais)

7.1.3.2 2º Lugar: R\$ 700,00 (setecentos reais)

7.1.3.3 3º Lugar: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

7.2 Os valores da premiação previstas no item 7.1 e seus subitens deste Regulamento serão mantidos, mesmos se os vencedores forem duplas, trios ou grupos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A simples inscrição no I FESTIVAL DA CANÇÃO já pressupõe a aceitação e concordância, por parte dos candidatos com todos os termos do presente regulamento bem como das decisões que venha a ser tomadas pela CCO, com relação aos casos omissos.

8.2 O desrespeito ao presente regulamento poderá sujeitar a desclassificação dos candidatos.

8.2.1 Caracteriza-se também como desrespeito ao presente regulamento o candidato/interprete que perturbar a ordem do Festival.

8.3 Não será permitido nenhum tipo de acompanhamento que não seja ao vivo.

8.4 O candidato ao se apresentar no Festival não terá direito a repetir, caso esqueça ou se atrapalhe, exceto se for um problema ocasionado com o som de responsabilidade da Banda Oficial que acompanhará a música e o estabelecido no item 4.7 e seu subitem 4.7.1 deste Regulamento.

8.5 O candidato que participar do I FESTIVAL DA CANÇÃO que realizar sua inscrição e tendo conhecimento do Regulamento automaticamente autoriza a utilização do uso de sua imagem pessoal por qualquer meio durante o Festival e em ocasião posterior, para fins de divulgação realizada pelo Município, ainda que não relacionada com esse evento.

8.6 A Comissão Organizadora não se responsabilizará pelo transporte, alimentação e hospedagem dos concorrentes selecionados durante o Festival e ensaios.

8.7 É vedada a participação no I FESTIVAL DA CANÇÃO de membros da Comissão Organizadora, funcionários da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Xavantina e jurados.

8.8 Esclarecimentos de dúvidas e informações podem ser solicitados com a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, fone (49) 3454-3124 ou e-mail: educarxv@yahoo.com.br

8.9 Os casos omissos a este regulamento serão resolvidos pela CCO - Comissão Central Organizadora do I FESTIVAL DA CANÇÃO e pela equipe de Jurados.

Xavantina/SC, em 23 de Outubro de 2017.  
Jaime Cezar Masiero  
Presidente da CCO

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS  
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa



# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 395/2017

Publicação N° 1408049

DECRETO N°. 395/2017.

Exonera servidora municipal a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei N°. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 16 de outubro de 2017, a servidora municipal ANA PAULA DAVI DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de COZINHEIRA, portadora da matrícula 6508, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de outubro de 2017.

Adriano Ivo Bortolanza

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 0064/2016

Publicação N° 1408431

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato n° 0064/2016

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: PONTES CONSTRUTORA EIRELI-EPP

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para pavimentação com Pedras Irregulares, sinalização vertical, com área total de 11,802,00m² Da Rua Justo Eugenio Soccol entre as Ruas Santo Antônio e Rua Governador Irineu Bornhausen. Aditivo: Quarto Termo Aditivo de Supressão de Valor, conforme inciso I, "b" do art. 65 e §1º, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato.

Valor: R\$ 43.666,31 (quarenta e três mil e seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e um centavos) do contrato original, correspondente a 8,34% de supressão.

Xaxim/SC, 19 de Outubro de 2017. ADRIANO IVO BORTOLANZA  
Prefeito Municipal em exercício.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 034/2017

Publicação N° 1408246

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n° 034/2017

Objeto: Registro de Preços para Aquisição parcelada de ASFALTO CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) e Pintura de Ligação com aplicação pelo Caminhão Espargidor no Município de Xaxim

Item	EMPRESA REGISTRADA	R\$ Total
1	BRITTER RODOVIAS LTDA	R\$1.122.500,00
2	TERRAMAX- CONSTRUcoes E OBRAS LTDA	R\$ 40.000,00

Valor Total estimado da Ata: R\$ 1.162.500,00 ( um milhão e cento e sessenta e dois mil e quinhentos reais).

Vigência do Registro de Preço: 23/10/2017 a 23/10/2018.

Licitação: Processo de Compra 099/2017 - Pregão Presencial para Registro de Preços 057/2017

Xaxim/SC, 23 de Outubro de 2017. ADRIANO IVO BORTOLANZA.  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0037/2017

Publicação N° 1408367

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato n° 0037/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE XAXIM

Contratado: LENUIR ANTONIO BOSCHETTI

Objeto: Concessão de benefício de aluguel social para CLAUDIA BRISCH, conforme lei Municipal n°. 3.899/2013 e Estudo Sócio Econômico

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo de Prazo conforme artigo 57, inciso II e §2 da Lei 8.666/93, bem como a clausula segunda do contrato. Valor: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) total, sendo R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais pelo período de 06 (seis) meses.

Vigência: 12 de Novembro de 2017 á 12 de Maio de 2018

Xaxim/SC, 23 de Outubro de 2017. ADRIANO IVO BORTOLANZA  
Prefeito Municipal em exercício.

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0038/2017**

Publicação N° 1408370

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº 0038/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE XAXIM

Contratado: SEBASTIÃO ALVES PEREIRA

Objeto: Concessão de benefício de aluguel social para JANETE BRISCH, conforme lei Municipal nº. 3.899/2013 e Estudo Sócio Econômico

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo de Prazo conforme artigo 57, inciso II e §2 da Lei 8.666/93, bem como a cláusula segunda do contrato.

Valor: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) total, sendo R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais pelo período de 06 (seis) meses.

Vigência: 12 de Novembro de 2017 á 12 de Maio de 2018

Xaxim/SC, 23 de Outubro de 2017. ADRIANO IVO BORTOLANZA

Prefeito Municipal em exercício.



# Zortéa

## PREFEITURA

### AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 0010/2017

Publicação N° 1407957

#### AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 0014/2017

Pregão Presencial N° 0010/2017

**OBJETO:** Aquisição de um veículo zero quilômetros para utilização nas atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Zortéa-SC, cujas especificações encontram-se detalhadas no Anexo VII do Edital, com recursos do Ministério da Saúde.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09h05min do dia 06/11/2017 (Segunda -Feira).

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

Menor Preço por item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Sala de Licitações, junto à Prefeitura, com endereço na Rua Otaviano Oleari Franceschi, n. 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

**Horário:** Das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

**Telefone:** (049) 3557-2018, (049) 3557-2019.

**No sítio:** [www.zortea.sc.gov.br](http://www.zortea.sc.gov.br)

Zortéa-SC, 23 de outubro de 2017.

Alcides Mantovani

Prefeito Municipal

# Associações

## AMAUC

### EDITAL DE PROC SEL Nº 001/2017 - ABRIGO INSTITUCIONAL - HOMOLOGAÇÕES

Publicação Nº 1408159

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

##### Assistente Social

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	695115	Ariane Velho Dos Santos Poter
2	700617	Camila Osmarin
3	690979	Cristina Pereira Dos Santos
4	690268	Deise Dezzanetti
5	691044	Evelin Cintia Perin
6	691369	Franciely Sevulski
7	689464	Gláucia Maria Ferreira
8	697609	Sula Roberta Buff Tumelero

##### Auxiliar de Cuidador

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	700200	Ana Aline Garcia
2	698439	Andreia Vaz De Oliveira
3	698826	Elisandra Mara Perin
4	697944	Fabiola Masiero

##### Cuidador

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	698698	Adierson Allebrant
2	688371	Aline Carniel
3	692834	Aline Valentini
4	688188	Analice Malvina Dos Santos Soares
5	689335	Cleci Sant Anna Bachi
6	690648	Dejanira Aparecida Junges
7	698314	Dirlei Salete Oldoni Bordignon
8	699453	Eliandra Maria Horn Vani
9	700203	Erediana Rita Martins
10	688498	Erica Pires Ramos

11	687612	Gabriela Ester Fabrin
12	690760	Gessi Datsch Rodio
13	696384	Jaine Bergamin
14	700626	Josiane Toffoli Bedin
15	696319	Marcia Aparecida Urbanski
16	698926	Marilene Pelisson Nava
17	698125	Maritania Mattiello Maier
18	697989	Marlene Maria Finger
19	700139	Mirian Do Prado
20	697274	Naiara Barazetti
21	699160	Neura Fatima Rauber Tombini
22	696656	Rafaela Emilia Biondo
23	695871	Regina Drexler
24	699913	Rejane Esposito
25	699053	Rita Margarida Dreon Bedin
26	688671	Rosane Marilia Dalla Corte
27	689043	Samara Tais Junges
28	697494	Sandra Marcia Rosa
29	688060	Thais Aparecida Vasconcelos Rodrigues

## Psicólogo

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	698493	Ana Leticia Mandrik
2	700003	Andressa Balbinot Locatelli
3	690315	Andressa Caroline Triaca
4	691005	Cheila Da Fonseca
5	700094	Daniele Port
6	690077	Elisiana Pain Dos Santos
7	698731	Elizandra Wilke
8	689026	Graziele Sponchiado
9	687679	Juliana Finger
10	691754	Lais Regina Bordignon
11	688151	Larissa Teresinha Da Silva
12	699690	Lidia Maiana Miglioranza
13	698133	Lorena Batista
14	689833	Monik Karolyne Bezerra Vidal
15	698356	Patrícia Frozza

16	688260	Samantha Cassol Oliveira
17	688989	Samara Bordignon Antunes
18	688659	Simone Berticelli
19	690114	Tatiane Masiero Da Silva

Seara – SC, 20 de Outubro de 2017.  
JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Presidente

## AMNOROESTE

### COMISSÃO CHAMADA PÚBLICA 001/2017

Publicação Nº 1408852

RESOLUÇÃO 001/2017

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DA CHAMADA PÚBLICA 001/2017

Art. 1 - A Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.034.439/0001-06, com sede à Rua Jarbas Mendes, nº. 270, Sala 09, Bairro Brasília, São Lourenço do Oeste/SC, CEP 89990-000 por meio de seu Presidente, Sr. Rafael Caleffi, Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, no uso das suas atribuições legais, resolve NOMEAR os senhores:

- Eduardo Bratti, Engenheiro Civil;
- Patricia Rossoni Losso Longo, Engenheira Civil;
- Solange do Amaral Muller, Secretária Executiva;
- Rubens Mocellin, Secretário Municipal da Secretária de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico do Município de São Lourenço do Oeste;
- Sezarlei Ferreira Bueno, Assessor Contábil;
- Jorge Mاتيotti Neto, Assessor Jurídico;
- Tatiane Lussani Dal Pont, Gerente de Licitações e Compras do Município de São Lourenço do Oeste/SC;
- Márcio Alves Rodrigues, Agente de Apoio Operacional do Município São Lourenço do Oeste/SC.

Paragrafo Único: No desempenho de suas atribuições os membros ora nomeados deverão conduzir os trabalhos de abertura da Chamada Pública 001/2017, no dia 01 de Novembro de 2017, às 09h00min, na Sede da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE, com sede na Rua Jarbas Mendes, 270 Galeria Martini Sala 09, Bairro Brasília, São Lourenço do Oeste/SC.

Art. 2 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RAFAEL CALEFFI  
Presidente da AMNOROESTE  
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste/SC

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2017

Publicação Nº 1408851

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017.

A Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.034.439/0001-06, com sede à Rua Jarbas Mendes, nº. 270, Sala 09, Bairro Brasília, São Lourenço do Oeste/SC, CEP 89990-000 por meio de seu Presidente, Sr. Rafael Caleffi, Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, no uso das suas atribuições, informa aos interessados que a AMNOROESTE está procedendo a presente chamada para a cotação de preço para escolha de empresa para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO PORTE I – UPA 24h A SER EDIFICADA EM SÃO LOURENÇO DO OESTE.

#### 1. DO OBJETO

1.1 - O presente Edital tem por objeto tornar público que a Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE escolherá a proposta mais vantajosa para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO PORTE I – UPA 24h A SER EDIFICADA EM SÃO LOURENÇO DO OESTE por item e seus subitens que serão detalhados no anexo III do edital:

01. Projeto Ambiental (FATMA)
02. Cálculo de Blindagem
03. Projetos de Gases Medicinais
  - 03.1 Oxigênio
  - 03.2 Ar comprimido
  - 03.3 Vácuo CM
  - 03.4 Orçamento
04. Projeto de Climatização/ ar condicionado / ventilação / exaustão
  - 04.1 - Orçamento
05. Sondagem do Terreno
06. Projeto Estrutural
  - 06.1 Projeto de Estruturas em Concreto Armado/Fundações
  - 06.2 Projeto Estrutural Muros de Contenção/Fechamento
  - 06.3 Projeto Estrutural Cobertura Metálica
  - 06.4 Projeto de Impermeabilização
  - 06.5 Orçamento
07. Projeto Preventivo de Incêndio
  - 07.1 Sistema Hidráulico Preventivo (SHP)
  - 07.2 Orçamento
08. Projeto Elétrico/Preventivo
  - 08.1 Projeto Interno e Externo
  - 08.2 Projeto de Lógica/Telefonia/TV/Sonorização/Alarme de Segurança
  - 08.3 Alarme e detecção de incêndio

08.4 SPDA  
08.5 Orçamento

## 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - As empresas interessadas deverão apresentar até o dia 01 de Novembro de 2017, até as 09h00min, junto a sede da AMNOROESTE, a seguinte documentação:

a) Ofício/Carta Proposta redigida em papel timbrado ou carimbado com identificação da empresa, assinada pelo representante legal da empresa apresentando o valor para a realização dos trabalhos não podendo exceder ao valor máximo fixado para cada item citado:

01. Projeto Ambiental (FATMA), com valor máximo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais);

02. Cálculo de Blindagem, com valor máximo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos);

03. Projetos de Gases Medicinais com valor máximo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

04. Projeto de Climatização/ ar condicionado / ventilação / exaustão, com valor máximo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

05. Sondagem do Terreno, com valor máximo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

06. Projeto Estrutural, com valor máximo de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

07. Projeto Preventivo de Incêndio, com valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

08. Projeto Elétrico/Preventivo, com valor máximo de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais);

b) Comprovante de Inscrição no CNPJ;

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;

e) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais da sede da empresa;

f) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

h) Certidões Negativas de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial (nova denominação de Concordata, segundo a Nova Lei de Falências), expedidas pelos Cartórios Distribuidores da sede da empresa.

i) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

j) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

l) Registro Profissional do CREA/CAU e Certidão Negativa Física e Jurídica junto ao Órgão Responsável;

m) A empresa deverá apresentar a ART/RRT comprovando a confecção de projetos de obras públicas com metragem quadrada superior 800 metros quadrados e com data de emissão de ART/RRT de no mínimo 06 (seis) meses da abertura das propostas, exceto para o item da proposta 01, 02 e 05 do 2.1;

n) Declaração conforme Anexo I assinado pelo representante legal da empresa concordando com as disposições constantes neste Edital, bem como especificando que está apta a realizar todos os trabalhos necessários e exigíveis para a execução do objeto aqui previsto;

2.2 - Os documentos apresentados deverão estar em nome da empresa responsável com o número do CNPJ e endereço respectivo;

2.3 - Os participantes do presente Edital deverão obedecer ao que determina a legislação específica da sede da empresa, concernente à prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Federal;

2.4 - Os documentos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada;

2.5 – Serão aceitas propostas encaminhadas via Correios;

2.6 - Os documentos exigidos deverão ser acondicionados e apresentados em um 02 (dois) envelopes devidamente fechado e inviolado, timbrado e/ou identificado com carimbo padronizado do (CNPJ/MF) da empresa participante, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres mínimos:

Exemplo:

Envelope nº 01

PARA A AMNOROESTE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017

DOCUMENTOS DO ITEM....

Envelope nº 02

PARA A AMNOROESTE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017

PROPOSTA DE PREÇO ITEM....

## 3. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E JUGALMENTO

3.1 - A abertura das propostas será no dia 01 de Novembro de 2017, às 09h00min, na Sede da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE, com sede na Rua Jarbas Mendes, 270 Galeria Martini Sala 09, Bairro Brasília, São Lourenço do Oeste/SC.

3.2 - No julgamento das propostas, a Comissão da Chamada Pública 001/2017 levará em consideração o critério MENOR PREÇO obedecendo às normas e condições do edital, fazendo a classificação das propostas em ordem crescente de preços.

3.3 - Em caso de empate ocorrerá, para fins de desempate, sorteio a ser realizado em ato público.

## 4. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1 - Atender na íntegra todas as exigências previstas no item 1.1 do presente edital;

4.2 – Emissão e envio da nota fiscal na sede da CONTRATANTE, até o 5º dia útil do mês subsequente a execução dos serviços, em conjunto com o relatório detalhado da realização dos serviços contratados e aprovação nos órgãos competentes;

4.3 - Comprovar o recolhimento do ISS (Imposto Sobre Serviços) incidente o qual deverá ser recolhido;

4.4 - O contratado, em hipótese alguma poderá cobrar qualquer complementação de valores dos serviços prestados, sendo responsável pela entrega final do objeto contratado;

4.5 - É de responsabilidade exclusiva e integral do contratado a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a AMNOROESTE;

4.6 - A AMNOROESTE somente liberará o pagamento dos valores tendo o aceite dos serviços executados pelo contratado pela Diretoria Executiva (composta pelo Presidente, Vice- Presidente e Secretária Executiva).

4.7- Após recebida a ordem de serviço, a vencedora iniciará os serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

4.8 - Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará.

Cumprir na íntegra o Termo de Referência previsto no Anexo III.

4.9 - Providenciar o pagamento de todos os documentos impressos (jogos de projetos e documentos A4) bem como mobilização e acompanhamento nos órgãos competentes para aprovação e legalização dos projetos, devendo incluir os custos relativos aos serviços descritos na proposta.

4.10 - Pela compatibilização entre todos os projetos, priorizando os aspectos funcionais e estéticos, acessibilidade, facilidade de manutenção e segurança.

4.11 - Entregar os arquivos digitais de todos os projetos com sistema de camadas organizadas por categorias, em plataforma CAD e com arquivo de plotagem.

3.12 - Pela aprovação dos projetos em cada etapa pelo Contratante.

3.13 - Pela indicação de todos os elementos necessários para a realização da obra.

3.14 - Pela apresentação de todos os projetos objeto deste Edital em meio digital (CD, DVD, e-mail, pen drive), com informações adequadas sobre impressão em grandes formatos ("plotagem") e impressos conforme descrito.

3.15 - Fornecer todo material de aplicação, assim como os equipamentos, ferramentas e materiais de consumo necessários para realização dos serviços.

3.16 - Pelo recolhimento de todos os encargos (transporte de equipamento e pessoal locais dos serviços, plotagem, impressão, etc.), impostos e insumos decorrentes da realização dos serviços.

3.17 - Por todo e qualquer custo e/ou responsabilidades seja, eles diretos ou indiretos inerentes à prestação do objeto, tais como as despesas de deslocamento, documentos, taxas, pessoal (projetista e/ou assistentes), apoio técnico, comunicações, ou outras necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos;

3.18 - Realizar uma apresentação do trabalho realizado e explanação dos documentos entregues, além de apresentar todas as informações técnicas sobre a manutenção e validade dos respectivos documentos.

3.19 - Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART ou equivalente) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município de São Lourenço do Oeste/SC, quitada.

3.20 - Fornecer a AMNOROESTE, 02 (duas) cópias impressas e 01(uma) cópia digital dos Projetos e Memoriais elaborados.

3.21 - Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade;

3.22 - Fornecer as (ART ou equivalente) complementares, quando for o caso.

3.23 – Após a assinatura do contrato a contratante tem o prazo de 30 (trinta dias) para a entrega dos projetos.

3.24 – As taxas que não constarem no item 5.5 será de responsabilidade do contratado sendo emitidas para o município de São Lourenço do Oeste/SC.

## 5. OBRIGAÇÕES DA AMNOROESTE

5.1 – Exercer a distribuição da execução dos serviços objeto do

contrato;

5.2 – Através do Setor de Engenharia da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE fiscalizar e emitir Termo comprovando a execução dos serviços;

5.3 – Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas;

5.4 - Pagar ao CONTRATADO os valores contratados, até 08 dias úteis após o recebimento da nota fiscal que comprove a execução dos serviços e aprovação do projeto no órgão competente, devendo conter em anexo relatório detalhado da realização dos respectivos serviços e termo emitido sobre o item 5.2;

5.5 - As taxas dos órgãos do Corpo de Bombeiros, CELESC e FATMA são de reponsabilidades do município de São Lourenço do Oeste/SC.

## 6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - Os demais direitos e obrigações das partes serão objeto de contrato de prestação de serviço, na forma da minuta de contrato que faz parte deste Edital;

6.2 - Fica reservado a AMNOROESTE, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, de acordo com seus interesses, ou anular o presente Edital, sem direito, às empresas ou pessoas, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação;

6.3 - O resultado do julgamento com a proposta vencedora será afixado no sítio eletrônico da AMNOROESTE ([www.amnoroeste.org.br](http://www.amnoroeste.org.br)), publicação em jornal local, mural da entidade e Publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM para conhecimento;

6.4 - Da decisão da comissão que apontar a proposta VENCEDORA será lavrada Resolução da qual caberá pedido de reconsideração devidamente motivado a ser apresentado no prazo de até 02 (dois dias) úteis da divulgação do resultado do julgamento;

6.5 - Outras informações poderão ser obtidas junto à sede da AMNOROESTE ou pelo e-mail: [amnoroeste@amnoroeste.org.br](mailto:amnoroeste@amnoroeste.org.br)

6.6 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste/SC, SC, 23 de Outubro de 2017.

Rafael Caleffi

Presidente da AMNOROESTE

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste/SC

## ANEXO I – TERMO DE DECLARAÇÃO

À Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE

Ref.: "EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017"

\_\_\_\_\_, (qualificação), propõe a essa ASSOCIAÇÃO que sendo sua proposta vencedora e contratada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO PORTE I – UPA 24h A SER EDIFICADA EM SÃO LOURENÇO DO OESTE conforme item e subitem:

01. Projeto Ambiental (FATMA)

02. Cálculo de Blindagem

03. Projetos de Gases Medicinais

04. Projeto de Climatização/ ar condicionado / ventilação / exaustão



- 05. Sondagem do Terreno
- 06. Projeto Estrutural
- 07. Projeto Preventivo de Incêndio
- 08. Projeto Elétrico/Preventivo

**DECLARA QUE:**

I) nos serviços oferecidos estão incluídas todas as despesas com material de consumo, instrumentais, encargos sociais, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto;

II) que os preços contratados são justos e certos, não podendo sofrer reajuste;

III) que realizará os serviços nas hipóteses e condições previstas no instrumento contratual;

IV) examinamos cuidadosamente o edital de chamada pública presencial nº 01/2017 e seus anexos e nos inteiramos de todos os seus detalhes e com eles concordamos, bem como todas as dúvidas e/ou questionamentos formulados foram devidamente esclarecidos. Estamos cientes e aceitamos todas as condições do Edital e a elas desde já nos submetemos;

V) que todas as cópias de documentos apresentados são fiéis aos originais.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura e nome legível

**ANEXO II****MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 00.../2017.**

CONTRATANTE: AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Ltda, com sede na cidade de São Lourenço do Oeste/SC, sito na Rua Jarbas Mendes nº 270, Galeria Martini, Sala 09, CEP 89.990-000, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.034.439/0001-06, neste ato representado pelo seu presidente Sr. Rafael Caleffi, Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº 2.996.096, CPF nº 026.437.969-18, residente e domiciliado na cidade de São Lourenço do oeste, Estado de Santa Catarina.

**CONTRATADO:**

\_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, na \_\_\_\_\_, Cep 89.990-000, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº ..... , neste ato representado pelo seu diretor \_\_\_\_\_, brasileiro, União \_\_\_\_\_, Técnico em \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, Cep 89.990-000, Cidade de \_\_\_\_\_, no Estado de Santa Catarina.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de preço, forma e termo de pagamento descritas no presente.

**DO OBJETO DO CONTRATO**

Cláusula 1ª. É objeto do presente contrato PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO PORTE I – UPA 24h A SER EDIFICADA EM SÃO LOURENÇO DO OESTE

conforme item:

- 01. Projeto Ambiental (FATMA)
- 02. Cálculo de Blindagem
- 03. Projetos de Gases Medicinais
- 04. Projeto de Climatização/ ar condicionado / ventilação / exaustão
- 05. Sondagem do Terreno
- 06. Projeto Estrutural
- 07. Projeto Preventivo de Incêndio
- 08. Projeto Elétrico/Preventivo

**OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Cláusula 2ª. O CONTRATANTE deverá fornecer ao CONTRATADO todas as informações necessárias à realização do serviço, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do mesmo, e a forma de como ele deve ser entregue.

Cláusula 3ª. O CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento na forma e condições estabelecidas na cláusula 6ª.

**OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

Cláusula 4ª. É dever do CONTRATADO oferecer ao contratante a cópia em meio magnético dos serviços executados, objeto do presente instrumento, contendo todas as especificidades da prestação de serviço contratada.

Parágrafo único. Os materiais somente deverão ser entregues mediante autorização de entrega pelo departamento de responsável, não serão aceitos entendimentos verbais.

Cláusula 5ª. O CONTRATADO deverá fornecer Nota Fiscal de Serviços, referente ao (s) pagamento(s) efetuado(s) pelo CONTRATANTE.

**DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Cláusula 6ª. O presente serviço será remunerado pela quantia de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), referente aos serviços efetivamente prestados mediante nota fiscal de pessoa Jurídica, devendo ser depositado na conta \_\_\_\_\_ ou outra forma de pagamento em que ocorra a prévia concordância de ambas as partes.

§ 1º. No preço ajustado entre as partes estão incluídas todas as despesas que influam nos custos, tais como: deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais, despesas com custo, instalação, descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

§ 2º. Sobre a presente contratação não incidirá reajuste.

**DO INADIMPLEMENTO, DO DESCUMPRIMENTO E DA MULTA**

Cláusula 7ª. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE quanto ao pagamento do serviço prestado, deverá incidir sobre o valor do presente instrumento, multa pecuniária de 5%, juros de mora de 1% ao mês e correção monetária.

Cláusula 8ª. No caso de não haver o cumprimento de qualquer uma das cláusulas, exceto a 6ª, do presente instrumento, a parte que não cumpriu deverá pagar uma multa de 10% do valor do contrato para a outra parte.

Parágrafo único. Em caso de inexecução parcial das obrigações contidas neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita a:  
· Advertência;

· Pagamento de uma multa, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido.

· As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

#### DA RESCISÃO IMOTIVADA

Cláusula 9ª. Poderá o presente instrumento ser rescindido por qualquer uma das partes, em qualquer momento, sem que haja qualquer tipo de motivo relevante, não obstante a outra parte deverá ser avisada previamente por escrito, no prazo de quarenta e cinco (45) dias.

Parágrafo único. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

Cláusula 10ª. Caso o CONTRATANTE já tenha realizado o pagamento pelo serviço, e mesmo assim, requisiu a rescisão imotivada do presente contrato, terá o valor da quantia paga devolvido, deduzindo-se 2% de taxas administrativas.

Cláusula 11. Caso seja o CONTRATADO quem requeira a rescisão imotivada, deverá devolver a quantia que se refere aos serviços por ele não prestados ao CONTRATANTE, acrescido de 2% de taxas administrativas.

#### DO PRAZO

Cláusula 12. O CONTRATADO assume o compromisso de realizar o serviço dentro do prazo de 30 (trinta dias), tendo início no dia ..... de ..... de 2017 até ..... de ..... de ..... , podendo ser renovado, de comum acordo.

#### DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 13ª. Fica pactuado entre as partes a total inexistência de vínculo trabalhista entre as partes contratantes, seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade estadia, deslocamento, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, não havendo entre CONTRATADO e CONTRATANTE qualquer tipo de relação de subordinação.

Cláusula 14ª. Este contrato deverá ser reconhecido firma no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

#### DO FORO

Cláusula 15ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da comarca de São Lourenço do Oeste/SC;

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em três vias de igual teor, juntamente com 02(duas) testemunhas.

São Lourenço do Oeste/SC, ..... de ..... de 2017.

AMNOROESTE- Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina  
CNPJ sob o nº 01.034.439/0001-06

Nome da Empresa  
CNPJ sob o nº .....

Testemunha:

Secretária Executiva - AMNOROESTE  
Solange do Amaral Muller – CPF 045.558.289-09

Presidente do Conselho Fiscal e Prefeito Municipal de Galvão  
Admir Edi Dalla Cort – CPF 585.389.929-53  
ANEXO III

#### TERMO DE REFERÊNCIA

Concepção e detalhamento de projetos complementares para Unidade de Pronto Atendimento Porte I – UPA 24h

##### 1.OBJETO

Contratação de empresa especializada para a elaboração dos projetos complementares, conforme etapas definidas neste termo de referência, para instalações da Unidade de Pronto Atendimento Porte I – UPA 24h no município de São Lourenço do Oeste – SC.

##### 2.JUSTIFICATIVA

O processo de contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos complementares conforme item 2.1 que visa agilizar a construção da Unidade de Pronto Atendimento Porte I – UPA 24h no município de São Lourenço do Oeste – SC.

##### 3. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA OS PROJETOS

A concepção e elaboração dos projetos complementares deverão obedecer à legislação específica referente à natureza da edificação, às normas da ABNT, às normas de acessibilidade (NBR9050), às prescrições e regulamentos das concessionárias locais, deverá seguir rigorosamente as orientações e ressalvas apresentadas no parecer da Vigilância Sanitária 026/SES – 1ºgersa/17, além da legislação pertinente a cada modalidade de projeto, aos pré-requisitos para elaboração dos projetos complementares e à supervisão e orientações do órgão técnico da contratante.

Os projetos complementares deverão apresentar as especificações técnicas, planilhas de custos e quantitativos, composição unitária de preços, memórias de cálculo, memoriais descritivos de todos os projetos, além da elaboração do caderno de encargos, cronograma físico-financeiro e orçamentos.

Todos os projetos deverão ser elaborados de acordo com as diretrizes relacionadas neste termo de referência.

##### 3.1.Considerações gerais

3.1.1. A AMNOROESTE - Associação de Municípios do Noroeste de Santa Catarina fornecerá o projeto arquitetônico devidamente aprovado na Vigilância Sanitária, conforme parecer 026/SES – 1ºgersa/17.

3.1.2. Será de responsabilidade da empresa contratada para elaboração dos projetos a aprovação e alterações necessárias para os projetos contratados nos diversos órgãos de fiscalização e controle como corpo de bombeiros, Fatma, Celesc e demais entidades que as solicitem a aprovação e legalização definitiva dos mesmos.

3.1.3. A empresa contratada deverá providenciar o pagamento de todos os documentos impressos (jogos de projetos e documentos A4) bem como mobilização e acompanhamento nos órgãos competentes para aprovação e legalização dos projetos, devendo incluir os custos relativos aos serviços descritos na proposta.

3.1.5. A empresa contratada e os respectivos profissionais responsáveis pelos projetos complementares poderão ser solicitados a qualquer momento pela AMNoroeste ou pelas futuras empresas contratadas para execução das obras, a prestar esclarecimentos e dirimir dúvidas relativos aos projetos, especificações e orçamentos.

3.1.6. A empresa contratada será responsável pela compatibilização entre todos os projetos, priorizando os aspectos funcionais e

estéticos, acessibilidade, facilidade de manutenção e segurança.

3.1.7. A empresa contratada deverá entregar os arquivos digitais de todos os projetos com sistema de camadas organizadas por categorias, em plataforma CAD e com arquivo de plotagem.

3.1.8. Os projetos deverão ser aprovados em cada etapa pela contratante.

3.1.9. Os projetos deverão indicar todos os elementos necessários para a realização da obra.

3.1.10. Todos os projetos, objeto deste edital, devem ser apresentados em meio digital (CD, DVD, e-mail, pen drive), com informações adequadas sobre impressão em grandes formatos ("plotagem") e impressos em 3 vias.

## 3.2. Diretrizes para elaboração dos projetos complementares

### 3.2.1. Pré-requisitos para elaboração dos projetos complementares

Para elaboração do projeto arquitetônico foi elaborada uma comissão formado por engenheiros, profissionais da saúde e outros profissionais afins que definirão a melhor forma de confecção do projeto. Com isso, após a definição da empresa vencedora que será responsável pelos projetos complementares listados anteriormente, a empresa vencedora deverá obrigatoriamente reunir-se com a comissão para definir como deverá ser elaborado os projetos complementares. Todas as definições de todos os projetos complementares deverão obrigatoriamente ser definidos pela comissão em uma reunião inicial e/ou deverão ser definidas pelos profissionais responsáveis pela elaboração do projeto arquitetônico.

Tendo em vista a multidisciplinariedade de profissionais envolvidos nos projetos complementares, fica a obrigatoriedade de todos os profissionais de uma ou mais empresas vencedoras se reunirem para discutir os projetos a serem confeccionados sendo que a presença dos profissionais responsáveis pelo projeto arquitetônico é indispensável. Esta interação deverá ser necessária devido à compatibilização dos projetos. Não serão aceitas incompatibilidades nos projetos, caso a equipe de profissionais da AMNOROESTE encontre incompatibilidade nos projetos estes deverão ser alterados pelos profissionais responsáveis pelos mesmos.

Salientamos que o projeto arquitetônico não poderá apresentar nenhum tipo de mudança, pois este já encontra-se aprovado na vigilância Sanitária, conforme parecer 026/SES-1ºGERSA/17.

Este documento deverá fundamentar a elaboração dos projetos complementares, devendo estar associado às condicionantes que caracterizam as demandas técnicas e exigências legais e de normas específicas.

### 3.2.2. Projetos estruturais

Deverá ser apresentado, além das pranchas com os projetos e detalhes, o caderno de Especificações técnicas, os quantitativos e preços, as composições de custo unitário de Serviços, orçamentos analíticos e cronograma físico-financeiro.

Será executado de acordo com as normas e especificações vigentes em atenção ao modelo estrutural adotado para a edificação. Deverá atender aos requisitos de qualidade estabelecidos nas normas técnicas, relativos à capacidade resistente, ao desempenho em serviço e à durabilidade da estrutura.

Além do projeto propriamente dito, será composto de laudo de sondagem (fornecido por empresa vencedora), detalhamentos, cadernos de especificações técnicas, quantitativos, custos unitários de serviços, orçamento analítico e cronograma físico-financeiro com as seguintes diretrizes:

- Fundações: baseado no laudo de sondagem;
- Estrutural: baseado no laudo de sondagem, levantamento planialtimétrico e cargas, a ser apresentado pela CONTRATADA para aprovação do CONTRATANTE;
- Plantas baixas, elevações e cortes;
- Detalhamento de todas as estruturas em concreto armado, em aço e em madeira ou outro material que exija dimensionamento;

- Memorial Descritivo e de Cálculo, sendo que nas especificações técnicas deverão ser detalhados os principais aspectos da solução adotada no projeto de fundações, apresentando e justificando os procedimentos adotados, as considerações relativas à escolha do tipo de fundação, justificando com base nas investigações e estudos geotécnicos e disponibilidade dos equipamentos a serem utilizados;

- Na análise estrutural deve ser considerada a influência de todas as ações que possam produzir efeitos significativos para a estrutura, levando-se em conta as cargas mecânicas, velocidade dos ventos e demais fenômenos da natureza.

- Será de inteira responsabilidade do projetista estrutural, conhecer o laudo de sondagem e levantamento planialtimétrico, que sejam condicionantes na escolha e dimensionamento do esquema estrutural. O projetista deve ainda conhecer a flexibilidade de utilização desejada no projeto arquitetônico, para que eventuais alterações de distribuição interna não venham a ser inviabilizadas por questões estruturais, conhecer o prazo fixado para a execução da obra;

- O projetista estrutural, após estudar as diversas opções de estruturas, deverá analisar as vantagens e desvantagens de cada uma, sob o ponto de vista de viabilidade técnica, econômica e de execução.

Para tanto é de responsabilidade do projetista se informar acerca das características e tipo de terreno no tocante a: tipo e custo da mão de obra disponível, tipo e custo dos materiais disponíveis, disponibilidade de equipamentos específicos, além de outros;

- Deverá fazer parte, também, o projeto de impermeabilização dos seguintes elementos:

- Calhas, rufos e floreiras;

- Todos os tipos de fundações;

- Estruturas como lajes, vigas e outros elementos como contrapi-so, caixa d'água, áreas molhadas (banheiros, sanitários, copas) e terraços;

- Plantas de localização e identificação dos sistemas de impermeabilização;

- Detalhes genéricos e específicos que descrevem graficamente todas as soluções de impermeabilização projetadas e que sejam necessárias para a execução destas;

- Memorial descritivo do projeto, caderno de especificações técnicas dos materiais, manuais de utilização e manutenção, com relação completa destes materiais e respectivo quantitativo;

- Descrição detalhada dos materiais empregados, sendo que marcas ou modelos serão meramente referenciais e poderão ser substituídos por outros equivalentes, ou seja, com mesma função e desempenho técnico;

- Toda a edificação deve ser verificada para a situação de incêndio e deve atender ao tempo mínimo estipulado por norma.

- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorializada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;

- Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI);

- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;

- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

### Projeto de fôrmas

- Todas as estruturas de concreto devem possuir projeto de fôrmas que contemple:

- Corte;

- Detalhes;

- Escoramento;
- Memória de cálculo;
- Sequência executiva;
- Tempo de desforma;
- Especificação de desmoldante;
- Memorial descritivo.

#### Projeto de fundação

- O Projeto de Fundação deverá ser feito de acordo com Parecer Técnico emitido por profissional/empresa especialista em solos, com base nos dados do laudo de sondagem do terreno (a ser fornecido pelo contratante) e do levantamento planialtimétrico e deve conter, no mínimo, as informações listadas abaixo;
- Locação dos elementos de apoio;
- Nome e dimensionamento de todas as peças estruturais;
- Indicação das cargas e momentos nas fundações e resistência característica à compressão do concreto  $f_{ck}$  e diversos níveis;
- Indicação do sistema construtivo dos elementos de fundação
- Armação de todas as peças estruturais e quadro de armaduras por prancha de detalhamento;
- A solução adotada para tipo de fundações deverá dar especial atenção para o nível d'água do terreno (procedendo o rebaixamento de lençol freático quando se fizer necessário), devidamente compatibilizada com um eventual pavimento térreo da edificação.
- A representação gráfica será feita, no mínimo, por meio de desenho de plantas, cortes e fachadas que permitam a perfeita análise e compreensão de todo o projeto no nível de execução;
- Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos: plantas de locação e cargas da fundação (pilares e fundações), plantas de armação;
- A planta geral de locação deverá ser em escala adequada e apresentar as distâncias entre eixos dos pilares, a partir de um ponto de referência bem definido, além de cotas necessárias para o correto posicionamento dos elementos estruturais. Pode-se utilizar a mesma planta para os desenhos de locação dos pilares e da fundação.
- Na planta de fôrmas, deverão constar as dimensões dos elementos de fundação, em planta e em corte, cotas de assentamento em relação ao sistema de referência.
- Na planta de armação, deverão ser apresentadas as seções longitudinais e transversais, mostrando a quantidade, o diâmetro, a posição, os espaçamentos e os comprimentos de todas as armaduras longitudinais e transversais dos elementos de fundação. Deverão ser indicadas, também, as ferragens de arranque dos pilares. Caso necessário o detalhe de armaduras em mais de uma prancha, cada uma das pranchas deverá possuir um quadro de quantidades de armaduras e um quadro resumo de consumo de materiais (aço, concreto e fôrmas).

Obs.: Prospecções de solos, são entendidos como subsídios obrigatórios para a elaboração do projeto de fundação e portanto devem estar contemplados no valor da proposta: no mínimo SPT.

- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorizada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;
- Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI).
- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;
- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

#### Projeto de estrutura

O Projeto de Estrutura deverá ser elaborado em conformidade com

as normas da ABNT pertinentes ao tema ou, na falta delas, com outras normas que regulamentam o assunto.

Na análise estrutural deve ser considerada a influência de todas as ações que possam produzir efeitos significativos para a estrutura, levando-se em conta os possíveis estados limites último e de serviço.

É de responsabilidade do projetista estrutural conhecer todas as instalações e utilidades a serem implantadas na edificação que sejam condicionantes na escolha e dimensionamento do esquema estrutural. O projetista deve ainda conhecer a flexibilidade de utilização desejada no projeto

arquitetônico, para que eventuais alterações de distribuição interna não venham a ser inviabilizadas por questões estruturais, conhecer as possibilidades futuras de ampliação de área e alteração de utilização da edificação, conhecer o prazo fixado para a execução da obra.

O projetista desenvolverá e apresentará o Projeto de Estrutura, após estudar as diversas opções de estruturas, analisar as vantagens e desvantagens de cada uma, sob o ponto de vista de viabilidade técnica, econômica e de execução. Para tanto é de responsabilidade do projetista, informar-se acerca das características do local da obra no tocante a:

- Tipo e custo da mão-de-obra disponível;
- Tipo e custo dos materiais disponíveis;
- Disponibilidade de equipamentos;
- Possibilidade de utilização de técnicas construtivas.

A memória de cálculo deverá compreender no mínimo:

- Descrição minuciosa do sistema construtivo;
- Hipóteses gerais de cálculo;
- Cálculo dos esforços solicitantes, devidos às ações variáveis diretas (cargas acidentais previstas para o uso da construção: cargas verticais de uso da construção; cargas móveis, considerando o impacto vertical; impacto lateral; força longitudinal de frenagem ou aceleração e força centrífuga, quando importantes), ação do vento - NBR 6123 - e da chuva) e ações variáveis indiretas (variações uniformes de temperatura adequadas à nossa região; variações não uniformes de temperatura; ações dinâmicas e ações excepcionais, quando for o caso);
- Dimensionamento e verificação da resistência de todos os elementos.

Obs.: Quando os cálculos são efetuados com auxílio de computadores, fornecer detalhadamente, informações sobre o programa utilizado, dados de entrada e resultados obtidos.

#### Estrutura em concreto armado

- As plantas de forma devem conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- cotas de todas as dimensões necessárias à execução das estruturas; numeração de todos os elementos estruturais; indicação da seção transversal das vigas e pilares, das aberturas e rebaixos de lajes, o valor e localização das contraflechas em vigas e lajes quando houverem;
- Quando houver mudança de seção transversal do pilar em determinado pavimento deverão ser indicadas as duas seções junto ao nome do pilar, a que morre e a que continua;
- Indicação de aberturas e rebaixos de lajes;
- Indicação se as vigas forem invertidas;
- Indicação de valor e localização da contraflecha em vigas e lajes quando houverem;
- Nota explicativa mencionando o quantitativo de escoramento necessário para execução;
- Convenção de pilares indicando os pilares que nascem, continuam e morrem nos pavimentos.
- A empresa contratada deverá utilizar em seu projeto laje pré-fabricada, devido a maior utilização na região em questão e o custo. Caso o projetista ache necessário utilizar outro tipo de laje, deverá reivindicar com os profissionais técnicos da AMNooreste. As lajes pré-fabricadas, treliçadas ou nervuradas, indicação do sentido de



armação das nervuras, o detalhe da laje, informando a sua altura, a largura das nervuras, a distância entre eixos das nervuras, a espessura da capa de concreto, características do elemento de enchimento e, para as lajes treliçadas, a especificação da armação treliçada;

- Cortes, no mínimo nas duas direções principais da planta baixa e em regiões específicas (escadas, caixas d'água). Os cortes podem contemplar todos os pavimentos da estrutura em uma mesma prancha, ou serem apresentados separadamente por pavimento, junto à respectiva planta de forma.

- A planta de armação deve conter, no mínimo, as seguintes indicações:

- Seção longitudinal de todas as peças mostrando a posição, a quantidade, o diâmetro e o comprimento de todas as armaduras longitudinais, em escala adequada;

- Seções transversais de todas as peças, mostrando a disposição das armaduras longitudinais e transversais (estribos) e as distâncias entre as camadas das armaduras longitudinais, em escala 1:20 ou 1:25;

- Detalhe em escala adequada das armaduras para as lajes cogumelo, inclusive para os capitéis;

- Quando o detalhe das armaduras exigir comprimento das barras superiores ao existente no mercado (12m) deverão ser detalhados os tipos de emendas e/ou traspasses;

- No caso de aberturas e furos em elementos estruturais, deverão ser apresentados os detalhes das armaduras de reforço;

- Consumo de materiais (volume de concreto, área de forma e quadro de armadura) e resistência característica à compressão do concreto – fck.

- O detalhe da armadura deve conter, no mínimo, as seguintes indicações:

- Número da posição;

- Quantidade de barras;

- Diâmetro da barra;

- Espaçamento das barras, quando necessário;

- Comprimento total da barra;

- Trechos retos e dobras com cotas.

- Cada prancha de armação dos elementos estruturais deverá conter o quadro de armadura respectivo, contendo no mínimo:

- Tipo de aço (CA-50A ou B, CA-60);

- Posição (numeração da ferragem);

- Diâmetro da armadura (em mm);

- Quantidade de barras de mesma posição;

- Comprimento unitário da barra (em cm);

- Comprimento total das barras de mesma posição, em cm (comprimento unitário da barra x quantidade de barras de mesma posição).

- Cada prancha de armação dos elementos estruturais deverá conter o quadro resumo de armadura respectivo, contendo no mínimo:

- Tipo de aço (CA-50A ou B, CA60);

- Diâmetro da armadura (em mm);

- Comprimento total (em m) por diâmetro de barra;

- Massa (em kg) das barras de mesmo diâmetro, considerando perdas;

- Massa total (em kg) por tipo de aço, considerando perdas.

- As notas explicativas deverão conter as seguintes informações mínimas:

- Unidade das medidas utilizadas nos desenhos;

- Classe do concreto (C-20, C-25 etc.);

- Cobrimento da armadura;

- Indicar a sobrecargas utilizadas no cálculo;

- Outras informações necessárias à total compreensão do projeto.

- Sempre deverá vir acompanhado ao projeto estrutural um plano de retirada dos escoramentos;

- Quando necessário ou quando solicitado, deverá ser apresentado o plano de concretagem. As interrupções de concretagem deverão garantir as características de segurança e estética da estrutura.

- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setORIZADA possível, dividida por áreas de edificações

(bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;

- Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI);

- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;

- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

#### Estrutura em madeira

- A representação gráfica do Projeto em Madeira será feita por meio de desenho de plantas, cortes, vistas isométricas e fachadas que permitam a análise e compreensão de todo o projeto. Deverão conter, de forma clara e precisa, todos os detalhes construtivos necessários à perfeita execução e montagem da estrutura. Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos: planta de todas as estruturas do sistema, cortes e detalhes necessários ao correto entendimento da estrutura, especificação dos materiais utilizados, características e limites; lista completa de materiais, indicação do esquema executivo obrigatório se for requerido pelo esquema estrutural.

- Desenhos de montagem (esquemas): sem escala ou com escala conveniente, de acordo com a complexidade do problema.

- Os desenhos de conjuntos serão utilizados para apresentar a totalidade da estrutura, determinando como seus componentes se relacionam entre si. Podem ser incluídas plantas, elevações e perfis, em vistas e seções ou cortes.

- Os desenhos de montagem deverão indicar as dimensões principais da estrutura, todas as dimensões de detalhes para colocação de chumbadores e demais informações necessárias à montagem da estrutura. Deverão ser claramente indicados todos os elementos, permanentes ou temporários, essenciais à integridade da estrutura parcialmente montada.

- As pranchas de desenho deverão apresentar, no mínimo, quadro de madeiramento, com os seguintes requisitos:

- Seção das peças;

- Comprimento;

- Tipo de madeira;

- Quantidade de cada peça, prevendo folga para perdas no corte da madeira.

- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setORIZADA possível, além da planilha de somatória geral;

- Composições de custo unitário de serviços, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI);

- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;

- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

#### Estrutura metálica

- A representação gráfica do projeto de estrutura metálica será feita por meio de plantas, cortes, etc. Estes projetos deverão permitir perfeitas condições de análise e compreensão de todo o conjunto estrutural e será composta de: projeto de fabricação e projeto de montagem;

- A unidade linear a ser adotada no projeto é o milímetro. Deverão indicar as especificações dos aços estruturais empregados, dos parafusos, das soldas e de outros elementos integrantes da estrutura,

necessários para a fabricação e montagem, além de lista completa de todo o material utilizado.

- Nas ligações com parafuso de alta resistência, trabalhando a corte, os projetos deverão indicar o tipo de ligação, por atrito ou por contato.

- Deverão ser indicadas nesses projetos as contraflechas de vigas e treliças quando houverem, adotadas no cálculo, as especificações relativas ao tipo de proteção contra corrosão, além das especificações quanto ao tipo de proteção fogo-retardante, nos casos em que essas forem exigidas pelas normas e legislações vigentes.

- Os projetos de fabricação deverão traduzir fielmente, para a oficina, fornecendo informações completas para a fabricação de todos os elementos componentes da estrutura, incluindo materiais utilizados e suas especificações, locação, posição dos furos, tipo e dimensão de todos os parafusos, soldas de oficina e de campo e lista completa de todos os materiais. Em casos especiais, será necessário indicar a sequência de execução das ligações importantes, soldadas ou parafusadas, para evitar o aparecimento de empenos ou tensões residuais excessivos.

- Os desenhos de montagem deverão indicar as dimensões principais da estrutura, numerações ou marcas das peças, dimensões de barras, elevações das faces inferiores de placas de apoio de pilares, todas as dimensões de detalhes para colocação de chumbadores e demais informações necessárias à montagem da estrutura. Deverão ser claramente indicados todos os elementos, permanentes ou temporários, essenciais à integridade da estrutura parcialmente montada.

- Deverá fazer parte do projeto de montagem um memorial com o plano de montagem da estrutura, abordando os seguintes aspectos: sequência e metodologia de montagem, dimensões e pesos das peças da estrutura, posicionamento dos olhais de içamento e equipamentos de montagem.

- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorizada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;

- Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI);

- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;

- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

### 3.2.3. Projetos de Instalações elétricas, eletrônicas e afins

Deverá ser apresentado, além das pranchas com os projetos e detalhes, o caderno de especificações técnicas, os quantitativos e preços, as composições de custo unitário de serviços, orçamentos analíticos e cronograma físico-financeiro.

#### Instalações elétricas

- O PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS deverá obedecer às normas e recomendações elétricas da ABNT, inclusive a atual NBR-14.136:2002 - Plugues e Tomadas Para Uso Doméstico e Análogo até 20A/250V em Corrente Alternada - Padronização, regulamentada pela resolução N.º 11 de 20/12/2006 do CONMETRO, aos padrões de fornecimento de energia elétrica da concessionária local, às especificações dos fabricantes e às Condições Gerais de Fornecimento da ANEEL.

- Deve-se atender a todas as indicações do Projeto de Arquitetura, Projeto de Estrutura e exigências dos demais projetos, além de consultar a comissão de profissionais formados pela AMNOROESTE, composta por profissionais da saúde para sanar dúvidas de

posicionamento de tomadas, e outros.

- Partes integrantes do Projeto de Instalações Elétricas:

- Detalhamento da entrada de energia elétrica, com pranchas de situação e localização, devendo-se prever a interligação ao ponto de entrega da concessionária;

- Detalhamento dos esquemas verticais e da distribuição por pavimento, com plantas baixas e de cortes; Quadros de cargas, diagramas unifilares, multifilares e cálculos de demandas prováveis;

- Especificação e detalhamento do quadro geral de baixa tensão;

- Especificação e dimensionamento dos quadros de força e de distribuição;

- Esquema vertical dos shafts;

- Projeto detalhado da subestação com transformadores e proteções;

- Sistema de no-break, com filtro atenuador de harmônicas (se necessário);

- Projeto de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);

- Detalhes das caixas de passagem e aterramentos;

- Medição do consumo ativo (kWh) e reativo (kVarh);

- Projeto de iluminação externa de jardins, seguindo orientação do projeto de paisagismo (fornecido junto com o projeto arquitetônico);

- Projeto de iluminação interna de acordo com o projeto luminotécnico feito por profissional da área de iluminação, (fornecido junto com o projeto arquitetônico);

- Memorial descritivo do projeto, caderno de especificações e relação completa de materiais;

- Aprovação do projeto junto à concessionária local.

- As plantas deverão apresentar as seguintes indicações:

- Pontos ativos ou úteis (iluminação e tomadas);

- Pontos de comandos (interruptores);

- Quadros de distribuição geral e terminal;

- Diagramas unifilares;

- Quadros de carga;

- Detalhe do local dos medidores;

- Detalhes dos quadros de entrada (medidores), gerais e parciais, mostrando a posição dos dispositivos de manobra e proteção, em escala 1:10;

- Localização dos pontos de consumo de energia elétrica (com respectiva carga), seus comandos e indicação dos circuitos a que estão ligados;

- Trajeto dos condutores/circuitos e sua proteção mecânica, inclusive dimensões de condutores e caixas;

- Legendas com os símbolos adotadas, segundo especificação da ABNT, e notas que se fizerem necessárias;

- Quadro indicativo da divisão dos circuitos (quadros de cargas), constando a utilização de cada fase nos diversos circuitos (equilíbrio de fases).

- O Diagrama Unifilar deverá apresentar, no mínimo, os circuitos principais, as cargas, as funções e as características dos principais equipamentos, tais como:

- Disjuntores: corrente nominal, capacidade de interrupção, classe de tensão;

- Chaves seccionadoras: corrente nominal, suportabilidade térmica e dinâmica, classe de tensão;

- Transformadores: potência, classe de tensão, tensão primária e derivações, e tensão secundária;

- Transformadores de corrente para instrumentos de medição: classe de tensão, classe de exatidão, corrente ou tensão primária e corrente ou tensão secundária;

- Reles de proteção: indicação de função;

- Equipamentos de medição: indicação de função;

- Condutores elétricos nus: tipo e bitola;

- Condutores elétricos isolados: classe de tensão, tipo de isolamento, bitola do condutor;

- Para-raios: tipo, tensão nominal;

- Barramentos: corrente nominal, suportabilidade térmica, suportabilidade dinâmica;



- Fusíveis: tipo, corrente nominal.
- Os projetos de instalações elétricas deverão ser elaborados prevendo equipamentos de alto fator de potência e motores de alto rendimento, para se evitar a utilização de banco de capacitores.
- Os circuitos elétricos devem seguir as seguintes recomendações:
- Todas as instalações de circuitos devem ser em FASE, NEUTRO e TERRA;
- Para iluminação e tomadas comuns em 220 V, a carga máxima por circuito deverá ser de 1200 W;
- Em todas as salas deverão ser previstos interruptores para comando separado para iluminação normal e para iluminação de emergência.
- Os quadros gerais e terminais devem seguir as seguintes recomendações:
- As instalações devem ser distribuídas em quadros distintos – Quadro de Energia Normal (QTN), Quadro de Energia de Emergência (QTE), Quadro de Energia Estabilizada (QTU) e Quadro de Força de Ar-Condicionado (QFAC);
- Os quadros deverão possuir barramentos de fases (R/S/T), barramento neutro, barramento de terra, disjuntor geral e disjuntores parciais;
- Nas salas dos racks, deve ser instalado um quadro da rede estabilizada;
- Para o dimensionamento dos alimentadores dos quadros terminais deverá ser considerada a demanda de 100% das cargas;
- O encaminhamento dos alimentadores entre os quadros gerais e as prumadas de distribuição deverá ser por meio de leitos (prateleiras). A derivação das prumadas de distribuição aos quadros terminais será em eletrocalha ventilada com tampa.
- Deverá ser previsto o encaminhamento dos alimentadores por meio de Barramentos Blindados, nos casos em que a corrente ou a distância determinarem essa necessidade.
- Com relação à infra-estrutura elétrica, deverão ser adotadas as recomendações abaixo:
- Para as infra-estruturas da rede secundária, deverão ser previstos eletrodutos galvanizados com petroleto e/ou perfilados;
- Para as infra-estruturas primárias, deverão ser previstas eletrocalhas e/ou perfilados, partindo dos quadros terminais até o último ponto de derivação para as salas;
- Para as infra-estruturas externas, embutidas em pisos, deverão ser previstos eletrodutos em PVC rosca e caixas de passagem em alvenaria, com tampa de ferro fundido, dispostas de 20 em 20 metros e nos pontos de derivação para os quadros;
- Os seal tubos apenas serão aceitos nas descidas internas às divisórias;
- O diâmetro mínimo para eletrodutos deve ser de 3/4".
- O dimensionamento e a especificação dos condutores obedecerão às recomendações da ABNT, destacando:
- Seções mínimas para os circuitos terminais de 2,5 mm<sup>2</sup>;
- Seções mínimas para o cabo alimentador de 6,0 mm<sup>2</sup>;
- Cabo NEUTRO sempre com diâmetro maior ou igual ao dos cabos FASES no cálculo dos circuitos alimentadores;
- Circuitos de alimentação com condutor de proteção (cabo TERRA);
- Cabos de cobre eletrolítico com isolamento termoplástico e cobertura de pirevinil anti-chama.
- O projeto de iluminação (interna, de emergência e externa) deve contemplar os níveis de iluminamento adequados a cada ambiente, acompanhado das respectivas memórias de cálculo:
- Para os ambientes de trabalho, o nível de iluminamento mínimo será de 500 lux;
- Para os outros ambientes, deverá ser respeitada a Tabela Internacional de Iluminância, quanto ao nível de iluminamento;
- Os circuitos de iluminação deverão ser divididos para utilização parcial ou por setores, sem prejuízo do conforto;
- Para o projeto de iluminação deverá ser considerado o critério de pelo menos 1/3 das luminárias para iluminação de emergência e o restante para iluminação normal;
- Em auditórios deverá ser prevista iluminação e sonorização

- ambiente. Deve-se prever a possibilidade de utilização de dimmers;
- As luminárias deverão ser escolhidas em função do padrão, da finalidade e da localidade da edificação, considerando o nível de iluminamento adequado ao trabalho solicitado e critérios técnico-econômicos, em conformidade com as normas, tais como:
- Luminárias de LED;
- Luminárias espelhadas de alta eficiência;
- Lâmpadas fluorescentes econômicas;
- Lâmpadas de iluminação externa em conformidade com o projeto de paisagismo e ajardinamento;
- Reatores eletrônicos de partida rápida, baixas perdas, alto fator de potência (mínimo de 0,98) e THD < 10%;
- Facilidade de manutenção;
- Deverá ser utilizado, na derivação para as luminárias, cabo PP, com tomada de topo no perfilado ou, no petroleto, quando em eletroduto.
- As tomadas devem seguir as seguintes especificações:
- Todas do tipo 2P+T conforme padrão NBR-14.136/2002 com pino terra;
- Para tomada de uso comum, adotar o critério de no mínimo uma tomada para cada 6 m<sup>2</sup>;
- Circuitos independentes para tomadas especiais (chuveiros, geladeiras, microondas, aparelhos de ar-condicionado e outros).
- Deve ser especificado no-break, com acionamento automático e capacidade para alimentar os servidores de informática, equipamentos da rede local de dados/voz, e demais cargas que não possam sofrer interrupção de alimentação. O no-break deve possuir fornecimento contínuo a partir de banco de baterias.
- Nas instalações elétricas devem ser integrados os dispositivos previstos no projeto de prevenção contra incêndio, como iluminação de emergência, iluminação autônoma, acionadores manuais (quebre o vidro) e outros conforme exigência das normas específicas.
- O Memorial descritivo deve apresentar as características principais do sistema elétrico, as cargas consideradas, os fatores de carga e demanda, justificar a escolha das tensões de suprimento e distribuição. Deve apresentar as especificações dos equipamentos e materiais e as recomendações para a execução da instalação.
- O projeto de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) deve ser elaborado em conformidade com a NBR 5419, prevendo proteção das instalações contra surto provocado por descarga atmosférica, transitórios ou falhas de operação e sistema de aterramento específico, com previsão de ligação equipotencial à malha de terra do SPDA.
- O Projeto de Instalação de Proteção contra Descargas Atmosféricas obedecerá às normas da ABNT, apresentando:
- Localização e identificação dos pára-raios e terminais aéreos;
- Ligações entre os pára-raios, terminais aéreos e aterramento;
- Sistema de aterramento;
- Resistência máxima de terra;
- Equalizações;
- Plantas;
- Todos os detalhes necessários com suas especificações e quantitativos de materiais.
- O Memorial descritivo deve apresentar as características principais do sistema elétrico, as cargas consideradas, os fatores de carga e demanda. Deverá apresentar as especificações dos equipamentos e materiais elétricos e as recomendações para execução da instalação e respectiva manutenção;
- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorializada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;
- OBS: Será utilizado gerador que será remanejado de posto de Saúde existente, logo o engenheiro responsável pelo projeto deverá atentar a este detalhe.
- Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI);

- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;

- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

#### Rede estruturada

- Os projetos devem ser elaborados em conformidade com as normas técnicas vigentes, utilizando cabeamento categoria igual ou superior a 6e, a saber:

- TIA / EIA – 568 – B.1 “General Requirements”;
- TIA / EIA – 568 – B.2 “Balanced Twisted Cabling Components”;
- TIA / EIA – 568 – B.3 “Optical Fiber Cabling Components Standard”

- A planta de situação/locação deve indicar o ramal de entrada da concessionária de telefone.

- O projeto de distribuição interna deverá ser elaborado de acordo com o projeto de layout de arquitetura, com a locação e a quantidade fornecida de pontos. Caso contrário, deverá ser marcada, com antecedência, reunião com a CONTRATANTE para a definição do mesmo. Deverão ser analisadas as interferências com os demais projetos e solicitados elementos que porventura não estejam contemplados nos projetos complementares, principalmente nos projetos de arquitetura (shafts, sala para racks/PABX/baterias e ar condicionado).

- Elementos necessários e básicos dos projetos:

- Eletrodutos com seus diâmetros e caminhamentos;
  - Eletrocalhas e caixas com suas dimensões e caminhamentos;
  - Tomadas com as suas identificações;
  - Salas dos racks, DG e PABX;
  - Encaminhamentos e quantidade de cabos nas infra-estruturas, com respectivas bitolas;
  - Todas as interligações;
  - Legendas e notas explicativas.
- O projeto de detalhes deve conter os seguintes elementos:
- Detalhe do distribuidor geral;
  - Detalhe dos racks com todos seus elementos construtivos e seus componentes (patch panels, switches, conjunto de ventiladores);
  - Interligações do sistema de aterramento;
  - Detalhe das caixas de passagem;
  - Detalhe do ponto de telecomunicação;
  - Esquema vertical;
  - Detalhe da fixação dos eletrodutos e calhas;
  - Detalhe dos dutos de piso e suas caixas;
  - Detalhe dos dutos sob o piso elevado.

- Na elaboração do projeto de instalações de rede estruturada devem ser observados os seguintes pontos:

- O DG central e o PABX devem ser instalados no mesmo ambiente;
- Quanto à Central Telefônica, deverão ser consideradas e apresentadas soluções de telefonia IP, detalhando vantagens e desvantagens quanto aos custos de implantação, custos de manutenção, eficiência dos equipamentos, aderência a padrões abertos, disponibilidade de produtos e serviços no mercado (interoperabilidade com outras soluções).

- O projeto de telefonia e rede local de computadores deve conter especificação de dispositivo para proteção do sigilo das comunicações.

- O projeto de instalações de telecomunicações deve ser aprovado junto à concessionária telefônica local.

- Todos os equipamentos e materiais utilizados nos projetos deverão ser da melhor qualidade, contendo na especificação todos os elementos e dados completos, obedecendo às normas citadas anteriormente.

- A planilha de custos deverá conter todos os elementos necessários para a execução do serviço, de acordo com os projetos,

discriminação do material, unidade, preço unitário, total parcial e total geral, além da composição de seus custos unitários, conforme modelo SINAPI.

- Especificações Técnicas;

- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorizada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;

- Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI);

- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;

- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

#### Controle de acesso e CFTV:

- O projeto de controle de acesso deverá ser elaborado por especialista da área de segurança e prever todas as infraestruturas de tubulações e pontos a serem atendidos (catracas eletrônicas, cancelas, detectores de metal, etc.);

- O projeto deve contemplar as necessidades de controle e permissões de acesso às dependências da edificação, tratando distintamente as situações internas (informadas pela CONTRATANTE) e externas, atendendo o acesso veicular e de pessoas;

- Todas as informações de acesso deverão ser armazenadas e possibilitar exportação em meio de arquivos de formato pré-estabelecidos pela CONTRATANTE;

- Perfeita compatibilidade e integração com a rede local de dados e elétrica;

- O projeto deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Análise de viabilidade técnico-econômica dos diversos sistemas disponíveis no mercado, para que seja tomada a decisão que melhor compatibilize os interesses da unidade CONTRATANTE, os aspectos técnicos e o rendimento operacional que o projeto deverá oferecer;

- Detalhamento dos esquemas verticais, das tubulações e cabeamento utilizados;

- Detalhes da sala de segurança, incluindo multiplexadores, gravadores, monitores e outros equipamentos para CFTV;

- Plantas baixas e de cortes das tubulações e cabeamentos (alimentação e sinal);

- Especificação de todo hardware e software necessários para a implantação do sistema;

- Memorial descritivo do projeto, caderno de especificações e relação completa de materiais;

- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorizada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;

- Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI);

- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;

- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

#### 3.2.4 Prevenção e combate contra incêndio

- O projeto contemplará a elaboração do Plano de Prevenção e

Combate Contra Incêndio e deverá ser concebido de forma a proporcionar um nível adequado de segurança dos ocupantes em caso de incêndio, minimizando as probabilidades de propagação do fogo através de seu combate no foco, além de diminuir os danos causados pelo sinistro aos equipamentos existentes.

- Deverá atender às exigências das normas da ABNT, normas de sinalização de segurança contra incêndio e pânico, normas de execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio, norma para utilização de hidrantes para combate a incêndio e de extintores de incêndio;
- O projeto de prevenção e combate contra incêndio deverá ser desenvolvido levando em conta a compatibilidade com os projetos arquitetônicos e complementares, a fim de que se obtenha uma solução mais econômica e funcional;
- O projeto de instalações de combate a incêndio deverá apresentar planta de localização dos hidrantes, rede de distribuição de água, sistema de dreno e sistema de válvulas;
- Casa de bombas e barriletes, com detalhamentos;
- As pranchas deverão conter legendas completas, contendo todas as informações e especificações técnicas dos materiais utilizados neste sistema, incluindo quadros com os quantitativos por pranchas;
- Detalhes gerais e memoriais descritivos;
- Memorial descritivo do projeto, caderno de especificações e relação completa de materiais, incluindo memórias de cálculo e descritivos de todos os sistemas de pressurização usados;
- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorizada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;
- Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI);
- A entrega desse projeto está condicionada além da aprovação do município à aprovação do Corpo de Bombeiros;
- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;
- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

### 3.2.5. Projeto de climatização/ ar condicionado / ventilação / exaustão

Deverá ser apresentado, além das pranchas com os projetos e detalhes, o caderno de especificações técnicas, os quantitativos e preços, composições de custo unitário de serviços, orçamentos analíticos e cronograma físico-financeiro.

- O projeto de condicionamento de ar deverá ser apresentado visando o maior número possível de ambientes com ventilação e iluminação natural;
- Esses deverão ser orientados para a obtenção de menor custo energético possível, controle de temperatura individual por espaço, automatização total do sistema, ventilação mecânica de áreas fechadas, copas, áreas de segurança e outros;
- O projeto de climatização deverá prever, no mínimo:
- A climatização de maneira setorizada, de acordo com as respectivas características térmicas e/ou de utilização, de forma a permitir economia de energia;
- Climatização específica para as salas dos equipamentos dos servidores de rede e demais salas que necessitem de climatização constante como as áreas de segurança (verificar áreas específicas como salas de monitoramento do sistema de CFTV com equipamentos que deverão operar por 24 horas);
- Proteção sonora nos sistemas de climatização, para assegurar o

conforto acústico necessário às atividades desenvolvidas nos ambientes;

- Deve-se atender a todas as indicações do Projeto de Arquitetura, Projeto de Estrutura e exigências dos demais projetos e compatibilizando-os;
- Detalhes de ligação dos equipamentos;
- Diagrama unifilar de força e comando dos quadros do sistema de ar condicionado;
- Fornecimento da assessoria necessária para a devida compatibilização entre o sistema de climatização e os demais projetos, no sentido de esclarecer interferências e fornecer as previsões necessárias, tais como necessidades elétricas, hidráulicas (drenagem), furos, cargas etc.;
- Memorial descritivo do projeto, caderno de especificações e relação completa de materiais;
- Caderno de especificações e relação completa de materiais;
- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorizada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;
- Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI);
- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;
- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

### 3.2.6. Projetos de Gases Medicinais

Deverá ser apresentado, além das pranchas com os projetos e detalhes, o caderno de especificações técnicas, os quantitativos e preços, composições de custo unitário de serviços, orçamentos analíticos e cronograma físico-financeiro.

- O projeto de gases medicinais deverá abranger projeto de Oxigênio Medicinal, Projeto de Ar comprimido, projeto de Vácuo e Projeto de Óxido Nitroso
- A elaboração do projeto deverá prever as instalações completas de todos os sistemas, operando integralmente segundo as especificações contidas no mesmo. Para desenvolvimento dos projetos de gases medicinais deverão ser observadas criteriosamente as determinações das normas técnicas da ABNT, RDC 50 e 51, Ministério da Saúde e todas as legislações pertinentes, passando pela seleção dos equipamentos até o correto dimensionamento dos tubos de distribuição, para que sejam atingidos os resultados esperados, dentro das normas técnicas.
- Deve-se atender a todas as indicações do Projeto de Arquitetura, Projeto de Estrutura e exigências dos demais projetos e compatibilizando-os;
- Detalhes de ligação dos equipamentos;
- Fornecimento da assessoria necessária para a devida compatibilização entre o projeto de gases medicinais e os demais projetos, no sentido de esclarecer interferências e fornecer as previsões necessárias, tais como necessidades elétricas, hidráulicas (drenagem), furos, cargas etc.;
- Memorial descritivo do projeto, caderno de especificações e relação completa de materiais;
- Caderno de especificações e relação completa de materiais;
- Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorizada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;
- Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus



custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI);

- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;
- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

### 3.2.7. Projeto Ambiental

A empresa contratada deverá providenciar a presente Licença de viabilidade de operação do empreendimento junto a Fundação do Meio Ambiente - FATMA, assim como todos os estudos e documentações necessárias ao funcionamento da UPA no âmbito ambiental. Deverá ser apresentado, além das pranchas com os projetos e detalhes, o caderno de especificações técnicas, os quantitativos e preços, composições de custo unitário de serviços, orçamentos analíticos e cronograma físico-financeiro.

### 3.2.8. Orçamentos e compatibilizações dos projetos e documentos afins

Deverá ser apresentado, o caderno de especificações técnicas geral, a planilha geral de quantitativos e preços, composições de custo unitário de serviços, orçamentos analíticos e cronograma físico-financeiro detalhado por atividade e memorial de cálculo das quantidades dos itens da planilha orçamentária.

- Elaboração de planilhas orçamentárias sintéticas e analíticas de construção civil com suas composições de preços unitários, com discriminações, unidades, quantidades, preços unitários e totais e referencial de preço, controlando os custos orçados com o orçamento previsto para o empreendimento;

- As planilhas orçamentárias de construção civil deverão considerar todos os encargos sociais e trabalhistas, conforme legislação em vigor, incidentes sobre o custo da mão-de-obra, e BDI;

- Os percentuais relativos a encargos sociais e BDI deverão seguir as recomendações do TCE e TCU;

- Na composição dos preços unitários de construção civil deverá ser considerada a localização do empreendimento, com relação a emprego de materiais e transporte dos mesmos;

- O orçamento global e respectivas planilhas deverão ser apresentados em formato compatível com Microsoft Office Excel, com valores financeiros com duas casas decimais após a vírgula;

- A obtenção dos custos de insumos ou serviços deverá basear-se em fontes de mercado seguindo a seguinte hierarquia:

a) Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil –

SINAPI;

b) SICRO;

c) TCPO;

d) Pesquisa de mercado com no mínimo 03 fornecedores regionais (considerando um raio de 200 km), com apresentação das propostas fornecidas, contendo informações como nome do estabelecimento, telefone, contato e data da pesquisa. O preço a ser adotado será a média ou mediana das cotações, sendo optada a mais representativa;

- Para cada preço unitário apresentado deverá ser indicada a fonte utilizada;

- A CONTRATADA deverá apresentar a memória de cálculo de todos os quantitativos apresentados na planilha orçamentária de construção civil;

- Elaboração de cronograma físico-financeiro da obra em modelo a ser aprovado pela fiscalização;

- Consolidação dos orçamentos gerados nos projetos arquitetônicos, complementares e documentos afins;

- Analisar criticamente as soluções dos projetos, quanto ao custo e técnicas;

- Analisar as interferências que ocorrerem nas fases do projeto e compatibilizar com todas as planilhas dos projetos complementares;

- A CONTRATADA deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/CAU, referente aos projetos e orçamentos;

- Além da ART/RRT, a CONTRATADA irá assinar a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS (Anexo I deste Termo de Referência), onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais compatíveis com o SINAPI.

### 3.2.9. Orientações quanto ao conteúdo dos cadernos de especificações, planilhas de quantitativos e preços, composições de custo unitário de serviços, orçamento e cronograma físico-financeiro

Caderno de especificações técnicas e encargos

- As especificações técnicas deverão conter:

- Informações técnicas necessárias à caracterização da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção;

- Especificações detalhadas, definindo com clareza e precisão:

- a) As características dos materiais a serem utilizados, sendo que marcas ou modelos serão meramente referenciais e poderão ser substituídos pelos rigorosamente equivalentes, ou seja, com mesma função e desempenho técnico;

- b) Procedimentos de execução;

- c) Aspecto e desempenho final desejados;

- Descrições pormenorizadas das estruturas contendo: tipo de estrutura, técnicas de execução, especificações e controle tecnológico dos materiais;

- Descrição pormenorizada de cada uma das instalações, detalhando suas características técnicas, seus princípios de funcionamento, bem como, todas as recomendações necessárias, quanto às técnicas ideais de execução e aos padrões exigidos pelas diversas concessionárias locais;

### Planilha de quantitativos e preços

A planilha geral de quantitativos e preços deverá considerar todos os encargos sociais e trabalhistas, conforme legislação em vigor, incidentes sobre o custo da mão-de-obra.

Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços deverá ser elaborada de forma mais setorizada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral.

Na planilha sintética deverão constar as seguintes colunas: Item, discriminação, unidade, quantidade, custo unitário (mão-de-obra + material), custo total do item a ser edificado e referencial de preços.

Na planilha analítica deverão constar as composições de todos os custos unitários. Deverá ser apresentada a composição do BDI e encargos sociais. Deverão apresentar a memória de cálculo de todos os quantitativos apresentados nas planilhas orçamentárias a obtenção dos custos de insumos ou serviços deverá basear-se em fontes de mercado seguindo a seguinte hierarquia:

a) Sistema SINAPI;

b) SICRO;

c) TCPO;

d) Pesquisa de mercado com no mínimo 03 fornecedores regionais (considerando um raio de 200 km), com apresentação das propostas fornecidas, contendo informações como nome do estabelecimento, telefone, contato e data da pesquisa. O preço a ser adotado será a média ou mediana das cotações, sendo optada a mais representativa;

### Composições de custo unitário de serviços

As composições de custo unitário de serviços deverão ser apresentadas com a discriminação separada de material e mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a

composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pelo SINAPI);

A obtenção das composições de custos unitários de serviços deverá basear-se em fontes de mercado seguindo a seguinte hierarquia:

- a) Sistema SINAPI;
- b) SICRO;
- c) TCPO;
- d) Pesquisa de mercado com no mínimo 03 fornecedores regionais (considerando um raio de 200 km), com apresentação das propostas fornecidas, contendo informações como nome do estabelecimento, telefone, contato e data da pesquisa. O preço a ser adotado será a média ou mediana das cotações, sendo optada a mais representativa;

#### Orçamento e cronograma físico-financeiro

O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser apresentado de forma gráfica do plano de execução de todas as etapas da obra e dos desembolsos necessários. Deve contemplar todas as fases de execução desde a mobilização, passando pelas atividades previstas no projeto, até a desmobilização do canteiro de obras.

As planilhas e gráficos devem englobar o desenvolvimento físico e financeiro da obra por bloco a ser construído, tendo por objetivo o seguinte:

- Fisicamente – demonstrar a previsão da evolução física dos serviços na unidade de tempo, permitindo avaliações periódicas de acerto;

- Financeiramente – converter a demonstração física em termos monetários, através do somatório dos quantitativos dos preços unitários em cada etapa do cronograma físico, que representará o desembolso mensal.

A CONTRATADA será responsável pela compilação de todos os orçamentos referentes a cada projeto de modo a formar um conjunto coeso e harmonioso, definindo todos os quantitativos de materiais e serviços necessários à execução do projeto resultando no orçamento sintético e orçamento analítico global da edificação (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários).

Os orçamentos deverão seguir as normas da ABNT.

O orçamento global e respectivas planilhas deverão ser apresentados em arquivo compatível com MS EXCEL (com os valores financeiros com duas casas decimais), entregues em mídia digital,

e-mail, pen drives e 03 (três) vias impressas em papel sulfite e formato A4 devidamente encadernadas.

A CONTRATADA deverá realizar a elaboração de levantamento dos quantitativos de materiais e serviços de todos os projetos que permitam ao CONTRATANTE promover o processo de licitação de maneira clara e sem dúvidas ou pendências.

Na elaboração do cronograma físico-financeiro deverá ser previsto parcelas de desembolso mensais em acordo com o desenvolvimento da obra de edificação.

No orçamento geral, a empresa executora da obra deverá arcar com os itens referentes a eventuais taxas de liberações pós-obra junto aos órgãos competentes para o pleno funcionamento dos edifícios.

#### ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

(MODELO DE) DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE QUANTITATIVOS, onde ficará lavrada a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e matérias compatíveis com o SINAPI.

(LOGOMARCA DO ESCRITÓRIO / PROFISSIONAL)

#### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que eu .....  
..... ( nome do profissional e qualificação profissional c/ nº do registro no CREA e CPF ), representante da empresa .....  
....(nome da empresa c/ CNPJ), sou autor da Planilha Orçamentária do Projeto ..... (especificar o tipo de projeto) da obra da Unidade de Pronto Atendimento Porte I - UPA 24h e que os quantitativos, pesquisas de mercado e custos da referida planilha estão perfeitamente compatíveis com os quantitativos do projeto de arquitetura e engenharia e os custos compatíveis com o SINAPI.

(Data)

(nome do profissional)

### FECAM

#### DESPACHO - RESOLUÇÕES FECAM

Publicação Nº 1408079

#### DESPACHO

Considerando as Resoluções FECAM nº 10 e 11 acerca da instauração de Comissão de Auditoria e Avaliação, DETERMINO o cumprimento na íntegra das recomendações feitas pelos membros da Comissão e apresentadas pela relatoria, bem como a publicação da conclusão da relatoria da Comissão de Auditoria no sítio oficial da instituição e no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Florianópolis/SC, 03 de setembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita de São José

Presidente da FECAM

# Consórcios

## ARIS

### ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS)

Publicação Nº 1408481

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS)

Em 10 de outubro de 2017, estiveram reunidos na cidade de Chapecó/SC, em segunda chamada (17h53m), na Av. Atílio Fontana, nº 1080, Bairro EFAPI, Pavilhão 4 anexo a CCO, os Prefeitos dos municípios consorciados à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, e outras autoridades, conforme lista de presença que acompanha a presente ata, atendendo ao Edital de Convocação n. 03/2017, publicado em 14/09/2017, na edição nº 2339 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), página 811, com a seguinte ordem do dia: 1) Análise e Discussão da proposta do Plano de Trabalho para 2018; 2) Homologação dos novos municípios consorciados; 3) Assuntos diversos. A mesa foi composta com o presidente da ARIS e prefeito de Chapecó, Sr. Luciano José Buligon, Presidente da FECAM e prefeita de São José, Sra. Adeliana Dal Pont, a Presidente da EGEM e Prefeita de Vargem, Sra. Milena Andresen Lopes Becher, o Presidente do CIGA Prefeito de Lebon Régis Sr. Douglas F. de Mello, a Presidente da AMOSC e prefeita de Arvoredo, Sra. Janete Paravizi Bianchin e o Sr Adir Faccio, Diretor-geral da ARIS. O Presidente da ARIS saudou os presentes e autoridades, declarou aberta a Assembleia, fazendo leitura do Edital de Convocação. Na sequência, passou a palavra ao Diretor-geral Sr. Adir Faccio, o qual apresentou a justificativa para a realização da reunião extraordinária da Assembleia Geral, cujo objetivo é a apresentação da proposta do Plano de Trabalho para o ano de 2018, para que todos possam fazer suas observações e terem conhecimento e análise antes de ser apresentado em assembleia ordinária para aprovação, bem como a homologação do ingresso do Município de Descanso, conforme previsto no art. 20, II do Protocolo de Intenções. Em seguida, passou a tratar sobre o Plano de Trabalho para 2018. Destacando como prioridades: 1) Continuidade aos trabalhos sobre as bases tarifárias dos SAMAs, DAEs, CASAN e das concessionárias privadas; 2) Elaborar, revisar normas e procedimentos para fiscalização de resíduos sólidos e da regulação econômica; 3) Viabilizar a implementação das propostas resultantes das consultorias da cooperação com o Ministério das Cidades- SNSA ; 4) Realizar audiências e consultas públicas sobre os produtos resultantes da cooperação com o Ministério das Cidades - REGULASAN (Interaguas); 5) Acompanhar a realização dos Contratos de Programa; 6) Dar continuidade na aplicação da metodologia de acompanhamento e cumprimento das condições e metas estabelecidas no PMSB, servindo também de apoio para a capacitação técnica e atualizações dos PMSBs dos municípios consorciados; 7) Viabilizar estudos para normatizar, implantar e disponibilizar sistema de controle de custos regulatórios dos SAMAs e DAEs para agilizar os reajustes e revisões tarifários; 8) Ampliar e implementar o programa de controle da qualidade da prestação de serviços com base na avaliação de indicadores da metodologia desenvolvida pela ARIS; 9) Acompanhar as ações de negociação do programa de financiamento esgotamento sanitário do Banco KfW com o Estado de SC, cabendo a ARIS monitorar os municípios consorciados que serão beneficiados; 10) Acompanhar e apoiar a implementação dos cadastros relativo as soluções de Abastecimento de Água do interior dos municípios regulados; 11) Dar continuidade a expansão e melhorias dos módulos do Sistema de Informações da ARIS – SISARIS; 12) Implantar e estruturar unidades de fiscalização regional de acordo com a demanda; 13) Realizar no mínimo uma fiscalização programada, mais as demandadas in loco, nos Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de Esgotamento Sanitário e Disposição Final de Resíduos Sólidos urbanos; 14) Realizar dois (2) ciclos de fiscalização indireta (SISARIS) da qualidade do serviço prestado quanto ao atendimento do padrão de potabilidade da água; 15) Dar continuidade as Campanhas Educativas: Consumo Sustentável de Água, Combate Mosquito Transmissor da Dengue, Zika e Chikungunya e Criar e desenvolver campanha para Resíduos Sólidos; 16) Dar continuidade aos programas de treinamento dos técnicos da Vigilância Sanitária e Agentes Comunitários com relação ao controle de cadastro de águas do interior; 17) Dar continuidade ao Programa TRATASAN, que tem por finalidade subsidiar a tomada de decisão nos municípios sobre a viabilidade na implantação de soluções de tratamento de esgotos individuais em cidades com até 15 mil habitantes; 18) Promover a capacitação técnica dos Servidores dos municípios que operam os serviços de gestão de saneamento básico; 19) Promover eventos sobre saneamento básico em parceria com outras entidades e participar de seminários, congressos e cursos visando a atualização técnica do Quadro de Pessoal; 20) Promover seminários de Saneamento Ambiental Estadual e Regionais; 21) Participar e acompanhar as reuniões do GT referente à revisão da Portaria MS 2914/2011; 22) Participar das reuniões das Câmaras Técnicas da ABAR, ABES e ADERASA, bem como em eventos sobre regulação e fiscalização ou temas do setor; Encerrada a discussão da matéria, o presidente solicitou aos Prefeitos, que queiram contribuir para aprimorar o plano de trabalho, a remessa de sugestões que serão submetidas a Assembleia Geral Ordinária. Na sequência o Presidente informou que o município de Descanso ratificou na íntegra o Protocolo de Intenções, por meio da Lei nº 1537/2017, de 13 de setembro de 2017, nos termos do § 3º, do artigo 2º do Protocolo de Intenções. O presidente colocou em discussão sendo que não houve nenhuma manifestação contrária, submetendo à homologação da Assembleia Geral, restando aprovado o ingresso do município citado, por unanimidade. Em Assuntos Diversos, o Diretor-geral relatou sobre o andamento dos projetos REGULASAN do Ministério das Cidades, TRATASAN nos municípios pilotos e como estão as tratativas de convênio com os Consórcios Cimcatarina, Cidema, Cigamerios, Lambarí, Cisama e Conder. Apresentou as ações já desenvolvidas no cadastramento dos sistemas de abastecimento de água do interior SAA-R, as ações desenvolvidas junto as Associações para os técnicos dos municípios para atualização dos PMSB, apresentou os resultados do treinamento aos servidores municipais que operam SAA. Por fim, o presidente deixou a palavra livre para as manifestações. Como não houve nenhuma manifestação o presidente agradeceu a todos os presentes e declarou encerrada a reunião extraordinária da Assembleia Geral, determinando a mim, William Arenhardt, que lavrasse a presente ata e procedesse o encaminhamento para a sua publicação no órgão oficial do Consórcio Público, a fim de surtir os seus efeitos legais.



**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 072/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 043/2017**

Publicação Nº 1408475

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 072/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 043/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK (ALIMENTOS E BEBIDAS) PARA 40 PESSOAS ENTRE OS DIAS 09/11 – 10/11, A SER REALIZADO NA SEDE DA ARIS EM FLORIANÓPOLIS, NO EVENTO PROJETO ACERTAR.

CONTRATADO: COFFEE &amp; SHOP 18 CAFETERIA LTDA EPP

CNPJ: 15.782.909/0001-16

VALOR: R\$ 2.090,00 (DOIS MIL E NOVENTA REAIS)

Florianópolis, 19 de outubro de 2017.

Adir Faccio

Diretor-geral

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 074/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 19/2017**

Publicação Nº 1408479

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 074/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 19/2017

OBJETO: TROCA DE FILTRO DE ÓLEO E TROCA DE ÓLEO DO VEÍCULO MITSUBISHI PAJERO PLACA – QIL 2862

CONTRATADO: SEKAI COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ nº 17.606.998/0001-75

VALOR: R\$ 462,53 (Quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 c/c art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 20 de outubro de 2017.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 011/2017 - ALTERA O ANEXO I DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 008/2016**

Publicação Nº 1408656

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 11, de 23 de outubro de 2017.

Altera o Anexo I da Resolução Normativa nº 008, de 11 de fevereiro de 2016, que estabelece procedimentos para coleta, sistematização de dados e cálculo de indicadores, para avaliação da evolução de desempenho da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios regulados pela ARIS e dá outras providências.

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições previstas nos artigos 8º, I, "b" e 28, II do Contrato de Consórcio Público e com fundamento nos artigos 22, I e 23, I da Lei federal nº 11.445/2007, artigo 30, II, "a" do Decreto nº 7.217/2010, expede a seguinte Resolução Normativa, considerando que:

o inciso I, do art. 23 da Lei nº 11.445/2007, estabelece que cabe à entidade de regulação editar normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, entre outros, os padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços; o inciso VIII, do art. 12 da Resolução Normativa/ARIS nº 003/2011, atribui como infração, sujeita à penalidade de advertência ou multa, o não encaminhamento de informações necessárias à elaboração dos indicadores utilizados para a apuração da qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e econômico-financeiro na forma e nos prazos estabelecidos nos dispositivos legais aplicáveis;

o art. 1º da Instrução/Diretor Geral nº 001/2016, que estabelece a obrigatoriedade do preenchimento e encaminhamento das informações do Sistema de Informações sobre Saneamento (SISARIS), relativas às amostragens e análises de potabilidade de água, exigidas pela Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde;

faz-se necessário a definição dos indicadores, bem como dos procedimentos para a coleta, sistematização, compilação e consolidação dos dados fornecidos pelos prestadores;

os indicadores são instrumentos de gestão de aplicação fundamental para os trabalhos de regulação e fiscalização da ARIS;

os indicadores permitem o acompanhamento da prestação dos serviços regulados, com avaliação do cumprimento das metas, da eficiência e da evolução, por parte do prestador permitindo a comparação com outras entidades do setor;

a utilização dos indicadores permite a identificação do grau de saturação das estruturas que compõe os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, assim como das necessidades de ampliação e adequação desses serviços;

a publicação da Resolução Normativa nº 008, de 11 de fevereiro de 2016, e seu anexo;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO referida no art. 6º da Resolução

Normativa nº 008, de 11 de fevereiro de 2016;

Parágrafo único. A metodologia revisada para avaliação da evolução dos indicadores de desempenho é parte integrante desta Resolução Normativa, constante no Anexo I, disponível no site da ARIS ([www.aris.sc.gov.br](http://www.aris.sc.gov.br))

Art. 2º A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS poderá reavaliar os critérios estabelecidos na metodologia a cada 3 (três) anos, a partir da data da publicação desta resolução.

Art. 3º Ficam as faixas dos indicadores IN026 (Despesa de Exploração por m³ Faturado), IN008 (Despesa Média Anual por Empregado) e IN060 (Índice de Despesa por Consumo de Energia Elétrica nos Sistemas de Água e Esgotos) atualizadas segundo o IPCA, até o mês de dezembro de 2016, conforme atualização anual necessária estabelecida na metodologia para avaliação da evolução dos indicadores de desempenho.

Art. 3º. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 23 de outubro de 2017.

AFONSO VEIGA FILHO

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

ROBERTO AURÉLIO MERLO

Conselheiro da ARIS

STEFÂNIA MARTINS HOFMANN MOHEDANO

Conselheira da ARIS

GILBERTO VALENTE CANALI

Conselheiro da ARIS

MICHELE BATISTA CORREIA DE MELLO

Conselheira da ARIS

NÁDIA BOFF RIBEIRO

Conselheira da ARIS

WILLIAN CARLOS NARZETTI

Conselheiro da ARIS

METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO  
(ANEXO I)

DIRETORIA DE REGULAÇÃO

COORDENADORIA DE NORMATIZAÇÃO

FLORIANÓPOLIS

2017

PARECER TÉCNICO DA PRIMEIRA REVISÃO

A ARIS – após o levantamento e a avaliação preliminar dos resultados de desempenho obtidos pelos prestadores de serviços no primeiro ciclo de aplicação da metodologia de avaliação instituída pela Resolução ARIS nº 08/2016 (Anexo I), e seguindo os seus critérios – observou a necessidade de adequação de sua metodologia, considerando os indicadores informados, suas médias e análise resultante de sensibilidade, para que o método pudesse categorizar de forma mais adequada e progressiva a qualidade dos serviços prestados pelos operadores dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

Dessa maneira, segundo aprovação do Conselho de Regulação da ARIS em reunião realizada no dia 28/07/2017, devidamente registrado em ata publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 11/10/2017, discorrem-se abaixo as alterações realizadas na Metodologia para Avaliação dos Indicadores de Desempenho, publicando-se nesse documento sua primeira revisão.

Nessa revisão alteram-se os intervalos de referência dos indicadores “Índice de Atendimento Urbano de Esgoto em Relação ao Atendimento com Abastecimento de Água” e “Índice de Macromedição” tomando como fundamento o estímulo à busca gradual e progressiva do cumprimento de metas desafiadoras, mas exequíveis, bem como as faixas de pontuação das categorias Ouro, Prata e Bronze.

Os resultados obtidos para o “Índice de Atendimento Urbano de Esgoto em Relação ao Atendimento com Abastecimento de Água” demonstraram que o Estado de Santa Catarina ainda carece de índices ideais e satisfatórios estabelecidos na versão inicial do Anexo I da Resolução ARIS nº 08/2016, onde a média do indicador atingiu aproximadamente 10% no ano de 2015. Nenhum município apresentou índice superior a 60% e somente quatro deles estiveram entre 25% e 60%, ou seja, 97% dos municípios apresentaram índice inferior a 25%.

A ARIS entende que o ideal para o indicador seja evidentemente valores superiores a 90%, porém, a exequibilidade do referido valor ainda é um horizonte pouco atingido no curto prazo. Sendo assim, com o objetivo de estimular os prestadores de serviço, com a definição de faixas passíveis de serem obtidas em ações de curto e médio prazo, alteram-se na metodologia os intervalos de referência para o “Índice de Atendimento Urbano de Esgoto em Relação ao Atendimento com Abastecimento de Água”, os quais passam a ser:

VERSÃO INICIAL	PRIMEIRA REVISÃO
Ideal ≥ 90,00%	Ideal ≥ 50,00%
90,00% > Satisfatório ≥ 80,00%	50,00% > Satisfatório ≥ 35,00%
Insatisfatório < 80,00%	Insatisfatório < 35,00%

Quanto ao "Índice de Macromedição", o resultado do ciclo 2016, ano-base 2015, mostra média obtida pelos municípios de aproximadamente 45%, enquanto que a faixa estabelecida para a divisão entre insatisfatório e satisfatório é de 90,00% na primeira versão da Metodologia para Avaliação dos Indicadores de Desempenho.

Adotando-se o fundamento de estímulo à busca gradual e progressiva do cumprimento de metas desafiadoras, mas, principalmente, exequíveis em prazos compatíveis, os intervalos de referência passam a ser:

VERSÃO INICIAL	PRIMEIRA REVISÃO
Ideal $\geq 99,50\%$	Ideal $\geq 95,00\%$
$99,50\% > \text{Satisfatório} \geq 90,00\%$	$95,00\% > \text{Satisfatório} \geq 75,00\%$
Insatisfatório $< 90,00\%$	Insatisfatório $< 75,00\%$

A versão inicial da Metodologia para Avaliação dos Indicadores de Desempenho estabelece categoria "Ouro" aos municípios que tenham obtido pontuação igual a 35 pontos, categoria "Prata" em pontuações de 30 a 34 e categoria "Bronze" para pontuações de 20 a 29. Pelos resultados obtidos, no primeiro ciclo de avaliação, a quantidade de municípios por categoria resultaria em:

Tabela 1: Número de municípios que obtiveram categoria "Ouro", "Prata" e "Bronze" tomando como referência as faixas atuais.

	Faixas atuais
Ouro	0
PRATA	0
BRONZE	18

Do exposto, conclui-se que as faixas estabelecidas não permitiam análise sensível e diferenciação entre os municípios que obtiveram os melhores resultados. Dessa maneira, as seguintes faixas de pontuação passam a vigorar:

- Ouro: 35 a 30;
- Prata: 29 a 25;
- Bronze: 24 a 20.

Entende-se que se adotando as faixas de pontuação e faixas de indicadores acima sugeridas, os referenciais comparativos estarão mais claros entre os prestadores de serviços, estimulando a busca contínua por melhores resultados.

Recomenda-se que a cada ciclo de avaliação dos indicadores a equipe técnica da ARIS reavalie a sua metodologia, de modo que possibilite a melhoria constante dos prestadores de serviços, estabelecendo metas desafiadoras e exequíveis.

#### PARECER TÉCNICO DA VERSÃO INICIAL

Com o marco regulatório na questão do saneamento básico no país, em 05 de janeiro de 2007, foi sancionada a Lei Federal nº 11.445 (regulamentada pelo Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010), estabelecendo as diretrizes e a Política Nacional para o setor de saneamento básico para os sistemas de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana.

Essa lei trouxe mudanças significativas para a prestação dos serviços de saneamento básico, sendo que uma das principais foi a separação das funções de planejamento, regulação e prestação dos serviços. Como um dos instrumentos da Lei Federal nº 11.445, surge o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, através do qual os Municípios podem elaborar seu planejamento para um determinado prazo de tempo. Criada oficialmente no dia 1º de dezembro de 2009, através de Protocolo de Intenções, a ARIS tem como atribuição a regulação e fiscalização de todas as atividades do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos, limpeza urbana e drenagem pluvial), independentemente de quem seja o prestador dos serviços, no Estado de Santa Catarina, junto aos municípios consorciados. Constituída em consonância com os princípios do Direito Regulatório, possuindo independência administrativa, financeira e orçamentária.

Para bem desempenhar as competências que lhe foram atribuídas pelo contrato de consórcio público, no Protocolo de Intenções em seus artigos 8º, I e 28, I e com fundamento no artigo 23 da Lei Federal nº 11.445/07, a ARIS regula, controla e fiscaliza a prestação dos serviços públicos especialmente de serviços de saneamento básico, para os quais recebeu delegação:

"A Entidade Reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos: I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços". (Lei nº 11.445/2011 – Cap. V, art.23). Ainda, de acordo com a Resolução Normativa da ARIS n.003: "VIII - encaminhar à ARIS as informações necessárias à elaboração dos indicadores utilizados para a apuração da qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e econômico financeiros na forma e nos prazos estabelecidos nos dispositivos legais aplicáveis"; (Resolução Normativa ARIS n.003 – Capítulo II, Art. 12. VIII). (Grifos nossos).

Ainda, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), "uma das atividades mais nobres das agências reguladoras é controlar a qualidade da prestação dos serviços públicos concernentes aos setores regulados. A disponibilização pelas agências de informações claras sobre indicadores de qualidade e resultados de suas avaliações pode facilitar o controle social sobre a efetividade dos serviços e, ainda, sobre a própria eficiência da agência. "

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, o Ministério das Cidades, gere o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento □ SNIS (SINISA), e realiza anualmente pesquisa junto aos prestadores de serviços de saneamento, com coleta de dados e informações do setor.

A Associação Brasileira de Agência de Regulação – ABAR, através da Câmara Técnica de Saneamento, a qual a ARIS é associada e com assento na Diretoria, elegeu os principais indicadores do SNIS, para acompanhamento da prestação dos serviços de água e esgoto com foco nas ações regulatórias. Essa proposta de padronizar os indicadores, a todos os Entes Reguladores associados a ABAR, tem como objetivo avaliar os processos de maneira uniforme.

Na elaboração de Planos de Saneamento no Estado de Santa Catarina, foi desenvolvida uma primeira abordagem dos principais indicadores para compor a avaliação dos mesmos.

A partir destes estudos já desenvolvidos, a ARIS elaborou uma metodologia para a Avaliação de Desempenho da Prestação de Serviços via acompanhamento da evolução desses indicadores.

O objetivo do desenvolvimento dessa Metodologia é fomentar uma avaliação comparativa entre sistemas similares a nível regional e

nacional, assim como o desempenho entre os prestadores de serviços.

## SUMÁRIO

### ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

#### 1 APRESENTAÇÃO

O monitoramento dos indicadores definidos pela Agência Reguladora é um mecanismo importante para a avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas pelos Prestadores de Serviços. O uso de indicadores permite ainda aperfeiçoar e racionalizar as atividades de fiscalização, além de poder gerar diagnósticos anuais, à disposição dos Municípios, que podem ser utilizados como instrumento de informações para a formulação de políticas públicas no setor do saneamento básico.

Com a metodologia desenvolvida, a ARIS, no âmbito de suas atribuições, utilizou os indicadores recomendados pela CTSan/ABAR e do Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SNIS de forma complementar a análise dos indicadores dos Planos Municipais de Saneamento Básico e também dos Contratos de Programa/Concessão dos Municípios consorciados à Agência, com o intuito de fomentar uma avaliação comparativa entre sistemas similares a nível regional e nacional, que posteriormente será apresentado no Relatório Anual de Avaliação dos Indicadores de Desempenho dos Municípios.

Também foram consideradas as metas propostas pelo PLANSAB na composição desta metodologia.

Quanto à primeira revisão da metodologia, estabeleceram-se atualizações nas faixas dos indicadores, bem como nas faixas das categorias de classificação dos prestadores de serviço com base nos resultados obtidos no primeiro ciclo de aplicação da metodologia.

#### 2 INDICADORES

##### 2.1 CONCEITO, USO E OBJETIVO DOS INDICADORES

O termo “Indicador” vem da palavra latina “indicare” que significa anunciar, apontar ou indicar (VON SCHIRNDING, 1998). Dentre os usos dos indicadores, pode-se destacar:

- a) Assinalar problemáticas;
- b) Identificar tendências;
- c) Priorizar;
- d) Formular e implantar políticas;
- e) Avaliar avanços.

Os principais objetivos da implementação de um conjunto de indicadores para a ARIS, é:

- a) Prover informações para o exercício efetivo da regulação;
- b) Demonstrar o desempenho, da prestação dos serviços regulados, ao longo do tempo;
- c) Estimar cenários tendenciais;
- d) Promover ações regulatórias específicas;
- e) Monitorar variações espaciais e temporais das ações tomadas pelos prestadores dos serviços regulados.

Dentre as propriedades dos Indicadores, destaca-se ainda:

- a) Relevância;
- b) Inteligibilidade de sua construção;
- c) Validade;
- d) Comunicabilidade;
- e) Confiabilidade;
- f) Periodicidade de atualização;
- g) Cobertura;
- h) Facilidade para obtenção;
- i) Sensibilidade;
- j) Especificidade;
- k) Historicidade.

#### 3 METODOLOGIA

A ARIS, com o objetivo de analisar a qualidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios associados à Agência, desenvolveu esta metodologia para a Avaliação de Desempenho dos Serviços Prestados aos municípios.

O sistema elaborado pela ARIS é composto por um conjunto de indicadores que tem como finalidade o mapeamento de riscos e a verificação dos controles utilizados pelos prestadores, além de indicar melhorias nos processos que poderão ser adotadas por estes, classificando-os conforme seu nível de representatividade. Cada indicador contribui para a quantificação da qualidade dos serviços sob um determinado ponto de vista, numa dada área e durante um dado período de tempo.

A utilização e a interpretação de indicadores, como mecanismos de avaliação do desempenho e da qualidade dos serviços de saneamento, permitem o constante monitoramento, fiscalização e análise desses serviços, bem como seu aprimoramento, acompanhamento da execução de metas de Contratos de Concessão e/ou dos Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB, identificar e disseminar as melhores práticas, efetuar a comparação dos resultados, podendo induzir a melhoria da eficiência, a partir do momento em que cada prestador buscar o progresso constante de seus índices. Esta metodologia pode também ser utilizada como ferramenta para determinação dos fatores de eficiência quando dos reajustes e revisões tarifárias.

Recomenda-se aos prestadores dos serviços de saneamento a utilização interna de outros indicadores que entendam ser apropriados para efeitos da sua própria gestão.

Ressalta-se a importância e obrigatoriedade da utilização pelos prestadores e posterior apresentação ao Ente Regulador dos indicadores definidos pelos PMSB dos Municípios e respectivos instrumentos delegatórios.

#### 4 INDICADORES DEFINIDOS PELA ARIS

Na definição dos indicadores buscou-se cobrir as dimensões mais relevantes da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com o objetivo de garantir que as informações mais significativas para a regulação sejam contempladas, conforme recomendado pela Câmara Técnica de Saneamento da ABAR. Na Figura 1 apresentados os principais temas de abordagem e sua descrição.

Figura 1: Dimensões e descrição dos Indicadores de Desempenho

Nesse sentido, os indicadores estão agrupados em cinco conjuntos distintos, conforme segue:

##### Contexto:

- Extensão da Rede de Água por Ligação (IN020);
- Densidade de Economias de Água por Ligação (IN001);
- Consumo Médio de Água por Economia (IN053);
- Participação das Economias Residenciais de Água no Total das Economias de água (IN043).

##### Eficiência:

- Índice de Perdas na Distribuição (IN049);
- Índice de Produtividade de Pessoal Total (IN102);
- Índice de Despesa por Consumo de Energia Elétrica nos Sistemas de Água e Esgotos (IN060);
- Despesa de Exploração por m<sup>3</sup> Faturado (IN026);
- Despesa Média Anual por Empregado (IN008).

##### Econômico-Financeiro:

- Tarifa Média Praticada (IN004);
- Margem de Despesa de Exploração (IN030);
- Índice de Evasão de Receitas (IN029).

##### Qualidade:

- Índice de Hidrometração (IN009);
- Índice de Macromedicação (IN011);
- Incidência das Análises de Coliformes Totais Fora do Padrão (IN084);
- Extravasamentos de Esgotos por Extensão de Rede (IN082).

##### Universalização:

- Índice de Atendimento Urbano de Água (IN023);
- Índice de Atendimento Urbano de Esgoto em Relação ao Atendimento com Abastecimento de Água (IN024);
- Índice de Tratamento de Esgoto (IN016).

#### 4.1 CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Assim como realizado em Costa et al (2014, p.3), para compor a classificação dos indicadores, foram estabelecidos parâmetros que têm como principais referências, a Portaria nº 2.914 do Ministério da Saúde e as metas apresentadas no Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), publicado em 2013 pelo Ministério das Cidades.

Nesse sentido, o PLANSAB selecionou 23 indicadores contemplando os quatro elementos do saneamento básico, e também aspectos de gestão. Para esses indicadores foram estabelecidas metas progressivas de expansão e qualidade dos serviços, para as cinco macrorregiões e para o País. Na Figura 2 estão destacados os indicadores de água e esgoto definidos pela ARIS dentre os selecionados pelo PLANSAB.

Figura 2: Indicadores dos serviços de água e esgoto definidos pela ARIS dentre os selecionados pelo PLANSAB.

Como referência para classificação desses indicadores, a ARIS utilizou as informações contidas nas metas para saneamento básico, para a região Sul, disponíveis no relatório do PLANSAB, 2013, conforme destacado nas Figura 3 (água) e Figura 4 (esgoto).

Figura 3: Indicadores e metas para o setor de água (em %). Fonte: PLANSAB, 2013.

Figura 4: Indicadores e metas para o setor de esgotamento sanitário (em %). Fonte: PLANSAB, 2013.

Quanto à parametrização dos indicadores de desempenho empregada, propõe-se a classificação dos indicadores em cores, que pode ser considerada uma técnica de estímulo à participação social, especialmente no que diz respeito à facilidade que o receptor terá de entender a informação fornecida, despertando o lado crítico e reflexivo de quem a está recebendo. Este método permite, com bastante simplicidade, compreender o resultado da avaliação dos serviços, mesmo que o interlocutor tenha conhecimentos limitados sobre o setor de saneamento. Cada Indicador de Desempenho possui uma fórmula de cálculo, onde são evidenciadas todas as informações e dados necessários para sua determinação e para fins de comparação, a ARIS, como parte de sua metodologia de avaliação, indicou intervalos e limites quantitativos para cada um dos indicadores, os quais foram divididos em níveis distintos: "Ideal", "Satisfatório", "Insatisfatório" e "Não Informado", representados por diferentes cores.

	IDEAL	
	SATISFATÓRIO	
	INSATISFATÓRIO	
X	NÃO INFORMADO	



**Ideal:**

- Conjunto imaginário de perfeições que não podem ter realização completa;
- A mais almejada das aspirações;
- Quimérico, fantástico, imaginário;
- Modelo, padrão;
- Cenário Normativo /PLANSAB/ Região Sul.

**Satisfatório:**

- Que satisfaz. Regular, sofrível;
- Que corresponde ao que se espera: um resultado satisfatório;
- Suficiente, aceitável, agradável e lisonjeiro;
- Cenário superior ao referenciado no SNIS 2010 para o Estado de Santa Catarina.

**Insatisfatório:**

- Que não satisfaz, que deixa a desejar;
- Insuficiente, ruim, fraco;
- Cenário inferior ao referenciado no SNIS 2010 para o Estado de Santa Catarina.

**Não Informado**

- Que não foi respondido, não comunicado pelo Prestador. Não há informação.

**4.1.1 DESCRIÇÃO DOS INDICADORES**

Como parte da metodologia desenvolvida, nos itens a seguir, estão descritos os indicadores previamente selecionados pela ARIS. Para a classificação de alguns dos indicadores, tomou-se como referência as informações contidas nas metas para saneamento básico, para a Região Sul, disponíveis no relatório do PLANSAB.

Na Figura 5 estão listados os indicadores da ARIS, divididos em categorias, com os equivalentes indicadores presentes no PLANSAB bem como a referência utilizada para as faixas de classificação dos mesmos.

CATEGORIA DO INDICADOR (*)	INDICADOR (ARIS/SNIS)	INDICADOR CORRESPONDENTE (PLANSAB)	REFERÊNCIA UTILIZADA P/ FAIXA DE CLASSIFICAÇÃO
1	IN020		ARIS
	IN001		ARIS
	IN053		ARIS
	IN043		ARIS
2	IN049	A6	PLANSAB
	IN102		ARIS
	IN060		ARIS
	IN026		ARIS
	IN008		ARIS
3	IN004		ARIS
	IN030		ARIS
	IN029		ARIS
4	IN009		ARIS
	IN011		ARIS
	IN084	A4	PLANSAB
	IN082		ARIS
5	IN023	A2	PLANSAB
	IN024		ARIS
	IN016	E4	PLANSAB

Figura 5: Indicadores e correspondente referência utilizada para classificação.

CATEGORIA (*)
1. CONTEXTO
2. EFICIÊNCIA
3. ECONÔMICO-FINANCEIRO
4. QUALIDADE
5. UNIVERSALIZAÇÃO

**4.1.1.1 Índice de Atendimento Urbano de Água (IN023)**

O Índice de Atendimento Urbano de Água monitora o percentual da população da zona urbana do município que se beneficia dos serviços públicos de abastecimento de água potável. A fórmula utilizada para apuração dos valores do Índice de Atendimento Urbano de Água é:



Onde:

AG026: Valor da população urbana atendida com abastecimento de água pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência. Corresponde à população urbana que é efetivamente atendida com os serviços. Caso o prestador de serviços não disponha de procedimentos próprios para definir, de maneira precisa, essa população, o mesmo poderá estimá-la utilizando o produto da quantidade de economias residenciais ativas de água (AG013), na zona urbana, multiplicada pela taxa média de habitantes por domicílio do respectivo município, obtida no último Censo ou Contagem de População do IBGE.

G06a: População urbana do(s) município(s) atendido(s) pelo prestador de serviços com abastecimento de água. Em geral, é calculada a partir de projeções do Censo Demográfico ou de dados e taxas de crescimento obtidos com base nos últimos Censos realizados pelo IBGE.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

IDEAL $\geq$ a 90%;
SATISFATÓRIO $\geq$ 80% < 90%;
INSATISFATÓRIO < 80%.

#### 4.1.1.2 Índice de Atendimento Urbano de Esgoto em Relação ao Atendimento com Abastecimento de Água (IN024)

Este Índice monitora o percentual da população urbana do município que se beneficia dos serviços públicos de esgotamento sanitário, isto é, que está conectada a redes de coleta de esgoto com relação a população urbana que é atendida com abastecimento de água. A fórmula utilizada para apuração dos valores desse Índice é:

Onde:

ES026: Valor da população urbana beneficiada com esgotamento sanitário pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência. Corresponde à população urbana que é efetivamente servida com os serviços. Caso o prestador de serviços não disponha de procedimentos próprios para definir, de maneira precisa, essa população, o mesmo poderá estimá-la utilizando o produto da quantidade de economias residenciais ativas de esgoto (ES008), na zona urbana, multiplicada pela taxa média de habitantes por domicílio do respectivo município, obtida no último Censo ou Contagem de População do IBGE.

G06a: População urbana do(s) município(s) atendido(s) pelo prestador de serviços com abastecimento de água. Em geral, é calculada a partir de projeções do Censo Demográfico ou de dados e taxas de crescimento obtidos com base nos últimos Censos realizados pelo IBGE.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

IDEAL $\geq$ 50%;
SATISFATÓRIO $\geq$ 35%; < 50%;
INSATISFATÓRIO < 35%.

#### 4.1.1.3 Índice de Tratamento de Esgoto (IN016)

O Índice de Tratamento de Esgoto monitora o percentual de esgoto coletado que é tratado antes da disposição final. A fórmula utilizada para apuração dos valores desse Índice, de acordo com o SNIS, é:

Onde:

ES006: Volume anual de esgoto coletado na área de atuação do prestador de serviços e que foi submetido a tratamento, medido ou estimado na(s) entrada(s) da(s) ETE(s). Não inclui o volume de esgoto bruto importado que foi tratado nas instalações do importador (informação ES014), nem o volume de esgoto bruto exportado que foi tratado nas instalações do importador (ES015). Unidade: 1.000 m<sup>3</sup>/ano.

ES014: Volume de esgoto recebido de outro(s) agente(s) submetido a tratamento, medido ou estimado na(s) entrada(s) da(s) ETE(s). Esse volume se refere à parcela do volume de esgoto bruto importado informado em ES013 que foi tratado. Unidade: 1.000 m<sup>3</sup>/ano.

ES015: Volume de esgoto bruto transferido para outro(s) agente(s) e que foi submetido a tratamento, medido ou estimado na(s) entrada(s) da(s) ETE(s). Esse volume se refere à parcela do volume de esgoto bruto exportado que foi efetivamente tratada. Unidade: 1.000 m<sup>3</sup>/ano.

ES005: Volume anual de esgoto lançado na rede coletora. Em geral é considerado como sendo de 80% a 85% do volume de água consumido na mesma economia. Não inclui volume de esgoto bruto importado (ES013). Unidade: 1.000 m<sup>3</sup>/ano.

ES013: Volume de esgoto bruto recebido de outro(s) agente(s). Para prestadores de serviços de abrangência regional e microrregional, nos formulários de dados municipais (informações desagregadas), o volume de esgoto bruto importado deve corresponder ao recebimento de esgoto de outro prestador de serviços ou de outro município do próprio prestador. Unidade: 1.000 m<sup>3</sup>/ano.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

IDEAL = 100%;
SATISFATÓRIO $\geq$ 90%; < 100%
INSATISFATÓRIO < 90%.

#### 4.1.1.4 Índice de Perdas na Distribuição (IN049)

Este indicador informa o percentual do volume de água distribuído que é perdido até a apuração do volume consumido pelos usuários, seja por questões técnicas (vazamentos) ou comerciais (fraudes, hidrometração deficiente etc.). A fórmula utilizada para cálculo dos valores do Índice de Perdas na Distribuição é:

Onde:

AG006: Volume anual de água disponível para consumo, compreendendo a água captada pelo prestador de serviços e a água bruta

importada, ambas tratadas na(s) unidade(s) de tratamento do prestador de serviços, medido ou estimado na(s) saída(s) da(s) ETA(s) ou UTS(s). Inclui também os volumes de água captada pelo prestador de serviços ou de água bruta importada, que sejam disponibilizados para consumo sem tratamento, medidos na(s) respectiva(s) entrada(s) do sistema de distribuição. Unidade: 1.000 m³/ano.

AG018: Volume anual de água potável, previamente tratada (em ETA(s) ou em UTS(s)), recebido de outros agentes fornecedores. Deve estar computado no volume de água macromedido (AG012), quando efetivamente medido. Não deve ser computado nos volumes de água produzido (AG006), tratado em ETA's (AG007) ou tratado por simples desinfecção (AG015). Unidade: 1.000 m³/ano.

AG024: Valor da soma dos volumes anuais de água usados para atividades operacionais e especiais, acrescido do volume de água recuperado. As águas de lavagem das ETA(s) ou UTS(s) não devem ser consideradas. Unidade: 1.000 m³/ano.

AG010: Volume anual de água consumido por todos os usuários, compreendendo o volume micromedido (AG008), o volume de consumo estimado para as ligações desprovidas de hidrômetro ou com hidrômetro parado, acrescido do volume de água tratada exportado (AG019) para outro prestador de serviços. Unidade: 1.000 m³/ano.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

IDEAL ≤ 28%;
SATISFATÓRIO >28%; <35%;
INSATISFATÓRIO ≥ 35%.

#### 4.1.1.5 Índice de Produtividade de Pessoal Total (IN102)

Este indicador expressa a quantidade de ligações de água e de esgoto atendidas, em média, por cada empregado, considerando não apenas os empregados próprios, mas também os terceirizados. A fórmula utilizada para cálculo dos valores do Índice de Produtividade de Pessoal Total é:

Onde:

AG002: Quantidade de ligações ativas de água à rede pública, providas ou não de hidrômetro, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.

ES002: Quantidade de ligações ativas de esgoto à rede pública, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.

IN018: Quantidade Equivalente de Pessoal Total. O cálculo desse indicador envolve outras definições conforme segue:

Onde:

FN026: Quantidade de empregados, sejam funcionários do prestador de serviços, dirigentes ou outros, postos permanentemente – e com ônus – à disposição do prestador de serviços, ao final do ano de referência.

FN014: Valor anual das despesas realizadas com serviços executados por terceiros. Deve-se levar em consideração somente despesas com mão de obra. Não se incluem as despesas com energia elétrica e com aluguel de veículos, máquinas e equipamentos (essas últimas devem ser consideradas no item Outras Despesas de Exploração). Unidade: R\$/ano.

FN010: Valor anual das despesas realizadas com empregados (inclusive diretores, mandatários, entre outros), correspondendo à soma de ordenados e salários, gratificações, encargos sociais (exceto PIS/PASEP e COFINS), pagamento a inativos e demais benefícios concedidos, tais como auxílio alimentação, vale transporte, planos de saúde e previdência privada. Unidade: R\$/ano.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

IDEAL ≥ 300 Ligação/Empregado;
SATISFATÓRIO ≥ 200; < 300 Ligação/Empregado;
INSATISFATÓRIO < 200 Ligação/Empregado.

#### 4.1.1.6 Índice de Despesa por Consumo de Energia Elétrica nos Sistemas de Água e Esgotos (IN060)

Este indicador expressa despesa com energia elétrica em relação ao consumo total de energia elétrica consumida no sistema de água e sistema de esgoto. A fórmula utilizada para cálculo dos valores do Índice de Despesa por Consumo de Energia Elétrica nos Sistemas de Água e Esgotos é:

Onde:

FN013: Valor anual das despesas realizadas com energia elétrica (força e luz) nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, incluindo todas as unidades do prestador de serviços, desde as operacionais até as administrativas. Unidade: R\$/ano.

AG028: Quantidade anual de energia elétrica consumida nos sistemas de abastecimento de água, incluindo todas as unidades que compõem os sistemas, desde as operacionais até as administrativas. Unidade: 1.000 kWh/ano.

ES028: Quantidade anual de energia elétrica consumida nos sistemas de esgotamento sanitário, incluindo todas as unidades que compõem os sistemas, desde as operacionais até as administrativas. Unidade: 1.000 kWh/ano.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

IDEAL < 0,59 R\$/kWh;
SATISFATÓRIO ≥ 0,59; < 0,86 R\$/kWh;
INSATISFATÓRIO ≥ 0,86 R\$/kWh.

A atualização periódica de parâmetros para indicadores econômico-financeiros, principalmente aqueles que envolvam valores extraídos da contabilidade, é um fator importante a ser considerado. "A contabilidade registra os valores ao custo histórico, sendo assim, elevações nos valores despendidos são repassados aos indicadores, mesmo sem que sejam fruto de falhas na gestão do prestador de serviços. Isto é, a tarifa de energia elétrica, por exemplo, sofre reajustes (ou revisões) anuais, o que aumenta o custo do kWh, impactando o indicador, mesmo

que o prestador mantenha o mesmo perfil de consumo. ” (COSTA, SAMUEL A. BARBI)

Para a correção desse problema, poderá ser adotada uma metodologia de realinhamento anual dos parâmetros, conforme um índice médio de atualização dos custos de energia, ou mesmo de acordo com algum índice inflacionário.

Importante considerar na avaliação do indicador a referência aos índices de reajuste de energia definidos pela ANEEL.

Adotando-se correção com base em um índice inflacionário, seu marco de referência deverá ser dezembro de 2016. As faixas foram atualizadas segundo o IPCA entre a primeira versão da metodologia para sua primeira revisão.

#### 4.1.1.7 Despesa de Exploração por m<sup>3</sup> Faturado (IN026)

Este indicador avalia a despesa média de exploração por unidade de produto dos prestadores, levando em conta apenas os custos de exploração, sem considerar os custos associados à implantação de infraestrutura (investimentos), por volume de água e esgoto faturado. A fórmula utilizada para cálculo do Indicador:

Onde:

Onde:

FN015: Valor anual das despesas realizadas para a exploração dos serviços, compreendendo Despesas com Pessoal, Produtos Químicos, Energia Elétrica, Serviços de Terceiros, Água Importada, Esgoto Exportado, Despesas Fiscais ou Tributárias computadas na DEX, além de Outras Despesas de Exploração (FN027). Unidade: R\$/ano.

AG011: Valor Volume anual de água debitado ao total de economias (medidas e não medidas), para fins de faturamento. Inclui o volume de água tratada exportado (AG019) para outro prestador de serviços. Unidade: 1.000 m<sup>3</sup>/ano.

ES007: Volume anual de esgoto debitado ao total de economias, para fins de faturamento. Em geral é considerado como sendo um percentual do volume de água faturado na mesma economia. Inclui o volume anual faturado decorrente da importação de esgotos (ES013). Unidade: 1.000 m<sup>3</sup>/ano.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

IDEAL < 2,95 R\$/m <sup>3</sup> ;
SATISFATÓRIO ≥ 2,95; < 3,54 R\$/m <sup>3</sup> ;
INSATISFATÓRIO ≥ 3,54 R\$/m <sup>3</sup> .

Os valores dos intervalos de referência devem ser atualizados pelo IPCA anualmente, tendo como marco o mês de dezembro de 2016.

#### 4.1.1.8 Despesa Média Anual por Empregado (IN008)

Este indicador expressa despesa média anual por empregado próprio, pela quantidade total de empregados próprios, que permitirá análises complementares ao Índice de Produtividade de Pessoal Total. A fórmula utilizada para cálculo do indicador:

Onde:

FN010: Quantidade Valor anual das despesas realizadas com empregados (inclusive diretores, mandatários, entre outros), correspondendo à soma de ordenados e salários, gratificações, encargos sociais (exceto PIS/PASEP e COFINS), pagamento a inativos e demais benefícios concedidos, tais como auxílio-alimentação, vale transporte, planos de saúde e previdência privada. Unidade: R\$/ano.

FN026: Quantidade de empregados que sejam funcionários do prestador de serviços, dirigentes ou outros, postos permanentemente – e com ônus – à disposição do prestador de serviços, ao final do ano de referência.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

IDEAL ≤ 96.577,58 R\$/Empregado;
SATISFATÓRIO > 96.577,58; ≤ 128.770,10 R\$/Empregado;
INSATISFATÓRIO > 128.770,10 R\$/Empregado.

Os valores dos intervalos de referência devem ser atualizados pelo IPCA anualmente, tendo como marco o mês de dezembro de 2016.

#### 4.1.1.9 Índice de Hidrometração (IN009)

Este indicador avalia relação das ligações de água ativas e hidrometradas por ligações ativas de água. Ausência de micromedição costumam ser adotados faturamentos com altos consumos mínimos em que muitas vezes a conta de água e esgoto não tem relação com o volume consumido. A fórmula utilizada para cálculo do Índice:

Onde:

AG004: Quantidade de ligações ativas de água, providas de hidrômetro, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.

AG002: Quantidade de ligações ativas de água à rede pública, providas ou não de hidrômetro, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador e adotará como índice de atualização o mesmo índice de reajuste aprovado pela ARIS para as tarifas de água e esgoto.

A ARIS irá ao longo do tempo criar demais índices para avaliação e definiu os intervalos de referência deste indicador:

	IDEAL $\geq$ 99,5%;
	SATISFATÓRIO $\geq$ 95%; < 99,5%;
	INSATISFATÓRIO < 95%.

#### 4.1.1.10 Índice de Macromedição (IN011)

O índice de macromedição mede o percentual do volume distribuído que é macromedido, considerando-se exportações e importações de água tratada entre municípios dos sistemas produtores. A fórmula utilizada para cálculo do Índice:

Onde:

AG012: Quantidade Valor da soma dos volumes anuais de água medidos por meio de macromedidores permanentes: na(s) saída(s) da(s) ETA(s), da(s) UTS(s) e do(s) poço(s), bem como no(s) ponto(s) de entrada de água tratada importada (AG018), se existirem. Unidade: 1.000 m<sup>3</sup>/ano.

AG019: Quantidade Volume anual de água potável, previamente tratada (em ETA(s) (AG007) ou em UTS(s) (AG015)), transferido para outros agentes distribuidores. Deve estar computado nos volumes de água consumido (AG010) e faturado (AG011), nesse último caso se efetivamente ocorreu faturamento. Unidade: 1.000 m<sup>3</sup>/ano.

VD: Corresponde ao volume de água disponibilizado para distribuição. Volumes de água (produzido + tratado importado – tratado exportado).

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

	IDEAL $\geq$ 95%;
	SATISFATÓRIO $\geq$ 75%; < 95%;
	INSATISFATÓRIO < 75%.

#### 4.1.1.11 Incidência das Análises de Coliformes Totais Fora do Padrão (IN084)

Este indicador avalia a qualidade da água distribuída para consumo humano com relação à presença de coliformes fecais, pelo atendimento da Portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde. A fórmula utilizada para cálculo do indicador é:

Onde:

QD027: Quantidade total anual de amostras coletadas na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e na rede de distribuição de água, para aferição do teor de coliformes totais, cujo resultado da análise ficou fora do padrão determinado pela Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas. Unidade: amostra/ano.

QD026: Quantidade total anual de amostras coletadas na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e no sistema de distribuição de água (reservatórios e redes), para aferição do teor de coliformes totais. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas. Unidade: amostra/ano.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

	IDEAL = 0,5%;
	SATISFATÓRIO > 0,5%; < 5,0%;
	INSATISFATÓRIO $\geq$ 5,0%.

Os valores dos intervalos de referência foram baseados na bibliografia do Ministério da Saúde.

#### 4.1.1.12 Extravasamentos de Esgotos por Extensão de Rede (IN082)

Este indicador avalia o extravasamento de esgoto como fluxo indevido de esgotos ocorrido nas vias públicas, nos domicílios ou nas galerias de águas pluviais, como resultado do rompimento ou obstrução de redes coletoras, interceptores ou emissários de esgotos. A fórmula utilizada para cálculo do Indicador é:

Onde:

QD011: Quantidade de vezes, no ano, inclusive repetições, em que foram registrados extravasamentos na rede de coleta de esgotos. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas. Unidade: extravasamentos/ano.

ES004: Quantidade Comprimento total da malha de coleta de esgoto, incluindo redes de coleta, coletores tronco e interceptores e excluindo ramais prediais e emissários de recalque, operada pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência. Unidade: km.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

	IDEAL < 0,5 Extravasamento/Km;
	SATISFATÓRIO $\geq$ 0,5 < 5,0 Extravasamento/Km;
	INSATISFATÓRIO $\geq$ 5,0 Extravasamento/Km.

#### 4.1.1.13 Tarifa Média Praticada (IN004)

Este indicador avalia a relação entre a receita operacional direta (água e esgoto) e o volume total faturado (água e esgoto). A fórmula utilizada para cálculo do indicador é:

Onde:

FN001: Valor faturado anual decorrente das atividades-fim do prestador de serviços, resultante da exclusiva aplicação de tarifas e/ou taxas. Resultado da soma da Receita Operacional Direta de Água (FN002), Receita Operacional Direta de Esgoto (FN003), Receita Operacional Direta de Água Exportada (FN007) e Receita Operacional Direta de Esgoto Bruto Importado (FN038). Unidade: R\$/ano.

AG011: Volume anual de água debitado ao total de economias (medidas e não medidas), para fins de faturamento. Inclui o volume de água tratada exportado (AG019) para outro prestador de serviços. Unidade: 1.000 m³/ano.

ES007: Volume anual de esgoto debitado ao total de economias, para fins de faturamento. Em geral é considerado como sendo um percentual do volume de água faturado na mesma economia. Inclui o volume anual faturado decorrente da importação de esgotos (ES013). Unidade: 1.000 m³/ano.

Para o indicador de Tarifa Média Praticada, a análise deve ser realizada sempre em conjunto com outros indicadores, em relação às metas estabelecidas no PMSB, Contrato de Concessão, Procedimentos Regulatórios e índices oficiais de preços.

Será mantido o índice proposto e deverá ser estudado e detalhado futuramente.

#### 4.1.1.14 Margem de Despesa de Exploração (IN030)

Este indicador avalia relação dos valores faturados em relação aos serviços prestados, sobre os valores referentes às despesas de exploração. A fórmula utilizada para cálculo:

Onde:

FN015: Volume Valor anual das despesas realizadas para a exploração dos serviços, compreendendo Despesas com Pessoal, Produtos Químicos, Energia Elétrica, Serviços de Terceiros, Água Importada, Esgoto Exportado, Despesas Fiscais ou Tributárias computadas na DEX, além de Outras Despesas de Exploração (FN027). Unidade: R\$/ano.

FN001: Valor faturado anual decorrente das atividades-fim do prestador de serviços, resultante da exclusiva aplicação de tarifas e/ou taxas. Resultado da soma da Receita Operacional Direta de Água (FN002), Receita Operacional Direta de Esgoto (FN003), Receita Operacional Direta de Água Exportada (FN007) e Receita Operacional Direta de Esgoto Bruto Importado (FN038). Unidade: R\$/ano.

A ARIS definiu os intervalos de referência deste indicador:

IDEAL $\leq 70\%$ ;
SATISFATÓRIO $> 70\%$ ; $\leq 100\%$ ;
INSATISFATÓRIO $> 100\%$ .

#### 4.1.1.15 Índice de Evasão de Receitas (IN029)

Este indicador avalia relação entre a Arrecadação Total e a Receita Operacional Total (direta e indireta). A fórmula para cálculo:

Onde:

FN005: Valor faturado anual decorrente das atividades-fim do prestador de serviços. Resultado da soma da Receita Operacional Direta [Água (FN002), Esgoto (FN003), Água Exportada (FN007) e Esgoto Importado (FN038)] e da Receita Operacional Indireta (FN004) Unidade: R\$/ano.

FN006: Valor anual efetivamente arrecadado de todas as receitas operacionais, diretamente nos caixas do prestador de serviços ou por meio de terceiros autorizados (bancos e outros). Unidade: R\$/ano.

#### 4.1.1.16 Extensão da Rede de Água por Ligação (IN020)

Este indicador mede o adensamento horizontal, ou a distância média entre ligações de água. É extremamente relevante para contextualizar a universalização, pois baixo adensamento horizontal exige maiores investimentos para disponibilizar rede de abastecimento de água (e de coleta de esgoto) à população. A fórmula utilizada para cálculo dos valores do indicador:

Onde:

AG005: Comprimento total da malha de distribuição de água, incluindo adutoras, subadutoras e redes distribuidoras e excluindo ramais prediais, operada pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência. Unidade: km.

AG021: Quantidade de ligações totais (ativas e inativas) de água à rede pública, providas ou não de hidrômetro, existente no último dia do ano de referência. Unidade: ligação.

#### 4.1.1.17 Densidade de Economias de Água por Ligação (IN001)

Normalmente cada imóvel é conectado à rede de abastecimento de água através de uma ligação (ramal predial conectado à rede). Quando se trata de prédios residenciais ou comerciais, a ligação atende a várias unidades independentes de consumo, chamadas de economias. A fórmula utilizada para cálculo dos valores da Densidade de Economias de Água por Ligação é:

Onde:

AG003: Quantidade de economias ativas de água, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.

AG002: Quantidade de ligações ativas de água à rede pública, providas ou não de hidrômetro, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.

#### 4.1.1.18 Consumo Médio de Água por Economia (IN053)

Este indicador mede a média de consumo de água por economia nos municípios. A fórmula utilizada para do indicador:

Onde:

AG010: Volume anual de água consumido por todos os usuários, compreendendo o volume micromedido (AG008), o volume de consumo



estimado para as ligações desprovidas de hidrômetro ou com hidrômetro parado, acrescido do volume de água tratada exportado (AG019) para outro prestador de serviços. Unidade: 1.000 m³/ano.

AG019: Volume anual de água potável, previamente tratada (em ETA(s) (AG007) ou em UTS(s) (AG015)), transferido para outros agentes distribuidores. Deve estar computado nos volumes de água consumido (AG010) e faturado (AG011), nesse último caso se efetivamente ocorreu faturamento. Unidade: 1.000 m³/ano.

AG003: Quantidade de economias ativas de água, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.

Para o indicador de Consumo Médio de Água por Economia, na análise do comportamento da população e perfil dos usuários, deve-se correlacionar o resultado com a média dos resultados da Bacia Hidrográfica, Associação dos Municípios, Estado e demais históricos ou definido em procedimento regulatório.

#### 4.1.1.19 Participação das Economias Residenciais de Água no Total das Economias de água (IN043)

Este indicador avalia relação da quantidade de Economias Residenciais de água no total de economias de água. A fórmula para cálculo do Indicador:

Onde:

AG013: Quantidade de economias residenciais ativas de água, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.

AG003: Quantidade de economias ativas de água, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.

Para o indicador Participação das Economias Residenciais de Água no Total das Economias de água, na análise do comportamento da população e perfil dos usuários, deve-se correlacionar o resultado com a média dos resultados da Bacia Hidrográfica, Associação dos Municípios, Estado e demais históricos ou definido em procedimento regulatório.

### 5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para aplicação da metodologia, inicialmente será necessário que os prestadores dos serviços encaminhem à ARIS a planilha dos indicadores devidamente preenchida. De posse dessas informações, será possível avaliar e acompanhar o desempenho dos prestadores num determinado período definido.

Assim, serão atribuídos comandos em uma planilha eletrônica que, de acordo com a faixa de valor do indicador, o mesmo terá uma cor e será classificado em: Ideal, satisfatório, insatisfatório e não informado, conforme anteriormente descrito.

A avaliação do desempenho dos indicadores será feita anualmente.

Tabela 2: Exemplo de quadro resumo da avaliação do desempenho

Legenda:

	IDEAL	= 3
	SATISFATÓRIO	= 1
	INSATISFATÓRIO	= 0
x	NÃO INFORMADO	= -1

Quando analisada a série histórica de indicadores deverá ficar evidenciado a evolução no tempo até o ano de referência. Também poderá ser realizada uma avaliação estimando um avanço futuro com base em metas pré-estabelecidas.

Para o acompanhamento da evolução histórica se definiu três categorias distintas:

- MELHOROU (M): variação positiva no desempenho do indicador;
- DIMINUIR (D): variação negativa no desempenho do indicador;
- CONSTANTE (C): sem ocorrência de variação no desempenho do indicador.

Tabela 3: Exemplo de quadro resumo de acompanhamento ano a ano.

Legenda:

M	MELHOROU
D	DIMINUIR
C	CONSTANTE
X	NÃO INFORMADO

A metodologia aqui definida também permitirá estabelecer estudos de "bench marking" onde poderão ser comparados aos indicadores de outros municípios, estados, sistemas, do País.

Nesse sentido, para acompanhamento da evolução num determinado período, definiu-se três classificações distintas:

- SUPERIOR (S): desempenho do indicador é maior que o comparado.
- INFERIOR (I) desempenho do indicador é menor que o comparado.
- SEMELHANTE (SE) desempenho do indicador permaneceu igual ao comparado.

Tabela 4: Exemplo de quadro resumo comparação entre diferentes sistemas (região, Estados, Bacia Hidrográfica, etc.)

Legenda:

S	SUPERIOR
I	INFERIOR
SE	SEMELHANTE



## 6 MATRIZ DE RESULTADOS

Ao se concluir a análise dos indicadores, será possível construir uma matriz de resultados na qual estarão apresentados os resultados das comparações e evolução dos indicadores, permitindo assim a avaliação do desempenho da Prestação dos Serviços.

Tabela 5: Matriz de Resultados.

7

## 8 RANKING DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Para observar a qualidade dos serviços prestados nos municípios regulados pela ARIS, será criado um "ranking" de classificação. Serão listados os municípios e atribuída uma pontuação.

Cada indicador verde (ideal) valerá 3 pontos; indicadores amarelos (satisfatório) valerão 1 ponto, os indicadores vermelhos (insatisfatório) não contabilizam pontos e, quando não informado, terá pontuação negativa, -1 ponto. A maior pontuação atingida será 39 pontos (13 indicadores X 3 pontos). Dos 19 indicadores, 06 não possuem classificação.

	IDEAL	= 3 pontos
	SATISFATÓRIO	= 1 ponto
	INSATISFATÓRIO	= 0 ponto
x	NÃO INFORMADO	= -1 ponto

Tabela 6: Exemplo de Ranking dos 10 municípios com maior pontuação na prestação dos serviços

POSIÇÃO	PONTOS	MUNICÍPIO	PRESTADOR
1º	39	A	AUTARQUIA
2º	37	B	COMPANHIA ESTADUAL
3º	33	C	CONCESSIONÁRIA PRIVADA
4º	...	...	...
5º	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	....
176º	...	....	....

De forma a incentivar os prestadores, a ARIS definiu limites, onde os mesmos serão certificados, atribuindo um selo de conformidade. Em função de estudos já aplicados, a ARIS propõe a aplicação das seguintes faixas para classificação junto ao primeiro ano de avaliação do indicador, conforme mostrado abaixo:

	Ouro $\geq 30$ pontos
	Prata $25 \leq 29$ pontos
	Bronze $20 \leq 24$ pontos

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monitoramento dos indicadores definidos pela Agência Reguladora é um mecanismo importante para a avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas pelos Prestadores de Serviços. O uso de indicadores permite ainda aperfeiçoar e racionalizar as atividades de fiscalização, além de poder gerar diagnósticos anuais, à disposição dos Municípios, que podem ser utilizados como instrumento de informações para a formulação de políticas públicas no setor do saneamento básico.

Com a metodologia desenvolvida, a ARIS, no âmbito de suas atribuições, utilizou os indicadores recomendados pela CTSan/ABAR e do Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SNIS de forma complementar a análise dos indicadores dos Planos Municipais de Saneamento Básico e também dos Contratos de Programa/Concessão dos Municípios consorciados à Agência, com o intuito de fomentar uma avaliação comparativa entre sistemas similares a nível regional e nacional, que posteriormente será apresentado no Relatório Anual de Avaliação dos Indicadores de Desempenho dos Municípios.

Ressalta-se que existem barreiras quanto ao uso desses indicadores para avaliação do desempenho dos prestadores dos serviços, como:

I. O fato de os dados do SNIS não serem certificados. Isso implica que os prestadores poderiam repassar informações inverossímeis, sem sofrer sanções ou penalidades.

A segunda limitação diz respeito ao estabelecimento dos parâmetros de avaliação dos indicadores. Por mais que se tente obedecer a critérios técnicos, sempre é necessário instituir julgamentos subjetivos, os quais terão impacto sobre as conclusões.

Além disso, deve-se tomar extremo cuidado com a sinalização que se pretende dar aos indicadores, isto é, se os parâmetros não forem atenciosamente estabelecidos, podem desestimular metas de bom desempenho dos prestadores.

II. Outro entrave, diz respeito à defasagem de aproximadamente um ano entre o período de coleta de informações e a divulgação dos dados do SNIS, o que dificulta análises em curto espaço de tempo, impossibilitando a rápida proposição de respostas aos problemas detectados nos indicadores.

Ainda, os critérios de acompanhamento da evolução do desempenho dos prestadores deverão ser estabelecidos quando do ciclo de revisão tarifária, revisão do PMSB ou por procedimento regulatório, que deverão coincidir com o período mínimo de 04 anos.

## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAR- Associação Brasileira de Agências de Regulação. Grupo de estudos sobre Indicadores. Disponível em <http://www.abar.org.br/>.

ABAR. Nota Técnica CTSan-Abar 01/2014 - Informações e Indicadores de Água e de Esgoto no Contexto Regulatório. Belo Horizonte, 2014.

ABAR. Nota Técnica CTSan-Abar - Sugestão de Indicadores para a Inclusão no Sinisa. Belo Horizonte, 2014.

ARES - PCJ - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Disponível em <http://www.arespcj.com.br>. Acesso em: Fev. 2015.

ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - SC. Resoluções Normativas e Estudos Técnicos. Informações disponíveis em: <http://www.aris.sc.gov.br/>.

ARSAE/MG - Agência Reguladora de Água e Esgoto de Minas Gerais. Disponível em <http://www.arsae.mg.gov.br/>.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2012. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2014. 164 p.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: Fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: Fev. 2015.

BRASIL. Portaria MS nº 2.914 de 12/12/2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Ministério da Saúde. 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. Proposta de Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB. 2011. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em: Fev. 2015.

COSTA, SAMUEL A. BARBI. Auditoria e certificação das informações do sistema nacional de informações sobre saneamento (SNIS): um caminho necessário para a melhoria da qualidade da regulação e da gestão no setor de saneamento. ABAR, 2015.

COSTA, S. A. B. Seleção de Indicadores. In: XII Simpósio Ítalo-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (SIBESA) - ABES, Natal-RN. 2014.

COSTA et al. Indicadores em Saneamento: Análise da Prestação dos Serviços de Água e de Esgoto no Brasil. XII Simpósio Ítalo-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Natal, 2014.

COSTA, S. A. B.; CÔRTEZ, L. S. Avaliação dos componentes da tarifa média e da estrutura de custos das prestadoras regionais de saneamento do Sudeste: um estudo baseado no SNIS 2010. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO – ABAR, 8., 2013, Fortaleza. Anais...

COSTA, S. A. B.; CÔRTEZ, L. S.; COELHO, T.; FREITAS, M. M. Indicadores em Saneamento: avaliação da prestação dos serviços de água e de esgoto em minas gerais. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p. 334-357, jul./dez. 2013.

SNIS - Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento. Glossário de Informações – Informações gerais de água e esgoto, 2013. Disponível em <http://www.snis.gov.br>.

---

## CIGA

---

### ATO DE DISPENSA Nº 23/2017

Publicação Nº 1408781

Ato de Dispensa nº 23/2017

Processo ADMINISTRATIVO nº 30/2017

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços revisão veicular do automóvel oficial do CIGA: Fluence Privilège – Marca Renault; placa MLQ 0429; e Ano/Modelo 2014/2014.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A presente contratação faz-se necessária para a manutenção e conservação do veículo do CIGA, tendo em vista que o automóvel atingiu a marca de 40.000 (quarenta mil) quilômetros rodados, bem como para assegurar a segurança dos empregados públicos que utilizam o veículo a serviço do CIGA, pois o veículo sem manutenção pode sofrer panes que venham a comprometer a segurança e a integridade física dos passageiros.

Contratado: GLOBO COMERCIO DE VEICULOS E PEÇAS LTDA.

CNPJ: 00.379.858/0001-09

VALOR: R\$ 746,00 (setecentos e quarenta e seis reais).

Florianópolis, 23 de outubro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**CIMVI****LICITAÇÃO Nº 015/2017 - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Publicação Nº 1407848

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ- CIMVI  
ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Às 09h10min do dia 23/10/2017, na sede do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, situada na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, cidade de Timbó, realizou-se sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, cujo objeto é a seleção de propostas para contratação de empresa prestadora de serviços especializados de hora máquina, equipamento e caminhão com operador/motorista, bem como fornecimento de mão de obra especializada em alvenaria (pedreiro e auxiliar) através do Sistema de Registro de Preços. Presentes a pregoeira Patricia Barbaresco, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio
ANDRE MORO DA SILVA
ARLETE REGILENE SCOZ

Que estes subscrevem designados pela Resolução nº 190-17 publicada no Diário Oficial dos Municípios. Presentes também, os representantes das sociedades empresárias licitantes, conforme relação abaixo:

Empresas Participantes (Credenciadas)
ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Representadas respectivamente por seus representantes:

Representantes (Credenciados)
FABIANO ZAGO
JARDEL FLORIANI

Inicialmente, informou-se que todas as empresas participantes comprovaram sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, através da Certidão emitida pela JUCESC.

Dando início à sessão, o pregoeiro recebeu os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação. Em seguida o pregoeiro abriu os envelopes contendo as propostas de preços e realizou a classificação, cujos valores foram os seguintes:

LOTE: 00001:

Fornecedor	Proposta
ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP	183.737,37
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA EPP	188.179,20

Submetidas as propostas de preços ao crivo dos representantes das licitantes, nenhuma falha foi observada em relação as mesmas. Em continuidade ao certame abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes classificadas conforme os critérios estabelecidos no Edital, ficando determinados os seguintes valores finais. O relatório de lances encontra-se anexo à presente ata.

Lote	Vencedor	Valor final
1	ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP	180.900,00

Ato contínuo procedeu-se a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação das licitantes, estando todas em conformidade com o edital.

Consultados pelo pregoeiro sobre o interesse em interpor recurso, nenhuma empresa manifestou-se.

Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão às 09h25min. Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

Assinantes	
Comissão do Pregão	Assinatura
ANDRE MORO DA SILVA	
ARLETE REGILENE SCOZ	

PATRICIA BARBARESCO

## Empresas

ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP

TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA EPP

**RESOLUÇÃO Nº 212 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR**

Publicação Nº 1408096

RESOLUÇÃO Nº 212 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Cria Projeto/Atividade para abertura de Crédito Adicional Especial por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento-Programa 2017 do CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 178, de 08/12/2016 (Orçamento CIMVI 2017), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

Considerando a alteração do Protocolo de Intenções e Estatuto aprovado na 36ª Assembleia Geral Extraordinária de 04 de novembro de 2016;

Considerando a necessidade da implantação do serviço de Gestão Ambiental discutida na 27ª Assembleia Geral Ordinária de 05 de maio de 2017;

Considerando-se a autorização de abertura crédito adicional especial no Orçamento do CIMVI para o exercício de 2017, dada pela 40ª Assembleia Geral Extraordinária de 24 de fevereiro de 2017;

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica criado Projeto/Atividade para abertura de Crédito Adicional Especial à conta do Provável Excesso de Arrecadação no Orçamento-Programa 2017 do CIMVI, conforme segue:

Projeto/Atividade: 03.009.0018.0542.0013.1006 – Gestão de Licenciamento Ambiental

Elemento: 3339000000000000 – Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Vínculo: 100.17.17 – Rec. Ordinários-2017 CIMVI – Taxa Licenciamento Ambiental

Projeto/Atividade: 03.009.0018.0542.0013.1006 – Gestão de Licenciamento Ambiental

Elemento: 3449000000000000 – Aplicações Diretas

R\$ 20.500,00

Vínculo: 100.17.17 – Rec. Ordinários-2017 CIMVI – Taxa Licenciamento Ambiental

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Timbó - SC, 06 de outubro de 2017.

Paulo Roberto Weiss

Presidente do CIMVI

**CIS/AMURC****EXTRATO ADITIVO CONTRATO 028/2016**

Publicação Nº 1407798

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 028/2016

Data: 31/05/2017

Contratante: CISAMURC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO

Contratada: Peninha S.S. Ltda - CNPJ nº. 79.366.316/0001-51

Objeto: Prorrogação do prazo de duração do contrato.

Das alterações: Fica alterado item "6" que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até 31 de maio de 2018, podendo ser renovado através de termo aditivo.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamamento Público nº. 001/2016).

Data da Assinatura: 31/07/2017.

Assinantes: Juliano Pozzi Pereira pelo Contratante e, Priscilla Farias Teixeira Pilz pelo Contratada